JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Camara Municipal de Cláudia 4
Camara Municipal de Colíder 4
Camara Municipal de Cotriguaçu 4
Camara Municipal de Diamantino 5
Câmara Municipal de General Carneiro 9
Camara Municipal de Tangará da Serra 9
Camara Municipal de Várzea Grande 10
Consórcio Intermunicipal Complexo Nascentes do Pantanal 10
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Médio Norte Matogrossense 11
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Guaporé 11
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto - CISVP 12
Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Araguaia 12
Consorcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Mato Grosso 12
Consórcio Intermunicipal do Norte Araguaia 14
Prefeitura Municipal de Água Boa 15
Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista 16
Prefeitura Municipal de Alto Garças 17
Prefeitura Municipal de Alto Paraguai 20
Prefeitura Municipal de Alto Taquari 29
Prefeitura Municipal de Apiacás 31
Prefeitura Municipal de Araputanga 32
Prefeitura Municipal de Arenápolis 34
Prefeitura Municipal de Aripuanã 69
Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço 71
Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia 72
Prefeitura Municipal de Cáceres 72
Prefeitura Municipal de Campinápolis 85
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 90
Prefeitura Municipal de Campo Verde 93
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio 93
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte 94
Prefeitura Municipal de Canarana 95
Prefeitura Municipal de Carlinda 96
Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães 97
Prefeitura Municipal de Cláudia 100
Prefeitura Municipal de Cocalinho 108
Prefeitura Municipal de Colíder 109
Prefeitura Municipal de Colniza 110
Prefeitura Municipal de Comodoro 112
Prefeitura Municipal de Confresa 113
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu 113
Prefeitura Municipal de Curvelândia 114
Prefeitura Municipal de Diamantino 115
Prefeitura Municipal de Dom Aquino 117
Prefeitura Municipal de Feliz Natal 125
Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte 125
Prefeitura Municipal de Glória d´Oeste 129
Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte 129
Prefeitura Municipal de Itanhangá 129
Prefeitura Municipal de Itiquira 131
Prefeitura Municipal de Jaciara 134
Prefeitura Municipal de Jangada 135

Prefeitura Municipal de Jauru 137
Prefeitura Municipal de Juara 138
Prefeitura Municipal de Juruena 142
Prefeitura Municipal de Juscimeira 142
Prefeitura Municipal de Lambari d´Oeste 143
Prefeitura Municipal de Marcelândia 147
Prefeitura Municipal de Matupá 147
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste 160
Prefeitura Municipal de Nobres 248
Prefeitura Municipal de Nortelândia 258
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento 261
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes 261
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia 263
Prefeitura Municipal de Nova Lacerda 266
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia 267
Prefeitura Municipal de Nova Maringá 268
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde 269
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré 282
Prefeitura Municipal de Nova Olímpia 283
Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã 284
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina 284
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte 285
Prefeitura Municipal de Novo Mundo 287
Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio 288
Prefeitura Municipal de Paranatinga 289
Prefeitura Municipal de Pedra Preta 301
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo 305
Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia 311
Prefeitura Municipal de Ponte Branca 311
Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte 312
Prefeitura Municipal de Porto Esperidião 312
Prefeitura Municipal de Porto Estrela 313
Prefeitura Municipal de Poxoréu 314
Prefeitura Municipal de Rio Branco 315
Prefeitura Municipal de Rondolândia 317
Prefeitura Municipal de Rosário Oeste 317
Prefeitura Municipal de Salto do Céu 322
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 330
Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger 331
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste 331
Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia 343
Prefeitura Municipal de São José do Povo 344
Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa 345
Prefeitura Municipal de Tabaporã 347
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 354
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 373
Prefeitura Municipal de Torixoréu 374
Prefeitura Municipal de União do Sul 374
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos 375
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 395
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 415
Prefeitura Municipal de Vila Rica 418

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2019/2020

Presidente de Honra: Deputado Ondanir Bortolini (Nininho)

Presidente: Neurilan Fraga

Primeiro Vice-Presidente: Arnóbio Vieira De Andrade – Marcelândia

Segundo Vice-Presidente: Janailza Taveira Leite – São Felix Do Araguaia

Terceiro Vice-Presidente: Fabio Marcos Pereira De Farias – Canarana

Quarto Vice-Presidente: Noboru Tomiyoshi – Colíder

Quinto Vice-Presidente: Fabio Martins Junqueira – Tangará Da Serra

Secretário Geral: Jonas Rodrigues Da Silva –Aripuanã

Primeiro Secretário: : Francis Maris - Cáceres

Segundo Secretário: Valdécio Luiz Da Costa – Dom Aquin

Tesoureiro Geral: Marcos De Sá Fernandes Da Silva - Santa Cruz Do Xingu

Primeiro Tesoureiro: Adalto Jose Zago – Apiacás

Segundo Tesoureiro: Valter Kuhn – Terra Nova Do Norte

CONSELHO FISCAL

1. Gerson Rosa De Moraes – Pontal Do Araguaia
2. Joabe Almeida Dos Santos – Santo Afonso
3. Mariuza Augusta De Oliveira - Nova Brasilândia

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

1. Silmar De Souza Goncalves – Nossa Senhora Do Livramento
2. Leocir Hanel – Nobres
3. Eugênio Pelachim - Porto Estrela

Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Responsável pelo Jornal Oficial AMM
Noides Cenio da Silva - (65) 2123-1270

Entre em Contato: jornaloficial@amm.org.br (65) - 2123 - 1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

CAMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CÂMARA MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 011/2019

CÂMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 011/2019

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM COMPUTADORES, SOFTWARES, HARDWARES, REDES E IMPRESSORAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA – MT. CONTRATADA: PAULO RICARDO MARQUES 97183504115, inscrita no CNPJ n° 14.294.651/0001-18. VALOR GLOBAL: R$ 16.800,00 (dezesseis mil e oitocentos reais). VIGÊNCIA: 12 (doze) meses. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993. Cláudia - MT, 01 de Outubro de 2019. EBENEZEL DARBY DOS SANTOS – Presidente.

CAMARA MUNICIPAL DE COLÍDER

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA 037/2019

Portaria nº 037/2019

O Vereador ROBERTO FRANCISCO FERREIRA DA SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Colider, no uso das suas atribuições legais,

Resolve,

Nomeara Sra. FERNANDA DIAS RAMOS no Cargo em Comissão de Chefe do Departamento Parlamentar, desta Câmara Municipal de Colíder-MT. , a partir de 01 de outubro de 2.019.

Registrada e Publicada.

Cumpra-se.

Colíder-MT., 30 de setembro de 2019. **VER. ROBERTO FRANCISCO FERREIRA DA SILVA**

Presidente

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA 038/2019

PORTARIA Nº 038/2019

O Vereador Roberto Francisco Ferreira da Silva**,** Presidente da Câmara Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a execução de obra de reforma geral e ampliação do Prédio da Câmara Municipal de Colider e visando minimizar os transtornos decorrentes da obra e ainda melhor atender ao público em geral,

RESOLVE,

Art. 1º- Que o horário de expediente nesta Câmara Municipal, a partir de 01 de outubro de 2019, até a conclusão da obra acima mencionada, será excepcionalmente, de **segunda a sexta-feira das 07:00 as 13:00 horas.**

Art. 2º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Colider-MT.,30 de setembro de 2.019.

Ver. ROBERTO FRANCISCO FERREIRA DA SILVA

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 034/2019

EMENTA: CONCEDE FÉRIAS À FUNCIONÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU e DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara Municipal de Cotriguaçu, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias regulamentares de 1(um) dia, computado no dia 13 de setembro de 2019, à servidora abaixo nominada lotada na Câmara Municipal de Cotriguaçu, relativo ao período aquisitivo que menciona:

NOME	DIA	PERÍODO AQUISITIVO
ROSELI INES LUSA	01	27/11/2016 a 26/11/2017

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria obedecerão à classificação própria do Orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Cotriguaçu, 13 de setembro de 2019.

Vanilton de Paula Silva

Presidente da Câmara Municipal de Cotriguaçu/MT

Registra-se, Publique-se

Marineide Krieser Vieira

Agente Administrativo

CÂMARA MUNICIPAL
CONTRATO N° 007/2019

Data: 25/09/2019 – EMPRESA: **D.KISCHKEL-ME**; OBJETO: **Licitação para aquisição de material de construção e pintura para a Câmara Municipal de Cotriguaçu – MT;** VALOR TOTAL: **13.484,44**; PRAZO: 31/12/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2019.

CAMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
LRF 2º QUADRIMESTRE

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal
Câmara de Vereadores de Diamantino - MT (Poder Legislativo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 03932753000123
Exercício: 2019
Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Despesa com Pessoal	Despesa Executada com Pessoal													
	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	<MR-11>	<MR-10>	<MR-9>	<MR-8>	<MR-7>	<MR-6>	<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>	<MR-2>	<MR-1>	<MR>	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
Despesa com Pessoal (Últimos 12 Meses)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	205.271,16	199.104,43	197.982,20	377.657,36	214.565,88	221.898,57	192.122,72	249.699,56	209.927,20	218.342,69	235.977,15	231.268,85	2.753.817,77	0,00
Pessoal Ativo	205.271,16	199.104,43	197.982,20	377.657,36	214.565,88	221.898,57	192.122,72	249.699,56	209.927,20	218.342,69	235.977,15	231.268,85	2.753.817,77	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	169.696,81	164.229,12	163.524,80	319.912,55	177.245,81	186.658,88	157.159,60	204.418,73	171.720,14	179.497,84	195.022,45	191.131,28	2.280.218,01	
Obrigações Patronais	35.574,35	34.875,31	34.457,40	57.744,81	37.320,07	35.239,69	34.963,12	45.280,83	38.207,06	38.844,85	40.954,70	40.137,57	473.599,76	
Benefícios Previdenciários														
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas														
Pensões														
Outros Benefícios Previdenciários														
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária														
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração														
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração														
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados														
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	205.271,16	199.104,43	197.982,20	377.657,36	214.565,88	221.898,57	192.122,72	249.699,56	209.927,20	218.342,69	235.977,15	231.268,85	2.753.817,77	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório de Gestão Fiscal
Câmara de Vereadores de Diamantino - MT (Poder Legislativo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 03932753000123
Exercício: 2019
Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	
	Valor	% sobre a RCL Ajustada
DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	-	-
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)	96.625.169,14	
(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (V) (§13º, art. 166 da CF)	0,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	96.625.169,14	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	2.753.817,77	2,85
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	5.797.510,14	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	5.507.634,63	5,70
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	5.217.759,13	5,40

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal
Câmara de Vereadores de Diamantino - MT (Poder Legislativo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 03932753000123
Exercício: 2019
Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal								
	Exercício em que Excedeu o Limite			Exercício do Primeiro Período Seguinte			Exercício do Segundo Período Seguinte		
	No Quadrimestre/Semestre			Primeiro Período Seguinte			Segundo Período Seguinte		
	Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b-a)	Redutor Mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3*c)	Limite (e) = (b-d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f-a)	Limite (h) = (a)	% DTP (i)
Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Percentuais									

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório de Gestão Fiscal**
	Câmara de Vereadores de Diamantino - MT (Poder Legislativo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 03932753000123
	Exercício: 2019
	Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2019
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Assinatura: 2
Assinatura: 3
Assinatura: 4
Assinatura: 5
Assinatura: 6

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

CÂMARA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 027/2019

ATO - 021/2019

PORTARIA Nº. 027/2019 30 DE SETEMBRO DE 2019.

"MAGNUN VINNÍCIOS RODRIGUES ALVES DE ARAÚJO - Presidente da Câmara Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Artigo 1º - Exonerar a senhora **ELLEN APARECIDA BENTO DA CRUZ**, portadora da Cédula de Identidade (RG) nº. 4341606, expedida pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Mato Grosso e inscrita no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda - CPF/MF, sob o número 003.850.871-01, que exercia a Função de **Agente Administrativo** da Câmara Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, com todas as atribuições contidas no Plano de Cargos, Carreira e Salário do Poder Legislativo.

Artigo 2º - Esta portaria entrara em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete da Presidência da Câmara de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, em 30 de Setembro de 2019.

_____

MAGNUN VINNÍCIOS R. A. DE ARAÚJO

Presidente da Câmara Municipal de

General Carneiro -Mato Grosso

Palácio José Felix de Arruda

CAMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
DECRETO Nº 971 DE 1 DE OUTUBRO DE 2019.

DECLARA LUTO EM VIRTUDE DO FALECIMENTO DA SENHORA MARIA HELENA SANTOS DE OLIVEIRA.

O **PRESIDENTE** da Câmara Municipal Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, em observância ao Inciso XII, do Art. 37, da Resolução 182/2013 - Regimento Interno da Câmara Municipal;

Considerando, o falecimento da **Sra. MARIA HELENA SANTOS DE OLIVEIRA**, mãe da Servidora Angélica Oliveira Martins.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado luto no âmbito da Câmara Municipal em virtude do falecimento da Senhora **MARIA HELENA SANTOS DE OLIVEIRA.**

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de outubro de dois mil e dezenove.

RONALDO QUINTÃO

Presidente

Registrado na Secretaria Geral da Câmara Municipal e publicado por afixação em lugar de costume, na data supra.

CÂMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
DECRETO Nº 971 DE 1 DE OUTUBRO DE 2019.

DECLARA LUTO EM VIRTUDE DO FALECIMENTO DA SENHORA MARIA HELENA SANTOS DE OLIVEIRA.

O **PRESIDENTE** da Câmara Municipal Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, em observância ao Inciso XII, do Art. 37, da Resolução 182/2013 - Regimento Interno da Câmara Municipal;

Considerando, o falecimento da **Sra. MARIA HELENA SANTOS DE OLIVEIRA**, mãe da Servidora Angélica Oliveira Martins.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado luto no âmbito da Câmara Municipal em virtude do falecimento da Senhora **MARIA HELENA SANTOS DE OLIVEIRA.**

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de outubro de dois mil e dezenove.

RONALDO QUINTÃO

Presidente

Registrado na Secretaria Geral da Câmara Municipal e publicado por afixação em lugar de costume, na data supra.

CAMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA N.º 116/2019

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder a servidora Elionete Dias Dourado, Auxiliar Legislativo, 30 dias de férias a que tem direito, no período de 30/09/19 a 29/10/19, referente ao exercício de 2017/2018, conforme disposições expressas no Artigo 85 da Lei 1.164/91.

Art. 2º - Esta Portaria possui efeitos retroativos em 30/09/19.

REGISTRA-SE CUMPRA-SE

Gabinete da Presidência, 01 de outubro de 2019.

Vereador: **FABIO JOSE TARDIN**

Presidente

Vereadora: **GISELE APARECIDA DE BARROS**

1ª Secretária

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL

PRIMEIRO TERMO ADITIVO EX-OFÍCIO CONTRATO N.º 17/2018

Pelo presente Termo Aditivo, de um lado O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURISMO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL, sito a Rua Marechal Dutra nº 248, Jd. Ze Ferino I, em São José dos Quatro Marcos – MT, inscrito no CNPJ nº 08.979.143/0001-07, devidamente qualificado no Contrato Original, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representado pelo seu Presidente Sr. PAULO REMÉDIO, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado á Avenida dos Imigrantes, n.º 2083, Centro, na cidade de Glória D'Oeste - MT, portador da Cédula de Identidade nQ. 428.609 SSP-MT e inscrito no CPF sob nº. 361.992.571-20, por este ato denominado simplesmente de CONTRATANTE e a empresa FMC CENTER CAR LTDA, inscrita no CNPJ 70.487.921/0001-06, localizada na Av. São Luiz, nº 1990- Bairro Cidade Nova na cidade de Cáceres-MT, representada pelo seu procurador Sr. MÁRIO HENRIQUE SIMÕES, Gerente Geral, portador da Cédula de Identidade RG 11843845 SSP/MT, e do CPF: 875.368.031-68, doravante denominada CONTRATADA, e em observância ao disposto nos termos da Lei n.c 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto n.º 3.555, de 08 de agosto de 2000 e alterações posteriores; Decreto n.º 5.450, de 31 de maio de 2005, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006; do Decreto n.º 6.204, de 5 de setembro de 2007; e Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, resolvem celebrar o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes**:**

CLÁUSULA PRIMEIRA - Com suporte na Cláusula Terceira, o prazo para a execução dos serviços **será até 27 de Dezembro do ano de 2019**, podendo por conveniência administrativa, ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 meses, em conformidade com o Art, 579 item II da Lei 8.666 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA - As demais cláusulas e condições estabelecidas pelo Contrato N.º 17/2018 e Aditivos anteriores que não foram alteradas pelo presente Aditivo Contratual, permanecem inalteradas e em plena vigência.

E, por estarem, certas, justas e contratadas, as partes assinam o presente Instrumento de Aditivo Contratual, em 03 vias de igual teor e forma, para que passe a surtir efeitos jurídicos e legais.

São José dos Quatro Marcos - MT, aos 09 dias do mês de Agosto do ano de 2019.

PRESIDENTE: PAULO REMEDIO

ADJUDICAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2019

Nos termos do Art. 43, inciso VI da Lei Federal n. 8666/93 e suas alteracões, o Presidente do Consorcio Intermunicipal de Desenvolvimento, Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, PAULO REMEDIO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, acolhendo o resultado do processo licitatório nº 97/2019, Pregão Presencial nº 04/2019, **ADJUDICA** o **objeto:** Aquisição de 3 (três) CAMINHÃO CAÇAMBA 4X2 Novo 0km, motor diesel c/ potencia de no mínimo 160cv, com PBT mínima de 8.150 KG (homologado), e CMT mínimo de 11.000 Kg, equipamento com caçamba basculante de 3m³, parte do ACF nº 195/2018/FSA/CAIXA, à "VENCEDORA" a empresa M.DIESEL CAMINHÕES E ÔNIBUS LTDA, inscrita no CNPJ 07.811.058/0001-64 com o valor global de R$ 513.000,00 (Quinhentos e Treze Mil Reais).

São José dos Quatro Marcos/MT, aos 30 dias do mês de setembro de 2019.

PAULO REMÉDIO

Presidente

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO MÉDIO NORTE MATOGROSSENSE

TERMO DE ADJUDICAÇÃO Nº 005/2019

TERMO DE ADJUDICAÇÃO Nº 005/2019

CREDENCIAMENTO Nº 001/2019 - INEXIGIBILIDADE Nº 001/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 007/2019

ADJUDICO o procedimento licitatório da modalidade de **CREDENCIAMENTO Nº 001/2019-INEXIGIBILIDADE Nº 001/2019, CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS prestadores de serviços técnico-profissionais na área da saúde, para realização de Consultas Médica Especializada, Realização de Exames de Apoio Diagnóstico e Procedimentos Cirúrgicos";** tendo em vista os cumprimentos legais, a favor das empresas: **INTHEGRA REABILITAÇÃO E MEDICINA ESPORTIVA LTDA - CNPJ nº 32.239.544/0001-05,** sediadana Avenida Brasil, Nº 1635-N, Sala 15 a 20, Bairro Jardim Europa, cidade de Tangará da Serra – MT, CEP: 78.300-00, com valor global de R$ 25.445,00 (Vinte e Cinco Mil Quatrocentos e Quarenta e Cinco Reais) e **CENTRO MÉDICO DIAGNÓSTICO E OCUPACIONAL - CNPJ nº 30.899.830/0001-63,** sediada na Avenida Brasil, Nº 1635-N, Bairro Jardim Europa, cidade de Tangará da Serra – MT, CEP: 78.300-00, com valor global de R$ 15.123,43 (Quinze Mil Cento e Vinte e Três Reais e Quarenta e Três Centavos).

Em conformidade com o item 7, 7.1 do edital de credenciamento. "A distribuição dos serviços será de acordo com o número de credenciados e a demanda dos municípios consorciados, podendo ser necessário ser redistribuídas durante a vigência do credenciamento".

Tangará da Serra/MT, 27 de Setembro de 2019.

RAFAEL MACHADO

Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 008/2019

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 008/2019

CREDENCIAMENTO Nº 001/2019- INEXIGIBILIDADE Nº 001/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 007/2019

Sr. Rafael Machado, Presidente do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO MÉDIO NORTE MATO-GROSSENSE, situado à Rua 7A, 127-N, Bairro Jardim do Amor, Tangará da Serra-MT, CEP 78.300-000, pessoa jurídica de direito público, torna público para conhecimento de todos os interessados que em conformidade com o julgamento e valores adjudicados:

HOMOLOGA o processo licitatório da modalidade de **CREDENCIAMENTO Nº 001/2019 -INEXIGIBILIDADE Nº 001/2019, "CREDENCIAMENTO de pessoas jurídicas prestadores de serviços técnico-profissionais na área da saúde, para realização de Consultas Médica Especializada, Realização de Exames de Apoio Diagnóstico e Procedimentos Cirúrgicos"** que teve nesta data CREDENCIADAS as seguintes empresas:

INTHEGRA REABILITAÇÃO E MEDICINA ESPORTIVA LTDA - CNPJ nº 32.239.544/0001-05, sediadana Avenida Brasil, Nº 1635-N, Sala 15 a 20, Bairro Jardim Europa, cidade de Tangará da Serra – MT, CEP: 78.300-00. A empresa solicitou credenciamento para os seguintes itens:

ITEM	CÓD.	CÓD. TCE	CONSULTAS	UNIDADE	QUANT	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
7	5179	4674	CONSULTA MÉDICA EM ORTOPEDIA E TRAUMOTOGIA.	UN.	250	R$ 101,78	R$ 25.445,00
			TOTAL GERAL.....				**R$ 25.445,00**

CENTRO MÉDICO DIAGNÓSTICO E OCUPACIONAL - CNPJ nº 30.899.830/0001-63, sediada na Avenida Brasil, Nº 1635-N, Bairro Jardim Europa, cidade de Tangará da Serra – MT, CEP: 78.300-00. A empresa solicitou credenciamento para os seguintes itens:

ITEM	CÓD.	CÓD. TCE	PROCEDIMENTOS ESPECIAIS	UNIDAD	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
100	5306	281529-0	Eletroencefalograma.	UN.	125	R$ 115,50	R$ 14.437,50
101	5248	308528-7	Exame de Audiometria Vocal.	UN.	6	R$ 57,91	R$ 347,46
102	5241	308526-0	Exame de Audiometria Tonal.	UN.	7	R$ 48,21	R$ 337,47
			TOTAL GERAL.....				**R$ 15.122,43**

Em conformidade com o item 7 **-** Da Distribuição Dos Serviços do edital de credenciamento 7.1 "A distribuição das consultas e procedimentos será de acordo com o número de credenciados e a demanda da Central de Regulação de Vagas Municipal, podendo se necessário ser redistribuídas durante a vigência do credenciamento", ou seja, caso houver outros pedidos de credenciamentos para as mesmas especialidades solicitadas pelas empresas declaradas aptas nesta sessão e posteriormente homologadas, os quantitativos e valor global serão redistribuídos.

Tangará da Serra/MT, 27 de Setembro de 2019.

RAFAEL MACHADO

Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO GUAPORÉ

AVISO DE CREDENCIAMENTO 001/2019/CISVAG

EDITAL DE CREDENCIAMENTO No 001/2019/CISVAG

INEXIGIBILIDADE Nº 001/2019/CISVAG

(PROCESSO Nº 012/2019/CISVAG)

AVISO DE CREDENCIAMENTO DEEMPRESAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÉDICOS EM PROCEDIMENTOS CIRURGICOS E EXAMES NA ESPECIALIDADE DE OTORRINOLARINGOLOGIA PARA O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO GUAPORÉ-CISVAG.

Período de Recebimento de Documentos: a partir do dia **02/10/2019 até o dia 18/10/2019,** no horário: 07h às 11h. e das 13h às 17h.

Obs. Durante toda a vigência do credenciamento, as empresas que não solicitaram o credenciamento no prazo estipulado acima, poderão solicitar nos mesmos termos deste edital. Porém o credenciamento/contratação terá vigência somente até o prazo de 12 (doze) meses a contar dos creden-

ciamentos realizados na primeira etapa, com possível prorrogação do contrato nos termos da lei.

Local do recebimento de Documentos: na sede do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Guaporé, situada na Avenida Florespina Azambuja, 1595, Centro, Pontes e Lacerda - MT.

Data e local da Sessão de divulgação do Resultado do Credenciamento: dia 21/10/2019, as09h,na sala de licitações da prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda, Situada na Avenida Marechal Rondon, 522, Centro – Pontes e Lacerda/MT - CEP. 78.250.000.

Kenedy Cruz Leite

Presidente da Comissão de Licitação

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO - CISVP

EXTRATO DE CONTRATO RH Nº 024/2019

EXTRATO DE CONTRATO RH Nº 024/2019

CONTRATANTE: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO

CONTRATADO: MARIA DO SOCORRO MENESES

OBJETO: Contratação de prestação de serviços em caráter excepcional temporário na função de Assistente Técnico Administrativo.

VIGENCIA: 02/09/2019 a 31/12/2019.

VALOR: R$ 6.000,00

DOTAÇÃO: 01.001.10.302.0002.2005-3190.04.00.00 – Código Reduzido: “048”

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO ARAGUAIA

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 003/2019 A Comissão Permanente de Licitação do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Araguaia, através de seu presidente Aldair Luiz Zandoná, torna público o resultado da licitação na modalidade de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO sob N° 003/2019 e convoca os vencedores para assinatura do contrato, cujo objeto é a Prestação de Serviços Médicos Especializados:

FORNECEDORES	CNPJ	VALOR
LAZARO IVO CAJANGO GOMES	28.872.680/0001-52	**108.900,00**
HRG SOLUÇÕES EM SAUDE LTDA	31.124.111/0001-33	**108.121,20**
TOTAL		**217.021,20**

Água Boa – MT, 01 de outubro de 2019

Aldair Luiz Zandoná - Presidente CPL

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE MATO GROSSO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO 005/2019

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 005/2019

OBJETO**: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEIS, LUBRIFICANTES E FILTROS PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DO CISOMT – PERIMETRO URBANO DO MUNICIPIO DE CÁCERES - MT**. Conforme especificações e quantidades discriminadas em Anexo I (Termo de Referência).

Tendo em vista o que consta dos autos do processo de Licitação **PREGÃO PRESENCIAL N°. 005/2019**, e diante do resultado apresentado pela Comissão Permanente de Licitação (Pregoeiro e equipe de Apoio), declarando como vencedor para os itens para abastecimento no **PERIMETRO URBANO DO MUNICIPIO DE CÁCERES – MT.**

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNID	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	ALCOOL COMUM	L	6000	2,71	16.260,00
2	DISCO DE TACOGRAFO 125 - CAIXA COM 10 UNIDADES	UN	50	47,00	2.350,00
3	DISCO DE TACOGRAFO 180 - CAIXA COM 10 UNIDADES	UN	50	46,00	2.300,00
4	FILTRO DE AR DE MOTOR - VW, ANOS VARIADOS, GOL E VOYAGE	UN	8	24,00	192,00
5	FILTRO DE AR PRIMARIO, VOLVO, MB E AGRALE	UN	8	110,00	880,00
6	FILTRO DE AR SECUNDARIO, VOLVO, MB E AGRALE	UN	8	99,00	792,00
7	FILTRO DE COMBUSTIVEL BLINDADO AUTOMOTIVO - VW, GOL, VOYAGE.	UN	8	15,00	120,00
8	FILTRO DE COMBUSTIVEL BLINDADO SECUNDARIO AUTOMOTIVO - VOLARE, MICRO ONIBUS	UN	8	77,00	616,00
9	FILTRO DE COMBUSTIVEL PRIMARIO BLINDADO AUTOMOTIVO - AGRALE, MB, VOLVO E VOLARE, ANOS VARIADOS	UN	8	78,00	624,00
10	FILTRO DE COMBUSTIVEL PRIMARIO BLINDADO AUTOMOTIVO - MB. RACOR	UN	8	80,00	640,00
11	FILTRO DE COMBUSTIVEL PRIMARIO BLINDADO AUTOMOTIVO - VOLVO, ANOS VARIADOS. RACOR	UN	8	65,00	520,00
12	FILTRO DE DIREÇÃO HIDRÁULICA, ONIBUS VOLVO, MB, AGRALE	UN	8	12,00	96,00
13	FILTRO DE LUBRIFICANTE, VOLVO, MB E AGRALE	UN	8	39,00	312,00
14	FILTRO DE OLEO AUTOMOTIVO - VOLARE, MODELO MICRO ONIBUS, ANOS VARIADOS	UN	8	126,00	1.008,00
15	FILTRO DE OLEO AUTOMOTIVO - VW, ANOS VARIADOS, GOL E VOYAGE.	UN	8	16,00	128,00
16	FILTRO PRIMARIO DO AR DO MOTOR DO ONIBUS VOLARE E AGRALE. ANOS VARIADOS	UN	8	58,00	464,00
17	FILTRO PU SECADOR DE AR, VOLVO, MB, VOLARE E AGRALE	UN	8	128,00	1.024,00
18	FILTRO SECUNDARIO DO AR DO MOTOR DO ONIBUS VOLARE E AGRALE. ANOS VARIADOS	UN	8	64,00	512,00
19	FLUIDO - LIQUIDO OLEO DE FREIO, EMBALADOS EM FRASCO COM 500ML.	UN	8	18,00	144,00
20	GASOLINA COMUM	L	9000	4,52	40.680,00
21	OLEO ARLA BALDE DE 20 L	UN	45	63,00	2.835,00
22	OLEO DIESEL COMUM	L	25000	3,99	99.750,00
23	OLEO DIESEL S10	L	50000	4,07	203.500,00
25	OLEO LUBRIFICANTE - OLEO 15W40, API CI4, VOLARE, MICRO ONIBUS, PARA LUBRIFICACAO DE MOTOR (DIESEL) BALDE DE 20 LITROS	UN	30	298,67	8.960,10

27	OLEO LUBRIFICANTE - OLEO TOTAL RUBIA 15W40, API CI4, VOLARE, MICRO ONIBUS, PARA LUBRIFICACAO DE MOTOR (DIESEL) GALÃO DE 4 LITROS	UN	8	132,00	1.056,00
28	OLEO LUBRIFICANTE - OLEO TOTAL RUBIA 5W40, API SN, 1 LITRO	UN	17	47,00	799,00
29	OLEO LUBRIFICANTE - TIPO LUBRIFICANTE, PARA TRANSMISSAO, ESPECIFICACAO API GL-5 SAE 90, EMBALAGEM DE 01 LITRO	UN	8	18,00	144,00
30	OLEO LUBRIFICANTE - TIPO LUBRIFICANTE, PARA TRANSMISSAO, ESPECIFICACAO API GL-5 SAE 90, EMBALAGEM DE 20 LITROS	UN	7	309,00	2.163,00
31	OLEO LUBRIFICANTE - TIPO LUBRIFICANTE, SINTETICO, PARA DIFERENCIAL, ESPECIFICACAO SAE 85W140 HDCF, EMBALAGEM DE 01 LITRO	UN	10	20,00	200,00
32	OLEO LUBRIFICANTE - TIPO LUBRIFICANTE, SINTETICO, PARA DIFERENCIAL, ESPECIFICACAO SAE 85W140 HDCF, EMBALAGEM DE 20 LITROS	UN	12	316,00	3.792,00
35	SISTEMA DE AR CONDICIONADO AUTOMOTIVO - FILTRO DA CABINE, PARA SISTEMA DO CONDICIONADOR DE AR, GOL E VOYAGE VW	UN	8	17,00	136,00
Total do Proponente				**392.997,10**	

A empresa: TRIANGULO COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES LTDA **- EPP CNPJ 09.136.878/0002-04, HOMOLOGO** o presente certame, para que produza todos os efeitos legais previstos em lei.

São José dos Quatro Marcos - MT, 27 de setembro de 2019.

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

PRESIDENTE DO CISOMT

AVISO DE ABERTURA - PREGÃO PRESENCIAL 006/2019

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE MATO GROSSO

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 006/2019

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Mato Grosso (CISOMT), por intermédio de seu Pregoeiro, comunica aos interessados que será ABERTA a Licitação na Modalidade Pregão Presencial Para Registro de Preço Nº 006/2019, nos termos da Lei 10.520/02, **no dia 14 de outubro de 2019 as 09:h 00min**, na Sala de Licitações do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste do Mato Grosso, localizada na Avenida Mato Grosso, 490, Bairro Jardim Santa Rosa, São José dos Quatro Marcos MT. Objeto: registro de preços para futura e eventual contratação de empresas que tenham interesse de prestar serviços especializados na área de saúde, para realização de Consultas de Gastroenterologia e Exames de Endoscopia e Colonoscopia, para atendimento da demanda dos municípios integrantes do consórcio de saúde do oeste de mato grosso, de forma complementar da cobertura dos serviços prestados pelas redes municipais de saúde/sistema único de saúde, conforme Termo de Referência ANEXO I. Os interessados no Edital poderão retirá-lo no endereço acima, maiores informações pelo e-mail **licitacao@cisomt.com.br e site** www.cisomt.com.br e pelo Telefone (65) 3251-2729. São José dos Quatro Marcos - MT, 01 de outubro de 2019**. Danilo dos Santos Bastos – Pregoeiro.**

EXTRATOS DE PUBLICAÇÕES CONTRATOS

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE MATO GROSSO, EXTRATO DO CONTRATO nº. **16/2019**. Contratante**: CISOMT,** Contratado: **CENTRO DE TRATAMENTO DO RIM LTDA – CNPJ: 02.030.980/0001-09**, sediada na Av. Sete de Setembro, nº. S/N, Centro, Cáceres – MT Objeto. Contratação da empresa para prestação de serviços de **CONSULTAS DE NEFROLOGIA**, para atender pacientes dos Municípios Consorciados ao CISOMT. **Valor R$ 295.920,00** (Duzentos e noventa e cinco mil, novecentos e vinte reais) Vigência: **14 de agosto de 2019 e término no dia 14 de agosto de 2020**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE MATO GROSSO, EXTRATO DO CONTRATO nº. **17/2019**. Contratante**: CISOMT,** Contratado: **HOSPITAL OTORRINO LTDA** inscrita no CNPJ: 14.347.727/0001-54, localizada na Rua Tenente Eulálio Guerra, nº 20, Edif. Do Hospital Otorrino, Bloco B, Sala 01, Bairro Araes, CEP: 78.005-510, Município de Cuiabá – MT. Objeto. Contratação de empresas que tenham interesse de prestar serviços especializados na área de saúde, de **CONSULTAS, EXAMES E CIRURGIAS EM OTORRINO**, visando o atendimento dos usuários do sus, de acordo com as demandas dos municípios integrantes do CISOMT**,** Valor: **R$ 832.863,00** (oitocentos e trinta e dois mil, oitocentos e sessenta e três reais) Vigência: **30 de agosto de 2019 e término no dia 30 de agosto de 2020**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE MATO GROSSO, EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO Nº. **25/2018**. Contratante**: M R S DE ABREU**, inscrita no CNPJ: 08.691.932/0001-30. ***Objeto:*** Contratação de empresas que tenham interesse de prestar serviços especializados na área de saúde, para realização de consultas em NEUROPEDIATRIA para atendimento da demanda dos municípios integrantes do consórcio de saúde do oeste de mato grosso. Aditivo de Prazo - Vigência: 03/08/2019 a 03/08/2020.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE MATO GROSSO, EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO Nº. **26/2018**. Contratante**: CEICO – CENTRO DE IMAGEM DO CENTRO OESTE, CNPJ Nº. 03.186.027/0001-09. *Objeto:*** Contratação da empresa para prestação de serviços de fornecimento de Exames de Ressonância Magnética e Serviços de Anestesia para Sedação, visando o atendimento do CISOMT, para atender pacientes dos Municípios Consorciados ao CISOMT. Aditivo de Prazo - Vigência: 17/08/2019 a 17/08/2020.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE MATO GROSSO, EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRAZO/SUPRESSÃO DO CONTRATO Nº. **14/2017**. Contratante**:** NESTOR FIDELIS – SOCIEDADE DE ADVOGADOS, CNPJ/MF sob o nº 11.441.597/0001-26. ***Objeto:*** a prestação de serviços contínuos técnicos especializados em assessoria e consultoria jurídicas, compreendendo emissão de pareceres; análise de licitações e compras e alienações; representação judicial e extrajudicial em qualquer âmbito, foro e comarca; análise ou elaboração de minutas de atos normativos, com presença de profissional na sede do CISOMT. Aditivo de Prazo - Vigência: 03/08/2019 a 03/11/2019, valor mensal R$ 4.500,00.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO 004/2019

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 004/2019

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEIS, LUBRIFICANTES E FILTROS PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DO CISOMT. Conforme especificações e quantidades discriminadas em Anexo I (Termo de Referência).

Tendo em vista o que consta dos autos do processo de Licitação **PREGÃO PRESENCIAL N°. 004/2019**, e diante do resultado apresentado pela Comissão Permanente de Licitação (Pregoeiro e equipe de Apoio), declarando como vencedor para o **ABASTECIMENTO NO PERIMETRO URBANO DO MUNICIPIO DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS – MT.**

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNID	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	ALCOOL COMUM	L	6.000	2,69	16.140,00
2	DISCO DE TACOGRAFO 125 - CAIXA COM 10 UNIDADES	UN	50	47,00	2.350,00
3	DISCO DE TACOGRAFO 180 - CAIXA COM 10 UNIDADES	UN	50	46,00	2.300,00
4	FILTRO DE AR DE MOTOR - VW, ANOS VARIADOS, GOL E VOYAGE	UN	8	24,00	192,00
5	FILTRO DE AR PRIMARIO, VOLVO, MB E AGRALE	UN	8	110,00	880,00
6	FILTRO DE AR SECUNDARIO, VOLVO, MB E AGRALE	UN	8	99,00	792,00
7	FILTRO DE COMBUSTIVEL BLINDADO AUTOMOTIVO - VW, GOL, VOYAGE	UN	8	15,57	124,56
8	FILTRO DE COMBUSTIVEL BLINDADO SECUNDARIO AUTOMOTIVO - VOLARE, MICRO ONIBUS	UN	8	77,00	616,00
9	FILTRO DE COMBUSTIVEL PRIMARIO BLINDADO AUTOMOTIVO - AGRALE, MB, VOLVO E VOLARE, ANOS VARIADOS	UN	8	78,00	624,00
10	FILTRO DE COMBUSTIVEL PRIMARIO BLINDADO AUTOMOTIVO - MB. RACOR	UN	8	81,17	649,36
11	FILTRO DE COMBUSTIVEL PRIMARIO BLINDADO AUTOMOTIVO - VOLVO, ANOS VARIADOS. RACOR	UN	8	66,50	532,00
12	FILTRO DE DIREÇÃO HIDRÁULICA, ONIBUS VOLVO, MB, AGRALE	UN	8	12,00	96,00
13	FILTRO DE LUBRIFICANTE, VOLVO, MB E AGRALE	UN	8	39,00	312,00
14	FILTRO DE OLEO AUTOMOTIVO - VOLARE, MODELO MICRO ONIBUS, ANOS VARIADOS	UN	8	126,00	1.008,00
15	FILTRO DE OLEO AUTOMOTIVO - VW, ANOS VARIADOS, GOL E VOYAGE	UN	8	16,83	134,64
16	FILTRO PRIMARIO DO AR DO MOTOR DO ONIBUS VOLARE E AGRALE. ANOS VARIADOS	UN	8	58,00	464,00
17	FILTRO PU SECADOR DE AR, VOLVO, MB, VOLARE E AGRALE	UN	8	128,67	1.029,36
18	FILTRO SECUNDARIO DO AR DO MOTOR DO ONIBUS VOLARE E AGRALE. ANOS VARIADOS	UN	8	64,00	512,00
19	FLUIDO - LIQUIDO OLEO DE FREIO, EMBALADOS EM FRASCO COM 500ML	UN	8	18,60	148,80
20	GASOLINA COMUM	L	9.000	4,46	40.140,00
21	OLEO ARLA BALDE DE 20 L	UN	45	57,00	2.565,00
22	OLEO DIESEL COMUM	L	25.000	3,99	99.750,00
23	OLEO DIESEL S10	L	50.000	4,05	202.500,00
24	OLEO LUBRIFICANTE - FLUIDO HIDRAULICO, PARA DIRECAO HIDRAULICA E TRANSMISSAO AUTOMOMATICA, EMBALAGEM DE 1 LITRO	UN	10	16,00	160,00
25	OLEO LUBRIFICANTE - OLEO 15W40, API CI4, VOLARE, MICRO ONIBUS, PARA LUBRIFICACAO DE MOTOR (DIESEL) BALDE DE 20 LITROS	UN	30	275,00	8.250,00
26	OLEO LUBRIFICANTE - OLEO TOTAL RUBIA 15W40, API CH4, VOLARE, MICRO ONIBUS, PARA LUBRIFICACAO DE MOTOR (DIESEL) BALDE DE 20 LITROS	UN	30	230,00	6.900,00
27	OLEO LUBRIFICANTE - OLEO TOTAL RUBIA 15W40, API CI4, VOLARE, MICRO ONIBUS, PARA LUBRIFICACAO DE MOTOR (DIESEL) GALÃO DE 4 LITROS	UN	8	132,00	1.056,00
28	OLEO LUBRIFICANTE - OLEO TOTAL RUBIA 5W40, API SN, 1 LITRO	UN	17	47,00	799,00
29	OLEO LUBRIFICANTE - TIPO LUBRIFICANTE, PARA TRANSMISSAO, ESPECIFICACAO API GL-5 SAE 90, EMBALAGEM DE 01 LITRO	UN	8	18,75	150,00
30	OLEO LUBRIFICANTE - TIPO LUBRIFICANTE, PARA TRANSMISSAO, ESPECIFICACAO API GL-5 SAE 90, EMBALAGEM DE 20 LITROS	UN	7	292,00	2.044,00
31	OLEO LUBRIFICANTE - TIPO LUBRIFICANTE, SINTETICO, PARA DIFERENCIAL, ESPECIFICACAO SAE 85W140 HDCF, EMBALAGEM DE 01 LITRO	UN	10	20,00	200,00
32	OLEO LUBRIFICANTE - TIPO LUBRIFICANTE, SINTETICO, PARA DIFERENCIAL, ESPECIFICACAO SAE 85W140 HDCF, EMBALAGEM DE 20 LITROS	UN	12	295,00	3.540,00
33	OLEO LUBRIFICANTE - TIPO LUBRIFICANTE, SINTETICO, PARA TRANSMISSAO, ESPECIFICACAO SAE 80W90 HDCF, EMBALAGEM DE 01 LITRO	UN	8	21,25	170,00
34	OLEO LUBRIFICANTE - TIPO LUBRIFICANTE, SINTETICO, PARA TRANSMISSAO, ESPECIFICACAO SAE 80W90 HDCF, EMBALAGEM DE 20 LITROS	UN	6	359,00	2.154,00
35	SISTEMA DE AR CONDICIONADO AUTOMOTIVO - FILTRO DA CABINE, PARA SISTEMA DO CONDICIONADOR DE AR, GOL E VOYAGE VW	UN	8	17,57	140,56
Total do Proponente				**399.423,28**	

A empresa: **AUTO POSTO QUATRO MARCOS LTDA CNPJ nº. 37.472.511/0001-16, HOMOLOGO** o presente certame, para que produza todos os efeitos legais previstos em lei.

São José dos Quatro Marcos - MT, 27 de setembro de 2019.

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

PRESIDENTE DO CISOMT

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO NORTE ARAGUAIA

TERMO DE CONTRATO Nº. 002/2019

CONTRATO Nº. 002/2019

CONTRATADA: BRESSAN, LAMONATTO & CIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 03.512.021/0001-84.

OBJETO: O presente contrato visa a Futura e Eventual Contratação de empresa para fornecimento de 01 VEICULO TIPO PASSEIO conforme Contrato de Repasse no 853464/2017/ **SECRETARIA DE ESTADO AGRICULTURA FAMILIAR E ASSUNTOS FUNDIÁRIOS – SEAF/MT, com entrega em Porto Alegre do Norte-MT, para atender as necessidades do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental "Norte Araguaia".**

VALOR GLOBAL: R$ 51.000,00 (Cinquenta e um mil reais).

DATA: 01/10/2019.

VIGÊNCIA: 01/10/2020.

DANIEL ROSA DO LAGO

Presidente

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 06/2019.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 06/2019.

FUNDAMENTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO N°.10/2019 PREGÃO PRESENCIAL N°. 02/2019.

PARTES: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL – NORTE ARAGUAIA.

EMPRESA: BRESSAN, LAMONATTO & CIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF nº.03.512.021/0001-84.

VALOR TOTAL: R$ 51.000,00.

VIGÊNCIA: Prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da mesma, 01/10/2019.

OBJETO: Ata de Registro de preço a Contratação de empresa para fornecimento de Veículo Tipo Passeio, conforme Contrato de Repasse no 853464/2017/ SECRETARIA DE ESTADO AGRICULTURA FAMILIAR E ASSUNTOS FUNDIÁRIOS – SEAF/MT, para atender as necessidades do Consórcio Intermunicipal CIDESA Norte Araguaia, durante o exercício de 2019-2020.

DANIEL ROSA DO LAGO

PRESIDENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

RESULTADO DE LICITAÇÃO

CONCORRENCIA PARA ALIENAÇÃO Nº. 004/2019.

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, torna público aos interessados que na Concorrência para Alienação nº. 004/2019 marcada para o dia 27/09/2019 teve como vencedores os seguintes participantes:

Quadra	Lote	Bairro	Participante	Situação
B-15	02	Rodoviário	Marcelo Valdir Cason	VENCEDOR
B-15 A	03	Rodoviário	Lucas Mateus Cason	VENCEDOR
21	01	Delcio Eduardo Mendel	Tiago Canan	VENCEDOR
21	02	Delcio Eduardo Mendel	Tiago Canan	VENCEDOR
21	03	Delcio Eduardo Mendel	Tiago Thoma	VENCEDOR
21	04	Delcio Eduardo Mendel	Tiago Thoma	VENCEDOR
21	05	Delcio Eduardo Mendel	Julia Fernanda Santos Carvalho	VENCEDOR
21	06	Delcio Eduardo Mendel	Julia Fernanda Santos Carvalho	VENCEDOR
21	07	Delcio Eduardo Mendel	Cristovão Martins de Paula	VENCEDOR
21	50	Delcio Eduardo Mendel	Cristovão Martins de Paula	VENCEDOR
21	36	Delcio Eduardo Mendel	Marcos Aguiar Palinski	VENCEDOR
22	21	Delcio Eduardo Mendel	Juliana Batista dos Santos	VENCEDOR
22	22	Delcio Eduardo Mendel	Terezinha Oliveira dos Santos	VENCEDOR
22	24	Delcio Eduardo Mendel	Remichella Martins De Colle Scherer	VENCEDOR
22	25	Delcio Eduardo Mendel	Remichella Martins De Colle Scherer	VENCEDOR
22	32	Delcio Eduardo Mendel	Silvani Alves da Silva	VENCEDOR
22	39	Delcio Eduardo Mendel	Luiz Ricardo Vieira Salgado	VENCEDOR
22	42	Delcio Eduardo Mendel	Julherme Leidiane Horn	VENCEDOR
22	56	Delcio Eduardo Mendel	Francielly Fernanda Ferreira	VENCEDOR
23	04	Delcio Eduardo Mendel	Bruno Marques de Alcantara	VENCEDOR
23	30	Delcio Eduardo Mendel	Ronaldo Portela de Lima	VENCEDOR

Abre-se o prazo conforme Art. 109, inciso I, alínea “b” da Lei nº. 8.666/93, ficando desde já a documentação franqueada para análise dos interessados.

Água Boa - MT, 30 de setembro de 2019.

Vera Lúcia Fries

Presidente da Comissão de Licitação

PLANEJAMENTO E FINANCAS
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 053/2019

RESULTADO DE LICITAÇÃO.

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 053/2019.

A Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, torna público o resultado da sessão que se realizou na data de 01/10/2019, licitação na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preço nº 053/2019, teve como vencedora a empresa:**CLARO COMUNICAÇÃO VISUAL EIRELI -EPP, CNPJ: 08.349.487/0001-24.**

Água Boa - MT, 01 de outubro de 2019.

Marcos da Silva

Pregoeiro

GEOOBRAS
EXTRATO DE CONTRATO 141/2019

PROCESSO: 124/2019

LICITAÇÃO: Pregão Presencial nº.052/2019

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT

FORNECEDOR REGISTRADO: HRG SOLUÇÕES EM SAÚDE LTDA

OBJETO: 1.1 Contratação de Serviços Médicos especializados em Oftalmologia, no Município De Água Boa-MT, conforme especificado no Termo de Referência, Anexo I e planilha a seguir:

COD	NOME	UND	QTD	VLR. UNT.	TOTAL
25850	SERVICOS ESPECIALIZADOS EM OFTALMOLOGIA	CONSULTA	2880	140,00	403.200,00

VALOR: R$ 403.200,00 (Quatrocentos e três mil e duzentos reais).

DATA: 01/10/2019

VIGÊNCIA: 30/09/2020

MAURO ROSA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

CONVOCAÇÃO: FICA A EMPRESA CONVOCADA A ASSINAR O CONTRATO DENTRO DO PRAZO PREVISTO NO EDITAL.

ERRATA

ONDE SE LÊ: PEDIDO DE LICENÇA PRÉVIA E INSTALAÇÃO

LEIA-SE: RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO PROVISÓRIA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA, com **CNPJ 15.023.898/0001-90**, torna público que requereu junto ao **CODEMA – Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental "Médio Araguaia"** a Renovação de Licença de Operação Provisória – LOP, para a atividade de "Jazidas de Empréstimo para Obras Civis Públicas", situada na Rodovia MT-240, com as coordenadas 14° 02' 04,00'' S – 52° 16' 25,00'' O, zona rural do município de Água Boa – MT.

PLANEJAMENTO E FINANCAS
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 051/2019

RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 051/2019

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, designado pelo Decreto nº. 3.273/2019; torna público o resultado da sessão que se realizou na data de 25/09/2019, licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 051/2019, e teve como vencedora a empresa: **TIHERES REZENDE LEITE**, inscrita no **CNPJ: 15.213.546/0001-06.**

Água Boa - MT, 01 de outubro de 2019.

Marcos da Silva

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA

GRUPO DE PREGÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 024/2019

AVISO DE PUBLICAÇÃO

Alto Boa Vista – MT, 17 DE SETEMBRO DE 2019.

"O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA ESTADO DE MATO GROSSO EM CUMPRIMENTO AO QUE DISPÕE A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ESTADUAL, A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, E, EM ESPECIAL, O ARTIGO 61, PARÁGRAFO ÚNICO DA LEI Nº 8.666/93"

Torna-se público o EXTRATO DE CONTRATO Nº 024/2019, de 17 de Setembro de 2019, que, para fins de direito e conhecimento público, expediu-se o presente Aviso, com Publicação em Mural Prefeitura e Câmara Municipal de Alto Boa Vista – MT:

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATADA: ANTONIO NETO DIAS COSTA 70694990191

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS, MATERIAL DE LIMPEZA, COPA E GAS DE COZINHA PARA TODOS AS SECRETARIAS DO MUNICIPIO PELO PERÍODO DE 01 ANO.

DO VALOR: R$ 140.830,00(cento e quarenta mil oitocentos e trinta reais).

DO PRAZO: O prazo do presente Contrato é de 12 (doze) meses.

DOS RECURSOS:

As despesas decorrentes desta contratação, correrão à conta de dotação orçamentária prevista para os órgãos e entidades para o ano de 2019 e 2020.

DATA: 17 de Setembro de 2019.

ASSINAM: VALTUIR CANDIDO DA SILVA – Prefeito Municipal e ANTONIO NETO DIAS COSTA 70694990191 – Contratada.

VALTUIR CANDIDO DA SILVA

Prefeito Municipal

GRUPO DE PREGÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 023/2019

AVISO DE PUBLICAÇÃO

Alto Boa Vista – MT, 17 DE SETEMBRO DE 2019.

"O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA ESTADO DE MATO GROSSO EM CUMPRIMENTO AO QUE DISPÕE A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ESTADUAL, A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, E, EM ESPECIAL, O ARTIGO 61, PARÁGRAFO ÚNICO DA LEI Nº 8.666/93"

Torna-se publico o EXTRATO DE CONTRATO Nº 023/2019, de 17 de Setembro de 2019, que, para fins de direito e conhecimento público, expediu-se o presente Aviso, com Publicação em Mural Prefeitura e Câmara Municipal de Alto Boa Vista – MT:

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATADA: N X DA SILVA GONÇALVES ME

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS, MATERIAL DE LIMPEZA, COPA E GAS DE COZINHA PARA TODOS AS SECRETARIAS DO MUNICIPIO PELO PERÍODO DE 01 ANO.

DO VALOR: R$ 1.863.550,25(um milhão oitocentos e sessenta e três mil quinhentos e cinquenta reais e vinte e cinco centavos).

DO PRAZO: O prazo do presente Contrato é de 12 (doze) meses.

DOS RECURSOS:

As despesas decorrentes desta contratação, correrão à conta de dotação orçamentária prevista para os órgãos e entidades para o ano de 2019 e 2020.

DATA: 17 de Setembro de 2019.

ASSINAM: VALTUIR CANDIDO DA SILVA – Prefeito Municipal e N X DA SILVA GONÇALVES – ME – Contratada.

VALTUIR CANDIDO DA SILVA

Prefeito Municipal

GRUPO DE PREGÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 026/2019

AVISO DE PUBLICAÇÃO

Alto Boa Vista – MT, 17 DE SETEMBRO DE 2019.

"O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA ESTADO DE MATO GROSSO EM CUMPRIMENTO AO QUE DISPÕE A CONSTITUIÇÃO FE-

DERAL, ESTADUAL, A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, E, EM ESPECIAL, O ARTIGO 61, PARÁGRAFO ÚNICO DA LEI Nº 8.666/93"

Torna-se público o EXTRATO DE CONTRATO Nº 026/2019, de 17 de Setembro de 2019, que, para fins de direito e conhecimento público, expediu-se o presente Aviso, com Publicação em Mural Prefeitura e Câmara Municipal de Alto Boa Vista – MT:

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATADA: R G DA PAZ EIRELLI – ME

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS, MATERIAL DE LIMPEZA, COPA E GAS DE COZINHA PARA TODOS AS SECRETARIAS DO MUNICIPIO PELO PERÍODO DE 01 ANO.

DO VALOR: R$ 395.689,15(trezentos e noventa e cinco mil seiscentos e oitenta e nove reais e quinze centavos).

DO PRAZO: O prazo do presente Contrato é de 12 (doze) meses.

DOS RECURSOS:

As despesas decorrentes desta contratação, correrão à conta de dotação orçamentária prevista para os órgãos e entidades para o ano de 2019 e 2020.

DATA: 17 de Setembro de 2019.

ASSINAM: VALTUIR CANDIDO DA SILVA – Prefeito Municipal e R G DA PAZ EIRELLI – ME – Contratada.

VALTUIR CANDIDO DA SILVA

Prefeito Municipal

GRUPO DE PREGÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 025/2019

AVISO DE PUBLICAÇÃO

Alto Boa Vista – MT, 17 DE SETEMBRO DE 2019.

"O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA ESTADO DE MATO GROSSO EM CUMPRIMENTO AO QUE DISPÕE A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ESTADUAL, A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, E, EM ESPECIAL, O ARTIGO 61, PARÁGRAFO ÚNICO DA LEI Nº 8.666/93"

Torna-se público o EXTRATO DE CONTRATO Nº 025/2019, de 17 de Setembro de 2019, que, para fins de direito e conhecimento público, expediu-se o presente Aviso, com Publicação em Mural Prefeitura e Câmara Municipal de Alto Boa Vista – MT:

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATADA: DHIENNIFY MARQUES TOBIAS SIPAUBA 04629080112

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS, MATERIAL DE LIMPEZA, COPA E GAS DE COZINHA PARA TODOS AS SECRETARIAS DO MUNICIPIO PELO PERÍODO DE 01 ANO.

DO VALOR: R$ 161.542,50(cento e sessenta e um mil quinhentos e quarenta e dois reais e cinquentas centavos).

DO PRAZO: O prazo do presente Contrato é de 12 (doze) meses.

DOS RECURSOS:

As despesas decorrentes desta contratação, correrão à conta de dotação orçamentária prevista para os órgãos e entidades para o ano de 2019 e 2020.

DATA: 17 de Setembro de 2019.

ASSINAM: VALTUIR CANDIDO DA SILVA – Prefeito Municipal e DHIENNIFY MARQUES TOBIAS SIPAUBA 04629080112– Contratada.

VALTUIR CANDIDO DA SILVA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

TERMO DE POSSE EM CONCURSO PÚBLICO

Ao quinto dia do mês de agosto de dois mil e dezenove, na Gerência de Recursos Humanos, eu, **HÉLIO ANTUNES BRANDÃO NETO**, Secretário de Administração da Prefeitura Municipal de Alto Garças - MT, no uso das atribuições que me confere o cargo, dou posse a **DENITA BENTA DE RESENDE**, brasileira, solteira, portadora da Carteira de Identidade nº. 1949945-0 SSP/MT e CPF nº. 022.693.081-58, para o **Cargo de Serviços Gerais**, com carga horária de 40 (Quarenta) horas semanais, em cumprimento ao Edital de Convocação nº 003/2019, e Portaria de Nomeação nº 146/2019, sendo inicialmente lotada na Secretaria Municipal de Administração, assumindo a mesma o compromisso de cumprir fielmente os deveres do cargo, e os constantes da Legislação Municipal pertinente.

A Servidora declara que está tomando posse para o exercício do cargo no Regime Estatutário e que somente adquirirá a estabilidade no serviço público municipal se for aprovada no estágio probatório durante o período de 36 (trinta e seis) meses, de acordo com as normas do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Alto Garças e Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos da Administração Pública do Município de Alto Garças.

Alto Garças - MT, 05 de agosto de 2019.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal

HÉLIO ANTUNES BRANDÃO NETO

Secretário de Administração

VERA LÚCIA BESSA DE CARVALHO

Gerência de Recursos Humanos

De acordo,

DENITA BENTA DE RESENDE

Servidora

TERMO DE POSSE EM CONCURSO PÚBLICO

Ao quinto dia do mês de agosto de dois mil e dezenove, na Gerência de Recursos Humanos, eu, **HÉLIO ANTUNES BRANDÃO NETO**, Secretário de Administração da Prefeitura Municipal de Alto Garças - MT, no uso das atribuições que me confere o cargo, dou posse a **IRAILDES PEREIRA DA SILVA**, brasileira, solteira, portadora da Carteira de Identidade nº. 5514191 SSP/MT e CPF nº. 040.963.111-62, para o **Cargo de Assistente Administrativo**, com carga horária de 40 (Quarenta) horas semanais, em cumprimento ao Edital de Convocação nº 003/2019, e Portaria de Nomeação nº 146/2019, sendo inicialmente lotada na Secretaria Municipal de Saúde, assumindo a mesma o compromisso de cumprir fielmente os deveres do cargo, e os constantes da Legislação Municipal pertinente.

A Servidora declara que está tomando posse para o exercício do cargo no Regime Estatutário e que somente adquirirá a estabilidade no serviço público municipal se for aprovada no estágio probatório durante o período de 36 (trinta e seis) meses, de acordo com as normas do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Alto Garças e Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos da Administração Pública do Município de Alto Garças.

Alto Garças - MT, 05 de agosto de 2019.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal

HÉLIO ANTUNES BRANDÃO NETO

Secretário de Administração

VERA LÚCIA BESSA DE CARVALHO

Gerência de Recursos Humanos

De acordo,

IRAILDES PEREIRA DA SILVA

Servidora

TERMO DE POSSE EM CONCURSO PÚBLICO

Ao decimo sexto dia do mês de setembro de dois mil e dezenove, na Gerência de Recursos Humanos, eu, **HÉLIO ANTUNES BRANDÃO NETO**, Secretário de Administração da Prefeitura Municipal de Alto Garças - MT, no uso das atribuições que me confere o cargo, dou posse **GILDASIO CAMPOS LINHARES,** brasileiro, solteiro, portador da Carteira de Identidade nº. 0957614-2 SSP/MT e CPF nº. 592.758.801-82, para o **CARGO de Técnico Esportivo**, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em cumprimento ao Edital de Convocação nº 003/2019, e Portaria de Nomeação nº 192/2019, sendo inicialmente lotado na Secretaria Municipal de Esporte Lazer Cultura e Turismo, assumindo o mesmo o compromisso de cumprir fielmente os deveres do cargo, e os constantes da Legislação Municipal pertinente.

O Servidor declara que está tomando posse para o exercício do cargo no Regime Estatutário e que somente adquirirá a estabilidade no serviço público municipal se for aprovado no estágio probatório durante o período de 36 (trinta e seis) meses, de acordo com as normas do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Alto Garças e Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos da Administração Pública do Município de Alto Garças.

Alto Garças - MT, 16 de setembro de 2019.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal

HÉLIO ANTUNES BRANDÃO NETO

Secretário de Administração

VERA LÚCIA BESSA DE CARVALHO

Gerência de Recursos Humanos

De acordo,

GILDASIO CAMPOS LINHARES

Servidor

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS - SECRETATIRA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2019

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 108/2019

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2019

A Prefeitura Municipal de Alto Garças - MT através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, torna Público aos interessados, que realizará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - Tipo Menor Preço Por Item, no **dia 15 de OUTUBRO de 2019, às 08:30h (horário de Mato Grosso)**, **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE INSUMOS E MATERIAIS ODONTOLOGICOS, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALTO GARÇAS, de acordo com Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos.**.A íntegra do Edital encontra-se disponível na sede da Prefeitura Municipal de Alto Garças, localizada à Rua Dom Aquino n° 346, Centro - Alto Garças /MT. Os Interessados também poderão obter informações através do e-mail licitacaoag2017-2020@hotmail.com, pelo site https://www.altogarcas.mt.gov.br/Transparencia/Licitacoes-e-contratos ou pelo telefone (66) 3471-2450/3471-1155 das 13h00 às 18h00. Alto Garças - MT, 30 de setembro de 2019. Alessandra da Silva Dias - Pregoeira Oficial.

TERMO DE POSSE EM CONCURSO PÚBLICO

Ao quinto dia do mês de agosto de dois mil e dezenove, na Gerência de Recursos Humanos, eu, **HÉLIO ANTUNES BRANDÃO NETO**, Secretário de Administração da Prefeitura Municipal de Alto Garças - MT, no uso das atribuições que me confere o cargo, dou posse a **OZELIA RODRIGUES DE OLIVEIRA DA SILVA**, brasileira, casada, portadora da Carteira de Identidade nº. 1689092-2 SSP/MT e CPF nº. 010.923.631-90, para o CARGO de PROFESSOR PEDAGOGO, com carga horária de 25(vinte e cinco) horas semanais, em cumprimento ao Edital de Convocação nº 003/2019, e Portaria de Nomeação nº 146/2019, sendo inicialmente lotado na Secretaria Municipal de Educação, assumindo a mesma o compromisso de cumprir fielmente os deveres do cargo, e os constantes da Legislação Municipal pertinente.

A Servidora declara que está tomando posse para o exercício do cargo no Regime Estatutário e que somente adquirirá a estabilidade no serviço público municipal se for aprovada no estágio probatório durante o período de 36 (trinta e seis) meses, de acordo com as normas do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Alto Garças e Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos da Administração Pública do Município de Alto Garças.

Alto Garças - MT, 05 de agosto de 2019.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal

HÉLIO ANTUNES BRANDÃO NETO

Secretário de Administração

VERA LÚCIA BESSA DE CARVALHO

Gerência de Recursos Humanos

De acordo,

OZELIA RODRIGUES DE OLIVEIRA DA SILVA

Servidora

TERMO DE POSSE EM CONCURSO PÚBLICO

Ao primeiro dia do mês de outubro de dois mil e dezenove, na Gerência de Recursos Humanos, eu, **HÉLIO ANTUNES BRANDÃO NETO**, Secretário de Administração da Prefeitura Municipal de Alto Garças - MT, no uso das atribuições que me confere o cargo, dou posse a **MIKCHEL DE MELO**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº. 1314345-0 SSP/MT e CPF nº. 003.815.771-39, para o **Cargo de técnico em informática**, com carga horária de 40 (Quarenta) horas semanais, em cumprimento ao Edital de Convocação nº 004/2019, e Portaria de Nomeação nº 201/2019, sendo inicialmente lotado na Secretaria Municipal de Administração, assumindo o mesmo o compromisso de cumprir fielmente os deveres do cargo, e os constantes da Legislação Municipal pertinente.

O Servidor declara que está tomando posse para o exercício do cargo no Regime Estatutário e que somente adquirirá a estabilidade no serviço público municipal se for aprovada no estágio probatório durante o período de 36 (trinta e seis) meses, de acordo com as normas do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Alto Garças e Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos da Administração Pública do Município de Alto Garças.

Alto Garças - MT, 01 de outubro de 2019.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal

HÉLIO ANTUNES BRANDÃO NETO

Secretário de Administração

VERA LÚCIA BESSA DE CARVALHO

Gerência de Recursos Humanos

De acordo,

MIKCHEL DE MELO

Servidor

TERMO DE POSSE EM CONCURSO PÚBLICO

Ao quinto dia do mês de agosto de dois mil e dezenove, na Gerência de Recursos Humanos, eu, **HÉLIO ANTUNES BRANDÃO NETO**, Secretário de Administração da Prefeitura Municipal de Alto Garças - MT, no uso das atribuições que me confere o cargo, dou posse a **MARIA MADALENA**, brasileira, solteira, portadora da Carteira de Identidade nº. 395690 SSP/RO e CPF nº. 351.088.782-49, para o **CARGO de Técnico Administrativo Educacional/Auxiliar de Desenvolvimento Infantil**, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em cumprimento ao Edital de Convocação nº 002/2019, e Portaria de Nomeação nº 146/2019, sendo inicialmente lotada na Secretaria Municipal de Educação, assumindo a mesma o compromisso de cumprir fielmente os deveres do cargo, e os constantes da Legislação Municipal pertinente.

A Servidora declara que está tomando posse para o exercício do cargo no Regime Estatutário e que somente adquirirá a estabilidade no serviço público municipal se for aprovada no estágio probatório durante o período de 36 (trinta e seis) meses, de acordo com as normas do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Alto Garças e Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos da Administração Pública do Município de Alto Garças.

Alto Garças - MT, 05 de agosto de 2019.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal

HÉLIO ANTUNES BRANDÃO NETO

Secretário de Administração

VERA LÚCIA BESSA DE CARVALHO

Gerência de Recursos Humanos

De acordo,

MARIA MADALENA

Servidora

PORTARIA N° 202 DE 01 DE OUTUBRO DE 2019

"Desliga a servidora pública municipal MARIA JOSE MENDONÇA CAJANGO dos quadros da Municipalidade em virtude de concessão do benefício de aposentadoria previdenciária por tempo de contribuição e declara a vacância do respectivo cargo público e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS–MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas na Lei Orgânica do Município combinado com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e;

CONSIDERANDO, a Carta de Concessão de Aposentadoria por Tempo de Contribuição emitida pela Providência Social – NB nº 1922158868 em nome da mencionada servidora pública, protocolada junto ao Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração;

CONSIDERANDO, que o parágrafo único do art. 53, da Lei Municipal nº 292/90, com nova redação proposta pela Lei Municipal nº 886/2011, determina que a aposentadoria do servidor público extingue automaticamente o vínculo com a administração pública;

CONSIDERANDO, que o art. 53, da Lei Municipal nº 292/90, em seu inciso VII, determina que ocorrerá a vacância do cargo público em caso de aposentadoria do servidor;

R E S O L V E:

Art. 1° - **DESLIGAR** a servidora pública municipal **MARIA JOSE MENDONÇA CAJANGO**, lotada no cargo de Professora, portadora do Registro Geral n° 0532348-7 SSP/MT e inscrita no CPF/MF sob n° 965.821.621-87, em virtude de concessão do benefício de aposentadoria previdenciária por tempo de contribuição, bem como declarar a vacância do cargo acima especificado, nos termos do art. 53, inciso VII, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Parágrafo Único - Determinar à Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração proceder às providências cabíveis de que trata o caput deste artigo, na forma da legislação vigente que disciplina a matéria.

Art. 2° - Esta Portaria produzirá seus efeitos legais a partir da data de, 31 de Outubro de 2019.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças – MT, em 01 de Outubro de 2019.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal de Alto Garças-MT

TERMO DE POSSE EM CONCURSO PÚBLICO

Ao quinto dia do mês de agosto de dois mil e dezenove, na Gerência de Recursos Humanos, eu, **HÉLIO ANTUNES BRANDÃO NETO**, Secretário de Administração da Prefeitura Municipal de Alto Garças - MT, no uso das atribuições que me confere o cargo, dou posse a **Edija Pereira da Silva,** brasileira, solteira, portadora da Carteira de Identidade nº. 1690595-4 SEJSP/MT e CPF nº. 017.266.911-10, para o **Cargo de Médico Veterinário**, com carga horária de 40 (Quarenta) horas semanais, em cumprimento ao Edital de Convocação nº 002/2019, e Portaria de Nomeação nº 146/2019, sendo inicialmente lotada na Secretaria Municipal de Saúde, assumindo a mesma o compromisso de cumprir fielmente os deveres do cargo, e os constantes da Legislação Municipal pertinente.

A Servidora declara que está tomando posse para o exercício do cargo no Regime Estatutário e que somente adquirirá a estabilidade no serviço público municipal se for aprovada no estágio probatório durante o período de 36 (trinta e seis) meses, de acordo com as normas do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Alto Garças e Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos da Administração Pública do Município de Alto Garças.

Alto Garças - MT, 05 de agosto de 2019.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal

HÉLIO ANTUNES BRANDÃO NETO

Secretário de Administração

VERA LÚCIA BESSA DE CARVALHO

Gerência de Recursos Humanos

De acordo,

EDIJA PEREIRA DA SILVA

Servidora

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

JURIDICO
2° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 016/2018

2° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 016/2018

Por este instrumento particular de Contrato por PRAZO DETERMINADO que entre si fazem de um lado o Município de Alto Paraguai - MT, com sede administrativa nesta cidade, sita à Avenida Presidente Médice, n. 470, Bairro Bela Vista inscrito no CNPJ/MF n° 03.648.532/0001-28, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, de ora em diante denominada **CONTRATANTE** e de outro lado **JUCELIO MIRANDA DE ALMEIDA ,** brasileiro, portador (a) do RG nº **1840740** SSP/MT e CPF n. **571.723.311-68**, residente e domiciliado no **Rua B 19,N° 200, Bairro São Pedro em Alto Paraguai - MT**, a seguir denominado **CONTRATADO**, ajustam o presente **TERMO DE ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N. 016/2018 de comum acordo, mediante as clausulas e condições a seguirem estabelecidas:**

CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO, PRAZO, DOTAÇÃO

1.1. Objeto: Pelo presente Termo Aditivo, as partes resolvem, de comum acordo, prorrogar o Prazo de Vigência Contratual do **contrato n°.016/2018**, em conformidade com o oficio apresentado pelo Secretário Municipal de SINFRA – ROBINSON WALERIO DYSARZ.

1.2. Fica prorrogado o prazo de vigência do presente termo aditivo, tendo seu **inicio em 26/09/2019 e seu término em 31/12/2019.**

1.3. Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas contratuais.

1.4. Poderá ser prorrogado o referido contrato entabulado entre as partes desde que devidamente justificado pelo Secretário Municipal de SINFRA, devendo ser comprovado a necessidade da prestação dos serviços pela CONTRATADA e desde que previamente autorizado pela Prefeita Municipal.

Parágrafo único. **O presente termo aditivo poderá ter seu término antecipado se no curso do mesmo, for finalizado concurso público para preenchimento da vaga ora contratada, sem direitos rescisórios ao CONTRATADO.**

CLAUSULA SEGUNDA: DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1. O presente termo aditivo decorre da autorização da Senhora Prefeita Municipal e oficio do Secretário Municipal de SINFRA – ROBINSON WALERIO DYSARZ , do presente termo aditivo do **CONTRATO Nº 016/2018**, tem seu fundamento legal nas Legislações Municipais e nos termos e condições do Processo Seletivo N.001/2018, submetendo-se as partes ás disposições legais, assim como de acordo com o art. 57, inciso II, lei 8.666/93, e demais clausulas e condições estabelecidas no termo contratual.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS MOTIVOS PARA ADITAMENTO

3.1. A Administração Municipal promove a renovação do Contrato em epígrafe, pois faz-se necessário devido a inexistência servidor efetivo para a realização do objeto contratado, conforme solicitação no **oficio n°. 201/SMI**- do Secretário Municipal de SINFRA – ROBINSON WALERIO DYSARZ, juntamente com deferimento da Prefeita Municipal – Diane Vieira de Vasconcellos Alves uma vez que os serviços prestados pelo contratado são de qualidade e tem atendido a contento às necessidades da **contratante**.

CLÁUSULA QUARTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. As demais cláusulas do contrato originário, não aditadas, permanecem inalteradas.

4.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Diamantino - MT para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura surgirem em função da execução do presente termo.

4.3. Por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitarem as disposições estabelecidas neste instrumento, sujeitando-se as normas contidas na Lei n. 8.666/93 e assinam o presente em 02 (duas) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Alto Paraguai - MT, 23 de setembro de 2019.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES	JUCELIO MIRANDA DE ALMEIDA
PREFEITA MUNICIPAL **ZULEIDE LEIRE ROCHA** FISCAL DE CONTRATO	CONTRATADO
TESTEMUNHAS: **KAUANY BARBARA N. PEREIRA ROBINSON WALERIO DYSARZ** CPF: 036.226.031-19 CPF: 314.312.831-34	

EXTRATO DO CONTRATO Nº 068/2019

EXTRATO DO CONTRATO Nº 068/2019, celebrado entre a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI – MT**, denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **MERCADAO DA LIMPEZA COMERCIO E IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA**, inscrito sob o CNPJ 14.689.405/0001-93**,** denominado **CONTRATADO**, objetivando **CONTRATAÇAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE GENEROS ALIMENTICIOS, PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E DESCARTAVEIS, VISANDO ATENDER AS SECRETARIAS DO MUNICIPIO.VALOR TOTAL: R$ 94.400,70 (Noventa e Quatro Mil Quatrocentos Reais e Setenta Centavos).**

Alto Paraguai-MT, 30 de Setembro de 2019.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELOS ALVES

PREFEITA MUNICIPAL

JURIDICO
1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 115/2018

1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 115/2018

Por este instrumento particular de Contrato por PRAZO DETERMINADO que entre si fazem de um lado o Município de Alto Paraguai - MT, com sede administrativa nesta cidade, sita à Avenida Presidente Médice, n. 470, Bairro Bela Vista inscrito no CNPJ/MF n° 03.648..532/0001-28, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, de ora em diante denominada **CONTRATANTE** e de outro lado **EDISLAN CLEYTON ALVES DA COSTA,** brasileiro (a), portador (a) do RG nº **25212400 SEJSP/MT** e CPF N. **048.973.281-01,** residente e domiciliado na **Rua Mato Grosso,s/n, Centro em ALTO PARAGUAI - MT** a seguir denominado **CONTRATADO**, ajustam o presente **TERMO DE ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N. 115/2018 de comum acordo, mediante as clausulas e condições a seguirem estabelecidas:**

CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO, PRAZO, DOTAÇÃO

1.1. Objeto: Pelo presente Termo Aditivo, as partes resolvem, de comum acordo, prorrogar o Prazo de Vigência Contratual do **contrato n°.115/2018**, em conformidade com o oficio apresentado pelo Secretário Municipal de SINFRA – ROBINSON WALERIO DYSARZ.

1.2. Fica prorrogado o prazo de vigência do presente termo aditivo, tendo seu **inicio em 02/09/2019 e seu término em 31/12/2019.**

1.3. Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas contratuais.

1.4. Poderá ser prorrogado o referido contrato entabulado entre as partes desde que devidamente justificado pelo Secretário Municipal de SINFRA, devendo ser comprovado a necessidade da prestação dos serviços pela CONTRATADA e desde que previamente autorizado pela Prefeita Municipal.

Parágrafo único. **O presente termo aditivo poderá ter seu término antecipado se no curso do mesmo, for finalizado concurso público pa-**

ra preenchimento da vaga ora contratada, sem direitos rescisórios ao CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA: DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1. O presente termo aditivo decorre da autorização da Senhora Prefeita Municipal e oficio do Secretário Municipal de SINFRA – ROBINSON WALERIO DYSARZ , do presente termo aditivo do **CONTRATO Nº 115/2018**, tem seu fundamento legal nas Legislações Municipais e nos termos e condições do Processo Seletivo N.001/2018, submetendo-se as partes ás disposições legais, assim como de acordo com o art. 57, inciso II, lei 8.666/93, e demais clausulas e condições estabelecidas no termo contratual.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS MOTIVOS PARA ADITAMENTO

3.1. A Administração Municipal promove a renovação do Contrato em epígrafe, pois faz-se necessário devido a inexistência servidor efetivo para a realização do objeto contratado, conforme solicitação no **oficio** do Secretário Municipal de SINFRA – ROBINSON WALERIO DYSARZ, juntamente com deferimento da Prefeita Municipal – Diane Vieira de Vasconcellos Alves uma vez que os serviços prestados pela contratada são de qualidade e tem atendido a contento às necessidades da **contratante**.

CLÁUSULA QUARTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. As demais cláusulas do contrato originário, não aditadas, permanecem inalteradas.

4.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Diamantino - MT para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura surgirem em função da execução do presente termo.

4.3. Por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitarem as disposições estabelecidas neste instrumento, sujeitando-se as normas contidas na Lei n. 8.666/93 e assinam o presente em 02 (duas) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Alto Paraguai - MT, 02 de setembro de 2019.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES	**EDISLAN CLEYTON ALVES DA COSTA**
PREFEITA MUNICIPAL **ZULEIDE LEIRE ROCHA** FISCAL DE CONTRATO	CONTRATADO
TESTEMUNHAS: **KAUANY BARBARA N. PEREIRA ROBINSON WALERIO DYSARZ** CPF: 036.226.031-19 CPF: 314.312.831-34	

JURIDICO
1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 113/2018

1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 113/2018

Por este instrumento particular de Contrato por PRAZO DETERMINADO que entre si fazem de um lado o Município de Alto Paraguai - MT, com sede administrativa nesta cidade, sita à Avenida Presidente Médice, n. 470, Bairro Bela Vista inscrito no CNPJ/MF n° 03.648..532/0001-28, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, de ora em diante denominada **CONTRATANTE** e de outro lado **LUIZ CARLOS PEDROSO PADILHA,** brasileiro, portador (a) do RG nº **834.153** SSP/MT e CPF n. **274.831.181-72**, residente e domiciliado no **Rua Batista das Neves,s/n, Centro em Alto Paraguai - MT** a seguir denominado **CONTRATADO**, ajustam o presente **TERMO DE ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N. 113/2018 de comum acordo, mediante as clausulas e condições a seguirem estabelecidas:**

CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO, PRAZO, DOTAÇÃO

1.1. Objeto: Pelo presente Termo Aditivo, as partes resolvem, de comum acordo, prorrogar o Prazo de Vigência Contratual do **contrato n°.113/2018**, em conformidade com o oficio apresentado pelo Secretário Municipal de SINFRA – ROBINSON WALERIO DYSARZ.

1.2. Fica prorrogado o prazo de vigência do presente termo aditivo, tendo seu **inicio em 02/09/2019 e seu término em 31/12/2019.**

1.3. Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas contratuais.

1.4. Poderá ser prorrogado o referido contrato entabulado entre as partes desde que devidamente justificado pelo Secretário Municipal de SINFRA, devendo ser comprovado a necessidade da prestação dos serviços pela CONTRATADA e desde que previamente autorizado pela Prefeita Municipal.

Parágrafo único. **O presente termo aditivo poderá ter seu término antecipado se no curso do mesmo, for finalizado concurso público para preenchimento da vaga ora contratada, sem direitos rescisórios ao CONTRATADO.**

CLAUSULA SEGUNDA: DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1. O presente termo aditivo decorre da autorização da Senhora Prefeita Municipal e oficio do Secretário Municipal de SINFRA – ROBINSON WALERIO DYSARZ , do presente termo aditivo do **CONTRATO Nº 113/2018**, tem seu fundamento legal nas Legislações Municipais e nos termos e condições do Processo Seletivo N.001/2018, submetendo-se as partes ás disposições legais, assim como de acordo com o art. 57, inciso II, lei 8.666/93, e demais clausulas e condições estabelecidas no termo contratual.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS MOTIVOS PARA ADITAMENTO

3.1. A Administração Municipal promove a renovação do Contrato em epígrafe, pois faz-se necessário devido a inexistência servidor efetivo para a realização do objeto contratado, conforme solicitação no **oficio** do Secretário Municipal de SINFRA – ROBINSON WALERIO DYSARZ, juntamente com deferimento da Prefeita Municipal – Diane Vieira de Vasconcellos Alves uma vez que os serviços prestados pela contratada são de qualidade e tem atendido a contento às necessidades da **contratante**.

CLÁUSULA QUARTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. As demais cláusulas do contrato originário, não aditadas, permanecem inalteradas.

4.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Diamantino - MT para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura surgirem em função da execução do presente termo.

4.3. Por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitarem as disposições estabelecidas neste instrumento, sujeitando-se as normas contidas na Lei n. 8.666/93 e assinam o presente em 02 (duas) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Alto Paraguai - MT, 02 de setembro de 2019.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES	**LUIZ CARLOS PEDROSO PADILHA**
PREFEITA MUNICIPAL **ZULEIDE LEIRE ROCHA** FISCAL DE CONTRATO	CONTRATADO
TESTEMUNHAS: **KAUANY BARBARA N. PEREIRA ROBINSON WALERIO DYSARZ** CPF: 036.226.031-19 CPF: 314.312.831-34	

JURIDICO
2° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 011/2018

2° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 011/2018

Por este instrumento particular de Contrato por PRAZO DETERMINADO que entre si fazem de um lado o Município de Alto Paraguai - MT, com sede administrativa nesta cidade, sita à Avenida Presidente Médice, n. 470, Bairro Bela Vista inscrito no CNPJ/MF n° 03.648..532/0001-28, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, de ora em diante denominada **CONTRATANTE** e de outro lado **EUGENIO FERREIRA DA SILVA,** brasileiro, portador (a) do RG nº **1484365-0** SSP/MT e CPF n. **941.127.621-00**, residente e domiciliado no

Rua Almirante Barroso, Bairro Bela Vista em Alto Paraguai - MT, a seguir denominado **CONTRATADO**, ajustam o presente **TERMO DE ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N. 011/2018 de comum acordo, mediante as clausulas e condições a seguirem estabelecidas:**

CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO, PRAZO, DOTAÇÃO

1.1. Objeto: Pelo presente Termo Aditivo, as partes resolvem, de comum acordo, prorrogar o Prazo de Vigência Contratual do **contrato n°.011/2018**, em conformidade com o oficio apresentado pelo Secretário Municipal de SINFRA – ROBINSON WALERIO DYSARZ.

1.2. Fica prorrogado o prazo de vigência do presente termo aditivo , tendo seu **inicio em 26/09/2019 e seu término em 31/12/2019.**

1.3. Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas contratuais.

1.4. Poderá ser prorrogado o referido contrato entabulado entre as partes desde que devidamente justificado pelo Secretário Municipal de SINFRA, devendo ser comprovado a necessidade da prestação dos serviços pela CONTRATADA e desde que previamente autorizado pela Prefeita Municipal.

Parágrafo único. **O presente termo aditivo poderá ter seu término antecipado se no curso do mesmo, for finalizado concurso público para preenchimento da vaga ora contratada, sem direitos rescisórios ao CONTRATADO.**

CLAUSULA SEGUNDA: DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1. O presente termo aditivo decorre da autorização da Senhora Prefeita Municipal e oficio do Secretário Municipal de SINFRA – ROBINSON WALERIO DYSARZ , do presente termo aditivo do **CONTRATO Nº 011/2018**, tem seu fundamento legal nas Legislações Municipais e nos termos e condições do Processo Seletivo N.001/2018, submetendo-se as partes ás disposições legais, assim como de acordo com o art. 57, inciso II, lei 8.666/93, e demais clausulas e condições estabelecidas no termo contratual.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS MOTIVOS PARA ADITAMENTO

3.1. A Administração Municipal promove a renovação do Contrato em epígrafe, pois faz-se necessário devido a inexistência servidor efetivo para a realização do objeto contratado, conforme solicitação no **oficio** do Secretário Municipal de SINFRA – ROBINSON WALERIO DYSARZ, juntamente com deferimento da Prefeita Municipal – Diane Vieira de Vasconcellos Alves, ressaltando que o serviço prestado pelo CONTRATADO é de relevante necessidade, sendo essencial a sua continuidade, sendo imperioso aditivar o presente contrato para que se possa dar continuidade aos serviços oferecidos a população de Alto Paraguai – MT, INEXISTINDO SERVIDOR EFETIVO PARA A REALIZAÇÃO DO OBJETO CONTRATADO.

CLÁUSULA QUARTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. As demais cláusulas do contrato originário, não aditadas, permanecem inalteradas.

4.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Diamantino - MT para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura surgirem em função da execução do presente termo.

4.3. Por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitarem as disposições estabelecidas neste instrumento, sujeitando-se as normas contidas na Lei n. 8.666/93 e assinam o presente em 02 (duas) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Alto Paraguai - MT, 23 de setembro de 2019.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES	**EUGENIO FERREIRA DA SILVA**
PREFEITA MUNICIPAL **ZULEIDE LEITE ROCHA** FISCAL DE CONTRATO	CONTRATADO
TESTEMUNHAS: **KAUANY BARBARA N. PEREIRA ROBINSON WALERIO DYSARZ** CPF: 036.226.031-19 CPF: 314.312.831-34	

JURIDICO
3° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 085/2017

3° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 085/2017

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 085/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM O **MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI - MT** E A EMPRESA **P E C GIRALDELI ASSESSORIA - EPP.**

O MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI ESTADO DE MATO GROSSO, por intermédio da **PREFEITURA MUNICIPAL,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° 03.648.532/0001-28, com sede na Rua Presidente Médici, 470, bairro Planalto, Alto Paraguai - MT, neste ato, representada pela **PREFEITA MUNICIPAL,** a Excelentíssima Senhora **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES,** brasileira, Casada, Dentista, portadora da Cédula de Identidade RG n°. 08176490-4 e inscrita no CPF sob o n° 804.435.751-34, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a **PEC GIRALDELI ASSESSORIA - EPP,** inscrita no CNPJ sob nº 26.737.835/0001-12, com endereço a Rua São Francisco, n.807, Centro ,na cidade de São José do Rio Claro– MT, doravante denominada **CONTRATADA** resolvem celebrar o presente Termo Aditivo, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO, PRAZO

1.1. Objeto: Pelo presente Termo Aditivo, as partes resolvem, de comum acordo, prorrogar o Prazo de Vigência Contratual, pelo período de 180(cento e oitenta) dias do contrato n°.085/2017, em conformidade com o oficio e parecer técnico apresentado pelo Engenheiro Civil/ fiscal de obras – Jonas Botan.

1.3. Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato por mais **180 (cento e oitenta dias) dias.**

1.4. Em conformidade com o disposto no art. 57 § 2º da Lei n° 8.666/93, o prazo do presente Termo Aditivo tem **início em 26/07/2019**, e **seu término em 22/01/2020**.

CLAUSULA SEGUNDA: DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1. O presente termo aditivo decorre da autorização da Senhora Prefeita Municipal ao CONTRATO Nº 085/2017, nos termos e condições do Processo Licitatório Pregão Presencial n°.025/2017, submetendo-se as partes ás disposições de acordo com o art. 57, inciso II, lei 8.666/93, e demais clausulas e condições aqui estabelecidas.

2.2. Encontra-se amparo legal na Lei n°. 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS MOTIVOS PARA ADITAMENTO

3.1. A Administração Municipal promove a renovação do Contrato em epígrafe, pois faz-se necessário acréscimo de serviços com levantamento dos distritos rurais do município que não estavam inclusos no contrato inicial da empresa, conforme solicitação no **oficio n°. 003/2019/DE/PREF apresentado pelo Eng. Civil/ fiscal de obras – Jonas Botan e deferimento da Prefeita Municipal Diane Vieira Vasconcellos Alves** uma vez que os serviços prestados pela contratada são de qualidade e tem atendido a contento às necessidades da **contratante**.

CLÁUSULA QUARTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. As demais cláusulas do contrato originário, não aditadas, permanecem inalteradas.

4.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Diamantino - MT para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura surgirem em função da execução do presente termo.

4.3. Por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitarem as disposições estabelecidas neste instrumento, sujeitando-se as normas contidas na Lei n. 8.666/93 e assinam o presente em 03 (Três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Alto Paraguai - MT, 22 de julho de 2019.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES	**PEC GERALDELI ASSESSORIA – EPP** **CNPJ: 26.737.835/0001-12**
PREFEITA MUNICIPAL **JONAS BOTAN** FISCAL DE CONTRATO	CONTRATADA
TESTEMUNHAS: Nome e CPF: Nome e CPF:	

JURIDICO
1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 111/2018

1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 111/2018

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 111/2018, QUE ENTRE SI CELEBRAM O **MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI - MT** E A EMPRESA **AMORIM E SILVEIRA LTDA EPP, CNPJ 12.141.988/0001-98.**

O MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI ESTADO DE MATO GROSSO, por intermédio da **PREFEITURA MUNICIPAL,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° 03.648.532/0001-28, com sede na Rua Presidente Médici, 470, bairro Planalto, Alto Paraguai - MT, neste ato, representada pela **PREFEITA MUNICIPAL,** a Excelentíssima Senhora **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES,** brasileira, Casada, Dentista, portadora da Cédula de Identidade RG n°. 08176490-4 e inscrita no CPF sob o n° 804.435.751-34, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a**AMORIM E SILVEIRA LTDA EPP**, inscrita sob o **CNPJ: 12.141.988/0001-98**, situada **na Rua A. Dom Alonso,s/n, Bairro Novo Diamantino,CEP: 78400-000**, na cidade de **Diamantino-MT**, neste ato representado pelo Sr. **JORGE BORGE DE AMORIM**,inscrito no CPF n° 328.989.911-04, doravante denominada **CONTRATADA** resolvem celebrar o presente Termo Aditivo, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. Objeto do Contrato Original 111/2018: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MAQUINAS E SERVIÇOS DE DIÁRIAS DE CAMINHÃO BASCULANTE E CAMINHÃO PIPA, COM MOTORISTA DEVIDAMENTE HABILITADO PELA EMPRESA CONTRATADA PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA E SANEAMENTO BÁSICO E AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI – MT,em conformidade com o Processo de Adesão n. 019/2018, Ata de Registro de Preço do Pregão Presencial 070/2018 do Pregão Presencial n°038/2018 da Prefeitura Municipal de Diamantino.**

1.2. Fica prorrogado através do presente Termo Aditivo, o prazo de vigência do contrato original , por mais **12 (doze) meses, ENCERRANDO EM 04/09/2020.**

CLAUSULA SEGUNDA: DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1. Esse presente aditivo decorreu ao **CONTRATO Nº 111/2018**, nos termos e condições do Processo Licitatório, submetendo-se as partes ás disposições de acordo com a Lei 8.666/93, e demais clausulas e condições estabelecidas.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1. As demais cláusulas do contrato originário, não aditadas, permanecem inalteradas.

3.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Diamantino - MT para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura surgirem em função da execução do presente termo.

3.3. Por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitarem as disposições estabelecidas neste instrumento, sujeitando-se as normas contidas na Lei n. 8.666/93 e assinam o presente em 02 (duas) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Alto Paraguai - MT, 02 de setembro de 2019.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES Prefeita Municipal	**AMORIM & SILVEIRA LTDA EPP** **JORGE BORGES DE AMORIM** Contratado
Fiscal do Contrato: **ZULEIDE LEITE ROCHA** CPF: 901.338.541-91	

TESTEMUNHAS:

Nome:_____ **CPF:**_____
Nome:_____ **CPF:**_____

JURIDICO
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRAZO DETERMINADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOA FÍSICA N° 070/2019

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRAZO DETERMINADO DE

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOA FÍSICA

N° 070/2019

Por este instrumento particular de Contrato por PRAZO CERTO E DETERMINADO que entre si fazem de um lado o Município de Alto Paraguai - MT, com sede administrativa nesta cidade, sita à Avenida Presidente Médice, n. 470, Bairro Bela Vista inscrito no CNPJ/MF n° 03.648..532/0001-28, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, de ora em diante denominada **CONTRATANTE** e de outro lado o (a) Sr (a).**JUVININO SOARES DA SILVA,** brasileiro, portador (a) do RG nº **134493795** SSP/MT e CPF: N°.**481.846.911-49,** residente e domiciliado na **Estrada do Capão Verde, Sitio Florestal na zona rural Capão Verde em Alto Paraguai - MT**, a seguir denominada **CONTRATADO (A)** , ajustam o presente contrato de prestação de serviços segundo as clausulas e condições seguintes:

1. CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 – O objetivo da presente contratação por excepcional interesse público é a prestação de serviços profissionais na função de **MOTORISTA** na qualidade de servidor(a) temporário (a) com fulcro no **PROCESSO SELETIVO N. 001/2018**, o qual contém PARECERES FAVORÁVEIS do Controle Interno, Recursos Humanos assim como do Ordenador de Despesa, embasadas nas Leis Municipais correlatas e Lei 8666/93.

2. CLAUSULA SEGUNDA - JORNADA DE TRABALHO

1 Os serviços deverão ser prestados nos dias e horários estabelecidos pela **Secretaria Municipal de Educação,** o qual é o responsável pela efetiva prestação dos serviços que serão executados pelo CONTRATADO (A).

2 – De comum acordo entre as partes poderão ser alterados o local e o horário definido no presente CONTRATO, podendo inclusive ser alterado o valor contratual ora pactuado, devendo serem realizados os termos aditivos/alterações.

3. – CLAUSULA TERCEIRA - DO VALOR DA REMUNERAÇÃO.

3.1 – A **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA(O)** pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância no valor mensal de **R$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais)**, sendo o pagamento realizado em conta bancária do CONTRATADO (A), coincidente com o pagamento mensal efetuado aos demais servidores municipais, em conformidade com informação dos dias trabalhados que serão informados pelo **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, junto ao DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS** devendo ser descontados os dias não trabalhados, sem as devidas justificativas legais.

3.2 – Será descontado no pagamento da (o) Contratada (o) os dias ausentes em suas funções sem a devida justificativa ou atestado, assim como não cumprimento da carga horária integral.

4. –CLAUSULA QUARTA - DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

4.1 – A **CONTRATANTE** deverá efetuar sobre a remuneração do **CONTRATADO (A)** todos os descontos previstos em Lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

5. CLAUSULA QUINTA - DO PRAZO

5.1. – O prazo do presente contrato terá validade a partir da data de 02**/09/2019** e término de pleno direito em **20/12/2019**, ocasião em que cessam automaticamente os poderes conferidos pelo CONTRATANTE a CONTRATADA

5.2.O presente contrato, podendo ser RESCINDINDO antes do término do prazo, por descumprimento pela (o) CONTRATADO (A) de qualquer cláusula contratual prevista no presente instrumento, assim como por razões de interesse público, desde que devidamente motivado.

5.3 – Poderá ainda ser rescindido unilateralmente o presente contrato, sem direitos a (o) CONTRATADO (A) , quando a prestação dos serviços for insatisfatório, com atrasos, devendo serem cumpridas as determinações legais inclusive constante no ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI – MT.

5.5 – O presente contrato poderá ser rescindido antes do término do prazo contratual, se houver a realização de CONCURSO PÚBLICO para preenchimento da vaga.

5.4 – PODERÁ o presente contrato ser ADITIVO desde que devidamente justificado e autorizado pela PREFEITA MUNICIPAL.

6.- CLAUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do Município do exercício de **2019** na seguinte rubrica: 146**.**

06.001.12.122.0003.2024.31.90.04.00.00.00 – FONTE 100

7. CLAUSULA SETIMA - DAS GARANTIAS

7.1. – Dispensado o oferecimento de garantia para execução dos serviços, por não constituir quaisquer dos princípios estabelecidos em lei.

8. – CLAUSULA OITAVA - DOS DIREITOS, DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES E DAS PENALIDADES CABÍVEIS

8.1. – O presente contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, respondendo cada uma pelas conseqüências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. – **O CONTRATANTE** nomeia como fiscal do presente contrato, a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**,** para fiscalizar o contrato entabulado entre as partes .

8.3 – O (**A) CONTRATADO (A)** na execução do contrato, sem prejuízo às responsabilidades contratuais legais, não poderá sub-contratar ou ceder a terceiros os seus serviços ora contratados.

8.4 – Em consequência do presente contrato, são obrigações do CONTRATADO (A):

a) Comparecer assiduamente ao local instituído para exercício das atividades;

b) trajar adequadamente a prestação dos serviços;

c) realizar os trabalhos de acordo com as necessidades do Contratante;

d) cumprir carga horária estabelecida

8.5 - O não cumprimento das obrigações contratuais das alienas da clausula 8.4, implicará na suspensão do pagamento até sua correspondente regularização.

8.6 – **O CONTRATANTE** fica no direito que lhe confere, modificar o presente contrato, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público; rescindir o presente contrato, unilateralmente, nos casos previstos neste instrumento e nos casos previstos no inciso I, do artigo 79, da Lei Federal n.º 8666/93; fiscalizar a execução do contrato; e, aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste; e ainda, nos casos de serviços essenciais, ocupar, provisoriamente, bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do presente contrato, na hipótese de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contrato, bem como na hipótese de rescisão do presente contrato administrativo.

8.7 - Fica vedada a antecipação de pagamentos, com relação ao cronograma financeiro fixado neste contrato, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de serviços.

8.8 – O (A) CONTRATADO (A) é responsável por todos os prejuízos oriundos da execução dos serviços, ou que deles venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar a CONTRATANTE ou a TERCEIROS.

8.9 – O CONTRATADO(A) tem direito a gratificação natalina e férias proporcionais, que serão pagas no final do contrato.

8.10 - O presente contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9. – CLAUSULA NONA - DA MULTA

9.1. – Fica fixada o valor da multa no valor correspondente a 10% (dez por cento), sobre o valor total deste CONTRATO, em prejuízo da parte que infringir qualquer das cláusulas ou condições do presente CONTRATO.

9.2 - O contratado(a) fica desde já obrigado ao exercício da função pública, nos limites e obrigações igualmente impostos aos servidores efetivos por força do Estatuto do Servidor, sem que com isso adquira direito igual aos benefícios individuais previstos naquele texto legal, com exceção a aqueles inerentes ao exercício de determinada função.

As sanções administrativas e a tutela judicial aplicam-se a ambas as partes pactuadas neste contrato, conforme disposto em lei.

10.- CLAUSULA DECIMA - DOS CASOS DE RESCISÃO:

10.1 - São casos de rescisão contratual o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, serviços e o cumprimento irregular de cláusulas instituídas neste contrato, especificações, projetos, serviços ou prazos; a paralisação do serviço ou fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação ao CONTRATANTE; o cometimento reiterado de faltas na execução deste contrato, além de outros legalmente estabelecidos.

10.2 - Qualquer das partes contratantes poderá solicitar a rescisão contratual, com prévia comunicação de 03 (três) dias antecedentes ao último.

10.3 - O presente contrato extinguir-se-á, sem direito a indenizações, pelo término do prazo contratual e por iniciativa de ambas as partes;

10.4. – Este contrato poderá ser rescindido ainda nos casos previstos nos artigos 78 e 79 da Lei 8666/93, ficando reconhecidos os direitos da administração para caso de rescisão administrativa.

10.5 – A execução dos serviços, não se concebendo em nenhuma hipótese, sejam estes transferidos a terceiros, pena de caracterização de desistência, determinante de imediata RESCISÃO CONTRATUAL.

11. – CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA- DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A EXECUÇÃO DESTE CONTRATO E ESPECIALMENTE AOS CASOS OMISSOS:

11.1 - Fica o presente contrato vinculado a Lei Orgânica Municipal e às Leis Municipais que lhe são correlatas, e ainda, aos preceitos legais insti-

tuídos pelo Direito Público quanto aos contratos administrativos e às disposições constitucionais pertinentes e aos princípios da teoria geral dos contratos.

11.2 - A contratação dos serviços pessoais de que trata o presente instrumento, se dará por tempo determinado, para atender necessidades urgentes e indispensáveis aos serviços da Administração Pública Municipal, conforme autoriza a Constituição Federal, inciso IX, Art. 37.

11.3 – Qualquer ALTERAÇÃO CONTRATUAL será realizada por meio de TERMO ADITIVO, devidamente assinado pelas partes contratantes.

11.4 - Aos casos omissos, as dúvidas e as questões incidentes serão resolvidas pela autoridade superior que represente o CONTRATANTE, e na impossibilidade desta, a competência será do Poder Judiciário da Comarca do CONTRATANTE.

12 – CLAUSULA DECIMA SEGUNDA - DO FISCAL DE EXECUÇÃO DO PRESENTE CONTRATO.

12.1 – O presente contrato terá seu OBJETO DE EXECUÇÃO fiscalizado pela SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

12.2 – O (A) fiscal do presente CONTRATO, tem por obrigação exigir o fiel cumprimento e a qualidade nos serviços prestados pelo CONTRATADO (A);

12.3 - É obrigação do (a) FISCAL DE CONTRATO, anotar em registro próprio todas as ocorrências, a fim de demonstrar a execução da fiscalização do contrato. Na ocorrência de falhas na execução, deve notificar o responsável indicado pela CONTRATADA (O) para a regularização, estabelecendo prazo para solução, e deve cientificar o gestor do cumprimento ou não da notificação apresentada, para que o gestor tome as devidas providências.

13. – CLAUSULA DECIMA TERCEIRA- DO FORO

13.1 – Para fins e efeitos da Legislação Trabalhista, o presente Instrumento constitui Contrato de Trabalho, RENUNCIANDO o CONTRATADO (A), por este ato, a qualquer reclamação trabalhista dele decorrente.

14. – CLAUSULA DECIMA QUARTA - DO FORO

12.1 – Fica eleito o foro da Comarca do Município de Diamantino– MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das cláusulas, firmam o presente contrato de trabalho em duas vias de igual teor que serão assinadas por pelas partes.

Prefeitura Municipal de Alto Paraguai-MT, 26 de setembro de 2019, com efeitos retroativos a 02/09/2019.

DIANE VIEIRA DE V. ALVES	JUVININO SOARES DA SILVA
Prefeita Municipal	Contratado (a)

PATRICIA SIQUEIRA MAY

SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

TESTEMUNHAS:

1ª._____

CPF:_____

TESTEMUNHAS:

2ª._____

CPF:_____

JURIDICO
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRAZO DETERMINADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOA FÍSICA N° 069/2019

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRAZO DETERMINADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOA FÍSICA

N° 069/2019

Por este instrumento particular de Contrato por PRAZO CERTO E DETERMINADO que entre si fazem de um lado o Município de Alto Paraguai - MT, com sede administrativa nesta cidade, sita à Avenida Presidente Médice, n. 470, Bairro Bela Vista inscrito no CNPJ/MF n° 03.648..532/0001-28, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, de ora em diante denominada **CONTRATANTE** e de outro lado o (a) Sr (a).**LIVIA MORAES DE SOUSA CALIL,** brasileira, portador (a) do RG nº **1976992-0** SSP/MT e CPF: N°.**028. 119.921-38,** residente e domiciliado na **Rua Batista das Neves, n. 207 – Centro em Alto Paraguai - MT**, a seguir denominada **CONTRATADO (A)** , ajustam o presente contrato de prestação de serviços segundo as clausulas e condições seguintes:

1. CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 – O objetivo da presente contratação por excepcional interesse público é a prestação de serviços profissionais na função de **PROFESSORA** na qualidade de servidor(a) temporário (a) com fulcro no **PROCESSO SELETIVO N. 001/2018**, o qual contém PARECERES FAVORÁVEIS do Controle Interno, Recursos Humanos assim como do Ordenador de Despesa, embasadas nas Leis Municipais correlatas e Lei 8666/93.

2. CLAUSULA SEGUNDA - JORNADA DE TRABALHO

1 Os serviços deverão ser prestados nos dias e horários estabelecidos pela **Secretaria Municipal de Educação,** o qual é o responsável pela efetiva prestação dos serviços que serão executados pelo CONTRATADO (A).

2 – De comum acordo entre as partes poderão ser alterados o local e o horário definido no presente CONTRATO, podendo inclusive ser alterado o valor contratual ora pactuado, devendo serem realizados os termos aditivos/alterações.

3. – CLAUSULA TERCEIRA - DO VALOR DA REMUNERAÇÃO.

3.1 – A **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA(O)** pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância no valor mensal de **R$ 1.537,17 (hum mil, quinhentos e trinta e sete reais e dezessete centavos)**, sendo o pagamento realizado em conta bancária do CONTRATADO (A), coincidente com o pagamento mensal efetuado aos demais servidores municipais, em conformidade com informação dos dias trabalhados que serão informados pelo **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, junto ao DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS** devendo ser descontados os dias não trabalhados, sem as devidas justificativas legais.

3.2 – Será descontado no pagamento da (o) Contratada (o) os dias ausentes em suas funções sem a devida justificativa ou atestado, assim como não cumprimento da carga horária integral.

4. –CLAUSULA QUARTA - DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

4.1 – A **CONTRATANTE** deverá efetuar sobre a remuneração do **CONTRATADO (A)** todos os descontos previstos em Lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

5. CLAUSULA QUINTA - DO PRAZO

5.1. – O prazo do presente contrato terá validade a partir da data de 02**/09/2019** e término de pleno direito em **20/12/2019**, ocasião em que cessam automaticamente os poderes conferidos pelo CONTRATANTE a CONTRATADA

5.2.O presente contrato, podendo ser RESCINDINDO antes do término do prazo, por descumprimento pela (o) CONTRATADO (A) de qualquer cláusula contratual prevista no presente instrumento, assim como por razões de interesse público, desde que devidamente motivado.

5.3 – Poderá ainda ser rescindido unilateralmente o presente contrato, sem direitos a (o) CONTRATADO (A) , quando a prestação dos serviços for insatisfatório, com atrasos, devendo serem cumpridas as determinações legais inclusive constante no ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI – MT.

5.5 – O presente contrato poderá ser rescindido antes do término do prazo contratual, se houver a realização de CONCURSO PÚBLICO para preenchimento da vaga.

5.4 – PODERÁ o presente contrato ser ADITIVO desde que devidamente justificado e autorizado pela PREFEITA MUNICIPAL.

6.- CLAUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do Município do exercício de **2019** na seguinte rubrica: **230.**

06.005.361.0010.2044.31.90.04.00.00.00 – FONTE 100

7. CLAUSULA SETIMA - DAS GARANTIAS

7.1. – Dispensado o oferecimento de garantia para execução dos serviços, por não constituir quaisquer dos princípios estabelecidos em lei.

8. – CLAUSULA OITAVA - DOS DIREITOS, DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES E DAS PENALIDADES CABÍVEIS

8.1. – O presente contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, respondendo cada uma pelas conseqüências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. – **O CONTRATANTE** nomeia como fiscal do presente contrato, a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**,** para fiscalizar o contrato entabulado entre as partes .

8.3 – O (**A) CONTRATADO (A)** na execução do contrato, sem prejuízo às responsabilidades contratuais legais, não poderá sub-contratar ou ceder a terceiros os seus serviços ora contratados.

8.4 – Em consequência do presente contrato, são obrigações do CONTRATADO (A):

a) Comparecer assiduamente ao local instituído para exercício das atividades;

b) trajar adequadamente a prestação dos serviços;

c) realizar os trabalhos de acordo com as necessidades do Contratante;

d) cumprir carga horária estabelecida

8.5 - O não cumprimento das obrigações contratuais das alienas da clausula 8.4, implicará na suspensão do pagamento até sua correspondente regularização.

8.6 – **O CONTRATANTE** fica no direito que lhe confere, modificar o presente contrato, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público; rescindir o presente contrato, unilateralmente, nos casos previstos neste instrumento e nos casos previstos no inciso I, do artigo 79, da Lei Federal n.º 8666/93; fiscalizar a execução do contrato; e, aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste; e ainda, nos casos de serviços essenciais, ocupar, provisoriamente, bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do presente contrato, na hipótese de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contrato, bem como na hipótese de rescisão do presente contrato administrativo.

8.7 - Fica vedada a antecipação de pagamentos, com relação ao cronograma financeiro fixado neste contrato, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de serviços.

8.8 – O (A) CONTRATADO (A) é responsável por todos os prejuízos oriundos da execução dos serviços, ou que deles venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar a CONTRATANTE ou a TERCEIROS.

8.9 – O CONTRATADO(A) tem direito a gratificação natalina e férias proporcionais, que serão pagas no final do contrato.

8.10 - O presente contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9. – CLAUSULA NONA - DA MULTA

9.1. – Fica fixada o valor da multa no valor correspondente a 10% (dez por cento), sobre o valor total deste CONTRATO, em prejuízo da parte que infringir qualquer das cláusulas ou condições do presente CONTRATO.

9.2 - O contratado(a) fica desde já obrigado ao exercício da função pública, nos limites e obrigações igualmente impostos aos servidores efetivos por força do Estatuto do Servidor, sem que com isso adquira direito igual aos benefícios individuais previstos naquele texto legal, com exceção a aqueles inerentes ao exercício de determinada função.

As sanções administrativas e a tutela judicial aplicam-se a ambas as partes pactuadas neste contrato, conforme disposto em lei.

10.- CLAUSULA DECIMA - DOS CASOS DE RESCISÃO:

10.1 - São casos de rescisão contratual o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, serviços e o cumprimento irregular de cláusulas instituídas neste contrato, especificações, projetos, serviços ou prazos; a paralisação do serviço ou fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação ao CONTRATANTE; o cometimento reiterado de faltas na execução deste contrato, além de outros legalmente estabelecidos.

10.2 - Qualquer das partes contratantes poderá solicitar a rescisão contratual, com prévia comunicação de 03 (três) dias antecedentes ao último.

10.3 - O presente contrato extinguir-se-á, sem direito a indenizações, pelo término do prazo contratual e por iniciativa de ambas as partes;

10.4. – Este contrato poderá ser rescindido ainda nos casos previstos nos artigos 78 e 79 da Lei 8666/93, ficando reconhecidos os direitos da administração para caso de rescisão administrativa.

10.5 – A execução dos serviços, não se concebendo em nenhuma hipótese, sejam estes transferidos a terceiros, pena de caracterização de desistência, determinante de imediata RESCISÃO CONTRATUAL.

11. – CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA- DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A EXECUÇÃO DESTE CONTRATO E ESPECIALMENTE AOS CASOS OMISSOS:

11.1 - Fica o presente contrato vinculado a Lei Orgânica Municipal e às Leis Municipais que lhe são correlatas, e ainda, aos preceitos legais instituídos pelo Direito Público quanto aos contratos administrativos e às disposições constitucionais pertinentes e aos princípios da teoria geral dos contratos.

11.2 - A contratação dos serviços pessoais de que trata o presente instrumento, se dará por tempo determinado, para atender necessidades urgentes e indispensáveis aos serviços da Administração Pública Municipal, conforme autoriza a Constituição Federal, inciso IX, Art. 37.

11.3 – Qualquer ALTERAÇÃO CONTRATUAL será realizada por meio de TERMO ADITIVO, devidamente assinado pelas partes contratantes.

11.4 - Aos casos omissos, as dúvidas e as questões incidentes serão resolvidas pela autoridade superior que represente o CONTRATANTE, e na impossibilidade desta, a competência será do Poder Judiciário da Comarca do CONTRATANTE.

12 – CLAUSULA DECIMA SEGUNDA - DO FISCAL DE EXECUÇÃO DO PRESENTE CONTRATO.

12.1 – O presente contrato terá seu OBJETO DE EXECUÇÃO fiscalizado pela SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

12.2 – O (A) fiscal do presente CONTRATO, tem por obrigação exigir o fiel cumprimento e a qualidade nos serviços prestados pelo CONTRATADO (A);

12.3 - É obrigação do (a) FISCAL DE CONTRATO, anotar em registro próprio todas as ocorrências, a fim de demonstrar a execução da fiscalização do contrato. Na ocorrência de falhas na execução, deve notificar o responsável indicado pela CONTRATADA (O) para a regularização, estabelecendo prazo para solução, e deve cientificar o gestor do cumprimento ou não da notificação apresentada, para que o gestor tome as devidas providências.

13. – CLAUSULA DECIMA TERCEIRA- DO FORO

13.1 – Para fins e efeitos da Legislação Trabalhista, o presente Instrumento constitui Contrato de Trabalho, RENUNCIANDO o CONTRATADO (A), por este ato, a qualquer reclamação trabalhista dele decorrente.

14. – CLAUSULA DECIMA QUARTA - DO FORO

12.1 – Fica eleito o foro da Comarca do Município de Diamantino– MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das cláusulas, firmam o presente contrato de trabalho em duas vias de igual teor que serão assinadas por pelas partes.

Prefeitura Municipal de Alto Paraguai-MT, 25 de setembro de 2019, com efeitos retroativos a 02/09/2019.

DIANE VIEIRA DE V. ALVES	LIVIA MORAES DE SOUSA CALIL
Prefeita Municipal	Contratado (a)

PATRICIA SIQUEIRA MAY

SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

TESTEMUNHAS:

1ª._____

CPF:_____

TESTEMUNHAS:

2ª._____

CPF:_____

JURIDICO
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRAZO DETERMINADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOA FÍSICA N° 071/2019

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRAZO DETERMINADO DE

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOA FÍSICA

N° 071/2019

Por este instrumento particular de Contrato por PRAZO CERTO E DETERMINADO que entre si fazem de um lado o Município de Alto Paraguai - MT, com sede administrativa nesta cidade, sita à Avenida Presidente Médice, n. 470, Bairro Bela Vista inscrito no CNPJ/MF n° 03.648..532/0001-28, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, de ora em diante denominada **CONTRATANTE** e de outro lado o (a) Sr (a).**ROSA MARIA DA SILVA,** brasileiro, portador (a) do RG nº **1849770-5** SSP/MT e CPF: N°.**021.428.701-71,** residente e domiciliado na **Rua Mato Grosso, Centro em Alto Paraguai - MT**, a seguir denominada **CONTRATADO (A)** , ajustam o presente contrato de prestação de serviços segundo as clausulas e condições seguintes:

1. CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 – O objetivo da presente contratação por excepcional interesse público é a prestação de serviços profissionais na função de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS** na qualidade de servidor(a) temporário (a) com fulcro no **PROCESSO SELETIVO N. 001/2018**, o qual contém PARECERES FAVORÁVEIS do Controle Interno, Recursos Humanos assim como do Ordenador de Despesa, embasadas nas Leis Municipais correlatas e Lei 8666/93.

2. CLAUSULA SEGUNDA - JORNADA DE TRABALHO

1 Os serviços deverão ser prestados nos dias e horários estabelecidos pela **Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão,** o qual é o responsável pela efetiva prestação dos serviços que serão executados pelo CONTRATADO (A).

2 – De comum acordo entre as partes poderão ser alterados o local e o horário definido no presente CONTRATO, podendo inclusive ser alterado o valor contratual ora pactuado, devendo serem realizados os termos aditivos/alterações.

3. – CLAUSULA TERCEIRA - DO VALOR DA REMUNERAÇÃO.

3.1 – A **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA(O)** pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância no valor mensal de **R$ 998,00 (novecentos e noventa e oito reais)**, sendo o pagamento realizado em conta bancária do CONTRATADO (A), coincidente com o pagamento mensal efetuado aos demais servidores municipais, em conformidade com informação dos dias trabalhados que serão informados pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO, junto ao DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS** devendo ser descontados os dias não trabalhados, sem as devidas justificativas legais.

3.2 – Será descontado no pagamento da (o) Contratada (o) os dias ausentes em suas funções sem a devida justificativa ou atestado, assim como não cumprimento da carga horária integral.

4. –CLAUSULA QUARTA - DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

4.1 – A **CONTRATANTE** deverá efetuar sobre a remuneração do **CONTRATADO (A)** todos os descontos previstos em Lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

5. CLAUSULA QUINTA - DO PRAZO

5.1. – O prazo do presente contrato terá validade a partir da data de 02**/09/2019** e término de pleno direito em 31**/12/2019**, ocasião em que cessam automaticamente os poderes conferidos pelo CONTRATANTE a CONTRATADA

5.2.O presente contrato, podendo ser RESCINDINDO antes do término do prazo, por descumprimento pela (o) CONTRATADO (A) de qualquer cláusula contratual prevista no presente instrumento, assim como por razões de interesse público, desde que devidamente motivado.

5.3 – Poderá ainda ser rescindido unilateralmente o presente contrato, sem direitos a (o) CONTRATADO (A) , quando a prestação dos serviços for insatisfatório, com atrasos, devendo serem cumpridas as determinações legais inclusive constante no ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI – MT.

5.5 – O presente contrato poderá ser rescindido antes do término do prazo contratual, se houver a realização de CONCURSO PÚBLICO para preenchimento da vaga.

5.4 – PODERÁ o presente contrato ser ADITIVO desde que devidamente justificado e autorizado pela PREFEITA MUNICIPAL.

6.- CLAUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do Município do exercício de **2019** na seguinte rubrica: 534**.**

04.004.05.122.0003.2024.31.90.04.00.00.00 – FONTE 100

7. CLAUSULA SETIMA - DAS GARANTIAS

7.1. – Dispensado o oferecimento de garantia para execução dos serviços, por não constituir quaisquer dos princípios estabelecidos em lei.

8. – CLAUSULA OITAVA - DOS DIREITOS, DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES E DAS PENALIDADES CABÍVEIS

8.1. – O presente contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, respondendo cada uma pelas conseqüências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. – **O CONTRATANTE** nomeia como fiscal do presente contrato, a **SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO,** para fiscalizar o contrato entabulado entre as partes .

8.3 – O (**A) CONTRATADO (A)** na execução do contrato, sem prejuízo às responsabilidades contratuais legais, não poderá sub-contratar ou ceder a terceiros os seus serviços ora contratados.

8.4 – Em consequência do presente contrato, são obrigações do CONTRATADO (A):

a) Comparecer assiduamente ao local instituído para exercício das atividades;

b) trajar adequadamente a prestação dos serviços;

c) realizar os trabalhos de acordo com as necessidades do Contratante;

d) cumprir carga horária estabelecida

8.5 - O não cumprimento das obrigações contratuais das alienas da clausula 8.4, implicará na suspensão do pagamento até sua correspondente regularização.

8.6 – **O CONTRATANTE** fica no direito que lhe confere, modificar o presente contrato, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público; rescindir o presente contrato, unilateralmente, nos casos previstos neste instrumento e nos casos previstos no inciso I, do artigo 79, da Lei Federal n.º 8666/93; fiscalizar a execução do contrato; e, aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste; e ainda, nos casos de serviços essenciais, ocupar, provisoriamente, bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do presente contrato, na hipótese de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contrato, bem como na hipótese de rescisão do presente contrato administrativo.

8.7 - Fica vedada a antecipação de pagamentos, com relação ao cronograma financeiro fixado neste contrato, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de serviços.

8.8 – O (A) CONTRATADO (A) é responsável por todos os prejuízos oriundos da execução dos serviços, ou que deles venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar a CONTRATANTE ou a TERCEIROS.

8.9 – O CONTRATADO(A) tem direito a gratificação natalina e férias proporcionais, que serão pagas no final do contrato.

8.10 - O presente contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9. – CLAUSULA NONA - DA MULTA

9.1. – Fica fixada o valor da multa no valor correspondente a 10% (dez por cento), sobre o valor total deste CONTRATO, em prejuízo da parte que infringir qualquer das cláusulas ou condições do presente CONTRATO.

9.2 - O contratado(a) fica desde já obrigado ao exercício da função pública, nos limites e obrigações igualmente impostos aos servidores efetivos por força do Estatuto do Servidor, sem que com isso adquira direito igual aos benefícios individuais previstos naquele texto legal, com exceção a aqueles inerentes ao exercício de determinada função.

As sanções administrativas e a tutela judicial aplicam-se a ambas as partes pactuadas neste contrato, conforme disposto em lei.

10.- CLAUSULA DECIMA - DOS CASOS DE RESCISÃO:

10.1 - São casos de rescisão contratual o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, serviços e o cumprimento irregular de cláusulas instituídas neste contrato, especificações, projetos, serviços ou prazos; a paralisação do serviço ou fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação ao CONTRATANTE; o cometimento reiterado de faltas na execução deste contrato, além de outros legalmente estabelecidos.

10.2 - Qualquer das partes contratantes poderá solicitar a rescisão contratual, com prévia comunicação de 03 (três) dias antecedentes ao último.

10.3 - O presente contrato extinguir-se-á, sem direito a indenizações, pelo término do prazo contratual e por iniciativa de ambas as partes;

10.4. – Este contrato poderá ser rescindido ainda nos casos previstos nos artigos 78 e 79 da Lei 8666/93, ficando reconhecidos os direitos da administração para caso de rescisão administrativa.

10.5 – A execução dos serviços, não se concebendo em nenhuma hipótese, sejam estes transferidos a terceiros, pena de caracterização de desistência, determinante de imediata RESCISÃO CONTRATUAL.

11. – CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA- DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A EXECUÇÃO DESTE CONTRATO E ESPECIALMENTE AOS CASOS OMISSOS:

11.1 - Fica o presente contrato vinculado a Lei Orgânica Municipal e às Leis Municipais que lhe são correlatas, e ainda, aos preceitos legais instituídos pelo Direito Público quanto aos contratos administrativos e às disposições constitucionais pertinentes e aos princípios da teoria geral dos contratos.

11.2 - A contratação dos serviços pessoais de que trata o presente instrumento, se dará por tempo determinado, para atender necessidades urgentes e indispensáveis aos serviços da Administração Pública Municipal, conforme autoriza a Constituição Federal, inciso IX, Art. 37.

11.3 – Qualquer ALTERAÇÃO CONTRATUAL será realizada por meio de TERMO ADITIVO, devidamente assinado pelas partes contratantes.

11.4 - Aos casos omissos, as dúvidas e as questões incidentes serão resolvidas pela autoridade superior que represente o CONTRATANTE, e na impossibilidade desta, a competência será do Poder Judiciário da Comarca do CONTRATANTE.

12 – CLAUSULA DECIMA SEGUNDA - DO FISCAL DE EXECUÇÃO DO PRESENTE CONTRATO.

12.1 – O presente contrato terá seu OBJETO DE EXECUÇÃO fiscalizado pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO** .

12.2 – O (A) fiscal do presente CONTRATO, tem por obrigação exigir o fiel cumprimento e a qualidade nos serviços prestados pelo CONTRATADO (A);

12.3 - É obrigação do (a) FISCAL DE CONTRATO, anotar em registro próprio todas as ocorrências, a fim de demonstrar a execução da fiscalização do contrato. Na ocorrência de falhas na execução, deve notificar o responsável indicado pela CONTRATADA (O) para a regularização, estabelecendo prazo para solução, e deve cientificar o gestor do cumprimento ou não da notificação apresentada, para que o gestor tome as devidas providências.

13. – CLAUSULA DECIMA TERCEIRA- DO FORO

13.1 – Para fins e efeitos da Legislação Trabalhista, o presente Instrumento constitui Contrato de Trabalho, RENUNCIANDO o CONTRATADO (A), por este ato, a qualquer reclamação trabalhista dele decorrente.

14. – CLAUSULA DECIMA QUARTA - DO FORO

12.1 – Fica eleito o foro da Comarca do Município de Diamantino– MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das cláusulas, firmam o presente contrato de trabalho em duas vias de igual teor que serão assinadas por pelas partes.

Prefeitura Municipal de Alto Paraguai-MT, 26 de setembro de 2019, com efeitos retroativos a 02/09/2019.

DIANE VIEIRA DE V. ALVES	ROSA MARIA DA SILVA
Prefeita Municipal	Contratado (a)

YHURI RAYAN A. DE ALMEIDA

SEC. MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

TESTEMUNHAS:

1ª._____

CPF:_____

TESTEMUNHAS:

2ª._____

CPF:_____

PORTARIA 320/2019

PORTARIA 320/2019

A Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT, **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

Art. 1º. – Retornar de **Licença Para Tratamento de Saúde**, o servidor **ADERZENIRA ARAÚJO DA SILVA,** portadora do **RG N° 538243 SSP/MT** e do **CPF N° 384.617.901.97,** titular do Efetivo de **APOIO ADM EDUC – I PROFI 30 HRS CONTINUO**.

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia do dia 09/09/2019 revogada as disposições em contrário**.**

Publica-se;

Registra-se;

Cumpra-se;

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Paraguai–MT. 29 de Setembro

de 2019.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES

PREFEITA MUNICIPAL

JURIDICO
2° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 009/2018

2° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 009/2018

Por este instrumento particular de Contrato por PRAZO DETERMINADO que entre si fazem de um lado o Município de Alto Paraguai - MT, com sede administrativa nesta cidade, sita à Avenida Presidente Médice, n. 470, Bairro Bela Vista inscrito no CNPJ/MF n° 03.648..532/0001-28, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, de ora em diante denominada **CONTRATANTE** e de outro lado **WALDEBRANDE MACEDO DE OLIVEIRA,** brasileiro, portador (a) do RG nº **1672511-5** SSP/MT e CPF n. **803.166.891-49**, residente e domiciliado no **Rua B 17, Jardim Guarani, Bairro São Pedro em Alto Paraguai - MT**a seguir denominado **CONTRATADO**, ajustam o presente **TERMO DE ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N. 009/2018 de comum acordo, mediante as clausulas e condições a seguirem estabelecidas:**

CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO, PRAZO, DOTAÇÃO

1.1. Objeto: Pelo presente Termo Aditivo, as partes resolvem, de comum acordo, prorrogar o Prazo de Vigência Contratual do **contrato n°.009/2018**, em conformidade com o oficio apresentado pelo Secretário Municipal de SINFRA – ROBINSON WALERIO DYSARZ.

1.2. Fica prorrogado o prazo de vigência do presente termo aditivo, tendo seu **inicio em 26/09/2019 e seu término em 31/12/2019.**

1.3. Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas contratuais.

1.4. Poderá ser prorrogado o referido contrato entabulado entre as partes desde que devidamente justificado pelo Secretário Municipal de SINFRA, devendo ser comprovado a necessidade da prestação dos serviços pela CONTRATADA e desde que previamente autorizado pela Prefeita Municipal.

Parágrafo único. **O presente termo aditivo poderá ter seu término antecipado se no curso do mesmo, for finalizado concurso público para preenchimento da vaga ora contratada, sem direitos rescisórios ao CONTRATADO.**

CLAUSULA SEGUNDA: DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1. O presente termo aditivo decorre da autorização da Senhora Prefeita Municipal e oficio do Secretário Municipal de SINFRA – ROBINSON WALERIO DYSARZ , do presente termo aditivo do **CONTRATO Nº 009/2018**, tem seu fundamento legal nas Legislações Municipais e nos termos e condições do Processo Seletivo N.001/2018, submetendo-se as partes ás disposições legais, assim como de acordo com o art. 57, inciso II, lei 8.666/93, e demais clausulas e condições estabelecidas no termo contratual.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS MOTIVOS PARA ADITAMENTO

3.1. A Administração Municipal promove a renovação do Contrato em epígrafe, pois faz-se necessário devido a inexistência servidor efetivo para a realização do objeto contratado, conforme solicitação no **oficio** do Secretário Municipal de SINFRA – ROBINSON WALERIO DYSARZ, juntamente com deferimento da Prefeita Municipal – Diane Vieira de Vasconcellos Alves uma vez que os serviços prestados pela contratada são de qualidade e tem atendido a contento às necessidades da **contratante**.

CLÁUSULA QUARTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. As demais cláusulas do contrato originário, não aditadas, permanecem inalteradas.

4.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Diamantino - MT para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura surgirem em função da execução do presente termo.

4.3. Por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitarem as disposições estabelecidas neste instrumento, sujeitando-se as normas contidas na Lei n. 8.666/93 e assinam o presente em 02 (duas) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Alto Paraguai - MT, 23 de setembro de 2019.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES	WALDEBRANDE MACEDO DE OLIVEIRA
PREFEITA MUNICIPAL **ZULEIDE LEIRE ROCHA** FISCAL DE CONTRATO	CONTRATADA
TESTEMUNHAS: **KAUANY BARBARA N. PEREIRA ROBINSON WALERIO DYSARZ** CPF: 036.226.031-19 CPF: 314.312.831-34	

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 264/2019

DECRETO Nº 264/2019

"Dispõe sobre exoneração do Servidor que mencionae dá outras providências. "

O Prefeito Municipal em Exercício de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Marco Aurélio Julien**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc...

CONSIDERANDO, que o Processo Administrativo disciplinar instaurado através da Portaria n.° 166/2018, decidiu pela **Demissão** do servidor **Robison Junio Alves dos Santos**, com base no art. 019, inciso I, i, art. 113 inciso IX, art. 131 incisos I e IV, da Lei Complementar n.° 001/2002.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica **exonerado**, do Cargo de **Controlador Interno**, o Senhor **ROBISON JUNIO ALVES DOS SANTOS**, devidamente inscrito no CPF/MF sob o n° 704.964.041-72.

Artigo 2º.- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 01 de outubro de 2019.

Marco Aurélio Julien

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 262/2019

DECRETO Nº 262/2019

"Declara estabilidade dos Servidores que menciona e dá outras providencias".

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Marco Aurélio Julien,** no exercício de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, etc...

DECRETA:

Art. 1º. - Fica declarado estável no serviço público municipal os Servidores com seu respectivo CPF/MF, cargo e data de admissão, a saber;

SERVIDOR	CFP/MF	CARGO	ADMISSÃO
EDUARDO LAZARO SOUSA SILVA	027.929.671-10	PEDREIRO	**22/07/2016**
MILSON FRANCISCO ROSA	024.907.611-02	ELETRICISTA	**27/07/2016**

Art. 2° - Os Servidores declarados estáveis de conformidade com o artigo anterior, foram os que prestaram concurso no ano 2015, e cumpriram o estágio probatório de três anos, contados a partir da posse, nos termos da Emenda Constitucional n° 19, de 1998 publicada no DOU de 05 (cinco) de maio de 1998.

Art. 3° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, renovadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 27 de setembro de 2019.

MARCO AURÉLIO JULIEN

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 374/2019

De 01 de outubro de 2019

"Altera a Portaria n.º 373/2019, para substituição de membro."

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, Marco Aurélio Julien, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO a necessidade de alteração na Comissão Processante instaurada pela Portaria n.º 373/2019, para substituição de membro, devidamente autorizado pelo Prefeito Municipal;

RESOLVE:

Art. 1.º - **ALTERAR** membro da Comissão Processante instaurada pela Portaria n.º 373/2019, a qual será composta pela seguinte servidora: **Vanessa Bonadiman Batistussi** – matrícula funcional n.° 3724 – Membro.

Art. 2.º - A Comissão Processante acima deverá observar os parágrafos 1º e 2º, do artigo 148 do Estatuto do Servidor Público.

Art. 3.º - Deverá ser obedecido em todo o possível, ao disposto no art. 41 do Código de Processo Penal, em seguida, o processo terá que seguir o rito especificado no artigo 151 do Estatuto do servidor Público Municipal.

Art. 4.º - A Comissão deverá cumprir o determinado no artigo 152 do Estatuto do Servidor Público, ou seja, não exceder a 60 (sessenta) dias o prazo de conclusão do processo administrativo, o qual poderá ser prorrogado por igual período desde que previamente solicitado e justificado.

Art. 5.º - Essa Portaria altera a Portaria n.º 373/2019.

Art. 6.º - Esta Portaria entre em vigor a partir da data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

MARCO AURÉLIO JULIEN

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 266/2019

DECRETO Nº 266/2019

"Dispõe sobre Nomeação no cargo de Provimento em Comissão de **Diretor do Departamento de Lazer** e dá outras providencias."

O Prefeito Municipal em Exercício de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Marco Aurélio Julien**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc...

DECRETA:

Artigo 1º. – Fica nomeado para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de **Diretor do Departamento de Lazer**, código CC- 10.200, oSenhor***Sidney da Silva***, CPF/MF – 003.522.071-67, nos da Lei Municipal nº 390/2004.

Artigo 2º.- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°. – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 01 de outubro de 2019.

Marco Aurélio Julien

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 267/2019

DECRETO Nº 267/2019

"Dispõe sobre Exoneração de **Coordenador de Transporte Urbano** e dá outras providências."

O Prefeito Municipal em Exercício de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Marco Aurélio Julien**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc...

DECRETA:

Artigo 1º - Fica exonerado **a pedido**, do Cargo em Comissão de **Coordenador de Transporte Urbano**, CC – 9.050, oSenhor **Geverson Rodrigues Chaves**, devidamente inscrito no CPF/MF – 805.694.631-49, nomeado através do Decreto nº 254/2019, de 17 de setembro de 2019.

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°. - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 01 de outubro de 2019.

Marco Aurélio Julien

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO DE Nº 265/2019

DECRETO Nº 265/2019

"Dispõe sobre Exoneração de **Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer** e dá outras providências."

O Prefeito Municipal em Exercício de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Marco Aurélio Julien**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc...

DECRETA:

Artigo 1º - Fica exonerada **a pedido**, do Cargo em Comissão de **Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Código CC-3.000**, a**Senhora MARILDA GAROFALO SPERANDIO,** CPF/MF – 049.818.698-94, nomeada através do Decreto nº 387/2017, de 01 de setembro de 2017.

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°. - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 01 de outubro de 2019.

Marco Aurélio Julien

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 263/2019

DECRETO Nº 263/2019

"Dispõe sobre Exoneração de **Diretor do Departamento de Lazer** e dá outras providências. "

O Prefeito Municipal em Exercício de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Marco Aurélio Julien**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc...

DECRETA:

Artigo 1º - Fica exonerado, do Cargo em Comissão de **Diretor do Departamento de Lazer**, código CC- 10.200, oSenhor***Valdecir Bocchi***, CPF/MF – 819.566.069-04, nomeado através do Decreto nº 150/2019, de 17 de julho de 2019.

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°. - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 01 de outubro de 2019.

Marco Aurélio Julien

Prefeito Municipal

ERRATA DO TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 002/2019

DE 16 SETEMBRO DE 2019, PUBLICADA NO JORNAL OFICIAL ELETRÔNICO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO (DOE) EDIÇÃO N.º 3.315, DE 17/09/2019.

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, Marco Aurélio Julien, no uso de suas atribuições legais,

RETIFICA:

Onde se lê: Contrato Administrativo n.º 002/2019;

Lê-se: Ata de registro de preço n.º 002/2019.

Alto Taquari/MT, 01 de outubro de 2019.

MARCO AURÉLIO JULIEN

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº. 1116/2019.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Senhor **Adalto José Zago**, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$130.000,00 (cento e trinta mil reais), destinados a reforçar orçamentariamente a seguinte dotação orçamentária:

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO

ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE URBANISMO

10.01.15.122.0034.2.044.3.3.90.39.00.00.00 (550) Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	130.000,00
TOTAL	**130.000,00**

Artigo 2º - Para atender ao disposto da suplementação prevista no artigo 1º desta Lei, em conformidade ao artigo 43, §1º, Inciso III da Lei 4.320/64, anular-se-á parcialmente as seguintes dotações do Orçamento Programa vigente:

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DES. ECON.

ADMINISTRAÇÃO GERAL SEC DE AGRICULTURA

09.01.20.122.0015.2.027.3.3.90.39.00.00.00 (534) Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	40.000,00
TOTAL	**40.000,00**

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

ADMINISTRAÇÃO GERAL SEC DE INFRAESTRUTURA

11.01.26.782.0058.2.096.3.3.90.30.00.00.00 (587) Material de Consumo	90.000,00
TOTAL	**90.000,00**

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Apiacás-MT, 01 de outubro de 2019

ADALTO JOSÉ ZAGO

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº. 1117/2019.

SÚMULA: Autoriza a abertura de Crédito Especial, por anulação de dotação, para criação de dotação para finalizar obra da Casa Mortuária, e dá outras providências.

O Senhor **Adalto José Zago,** Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e ainda, com fulcro na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado incluir na Lei de Diretrizes Orçamentária para 2019-LDO, aprovada pela Lei Municipal nº 1069/2018 e no orçamento programa para 2019-LOA, aprovada pela Lei Municipal nº 1.077/2018, o valor de R$ 32.000,00 (trinta e dois mil

reais), destinados a investimentos na Secretaria Municipal de Assistência Social, para finalização da obra da Casa Mortuária, com Recursos Próprios, como segue:

07. Secretaria Municipal de Assistência Social

001. Administração Geral da Secretaria de Assistência Social

08. Assistência Social

244. Assistência Comunitária

0020. Parcerias com Instituições Privadas

1.095. Construção e Manutenção da Casa Mortuária

4.4.90.51. Obras e Instalações

Art. 2º - A inclusão do Crédito Adicional Especial descrito no artigo primeiro desta Lei encontra respaldo legal no Art. 43, Parágrafo 1º, Inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64, pela anulação de dotações no montante de R$ 32. 000,00 (trinta e dois mil reais) das seguintes funcionais programáticas:

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DES. ECON.

ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SEC DE AGRICULTURA

09.01.20.606.0015.2.081.3.3.90.30.00.00.00 (537) Material de Consumo	14.000,00
TOTAL	**14.000,00**

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SEC DE INFRAESTRUTURA

11.01.26.782.0022.2.040.3.1.71.70.00.00.00 (581) Rateio pela Participação em Consórcios Públicos	18.000,00
TOTAL	**18.000,00**

Art. 3º -Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Apiacás-MT, 01 de outubro de 2019

Adalto José Zago

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 303/2019.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE RESCISÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE

Artigo 1º - Rescindir o Contrato de Prestação de Serviços nº 018/2019, da Servidora Pública Municipal **ANA PAULA RAMALHO DE FRANÇA,** portadora da cédula de identidade 2351178-8 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº 059.652.521-45,do Cargo de Zeladora, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação nos lugares de costume, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se

Cumpra-se

Publica-se

Apiacás-MT, 01 de Outubro de 2019.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-PREFEITO MUNICIPAL-

PREFEITURA MUNICIPAL /ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 0193/2019

SÚMULA: DESIGNA PARA FISCAL DO CONTRATO DE Nº 087/2019 PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS E A EMPRESA: BILU COMÉRCIO DE ÔNIBUS LTDA.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

D E C R E T A

Art. 1º - Fica designado como fiscal do contrato em tela, para controle, acompanhamento e recebimento dos serviços o Sr. LOURIVAL PEREIRA DE OLIVEIRA, lotado na Secretaria Municipal de Educação. Tendo como objeto aquisição de veículo tipo ônibus rodoviário.

Art. 2°- Este Decreto entrará em vigor da data de sua publicação/afixação, revogando-se as disposições em contrário;

Apiacás - MT, 08 de setembro de 2019.

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 302/2019

SÚMULA: DISPÕE SOBRE RETORNO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Artigo 1º - Retornar a servidora **CLEVAIR MACHADO,** portadora da cédula de identidade 1633925-8 SSP/MT e inscrita no CPF sob o n. 039.315. 311-80, cargo efetivo de Agente Comunitária de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde**,** que encontrava-se de Licença Maternidade.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua afixação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se, Cumpra-se,

Apiacás-MT; 01 de Outubro de 2019.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-Prefeito Municipal-

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 329/2019

DISPÕE SOBRE INTERRUPÇÃO DA LICENÇA PARA TRATO DE ASSUNTOS PARTICULARES DOS SERVIDORES ELDO PEREIRA DOS SANTOS E SANDER DA SILVA LEMES, AMBOS OCUPANTES DO CARGO EFETIVO DE MOTORISTA DO MUNICIPIO DE ARAPUTANGA/MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CONSIDERANDO, o interesse do serviço público, e os princípios norteadores da Administração Pública disposto no "caput" do art.37 da Constituição Federal de 1988;

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal do Município de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por lei:

RESOLVE: Art. 1.º - Interromper, no interesse do serviço, a Licença para de trato de assuntos particulares, sem remuneração, dos servidores **ELDO PEREIRA DOS SANTOS E SANDER DA SILVA LEMES**, conforme dis-

posição no art. 99, §1º da Lei Municipal nº 135/92 (RJU), concedia pelas portarias nº 234/GAB/2018 e 02/GAB/2019.

Art. 2.º - Os servidores mencionados acima deverão se apresentar em **14/10/2019** nos seus locais de trabalho, para desempenho das atividades.

Art. 3.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial a portarias nº 234/2018 e 02/2019.

Registra-se, Publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, ao primeiro (01) dias do mês de outubro (10) do ano de dois mil e dezenove (2019).

JOEL MARINS DE CARVALHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 330/2019

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL NOS TERMOS DO ARTIGO 60 DA LEI MUNICIPAL Nº 852/2008 (PLANO DE CARREIRAS E SALÁRIOS DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal do Município de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por lei:

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença prêmio à servidora **ALDA DE SOUZA XAVIER**, matrícula nº 12, ocupante do cargo efetivo de Professora, referente aos períodos aquisitivos 01/02/2005 á 31/01/2010, por um período de **90 (noventa) dias, a partir de 30/09/2019.**

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, ao primeiro (01) dias do mês de outubro (10) do ano de dois mil e dezenove (2019).

JOEL MARINS DE CARVALHO

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES
PORTARIA N.º 332/2019

DESIGNAR SERVIDORES PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 095, 096, 097 e 098, ORIUNDAS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2019, CUJO OBJETO É REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR, PROTETORES E SERVIÇOS DE RECAPAGEM, RECAUCHUTAGEM E VULCANIZAÇÃO, EM ATENDIMENTO À DEMANDA DOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1.993, em especial em seu Art. 67.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar e nomear os servidores da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, para responder pela gestão, acompanhamento e fiscalização das ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS, ORIUNDAS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2019.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 095/2019 – A F DA SILVA REIS - CNPJ CNPJ n°. 05.318.473/0001-55.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 096/2019 – LORENA ELI FISCHER - CNPJ n°. 26.302.082/0001-12.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 097/2019 – PNEUAR COMÉRCIO DE PNEUS LTDA - CNPJ n°. 03.532.991/0001-41.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 098/2019 – PNEUS VIA NOBRE LTDA -CNPJ n°. 01.976.860/0048-91.

Art. 2° - Ficam nomeados os servidores abaixo para acompanhar e fiscalizar os objetos requisitados pelas Secretarias Municipais, firmado entre o Município de Araputanga – MT e as empresas ora contratadas, sendo compostas pelos servidores do quadro da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT:

Fiscal Titular: Cleidiane Straliotto – Responsável pelo objeto requisitado da Secretaria de Educação e Cultura.

Fiscal Suplente: Fábia Utsch Matos - Responsável pelo objeto requisitado da Secretaria de Educação e Cultura.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 25/09/2019, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos um dia (01) dias do mês de outubro (10) do ano de dois mil e dezenove (2019).

JOEL MARINS DE CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 331/2019

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL NOS TERMOS DO ARTIGO 102º DA LEI 135/92 (RJU) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal do Município de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por lei:

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença prêmio nos termos do art. 102º da Lei Municipal nº 135/92 (RJU- Regime Jurídico Único) a servidora **Lúcia Helena Caldeira Vila**, matricula nº 471, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, referente ao período aquisitivo 07/03/2008 a06/03/2013, por um período de 60 (sessenta) dias.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01/08/2019, revogando as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos primeiro (01) dia do mês de outubro (10) do ano de dois mil e dezenove (2019).

JOEL MARINS DE CARVALHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 327/2019 - REPUBLICAÇÃO

DISPÕE SOBRE NOMEAÇAO DE SERVIDOR (A) EM CARGO COMISSIONADO NO MUNICIPIO DE ARAPUTANGA/MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal do Município de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por lei:

RESOLVE:

Art. 1.º- Nomear **CLEIDIANE STRALIOTTO, inscrita no CPF nº 013.334. 121-69para exercer o cargo em comissão de Gerente de Apoio a Educação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.**

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos vinte e seis (26) dias do mês de setembro (09) do ano de dois mil e dezenove (2019).

JOEL MARINS DE CARVALHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 328/2019, LICENÇA PRÊMIO.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA ANA PARECIDA BORGES DA CONCEIÇÃO DO MUNICÍPIO DE ARAPUTANGA-MT, NOS TERMOS DO ARTIGO 102º DA LEI 135/92 (RJU) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal do Município de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por lei:

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença prêmio nos termos do art. 102º da Lei Municipal nº 135/92 (RJU- Regime Jurídico Único) a Servidora **Osilia da Silva Oliveira**, Matricula 1645, Auxiliar de Saúde Bucal, lotada na Secretaria Municipal de Saúde de Araputanga –MT, referente ao período aquisitivo de 17/01/2012 á 16/01/2017, a partir de 02/09/2019 á 30/11/2019.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos vinte e seis (26) dia do mês de setembro (09) do ano de dois mil e dezenove (2019).

JOEL MARINS DE CARVALHO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS
DIVULGAÇÃO DO RESULTADO ISENÇÃO DA TAXA DEFERIDAS E INDEFERIDAS DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2019

DIVULGAÇÃO DO RESULTADO ISENÇÃO DA TAXA DEFERIDAS E INDEFERIDAS DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2019

O MUNICÍPIO DE ARENAPOLIS– Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na **Rua Presidente Costa e Silva, s/nº, Vila Nova, ARENÁPOLIS – MT**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal José Mauro Figueiredo, no uso de suas atribuições legais e na forma prevista no artigo 37 da Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal, Leis Complementares Municipal: 787/2002, 788/2002, e, 1.398/2019 em conjunto com a **COMISSÃO ORGANIZADORA DO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MATO GROSSO,** nomeada pela Portaria nº 182/2019, de 12 de setembro de 2019, mediante as condições estipuladas neste Edital e demais disposições legais aplicáveis, TORNA PÚBLICO, aos interessados, **DIVULGAÇÃO DO RESULTADO ISENÇÃO DA TAXA DEFERIDAS E INDEFERIDAS,** conforme abaixo discriminado:

001 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - ARENÁPOLIS				
INSCRIÇÃO	**NOME**	**DOCUMENTO**	**VAGA**	**RESULTADO**
816	ADELUCIA ALVES DE SOUZA	RG 16207793 sspmt MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	DEFERIDO
389	ADENILSON FERREIRA DA SILVA	RG 16914872 Ssp MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	CANCELADO
389	ADENILSON FERREIRA DA SILVA	RG 16914872 Ssp MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	CANCELADO
389	ADENILSON FERREIRA DA SILVA	RG 16914872 Ssp MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	INDEFERIDO
279	ADRIANA AMAJUNEPA DOS REIS BORGES	RG 28640195 SSP MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	DEFERIDO
698	ADRIANO VIEIRA DA SILVA MARTINS	RG 23397292 SSP MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	INDEFERIDO
1021	ADRIELLE DA SILVA SOUZA	RG 22051732 SSP MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	DEFERIDO
806	AIDE ELZA NEPONOCENO DE OLIVEIRA	RG 16004930 SSP MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	DEFERIDO
977	ALAIDE RODRIGUES DOS SANTOS	RG 17087759 sspmt MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	INDEFERIDO
772	ALBERTINA BARRETO DE SOUZA	RG 19273851 SSP MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	INDEFERIDO
449	ALESSANDRA LINO DE SOUZA	RG 16580982 sspmt MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	DEFERIDO
1087	ALESSANDRA SANTANA FERREIRA	RG 18615228 ssp MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	DEFERIDO
419	ALINE DERMARCHI DE SOUZA	RG 22057471 SSP MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	INDEFERIDO
985	ALLANA KARLA FERRAZ DE SOUZA	RG 26575850 SSP MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	DEFERIDO
573	ANA CAROLINA GONÇALVES DOS SANTOS	RG 24813125 Secretaria de estado MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	DEFERIDO
1068	ANA PAULA PACHECO PEREIRA	RG 23923180 SSP MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	DEFERIDO
1113	ANDRÉA RUFINO DOS SANTOS	RG 1979990 Ssp AL	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	INDEFERIDO
627	ANDRÉIA SANTANA DO ROSÁRIO	RG 18205690 ssp MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	INDEFERIDO
177	ANDRESSA DA COSTA GOMES	RG 26017326 SJSP MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	DEFERIDO
1134	CAMILA LIMA OLIVEIRA	RG 2718015-8	001 - AUXILIAR DE SERVI-	DEFERIDO

		Estado de mato gross MT	COS GERAIS - ARENAPOLIS	
219	CARINA CARLA DE LIMA	RG 25252801 Ssp MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	DEFERIDO
233	CARMEM MONTEIRO LIMA DE MORAES TAVEIRA	RG 12056529 Sjsp MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	INDEFERIDO
1056	CELIA ANDRADE DOS SANTOS	RG 740911 SSP MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	DEFERIDO
196	CHARLES EVANGELISTA PINTO	RG 24282693 Arenapolis MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	INDEFERIDO
619	CLEONICE FERREIRA DA SILVA	RG 1840866-4 Ssp/MT MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	INDEFERIDO
431	DAIANE NASCIMENTO DOS SANTOS	RG 19406550 Sjsp MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	DEFERIDO
333	DALIANE GONCALVES ATAYDE	RG 27182193 Ssp MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	DEFERIDO
635	DANIELA BEZERRA DA SILVA	RG 2545131-6 Ssp MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	DEFERIDO
1025	DANIELLY FERNANDES SOARES	RG 25702360 Ssp MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	INDEFERIDO
1058	DAYANE CRISTINA ALVES FERRARI	RG 21549710 Sejsp MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	DEFERIDO
324	DEBORA SILVANA L. VASCONCELOS	RG 17195888 Ssp MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	INDEFERIDO
1181	DEJANIRA SOARES SIMPLICIO	RG 18407013 SSP MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	INDEFERIDO
375	DIEGO DAVID DA SILVA	RG 22303936 Ssp MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	INDEFERIDO
37	EDITH MARIA DOS SANTOS	RG 0292573-7 SJSP MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	DEFERIDO
209	EIDS ALVES MACHADO	RG 20552246 Ssp MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	INDEFERIDO
1243	ELAYNE CRISTINA DE CAMPOS FREITAS	RG 22939415 SSP MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	DEFERIDO
604	ELEONAE PACHECO DE ARAUJO	RG 12203017 ssp MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	DEFERIDO
655	ELISSANDRA FONTES FONSECA	RG 16955614 Ssp MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	DEFERIDO
834	ERICA CALDAS SOUZA QUEIROZ	RG 1134792 ssp RO	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	INDEFERIDO
478	ERLAN FILHO OLIVEIRA	RG 27328805 SEP MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	DEFERIDO
1022	EURENILDA DIAS DA SILVA	RG 18218750 SSP MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	DEFERIDO
435	FERNANDA NASCIMENTO DA SILVA	RG 20697848 SSP MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	INDEFERIDO
978	GEDALIA NASCIMENTO DE OLIVEIRA ESPÍRITO SANTO	RG 19829760 SSP MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	DEFERIDO
1108	GILDASIO MORENO DA SILVA	RG 1512766925 Ssp BA	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	INDEFERIDO
843	GLEIZIANE PEREIRA CRUZ	RG 15879747 SESP MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	DEFERIDO
1142	HOZANA LAURIANA DE SOUZA	RG 17239320 Ssp MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	INDEFERIDO
963	IDINEIDE JULIANE DI DOMENICO	RG 16936710 Ssp MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	DEFERIDO
1120	IOLANDA DE OLIVEIRA ALENCAR	RG 758461 SSP MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	DEFERIDO
382	IRENE FERREIRA DOS SANTOS	RG 13472488 140998 MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	DEFERIDO
886	ISMEIRE DE MIRANDA	RG 1346774-3 SSP MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	DEFERIDO
260	IVETE PORTELA DE BRITO ANDREOTTI	RG 929345 ssp/mt MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	INDEFERIDO
371	JACILMA ALVES DE FREITAS	RG 840094 SSP MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	DEFERIDO
465	JANAINA HENRIQUE DIAS	RG 21354227 ssp MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	DEFERIDO
525	JANE DE CAMPOS SILVA	RG 19706642 ssp MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	DEFERIDO
1186	JEANE PAULA DA SILVA	RG 13058746 SSP MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	DEFERIDO
1137	JOANA APARECIDA DE OLIVEIRA JARDIM	RG 1460787-5 SSP MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	DEFERIDO
1239	JOANA SOUZA DE ALMEIDA	RG 03086771 Ssp MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	DEFERIDO
1032	JOÃO GABRIEL AMARAL FERREIRA DE SOUZA	RG 26131676 ssp MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	INDEFERIDO
704	JOÃO RODRIGUES DOS SANTOS	RG 13472690 SSP MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	DEFERIDO
643	JOSIANE BARREIROS TIMÓTEO	RG 2098308_5 Ssp MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	INDEFERIDO
1236	JOSIENE DAMASCENO FERREIRA	RG 16918606 Ssp MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	DEFERIDO
916	JOVANILHA DOS SANTOS GOMES CAVALHEIRO	RG 2482154-3 ssp\mt MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	INDEFERIDO
883	JUDITE FRANCISCA FAVALESSA	RG 15930459 ssp MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	DEFERIDO
27	JULIANA ALMEIDA DA SILVA	RG 2701083 ssp MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	DEFERIDO
77	KELLITA RODRIGUES DE LARA OLIVEIRA	RG 22029117 SSP MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	INDEFERIDO
472	KELLY CRISTINA DE CASTRO SANTOS	RG 18845703 SSP/MT MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	DEFERIDO
1070	KELY CRISLENE SANTOS DE LARA	RG 24794996 ssp MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	DEFERIDO

729	KELY CRISTINA DOS SANTOS BARRETO	RG 1338059-1 SSP MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	DEFERIDO
626	KERLA DOS SANTOS BARRETO	RG 11793228 SSP MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	DEFERIDO
51	LEANDRO ROGER RIBEIRO DA ROCHA	RG 23634391 SSP MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	DEFERIDO
1266	LETICIA GABRIELE MACEDO PEREIRA FONSECA	RG 2969062-5 SSP MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	INDEFERIDO
754	LÍGIA MARIA MEREJOLI ESPOSITO	RG 350382396 SSP SP	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	DEFERIDO
164	LUANA DA SILVA CABRAL	RG 30773504 Secretaria de estado MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	INDEFERIDO
780	LUCIANA RODRIGUES SANTOS	RG 18166326 SSP MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	DEFERIDO
645	LUIZ EDUARDO MACHADO SILVA	RG 25076019 SESP MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	INDEFERIDO
633	LUIZ YARZON SILVA	RG 03730808 SEJUSP MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	DEFERIDO
919	LUZIA GIRARDI	RG 19431589 SSP MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	DEFERIDO
241	MAIZA JOANA DE ARRUDA	RG 14040107 SSP MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	DEFERIDO
519	MARCIO ANTONIO DE OLIVEIRA	RG 1174106-6 SSP MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	INDEFERIDO
104	MARIA APARECIDA PEREIRA	RG 12197700 SSP MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	DEFERIDO
480	MARIA AUXILIADORA DA COSTA	RG 14856883 SSP MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	DEFERIDO
939	MARIA DIVINA DE OLIVEIRA	RG 16985940 SSP\MT MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	DEFERIDO
848	MARIA EVANEIDE DANTAS DE ANDRADE	RG 16579801 SEJUSP MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	DEFERIDO
452	MARIA JOSILENE MOREIRA DE SOUSA SANTOS	RG 16579429 SSP MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	INDEFERIDO
544	MARIA LUCILENE MOREIRA DE SOUZA ALVES	RG 19728514 ssp MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	DEFERIDO
501	MARIA NILDES DE SOUZA ROCHA	RG 846209 SSP RO	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	INDEFERIDO
1240	MARIANA DA COSTA BARBOSA	RG 2141199-9 SSP MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	DEFERIDO
60	MARLENE ALVES DE LIMA	RG 07919867 Ssp MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	INDEFERIDO
809	MARLENE GONÇALVES SOARES RODRIGUES	RG 24821306 ssp MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	DEFERIDO
488	MARLY RODRIGUES DA SILVA	RG 1673654-0 SSP/MT MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	INDEFERIDO
1064	MATHEUS VINICIUS LIMA QUINTEIRO	RG 27180999 ssp MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	INDEFERIDO
132	MICHELLE ALVES GONÇALVES	RG 20309570 Mt MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	INDEFERIDO
535	MONICA DA SILVA RAMOS	RG 18873731 SSP MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	DEFERIDO
1160	NATALIA FABRICIA DOS SANTOS CORREIA	RG 24905623 Ssp MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	INDEFERIDO
278	NAYARA SILVA DE MATOS	RG 2253282 ssp DF	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	DEFERIDO
266	NEILDA ALVES DE SOUZA	RG 1757455-2 SSP MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	DEFERIDO
471	NICOLLE OLIVEIRA DOS SANTOS	RG 32911971 SESP MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	DEFERIDO
225	NISLEIA DE ASSIS SOUSA	RG 925350 Ssp RO	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	INDEFERIDO
1004	OZIELI LAURIANO DE SOUZA	RG 17239338 ssp MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	INDEFERIDO
560	PAULA RAMOS CHIMELLO	RG 13890328 ssp MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	DEFERIDO
1106	RAYLA DA SILVA SOARES	RG 2310211 Ssp MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	DEFERIDO
112	REGIANE ALVES DO NASCIMENTO	RG 1868635-4 SSPMT MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	DEFERIDO
821	ROSANA ROSA FIGUEIREDO	RG 20222360 SSP MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	DEFERIDO
254	ROSANE RODRIGUES QUIRINO LIMA	RG 16325486 Ssp MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	DEFERIDO
416	ROSENIL SALES LEMES CARVALHO	RG 08764956 Ssp MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	DEFERIDO
494	ROSENILDA CAMARGO DOS SANTOS	RG 16978765 ssp MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	DEFERIDO
228	ROSENILZA DOS SANTOS	RG 14311771 ssp MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	DEFERIDO
334	ROSIMAR FERREIRA RODRIGUES DE OLIVEIRA	RG 16381220 SSP MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	INDEFERIDO
52	ROZELENE ALVES DO NASCIMENTO	RG 16893948 Ssp MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	INDEFERIDO
629	SANDA ANDRADE PEREIRA	RG 25872478 SEJSP MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	INDEFERIDO
889	SANDRA MARCIA OSSAKA ANDRADE	RG 32200048 sspmt MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	DEFERIDO
986	SANDRA MARIA DOS SANTOS	RG 10749330 ssp MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	INDEFERIDO
127	SARA DAS DORES BIANCHI	RG 2356691-4 ssp/mt MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	INDEFERIDO
1037	SILVANEIDE FERREIRA DA CRUZ	RG 16507428 SSP MT	001 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ARENAPOLIS	CANCELADO

18	SIMONE VIANA CAETANO	RG 13156390 Ssp MT	001 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
274	SIRLEI VANUSA FERREIRA DE JESUS	RG 24144215 Sspmt MT	001 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1055	SUELI LAUREANO	RG 13472020 ssp MT	001 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
1249	SUELY MARQUES DS SILVA	RG 19821026 Sspmt MT	001 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
865	TATIANE DELFINO	RG 20140789 075 MT	001 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1150	TERCINA SILVA LIMA	RG 1334412-9 Estado de mato gross MT	001 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
556	TEREZZA CAROLINA PEZZIM DE OLIVEIRA	RG 2311630-7 ssp MT	001 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
257	THAYS IORRANA SANTOS CERQUEIRA	RG 28978269 ssp MT	001 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
807	VALDEREZA MOREIRA DE OLIVEIRA	RG 11913797 sspmt MT	001 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1271	VALDETE RODRIGUES DE SOUZA	RG 10143947 SJ MT	001 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
383	VANDERLEIA SIQUEIRA ALVES	RG 1882590 SSP MT	001 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
308	VANESSA ARRAIS DE LIMA	RG 17516048 SSP MT	001 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
1228	VANIA DE OLIVEIRA MARQUES	RG 15599647 ssp MT	001 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
765	VINÍCIUS HENRIQUE DE SOUZA NOBRES	RG 2880967-0 SSP MT	001 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
249	WANDEHELY NASCIMENTO DE OLIVEIRA	RG 003558754 ssp MT	001 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - ARENÁPOLIS	CANCELADO
249	WANDEHELY NASCIMENTO DE OLIVEIRA	RG 003558754 ssp MT	001 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
122	WILLYAN JACKSON PEREIRA ALVES	RG 23331585 SSP MT	001 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
1251	ZENEIDE INACIO DA SILVA	RG 25910094 Sesp MT	001 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO

002 - COVEIRO - ARENÁPOLIS

INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	VAGA	RESULTADO
945	THIERRY LUCA DOS ANJOS	RG 27650596 sspmt MT	002 - COVEIRO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO

003 - GARI - ARENÁPOLIS

INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	VAGA	RESULTADO
403	ADRIANA MARTINS SOARES	RG 15670821 sspmt MT	003 - GARI - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1272	ADRIELI TRINDADE DA SILVA	RG 1972977-4 SSP MT	003 - GARI - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
877	ALDA SOUZA BARBOSA	RG 18408117 SSP MT	003 - GARI - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
341	ANA PAULA SILVA DE MELO	RG 17219604 ssp MT	003 - GARI - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1019	ANDREIA PEREIRA SENA	RG 10254994 SSP/MT MG	003 - GARI - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
791	ANTONIO ALVES DOS SANTOS FILHO	RG 17918499 SSPMT MT	003 - GARI - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
355	ARACI DA SILVA MELO	RG 13472712 ssp MT	003 - GARI - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
170	CLAUDINEY RAFAEL ALVES MOREIRA	RG 22249680 Ssp MT	003 - GARI - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
438	CLEONICE APARECIDA DA SILVA	RG 18155618 SSP MT	003 - GARI - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
670	CRISTIANE APARECIDA DE SOUZA LIMA DE OLIVEIRA	RG 17238706 Ssp MT	003 - GARI - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
304	DANIELE DE OLIVEIRA MACEDO	RG 22869492 SSP MT	003 - GARI - ARENÁPOLIS	CANCELADO
304	DANIELE DE OLIVEIRA MACEDO	RG 22869492 SSP MT	003 - GARI - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
641	ELENICE GONCALVES DA CUNHA PEGO	RG 12204560 Ssp MT	003 - GARI - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
1172	ESCAVINO MARQUES DA COSTA	RG 05552419820151 ssp MA	003 - GARI - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1188	FABIO FERREIRA DO NASCIMENTO	RG 17069289 ssp MT	003 - GARI - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
943	FRANCIELI RODRIGUES COELHO	RG 16683293 SSP MT	003 - GARI - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
367	MAINE FONTES CANAVARROS	RG 17859247 Ssp MT	003 - GARI - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
663	MARIA JOSE DE SOUZA LIMA	RG 09807225 Ssc MT	003 - GARI - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
144	MARIA LURDES DE OLIVEIRA	RG 16736339 SSP MT	003 - GARI - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
1138	MARILZA SOARES DE GODOI FERREIRA	RG 19988265 SSP MT	003 - GARI - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
446	MARIZETE RODRIGUES DA SILVA	RG 1175092-8 SSP/MT MT	003 - GARI - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1168	MAYCON GIROLDI PINHEIRO MATEUS	RG 26676451 SSP MT	003 - GARI - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
216	MICHELI VIEIRA RIBEIRO	RG 24821004 Sejspmt MT	003 - GARI - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
826	NAMIBIA ALVES	RG 16913280 SSP MT	003 - GARI - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
833	ONOFRE DO CARMO FERREIRA	RG 04667905 SSP MT	003 - GARI - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
414	REGINA FERREIRA DA SILVA	RG 13471830 Ssp MT	003 - GARI - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1052	ROSA VALDECI DA SILVA FERNANDES	RG 0758487-3 SSP MT	003 - GARI - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
275	SIRLEI VANUSA FERREIRA DE JESUS	RG 24144215 Sspmt MT	003 - GARI - ARENÁPOLIS	CANCELADO
359	TAIANA DA SILVA CORREIA	RG 20819625 SSP MT	003 - GARI - ARENÁPOLIS	CANCELADO
359	TAIANA DA SILVA CORREIA	RG 20819625 SSP MT	003 - GARI - ARENÁPOLIS	CANCELADO
359	TAIANA DA SILVA CORREIA	RG 20819625 SSP MT	003 - GARI - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
251	UELSON RODRIGUES DE CARVALHO ASSIS	RG 18301657 SSP MT	003 - GARI - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
553	VALDIRENE TEIXEIRA RODRIGUES	RG 06532268 SSP MT	003 - GARI - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO

005 - VIGIA - ARENÁPOLIS

INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	VAGA	RESULTADO

662	ADAO COUTO GARCIA	RG 10528763 SSP MT	005 - VIGIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
237	ADRIAN DE LIMA MAGALHAES	RG 27139786 SSP MT	005 - VIGIA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
896	ADRIANO JAFFET	RG 10507437 Mg MG	005 - VIGIA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
458	ADRIANO LIBERATO CONCEIÇAO	RG 16472039 sspmt MT	005 - VIGIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
987	ADRIANO LOPES DA SILVA	RG 19729375 SSPMT MT	005 - VIGIA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
900	ADSON MENDES RAMALHO DA CONCEICAO	RG 25963333 ssp MT	005 - VIGIA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
530	ALINOR MARCELINO DE SOUZA	RG 12616850 SSP MT	005 - VIGIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
141	ANDERLEYA SILVA LIMA LEMES	RG 16842502 ssp MT	005 - VIGIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
960	ANDRE BARBOSA CARVALHO	RG 3355457 Sspdf DF	005 - VIGIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
990	ANTONINO NOEL DE FRANÇA	RG 06112498 Ssp MT	005 - VIGIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1009	ANTÔNIO JOLIVEIRA DOS SANTOS	RG 16138279 Ssp MT	005 - VIGIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
928	APARECIDO GONÇALVES PEREIRA	RG 11979852 sspmt MT	005 - VIGIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
642	ARIEL OLIVEIRA GRAGEL	RG 22727523 SSP/MT MT	005 - VIGIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1176	BRUNO LUIZ DE LIMA	RG 16049870 Ssp MT	005 - VIGIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
358	CAMILA BORGES DE SOUZA	RG 2104902-5 ssp MT	005 - VIGIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1023	CARLOS EDUARDO DOS SANTOS PEREIRA	RG 17886341 ssp MT	005 - VIGIA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
463	CREDINEI MOREIRA LOPES	RG 1261646-0 SSP MT	005 - VIGIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
186	DANIELLE IASMIM LOUZADA SILVA	RG 2544048-9 SSP/MT MT	005 - VIGIA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
114	DANILO DOS SANTOS RODRIGUES	RG 2462282 SSP MT	005 - VIGIA - ARENÁPOLIS	CANCELADO
114	DANILO DOS SANTOS RODRIGUES	RG 2462282 SSP MT	005 - VIGIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
790	DAVI CARLOS DE ALMEIDA	RG 1686369 ssp MT	005 - VIGIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1124	DIEGO HENRIQUE SILVA BORGES	RG 26851555 SEJEP MT	005 - VIGIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1221	DONIZETE BENTO MATHIAS	RG 07556969 SSP MT	005 - VIGIA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
1089	EDILSON GOMES DA SILVA	RG 758444 SSP MT	005 - VIGIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
498	EDMUNDO SANTOS DA SILVA	RG 0691029-7 ssp MT	005 - VIGIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1054	EDNILSON DA SILVA SANTOS	RG 918887 Ssp MT	005 - VIGIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
578	EDUARDO DA ROCHA RODRIGUES	RG 24879614 Ssp MT	005 - VIGIA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
89	ELESSANDRA SONIA NEVES	RG 13983962 ssp MT	005 - VIGIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
467	ELIEZER CISCON FONSECA	RG 999271 SSP MT	005 - VIGIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
914	ELITON PERES DE FRANÇA SANTOS	RG 3131989 MT MT	005 - VIGIA - ARENÁPOLIS	CANCELADO
1045	ERIK PAPA DE OLIVEIRA FIGUEIREDO	RG 23567139 SSP MT MT	005 - VIGIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
991	EURICO FERNANDES DOS SANTOS	RG 353618 SSP RO	005 - VIGIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1159	FABRICIA SANTOS DUTRA DE OLIVEIRA	RG 19405200 SSP MT	005 - VIGIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
868	FAUSTINO DE SOUZA	RG 629330 Ssp MT	005 - VIGIA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
41	FLAVIO AUGUSTO CAMPOS DA SILVA	RG 10387188 SJ MT	005 - VIGIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
902	FLAVIO BRANDAO DE SOUZA	RG 20497768 SSP MT	005 - VIGIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
859	FRANCISCO NERIS QUEIROZ BEZERRA	RG 000963691 ssp RO	005 - VIGIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1224	GERALDO RODRIGUES DA SILVA	RG 32071167 SESP MT	005 - VIGIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
80	GUSTAVO NUNES GOMES	RG 27113159 SJ MT	005 - VIGIA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
508	HAIMAR VIEIRA DOS SANTOS	RG 0906211-4 ssp MT	005 - VIGIA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
837	HEROINA DA SILVA ABRANTES	RG 16474317 sjsp MT	005 - VIGIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
988	IURE NUNES CARDOSO	RG 29360277 Ssp MT	005 - VIGIA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
961	JOADIR PEREIRA DA SILVA	RG 140053643 ssp PR	005 - VIGIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
180	JOAREZ DE ARAUJO RAMOS JUNIOR	RG 2482388-0 SJSP MT	005 - VIGIA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
99	JOEL PIRES DA SILVA	RG 13559427 sesp MT	005 - VIGIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
564	JONAS PEREIRA DA SILVA	RG 1876395-2 ssp MT	005 - VIGIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
153	JOSE DIAS DO NASCIMENTO	RG 968324 ssp GO	005 - VIGIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1185	JOSIENE DAMASCENO FERREIRA	RG 16918606 Ssp MT	005 - VIGIA - ARENÁPOLIS	CANCELADO
386	JOSIMAR CANDIDO DA SILVA	RG 17070279 ssp MT	005 - VIGIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
566	LEANDRO VAZ DE ACACIO	RG 20984014 Ssp MT	005 - VIGIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
338	LORHANY SANTOS LOPES	RG 23747382 Ssp MT	005 - VIGIA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
657	LUANA APARECIDA SENA DA SILVA	RG 30103770 SSP/MT MT	005 - VIGIA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
621	LUCIANA RIBEIRO DE SOUZA	RG 13890298 SSP MT	005 - VIGIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
746	MAURICIO DA SILVA GODOY	RG 21147060 Ssp MT	005 - VIGIA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
1203	MAURICIO DIAS DA SILVA LOPES	RG 1840250-0 SSP MT	005 - VIGIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1156	MAURINHO GONÇALVES DA SILVA	RG 13571753 ssp MT	005 - VIGIA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
1100	MAYKON HENRIQUE MOREIRA DA SILVA	RG 18402143 SSP MT	005 - VIGIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
73	MEIRIELEN ARAUJO DE SOUZA	RG 20854196 Ssp MT	005 - VIGIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
190	MILENA DE BRITO ANDREOTTI	RG 18585558 MT MT	005 - VIGIA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
1208	NESTOR MARTINS DA CRUZ JUNIOR	RG 12014486 ssp MT	005 - VIGIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
415	ORLANDO LINO DE SOUZA	RG 063179-5 RFB MT	005 - VIGIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
907	PEDRO HENRIQUE VIANA DA SILVA	RG 22322454 Sespmt MT	005 - VIGIA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
315	RONALDO HENRIQUE LOPES DOS SANTOS	RG 25351257 SSPMT MT	005 - VIGIA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
771	SERGIO TIMOTEO DE OLIVEIRA	RG 11325283 sspmt MT	005 - VIGIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
248	SILMARA CAROLINE OLIVEIRA	RG 14733250 SSP MT	005 - VIGIA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
259	SILVESTRE DE OLIVEIRA	RG 02458870 SSP MT	005 - VIGIA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
301	SIUÉLITON ELIEZER DE	RG 22871373 sjsp MT	005 - VIGIA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO

	MORAES LARA			
265	VALDEMAR RODRIGUES DA SILVA	RG 945839 SSP MT	005 - VIGIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
451	VALDNEI ALVES DOS SANTOS	RG 16755006 Ssp MT	005 - VIGIA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
523	VICTOR MANOEL PORTELA	RG 28206673 SSP MT	005 - VIGIA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
516	VICTOR MIKAEL PIRES DOS SANTOS	RG 20905009 Ssp MT	005 - VIGIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
203	VIVIANE DOS SANTOS RODRIGUES	RG 24822825 ssp MT	005 - VIGIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1194	WALLIF DANIEL LEOPICI DE SOUZA	RG 2416315-5 SSP/MT MT	005 - VIGIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1270	WELLISON CARLOS SILVA	RG 344204820071 SSP MA	005 - VIGIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1083	WESLLEY ANDRADE E SILVA	RG 26329271 sejsp MT	005 - VIGIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
192	WIRIS XAVIER DE SOUZA	RG 21791368 ssp MT	005 - VIGIA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
527	YOHAN CEZAR GOMES MAIERHOFER	RG 23102101 ssp MT	005 - VIGIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO

006 - MERENDEIRA - ARENÁPOLIS

INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	VAGA	RESULTADO
130	ADRIANA DOS PASSOS GENEROSO RODRIGUES DA SILVA	RG 12196738 SESP MT	006 - MERENDEIRA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
969	ALESSANDRA FREITAS DE FARIA	RG 16523563 sspmt MT	006 - MERENDEIRA - ARENÁPOLIS	CANCELADO
839	ALINE FRAZÃO DE JESUS	RG 2649465-5 Nacional MT	006 - MERENDEIRA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
574	ANA PAULA DA SILVA SOARES	RG 19572328 SSP MT	006 - MERENDEIRA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
454	ANDRÉIA SANTANA DO ROSÁRIO	RG 18205690 ssp MT	006 - MERENDEIRA - ARENÁPOLIS	CANCELADO
997	AURELIA DA SILVA SANTANA	RG 386883 sspmt MT	006 - MERENDEIRA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
205	CRISLAINE COSTA DA SILVA	RG 27168682 ssp MT	006 - MERENDEIRA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
1201	DINA CONCEIÇÃO DE SOUZA CUNHA PEREIRA	RG 13974904 sspmt MT	006 - MERENDEIRA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
803	ELIZANGELA PEREIRA BARBOSA	RG 18927076 Feminino MT	006 - MERENDEIRA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
869	FABIANA IRMER	RG 18855393 SSP/MT RO	006 - MERENDEIRA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
162	GEANE CLEIA LUCAS DA SILVA MOREIRA	RG 22609407 Ssp MT	006 - MERENDEIRA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
719	JESSICA MAYARA DOS SANTOS	RG 2071991-4 SSP MT	006 - MERENDEIRA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
872	KEILA CRISTIANE QUINTEIRO DE BARROS	RG 17786746 ssp MT	006 - MERENDEIRA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
677	KENA COELHO DA SILVA	RG 257444283 Ssp MT	006 - MERENDEIRA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1060	LUCIANA MARIA CAMARGO PEREIRA	RG 120.013.88- 9 Mato Grosso MT	006 - MERENDEIRA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
974	LUCIMEIRE ALVES DA SILVA	RG 20497890 SSP MT	006 - MERENDEIRA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
597	MARIONICE SOUTO GONTIJO	RG 16683803 ssp MT	006 - MERENDEIRA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1191	MARLENE ALVES DE LIMA	RG 07919867 Ssp MT	006 - MERENDEIRA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
224	NISLEIA DE ASSIS SOUSA	RG 925350 Ssp RO	006 - MERENDEIRA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
792	ODINEIDE ALVES BENEDITA DA SILVA	RG 16688074 coordenador de ident MT	006 - MERENDEIRA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
933	ROSÂNGELA DE SOUZA COSTA	RG 18760791 ssp MT	006 - MERENDEIRA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
1261	ROSENIL ALVES DE SOUZA	RG 12013196 SJ MT	006 - MERENDEIRA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1209	ROSILENE APARECIDA DOS SANTOS	RG 12198447 ssp MT	006 - MERENDEIRA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
897	ROSIMEIRE DOS SANTOS OLIVEIRA	RG 14388308 SSP MT	006 - MERENDEIRA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
844	ROSIMEIRE VIOLADA	RG 863563 ssp MT	006 - MERENDEIRA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1002	SAMANTHA BEATRIZ OLIVEIRA DOS SANTOS	RG 2139780-5 Publico MT	006 - MERENDEIRA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1065	SILVANEIDE FERREIRA DA CRUZ	RG 16507428 SSP MT	006 - MERENDEIRA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
198	SIMONE FERREIRA SELIN SANTANA	RG 15213374 Ssp MT	006 - MERENDEIRA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
681	SUELENE OLIVEIRA DA SILVA	RG 2118939-0 Ssp MT	006 - MERENDEIRA - ARENÁPOLIS	CANCELADO
681	SUELENE OLIVEIRA DA SILVA	RG 2118939-0 Ssp MT	006 - MERENDEIRA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
887	TAINARA PAZ GOMES	RG 1419872 Ssp MT	006 - MERENDEIRA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO

008 - MOTORISTA - ARENÁPOLIS

INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	VAGA	RESULTADO
581	ADRIANO BOTELHO DE SOUZA	RG 17858593 ssp MT	008 - MOTORISTA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
459	ANTONIO DOMINGUES DA SILVA	RG 1463604-2 ssp MT	008 - MOTORISTA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1036	AUTENIR DAMIÃO DA SILVA	RG 11195517 ssp MT	008 - MOTORISTA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
934	DEOCLECIO LUIZ SILVESTRI	RG 14631512 SSP MT	008 - MOTORISTA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
413	DIEGO ALVES DOS SANTOS	RG 21591865 SSP/MT MT	008 - MOTORISTA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1161	DIEGO HENRIQUE SILVA BORGES	RG 26851555 SEJEP MT	008 - MOTORISTA - ARENÁPOLIS	CANCELADO
734	DOMINGOS ARAUJO DOS SANTOS NETO	RG 796344 SSP RO	008 - MOTORISTA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
1256	DOUGLAS DE JESUS FARIAS CORREA	RG 23494174 sejspmt MT	008 - MOTORISTA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
3	EDUARDO VENANCIO DA SILVA FILHO	RG 15209830 SSP MT	008 - MOTORISTA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
159	JOSE MARIA DA COSTA	RG 1431041-4 ssp MT	008 - MOTORISTA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
1029	JUCELIO MARCELO DE ALMEIDA	RG 15480259 sspmt MT	008 - MOTORISTA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
782	JULIERME FABRI GIUSTI	RG 17521238 Ssp MT	008 - MOTORISTA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
429	LINDOMAR LARA DA SILVA	RG 16658094 SJSP/MT MT	008 - MOTORISTA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
549	LUCAS DOS SANTOS ARANTES	RG 24780456 ssj MT	008 - MOTORISTA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
932	MACIEL VITORASSI	RG 13784692 SSP/MT MT	008 - MOTORISTA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
965	MARCOS ANTONIO DE ALMEIDA	RG 10918175 Ssp MT	008 - MOTORISTA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO

944	MARCOS DO PRADO VIEIRA	RG 15166422 ssp MT	008 - MOTORISTA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
1017	MIGUEL NABOR NEPONOCENE	RG 03620891 SSP MT	008 - MOTORISTA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
511	ODAIR DIAS DA SILVA	RG 15893995 SSP MT	008 - MOTORISTA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
391	OTAIDES FRANCISCO DOURADO	RG 09064648 sspmt MT	008 - MOTORISTA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
226	PAULO FRANCISCO DA PAZ	RG 1119766 ssp RO	008 - MOTORISTA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
94	REGICLEI MOREIRA DE OLIVEIRA	RG 26676435 Ssp MT	008 - MOTORISTA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
231	RONALDO DA SILVA RODRIGUES	RG 15578674 SSP MT	008 - MOTORISTA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
1016	WILSON GARCIA DE MOAES	RG 20134630 sspmt MT	008 - MOTORISTA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO

009 - OPERADOR DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS - ARENÁPOLIS

INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	VAGA	RESULTADO
53	KLEBER SANTOS GIROLDE	RG 1791881-2 SSP MT	009 - OPERADOR DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS - ARENÁPOLIS	DEFERIDO

010 - PEDREIRO - ARENÁPOLIS

INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	VAGA	RESULTADO
344	LAUDIICEIA MARIA DE SOUZA	RG 22014132 ssp MT	010 - PEDREIRO - ARENÁPOLIS	CANCELADO
55	MARTINHAGO ARAUJO DE ALMEIDA	RG 18817254 Ssp MT	010 - PEDREIRO - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
950	RUBENS DE SOUZA COSTA	RG 16009487 ssp MT	010 - PEDREIRO - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO

011 - MECÂNICO - ARENÁPOLIS

INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	VAGA	RESULTADO
1262	CLAUBERSON ANDREOTTI SOARES	RG 14687054 Ssp MT	011 - MECÂNICO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
397	CLEUMIR GONÇALVES RODRIGUES	RG 13873814 ssp MT	011 - MECÂNICO - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
1263	IGOR ARAUJO DE LIMA	RG 2501152 sspdf DF	011 - MECÂNICO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1097	KASSIO DA SILVA ACACIO	RG 2717322-4 ssp MT	011 - MECÂNICO - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
297	MATHEUS FELIPE DA CRUZ GONÇALVES	RG 28830245 sesp MT	011 - MECÂNICO - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO

013 - OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA - ARENÁPOLIS

INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	VAGA	RESULTADO
439	VALTERLIR DADA	RG 716774 SSP MT	013 - OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO

015 - OPERADOR DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA - ARENÁPOLIS

INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	VAGA	RESULTADO
999	OSVALDO BATISTA COSTA	RG 223677 ssp RR	015 - OPERADOR DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1075	TIAGO DE OLIVEIRA JARDIM	RG 20140894 SSP MT	015 - OPERADOR DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO

016 - AGENTE DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - ARENÁPOLIS

INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	VAGA	RESULTADO
605	EDMILTON MARTINS BARBOSA	RG 1346591 SSP MT	016 - AGENTE DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1094	EURICO PEDROZO FILHO	RG 12410705 ssp/mt MT	016 - AGENTE DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
441	IZAIAS DANTAS DE OLIVEIRA	RG 24821926 SSP MT	016 - AGENTE DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1179	LARISSA MARQUES DOS SANTOS	RG 13472631 SSP MT	016 - AGENTE DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
462	LUAN VENICIO DA SILVA ORMOND	RG 27881318 SSPMT MT	016 - AGENTE DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
227	PAULO FRANCISCO DA PAZ	RG 1119766 ssp RO	016 - AGENTE DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1115	SEBASTIÃO JOBSON SOARES RODRIGUES	RG 11060751 SSP MT MT	016 - AGENTE DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
649	TAYSA NATHALY ANTKIEVICZ DE ARRUDA	RG 26295024 Ssp MT	016 - AGENTE DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
100	WILSON GRABRIEL MOREIRA MATEUS	RG 2718116-2 SSP MT	016 - AGENTE DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO

017 - AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO - ACD - ARENÁPOLIS

INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	VAGA	RESULTADO
895	EDNA CRISTINA REZENDE DE CARVALHO FRANCA	RG 11264845 ssp MT	017 - AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO - ACD - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
651	EMANUELY LOPES DOS SANTOS QUEIROZ	RG 25948245 sspmt MT	017 - AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO - ACD - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
220	MARIA VITÓRIA SANTOS FERNANDES	RG 2906 462-0 SSPMT MT	017 - AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO - ACD - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
81	NAYARA SOARES DA SILVA	RG 22662057 Ssp MT	017 - AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO - ACD - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
121	SILVANA MEIRA	RG 1132704-9 SSP MT	017 - AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO - ACD - ARENÁPOLIS	CANCELADO
121	SILVANA MEIRA	RG 1132704-9 SSP MT	017 - AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO - ACD - ARENÁPOLIS	DEFERIDO

018 - RECEPCIONISTA - ARENÁPOLIS

INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	VAGA	RESULTADO
173	ADRIANNY DE JESUS OLIVEIRA	RG 3018747-8 SSP MT	018 - RECEPCIONISTA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
1003	ADRIELLY BARROS DA SILVA	RG 1652535-3 ssp MT	018 - RECEPCIONISTA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
504	ALEXANDRE GONÇALVES DIAS	RG 12351849 SSP MT	018 - RECEPCIONISTA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
368	ALINE GARCIA BARROSO DOS SANTOS	RG 28029330 SSP MT	018 - RECEPCIONISTA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
354	ANA CAROLINA LIMA DE ARRUDA	RG 29928346 Ssp MT	018 - RECEPCIONISTA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
408	ANA GABRIELA PORTELA MARTINS	RG 23567155 ssp MT	018 - RECEPCIONISTA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
377	ANDRÉIA PATRÍCIA SOUZA GALVÃO	RG 18941915 ssp MT	018 - RECEPCIONISTA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
133	ANDYELLE DOS PASSOS DA SILVA	RG 17705320 SESP MT	018 - RECEPCIONISTA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
54	BEATRIZ DA SILVA OLIVEIRA	RG 31269583 018 MT	018 - RECEPCIONISTA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
436	BEATRIZ SILVA SANTOS	RG 436101208 SP SP	018 - RECEPCIONISTA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO

1260	BRUNA DA SILVA ZAMBELLI SANTOS	RG 27172953 SSP MT	018 - RECEPCIONISTA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
16	CAROLINE ALVES WASSEM	RG 27181863 SSP MT	018 - RECEPCIONISTA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1007	CRISTINA GUIMARÃES SAMPAIO	RG 16593510 SSP MT	018 - RECEPCIONISTA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
983	DAIANA APARECIDA RUFINO DE OLIVEIRA	RG 416084060 Ssp SP	018 - RECEPCIONISTA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
184	DAYANE ALMEIDA DA SILVA	RG 2287351-1 SSP MT	018 - RECEPCIONISTA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
838	DIOMARA BERNARDES DA SILVA	RG 17136539 sspmt MT	018 - RECEPCIONISTA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
812	EDILIA APARECIDA DE OLIVEIRA	RG 16985931 ssp/mt MT	018 - RECEPCIONISTA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
620	FABIOLA MORAES CARDOSO	RG 2657764-0 SSP MT	018 - RECEPCIONISTA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
145	FLÁVIO VINICIUS DA SILVA SOUZA	RG 2507581-0 Ssp MT	018 - RECEPCIONISTA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
364	FRANCIELLY PINHEIRO DE SOUZA	RG 2318650-0 ssp/mt MT	018 - RECEPCIONISTA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
163	GABRIELA ANTUNES DE SOUZA	RG 2232561-1 SSP/mt MT	018 - RECEPCIONISTA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
784	GABRIELLY PEREIRA BARBOSA	RG 2820820-0 Feminino MT	018 - RECEPCIONISTA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
767	HONDINA MARIA PEREIRA	RG 19080476 ssp MT	018 - RECEPCIONISTA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
938	ISABELA ALVES BRITO	RG 22917047 SSP MT	018 - RECEPCIONISTA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
312	JOSLÂINE GABRIELY MOREIRA DE SOUSA	RG 26636107 SSP MT	018 - RECEPCIONISTA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
366	JULIA GABRIELLY CARRIJO RAFAEL	RG 18179673 SSP MT	018 - RECEPCIONISTA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1123	KARINE BEATO VIANA	RG 24822922 sspmt MT	018 - RECEPCIONISTA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
1116	KAROLAYNE FERNANDA DEL CASTANHEL	RG 27180441 SSP MT	018 - RECEPCIONISTA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
72	KELLY CRISTINA CAMPOS DOS SANTOS	RG 18945937 SSP MT	018 - RECEPCIONISTA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
149	KENIA GONÇALVES MADUREIRA	RG 24623784 Ssp MT	018 - RECEPCIONISTA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1212	KETELLEN CAROLAINE DO NASCIMENTO SANTANA	RG 26609231 SSP/MT MT	018 - RECEPCIONISTA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1164	KÉZIA SILVA PEREIRA	RG 1339615 ssp TO	018 - RECEPCIONISTA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
11	LARISSA DOS ANJOS FERREIRA	RG 26831171 SSP/MT MT	018 - RECEPCIONISTA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
160	LUANA DA SILVA CABRAL	RG 30773504 Secretaria de estado MT	018 - RECEPCIONISTA - ARENÁPOLIS	CANCELADO
959	LUANA STEFANY SILVA BARROS	RG 24964794 SSPMT MT	018 - RECEPCIONISTA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
1281	MARIA ISABEL PERES CASTILHO	RG 15578437 SSP MT	018 - RECEPCIONISTA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
96	MARILZA SEVERINO FRANCO	RG 1349456-2 SSP MT	018 - RECEPCIONISTA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
884	MIKAELY MOREIRA SALES	RG 24794740 SSP MT	018 - RECEPCIONISTA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
762	OSMAYARA LUCIA DA SILVA COSTA	RG 28206959 sesp MT	018 - RECEPCIONISTA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
300	POLIANA SOARES DA SILVA	RG 28196503 ssp MT	018 - RECEPCIONISTA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
874	RAFAELA BARBOSA	RG 20318901 SSP MT	018 - RECEPCIONISTA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
206	SILMARA CAROLINE OLIVEIRA	RG 14733250 SSP MT	018 - RECEPCIONISTA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
876	SIRLENE FERREIRA SELIN	RG 13821989 Ssp MT	018 - RECEPCIONISTA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
714	SONIELLY KELLY DA SILVA	RG 27352218 Ssp MT	018 - RECEPCIONISTA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
671	STEFANIA ARAUJO	RG 24537365 Ssp MT	018 - RECEPCIONISTA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
175	SUZANNY DOS SANTOS ALMEIDA	RG 24810398 SSP MT	018 - RECEPCIONISTA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO

019 - MONITOR - ARENÁPOLIS

INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	VAGA	RESULTADO
1235	ADILEMAR CONCEIÇÃO DO ROSÁRIO	RG 740607 SSP MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
820	ADRIANE RIBEIRO DA SILVA	RG 11976608 SSP MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
1169	ADRIELI TRINDADE DA SILVA	RG 1972977-4 SSP MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	CANCELADO
352	ALCIDES MARTINS DA COSTA DE ALMEIDA LARA	RG 24810720 SSP MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
562	ALESSANDRA BARAVIEIRA DE LIMA	RG 15255921 sspmt MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
972	ALESSANDRA FREITAS DE FARIA	RG 16523563 sspmt MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1041	ALINE MARIA DA COSTA	RG 22342680 ssp MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
1059	ALINE POLIZEL FREITAS	RG 26017806 ssp/mt MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
596	AMANDA GARVÃO DE MELO	RG 001736416 SSP MS	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
1206	AMANDA SILVA DE MELO	RG 23295260 Ssp mato grosso MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
601	ANA CELIA DOS SANTOS	RG 2022297-1 SSP MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1129	ANA CRISTINA DA SILVA SOARES	RG 33432643 Ssp MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
513	ANA MARIA MENDES LARA	RG 17252385 ssp MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
611	ANA PAULA MOREIRA GOMES	RG 19791151 sspmt MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
612	ANDREA RAMOS SANTOS	RG 19760868 sspmt MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
86	ANDREIA CUNHA RONDON	RG 18473571 Ssp MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
70	ANDREIA FLECK MACHADO	RG 14218070 Ssp MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
255	ANTONIO CESAR DE MEDEIROS SOUZA	RG 16594428 ssp MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
378	ARIELLY SUANY SILVA LIMA	RG 24064440 SSP MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
637	BEATRIZ DA SILVA MAIA	RG 05296358 ssp MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
576	BIANCA APARECIDA JESUS PAZ	RG 2290186-8 SSP MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO

609	BRUNA DA SILVA ZAMBELLI SANTOS	RG 27172953 SSP MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1175	BRUNA DE JESUS SANTANA	RG 22120343 SSP MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
717	BRUNA FAGUNDES DE SOUZA	RG 22125485 SSP MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
40	BRUNA ISABELLY DA SILVA TURCHEN	RG 28141881 SSP MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
90	CAMILA LETÍCIA LOPES MARQUES	RG 22211713 SSP/MT MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
940	CARLA DE OLIVEIRA PEREIRA	RG 24823422 SS/P MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
327	CARLA LETICIA DE CAMPOS	RG 26576856 SEJSP MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
191	CAROLINE ALVES WASSEM	RG 27181863 SSP MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
506	CLAUDETE RODRIGUES	RG 08738351 SSP MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
606	CLAUDIA GABRIELA SALVALAGGIO OLIVEIRA	RG 24965103 SEJUSP MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1099	CLEISA XAVIER DE DEUS MPRENO	RG 2084243505 Ssp BA	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
263	DAIANE NASCIMENTO DOS SANTOS	RG 19406550 Sjsp MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	CANCELADO
554	DANIEL MENDES DO NASCIMENTO	RG 26017555 SSP MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
1031	DANIELE GONÇALVES ATAYDE	RG 1719030-4 ssp MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
810	DAYANE DE SOUZA PIRES	RG 24820601 SSP MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
283	DAYANE PEDROSO KELIN	RG 27021254 ssp MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
805	DEBORA DAMACENO PEGO	RG 25440187 ssp MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
398	DEBORA DE PAULA MARIANO DOS SANTOS GONÇAVES	RG 1219884-6 Sst MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
445	DELVANETE COELHO DE OLIVEIRA	RG 28604113 Ssp MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
618	DEOCREIA RODRIGUES DE SOUZA	RG 1582024 Mt MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
1158	DILCINEIA MENDES DE CAMPOS	RG 000523232 sp/RO RO	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
665	EDINETE NEVES DE OLIVEIRA	RG 17723175 26 /08/2003 MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
847	EDLAINE DA COSTA MORREIRA	RG 19457498197 SSP MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
917	EDMARA BOTELHO DA SILVA	RG 26016060 Ssp MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
921	EDNA RODRIGUES BATISTA	RG 18408621 SSP MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
840	ELEN KAUANY DA SILVA LIBERATO	RG 3132832 - 6 Ssp MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
199	ELI JOSUELA NUNES DE MORAIS	RG 34873953 44023 AL	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
835	ELIANE BRITO DA SILVA	RG 20272790 SSP MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
899	ELITON PERES DE FRANÇA SANTOS	RG 3131989 MT MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
600	ELIZANIA MOREIRA DE SOUZA	RG 21781184 SSP MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
931	EMILLY AMANDA SANTANA VIEIRA	RG 26016966 SSP MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
370	EUQUIMONY NATALIS NEVES	RG 24008060 Sspmt MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
520	FABIANA APARECIDA PAPA DE OLIVEIRA LIMA	RG 1912568-2 SSP MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
208	FABIANA FERNANDES SOARES	RG 19078153 SSP MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1173	FABIOLA GONÇALVES DE SOUZA	RG 18359876 Ssp MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
586	FABYOLLA GABRYELLE DE SOUZA BENEVIDES	RG 19541376 Ssp MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
21	FERNANDA APARECIDA BEVILAQUA	RG 1930626-1 ssp MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
23	FERNANDA CANTUARIA DOS SANTOS	RG 21137170 SSP MT MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
569	GLICINETE TEIXEIRA MATEUS	RG 12829781 ssp MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
737	GRACIONE ALÍRIO GONÇALVES	RG 14388332 ssp MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
106	IDIMARA FERREIRA DA SILVA	RG 25586246 ssp/mt MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
644	ILZILENE FERREIRA DE MATOS	RG 1801643-0 SSP/MT MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
207	IRANEIDE SOUZA FARIAS	RG 2004010137924 Sspce CE	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
967	IVANESSA NUNES GONÇALVES	RG 2980989-4 SSP MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
854	JANAINA DA GUIA DE PAULA DE JESUS	RG 21773130 ssp MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
1217	JAYNE FERREIRA DA SILVA	RG 22211462 Ssp MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
405	JHENIFFER ALINE DA SILVA AMORA	RG 2597873-0 SEJSP MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
38	JHENIFFER LUANA DA SILVA TURCHEN	RG 24765686 SSP MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
668	JOSELENE LOUZADA VIEIRA	RG 1413614-7 ssp MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1268	JOSENIR DE LIMA LOPES	RG 31076734 SSP MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1014	JOSIANE GOMES HENRIQUE	RG 105479489 detran RJ	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
946	JOSIELA PAULA DE MIRANDA	RG 19328044 sspmt MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
971	JOSIELI SANTANA MOREIRA	RG 2482204-3 SSP MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
860	JOYCE MARA FELIX DE ABREU	RG 2481324 Ssp MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
45	JULIANE PATRÍCIA SILVA GONÇALVES	RG 1460825 ssp MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
1122	JULIANNA LETICIA DO CARMO DUARTE	RG 27715426 SSP MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
427	JÚLIO HENRIQUE DOMINGUES DE FREITAS	RG 1285340 SESDC RO	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
34	JULLY GABRIELI DA SILVA TURCHEN	RG 24614920 Ssp MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
710	KAUANY OLIVEIRA DOURADO	RG 2976752-0 Ssp MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
108	KELLY CRISTINA SANTOS ANDRADE	RG 25440420 Ssp MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	DEFERIDO

510	KELLY DULCE ASCARI MEIRA	RG 17180597 SSP MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
1162	KÉZIA SILVA PEREIRA	RG 1339615 ssp TO	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
252	LARYSSA DOS SANTOS RODRIGUES DUTRA	RG 27181731 ssp MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
505	LAUDICÉIA CRISTINA RODRIGUES DOS SANTOS COSTA	RG 16569890 SSP MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
970	LUANA ARRAIS DOS SANTOS GOMES	RG 2419014-4 ssp MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1144	LUANA FERREIRA GOMES DE ANDRADE	RG 26434458 sspmt MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1223	LUCAS MATEUS DE LIMA E SILVA	RG 21780579 ssp MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
437	LUCIANA LOPES DA SILVA	RG 16559452 ssp MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
1204	LUCIANE MORAES DA SILVA	RG 22145818 SSP MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
223	LUCIENE FRANCISCA DA SILVA	RG 23192194 SSP MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
74	LUCIMAR DE OLIVEIRA BASTOS	RG 18442293 Mt MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
841	LUZINETE JESUS DE OLIVEIRA	RG 16113187 SSP MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
342	MAIARA TEIXEIRA DE LIMA	RG 24420522 SSP MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1231	MALENA OLIANI DE ARRUDA PINTO	RG 24810282 ssp MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
500	MARCIANO FRANCO	RG 22231889 ssp MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
789	MARCOS DE OLIVEIRA PAZ	RG 2883025-3 Ssp MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
882	MARCY CRISTINA DOS SANTOS FRANÇA	RG 11069236 SJ MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
787	MARIA APARECIDA VAZ DE SOUZA	RG 17578019 secretaria de segura MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
853	MATHEUS GABRIEL COSTA DO AMARAL	RG 30123070 SSP MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
280	MATHEUS MONTEIRO LIMA DE MORAES TAVEIRA	RG 24421227 sspmt MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
1171	MAYRA JAQUEILINE GUIMARAES DE MOURA	RG 27196763 ssp MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
603	MICHELE ADRIANE LOPES HENRIQUE	RG 18213782 ssp MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
930	MONIKA DOS SANTOS MODOLO	RG 24811530 Secretaria de ESTADO MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
64	NAIANA ALVES MARTINS	RG 19760841 SSP MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
171	NAIARA CRISTINA GOMES SOARES FRANCISCO DOS SANTOS	RG 22740848 SJSP MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
477	NAYARA LETICIA LOPES DOS SANTOS SILVA	RG 28145518 ssp MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1040	NEUZIELLEN DE OLIVEIRA DANTAS	RG 21820899 Ssp/mt MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
313	NOÉLIA GONÇALVES DE ÁLMEIDA	RG 14324555 SSP MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
422	OLIVIA DE SOUZA SILVA	RG 6644647 SSP MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
849	ONDINA PEDROZA ANDRADE SILVA	RG 12196908 SJ MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
764	PATRICIA CARVALHO DE CAMARGO	RG 17384621 SSP MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	CANCELADO
764	PATRICIA CARVALHO DE CAMARGO	RG 17384621 SSP MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
929	PATRICIA FRANCISCA DA SILVA ANDRADE	RG 2496469-7 ssp MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
742	PAULA CRISTINA DE JESUS	RG 19250495 SSP MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
290	PAULA ROBERTA PEREIRA DA SILVA KIHARA	RG 280965771 Ssp SP	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
813	POLIANA DE SOUZA BARBOSA DA SILVA	RG 16425235 SSP MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
332	POLIANA VAZ DE SOUZA RODRIGUES	RG 26018357 secretaria de estado MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
1028	RAFAEL GONÇALVES DE QUADROS	RG 2640015-4 SSP MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
781	RAIANE CARLA MIRANDA RONDON	RG 1668852 ssp MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
111	RODINEI DO ROZARIO DE ALMEIDA	RG 27091686 SSP MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
43	ROSA ALICE DE SOUZA	RG 23903899 sejsp MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
815	ROSANA VENANCIO DA SILVA	RG 1355023-3 SSP MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
407	ROSANGELA CAMILO DA SILVA	RG 14213109 SSP MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
701	ROSÂNGELA LAIA DA SILVA BATISTA	RG 22321276 SSP/MT MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
857	ROSENICE LERO MAXIMO SOARES	RG 12616907 ssp/mt MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
891	ROSILDA MARIA RODRIGUES DA SILVA	RG 1466194-2 ssp MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1252	ROSINETE APARECIDA DIAS	RG 19590318 SSP MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
50	ROZELENE ALVES DO NASCIMENTO	RG 16893948 Ssp MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	CANCELADO
50	ROZELENE ALVES DO NASCIMENTO	RG 16893948 Ssp MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
323	ROZIANE RODRIGUES DO PRADO	RG 1656117-1 SSP MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
319	SILVANA MORAES DE ALMEIDA LARA	RG 22871330 ssp MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
468	SIRLENE LUCIANA DE LIMA DA SILVA	RG 29017645 ssp MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
799	STEPHANIE CORREIA	RG 26319977 SSP MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
150	TAMARA CRISTINA ROCHA DE OLIVEIRA	RG 18447872 ssp MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
599	VALDENICE GLERIAN OLIVEIRA	RG 15271803 Sspmt MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
936	VALDIR CONSTANTINO DA SILVA	RG 23759011 sesp MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1242	VALERIA FATIMA PEREZ DA SILVA	RG 24821756 sejsp MT	019 - MONITOR - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO

788	VIVIANE GOMES BUENO	RG 21522456 SSP/MT MT	019 - MONITOR - ARENAPOLIS	DEFERIDO
1018	ZENILDA MORAIS	RG 10125884 ssp MT	019 - MONITOR - ARENAPOLIS	DEFERIDO
783	ZENITA FERREIRA DOS SANTOS	RG 14324512 SSP MT	019 - MONITOR - ARENAPOLIS	DEFERIDO

020 - MESTRE DE OBRA - ARENÁPOLIS

INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	VAGA	RESULTADO
293	KELVJN GUIMARÃES DE SOUZA	RG 26016362 SEJUSP MT	020 - MESTRE DE OBRA - ARENAPOLIS	CANCELADO
293	KELVJN GUIMARÃES DE SOUZA	RG 26016362 SEJUSP MT	020 - MESTRE DE OBRA - ARENAPOLIS	DEFERIDO
295	LINIKER ALYSSON DE ASSIS NOVAES	RG 1752242-0 SSP MT	020 - MESTRE DE OBRA - ARENAPOLIS	CANCELADO
295	LINIKER ALYSSON DE ASSIS NOVAES	RG 1752242-0 SSP MT	020 - MESTRE DE OBRA - ARENAPOLIS	DEFERIDO
440	LOURIVAL MATEUS	RG 13581740 ssp MT	020 - MESTRE DE OBRA - ARENAPOLIS	DEFERIDO
766	SUZANY MARIA DO NASCIMENTO	RG 18166423 SSP MT	020 - MESTRE DE OBRA - ARENAPOLIS	DEFERIDO
1219	WUDSON JOSE FERREIRA LIMA	RG 12032948 SSP MT	020 - MESTRE DE OBRA - ARENAPOLIS	DEFERIDO
515	YOCHANN RODRIGUES DA SILVA	RG 23638630 SSP MT	020 - MESTRE DE OBRA - ARENAPOLIS	DEFERIDO

021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENÁPOLIS

INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	VAGA	RESULTADO
140	ADRIANA FERREIRA GONCALVES CAMPOS	RG 14388944 SSP MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENAPOLIS	CANCELADO
140	ADRIANA FERREIRA GONCALVES CAMPOS	RG 14388944 SSP MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENAPOLIS	INDEFERIDO
1154	AIRTON FERREIRA ARAÚJO	RG 22702997 SSP MT MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENAPOLIS	DEFERIDO
36	ALCILDA QUIGUNA GOES	RG 1201375-7 SSJ MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENAPOLIS	INDEFERIDO
918	ALDENISE BRITO GUIMARÃES	RG 15941752 ssp MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENAPOLIS	INDEFERIDO
1105	ALEXANDRE HENRIQUE OJEDA	RG 31427502 Ssp MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENAPOLIS	DEFERIDO
608	ALLISON VINICIUS	RG 24811866 SSP MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENAPOLIS	DEFERIDO
901	AMANDA KARINE NASCIMENTO DE SOUZA	RG 25702335 SSP MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENAPOLIS	DEFERIDO
410	ANA GABRIELA PORTELA MARTINS	RG 23567155 ssp MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENAPOLIS	DEFERIDO
20	ANA PAULA RAMOS BELO	RG 17516013 SSP MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENAPOLIS	DEFERIDO
580	ANGELA FRANCISCA PANTALIÃO	RG 20852266 SSP MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENAPOLIS	DEFERIDO
706	ANTONIO CARLOS XAVIER DE MORES	RG 19241941 SSP MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENAPOLIS	DEFERIDO
356	ARIELLY SUANY SILVA LIMA	RG 24064440 SSP MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENAPOLIS	CANCELADO
1062	BELARMINO ARRAIS JUNIOR	RG 16850483 SSP MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENAPOLIS	DEFERIDO
143	CARLA FERREIRA WASSEM SOUZA	RG 18171966 Ssp MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENAPOLIS	DEFERIDO
623	CARLICE DA COSTA MACIEL	RG 13472143 SSP MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENAPOLIS	DEFERIDO
13	CARLOS ELIZEU SOARES SILVA	RG 27173143 SSP MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENAPOLIS	DEFERIDO
685	CAROLINE APARECIDA GOMES DE OLIVEIRA	RG 25851977 Sjsp MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENAPOLIS	DEFERIDO
1273	CRISTIANO APARECIDO ROSA BATISTA	RG 23638567 Ssp MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENAPOLIS	INDEFERIDO
532	DANILO PATRICK SANTOS FOLIS	RG 25075799 ssp MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENAPOLIS	DEFERIDO
485	DIEGO DAMASCENO PEGO	RG 18251293 Sspmt MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENAPOLIS	INDEFERIDO
741	DOUGLAS HENRIQUE DEMARCHI VENANCIO	RG 20273673 sspmt MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENAPOLIS	INDEFERIDO
1149	EDER JOHN OLIVEIRA DA SILVA	RG 16989287 SSP MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENAPOLIS	DEFERIDO
949	EDILÃINE LOPES DA SILVA	RG 17611660 SSP MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENAPOLIS	DEFERIDO
769	EDILAINE SILVA DOS SANTOS	RG 24963895 SSP MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENAPOLIS	CANCELADO
1264	EDIMAR SOARES DE OLIVEIRA	RG 18541690 ssp MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENAPOLIS	DEFERIDO
1135	EDUARDO SOUTO DE OLIVEIRA	RG 20274254 SSP MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENAPOLIS	DEFERIDO
123	ELIANE MACHADO DE SOUZA	RG 940980 secretaria de segura MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENAPOLIS	DEFERIDO
424	ELIUDE DIAS PEREIRA	RG 16939638 SSPMT MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENAPOLIS	CANCELADO
424	ELIUDE DIAS PEREIRA	RG 16939638 SSPMT MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENAPOLIS	DEFERIDO
866	ELIZANDRA CRISTINA DOS SANTOS	RG 15323790 SSP MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENAPOLIS	INDEFERIDO
1033	ELLEN RAYENNE MOREIRA DA SILVA SOUZA	RG 18402011 SSP MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENAPOLIS	DEFERIDO
656	FERNANDO HENRIQUE OLIVEIRA DA COSTA	RG 28124570 ssp MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENAPOLIS	DEFERIDO
1126	FLAVIA MATOS FERREIRA	RG 21549630 SSP MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENAPOLIS	DEFERIDO
879	GABRIELA DA SILVA SANTOS	RG 21456704 SSP MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENAPOLIS	DEFERIDO
105	GABRIELLE TOBIAS CHAVES DA SILVA	RG 26750244 ssp MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENAPOLIS	DEFERIDO
309	GESSICA ALMEIDA MIRANDA	RG 23397420 Ssp MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENAPOLIS	INDEFERIDO
952	GEYZON GOMES DA SILVA	RG 23453303 SSP MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENAPOLIS	DEFERIDO
811	GISLAINE BARROS ALENCAR	RG 15946096 ssp MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENAPOLIS	DEFERIDO
4	GLAUCIA NAYARA PACHECO DE ARAUJO MORELHAO	RG 25775359 SSP MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENAPOLIS	CANCELADO
4	GLAUCIA NAYARA PACHECO DE ARAUJO MORELHAO	RG 25775359 SSP MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENAPOLIS	DEFERIDO
158	GLEICIANE ANTONIA DE ASSUNCAO	RG 17022207 Ssp MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENAPOLIS	DEFERIDO
561	HELLEN CARLA VIEIRA FELIX	RG 2088174-6 SSP MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENAPOLIS	DEFERIDO

475	HIGOR RODRIGUES DE ASSIS SOUZA	RG 20266073 SSP MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENAPOLIS	DEFERIDO
846	HILLARY SANTOS ARAUJO	RG 28835646 Ssp MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENAPOLIS	INDEFERIDO
521	INGRIDY CRISTINA AMORIM DE ALMEIDA	RG 27907384 Ssp/mt MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENAPOLIS	INDEFERIDO
862	JACIANE RAMALHO DE ALMEIDA	RG 23737603 ssp MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENAPOLIS	DEFERIDO
388	JACINIRA DOMINGUES DA SILVA	RG 18166547 SSP MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENAPOLIS	DEFERIDO
246	JAQUELINE APOLINARIO DE OLIVEIRA	RG 29384290 Ssp MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENAPOLIS	CANCELADO
802	JAQUELINE CANTUARIO DOS SANTOS	RG 18582796 sspmt MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENAPOLIS	DEFERIDO
625	JAQUELINE DA COSTA SANTOS	RG 24822507 ssp MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENAPOLIS	DEFERIDO
1250	JAQUELINE DOS SANTOS MAZETTI	RG 22579885 SSP MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENAPOLIS	DEFERIDO
85	JAQUELINE GOMES TEIXEIRA	RG 23191988 Ssp MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENAPOLIS	INDEFERIDO
115	JEAN FERRAZ	RG 07423985 ssp MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENAPOLIS	CANCELADO
115	JEAN FERRAZ	RG 07423985 ssp MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENAPOLIS	CANCELADO
115	JEAN FERRAZ	RG 07423985 ssp MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENAPOLIS	DEFERIDO
32	JEFFERSON DE OLIVEIRA MORELHAO	RG 30489245 SSP MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENAPOLIS	CANCELADO
32	JEFFERSON DE OLIVEIRA MORELHAO	RG 30489245 SSP MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENAPOLIS	DEFERIDO
296	JESSIKA FAGUNDES	RG 27227804 ssp MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENAPOLIS	DEFERIDO
1034	JOÃO PEDRO ALVES MOREIRA	RG 26128713 SEJUSP MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENAPOLIS	DEFERIDO
288	JOÃO VITOR OLIMPIO DE OLIVEIRA	RG 38.825.798-2 SSP SP	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENAPOLIS	INDEFERIDO
258	JOICE AMANDA DE SANTANA	RG 27160858 SSP MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENAPOLIS	DEFERIDO
760	JOSÉ DIOGO ESTEVO DE SOUZA	RG 2657681-3 SSP MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENAPOLIS	INDEFERIDO
1071	JULIANA ORMOND DE ALMEIDA	RG 25958534 SSP MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENAPOLIS	DEFERIDO
59	JULLY GABRIELI DA SILVA TURCHEN	RG 24614920 Ssp MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENAPOLIS	DEFERIDO
632	KATYUSCIA VIEIRA MARQUES FERNANDES DE SOUZA	RG 09716491 SSP MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENAPOLIS	DEFERIDO
639	KEITIELLY BARROS DA SILVA	RG 26015986 SSP MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENAPOLIS	DEFERIDO
1132	KÉZIA SILVA PEREIRA	RG 1339615 ssp TO	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENAPOLIS	INDEFERIDO
262	LARISSA DE ALMEIDA SALES	RG 27456064 ssp MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENAPOLIS	INDEFERIDO
78	LEOMARA LUIZA MOREIRA TEIXEIRA	RG 10270787 SSP MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENAPOLIS	DEFERIDO
778	LEONEI RODRIGUES MOREIRA	RG 27026990 sejusp MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENAPOLIS	DEFERIDO
893	LUANA CRISTINA CAVALCANTE DE BRITO	RG 20984049 SSP MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENAPOLIS	DEFERIDO
1233	LUCAS DA COSTA SILVA	RG 24696765 SSP MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENAPOLIS	DEFERIDO
1255	LUCAS DE OLIVEIRA DO CARMO	RG 18850308 SSP MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENAPOLIS	DEFERIDO
229	LUCAS FELIPE GOMES DE ARAUJO	RG 25854550 Secretaria de estado MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENAPOLIS	INDEFERIDO
188	LUCAS GABRIEL DOS SANTOS ARRUDA	RG 25989944 ssp MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENAPOLIS	CANCELADO
188	LUCAS GABRIEL DOS SANTOS ARRUDA	RG 25989944 ssp MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENAPOLIS	DEFERIDO
156	LUCAS NUNES DA SILVA JUNIOR	RG 14892073 ssp MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENAPOLIS	DEFERIDO
694	LUCAS PACHECO DA GUIA	RG 24038938 SSP MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENAPOLIS	INDEFERIDO
905	LUCELIA FELIPE MOREIRA	RG 14275228 SSP MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENAPOLIS	DEFERIDO
135	LUCIENE MORAIS DA SILVA	RG 29359570 ssp MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENAPOLIS	DEFERIDO
871	LUIS CLAUDIO DA SILVA SANTANA	RG 25316257 SSP MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENAPOLIS	DEFERIDO
1107	LUNA LAINE FONTES FERREIRA	RG 22232699 SSP MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENAPOLIS	INDEFERIDO
732	MARCELA PÂMELA LYRA DE SOUZA	RG 21490805 SSP/MT MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENAPOLIS	INDEFERIDO
585	MÁRCIA CRISTINA DOS REIS MIRANDA	RG 1602079-0 SSP MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENAPOLIS	DEFERIDO
139	MARCOS VINICIOS WASSEM SOUZA	RG 2951847-4 Ssp MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENAPOLIS	INDEFERIDO
1214	MARCUS VINICIUS SILVA BRANDÃO	RG 27475840 SSP MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENAPOLIS	INDEFERIDO
948	MARIA DA GLÓRIA CUNHA DE ARAUJO	RG 1219891-9 SSP MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENAPOLIS	DEFERIDO
973	MARIA LUIZA NASCIMENTO DUARTE	RG 2449754-1 SSP MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENAPOLIS	DEFERIDO
1084	MARIANA SILVANO MARSHALL	RG 13617095 SEJUSP MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENAPOLIS	DEFERIDO
529	MARIANE PEREIRA MIRANDA	RG 21315205 sspmt MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENAPOLIS	INDEFERIDO
830	MATEUS ALVES DE OLIVEIRA	RG 26016460 ssp MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENAPOLIS	DEFERIDO
401	MATEUS FIGUEIREDO GOMES ANDRADE	RG 26850540 SJSP MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENAPOLIS	CANCELADO
401	MATEUS FIGUEIREDO GOMES ANDRADE	RG 26850540 SJSP MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENAPOLIS	INDEFERIDO
1145	MATEUS SANTOS DE MENESES	RG 27167402 SSPMT MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENAPOLIS	DEFERIDO
1141	MATHEUS MENEGHETTI	RG 1028170.3 SSP AC	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENAPOLIS	DEFERIDO
870	MATHEUS VINICIUS QUEIROZ ALMEIDA	RG 27180417 S.E..S MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENAPOLIS	INDEFERIDO
102	NAIANNY MITALLY DA SILVA AMARAL	RG 20082142 SEJUSP MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENAPOLIS	DEFERIDO
387	NAIARA DIAS DA ROCHA	RG 17759579 ssp MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENAPOLIS	DEFERIDO

1038	NATALIE CRISTINA RIBEIRO DE MACEDO CARVALHO	RG 15820858 SSP MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
614	NATASHA MARAYSE SILVA LEMES	RG 28206630 SSP MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
680	NEWMAR CANDIDO DA SILVA	RG 13299077 SSP MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
282	OSCALINO DE MELLO NETO	RG 16205170 ssp MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
713	PAMELA CRISTINA LOPES GOMES	RG 24931632 SSP MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
456	PATRICIA DOMINGOS DUARTE	RG 21235350 ssp MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
46	PAULO HENRIQUE DE QUADROS MARTINS	RG 28236424 Ssp MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENÁPOLIS	CANCELADO
46	PAULO HENRIQUE DE QUADROS MARTINS	RG 28236424 Ssp MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
575	PEDRO HENRIQUE PEREIRA MAIERHOFER	RG 19188943 SSP MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
390	PEDRO HENRIQUE RODRIGUES LEAL PINTO	RG 25233688 ssp-mt MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
522	PERON DE SOUZA NEVES	RG 05056357 SSP MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
634	PRISCILA FERNANDA SALVADOR	RG 14450348 Ssp MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
1035	RAIMUNDA MARIA DA SILVA	RG 064172337 ssp MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
683	RAYSSA FERNANDES SOARES CAMPOS	RG 23420669 ssp MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
461	REGINALDO PEREIRA DOS SANTOS	RG 13003305 SSP MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
269	RONEI RODRIGUES BARBOSA	RG 26371502 ssp MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
499	RORION BRUNO DE SOUZA ROSA	RG 21485429 SSP MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
373	ROSA HELENA DADA SILVA	RG 15114430 SSP MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
107	ROSANA FERREIRA DE SOUZA	RG 15610390 Ssp MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
109	ROSINEH PETRONILIO PEREIRA PIRES DA SILVA	RG 09301550 sssp MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
303	ROZILDA DE OLIVEIRA	RG 23417196 ssp MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1166	SABRINA ASCARI	RG 15656969 ssp MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
1050	SAMARA PATRICIA E SOUZA	RG 24811262 Ssp MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
942	SILVANA FERREIRA DOS SANTOS ALVES	RG 1563725-5 SSP MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
172	SUELLY DOS SANTOS ALMEIDA	RG 24963917 SSP MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
176	TAMARA CRISTINA ROCHA DE OLIVEIRA	RG 18447872 ssp MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1110	TATIANE DE OLIVEIRA JARDIM	RG 23331364 SSP MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
925	THAIS SANTOS DA CUNHA	RG 3035510-9 SSP-MT MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
823	THALIA GOMES DE SOUZA	RG 2507299-4 ssp MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
457	THAYSSA WANNA DE SOUZA SANTOS FATAH	RG 1363772 Ssp MS	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
285	TIAGO DE SOUZA SILVA	RG 17515416 sspmt MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
850	VALERIA KEZIA ARAUJO SILVA	RG 7497714 PC PA	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
152	VANESSA BEATO GONÇALVES	RG 24199397 SJSP MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
433	VICENTE ANTONIO DA SILVA JUNIOR	RG 24811653 SSP MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
428	VICTORIA PEREIRA RODRIGUES	RG 27220974 sesp MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
460	WESLAINE RODRIGUES DE ASSIS SOUZA	RG 2482063-6 SSP MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
602	YGOR TERTULIANO MENDES QUINTEIRO	RG 25075888 SEJUSP MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
328	YOHAN CEZAR GOMES MAIERHOFER	RG 23102101 ssp MT	021 - AGENTE ADMINISTRATIVO - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO

022 - TÉCNICO EM LABORATÓRIO - ARENÁPOLIS

INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	VAGA	RESULTADO
1246	BRENDA FERNANDES DOS SANTOS	RG 5906006 ssp GO	022 - TÉCNICO EM LABORATÓRIO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
116	CÁSSIA LORENA SILVA MENDES MARQUES	RG 29068282 SSP MT	022 - TÉCNICO EM LABORATÓRIO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
951	WALMIR FIGUEIREDO DOS SANTOS	RG 13190946 ssp MT	022 - TÉCNICO EM LABORATÓRIO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO

023 - FISCAL DE TRIBUTOS - ARENÁPOLIS

INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	VAGA	RESULTADO
908	ALEXANDER PIRES KRAUSE	RG 12336050 sspmt MT	023 - FISCAL DE TRIBUTOS - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
395	ANARA CANTUARIO VASCONCELOS	RG 29882540 SSP MT	023 - FISCAL DE TRIBUTOS - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
495	BRUNA MARIA DA COSTA NUNES	RG 24795062 ssp MT	023 - FISCAL DE TRIBUTOS - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
151	CAMILA RODRIGUES MENDES	RG 2373762-0 SSP MT	023 - FISCAL DE TRIBUTOS - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
924	CAMILA RODRIGUES ROSA	RG 25008919 SSP MT	023 - FISCAL DE TRIBUTOS - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
941	DAYANI DA SILVA RAMOS	RG 22119515 ssp MT	023 - FISCAL DE TRIBUTOS - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
583	DIANA GOMES DE JESUS	RG 15026124 SSP MT	023 - FISCAL DE TRIBUTOS - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1101	DIÓGENES PEDRO HENRIQUE LIMA DE ALMEIDA	RG 10072900 Ssp MT	023 - FISCAL DE TRIBUTOS - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
753	DIOMARA BERNARDES DA SILVA	RG 17136539 sspmt MT	023 - FISCAL DE TRIBUTOS - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
912	EDILAINE SILVA DOS SANTOS	RG 24963895 SSP MT	023 - FISCAL DE TRIBUTOS - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO

756	EDVALDO ALENCAR ALVES	RG 1480760 ssp MS	023 - FISCAL DE TRIBUTOS - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1117	EMANUELA DO NASCIMENTO FERREIRA	RG 18410332 SSP MT	023 - FISCAL DE TRIBUTOS - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
528	FABRICIO LEITE DA SILVA	RG 23309270 sesp MT	023 - FISCAL DE TRIBUTOS - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
399	GIANCARLO ANTONIONI QUINTANA PEREIRA	RG 17011124 ssp MT	023 - FISCAL DE TRIBUTOS - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1183	HUGO HENRIQUE DONATO RIBEIRO	RG 23039272 ssp MT	023 - FISCAL DE TRIBUTOS - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1163	JANAINA RIBEIRO DA SILVA	RG 23752017 ssp MT	023 - FISCAL DE TRIBUTOS - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1211	JANILDA BERTOLINA DOS ANJOS	RG 06848637 SSP BA	023 - FISCAL DE TRIBUTOS - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
187	JEFFERSONN ALVES FERRAZ	RG 27173968 ssp MT	023 - FISCAL DE TRIBUTOS - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
725	JOCEMARA AMARAL	RG 4433220 ssp SC	023 - FISCAL DE TRIBUTOS - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
1049	JONY WILLIAN DE SOUZA	RG 18759033 SSP MT	023 - FISCAL DE TRIBUTOS - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
426	JÚLIO HENRIQUE DOMINGUES DE FREITAS	RG 1285340 SESDC RO	023 - FISCAL DE TRIBUTOS - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
1085	KAROLAYNE SOUSA SILVA	RG 27180530 SSP MT	023 - FISCAL DE TRIBUTOS - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1147	KÉZIA SILVA PEREIRA	RG 1339615 ssp TO	023 - FISCAL DE TRIBUTOS - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
1030	LISIANE DOURADO DIAS	RG 21254893 ssp MT	023 - FISCAL DE TRIBUTOS - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
996	LUCAS DAVID BATISTA DE SOUZA	RG 23045205 SSP MT	023 - FISCAL DE TRIBUTOS - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
113	LUCELIA FELIPE MOREIRA	RG 14275228 SSP MT	023 - FISCAL DE TRIBUTOS - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
858	LUCIANA FERREIRA DA SILVA	RG 17113733 SSP MT	023 - FISCAL DE TRIBUTOS - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
392	LUCIANA LUNDQUIST DE SOUZA	RG 16689267 SSP MT	023 - FISCAL DE TRIBUTOS - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1128	LUDMILA SILVA ANDRADE	RG 24823589 Emt MT	023 - FISCAL DE TRIBUTOS - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
956	LUIZ CLAUDIO DA SILVA NUNES	RG 945232 SSP MT	023 - FISCAL DE TRIBUTOS - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
687	NILO MALAQUIAS DE SOUZA NETO	RG 20246773 ssp MT	023 - FISCAL DE TRIBUTOS - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
863	PAMELLA GABRIELLA ARAUJO DE MORAES	RG 21639663 SSP MT	023 - FISCAL DE TRIBUTOS - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1269	PEDRO HENRIQUE SOUZA SILVA	RG 2229307-8 ssp MT	023 - FISCAL DE TRIBUTOS - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
829	RAYANE CAROLINE DE ALMEIDA SANTOS	RG 23186283 ssp MT	023 - FISCAL DE TRIBUTOS - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1081	RENNE JOAO DE OLIVEIRA	RG 0651217-8 sspmt MT	023 - FISCAL DE TRIBUTOS - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
287	RONIVAN MENDES DA SILVA	RG 122623 PMMT MT	023 - FISCAL DE TRIBUTOS - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
546	ROSÂNGELA LAIA DA SILVA BATISTA	RG 22321276 SSP/MT MT	023 - FISCAL DE TRIBUTOS - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1178	THIAGO RODRIGUES DOS SANTOS DA SILVA	RG 27425959 SESP MT	023 - FISCAL DE TRIBUTOS - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
551	VITAL RODRIGUES DE ASSIS NETO	RG 2601826-8 ssp MT	023 - FISCAL DE TRIBUTOS - ARENÁPOLIS	DEFERIDO

024 - TÉCNICO EM RAIO X - ARENÁPOLIS

INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	VAGA	RESULTADO
631	ANA PAULA BRAVIM	RG 19252609 SSP MT	024 - TÉCNICO EM RAIO X - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
179	GLEICY COSTA MARQUES	RG 17125723 SSP MT	024 - TÉCNICO EM RAIO X - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
598	LEIA MORAES DA SILVA	RG 25828967 SSP MT	024 - TÉCNICO EM RAIO X - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
63	WESLEY ZANRE PEREIRA	RG 20627980 Ssp MT	024 - TÉCNICO EM RAIO X - ARENÁPOLIS	DEFERIDO

025 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM - ARENÁPOLIS

INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	VAGA	RESULTADO
167	ALINE APARECIDA REIS SANTOS	RG 2594217-4 ssp MT	025 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
5	ANA PAULA FURTADO DE ALMEIDA	RG 21190011 ssp MT	025 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
993	ARYANA FERREIRA AMARAL	RG 12617113 ssp MT	025 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1039	DANILA QUEIROZ MENDES	RG 20977816 SSP MT	025 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
396	EDMONY MYLLA CARDOSO TEIXEIRA	RG 23068108 SSP MT	025 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
531	HELDER VASCONCELOS MORAES	RG 15685390 SSP MT	025 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
22	IVANILDA EVANGELISTA DOS SANTOS	RG 19806760 ssp MT	025 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
343	JOELMA SILVA PINHEIRO	RG 968026 sspmt MT	025 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
962	KELLY CRISTINA PEREIRA DOS SANTOS	RG 21190755 SSP MT	025 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1044	MARIA NATALICIA DOS SANTOS CORDEIRO	RG 15314120 SSP MT	025 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1130	POLIANA DA COSTA VIANA	RG 2212269 nortelandia MT	025 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
57	RILLARY DE CASSIA ALVES	RG 26095939 ssp MT	025 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1148	WANESSA DIAS SANTOS RODRIGUES	RG 1660711-2 ssp MT	025 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO

026 - PROCURADOR JURÍDICO - ARENÁPOLIS

INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	VAGA	RESULTADO

82	ADNIR MIRANDA NUNES	RG 0670273-2 sejusp MT	026 - PROCURADOR JURÍDICO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
700	ALLEXANDRA MOMESSO NOGUEIRA	RG 20764537 ssp MT	026 - PROCURADOR JURÍDICO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
703	ALLFRED DETTMER OLIVEIRA	RG 1597045 ssp MT	026 - PROCURADOR JURÍDICO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
464	ANA CAROLINA DOS SANTOS ARAUJO	RG 26217260 SSP MT	026 - PROCURADOR JURÍDICO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
335	ANDRE DA SILVA CORREIA	RG 976200 ssp RO	026 - PROCURADOR JURÍDICO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
44	ARCHÂNGELO RIGONATTO ZANUTTO	RG 1271444-5 SSP/MT MT	026 - PROCURADOR JURÍDICO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
894	CASSIO VINICIUS FONSECA MEIRA	RG 18823750 ssp MT	026 - PROCURADOR JURÍDICO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
137	CLAUDEMIR SOUZA DO SACRAMENTO	RG 08122458 SSP MT	026 - PROCURADOR JURÍDICO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1274	CLAUDISON ALMEIDA MARIANO	RG 18985653 SSP MT	026 - PROCURADOR JURÍDICO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
926	CRESLAINE MACIEL PEGO	RG 21590737 ssp MT	026 - PROCURADOR JURÍDICO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
937	CRISTIANE RODRIGUES DA SILVA RAMOS	RG 16430140 SSP MT	026 - PROCURADOR JURÍDICO - ARENÁPOLIS	CANCELADO
937	CRISTIANE RODRIGUES DA SILVA RAMOS	RG 16430140 SSP MT	026 - PROCURADOR JURÍDICO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
453	DANILO VICENTE SOARES	RG 22682767 ssp MT	026 - PROCURADOR JURÍDICO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
261	DJHOVANE PIRES MARTINS	RG 23499036 SSP MT	026 - PROCURADOR JURÍDICO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1184	EDNA CAMILA SANTOS E SILVA	RG 1107592 SSDC RO	026 - PROCURADOR JURÍDICO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
822	ELIEZER JOSÉ TEIXEIRA	RG 16755553 SSP MT	026 - PROCURADOR JURÍDICO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
825	ELIEZER WIGUER CARMO SILVA	RG 1161761 SSP TO	026 - PROCURADOR JURÍDICO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
402	ELISVANDRO MENDES DA COSTA	RG 1566385504 SSP BA	026 - PROCURADOR JURÍDICO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
740	EMANOEL PEDRO BORROMEU DA SILVA	RG 14804140 ssp MT	026 - PROCURADOR JURÍDICO - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
1093	EMANUELA DE ALMEIDA AMORIM	RG 2287943-9 SSP MT	026 - PROCURADOR JURÍDICO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1139	ERICA REGINA DE JESUS ALCOFORADO	RG 16334604 SJSP/MT MT	026 - PROCURADOR JURÍDICO - ARENÁPOLIS	CANCELADO
1139	ERICA REGINA DE JESUS ALCOFORADO	RG 16334604 SJSP/MT MT	026 - PROCURADOR JURÍDICO - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
1079	ESTER ARAÚJO PINTO	RG 1285090 SSP RO	026 - PROCURADOR JURÍDICO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
881	ÉVANI CRISTINA ARAUJO DA SILVA	RG 1113299 SESDEC RO	026 - PROCURADOR JURÍDICO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1072	FERNANDA SELIN DE MORAES	RG 21412243 ssp MT	026 - PROCURADOR JURÍDICO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
289	FERNANDO SALLES MICHELETTI	RG 2415619-1 SSP MT	026 - PROCURADOR JURÍDICO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
421	FRANCISCA HELENA FERNANDES DE CASTRO	RG 13981145 SSPMT MT	026 - PROCURADOR JURÍDICO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
731	GABRIELA MAGALHAES RUPOLO	RG 2378104-1 SSP MT	026 - PROCURADOR JURÍDICO - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
1259	GABRIELLE ROCHA VUNJÃO	RG 2634897-7 SSP MT	026 - PROCURADOR JURÍDICO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
957	IGOR RENATO SOUZA SANTOS	RG 001838248 sejusp MS	026 - PROCURADOR JURÍDICO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
277	ISADORA DOS SANTOS FARIA AMORIM	RG 49706439 SSP SP	026 - PROCURADOR JURÍDICO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1257	JACKSON FABIO DE CAMARGO	RG 13898094 SSP MT	026 - PROCURADOR JURÍDICO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
232	JADIR WILSON DA SILVA DALVI	RG 21665575 SSP MT	026 - PROCURADOR JURÍDICO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1197	JENER REGGIANI MALTEZO	RG 26519712 ssp MT	026 - PROCURADOR JURÍDICO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
276	JESSICA DAUFEMBACH MACIEL	RG 15804640 ssp MT	026 - PROCURADOR JURÍDICO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
558	JHEINNE NAYARA BUENO DOS SANTOS	RG 100865670 SSP PR	026 - PROCURADOR JURÍDICO - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
1265	JOÃO APARECIDO ROCHA	RG 14446197 SSP MT	026 - PROCURADOR JURÍDICO - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
1011	JOAO BATISTA DE ALMEIDA	RG 15305481 SSP MT	026 - PROCURADOR JURÍDICO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
517	JOÃO MARCELO BARROS MASSAROLO	RG 25995863 SSP MT	026 - PROCURADOR JURÍDICO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1061	JOELSON LUIZ DOS SANTOS	RG 21128839 ssp MT	026 - PROCURADOR JURÍDICO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1215	JOYCE VIEIRA ESPÍNDOLA	RG 25468731 SPP MT	026 - PROCURADOR JURÍDICO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1192	JULIANA PEREIRA DA SILVA ROSSI CONTE	RG 145001080 SSPPR PR	026 - PROCURADOR JURÍDICO - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
984	KATIELLE VITÓRIA ALVES DE ARAUJO	RG 24273660 SEJSP MT	026 - PROCURADOR JURÍDICO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
758	LAÍS CRISTINE DE BARROS PEDROZO	RG 15296377 SSP MT	026 - PROCURADOR JURÍDICO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
183	LEANDRO ANTUNES DO NASCIMENTO	RG 1218365 SESDEC RO	026 - PROCURADOR JURÍDICO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
541	LUCAS VITORASSI	RG 2396481-2 SSP MT	026 - PROCURADOR JURÍDICO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
325	LUIZ GUILHERME DOS SANTOS	RG 18425747 SSP MT	026 - PROCURADOR JURÍDICO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
890	MARCIO PEREIRA ALVES	RG 941147 SESDEC RO	026 - PROCURADOR JURÍDICO - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO

512	MATHEUS MONTALVAO GUEDES CÉZAR	RG 19942656 SSP MT	026 - PROCURADOR JURÍDICO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1232	MESSIAS VINICIUS DA SILVA FERREIRA	RG 5399834 PC GO	026 - PROCURADOR JURÍDICO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
406	MICHEL CAMPOS ALVES	RG 16408721 ssp/mt MT	026 - PROCURADOR JURÍDICO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1157	MICHEL GOMES NORONHA	RG 909422 SSP MT	026 - PROCURADOR JURÍDICO - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
481	MONIZA NUNES DE ALMEIDA BORGES	RG 22386017 SSP MT	026 - PROCURADOR JURÍDICO - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
672	PATRÍCIA DE CAMPOS ALMEIDA	RG 24084310 SEJUSP MT	026 - PROCURADOR JURÍDICO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
654	PATRICIA P CARVALHO	RG 15566382 SSPMT MT	026 - PROCURADOR JURÍDICO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
773	PAULO VINDOURA GOMES	RG 111078475 sesp PR	026 - PROCURADOR JURÍDICO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1275	PEDRO HENRIQUE PEREIRA CORREA	RG 20151152 SSP MT	026 - PROCURADOR JURÍDICO - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
286	RANIELY BENITES GONÇALVES	RG 23489057 SSP MT	026 - PROCURADOR JURÍDICO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
256	RAUL QUEIROZ DE AQUINO	RG 17509980 ssp MT	026 - PROCURADOR JURÍDICO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
954	RAYANE CRISTINA BEATO OLIVEIRA	RG 24822612 SEJUSP MT	026 - PROCURADOR JURÍDICO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
927	RAYLA GUEDES QUEIRÓS	RG 25042289 SSP MT	026 - PROCURADOR JURÍDICO - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
360	ROSANA ARRUDA DE SOUZA	RG 17181720 ssp MT	026 - PROCURADOR JURÍDICO - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
318	SANDRELY UGULINO CARDOSO	RG 1215206 SESDC RO	026 - PROCURADOR JURÍDICO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
492	STEPHANI BURALI GARCIA	RG 2407075-0 SSP MT	026 - PROCURADOR JURÍDICO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
953	TANICLÉIA GONÇALVES ALMEIDA	RG 17211980 ssp MT	026 - PROCURADOR JURÍDICO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
417	THALIA RODRIGUES LIMA	RG 23008768 ssp MT	026 - PROCURADOR JURÍDICO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
39	THASSILA NACHELLE AGREPINA SILVA	RG 22879480 Ssp MT	026 - PROCURADOR JURÍDICO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
705	THIAGO FERNANDES DE PAULA	RG 19213581 SSPMT MT	026 - PROCURADOR JURÍDICO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
238	THIAGO JUNIOR TAVARES FERREIRA	RG 22901787 ssp MT	026 - PROCURADOR JURÍDICO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
412	TIAGO FRANCISCO DOS PASSOS	RG 20801505 SSP MT	026 - PROCURADOR JURÍDICO - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
559	UILIAM ALVES STOPA	RG 000978926 sesdc RO	026 - PROCURADOR JURÍDICO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1140	VALQUIRIA DA SILVA	RG 1598500-8 SSP MT	026 - PROCURADOR JURÍDICO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1218	VANESSA DE SOUZA LIMA	RG 26758903 SJSP MT	026 - PROCURADOR JURÍDICO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
201	VINÍCIUS ANTÔNIO OLIVEIRA DA SILVA	RG 24348287 SSP MT	026 - PROCURADOR JURÍDICO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
411	VINICIUS DINIZ DE ALMEIDA	RG 19374429 ssp MT	026 - PROCURADOR JURÍDICO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
507	VINICIUS GABRIEL FERREIRA CAVALCANTE	RG 2384933-9 SSP MT	026 - PROCURADOR JURÍDICO - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
374	WHITH BRUNA SILVEIRA BORGES	RG 16521072 Ssp MT	026 - PROCURADOR JURÍDICO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
329	YOHAN CEZAR GOMES MAIERHOFER	RG 23102101 ssp MT	026 - PROCURADOR JURÍDICO - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO

027 - AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO - ARENÁPOLIS

INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	VAGA	RESULTADO
393	ANARA CANTUARIO VASCONCELOS	RG 29882540 SSP MT	027 - AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
1151	ANDERSON LIMA DOS SANTOS	RG 1269463 SESDEC RO	027 - AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
69	BRUNA MARIA DA COSTA NUNES	RG 24795062 ssp MT	027 - AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
1207	CATRINE JULIATO	RG 22299793 SSP MT	027 - AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
915	CAUANGFNY LAYRIA MORAES DOS SANTOS	RG 22789103 ssp MT	027 - AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
695	DOUGLAS VENICIO ANTUNES NONNEMACHER	RG 14699788 SSP MT	027 - AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
138	EDSON SOUZA PINTO	RG 552555 SSP MT	027 - AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
1195	ERICA BORGES DE ANDRADE	RG 22529772 Sspmt MT	027 - AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
305	FABIO JOSÉ LONGHI	RG 731898 SSP MT	027 - AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
727	GABRIEL LUIZ MAGALHÃES RUPOLO	RG 24201316 SJSP MT	027 - AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1119	GEBERSON DOMINGUES NORO	RG 23958502 SSJP MT	027 - AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
733	GLEICE APARECIDA ALVES DA SILVA	RG 27016927 SSP MT	027 - AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
155	GLEICIANE BARBOSA DE OLIVEIRA	RG 22898573 SSP MT	027 - AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO - ARENÁPOLIS	CANCELADO
155	GLEICIANE BARBOSA DE OLIVEIRA	RG 22898573 SSP MT	027 - AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO	CANCELADO

			- ARENÁPOLIS	
155	GLEICIANE BARBOSA DE OLIVEIRA	RG 22898573 SSP MT	027 - AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
749	JACKELINE MORAIS MACHADO	RG 22546359 SSP MT	027 - AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
1066	JEAN MARCEL ZATTAR DE FARIA	RG 1253693-5 ssp MT	027 - AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1069	JÉSSICA BRANDÃO DOS SANTOS	RG 25239740 sejusp MT	027 - AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
67	KARINA DE SOUZA CORREIA	RG 20266170 SSP MT	027 - AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1104	KATHYENE SOARES DA SILVA ZATTAR	RG 17028736 SSP MT	027 - AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
730	LUDYMILLA DE SOUZA XAVIER	RG 21808651 SSP MT	027 - AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
161	LUIS CARLOS DIAS	RG 6027560942 SSP RS	027 - AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
818	MABILI SIMOES	RG 29936977 SSP MT	027 - AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
845	MARIA DAS DORES DE SOUZA	RG 13708678 SSP MT	027 - AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
299	MARYELLE MENDONCA DE ALMEIDA	RG 19991037 SSP MT	027 - AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
958	NEIDE PATRICIA LEMES TSUTSUI	RG 12771538 SSP MT	027 - AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
748	OSIEL RIBEIRO GOMES	RG 856774 SSP RO	027 - AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1277	PAULO ROBERTO MARTINS DA SILVA	RG 23003383 SSP MT	027 - AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
721	RONIVALDO FERREIRA GOMES	RG 2626159-6 sejusp MT	027 - AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
490	ROSEANE DE OLIVEIRA PREBITZ	RG 16676246 SJSP MT	027 - AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
268	THAINARA ALVES MAIA LEITE	RG 22662596 ssp MT	027 - AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
689	VAGNER SANTOS SOUZA	RG 2123554-6 ssp/MT MT	027 - AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
736	VANESSA SUELMA VIEIRA CORREA OLIVEIRA	RG 1704225-9 SSP MT	027 - AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
1077	VINICIUS GABRIEL FERREIRA CAVALCANTE	RG 2384933-9 SSP MT	027 - AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
320	WEBERTH HORTENCIO DE BARROS	RG 22280529 ssp MT	027 - AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO

028 - ASSISTENTE SOCIAL - ARENÁPOLIS

INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	VAGA	RESULTADO
165	ANA PAULA ALVES	RG 28302478 Ssp MT	028 - ASSISTENTE SOCIAL - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
56	ANDREIA FLECK MACHADO	RG 14218070 Ssp MT	028 - ASSISTENTE SOCIAL - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
119	ANGELICA SOUZA BATISTA DE OLIVEIRA	RG 13898817 SSP MT	028 - ASSISTENTE SOCIAL - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
1086	EDNA AMORIM RODRIGUES	RG 15200710 SSP MT MT	028 - ASSISTENTE SOCIAL - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
423	ELLEN CRISTINA DESIDÉRIO DE OLIVEIRA ALMEIDA	RG 14610833 SSP MT	028 - ASSISTENTE SOCIAL - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
648	FABIANA CLAUDIA BANG	RG 20038992 SSP MT	028 - ASSISTENTE SOCIAL - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
673	FRANCISNEIA SOCORRO DA SILVA	RG 11696028 ssp MT	028 - ASSISTENTE SOCIAL - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
245	IZAINE ARAUJO DE OLIVEIRA	RG 12360295 SSP/MT MT	028 - ASSISTENTE SOCIAL - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1046	JESSYKA EVELLYN OLIVEIRA COSTA	RG 17401887 SSP MT	028 - ASSISTENTE SOCIAL - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
666	JOANA AMABILE SANTOS DE ALMEIDA BARBOSA	RG 09326979 ssp MT	028 - ASSISTENTE SOCIAL - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
30	KARINE DOS SANTOS OLERIANO	RG 25464825 SSP MT	028 - ASSISTENTE SOCIAL - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1053	LAYDE LAURA PEREIRA DA CRUZ	RG 21323011 ssp MT	028 - ASSISTENTE SOCIAL - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
776	LEANDRO HONORIO DE OLIVEIRA	RG 14614499 SSP MT	028 - ASSISTENTE SOCIAL - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1015	LUCIANA CARMEN DA SILVA	RG 0954348-1 ssj MT	028 - ASSISTENTE SOCIAL - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
697	MARCIONE SOUZA PASSOS	RG 11060999 SSP MT	028 - ASSISTENTE SOCIAL - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
394	MARCOS MENDES	RG 17118085 SSPMT MT	028 - ASSISTENTE SOCIAL - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
204	MARIA ANGELICA MATOS	RG 17480213 ssp MT	028 - ASSISTENTE SOCIAL - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
92	MARIA CLEONICE DA CRUZ AGUIAR	RG 10084053 SJ MT MT	028 - ASSISTENTE SOCIAL - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1216	MARIA MARTA DE ALMEIDA	RG 332243 SSP MT	028 - ASSISTENTE SOCIAL - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
17	MARILZA DA SILVA VITORINO	RG 15023826 ssp MT	028 - ASSISTENTE SOCIAL - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO

84	NÁDIA APARECIDA DAMASCENO	RG 25469762 sejusp MT	028 - ASSISTENTE SOCIAL - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
595	OSIAS PEREIRA AZEVEDO	RG 30443938 SESP MT	028 - ASSISTENTE SOCIAL - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
718	PALMIRA MORETTI FRANCO	RG 1540126-0 ssp MT	028 - ASSISTENTE SOCIAL - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
6	PAULA FRANCIELI SOARES SANTOS	RG 20106386 SSP MT	028 - ASSISTENTE SOCIAL - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
873	SERGIO MENEGHETTI	RG 0547221-0 SSP MT	028 - ASSISTENTE SOCIAL - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
79	SIMONE APARECIDA DE OLIVEIRA	RG 20697899 SSP MT	028 - ASSISTENTE SOCIAL - ARENÁPOLIS	CANCELADO
79	SIMONE APARECIDA DE OLIVEIRA	RG 20697899 SSP MT	028 - ASSISTENTE SOCIAL - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1189	SIRLENE LUCIANA DE LIMA DA SILVA	RG 29017645 ssp MT	028 - ASSISTENTE SOCIAL - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
534	SONIA APARECIDA NOGUEIRA DE OLIVEIRA	RG 911990 SSP MT	028 - ASSISTENTE SOCIAL - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
856	TEREZINHA DA SILVA MENEGHETTI	RG 3092325-5 SSP MT	028 - ASSISTENTE SOCIAL - ARENÁPOLIS	DEFERIDO

029 - ENFERMEIRO - ARENÁPOLIS

INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	VAGA	RESULTADO
885	ALAN CARLOS MODOLO SANTOS	RG 22916342 ssp MT	029 - ENFERMEIRO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
125	ALEX JONATHAN LEAL DE ARAÚJO	RG 1597090-6 SSP MT	029 - ENFERMEIRO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
217	ALINNY CÂNDIDA DE MEIRA GONÇALVES	RG 18406157 SSP MT	029 - ENFERMEIRO - ARENÁPOLIS	CANCELADO
217	ALINNY CÂNDIDA DE MEIRA GONÇALVES	RG 18406157 SSP MT	029 - ENFERMEIRO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
591	AMANDA BATISTA DA SILVA	RG 22501134 SSP MT	029 - ENFERMEIRO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1210	AMANDA VIEGAS	RG 24914517 SSP MT	029 - ENFERMEIRO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
19	ANA KAROLINA SOUZA BARROS	RG 18408249 Ssp MT	029 - ENFERMEIRO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1026	ANA KATARINY RIBEIRO DOS SANTOS	RG 21935130 ccpmt MT	029 - ENFERMEIRO - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
1024	ANDRIESA RENATA STOCKER BARBOSA	RG 24233463 Sjsp MT	029 - ENFERMEIRO - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
189	ANGELICA GUIMARAES TENÓRIO	RG 22280812 Ssp MT	029 - ENFERMEIRO - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
146	ARIADNY RODRIGUES VUNJAO	RG 18408648 ssp MT	029 - ENFERMEIRO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
607	ARIELLI PAULA PRADO CORCINO DE OLIVEIRA	RG 21014957 ssp MT	029 - ENFERMEIRO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
482	BRUNNA FERREIRA CAMPOS OLIVEIRA	RG 21394210 ssp MT	029 - ENFERMEIRO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1153	DELISMARA DA SILVA SANTOS	RG 24821063 SSP MT	029 - ENFERMEIRO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
340	DEYZE PINHEIRO AMADOR	RG 26489120 sspmt MT	029 - ENFERMEIRO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1102	DIOGENES SOUSA AMARAL JUNIOR	RG 15526852 ssp MT	029 - ENFERMEIRO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
136	DIOGO PEREIRA COSTA BRITO	RG 471651497 sspsp SP	029 - ENFERMEIRO - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
755	EDIENE SANTOS DA SILVA	RG 24498432 ssp MT	029 - ENFERMEIRO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
720	ELIETE BEATRIZ PIMENTA	RG 1225673-0 Sejusp MT	029 - ENFERMEIRO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
87	ÉRICA BAGGIO	RG 24492701 SSP MT	029 - ENFERMEIRO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
474	ERICA MARQUES DE ABREU	RG 14976773 sspmt MT	029 - ENFERMEIRO - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
1276	ERNANDES COELHO GUIMARAES	RG 2217753-1 SSP MT	029 - ENFERMEIRO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
491	ETNY KELLY SILVA DIAS	RG 22561765 ssp MT	029 - ENFERMEIRO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
819	EUDICLEIA SILVA DOS SANTOS	RG 24963992 Ssp MT	029 - ENFERMEIRO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1177	EVELLYN STÉFANY DA SILVA SANTOS	RG 22046763 ssp MT	029 - ENFERMEIRO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1076	FABIANA REGINA DE SOUZA	RG 20260857 ssp MT	029 - ENFERMEIRO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
8	FABIO LOPES CARDOSO	RG 6154838 SSP GO	029 - ENFERMEIRO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1063	FERNANDA VITORIA MAY	RG 24083623 SSP/MT MT	029 - ENFERMEIRO - ARENÁPOLIS	CANCELADO
1063	FERNANDA VITORIA MAY	RG 24083623 SSP/MT MT	029 - ENFERMEIRO - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
696	FRANCIELE ALVES DA SILVA	RG 24167606 Ssp MT	029 - ENFERMEIRO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
185	FRANCISLENE APARECIDA DE SOUZA RODRIGUES	RG 17282195 SSPMT MT	029 - ENFERMEIRO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
420	GISLAINE PATRICIA BARROS DOS SANTOS	RG 19305117 ssp MT	029 - ENFERMEIRO - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
66	HÉLIDA CRISTINA DA	RG 25420852 sejusp;mt MT	029 - ENFERMEIRO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
148	INÁ KHARYN MANRIQUE	RG 20952449 ssp MT	029 - ENFERMEIRO - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
218	INGRID KARLA CORRÊA	RG 19432526 SSP MT	029 - ENFERMEIRO - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
702	IRACELY TELES SANTANA	RG 16576047 ssp MT	029 - ENFERMEIRO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
757	ISAQUE NUNES DE SOUZA	RG MG18226864 Pol. Civil Minas Ger MG	029 - ENFERMEIRO - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
253	JACKELINE DE MIRANDA MENDES	RG 1689431-6 SJSP MT	029 - ENFERMEIRO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
182	JAKELLINE DÉBORA MARTINS DO NASCIMENTO	RG 24637726 SSP MT	029 - ENFERMEIRO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
536	JANAINE DA FONSECA ARAUJO GOMES	RG 17591139 SSP MT	029 - ENFERMEIRO - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
842	JAQUELINE AVELINO DE MORAES PASINI	RG 11600187 SSP MT	029 - ENFERMEIRO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1006	JÉSSICA KAYANE DE SOUZA	RG 22875905 SSP MT	029 - ENFERMEIRO - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
33	JESSIKA KEROLIN DE SOUZA	RG 2288155-7 ssp MT	029 - ENFERMEIRO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
211	JOSIELE DE ARRUDA SANTOS	RG 22778608 SSP MT	029 - ENFERMEIRO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
230	JULIA DE SOUZA ALVES	RG 001052889 ssp RO	029 - ENFERMEIRO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO

1067	JULIANA ORMOND DE ALMEIDA	RG 25958534 SSP MT	029 - ENFERMEIRO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1	KALYNNE MAGILLY PIRES DE OLIVEIRA SILVA	RG 19771886 ssp MT	029 - ENFERMEIRO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
62	KARINA ARAÚJO SILVA	RG 2286871-2 SSP MT	029 - ENFERMEIRO - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
966	LAYLA GOMES YAMAGUTI	RG 19770022 ssp MT	029 - ENFERMEIRO - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
117	LEONORA NICACIA MOREIRA TEIXEIRA	RG 13594591 ssp MT	029 - ENFERMEIRO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1096	LETICIA EDERWAS SOUZA DE MIRANDA SILVA	RG 21250804 Ssp MT	029 - ENFERMEIRO - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
442	LETICIA MARA DA SILVA BOABAID REGIS	RG 19283903 SSP MT	029 - ENFERMEIRO - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
980	LUCIMARA BARBOSA DE LIMA	RG 25977938 SEJUSP MT	029 - ENFERMEIRO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1127	LYSANDRA ARAUJO DE CARVALHO	RG 2591010-8 SJSP MT	029 - ENFERMEIRO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1098	MARIA APARECIDA DE JESUS XAVIER GUSMÃO	RG 22296549 SSP MT	029 - ENFERMEIRO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
65	MYRIAN GONÇALVES DOS REIS	RG 2205582-7 SSP MT	029 - ENFERMEIRO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1190	NAGILLA KAROLINNY FONTES ARRUDA	RG 23575018 ssp MT	029 - ENFERMEIRO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
349	NAYÁ JARDINI FURLAN	RG 20406983 SSP MT	029 - ENFERMEIRO - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
751	PRISCILA DE CARVALHO SANTOS	RG 22337547 SSP/MT MT	029 - ENFERMEIRO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
690	PRISCILLA DE SOUZA SOBRINHA	RG 16862651 SSP MT	029 - ENFERMEIRO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
264	RAFAELA DE LAURA SANTOS OLIVEIRA	RG 18391087 ssp MT	029 - ENFERMEIRO - ARENÁPOLIS	CANCELADO
264	RAFAELA DE LAURA SANTOS OLIVEIRA	RG 18391087 ssp MT	029 - ENFERMEIRO - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
744	RODRIGO BATISTA DE OLIVEIRA	RG 1119168-6 SEPC AC	029 - ENFERMEIRO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
750	SANDRA RODRIGUES DE MORAES	RG 1625312 ssp/DF DF	029 - ENFERMEIRO - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
168	SIRLAINE DOS REIS SOUZA	RG 24223280 sejsp MT	029 - ENFERMEIRO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
852	THAIS DA SILVA DE SOUSA	RG 1497198 ssp TO	029 - ENFERMEIRO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
518	VALKIRIA NUNES MIRANDA	RG 24097357 ssp MT	029 - ENFERMEIRO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1241	VANESSA LUANA RODRIGUES	RG 21223769 ssp MT	029 - ENFERMEIRO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
904	ZEIZY THAÍS MENEGUELI FAVALESSA	RG 2419883-8 Sejusp MT	029 - ENFERMEIRO - ARENÁPOLIS	DEFERIDO

030 - PROFESSOR DE PEDAGOGIA - ARENÁPOLIS

INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	VAGA	RESULTADO
1131	ADAIANA MAXIMA MOURA FERNANDES	RG 19433220 ssp MT	030 - PROFESSOR DE PEDAGOGIA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
1088	ADRIANA RODRIGUES DE BARROS	RG 946219 SSPRO RO	030 - PROFESSOR DE PEDAGOGIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
181	ALESSANDRA MARQUES DOS SANTOS	RG 1347223-2 ssp MT	030 - PROFESSOR DE PEDAGOGIA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
903	ANA KARINA DE MOURA	RG 0653045-1 ssp MT	030 - PROFESSOR DE PEDAGOGIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
483	ANA PAULA DOS SANTOS CORDEIRO	RG 18061966 ssp MT	030 - PROFESSOR DE PEDAGOGIA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
898	ANA PAULA SILVA AMORIM	RG 23581514 ssp MT	030 - PROFESSOR DE PEDAGOGIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
539	ANA PAULA SOUZA DIAS	RG 21062170 ssp MT	030 - PROFESSOR DE PEDAGOGIA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
1146	APARECIDA RIBEIRO FERREIRA RAMOS	RG 1689827-3 SSP MT	030 - PROFESSOR DE PEDAGOGIA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
15	AYLA LETICYA VERSALLI DOS SANTOS	RG 2848918-2 SSPMT MT	030 - PROFESSOR DE PEDAGOGIA - ARENÁPOLIS	CANCELADO
124	BIBIANE CONSTANTINO SOUTO	RG 19761910 ssjp MT	030 - PROFESSOR DE PEDAGOGIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
214	CARMEM MONTEIRO LIMA DE MORAES TAVEIRA	RG 12056529 Sjsp MT	030 - PROFESSOR DE PEDAGOGIA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
533	CASSIA JOAZEIRO DA SILVA	RG 14693364 ssp MT	030 - PROFESSOR DE PEDAGOGIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
174	CINTHIA DAIELLE GONCALVES ALMEIDA	RG 22327371 SSP MT	030 - PROFESSOR DE PEDAGOGIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
920	CIRLY RAMOS NUNES	RG 11233931 SESP MT	030 - PROFESSOR DE PEDAGOGIA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
1170	CLAUDIA APARECIDA DA SILVA ALVES DE QUADROS	RG 11987197 SSP MT	030 - PROFESSOR DE PEDAGOGIA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
728	CLEIDE CRISTINA PEREIRA LOPES	RG 149984 SSP MT	030 - PROFESSOR DE PEDAGOGIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
273	CLEONICE RIBEIRO DO NASCIMENTO	RG 06994253 SJ MT	030 - PROFESSOR DE PEDAGOGIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
95	CRISLAINE VIANA	RG 1821869 SSP/MT MT	030 - PROFESSOR DE PEDAGOGIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
785	CRISLENI CRISTIAN SANTOS FREITAS	RG 21206724 SSP MT	030 - PROFESSOR DE PEDAGOGIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
330	CRISTIANE RAMOS DALTRO	RG 1674753-4 SSP MT	030 - PROFESSOR DE PEDAGOGIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1202	CRISTIANE RODRIGUES DA SILVA	RG 88522311 SSP PR	030 - PROFESSOR DE PEDAGOGIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
594	DEOSDETI DA GUIA FILHO	RG 19714971 SSP MT	030 - PROFESSOR DE PEDAGOGIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1090	DICLA VALERIA DE ARAUJO BASTOS	RG 761571 SSP MT	030 - PROFESSOR DE PEDAGOGIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
93	EDNA APARECIDA DE MOURA	RG 886545 SSP MT	030 - PROFESSOR DE PEDAGOGIA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
565	ELAINE CARDOSO DA SILVA LANGNER	RG 1553257-7 SSPMT MT	030 - PROFESSOR DE PEDAGOGIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
646	ELENITA ALVES SAMPAIO	RG 13466186 Ssp MT	030 - PROFESSOR DE PEDAGOGIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1001	ELISÂNGELA GOMES DA SILVA ALMEIDA	RG 16333454 SSP MT	030 - PROFESSOR DE PEDAGOGIA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
624	ELSA SILVA DO CARMO	RG 12266469 SJ MT	030 - PROFESSOR DE PEDAGOGIA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO

234	ÉRIKA PATRÍCIA LOPES DOS SANTOS QUEIROZ	RG 1147169-7 ssp/mt MT	030 - PROFESSOR DE PEDAGOGIA - ARENÁPOLIS	CANCELADO
234	ÉRIKA PATRÍCIA LOPES DOS SANTOS QUEIROZ	RG 1147169-7 ssp/mt MT	030 - PROFESSOR DE PEDAGOGIA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
222	EUSILENE MOREIRA DE SOUZA MOURA	RG 13198505 SSP MT	030 - PROFESSOR DE PEDAGOGIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
552	FERNANDA TEIXEIRA MONGE	RG 21422141 SSP MT	030 - PROFESSOR DE PEDAGOGIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
542	GEUSA DA CONCEIÇÃO TANAZIO	RG 2262958 11032008 MT	030 - PROFESSOR DE PEDAGOGIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
284	GILMAR SILVA DO NASCIMENTO	RG 12442143 SSP/MT MT	030 - PROFESSOR DE PEDAGOGIA - ARENÁPOLIS	CANCELADO
311	ILDANELLI VANINI MORAES	RG 18456570 SSP MT	030 - PROFESSOR DE PEDAGOGIA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
1073	ILMA DE SOUZA DA SILVA	RG 3278518 pci GO	030 - PROFESSOR DE PEDAGOGIA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
1234	IRENITA ROSA FERREIRA	RG 3714711 pc GO	030 - PROFESSOR DE PEDAGOGIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
347	IVONEIDE DAS GRAÇAS ALVES	RG 18529410 SSP MT	030 - PROFESSOR DE PEDAGOGIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
212	JACKELINE DIZERO ASSIS	RG 21540624 ssp MT	030 - PROFESSOR DE PEDAGOGIA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
563	JACKLLINE ELLEN SANTANA DE ALMEIDA	RG 23972599 ssp MT	030 - PROFESSOR DE PEDAGOGIA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
1229	JANEMAYRE ROSA FERREIRA	RG 1902088 pc GO	030 - PROFESSOR DE PEDAGOGIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
795	JOSIANE ANDRADES BARBOSA RODRIGUES	RG 366240 SSP MT	030 - PROFESSOR DE PEDAGOGIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1180	JULIANA SOUZA DA MOTA	RG 20140860 SSP MT	030 - PROFESSOR DE PEDAGOGIA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
1010	KAITI ALVES MARTINS PASTOR	RG 22968008 ssp MT	030 - PROFESSOR DE PEDAGOGIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
774	LAERTE JOSE VIEIRA DE LIMA	RG 3063895 sspmt MT	030 - PROFESSOR DE PEDAGOGIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
24	LARISSA PONCE SANTOS SILVA	RG 17197651 Sspmt MT	030 - PROFESSOR DE PEDAGOGIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1220	LARISSA RIBEIRO BUENO	RG 5004313 ssp SC	030 - PROFESSOR DE PEDAGOGIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1103	LILIA CARLA DA SILVA	RG 16697340 SSP MT	030 - PROFESSOR DE PEDAGOGIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
524	LILIAN RIOS DALFIOR	RG 20317417 ssp MT	030 - PROFESSOR DE PEDAGOGIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
221	LUANA MARQUES DA SILVA	RG 23785071 SSP MT	030 - PROFESSOR DE PEDAGOGIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
306	LUCÉLIA NASCIMENTO DE OLIVEIRA MATOS	RG 19356994 ssp MT	030 - PROFESSOR DE PEDAGOGIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
9	MARCIA ARRUDA DOS SANTOS	RG 18402054 ssp MT	030 - PROFESSOR DE PEDAGOGIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
735	MÁRCIA DOURADO FERREIRA	RG 13158830 SSP MT	030 - PROFESSOR DE PEDAGOGIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1267	MARIA APARECIDA FAGUNDES DA SILVA	RG 11291656 S J MT	030 - PROFESSOR DE PEDAGOGIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
353	MARIA CÍCERA ALVES DA COSTA	RG 20277445 Ssp MT	030 - PROFESSOR DE PEDAGOGIA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
616	MARIA RAIMUNDA DE SÁ MENDES	RG 6742833 PC GO	030 - PROFESSOR DE PEDAGOGIA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
302	MARIA ROSA MENDES DOS SANTOS	RG 15365760 SSP MT	030 - PROFESSOR DE PEDAGOGIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1020	MARINALVA ALVES NASCIMENTO	RG 1108036 sesdec RO	030 - PROFESSOR DE PEDAGOGIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1012	MIDIAN RODRIGUES DE BARROS	RG 14508761 SSP/MT MT	030 - PROFESSOR DE PEDAGOGIA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
484	MILENA PINATTO DIAS LAHR	RG 09821325 SSP MT	030 - PROFESSOR DE PEDAGOGIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
537	MIRALVA DA SILVA MIGUEL	RG 1621587-7 SSP MT	030 - PROFESSOR DE PEDAGOGIA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
166	PATRICIA DA SILVA SANTOS	RG 18179690 SSP MT	030 - PROFESSOR DE PEDAGOGIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
628	PATRICIA TEODORO ARRAIS BARBOZA	RG 16683366 SSp MT	030 - PROFESSOR DE PEDAGOGIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1258	PAULO CEZAR IZEPILOVSKI	RG 17758637 SSP MT	030 - PROFESSOR DE PEDAGOGIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
571	POLIANA PIRES DOS SANTOS	RG 1966803 Ssp MT	030 - PROFESSOR DE PEDAGOGIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
998	RENATA MARIA DA SILVA	RG 24225372 sspmtMt	030 - PROFESSOR DE PEDAGOGIA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
348	RODRIGO DE FRANÇA SANTANA	RG 15518639 ssp MT	030 - PROFESSOR DE PEDAGOGIA - ARENÁPOLIS	CANCELADO
348	RODRIGO DE FRANÇA SANTANA	RG 15518639 ssp MT	030 - PROFESSOR DE PEDAGOGIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1248	RONIZE MARIA DIAS AMORIM	RG 23339497 SSP MT	030 - PROFESSOR DE PEDAGOGIA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
674	ROSALINA NORONHA DE BARROS SANTOS	RG 11271280 SSPMT MT	030 - PROFESSOR DE PEDAGOGIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
7	ROSANA FERNANDES DE SOUZA	RG 1980322-2 SSP/Mt MT	030 - PROFESSOR DE PEDAGOGIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
98	RUARLE KLEBER BARBOSA	RG 1516453 SSP DF	030 - PROFESSOR DE PEDAGOGIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1027	SANDRA MOREIRA DO NASCIMENTO	RG 13058487 SSP MT	030 - PROFESSOR DE PEDAGOGIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1048	SILVANA APARECIDA RODRIGUES SANTANA	RG 07407912 ssp MT	030 - PROFESSOR DE PEDAGOGIA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
195	SIMONE FIRMINA DA CRUZ GONÇALVES SANDRA	RG 1840681-5 ssp MT	030 - PROFESSOR DE PEDAGOGIA - ARENÁPOLIS	CANCELADO
195	SIMONE FIRMINA DA CRUZ GONÇALVES SANDRA	RG 1840681-5 ssp MT	030 - PROFESSOR DE PEDAGOGIA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO

307	SINESIA FRANCISCA MORAES	RG 12302805 ssp MT	030 - PROFESSOR DE PEDAGOGIA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
381	STEFFANNY GOMES DE BRITO ALMEIDA	RG 22169156 ssp MT	030 - PROFESSOR DE PEDAGOGIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
31	SUELY DE FRANCA SANTANA	RG 18563430 SSP MT	030 - PROFESSOR DE PEDAGOGIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
699	THIAGO FAGUNDES DE SOUZA	RG 1815009-8 SSP MT	030 - PROFESSOR DE PEDAGOGIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
509	VALQUIRIA CABRAL DA SILVA	RG 16577698 SSP MT	030 - PROFESSOR DE PEDAGOGIA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
193	VANESSA CRISTINA PINTO FO NASCIMENTO	RG 10078800 SSp MT	030 - PROFESSOR DE PEDAGOGIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
126	VANIA MARA BRANDAO DA SILVA	RG 543063 ssp MT	030 - PROFESSOR DE PEDAGOGIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
339	VANUSSA CAMARGO DE ALMEIDA	RG 16579330 ssp MT	030 - PROFESSOR DE PEDAGOGIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
664	VILMA FRANCISCA SANTOS MENDES	RG 11322829 sj MT	030 - PROFESSOR DE PEDAGOGIA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
83	YANKA MACEDO QUINTANA	RG 26608375 ssp MT	030 - PROFESSOR DE PEDAGOGIA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO

031 - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - ARENÁPOLIS

INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	VAGA	RESULTADO
1227	AMANDA CRISTINA GOMES BRANDAO	RG 2482050-4 SJSSP MT	031 - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
272	ANA CAROLINA CORREIA DOS SANTOS	RG 25576631 Sejusp MT	031 - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
346	ANA PAULA PEREIRA DAMACENA	RG 2319203-8 SSP MT	031 - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
496	CARLITO ANTONIO MACIEL	RG 16579160 SJSP MT	031 - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
321	DALVAN OLIVEIRA MAGALHAES	RG 20140843 ssp MT	031 - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
270	ELAINE CRISTINA FERREIRA DA SILVA	RG 11703652 sspmt MT	031 - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1244	FERNANDO FERREIRA LEMES	RG 3665173 ssp GO	031 - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1092	FRANCIELE MORAES CARDOSO DOURADO ORMOND	RG 23000210 SSP MT	031 - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
404	FRANCIENE MORAES CARDOSO	RG 23000309 SSP MT	031 - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1182	LEANI GUIMARÃES VELOSO DE MOURA	RG 0881400-7 ssp MT	031 - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
855	LUCIANO FERREIRA DA SILVA	RG 23116366 SSP/MT MT	031 - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1082	SUZANY SANTOS SOUZA	RG 16840330 ssp MT	031 - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - ARENÁPOLIS	CANCELADO
1082	SUZANY SANTOS SOUZA	RG 16840330 ssp MT	031 - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - ARENÁPOLIS	CANCELADO
1082	SUZANY SANTOS SOUZA	RG 16840330 ssp MT	031 - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
336	TAYANE GOMES SANDIM	RG 14423774 Ssp MT	031 - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
409	TIAGO FAVALESSA TEIXEIRA	RG 20827911 ssp MT	031 - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1238	VITOR EMANUEL RESENDE DA SILVA	RG 16791380 SSP MT	031 - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
797	WILDIANE SILVA SANTOS	RG 18816738 SSP MT	031 - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
470	WILLIAM GUSMAO DE SOUZA	RG 23035458 ssp MT	031 - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO

032 - PROFESSOR DE MATEMÁTICA - ARENÁPOLIS

INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	VAGA	RESULTADO
281	ADRIANO SANTANA DAMASCENA	RG 22698191 ssp MT	032 - PROFESSOR DE MATEMATICA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
154	CAROLINE QUADROS DE OLIVEIRA	RG 23585668 SEJUSP MT	032 - PROFESSOR DE MATEMATICA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
134	EDSON SOUZA PINTO	RG 552555 SSP MT	032 - PROFESSOR DE MATEMATICA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
1091	HOZANI OKADA DE MOURA OLIVEIRA	RG 0967063-7 sspmt MT	032 - PROFESSOR DE MATEMATICA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
314	IVANILDO MONTEIRO DE AZEVEDO	RG 5731145 SDS PE	032 - PROFESSOR DE MATEMATICA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
593	JANAINA DA SILVA COSTA	RG 23784822 SSP MT	032 - PROFESSOR DE MATEMATICA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
316	JEFFERSON DOS SANTOS MAZETTI	RG 18952836 SSP MT	032 - PROFESSOR DE MATEMATICA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1198	JULIANA DA COSTA SILVA	RG 24696773 SSP MT	032 - PROFESSOR DE MATEMATICA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1074	MARIA MADALENA DA SILVA ANTUNES	RG 22638512 SSP MT	032 - PROFESSOR DE MATEMATICA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
590	MONIQUE DE FREITAS MARQUES	RG 22514546 ssp MT	032 - PROFESSOR DE MATEMATICA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
975	SILVIO MARTINS DE SIQUEIRA	RG 06005411 SSP MT	032 - PROFESSOR DE MATEMATICA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO

033 - PROFESSOR DE CIÊNCIAS BIOLÓGICA - ARENÁPOLIS

INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	VAGA	RESULTADO
1080	CAMILA EUNICE PEREIRA VOLFF	RG 23546425 SSP MT	033 - PROFESSOR DE CIÊNCIAS BIOLÓGICA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
1078	JOSÉ VICTOR ALVES FERREIRA	RG 22460438 SSP MT	033 - PROFESSOR DE CIÊNCIAS BIOLÓGICA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
1118	JULIANA FLAUZINO DOS SANTOS	RG 20282079 SSP MT	033 - PROFESSOR DE CIÊNCIAS BIOLÓGICA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
723	JULIENE CRISTINA DE ARRUDA	RG 12725471 SSP MT	033 - PROFESSOR DE CIÊNCIAS BIOLÓGICA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO

888	JULIETH ALMEIDA DE CASTRO	RG 20577885 sspmt MT	033 - PROFESSOR DE CIÊNCIAS BIOLÓGICA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1005	LETÍCIA RODRIGUES ELOY FEMININO	RG 2921533 SSP MT	033 - PROFESSOR DE CIÊNCIAS BIOLÓGICA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
615	MARLENE FERREIRA BARBOSA	RG 15105172 Ssp MT	033 - PROFESSOR DE CIÊNCIAS BIOLÓGICA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
661	VILMA FRANCISCA SANTOS MENDES	RG 11322829 sj MT	033 - PROFESSOR DE CIÊNCIAS BIOLÓGICA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO

034 - PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA - ARENÁPOLIS

INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	VAGA	RESULTADO
1167	AMANDA BELO DA SILVA	RG 18405045 SSP MT	034 - PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
709	FERNANDA PATRÉZIA DOS SANTOS NUNES	RG 21780862 SSP MT	034 - PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
804	GRACIELE SOUZA DE LIMA	RG 1668789-2 SSP MT	034 - PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
708	KELE CRISTINA SILVA BORGES	RG 18951503 SSP MT	034 - PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
745	KEROLAINE DOMINGUES MARTINS	RG 2816789-9 SSP MT	034 - PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
479	LAIZA CRISTINA DE ALMEIDA FIGUEIREDO PEREIRA	RG 19492995 ssp MT	034 - PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
567	MARGARIDA FRANCO	RG 20960700 SSP MT	034 - PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
794	PAULO DA SILVA SOARES	RG 14742861 ssp/mt MT	034 - PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
827	ROSILENE DA SILVA RONDON	RG 2462359-8 ssp MT	034 - PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO

035 - PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA - ARENÁPOLIS

INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	VAGA	RESULTADO
1247	CARLA REZENDE DE BRITO	RG 17463580 Ssp MT	035 - PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
557	JAINE LAIZA SANTOS SOUZA	RG 22211730 Ssp MT	035 - PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA - ARENÁPOLIS	INDEFERIDO
738	LUANA KRISNAN LEITE BORROMEU	RG 23703539 SSP MT	035 - PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
1237	PATRÍCIA DOS SANTOS DA SILVA	RG 22522026 SSP MT	035 - PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO

036 - PROFESSOR DE GEOGRAFIA - ARENÁPOLIS

INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	VAGA	RESULTADO
824	EDSON MARTINS BARBOSA	RG 1346585-6 SSP MT	036 - PROFESSOR DE GEOGRAFIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO
814	VINÍCIUS DE SOUZA	RG 27572676 SSP MT	036 - PROFESSOR DE GEOGRAFIA - ARENÁPOLIS	DEFERIDO

Arenápolis/MT, 30 de setembro de 2019

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

_____

José Mauro Figueiredo

Prefeito Municipal de Arenápolis/MT.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS
ATA Nº 042 ATÉ 045.2019

ATA 042/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 042/2019

PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS Nº: 033/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO 049/2019

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES contados a partir da data de assinatura da presente ata.

Aos vinte e seis dias do mês de setembro de dois mil e dois e dezenove, na sede do **MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS , Estado de Mato Grosso**, com sede administrativa na Rua Presidente costa e Silva, S/N, Vila Nova, ARENÁPOLIS – MT, inscrita no CNPJ Nº 24.977.654/0001-38, neste ato representada pelo Prefeito Municipal **Sr. JOSE MAURO FIGUEIREDO,** brasileiro, casado, empresário, portador da RG: 10.643.694 SSP/SP, e CPF: 786.970. 268-49, residente e domiciliado à Rua Oscar Josetti, n º 952, Vila Rica, neste município, **RESOLVE registrar os preços** das **EMPRESA P B PEREIRA DE SOUZA–EPP,** Inscrito no CNPJ: 11.649.177/0001-30, situada na Rua Pedro Nunes Barroso, 112- Vila Nova CEP. 78.420-000, na cidade de Arenapolis/MT, neste ato representada pelo seu proprietário Sra. **PRISCILLA BRUGNOLI PEREIRA DE SOUZA**, brasileira, casada, empresária, portadora do CPF 047.389.531-50 e RG 2155002-6 SSP/MT, residente e domiciliada na Rua Presidente Costa e Silva, s/n, Bairro Vila Nova, na cidade de Arenápolis/MT, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93 e suas respectivas alterações, Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 e alterações e pelo disposto nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. **A PRESENTE ATA TEM POR OBJETO REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS, PROTETORES E BATERIAS PARA OS VEÍCULOS, CAMINHÕES, ONIBUS E MAQUINÁRIOS DO MUNICIPIO DE ARENÁPOLIS-MT,** para atender as Secretarias Municipais, conforme condições e especificações descritas no Anexo I:

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EMBALAGEM

2.1. Os produtos deverão ser entregues no endereço constante do pedido, nas quantidades solicitadas e embaladas de acordo com as condições técnicas exigidas para o transporte da origem ao destino.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA ROTULAGEM

3.1. O produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente e no rótulo das embalagens (primária e secundária), deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações:

a) Identificação do produto, inclusive a marca;

b) Nome e endereço do fabricante;

c) Data de fabricação e prazo de validade ou data de vencimento e nº do lote;

d) Número do Registro no órgão competente;

e) Peso líquido;

CLÁUSULA QUARTA - DO RECEBIMENTO DO MATERIAL

4.1. O material, que será recebido pela Secretaria de Saúde, deverá, obrigatoriamente, no ato de entrega, estar nas condições exigidas no edital e no instrumento contratual, e na legislação que regulamenta a matéria.

4.2. É, também, da inteira responsabilidade da Secretaria de Saúde o condicionamento e guarda dos produtos recebidos, enquanto não entregues aos respectivos requisitantes, cabendo a estes, a partir do recebimento do objeto requisitado, a responsabilidade pelos procedimentos de acondicionamento, guarda e conservação até o uso final.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PREÇOS

5.1. Os preços ofertados pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços são os constantes da planilha de preços anexa, obedecida a classificação no **Pregão Presencial SRP nº 033/2019**, especificadas, detalhadamente, na ata de julgamento de preços, atualizado por Despacho homologatório do Sr. Prefeito Municipal, datado de 26/09/2019.

5.2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do **Pregão Presencial SRP nº 033/2019**, que a precedeu, na íntegra, o presente instrumento de compromisso.

5.3. O preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada no **Pregão Presencial SRP nº 033/2019**, pela empresa constante da presente Ata de Registro de Preços e homologada através do despacho referido no item anterior.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos serão efetuados pela Prefeitura Municipal, em até 30 dias após a emissão da fatura, através da conta corrente da empresa.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ADEQUAÇÃO DOS PREÇOS

7.1. A Pregoeira e a Equipe de Apoio poderá, a qualquer tempo, rever os preços registrados, reduzindo-os de conformidade com pesquisa de mercado, para os fins previstos no inciso V do Art. 15 da Lei 8.666/93 com as alterações posteriores, ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado atacadista.

7.2. Os preços registrados poderão ser majorados, em decorrência de fato superveniente e de natureza econômica, capaz de comprometer o equilíbrio econômico-financeiro da Contratada, por solicitação motivada da interessada ao Gabinete do Secretário de Saúde.

7.3. O pedido deverá ser devidamente justificado e instruído com documentos e planilhas analíticas, que comprovem a sua procedência, tais: como listas de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição, matérias primas ou de outros documentos julgados necessários – que embasaram a oferta de preços por ocasião da classificação e as apuradas no momento do pedido.

CLÁUSULA OITAVA - DO LOCAL DE ENTREGA E DO PRAZO

8.1. A empresa deverá colocar os produtos nas dependências de cada **Secretaria Municipal do Município de Arenapolis/MT,** ou em local a ser determinado pela Secretaria de Administração previamente acordado com a empresa fornecedora dos produtos até a data da formalização do contrato a que se destine.

8.2. Prazo de entrega:

8.2.1. O fornecedor deverá entregar os produtos solicitados no prazo de 05 (cinco) dias corridos a contar a partir da emissão da ordem de fornecimento.

8.2.2. Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, só iniciando e vencendo os prazos em dia de expediente da Administração Pública em geral. Quando ocorrer o vencimento em dia não útil considerar-se-á o primeiro dia útil subseqüente.

8.2.3. O não cumprimento do prazo supracitado sujeitará a empresa fornecedora às penalidades cabíveis.

CLÁUSULA NONA - CONTROLE DE QUALIDADE

9.1. A avaliação da qualidade dos produtos ora licitados com relação à descrição, características, embalagem, peso líquido e rotulagem especificados no Edital será procedida por ocasião da entrega e, sempre que os técnicos que julgarem necessária, poderão exigir testes ou comprovação técnica através da análise de amostras colhidas, correndo à expensas do fornecedor do produto as despesas decorrentes da análise e teste de qualidade dos produtos.

9.2 Os procedimentos para avaliação do controle de qualidade dos produtos que fizerem necessários serão efetuadas por laboratório de controle de qualidade devidamente capacitada e de referência indicados pela Secretaria que emitiram o respectivo laudo técnico de controle de qualidade dos produtos ou o não cumprimento de exigências constantes da respectiva Ata de Registro de Preços.

9.3. Na hipótese de o produto não corresponder às exigências previstas no edital do presente certame, será devolvido a qualquer tempo e condicionado à substituição pelo fornecedor, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, ficando de logo entendido que a Secretaria de Saúde aceitará apenas uma única substituição, sem qualquer ônus para o Município, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

9.4. Em caso de troca do produto, em função do que se contêm no item anterior, todos os custos de armazenagem incluindo carga, descarga e movimentação de estoque relativo ao período, deverão correr por conta exclusiva do fornecedor.

9.5. A avaliação da qualidade do produto efetuada pela Secretaria, não exclui a responsabilidade da empresa fornecedora ou o fabricante, pela qualidade do produto entregue dentro dos limites estabelecidos em lei, ou especificados em cláusula própria constante do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A presente Ata de Registro de Preços ora firmada entre o Município de ARENÁPOLIS e as empresas referidas no preâmbulo deste instrumento, terá validade de no máximo **12 (DOZE) meses**, contados a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

11.1. Em razão de irregularidades no cumprimento das obrigações, a Prefeitura Municipal de ARENAPOLIS, poderá aplicar as seguintes sanções administrativas:

11.1.1 ADVERTÊNCIA – sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para os quais tenha concorrido;

11.1.2 MULTA – a empresa contratada ficará sujeita a multa diária de 1% (um por cento) sobre o valor total da contratação, até o máximo de 20% (vinte por cento) pelo atraso injustificado na execução de qualquer obrigação contratual ou legal, podendo esse valor ser abatido no pagamento a que fizer jus a contratada, ou ainda, recolhido no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, após comunicação formal. Não havendo o recolhimento no prazo estabelecido o valor da multa será cobrado judicialmente;

11.1.2.1 – **A desistência da licitante ganhadora com a consequente não assinatura do contrato acarretara para a mesma a Multa deR$ 30.000,00 (trinta mil reais).**

11.1.2.2 – **A desistência da CONTRATADA de executar o objeto do contrato acarretara para a mesma a Multa deR$ 30.000,00 (trinta mil reais).**

11.1.3 SUSPENSÃO – suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

10.1.4 DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE - para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.2 - Poderá a Administração considerar inexecução total ou parcial do contrato, para imposição da penalidade pertinente, o atraso superior a 05 (cinco) dias do indicado para entrega do objeto.

11.3 - A sanção prevista na alínea “d”, do subitem 19.1, poderá ser imposta cumulativamente com as demais.

11.4 - A Administração, para imposição das sanções, analisará as circunstâncias do caso e as justificativas apresentadas pela contratada, sendo-lhe assegurada a ampla defesa e o contraditório.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, no todo ou em parte, de pleno direito:

12.1.1. Pela Prefeitura Municipal de ARENÁPOLIS, em despacho fundamentado do seu Gestor.

12.1.2. Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços.

12.1.3. Se o fornecedor não retirar a Ordem de Fornecimento no prazo estabelecido e a unidade requisitante não aceitar sua justificativa.

12.1.4. O fornecedor der causa a rescisão administrativa do contrato decorrente de presente Ata de Registro de Preço.

12.1.5. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contato decorrente desta Ata de Registro de Preços.

12.1.6. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado.

12.1.7. Por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Prefeitura Municipal.

12.1.8 No caso de endereço incerto, inacessível ou ignorado

12.2. Pela empresa, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir às exigências preestabelecidas na presente Ata de Registro de Preços. No caso, a solicitação para cancelamento de preços registrados deverá ser formulada com a antecedência 30 (trinta) dias, facultada a Prefeitura Municipal à aplicação das penalidades previstas na cláusula XI.

12.3. A comunicação do cancelamento dos preços registrados, nos casos previstos no item 13.1.1 será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntado-se o comprovante ao expediente administrativo que tiver dado origem ao registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO TERMO CONTRATUAL

13.1. A recusa da adjudicatória em assinar a Ata de Registro de Preços, o Termo Contratual e retirar a ordem de fornecimento equivalente, caracteriza descumprimento de obrigações, passíveis das sanções previstas no art. 81 e seguintes da Lei 8.666/93 com as alterações posteriores. Neste caso, a critério da Prefeitura Municipal, poderá ser celebrado contrato com o ofertante do menor preço, subseqüente, se houverem outros detentores na presente ata, ou promover nova licitação.

13.2. O edital do **Pregão Presencial SRP nº 033/2019**, integra a presente ata, independentemente de transcrição, para que sejam dirimidas quaisquer dúvidas e ou interpretações.

13.3. O instrumento contratual poderá ser alterado com fundamento nas disposições previstas no art. 65 da Lei 8.666/93 e com alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1-17.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta licitação serão indicadas em momento oportuno no processo de utilização pela Secretarias Municipais:

DOT. 0045- 03.001.04.122.0004.2011.339030.00.00.00- material de consumo

DOT. 0103- 04.002.20.122.0005.2021.339030.00.00.00 – material de consumo

DOT. 0116- 05.001.12.122.0008.2029.339030.00.00.00 – material de consumo

DOT. 0133- 05.002.12.361.0008.2037.339030.00.00.00 – material de consumo

DOT. 0151- 05.002.12.365.0008.2017.339030.00.00.00 – material de consumo

DOT. 0277- 06.021.10.301.0013.2056.339030.00.00.00- material de consumo

DOT. 0289- 06.021.10.301.0013.2061.339030.00.00.00 – material de consumo

DOT. 0296- 06.021.10.301.0013.2071.339030.00.00.00 - material de consumo

DOT. 0320- 06.021.10.302.0016.2065.339030.0.00.00 – materia de consumo

DOT. 0349- 06.021.10.305.0015.2068.339030.00.00.00 – material de consumo

DOT. 0376- 07.021.08.244.0019.2073.339030.00.00.00 – material de consumo

DOT. 0397- 08.001.26.782.0021.2088.339030.00.00.00- material de consumo

DOT. 0424- 08.002.15.452.0022.2090.339030.00.00.00 – material de consumo

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Esta Ata de Registro de Preços é regida pela lei Federal nº 8.666/93 em sua atual redação, no que for incompatível com a legislação Federal, e, subsidiariamente pelos princípios gerais de direito.

15.2. O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, ainda que a expiração do prazo de entrega previsto no cronograma ocorra após seu vencimento.

15.3. Quando se tratar de empresa representante comercial caber-lhe-á, a cada entrega, apresentar Nota Fiscal da compra do produto emitida pelo respectivo produtor, fabricante ou seu legítimo representante.

15.4. As partes elegem o foro da Comarca de ARENAPOLIS, como domicílio legal, para qualquer procedimento recorrente do cumprimento do contrato ou de instrumento equivalente.

E por estarem assim justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 03 (três) testemunhas.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

ARENAPOLIS - MT, 26 de setembro de 2019.

MUNICIPIO DE ARENÁPOLIS

CONTRATANTE- JOSE MAURO FIGUEIREDO –Prefeito Municipal

P B PEREIRA DE SOUZA EPP

PRISCILLA BRUGNOLI PEREIRA DE SOUZA

CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: LUCIANA DE SOUZA BARRETO Nome: JAZON DE ARAÚJO RAMOS

CPF: 481.946.891-04 CPF: 181.960.121-87

ANEXO I

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UNID.	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
5	BATERIA45 AMPERES	4	UN	EXTRANGER	R$ 170,00	R$ 680,00
6	BATERIA 60 AMPERES	15	UN	EXTRANGER	R$ 170,00	R$ 2.550,00
7	BATERIA 70 AMPERES	6	UN	EXTRANGER	R$ 230,00	R$ 1.380,00
8	BATERIA 75 AMPERES	10	UN	EXTRANGER	R$ 250,00	R$ 2.500,00
9	BATERIA 80 AMPERES	11	UN	EXTRANGER	R$ 290,00	R$ 3.190,00
10	BATERIA 90 AMPERES	8	UN	EXTRANGER	R$ 310,00	R$ 2.480,00
51	PNEU 175/70/R13	28	UN	GENERAL	R$ 220,00	R$ 6.160,00
59	PNEU BORRACHUDO 215/75 R 17.5	26	UN	GOODRIDE	R$ 790,00	R$ 20.540,00
66	PNEU 900X20 BORRACHUDO	24	UN	GOODRIDE	R$ 1.190,00	R$ 28.560,00
71	PNEU 1000X20 BORRACHUDO	20	UN	CENTELLA	R$ 1.380,00	R$ 27.600,00
79	PROTETOR 1000-20	36	UN	MASTERFLEX	R$ 48,00	R$ 1.728,00
83	PROTETOR 900 X 20	24	UN	MASTERFLEX	R$ 48,00	R$ 1.152,00

Valor total de R$98.520,00(NOVENTA E OITO MIL QUINHENTOS E VINTE REAIS).

ATA 043/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 043/2019

PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS Nº: 033/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO 049/2019

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES contados a partir da data de assinatura da presente ata.

Aos vinte e seis dias do mês de setembro de dois mil e dois e dezenove, na sede do **MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS , Estado de Mato Grosso**, com sede administrativa na Rua Presidente costa e Silva, S/N, Vila Nova, ARENÁPOLIS – MT, inscrita no CNPJ Nº 24.977.654/0001-38, neste ato representada pelo Prefeito Municipal **Sr. JOSE MAURO FIGUEIREDO,** brasileiro, casado, empresário, portador da RG: 10.643.694 SSP/SP, e CPF: 786.970. 268-49, residente e domiciliado à Rua Oscar Josetti, n º 952, Vila Rica, neste município, **RESOLVE registrar os preço** da **EMPRESA BEIRA RIO CENTRO AUTOMOTIVO LTDA - ME,** inscrito no CNPJ 27.331.125/0001-50, situada na Rua Poaeiro, nº146-E, Sala 2, Bairro Vila Nova, CEP. 78.420-000 na cidade de Arenápolis – MT., neste ato representada pelo seu Sócio Senhor **JOSÉ ADAUTO NUNES DE ALMEIDA,** brasileiro, comerciante, portador do RG nº 1413606-6-SSP/MT e CPF/MF nº 004.415.431-38, residente e domiciliado na cidade de Arenápolis/MT, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93 e suas respectivas alterações, Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 e alterações e pelo disposto nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A PRESENTE ATA TEM POR OBJETO REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS, PROTETORES E BATERIAS PARA OS VEÍCULOS, CAMINHÕES, ONIBUS E MAQUINÁRIOS DO MUNICIPIO DE ARENÁPOLIS-MT, para atender as Secretarias Municipais, conforme condições e especificações descritas no Anexo I:

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EMBALAGEM

2.1. Os produtos deverão ser entregues no endereço constante do pedido, nas quantidades solicitadas e embaladas de acordo com as condições técnicas exigidas para o transporte da origem ao destino.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA ROTULAGEM

3.1. O produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente e no rótulo das embalagens (primária e secundária), deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações:

a) Identificação do produto, inclusive a marca;

b) Nome e endereço do fabricante;

c) Data de fabricação e prazo de validade ou data de vencimento e nº do lote;

d) Número do Registro no órgão competente;

e) Peso líquido;

CLÁUSULA QUARTA - DO RECEBIMENTO DO MATERIAL

4.1. O material, que será recebido pela Secretaria de Saúde, deverá, obrigatoriamente, no ato de entrega, estar nas condições exigidas no edital e no instrumento contratual, e na legislação que regulamenta a matéria.

4.2. É, também, da inteira responsabilidade da Secretaria de Saúde o condicionamento e guarda dos produtos recebidos, enquanto não entregues aos respectivos requisitantes, cabendo a estes, a partir do recebimento do objeto requisitado, a responsabilidade pelos procedimentos de acondicionamento, guarda e conservação até o uso final.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PREÇOS

5.1. Os preços ofertados pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços são os constantes da planilha de preços anexa, obedecida a classificação no **Pregão Presencial SRP nº 033/2019**, especificadas, detalhadamente, na ata de julgamento de preços, atualizado por Despacho homologatório do Sr. Prefeito Municipal, datado de 26/09/2019.

5.2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do **Pregão Presencial SRP nº 033/2019**, que a precedeu, na íntegra, o presente instrumento de compromisso.

5.3. O preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada no **Pregão Presencial SRP nº 033/2019**, pela empresa constante da presente Ata de Registro de Preços e homologada através do despacho referido no item anterior.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos serão efetuados pela Prefeitura Municipal, em até 30 dias após a emissão da fatura, através da conta corrente da empresa.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ADEQUAÇÃO DOS PREÇOS

7.1. A Pregoeira e a Equipe de Apoio poderá, a qualquer tempo, rever os preços registrados, reduzindo-os de conformidade com pesquisa de mercado, para os fins previstos no inciso V do Art. 15 da Lei 8.666/93 com as alterações posteriores, ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado atacadista.

7.2. Os preços registrados poderão ser majorados, em decorrência de fato superveniente e de natureza econômica, capaz de comprometer o equilíbrio econômico-financeiro da Contratada, por solicitação motivada da interessada ao Gabinete do Secretário de Saúde.

7.3. O pedido deverá ser devidamente justificado e instruído com documentos e planilhas analíticas, que comprovem a sua procedência, tais: como listas de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição, matérias primas ou de outros documentos julgados necessários – que embasaram a oferta de preços por ocasião da classificação e as apuradas no momento do pedido.

CLÁUSULA OITAVA - DO LOCAL DE ENTREGA E DO PRAZO

8.1. A empresa deverá colocar os produtos nas dependências de cada **Secretaria Municipal do Município de Arenapolis/MT,** ou em local a ser determinado pela Secretaria de Administração previamente acordado com a empresa fornecedora dos produtos até a data da formalização do contrato a que se destine.

8.2. Prazo de entrega:

8.2.1. O fornecedor deverá entregar os produtos solicitados no prazo de 05 (cinco) dias corridos a contar a partir da emissão da ordem de fornecimento.

8.2.2. Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, só iniciando e vencendo os prazos em dia de expediente da Administração Pública em geral. Quando ocorrer o vencimento em dia não útil considerar-se-á o primeiro dia útil subseqüente.

8.2.3. O não cumprimento do prazo supracitado sujeitará a empresa fornecedora às penalidades cabíveis.

CLÁUSULA NONA - CONTROLE DE QUALIDADE

9.1. A avaliação da qualidade dos produtos ora licitados com relação à descrição, características, embalagem, peso líquido e rotulagem especificados no Edital será procedida por ocasião da entrega e, sempre que os técnicos que julgarem necessária, poderão exigir testes ou comprovação técnica através da análise de amostras colhidas, correndo à expensas do fornecedor do produto as despesas decorrentes da análise e teste de qualidade dos produtos.

9.2 Os procedimentos para avaliação do controle de qualidade dos produtos que fizerem necessários serão efetuadas por laboratório de controle de qualidade devidamente capacitada e de referência indicados pela Secretaria que emitiram o respectivo laudo técnico de controle de qualidade dos produtos ou o não cumprimento de exigências constantes da respectiva Ata de Registro de Preços.

9.3. Na hipótese de o produto não corresponder às exigências previstas no edital do presente certame, será devolvido a qualquer tempo e condicionado à substituição pelo fornecedor, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, ficando de logo entendido que a Secretaria de Saúde aceitará apenas uma única substituição, sem qualquer ônus para o Município, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

9.4. Em caso de troca do produto, em função do que se contêm no item anterior, todos os custos de armazenagem incluindo carga, descarga e movimentação de estoque relativo ao período, deverão correr por conta exclusiva do fornecedor.

9.5. A avaliação da qualidade do produto efetuada pela Secretaria, não exclui a responsabilidade da empresa fornecedora ou o fabricante, pela qualidade do produto entregue dentro dos limites estabelecidos em lei, ou especificados em cláusula própria constante do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A presente Ata de Registro de Preços ora firmada entre o Município de ARENÁPOLIS e as empresas referidas no preâmbulo deste instrumento, terá validade de no máximo **12 (DOZE) meses**, contados a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

11.1. Em razão de irregularidades no cumprimento das obrigações, a Prefeitura Municipal de ARENAPOLIS, poderá aplicar as seguintes sanções administrativas:

11.1.1 ADVERTÊNCIA – sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para os quais tenha concorrido;

11.1.2 MULTA – a empresa contratada ficará sujeita a multa diária de 1% (um por cento) sobre o valor total da contratação, até o máximo de 20% (vinte por cento) pelo atraso injustificado na execução de qualquer obrigação contratual ou legal, podendo esse valor ser abatido no pagamento a que fizer jus a contratada, ou ainda, recolhido no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, após comunicação formal. Não havendo o recolhimento no prazo estabelecido o valor da multa será cobrado judicialmente;

11.1.2.1 – **A desistência da licitante ganhadora com a consequente não assinatura do contrato acarretara para a mesma a Multa deR$ 30.000,00 (trinta mil reais).**

11.1.2.2 – **A desistência da CONTRATADA de executar o objeto do contrato acarretara para a mesma a Multa deR$ 30.000,00 (trinta mil reais).**

11.1.3 SUSPENSÃO – suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

10.1.4 DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE - para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.2 - Poderá a Administração considerar inexecução total ou parcial do contrato, para imposição da penalidade pertinente, o atraso superior a 05 (cinco) dias do indicado para entrega do objeto.

11.3 - A sanção prevista na alínea “d”, do subitem 19.1, poderá ser imposta cumulativamente com as demais.

11.4 - A Administração, para imposição das sanções, analisará as circunstâncias do caso e as justificativas apresentadas pela contratada, sendo-lhe assegurada a ampla defesa e o contraditório.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, no todo ou em parte, de pleno direito:

12.1.1. Pela Prefeitura Municipal de ARENÁPOLIS, em despacho fundamentado do seu Gestor.

12.1.2. Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços.

12.1.3. Se o fornecedor não retirar a Ordem de Fornecimento no prazo estabelecido e a unidade requisitante não aceitar sua justificativa.

12.1.4. O fornecedor der causa a rescisão administrativa do contrato decorrente de presente Ata de Registro de Preço.

12.1.5. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contato decorrente desta Ata de Registro de Preços.

12.1.6. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado.

12.1.7. Por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Prefeitura Municipal.

12.1.8 No caso de endereço incerto, inacessível ou ignorado

12.2. Pela empresa, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir às exigências preestabelecidas na presente Ata de Registro de Preços. No caso, a solicitação para cancelamento de preços registrados deverá ser formulada com a antecedência 30 (trinta) dias, facultada a Prefeitura Municipal à aplicação das penalidades previstas na cláusula XI.

12.3. A comunicação do cancelamento dos preços registrados, nos casos previstos no item 13.1.1 será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntado-se o comprovante ao expediente administrativo que tiver dado origem ao registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO TERMO CONTRATUAL

13.1. A recusa da adjudicatória em assinar a Ata de Registro de Preços, o Termo Contratual e retirar a ordem de fornecimento equivalente, caracteriza descumprimento de obrigações, passíveis das sanções previstas no art. 81 e seguintes da Lei 8.666/93 com as alterações posteriores. Neste caso, a critério da Prefeitura Municipal, poderá ser celebrado contrato com o ofertante do menor preço, subseqüente, se houverem outros detentores na presente ata, ou promover nova licitação.

13.2. O edital do **Pregão Presencial SRP nº 033/2019**, integra a presente ata, independentemente de transcrição, para que sejam dirimidas quaisquer dúvidas e ou interpretações.

13.3. O instrumento contratual poderá ser alterado com fundamento nas disposições previstas no art. 65 da Lei 8.666/93 e com alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1-17.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta licitação serão indicadas em momento oportuno no processo de utilização pela Secretarias Municipais:

DOT. 0045- 03.001.04.122.0004.2011.339030.00.00.00- material de consumo

DOT. 0103- 04.002.20.122.0005.2021.339030.00.00.00 – material de consumo

DOT. 0116- 05.001.12.122.0008.2029.339030.00.00.00 – material de consumo

DOT. 0133- 05.002.12.361.0008.2037.339030.00.00.00 – material de consumo

DOT. 0151- 05.002.12.365.0008.2017.339030.00.00.00 – material de consumo

DOT. 0277- 06.021.10.301.0013.2056.339030.00.00.00- material de consumo

DOT. 0289- 06.021.10.301.0013.2061.339030.00.00.00 – material de consumo

DOT. 0296- 06.021.10.301.0013.2071.339030.00.00.00 - material de consumo

DOT. 0320- 06.021.10.302.0016.2065.339030.0.00.00 – materia de consumo

DOT. 0349- 06.021.10.305.0015.2068.339030.00.00.00 – material de consumo

DOT. 0376- 07.021.08.244.0019.2073.339030.00.00.00 – material de consumo

DOT. 0397- 08.001.26.782.0021.2088.339030.00.00.00- material de consumo

DOT. 0424- 08.002.15.452.0022.2090.339030.00.00.00 – material de consumo

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Esta Ata de Registro de Preços é regida pela lei Federal nº 8.666/93 em sua atual redação, no que for incompatível com a legislação Federal, e, subsidiariamente pelos princípios gerais de direito.

15.2. O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, ainda que a expiração do prazo de entrega previsto no cronograma ocorra após seu vencimento.

15.3. Quando se tratar de empresa representante comercial caber-lhe-á, a cada entrega, apresentar Nota Fiscal da compra do produto emitida pelo respectivo produtor, fabricante ou seu legítimo representante.

15.4. As partes elegem o foro da Comarca de ARENAPOLIS, como domicílio legal, para qualquer procedimento recorrente do cumprimento do contrato ou de instrumento equivalente.

E por estarem assim justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 03 (três) testemunhas.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

ARENAPOLIS - MT, 26 de setembro de 2019.

MUNICIPIO DE ARENÁPOLIS

CONTRATANTE- JOSE MAURO FIGUEIREDO –Prefeito Municipal

EMPRESA BEIRA RIO CENTRO AUTOMOTIVO LTDA - ME

JOSÉ ADAUTO NUNES DE ALMEIDA

CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: LUCIANA DE SOUZA BARRETO Nome: JAZON DE ARAÚJO RAMOS

CPF: 481.946.891-04 CPF: 181.960.121-87

ANEXO I

Item	Quant.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	08	UNIDADE	BATERIA 006 AMPERES	MOURA	111,00	**888,00**
03	2	UNIDADE	BATERIA 12 AMPERES	EXTRANGER	260,00	**520,00**
04	40	UNIDADE	BATERIA150 AMPERES	EXTRANGER	390,00	**15.600,00**
13	50	UNIDADE	CAMARA DE AR 1000/20	RS	100,00	**5.000,00**
15	10	UNIDADE	CAMARA DE AR PNEU DIANTEIRO 14.9-28	RS	247,00	**2.470,00**
18	04	UNIDADE	CAMARA DE AR 185/60-15	RS	59,00	**236,00**
21	30	UNIDADE	CAMARA AR 900/20	RS	99,00	**2.970,00**
22	58	UNIDADE	CAMARA AR 275/80-22,5	RS	159,00	**9.222,00**
24	06	UNIDADE	CAMARA PNEU 12-16,5	RS	100,00	**600,00**
26	22	UNIDADE	CAMARA PNEU 175/70-13	RS	74,00	**1.628,00**
27	14	UNIDADE	CAMARA PNEU 175/70-14	RS	49,00	**686,00**
30	04	UNIDADE	CAMARA DE AR 19.5-24	RS	299,00	**1.196,00**
33	12	UNIDADE	CAMARA PNEU 18/275	RS	44,00	**528,00**
34	16	UNIDADE	CAMARA PNEU 185/70-14	RS	49,00	**784,00**
35	10	UNIDADE	CAMARA PNEU 185/75/13	RS	49,00	**490,00**
37	04	UNIDADE	CAMARA PNEU DIANTEIRO R18 12,5/80-18	RS	139,00	**556,00**
39	02	UNIDADE	CAMARA ARO 18/275 DIANTEIRO MOTO	RS	190,00	**380,00**
41	16	UNIDADE	PNEU 1000/20 BORRACHUDO RADIAL	WEST LAKE	1600,00	**25.600,00**
42	04	UNIDADE	PNEU DIANTEIRO 12.04-24	WEST LAKE	1.200,00	**4.800,00**
47	04	UNIDADE	PNEU DIANTEIRO 14.9-24	WEST LAKE	1.650,00	**6.600,00**
48	04	UNIDADE	PNEU 16,9-24	WEST LAKE	2700,00	**10.800,00**
49	08	UNIDADE	PNEU LISO 17.5/25 12 LONAS	WEST LAKE	3300,00	**26.400,00**
53	04	UNIDADE	PNEU 185/60R15	WEST LAKE	300,00	**1.200,00**
56	04	UNIDADE	PNEU 19.5-24	BKT	3190,00	**12.760,00**
57	18	UNIDADE	PNEU 195/75-16	SEMPERIT	430,00	**7.740,00**
58	06	UNIDADE	PNEU 205/60-15	LING LONG	350,00	**2.100,00**
61	40	UNIDADE	PNEU 275/80-22,5 BORRACHUDO RADIAL	WEST LAKE	1.780,00	**71.200,00**
65	02	UNIDADE	PNEU 750/16 12 LONAS	WEST LAKE	700,00	**1.400,00**
67	14	UNIDADE	PNEU 90/90-18	MAGGION	150,00	**2.100,00**
68	14	UNIDADE	PNEU 900/20 LISO	WEST LAKE	1084,00	**15.176,00**
70	10	UNIDADE	PNEU 18/275 MOTO DIANT	LEVORIN	140,00	**1.400,00**
73	02	UNIDADE	PNEU ARO 18/16-24-02	WEST LAKE	1800,00	**3.600,00**
77	04	UNIDADE	PNEU 18,4-34	BKT	3000,00	**12.000,00**
81	10	UNIDADE	PROTETOR 17.5/25 12	RS	110,00	**1.100,00**

VALOR TOTAL DE R$ 249.730,00 (DUZENTOS E QUARENTA E NOVE MIL SETECENTOS E TRINTA REAIS)

ATA 044/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 044/2019

PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS Nº: 033/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO 049/2019

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES contados a partir da data de assinatura da presente ata.

Aos vinte e seis dias do mês de setembro de dois mil e dois e dezenove, na sede do **MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS , Estado de Mato Grosso**, com sede administrativa na Rua Presidente costa e Silva, S/N, Vila Nova, ARENÁPOLIS – MT, inscrita no CNPJ Nº 24.977.654/0001-38, neste ato representada pelo Prefeito Municipal **Sr. JOSE MAURO FIGUEIREDO,** brasileiro, casado, empresário, portador da RG: 10.643.694 SSP/SP, e CPF: 786. 970.268-49, residente e domiciliado à Rua Oscar Josetti, n º 952, Vila Rica, neste município, **RESOLVE registrar os preço** da **EMPRESA PNEUAR COMÉRCIO DE PNEUS LTDA,** inscrito no CNPJ 03.532.991/0001-41, situada na Rua Ulisses Pompeu de Campos, nº 132, Bairro Suburbano, CEP. 78.110-798 na cidade de Vaeze Grande – MT., neste ato representada pelo seu bastante procurador Senhor **MARCOS ROBERTO MARGREITER,** brasileiro, portador do RG nº 3159921-SSP/SC e CPF/MF nº 010.008.979-82, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93 e suas respectivas alterações, Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 e alterações e pelo disposto nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A PRESENTE ATA TEM POR OBJETO REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS, PROTETORES E BATERIAS PARA OS VEÍCULOS, CAMINHÕES, ONIBUS E MAQUINÁRIOS DO MUNICIPIO DE ARENÁPOLIS-MT, para atender as Secretarias Municipais, conforme condições e especificações descritas no Anexo I:

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EMBALAGEM

2.1. Os produtos deverão ser entregues no endereço constante do pedido, nas quantidades solicitadas e embaladas de acordo com as condições técnicas exigidas para o transporte da origem ao destino.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA ROTULAGEM

3.1. O produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente e no rótulo das embalagens (primária e secundária), deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações:

a) Identificação do produto, inclusive a marca;

b) Nome e endereço do fabricante;

c) Data de fabricação e prazo de validade ou data de vencimento e nº do lote;

d) Número do Registro no órgão competente;

e) Peso líquido;

CLÁUSULA QUARTA - DO RECEBIMENTO DO MATERIAL

4.1. O material, que será recebido pela Secretaria de Saúde, deverá, obrigatoriamente, no ato de entrega, estar nas condições exigidas no edital e no instrumento contratual, e na legislação que regulamenta a matéria.

4.2. É, também, da inteira responsabilidade da Secretaria de Saúde o condicionamento e guarda dos produtos recebidos, enquanto não entregues aos respectivos requisitantes, cabendo a estes, a partir do recebimento do objeto requisitado, a responsabilidade pelos procedimentos de acondicionamento, guarda e conservação até o uso final.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PREÇOS

5.1. Os preços ofertados pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços são os constantes da planilha de preços anexa, obedecida a classificação no **Pregão Presencial SRP nº 033/2019**, especificadas, detalhadamente, na ata de julgamento de preços, atualizado por Despacho homologatório do Sr. Prefeito Municipal, datado de 26/09/2019.

5.2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do **Pregão Presencial SRP nº 033/2019**, que a precedeu, na íntegra, o presente instrumento de compromisso.

5.3. O preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada no **Pregão Presencial SRP nº 033/2019**, pela empresa constante da presente Ata de Registro de Preços e homologada através do despacho referido no item anterior.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos serão efetuados pela Prefeitura Municipal, em até 30 dias após a emissão da fatura, através da conta corrente da empresa.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ADEQUAÇÃO DOS PREÇOS

7.1. A Pregoeira e a Equipe de Apoio poderá, a qualquer tempo, rever os preços registrados, reduzindo-os de conformidade com pesquisa de mercado, para os fins previstos no inciso V do Art. 15 da Lei 8.666/93 com as alterações posteriores, ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado atacadista.

7.2. Os preços registrados poderão ser majorados, em decorrência de fato superveniente e de natureza econômica, capaz de comprometer o equilíbrio econômico-financeiro da Contratada, por solicitação motivada da interessada ao Gabinete do Secretário de Saúde.

7.3. O pedido deverá ser devidamente justificado e instruído com documentos e planilhas analíticas, que comprovem a sua procedência, tais: como listas de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição, matérias primas ou de outros documentos julgados necessários – que embasaram a oferta de preços por ocasião da classificação e as apuradas no momento do pedido.

CLÁUSULA OITAVA - DO LOCAL DE ENTREGA E DO PRAZO

8.1. A empresa deverá colocar os produtos nas dependências de cada **Secretaria Municipal do Município de Arenapolis/MT,** ou em local a ser determinado pela Secretaria de Administração previamente acordado com a empresa fornecedora dos produtos até a data da formalização do contrato a que se destine.

8.2. Prazo de entrega:

8.2.1. O fornecedor deverá entregar os produtos solicitados no prazo de 05 (cinco) dias corridos a contar a partir da emissão da ordem de fornecimento.

8.2.2. Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, só iniciando e vencendo os prazos em dia de expediente da Administração Pública em geral. Quando ocorrer o vencimento em dia não útil considerar-se-á o primeiro dia útil subseqüente.

8.2.3. O não cumprimento do prazo supracitado sujeitará a empresa fornecedora às penalidades cabíveis.

CLÁUSULA NONA - CONTROLE DE QUALIDADE

9.1. A avaliação da qualidade dos produtos ora licitados com relação à descrição, características, embalagem, peso líquido e rotulagem especificados no Edital será procedida por ocasião da entrega e, sempre que os técnicos que julgarem necessária, poderão exigir testes ou comprovação técnica através da análise de amostras colhidas, correndo à expensas do fornecedor do produto as despesas decorrentes da análise e teste de qualidade dos produtos.

9.2 Os procedimentos para avaliação do controle de qualidade dos produtos que fizerem necessários serão efetuadas por laboratório de controle de qualidade devidamente capacitada e de referência indicados pela Secretaria que emitiram o respectivo laudo técnico de controle de qualidade dos produtos ou o não cumprimento de exigências constantes da respectiva Ata de Registro de Preços.

9.3. Na hipótese de o produto não corresponder às exigências previstas no edital do presente certame, será devolvido a qualquer tempo e condicionado à substituição pelo fornecedor, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, ficando de logo entendido que a Secretaria de Saúde aceitará apenas uma única substituição, sem qualquer ônus para o Município, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

9.4. Em caso de troca do produto, em função do que se contêm no item anterior, todos os custos de armazenagem incluindo carga, descarga e movimentação de estoque relativo ao período, deverão correr por conta exclusiva do fornecedor.

9.5. A avaliação da qualidade do produto efetuada pela Secretaria, não exclui a responsabilidade da empresa fornecedora ou o fabricante, pela qualidade do produto entregue dentro dos limites estabelecidos em lei, ou especificados em cláusula própria constante do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A presente Ata de Registro de Preços ora firmada entre o Município de ARENÁPOLIS e as empresas referidas no preâmbulo deste instrumento, terá validade de no máximo **12 (DOZE) meses**, contados a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

11.1. Em razão de irregularidades no cumprimento das obrigações, a Prefeitura Municipal de ARENAPOLIS, poderá aplicar as seguintes sanções administrativas:

11.1.1 ADVERTÊNCIA – sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para os quais tenha concorrido;

11.1.2 MULTA – a empresa contratada ficará sujeita a multa diária de 1% (um por cento) sobre o valor total da contratação, até o máximo de 20% (vinte por cento) pelo atraso injustificado na execução de qualquer obrigação contratual ou legal, podendo esse valor ser abatido no pagamento a que fizer jus a contratada, ou ainda, recolhido no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, após comunicação formal. Não havendo o recolhimento no prazo estabelecido o valor da multa será cobrado judicialmente;

11.1.2.1 – **A desistência da licitante ganhadora com a consequente não assinatura do contrato acarretara para a mesma a Multa deR$ 30.000,00 (trinta mil reais).**

11.1.2.2 – **A desistência da CONTRATADA de executar o objeto do contrato acarretara para a mesma a Multa deR$ 30.000,00 (trinta mil reais).**

11.1.3 SUSPENSÃO – suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

10.1.4 DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE - para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.2 - Poderá a Administração considerar inexecução total ou parcial do contrato, para imposição da penalidade pertinente, o atraso superior a 05 (cinco) dias do indicado para entrega do objeto.

11.3 - A sanção prevista na alínea “d”, do subitem 19.1, poderá ser imposta cumulativamente com as demais.

11.4 - A Administração, para imposição das sanções, analisará as circunstâncias do caso e as justificativas apresentadas pela contratada, sendo-lhe assegurada a ampla defesa e o contraditório.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, no todo ou em parte, de pleno direito:

12.1.1. Pela Prefeitura Municipal de ARENÁPOLIS, em despacho fundamentado do seu Gestor.

12.1.2. Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços.

12.1.3. Se o fornecedor não retirar a Ordem de Fornecimento no prazo estabelecido e a unidade requisitante não aceitar sua justificativa.

12.1.4. O fornecedor der causa a rescisão administrativa do contrato decorrente de presente Ata de Registro de Preço.

12.1.5. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contato decorrente desta Ata de Registro de Preços.

12.1.6. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado.

12.1.7. Por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Prefeitura Municipal.

12.1.8 No caso de endereço incerto, inacessível ou ignorado

12.2. Pela empresa, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir às exigências preestabelecidas na presente Ata de Registro de Preços. No caso, a solicitação para cancelamento de preços registrados deverá ser formulada com a antecedência 30 (trinta) dias, facultada a Prefeitura Municipal à aplicação das penalidades previstas na cláusula XI.

12.3. A comunicação do cancelamento dos preços registrados, nos casos previstos no item 13.1.1 será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntado-se o comprovante ao expediente administrativo que tiver dado origem ao registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO TERMO CONTRATUAL

13.1. A recusa da adjudicatória em assinar a Ata de Registro de Preços, o Termo Contratual e retirar a ordem de fornecimento equivalente, caracteriza descumprimento de obrigações, passíveis das sanções previstas no art. 81 e seguintes da Lei 8.666/93 com as alterações posteriores. Neste caso, a critério da Prefeitura Municipal, poderá ser celebrado contrato com o ofertante do menor preço, subseqüente, se houverem outros detentores na presente ata, ou promover nova licitação.

13.2. O edital do **Pregão Presencial SRP nº 033/2019**, integra a presente ata, independentemente de transcrição, para que sejam dirimidas quaisquer dúvidas e ou interpretações.

13.3. O instrumento contratual poderá ser alterado com fundamento nas disposições previstas no art. 65 da Lei 8.666/93 e com alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1-17.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta licitação serão indicadas em momento oportuno no processo de utilização pela Secretarias Municipais:

DOT. 0045- 03.001.04.122.0004.2011.339030.00.00.00- material de consumo

DOT. 0103- 04.002.20.122.0005.2021.339030.00.00.00 – material de consumo

DOT. 0116- 05.001.12.122.0008.2029.339030.00.00.00 – material de consumo

DOT. 0133- 05.002.12.361.0008.2037.339030.00.00.00 – material de consumo

DOT. 0151- 05.002.12.365.0008.2017.339030.00.00.00 – material de consumo

DOT. 0277- 06.021.10.301.0013.2056.339030.00.00.00- material de consumo

DOT. 0289- 06.021.10.301.0013.2061.339030.00.00.00 – material de consumo

DOT. 0296- 06.021.10.301.0013.2071.339030.00.00.00 - material de consumo

DOT. 0320- 06.021.10.302.0016.2065.339030.0.00.00 – materia de consumo

DOT. 0349- 06.021.10.305.0015.2068.339030.00.00.00 – material de consumo

DOT. 0376- 07.021.08.244.0019.2073.339030.00.00.00 – material de consumo

DOT. 0397- 08.001.26.782.0021.2088.339030.00.00.00- material de consumo

DOT. 0424- 08.002.15.452.0022.2090.339030.00.00.00 – material de consumo

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Esta Ata de Registro de Preços é regida pela lei Federal nº 8.666/93 em sua atual redação, no que for incompatível com a legislação Federal, e, subsidiariamente pelos princípios gerais de direito.

15.2. O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, ainda que a expiração do prazo de entrega previsto no cronograma ocorra após seu vencimento.

15.3. Quando se tratar de empresa representante comercial caber-lhe-á, a cada entrega, apresentar Nota Fiscal da compra do produto emitida pelo respectivo produtor, fabricante ou seu legítimo representante.

15.4. As partes elegem o foro da Comarca de ARENAPOLIS, como domicílio legal, para qualquer procedimento recorrente do cumprimento do contrato ou de instrumento equivalente.

E por estarem assim justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 03 (três) testemunhas.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

ARENAPOLIS - MT, 26 de setembro de 2019.

MUNICIPIO DE ARENÁPOLIS

CONTRATANTE- JOSE MAURO FIGUEIREDO –Prefeito Municipal

EMPRESA PNEUAR COMÉRCIO DE PNEUS LTDA

MARCOS ROBERTO MARGREITER

CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: LUCIANA DE SOUZA BARRETO Nome: JAZON DE ARAÚJO RAMOS

CPF: 481.946.891-04 CPF: 181.960.121-87

ANEXO I

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	MARCA	VLR. UNIT.	VLR TOTAL
11	CAMARA 14 00 – 24 ARO 24	12	UND	XBRI	250,00	3.000,00
12	CAMARA 14.24 00 ARO 24	10	UND	XBRI	250,00	2.500,00
14	CAMARA DE AR PNEU 12.04-24	04	UND	XBRI	210,00	840,00
16	CAMARA 16 225/75	16	UND	XBRI	70,00	1.120,00
17	CAMARA PNEU TRASEIRO 16.9/24	04	UND	XBRI	290,00	1.160,00
19	CAMARA 195/75 R16C	12	UND	XBRI	59,00	708,00
20	CAMARA DE AR 750/16	16	UND	XBRI	79,00	1.264,00
23	CAMARA DE AR PNEU TRASEIRO 18.4-30	02	UND	XBRI	330,00	660,00
25	CAMARA 17.5/25 12	10	UND	XBRI	340,00	3.400,00
28	CAMARA DE AR 215/75/R.17.5	40	UND	XBRI	125,00	5.000,00
29	CAMARA DE AR PNEU DIANTEIRO 14.9-24	04	UND	XBRI	240,00	960,00
31	CAMARA ARO 18 90/90-18 57P TRASEIRO (MOTO)	16	UND	LEVORIN	44,00	704,00
32	CAMARA DE AR PNEU TRASEIRO 18.4-34	04	UND	XBRI	350,00	1.400,00
36	CAMARA PNEU 205/60 R15	06	UND	XBRI	59,00	354,00
38	CAMARA PNEU DIANTEIRO 14.9-26	04	UND	XBRI	220,00	880,00
40	CAMARA PNEU TRASEIRO 23.1-30	04	UND	XBRI	390,00	1.560,00

43	PNEU DIANTEIRO 12.16.5	06	UND	TITAN	1.360,00	8.160,00
44	PNEU DIANTEIRO 12.5/80- 18	04	UND	TITAN	1.590,00	6.360,00
45	PNEU 14 00 24 ARO 24	10	UND	TITAN	2.850,00	28.500,00

46	PNEU 14.24 00 ARO 24	10	UND	TITAN	2.850,00	28.500,00
50	PNEU 175/70-14	30	UND	FATE	305,00	9.150,00
52	PNEU TRASEIRO 18.4-30	02	UND	TITAN	3.450,00	6.900,00
54	PNEU 185/70 R14	36	UND	FATE	279,00	10.044,00
55	PNEU 185/75/R13	20	UND	FATE	270,00	5.400,00
60	PNEU LISO 215/75 R17.5	34	UND	DURATURN	739,00	25.126,00
62	PNEU 275 80-22.5 LISO RADIAL	12	UND	FATE	1.590,00	19.080,00
64	PNEU 275 80-22.5 LISO	10	UND	FATE	1.590,00	1.590,00
69	PNEU ARO 16-225/75	48	UND	SAILUN	629,00	30.192,00
72	PNEU DIANTEIRO 14.9-26	02	UND	TITAN	2.150,00	4.300,00
74	PNEU 1000X20 LISO	30	UND	GOODYEAR	1.280,00	38.400,00
75	PNEU 750X16 LISO	18	UND	GOODYEAR	585,00	10.530,00
76	PNEU TRASEIRO M 14.9 - 28	02	UND	TITAN	2.150,00	4.300,00
78	PNEU TRASEIRO 23.1-30	02	UND	TITAN	4.650,00	9.300,00
80	PROTETOR 14 00 24 ARO 24	12	UND	CARRETERO	94,00	1.128,00
82	PROTETOR 750/16	16	UND	RUZZI	43,00	688,00
84	PROTETOR PNEU 275.8 - 22,5	10	UND	ABC	60,00	600,00

TOTAL GERAL 293.690,00 (DUZENTOS E NOVENTA E TRES MIL SEISCENTOS E NOVENTA REAIS)

ATA 045/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 045/2019

PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS Nº: 033/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO 049/2019

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES contados a partir da data de assinatura da presente ata.

Aos vinte e seis dias do mês de setembro de dois mil e dois e dezenove, na sede do **MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS , Estado de Mato Grosso**, com sede administrativa na Rua Presidente costa e Silva, S/N, Vila Nova, ARENÁPOLIS – MT, inscrita no CNPJ Nº 24.977.654/0001-38, neste ato representada pelo Prefeito Municipal **Sr. JOSE MAURO FIGUEIREDO,** brasileiro, casado, empresário, portador da RG: 10.643.694 SSP/SP, e CPF: 786. 970.268-49, residente e domiciliado à Rua Oscar Josetti, n º 952, Vila Rica, neste município, **RESOLVE registrar os preço** da **EMPRESA REIDIBA COMÉRCIO DE ACUMULADORES E ACESSÓRIOS LTDA,** inscrito no CNPJ 14.975.254/0001-30, situada na Rua na Avenida Dom Orlando Chaves, nº 776, Bairro Cristo Rei, CEP. 78.115-800 na cidade de Varzea Grande – MT., neste ato representada pelo seu bastante procurador Senhor **ANTONIO OLIVEIRA BRITO JÚNIOR,** brasileiro, casado, portador do RG nº 732.156-SESDC/RO e CPF/MF nº 955.074.932-00, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93 e suas respectivas alterações, Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 e alterações e pelo disposto nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A PRESENTE ATA TEM POR OBJETO REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS, PROTETORES E BATERIAS PARA OS VEÍCULOS, CAMINHÕES, ONIBUS E MAQUINÁRIOS DO MUNICIPIO DE ARENÁPOLIS-MT, para atender as Secretarias Municipais, conforme condições e especificações descritas no Anexo I:

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EMBALAGEM

2.1. Os produtos deverão ser entregues no endereço constante do pedido, nas quantidades solicitadas e embaladas de acordo com as condições técnicas exigidas para o transporte da origem ao destino.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA ROTULAGEM

3.1. O produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente e no rótulo das embalagens (primária e secundária), deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações:

a) Identificação do produto, inclusive a marca;

b) Nome e endereço do fabricante;

c) Data de fabricação e prazo de validade ou data de vencimento e nº do lote;

d) Número do Registro no órgão competente;

e) Peso líquido;

CLÁUSULA QUARTA - DO RECEBIMENTO DO MATERIAL

4.1. O material, que será recebido pela Secretaria de Saúde, deverá, obrigatoriamente, no ato de entrega, estar nas condições exigidas no edital e no instrumento contratual, e na legislação que regulamenta a matéria.

4.2. É, também, da inteira responsabilidade da Secretaria de Saúde o condicionamento e guarda dos produtos recebidos, enquanto não entregues aos respectivos requisitantes, cabendo a estes, a partir do recebimento do objeto requisitado, a responsabilidade pelos procedimentos de acondicionamento, guarda e conservação até o uso final.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PREÇOS

5.1. Os preços ofertados pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços são os constantes da planilha de preços anexa, obedecida a classificação no **Pregão Presencial SRP nº 033/2019**, especificadas, detalhadamente, na ata de julgamento de preços, atualizado por Despacho homologatório do Sr. Prefeito Municipal, datado de 26/09/2019.

5.2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do **Pregão Presencial SRP nº 033/2019**, que a precedeu, na íntegra, o presente instrumento de compromisso.

5.3. O preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada no **Pregão Presencial SRP nº 033/2019**, pela empresa constante da presente Ata de Registro de Preços e homologada através do despacho referido no item anterior.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos serão efetuados pela Prefeitura Municipal, em até 30 dias após a emissão da fatura, através da conta corrente da empresa.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ADEQUAÇÃO DOS PREÇOS

7.1. A Pregoeira e a Equipe de Apoio poderá, a qualquer tempo, rever os preços registrados, reduzindo-os de conformidade com pesquisa de mercado, para os fins previstos no inciso V do Art. 15 da Lei 8.666/93 com as alterações posteriores, ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado atacadista.

7.2. Os preços registrados poderão ser majorados, em decorrência de fato superveniente e de natureza econômica, capaz de comprometer o equilíbrio econômico-financeiro da Contratada, por solicitação motivada da interessada ao Gabinete do Secretário de Saúde.

7.3. O pedido deverá ser devidamente justificado e instruído com documentos e planilhas analíticas, que comprovem a sua procedência, tais: como listas de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição, matérias primas ou de outros documentos julgados necessários – que embasaram a oferta de preços por ocasião da classificação e as apuradas no momento do pedido.

CLÁUSULA OITAVA - DO LOCAL DE ENTREGA E DO PRAZO

8.1. A empresa deverá colocar os produtos nas dependências de cada **Secretaria Municipal do Município de Arenapolis/MT,** ou em local a ser determinado pela Secretaria de Administração previamente acordado com a empresa fornecedora dos produtos até a data da formalização do contrato a que se destine.

8.2. Prazo de entrega:

8.2.1. O fornecedor deverá entregar os produtos solicitados no prazo de 05 (cinco) dias corridos a contar a partir da emissão da ordem de fornecimento.

8.2.2. Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, só iniciando e vencendo os prazos em dia de expediente da Administração Pública em geral. Quando ocorrer o vencimento em dia não útil considerar-se-á o primeiro dia útil subseqüente.

8.2.3. O não cumprimento do prazo supracitado sujeitará a empresa fornecedora às penalidades cabíveis.

CLÁUSULA NONA - CONTROLE DE QUALIDADE

9.1. A avaliação da qualidade dos produtos ora licitados com relação à descrição, características, embalagem, peso líquido e rotulagem especificados no Edital será procedida por ocasião da entrega e, sempre que os técnicos que julgarem necessária, poderão exigir testes ou comprovação técnica através da análise de amostras colhidas, correndo à expensas do fornecedor do produto as despesas decorrentes da análise e teste de qualidade dos produtos.

9.2 Os procedimentos para avaliação do controle de qualidade dos produtos que fizerem necessários serão efetuadas por laboratório de controle de qualidade devidamente capacitada e de referência indicados pela Secretaria que emitiram o respectivo laudo técnico de controle de qualidade dos produtos ou o não cumprimento de exigências constantes da respectiva Ata de Registro de Preços.

9.3. Na hipótese de o produto não corresponder às exigências previstas no edital do presente certame, será devolvido a qualquer tempo e condicionado à substituição pelo fornecedor, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, ficando de logo entendido que a Secretaria de Saúde aceitará apenas uma única substituição, sem qualquer ônus para o Município, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

9.4. Em caso de troca do produto, em função do que se contêm no item anterior, todos os custos de armazenagem incluindo carga, descarga e movimentação de estoque relativo ao período, deverão correr por conta exclusiva do fornecedor.

9.5. A avaliação da qualidade do produto efetuada pela Secretaria, não exclui a responsabilidade da empresa fornecedora ou o fabricante, pela qualidade do produto entregue dentro dos limites estabelecidos em lei, ou especificados em cláusula própria constante do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A presente Ata de Registro de Preços ora firmada entre o Município de ARENÁPOLIS e as empresas referidas no preâmbulo deste instrumento, terá validade de no máximo **12 (DOZE) meses**, contados a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

11.1. Em razão de irregularidades no cumprimento das obrigações, a Prefeitura Municipal de ARENAPOLIS, poderá aplicar as seguintes sanções administrativas:

11.1.1 ADVERTÊNCIA – sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para os quais tenha concorrido;

11.1.2 MULTA – a empresa contratada ficará sujeita a multa diária de 1% (um por cento) sobre o valor total da contratação, até o máximo de 20% (vinte por cento) pelo atraso injustificado na execução de qualquer obrigação contratual ou legal, podendo esse valor ser abatido no pagamento a que fizer jus a contratada, ou ainda, recolhido no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, após comunicação formal. Não havendo o recolhimento no prazo estabelecido o valor da multa será cobrado judicialmente;

11.1.2.1 – **A desistência da licitante ganhadora com a consequente não assinatura do contrato acarretara para a mesma a Multa deR$ 30.000,00 (trinta mil reais).**

11.1.2.2 – **A desistência da CONTRATADA de executar o objeto do contrato acarretara para a mesma a Multa deR$ 30.000,00 (trinta mil reais).**

11.1.3 SUSPENSÃO – suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

10.1.4 DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE - para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.2 - Poderá a Administração considerar inexecução total ou parcial do contrato, para imposição da penalidade pertinente, o atraso superior a 05 (cinco) dias do indicado para entrega do objeto.

11.3 - A sanção prevista na alínea “d”, do subitem 19.1, poderá ser imposta cumulativamente com as demais.

11.4 - A Administração, para imposição das sanções, analisará as circunstâncias do caso e as justificativas apresentadas pela contratada, sendo-lhe assegurada a ampla defesa e o contraditório.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, no todo ou em parte, de pleno direito:

12.1.1. Pela Prefeitura Municipal de ARENÁPOLIS, em despacho fundamentado do seu Gestor.

12.1.2. Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços.

12.1.3. Se o fornecedor não retirar a Ordem de Fornecimento no prazo estabelecido e a unidade requisitante não aceitar sua justificativa.

12.1.4. O fornecedor der causa a rescisão administrativa do contrato decorrente de presente Ata de Registro de Preço.

12.1.5. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contato decorrente desta Ata de Registro de Preços.

12.1.6. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado.

12.1.7. Por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Prefeitura Municipal.

12.1.8 No caso de endereço incerto, inacessível ou ignorado

12.2. Pela empresa, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir às exigências preestabelecidas na presente Ata de Registro de Preços. No caso, a solicitação para cancelamento de preços registrados deverá ser formulada com a antecedência 30 (trinta) dias, facultada a Prefeitura Municipal à aplicação das penalidades previstas na cláusula XI.

12.3. A comunicação do cancelamento dos preços registrados, nos casos previstos no item 13.1.1 será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntado-se o comprovante ao expediente administrativo que tiver dado origem ao registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO TERMO CONTRATUAL

13.1. A recusa da adjudicatória em assinar a Ata de Registro de Preços, o Termo Contratual e retirar a ordem de fornecimento equivalente, caracteriza descumprimento de obrigações, passíveis das sanções previstas no art. 81 e seguintes da Lei 8.666/93 com as alterações posteriores. Neste caso, a critério da Prefeitura Municipal, poderá ser celebrado contrato com o ofertante do menor preço, subseqüente, se houverem outros detentores na presente ata, ou promover nova licitação.

13.2. O edital do **Pregão Presencial SRP nº 033/2019**, integra a presente ata, independentemente de transcrição, para que sejam dirimidas quaisquer dúvidas e ou interpretações.

13.3. O instrumento contratual poderá ser alterado com fundamento nas disposições previstas no art. 65 da Lei 8.666/93 e com alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1-17.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta licitação serão indicadas em momento oportuno no processo de utilização pela Secretarias Municipais:

DOT. 0045- 03.001.04.122.0004.2011.339030.00.00.00- material de consumo

DOT. 0103- 04.002.20.122.0005.2021.339030.00.00.00 – material de consumo

DOT. 0116- 05.001.12.122.0008.2029.339030.00.00.00 – material de consumo

DOT. 0133- 05.002.12.361.0008.2037.339030.00.00.00 – material de consumo

DOT. 0151- 05.002.12.365.0008.2017.339030.00.00.00 – material de consumo

DOT. 0277- 06.021.10.301.0013.2056.339030.00.00.00- material de consumo

DOT. 0289- 06.021.10.301.0013.2061.339030.00.00.00 – material de consumo

DOT. 0296- 06.021.10.301.0013.2071.339030.00.00.00 - material de consumo

DOT. 0320- 06.021.10.302.0016.2065.339030.0.00.00 – materia de consumo

DOT. 0349- 06.021.10.305.0015.2068.339030.00.00.00 – material de consumo

DOT. 0376- 07.021.08.244.0019.2073.339030.00.00.00 – material de consumo

DOT. 0397- 08.001.26.782.0021.2088.339030.00.00.00- material de consumo

DOT. 0424- 08.002.15.452.0022.2090.339030.00.00.00 – material de consumo

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Esta Ata de Registro de Preços é regida pela lei Federal nº 8.666/93 em sua atual redação, no que for incompatível com a legislação Federal, e, subsidiariamente pelos princípios gerais de direito.

15.2. O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, ainda que a expiração do prazo de entrega previsto no cronograma ocorra após seu vencimento.

15.3. Quando se tratar de empresa representante comercial caber-lhe-á, a cada entrega, apresentar Nota Fiscal da compra do produto emitida pelo respectivo produtor, fabricante ou seu legítimo representante.

15.4. As partes elegem o foro da Comarca de ARENAPOLIS, como domicílio legal, para qualquer procedimento recorrente do cumprimento do contrato ou de instrumento equivalente.

E por estarem assim justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 03 (três) testemunhas.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

ARENAPOLIS - MT, 26 de setembro de 2019.

MUNICIPIO DE ARENÁPOLIS

CONTRATANTE- JOSE MAURO FIGUEIREDO –Prefeito Municipal

EMPRESA REIDIBA COMÉRCIO DE ACUMULADORES E ACESSÓRIOS LTDA

ANTONIO OLIVEIRA BRITO JÚNIOR

CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: LUCIANA DE SOUZA BARRETO Nome: JAZON DE ARAÚJO RAMOS

CPF: 481.946.891-04 CPF: 181.960.121-87

ANEXO I

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	MARCA	VLR. UNIT.	VLR TOTAL
02	BATERIA 100 AMPERES	46	UNIDADE	CRAL	339,00	15.594,00

VALOR TOTAL R$ 15.594,00 (QUINZE MIL QUINHENTOS E NOVENTA E QUATRO REAIS)

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 558/2019

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADO: **JOSÉ RODRIGUES**; PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE OPERADOR DE EQUIPAMENTOS TOPOGRÁFICOS, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DESTE MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ-MT; *PREGÃO PRESENCIAL Nº. 063/2019*; VALOR GLOBAL R$ 30.000,00; VIGENCIA: 01/10/2019 A 30/09/2020.

LICITAÇÃO
RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 063/2019

A Prefeitura Municipal de Aripuanã - MT torna público para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial que trata o Edital nº. 063/2019, levado a efeito às **08h00min** do dia **23/09/2019** sagrou-se vencedor o licitante **JOSE RODRIGUES** – CPF Nº: 018.504.381-02 no valor total de **R$ 30.000,00.** Maiores informações poderão ser adquiridas pelo site http://www.aripuana.mt.gov.br**,** pelo e-mail licitacao@aripuana.mt.gov.br, ou pelo telefone (066) 3565-3900.

Aripuanã – MT, 1º de outubro de 2019.

Tamara Piran da Silva

Pregoeiro

LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo de Dispensa de Licitação nº. 026/2019

Objeto: Contratação de empresa para *a* aquisição de pneus, protetor e câmara de ar para a MOTONIVELADORA XCMG de Conselvan, para atender as necessidades desta Secretaria Municipal de Infraestrutura deste Município de Aripuanã/MT**.**

Contratante: Prefeitura Municipal de Aripuanã – MT

Contratado: COMÉRCIO CASAGRANDE TRATORES LTDA

CNPJ Nº. 06.965.369/0001-15

Valor Global: R$ 17.100,00 (dezessete mil e cem reais).

Data: 1º de outubro de 2019.

Base Legal: no Art. 24 Inciso II da Lei nº 8.666/1993 e alterações, e com amparo no art. 37, Inciso XXI da Constituição Federal.

GABINETE DO PREFEITO
XTRATO DE PUBLICAÇÃO DO 12º REPASSE DO TERMO DE FOMENTO 001/2018

E

DATA DE ASSINATURA: 31/07/2018
CONCEDENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ/MT
PROPONENTE: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ARIPUANÃ –APAE, CNPJ Nº 05.944.126/0001-38
OBJETO DA PARCERIA: MANUTENÇÃO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ÀS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS DO MUNICIPIO DE ARIPUANÃ
VALOR TOTAL DO REPASSE: R$ 360.000,00
VIGENCIA TERMO DE FOMENTO - 01/08/2018 A 31/07/2019

DADOS FINANCEIROS
PERIODO: 12º PARCELA DO REPASSE
VALOR REPASSADO: R$ 28.500,00
DATA DO REPASSE: 02/08/2019
EMPENHO: 129/2019
ORDEM DE PAGAMENTO: 7535
NOTA DE LIQUIDAÇÃO: 7667

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Prestação de Contas Termo de fomento nº 01/2018				
Valor total do repasse	**Valor da parcela**	**Numero do empenho**	**Data do pagamento**	**nº parcela**
R$ 360.000,00	R$ 28.500,00	129/2019	02/08/2019	12/12

SITUAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Data do repasse	**02/08/2019**
Data legal da prestação de contas	Até 90 (noventa) dias após o termino da vigência
Data entregue ao Comitê de Monitoramento e Avaliação	10/09/2019
Dias de atrasos	-
Situação	Tempestiva

Aripuanã, 1°/10/2019.

ANDREIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES
Secretária Municipal de Finanças

COORDENADORIA DE ADM
DECRETO N°. 3.645/2019

SÚMULA:

"REGULAMENTA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO CONFORME LEI AUTORIZATIVA NO VALOR DE R$ 1.000,00 (UM MIL REAIS) NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais com amparo na Lei 1692 de 10 de dezembro de 2018 e Lei 1770 de 20 de setembro de 2019 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica aberto créditos adicionais especial no valor de R$ 401. 174,17 (quatrocentos e um mil cento e setenta e quatro reais e dezessete centavos) na função programática e dotações orçamentárias correspondentes:

Quadro Detalhamento da Despesa	Fonte	*Valor R$*
10.001.0.605.0021.1017 – Aquisição Maquinário/Material Permanente		
4490.5200 – Equipamentos e Material Permanente	*01.24*	401. 174,17
TOTAL		***401. 174,17***

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã aos 23 dias do mês de setembro de 2.019

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ANDREIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Finanças

MAT

COORDENADORIA DE ADM
DECRETO N°. 3.642/2019

SÚMULA:

"REGULAMENTA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO CONFORME LEI AUTORIZATIVA NO VALOR DE R$ 48.000,00 (QUARENTA E OITO MIL REAIS) NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais com amparo na Lei 1692 de 10 de dezembro de 2018 e Lei 1768 de 18 de setembro de 2019 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica aberto créditos adicionais especial no valor de R$ 48. 000,00 (quarenta e oito mil reais) na função programática e dotações orçamentárias correspondentes:

Quadro Detalhamento da Despesa	Fonte	*Valor R$*
09.002.10.301.0017.2057 – Manutenção das Ações do PAB		
3390.3000 – Material de Consumo	*01.46*	48. 000,00
TOTAL		***48.000,00***

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã aos 19 dias do mês de setembro de 2.019

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ANDREIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Finanças

MAT

COORDENADORIA DE ADM
QUINTO ADITIVO Nº. 636/2019

AO CONTRATO Nº 205/2015 REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA, AUXÍLIO NA SOLUÇÃO E ACOMPANHAMENTO DAS PENDÊNCIAS DE PROCESSOS PRIORITÁRIOS MUNICIPAIS JUNTO A ÓRGÃOS DO GOVERNO, CADASTRO E ACOMPANHAMENTO DOS PLEITOS DE INTERESSE DESTE MUNICÍPIO NOS SISTEMAS E PROGRAMAS DISPONIBILIZADOS, IDENTIFICAÇÃO E INFORMAÇÕES SOBRE ELABORAÇÃO DE NOVOS PLEITOS E PROTOCOLO DE PROCESSOS JUNTO AOS ÓRGÃOS ESTADUAIS E FEDERAIS, COM COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA ANTERIOR NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSESSORIA EM QUESTÃO PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DIRETA OU INDIRETA ATENDENDO AS NECESSIDADES DESTE MUNICÍPIO; SERPRA –

SERVIÇOS, PROJETOS E ASSESSORIA LTDA; ADITIVO DE PRAZO E VALOR GLOBAL R$ 54.000,00; VIGENCIA 22/10/2019 A 21/10/2020.

COORDENADORIA DE ADM
DECRETO N°. 3.644/2019

SÚMULA:

"REGULAMENTA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR SUPERAVIT FINANCEIRO DE EXECICIOS ANTERIORES CONFORME LEI AUTORIZATIVA NO VALOR DE R$ 1.000,00 (UM MIL REAIS) NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais com amparo na Lei 1692 de 10 de dezembro de 2018 e Lei 1770 de 20 de setembro de 2019 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica aberto créditos adicionais especial no valor de R$ 1. 000,00 (mil reais) na função programática e dotações orçamentárias correspondentes:

Quadro Detalhamento da Despesa	**Fonte**	***Valor R$***
10.001.0.605.0021.1017 – Aquisição Maquinário/Material Permanente		
4490.5200 – Equipamentos e Material Permanente	*03.00*	1. 000,00
TOTAL		***1. 000,00***

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã aos 23 dias do mês de setembro de 2.019

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ANDREIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Finanças

MAT

COORDENADORIA DE ADM
TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 110/2019

AO CONTRATO Nº 205/2015 REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA, AUXÍLIO NA SOLUÇÃO E ACOMPANHAMENTO DAS PENDÊNCIAS DE PROCESSOS PRIORITÁRIOS MUNICIPAIS JUNTO A ÓRGÃOS DO GOVERNO, CADASTRO E ACOMPANHAMENTO DOS PLEITOS DE INTERESSE DESTE MUNICÍPIO NOS SISTEMAS E PROGRAMAS DISPONIBILIZADOS, IDENTIFICAÇÃO E INFORMAÇÕES SOBRE ELABORAÇÃO DE NOVOS PLEITOS E PROTOCOLO DE PROCESSOS JUNTO AOS ÓRGÃOS ESTADUAIS E FEDERAIS, COM COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA ANTERIOR NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSESSORIA EM QUESTÃO PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DIRETA OU INDIRETA ATENDENDO AS NECESSIDADES DESTE MUNICÍPIO; SERPRA – SERVIÇOS, PROJETOS E ASSESSORIA LTDA; MOTIVO: ALTERAÇÃO DO DETALHAMENTO FUNCIONAL DE DESPESAS, EM SUBSTITUIÇÃO ÀQUELA PREVISTA NO INSTRUMENTO INICIAL, EM CONFORMIDADE COM A LEI ORÇAMENTARIA PARA O EXERCÍCIO DE 2019; EM 1º/10/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO

AVISO DE RESULTADO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N. 009/2019.

AVISO DE RESULTADO, ADJUDICAÇÃO

E HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N. 009/2019.

O Pregoeiro Oficial do município de Barão de Melgaço/MT, em cumprimento ao artigo 3º da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, torna público o resultado do procedimento licitatório Pregão n. 009/2019, que tem por objeto a **PREGÃO PRESENCIAL 009/2019**, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS HOSPITALARES NO HOSPITAL MUNICIPAL CHO NÉ, COM A REALIZAÇÃO DE PLANTÕES MÉDICOS, COM A PRESENÇA DE NO MÍNIMO UM PROFISSIONAL MÉDICO DURANTE A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, cujo certame teve como vencedora a empresa **LUIS GUILHERME VIEIRA BARROS-ME,** com o valor de R$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais) no Item 1 e R$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais) no Item 2, e por ter atendido a todos os requisitos do Pregão e apresentado a menor proposta de preços.

E com fundamento no inciso XX do artigo 4º, da Lei n. 10.520/2002, **ADJUDICA** o objeto da Licitação em favor da Licitante Vencedora **LUIS GUILHERME VIEIRA BARROS-ME.**

Barão de Melgaço - MT, 01 de outubro de 2019.

WILSON PRADO DE BARROS

Pregoeiro Oficial

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Barão de Melgaço, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, conferidas por meio da Lei Orgânica do Município e em cumprimento aos dispositivos legais supracitados e informações constante nos autos do **processo n. 027/2019**, **HOMOLOGA** o procedimento licitatório **PREGÃO PRESENCIAL n. 009/2019.**

Barão de Melgaço - MT, 01 de outubro de 2019.

ELVIO DE SOUZA QUEIROZ

Prefeito Municipal

ERRATA DE AVISO DE RESULTADO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N. 008/2019.

ONDE SE LÊ:

(...) REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS, PNEUS E ACESSÓRIOS ORIGINAIS E GENUÍNAS, PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS OFICIAIS PERTENCENTES À FROTA DO MUNICÍPIO DE BARÃO DE MELGAÇO-MT, MÁQUINAS, TRATORES, MOTOCICLETAS E BARCOS, ASSIM COMO AQUELES VEÍCULOS QUE VIEREM A SER INCORPORADOS AO PATRIMÔNIO NO PERÍODO DE VIGÊNCIA DESTA CONTRATAÇÃO...

LEIA-SE:

(...) REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS ORIGINAIS E GENUÍNAS, adicionar outraPARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS OFICIAIS PERTENCENTES À FROTA DO MUNICÍPIO DE BARÃO DE MELGAÇO-MT, MÁQUINAS, TRATORES, MOTOCICLETAS E BARCOS, ASSIM COMO AQUELES VEÍCULOS QUE VIEREM A SER INCORPORADOS AO PATRIMÔNIO NO PERÍODO DE VIGÊNCIA DESTA CONTRATAÇÃO...

Barão de Melgaço - MT, 01 de setembro de 2019.

WILSON PRADO DE BARROS

Pregoeiro Oficial

AVISO DE RESULTADO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N. 009/2019.

AVISO DE RESULTADO, ADJUDICAÇÃO

E HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N. 009/2019.

O Pregoeiro Oficial do município de Barão de Melgaço/MT, em cumprimento ao artigo 3º da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, torna público o resultado do procedimento licitatório Pregão n. 009/2019, que tem por objeto a **PREGÃO PRESENCIAL 009/2019**, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS HOSPITALARES NO HOSPITAL MUNICIPAL CHO NÉ, COM A REALIZAÇÃO DE PLANTÕES MÉDICOS, COM A PRESENÇA DE NO MÍNIMO UM PROFISSIONAL MÉDICO DURANTE A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, cujo certame teve como vencedora a empresa **LUIS GUILHERME VIEIRA BARROS-ME,** com o valor de R$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais) no Item 1 e R$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais) no Item 2, e por ter atendido a todos os requisitos do Pregão e apresentado a menor proposta de preços.

E com fundamento no inciso XX do artigo 4º, da Lei n. 10.520/2002, **ADJUDICA** o objeto da Licitação em favor da Licitante Vencedora **LUIS GUILHERME VIEIRA BARROS-ME.**

Barão de Melgaço - MT, 01 de outubro de 2019.

WILSON PRADO DE BARROS

Pregoeiro Oficial

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Barão de Melgaço, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, conferidas por meio da Lei Orgânica do Município e em cumprimento aos dispositivos legais supracitados e informações constante nos autos do **processo n. 027/2019**, **HOMOLOGA** o procedimento licitatório **PREGÃO PRESENCIAL n. 009/2019.**

Barão de Melgaço - MT, 01 de outubro de 2019.

ELVIO DE SOUZA QUEIROZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - DISPENSA 08/2019

(Dispensa de Licitação 08/2019 de 27 de Setembro de 2019)

Homologo a dispensa de licitação levada a efeito pela Comissão Permanente de Licitação, referente ao procedimento de Dispensa nº 08/2019, de 16 de Setembro de 2019, adjudicando o resultado em favor da empresa: **MH COMUNICAÇÃO VISUAL, INSCRITA CNPJ SOB N 27.801.234/0001-94, sediada na Av Marco Aurélio Fullin, nº 401, Centro Cep. 78.678-000, Município de Bom Jesus do Araguaia MT**, com valor global de **R$ *38.832,00 (Trinta e oito mil oitocentos e trinta e dois reais)*** autorizando a efetuar a Ordem de Serviço.

Bom Jesus do Araguaia, 27 de Setembro de 2019.

_____

RONALDO ROSA DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 060/2019

CONTRATO Nº 060/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA – MT.

CONTRATADA: MH COMUNICAÇÃO VISUAL

CNPJ: 27.801.234/0001-94

OBJETO:**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA A INSTALAÇÃO DE FORRO E DIVISÓRIAS EM MATERIAL PVC, PARA REFORMA DA NOVA SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA/MT, LOCALIZADA NA AVENIDA MARCOS AURÉLIO FULLIN, S/N, CENTRO, BOM JESUS DO ARAGUAIA/MT, PROJETO BASICO EM ANEXO**

VALOR: R$ 38.832,00 (Trinta e oito mil oitocentos e trinta e dois reais).

DATA: 27/09/2019

VIGÊNCIA: 27/11/2019 (60 DIAS).

_____

IVAN ABRANTES DOS SANTOS

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE
RETIFICAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL 2º QUADRIMESTRE

EDITAL DE PUBLICAÇÃO RGF 2º QUADRIMESTRE N° 019/2019

RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DO ANEXO I E VI DO RGF 2º QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2019

O Senhor Francis Maris Cruz, Prefeito Municipal de Cáceres do Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e em cumprimento ao Art. 48 da Lei 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, comunicamos que houve uma retificação dos anexo I e VI do Relatório de Gestão Fiscal - RGF do 2º Quadrimestre do Exercício de 2019 da Prefeitura Municipal de Cáceres - MT, encontra-se a disposição no site www.caceres.mt.gov.br, no link http://www.caceres.mt.gov.br/transparencia para apreciação dos cidadãos e instituições da sociedade, os quais poderão questionar-lhes a legitimidade, conforme anexos.

Cáceres – MT, 01 de outubro de 2019.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

SET/2018 A AGO/2019

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses) LIQUIDADAS												TOTAL (últimos 12 meses)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	SET/2018	OUT/2018	NOV/2018	DEZ/2018	JAN/2019	FEV/2019	MAR/2019	ABR/2019	MAI/2019	JUN/2019	JUL/2019	AGO/2019	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL(I)	8.951.512,01	9.970.375,22	9.448.832,00	13.299.897,27	9.278.338,48	9.332.059,61	9.605.406,81	9.927.937,70	10.110.304,99	10.066.019,36	10.100.908,15	9.653.889,97	119.745.481,57	6.928,80
Pessoal Ativo	7.830.641,58	8.226.954,94	7.915.258,32	11.798.014,26	7.819.591,15	8.053.334,43	8.035.086,08	8.441.481,75	8.283.034,40	8.494.129,97	8.586.347,05	8.433.664,91	101.917.538,84	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	7.007.568,69	7.085.404,03	7.079.836,90	9.772.930,77	6.933.709,16	7.159.408,47	7.044.758,98	7.359.423,49	7.176.406,30	7.382.057,24	7.489.938,59	7.311.741,95	88.803.184,57	0,00
Obrigações Patronais	819.912,15	799.664,27	832.636,07	1.508.866,43	702.700,70	739.458,27	801.800,39	881.910,14	877.105,25	886.387,45	889.457,75	901.070,77	10.640.969,64	0,00
Benefícios Previdênciários	3.160,74	341.886,64	2.785,35	516.217,06	183.181,29	154.467,69	188.526,71	200.148,12	229.522,85	225.685,28	206.950,71	220.852,19	2.473.384,63	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.081.637,99	1.091.544,63	1.165.444,41	1.123.519,75	1.160.343,88	1.199.753,78	1.204.182,23	1.149.295,36	1.199.429,80	1.253.266,28	1.173.448,13	1.220.225,06	14.022.091,30	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	973.526,44	981.823,13	1.049.916,23	1.015.180,03	1.028.103,89	1.078.015,29	1.079.676,91	1.025.352,15	1.070.506,36	1.110.468,98	1.041.611,64	1.097.465,39	12.551.646,44	0,00
Pensões	108.111,55	109.721,50	115.528,18	108.339,72	132.239,99	121.738,49	124.505,32	123.943,21	128.923,44	142.797,30	131.836,49	122.759,67	1.470.444,86	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§1º do art.	39.232,44	651.875,65	368.129,27	378.363,26	298.403,45	78.971,40	366.138,50	337.160,59	627.840,79	318.623,11	341.112,97	0,00	3.805.851,43	6.928,80
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§1º do art. 19 da LRF)	1.396.485,24	1.695.570,90	1.494.094,95	2.146.234,12	1.422.220,35	1.487.996,97	1.342.682,78	1.240.762,32	1.221.894,55	1.353.490,11	1.179.210,26	1.273.093,50	17.253.736,05	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	206.341,71	190.635,59	236.188,04	358.993,05	261.876,47	238.243,19	38.500,55	41.466,96	18.154,75	94.175,01	5.762,13	52.068,44	1.742.405,89	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	93.315,02	54.174,43	73.229,13	114.658,00	0,00	50.000,00	100.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	800,00	536.176,58	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.310,00	6.048,82	0,00	0,00	10.358,82	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.096.828,51	1.450.760,88	1.184.677,78	1.672.583,07	1.160.343,88	1.199.753,78	1.204.182,23	1.149.295,36	1.199.429,80	1.253.266,28	1.173.448,13	1.220.225,06	14.964.794,76	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	7.555.026,77	8.274.804,32	7.954.737,05	11.153.663,15	7.856.118,13	7.844.062,64	8.262.724,03	8.687.175,38	8.888.410,44	8.712.529,25	8.921.697,89	8.380.796,47	102.491.745,52	6.928,80

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	199.086.683,95	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais(V) (§13, art. 166 da CF)	0,00	
=RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	199.086.683,95	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	102.498.674,32	51,48
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	107.506.809,33	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	102.131.468,86	51,30
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	96.756.128,40	48,60

Nota:
1 - Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas.
Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64
2 - A Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores, nos termos do Art. 29-A da Constituição Federal

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.242], PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES Portaria Nº 389 de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO/2019 A AGOSTO/2019

LRF, art. 48 – Anexo 6 R$ 1

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR
Receita Corrente líquida	199.086.683,95
Receita Corrente líquida Ajustada	199.086.683,95

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	106.804.263,85	53,65
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	119.452.010,37	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	113.479.409,85	57,00
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	107.506.809,33	54,00

DÍVIDA CONSOLÍDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-5.535.813,31	-2,78
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	238.904.020,74	120,00

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	43.799.070,47	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	31.853.869,43	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	13.936.067,88	7,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ADITIVO Nº 196 ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO SETEMBRO 2019/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 001/2019

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **380**, firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214.145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, **LUZINETE JESUS DE OLIVEIRA TOLOMEU**, ora denominada contratante, e senhor(a) **FÁTIMA LAURA MENDES PORTO** denominado(a) contratado(a), no cargo de Professora para exercer sua função na E.M Fazendo Arte em substituição a servidora Doralice Maria Silva de Oliveira que está de atestado médico regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 27/09/2019 até 25/10/2019 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo seja preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 23 de Setembro de 2019

_____

_____

Luzinete Jesus de Oliveira Tolomeu

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____

RG Nº:_____

CPF Nº: _____

CPF Nº: _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ADITIVO Nº 194 ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO SETEMBRO 2019/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 001/2019

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **258**, firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214.145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, **LUZINETE JESUS DE OLIVEIRA TOLOMEU**, ora denominada contratante, e senhor(a) **ROSILENE DA SILVA CAMPOS** denominado(a) contratado(a), no cargo de Professora para exercer sua função na E.M Duque de Caxias em substituição a servidora Maira da Silva Figueiredo que estará usufruindo Férias regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 24/09/2019 até 08/10/2019 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo seja preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 17 de Setembro de 2019

_____

_____

Luzinete Jesus de Oliveira Tolomeu

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____

RG Nº:_____

CPF Nº: _____

CPF Nº: _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ADITIVO Nº 265 ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA DE SETEMBRO 2019/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 001/2019

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** no uso das suas atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Acrescentar a carga horária no contrato **nº 11,** por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, de **ROSANGELA FERREIRA DA SILVA ARAUJO,** Licenciada em Pedagogia, acréscimo de 20 horas/semanais no período de 04/09/2019 a 05/09/2019 para exercer suas funções na EM Santo Antônio do Caramujo, em substituição a servidora Simone Pereira da Silva Baleeiro que se encontra de atestado médico.

Cáceres, 05 de setembro de 2019

_____

_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Servidor (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ADITIVO Nº 279 ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA DE SETEMBRO 2019/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 001/2019

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** no uso das suas atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Acrescentar a carga horária no contrato **nº 123,** por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, de **JULIETA ANTONIA DA SILVA,**Licenciada em Pedagogia na E.M Buscando Saber, acréscimo de **20 horas/Semanais** no período de 19/09/2019 a 23/09/2019, em substituição a professora Neuza da Conceição Arruda que encontra se de atestado Médico.

Cáceres, 20 de Setembro de 2019

_____

_____

Luzinete Jesus de Oliveira Tolomeu

Servidor (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____

RG Nº:_____

CPF Nº: _____

CPF Nº: _____

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DE CÁCERES
PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº. 008/2019.
PORTARIA DE INSTAURAÇÃO Nº. 164 DE 24 DE ABRIL DE 2019
PARA APURAR SUPOSTOS PREJUÍZOS CAUSADOS NO ANDAMENTO DAS ATIVIDADES PEDAGÓGICAS E NO PLANO DE A

Lei Municipal nº. 25/1997

Art. 212 A comissão de inquérito exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da Administração.

Vistos e etc...

RELATÓRIO SUMÁRIO

1. DA SÍNTESE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Trata-se de Processo Administrativo Disciplinar nº. 008/2019, instaurado nos termos da Portaria nº. 164 de 24 de abril de 2019 em desfavor de 03 (três) servidores, dentre eles o servidor **Cláudio Cruz de Oliveira,** brasileiro, inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob nº 672.122.392-91 Carteira de Identidade de Registro Geral sob nº. 62464-6, residente e domiciliado à Rua Coronel Henrique Faria nº. 240, apartamento 02, bairro Maracanãzinho, admitido na data de 01/02/2018 para exercer o cargo de professor na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de Cáceres/MT.

O Processo Administrativo Disciplinar nº. 008/2019 tem como objeto apurar supostos prejuízos causados pelos servidores no andamento das atividades pedagógicas e no plano de ação do projeto Aviva Escola na Escola Municipal Dom Máximo Biennés.

A Portaria nº.164 de 24 de abril de 2019**,** veio instruído com os seguintes documentos elencados em *litteris.*

a) Ofício nº. 120/2019 da Escola Municipal Dom Máximo Biennés (fls.03).

b) Despachos administrativos (fls.04/05).

c) Parecer Técnico Jurídico (fls.06/10).

d) Ofício 04/2019 de repúdio, tendo como um dos signatários o servidor Cláudio Cruz de Oliveira (18/20).

e) Notificação nº.002/2019 endereçado a servidora Ana Paula Barbosa (fls.21).

f) Informação das Coordenadoras Pedagógica (fls.21.v).

g) Boletim de Ocorrência nº. 2019.125474 fls.22/23).

Em análise preliminar ao Processo Administrativo Disciplinar nº. 008/2019, a comissão de inquérito decidiu fazê-lo com **procedimento específico para cada caso**, **em observância ao princípio constitucional da individualização da pena previsto no artigo 5º, inciso XLVI**, deliberando conforme segue abaixo.

a) Realizar cópias reprográficas individualizando o processo para cada servidor.

b) Juntar nos autos de cada processo uma via desta Ata.

c) Solicitar junto à Secretaria Municipal de Administração a ficha cadastral e atestado funcional de cada servidor.

d) Solicitar da Secretaria Municipal de Educação cópia do projeto Aviva Escola e o nome da pessoa responsável pelo desenvolvimento desse projeto junto à escola municipal Dom Máximo Binnés.

e) Solicitar da Secretaria Municipal de Educação cópia do Plano de Cargos Carreira e Salários da Educação para os autos de cada servidor.

f) Solicitar da escola todas as evidencias dos prejuízos supostamente causados por cada servidor.

g) Solicitar da escola para os autos de cada servidor, cópia do Regimento Escolar para os autos de cada servidor.

h) Solicitar da escola para os autos de cada servidor, cópia do Projeto Político Pedagógico onde dispõe das atribuições e responsabilidades dos gestores e professores.

i)Solicitar da escola cópia de ficha de avaliação de cada um desses servidores desde a data de admissão.

j) Solicitar da escola o período de trabalho desses servidores, turma e números de alunos.

k) Solicitar da escola cópia da folha ponto desses servidores desde a data de admissão.

l) Notificar os servidores, encaminhando-lhes cópia na íntegra do Processo Administrativo Disciplinar **nº. 008/2019.**

2. DA NOTIFICAÇÃO E MANIFESTAÇÃO DO SERVIDOR.

Notificado o servidor às (fls.109) na data de 05/07/2019, apresentou resposta tempestivamente, juntado às (fls. 112/126) manifestando conforme segue abaixo.

2.1 DA PRIMEIRA MANIFESTAÇÃO.

2.1.1 Dos fatos

Ante a falta de indícios da materialidade evidenciando o suposto prejuízo causado ao Projeto Aviva Escola aplicado na escola Dom Máximo Biennés, jamais a Administração Pública poderia ter instaurado processo administrativo disciplinar em desfavor do Acusado, talvez somente eventual Sindicância.

(...).

Diante da carência de suporte probatório mínimo que deve lastrear toda e qualquer e qualquer ação disciplinar, porque a simples instauração de persecução disciplinar desprovida de justa causa, atingi o *status dignitatis* da pessoa imputada. Por isso, não se pode admitir a instauração de processos levianos, temerários, em um lastro mínimo de elementos de informação aptos para dar arrimo à acusação.

(...).

(...), somente o exercício irregular das atividades funcionais do servidor público, que desencadeie em descumprimentos a deveres ou inobservância a proibições, devidamente comprovados ou que existam pelo menos indícios de autoria e materialidade suficientes da infração disciplinar para a instauração de qualquer ação disciplinar.

(...)

A instauração de processos administrativos com acusações abstratas sem elementos de apoio, para a posteriori ser feita uma investigação na vida do servidor público, com o objetivo de apená-lo. Além de temerário, esse tipo de conduta merece o devido repúdio por parte do direito administrativo, que não admite desvios ou excesso de poder por parte da Administração Pública.

(...).

Falta de objeto é sinônimo de ausência de justa causa que é os indícios de autoria e a materialidade da infração disciplinar. Sendo certo que somente a irregularidade, recheada de elementos sólidos e plausíveis é que poderão ser investidos, sem que haja constrangimento ilegal da honra e da intimidade do servidor público. Isso porque o Estado tem uma supremacia especial sobre os seus agentes públicos, ele não pode iniciar um processo punitivo sem que ocorra uma justa causa, consubstanciadas em provas e fatos legítimos que indiquem o cometimento de uma infração disciplinar ou penal.

(...).

2.1.1.2. Do mérito das imputações.

(...)

Embora o defendente tenha assinado o Ofício 04/2019, datado de 22/04/2019, discordando com o Projeto Aviva na Escola exercido na Escola Dom Máximo Biennés, para os professores insurgentes, ferem os princípios da liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber, porque certos avaliadores diretos dos profissionais da Educação Básica não possuem graduação em pedagogia com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional ou títulos de mestrado ou doutorado nessa área e, principalmente, a falta de biblioteca adequada e

laboratório de mídias e tecnologias, bem como falta de materiais pedagógicos e etc.

(...).

O simples fato de os professores subscritarem o referido texto não se pode presumir que eles causaram prejuízos ao andamento das atividades pedagógicas e no plano de ação do Projeto Aviva Escola implementado na Escola Municipal Dom Máximo Biennés.

(...), não há absolutamente no texto e tampouco no contexto dos relatos evidencias de que os professores fizeram motim com o objetivo de causar atraso ou paralisação nas atividades pedagógicas e nas ações do Projeto Aviva Escola, mas há apenas evidência de um exercício regular de direito traduzido pela livre manifestação do pensamento e da liberdade de expressão pela discordância com o projeto que choca com a realidade do corpo docente e discente da Escola Dom Máximo Biennés, emitindo opiniões para o melhor funcionamento do projeto e, simultaneamente, reivindicar melhores condições de trabalho com a finalidade de almejar a excelência na qualidade social da educação.

(...) o Acusado é um servidor público municipal pontual, assíduo, cooperativo, proativo, interessado e responsável com todas as ações pedagógicas da escola, mantendo em dias o lançamento das faltas, notas e conteúdos no diário eletrônico(...), planos de aulas sempre foram conferidos e vistados pelas coordenadoras, planejamento anual e projetos bimestrais foram entregues em datas acordadas entre gestão e os discentes da escola, participando de todas as formações continuadas ministradas na Escola Dom Máximo Biennés, e sempre zelando pela aprendizagem e estabelecendo estratégicas de recuperação para alunos de menor rendimento.

(...), tanto a Direção e a Coordenação Pedagógica da Escola Dom Máximo Biennés, quanto os avaliadores da metodologia pedagógica do Projeto Aviva Escola todos tiveram acesso amplo aos planos de aulas, planejamento anual, projetos bimestrais e projeto de intervenção pedagógica e livre acesso a sala de aula do Acusado para que pudessem inspecionar, supervisionar e orientá-lo no método pedagógico.

O defendente sempre cumpriu, fielmente todas as responsabilidades do seu cargo, observando as rigorosas prescrições legais e regulamentares, tratando todo o público interno e externo da escola com respeito e urbanidade e obedecendo as ordens legais dos seus superiores hierárquicos.

A responsabilidade administrativa é pessoal devendo cada servidor público responder pelos seus atos na medida de sua culpabilidade. Portanto, diante da animosidade existente entre a Professora Ana Paula Barbosa com a direção da Escola Dom Máximo Biennés, será necessário o desmembramento dessa persecução disciplinar, retirando toda a documentação individual que se refere exclusivamente a conduta da servidora Ana Paula, em homenagem ao devido processo legal justo e imparcial.

(...), Requer.

I-Seja acolhida a preliminar de falta de justa causa para a instauração da portaria acusatória, declarando a anulação do processo desde do início (...).

II- No mérito que a comissão processante reconheça que os fatos narrados na portaria, evidentemente não constitui infração disciplinar, absolvendo sumariamente o acusado (...), as oitivas das testemunhas (...).

(...), anexo, (...).

(...).

2.1.2 DA SEGUNDA MANIFESTAÇÃO.

Mais uma vez o servidor manifesta nos seguintes termos, (fls.445/449).

(...)

Considerando que a comissão processante expediu o memorando nº. 068/2019-CPIAD, data de 05/07/2019, a equipe gestora da Escola Dom Máximo Biennés requisitando a juntada de documentos que pudessem comprovar o suposto prejuízo ocorrido no andamento do Projeto Aviva Escola.

Considerando o desinteresse da equipe gestora/direção da escola ou representante legal em apresentar as provas requeridas pela Comissão Processante cabe a ela certificar que a imputação é desprovida de acervo probatório decidindo prosseguir em ação disciplinar para conclusão do feito.

(...).

Considerando que no dia 22/08/2019, o acusado foi convocado pelo Estado de Mato grosso para tomar posse na SEDUC/MT no cargo de professor da Educação Básica Pedagogo a ser lotado no município de Primavera do Leste-MT.

Considerando que no dia04/09/2019, protocolou pedido de exoneração (Protocolo 13.109/2019), a contar do dia 05/09/2019, com finalidade de tomar posse no referido cargo público inacumulável, já tendo agendado na SEGEPES a posse para o dia 10/09/2019.

Considerando que o servidor que responder a processo administrativo Disciplinar só poderá ser exonerado do cargo a pedido, ou aposentado voluntariamente, após conclusão do processo e o cumprimento da penalidade, caso aplicada.

(...).

Considerando que as imputações atribuídas ao Acusado não são de natureza grave, as quais comportam exoneração do servidor a bem do serviço público, diante das provas pré-constituídas ofertados pelo Acusado na Resposta à Acusação comprovam que ele não causou nenhum tipo de prejuízos ao andamento das atividades pedagógicas e no plano de Ação do Projeto Aviva Escola. Muito pelo contrário (...).

(...).

Considerando caso em concreto não assiste razão para o acusado esperar o termino do processo que ainda se encontra na fase embrionária, sob pena do Acusado perder a nomeação e a posse no cargo almejado na SEDUC/MT.

Considerando que o acusado não concorreu para o retardamento da conclusão da ação disciplinar, a qual pelo lapso temporal já deveria estar na iminência de ser julgada pela autoridade disciplinadora.

Considerando que o acusado faz jus a exoneração a pedido para tomar posse no cargo de Professor Pedagogo da SEDUC/MT, a qual foi aprovado no concurso Público mais seleto da história do Estado de Mato Grosso.

(...).

2.1.3 Da terceira manifestação.

O servidor encaminha para a Comissão de Inquérito, Ofício nº. 05/2019 datado de 10/09/2019, protocolizado sob nº. 13.432, contendo anexo "Termo de compromisso" assinado pelos professores e demais servidores da Escola Municipal Dom Máximo Biennés. Totalizando 33 (trinta e três) assinaturas.

Vistos etc..

Pondera a Comissão.

3. DO ENTENDIMENTO DA COMISSÃODE INQUÉRITO.

3.1 Do ato processual.

O presente Processo Administrativo Disciplinar foi instaurado pela Secretária Municipal de Educação da Prefeitura de Cáceres/MT (fls.02), para apuração de supostos prejuízos causados nos andamentos das atividades

pedagógicas e ao Projeto Aviva Escola aplicado na Escola Municipal Dom Máximo Biennés pelos professores Ana Paula Barbosa, Cláudio Cruz de Oliveira e Lidiane Rosa de Arruda.

As denúncias foram realizadas pela diretora da Escola Municipal Dom Máximo Biennés, por meio do Ofício nº. 120/2019 (fls.02verso). Diante da denúncia, a Gestora da Pasta no cumprimento do dever estabelecido no Estatuto do Servidor Público Municipal (LC nº 25/1997), tomou as providencias necessárias conforme lecionado no artigo Art. 210 *in verbis.*

As denúncias sobre as irregularidades serão objeto de apuração, desde que contenham a identificação e o endereço do denunciante e sejam formulados por escrito, confirmada a autenticidade.

Conseguinte foi instaurado o Processo Administrativo Disciplinar, atendendo o disposto no mesmo diploma legal, artigo 209 descrito em *litteris.*

A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou inquérito administrativo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa.

Encaminhado para a Comissão de Inquérito, esta desenvolve suas atividades conforme dispõe a Lei Complementar nº. 25/1997, artigo 212 *in verbis*.

A comissão de inquérito exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da Administração.

Na análise do PAD, são garantidos ao servidor a ampla defesa e o contraditório com todos os meios de provas admitidas em direito, com vistas aos autos, com recebimento de notificações, intimações dos atos praticados pela Comissão, bem como recebimento de informações pertinentes ao Processo quando solicitado. Vejamos a Constituição Federal.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...).

LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.

(...).

A Lei Complementar nº. 25/1997 dispõe nos seguintes termos quanto a matéria.

Art. 238 Durante o transcorrer da instrução é assegurada a intervenção do acusado ou de seu defensor, constituído ou nomeado pela comissão.

3.2 Das deliberações.

De início a Comissão de Inquérito deliberou pela análise individual de cada caso, em atendimento ao Princípio Constitucional da individualização da pena previsto no artigo 5º, inciso XLVI, bem como deliberou por diligências e notificação ao servidor para conhecimento das denúncias e apresentação de respostas no prazo de 15 (quinze) dias úteis, recebendo cópia na integra do Processo.

Ou seja, não houve a citação do servidor, apenas notificação prévia, não ocorrendo nenhum ato indicatório por parte desta Comissão de Inquérito, motivada pela ausência de documentos comprobatórios dos prejuízos denunciados pela diretora da escola.

Pela mesma razão deliberou por diligências conforme registro em Ata nº. 005/2019 (fls.24/25). Ações ancoradas na Lei Especial (nº.25/1997) transcrita abaixo.

Art. 225. A comissão promoverá a tomada de depoimentos, acareações, investigações e diligências cabíveis, objetivando a coleta de provas, recorrendo, quando necessário, a técnicos e peritos de modo a permitir a completa elucidação dos fatos.

(...)

Art. 236 Durante o transcorrer do processo, o presidente poderá ordenar toda e qualquer diligência que se afigure conveniente ao esclarecimento dos fatos.

3.2.1 Do teor da declaração encaminhada pela escola.

A Declaração encaminhada pela Escola apresenta informações sobre o servidor nos seguintes termos *in verbis.*

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins legais e de direito que o professor Cláudio Crus de Oliveira participa de todas as Formações Continuadas promovidas por esta Unidade Escolar, cumpre sua carga horária, é assíduo é um bom professor, não tendo nada que desabone sua conduta, consta no Processo Administrativo nº. 008/2019, apenas por ter assinado um documento confeccionado pela professora Ana Paula Barbosa.

Nestes termos, datamos e assinamos a presente declaração.

Cáceres-MT, 05 de setembro de 2019.

Posterior a análise das respostas juntadas nos autos, a Comissão de Inquérito fortemente impulsionada pelas informações trazidas na Declaração descrita acima (fls.493), deliberou em Ata nº. 029/2019 ouvir previamente o servidor.

3.2.2 Da oitiva do servidor.

Perante esta Comissão de Inquérito o servidor declarou conforme segue.

Quanto a questão do Ofício 04/2019 datado de 22/04/2019, afirmo que assinei o documento conforme consta nos autos, porém esse ofício não foi elaborado por mim, não participei de sua elaboração, apenas assinei um documento pronto e acabado. O senhor leu o documento antes de assinar? Parte, não li todo, até porque o momento em que se deu a assinatura estava em euforia, em uma sala muito cheia.

O senhor afirma que foi a servidora Ana Paula que redigiu o Ofício nº 04/2019 conforme informado na Declaração da escola às (fls.493)? Sim, ela fez e ela trouxe para nós assinarmos. Quanto ao Ofício nº 04/2019, fazendo repudio, afirmando a não aceitação da consultoria do Projeto Aviva e colocando condições para desenvolvê-la e/ou aceitá-la? O senhor não desenvolveu em sua prática docente essas orientações vindas do Projeto Aviva? A nós professores nas reuniões de formação continuada nunca veio um representante do Projeto Aviva Escola para exposição do projeto e seu desenvolvimento. Tínhamos conhecimento através da representante da escola, passando algumas vezes nas reuniões a qual orientava sobre o projeto. E quanto ao teor desse ofício foi a livre manifestação do pensamento e também no sentido de opinar e sugerir uma discussão ampla com todos os envolvidos na escola no corpo docente para melhoria e aperfeiçoamento do próprio projeto. Dando sequência ao subscritar o ofício nº. 04/2019, não se pode presumir que causei prejuízo ao projeto e/ou atividades pedagógicas, em nenhum momento foi fato consumado da minha parte, não causei em nenhum momento prejuízo ao Projeto Aviva e as intervenções pedagógicas. Nesse sentido tanto a direção quanto a coordenação pedagógica e os avaliadores do Projeto Aviva Escola, todos tiveram acesso, um acesso amplo aos meus planos de aula, aos projetos de intervenções pedagógicas, planejamento anual e todo os planos de aulas foram vistados pelas coordenadoras e direção da escola. Em nenhum momento causei prejuízo informado pela escola no Ofício 120/2019, quanto ao ofício nº. 004/2019 em nenhum momento houve concretização da minha parte, tornando-se morto em seus efeitos, meu intuito na escola desde que tomei posse foi de zelar pelas minhas atribuições e deveres como profissional da educação.

3.3 DA ANÁLISE

De todo narrado e descrito acima, conclui-se que a denuncia realizada pela Gestora da Escola Municipal dom Máximo Biennés perdeu o objeto de análise, uma vez que a própria escola demonstrou em documento (fls.493) que o professor Cláudio Cruz de Oliveira não causou nenhum prejuízo nas atividades pedagógicas e nem na aplicabilidade do Projeto Aviva Escola instituído pela Secretaria Municipal de Educação na sua rede de ensino.

Declara a Escola "**que o professor Cláudio Crus de Oliveira participa de todas as Formações Continuadas promovidas pela Unidade Escolar, cumpre sua carga horária, é assíduo, é um bom professor, não tendo nada que desabone sua conduta, consta no Processo Administrativo nº. 008/2019, apenas por ter assinado um documento confeccionado pela professora Ana Paula Barbosa.".**

São asseverações que ratificam as evidencias acostadas nos autos, quanto a responsabilidade, profissionalismo e comprometimento do professor para com as atribuições do seu cargo nesta Prefeitura de Cáceres, desempenhando-o em conformidade com as exigências administrativa escolar, cumprindo com os deveres estabelecidos no Regimento e no Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Dom Máximo Biennés.

A instauração de Processo Administrativo Disciplinar reflete no contexto social do servidor, podendo trazer resultados danosos aqueles a quem se direciona. Razões que o objeto de denúncia deve ser evidenciado com documentos comprobatórios, com garantia da ampla defesa e o contraditório com produção de todas as provas admitidas em direito.

Neste Processo Administrativo Disciplinar o objeto da denúncia não foi evidenciado, não existindo razões para prosseguimento do feito, ficou demonstrado que o professor foi um dos signatários do Ofício 004/2019, porém jamais teve comportamento que pudessem consolidar os atos ponderados no mesmo. Permanecendo apenas no ato de assinar o documento, conforme afirmado pelo próprio servidor em sua oitiva (fls.504), "**tornando-se morto em seus efeitos".** Afirmando ainda que suas intenções era contribuir e jamais o de prejudicar a escola.

3.3.1 Da opinião e decisão da CPIAD.

Diante de toda a análise aos documentos acostados nos autos, esta Comissão de Inquérito opina pelo **ARQUIVAMENTO SUMÁRIO** do Processo Administrativo Disciplinar nº. 008/2019 instaurado pela Portaria nº. 164 de 24 de abril de 2019 em desfavor do servidor Cláudio Cruz de Oliveira, **pois, nada, absolutamente nada, foi comprovado ou demonstrado que o mesmo tivesse causados prejuízos na aplicação do Projeto Aviva Escola, ou, nos andamentos das atividades pedagógicas desenvolvidas na Escola Municipal Dom Máximo Biennés.**

Fortes razões que DECIDIMOS encaminhar o Processo Administrativo Disciplinar a Secretaria Municipal de Educação, autoridade instauradora para análise, homologação e julgamento, com fulcro nos termos do artigo 244 e 245 § 1º e § 2º da Lei Complementar nº. 25/97 que assim dispõe *in verbis*.

artigo 244.

O processo disciplinar, como o relatório da comissão, será remetido a autoridade que determinou a sua instauração para julgamento.

(...)

artigo 245.

(...)

§ 1º A decisão deverá conter a indicação dos motivos de fato e de direito em que se fundar.

§ 2º A autoridade julgadora decidirá a vista dos fatos apurados pela comissão, não ficando vinculada às conclusões do relatório.

Após julgamento, retorne os autos a esta Comissão de Inquérito para posteriores deliberações. Autua-se este Relatório. Certifica-se nos autos. Expeça-se com urgência.

Cáceres, 26 de setembro de 2019.

ODENISE JARA GOMES LENTE

Presidente da CPIAD

MARLON APARECIDO LUZ

Secretário da CPIAD

GIRLANE VIERA PEREIRA

Membra da CPIAD

JULGAMENTO.

Referente ao processo administrativo nº. 008/2019-Inquérito.

Memorando nº. 4.135 de 23/04/2019.

Do Objeto.

Trata-se de Processo Administrativo Disciplinar nº. 008/2019, instaurado nos termos da Portaria nº. 164 de 24 de abril de 2019 em desfavor de 03 (três) servidores, dentre eles o servidor Cláudio Cruz de Oliveira, com o objetivo de apurar supostos prejuízos causados pelos servidores no andamento das atividades pedagógicas e no plano de ação do projeto Aviva Escola na Escola M. Dom Máximo Biennés.

Da decisão desta Secretaria Municipal de Educação:

Considerando a opinião e decisão da Comissão de Inquérito Administrativo Disciplinar e de acordo com os itens analisados, adoto suas razões e seus fundamentos e julgo pelo arquivamento dos autos, pois absolutamente nada foi comprovado contra o servidor.

LUZINETE JESUS DE OLIVEIRA TOLOMEU.

Secretária Municipal de Educação.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DE CÁCERES LEI MUNICIPAL Nº. 25/1997 ART. 212 A COMISSÃO DE INQUÉRITO EXERCERÁ SUAS ATIVIDADES COM INDEPENDÊNCIA E IMPARCIALIDADE, ASSEGURADO O SIGILO NECESSÁRIO À ELUCIDAÇÃO DO FATO OU EXIGIDO PELO INTERESSE DA

Lei Municipal nº. 25/1997
Art. 212 A comissão de inquérito exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da Administração.

Vistos e etc...

RELATÓRIO SUMÁRIO

1. DA SÍNTESE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. Trata-se de Processo Administrativo Disciplinar nº. 008/2019, instaurado nos termos da Portaria nº. 164 de 24 de abril de 2019 em desfavor de 03 (três) servidores, dentre eles a servidora **Lidiane Rosa de Arruda,** brasileira, inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob nº 044.596.591-66 Carteira de Identidade de Registro Geral sob nº 247.523-12, residente e domiciliada à Rua Saldanha da Gama nº. 26 no bairro Santa Cruz, admitida na data de 01/02/2018 para exercer o cargo de professora na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de Cáceres/MT.

O Processo Administrativo Disciplinar nº. 008/2019 tem como objeto apurar supostos prejuízos causados pelos servidores no andamento das atividades pedagógicas e no plano de ação do projeto Aviva Escola na Escola Municipal Dom Máximo Biennés.

A Portaria nº.164 de 24 de abril de 2019veio instruído com os seguintes documentos elencados em *litteris.*

a) Ofício nº. 120/2019 da Escola Municipal Dom Máximo Biennés (fls.03).

b) Despachos administrativos (fls.04/05).

a) Parecer Técnico Jurídico (fls.06/10).

b) Ofício 04/2019 de repúdio, tendo como um dos signatários o servidor Cláudio Cruz de Oliveira (18/20).

c) Notificação nº. 002/2019 endereçado a servidora Ana Paula Barbosa (fls.21).

d) Informação das Coordenadoras Pedagógica (fls.21.v).

e) Boletim de Ocorrência nº. 2019.125474 (fls.22/23).

Em análise preliminar ao Processo Administrativo Disciplinar nº. 008/2019, a comissão de inquérito decidiu fazê-lo com **procedimento específico para cada caso**, **em observância ao princípio constitucional da individualização da pena previsto no artigo 5º, inciso XLVI**, deliberando conforme segue abaixo.

a) Realizar cópias reprográficas individualizando o processo para cada servidor.

b) Juntar nos autos de cada processo uma via desta Ata.

c) Solicitar junto à Secretaria Municipal de Administração a ficha cadastral e atestado funcional de cada servidor.

d) Solicitar da Secretaria Municipal de Educação cópia do projeto Aviva Escola e o nome da pessoa responsável pelo desenvolvimento desse projeto junto à escola municipal Dom Máximo Binnés.

e) Solicitar da Secretaria Municipal de Educação cópia do Plano de Cargos Carreira e Salários da Educação para os autos de cada servidor.

f) Solicitar da escola todas as evidencias dos prejuízos supostamente causados por cada servidor.

g) Solicitar da escola para os autos de cada servidor, cópia do Regimento Escolar para os autos de cada servidor.

h) Solicitar da escola para os autos de cada servidor, cópia do Projeto Político Pedagógico onde dispõe das atribuições e responsabilidades dos gestores e professores.

i)Solicitar da escola cópia de ficha de avaliação de cada um desses servidores desde a data de admissão.

j) Solicitar da escola o período de trabalho desses servidores, turma e números de alunos.

k) Solicitar da escola cópia da folha ponto desses servidores desde a data de admissão.

l) Notificar os servidores, encaminhando-lhes cópia na íntegra do Processo Administrativo Disciplinar **nº. 008/2019.**

2. DA NOTIFICAÇÃO E MANIFESTAÇÃO DA SERVIDORA.

Notificado à servidora às (fls.109) na data de 18/07/2019, apresentou resposta tempestivamente, juntado às (fls. 112/125) manifestando conforme segue abaixo.

2.1 MANIFESTAÇÃO.

2.1.1 Dos fatos

Ante a falta de indícios da materialidade evidenciando o suposto prejuízo causado ao "Projeto Aviva Escola" aplicado na escola Dom Máximo Biennés, jamais a Administração Pública poderia ter instaurado processo administrativo disciplinar em desfavor da Acusada, talvez somente eventual Sindicância.

(...).

Diante da ausência de suporte probatório mínimo que deve lastrear toda e qualquer e qualquer ação disciplinar, porque a simples instauração de persecução disciplinar desprovida de justa causa, atingi o *status dignitatis* da pessoa imputada. Por isso, não se pode admitir a instauração de processos levianos, temerários, sem um lastro mínimo de elementos de informação aptos para dar arrimo à acusação.

(...).

(...), somente o exercício irregular das atividades funcionais do servidor público, que desencadeie em descumprimentos a deveres ou inobservância a proibições, devidamente comprovados ou que existam pelo menos indícios de autoria e materialidade suficientes da infração disciplinar para a instauração de qualquer ação disciplinar.

(...).

A instauração de processos administrativos com acusações abstratas sem elementos de apoio, para a posteriori ser feita uma investigação na vida do servidor público, com o objetivo de apená-lo. Além de temerário, esse tipo de conduta merece o devido repúdio por parte do direito administrativo, que não admite desvios ou excesso de poder por parte da Administração Pública.

(...).

Falta de objeto é sinônimo de ausência de justa causa que é os indícios de autoria e a materialidade da infração disciplinar. Sendo certo que somente a irregularidade, recheada de elementos sólidos e plausíveis é que poderão ser investidos, sem que haja constrangimento ilegal da honra e da intimidade do servidor público. Isso porque o Estado tem uma supremacia especial sobre os seus agentes públicos, ele não pode iniciar um processo punitivo sem que ocorra uma justa causa, consubstanciadas em provas e fatos legítimos que indiquem o cometimento de uma infração disciplinar ou penal.

(...).

2.1.2. Do mérito das imputações.

(...)

Embora a defendente tenha assinado o Ofício 04/2019, datado de 22/04/2019, discordando com o Projeto Aviva Escola aplicado na Escola Dom Máximo Biennés, para os professores insurgentes, ferem os princípios da liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber, porque certos avaliadores diretos dos profissionais da Educação Básica não possuem graduação em pedagogia com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional ou títulos de mestrado ou doutorado nessa área e, principalmente a falta de condições de trabalho pela estrutura deficitárias de sala de aula, falta de biblioteca e laboratório de mídias e tecnologias, bem como falta de materiais pedagógicos e etc.

(...).

O simples fato de os professores subscritarem o referido texto não se pode presumir que eles causaram prejuízos ao andamento das atividades pedagógicas e no plano de ação do Projeto Aviva Escola implementado na Escola Municipal Dom Máximo Biennés.

(...), não há absolutamente no texto e tampouco no contexto dos relatos evidencias de que os professores fizeram motim com o objetivo de causar atraso ou paralisação.

nas atividades pedagógicas e nas ações do Projeto Aviva Escola, mas há apenas evidência de um exercício regular de direito traduzido pela livre manifestação do pensamento e da liberdade de expressão pela discordância com o projeto que choca com a realidade do corpo docente e discente da Escola Dom Máximo Biennés, emitindo opiniões para o melhor funcionamento do projeto e, simultaneamente, reivindicar melhores condições de trabalho com a finalidade de almejar a excelência na qualidade social da educação.

(...) a Acusado é um servidor público municipal pontual, assídua, cooperativa, proativa, interessada e responsável com todas as ações pedagógicas da escola, mantendo em dias o lançamento das atividades diário eletrônico participando de toda formação continuada ministrada na Escola Dom Máximo Biennés.

(...), tanto a Direção e a Coordenação Pedagógica da Escola Dom Máximo Biennés, quanto os avaliadores da metodologia pedagógica do Projeto Aviva Escola todos tiveram acesso amplo aos planos de aulas, planejamento anual, projetos bimestrais e projeto de intervenção pedagógica e livre acesso a sala de aula da Acusada para que pudessem inspecionar, supervisionar e orientá-lo no método pedagógico.

A defendente sempre cumpriu, fielmente, todas as responsabilidades do seu cargo, observando as rigorosas prescrições legais e regulamentares, tratando todo o público interno e externo da escola com respeito e urbanidade e obedecendo as ordens legais dos seus superiores hierárquicos.

(...), Requer.

I-Seja acolhida a preliminar de falta de justa causa para a instauração da portaria acusatória, declarando a anulação do processo desde o início (...).

II- No mérito que a comissão processante reconheça que os fatos narrados na portaria, evidentemente não constitui infração disciplinar, absolvendo sumariamente a acusada (...), anexo, (...).

(...).

Vistos etc..

Pondera a Comissão.

3. DO ENTENDIMENTO DA COMISSÃODE INQUÉRITO.

3.1 Do ato processual.

O presente Processo Administrativo Disciplinar foi instaurado pela Secretária Municipal de Educação da Prefeitura de Cáceres/MT (fls. 02), para apuração de supostos prejuízos causados pelos professores Ana Paula Barbosa, Cláudio Cruz de Oliveira e Lidiane Rosa de Arruda, nos andamentos das atividades pedagógicas e ao Projeto Aviva Escola aplicado na Escola Municipal Dom Máximo Biennés.

As denúncias foram realizadas pela diretora da Escola Municipal Dom Máximo Biennés, por meio do Ofício nº. 120/2019 (fls.02verso), em ato contínuo a Gestora da Pasta, tomou providencias necessárias conforme lecionado na Lei Complementar nº. 25/1997, artigo Art. 210, *in verbis.*

As denúncias sobre as irregularidades serão objeto de apuração, desde que contenham a identificação e o endereço do denunciante e sejam formulados por escrito, confirmada a autenticidade.

Conseguinte foi instaurado o Processo Administrativo Disciplinar, atendendo o disposto no mesmo diploma legal, artigo 209 descrito em *litteris.*

A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou inquérito administrativo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa.

Encaminhado para a Comissão de Inquérito, esta desenvolve os trabalhos conforme estabelecido na Lei Complementar nº. 25/1997, artigo 212 *in verbis*.

A comissão de inquérito exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da Administração.

Na análise do PAD, são garantidos ao servidor a ampla defesa e o contraditório com todos os meios de provas admitidas em direito, com vistas aos autos, com recebimento de notificações, intimações de todos os atos praticados pela Comissão, bem como recebimento de informações pertinentes ao Processo quando solicitado. Vejamos a garantia estabelecida Constituição Federal em *litteris.*

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...).

LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.

(...).

Quanto a matéria, a Lei Complementar nº. 25/1997 leciona nos seguintes termos.

Art. 238 Durante o transcorrer da instrução é assegurada a intervenção do acusado ou de seu defensor, constituído ou nomeado pela comissão.

3.2 Das deliberações.

De início a Comissão de Inquérito deliberou pela análise individual de cada caso, em atendimento ao Princípio Constitucional da individualização da pena previsto no artigo 5º, inciso XLVI, bem como deliberou por diligências e notificação a servidora para conhecimento das denúncias e apresentação de respostas no prazo de 15 (quinze) dias úteis, recebendo cópia na integra do Processo.

Não houve citação da servidora, bem como anterior a sua notificação os autos já haviam sido individualizados. Dessa maneira não houve ato indiciatório por parte desta Comissão de Inquérito, não ocorrendo acusações à servidora, apenas denúncias administrativas.

Em análise preliminar às denúncias, constatou-se ausências de documentos comprobatórios dos prejuízos denunciados pela diretora da Escola Municipal Dom Máximo Biennés, razões que foi deliberado realização de diligências, como registrado em Ata nº. 005/2019 (fls.24/25). Ações ancoradas na Lei Especial (nº. 25/1997) transcrita abaixo.

Art. 225. A comissão promoverá a tomada de depoimentos, acareações, investigações e diligências cabíveis, objetivando a coleta de provas, recorrendo, quando necessário, a técnicos e peritos de modo a permitir a completa elucidação dos fatos.

(...)

Art. 236 Durante o transcorrer do processo, o presidente poderá ordenar toda e qualquer diligência que se afigure conveniente ao esclarecimento dos fatos.

3.2.1 Da declaração encaminhada pela escola.

A Declaração encaminhada pela Escola apresenta informações sobre a servidora nos seguintes termos *in verbis.*

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins legais e de direito que a professora Lidiane Rosa de Arruda participa de todas as Formações Continuadas promovidas por esta Unidade Escolar, cumpre sua carga horária, é assídua é uma boa professora, não tendo nada que desabone sua conduta, consta no Processo Administrativo nº. 008/2019, apenas por ter assinado um documento confeccionado pela professora Ana Paula Barbosa.

Nestes termos, datamos e assinamos a presente declaração.

Cáceres-MT, 05 de setembro de 2019.

Posterior à análise dos documentos juntados nos autos, a Comissão de Inquérito fortemente impulsionada pelas informações trazidas na Declaração descrita acima (fls.216), deliberou em Ata nº. 028/2019 ouvir previamente a servidora.

3.2.2 Da oitiva da servidora.

Perante esta Comissão de Inquérito a servidora declarou conforme segue.

De fato foi um documento que assinei, mais não redigi e não tive nenhum intuito de prejudicar a escola, onde foi proposto por todos os professores uma discussão sobre o Projeto Aviva. Fazemos nesse documento questionamentos e não afirmações, baseado na liberdade

da livre manifestação do pensamento. O Projeto Aviva apresentado pela SME foi aplicado na minha prática docente conforme orientações das responsáveis pelo Projeto, orientações realizadas aos sábados por meio de palestras promovidas pela Secretaria Municipal de Educação. Perguntado quem foi a pessoa que redigiu o documento, a servidora fica em silêncio. Perguntado se a servidora tem algo mais a acrescentar responde que. Nunca tive a intenção de prejudicar a escola onde estou trabalhando e desenvolvendo minhas atividades. Perguntado se a servidora leu o documento que assinou responde. Sim. Então a senhora está de acordo com os termos postos no Ofício nº. 004/2019, que afirma evidenciar repulsa ao absurdo que é a Aviva a qual estabelece controle e fiscalização das práticas pedagógicas? Fica em silêncio? Nesse mesmo documento quando a senhora afirma que não aceita a consultoria e muito menos as determinações e diretrizes da mesma? A Senhora tem desenvolvido em sua prática docente as normativas do Projeto Aviva? Ou recusa aceitar e/ou desenvolvê-la em sua prática docente? Tudo que foi proposto foi desenvolvido em minha sala de aula, não há indícios que comprove contrário. Dessas afirmativas no Ofício nº. 004/2019, dos repúdios de não aceitação e condições as Propostas encaminhada pela Secretaria de Educação no Projeto Aviva, são fatos concretizados na sua prática docente como servidora desta Prefeitura de Cáceres? Ou ficou apenas em termos escritos nesse ofício? A servidora responde. Em nenhum momento foi fato, a minha intenção foi levantar questionamentos para melhorar e aperfeiçoar o Projeto Aviva, durante as palestras eu conversava com outros colegas e essas informavam que nas escolas que trabalhavam havia feito reuniões e informações sobre o projeto, e, na escola onde trabalho nunca foi proposto reunião ou até mesmo uma conversa informal sobre o Projeto Aviva com os professores e as pessoas responsáveis pelo Projeto na SME, pois na escola tínhamos informações repassadas pela Coordenação Pedagógica e Direção Escolar. Reafirmo a minha defesa em jus a verdade, eu afirmo que nunca agi ou tive quaisquer comportamentos que desabone minha conduta ou prática pedagógica, enquanto professora e membro desta unidade escolar.

3.3 DA ANÁLISE

Conclui-se que a denúncia realizada pela Gestora da Escola Municipal dom Máximo Biennés perdeu o objeto de análise, uma vez que a própria escola demonstrou em declaração (fls.216) que a professora Lidiane Rosa de Arruda não causou nenhum prejuízo nas atividades pedagógicas e nem na aplicabilidade do Projeto Aviva Escola instituído pela Secretaria Municipal de Educação na sua rede de ensino.

Declara a Escola "**que a professora Lidiane Rosa de Arruda participa de todas as Formações Continuadas promovidas pela Unidade Escolar, cumpre sua carga horária, é assídua, é uma boa professora, não tendo nada que desabone sua conduta, consta no Processo Administrativo nº. 008/2019, apenas por ter assinado um documento confeccionado pela professora Ana Paula Barbosa.".**

São asseverações que ratificam as evidencias acostadas nos autos, quanto à responsabilidade, profissionalismo e comprometimento da professora para com as atribuições do seu cargo nesta Prefeitura de Cáceres, desempenhando-o em conformidade com as exigências administrativa escolar, cumprindo com os deveres estabelecidos no Regimento e no Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Dom Máximo Biennés.

A instauração de Processo Administrativo Disciplinar reflete no contexto social do servidor, podendo trazer resultados danosos aqueles a quem se direciona. Razões que o objeto de denúncia deve ser evidenciado com documentos comprobatórios, com garantia da ampla defesa e o contraditório com produção de todas as provas admitidas em direito.

Neste Processo Administrativo Disciplinar o objeto da denúncia não foi evidenciado, não existindo razões para prosseguimento do feito, ficou demonstrado preliminarmente que a professora foi uma das signatárias do Ofício 004/2019, porém jamais teve comportamento que pudessem consolidar os atos ponderados no mesmo. Permanecendo apenas no ato de assinar o documento, conforme afirmado pela própria servidora em sua oitiva (fls.222), "**De fato foi um documento que assinei, mais não redigi e não tive nenhum intuito de prejudicar a escola".** Afirmando ainda que sua intenção foi de levantar questionamentos, jamais de prejudicar a escola.

3.3.1 Da opinião e decisão da CPIAD.

Diante de toda a análise aos documentos acostados nos autos, esta Comissão de Inquérito **opina pelo ARQUIVAMENTO SUMÁRIO** do Processo Administrativo Disciplinar nº. 008/2019 instaurado pela Portaria nº. 164 de 24 de abril de 2019 em desfavor da servidora Lidiane Rosa de Arruda, **pois, sobre os supostos prejuízos causados na aplicação do Projeto Aviva Escola, ou, nos andamentos das atividades pedagógicas desenvolvidas na Escola Municipal Dom Máximo Biennés, nada, absolutamente nada, foi comprovado ou demonstrado nos autos.**

Fortes razões que **DECIDIMOS** encaminhar o Processo Administrativo Disciplinar a Secretaria Municipal de Educação, autoridade instauradora, para análise, homologação e julgamento, com fulcro nos termos do artigo 244 e 245 § 1º 1 § 2º da Lei Complementar nº. 25/97 que assim dispõe *in verbis*.

artigo 244.

O processo disciplinar, como o relatório da comissão, será remetido a autoridade que determinou a sua instauração para julgamento.

(...)

artigo 245.

(...)

§ 1º A decisão deverá conter a indicação dos motivos de fato e de direito em que se fundar.

§ 2º A autoridade julgadora decidirá a vista dos fatos apurados pela comissão, não ficando vinculada às conclusões do relatório.

Após julgamento, retorne os autos a esta Comissão de Inquérito para posteriores deliberações. Autua-se. Certifica-se nos autos. Expeça-se com urgência.

Cáceres, 27 de setembro de 2019.

ODENISE JARA GOMES LENTE

Presidente da CPIAD

MARLON APARECIDO LUZ

Secretário da CPIAD

GIRLANE VIERA PEREIRA

Membra da CPIAD.

JULGAMENTO.

Referente ao processo administrativo nº. 008/2019-Inquérito.

Memorando nº. 4.135 de 23/04/2019.

Do Objeto.

Trata-se de Processo Administrativo Disciplinar nº. 008/2019, instaurado nos termos da Portaria nº. 164 de 24 de abril de 2019 em desfavor de 03 (três) servidores, dentre eles a Sra. Lidiane Rosa de Arruda, com o objetivo de apurar supostos prejuízos causados pelos servidores no andamento das atividades pedagógicas e no plano de ação do projeto Aviva Escola na Escola M. Dom Máximo Biennés.

Da decisão desta Secretaria Municipal de Educação:

Considerando a opinião e decisão da Comissão de Inquérito Administrativo Disciplinar e de acordo com os itens analisados, adoto suas razões e

seus fundamentos e julgo pelo arquivamento dos autos, pois absolutamente nada foi comprovado contra a servidora.

LUZINETE JESUS DE OLIVEIRA TOLOMEU.

Secretária Municipal de Educação.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ADITIVO Nº 288 ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA DE SETEMBRO 2019/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 001/2019

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** no uso das suas atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Acrescentar a carga horária no contrato **nº 123,** por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, de **JULIETA ANTONIA DA SILVA,**Licenciada em Pedagogia na E.M Tancredo Neves, acréscimo de **20 horas/Semanais** no período de 24/09/2019 a 07/10/2019, em substituição a professora Lucinalda Carneiro Lima que encontra se de atestado Médico.

Cáceres, 25 de Setembro de 2019

_____
_____

Luzinete Jesus de Oliveira Tolomeu

Servidor (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____

RG Nº:_____

CPF Nº: _____

CPF Nº: _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ADITIVO Nº 263 ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA DE SETEMBRO 2019/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 001/2019

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** no uso das suas atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Acrescentar a carga horária no contrato **nº 299,** por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, de **VANILZA CARVALHO DE MELO,** Licenciada em Pedagogia para exercer suas funções na E.M Santo Antônio do Caramujo, acréscimo de 20 horas/semanais no período de 29/08/2019 a 04/09/2019, em substituição a professora Luciléia Correa Carvalho que encontra se de atestado médico.

Cáceres, 03 de Setembro de 2019

_____
_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Servidor (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

DECRETO Nº. 594 DE 25 DE SETEMBRO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e a **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições, que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e** o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Memorando nº 23916 de 24 de setembro de 2019,

RESOLVEM:

Art.1º Exonerar a servidora **ELIETE DA SILVA** – Professora, do cargo em Comissão de Coordenadora de Administração Escolar, da Secretaria de Educação concebido através do Decreto nº 197 de 03 de abril de 2019, do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de outubro de 2019.

Art.2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 25 de setembro de 2019.

LUZINETE JESUS DE OLIVEIRA TOLOMEU

Secretária Municipal de Educação

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

Afixado em: 25.09.19.

DECRETO Nº.595 DE 25 DE SETEMBRO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e a **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso das atribuições, que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e** o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta submetido ao memorando sob nº 23219 de 18 de setembro de 2019,

RESOLVEM:

Art.1º Nomear a senhora **MICHELLE GUEDES DE SOUZA,** para responder pela Gerência Ambiental da Secretaria de Saúde em substituição a titular **JESENIA LOPEZ PARABA**, que estará em gozo de férias pelo período de 10 de setembro a 09 de outubro de 2019.

Art.2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 25 de setembro de 2019.

SILVANA MARIA DE SOUZA

Secretária Municipal de Saúde

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

Afixado em: 25.09.19.

DECRETO Nº. 602, DE 30/09/2019.

Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE ESTADO DE MATO GROSSO, no uso e gozo de suas legais atribuições e de acordo com a Lei N.º 2.720/2018.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar nos termos do item III, parágrafo primeiro do Art. 43 da Lei n.º 4.320 de 17 de março de 1964, no valor de R$111.500,00 distribuídos as seguintes dotações:

02 06 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

196 10.301.1002.1223.0000 CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE UNIDADE DE SAUDE - ATENÇÃO BASICA 94.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. Grupo: 1.02

02 08 01 SEC. MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGISTICA

1238 15.451.1007.2078.0000 MANUT ENC E MELHORAMENTO DE VIAS E INFRA-ESTRUTUTA URBANA 15.000,00

3.1.90.16.00 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL F.R. Grupo: 1.00

02 12 02 FUNDO MUNCIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

826 08.243.1009.2195.0000 MAN E ENC C/AS ACOES ESTRATEGICAS DO PETI 1.500,00

3.3.90.14.00 DIÁRIAS - CIVIL F.R. Grupo: 1.29

1279 08.244.1009.2239.0000 SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 1.000,00

3.3.90.14.00 DIÁRIAS - CIVIL F.R. Grupo: 1.29

Art. 2º - Para cumprimento do artigo anterior e de acordo com o art. 43, parágrafo 1º inciso III da Lei Federal nº 4.320/64 ficam parcialmente anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

02 06 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

218 10.301.1002.2029.0000MANUT. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DAS UNIDADES BASICAS DE SAUDE - UBS -94.000,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. Grupo: 1.02

02 08 01 SEC. MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGISTICA

574 15.451.1007.2078.0000MANUT ENC E MELHORAMENTO DE VIAS E INFRA-ESTRUTUTA URBANA -15.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. Grupo: 1.00

02 12 02 FUNDO MUNCIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

898 08.244.1009.2239.0000SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -2.500,00

3.3.90.33.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO F.R. Grupo: 1.29

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES-MT, 30 DE SETEMBRO DE 2019.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito de Cáceres

DECRETO Nº.603, DE 30/09/2019.

Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE ESTADO DE MATO GROSSO, no uso e gozo de suas legais atribuições e de acordo com a Lei N.º 2.726/2019.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto o Crédito adicional Suplementar nos termos do item III, parágrafo primeiro do Art. 43 da Lei n.º 4.320 de 17 de março de 1964, mediante anulação parcial e/ou total da (s) seguinte (s) dotação (ões) orçamentária(s) no valor de R$638.876,00 distribuídos as seguintes dotações:

02 06 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

196 10.301.1002.1223.0000 CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE UNIDADE DE SAUDE - ATENÇÃO BASICA 430.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. Grupo: 1.02

02 07 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

407 12.122.1004.2058.0000 MANUT E ENC A/AS ATIVIDADES DA SME 40.963,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 1.01

02 07 02 COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

452 12.361.1004.2061.0000 MANUT E ENC C/AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL 106.681,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 1.01

500 12.365.1004.2064.0000 MANUT C/AS ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL 61.232,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 1.01

Art. 2º - Para cumprimento do artigo anterior e de acordo com o art. 43, parágrafo 1º inciso III da Lei Federal nº 4.320/64 ficam parcialmente anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

02 06 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

287 10.302.1002.2047.0000CONTRIBUIÇÃO AO CISOMT-CONSÓRCIO INTERMUN SAÚDE DE MATO GROSSO -280.000,00

3.1.71.70.00 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO F.R. Grupo: 1.02

288 10.302.1002.2047.0000CONTRIBUIÇÃO AO CISOMT-CONSÓRCIO INTERMUN SAÚDE DE MATO GROSSO -150.000,00

3.3.71.70.00 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO F.R. Grupo: 1.02

02 07 02 COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

440 12.361.1004.1075.0000REFORMA, AMPLIACAO OU ADEQUACAO DE UNIDADES ESCOLARES - EF -208.876,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. Grupo: 1.01

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES-MT, 30 DE SETEMBRO DE 2019.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito de Cáceres

PORTARIA Nº 407 DE 25 DE SETEMBRO DE 2019.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta nos memorandos sob nº 24040, de 25 de setembro de 2019,

RESOLVE:

Art.1º Designar o servidor **RAFAEL OLIVEIRA LAIA,** lotado na Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, como responsável pela fiscalização e controle do contrato relacionado abaixo.

Nº	Contratado	Objeto	Data Assinatura Contrato	Vigência
162/19	**BRAVO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA EPP**	Registro de preço para contratação de empresa especializada em prestação de serviços em locação de estrutura geral para atender às necessidades dos projetos da secretaria de Turismo e Cultura – SMTC (241º aniversário da cidade de Cáceres 2019, 10º natal de luzes 2019, paixão de cristo 2020, 39º Festival Internacional de Pesca Esportiva de Cáceres/MT – Fipe 2020 e 242º aniversário da cidade de Cáceres 2020.	17.09.19	12 meses
163/19	**BASSIQUE COMÉRCIO E SERVIÇOS DE LOCAÇÃO LTDA ME**	Registro de preço para contratação de empresa especializada em prestação de serviços em locação de estrutura geral para atender às necessidades dos projetos da secretaria de Turismo e Cultura – SMTC (241º aniversário da cidade de Cáceres 2019, 10º natal de luzes 2019, paixão de cristo 2020, 39º Festival Internacional de Pesca Esportiva de Cáceres/MT – Fipe 2020 e 242º aniversário da cidade de Cáceres 2020.	17.09.19	12 meses
164/19	**OPÇÃO LOCAÇÃO E COMÉRCIO DE SOM E LUZ LTDA EPP**	Registro de preço para contratação de empresa especializada em prestação de serviços em locação de estrutura geral para atender às necessidades dos projetos da secretaria de Turismo e Cultura – SMTC (241º aniversário da cidade de Cáceres 2019, 10º natal de luzes 2019, paixão de cristo 2020, 39º Festival Internacional de Pesca Esportiva de Cáceres/MT – Fipe 2020 e 242º aniversário da cidade de Cáceres 2020.	17.09.19	12 meses
165/19	**SETTE LOCAÇÃO DE SOM, LUZ E PALCO**	Registro de preço para contratação de empresa especializada em prestação de serviços em locação de estrutura geral para atender às necessidades dos projetos da secretaria de Turismo e Cultura – SMTC (241º aniversário da cidade de Cáceres 2019, 10º natal de luzes 2019, paixão de cristo 2020, 39º Festival Internacional de Pesca Esportiva de Cáceres/MT – Fipe 2020 e 242º aniversário da cidade de Cáceres 2020.	17.09.19	12 meses

§ 1º O servidor acima designado deverá acompanhar e fiscalizar a execução dos Contratos, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria de Turismo e Cultura e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência do servidor responsável pela fiscalização, deverão ser repassados ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação

Prefeitura Municipal de Cáceres, 25 de setembro de 2019.

JUNIOR CEZAR DIAS TRINDADE

Secretário Municipal de Turismo e Cultura

Afixado em: 25.09.19.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ADITIVO Nº 198 ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO SETEMBRO 2019/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 001/2019

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **258**, firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214.145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, **LUZINETE JESUS DE OLIVEIRA TOLOMEU**, ora denominada contratante, e senhor(a) **ROSILENE DA SILVA CAMPOS** denominado(a) contratado(a), no cargo de Professora para exercer sua função na E.M Madre Maria Estevão em substituição a servidora Liamara Rodrigues da Silva, que está na Gestão Escolar regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 09/10/2019 até 19/12/2019 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo seja preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 24 de Setembro de 2019

_____

_____

Luzinete Jesus de Oliveira Tolomeu

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____

RG Nº:_____

CPF Nº: _____

CPF Nº: _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

LICITAÇÕES E CONTRATOS
RETIFICAÇÃO DE EDITAL DA TOMADA DE PREÇO Nº 06/2019.

RETIFICAÇÃO DE EDITAL DA TOMADA DE PREÇO Nº 06/2019.

A Prefeitura Municipal de Campinápolis – MT, por meio da Comissão Permanente de Licitação, torna pública a RETIFICAÇÃO do Edital da Tomada de Preço nº 06/2019, quanto a inconsistências editalícias. Informações Fone: (66) 3437-1992. Campinápolis – MT. Retificação completo: http://www.campinapolis.mt.gov.br

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº. 8465 DE 01 DE OUTUBRO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA **VALQUIRIA PIRES CARDOSO** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o teor da licença maternidade,

RESOLVE: I – Exonerar a servidora VALQUIRIA PIRES CARDOSO que exercia suas funções de técnico de enfermagem junto a SECRETARIA MUNICIPAL SAÚDE, desta Prefeitura Municipal.

II - Revogar a Portaria de nº 7122 de 15 de fevereiro de 2017.

III - Esta portaria entra em vigor na data de 01 de outubro de 2019, revogadas as disposições em contrário,

Cumpra-se e Publique-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 01 de outubro de 2019.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº. 8464 DE 01 DE OUTUBRO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA **DEYSE LARA DE CARVALHO FARIA** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o teor do requerimento da servidora datado de 26 de setembro de 2019.

RESOLVE: I – Exonerar a servidora DEYSE LARA DE CARVALHO FARIA que exercia suas funções junto a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, desta Prefeitura Municipal.

II - Revogar em partes a Portaria de nº 8391 de 01 de agosto de 2019.

III - Esta portaria entra em vigor na data de 01 de outubro de 2019, revogadas as disposições em contrário,

Cumpra-se e Publique-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 01 de outubro de 2019.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
LEI N° 1.254 DE 01 DE OUTUBRO DE 2019.

LEI N° 1.254 DE 01 DE OUTUBRO DE 2019.

"***Dispõe sobre a concessão e fixação de valores de diárias a serem concedidas aos agentes públicos no âmbito da Administração Pública Municipal de Campinápolis e dá outras providências."***

JEOVAN FARIA, Prefeito Municipal de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que à Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Os Agentes Públicos vinculados à Administração Pública Municipal que se deslocarem a serviço, da sede do município onde exerce suas atribuições para outra localidade do território nacional fará jus à percepção de diárias segundo as disposições desta Lei, nos termos já previstos nos artigos 54, inc. II, 61, 63 e 175 da Lei Complementar Municipal n° 001/1993.

§ 1º. A diária será concedida por dia de afastamento, sendo devida pela metade quando o deslocamento não exigir pernoite fora da sede do Município.

§ 2°. Os valores das diárias a serem concedidas estão disciplinados no quadro constante do ANEXO I, parte integrante desta Lei.

§ 3°. As despesas custeadas com a diária de viagem incluem hospedagem, alimentação, lavanderia, locomoção, e outras correlatas.

Art. 2º - São competentes para autorizar a concessão de diária e o uso do meio de transporte a ser utilizado na viagem, o Prefeito e os Secretários Municipais.

Parágrafo Único - A solicitação de diárias deverá ser feita por meio de formulário, conforme Anexo II desta Lei, onde deve ser descrito o nome do servidor, o respectivo cargo, função ou emprego, a natureza do serviço a ser executado, a duração provável do afastamento e as importâncias totais a serem pagas.

Art. 3°. Havendo prorrogação do prazo de afastamento, o agente público fará jus às diárias correspondentes ao período em excesso nos casos em que houver a formalização do novo processo de concessão e pagamento de diárias, ao qual deverá ser juntado cópia do relatório de viagem.

Art. 4º. O servidor que receber diárias e não se afastar da sede, por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-las integralmente no prazo de 05 (cinco) dias.

Parágrafo Único. Na hipótese de o servidor retornar à sede em prazo menor do que o previsto para o seu afastamento restituirá as diárias excedentes, no prazo previsto no "caput".

Art. 5º. A prestação de contas por parte do servidor deverá ser realizada através do preenchimento do Relatório de Viagens - Anexo III, que deverá ser entregue na Secretaria Municipal de Finanças, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de retorno da viagem.

§ 1º. A inobservância do prazo disposto no caput acarretará ao servidor a responsabilidade de restituição das despesas ao erário público município;

§ 2º. A prestação de conta deverá apresentar também os comprovantes relativos às atividades exercidas, bilhete de passagem ou outro meio idôneo.

Art. 6°. Na hipótese de ser autorizada a prorrogação do prazo de afastamento, durante o período de viagem, o agente fará jus à revisão do valor antecipado de diárias nos termos do § 2º do artigo 1º desta Lei.

Art. 7 . Ao servidor que deixar de prestar contas, não será liberada nova diária, até que se regularize a situação pendente.

Art. 8° . A Secretaria Municipal de Finanças verificará, por intermédio do setor competente, o exato cumprimento do disposto nesta lei e, se constatado a inobservância das condições e regras nele estabelecidas, denunciará o pagamento das importâncias indevidas à autoridade competente, a qual determinará a apuração da responsabilidade.

Art. 9°. Os membros de Conselhos Municipais, que se deslocarem para fora da sede deste município, eventualmente, por motivo de serviço ou no desempenho de suas funções, farão jus à percepção de diárias para custeio de despesas de alimentação, pousada e locomoção, de acordo com as normas estabelecidas nesta Lei e com os valores fixados aos servidores municipais, Anexo I.

Parágrafo Único.. As diárias e o uso do meio de transporte a ser utilizado na viagem dos membros de Conselho deverão ser autorizadas pelo dirigente máximo do órgão ou da entidade que arcar com os custos do deslocamento, admitida a delegação de competência.

Art. 10. Excepcionalmente, é possível o ressarcimento, a posteriori, de diárias concedidas, sem o tempestivo processamento da despesa e seu pagamento, tendo em vista que o agente público não pode suportar com recursos próprios despesas incorridas no exercício das atribuições de seu cargo, sendo necessário para tanto a comprovação da autorização para deslocamento do agente, emanada pela autoridade competente em ato da época do fato ou a justificativa quanto à situação que ensejou o não processamento tempestivo da despesa e do seu pagamento.

Art. 11. A diária será creditada em moeda do País, mediante depósito prévio em conta corrente do agente, de acordo com os critérios desta Lei.

Art. 12. A diária não é devida quando o servidor dispuser de alimentação, locomoção e pousada oficiais gratuitas ou incluídas em evento para qual esteja inscrito.

Parágrafo Único. Nos casos em que o deslocamento da sede constituir exigência permanente do cargo, o servidor não fará jus a diárias.

Art. 13. Aplica-se o disposto nesta lei aos servidores públicos municipais estatutários, celetistas, contratados, ocupantes de cargos comissionados, conselheiros municipais, Secretários Municipais, Procurador e Advogado do Município, Controlador Interno, Sub prefeito e Prefeito.

§ 1°. Os recursos financeiros utilizados na concessão de diárias aos conselheiros municipais serão aqueles provenientes de fundos específicos do conselho municipal no qual o conselheiro pertencer.

§ 2°. Quando o conselho não possuir fundo específico para tal fim, deverá usufruir da verba de dotação destinada para despesas, conforme orçamento anual.

Art. 14. As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão às custas de dotação orçamentária consignada no orçamento vigente.

Art. 15. Fica revogada a lei Municipal n° 1.073 de 14 de fevereiro de 2014.

Art. 16. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis – MT, em 01 de setembro de 2019.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

LEI N° 1.254 DE 01 DE OUTUBRO DE 2019.

ANEXO I

Quadro de Valores das Diárias:

ORD.	DISTÂNCIA	SERVIDORES	VALOR
01	00 km – 150 km	Não Comissionados /Conselheiros Municipais	R$ 150,00
		Cargos em Comissão/Função de Confiança/ Eletivo	R$ 200,00
		Secretários Municipal/ Procurador e Advogado do Município/Contador/ Controlador Interno/ Sub Prefeito	R$ 250,00
		Prefeito Municipal	R$ 300,00
02	150 Km – 300 Km	Não Comissionados / Conselheiros Municipais	R$ 200,00
		Cargos em Comissão/Função de Confiança/ Eletivo	R$ 250,00
		Secretários Municipal/ Procurador e Advogado do Município/ Contador/ Controlador Interno/ Sub Prefeito	R$ 300,00
		Prefeito Municipal	R$ 400,00
03	Acima de 300 Km	Não Comissionados / Conselheiros Municipais	R$ 300,00
		Cargos em Comissão/Função de Confiança/ Eletivo	R$ 350,00
		Secretários Municipal/ Procurador e Advogado do Município/ Contador/ Controlador Interno/ Sub Prefeito	R$ 400,00
		Prefeito Municipal	R$ 500,00
04	Fora do Estado de Mato Grosso	Não Comissionados / Conselheiros Municipais	R$ 300,00
		Cargos em Comissão/Função de Confiança/ Eletivo	R$ 350,00
		Secretários Municipal/ Procurador e Advogado do Município/ Contador/ Controlador Interno/ Sub Prefeito	R$ 500,00
		Prefeito Municipal	R$ 700,00

LEI N° 1.254 DE 01 DE OUTUBRO DE 2019.

ANEXO II

SOLICITAÇÃO Nº 00/ 20....

Ao (A) Ilmo(a). Senhor(a)

..... Campinápolis-MT, ... de ..... de 20.....

Secretário(a) Municipal de Finanças

Assunto: Solicitação de Diária.

Senhor(a) Secretário(a),

Solicitamos a anuência de Vossa Senhoria para a concessão de: **NATUREZA DE DESPESA – DIÁRIA CIVIL** destinada ao servidor.....**,** Diária esta, para custear despesas de uma viagem até a cidade de ....., para participar de ..... Salientamos que a programação de viagem e informações acessórias constam dos quadros 1 e 2 abaixo:

Quadro 1 – Classificação/ Natureza de Despesa:

ORGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL .....
Cargo ou função:

Quadro 2 – Programação de Viagem e informações acessórias

Nome do Servidor(a)	**Quantidade**	**Valor Unitário(R$)**	**Valor Total (R$)**
		R$ 00,00	**R$ 00,00**

2.1 Dados bancários

Agência Bancária	Conta Bancária
	C/C

2.2 Itinerário

Origem	**Destino**
CAMPINÁPOLIS-MT	**.....**

2.3 Período da Viagem

Saída	Retorno
----/-----/-----	----/---/----

Caixa de texto: Defiro, Remeta – se para o setor de Compras a fim de que sejam adotados os procedimentos para o respectivo empenho e pagamento. Em Campinápolis – MT, ___/___/2019 Sec. Municipal de Finanças

Atenciosamente,

Caixa de texto: (.....) Secretário Municipal de.....

LEI N° 1.254 DE 01 DE OUTUBRO DE 2019.

ANEXO III

RELATÓRIO DE VIAGEM

Campinápolis/MT, ... de ..... de 20.....

Quantidade	Descrição	Vlr. Dentro Estado	Vlr. Fora Estado	Vlr. Total
00	Diária - Civil	R$ 00,00		R$00,00
			TOTAL R$.	**R$ 00**
Data/ Saída	Itinerário		Histórico	
	Origem	Destino		
__.__.20....	Campinápolis	.....	Em viagem	
Data/ Retorno	Itinerário		Histórico	
__.__.20....	.....	Campinápolis	Retorno da viagem	

Documentos comprobatórios em anexo.

Sendo que temos para o momento, desde já agradeço.

Atenciosamente,

_____

Servidor Público sob Matrícula n° .....

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE ADESÃO A REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIL Nº 030/2019

O Município de Campinápolis – MT, por meio de seu Pregoeiro, torna público que por meio do Pregão nº 30/2019 aderiu à Ata de Registro de Preços nº 24/2019, oriunda do Pregão presencial nº 24/2019, no Sistema de Registro de Preços, da Prefeitura de Aragarças – GO, cujo objeto é o registro de preços para eventual aquisição de material gráfico, cuja registrada é a empresa GRAFICA MULTICOR LTDA CNPJ 14.931.018/0001-11, no valor global de R$ 141.131,05 (cento e quarenta e um mil cento e trinta

e um reais e cinco centavos). Campinápolis, 01/10/2019. Gilberto Francisco Ribeiro de Paula - Pregoeiro.

GABINETE DO PREFEITO
LEI N° 1.255 DE 01 DE OUTUBRO DE 2019

LEI N° 1.255 DE 01 DE OUTUBRO DE 2019

"Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar Convênio com o LIONS Clube de Campinápolis e dá outras providências*".*

JEOVAN FARIA, Prefeito Municipal de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que à Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com o LIONS Clube de Campinápolis, Entidade sem Fins Lucrativos, inscrita no CNPJ nº29.274.851/0001-04, para a realização de "Bingo Dançante".

§1º. O Convênio referenciado nesta Lei, tem como escopo a transferência da importância de R$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais) à conta da Entidade qualificada no *caput* deste artigo.

§2º. A transferência dos valores informados no parágrafo anterior, fica condicionada a apresentação de Plano de Trabalho, o qual deve suscintamente, estabelecer o cronograma de desembolso, aplicação dos recursos, critérios para a distribuição dos brinquedos, cronograma de entrega dos brinquedos e prestação de contas.

§3º. A CONVENENTE, utilizará os valores referenciados no parágrafo anterior, exclusivamente para a aquisição de uma motocicleta a qual será sorteada mediante a realização de bingo no dia 07/12/2019.

§4º. A CONVENENTE prestará conta dos recursos recebidos no prazo máximo e improrrogável de 05/02/2020, devendo conter:

I. Ofício de encaminhamento assinado pelo presidente da Entidade;

II. Cópia da nota fiscal da motocicleta;

III. Cópia da Ata em que foram registrados os eventos durante o sorteio/ Bingo Dançante;

IV. Cópia do Termo de Entrega da Motocicleta ao ganhador;

V. Cópia das Notas Fiscais dos Brinquedos adquiridos;

VI. Registro Fotográfico da entrega dos brinquedos às crianças do Município.

Art. 2º. As Despesas decorrentes da execução da presente Lei serão custeadas por dotação orçamentária específica consignada no Orçamento Vigente.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis – MT, em 01 de outubro de 2019.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
LEI N° 1.256 DE 01 DE OUTUBRO DE 2019.

LEI N° 1.256 DE 01 DE OUTUBRO DE 2019.

"**Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar o evento comemorativo do dia das crianças e dá outras providências***".*

JEOVAN FARIA, Prefeito Municipal de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que à Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar o evento comemorativo ao Dia das Crianças, denominado "Praça da Alegria".

Art. 2º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover a aquisição de 150 bicicletas para distribuição gratuita, mediante sorteio, às crianças do município.

Parágrafo único. As bicicletas referenciadas no *caput* deste artigo serão distribuídas mediante sorteio às crianças matriculadas em qualquer das escolas deste município (estadual ou municipal) e que tenham idades entre quatro a catorze anos.

Art. 3º. A distribuição das bicicletas obedecerá a proporção:

I. 120 bicicletas para serem sorteadas na sede do Município;

II. 30 bicicletas para serem sorteadas no distrito do São José do Couto;

Art. 4º. As atividades relacionadas a realização do evento desta lei serão coordenadas em todas as suas fases pela Equipe Técnica da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 5º. As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta de dotação orçamentária específica, consignada no orçamento vigente.

Art. 6º. Integra a presente lei o regulamento para participação no evento "Praça da Alegria".

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 8º. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis – MT, em 01 de outubro de 2019.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

LEI N° 1.256 DE 01 DE OUTUBRO DE 2019.

ANEXO I

MINUTA DE REGULAMENTO DA "PRAÇA DA ALEGRIA"/2019

Secretária Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, com fulcro na lei Municipal nº ___/2019, TORNA PÚBLICO o presente regulamento que disciplina as atividades a serem desenvolvidas no dia da Criança/ "Praça da Alegria"/Edição 2019.

1. O presente regulamento disciplina as atividades a serem desenvolvidas no dia Criança, intitulado "Praça da Alegria" 2. A "Praça da Alegria"/Edição 2019, será realizada nas seguintes datas; horários e locais: a) Sede do Município: Dia 17/10/2019 – a partir das 17:00 h – Estádio Municipal José Carlos. b) São José do Couto/Distrito de Campinápolis: dia 18/10/2019 – a partir das 13:00h – Quadra Poliesportiva. 3. Durante a realização da "Praça da Alegria" serão distribuídas gratuitamente as crianças do Município, mediante sorteio, 150 (cento e cinquenta) bicicletas proporcionalmente à população de crianças da seguinte forma: a) Sede do Município 120 (cento e vinte) bicicletas. b) São José do Couto 30 (trinta) bicicletas. 4. Poderão participar do sorteio, somente crianças matriculadas em uma das escolas do Município (estadual e/ou municipal), com idade entre 04 (quatro) e 14 (catorze) anos de idade. 5. Nos horários referenciados nas letras "a" e "b" do item 2 deste regulamento, durante a entrada no estádio, será entregue a cada criança, 01 (um) "passaporte/pulseira", tipograficamente enumerada, a qual será o único meio de participar do sorteio. 6. A pulseira será colocada no punho da criança. 7. Cada criança terá direito apenas a uma. 8. Fica VEDADA a entrega de premiação a terceiros. 9. O pai e/ou o responsável pela criança sorteada, após a apresentação de documento de identificação – CIRG e Cadastro de Pessoa Física – CPF, obrigatoriamente assinará Termo de Entrega da Bicicleta. 10. As crianças que não atenderem as exigências deste Regulamento, quanto a idade e matricula em uma instituição de ensino, serão oportunizadas a participar das outras atividades a serem oferecidas nas respectivas datas. 11. Os casos omissos serão dirimidos pela equipe da Secretaria Municipal Assistência Social – SMAS. 12. Caberá a equipe Técnica da Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS, adotar as providencias para a efetiva publicação deste regulamen-

to. 13. Secretaria Municipal de Assistência Social, em Campinápolis – MT, 01 de outubro de 2019.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÕES
ATO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2019

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO Nº 2046/2019.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2019.

OBJETO: Adesão a Ata de Registro de Preços nº 24/2019, oriunda do Pregão presencial nº 24/2019, no Sistema de Registro de Preços, da Prefeitura de Aragarças – GO, cujo objeto é o registro de preços para eventual aquisição de material gráfico, cuja registrada é a empresa GRAFICA MULTICOR LTDA CNPJ 14.931.018/0001-11, no valor global de R$ 141. 131,05 (cento e quarenta e um mil cento e trinta e um reais e cinco centavos).

O Prefeito Municipal de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, usando de atribuições de seu cargo, acolhendo conclusão do Pregoeiro Oficial e parecer jurídico competente e tudo mais que consta dos autos,

R E S O L V E:

HOMOLOGAR o processo de Adesão a Ata de Registro de Preços nº 24/2019, oriunda do Pregão presencial nº 24/2019, no Sistema de Registro de Preços, da Prefeitura de Aragarças – GO, cujo objeto é o registro de preços para eventual aquisição de material gráfico, cuja registrada é a empresa:

GRAFICA MULTICOR LTDA CNPJ 14.931.018/0001-11, no valor global de R$ **141.131,05 (cento e quarenta e um mil cento e trinta e um reais e cinco centavos).**

Devendoser pago mediante o recebimento dos serviços, com a fatura em documento válido, após o atesto de seu recebimento.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis, Estado de Mato Grosso, 1º de outubro de 2019.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 220/2019

PREGÃO PRESENCIAL N° 92/2019 – REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT

FORNECEDOR: FERNANDO FERNANDES

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção corretiva e/ou preventiva, a serem realizados em aparelhos de ar condicionado, refrigerador, freezer e bebedouros instalados nas Secretarias Municipais e Paço Municipal, com fornecimento e reposição de componentes e/ou peças originais.

VALOR TOTAL: R$ 424.659,15.

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 64/2019

Partes: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis XPORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, CNPJ sob o n.° 61.198.164/0001-60.

Objeto: O presente contrato tem como objeto a **Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguro veicular, para atender as necessidades do município.**

Valor: 12.000,00

Dotação Orçamentária

Órgão: 10 – Secretaria Municipal de Saúde

Unidade: 001 – Fundo Municipal de Saúde

Programática: 10.001.10.302.0010.20091.3.3.90.39.00.00

Fonte de Recurso: 0.1.02.000000 - Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde - Exercício

Data: 01/10/2019

Prazo: 12 (meses)

Procedimento Licitatório: Pregão Presencial 91/2019

Secretaria: Secretaria Municipal de Saúde

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 63/2019

Partes: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis XGENTE SEGURADORA S/A, CNPJ sob o n.° 90.180.605/001-02.

Objeto: O presente contrato tem como objeto a **Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguro veicular, para atender as necessidades do município.**

Valor: 9.905,00

Dotação Orçamentária

Órgão: 07– Secretaria Municipal de Infraestrutura

Unidade: 005 – Departamento do Sistema Viário

Programática: 07.002.15.451.0005.10057.4.4.90.52.00.00

Fonte de Recurso: 0.3.00.000000 - Recursos Ordinários -Exercício. Anterior

Data: 01/10/2019

Prazo: 12 (meses)

Procedimento Licitatório: Pregão Presencial 91/2019

Secretaria: Secretaria Municipal de Infraestrutura

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
DECRETO EXECUTIVO Nº 148 DE 01 DE OUTUBRO DE 2019.

EMENTA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1.974 de 26/12/2018.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercicio o Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Municipio, no montante de R$ 29.524,72 (vinte e nove mil, quinhentos e vinte e quatro reais e setenta e dois centavos) destinado ao reforço da seguinte Dotação Orçamentária:

09	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
002.12.306.0007. 20063	MERENDA ESCOLAR - RECURSOS PNAE	

3390000000	APLICAÇÕES DIRETAS	29.524,72
	TOTAL	**29.524,72**

Art. 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso os Provenientes do Superávit Financeiro, de acordo com o Artigo 43, do §1º, Inciso I da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 3º**.** As alterações constantes desta Lei passam a integrar a Lei Municipal nº 1.901, de 21 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2018 a 2021, a Lei Municipal nº 1.949, de 03 de outubro de 2018, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2019 –LDO, e a Lei Municipal nº 1.974, de 26 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2019 – LOA.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado do Mato Grosso, em 01 de outubro de 2019.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município, e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

GIRLEI AUGUSTO PEZ BOLZAN

Secretário Municipal de Administração

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 524, DE 27 DE SETEMBRO 2019.

EXONERA O SERVIDOR **MARIOZAN PEREIRA** DO CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DA DIVISÃO DE HABITAÇÃO, VINCULADO À SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

SUSPENSÃO DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL nº 95/2019

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis torna público aos interessados a **SUSPENSÃO** do **PREGÃO PRESENCIAL nº 95/2019** que tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de criação e desenvolvimento do site/portal para a Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis e sub sites de Secretarias especializadas, seguindo os patrões web, acessível para computadores, celulares e computadores de mão, com a construção e implementação de páginas estáticas e administráveis pelo próprio usuário, com manutenção, serviços on-line, que teria sua abertura no dia 07 de outubro de 2019, conforme sua publicações.

Necessária a suspensão para análise de Pedido de Impugnação do Edital.

Campo Novo do Parecis, 01 de outubro de 2019.

Tarcísio Nascimento da Silva

Pregoeiro

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 526, DE 27 DE SETEMBRO DE 2019.

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNIICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - FMHIS.

1.NOMEAR, os membros que comporão o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS, na forma seguinte:

I – Secretaria Municipal de Assistência Social:

Titular: Andréa Cristina Branco, Presidente, CPF: 749.079.649-00;

Suplente: Neide Pantaleão dos Santos, CPF: 858.866.531-04.

II – Secretaria Municipal de Finanças:

Titular: Vanessa Lacerda Evangelista, CPF: 035.958.141-26;

Suplente: Ângela Aparecida Soares Gonzaga Genzler, CPF: 023.686.581-14.

III – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente:

Titular: Ronai Aparecido Soares França, CPF: 032.693.339-51;

Suplente: Genei Mendonça de Freitas, CPF: 651.973.136-68.

IV – Entidades Públicas e Privadas (Rotary Club):

Titular: Rosania Vieira Gonçalves Vidal, CPF: 246.491.472-04;

Suplente: Cinthia da Silva Linder Canterle, CPF: 977.982.581-91.

V – Segmentos da Sociedade Ligados a Área da Habitação:

PG Empreendimentos Imobiliários

Titular: Fabiana Pereira de Oliveira, CPF: 023.657.671-25;

Suplente: Monique Bezerra da Silva, CPF: 045.734.611-67.

VI – Sociedade Civil:

Titular: Moacir Batista da Graça, CPF: 073.949.748-04;

Suplente: Franciele de Jesus Andrade, CPF: 033.259.941-80.

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
DECRETO EXECUTIVO Nº 149 DE 01 DE OUTUBRO DE 2019

EMENTA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1.974 de 26/12/2018.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercicio o Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Municipio, no montante de R$ 263.788,00 (duzentos e sessenta e tres mil, setecentos e oitenta e oito reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias:

07	**SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA**	
004.15.451.0005.20045	MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	
3390000000	APLICAÇÕES DIRETAS	100.000,00
09	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**	
002.12.306.0007.20063	MERENDA ESCOLAR - RECURSOS PNAE	
3390000000	APLICAÇÕES DIRETAS	163.788,00
	TOTAL	**263.788,00**

Art. 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso os Provenientes de excesso de arrecadação, de acordo com o Artigo 43, do § 1º, Inciso II da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 3º**.** As alterações constantes desta Lei passam a integrar a Lei Municipal nº 1.901, de 21 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2018 a 2021, a Lei Municipal nº 1.949, de 03 de outubro de 2018, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2019 –LDO, e a Lei Municipal nº 1.974, de 26 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2019 – LOA.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado do Mato Grosso, em 01 de outubro de 2019.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município, e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

GIRLEI AUGUSTO PEZ BOLZAN

Secretário Municipal de Administração

FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT
PORTARIA 190/2019

PORTARIA 190/2019 "Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição – Especial de professora, com proventos integrais em favor da Sra. IVONE RODRIGUES DA SILVA DOS SANTOS".

O Diretor Executivo do FUNSEM - Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo dos Parecis Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos Art. 6º, incisos "I", "II", "III" e "IV", da Emenda Constitucional nº 41/03, de 19 de dezembro de 2003, cumulado com Art. 40, §5º da Constituição Federal e Art. 11, inciso III, alínea "a" e §3º, da Lei Municipal nº 1.170/2007, de 09 de maio de 2007, e anexo "IV" da Lei Municipal nº 1.145/2006, atualizada pelo Decreto Executivo nº 231/201*8 acumulado com o Decreto Executivo nº 12/2019.*

Resolve,

Art. 1º Conceder o benefício de **APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO** – Especial de Professora, com proventos integrais em favor da servidora Sra. **IVONE RODRIGUES DA SILVA DOS SANTOS**, brasileira, casada, funcionária pública municipal, matricula nº 1474, efetiva no cargo de professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, filha de Joveniano Pereira da Silva e Ana Rodrigues da Silva, portadora da Cédula de Identidade RG nº 0624140-9, SESP/MT e inscrita no CPF sob nº 459.183.331-34, residente e domiciliada na Rua Das Garças, quadra 339 lote 10 B, Bairro Jardim das Palmeiras, Município de Campo Novo do Parecis-MT, contando com um total de 10.463 dias, que corresponde à 28 anos e 08 meses e 03 dias prestados, contributivos, efetivada no cargo de Professora, Classe "D", Nível "XVI – 17 anos", conforme o processo nº 2019.04.22088P, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir do dia 07 de Outubro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Campo Novo do Parecis – MT, 12 de Setembro de 2019.

WILSON LEAL MIRANDA

Diretor Executivo

HOMOLOGO:

RAFAEL MACHADO

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
REPUBLICADO PARA CORREÇÃO DECRETO EXECUTIVO Nº 136 DE 12 DE SETEMBRO DE 2019.

EMENTA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1.974 de 26/12/2018.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercicio o Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Municipio, no montante de R$ 637.000,00 (seiscentos e trinta e sete mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias:

04	**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**	
001.04.129.0002.20016	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM SECRETARIA DE FINANÇAS	
4490000000	APLICAÇÕES DIRETAS	23.000,00
07	**SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA**	
002.15.451.0005.10057	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PESADOS	
4490000000	APLICAÇÕES DIRETAS	380.000,00
004.26.782.0005.20046	MANUTENÇÃO DE RUAS, AVENIDAS E CICLOVIAS	
3390000000	APLICAÇÕES DIRETAS	100.000,00
08	**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E ME**	
001.20.122.0002.20050	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE DESENVOLVIME	
3390000000	APLICAÇÕES DIRETAS	60.000,00
09	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**	
001.12.122.0002.20133	REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO	
3390000000	APLICAÇÕES DIRETAS	35.000,00
10	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**	
001.10.301.0009.20088	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM AS UNIDADES DE SAÚDE	
3390000000	APLICAÇÕES DIRETAS	39.000,00
	TOTAL	**637.000,00**

Art. 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso os Provenientes do Superávit Financeiro, de acordo com o Artigo 43, do §1º, Inciso I da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 3º**.** As alterações constantes desta Lei passam a integrar a Lei Municipal nº 1.901, de 21 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2018 a 2021, a Lei Municipal nº 1.949, de 03 de outubro de 2018, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2019 –LDO, e a Lei Municipal nº 1.974, de 26 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2019 – LOA.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado do Mato Grosso, em 12 de setembro de 2019.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município, e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

GIRLEI AUGUSTO PEZ BOLZAN

Secretário Municipal de Administração

AVISO DE RESULTADO PP 092/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, através do seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados

que na licitação com modalidade PREGÃO PRESENCIAL 092/2019, destinado à REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção corretiva e/ou preventiva, a serem realizados em aparelhos de ar condicionado, refrigerador, freezer e bebedouros instalados nas Secretarias Municipais e Paço Municipal, com fornecimento e reposição de componentes e/ou peças originais, obedeceu a todas as formalidades legais inscritas na Lei N° 8.666/93 e a Lei Nº 10.520/02, teve como vencedora a empresa: FERNANDO FERNANDES, com o valor total de R$ 424.659,15 (quatrocentos e vinte e quatro mil seiscentos e cinquenta e nove reais e quinze centavos).

Campo Novo do Parecis - MT, 01 de outubro de 2019.

_____

Tarcísio Nascimento da Silva

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO 113/2019

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão de Licitação, torna público o **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES**, na modalidade pregão (presencial) **n° 113/2019** a se realizar no dia **15/10/2019, as 08hr30min,** na sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde. Retirada do edital www.campoverde.mt.gov.br. Para esclarecimentos: e-mail compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação vigente. Campo Verde - MT, 01 de outubro de 2019.

Leila Gubert

Pregoeira

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
PUBLICAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO PÚBLICA

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público que solicitou a EXPEDIÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO no loteamento denominado JARDIM CIDADE VERDE, neste município de CAMPO VERDE, a(s) seguinte (s) pessoa(s) e alegando a propriedade sobre o(s) seguinte(s) imóvel (is):

PEDRO JOSE LEHNEN, GERALDO MATIAS LEHNEN E LUIZ NELSON LEHNEN , requerendo a AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO DOS IMÓVEIS LOTE 01 E 02 DA QUADRA 14, LOCALIZADO NA AV BRASIL, S/Nº LOTEAMENTO JARDIM CIDADE VERDE, CAMPO VERDE – MT.

Abre-se o prazo de 15 (dias) para oposição de terceiros devendo esta ser apresentada fundamentada junto a SECRETARIA DE FAZENDA DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE – MT. Superado este prazo, o processo de emissão continuará em seu tramite normal até EXPEDIÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO REQUERIDA.

Secretaria Municipal de Fazenda.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

RATIFICAÇÃO DA DISPENSA 024/2019

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna pública a adjudicação à **M A VIANA DA CRUZ, CNPJ Nº 07.975.765/0001-96,** modalidade **DISPENSA Nº 024/2019** - **CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL POR MEIO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO DE EMPRESA PARA CORREÇÃO ESTRUTURAL DO CENTRO EDUCACIONAL PAULO FREIRE, devido a problemas relativos à estrutura física da instituição decorridos de intempéries ambientais,** Processo nº 2879/2019, no valor de **R$ 29.247,92 (Vinte e nove mil, duzentos e quarenta e sete reais e noventa e dois centavos).** Demais informações: E-mail:compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação em vigor. Campo Verde - MT, 01 de outubro de 2019.

Ana Carolina S. Braga Blume

Presidente da CPL

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

RATIFICAÇÃO DA DISPENSA 025/2019

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna pública a adjudicação à **M A VIANA DA CRUZ, CNPJ Nº 07.975.765/0001-96,** modalidade **DISPENSA Nº 025/2019** - **CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL POR MEIO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO DE EMPRESA PARA CORREÇÃO ESTRUTURAL DA ESCOLA MUNICIPAL SÃO LOURENÇO, DEVIDO A PROBLEMAS RELATIVOS À ESTRUTURA FÍSICA DA INSTITUIÇÃO DECORRIDOS DE INTEMPÉRIES AMBIENTAIS,** Processo nº 2880/2019, no valor de **R$ 5.888,40 (Cinco mil, oitocentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos).** Demais informações: E-mail:compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação em vigor. Campo Verde - MT, 01 de outubro de 2019.

Ana Carolina S. Braga Blume

Presidente da CPL

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
PUBLICAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO PÚBLICA

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público que solicitou a EXPEDIÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO no loteamento denominado JARDIM CIDADE VERDE, neste município de CAMPO VERDE, a(s) seguinte (s) pessoa(s) e alegando a propriedade sobre o(s) seguinte(s) imóvel (is):

PEDRO JOSE LEHNEN, GERALDO MATIAS LEHNEN E LUIZ NELSON LEHNEN , requerendo a AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO DO IMÓVEL LOTE 20 DA QUADRA 14, LOCALIZADO NA RUA RIO DE JANEIRO, S/Nº LOTEAMENTO JARDIM CIDADE VERDE, CAMPO VERDE – MT.

Abre-se o prazo de 15 (dias) para oposição de terceiros devendo esta ser apresentada fundamentada junto a SECRETARIA DE FAZENDA DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE – MT. Superado este prazo, o processo de emissão continuará em seu tramite normal até EXPEDIÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO REQUERIDA.

Secretaria Municipal de Fazenda.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº.210, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019.

EXONERA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE ASSESSOR DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

***CONSIDERANDO** o disposto no artigo 75, inciso II da Lei Complementar nº. 001, de 15 de julho de 2008,*

***CONSIDERANDO** a solicitação contida no requerimento subscrito em 17/9/2019,*

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, o servidor **FELIPE GABRIEL WASTOWSKI PIRES** do cargo de provimento em comissão de Assessor de Atendimento ao Público, nomeado através da Portaria nº. 41, de 02 de janeiro de 2017.

Art. 2º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo os seus efeitos a partir do dia 23 de setembro do fluente ano.

Art. 3º Revogam-se as disposições contidas na Portaria n. 41, de 02 de janeiro de 2017, declarando-se a vacância do cargo mencionado no artigo 1º, nos termos do inciso I do artigo 73 da Lei Complementar nº. 001, de 15 de julho de 2008.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 17 de setembro de 2019.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO Nº 99/2019

DA ESPÉCIE: Prestação de Serviços/ Serviços para fornecimento de refeição tipo marmitex.

DO OBJETO: Rescinde o Contrato Administrativo de nº 99/2019, amigavelmente a partir de 01.10.2019.

ASSINAM: JOSE ODIL DA SILVA– Prefeito Municipal / RESCINDENTE e MIRIAN BARBOZA 00989221733**,** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 32.991.771/0001-84/ RESCINDIDA.

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 07/2019

A Prefeitura Municipal de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, por meio do Presidente da Comissão de Seleção instituída pela Decreto Municipal nº 99/2017, torna público o Resultado do Chamamento Público visando a seleção de organizações da sociedade civil interessadas em celebrar termos de colaboração que tenham por objetivo para Implementação de parceira pública para o desenvolvimento tendo em vista que a administração pública deve atingir o Princípio da Publicidade e da Transparência dos atos públicos, a divulgação de suas ações e programas, através dos serviços prestados por essa emissora se faz imprescindível ao alcance de tal objetivo, sendo pertinente e relevante para conhecimento da população, uma vez que tem alcance em todo o perímetro urbano e rural do município, em tempo real. Com conformação da Lei nº 13.019,de 31 de julho de 2014 e alterações, envolvendo a transferência de recursos financeiros, mediante a execução de atividade, conforme cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital e seus anexos, de acordo com a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e no Decreto Municipal nº 51, de 09 de junho de 2017.

Para o projeto voltado à execução do Associação Cultural Comunitária dos Pioneiros de Campos de Júlio, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.292.168/0001-06, cuja proposta apresentada foi no valor mensal de R$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais) valor global total de R$ 18.000,00 (dezoito mil reais).

Informações através do fone (65) 3387-2800.

Campos de Júlio - MT, 30 de setembro de 2019.

Delonei Valmorbida

Presidente da Comissão de Seleção

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº. 222, DE 30 DE SETEMBRO DE 2019.

CONCEDE AFASTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO À SERVIDORA QUE MENCIONA, EM DECORRÊNCIA DE FALECIMENTO DE SUA IRMÃ.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições previstas em lei e,

***CONSIDERANDO** o disposto no artigo 156, inciso II, alínea "b" do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, instituído pela Lei Complementar nº 001, de 15 de julho de 2008;*

***CONSIDERANDO** a certidão de óbito corroborando o falecimento da irmã da servidora adiante nominada,*

RESOLVE:

Art. 1º Conceder afastamento do serviço público à servidora **ELEIDA MARIA DE SOUZA FRONZA,** admitida na forma do inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e nomeada em caráter efetivoao cargo de Professor de Pedagogia, através da Portaria nº. 175, de 01 de agosto de 2013, pelo prazo de cinco dias consecutivos, contados a partir da data do falecimento de sua irmã, ocorrido no dia 18 de setembro do fluente ano.

Art. 2º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a 18 de setembro de 2019.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 30 de setembro de 2019.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº.221, DE 23 DE SETEMBRO DE 2019.

EXONERA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

***CONSIDERANDO** o disposto no artigo 74 da Lei Complementar nº. 001, de 15 de julho de 2008,*

***CONSIDERANDO** a solicitação contida no requerimento protocolado sob n°. 4478/2019,*

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a servidora**ANA PAULA DOS SANTOS,** do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, através da Portaria nº. 190, de 20 de março de 2017.

Art. 2º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições contidas na Portaria nº. 190, de 20 de março de 2017, declarando-se a vacância do cargo mencionado no artigo 1º, nos termos do inciso I do artigo 73 da Lei Complementar nº. 001, de 15 de julho de 2008.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 23 de setembro de 2019.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

ADMINISTRAÇÃO
ATO DE DESIGNAÇÃO N. 004/2019/GAPRE

ATO DE DESIGNAÇÃO N. 004/2019/GAPRE

“DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA DESEMPENHAR CUMULATIVAMENTE AS FUNÇÕES DO CARGO DE COORDENADOR DE COMPRAS E DE GERENTE DE ESPECIFICAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS - GEREBENS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III e X, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a necessidade de provimento do cargo de coordenador de compras, e ainda, levando em consideração a contenção de despesas públicas, bem como, a vedação de novas nomeações, por parte do poder chefe do poder executivo municipal.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o Servidor Público Municipal Sr. **ANTÔNIO JÚNIOR PERBUARES SILVEIRA**, brasileiro, solteiro, portador da Carteira de Identidade – CI/RG n. 1747816-2, emitido por SSP/MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 014.317.551-33, ocupante do cargo de Gerente de Especificação de Bens e Serviços - GEREBENS, conforme a portaria n. 348/2019, de 01 de outubro de 2019, para desempenharcumulativamente as funções do cargo de Coordenador de compras, conforme especificado no Art. 85º da Lei n. 908/2019, de 29 de abril de 2019.

Art. 2º. Este ato de designação entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se toda e qualquer disposição em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Canabrava do Norte – MT, em 01 de outubro de 2019.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2019

A Prefeitura de Canabrava do Norte-MT, através do Pregoeiro designado pela Portaria nº 010/2019 de 07 de Janeiro de 2019, torna público o Resultado do Pregão Presencial 038/2019, cujo objeto é a Registro de Preços para possível e eventual aquisição de agregados miúdos e graúdos (brita e pó de brita), para uso em obras e manutenção, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Serviços e Urbanismo, junto ao município de Canabrava do Norte - MT, pelo período de 12 meses, realizado no dia 24/09/2019 às 08h30min, onde a empresa **CONSTRUMAX MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 10. 915.722/0001-20, venceu o item Pó de Brita, com um valor global de R$ 4. 230,00 (quatro mil duzentos e trinta reais).

Canabrava do Norte-MT, 01 de Outubro de 2019.

Iranizo Matos Rodrigues

Pregoeiro

Portaria nº 010/2019

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 348/2019, DE 01 DE OUTUBRO DE 2019.

PORTARIA N. 348/2019, DE 01 DE OUTUBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE GERENTE DE ESPECIFICAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III E XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o Sr. **ANTÔNIO JÚNIOR PERBUARES SILVEIRA**, brasileiro, solteiro, portador da Carteira de Identidade – CI/RG n. 1747816-2, emitido por SSP/MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 014.317.551-33, para exercer o cargo de **GERENTE DE ESPECIFICAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS - GEREBENS**, deste município.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 01 de Outubro de 2019.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 347/2019, DE 30 DE SETEMBRO DE 2019.

PORTARIA N. 347/2019, DE 30 DE SETEMBRO DE 2019.

“EXONERA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, II e III, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, o servidor público municipal, Sr.**ANTÔNIO JÚNIOR PERBUARES SILVEIRA**, brasileiro, solteiro, portador da Carteira de Identidade – CI/RG n. 1747816-2, emitido por SSP/MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 014.317.551-33, do cargo de **COORDENADOR DE COMPRAS**, deste município**,** nomeado pela portaria n. 040/2019, de 04 de fevereiro de 2019.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos, revogando-se toda e qualquer disposição em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 30 de setembro de 2019.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 045/2019

Processo Seletivo 001/2019

Edital de Convocação N° 045/2019

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e considerando o resultado final do Processo Seletivo Simplificado 001/2019 homologado pelo Decreto n°2972/2019 de 14 de maio de 2019.

RESOLVE TORNAR PÚBLICO

O presente Edital que estabelece a convocação, para fins de suprimento de cargos em caráter temporário no quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Educação como segue:

CANDIDATO	CARGO	PROCESSO SELETIVO
Divino Borges de Campos	PROFESSOR	001/2019

O candidato convocado terá 05 (cinco) dias contados a partir da publicação do presente Edital, para se apresentar e manifestar sobre a aceitação ou não do cargo no Departamento de Recursos Humanos da Secretaria de Administração.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, em 20 de setembro de 2019.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 044/2019

Processo Seletivo 001/2019

Edital de Convocação N° 044/2019

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e considerando o resultado final do Processo Seletivo Simplificado 001/2019 homologado pelo Decreto n°2972/2019 de 14 de maio de 2019.

RESOLVE TORNAR PÚBLICO:

O presente Edital que estabelece a convocação, para fins de suprimento de cargos em caráter temporário no quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Educação como segue:

CANDIDATO	CARGO	PROCESSO SELETIVO
ANA RITA NUNES DA SILVA	PROFESSOR	001/2019

A candidata convocada terá 05 (cinco) dias contados a partir da publicação do presente Edital, para se apresentar e manifestar sobre a aceitação ou não do cargo no departamento de Recursos Humanos da Secretaria de Administração.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, em 19 de setembro de 2019.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 542/2019

Portaria nº 542/2019

De 25 de setembro de 2019.

Revoga Período de férias do servidor **Lenir Alves do Amaral** e dá outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 72, da Lei Municipal 028/2002 de 23 de dezembro de 2002, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E

Art. 1º – Revogar o período das férias do servidor, Lenir Alves do Amaral, agendada por meio da Portaria n° 523/2019 de 11 de setembro de 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 25 de setembro de 2019.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 543/2019

Portaria nº 543/2019

De 23 de setembro de 2019

Nomeia servidora em Estágio Probatório.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe o Art. 11 § 1º da Lei Municipal Complementar nº 028/2002, de 23 de dezembro de 2002, Estatuto dos Servidores Públicos.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **Kelli Alves Da Silva**, em Estágio Probatório para o cargo de Provimento Efetivo de Agente de Combate a Endemias, Anexo I – Grupo Ocupacional apoio a prevenção de doenças, da Lei Complementar nº 123/2014, aprovada em concurso público, homologado pelo Decreto n. 2734/2016 de 01 de dezembro de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana MT, 23 de setembro de 2019.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

CAMARA MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE CARLINDA

PORTARIA Nº. 034/2019 "REEDITADA"

SÚMULA: "Dispõe sobre a nomeação da Comissão para Abertura de Procedimento Administrativo, e dá outras providencias".

O Senhor **Francisco Robério Gomes Alencar**, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são concedidas por Lei,

R E S O L V E:

Art. 1º - Constituir Comissão para Abertura de Procedimento Administrativo da Câmara Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, cuja finalidade é efetuar apuração das causas de acidente do veículo oficial (Fox Connect QCU2450), ocorrido na data de 10 de Setembro de 2019, seguindo a Recomendação do Controle Interno nº 002/2019.

Art. 2º - A Comissão Permanente será composta pelos seguintes membros:

Presidente: Eliseu Leite da Silva

Secretária: Eliane R. Leles Gehard

Membro: Patrícia Zapelini Corti

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data da publicação e afixação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Carlinda, em 25/09/2019.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

FRANCISCO ROBÉRIO GOMES ALENCAR

Presidente da Câmara

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA INTERNA-DRH Nº 217 DE 01 DE OUTUBRO DE 2019.

SÚMULA: Dispõe sobre concessão Licença para Tratamento de Saúde dos Servidores Municipais e dá outras providências.

DAIANE ROSA DA SILVA, Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas

atribuições legais, e de acordo com o Art. 118 da Lei Municipal nº. 892/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no atestado apresentado pela servidora **CLAUDIA DOS SANTOS** matricula n.º 3184, cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, na data 01 de Outubro de 2019, lotada na Secretaria Municipal de Administração, concede licença para tratamento da própria saúde do dia 30 de Setembro de 2019 ao dia 06 de Outubro de 2019 totalizando 07 dias.

Art. 2º - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

DAIANE ROSA DA SILVA

Secretaria de Administração e Finanças

Decreto 189/2019

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA INTERNA-DRH Nº 219 DE 01 DE OUTUBRO DE 2019

SÚMULA: Dispõe sobre concessão Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família dos Servidores Municipais e dá outras providências.

SALUA SAMYRA CIACON SILVA, Secretaria Municipal de Saúde do Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 118 da Lei Municipal nº. 892/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no atestado apresentado pela servidora, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, na data 01 de Outubro de 2019, concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, sendo:

Matricula	Servidor	Cargo	Ente Familiar	Período da Licença		Total
				Inicio	Termino	Dias
4093	Vanusa dos Santos Micuanski	Agente de Combate a Endemias	Filho: Lucas Gabriel dos Santos Micuanski	30/09/2019	30/09/2019	01

Art. 2º - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

SALUA SAMYRA CIACON SILVA

Secretaria Municipal de Saúde

Decreto 181/2017

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA INTERNA-DRH Nº 218 DE 01 DE OUTUBRO DE 2019.

SÚMULA: Dispõe sobre concessão Licença para Tratamento de Saúde dos Servidores Municipais e dá outras providências.

SALUA SAMYRA CIACON SILVA, Secretaria Municipal de Saúde do Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 118 da Lei Municipal nº. 892/2015.

.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no atestado apresentado pela servidora **ROSIMEIRE ATAÍDE DOS SANTOS** matricula n.º 3159, cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, na data 01 de Outubro de 2019, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, concede licença para tratamento da própria saúde no dia 30 de Setembro de 2019.

Art. 2º - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

SALUA SAMYRA CIACON SILVA

Secretaria Municipal de Saúde

Decreto 181/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 804/GP/2019 EM, 30 DE SETEMBRO DE 2019.

Portaria nº 804/GP/2019

Em, 30 de setembro de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER – A Servidora Pública Municipal efetiva **Sr.ª NILMA ARAUJO DA FONSECA OLIVEIRA,** portadora do RG nº 704929 e CPF nº 790.017.851-15, no cargo de PROFESSOR II 30 HORAS, lotada na SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**,** 60 (sessenta) dias de afastamento do trabalho por motivo de saúde, conforme perícia do Dr.º CARLOS EMANOEL BACAN – CRM/MT 6329, de acordo com o artigo 210 da Lei Municipal 581/91.

Terá início em 18/09/2019 e término em 16/11/2019, devendo a servidora apresentar-se ao trabalho em 18/11/2019.

REGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 30 de setembro de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 805/GP/2019 EM, 30 DE SETEMBRO DE 2019.

Portaria nº 805/GP/2019

Em, 30 de setembro de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

I - CONCEDER – À Prestadora de Serviços, na situação de contratada **Sr.ª NAYARA IOHANA DOS SANTOS PEAGUDA,** portadora do RG nº 23633271 e CPF nº 044.824.661-90, na função de ENFERMEIRO (A), lotada na Secretaria Municipal de Saúde, 180 (cento e oitenta) dias de licença maternidade de acordo com o artigo 215 da Lei Municipal 581/91 e em conformidade com a Lei Municipal 1364/2009 e o artigo 1º da Lei Federal 11.770/2008.

II – A referida licença foi expedida pelo Dr. º Victor Hugo de Almeida /CRM-MT 2299.

III - Esta portaria entra em vigor com efeitos retroativos a partir de 20/09/2019.

REGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 30 de setembro de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 807/GP/2019 EM, 01 DE OUTUBRO DE 2019.

Portaria nº 807/GP/2019

Em, 01 de outubro de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER – A Servidora Pública Municipal efetiva **Sr.ª HELENICE DE SIQUEIRA COSTA SALES,** portadora do RG nº 017380 e CPF nº 205.933.171-49, na função de AGENTE ADMINISTRATIVO, lotada na SECR. MUN.AGRICULTURA E ASS. FUNDIARIOS, 07 (sete) dias de Licença por Falecimento de pessoa da família, de acordo com o artigo 107 da Lei Municipal 581/91.

Terá início em 26/09/2019 e término em 02/10/2019, devendo a servidora apresentar-se ao trabalho em 03/10/2019.

Esta portaria entra em vigor com efeitos retroativos a partir de 26/09/2019.

REGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 01 de outubro de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 795/GP/2019 EM, 30 DE SETEMBRO DE 2019.

Portaria nº 795/GP/2019

Em, 30 de setembro de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER – A Servidora Pública Municipal Efetiva **Sr.ª MARINEY DA GUIA BORGES,** portadora do RG nº 10975586 e CPF nº 937.406.701-34, na função de AGENTE DE SERVICOS GERAIS, lotada na SECRETARIA MUN. TURISMO, CUL. AMBIENTE, 03 (Três) meses de Licença Prêmio, referente ao Quinquênio de 20/01/2014 a 20/01/2019, de acordo com o artigo 88 da Lei Municipal 581/91.

A Licença Prêmio de que se trata a presente portaria terá início em 30/09/2019 e término em 28/12/2019, devendo a servidora apresentar-se ao trabalho em 30/12/2019.

Esta portaria entra em vigor a partir de 30/09/2019.

REGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 30 de setembro de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 797/GP/2019 EM, 30 DE SETEMBRO DE 2019.

Portaria nº 797/GP/2019

Em, 30 de setembro de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER – Ao Servidor Público Municipal efetivo **Sr.º BENEDITO ALVES DA SILVA,** portador do RG nº 02622092 e CPF nº 106.674.401-78, na função de AGENTE DE SERVICOS GERAIS, lotado na SECRETARIA DE OBRAS, 30 (trinta) dias de férias, referente ao período de 01/09/2018 a 01/09/2019, de acordo com o artigo 88 da Lei Municipal 581/91.

As férias de que se trata a presente portaria terá início em 30/09/2019 e término em 29/10/2019, devendo o servidor apresentar-se ao trabalho em 30/10/2019.

Esta portaria entra em vigor a partir de 30/09/2019.

REGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 30 de setembro de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 796/GP/2019 EM, 30 DE SETEMBRO DE 2019.

Portaria nº 796/GP/2019

Em, 30 de setembro de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

TORNAR SEM EFEITO – A portaria de número 715/GP/2019, a qual concede 30 (trinta) dias de férias, referente ao período de 01/01/2018 a 01/01/2019 para o servidor efetivo **Sr.º EDIEL ALEXANDRE BORGES,** portador do RG nº 297844 e CPF nº 314.202.061-68, na função de MOTORISTA, lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Esta portaria entra em vigor a partir de 30/09/2019.

REGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 30 de setembro de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 798/GP/2019 EM, 30 DE SETEMBRO DE 2019.

Portaria nº 798/GP/2019

Em, 30 de setembro de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

I - CONCEDER – À Prestadora de Serviços, na situação de contratada **Sr.ª THAINA BENEDITA SIQUEIRA SILVA,** portadora do RG nº 20805713 e CPF nº 039.763.771-39, na função de AUXILIAR EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL, lotada na Secretaria Municipal de Educação, 180 (cento e oitenta) dias de licença maternidade de acordo com o artigo 215 da Lei Municipal 581/91 e em conformidade com a Lei Municipal 1364/2009 e o artigo 1º da Lei Federal 11.770/2008.

II – A referida licença foi expedida pelo Médico Cesar Takano /CRM 4154.

III - Esta portaria entra em vigor com efeitos retroativos a partir de 24/09/2019.

REGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 30 de setembro de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 799/GP/2019 EM, 30 DE SETEMBRO DE 2019.

Portaria nº 799/GP/2019

Em, 30 de setembro de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER – A Servidora Pública Municipal efetiva **Sr.ª JUCILEIDE MARIA DE SIQUEIRA DA SILVA,** portadora do RG nº 10447288 e CPF nº 474.053.411-87, na função de FISCAL SANITARIO, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, 30 (trinta) dias de férias, referente ao período de 18/01/2016 a 18/01/2017, de acordo com o artigo 88 da Lei Municipal 581/91.

As férias de que se trata a presente portaria terá início em 06/01/2020 e término em 04/02/2020, devendo a servidora apresentar-se ao trabalho em 05/02/2020.

Esta portaria entra em vigor a partir de 06/01/2020.

REGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 30 de setembro de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 800/GP/2019 EM, 30 DE SETEMBRO DE 2019.

Portaria nº 800/GP/2019

Em, 30 de setembro de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER – A Servidora Pública Municipal efetiva **Sr.ª GRACIELLE VILMARA DOS SANTOS,** portadora do RG nº 138049936 e CPF nº 958.017.661-20, no cargo de PROFESSOR II 30 HORAS, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO**,** 30 (trinta) dias de afastamento do trabalho por motivo de saúde, conforme perícia do Dr.º CARLOS EMANOEL BACAN – CRM/MT 6329, de acordo com o artigo 210 da Lei Municipal 581/91.

Terá início em 14/09/2019 e término em 13/10/2019, devendo a servidora apresentar-se ao trabalho em 14/10/2019.

REGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 30 de setembro de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 801/GP/2019 EM, 30 DE SETEMBRO DE 2019.

Portaria nº 801/GP/2019

Em, 30 de setembro de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER – Ao Servidor Público Municipal efetivo **Sr.º EVANIL PAULINO DA SILVA,** portador do RG nº 494436 e CPF nº 654.518.991-34, no cargo de OPERADOR DE MAQUINAS, lotado na SECRETARIA DE OBRAS**,** 60 (sessenta) dias de afastamento do trabalho por motivo de saúde, conforme perícia do Dr.º CARLOS EMANOEL BACAN – CRM/MT 6329, de acordo com o artigo 210 da Lei Municipal 581/91.

Terá início em 25/09/2019 e término em 23/11/2019, devendo o servidor apresentar-se ao trabalho em 25/11/2019.

REGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 30 de setembro de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 802/GP/2019 EM, 30 DE SETEMBRO DE 2019.

Portaria nº 802/GP/2019

Em, 30 de setembro de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER – A Servidora Pública Municipal efetiva **Sr.ª ESMAELDA NASCIMENTO SILVA,** portadora do RG nº 872743 e CPF nº 567.285.571-72, no cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, lotada na SECRETARIA DE SAÚDE**,** 60 (sessenta) dias de afastamento do trabalho por motivo de saúde, conforme perícia do Dr.º CARLOS EMANOEL BACAN – CRM/MT 6329, de acordo com o artigo 210 da Lei Municipal 581/91.

Terá início em 13/08/2019 e término em 11/10/2019, devendo a servidora apresentar-se ao trabalho em 12/10/2019.

REGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 30 de setembro de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 803/GP/2019 EM, 30 DE SETEMBRO DE 2019.

Portaria nº 803/GP/2019

Em, 30 de setembro de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER – A Servidora Pública Municipal **Sr.ª SEBASTIANA LUIZA FERREIRA DE MORAES,** portadora do RG nº 11481269 e CPF nº 858. 123.661-87, no cargo de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE, lotada na SECRETARIA DE SAÚDE**,** 60 (sessenta) dias de afastamento do trabalho por motivo de saúde, conforme perícia do Dr.º CARLOS EMANOEL BACAN – CRM/MT 6329, de acordo com o artigo 210 da Lei Municipal 581/91.

Terá início em 09/09/2019 e término em 07/11/2019, devendo a servidora apresentar-se ao trabalho em 08/11/2019.

REGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 30 de setembro de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 806/GP/2019 EM, 30 DE SETEMBRO DE 2019.

Portaria nº 806/GP/2019

Em, 30 de setembro de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER – A Servidora Pública Municipal Efetiva **Sr.ª ANGELICA BARBOSA DE LIMA,** portadora do RG nº 271699851 e CPF nº 186.063. 678-00, na função de PROFESSOR III 30 HORAS, lotada na SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, 03 (Três) meses de Licença Prêmio, referente ao Quinquênio de 07/02/2011 a 07/02/2016, de acordo com o artigo 88 da Lei Municipal 581/91.

A Licença Prêmio de que se trata a presente portaria terá início em 01/10/2019 e término em 29/12/2019, devendo a servidora apresentar-se ao trabalho em 02/01/2020.

Esta portaria entra em vigor a partir de 01/10/2019.

REGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 30 de setembro de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

RH
PORTARIA N° 603/2019

DATA: 26 de Setembro de 2.019.

SÚMULA: Designa o servidor **JUCINEI CORREA DA LUZ,** como Fiscal de Contrato e dá outras providencias.

ALTAMIR KURTEN, PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designa a servidor **Jucinei Correa da Luz**, RE: 2627, portador do RG n°: 698.907 SSP/MT e CPF n°: 522.500.321.49, como Fiscal do contrato abaixo relacionado:

Número/ Ano	Contratado	Objeto
055/ 2019	TIM TRANSPORTES INTEGRADOS MATOGROSSENSES	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE PASSAGENS INTERMUNICIPAIS PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E GABINETE DO PREFEITO DO MUNICIPIO DE CLÁUDIA – MT.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 26 DE SETEMBRO DE 2019.

ALTAMIR KURTEN

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO 294 CREDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA
CNPJ: 01310499000104
Avenida Gaspar Dutra, 0000787 - Centro
Telefone 06635463100
gabinete@claudia.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR Nº 00294/2019

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Sr. ALTAMIR KURTEN, Prefeito Municipal de Claudia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal **00758/2019** , e em consonância com a Lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 1o. Abre Credito Adicional provenientes de SUPERÁVIT FINANCEIRO no valor de R$ 142.213,23 (Cento e Quarenta e Dois mil, Duzentos e Treze Reais e Vinte e Três Centavos) apurado em balanco patrimonial de exercicios anteriores nos termos do nos termos do artigo 43, õ 1§, inciso I da Lei 4.320/64.

07.002-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

07.002.08.244.0009.1085.4.4.9.0.51.00.00.00 Obras e Instalacoes	
0324000000-Transferências de Convênios/Contr.Repasse - Outros (não relacionados à educação	142.213,23
Sub-Total:	**142.213,23**
Total Parcial Suplementado:	**142.213,23**

.

Total Parcial Reduzido:

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Poder Executivo Municipal. CLAUDIA, 10, Setembro de 2019

ALTAMIR KURTEN
Prefeito(a)

Emissão: 16/09/2019 15:30:12 Page 1 de 1

Homologado

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO 293 CREDITO SUPLEMENTAR

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA
CNPJ: 01310499000104
Avenida Gaspar Dutra, 0000787 - Centro
Telefone 06635463100
gabinete@claudia.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR Nº 00293/2019

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Sr. ALTAMIR KURTEN, Prefeito Municipal de Claudia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal **00757/2019** , e em consonância com a Lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 1o. Abertura de credito adicional suplementar por anulacao total ou parcial de dotacoes no valor de R$ 34.300,00 (Trinta e Quatro Mil e Trezentos Reais, nos termos do Artigo 41, inc. I da Lei Federal n§ 4.320/64, para adequacao de dotacoes, consignadas no Orcamento vigente, conforme segue.

08.001-GABINETE DO SECRETARIO OBRAS E SERVICOS PUB

08.001.15.452.0007.2028.3.3.9.0.93.00.00.00 Indenizacoes e Restituicoes	
0124000000-Transferências de Convênios/Contr.Repasse - Outros (não relacionados à educação	7.300,00
08.001.15.451.0009.1040.4.4.9.0.51.00.00.00 Obras e Instalacoes	
0124000000-Transferências de Convênios/Contr.Repasse - Outros (não relacionados à educação	27.000,00
Sub-Total:	**34.300,00**
Total Parcial Suplementado:	**34.300,00**

Art. 2o. Para cobertura do credito adicional suplementar, aberto no Artigo 1o, sera utilizado de acordo com o inciso III do artigo 43, da Lei 4.320/64, os resultantes de anulacao parcial das dotacoes a seguir discriminado.

08.001-GABINETE DO SECRETARIO OBRAS E SERVICOS PUB

08.001.15.452.0007.2028.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamentos e Material Permanente	
0124000000-Transferências de Convênios/Contr.Repasse - Outros (não relacionados à educação	4.000,00
08.001.15.452.0007.2028.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamentos e Material Permanente	
0192000000-Alienação de Bens	8.000,00
08.001.15.452.0009.1039.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamentos e Material Permanente	
0192000000-Alienação de Bens	4.000,00
08.001.15.451.0023.2039.3.3.9.0.36.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	
0100000000-Recursos Ordinários	4.100,00
08.001.15.451.0023.2039.3.3.9.0.36.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	
0117000000-Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	1.200,00
08.001.15.451.0023.2039.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0100000000-Recursos Ordinários	2.000,00
Sub-Total:	**23.300,00**

08.002-DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS

08.002.26.782.0009.1035.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamentos e Material Permanente	
0124000000-Transferências de Convênios/Contr.Repasse - Outros (não relacionados à educação	11.000,00
Sub-Total:	**11.000,00**
Total Parcial Reduzido:	**34.300,00**

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Poder Executivo Municipal. CLAUDIA, 10, Setembro de 2019

ALTAMIR KURTEN
Prefeito(a)

Emissão: 16/09/2019 15:56:07 Page 1 de 1

Homologado

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO 292 CREDITO ESPECIAL

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA
CNPJ: 01310499000104
Avenida Gaspar Dutra, 0000787 - Centro
Telefone 06635463100
gabinete@claudia.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR Nº 00292/2019

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Sr. ALTAMIR KURTEN, Prefeito Municipal de Claudia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal **00756/2019** , e em consonância com a Lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 1o. Abre Crédito Especial por anulação total ou parcial de dotações no valor de R$ 20.280,00 (Vinte mil, Duzentos e Oitenta Reais) nos termos do Artigo 41, inciso II e Art. 43, Inc. III da Lei Federal nº 4.320/64. Para adequacao de dotacoes, consignadas no Orcamento vigente, conforme segue

09.001-GABINETE DO SECRETARIO DES. ECON. E RURAL

09.001.22.661.0009.1053.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamentos e Material Permanente	
0124000000-Transferências de Convênios/Contr.Repasse - Outros (não relacionados à educação	20.280,00
Sub-Total:	**20.280,00**
Total Parcial Suplementado:	**20.280,00**

Art. 2o. Para cobertura do Crédito Especial por Anulação, aberto no Artigo 1o, sera utilizado de acordo com o inciso III do artigo 43, da Lei 4.320/64, os resultantes de anulacao parcial das dotacoes a seguir discriminado.

09.001-GABINETE DO SECRETARIO DES. ECON. E RURAL

09.001.20.608.0017.1050.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamentos e Material Permanente	
0192000000-Alienação de Bens	13.280,00
09.001.20.608.0017.1050.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamentos e Material Permanente	
0124000000-Transferências de Convênios/Contr.Repasse - Outros (não relacionados à educação	7.000,00
Sub-Total:	**20.280,00**
Total Parcial Reduzido:	**20.280,00**

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Poder Executivo Municipal. CLAUDIA, 10, Setembro de 2019

ALTAMIR KURTEN
Prefeito(a)

Emissão: 16/09/2019 16:10:53 Page 1 de 1

Homologado

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO 291 CREDITO ESPECIAL

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA
CNPJ: 01310499000104
Avenida Gaspar Dutra, 0000787 - Centro
Telefone 06635463100
gabinete@claudia.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR Nº 00299/2019

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Sr. ALTAMIR KURTEN, Prefeito Municipal de Claudia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal **00762/2019** , e em consonância com a Lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 1o. Abertura de Credito Adicional Suplementar por anulacao total ou parcial de dotacoes no valor de R$ 254.925,78 (Duzentos e Cinquenta e Quatro Mil, Novecentos e Vinte e Cinco Reais e Setenta e Oito Centavos, nos termos do Artigo 41, inc. I da Lei Federal n§ 4.320/64, para adequacao de dotacoes, consignadas no Orcamento vigente, conforme segue.

03.001-GABINETO DO SECRETARIO ADMINISTRACAO

03.001.04.122.0004.2006.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0100000000-Recursos Ordinários		80.000,00
03.001.04.122.0004.2006.3.3.9.0.36.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	
0100000000-Recursos Ordinários		6.000,00
03.001.04.122.0004.1008.3.3.9.0.36.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	
0100000000-Recursos Ordinários		6.000,00
	Sub-Total:	**92.000,00**

04.001-GABINETO DO SECRETARIO FINANCAS

04.001.28.846.0006.2010.3.2.9.0.21.00.00.00	Juros sobre a Divida por Contrato	
0100000000-Recursos Ordinários		20.000,00
04.001.04.123.0005.2009.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0100000000-Recursos Ordinários		40.000,00
04.001.04.123.0005.2009.3.1.9.0.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	
0100000000-Recursos Ordinários		27.300,00
	Sub-Total:	**87.300,00**

05.001-GAB. DO SEC. FUN. MUNIC. EDUCACAO

05.001.12.365.0012.2058.3.3.9.0.40.00.00.00	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	
0115000000-Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FN		22.000,00
	Sub-Total:	**22.000,00**

06.001-GABINETE DO SECRETARIO - SAUDE

06.001.10.122.0025.2040.3.3.9.0.93.00.00.00	Indenizacoes e Restituicoes	
0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde		3.625,78
	Sub-Total:	**3.625,78**

07.002-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

07.002.08.244.0026.2034.3.3.9.0.14.00.00.00	Diarias - Civil	
0129000000-Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		3.000,00
	Sub-Total:	**3.000,00**

08.001-GABINETE DO SECRETARIO OBRAS E SERVICOS PUB

08.001.15.451.0009.1040.4.4.9.0.51.00.00.00	Obras e Instalacoes	
0124000000-Transferências de Convênios/Contr.Repasse - Outros (não relacionados à educação		19.000,00
08.001.15.451.0009.1040.4.4.9.0.51.00.00.00	Obras e Instalacoes	
0100000000-Recursos Ordinários		28.000,00
	Sub-Total:	**47.000,00**
	Total Parcial Suplementado:	**254.925,78**

Art. 2o. Para cobertura do Credito Adicional Suplementar, aberto no Artigo 1o, sera utilizado de acordo com o inciso III do artigo 43, da Lei 4.320/64, os resultantes de anulacao parcial das dotacoes a seguir discriminado.

02.001-GABINETE DO PREFEITO

02.001.04.122.0002.2002.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0100000000-Recursos Ordinários		7.000,00

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA
CNPJ: 01310499000104
Avenida Gaspar Dutra, 0000787 - Centro
Telefone 06635463100
gabinete@claudia.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR Nº 00299/2019

		Sub-Total:	**7.000,00**
03.001-GABINETO DO SECRETARIO ADMINISTRACAO			
03.001.04.122.0004.2008.3.1.9.0.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil		
0100000000-Recursos Ordinários			4.900,00
03.001.04.122.0004.2006.4.4.9.0.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente		
0192000000-Alienação de Bens			19.800,00
03.001.04.122.0004.2006.4.4.9.0.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente		
0100000000-Recursos Ordinários			1.500,00
03.001.04.122.0004.2008.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo		
0100000000-Recursos Ordinários			1.900,00
03.001.04.128.0004.2007.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica		
0100000000-Recursos Ordinários			9.400,00
03.001.04.122.0004.2008.4.4.9.0.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente		
0100000000-Recursos Ordinários			2.300,00
03.001.04.122.0004.2008.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica		
0100000000-Recursos Ordinários			1.900,00
03.001.04.122.0004.2006.3.1.9.0.13.00.00.00	Obrigacoes Patronais		
0100000000-Recursos Ordinários			13.000,00
03.001.04.122.0004.1008.4.4.9.0.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente		
0100000000-Recursos Ordinários			2.800,00
03.001.04.122.0004.1006.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica		
0100000000-Recursos Ordinários			2.000,00
03.001.04.122.0004.2006.3.1.9.1.13.00.00.00	OBRIGACOES PATRONAIS		
0100000000-Recursos Ordinários			7.000,00
03.001.04.122.0004.2006.3.3.9.0.93.00.00.00	Indenizacoes e Restituicoes		
0100000000-Recursos Ordinários			4.650,00
03.001.04.122.0004.2006.3.3.9.0.92.00.00.00	Despesas de Exercicios Anteriores		
0100000000-Recursos Ordinários			850,00
03.001.04.122.0004.2006.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo		
0100000000-Recursos Ordinários			10.000,00
		Sub-Total:	**82.000,00**
04.001-GABINETO DO SECRETARIO FINANCAS			
04.001.04.123.0005.2009.3.3.9.0.36.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica		
0100000000-Recursos Ordinários			1.000,00
04.001.04.123.0005.2009.3.3.9.0.35.00.00.00	Servicos de Consultoria		
0100000000-Recursos Ordinários			6.000,00
04.001.04.123.0005.2009.4.4.9.0.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente		
0100000000-Recursos Ordinários			10.000,00
04.001.04.123.0005.2009.3.3.9.0.93.00.00.00	Indenizacoes e Restituicoes		
0100000000-Recursos Ordinários			13.000,00
04.001.04.123.0005.2009.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo		
0100000000-Recursos Ordinários			3.500,00
04.001.04.123.0005.1009.4.4.9.0.61.00.00.00	Aquisicao de Imoveis		
0100000000-Recursos Ordinários			4.900,00
04.001.04.123.0004.1010.3.3.9.0.36.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica		
0100000000-Recursos Ordinários			4.500,00
04.001.04.123.0005.2009.3.3.9.0.14.00.00.00	Diarias - Civil		
0100000000-Recursos Ordinários			5.500,00
04.001.04.123.0005.1011.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica		
0100000000-Recursos Ordinários			41.900,00
		Sub-Total:	**90.300,00**
05.001-GAB. DO SEC. FUN. MUNIC. EDUCACAO			

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA
CNPJ: 01310499000104
Avenida Gaspar Dutra, 0000787 - Centro
Telefone 06635463100
gabinete@claudia.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR Nº 00299/2019

05.001.12.365.0012.2058.3.3.9.0.40.00.00.00 SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO		
0101000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação		22.000,00
	Sub-Total:	**22.000,00**
06.001-GABINETE DO SECRETARIO - SAUDE		
06.001.10.302.0025.2031.3.3.7.1.70.00.00.00 RATEIO PELA PARTICIPACAO EM CONSORCIO PUBLICO		
0146000000-Transf. Fundo a Fundo SUS - Governos Federal - Bloco Custeio		3.625,78
	Sub-Total:	**3.625,78**
07.002-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
07.002.08.244.0026.2037.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamentos e Material Permanente		
0192000000-Alienação de Bens		3.000,00
	Sub-Total:	**3.000,00**
08.001-GABINETE DO SECRETARIO OBRAS E SERVICOS PUB		
08.001.15.452.0009.1039.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamentos e Material Permanente		
0100000000-Recursos Ordinários		10.000,00
08.001.15.451.0009.1036.4.4.9.0.51.00.00.00 Obras e Instalacoes		
0100000000-Recursos Ordinários		12.400,00
	Sub-Total:	**22.400,00**
08.002-DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS		
08.002.26.782.0009.1035.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamentos e Material Permanente		
0124000000-Transferências de Convênios/Contr.Repasse - Outros (não relacionados à educação		7.000,00
08.002.26.782.0009.1035.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamentos e Material Permanente		
0100000000-Recursos Ordinários		4.000,00
08.002.26.782.0009.1035.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo		
0100000000-Recursos Ordinários		13.600,00
	Sub-Total:	**24.600,00**
	Total Parcial Reduzido:	**254.925,78**

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Poder Executivo Municipal. CLAUDIA, 24, Setembro de 2019

ALTAMIR KURTEN
Prefeito(a)

Emissão: 30/09/2019 08:45:52 Page 3 de 3

Homologado

DÉCIMO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 046/2018

CONTRATADA: **RCA CONSTRUTORA LTDA EPP**

OBJETO: O valor inicial do contrato fica acrescido em **R$ 23.365,24** (vinte e três mil trezentos e sessenta e cinco reais e vinte e quatro centavos). O valor do contrato passa ser de **R$ 196.798,93** (cento e noventa e seis mil setecentos e noventa e oito reais e noventa e três centavos). **DATA:** 24/09/2019.

NONO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 046/2018

CONTRATADA: **RCA CONSTRUTORA LTDA EPP**

OBJETO: O valor inicial do contrato fica suprimido em **R$ 7.747,02** (sete mil setecentos e quarenta e sete reais e dois centavos). *O valor do contrato passa ser de **R$ 173.433,69** (cento e setenta e três mil quatrocentos e trinta e três reais e sessenta e nove centavos)*. **DATA:** 24/09/2019**.**

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 011/2019

CONTRATADA: **BRASILCARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA**

OBJETO: CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETIVO:

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objetivo alterar a razão social da empresa contratada, prevista no preâmbulo contratual do Contrato nº 011/2019, que passam a ter a seguinte redação:

PREÂMBULO

Fica alterada a razão social da Contratada, passando de BRASILCARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA para "**VOLUS TECNOLOGIA E GESTÃO DE BENEFICIOS LTDA".** DATA: 16/09/2019.

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 060/2017

CONTRATADA: **TWI EMPREENDIMENTOS TECNOLOGICOS LTDA ME**

OBJETO: O valor do presente aditivo é de R$ 90.000,00 (noventa mil reais). O prazo de vigência do presente Termo Aditivo terá início a partir de sua assinatura e seu término previsto para o dia 12 de Setembro de 2020. **DATA:** 12/09/2019**.**

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2019

CONTRATADA: **J. S. DE OLIVEIRA**

OBJETO: Ficam prorrogados o prazo de execução da obra, objeto do contrato, por mais 120 (cento e vinte) dias, encerrando-se, assim, em 04 de Janeiro de 2020. **DATA: 0**6/09/2019**.**

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 039/2017

CONTRATADA: **ALEX DA VEIGA**

OBJETO: O prazo de vigência do presente Termo Aditivo terá início a partir de sua assinatura e seu término previsto para o dia **23 de Abril de 2020.** O valor do presente aditivo é de **R$ 6.559,00 (seis mil quinhentos e cinquenta e nove reais). DATA:** 26/09/2019**.**

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 016/2018

CONTRATADA: **ISAIAS CARDOSO DE LIMA**

OBJETO: O prazo de vigência do presente termo aditivo terá início a partir de sua assinatura e seu término em 26 **de Junho de 2020.** O valor do presente aditivo é de **R$ 9.000,00 (nove mil reais) . DATA:** 30/09/2019**.**

OITAVO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 046/2018

CONTRATADA: **RCA CONSTRUTORA LTDA EPP**

OBJETO: Fica prorrogado o prazo de execução das obras e serviços do lote 02, do Contrato n° 046/2018, em mais 120 (cento e vinte) dias, encerrando-se em 03 de Janeiro de 2020**. DATA:** 03/09/2019**.**

SÉTIMO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 046/2018

CONTRATADA: **RCA CONSTRUTORA LTDA EPP**

OBJETO: Fica prorrogado o prazo de execução das obras e serviços do lote 01, do Contrato n° 046/2018, em mais 90 (noventa) dias, encerrando-se em 02 de Dezembro de 2019**. DATA:** 03/09/2019**.**

TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO N° 036/2015

CONTRATADA: **O. W. ZAGO CONSTRUTORA ME**

OBJETO: A Prefeitura Municipal de Claudia e a empresa O. W. ZAGO CONSTRUTORA ME, resolvem, de comum acordo e com fundamento no art. 79, II, da Lei n° 8.666/93, rescindir o contrato n° 036/2015, a partir de 06 de Setembro de 2019. **DATA:** 06/09/2019**.**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 050/2018

CONTRATADA: **FORGOV CONSULTORIA E CONTABILIDADE LTDA**

OBJETO: Fica prorrogada a vigência do contrato em mais 12 (doze) meses,contados a partir de data de assinatura deste Termo Aditivo, encerrando-se, assim, em **02/09/2020**. **VALOR:** R$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais). **DATA:** 02/09/2019**.**

CONTRATO Nº 055/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CONTRATADA: **TIM TRANSPORTES INTEGRADOS MATOGROSSENSES EIRELI**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORAMENTO E SEGURANÇA DOS IMÓVEIS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CLÁUDIA - MT. VALOR**: R$** 295. 516,93(Duzentos e Noventa e Cinco Mil e Quinhentos e Dezesseis Reais Noventa e Três Centavos). **CONTRATO Nº 055/2019. Data:** 26/09/2019.

CONTRATO Nº 054/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CONTRATADA: **R. M. DE MORAES**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORAMENTO E SEGURANÇA DOS IMÓVEIS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CLÁUDIA - MT. VALOR**:** R$ 15.840,00 (Quinze mil e oitocentos e quarenta reais). **CONTRATO Nº 054/2019. Data:** 23/09/2019.

CONTRATO Nº 053/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CONTRATADA: **CONSTRUTORA TRIPOLO LTDA**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM DE RUAS E AVENIDAS DO MUNICÍPIO DE CLÁUDIA/MT. VALOR**:** R$ **5.516.604,65** (cinco milhões, quinhentos e dezesseis mil, seiscentos e quatro reais e sessenta e cinco centavos). **CONTRATO Nº 053/2019. Data:** 16/09/2019.

CONTRATO Nº 052/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CONTRATADA: **ALINE MESSIAS ME**

OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviços de cabeamento, rede, organizações de cabo, instalações de canaletas, tubulações e serviços internos para atender as necessidades das Secretarias Municipais. VALOR**: R$** 57.750,00 (Cinqüenta e sete mil e setecentos e cinqüenta reais). **CONTRATO Nº 052/2019. Data:** 09/09/2019.

CONTRATO Nº 051/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CONTRATADA: **JOÃO CARLOS ORTIZ ME**

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PÃO FRANCÊS PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS. VALOR**:** R$ 48.984,00(Quarenta e Oito Mil Novecentos e Oitenta e Quatro Reais). **CONTRATO Nº 051/2019. Data:** 04/09/2019.

CONTRATO Nº 050/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CONTRATADA: **OLIVEIRA LEÃO SERVIÇOS GEOLOGICOS E AMBIENTAL LTDA ME**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE REQUERIMENTO DOS DIREITOS MINERÁRIOS DO SUBSOLO E LICENCIAMENTO AMBIENTAL DOS MESMOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE – SEMA, PARA EXTRAÇÃO DE MINÉRIO DE CASCALHO, COM COLETA DE PONTOS COM GPS, DETERMINAÇÃO QUANTITATIVA E QUALITATIVA DA JAZIDA, ESTUDO DA FISIOGRAFIA DA REGIÃO, ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL, DETERMINAÇÃO DAS MEDIDAS MITIGADORAS E DA RECUPERAÇÃO DA ÁREA A SER DEGRADADA, ELABORAÇÃO DE PLANTAS DE DETALHE E DE SITUAÇÃO, ELABORAÇÃO DE MAPAS DE GEOLOGIA, PEDOLOGIA, GEOMORFOLOGIA E DA VEGETAÇÃO DA AREA REQUERIDA, ESTUDO NO “DNPM”, OBTENÇÃO DA LICENÇA MUNICIPAL PARA EXPLORAÇÃO MINERAL, ELABORAÇÃO DO PLANO DE LAVRA E CONSEQUENTEMENTE A ABTENÇÃO DAS LICENÇAS PRÉVIAS, DE INSTAÇÃO E DE OPERAÇÃO COM ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO NA SEMA EM CLAUDIA E TAMBÉM DA VISTORIA TÉCNICA DA SEMA – DO MUNICÍPIO NA PROPRIEDADE LOCALIZADA NA ESTRADA CAMILA ATENDENDO TODOS OS REQUISITOS TÉCNICOS E LEGAIS EXIGIDOS PELOS ORGÃOS AMBIENTAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO, CONFORME DISPOSTO NA LEI Nº 6.567, DE 24 DE SETEMBRO DE 1978, PORTARIA Nº 266 DE 10 DE JULHO DE 2008 E CONAMA 010 DE 06 DE DEZEMBRO DE 1990. **VALOR:** R$ 5.200,00 (cinco mil e duzentos reais). **CONTRATO Nº 050/2019. Data:** 02/09/2019.

RH
PORTARIA N° 602/2019

DATA: 25 de Setembro de 2.019.

SÚMULA: Designa o servidor **EVERSON CESER KONZEN,** como Fiscal de Contratos e dá outras providencias.

ALTAMIR KURTEN, PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designa a servidor **Everson Ceser Konzen**, RE: 1934, portador do RG n°: 1377774-15 SSP/MT e CPF n°: 945.010.251-15, como Fiscal do Contrato abaixo relacionado:

Número/ Ano	Contratado	Objeto
054/ 2019	R.M. DE MORAES	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORAMENTO E SEGURANÇA DOS IMÓVEIS PÚBLICOS DO MUNICIPIO DE CLÁUDIA - MT

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 23/09/2019.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 25 DE SETEMBRO DE 2019.

ALTAMIR KURTEN

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

RH
PORTARIA N° 604/2019

DATA: 26 de Setembro de 2019.

SÚMULA: Dispõe sobre a averbação de tempo de serviço da servidora **Janete Marins Freduczwski.** e dá outras providências,

Considerando o Art. 159 da Lei Complementar 012/2013 de 11 de dezembro de 2013, que dispõe sobre o Estatuto do Servidor Público do Município e o Art. 43 da Lei Complementar 473/2013 de 24 de Abril de 2013, que dispõe sobre o Regime Próprio dos Servidores Municipais, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Averbar o tempo de serviço / contribuição conforme Certidão emitida pelo INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social n° 10021010.1.1. 100163/19-7, à servidora **Janete Marins Freduczwski.**

Art. 2° - O período averbado compreende a 1.612 dias, correspondendo há 4 anos, 05 meses e 02 dias.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 26 de Setembro de 2019.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE- SE

PUBLIQUE - SE

CUMPRE- SE

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

CONTRATO DE PRESTAÇAO DE SERVIÇOS Nº 055/2019

CONTRATO DE PRESTAÇAO DE SERVIÇOS

Nº 055/2019

O MUNICÍPIO DE COCALINHO, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Avenida Araguaia n° 676, CEP: 78680-000, devidamente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o N2 00.965.145/0001-27, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pela Prefeita Municipal Senhora Dalva Maria de Lima Peres, portador da Cédula de Identidade — Registro Geral Nº 1.982.506 SSP-GO e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 556.892.561-53, residente e domiciliado à Av. Araguaia, doravante denominada simplesmente de **CONTRATANTE** e do outro lado a **Srª. Adriana Ribeira Felix dos Santos**, Brasileira, Técnica de Enfermagem inscrita no COREN sob o nº 1119767-TE, portador do Rg. n° 1315089-8 expedida pela SSP-MT inscrito CPF: 014.114.641-92 Residente e domiciliado no Calcário Serra Dourado situado na Rodovia MT 326 Cocalinho MT, na Zona Rural nesta cidade de Cocalinho, chamado simplesmente de **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas, e o pregão presencial 09/2019, aplica-se a Lei n° 8.666, de 21/06/

1993 com suas alterações posteriores e o Código Civil Brasileiro ao presente contrato e em especial aos seus casos omissos.

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA — DO OBJETO

1. Consiste o objeto de presente prestação de serviços na área de Técnica de enfermagem para atuar para atender a demanda do PSF Zé sozinho situado na Zona Rural do Município de Cocalinho, por um período de 05 (cinco) meses.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO REAJUSTAMENTO DO PREÇO.

2.1 O valor para a execução do presente contrato é de R$ 8.750,00 (oito mil setecentos e cinquenta reais) O pagamento será feito em parcelas mensais divido em cinco parcelas de igual valor R$ 1.750,00 (um mil setecentos e cinquenta reais) que serão pagos ate o dia 10 (dez) do mês subsequente após a apresentação da nota fiscal de prestação de serviços.

Cocalinho – MT, 30 de setembro de 2019.

_____

Prefeitura Município de Cocalinho – MT

Dalva Maria de Lima Peres

Prefeita Municipal

Contratante

_____

Adriana Ribeira Felix dos Santos

Contratada

TESTEMUNHAS: **NOME:** **CPF Nº:** **ASSINATURA:**.....	**NOME:** **CPF Nº:** **ASSINATURA:**.....

CONTRATO DE PRESTAÇAO DE SERVIÇOS Nº 054/2019

CONTRATO DE PRESTAÇAO DE SERVIÇOS

Nº 054/2019

O MUNICÍPIO DE COCALINHO, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Avenida Araguaia n° 676, CEP: 78680-000, devidamente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o N2 00.965.145/0001-27, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pela Prefeita Municipal Senhora Dalva Maria de Lima Peres, portador da Cédula de Identidade — Registro Geral Nº 1.982.506 SSP-GO e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 556.892.561-53, residente e domiciliado à Av. Araguaia, doravante denominada simplesmente de **CONTRATANTE** e do outro lado a **Srª. Taize Viviane Ramos de Souza**, Brasileira, Enfermeira inscrita no COREN sob o nº 252313-ENF, portador do Rg. n° 5162134 expedida pela SSP-GO inscrito CPF:022.425.761-78. Residente e domiciliado na Rua C 16, 685, Q.Y Lote 05, Alto Cocalinho nesta cidade de Cocalinho, chamado simplesmente de **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas, e o pregão presencial 09/2019, aplica-se a Lei n° 8.666, de 21/06/1993 com suas alterações posteriores e o Código Civil Brasileiro ao presente contrato e em especial aos seus casos omissos.

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA — DO OBJETO

1. Consiste o objeto de presente prestação de serviços na área de enfermagem para atuar como enfermeira para atender a demanda do PSF Zé sozinho situado na Zona Rural do Município de Cocalinho, por um período de 05 (cinco) meses.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO REAJUSTAMENTO DO PREÇO.

2.1 O valor para a execução do presente contrato é de R$ 16.250,00 (dezesseis mil e duzentos e cinquenta reais) O pagamento será feito em parcelas mensais divido em cinco parcelas de igual valor R$ 3.250,00 (três mil duzentos e cinquenta reais) que serão pagos ate p dia 10 (dez) do mês subsequente com após a apresentação da nota fiscal de prestação de serviços.

Cocalinho – MT, 30 de setembro de 2019.

_____

Prefeitura Município de Cocalinho – MT

Dalva Maria de Lima Peres

Prefeita Municipal

Contratante

_____

Taize Viviane Ramos de Souza

Contratada

TESTEMUNHAS: **NOME:** **CPF Nº:** **ASSINATURA:**.....	**NOME:** **CPF Nº:** **ASSINATURA:**.....

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER- LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 052/2019 - SRP

A Prefeitura Municipal de Colider/MT, através de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público o **RESULTADO** do julgamento referente ao **Pregão Presencial nº 052/2019**, cujo objeto é o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de dedetização, desratização, descupinização e limpeza de forro e caixas d'água, para atender as demandas de diversas Secretarias do Município de Colider/MT. Sagrou-se vencedora a seguinte empresa:

EMPRESA	LOTES	VLR. TOTAL (R$)
ANALICE MARANGONI EIRELI ME	01, 02 e 03	563.275,60

Colider/MT, 01 de outubro de 2019

ERIVALDO EVARISTO DE LIMA

Pregoeiro Oficial

Publique-se

PREFEITURA DE COLIDER/LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 054/2019

A Prefeitura Municipal de Colider/MT, através de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público o RESULTADO do julgamento referente ao Pregão Presencial nº 054/2019, que tem como objeto a aquisição de materiais para pavimentação asfáltica comunitária no bairro Jardim Vânia no município de Colider/MT. Sagrou-se vencedora a seguinte empresa:

EMPRESA	ITENS	VLR. TOTAL (R$)
ARAPETRO DISTRIBUIDORA DE PETROLEO EIRELI	01 e 02	212.428,94

Colider/MT, 01 de Outubro de 2019

ERIVALDO EVARISTO DE LIMA

Pregoeiro Oficial

Publique-se

PREFEITURA DE COLIDER/LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 053/2019

A Prefeitura Municipal de Colider/MT, através de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público o **RESULTADO** do julgamento referente ao **Pregão Presencial nº 053/2019**, que tem como objeto a aquisição de materiais para pavimentação asfáltica comunitária nos bairros do município de Colider/MT. Sagrou-se vencedora a seguinte empresa:

EMPRESA	ITENS	VLR. TOTAL (R$)
ARAPETRO DISTRIBUIDORA DE PETROLEO EIRELI	02 e 03	899.139,58

Colider/MT, 01 de outubro de 2019

ERIVALDO EVARISTO DE LIMA

Pregoeiro Oficial

Publique-se

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
DECRETO Nº 067 /2019

DISPÕE SOBRE A NOVA COMPOSIÇÃO DOS MEMBROS DA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES - JARI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Sr. NOBORU TOMIYOSHI, Prefeito Municipal de Colíder, Estado Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o artigo 4º, artigo 5º e seu parágrafo único da lei 2261/2009,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes membros para constituição da Junta Administrativa de Recursos de Infrações-JARI:

I – Representante do Serviço Municipal de Trânsito e Rodoviário - Titular: Gabrielle Raysa Perego, - servidora administrativa do SMTR

- Suplente: Admar Agostini Manica – Assessor Jurídico

II – Representante do Sindicato dos Taxistas de Colíder e dos condutores - Titular: Galdino José de Souza, taxista - Suplente: Maurício Ponciano, taxista

III – Representante com conhecimento em área de trânsito - Titular: Maria Ester da Paz Silva, servidora pública estadual - Suplente: Tiago Rosa de Souza Lima, servidor municipal

Art. 2º Fica nomeado para Presidente da Junta Administrativa de Recursos de Infrações, Gabrielle Raysa Perego, de acordo com o parágrafo único do artigo 5º da Lei Municipal nº 2261/2009 de 18 de novembro de 2009.

Art 3º As despesas decorrentes da execução deste Decreto, correrão por conta das dotações próprias da Prefeitura Municipal.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº. 018A/2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colíder-MT, em 06 de agosto de 2019.

NOBORU TOMIYOSHI Prefeito Municipal de Colíder-MT

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
DECRETO Nº.080/2019

"ALTERA MEMBROS DA COMISSÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR, DO MUNICÍPIO DE COLÍDER, ESTADO DE MATO GROSSO DO DECRETO 021/2018".

O Excelentíssimo Sr. NOBORU TOMIYOSHI, Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º - Fica Alterado o membro da Comissão do Transporte Escolar, do Município de Colíder/MT, Representante dos Professores do Município: Representante dos Professores do Município Substituir DORCELI SIMONETTO CPF.650.588.601-04 por QUITERIA DOMICIANO SILVA CPF. 735.003.804-68

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor após sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colíder-MT, em 23 de setembro de 2019.

NOBORU TOMIYOSHI Prefeito Municipal de Colíder/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 024

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

CONCURSO PÚBLICO 001/2017

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 024

"Dispõe sobre a convocação de candidatos aprovados no Concurso Público nº 001/2017, Edital Unificado 001/2017 da Prefeitura Municipal de Colniza-MT, e dá outras providencias"

Jesineison de Aguiar Brandão, Prefeito Interino Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no art. 80, III da Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDERANDO que o art. 37, inciso II da Constituição Federal, determina que a investidura em cargo público seja procedida de aprovação em concurso público de provas ou provas e títulos;

CONSIDERANDO que foi homologado o resultado final do concurso público para o preenchimento de cargos vagos ao quadro efetivo da Prefeitura Municipal de Colniza/MT;

CONSIDERANDO os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência dos atos administrativos;

RESOLVE:

Art. 1º - CONVOCAR os candidatos aprovados e relacionados no ANEXO I deste Edital vistas à nomeação para cargos efetivos, observados as seguintes condições:

I - Os candidatos relacionados no **ANEXO I** do Presente Edital, deverão comparecer, pessoalmente ao Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Colniza/MT, localizada na Avenida Tarumã, nº 116, Centro, Colniza/MT, para apresentação e entrega dos documentos constantes no item 2.3 do Edital do Concurso Público 001/2017 da Prefeitura Municipal de Colniza/MT e art. 13 da Lei 499/2011 - Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município De Colniza.

II - Não serão recebidos documentos de forma parcial, sendo que a falta de qualquer documento constante no item 2.3 ao 2.3.16 do Edital do Concurso Público 001/2017, acarretará o não cumprimento do mesmo.

III - O não comparecimento no prazo legal implicará a renúncia tácita do aprovado convocado e, consequentemente, a perda do direito à nomeação ao cargo para o qual foi aprovado.

Art. 2º - Os candidatos ora convocados neste Edital deverão se apresentar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação do presente Edital, para que sejam empossados, nos cargos o qual foram aprovados, com as documentações exigidas no item 2.3 ao 2.3.16 do Edital do Concurso Público 001/2017, e os seguintes documentos:

- 01 Foto 3 x 4;

- Comprovante de residência;

- Conta bancaria no Banco do Brasil;

- Declaração de bens;

- Certidão de Nascimento ou casamento;

- CPF do cônjuge;

- Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos;

- Carteira de vacina dos filhos menores de 07 anos;

- Declaração escolar dos filhos maiores de 07 anos;

- PIS/PASEP, caso não tenha informar;

- CTPS Carteira de Trabalho e Previdência Social;

- Titulo Eleitoral;

- Numero do telefone e email.

Art. 3º - A nomeação será feita exclusivamente no Regime Estatutário e a jornada de trabalho será de acordo com o constante no Edital do Concurso Público 001/2017.

Parágrafo Único – Será tornado sem efeito o ato de nomeação do candidato se a posse não ocorrer dentro do prazo de 30 (trinta) dias, conforme dispõe o § 2º do Art. 24 da Lei 499/2011 - Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município De Colniza.

Art. 4º - Os candidatos convocados serão empossados diante da necessidade de cada Secretaria, respeitando as vagas ofertadas em cada cargo.

Art. 5º - O presente Edital de convocação, com a relação dos convocados, estará publicado no Diário Oficial de Contas - TCE, no Jornal Eletrônico da AMM, no site Oficial do Município www.colniza.mt.gov.br e no mural da Prefeitura Municipal de Colniza/MT.

Art. 6º - É de inteira responsabilidade do candidato a sua omissão quanto ao que for publicado ou divulgado.

Art. 7º - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 8º - Integra este Edital o ANEXO I – Relação de Candidatos Convocados.

Colniza/MT, 01 de outubro de 2019.

Jesineison de Aguiar Brandão

PREFEITO INTERINO MUNICIPAL

DE COLNIZA/MT

ANEXO I

ENFERMEIRO – SEDE

Inscrição	Nome	Data de Nascimento	Nota Final	Resultado
273569	PRISCILA BORGES JASKOWIAK	09/10/1992	63,5	7º

TECNICO EM ENFERMAGEM – SEDE

Inscrição	Nome	Data de Nascimento	Nota Final	Resultado
272722	NILZETE MARTINS DOS SANTOS	23/08/1982	52,0	32º
272685	SUELI GERMANO NETO	16/11/1971	52,0	33º

ODONTÓLOGO – SEDE

Inscrição	Nome	Data de Nascimento	Nota Final	Resultado
277377	THÁGYNE CRISTINA LIMA DE SOUZA	10/07/1994	67,0	2º

VIGIA – SEDE

Inscrição	Nome	Data de Nascimento	Nota Final	Resultado
272980	FABIO DE LOLLO	11/09/1980	77,5	13º
275081	ELIEZIO DA COSTA MORAES	25/05/1990	77,5	14º

RECEPCIONISTA – SEDE

Inscrição	Nome	Data de Nascimento	Nota Final	Resultado
276462	TAYNARA PEREIRA ALMEIDA	05/09/1998	62,0	5º

Colniza/MT, 01 de outubro de 2019.

Jesineison de Aguiar Brandão

PREFEITO INTERINO MUNICIPAL

DE COLNIZA/MT

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 096/GP/2019

DECRETO Nº. 096/GP/2019, DE 01 DE OUTUBRO DE 2019.

"Decreta luto oficial pelo falecimento da Senhora Santina Senhorinha da Silva."

Jesineison de Aguiar Brandão, Prefeito Interino Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO o falecimento da Senhora **SANTINA SENHORINHA DA SILVA,** mãe do Ex-vereador e presidente da Câmara Municipal de Colniza Senhor **Valdinei da Silva Moraes**;

CONSIDERANDO ser uma cidadã pioneira desta Cidade que contribuiu para o progresso dela desde o ano de 1.998;

CONSIDERANDO o consternamento geral da comunidade Colnizense e o sentimento de solidariedade, dor e saudade que emerge pela perda de uma cidadã exemplar, respeitável de conduta moral decente e justa;

CONSIDERANDO, finalmente, que é dever do Poder Público render justas homenagens àqueles que com o seu trabalho, seu exemplo e sua dedicação, contribuíram para o bem-estar da Coletividade.

DECRETA:

ART. 1° - Luto Oficial no Município de Colniza/MT, por 03 (três) dias contados desta data, pelo falecimento da Senhora **SANTINA SENHORINHA DA SILVA** que em vida, pelos inestimáveis serviços prestados ao município de Colniza/MT, por ter sido uma cidadã exemplar;

ART. 2º. – Em razão do ocorrido não haverá expediente nas repartições públicas municipais **apenas na data de 01 de outubro de 2019**, excetuando-se os serviços considerados essenciais.

ART. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registra-se; Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza-MT, em 01 de outubro de 2019.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Colniza-MT, conforme autorização da Lei Municipal nº. 012/2001.
Colniza/MT, em 01 de outubro de 2019
_____
Elvira Mund da Costa
Secretária Adjunta de Administração

Jesineison de Aguiar Brandão

PREFEITO INTERINO MUNICIPAL

DE COLNIZA/MT

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1.288/ADM/2019

PORTARIA Nº 1.288/ADM/2019, DE 01 DE OUTUBRO DE 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dis-

põe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Revogar em seu inteiro teor a **Portaria nº 1.268/ADM/2019, DE 16 de Setembro de 2019** que concede **Férias** a Servidora Pública Municipal **Andreia Carvalho Ramos,** matricula nº 286, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 01 de Outubro de 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1.289/ADM/2019

PORTARIA Nº 1.289/ADM/2019, DE 01 DE OUTUBRO DE 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** ao Servidor Público **Vanderson Rodrigues Pego, lotado na Secretaria Municipal de Finanças, matricula nº 3472, a partir do dia 01 a 30 de outubro do ano de 2019, referente ao período aquisitivo 2017/2018, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.**

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 01 de outubro de 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

ABERTURA PROPOSTA TOMADA DE PREÇO 009/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

TOMADA DE PREÇOS ABERTURA DA PROPOSTA Nº 009/2019

O Município de Comodoro, Estado de Mato Grosso, através da Presidente da Comissão de Licitação João Alfredo Pereira Borges, torna público aos interessados que realizará a abertura dos envelopes da proposta de preço na modalidade de TOMADA DE PREÇOS, EDITAL n° 009/2019, tendo como objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE PONTES E REFORMA DE PONTES DE MADEIRA, CONFORME PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO E FINANCEIRO E PLANILHA DE LOCALIZAÇÃO, EM ANEXO, cuja reabertura ocorrerá às 08:00 horas do dia 08/10/2019, na sede da Prefeitura Municipal, situada à Rua Espírito Santo nº 199 E – Centro – CEP: 78.310-000 - Comodoro – MT. O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados na sala de Licitações e no site: www.comodoro.mt.gov.br. Qualquer informação poderá ser obtida pelo telefone (0xx65) 3283-2404 com a Presidente/Equipe de Apoio das 8:00 às 12:00 horas.

Comodoro – MT, 01 de Outubro de 2019.

João Alfredo da Silva Borges

Presidente

EXTRATO DE EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 082/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 082/2019

O Município de Comodoro, Estado de Mato Grosso, através do Pregoeiro Fernando Oliveira Lemos da Rosa, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL **EXCLUSIVO PARA MICRO-EMPRESA-EMPRESA DE PEQUENO PORTE E MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL**EDITAL n° 082/2019, tendo como objeto**REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUALAQUISIÇÃO DE LUBRIFICANTES E GRAXAS PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS,** cuja abertura ocorrerá às **08:00 horas** do dia **15/10/2019**, na sede da Prefeitura Municipal, situada à Rua Espírito Santo nº 199 E – Centro – CEP: 78.310-000 - Comodoro – MT. O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados na sala de Licitações e no site: www.comodoro.mt.gov.br. Qualquer informação poderá ser obtida pelo telefone (0xx65) 3283-2404 com o Pregoeiro/Equipe de Apoio das 8:00 às 12:00 horas.

Comodoro – MT, 01 de outubro de 2019.

Fernando Oliveira Lemos da Rosa

Pregoeiro

EXTRATO DE ADITIVO Nº 183/2019

TERMO ADITIVO Nº. 183/2019 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 069/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: ETCA CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA

OBJETO: ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA, SUBSTITUINDO A COORDENAÇÃO DOS SERVIÇOS E A RESPONSABILIDADE TÉCNICA PARA O SR. CLAUDIO HENRIQUE TEODODO DE ALMEIDA, REPRESENTANTE DA CONTRATADA.

EXTRATO DE ADITIVO Nº 182/2019

TERMO ADITIVO Nº. 182/2019 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 068/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: ETCA CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA

OBJETO: ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA, SUBSTITUINDO A COORDENAÇÃO DOS SERVIÇOS E A RESPONSABILIDADE TÉCNICA PARA O SR. VALDINEY LEÃO DE LIMA, REPRESENTANTE DA CONTRATADA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 194/2019
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 041/2019.

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 194/2019.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nª 041/2019.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO SENDO PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO PATRIMONIAL NO MODELO RFID, (IDENTIFICAÇÃO POR RADIOFREQUENCIA), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE CONFRESA-MT.

CONTRATADA: Nome: GUILHERME CARRAPATOSO GARCIA SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS **CNPJ:** 14.737.908/0001-97. **Endereço:** RUA MATILDE CARLOS MONTESANTI. **BAIRRO:** JARDIM CIDADE PIRITUBA. **CIDADE:** SÃO PAULO. **CEP:** 02.945-060. (11) 98751-1435. **VALOR TOTAL CONTRATADO**: R$ 15.390,00 (Quinze Mil e Trezentos e Noventa Reais), para o fornecimento dos itens do objeto da Dispensa.

FUNDAMENTO: Artigo 24, inciso II, da Lei 8.666/93.

RATIFICO nos termos do artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93 a Dispensa de Licitação nº 041/2019, em conformidade com o Termo de Referência.

Confresa/MT, 01 de Outubro de 2.019.

Ronio Condão Barros Milhomem.

Prefeito Municipal.

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
ATA DE LICITAÇÃO DESERTA PROCESSO LICITATORIO Nº162/2019
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº117/2019

ATA DE LICITAÇÃO DESERTA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº162/2019

PREGÃO PRESENCIAL – SRP Nº117/2019

Às **09h00min horas do dia 25/09/2019** estiveram reunidos na PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA, Avenida Centro Oeste Nº: 286- Bairro: Centro, neste ato Representado pelo seu Prefeito Municipal Sr.(ª), assistido pelo Pregoeiro Oficial e sua Equipe de Apoio para apreciarem e julgarem a Proposta de Preço e os Documentos de Habilitação apresentados para a licitação na modalidade **PREGAO PRESENCIAL SRP Nº117/2019**, do tipo Menor Preço por Item, em decorrência do objeto: **PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO SENDO GELO EM BARRA E CUBOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.**

Reuniu-se, para o ato de recebimento dos envelopes contendo Propostas e Documentações de Habilitação referentes ao **Pregão Presencial SRP Nº117/2019**, quando que iniciada a sessão pontualmente as 09h00min, constatou-se que não se fez presente uma única empresa interessada a apresentar os envelopes de proposta e de habilitação.

O Pregoeiro Oficial e sua Equipe de Apoio segundo a Lei de Licitações decide declarar a **LICITAÇÃO DESERTA**, sugerindo republicação do certame; sendo possível, mantidas as condições do edital. Encaminham-se os autos à apreciação do Sr. Prefeito Municipal para deliberação. Nada mais havendo a relatar, o Sr. Pregoeiro encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada.

CEZAR QUEIROZ DA SILVA

Pregoeiro.

Alcimone Carvalho da Costa.

Equipe de Apoio.

Leidimar Aparecida dos Santos Ribeiro.

Equipe de Apoio.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

DEPARTAMENTO PESSOAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 055/2019

JAIR KLASNER, PREFEITO DO MUNICIPIO DE COTRIGUAÇU, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o Artigo 37, item II da Constituição Federal, e o disposto no artigo 24 da Lei Municipal nº 019/2005.

C O N V O C A:

Os abaixo relacionados, aprovados em Processo Seletivo Simplificado 002/2018, que deverão comparecer no prazo de 10 (Dez) dias, à contar desta data, na Prefeitura Municipal, no horário de 7:00h às 13:00h, para assumirem suas funções, na conformidade da Lei, apresentando **fotocópia** da seguinte documentação:

• Fotocópia da certidão de nascimento ou casamento ou averbações, se houver;

• Fotocópia da certidão de nascimento dos filhos, se tiver;

• Fotocópia da Cédula de Identidade e CPF;

• Cópia da Carteira de Trabalho e do Cartão de Cadastramento no PIS/PASEP;

• Fotocópia do Título de Eleitor com o comprovante de votação na última eleição;

• Fotocópia do Certificado de Reservista, de isenção ou de dispensa (se do sexo masculino);

• Declaração de que nunca foi demitido do serviço público por justa causa; (prefeitura fornece modelo)

• Fotocópia do comprovante de Escolaridade e os respectivos registros nos órgãos fiscalizadores (quando exigido);

• Declaração de Bens e Direitos; (prefeitura fornece modelo da declaração);

• Declaração de não acumulo ilegal de cargo; (prefeitura tem o modelo)

• Conta bancária;

• Endereço atualizado;

• Fotocopia da CNH exigida para o exercício do cargo (quando necessário).

Certidão negativa da justiça (civil e criminal) das cidades onde o(a) candidato(a) tenha residido nos últimos cinco anos; Comprovante de qualificação cadastral expedido pelo sistema e-social.

O não comparecimento do (a) interessado (a) no prazo de 10 (Dez) dias, à partir desta data, e a apresentação da documentação prevista acima, implicará no reconhecimento da DESISTÊNCIA E RENÚNCIA quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi selecionado(a), reservando-se à Administração o direito de convocar outro candidato.

Cotriguaçu – MT, em 01 de Outubro de 2019.

JAIR KLASNER

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I

DOS CONVOCADOS

CARGO: PROFESSOR – NIVEL MÉDIO/NOVA UNIÃO

NAYARA JUVINO RAMOS

TERMO DE RESULTADO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL 055/2019 PROCESSO 089/2019

DO RESULTADO:

A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu/MT, torna público o resultado da Licitação, para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial - SRP nº 055/2019, realizado no dia 25 de setembro de 2019, objeto**:"FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TONERS E TINTA PARA IMPRESSORAS, PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE COTRIGUAÇU-MT".** Obteve os seguintes resultados**:**

A empresa:**F.L AGUIAR COMERCIO E SERVICO EIRELI CNPJ: 26.637.086/0001-51** foi vencedora da licitação dos itens:3, 4, 6, 8, 10, 13, 14, 15, 16, 17, 22, 26, 28, 29, 30,31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 52, 54. Com o valor global de **R$ 62.254,00 (sessenta e dois mil, duzentos e cinquenta e quatro reais).**

A empresa**: FERRARI CELL LTDA – EPP CNPJ: 11.350.664/0001-05** foi vencedora da licitação dos itens: 5, 7, 9, 18, 24, 25, 27, 42, 53. Com o valor global de **R$ 9.445,63 (nove mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais, e sessenta e três centavos).**

A empresa:**MARCOS S BIUDES – M**E **CNPJ: 08.257.279/0001-03** foi vencedora da licitação dos itens: 1, 11, 12, 19, 20, 21, 23, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49,50, 51 Com o valor global de **R$51.719,65 (cinquenta e um mil, e setecentos e dezenove reais, e sessenta e cinco centavos).**

A empresa:**RODRIGO JESUINO PADILHA – ME** CNPJ**: 16.698.725/0001-35** foi vencedora da licitação dos itens: 2 Com o valor global de **R$12.776,40 (doze mil reais, e setecentos e setenta e seis reais, e quarenta centavos).**

DA HOMOLOGAÇÃO:

O Prefeito Municipal, JAIR KLASNER, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nrº: 089/2019

b) Licitação Nrº: 055/2019

c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

d) Data Homologação: 01/10/2019

O Processo Administrativo referente à licitação acima se encontra a disposição dos interessados na sala de licitações da referida Prefeitura, localizada na av. 20 de Dezembro, nº 725, Centro, neste município de Cotriguaçu/MT, 01 de outubro de 2019.

Gislaine Moreira de Oliveira

Pregoeira

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE REALINHAMENTO DE PREÇO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS –015/2019 - PREGÃO PRESENCIAL 016/2019 PROCESSO 023/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU torna público o primeiro Termo Aditivo de Valor, na ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 015/2019 parte integrante do Processo Nº 023/2019 – Pregão Presencial Nº. 016/2019, celebrado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU e a empresa **S. CAPELETO, inscrita no CNPJ 04.002.835/0001-31**. Pelo presente TERMO ADITIVO, fica alterada a Cláusula Primeira'' (Do VALOR), referente a Ata de Registro de Preços nº 015/2019, objetivando a **"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL NA BOMBA, COMO: DIESEL COMUM E DIESEL S-10 PARA ATENDER A DEMANDA DAS FROTAS MUNICIPAIS NO DISTRITO DE NOVA UNIÃO"**. *CLÁUSULA Primeira – DO ADITIVO –DO VALOR -* CLÁUSULA PRIMEIRA - DO VALOR: O presente Termo Aditivo tem por objeto o reajuste de valor, conforme apresentação de Notas Fiscais anteriores e posteriores no aumento de 5,87% para o aumento de valor unitário do item 01 (COMBUSTIVEL - DIESEL, COMUM), passando o valor de **R$ 4,28 (quatro reais, e vinte e oito centavos) para R$ 4,53 (quatro reais e cinquenta e três centavos)** para aquisição no centro de Cotriguaçu. Parágrafo único: O reajuste se aplica a partir da assinatura do presente Termo Aditivo, as aquisições a partir de 01/10/2019 a seguir.

Cotriguaçu 01 de outubro de 2019.

GISLAINE MOREIRA DE OLIVEIRA

PREGOEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 017/2019

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 017/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Curvelândia - MT.

Contratada: DANIELA INFANTINA MARTINS BERNARDES

CPF: 567.442.851-49

OBJETO: Contratação de Profissional para prestação de serviços na função de Nutricionista, para planejar, elaborar, acompanhar e avaliar o cardápio da alimentação escolar, propor e realizar ações de educação alimentar e nutricional de higiene sanitária das preparações da merenda dos alunos das escolas municipais, bem como o acompanhamento e supervisão da higiene e organização da cozinha das escolas municipais do Município de Curvelândia - MT.

Vigência: 22/09/2019 à 22/12/2019.

Dispensa de Licitação nº 002/2019.

ASSINAM: Pelo Município de Curvelândia – MT, o Sr. SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA, Prefeito Municipal, pela parte CONTRATADA, Sra. DANIELA INFANTINA MARTINS BERNARDES.

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 029/2019

A Prefeitura Municipal de Curvelândia/MT, através do Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 15/10/2019 às 08h30min, a Licitação na modalidade Pregão Presencial nº 029/2019, do tipo “Menor Preço por Item", exclusivo para micro e pequenas empresas, cujo objeto é o Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na publicação de matérias no diário oficial do estado, diário oficial da união e jornal de grande circulação diária no estado de mato grosso, para divulgação de atos oficiais de interesse do município de Curvelândia-MT. O edital completo está à disposição dos interessados no Setor de Licitação, situado na rua São Bernardo nº 523, Centro, Curvelândia/MT, e gratuitamente no site: www.curvelandia.mt.gov.br. Maiores informações, através do e-mail: licitacao@curvelandia.mt.gov.br, ou pelo telefone (65) 3273-1275.

Curvelândia/MT, 01 de outubro de 2019.

Gustavo Alves do Carmo

Pregoeiro Oficial

LICITAÇÕES E CONTRATOS
RATIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2019 - PROCESSO Nº 051/2019

RATIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO – DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 012/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 051/20189. DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2019. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA, DE ACORDO COM AS NORMAS REGULARIZADORAS DA ANEEL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA E SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CURVELÂNDIA - MT. Empresa Contratada: ENERGISA MATO GROSSO – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A., CNPJ Nº 03.467.321/0001-99, Valor Estimado: R$ 482.550,00 (Quatrocentos e Oitenta e Dois Mil, Quinhentos e Cinquenta Reais). O Prefeito Municipal de Curvelândia - MT resolve **RATIFICAR** o processo licitatório em epígrafe, fulcrada no inciso XXII, do artigo 24 da Lei 8.666/93, e ordenar sua publicação em cumprimento ao disposto no art. 26 da Lei Federal nº 8.666/93. Curvelândia – MT, 01 de Outubro de 2019. SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA - PREFEITO MUNICIPAL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/2019/SRP

A Prefeitura Municipal de DIAMANTINO /MT torna público que ás 08:00 horas do dia 14 de Outubro de 2019, estará abrindo o pregão presencial, para o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PROTETOR SOLAR FPS 60 (4 LITROS) COM AÇÃO REPELENTE PARA INSETOS, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS VIAÇÃO E SERVIÇOS PUBLICOS DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO-MT.** O Edital poderá ser obtido junto ao Setor de Licitação do Poder Executivo de Diamantino, durante o horário de expediente e também estará disponível no site www.diamantino.mt.gov.br Maiores informações poderão ser solicitadas em horário de expediente através do telefone (65) 3336-6400/6423.

Diamantino /MT, 02 de Outubro de 2019.

NICHOLAS DA COSTA MACHADO

Pregoeiro Oficial

SETOR RH
PORTARIA/DRH Nº 223/2019

Dispõe sobre Licença Prêmio da Funcionária Pública Municipal Senhora **OCTACILIA DIONISIA ALVES,** e dá outras providências.

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA, Secretário Municipal de Administração, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais.

CONSIDERANDO o preceituado no art. 73 da Lei 006/90;

CONSIDERANDO que a servidora faz jus ao gozo da licença por assiduidade adquirida no período **29 de Dezembro de 2010 a 28 de Dezembro de 2015;**

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder Licença Prêmio a Senhora **OCTACILIA DIONISIA ALVES,** matrícula funcional 235-1**,** ocupante do Cargo/Função de Agente Público Municipal/Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Obras e Vias Públicas, a serem usufruídas no período de **13 de Outubro de 2019 a 10 de Janeiro de 2020.**

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ART. 3º - Revogam – se as disposições em contrário.

Publica-se. Registra-se. Cumpra-se.

Diamantino/MT, 01 de Outubro de 2019.

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA

Secretário Municipal de Administração

SETOR RH
PORTARIA/DRH Nº 224/2019

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA, Secretário Municipal de Administração, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder, o **Retorno de Auxilio Maternidade** para a servidora abaixo mencionada:

MAT.	NOME	Cargo	Lotação	Data de Retorno
4208-1	MARCIA DA SILVA ROCHA	ASA	Saúde	12/10/2019

ART. 2º - Apresente Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura.

Diamantino/MT, 01 de Outubro de 2019.

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA

Secretário Municipal de Administração

GABINETE
PORTARIA Nº 177/2019

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a Sra.**EMANOELLE DE CAMPOS DIAS,** brasileira, casada, portadora do RG N. º 1825758-5 SSP/MT e CPF N.º 033.119. 731-60, como Fiscal do Contrato **nº 62/2019**, cujo OBJETO é: Credenciamento de Empresa Especializada em Prestação de Serviços com Lavagem de Desinfecção e Higienização a Vapor e a Seco, para Descontaminação Interna e Lavagem Externa nas Ambulâncias, Micro Ônibus e Van da Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária do Município de Diamantino/MT.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino/MT, 27 setembro de 2019.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

SETOR RH
PORTARIA/DRH Nº 227/2019

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA, Secretário Municipal de Administração, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONCEDE RETORNO DA LICENÇA PRÊMIO A SENHORA MARIA ODETES DA SILVA GONÇALVES

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder, o ***RETORNO*** da *Licença Prêmio* a Senhora **MARIA ODETES DA SILVA GONÇALVES,** matrícula funcional 210-1**,** ocupante do Cargo/Função de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Administração, com data de retorno no dia **19 de Outubro de 2019.**

ART. 2º - Apresente Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura.

ART. 3º - Revogam – se as disposições em contrário.

Diamantino/MT, 01 de Outubro de 2019.

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA

Secretário Municipal de Administração

SETOR RH
PORTARIA/DRH Nº 226/2019

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA, Secretário Municipal de Administração, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONCEDE RETORNO DA LICENÇA PRÊMIO A SENHORA MIRIAN REGINA PEREIRA LOPES

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder, o ***RETORNO*** da *Licença Prêmio* a Senhora **MIRIAN REGINA PEREIRA LOPES,** matrícula funcional 2989-1**,** ocupante do Cargo/Função de APOIO ADMINISTRATIVO PROFISSIONALIZADO/ NUTRIÇÃO ESCOLAR - PROFISSIONALIZADO, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com data de retorno no dia **06 de Outubro de 2019.**

ART. 2º - Apresente Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura.

ART. 3º - Revogam – se as disposições em contrário.

Diamantino/MT, 01 de Outubro de 2019.

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA

Secretário Municipal de Administração

SETOR RH
PORTARIA/DRH Nº 225/2019

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA, Secretário Municipal de Administração, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONCEDE RETORNO DA LICENÇA PRÊMIO AO SENHOR GERSON VIDAL DE SOUZA

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder, o ***RETORNO*** da *Licença Prêmio* ao Senhor **GERSON VIDAL DE SOUZA,** matrícula funcional 117-1**,** ocupante do Cargo/Função de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Turismo, com data de retorno no dia **06 de Outubro de 2019.**

ART. 2º - Apresente Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura.

ART. 3º - Revogam – se as disposições em contrário.

Diamantino/MT, 01 de Outubro de 2019.

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA

Secretário Municipal de Administração

LICITAÇÃO
NOTIFICAÇÃO POR DESCUMPRIMENTO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 049/2019.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.648.540/0001-74, com sede administrativa na Av. Desembargador Joaquim Pereira Ferreira Mendes, n.º 2341, Bairro Jardim Eldorado, na cidade de DIAMANTINO-MT, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica pelo Prefeito Municipal, Sr. Eduardo Capistrano, brasileiro, casado, Advogado, portador da Cédula de identidade RG n.º 1158486-6 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n.º 937.368.431-00, residente e domiciliado Av. Diamantino, nº 570, Centro, neste Município, resolve:

Considerando o Contrato Administrativo nº 049/2019, firmado entre este Poder executivo Municipal e a Empresa **CONSTRUTORA ALTO MONTE EIRELI-EPP;**

Considerando que o objeto do instrumento acima referido é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO DE FAIXAS ELEVADAS E LOMBADAS PARA ATENDER A SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE DIMANTINO-MT.**

Considerando que na cláusula quinta do contrato administrativo estabelece que é de inteira responsabilidade da contratada manter a perfeição e a segurança da construção, sendo assim responsável por acidente de qualquer natureza, com empregados, outras pessoas, veículos, maquinários, aparelhagem e materiais, ocorridos na obra ou em decorrência dela, ficando a seu encargo as indenizações devidas.

Diante disto, fica por meio da presente **NOTIFICADA** a empresa **CONSTRUTORA ALTO MONTE EIRELI-EPP;**, inscrita no CNPJ n.º 22.103.781/0001-82, para que, sinalize os locais onde estão executando as obras haja visto que temos recebido reclamações de munícipes quanto a sinalização da obra e a insegurança da mesma. Solicitamos que execute os serviços solicitados respeitando as normas de segurança no dentro do prazo de execução, dessa forma pede-se que seja colocado a sinalização correta onde estão sendo realizadas as obras não ultrapassando o prazo de 2 (dois) dias úteis, e, caso não seja atendido dentro deste prazo, poderá o Município de Diamantino, **CANCELAR O CONTRATO ADMINISTRATIVO DO FORNECEDOR** e aplicar as sanções previstas no contrato administrativo e no processo licitatório, diante dos fatos apontados na presente **NOTIFICAÇÃO.**

A presente NOTIFICAÇÃO será publicada na forma da Lei, assegurado prazo de 05 (cinco) dias, para ampla defesa e o contraditório à empresa NOTIFICADA.

Diamantino - MT, 01 de Outubro de 2019.

FABIOLA VERÔNICA LAASS DA SILVA

Fiscal de contrato

PORTARIA Nº 146/2019

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR RECURSOS HUMANOS
PORTARIA/DRH Nº 228/2019

O Secretário Municipal de Administração de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso das funções legais que são conferidas pelo art. 67, VI da Lei Orgânica do Município e,

Concede Férias Regulamentar aos servidores e da outras providências.

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder férias aos servidores abaixo relacionados, com seus períodos aquisitivos, períodos de férias e lotação, devendo a mesma ser usufruída **integralmente** no período abaixo descrito:

MAT.	NOME	PERIODO AQUISITIVO	PERIODO DE FÉRIAS	SECR.	ABONO
6142-1	Amorézio Dias Vidrago	09/08/2018 a 08/08/2019	02/01/2019 a 31/01/2019	SMETL	
6090-1	Ayrton da Silva	02/05/2017 a 01/05/2018	01/09/2019 a 20/09/2019	SMOVSP	10 DIAS
113-1	Francisco Schiler Ferreira	24/03/2018 a 23/03/2019	26/08/2019 a 24/09/2019	SMOVSP	
2257-1	José Augustinho Sampaio	01/02/2018 a 31/01/2019	01/09/2019 a 30/09/2019	SMOVSP	
2252-1	Wandyr dos Santos	01/02/2018 a 31/01/2019	01/09/2019 a 20/09/2019	SMOVSP	10 DIAS
1637-1	Ronízio Gomes de Almeida	17/01/2018 a 16/01/2019	01/09/2019 a 30/09/2019	SMOVSP	

3222-1	Gilson Gomes de Almeida	12/07/2018 a 11/07/2019	02/09/2019 a 21/09/2019	SMOVSP	10 DIAS
1513-1	Marionei Ferreira Mendes	12/11/2018 a 11/11/2019	05/09/2019 a 24/09/2019	SMOVSP	10 DIAS
36-1	Antonio Paulo da Silva	04/03/2018 a 03/03/2019	09/09/2019 a 28/09/2019	SMOVSP	10 DIAS
218-1	Meiro Cruz de Almeida	04/03/2018 a 03/03/2019	11/09/2019 a 30/09/2019	SMOVSP	10 DIAS
251-1	Quintino Pereira de Almeida	01/03/2018 a 28/02/2019	12/09/2019 a 01/10/2019	SMOVSP	10 DIAS
235-1	Octacilia Dionísia Alves	28/12/2017 a 27/12/2018	13/09/2019 a 12/10/2019	SMOVSP	
5885-1	Jucimeia Pereira da Costa	02/01/2017 a 01/01/2018	02/09/2019 a 01/10/2019	SMAS	
2425-1	Rita Martins da Silva	14/06/2018 a 13/06/2019	02/09/2019 a 01/10/2019	SMAS	
5956-1	Gonçalina da Costa Souza	26/01/2018 a 25/01/2019	09/09/2019 a 28/09/2019	SMAS	10 DIAS
5896-1	Nicholas da Costa Machado	09/01/2018 a 08/01/2019	09/09/2019 a 28/09/2019	SMAD	10 DIAS
2412-1	Isis Márcia Gualberto da Silva	01/06/2018 a 31/05/2019	15/09/2019 a 04/10/2019	SMAD	10 DIAS
2892-1	Eliane Campos da Silva	27/06/2018 a 26/06/2019	02/09/2019 a 21/09/2019	SMSVS	10 DIAS
1170-2	Lucinda Rosa de Almeida	17/03/2017 a 16/03/2018	02/09/2019 a 21/09/2019	SMSVS	10 DIAS
4301-2	Rodolfo de O. Martins Junior	06/03/2017 a 05/03/2018	02/09/2019 a 21/09/2019	SMSVS	10 DIAS
1327-1	Simone do Prado Martins	16/10/2017 a 15/10/2018	09/09/2019 a 28/09/2019	SMSVS	10 DIAS
3184-1	Célia Divina Nery	23/04/2018 a 23/04/2019	07/09/2019 a 06/10/2019	SMSVS	
1325-1	José Renato Martins	16/10/2017 a 15/10/2018	09/09/2019 a 28/09/2019	SMSVS	10 DIAS
3705-1	Neuci Santos da Silva	03/09/2018 a 02/09/2019	09/09/2019 a 28/09/2019	SMSVS	10 DIAS
6046-1	Jéssica Carolina de Almeida	13/03/2018 a 12/03/2019	02/09/2019 a 01/10/2019	SMEC	

ART. 2º - Esta Portaria entrara em vigor na data de sua assinatura, revogada as deposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRE-SE

Diamantino-MT, 30 de Setembro de 2019.

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA

Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

LICITAÇÕES E COMPRAS
PACTO PELAS FAMÍLIAS MATO-GROSSENSES

PROGRAMA PRÓ-FAMÍLIA

PACTO PELAS FAMÍLIAS MATO-GROSSENSES

1. IDENTIFICAÇÃO 1.1 Dados da Prefeitura; 1.2 Dados do órgão Gestor; 1.3 Dados do Município; 1.4 Dados Referentes ao Comitê Gestor; 1.5 Dados Referentes aos Centros de Referência de AssistênciaSocial; 1.6 Histórico do CRAS; 1.7 Equipes de Referência do Cras; 1.8 Diagnóstico Socioterritorial; 1.9 População do Município; 1.10 Quantidade de famílias vulneráveis no território; 1.11 Perfil etário da População; 1.12 Perfil Socioeconômico da População. **2. Mapeamento da Rede**

2.1. Mapeamento das Unidades Socioassistenciais Públicas.

2.2. Mapeamento das Unidades Sociassistenciais de outras Políticas Públicas.

3- O Sistema único de Assistência Social (SUAS) e o Programa Pró Família.

4- METAS E PACTUAÇ ÕES

5- Referências Bibliográficas

1- IDENTIFICAÇÃO

1.1 Dados da Prefeitura

Município: Dom Aquino – MT.

Porte do Município: Pequeno Porte 01.

Prefeito: ValdécioLuíz da Costa (ZÃO).

Data da Posse: 06/03/2018.

Endereço da Prefeitura: Av. Cuiabá, Nº 143, Bairro Centro, Dom Aquino – MT.

E-mail: prefeito@domaquino.mt.gov.br

Fone: (66) 3451-1520

CNPJ: 03.347.119/0001-23

1.2 Dados do órgão Gestor da Assistência Social

Nome do órgão Gestor: Secretaria Municipal de Assistência Social.

Gestora: Carmen Christine Alves Valuz.

Endereço: Av. Cuiabá Nº 143, Bairro Centro.

Fone: (66) 3451- 1220.

E-mail:assistenciasocial@domaquino.mt.gov.br

1.3 Dados do Município:

Histórico Por volta de 1920, garimpeiros procedentes de Poxoréo abriram garimpos em Pombas, Coronel Ponce e iniciaram a povoação do atual município de Dom Aquino. A primeira denominação da localidade foi Mutum, nome derivado da grande quantidade de pássaros galiformes da família dos cracídeos - os mutuns. O nome foi primeiramente dado a um córrego e depois à corrutela. O município de Mutum foi criado pela lei estadual nº 1.196, de 22 de dezembro de 1958. Com esta denominação passou à história mato-grossense. A lei estadual nº 2.492, de 24 de setembro de 1965, de autoria do deputado Walderson Coelho, determinou a alteração do nome do município de Mutum para Dom Aquino. Alguns segmentos da sociedade local relutaram na troca do nome. Afinal, desde o surgimento do primeiro núcleo de povoamento, a localidade teve o nome de Mutum. Com o tempo a comunidade passou a aceitar o novo termo. O nome da cidade é homenagem a D. Francisco de Aquino Corrêa, que foi Arcebispo de Cuiabá e governante de Mato Grosso. Dom Aquino nasceu em Cuiabá, em 1885, e faleceu em 1956, e foi o único mato-grossense a compor o quadro da Academia Brasileira de Letras, graças aos inúmeros livros que escreveu. Foi também um dos principais incentivadores à fundação da Academia Mato-grossense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso.

Formação Administrativa

Distrito criado pela lei estadual nº 1127, de 17-11-1958, no município de Poxoréo. Elevado à categoria de município com a denominação de Mutum, pela lei estadual nº 1196, de 22-12-1958, desmembrado do município de Poxoréo. Sede no atual distrito Mutum (ex-povoado). Constituído 3 distritos: Mutum, Coronel Ponce e Pombas, todos desmembrados do município Poxoréo. Instalado em 31-01-1963. Em divisão territorial datada de 1-VII-1960, o município é constituído de 03 distritos: Mutum, Coronel Ponce e Pombas. Pela lei estadual nº 2492, de 24-09-1965, o município de Mutum passou a denominar-se Dom Aquino. Pela lei estadual nº 2412, de 06-01-1969, criado o distrito de Entre Rios (ex-Colônia Barroso) e anexado ao município de Dom Aquino. Pela lei estadual nº 3731, de 04-06-1976, é criado o distrito de Entre Rios e anexado ao município de Dom Aquino. Em divisão territorial datada de 1-I-1979, o município é constituído de 4 distritos: Dom Aquino, Coronel Ponce, Entre Rios e Pombas. Pela lei estadual nº 4898, de 02-10-1985, é criado o distrito de Campo Verde e anexado ao município de Dom Aquino. Pela lei estadual nº 5314, de 04-07-1988, desmembra do município de Dom Aquino os distritos de Campo Verde e Coronel Ponce, para constituir o novo município de Campo Verde. Em divisão territorial datada de 01-06-1995, o município é constituído de 2 distritos: Dom Aquino e Entre Rios. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2009. Alteração toponímica municipal Mutum para Dom Aquino, alterado pela lei estadual nº 2492, de 24-09-1965.

*Fonte*Confederação Nacional de Municípios

1.4 Dados Referentes ao Comitê Gestor

Órgão Representado: Secretaria Municipal de Assistência Social

Gestora: Carmen Christine Alves Valuz.

Titularidade: Carmen Christine Alves Valuz.

Órgão Representado: Secretaria Municipal de Saúde.

Gestor: Cláudio Adriano do Amarante.

Titularidade: Lucinéia Souza Ribeiro Zambonini.

Órgão Representado: Secretaria Municipal de Educação.

Gestor: Daiane Pereira Dutra Miranda.

Titularidade: Roseny dos Reis Lima Lacerda.

Órgão Representado: Sociedade Civil.

Titularidade: Gláucia da Silva Macêdo.

Órgão Representado: ACS´s (Agentes Comunitários de Saúde).

Titularidade: Márcio de Almeida Rodrigues.

1.5 Dados Referentes ao Centro de Referência de Assistência Social – CRAS

CRAS 1: Isaías Rodrigues Neto (LILI)

ID CRAS: 51036006304

Endereço: Av. Júlio Müller, S/N, Bairro Ferreira Mendes.

Total de Equipamentos: 01

1.6 Histórico do CRAS

O CRAS do município de Dom Aquino – MT foi inaugurado no dia 07 de julho de 2009, tendo como presidente da república o Sr. Luís Inácio Lula da Silva, e como gestor Municipal o Sr. Eduardo Zeferino.

Devido ao fato do município ser de pequeno Porte 01, há no município somente um equipamento de referência, sendo responsável pelas demandas da Proteção Social Básica e Proteção Especial.

1.7 Equipe de Referência do CRAS

Assistente Social: Joelma Santos Farias da Silva.

Psicóloga: Danyela Ruth do Nascimento Gregório.

1.8 Diagnóstico Socioterritorial

O município de Dom Aquino – MT está localizado a 172 KM da Capital do estado de Mato Grosso Cuiabá, através da Rodovia 0-70.

O município apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano Baixo, e uma grande quantidade de famílias vulneráveis, principalmente em suas áreas periféricas. Apresenta uma extensa área rural, tendo em sua composição dois Assentamentos, sendo eles: Assentamento Zumbi dos Palmares e Assentamento São Bento. Essas populações são formadas por indivíduos com baixa escolaridade, vivendo muitas vezes da sua própria produção.

A população é fixa, não há grande fluxo migratório, devido ao fato do local não ofertar muitas vagas de emprego, tendo poucos postos de trabalho formal.

Quanto às situações de risco, essas demandam principalmente de famílias que não conseguem desenvolver sua principal função, que é a Protetiva.

Essas demandas requerem das Proteções Básica e Especial, estratégias articuladas para que se faça aflorar no seio familiar, o desejo do cuidado mútuo, o reconhecimento do grupo familiar como referência moral, afetiva, comportamental, fato que refletirá positivamente em todas as áreas sociais.

1.9 População do Município

População estimada 2018:	8.199 pessoas
População no último censo 2010:	8.171 pessoas
Densidade Demográfica2010 : 3,71	hab/km²

1.10 Quantidade de Famílias Vulneráveis no Território

Vulnerabilidade social

Vulnerabilidade Social - Município - Dom Aquino - MT			
Crianças e Jovens	**1991**	**2000**	**2010**
Mortalidade infantil	32,52	31,65	18,10
% de crianças de 0 a 5 anos fora da escola	-	75,23	64,00
% de crianças de 6 a 14 fora da escola	20,85	6,70	0,84
% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis, na população dessa faixa	-	15,80	11,83
% de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos	3,87	2,03	2,40
Taxa de atividade - 10 a 14 anos	-	9,66	5,95
Família			
% de mães chefes de família sem fundamental e com filho menor, no total de mães chefes de família	18,90	12,50	17,11
% de vulneráveis e dependentes de idosos	4,54	3,70	1,53
% de crianças extremamente pobres	23,52	18,58	12,19
Trabalho e Renda			
% de vulneráveis à pobreza	71,74	53,52	35,79
% de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	-	59,45	46,50
Condição de Moradia			
% da população em domicílios com banheiro e água encanada	42,30	79,53	97,37

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

O município de Dom Aquino já vem realizando as atividades de cadastramento e possui:

1.753 famílias inseridas no Cadastro Único; 1.589 famílias com o cadastro atualizado nos últimos dois anos; 1.132 famílias com renda até ½ salário mínimo; e 1.038 famílias com renda até ½ salário mínimo com o cadastro atualizado. No município, há 722 famílias beneficiárias do Bolsa Família. Essas famílias equivalem, aproximadamente, a 24,34% da população total do município, e inclui 603 famílias que, sem o programa, estariam em condição de extrema pobreza.

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes - Município - Dom Aquino - MT			
IDHM e componentes	**1991**	**2000**	**2010**
IDHM Educação	0,263	0,392	0,593
% de 18 anos ou mais com fundamental completo	23,78	26,01	42,61
% de 5 a 6 anos na escola	34,48	84,71	92,55
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental REGULAR SERIADO ou com fundamental completo	36,03	59,54	91,35
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	21,76	33,78	63,40
% de 18 a 20 anos com médio completo	18,17	14,91	32,72
IDHM Longevidade	0,653	0,714	0,806
Esperança de vida ao nascer	64,16	67,84	73,33
IDHM Renda	0,558	0,612	0,687
Renda per capita	257,47	360,95	575,47

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Evolução

Entre 2000 e 2010

O IDHM passou de 0,555 em 2000 para 0,690 em 2010 - uma taxa de crescimento de 24,32%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 69,66% entre 2000 e 2010. Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,201), seguida por Longevidade e por Renda.

Entre 1991 e 2000

O IDHM passou de 0,458 em 1991 para 0,555 em 2000 - uma taxa de crescimento de 21,18%. O hiato de desenvolvimento humano foi reduzido em 82,10% entre 1991 e 2000. Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,129), seguida por Longevidade e por Renda.

Entre 1991 e 2010

De 1991 a 2010, o IDHM do município passou de 0,458, em 1991, para 0,690, em 2010, enquanto o IDHM da Unidade Federativa (UF) passou de 0,493 para 0,727. Isso implica em uma taxa de crescimento de 50,66% para o município e 47% para a UF; e em uma taxa de redução do hiato de desenvolvimento humano de 57,20% para o município e 53,85% para a UF. No município, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi

Educação (com crescimento de 0,330), seguida por Longevidade e por Renda. Na UF, por sua vez, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,358), seguida por Longevidade e por Renda.

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

1.11 Perfil Etário da População

Estrutura Etária

Entre 2000 e 2010, a razão de dependência no município passou de 56,79% para 49,02% e a taxa de envelhecimento, de 7,00% para 9,48%. Em 1991, esses dois indicadores eram, respectivamente, 63,26% e 4,97%. Já na UF, a razão de dependência passou de 65,43% em 1991, para 54,88% em 2000 e 45,87% em 2010; enquanto a taxa de envelhecimento passou de 4,83%, para 5,83% e para 7,36%, respectivamente.

O que é razão de dependência? Percentual da população de menos de 15 anos e da população de 65 anos e mais (população dependente) em relação à população de 15 a 64 anos (população potencialmente ativa).

O que é taxa deenvelhecimento?

Razão entre a população de 65 anos ou mais de idade em relação à população total.

Longevidade, Mortalidade e Fecundidade

A mortalidade infantil (mortalidade de crianças com menos de um ano de idade) no município passou de 31,7 óbitos por mil nascidos vivos, em 2000, para 18,1 óbitos por mil nascidos vivos, em 2010. Em 1991, a taxa era de 32,5. Já na UF, a taxa era de 16,8, em 2010, de 27,5, em 2000 e 33,6, em 1991. Entre 2000 e 2010, a taxa de mortalidade infantil no país caiu de 30,6 óbitos por mil nascidos vivos para 16,7 óbitos por mil nascidos vivos. Em 1991, essa taxa era de 44,7 óbitos por mil nascidos vivos. Com a taxa observada em 2010, o Brasil cumpre uma das metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, segundo a qual a mortalidade infantil no país deve estar abaixo de 17,9 óbitos por mil em 2015.

Longevidade, Mortalidade e Fecundidade - Município - Dom Aquino - MT			
	1991	**2000**	**2010**
Esperança de vida ao nascer	64,2	67,8	73,3
Mortalidade infantil	32,5	31,7	18,1
Mortalidade até 5 anos de idade	36,1	35,1	22,2
Taxa de fecundidade total	2,7	2,4	2,2

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). No município, a esperança de vida ao nascer cresceu 5,5 anos na última década, passando de 67,8 anos, em 2000, para 73,3 anos, em 2010. Em 1991, era de 64,2 anos. No Brasil, a esperança de vida ao nascer é de 73,9 anos, em 2010, de 68,6 anos, em 2000, e de 64,7 anos em 1991.

1.12 Perfil Socioeconômico da População

Em 2016, o salário médio mensal no município de Dom Aquino - MT era de 2.1 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 12.3%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 84 de 141 e 83 de 141, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 1368 de 5570 e 2603 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 36.1% da população nessas condições, o que o colocava na posição 89 de 141 dentre as cidades do estado e na posição 3333 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

Salário médio mensal dos trabalhadores formais [2016]	**2,1** salários mínimos
Pessoal ocupado [2016]	**988** pessoas
População ocupada [2016]	**12,3** %
Percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo [2010]	**36,1** %

Economia

PIB per capita [2015]	**35.335,93** R$
Percentual das receitas oriundas de fontes externas[2015]	**-**
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)[2010]	**0.690**
Total de receitas realizadas [2017]	**26.050,00** R$ (×1000)
Total de despesas empenhadas [2017]	**23.174,00** R$ (×1000)

Território e Ambiente

Apresenta 6.4% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 88.7% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 9.3% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 90 de 141, 18 de 141 e 33 de 141, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 4670 de 5570, 1630 de 5570 e 2877 de 5570, respectivamente.

Área da unidade territorial [2017]	**2.224,269** km²
Esgotamento sanitário adequado [2010]	**6,4** %
Arborização de vias públicas [2010]	**88,7** %
Urbanização de vias públicas [2010]	**9,3** %

2.0 Mapeamento da Rede

A rede socioassistencial, segundo a Norma Operacional Básica do SUAS/NOB – NOB/SUAS/2012 é um conjunto integrado de ações da iniciativa pública e da sociedade civil organizada, que oferta e operam benefícios, programas e projetos, o que supões a articulação

entre todas as unidades de provisão de proteção social, sob a hierarquia de Básica e Especial, e ainda por níveis de complexidade.

2.1 Mapeamento das unidades socioassistenciais Públicas

Unidades e Entidades da Rede da Assistência Social em Dom Aquino –

MT

Rede Governamental

Nível de Proteção Básica – PSB

Equipamento Social

Centro de Referência de Assistência Social – CRAS

Oferta de Serviços, Programas e Projetos Sociais; **Serviço de Proteção Integral a Família – PAIF e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Centro de Convivência – CCI Oferta de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.**

Funcionamento:

Horários Diversos, Três vezes semanais, com duração média de 02 horas a 03 horas.

Proteção Social Especial de Média Complexidade – CREAS

Ofertado pelo Equipamento CRAS

Serviço de Proteção e Atendimento Especializado ás Famílias e Indivíduos – PAEFI e serviço de Proteção Social ao adolescente em cumprimento de Medida Socioeducativa de LA e PSC. Lar do Idoso Tomé da Silva Guedes.

Responsável pela Unidade – Coordenador:

Márcio Almeida Rodrigues

Implantação do CRAS:

Data: 07 de julho de 2009.

ID CRAS: 51036006304

Endereço/ E-mail/Telefone:

Av. Júlio Müller, S/N, Bairro Ferreira Mendes, Dom Aquino – MT.

E-mail: cras@domaquino.mt.gov.br

Telefone para contato:

(66) 3451-1014

Horário de atendimento:

Das 07: 00 horas as 11:00 Horas, das 13:00 horas as 17:00 horas, cinco dias por semana.

2.2 Mapeamento das Unidades Socioassistenciais de outra Políticas Públicas

CECAD – Central de Cadastro único

Endereço: Av. Júlio Müller, S/N, Bairro Ferreira Mendes.

Telefone para Contato: (66) 3451-1014.

O Cadastro único para Programas Sociais do governo Federal (CAD ÚNICO) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, em todo o território Nacional, sendo obrigatório a inscrição para Concessão de Benefícios, inclusive do Benefício de Prestação Continuada. Nesse caso específico, essa “condição” de inscrito no CAD ÚNICO, data do ano de 2017.

Unidade Pública de atendimento, recadastramento e atualização Cadastral; Gerenciamento do IGD – M.

Gestor Municipal do Programa Bolsa Família: Eduardo Lacerda.

Técnica e Digitadora do Programa Bolsa Família: Maria Aparecida Ferreira.

Habitação de Interesse Social:

No município de Dom Aquino – MT, não há uma Secretaria específica da Habitação. Há uma Pasta inserida dentro da Secretaria Municipal de Assistência Social, responsável pela oferta desse serviço.

Diretor Responsável: Anselmo Ferreira.

Unidades de Saúde

Secretaria Municipal de Saúde.

Secretário Municipal de Saúde:

Cláudio Adriano do Amarante.

Psicólogo (NASF):Jódson Magalhães.

Assistente Social NASF: Eliane Vieira de Jesus.

Endereço: AV: Júlio Müller, S/N, Bairro Centro.

Telefone para contato: (66) 3451-1200.

Farmácia Básica da Secretaria Municipal de Saúde (SMS)

Endereço: Av. Júlio Müller, S/N, Bairro Centro.

Telefone para contato:

(66) 3451- 1200.

Programa Saúde da Família (PSF) I

Endereço: AV: Duque de Caxias, S/N, Bairro Planaltina.

Telefone para contato: (66) 3451-1836

Programa Saúde da Família (PSF) II

Endereço: João Furtado de Mendonça, S/N, próximo a Creche Municipal São José, Bairro Vila Esportiva.

Telefone para contato:

Centro de Reabilitação Aleidivan Maia

Endereço:Rua 16, S/N, Bairro Vila Esportiva.

Telefone para contato: (66) 3451-1032.

Instituição Hospitalar

Hospital Bom Jesus

Hospital particular, com atendimento de convênios e Planos de Saúde, inclusive SUS (Sistema único de Saúde).

Atendimento prioritário para casos emergenciais.

Médicos responsáveis:

Dr. José de Lima Souza. Dr. Lourival Cândido Português.

Endereço: Rua Marechal Deodoro, S/N, Bairro Centro.

Telefone para contato: (66) 3451- 1173.

Escolas Públicas Municipais de Dom Aquino

Secretaria Municipal de Educação

Secretária:Daiane Pereira Dutra.

Endereço: Av. Cuiabá, ao lado da Prefeitura Municipal de Dom Aquino, Bairro Centro.

Telefone para contato: (66) 3451- 1283.

Escola Municipal Professora Juliana Nazaré de Oliveira

Oferta de Ensino Infantil e Fundamental.

Endereço: Rua Presidente Vargas, S/N, Bairro Centro.

Telefone para contato: (66) 3451- 1429.

Escola Municipal Renato Dias Coutinho

Oferta da Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Endereço: Av. Costa e Silva, S/N, Bairro Vila Esportiva.

Telefone para contato: (66) 3451- 1591.

Creche Municipal São Bento

Endereço: Av. Cuiabá, S/N, Bairro Centro.

Telefone para contato: (66) 3451-01812.

Creche Municipal São José

Endereço: Av. João Furtado de Mendonça, S/N, Bairro Vila Esportiva.

Telefone para contato: (66) 3451-1520.

Creche Municipal Branca de Neve

Endereço: Avenida Ary Leite de Campos, S/N, Distrito de Entre Rios.

Telefone para contato: (66) 3451-1520.

Escolas Públicas Estaduais

Escola Estadual Vinícius de Moraes

Oferta do Ensino Médio

Endereço: Av. João Furtado de Mendonça,S/N, Bairro Vila Esportiva.

Telefone para contato: (66) 3451- 1056

Escola Estadual São Lourenço

Oferta do Ensino Fundamental, anos iniciais aos finais.

Endereço: Rua Presidente Vargas, Nº 47, Bairro Centro.

Telefone para contato: (66) 3451- 1084.

Escola Estadual Dom Aquino

Oferta do Ensino Médio.

Endereço: Av. Duque de Caxias, Nº 70, Bairro Planaltina.

Telefone para contato: (66) 3451- 1197

Escola Estadual Emanuel Pinheiro

Oferta do ensino fundamental, dos anos iniciais aos finais.

Endereço: Av. Ary Leite de Campos, S/N, Distrito de Entre Rios.

Telefone para contato: (66) 3451- 1023.

Instituição Particular de Ensino

Escola Presbiteriana Betel.

Oferta do maternal e Ensino Fundamental.

Endereço: Rua Marechal Deodoro, Nº 42, Bairro Centro.

Telefone para contato: (66) 3451- 1281.

3.0-O Sistema único de Assistência Social (SUAS) e a Pactuação do Programa Pró – Família

A Assistência Social é um direito do cidadão e dever do Estado, instituído pela Constituição Federal de 1988. A partir de 1993, com a publicação da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, é definida como Política de Seguridade Social, compondo o tripé da Seguridade Social, juntamente com a Saúde e Previdência Social, com caráter de Política Social articulada a outras políticas do campo social.

A Assistência Social, diferentemente da previdência social, não é contributiva, ou seja, deve atender a todos os cidadãos que dela necessitarem. Realiza-se a partir de ações integradas entre a iniciativa pública, privada e da sociedade civil, tendo por objetivo garantir a proteção social à família, à infância, à adolescência, à velhice; amparo a crianças e adolescentes carentes; à promoção da integração ao mercado de trabalho e à reabilitação e promoção de integração à comunidade para as pessoas com deficiência e o pagamento de benefícios aos idosos e as pessoas com deficiência.

Em 2005, é instituído o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, descentralizado e participativo, que tem por função a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo da proteção social brasileira.

Consolida o modo de gestão compartilhada, o cofinanciamento e a cooperação técnica entre os três entes federativos que, de modo articulado e complementar, operam a proteção social não contributiva de seguridade social no campo da assistência social.

Em 6 de julho de 2011, a Lei 12.435 é sancionada, garantindo a continuidade do SUAS.

O Sistema organiza as ações da assistência social em dois tipos de proteção social. A primeira é a Proteção Social Básica, destinada à prevenção de riscos sociais e pessoais, por meio da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social. A segunda é a Proteção Social Especial, destinada a famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados por ocorrência de abandono, maus-tratos, abuso sexual, uso de drogas, entre outros aspectos.

O SUAS engloba também a oferta de Benefícios Assistenciais, prestados a públicos específicos de forma articulada aos serviços, contribuindo para a superação de situações de vulnerabilidade. Também gerencia a vinculação de entidades e organizações de assistência social ao Sistema, mantendo atualizado o Cadastro Nacional de Entidades e Organizações de Assistência Social e concedendo certificação a entidades beneficentes, quando é o caso.

A gestão das ações e a aplicação de recursos do SUAS são negociadas e pactuadas nas Comissões IntergestoresBipartite (CIBs) e na Comissão Intergestores Tripartite (CIT). Esses

procedimentos são acompanhados e aprovados pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e seus pares locais (Conselhos Estaduais e Municipais), que desempenham o controle social.

O Instrumento Operacional nº01/SETAS/2017 estabelece as normas gerais, princípios, diretrizes, concepção teórica e alguns procedimentos operacionais, padrão do PróFamília, visando o funcionamento e controle do Programa em âmbito municipal e estadual, em consonância com a legislação vigente.

Constitui-se em um guia para a execução e acompanhamento do trabalho das equipes técnicas de referência e demais profissionais vinculados de modo a sistematizar as informações essenciais à realização do trabalho social junto às famílias, através de uma rede articulada, com relações de parceria para o alcance dos objetivos definidos pelo Programa.

Ademais, este instrumento propõe a interação entre os partícipes através da transversalidade das políticas públicas (saúde, educação, trabalho e assistência social), considerando que o Programa propõe pactos de resultados e fluxos contínuos de conhecimento sobre a

progressão das atividades desenvolvidas pelas equipes de referência e pelas famílias atendidas. Por fim, sugere-se uma intervenção direcionada e compartilhada com as famílias, com o propósito de promover a superação das condições de vulnerabilidades e o enfrentamento dos riscos que limitam o exercício da cidadania.

2. OBJETIVOS:

• Promover segurança de rendimentos e melhoria de qualidade de vida dafamília beneficiária; • Possibilitar o mais amplo acesso à rede de serviços públicos, de forma a assegurar proteção social, vigilância socioassistencial e defesa social; • Articular a transversalidade das políticas públicas em rede colaborativa com os 141 municípios do Estado de Mato Grosso, com o intuito de assegurar o desenvolvimento humano e social, através de serviços públicos essenciais, com a finalidade de garantir melhores condições de saúde, educação, cidadania e habitação além de oportunidades de trabalho e geração de renda;

O público alvo do Pró-Família serão as 35.000 mil famílias em situações de vulnerabilidade e riscos sociais, cuja renda familiar seja inferior a um 1/3 do salário-mínimo e ainda prioritariamente famílias nas seguintes condições:

Possuírem a mulher como única responsável pela família;

Residirem em áreas de risco, insalubres ou que tenham sido desabrigadas;

Possuírem 01 (um) membro com deficiência permanente e incapacitante, total ou parcial;

Possuírem 01 (um) integrante acometido de hemofilia, hanseníase, epilepsia, doença renal crônica, HIV, fibrose cística, cirrose hepática, anemia falciforme, cardiopatia grave ou neoplasia maligna, bem como qualquer outra doença que impossibilite, comprovadamente, a realização de atividade laboral regular;

Possuírem 01 (um) integrante com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos;

Possuírem 01 (um) adolescente em cumprimento de medida socioeducativa em meio fechado, 01 (um) usuário em tratamento de dependência química, 1 (uma) mulher ou outro membro vítima de violência doméstica ou sexual ou membros de etnias tradicionais (comunidades indígenas e quilombolas).

O município de Dom Aquino, com base econômica na pecuária, tinha inicialmente a meta de 150 famílias contempladas pelo Pró-Família, tendo essa meta acrescentada para 216 famílias. Segundo o prefeito Josair Lopes: “Além deste programa ajudar as famílias carentes, vai fomentar o comércio”, avalia. Na concepção do deputado federal Fábio Garcia, trata-se de um programa necessário em função da realidade econômica do Brasil. “São R$ 14 milhões de desempregados, aumentou o número de pessoas em situação de vulnerabilidade. Os programas não são a solução porque solução é educação e emprego, mas os programas de transferência de renda são importante dentro do contexto econômico de crise”, pontuou. Na primeira entrega de cartões datada do dia 19 de agosto de 2017, foram entregues o quantitativo de 110 cartões no município. Já no dia 10 de março de 2018, no mesmo dia que estava sendo realizado no município de Dom Aquino o **Mutirão da Cidadania** foram entregues mais 96 cartões, tendo a presença do então Secretário de Estado de Trabalho e Assistência Social Max Russi.

Dessa forma, espera-se a participação de setores Públicos e Privados, formando uma ampla rede de Proteção Social, buscando a ascensão e empoderamento dessas famílias, se tornando protagonistas de sua própria vida.

4.0 Metas e Pactuações

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
META	**OBJETIVO**	**OPORTUNIDADE**	**AÇÃO**
Famílias	Buscar através de Parcerias a qualificação o Profissional.	Inserção ao Mercado de Trabalho e acesso a renda.	Oferta de Cursos e Palestras, viáveis através de Parcerias.
Famílias	Proporcionar encontros com palestras informativas e educativas	Acesso a temas diversificados, possibilitando o empoderamento familiar.	Atividades Grupais, possível atendimento individualizado.
Famílias	Encaminhamento para Cadastramento e Recadastramento do CAD ÚNICO Inserir as famílias nos grupos do PAIF, SCFV e projetos ofertados pela rede.	Acesso a Programas, Projetos e Benefícios Sociais. Fortalecer Vínculos Comunitários e Familiares, bem como o acesso a conhecimentos diversos.	Encaminhamento Ações Comunitárias Busca Ativa Inserção em Grupo e Projetos.

SECRETARIA DE SAÚDE			
META	**OBETIVO**	**OPORTUNIDADE**	**AÇÃO**
Famílias	Conscientizar as famílias quanto á importância da participação das campanhas de saúde	Obter orientação e conhecimento; Meio de manter as condicionalidades dos Programas Bolsa Família e Pró Família em dia	Palestras com Profissionais da Saúde; Rodas de Conversa;
Famílias	Acompanhar mulheres em fase de gestação em seu Pré Natal, natalidade e puerpério.	Informação e orientação.	Palestras visando à orientação sobre alimentação saudável na gestação; Os perigos do uso de bebidas alcoólicas e demais drogas no período gestacional.
Famílias	Acesso a Saúde Bucal de crianças e adolescente.	Manter a saúde Bucal	Orientação e encaminhamento ao Profissional de sua area.
Famílias	Acompanhar as famílias na questão de marcação de exames, consultas com especialista, acompanhamento de vacinas.	Agilização nos cuidados e manutenção da saúde das famílias beneficiárias.	Acompanhamento in loco pelos Profissionais incubidos do acompanhamento familiar
SECRETARIA DE AGRICULTURA			
META	**OBJETIVO**	**OPORTUNIDADE**	**AÇÃO**
Famílias	Conscientizar as famílias quanto à importância de uma alimentação saudável Incentivar a plantação de hortas domésticas.	Adquirir conhecimento das melhores práticas de cultivo de verduras, legumes e frutas.	Palestras com Profissionais da área.
Famílias	Viabilizar cursos através de Parcerias com o SENAR	Geração de Renda	Cursos e Palestras com Profissionais qualificados
SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER			

META	OBJETIVO	OPORTUNIDADE	AÇÃO
Famílias	Incentivar a prática de esportes	Interação social; Vida saudável através da prática esportiva.	Palestras com Profissional habilitatado; Orientação e supervisão na prática esportiva.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
META	**OBJETIVO**	**OPORTUNIDADE**	**AÇÃO**
Famílias	Incentivar a matrícula e a permanência de crianças e adolescentes na escola.	Aprendizagem; Ampliação de horizontes.	Encaminhamento para as escolas para a realização das matrículas escolares.
Famílias	Estimular o estudo de jovens e adultos	Aprendizagem; Qualificação; Leque de novas possibilidades	Encaminhamento para realização de matrículas na modalidade EJA.
Famílias	Incentivar a matrícula de crianças acima de 02 anos de idade nas creches municipais.	Socialização; Possibilidade das mães exercer alguma função laborativa durante o dia.	Conscientização das famílias da importância das crianças conviver entre si;

ASSINATURAS

E assim, por estarem em comum acordo, assinam o presente pacto, as organizações abaixo relacionadas:

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
AVISO DE RETIFICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2019

AVISO DE RETIFICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2019

ONDE SE LÊ:

7.1.4.1 Apresentar no mínimo 10 (dez) **Atestado de Capacidade Técnica**, sem restrição, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente assinado por responsável da área, com nome legível indicando claramente que a empresa tenha fornecido objeto similar ao licitado. **ANEXO 07;**

LEIA SE:

7.1.4.1 Apresentar no mínimo 1 (um) **Atestado de Capacidade Técnica**, sem restrição, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente assinado por responsável da área, com nome legível indicando claramente que a empresa tenha fornecido objeto similar ao licitado. **ANEXO 07;**

Dom Aquino-MT, 01 de outubro de 2019.

WANUSA SOARES ALVES

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL - MT RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 048/2019 REGISTRO DE PREÇOS Nº. 045/2019

A Prefeitura Municipal de Feliz Natal - MT, através de seu pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou no dia 01 de outubro de 2019, **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 048/2019, REGISTRO DE PREÇOS Nº. 045/2019**, tendo como objeto **PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO, SONORIZAÇÃO, GRAVAÇÃO DE ÁUDIO E LOCAÇÃO DE CARRO DE SOM, DE PALCO E DE ESTRUTURA PARA FIXAÇÃO DE BANNERS, VISANDO ATENDER AS DEMANDAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL – MT, QUANDO DA REALIZAÇÃO DE EVENTOS.** Tendo em vista o cumprimento dos termos da Lei nº. 8.666, de 21/06/93 e Lei 123/2006 e a Lei 10.520/2002 e alterações posteriores, para que produza os desejados efeitos legais, Sendo que a Empresa**SIMONE JUCHNIEVSKI DE OLIVEIRA 02239283130,** foi vencedora dos itens: 0001, com valor final de R$ 25,00 (vinte e cinco reais), 0002, com valor final de R$ 95,00 (noventa e cinco reais), 0003, com valor final de R$ 495,00 (quatrocentos e noventa e cinco reais), 0004, com valor final de R$ 495,00 (quatrocentos e noventa e cinco reais), 0005, com valor final de R$ 1.450,00 (um mil e quatrocentos e cinquenta reais), 0006, com valor final de R$ 3.950,00 (três mil e novecentos e cinquenta reais), 0007, com valor final de R$ 2.950,00 (dois mil e novecentos e cinquenta reais), 0008, com valor final de R$ 99,00 (noventa e nove reais), 0009, com valor final de R$ 149,00 (cento e quarenta e nove reais).

Feliz Natal – MT, 01 de outubro de 2019.

MARCOS PAGNO

PREGOEIRO

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 260/2019

PREFEITURA JURIDICO
TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 041/2018

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE FELIZ NATAL/MT.

CONTRATO Nº: 041/2018 – 3º TERMO ADITIVO

DATA ASSINATURA: 15 DE SETEMBRO DE 2019

CREDOR: **E.T.M. CONSTRUÇÃO E ENGENHARIA EIRELI-ME,**

VIGÊNCIA: 15 DE DEZEMBRO DE 2019

OBJETO: A VIGÊNCIA DO PRESENTE CONTRATO SERÁ PRORROGADO PELO PERÍODO DE 90 (NOVENTA) DIAS, CONTADOS A PARTIR DO DIA 16 DE SETEMBRO DE 2019, OU SEJA ATÉ DIA 15 DE DEZEMBRO DE 2019,

O PRAZO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS CONTRATADOS TAMBÉM SERÁ PRORROGADO PARA MAIS 90 (NOVENTA) DIAS CONTADOS A PARTIR DO DIA 15 DE SETEMBRO DE 2019, OU SEJA ATÉ DIA 14 DE DEZEMBRO DE 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

PORTARIA Nº 328, DE 30 DE SETEMBRO DE 2019.

"Dispõe sobre a abertura de Processo Administrativo Disciplinar em face de TAIRONE BATISTA ALVES e ELIZINES DA SILVA RIBEIRO, e dá outras providências.

Voney Rodrigues Goulart, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições do seu cargo, conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO, o oficio nº 529/2019/PJ/CÍVEL/PTGA do Ministerio Público comarca de Paranatinga-MT;

CONSIDERANDO, o Art. 24, e seguintes da Lei Municipal Nº 546/2012 que dispõe sobre o Processo Administrativo para membros do Conselho Tutelar;

Art. 173. *O processo disciplinar para apurar os fatos e aplicar penalidade a Conselheiro Tutelar que praticar falta funcional será conduzido por Comis-*

são especialmente designada, formada por 1 (um) representante do Executivo Municipal, 1 (um) representante do Legislativo Municipal, 2 (dois) representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, um governamental e outro não - governamental e 1 (um) representante do próprio Conselho Tutelar, de todos sendo exigido conhecimento acerca do Estatuto da Criança e do Adolescente.

CONSIDERANDO, os Ofícios de indicação do Presidente do Poder Legislativo, do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, e do Concelho Tutelar, os quais nomeiam os seus representantes para o respectivo processo;

CONSIDERANDO, o Art. 25 da Lei Municipal 546/2012 o qual prevê a hipótese de falta funcional;

***Art. 25** Comete falta funcional o Conselheiro Tutelar que:*

(...)

III - abusar da autoridade que lhe foi conferida, excedendo os justos limites no exercício da função ou exorbitando de suas atribuições no Conselho;

CONSIDERNDO, que é o dever da Administração Pública, apurarem as irregularidades de que obtiver ciência;

***Art. 201.** A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar. (Lei Municipal 132/2001)*

CONSIDERANDO, que a todos deve ser garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa, conforme previsão constitucional:

***Art. 5** (...)*

***LV -** aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;*

RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar Processo Administrativo nº.002/2019 em face do Sr. TAIRONE BATISTA ALVES, Conselheiro Tutelar com a matricula de registro neste órgão sob o nº 48822, e em face da Sra. ELIZINES DA SILVA RIBEIRO, Conselheira Tutelar com a matricula de registro neste órgão sob o nº 18306.

Art. 2º. Para apurar a conclusão do Processo Administrativo fica designada Comissão Processante Especial composta pelos seguintes servidores efetivos sob a presidência do primeiro:

José Eduardo de Andrade Santos

C.P.F/MF nº. 038.069.401-85;

Jane Keilly Rodrigues dos Santos

C.P.F/MF nº. 032.808.841-28;

Larissa Aroma Martins

C.P.F/MF nº. 926.743.481-00;

Rogerio Ferreira Miranda

C.P.F/MF nº. 627.717.791-53;

Francisca Pereira da Silva

C.P.F/MF nº. 031.097.271-02.

Art. 3º. Os trabalhos dessa Comissão Processante Especial deverão ser instalados dentro do prazo de 05 (cinco) dias contados desta data, e concluídos no prazo de 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogado por mais 30 (trinta) caso haja necessidade.

Art. 4º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gaúcha do Norte- MT, 30 de setembro de 2019

Gabinete do Prefeito

Voney Rodrigues Goulart

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 327, DE 30 DE SETEMBRO DE 2019.

"Dispõe sobre o Afastamento Preventivo de servidor, e dá outras providências".

VONEY RODRIGUES GOULART, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,com fundamento no artigo 147 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e art. 203 da Lei Municipal 132/01, e tendo em vista as razões apresentadas pela Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº 01/2019,

RESOLVE

Art. 1º Determinar o afastamento da servidora Cristiane de Souza Silva, Professora, matrícula funcional nº 996.1, lotado no(a) Secretaria Municipal de Educação, do exercício do respectivo cargo público, pelo prazo de 60 dias, podendo este ser prorrogado por igual período, sem prejuízo da remuneração, a fim de que, como acusado, não venha a influir na apuração dos fatos objeto do processo em referência.

Art. 2º O servidor afastado deverá permanecer à disposição da Comissão Processante, no período acima consignado, e deverá indicar endereço, telefone e outros meios de contato suficientes para que possa ser encontrado.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Gaúcha do Norte- MT, 30 de setembro de 2019.

Gabinete do Prefeito

_____

Voney Rodrigues Goulart

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 024/ 2019

QUE FAZEM ENTRE SI DE UM LADO O MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE MT E DO OUTRO LADO A EMPRESA: **GEXTEC – GESTÃO DETECNOLOGIA EIRELI**

Pelo presente contrato, regido pela Lei Federal nº. 8.666/93 de 21/06/93 e alterações posteriores, o **MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à, com sede administrativa à Rua Pará esquina com Rua Brasília, S/N - Centro, Gaúcha do Norte - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº. 01.614.539/0001-01, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. **VONEY RODRIGUES GOULART**, brasileiro, solteiro, pecuarista, residente e domiciliado na cidade de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso, portador da Cédula de Identidade RG nº 2477543 SSP/GO e do CPF n.402.603.301-59, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa **GEXTEC – GESTÃO DETECNOLOGIA EIRELI**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ/MF sob o número 04.240.771/0001-07 com sede na Av. José Monteiro de Figueiredo, 730 – sala B Cuiabá MT, neste ato representada pelo(a) sócio(a) proprietário(a) senhor(a), Paulo Felipe Lenzi brasileiro(a), casado, empresário, residente e domiciliado(a) na Avenida Antártica, nº 488, Edifício Maison Gabriela, Apto 201, Bairro

Santa Rosa, cep 78045-500 na cidade de Cuiabá, Estado Mato Grosso, portador da C.I. RG. nº .1154505-4 SSP/MT e CPF/MF n.º 900.320.801-82 doravante denominada "**CONTRATADO**", nos termos da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal n° 10.520/2002 e alterações posteriores, com o Decreto nº 7892 de 23 de janeiro de 2013, e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº 067/2018, Registro de Preço, firmam o presente contrato, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Registro de preços para **Registro de Preços para Futura e Eventual** *CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO E USO DE LICENÇAS PARA MÓDULOS DE SISTEMA DE GESTÃO DE RECURSOS PÚBLICOS INTEGRADOS 100% WEB E SERVIÇOS RELACIONADOS PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH-MT*.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DOS SERVIÇOS

O valor total contrato é de R$ ***161.795,00 (cento e sessenta e um mil e setecentos e noventa e cinco reais)*** , será cobrado de acordo com a tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QNT	VL UNT	VL TOTAL
16 (It 01)	Licença de Software de Informação da Gestão Pública	Mês	12	7.178,00	86.135,00
01 (It 02)	Licença de Software de Abastecimento	Mês	12	6.305,000	75.660,00

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

1. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1.1 Cumprir os prazos estipulados;

1.2 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

1.3 Será de única e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, o pagamento de eventuais danos causados ao patrimônio de propriedade da CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da ação ou omissão por parte dos funcionários da CONTRATADA.

1.4 A declarante fica ciente de que se houver incompatibilidade de suas informações com as características apresentadas pelos serviços estará sujeita às sanções previstas na legislação vigente e a não substituição pelo produto adequado será considerada como recusa de entrega.

1.5 Fiscalizar o perfeito cumprimento daquilo a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelos fiscais de contratos designados pelos Órgãos/Entidade.

1.6 Indenizar terceiros e/ou ao Órgão/Entidade, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes.

1.7 A contratada ficará obrigada a aceitar nas mesmas condições do edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (**vinte e cinco**) por cento do valor do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

1.8 Caso haja reduções ou descontos, a empresa vencedora compromete-se a repassa-los ao Município, ainda que, após expedida a Ordem de Fornecimento.

1.9 Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato ou da nota de empenho.

2.0 Responsabilizar-se pelos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, assim como todos os impostos, taxas, seguros, hospedagem, alimentação, deslocamento, fretes e quaisquer outras despesas resultantes da execução do contrato. Para garantir que a empresa contratada está atendendo as condições da habilitação, ao Órgão/Entidade contratante cabe, a qualquer tempo, checar a regularidade nos recolhimentos dos tributos e encargos sociais, mormente aqueles relacionados à folha de pagamento.

2.1 Todos os impostos e taxas, que forem devidos em decorrência das contratações do objeto do Edital correram por conta exclusiva da contratada.

2.2 Demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei n. 8.666/93 e alterações, e na Lei n. 10.520/2002, e demais Legislações pertinentes.

2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

2.1. Efetuar os pagamentos a contratada nos prazos avençados;

2.2. Responsabilizar-se por toda a infraestrutura necessária para a instalação do equipamento a ser cedido na modalidade comodato;

2.3 Permitir o livre acesso dos funcionários da CONTRATADA, devidamente identificados, aos locais da instalação do equipamento a ser cedido na modalidade comodato;

2.5. Notificar a CONTRATADA em relação a qualquer irregularidade observada na execução do objeto desta licitação;

2.6. Aplicar a contratada, quando for o caso, as penalidades previstas no presente Edital e em conformidade com a disciplina da Lei n° 10.520/2002, de seus decretos regulamentares e da Lei no 8.666/93 e alterações respectivas;

2.8. Rescindir a contratação, na forma e nas hipóteses especificamente previstas nos arts. 77 a 80, da Lei n? 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Serão alocados nas seguintes dotações orçamentárias:

Secretaria de Administração

ORGÃO: 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

UNIDADE: 001 - SEC. MUN. DE PLANEJ. DE FINANÇAS E UNIDADES

PROJETO ATIVIDADE: 20045

DOTAÇÃO: 3.3.90.39.00.00

FONTE DE RECURSO: 0.1.00.000000

CÓDIGO REDUZIDO: 366

ORGÃO: 03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PROJETO ATIVIDADE: 20007

DOTAÇÃO: 3.3.90.39.00.00

FONTE DE RECURSO: 0.1.00.000000

CÓDIGO REDUZIDO: 38

CLÁUSULA QUINTA – DO REEQUILIBRIO DE PREÇOS (REPACTUAÇÃO)

Será permitida a repactuação do Contrato, desde que seja observado o prazo mínimo de 12 (doze) meses, a contar da data da proposta ou da data da última repactuação, visando à adequação dos preços do mercado, mediante demonstração analítica da variação dos componentes dos custos do Contrato, devidamente justificada, por Termo Aditivo.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado 20 (vinte) apresentação de Nota Fiscal apresentada pela CONTRATADA, devidamente certificados por fiscal credenciado.

CLÁUSULA SETIMA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO **DO CONTRATO**

1.1. A execução do contrato decorrente da contratação será acompanhada e fiscalizada por servidor indicado pela prefeitura a qual terá, dentre outras atribuições:

1.2. Zelar para que o contrato seja executado conforme as especificações exigidas neste Edital, Termo de Referência. Reserva-se o órgão CONTRATANTE o direito de efetuar diligência para verificar a qualidade dos serviços fornecidos pela CONTRATADA;

1.3. Cientificar a CONTRATADA da inobservância do descumprimento de qualquer cláusula contratual, concedendo a esta oportunidade de ampla defesa, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis;

1.4. Cientificar a CONTRATADA da aplicação de multas e sansões prevista no edital e no contrato, em decorrência de inadimplementos, oferecendo a esta ampla oportunidade de defesa;

1.5. Atestar as faturas relativas aos produtos/serviços prestados em cada mês de vigência do contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DOS PRAZOS

1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura, podendo ser prorrogado de acordo com a Lei no. 8.666 de 1993 e alterações posteriores.

CLÁUSULA NONA – VINCULAÇÃO AO EDITAL

Fará parte do presente contrato, a Ata nº. 033/2019, além de suas expressas cláusulas, independente de transcrição no corpo do presente contrato, as instruções contidas no edital e seus anexos, além da proposta apresentada pela Contratada.

CLÁUSULA DECIMA– DO FORO

Para resolver eventuais divergências entre as partes, oriundas da execução do presente contrato do, fica eleito o foro da cidade de Paranatinga- MT.

E por haverem assim pactuado, assinam este contrato em duas (03) vias na presença das testemunhas abaixo

Gaúcha do Norte MT, 01 de outubro de 2019.

VONEY RODRIGUES GOULART

PREFEITO MUNICIPAL

GEXTEC – GESTÃO DETECNOLOGIA EIRELI

CNPJ/MF: 04.240.771/0001-07

PAULO FELIPE LENZI

_____

FISCAL DA SEC. DE ADMINISTRAÇÃO

_____

FISCAL DA SECRETARIA DE FINANÇAS

TESTEMUNHAS:1)_____CPF:_____

2)_____CPF: _____

AVISO DE ADESÃO A LICITAÇÃO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº061/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2019

ATA DE SRP Nº 033/2019 – MUNICÍPIO DE TAPURAH

O Município de Gaúcha do Norte/MT, por meio de sua Pregoeira Oficial, torna se público para conhecimento dos interessados, que aderiu a **ATA DE SRP Nº 033/2019 – MUNICÍPIO DE MUNICÍPIO DE TAPURAH MT, PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2019** cujo objeto é *LOCAÇÃO DE USO DE LICENÇAS PARA MÓDULOS DE SISTEMA DE GESTÃO DE RECURSOS PÚBLICOS INTEGRADOS 100% WEB E SERVIÇOS RELACIONADOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS*, onde será fornecido pela empresa **GEXTEC – GESTÃO DETECNOLOGIA EIRELI**, totalizando o valor Global de ***161.795,00 (cento e sessenta e um mil e setecentos e noventa e cinco reais)*** conforme solicitado pela secretaria Municipal de Administração de Gaúcha do Norte MT.

Gaúcha do Norte MT, 30 de Setembro de 2019.

NEILLA F. DE SOUZA

CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D´OESTE

PORTARIA N° 115 DE 01 DE OUTUBRO DE 2019.

"NOMEIA SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO" DO MUNICIPIO DE GLÓRIA D´OESTE – MT.

O Excelentíssimo Senhor **PAULO REMÉDIO**, Prefeito Municipal de Glória D´Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições que lhes são conferidas por Lei, conforme o Artigo 84, Inciso IX da Lei Orgânica do Município;

R E S O L V E:

Artigo I - Nomear o senhor **JOSE RODRIGUES,** brasileiro, portador do **RG n. º 788.496 SSP/MT** e do **CPF 536.145.001-44**, para exercer as funções inerentes ao Cargo de Provimento em Comissão CC1 - de **Secretário Municipal de Administração**, desta municipalidade à partir desta data.

Artigo II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário em especial a PORTARIA N.º 024 DE 19 DE MARÇO DE 2018.

REGISTRE – SE,

PUBLIQUE – SE,

CUMPRA – SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GLÓRIA D'OESTE

ESTADO DE MATO GROSSO, EM 01 DE OUTUBRO DE 2019.

PAULO REMÉDIO Prefeito Municipal

PORTARIA N. º 116/2019 DE 01 DE OUTUBRO DE 2019.

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE

O Excelentíssimo Senhor PAULO REMÉDIO, Prefeito do Município de Glória D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições, e tendo em vista o disposto no Artigo 84, inciso IX da lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Artigo I - Conceder 120 (Cento e Vinte Dias) de Licença Maternidade, nos termos do Art. 7º, inciso XVIII, da Constituição Federal, a Bolsista **MONIK HAMABILY ASSIS DA SILVA** portadora da Cédula de Identidade RG N. º 2642734-6 SSP/MT e do CPF 056.954.771-74, a partir de 20 de setembro de 2019, conforme Atestado Médico.

Artigo II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo III – Revogam – se as disposições em contrário.

REGISTRE – SE,

PUBLIQUE – SE,

CUMPRA – SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GLÓRIA D'OESTE,

ESTADO DE MATO GROSSO, EM 01 DE OUTUBRO DE 2019.

PAULO REMÉDIO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE

RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 070/2019-SRP

O município de Guarantã do Norte/MT representado pela Prefeitura Municipal torna público para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial nº 070/2019-SRP, obteve o seguinte resultado: A empresa **UTILISSIMA COMÉRCIO DE VARIEDADES EIRELI** sagrou-se vencedora com o valor global de **R$ 17.980,00 (dezessete mil novecentos e oitenta reais).** A empresa **ALISON D. S. TRICHES ME** sagrou-se vencedora com o valor global de **R$ 52.013,00 (cinquenta e dois mil e treze reais).** O processo Administrativo referente à licitação acima se encontra a disposição dos interessados na sala de licitações da referida Prefeitura, localizada na Rua das Oliveiras, 135, Bairro Jardim Vitória. Guarantã do Norte/MT, 01 de Outubro de 2019. *Gislaine Ascanio – Pregoeira*.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
EXTRATO DE CONTRATO N° 079/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ – MT.

CONTRATADA: AGILI SOFTWARE BRASIL LTDA – CNPJ: 26.804.377/0003-59.

OBJETO: "CONTRATAÇÃO POR PRAZO DETERMINADO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SOFTWARE DE GESTÃO PÚBLICA INTEGRADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇAS DE USO (LOCAÇÃO) COM ACESSO ILIMITADO DE USUÁRIOS, MIGRAÇÃO DE DADOS, IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO, MANUTENÇÃO E SUPORTE TÉCNICO EM GESTÃO DE ORÇAMENTO, PLANEJAMENTO, TESOURARIA, CONTABILIDADE E GERAÇÃO DE INFORMAÇÕES PARA TCE-MT; FOLHA DE PAGAMENTO E GERENCIAMENTO DE RECURSOS HUMANOS; HOLERITE WEB; CONTROLE DA ARRECADAÇÃO WEB; PORTAL DO CONTRIBUINTE WEB; CONTROLE DE ALMOXARIFADO; CONTROLE DE COMPRAS E LICITAÇÃO WEB; CONTROLE DE FROTAS WEB; CONTROLE DE COMBUSTÍVEL WEB; CONTROLE DE PATRIMÔNIO; CONTROLE DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA; CONTROLE DE PROTOCOLO WEB; E PROVIMENTO DE DATA CENTER, TUDO ISSO COM PLENO ATENDIMENTO À LEI N° 4.320/64, À LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL, À NBCASP E ÀS NORMATIVAS DO TCE-MT.".

VALOR: R$ 152.600,00 (cento e cinquenta e dois mil e seiscentos reais).

DATA DE ASSINATURA: 01/10/2019

VIGÊNCIA: 01/10/2020

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL COMPLEMENTAR 002/2019 DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2019

A Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado 002/2019, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Municipal 267/2011, TORNA PÚBLICO, e faz saber aos interessados que:

Resolve:

1) Não houve interposição de recurso contra a Relação Preliminar dos Inscritos no Processo Seletivo Simplificado 002/2019 - Edital complementar 001/2019.

2) Relação Final dos Inscritos no Processo Seletivo Simplificado 002/2019.

Fonoaudiólogo 40H

NOME	CPF	NASC	PONTUAÇÃO	
*	*	*	*	*

Professor Licenciatura Plena 24H - Licenciatura Plena em Pedagogia
Escola Municipal Joaquim Barbosa dos Santos (Agrovila Simione)

NOME	CPF	NASC	PONTUAÇÃO
Daiani Batista Bomfim	045.637.961-40	10/06/1994	4,12
Maira Cristina Sobral	017.471.921-39	28/12/1986	3,00

Professor Licenciatura Plena 24H - Licenciatura Plena em Pedagogia
Escola Municipal Cecília Meireles (Agrovila Monte Alto)

NOME	CPF	NASC	PONTUAÇÃO
Chirliane dos Santos Pinheiro Sousa	002.013.522-06	14/11/1987	3,00
Ellen Diana Leite da Conceição	002.859.612-92	02/06/1989	8,32

Professor Licenciatura Plena 24H - Licenciatura Plena em Matemática
Escola Municipal Cecília Meireles (Agrovila Monte Alto)

NOME	CPF	NASC	PONTUAÇÃO
Fabiane Barella	968.600.901-97	28/02/1983	7,17

Professor Licenciatura Plena 24H - Licenciatura Plena em Educação Física
Escola Municipal Paulo Freire (sede)
Centro de Educação Infantil Pequeno Príncipe (sede)
Escola Municipal Cecília Meireles (Agrovila Monte Alto)

NOME	CPF	NASC	PONTUAÇÃO
Jennifer Kauane Prestes da Silva	061.025.991-10	01/09/1998	3,00

NOME	CPF	NASC	PONTUAÇÃO
Diane Terezinha Zini	970.223.061-68	25/05/1982	2,00
Franciele Dorr dos Santos	060.782.071-40	30/06/2000	2,70
Hendrika Nadine Esser de Souza	053.899.731-19	04/01/1996	2,87
Leidiane de Oliveira	061.751.191.85	21/01/2000	2,00
Nathalia Cruz Ibanez Barbara Bucalão	035.944.261-73	30/03/1999	2,00
Neide Aguiar	858.098.371-15	03/09/1972	2,00
Vanessa Teixeira de Miranda	018.408.392-36	28/09/1993	4,37

TDI - Técnico de Desenvolvimento Infantil 40H - Ensino Médio Completo
Escola Municipal Paulo Freire (sede)

Itanhangá -MT, 04 de outubro de 2019

Cleusete Aparecida Ulsenheimer Adriana Aparecida da Silva

Assessora Pedagógica- Presidente Encarregado de Divisão - Membro

Deise Cristiana Davies da Silva

Gestor Escolar - Membro

Edu Laudi Pascoski

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 080/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ – MT

CONTRATADA: INVIOLÁVEL TAPURAH LTDA – ME – CNPJ - 20.269.586/0001-00.

OBJETO: O presente termo aditivo tem por objetivo o aditar o valor contratual referente ao acréscimo de serviço das quantidades do item 03 em

face da necessidade dos serviços, alterando as quantidades da cláusula primeira do contrato n° 080/2018.

VALOR: R$ 1.510,80 (um mil quinhentos e dez reais e oitenta centavos).

DATA DE ASSINATURA: 01/10/2019.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
PORTARIA DLC N° 216/2019

DATA: 01 de outubro de 2019.

***SÚMULA:** "Designar os servidores, para exercer a função de fiscal de contratos e dá outras providências."*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, Estado de Mato Grosso, Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora **Andressa Zampieri,** inscrita no CPF n° 060.879.861.46, para acompanhar e fiscalizar como Titular, a execução do **Contrato n° 079/2019**, celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e a empresa **AGILI SOFTWARE BRASIL LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 26. 804.377/0003-59, qual tem por objeto a **"CONTRATAÇÃO POR PRAZO DETERMINADO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SOFTWARE DE GESTÃO PÚBLICA INTEGRADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇAS DE USO (LOCAÇÃO) COM ACESSO ILIMITADO DE USUÁRIOS, MIGRAÇÃO DE DADOS, IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO, MANUTENÇÃO E SUPORTE TÉCNICO EM GESTÃO DE ORÇAMENTO, PLANEJAMENTO, TESOURARIA, CONTABILIDADE E GERAÇÃO DE INFORMAÇÕES PARA TCE-MT; FOLHA DE PAGAMENTO E GERENCIAMENTO DE RECURSOS HUMANOS; HOLERITE WEB; CONTROLE DA ARRECADAÇÃO WEB; PORTAL DO CONTRIBUINTE WEB; CONTROLE DE ALMOXARIFADO; CONTROLE DE COMPRAS E LICITAÇÃO WEB; CONTROLE DE FROTAS WEB; CONTROLE DE COMBUSTÍVEL WEB; CONTROLE DE PATRIMÔNIO; CONTROLE DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA; CONTROLE DE PROTOCOLO WEB; E PROVIMENTO DE DATA CENTER, TUDO ISSO COM PLENO ATENDIMENTO À LEI N° 4.320/64, À LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL, À NBCASP E ÀS NORMATIVAS DO TCE-MT.".** Fica estabelecida a forma de execução indireta, nos termos da legislação em vigor.

Art. 2° - Designar a servidora Renata Tereza Zini, portadora do CPF n° 022.791.051.60, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais do titular.

Art. 3° - Os servidores acima designados serão responsáveis por fiscalizar e acompanhar o andamento e a execução do fornecimento do objeto.

Art. 4º - Coordenar acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir seus respectivos relatórios quadrimestral e ao término da vigência contratual, para envio ao TCE/MT através do sistema APLIC.

Art. 5° - Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário.

Art. 6° - Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade.

Art. 7º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

Art. 8º - Ficam revogadas as disposições em contrário;

Itanhangá-MT, 01 de outubro de 2019.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

EMERSON SABATINE

Secretário Municipal de Finanças

Registre-se, publique-se e Afixe-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° 054/2019

A Pregoeira e Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal de Itanhangá-MT, torna público que na Licitação tipo **Pregão Presencial n° 054/2019**, instaurada para o **"Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de pães, bolos, doces, lanches e salgados para atender as necessidades das Secretarias Municipais do Município de Itanhangá – MT.".,** teve como vencedora a seguinte empresa: **T. D. TUSSET – ME – CNPJ: 13.887.993/0001-07,** sagrou – se vencedora com o valor global de R$ 87.252,00 (oitenta e sete mil duzentos e cinquenta e dois reais) sendo vencedora para os itens 02, 05, 06, 07, 08 e 09, tendo como fracassados os itens 01, 03 e 04.

Itanhangá-MT, 01 de outubro de 2019.

CAMILA BRUNA MORESCO

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 274, DE 30 DE SETEMBRO DE 2019.

"Exonera, a servidora nomeada em cargo comissionado **SIDRIANA GIACOMOLLI,** e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e;

CONSIDERANDO a necessidade de adequação funcional na estrutura administrativa do Poder Executivo/Prefeitura, para cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor,

R E S O L V E:

Art. 1° - Exonerar, a pedido, a partir do **dia 30 de setembro de 2019**, a servidora nomeada em cargo comissionado abaixo relacionada:

1 - SIDRIANA GIACOMOLLI

CPF-MF: 513.743.071-49

Gerente de Procedimentos Administrativos-CPA

Art. 2° - Caberá aos órgãos competentes do Poder Executivo, as providências pertinentes, de acordo com a legislação em vigor, inclusive quantos aos procedimentos orçamentários e financeiros.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo. Itiquira-MT, 30 de setembro de 2019.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 275, DE 30 DE SETEMBRO DE 2019.

Nomeia o Servidor que menciona para exercer cargo em comissão de livre nomeação e exoneração, e dá outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a necessidade de adequação funcional na estrutura administrativa do Poder Executivo/Prefeitura, para cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor,

R E S O L V E:

Art. 1° - Nomear o Servidor abaixo relacionado, para o exercício do cargo em comissão, de livre nomeação e exoneração, **a partir do dia 01 de outubro de 2019**, como segue:

1 – DANILLA DA SILVA CAMPOS

CPF-MF: 002.326.421-76

Gerente da Vigilância Ambiental e Epidemiológica

Art. 2° - Caberá aos órgãos competentes do Poder Executivo, as providências pertinentes, de acordo com a legislação em vigor, inclusive quantos aos procedimentos orçamentários e financeiros.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT., 30 de setembro de 2018.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 270, DE 30 DE SETEMBRO DE 2019.

Concede Readaptação de Função à servidora que menciona, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a regulamentação contida no DecretoMunicipal nº 051/2017 que dispõe sobre o Sistema de Readaptação de Função prevista no artigo 23 da Lei Municipal nº 379 de 03 de março de 1999, e dá outras providências.

CONSIDERANDO o requerimento da unidade Administrativa competente do Poder Executivo e o laudo da junta médica oficial do município, em cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor;

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Readaptação de Função à **NELCIRA MACHADO DE OLIVEIRA,** servidora efetiva no Cargo de PROFESSOR, a qual passará a exercer as atividades inerentes as FUNÇÕES DE APOIO PEDAGÓGICO, de 26/09/2019 à 24/11/2019.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 26/09/2019.

Art. 3° Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT, 30 de setembro de 2019.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 271, DE 30 DE SETEMBRO DE 2019.

Concede Licença por motivo de doença em pessoa da Família ao servidor que menciona, do quadro permanente do Poder Executivo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o atestado médico apresentado à unidade Administrativa competente do Poder Executivo, em cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor, e considerando ainda, a perícia junto a Junta Médica do Município.

R E S O L V E:

Art. 1º **-** Conceder Licença por motivo de doença em pessoa da Família, ao servidor abaixo relacionado:

1. JOÃO FRANCISCO ALVINO, servidor público do quadro permanente do Poder Executivo, no Cargo de GARI, empossado em 29/04/1994, pelo período de 30 (trinta) dias– **sendo o período de gozo de 02/09/2019 à 01/10/2019,** com o retorno aos trabalho no dia **02/10/2019.**

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02/09/2019.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT., 30 de setembro de 2019.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 273, DE 30 DE SETEMBRO DE 2019.

Concede Readaptação de Função à servidora que menciona, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a regulamentação contida no DecretoMunicipal nº 051/2017 que dispõe sobre o Sistema de Readaptação de Função prevista no artigo 23 da Lei Municipal nº 379 de 03 de março de 1999, e dá outras providências.

CONSIDERANDO o requerimento da unidade Administrativa competente do Poder Executivo e o laudo da junta médica oficial do município, em cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor;

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Readaptação de Função à **ELISANGELA DO NASCIMENTO MARTINS,** servidora efetiva no Cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, a qual passará a exercer as atividades inerentes as FUNÇÕES DE GUARDA, a partir de 26/09/2019, por tempo indeterminado.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 26/09/2019.

Art. 3° Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT, 30 de setembro de 2019.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 087, DE 01 DE OUTUBRO DE 2019

"Dispõe Sobre Convocação dos Candidatos Aprovados/Classificados no Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2017 da Prefeitura Municipal de Itiquira – MT e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 51, inciso IV e VI da Lei Orgânica do Município de Itiquira.

CONSIDERANDO a Lei Municipal n.º 888 de 08 de abril de 2015, que dispõe a autorização ao Poder Executivo Municipal a proceder à CONTRATAÇÃO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO, visando atender necessidades de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO a Homologação do resultado final Processo Seletivo Simplificado, pelo Decreto Nº. 013/2017 de 08 de fevereiro de 2018 o qual possui candidatos aprovados e classificados;

CONSIDERANDO a necessidade da Administração Pública Municipal em promover a contratação de pessoal por tempo determinado;

CONSIDERANDO a ordem rigorosa de classificação do Edital Complementar nº 014, do procedimento supracitado;

CONVOCA:

Art. 1° - Ficam convocados os candidatos aprovados/classificados no Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2019, para os Cargos abaixo relacionados, para se apresentarem pessoalmente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, situada na Praça Frei Liberato Keterrer, 311, Centro - Itiquira/MT, Estado de Mato Grosso, no período de 30 dias a contar da publicação deste, no horário de 08h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min, para tratarem de assuntos de seu interesse.

Art. 2º - Os candidatos convocados são os seguintes:

QTD	CANDIDATO	CARGO	LOCAL	CLASSIFICAÇÃO
01	KEILA CARVALHO CORREA PEREIRA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	ITIQUIRA	21 CANDIDATO CLASSIFICADO

Art. 3º - Os candidatos deverão apresentar documentação original e fotocópia autenticada em cartório ou cópia autenticada por servidor municipal com competência conferida por portaria, que comprove o que segue abaixo:

01 - Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior 18 (dezoito) anos;

02 - Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (Arts, 12 e 37, I da CF/88);

03 - Certidão de Nascimento ou Casamento;

04 - Certidão de Nascimento dos filhos e frequência escolar de menores de 14 anos (se for o caso);

05 - Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

06 - Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

07 - Cartão do PIS/PASEP;

08 - Comprovante de votação nas duas últimas eleições que antecederem a posse;

09 - Título de Eleitor;

10 - Certidão Negativa de ações cíveis e criminais, fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicílio, e caso positiva, esta deverá estar acompanhada de certidão de objeto e pé dos processos nela constantes;

11 - Certidão Negativa de Débitos para com o município de contratação;

12 - Atestado de Saúde Física e Mental (Pré-Admissional) expedido, expedido pela Junta Médica Oficial do Município;

13 - 02 (duas) foto 3X4 colorida e recente;

14 - Registro no Conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;

15 - Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

16 - Comprovante de Escolaridade (exigido no Edital);

17 - Declaração contendo endereço residencial;

18 - Declaração negativa de acúmulo de cargo público;

19 - Declaração de Bens;

20 - Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função;

21 –Conta Corrente Banco do Brasil.

22- CPF dos dependentes maiores de 14 anos

23- CPF do cônjuge, se for o caso

24- CPF do Pai e da Mãe

25- Cópia da página da Carteira de Trabalho onde consta o número e os dados pessoais

26- Declaração de não participação de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada e de não exercício de comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário.

Art. 4º - Se o candidato convocado não comparecer no prazo estabelecido por este Edital, será considerado DESISTENTE do direito de ser contratado para o cargo ao qual foi aprovado no Processo Seletivo.

Art. 5º - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Se o candidato convocado não comparecer no prazo estabelecido por este Edital, será considerado DESISTENTE do direito de ser contratado para o cargo ao qual foi aprovado no Processo Seletivo.

Art. 5º - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira, em 01 de outubro de 2019.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 269, DE 26 DE SETEMBRO DE 2019.

Concede Licença por motivo de doença em pessoa da Família ao servidor que menciona, do quadro permanente do Poder Executivo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o atestado médico apresentado à unidade Administrativa competente do Poder Executivo, em cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor, e considerando ainda, a perícia junto a Junta Médica do Município.

R E S O L V E:

Art. 1º **-** Conceder Licença por motivo de doença em pessoa da Família, ao servidor abaixo relacionado:

1. ROSEVANI FLEIRIA GOES, servidor público do quadro permanente do Poder Executivo, no Cargo de ENFERMEIRO, empossado em 14/04/2014, pelo período de 30 (trinta) dias– **sendo o período de gozo de 15/07/2019 à 13/08/2019,** com o retorno aos trabalho no dia **14/08/2019.**

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos a 15/07/2019.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT., 26 de setembro de 2019.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 272, DE 30 DE SETEMBRO DE 2019.

Concede Licença por motivo de doença em pessoa da Família ao servidor que menciona, do quadro permanente do Poder Executivo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o atestado médico apresentado à unidade Administrativa competente do Poder Executivo, em cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor, e considerando ainda, a perícia junto a Junta Médica do Município.

R E S O L V E:

Art. 1º **-** Conceder Licença por motivo de doença em pessoa da Família, ao servidor abaixo relacionado:

1. ROSEVANI FLEIRIA GOES, servidor público do quadro permanente do Poder Executivo, no Cargo de ENFERMEIRO, empossado em 14/04/2014, pelo período de 30 (trinta) dias– **sendo o período de gozo de 13/08/2019 à 11/09/2019,** com o retorno aos trabalho no dia **12/09/2019.**

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 13/08/2019.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT., 30 de setembro de 2019.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA

LICITAÇÃO E CONTRATOS
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO N. 043/2019

A Prefeitura Municipal de Jaciara - MT, através do Pregoeiro nomeado, torna público que, referente ao o procedimento Licitatório - modalidade **PREGÃO n.º 043/2019**, que tem por objeto o **"Contratação empresa para eventual Prestação de Serviço Especializado em Manutenção de Veículos Automotivos e Máquinas da Frota Municipal de Jaciara/MT",** onde foram vencedoras as empresas **CUIAGYN DISTRIBUIDORA DE PECAS AUTOMOTIVA LTDA – E** ao valor global de **R$432.850,00** (quatrocentos e trinta e dois mil e oitocentos e cinqüenta reais), **CLAUDIO ALVES QUEIROZ – ME** ao valor global de **R$129.600,00** (cento e vinte e nove mil e seiscentos reais), e **BENTO T DE MENDONCA NETO - ME** ao valor global de **R$108.000,00** (cento e oito mil reais),conforme Relatório Geral de Sessões. Jaciara-MT, 01 de outubro de 2019.

TIAGO RODRIGO ZENKNER

Pregoeiro

LICITAÇÃO E CONTRATOS
RETIFICAÇÃO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO N. 030/2019

A Prefeitura Municipal de Jaciara - MT, através do Pregoeiro nomeado, torna público que, referente ao o procedimento Licitatório - modalidade **PREGÃO n.º 030/2019**, que tem por objeto o **"Registro de Preços para contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de transbordo de lixo para o Aterro Sanitário ou depósito de lixo do município, contendo uma patrulha mecanizada com os seguintes itens: dois Caminhões Truck Basculante com capacidade mínima de 12m³ com fominha e lona, e uma Pá Carregadeira Articulada com concha de no mínimo 2m³ para atendimento do Município de Jaciara-MT",** onde foi vencedora a empresa **BENTO T DE MENDONCA NETO – ME** ao valor global de **R$ 454.800,00 ONDE SE LIA** "(Quatrocentos e cinqüenta e quatro mil reais)"; ao valor global de **R$ 454.800,00 LEIA –SE** "(Quatrocentos e cinqüenta e quatro mil e oitocentos reais)" conforme Relatório Geral de Sessões. Jaciara-MT, 01 de outubro de 2019.

TIAGO RODRIGO ZENKNER

Pregoeiro

PREV-JACI
PORTARIA N.º 116/2019

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuiçãoa servidora ***Sra. Maria Célia de Souza Ramalho e Silva****."*

O Diretor Executivo do PREV-JACI - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Jaciara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o preenchimento do art. 6º, incisos I, II, III e IV da Emenda Constitucional n.º 41/2003 c/c Art. 40, § 5 ºda Constituição Federal de 1988 e Art. 87, incisos I, II, III e IV da Lei Municipal n.º 1.417 de 13 de março de 2012, que rege a previdência municipal de Jaciara/MT; Lei nº 1. 211/2009, que dispõe sobre a reformulação da carreira dos profissionais da educação básica do sistema público educacional do município de Jaciara/MT e Tabela de Vencimentos da Lei n.º 1.865 de 14 de fevereiro de 2019, que dispõe sobre a reposição salarial dos vencimentos dos servidores públicos efetivos ativos, inativos e pensionistas, do poder executivo municipal de Jaciara/MT.

Resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício de **Aposentadoria por Tempo de Contribuição**, a **Sra. Maria Célia de Souza Ramalho e Silva,** brasileira, portadora da cédula de identidade RG n.º 3361600-0 SESP/MT, inscrita no CPF sob o n.º 593.394.461-00, servidora efetiva no cargo de Professora, Classe "C", Nível 09, lotada na Secretaria Municipal de Educação; com jornada de 30 horas semanais; **contando com 25 (vinte e cinco) anos, 02 (dois) meses e 24 (vinte e quatro) dias de tempo de contribuição,** com proventos integrais com base na última remuneração, conforme processo administrativo do **PREV-JACI, n.º 2019.04.02120P**, **a partir de 01/10/2019.**

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de **01 de Outubro de 2019**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Jaciara/MT, 30 de Setembro de 2019.

MENAH REMBERG GUIMARÃES DA SILVA

Diretor Executivo do PREV-JACI

Homologo:

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

LEI Nº. 1.913 DE 27 DE SETEMBRO DE 2019.

LEI Nº. 1.913 DE 27 DE SETEMBRO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO AO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL PARA CONFESSAR E REPARCELAR DÉBITOS ORIUNDOS DO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA JUNTO A ENERGISA S/A E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS."

O Prefeito Municipal de Jaciara-MT, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD** no uso de suas atribuições legais,

Faz Saber que A Câmara Municipal de Vereadores Aprovou e ele sanciona a seguinte lei.

Art. 1º. - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar termo de confissão e reparcelamento de débitos oriundos de energia elétrica, referente ao saldo remanescente parcelamento decorrente da LEI Nº. 1.858 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2018, junto a ENERGISA S/A, LEI N° 1.742 DE 31 DE MARÇO DE 2017 , bem como saldo devedor de consumo, até o mês de julho de 2019.

Art. 2º. Os débitos em aberto com A ENERGISA S.A., que totalizam o montante de R$ 6.320.546,27 (Seis milhões, trezentos e vinte mil, quinhentos e quarenta e seis reais e vinte e sete centavos) os quais serão pagos da seguinte forma;

a) Entrada no valor de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil), com vencimento em setembro de 2019. b) Desconto no valor de R$ 122.080,50 (cento e vinte e dois mil, oitenta reais e cinquenta centavos) referente 100% dos juros e multas. c) O restante será dividido em 120 (cento e vinte) parcelas mensais no valor de R$ 67.150,00 (Sessenta e sete mil, cento e cinquenta reais), com início em OUTUBRO DE 2019 e término em AGOSTO DE 2029.

Art. 3º. As despesas oriundas do parcelamento do débito com o parcelamento do débito correrão por conta de rubrica própria consignada no orçamento do Município.

Art.4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL EM 27 DE SETEMBRO DE 2019.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL – 2017 a 2020.

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças / Portaria nº. 02/2018

DESPACHO: Sanciono a presente Lei sem ressalvas.

Registrada e publicada de acordo com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal - 2017 a 2020

LICITAÇÃO E CONTRATOS
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO N.º 032/2019

A Prefeitura Municipal de Jaciara - MT, através do Pregoeiro designado, torna público que, referente ao **PREGÃO N.º 032/2019,** que tem por objeto o **"Registro de preços para eventuais aquisições de Produtos Alimentícios e Materiais de Higiene e Limpeza para atendimento às Secretarias e demais Departamentos da Prefeitura Municipal de Jaciara-MT"**, onde foi vencedora a empresa **JEAN C. R. SILVA COMERCIO ME** ao valor global de **R$ 246.836,60** (duzentos e quarenta e seis mil e oitocentos e trinta e seis reais e sessenta centavos) conforme Relatório Geral de Sessões. Jaciara-MT, 01 de outubro de 2019.

TIAGO RODRIGO ZENKNER

Pregoeiro

LICITAÇÃO E CONTRATOS
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO N.º 037/2019

A Prefeitura Municipal de Jaciara - MT, através do Pregoeiro designado, torna público que, referente ao **PREGÃO N.º 037/2019,** que tem por objeto o **"Aquisição de um veículo tipo ônibus rodoviário sendo de no máximo 13 (treze) anos de uso para atender a Secretaria de Assistência Social no Município de Jaciara-MT"**, onde foi vencedora a empresa **BENTO T DE MENDONCA NETO - ME** ao valor global de **R$ 85.000,000 (Oitenta e cinco mil reais)**; conforme Relatório Geral da Sessão. Jaciara-MT, 01 de outubro de 2019.

TIAGO RODRIGO ZENKNER

Pregoeiro

PREV-JACI
PORTARIA N.º117/2019

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuiçãoao servidor ***Sr. Plínio Bocardo Gonçalves da Silva."***

O Diretor Executivo do PREV-JACI - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Jaciara, Estado de Mato Groso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o preenchimento do art. art. 3º incisos I, II, III e parágrafo único da Emenda Constitucional nº. 47/2005 c/c e Art. 90, incisos I, II, III e Parágrafo único da Lei Municipal n.º 1.417 de 13 de março de 2012, que rege a previdência municipal de Jaciara/MT;Lei Nº 1456, de 02 de Julho de 2012, que Reestrutura o Quadro de Pessoal e o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos da Prefeitura Municipal de Jaciara e dá outras providências e Tabela de Vencimentos da Lei n.º 1.864 de 14 de fevereiro de 2019, que dispõe sobre a reposição salarial dos vencimentos dos servidores públicos efetivos ativos, inativos e pensionistas, do poder executivo municipal de Jaciara/MT.

Resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício de **Aposentadoria Por Tempo de Contribuição**, ao **Sr. Plínio Bocardo Gonçalves da Silva,** brasileiro, portador da cédula de identidade RG n.º 168862 SSP/MT, inscrito no CPF sob o n.º 204.975.041-20, servidor efetivo no cargo de Operador de Veículos e Maquinas I, Classe "D", Nível 26, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, com carga horária de 44 horas semanais; **contando com 43 (quarenta e três) anos, 11 (onze) meses e 25 (vinte e cinco) dias de tempo de contribuição,** com proventos integrais com base na última remuneração, **a partir de 01/10/2019,** conforme processo administrativo do **PREV-JACI, n.º 2019.04.02117P.**

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de **01 de Outubro de 2019**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Jaciara/MT, 30 de Setembro de 2019.

MENAH REMBERG GUIMARÃES DA SILVA Diretor Executivo do PREV-JACI

Homologo:

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

LEI Nº 717/2019, DE 30 DE SETEMBRO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE A ATUALIZAÇÃO DA TABELA DO PLANO DE CARREIRA E REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE JANGADA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Jangada, Estado de Mato Grosso, Sr. EDERZIO DE JESUS MENDES, no uso de suas atribuições legais, **Faz saber,** que a Câmara Municipal de Jangada - MT aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Os vencimentos dos profissionais da educação básica do magistério de Jangada-MT, a título de revisão geral anual e em consonância com acordo realizado entre o Município e o Sintep/MT sub-sede Jangada/MT

serão reajustados em 10,8% (dez, virgula oito por cento), correspondendo à reposição de anos anteriores até 2019, servindo tal valor para a correção dos anexos que acompanham a presente Lei Municipal, passando estes anexos a vigorar como anexos da Lei Municipal n.º 609 de 27 de maio de 2014.

Parágrafo único: O reajuste de que trata este artigo será realizado de forma escalonada, da seguinte forma:

a) 5% (cinco por cento) no mês de setembro/2019;

b) 5,8% (cinco inteiros e oito décimos percentuais) no mês de janeiro/2020;

Art. 2º. Fica corrigida e atualizada a tabela do Plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação Básica do magistério de Jangada/MT para o ano de 2019, passando estes anexos a vigorar como anexos da Lei Municipal n.º 609 de 27 de maio de 2014.

Art. 3º. O disposto nesta lei visa também garantir aos profissionais de que trata o art. 1º, o piso nacional mínimo, instituído pela Lei Federal nº 11.738/2008.

Art. 4º O artigo 46 da Lei Municipal n.º 609 de 27 de maio de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

"***Art. 46.*** *A remuneração dos motoristas de transporte escolar será regida pela carga horária 30 horas semanais.*

Parágrafo único. *O período de espera entre ida e volta, bem como relativo à espera de outro turno não será computado para cumprimento da carga horária de que trata o caput, bem como não poderá ser levada em consideração para fins de horas extras.*"

Art. 5º As despesas necessárias à execução da presente lei correrão por conta das dotações próprias do orçamento vigente e se necessário suplementadas.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Júlio Domingos de Campos, em 30 de setembro de 2019.

EDERZIO DE JESUS MENDES

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2019, POR REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2019.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF nº 24.772.147/0001-68, localizada na Rua Paço Municipal Júlio Domingos de Campos, S/Nº, Bairro Centro, JANGADA – MT – CEP. 78.490-000 TORNA PÚBLICO, para conhecimento de quantos possam interessar a abertura de procedimento licitatório, do tipo "Menor Preço Por Item", na modalidade PREGÃO PRESENCIAL. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TABLETS PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JANGADA/MT, de acordo com o que determina a Lei Federal nº 10.520/02, bem como nas Leis Complementares 123/2006, subsidiariamente, no que couberem, as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, a ser regidas pelos mencionados diplomas legais e pelas cláusulas e condições do edital.

Entrega e abertura dos Envelopes: Até as 08:00 horas, do dia 15/10/2019 – no endereço acima.

Edital Completo: Afixado no endereço acima e-mail: licitacaojangada@hotmail.com. ou pelo SITE: http://www.jangadamt.com.br

Jangada – MT, 01 de Outubro de 2019.

ADILSON PEREIRA NUNES - Pregoeiro

AVISO DE RESULTADO

Ata da Sessão Pública de Licitação Pregao Presencial 24/2019

As 08h:00min (oito) horas do dia 01 de Outubro de 2019, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Jangada-MT, reuniram-se, o Pregoeiro e sua equipe de apoio, designados pela Portaria 059/2019, composta pelo Srº Adilson Pereira Nunes - Pregoeiro, Eder Trajano Oliveira - Equipe de Apoio e o Srº Paulo Nerys De Assunção - Equipe de Apoio, com o objetivo de realizar a(o) Pregão Presencial Nº 024/2019, cujo objeto se trata-se de: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE SOFTWARE INTEGRADO PARA GESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA MUNICIPAL COM ASSESSORIA E CONSULTORIA NOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO DE SAÚDE PUBLICA, SENDO NA ATENÇÃO BÁSICA, MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE, REGULAÇÃO, CONTROLE E AVALIAÇÃO, CAPACITAÇÕES PARA AS EQUIPES DE SAÚDE ENTRE OUTRAS NECESSIDADES INERENTES AO SUPORTE DA GESTÃO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JANGADA/MT. A divulgação do Edital em questão se deu pela forma prevista em lei, onde foi realizado a publicação no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios - AMM e com a sua afixação no mural da Prefeitura Municipal.

Todos os Licitantes conceituados no ramo do objeto. Deste modo, cumpriu-se o que determina a lei, em homenagem ao princípio da competitividade e eficiência. No ato da abertura da presente sessão constatou-se o recebimento dos envelopes dos interessados em participar do certame junto à comissão de licitação, inclusive estando os representantes presentes a esta sessão. Dando início aos trabalhos o pregoeiro cumprimentou a todos os presentes e os membros da Comissão. Logo em seguida esclareceu sobre como os trabalhos seriam conduzidos, inclusive quanto a sua sequência.

Abaixo Segue os licitantes que compareceu para participar do certame:

TWI EMPREENDIMENTO TECNOLOGICOS E TURISMO LTDA-ME, Representada Por: MARCIO DE FREITAS CORREA Portador do RG:2048018-0 SSP/MT e CPF:9491505840

O Pregoeiro juntamente com a equipe de apoio Credenciou a empresa acima relacionada, constatando que ela cumpriu com o disposto no edital referente está fase, em seguida procedeu-se dando inicio ao recebimento dos envelopes de Proposta de Preços averiguando suas conformidades e vistandos seus feches, assim fizeram também a Equipe de Apoio e os Licitantes Presentes, após análise e estando todos nos conformes, consequentemente passou para a fase de lances, onde encontram-se registrados na presente ata. Efetuada a negociação e alcançado os valores de referência o valor proposto atendeu os requisitos da lei Federal 10.520/2002, isto é ficou dentro do valor referência, ato contínuo passou-se para a fase de habilitação que após análise da documentação, constatou que as empresas atenderam todas as regras editalícias, feito isso o pregoeiro perguntou ao participante se havia alguma intenção de interposição de recurso, com relação ao referido certame, estes declara que não, ato continuo o pregoeiro e sua equipe de apoio declara o vencedor do certame.

Sagrou-se vencedora do lote abaixo, a respectiva empresa:

	5375 TWI EMPREENDIMENTO TECNOLOGICOS E TURISMO LTDA-ME		11.601.924/0001-60			
Seq.	Código	Descrição	Unidade	Valor Unit.	Qtde	Total
1	440289	IMPLANTACAO DE SOFTWARE DE ASSISTENCIA FARMACEUTICA	un	295,000	1,000	295,000
2	440290	IMPLANTACAO DE SOFTWARE DE CERTIFICACAO DIGITAL	un	295,000	1,000	295,000
3	440288	IMPLANTACAO DE SOFTWARE DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	un	1.050,000	1,000	1.050,000
4	440291	IMPLANTACAO DE SOFTWARE DE SERVICO DE MENSAGENS PARA CEL	un	550,000	1,000	550,000
5	440286	IMPLANTACAO DE SOFTWARE DE UNIDADES BASICA DE SAUDE	un	5.000,000	1,000	5.000,000
6	440287	IMPLANTACAO DE SOFTWARE DE VIGILANCIA SANITARIA	un	550,000	1,000	550,000
7	440283	LOCACAO DE SOFTWARE PARA ASSISTENCIA FARMACEUTICA	mes	260,000	12,000	3.120,000
8	440284	LOCACAO DE SOFTWARE PARA CERTIFICACAO DIGITAL	mes	264,000	12,000	3.168,000
9	440282	LOCACAO DE SOFTWARE PARA MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	mes	250,000	12,000	3.000,000
10	440285	LOCACAO DE SOFTWARE PARA SERVICO DE MENSAGENS PARA CELUL	mes	337,500	12,000	4.050,000
11	440280	LOCACAO DE SOFTWARE PARA UNIDADES BASICA DE SAUDE	mes	4.530,000	12,000	54.360,000
12	440281	LOCACAO DE SOFTWARE PARA VIGILANCIA SANITARIA	mes	338,500	12,000	4.062,000
13	440279	SERVICO ESPECIALIZADO EM ASSESSORIA PARA GESTAO DA SECRETA	mes	3.875,000	12,000	46.500,000
			TOTAL DO VENCEDOR			**126.000,000**

Será dada divulgação do resultado nos meios de comunicação Diário Oficial Eletrônico dos Municípios - AMM, Internet e quadro mural da Prefeitura. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão às 12:00 horas do dia 01/10/2019, cuja Ata foi lavrada e assinada por todos presentes e posteriormente encaminhada ao Sr. Prefeito Municipal, nos termos da lei nº 8.666/93.

JANGADA - MT terça-feira, 1 de outubro de 2019

ADILSON PEREIRA NUNES	**EDER TRAJANO OLIVEIRA**
Pregoeiro	**Membro Comissão Licitação**

PAULO NERIS DE ASSUNCAO

Membro Comissão Licitação

TWI EMPREENDIMENTO TECNOLOGICOS E TURISMO LTDA-ME

Participante

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 026 DE 01 DE OUTUBRO DE 2019

PORTARIA Nº 026 de 01 de outubro de 2019.

"CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORA RUTH CANDIDO PEREIRA OLIVEIRA, DA CÂMARA MUNICIPAL DE JAURU-MT".

***ROBSON MARCOS PERES,* Presidente do Legislativo Municipal de Jauru, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, as quais são conferidas pelo Art. 19, Inc. IV, alínea "a" do Regimento Interno da Câmara Municipal de Jauru.**

RESOLVE:

Art. 1º - Concede FÉRIAS REGULAMENTARES a Servidora, Sr.ª. RUTH CANDIDO PEREIRA OLIVEIRA, CONTADOR, conforme requerido, pelo prazo de 30 dias, matrícula funcional nº 487-1, referente ao período aquisitivo de 30 de julho de 2018 a 29 de julho de 2019.

§ 1º – O período referido no caput deste artigo, 10 (dez) dias serão convertidos em espécie conforme Lei Complementar de 045/2006 de 06 de dezembro, Art. 126 § 3º.

§ 2º – Os dias restantes das férias regulamentares referidas no *Caput* deste artigo terá início em 11 de outubro de 2019 e término em 31 de setembro de 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE.

Gabinete da Presidência, Jauru-MT, 01 de outubro de 2019.

Ver. ROBSON MARCOS PERES

Presidente do Legislativo

CONTRATO DE DISTRATO AO CONTRATO Nº. 148/2019

CONTRATO DE DISTRATO AO CONTRATO Nº. 148/2019

DAS PARTES:

A) **DISTRATANTE: MUNICÍPIO DE JAURU**, com sede à Rua do Comercio n° 480, inscrito no CNPJ sob o n° 15.023.948/0001-30, representado neste ato pela **Secretária de Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo** a Senhora **Isabel Cristina Lemos**, brasileira, divorciada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 11478160 SJ/MT, CPF nº 522.369.271-34, doravante denominado simplesmente de DISTRATANTE.

B) **DISTRATADA**: **JULIANO PLÁCIDO VIANA,** brasileiro, portador do RG nº 15.703.521 SSP/MT, inscrito no CPF/MF n°088.008.076-76, residente e domiciliada na zona rural, Fazenda Salto Grande, cidade de Jauru/MT, doravante denominado **DISTRATADA.**

Tem entre os mesmos de maneira justa e acordada, o presente DISTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N° 148/2019, ficando desde já aceito, pelas cláusulas abaixo descritas.

CLÁUSULA ÚNICA – OBJETO DE CONSIDERAÇÕES DO CONTRATO

O presente tem como objeto, a prestação de serviço como **MOTORISTA**, com inicio em 04 de Setembro de 2019 e com termino estipulado para 20 de dezembro de 2019, onde a Distratado solicitou a rescisão no dia 02 de Outubro de 2019, encerrando se o vinculo com o Município.

PARAGRAFO PRIMEIRO: As partes resolvem, nesta data, em comum acordo, nas razões de suas faculdades em dissolver quaisquer direitos e obrigações oriundas do contrato de prestação de serviços firmado entre as mesmas, de forma a não restar quaisquer resquícios de ônus financeiro ou obrigacionais contidos no mesmo.

PARAGRAFO SEGUNDO: Todas as cláusulas e condições contidas no presente restam desde já DISTRATADOS. Afirmam por este e na forma de Direito, dando total e irrestrita quitação sobre todos os direitos e obrigações oriundos do contrato de prestação de serviços, não havendo quaisquer pendências recíprocas.

PARAGRAFO TERCEIRO: Assim, seja em qualquer tempo ou grau de desenvolvimento financeiro do DISTRATANTE e DISTRATADA, firmado inclusive

que, em função dos termos do presente, resta vedado pleitar judicial ou extrajudicialmente, quaisquer direitos ou pagamentos oriundos do referido contrato de prestação de serviços ou concernente ao presente **DISTRATO**.

DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente contrato de distrato passa a vigorar entre as partes a partir da assinatura do mesmo, as quais elegem o Foro da Cidade de Jauru-MT, caso ocorra quaisquer duvidas em relação ao presente **DISTRATO**.

Faz parte do presente instrumento fotocópia autenticada do contrato de prestação de serviços.

E, por estarem justas e convencionadas as partes assinam o presente **CONTRATO DE DISTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

JAURU – MT, 02 de Outubro de 2019.

MUNICÍPIO DE JAURU

ISABEL CRISTINA LEMOS

Secretaria Municipal de Educação

JULIANO PLÁCIDO VIANA- MEI

Proprietário

TESTEMUNHAS:

MARLLON RICARDO GOMES PIO ROSEMIR GARCIA DE SOUZA

CPF Nº. 041.758.571-33 CPF Nº. 779.343.421-87

VISTO DA ASSESSORIA JURÍDICA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO: MODALIDADE: PREGÃO Nº. 076/2019 TIPO: PRESENCIAL JULGAMENTO: MENOR VALOR POR ITEM

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Juara, designado pela Portaria GP nº 005/2019, e equipe de Apoio, nomeada pela Portaria GP nº 005/2019, torna público aos interessados que o processo licitatório realizado na modalidade de Pregão nº. 076/2019, cuja abertura ocorreu as 08h30 - Local, do dia 23/09/2019, na sala de Licitação da Prefeitura Municipal. Objeto: **Registro de Preços Para Futuro e Eventual Fornecimento de Emulsão Asfáltica RL - 1C - Pedrisco e Pó de Pedra - Destinados ao Tapa Buracos para Recuperação das Vias Urbanas do Município de Juara/MT em Atendimento a Secretaria Municipal de Cidade,** conforme especificações e condições técnicas constantes neste edital e em seus anexos, sagrou-se vencedoras as empresas: **ARAPETRO DISTRIBUIDORA DE PETROLEO - EIRELI**, inscrita no CPNJ sob o n.º 07.489.111/0001-52, com Valor Global de R$ 373.920,00 (trezentos e setenta e três mil e novecentos e vinte reais) **- R5 COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI**, inscrita no CPNJ sob o n.º 32.985.405/0001-12, com ValorGlobal de R$ 62.898,00 (sessenta e dois mil oitocentos e noventa e oito reais).

Juara –MT, 01 de outubro de 2019.

Luis Carlos Correia Carlos Amadeu Sirena

Pregoeiro Oficial Prefeito do Município

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO: MODALIDADE: PREGÃO Nº. 072/2019 TIPO: PRESENCIAL JULGAMENTO: MAIOR DESCONTO POR ITEM

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Juara, designado pela Portaria GP nº 005/2019, e equipe de Apoio, nomeada pela Portaria GP nº 005/2019, torna público aos interessados que o processo licitatório realizado na modalidade de Pregão nº. 072/2019, cuja abertura ocorreu as 08h30 - Local, do dia 16/09/2019, na sala de Licitação da Prefeitura Municipal. Objeto: REGISTRO DE PRECOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISICAO DE MATERIAIS DE EPI em Atendimento a Secretaria Municipal de Administração, conforme especificações detalhadas e quantidades constantes no Termo de Referência em Anexo, sagrou-se vencedora a empresas: **IMPACTO INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA-ME**, inscrita com o CNPJ sob o n.º 08.952.092/0001-11, sagrando-se vencedora com valor global de R$ 32.239,00 (trinta e dois mil duzentos e trinta e nove reais), - **MERCADO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E FERRAMENTAS EIRELLI**, inscrita com o CNPJ sob o n.º 10.373.046/0001-00, sagrando-se vencedora com valor global de R$ 35.555,80 (trinta e cinco mil quinhentos e cinqüenta e cinco reais e oitenta centavos), - **MUDAR COMERCIO DE MAT. DE CONST. FERRAM. E EPI´S LTDA-ME**,inscrita com o CNPJ sob o n.º **14.888.303/0001-05**, sagrando-se vencedora com valor global de R$ 30.631,00 (trinta mil seiscentos e trinta e um reais).

Juara –MT, 01 de outubro de 2019.

Luis Carlos Correia Carlos Amadeu Sirena

Pregoeiro Oficial Prefeito do Município

PREV-JUARA
PORTARIAS BENEFÍCIOS TEMPORÁRIOS PREV-JUARA MÊS 09-2019

PORTARIA N.º 107/PREV-JUARA/2019

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA

à servidora Sr.ª MARIA MARTA OLA PRESTES."

A Secretária Municipal de Administração do Município de JUARA, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art.15, da Lei Municipal n.º 1797/2006, que rege a previdência municipal, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, ao (a) servidor (a) Sr. (ª) MARIA MARTA OLA PRESTES, efetivo (a) no cargo de APOIO ADM EDUCACIONAL, lotado (a) na DIVISAO ADMINISTRATIVA, com vencimentos integrais, a partir de 01 de Setembro de 2019 e término em 25 de Setembro de 2019, conforme processo administrativo do PREV-JUARA, n.º **2019.05.00094R8**.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor nesta data retroagindo efeitos para 01/09/2019..

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

JUARA - MT, 17/09/2019.

MÁRCIA REGINA FERNANDES DE ARAÚJO

Secretária Municipal de Administração

Gestora do PREV-JUARA

PORTARIA N.º 108/PREV-JUARA/2019

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA

à servidora Sr.ª NEIDE DE MELO CORREIA."

A Secretária Municipal de Administração do Município de JUARA, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art.15, da Lei Municipal n.º 1797/2006, que rege a previdência municipal, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, ao (a) servidor (a) Sr. (ª) NEIDE DE MELO CORREIA, efetivo (a) no cargo de APOIO ADM EDUCACIONAL, lotado (a) na CRECHE MUNICIPAL INACIO L. NASCIMENTO, com vencimentos integrais, a partir de 04 de Setembro de 2019 e término em 06 de Novembro de 2019, conforme processo administrativo do PREV-JUARA, n.º **2019.05.00059R1**.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor nesta data, retroagindo efeitos para 04/09/2019.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

JUARA - MT, 17/09/2019.

MÁRCIA REGINA FERNANDES DE ARAÚJO

Secretária Municipal de Administração

Gestora do PREV-JUARA

PORTARIA N.º 109/PREV-JUARA/2019

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA

à servidora Sr.ª ISABEL APARECIDA GOMES FRANCO.*"*

A Secretária Municipal de Administração do Município de JUARA, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art.15, da Lei Municipal n.º 1797/2006, que rege a previdência municipal, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, ao (a) servidor (a) Sr. (ª) ISABEL APARECIDA GOMES FRANCO, efetivo (a) no cargo de TEC ADM.EDUCACIONAL, lotado (a) na SETOR DE EDUCAÇAO INFANTIL/ FUNDEB/CRECHE, com vencimentos integrais, a partir de 04 de Setembro de 2019 e término em 19 de Setembro de 2019, conforme processo administrativo do PREV-JUARA, n.º **2019.05.00076P**.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor nesta data, retroagindo efeitos para 04/ 09/2019.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

JUARA - MT, 17/09/2019.

MÁRCIA REGINA FERNANDES DE ARAÚJO

Secretária Municipal de Administração

Gestora do PREV-JUARA

PORTARIA N.º 110/PREV-JUARA/2019

"Dispõe sobre a concessão do benefício SALÁRIO-MATERNIDADE

à servidora Sr.ª JOELMA DE OLIVEIRA."

A Secretária Municipal de Administração do Município de JUARA, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 26, da Lei Municipal n.º 1797/2006, que rege a previdência municipal, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício SALÁRIO-MATERNIDADE, à servidora Sr.ª JOELMA DE OLIVEIRA LISBOA, efetiva no cargo de TECNICO EM ENFERMAGEM, lotada na SEC MUN DE SAUDE, com vencimentos integrais, a partir de 14 de Setembro de 2019 e término em 11 de Janeiro de 2019, conforme processo administrativo do PREV-JUARA, n.º **2019.08. 00077P**.

Art. 2º A remuneração da parcela inerente ao término do benefício, da servidora supra citada, será acrescida do 13º proporcional correspondente a 4/12 (quatro doze avos) do total de sua remuneração.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor nesta data, retroagindo efeitos para 14/ 09/2019.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

JUARA - MT, 18/09/2019.

MÁRCIA REGINA FERNANDES DE ARAÚJO

Secretária Municipal de Administração

Gestora do PREV-JUARA

PORTARIA N.º 111/PREV-JUARA/2019

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA

à servidora Sr.ª JOCEMARA DOS SANTOS.*"*

A Secretária Municipal de Administração do Município de JUARA, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art.15, da Lei Municipal n.º 1797/2006, que rege a previdência municipal, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, ao (a) servidor (a) Sr. (ª) JOCEMARA DOS SANTOS, efetivo (a) no cargo de PROFESSOR, lotado (a) na SETOR DE EDUCAÇAO INFANTIL/FUNDEB/PRE ESCOLA, com vencimentos integrais, a partir de 11 de Setembro de 2019 e término em 28 de Setembro de 2019, conforme processo administrativo do PREV-JUARA, n.º **2019.05.00078P**.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor nesta data, retroagindo efeitos para 11/ 09/2019.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

JUARA - MT, 18/09/2019.

MÁRCIA REGINA FERNANDES DE ARAÚJO

Secretária Municipal de Administração

Gestora do PREV-JUARA

PORTARIA N.º 112/PREV-JUARA/2019

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA

à servidora Sr.ª PATRICIA APARECIDA CAETANO CARDOSO.*"*

A Secretária Municipal de Administração do Município de JUARA, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art.15, da Lei Municipal n.º 1797/2006, que rege a previdência municipal, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, ao (a) servidor (a) Sr. (ª) PATRICIA APARECIDA CAETANO CARDOSO, efetivo (a) no cargo de TEC ADM.EDUCACIONAL, lotado (a) na SETOR DE EDUCAÇAO INFANTIL/FUNDEB/CRECHE, com vencimentos integrais, a partir de 28 de Agosto de 2019 e término em 26 de Outubro de 2019, conforme processo administrativo do PREV-JUARA, n.º **2019.05.00026R3**.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

JUARA - MT, 18/09/2019.

MÁRCIA REGINA FERNANDES DE ARAÚJO

Secretária Municipal de Administração

Gestora do PREV-JUARA

PORTARIA N.º 113/PREV-JUARA/2019

"Dispõe sobre a concessão do benefício SALÁRIO-MATERNIDADE

à servidora Sr.ª KARINA MARESTONI SIMOES."

A Secretária Municipal de Administração do Município de JUARA, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 26, da Lei Municipal n.º 1797/2006, que rege a previdência municipal, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício SALÁRIO-MATERNIDADE, à servidora Sr.ª KARINA MARESTONI SIMOES, efetiva no cargo de ESPECIALISTA SAÚDE, lotada na PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA, com vencimentos integrais, a partir de 31 de Agosto de 2019 e término em 28 de Dezembro de 2019, conforme processo administrativo do PREV-JUARA, n.º **2019.08. 00079P**.

Art. 2º A remuneração da parcela inerente ao término do benefício, da servidora supra citada, será acrescida do 13º proporcional correspondente a 4/12 (quatro doze avos) do total de sua remuneração.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor nesta data, retroagindo efeitos a 31/08/ 2019, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

JUARA - MT, 18/09/2019.

MÁRCIA REGINA FERNANDES DE ARAÚJO

Secretária Municipal de Administração

Gestora do PREV-JUARA

PORTARIA N.º 114/PREV-JUARA/2019

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA

à servidora Sr.ª MARIA SIDNEI PEREIRA DE ALMEIDA.*"*

A Secretária Municipal de Administração do Município de JUARA, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art.15, da Lei Municipal n.º 1797/2006, que rege a previdência municipal, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, ao (a) servidor (a) Sr. (ª) MARIA SIDNEI PEREIRA DE ALMEIDA, efetivo (a) no cargo de TECNICO ADMINISTRATIVO EDUC. NÃO PROFISSIONALIZADO, lotado (a) na PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA, com vencimentos integrais, a partir de 23 de Agosto de 2019 e término em 21 de Outubro de 2019, conforme processo administrativo do PREV-JUARA, n.º **2019.05.00080P**.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor nesta data, retroagindo efeitos a 23/08/2019, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

JUARA - MT, 18/09/2019.

MÁRCIA REGINA FERNANDES DE ARAÚJO

Secretária Municipal de Administração

Gestora do PREV-JUARA

PORTARIA N.º 115/PREV-JUARA/2019

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA

à servidora Sr.ª MIRIA GARCIA DE MATTOS CERQUEIRA.*"*

A Secretária Municipal de Administração do Município de JUARA, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art.15, da Lei Municipal n.º 1797/2006, que rege a previdência municipal, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, ao (a) servidor (a) Sr. (ª) MIRIA GARCIA DE MATTOS CERQUEIRA, efetivo (a) no cargo de TECNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL, lotado (a) na SEC MUN DE EDUC E CULTURA, com vencimentos integrais, a partir de 28 de Agosto de 2019 e término em 26 de Outubro de 2019, conforme processo administrativo do PREV-JUARA, n.º **2019.05.00081P**.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

JUARA - MT, 18/09/2019.

MÁRCIA REGINA FERNANDES DE ARAÚJO

Secretária Municipal de Administração

Gestora do PREV-JUARA

PORTARIA N.º 116/PREV-JUARA/2019

"Dispõe sobre a concessão do benefício SALÁRIO-MATERNIDADE

à servidora Sr.ª ALINE APARECIDA PORTO."

A Secretária Municipal de Administração do Município de JUARA, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 26, da Lei Municipal n.º 1797/2006, que rege a previdência municipal, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício SALÁRIO-MATERNIDADE, à servidora Sr. ª ALINE APARECIDA PORTO, efetiva no cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, lotada na PSF - JARDIM AMERICA, com vencimentos integrais, a partir de 14 de Setembro de 2019 e término em 11 de Janeiro de 2020, conforme processo administrativo do PREV-JUARA, n.º **2019.08.00083P**.

Art. 2º A remuneração da parcela inerente ao término do benefício, da servidora supra citada, será acrescida do 13º proporcional correspondente a 4/12 (quatro doze avos) do total de sua remuneração.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

JUARA - MT, 23/09/2019.

MÁRCIA REGINA FERNANDES DE ARAÚJO

Secretária Municipal de Administração

Gestora do PREV-JUARA

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO: MODALIDADE: PREGÃO Nº. 074/2019 TIPO: PRESENCIAL JULGAMENTO: MENOR VALOR POR ITEM

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Juara, designado pela Portaria GP nº 005/2019, e equipe de Apoio, nomeada pela Portaria GP nº 005/2019, torna público aos interessados que o processo licitatório realizado na modalidade de Pregão nº. 074/2019, cuja abertura ocorreu as 09h00 - Local, do dia 18/09/2019, na sala de Licitação da Prefeitura Municipal. Objeto: **Registro de Preços para Futura e Eventual Prestação de Serviços de Exames de Endoscopia Digestiva Alta (com ou seu biópsia) e Retira de Corpo Estranho de Forma Invasiva no Sistema Digestivo em Atendimento a Secretaria Municipal de Saúde / Hospital Municipal de Juara "Elídia Maschietto Santillo",** conforme especificações constantes neste Edital e seus anexos**,** sagrou-se **vencedora** a empresa**: AURO RENAN DE ASSIS BRITO - ME**, inscrita com o CNPJ sob o n.º 17.921.272/0001-27, sendo vencedora com valor global de R$ 22.800,00 (vinte e dois mil e oitocentos reais).

Juara –MT, 01 de outubro de 2019.

Luis Carlos Correia Carlos Amadeu Sirena

Pregoeiro Oficial Prefeito do Município

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO: MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS N.º 015/2019 TIPO: PRESENCIAL JULGAMENTO: MENOR VALOR POR EMPREITADA GLOBAL

O Presidente da CPL de Licitações da Prefeitura Municipal de Juara, designado pela Portaria GP nº 005/2019, torna público aos interessados que o processo licitatório realizado na modalidade de Tomada de Preços nº. 015/2019, cuja abertura ocorreu as 08h30 Local, do dia **26.09.2019**, na sala de Licitação da Prefeitura Municipal. Objeto: **Contratação de Empresa Especializada para Execução das Instalações Elétricas da Escola Municipal Francisco Sampaio/Distrito Paranorte/MT,** conforme projeto básico, especificações e condições técnicas constantes neste edital e em seus anexos, sagrou-se **vencedora** a empresa: **JÚLIO TADEU TEODORO & CIA LTDA**, inscrita com o CNPJ sob o n.º 22.731.430/0001-16, com Valor Global de **R$ 36.782,17 (trinta e seis setecentos e oitenta e dois reais e dezessete centavos).**

Juara –MT, 01 de outubro de 2019.

Luis Carlos Correia Carlos Amadeu Sirena

Coord. de Licitações Prefeito do Município

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO: MODALIDADE: PREGÃO Nº. 079/2019 TIPO: PRESENCIAL JULGAMENTO: MENOR VALOR POR ITEM

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Juara, designado pela Portaria GP nº 005/2019, e equipe de Apoio, nomeada pela Portaria GP nº 005/2019, torna público aos interessados que o processo licitatório realizado na modalidade de Pregão nº. 079/2019, cuja abertura ocorreu as 08h30 - Local, do dia 30/09/2019, na sala de Licitação da Prefeitura Municipal. Objeto: **Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa Especializada em Manutenção Completa, Aquisição de Recarga de Gás e Peças de Reposição, Reparos e Consertos de Aparelhos Condicionadores de Ar e Refrigeradores, em Atendimento a**

Diversas Secretarias Municipais, conforme especificações e condições técnicas constantes neste edital e em seus anexos, sagrou-se **DESERTA**.

Juara –MT, 01 de outubro de 2019.

Luis Carlos Correia Carlos Amadeu Sirena

Pregoeiro Oficial Prefeito do Município

SEC. MUN FINANÇAS/COORDENAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO
EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL - ITR N° 00004, DE 01 DE OUTUBRO DE 2019.

EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL - ITR N° 00004, de 01 de outubro de 2019.

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

SUJEITO (S) PASSIVO (S)

NOME COMPLETO / RAZÃO SOCIAL	CPF / CNPJ	TERMO DE INTIMAÇÃO FISCAL (ITR)
COLONIZADORA TERRANORTE LTDA	14.936.512/0001-79	9819/00020/2019
COLONIZADORA TERRANORTE LTDA	14.936.512/0001-79	9819/00040/2019
VALERIA CARDOSO BOESE	482.108.971-87	9819/00064/2019
ELVIRA AFFONSO DE ALBUQUERQUE	002.576.878-66	9819/00068/2019

TITULAR DO ORGÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL RESPONSÁVEL PELO ITR
NOME: WILSON JACOB MATRICULA: 0006622CARGO: 0403 ASSINATURA:

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO: MODALIDADE: PREGÃO Nº. 073/2019 TIPO: ELETRONICO JULGAMENTO: MENOR VALOR POR ITEM.

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Juara, designado pela Portaria GP nº 005/2019, e equipe de Apoio, nomeada pela Portaria GP nº 005/2019, torna público aos interessados que o processo licitatório realizado na modalidade de Pregão Eletrônico nº. 073/2019, cuja abertura ocorreu as 09h30 - Brasília, do dia 17.09.2019, na sala de Licitação da Prefeitura Municipal. Objeto: **Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Medicamentos "Judicializados" e Comprimidos em Atendimento a Secretaria Municipal de Saúde,**conforme especificações e condições técnicas constantes neste edital e em seus anexos, sagraram-se vencedoras as empresas: ARMAZEM DOS MEDICAMENTOS EIRELLI - ME, inscrita com o CNPJ sob o n.º 27.718,661/0001-30, com valor global de R$ 89.378,076 (oitenta e nove mil e trezentos e setenta e oito reais e setenta e seis milésimos) - COMERCIAL MARK ATACADISTA-ME, inscrita com o CNPJ sob o n.º 09.315.996/0001-07, com valor global de R$ 122. 600,90 (cento e vinte e dois mil e seiscentos reais e noventa centavos) - FARMÁCIA BOM PREÇO -LTDA EPP/SS, inscrita com o CNPJ sob o n. º 11.504.314/0001-48, com valor global de R$ 11.154,33(onze mil, cento e cinqüenta e quatro reais e trinta e três centavos) - LIGIA MARIA CARNEIRO - ME, inscrita sob o n.º CNPJ: 29.228.930/0001-89, com valor global de R$ 37.040,13 (trinta e sete mil, quarenta reais e treze centavos) - LUMANN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP. , inscrita com o CNPJ sob o n.º 26.419.311/0001-83, com valor global de R$ 106. 735,30 (cento e seis mil, setecentos e trinta e cinco reais e trinta centavos) - MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA- ME, inscrita com o CNPJ sob o n.º 28.418.133/0001-00, com valor global de R$ 32.158,00 (trinta e dois mil, cento e cinquenta reais) - MEDICAMENTO DE AZ EIRELI -ME, inscrita com o CNPJ sob o n.º 09.676.256/0001-98, com valor global de R$ 162.453,90 (cento e sessenta e dois mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e noventa centavos) - PROMEDI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME, inscrita com o CNPJ sob o n.º 27.806.274/0001-29, com valor global de R$ 1.998,00 (mil e novecentos e noventa e oito reais) - SANTO REMEDIO COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO-HOSPITALAR - EIRELI -ME, inscrita com o CNPJ sob o n. º 28.643.0008/000-195, com valor global de R$ 41.632,04 (quarenta e um mil, seiscentos e trinta e dois reais e quatro centavos) .

Juara –MT, 01 de outubro de 2019.

Luis Carlos Correia Carlos Amadeu Sirena

Pregoeiro Oficial Prefeito do Município

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO: MODALIDADE: PREGÃO Nº. 078/2019 TIPO: PRESENCIAL JULGAMENTO: MENOR VALOR POR ITEM

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Juara, designado pela Portaria GP nº 005/2019, e equipe de Apoio, nomeada pela Portaria GP nº 005/2019, torna público aos interessados que o processo licitatório realizado na modalidade de Pregão nº. 078/2019, cuja abertura ocorreu as 08h30 - Local, do dia 27/09/2019, na sala de Licitação da Prefeitura Municipal. Objeto: **Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa Especializada em Manutenção Completa, Aquisição de Recarga de Gás e Peças de Reposição, Reparos e Consertos de Aparelhos Condicionadores de Ar e Refrigeradores, em Atendimento a Diversas Secretarias Municipais,** conforme especificações e condições técnicas constantes neste edital e em seus anexos, sagrou-se vencedoras as empresas: **CASA DO COMPUTADOR LTDA**, inscrita no CPNJ sob o n. º 10.199.390/0001-24, com Valor Global de R$ 67.243,70 (sessenta e sete mil duzentos e quarenta e três reais e setenta centavos) **- MARCOS S. BIUDES - ME**, inscrita no CPNJ sob o n.º 08.257.279/0001-03, com ValorGlobal de R$ 34.548,00 (trinta e quatro mil quinhentos e quarenta e oito reais).

Juara –MT, 01 de outubro de 2019.

Luis Carlos Correia Carlos Amadeu Sirena

Pregoeiro Oficial Prefeito do Município

SEC. MUN. PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO
DECISÃO ADMINISTRATIVA - POSTO

Juara/MT, 30 de setembro de 2019.

DECISÃO ADMINISTRATIVA DO PODER EXECUTIVO

Trata de requerimento de reajuste de preço formalizado pela empresa AUTO POSTO ARINOS LTDA, CNPJ nº 05.798.923/001-54, dos produtos objeto da Ata de Registro de Preço nº 32-A/2019, Pregão nº 036/2019, passo às considerações:

No curso do contrato ocorreram alterações nos valores dos itens licitados, que atingiu não somente o valor dos combustíveis no posto licitado, mas também nos demais fornecedores de combustíveis deste município.

Os preços praticados na data do certame licitatório, representados pelo termo de referência, não condizem com a atual média de mercado praticada, devendo haver reajuste na proporção da oscilação do mercado.

A Lei Federal nº 8.666/93, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, em seu artigo 65, prevê a possibilidade de ajustamento do contrato, sendo que a alínea "d" do mesmo artigo versa sobre a possibilidade/dever de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...)

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

Ainda, o artigo 884 do Código Civil veda o enriquecimento sem causa, que se encontra estampado no presente caso, ante a divergência do valor de referência dos produtos licitados na data do pregão, como a média de mercado praticado atualmente.

Desta feita, se faz necessário o reajuste dos valores praticados, de modo a reestabelecer o equilibro econômico-financeiro, evitando locupletamento ilícito, aplicando ao valor médio praticado no mercado, o deságio previsto no Pregão nº 036/2019.

Do Exposto:

De modo a viabilizar a continuidade do fornecimento dos produtos, reestabelecendo o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato e evitar o enriquecimento sem causa, **DETERMINO** o reajuste dos preços de todos os produtos objeto da Ata de Registro de Preço nº 032-A/2019, Pregão nº 036/2019.

Para tanto, deve ser subtraído os percentuais de deságio previsto no Pregão nº 036/2019 do valor médio praticado no mercado atualmente, apontado pela Chefe do Setor de Fiscalização de Contratos, obtendo assim o valor final de reajuste dos produtos abaixo:

Gasolina Comum: Atual valor de mercado R$ 4,96 – 9,02% (deságio) **= R$ 4,51;**

Óleo Diesel S-500: Atual valor médio de mercado R$ 4,45 – 13,61 % (deságio do certame) = **R$ 3,84;**

Óleo Diesel S-10: Atual valor de mercado R$ 4,52 – 15,63% (deságio do certame) = **R$ 3,81.**

Determino que a empresa contratada seja cientificada da presente decisão e conseguinte nova pauta de pagamento.

Nada sendo requerido e após as devidas formalidades, arquive-se.

Carlos Amadeu Sirena

Prefeito do Município

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO: MODALIDADE: PREGÃO Nº. 077/2019 TIPO: PRESENCIAL JULGAMENTO: MENOR VALOR POR ITEM

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Juara, designado pela Portaria GP nº 005/2019, e equipe de Apoio, nomeada pela Portaria GP nº 005/2019, torna público aos interessados que o processo licitatório realizado na modalidade de Pregão nº. 077/2019, cuja abertura ocorreu as 08h30 - Local, do dia 24/09/2019, na sala de Licitação da Prefeitura Municipal. Objeto: **Registro de Preços Para Futura e Eventual Aquisição de Gêneros Alimentícios em Atendimento a Diversas Secretaria Municipais,** conforme especificações e condições técnicas constantes neste edital e em seus anexos, sagrou-se vencedoras as empresas: **SAO JOSE SUPERMERCADO LTDA**, inscrita no CPNJ sob o n.º **11.087.959/0001-22**, com Valor Global de R$ 891.031,06 (oitocentos e noventa e um mil trinta e um reais e seis centavos) **- FLOR DE MAIO COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI**, inscrita no CPNJ sob o n.º **26.511.522/0001-41**, com ValorGlobal de R$ 151.349,57 (cento e cinqüenta e um mil trezentos e quarenta e nove reais e cinqüenta e sete centavos).

Juara –MT, 01 de outubro de 2019.

Luis Carlos Correia Carlos Amadeu Sirena

Pregoeiro Oficial Prefeito do Município

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO: MODALIDADE: PREGÃO Nº. 080/2019 TIPO: PRESENCIAL JULGAMENTO: MENOR VALOR POR ITEM

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Juara, designado pela Portaria GP nº 005/2019, e equipe de Apoio, nomeada pela Portaria GP nº 005/2019, torna público aos interessados que o processo licitatório realizado na modalidade de Pregão nº. 080/2019, cuja abertura ocorreu as 08h30 - Local, do dia 01/10/2019, na sala de Licitação da Prefeitura Municipal. Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PARQUE INFANTIL EM ATENDIMENTO À ESCOLA MUNICIPAL PINGO DE GENTE,** conforme especificações e condições técnicas constantes neste edital e em seus anexos., sagrou-se **DESERTA**.

Juara –MT, 01 de outubro de 2019.

Luis Carlos Correia Carlos Amadeu Sirena

Pregoeiro Oficial Prefeito do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Juruena, por intermédio do Pregoeiro Oficial, designado pela Portaria n.º 088/2019, torna público, para conhecimento dos interessados, que o Pregão Presencial SRP n° 032/2019, Processo Administrativo n° 056/2019, cujo objeto é o Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa para o Fornecimento Gêneros Alimentícios, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Juruena e Secretarias, conforme especificações e condições constantes no Termo de Referencia anexo no Edital pelo período de 12 meses, foi dado como FRACASSADO. **Motivo:** Os participantes desistiram da licitação, sob alegação de que o valor balizado estaria muito abaixo do valor de mercado, não tendo condições de fornecer a grande maioria dos itens, pois o valor de referência não condiz com a realidade do mercado local.

Juruena – MT 01 de outubro de 2019.

Robson Gomes Dias Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

RESULTADO PROCESSO ADMINISTRATVO Nº 042/2019

O Prefeito Municipal de Juscimeira/MT , torna publico Resultado Licitação Supracitado **OBJETO:** Registro de Preços Para Futura e Eventual Contratação De Empresa, Para Aquisição De Tubos, Aduelas e Tijolos De Concreto, Para Atender As Demandas Das Secretarias Deste Município" **Vencedor:** Concretubos Comercio De Artefatos De Cimento Ltda – EPP – CNPJ: 01.734.447/0001-57 - **Valor:** R$ 221.500,00 (Duzentos Vinte Hum Mil, Quinhentos Reais).

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 18/2019

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 18/2019

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL – R.P. N.º 29/2019

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEDRA BRITA, PEDRISCO E PÓ DE BRITA PARA SER UTILIZADA NA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, ATENDENDO ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

VIGÊNCIA: DE 30/09/2019 ATÉ 30/09/2020.

FORNECEDORA: FAM COMERCIO DE ASFALTOS EIRELI – ME

CNPJ: 27.745.345/0001-20

VALOR GLOBAL: R$ 125.200,00 (CENTO E VINTE E CINCO MIL E DUZENTOS REAIS).

PREFEITURA MUNICIPAL: LAMBARI D'OESTE-MT, 30 DE SETEMBRO DE 2019

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 007 de 01 de Outubro de 2019.

Normatiza disciplina e orienta acerca das permissões e vedações do período de campanha eleitoral do Processo de Escolha dos membros do Conselho Tutelar 2019, e dá outras providências.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Lambari D' do Oeste - MT CMDCA, com fundamento na Lei Federal n° 8.069/90 e nas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 500/2014 de 12 de março de 2014 e a Comissão Organizadora e suas alterações posteriores;

Considerando o disposto na Portaria nº 063/2019, que nomeia a atual composição do Conselho;

Considerando a Resolução CMDCA Nº 001/ de 26 de Março de 2019, que nomeia a Comissão Especial Eleitoral, responsável pela organização e monitoramento do Processo de Escolha dos membros do Conselho Tutelar 2019;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar normativas e orientações visando disciplinar o período de campanha eleitoral relativo ao Processo de Escolha dos membros do Conselho Tutelar 2019, definindo a presente Resolução como ponto de referência para realização da campanha/propaganda eleitoral por parte dos candidatos participantes do pleito, inclusive no dia da votação.

Parágrafo único. Cada candidato deverá empenhar-se na observância dessa Resolução, mantendo uma postura ética na relação com seus pares e na relação com os eleitores, zelando pelas regras do processo democrático.

Art. 2º Na campanha eleitoral dos candidatos aplica-se, no que couber, as regras relativas à campanha eleitoral previstas no Edital 001/2019, ficando vedado a todos os candidatos e seus apoiadores:

I - abuso do poder econômico na propaganda feita através dos veículos de comunicação social, com previsão legal no art. 14, § 9º, da Constituição Federal; na Lei Complementar Federal nº 64/1990 (Lei de Inelegibilidade) e art. 237 do Código Eleitoral;

II - doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;

III - propaganda em qualquer local público;

IV - a participação de candidatos, nos 03 (três) meses que precedem o pleito, em inaugurações de obras públicas;

V - a vinculação político-partidária das candidaturas e a utilização da estrutura dos partidos políticos para campanha eleitoral;

VI - a vinculação religiosa das candidaturas e a utilização da estrutura de igrejas ou cultos para campanha eleitoral;

VII - favorecimento de candidatos por qualquer autoridade pública ou a utilização, em benefício daqueles, de espaços, equipamentos e serviços da Administração Pública Municipal;

VIII - confecção de camisetas ou outro tipo de divulgação em vestuário;

IX - propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa:

a) considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana;

b) considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor de bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;

c) considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabidamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir, com isso, vantagem à determinada candidatura;

X - propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, bem como através de faixas, letreiros, banners, adesivos e cartazes com fotos ou outras formas de propaganda de massa, ressalvada a manutenção, pelo candidato, de página própria na rede mundial de computadores.

§ 1º É vedado aos órgãos da Administração Pública Direta ou Indireta, Federais, Estaduais ou Municipais, realizar qualquer tipo de propaganda que possa caracterizar como de natureza eleitoral, ressalvada a divulgação do pleito, sem a individualização de candidatos.

§ 2º É vedado aos atuais membros do Conselho Tutelar, e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, na campanha, a benefício próprio ou de terceiros, bem como fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

§ 3º No dia da eleição, é vedado aos candidatos:

I - a utilização de espaço na mídia local, independente de sua natureza;

II - o transporte aos eleitores;

III - o uso de alto-falantes e amplificadores de som ou promoção de comício ou carreata;

IV - a distribuição de material de propaganda política ou a prática de aliciamento, coação ou manifestação com a finalidade de influir na vontade do eleitor;

V - a distribuição ou fixação de qualquer tipo material de propaganda em locais públicos, principalmente em um raio de 100 (cem) metros do local da votação e nas dependências deste; VI - qualquer tipo de propaganda eleitoral, inclusive "boca de urna".

§ 4º É permitida a participação em entrevistas promovidas por emissoras de rádio locais, garantindo-se a igualdade de condições a todos os candidatos.

§ 5º O descumprimento do disposto no parágrafo anterior sujeita a empresa infratora à penalidade prevista no art. 56 da Lei Federal nº 9.504/1997.

Art. 3º A violação das regras de campanha também sujeita os candidatos responsáveis ou beneficiados à cassação de seu registro de candidatura ou Diploma, sem prejuízo das sanções penais previstas na Lei Eleitoral.

§ 1º Compete à Comissão Especial Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura, comunicando o fato ao Ministério Público.

Art. 4º A campanha/propaganda eleitoral somente poderá ser realizada até dia **05 de outubro de 2019 ás 18h00min**, por meio da utilização de: I - santinhos, com tamanho 7cm x 10cm, em preto e branco ou colorido, constando número, nome, foto e slogan do candidato, além da identificação do Município e do Processo de Escolha do Conselho Tutelar 2019;

II - panfleto, com tamanho 15cm x 21cm, em preto e branco ou colorido, constando número, nome, foto e currículo/slogan do candidato, além da identificação do Município e do Processo de Escolha do Conselho Tutelar 2019;

III - internet, via redes sociais, blogs e páginas pessoais;

IV - entrevistas em emissoras de rádio locais.

§ 1º A campanha/propaganda eleitoral somente poderá ser realizada por meio da utilização do material indicado nos incisos do caput deste artigo, no formato e características indicadas, sendo que a utilização de qualquer outro tipo de material ou meio de propaganda sujeitará o candidato às penalidades dispostas no art. 9º.

§ 2º Os candidatos deverão evitar, na internet ou qualquer outro espaço, a veiculação de mensagens de texto, áudio, imagem ou vídeo de caráter ofensivo, com alusão a partidos políticos, confissão religiosa ou com referências discriminatórias, ou mensagens que indiquem qualquer forma de promessa ou concessão de vantagem ao destinatário.

§ 3º Os meios de comunicação impressos ou veiculados via internet (sites) somente poderão divulgar reportagens gerais acerca do processo de escolha, para fins de divulgação, informação e mobilização da comunidade, sem menção pessoal a qualquer dos candidatos.

§ 5º A Comissão Especial Eleitoral poderá utilizar a página própria do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na rede mundial de computadores, para divulgação do processo de escolha e apresentação dos candidatos a membro do Conselho Tutelar, desde que assegurada igualdade de espaço para todos.

Art. 5º Fica vedada a realização ou divulgação de enquetes ou pesquisas eleitorais, bem como a contratação remunerada de cabos eleitorais.

Parágrafo único. Para fins de divulgação de sua candidatura, cada candidato poderá organizar sua equipe de trabalho, de caráter voluntário, devendo orientar seus apoiadores acerca das normativas desta Resolução e legislação atinente, tendo em vista que a conduta infratora do representante poderá ensejar punição ao candidato de referência.

Art. 6º Todas as denúncias indicando infração a qualquer dispositivo desta Resolução, tanto por parte do candidato, quanto de seus apoiadores, serão analisadas pela Comissão Especial Organizadora, que diante da procedência comprovada da infração e, assegurado o direito à ampla defesa e ao contraditório, submeterá o candidato denunciado às seguintes medidas, individual ou cumulativamente:

I - Advertência por escrito;

II - Recolhimento do material ou suspensão da propaganda;

III - Cassação do registro da candidatura.

Art. 10. Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Sala de reuniões CMDCA, Lambari D Oeste-MT, 01 de Outubro de 2019.

Soeli Lima da Silva

Presidente Comissão Organizadora

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

AVISO DE HOMOLOGAÇAO DA DISPENSA DE LICITAÇAO 016 /2019

A prefeitura municipal De Lambari D´Oeste –MT, no uso de suas atribuições legais, torna público os interessados que a DISPENSA DE LICITAÇAO nº 016/2019 cujo certame se deu as 14:00 horas do dia 27 de setembro de 2019 com objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO TONER PARA IMPRESSORAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE LAMBARI D´OESTE -MT**, Fica homologado o objeto a **C.G. DE MATOS -ME**, **CNPJ**: 11.069769/0001-82, Residente Rua Pernambuco, Nº 877-Centro, , **CEP: 78285-000** em um valor total de R$ 16.504,00 (dezesseis mil e quinhentos e quatro reais).

,

LAMBARI D´OESTE –MT, 01 de outubro de 2019.

Audiley Celestino Pessoa

Presidente Da C.P.L

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 17/2019

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 17/2019

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL R. P. N.º 27/2019

OBJETO: REGISTRO PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA EM DIREITO TRIBUTÁRIO, COM VISTAS A TORNAR MAIS EFICIENTE A ATUAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL, ATRAVÉS DA LOCALIZAÇÃO, APURAÇÃO, LANÇAMENTO, EMISSÕES DE PARECERES JURÍDICOS E COBRANÇA ADMINISTRATIVA E JUDICIAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS E EM RECUPERAÇÃO DE ATIVOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS.

VIGÊNCIA: DE 01/10/2019 ATÉ 01/10/2020

PRESTADORA DE SERVIÇOS: *ERENDIRAH MAXIMA DE BALBINO E TRINDADE SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA*

*CNPJ:*30.936.635/0001-66

SERVIÇOS E PREÇOS REGISTRADOS:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	V. Unitário	V. Total ESTIMADO
1	1	SERVIÇO	CADASTRAMENTO E/OU RECADASTRAMENTO DE TODOS OS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS, INDUSTRIAIS, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E AGROPECUÁRIOS E APOIO TÉCNICO-CIENTIFICO À FISCALIZAÇÃO, VISANDO A VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS NORMAS DE POSTURAS E AMBIENTAIS DO MUNICÍPIO;	R$ 0,13 PARA CADA R$ 1,00 RECUPERADO OU AUMENTADO A RECEITA.	R$ 130.000,00
2	1	SERVIÇO	TAXA DE LICENÇA AMBIENTAL E DA TAXA DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DEVIDOS POR TODOS OS CONTRIBUINTES;	R$ 0,23 PARA CADA R$ 1,00 RECUPE-	R$ 230.000,00

				RADO OU AUMENTADO À RECEITA.	
3	1	SERVIÇO	DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA DE TODOS OS CONTRIBUINTES, AINDA QUE EVENTUAIS, DEVIDO PELAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS, SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS, LOTÉRICAS, CORRESPONDENTES BANCÁRIOS, COM A UTILIZAÇÃO DE SOFTWARE DE GESTÃO EM AMBIENTE DE REDE MUNICIPAL DE COMPUTADORES;	R$ 0,23 PARA CADA R$ 1,00 RECUPERADO OU AUMENTADO À RECEITA.	R$ 230.000,00
4	1	SERVIÇO	REVISÃO, COMPENSAÇÃO/E OU RESTITUIÇÃO DE VALORES PAGOS INDEVIDAMENTE À RECEITA FEDERAL DO BRASIL COM RELAÇÃO À CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS QUE NÃO TENHAM REPERCUSSÃO EM BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS;	R$ 0,23 PARA CADA R$ 1,00 RECUPERADO OU COMPENSADO.	R$ 460.000,00
5	1	SERVIÇO	AUDITORIA PARA RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS ALUSIVOS À CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA SOBRE A EXPLORAÇÃO MINERAL – CFEM;	R$ 0,23 PARA CADA R$ 1,00 RECUPERADO OU AUMENTADO À RECEITA DE CFEM.	R$ 23.000,00
6	1	SERVIÇO	RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS INERENTES À DIVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA E NÃO TRIBUTARIA, AJUIZADAS OU AINDA NÃO PERSEGUIDOS JUDICIALMENTE;	R$ 0,23 PARA CADA R$ 1,00 RECUPERADO OU AUMENTADO À RECEITA.	R$ 69.000,00
7	1	SERVIÇO	RECUPERAÇÃO DE VALORES PAGOS INDEVIDAMENTE PELOS MUNICÍPIOS, A TITULO DE ICMS SOBRE A TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DA ENERGIA ELÉTRICA; E	R$ 0,23 PARA CADA R$ 1,00 RECUPERADO OU AUMENTADO À RECEITA.	R$ 92.000,00
8	1	SERVIÇO	RECUPERAÇÃO DE TAXAS E DEMAIS TRIBUTOS (INCLUSIVE IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO – IPTU) PARA INSTALAÇÃO E/OU REGULARIZAÇÃO SOBRE AS EDIFICAÇÕES DE ESTRUTURAS METÁLICAS E OUTROS ENGENHOS UTILIZADOS PARA SERVIÇOS DE TELEFONIA CELULAR MÓVEL E DE TELEFONIA FIXA.	R$ 0,23 PARA CADA R$ 1,00 RECUPERADO OU AUMENTADO À RECEITA.	R$ 92.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL: LAMBARI D'OESTE-MT, 01 DE OUTUBRO DE 2019.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 16/2019

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 16/2019

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL – R.P. N.º 26/2019

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS (ORIGINAIS DE 1ª LINHA E/OU GENUÍNAS), ACESSÓRIOS E DEMAIS MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA APLICAÇÃO NOS VEÍCULOS LEVES/PESADOS COMO TAMBÉM PARA AS MÁQUINAS E IMPLEMENTOS DA FROTA DO PATRIMÔNIO DA PREFEITURA DE LAMBARI D´OESTE – MT.

VIGÊNCIA: DE 24/09/2019 ATÉ 24/09/2020.

FORNECEDORAS:

Item	DUPLA POTÊNCIA RECUPERADORA DE MAQUINAS LTDA CNPJ: 03.301.657/0001-87 Descrição do Produto	Unidade	Quantidade	% Desconto
32	PEÇAS DE BOMBA INJETORA/ SISTEMA DE INJEÇÃO ELETRÔNICA ORIGINAIS DE 1° LINHA E/OU GENUÍNA PARA MAQUINÁRIO DA MARCA CASE	UN	100	30
46	ACESSÓRIOS ORIGINAIS DE 1° LINHA E/OU GENUÍNA PARA MAQUINÁRIO DA MARCA MASSEY FERGUSSON	UN	100	30
47	PEÇAS DE FREIOS ORIGINAIS DE 1° LINHA E/OU GENUÍNA PARA MAQUINÁRIO DA MARCA CASE MASSEY FERGUSSON	UN	100	15
70	PEÇAS HIDRÁULICAS ORIGINAIS DE 1° LINHA E/OU GENUÍNA PARA MAQUINÁRIO DA MARCA AGRITEC	UN	100	15
79	PEÇAS MECÂNICAS ORIGINAIS DE 1° LINHA E/OU GENUÍNA PARA MAQUINÁRIO DA MARCA NEW HOLLAND	UN	100	39,5
81	PEÇAS BOMBA INJETORA/SISTEMA DE INJEÇÃO ELETRÔNICA ORIGINAIS DE 1° LINHA E/OU GENUÍNA PARA MAQUINÁRIO DA MARCA NEW HOLLAND	UN	100	25
Item	L.B.D. COMERCIO DE PECAS, ACESSORIOS E IMPLEMENTOS PARA VEICULOS LTDA CNPJ: 06.100.774/0001-70 Descrição do Produto	Unidade	Quantidade	% Desconto
1	PEÇAS ELÉTRICAS ORIGINAIS DE 1ª LINHA E/OU GENUÍNAS PARA VEÍCULO PESADO DA MARCA WOLKSWAGEN	UN	100	15,5
7	PEÇAS ELÉTRICAS ORIGINAIS DE 1ª LINHA E/OU GENUÍNA PARA VEÍCULO PESADO DA MARCA M. BENZ	UN	100	15,5
13	PEÇAS ELÉTRICAS ORIGINAIS DE 1ª LINHA E/OU GENUÍNA PARA VEÍCULO PESADO DA MARCA MARCOPOLO	UN	100	15,5
19	PEÇAS ELÉTRICAS ORIGINAIS DE 1° LINHA E/OU GENUÍNA PARA VEÍCULOS LEVES DA MARCA FIAT	UN	100	15,5
25	PEÇAS ELÉTRICAS ORIGINAIS DE 1ª LINHA E/OU GENUÍNA PARA VEÍCULO PESADO DA MARCA FORD	UN	100	15,5
49	PEÇAS ELÉTRICAS ORIGINAIS DE 1° LINHA E/OU GENUÍNA PARA VEÍCULO MICRO ÔNIBUS DA MARCA IVECO	UN	100	15,5
57	PEÇAS ELÉTRICAS ORIGINAIS DE 1° LINHA E/OU GENUÍNA PARA VEÍCULO LEVE DA MARCA GM 2.0	UN	100	15,5
62	PEÇAS ELÉTRICAS ORIGINAIS DE 1° LINHA E/OU GENUÍNA PARA VEÍCULO DA MARCA GM 2.2	UN	100	15,5
68	PEÇAS ELÉTRICAS ORIGINAIS DE 1° LINHA E/OU GENUÍNA PARA MAQUINÁRIO DA MARCA AGRITEC	UN	100	15,5
74	PEÇAS ELÉTRICAS ORIGINAIS DE 1° LINHA E/OU GENUÍNA PARA MAQUINÁRIO DA MARCA LS	UN	100	15,5
Item	SOARES BONFIM & CIA LTDA - ME CNPJ: 12.025.386/0001-75 Descrição do Produto	Unidade	Quantidade	% Desconto
6	PEÇAS MECÂNICAS ORIGINAIS DE 1ª LINHA E/OU GENUÍNA PARA VEÍCULO DA MARCA MERCEDES BENS	UN	100	15
8	PEÇAS DE BOMBA INJETORA/ SISTEMA DE INJEÇÃO ELETRÔNICA ORIGINAIS DE 1ª LINHA E/OU GENUÍNA PARA VEÍCULOS PESADO DA MARCA M. BENZ	UN	100	15
9	PEÇAS HIDRÁULICAS ORIGINAIS DE 1ª LINHA E/OU GENUÍNA PARA VEÍCULO PESADO DA MARCA M. BENZ	UN	100	15
10	ACESSÓRIOS ORIGINAIS DE 1ª E/OU GENUÍNAS PARA VEÍCULO PESSADO DA MARCA M.BENZ	UN	100	15
11	PEÇAS DE FREIOS ORIGINAIS DE 1ª LINHA E/OU GENUÍNA PARA VEÍCULO DA MARCA MERCEDES BENS	UN	100	15
20	ACESSÓRIOS ORIGINAIS DE 1° LINHA E/OU GENUÍNA PARA VEÍCULOS LEVES DA MARCA FIAT	UN	100	15
21	PEÇAS DE BOMBA INJETORA/ SISTEMA DE INJEÇÃO ELETRÔNI-	UN	100	15

	CA ORIGINAIS DE 1° LINHA E/OU GENUÍNA PARA VEÍCULOS LEVES DA MARCA FIAT			
22	PEÇAS HIDRÁULICAS ORIGINAIS DE 1° LINHA E/OU GENUÍNA PARA VEÍCULOS LEVES DA MARCA FIAT	UN	100	15
23	PEÇAS FREIOS ORIGINAIS DE 1° LINHA E/OU GENUÍNA PARA VEÍCULOS LEVES DA MARCA FIAT	UN	100	15
51	PEÇAS MECÂNICAS ORIGINAIS DE 1° LINHA E/OU GENUÍNA PARA VEÍCULOS LEVES DA MARCA RENAULT	UN	100	15
52	PEÇAS ELÉTRICAS ORIGINAIS DE 1° LINHA E/OU GENUÍNA PARA VEÍCULOS LEVES DA MARCA RENAULT	UN	100	16
53	ACESSÓRIOS ORIGINAIS DE 1° LINHA E/OU GENUÍNA PARA VEÍCULOS LEVES DA MARCA RENAULT	UN	100	15
54	PEÇAS DE BOMBA INJETORA/ SISTEMA DE INJEÇÃO ELETRÔNICA ORIGINAIS DE 1° LINHA E/OU GENUÍNA PARA VEÍCULOS LEVES DA MARCA RENAULT	UN	100	15
55	PEÇAS HIDRÁULICAS ORIGINAIS DE 1° LINHA E/OU GENUÍNA PARA VEÍCULOS LEVES DA MARCA RENAULT	UN	100	15
56	PEÇAS FREIOS ORIGINAIS DE 1° LINHA E/OU GENUÍNA PARA VEÍCULOS LEVES DA MARCA RENAULT	UN	100	15
58	PEÇAS FREIOS ORIGINAIS DE 1° LINHA E/OU GENUÍNA PARA VEÍCULO LEVE DA MARCA GM 2.0	UN	100	15
59	PEÇAS DE BOMBA INJETORA/ SISTEMA DE INJEÇÃO ELETRÔNICA ORIGINAIS DE 1° LINHA E/OU GENUÍNA PARA VEÍCULO LEVE DA MARCA GM 2.0	UN	100	15
60	ACESSÓRIOS ORIGINAIS DE 1° LINHA E/OU GENUÍNA PARA VEÍCULO LEVE DA MARCA GM 2.0	UN	100	15
61	PEÇAS MECÂNICAS ORIGINAIS DE 1° LINHA E/OU GENUÍNA PARA VEÍCULO DA MARCA GM 2.2	UN	100	15
63	PEÇAS DE BOMBA INJETORA/ SISTEMA DE INJEÇÃO ELETRÔNICA ORIGINAIS DE 1° LINHA E/OU GENUÍNA PARA VEÍCULO DA MARCA GM 2.2	UN	100	15
64	PEÇAS DE FREIOS ORIGINAIS DE 1° LINHA E/OU GENUINA PARA VEICULO DA MARCA GM 2.2	UN	100	15
65	PEÇAS DE HIDRÁULICAS ORIGINAIS DE 1° LINHA GENUÍNA PARA VEICULO DA MARCA GM 2.2	UN	100	15
66	ACESSÓRIOS ORIGINAIS DE 1° LINHA GENUÍNA PARA VEICULO DA MARCA GM 2.2	UN	100	15
67	PEÇAS MECÂNICAS ORIGINAIS DE 1° LINHA E/OU GENUÍNA PARA MAQUINÁRIO DA MARCA AGRITEC	UN	100	16
69	PEÇAS DE BOMBA INJETORA/ SISTEMA DE INJEÇÃO ELETRÔNICA ORIGINAIS DE 1° LINHA E/OU GENUÍNA PARA MAQUINÁRIO DA MARCA AGRITEC	UN	100	15,5
71	ACESSÓRIOS ORIGINAIS DE 1° LINHA E/OU GENUÍNA PARA MAQUINÁRIO DA MARCA AGRITEC	UN	100	16
72	PEÇAS DE FREIOS ORIGINAIS DE 1° LINHA E/OU GENUÍNA PARA MAQUINÁRIO DA MARCA AGRITEC	UN	100	15,5
73	PEÇAS MECÂNICAS ORIGINAIS DE 1° LINHA E/OU GENUÍNA PARA MAQUINÁRIO DA MARCA LS	UN	100	15
75	PEÇAS DE BOMBA INJETORA/ SISTEMA DE INJEÇÃO ELETRÔNICA ORIGINAIS DE 1° LINHA E/OU GENUÍNA PARA MAQUINÁRIO DA MARCA LS	UN	100	15
76	PEÇAS HIDRÁULICAS ORIGINAIS DE 1° LINHA E/OU GENUÍNA PARA MAQUINÁRIO DA MARCA LS	UN	100	15
77	ACESSÓRIOS ORIGINAIS DE 1° LINHA E/OU GENUÍNA PARA MAQUINÁRIO DA MARCA LS	UN	100	15
78	PEÇAS DE FREIOS ORIGINAIS DE 1° LINHA E/OU GENUÍNA PARA MAQUINÁRIO DA MARCA LS	UN	100	15
85	PEÇAS MECÂNICAS ORIGINAIS DE 1° LINHA E/OU GENUÍNA PARA /IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS ROÇADEIRA, GRADES, VINCAO, CARRETAS E PLANTADEIRA	UN	100	20

Item	NE EQUIPAMENTOS, PECAS E LOCACAO DE MAQUINAS LTDA CNPJ: 09.619.626/0001-55 Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	% Desconto
30	PEÇAS MECÂNICAS ORIGINAIS DE 1° LINHA E/OU GENUÍNA PARA MAQUINÁRIO DA MARCA CASE	UN	100	40
31	PEÇAS ELÉTRICAS ORIGINAIS DE 1° LINHA E/OU GENUÍNA PARA MAQUINÁRIO DA MARCA CASE	UN	100	25
33	PEÇAS HIDRÁULICAS ORIGINAIS DE 1° LINHA E/OU GENUÍNA PARA MAQUINÁRIO DA MARCA CASE	UN	100	32
35	PEÇAS DE FREIOS ORIGINAIS DE 1° LINHA E/OU GENUÍNA PARA MAQUINÁRIO DA MARCA CASE	UN	100	38
36	PEÇAS MECÂNICAS ORIGINAIS DE 1° LINHA E/OU GENUÍNA PARA MAQUINÁRIO DA MARCA CATERPILLA	UN	100	50,5
37	PEÇAS ELÉTRICAS ORIGINAIS DE 1° LINHA E/OU GENUÍNA PARA MAQUINÁRIO DA MARCA CATERPILLA	UN	100	25
38	PEÇAS BOMBA INJETORA/SISTEMA DE INJEÇÃO ELETRÔNICA ORIGINAIS DE 1° LINHA E/OU GENUÍNA PARA MAQUINÁRIO DA MARCA CATERPILLA	UN	100	25
39	PEÇAS HIDRÁULICAS ORIGINAIS DE 1° LINHA E/OU GENUÍNA PARA MAQUINÁRIO DA MARCA CATERPILLA	UN	100	31
40	ACESSÓRIOS ORIGINAIS DE 1° LINHA E/OU GENUÍNA PARA MAQUINÁRIO DA MARCA CATERPILLA	UN	100	40,5
41	PEÇAS FREIOS ORIGINAIS DE 1° LINHA E/OU GENUÍNA PARA MAQUINÁRIO DA MARCA CATERPILLA	UN	100	37
42	PEÇAS MECÂNICAS ORIGINAIS DE 1° LINHA E/OU GENUÍNA PARA MAQUINÁRIO DA MARCA CASE MASSEY FERGUSSON	UN	100	20
43	PEÇAS ELÉTRICAS ORIGINAIS DE 1° LINHA E/OU GENUÍNA PARA MAQUINÁRIO DA MARCA CASE MASSEY FERGUSSON	UN	100	18
44	PEÇAS DE BOMBA INJETORA/ SISTEMA DE INJEÇÃO ELETRÔNICA ORIGINAIS DE 1° LINHA E/OU GENUÍNA PARA MAQUINÁRIO DA MARCA MASSEY FERGUSSON	UN	100	22
45	PEÇAS HIDRÁULICAS ORIGINAIS DE 1° LINHA E/OU GENUÍNA PARA MAQUINÁRIO DA MARCA MASSEY FERGUSSON	UN	100	25,5
80	PEÇAS ELÉTRICAS ORIGINAIS DE 1° LINHA E/OU GENUÍNA PARA MAQUINÁRIO DA MARCA NEW HOLLAND	UN	100	25
82	PEÇAS HIDRÁULICAS ORIGINAIS DE 1° LINHA E/OU GENUÍNA PARA MAQUINÁRIO DA MARCA NEW HOLLAND	UN	100	31
83	ACESSÓRIOS ORIGINAIS DE 1° LINHA E/OU GENUÍNA PARA MAQUINÁRIO DA MARCA NEW HOLLAND	UN	100	31
84	PEÇAS FREIOS ORIGINAIS DE 1° LINHA E/OU GENUÍNA PARA MAQUINÁRIO DA MARCA NEW HOLLAND	UN	100	29

Item	BIELMAQ COMERCIO DE PECAS PARA MAQUINAS LTDA - EPP CNPJ: 17.274.687/0001-56 Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	% Desconto
34	ACESSÓRIOS ORIGINAIS DE 1° LINHA E/OU GENUÍNA PARA MAQUINÁRIO DA MARCA CASE	UN	100	44

Item	NORTAO COMERCIO DE PECAS E SERVICOS AUTOMOTIVOS LTDA - ME CNPJ: 15.271.538/0001-08 Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	% Desconto

2	PEÇAS DE BOMBA INJETORA/ SISTEMA DE INJEÇÃO ELETRÔNICA ORIGINAIS DE 1ª LINHA E/OU GENUÍNA PARA VEICULO PESADO DE MARCA VOLKSWAGEN	UN	100	15,5
3	PEÇAS HIDRAULICAS ORIGINAIS DE 1ª LINHA E/OU GENUÍNA PARA VEÍCULO PESADO DE MARCA VOLKSWAGEN	UN	100	15,5
4	ACESSÓRIOS ORIGINAIS DE 1ª LINHA E/OU GENUÍNA PARA VEÍCULO PESADO DA MARCA VOLKSVAGEN	UN	100	15,5
5	PEÇAS FREIOS ORIGINAIS DE 1ª LINHA E/OU GENUÍNA PARA VEÍCULO PESADO DA MARCA VOLKSWAGEN	UN	100	15,5
48	PEÇAS MECÂNICAS E ACESSÓRIOS ORIGINAIS DE 1° LINHA E/OU GENUÍNA PARA MICRO ÔNIBUS DA MARCA IVECO	UN	100	15,5
50	PEÇAS HIDRÁULICAS ORIGINAIS DE 1° LINHA E/OU GENUÍNA PARA VEÍCULO MICRO ÔNIBUS DA MARCA IVECO	UN	100	15,5
Item	SÓ PESADOS COMERCIO DE PEÇAS LTDA -ME CNPJ: 24.717.067/0001-00 Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	% Desconto
12	PEÇAS MECÂNICAS ORIGINAIS DE 1ª LINHA E/OU GENUÍNA PARA VEÍCULO PESADO DA MARCA MARCOPOLO	UN	100	15,5
14	PEÇAS DE BOMBA INJETORA / SISTEMA DE INJEÇÃO ELETRÔNICA ORIGINAIS DE 1ª LINHA E/OU GENUÍNA PARA VEÍCULO PESADO DE MARCA MARCOPOLO	UN	100	15,5
15	PEÇAS HIDRÁULICAS ORIGINAIS DE 1ª LINHA E/OU GENUÍNAS PARA VEÍCULO PESADO DA MARCA MARCOPOLO	UN	100	15,5
16	ACESSÓRIOS ORIGINAIS DE 1° LINHA E/OU GENUÍNA PARA VEÍCULOS PESADO DA MARCA MARCOPOLO	UN	100	15,5
17	PEÇAS DE FREIOS ORIGINAIS DE 1ª LINHA E/OU GENUÍNA PARA VEÍCULO PESADO DA MARCA MARCOPOLO	UN	100	15,5
18	PEÇAS MECÂNICAS ORIGINAIS DE 1° LINHA E/OU GENUÍNA PARA VEÍCULOS LEVES DA MARCA FIAT	UN	100	15,5
Item	IDEAL COMERCIO DE AUTO PEÇAS EIRELI CNPJ: 30.865.963/0001-19 Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	% Desconto
24	PEÇAS MECÂNICAS ORIGINAIS DE 1ª LINHA E/OU GENUÍNA PARA VEÍCULO PESADO DA MARCA FORD	UN	100	15,5
26	PEÇAS DE BOMBA INJETORA/ SISTEMA DE INJEÇÃO ELETRÔNICA ORIGINAIS DE 1ª LINHA E/OU GENUÍNA PARA VEÍCULO PESADO DE MARCA FORD	UN	100	15,5
27	PEÇAS HIDRÁULICAS ORIGINAIS DE 1ª LINHA E/OU GENUÍNA PARA VEÍCULO PESADO DA MARCA FORD	UN	100	15,5
28	ACESSÓRIOS ORIGINAIS DE 1ª LINHA E/OU GENUÍNA PARA VEÍCULO PESADO DA MARCA FORD	UN	100	15,5
29	PEÇAS DE FREIOS ORIGINAIS DE 1ª LINHA E/OU GENUÍNA PARA VEÍCULO PESADO DA MARCA FORD	UN	100	15,5

PREFEITURA MUNICIPAL: LAMBARI D'OESTE-MT, 24 DE SETEMBRO DE 2019.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 15/2019

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 15/2019

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL – R.P. N.º 23/2019

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO (MANILHAS) PARA SEREM UTILIZADOS NAS AÇÕES DE MANUTENÇÃO DE RUAS E ESTRADAS REALIZADAS PELO DEPARTAMENTO DE OBRA E SERVIÇOS PUBLICOS.

VIGÊNCIA: DE 25/09/2019 ATÉ 25/09/2020

FORNECEDORA: FAM COMERCIO DE ASFALTOS EIRELI

CNPJ: 27.745.345/0001-20

VALOR GLOBAL: R$ 1.421.000,00 (UM MILHÃO QUATROCENTOS E VINTE E UM MIL REAIS).

PREFEITURA MUNICIPAL: LAMBARI D'OESTE-MT, 25 DE SETEMBRO DE 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

PREFEITURA/LICITAÇÃO
PORTARIA SEPLAN Nº 011/2019

DATA: Terça-feira, 01 de outubro de 2019

SÚMULA: Nomeia FABIANA ZACARIAS RAMOS como Engenheira Responsável pela Fiscalização das Obras de Reforma da Unidade de Atenção em Saúde (Hospital Maria Zélia) no Município de Marcelândia/MT"

O Senhor **Arnóbio Vieira de Andrade**, Prefeito Municipal de Marcelândia Estado do Mato Grosso, no uso da competência que lhe confere a Lei;

R E S O L V E:

Artigo 1º. Nomear a Engenheira Civil **FABIANA ZACARIAS RAMOS**, brasileira inscrita no CREA-MT sob Nº 0.330-60, portadora do RG 21097283-3 SSP/MT e CPF sob Nº 031.679.751-05 como engenheira responsável pela **Fiscalização** das obras que compõem a "*Contratação de empresa especializada para a execução da obra de Reforma da Unidade de Atenção Especializada em Saúde (Hospital Maria Zélia) no município de Marcelândia/MT"*. **Artigo 2º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO EM, 01 de outubro de 2019.

_____

Arnóbio Vieira de Andrade

PREFEITO MUNICIPAL

_____

Adriana Cristina Machado Blanc

SEC DE PLANEJAMENTO

Registra-se e afixe-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 005/2019 PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2019 APRESENTA O RESULTADO PRELIMINAR DOS CLASSIFICADOS - NÃO CLASSIFICADOS E AUSENTES

O Prefeito do Município de Matupá - MT, **Sr. Valter Miotto Ferreira**, através da **Nomeação da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Público de Agentes Comunitários de Saúde Nº 001/2019*, da Prefeitura Municipal de Matupá - MT,*** nomeada pelo **Decreto nº 3014/2019**– através do presente instrumento apresentam o **Resultado Preliminar dos Classificados, não. Classificados, e ausentes.**

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ÁREA GEOGRÁFICA DE ATUAÇÃO 20) UBS UNIÃO

TODA A EXTENSÃO DAS RUAS 06, 07, 08, 09. AV. INTERPENINSULAR DA TURATI ATÉ O LAGO. RUA 21 ESQUINA (ZÉ DA LUZ) ATE O NÚMERO 22.

ORDEM	Nº INSCRIÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
01	034	PAULO RICARDO DA SILVA COSTA	28	CLASSIFICADO
02	023	IRAENE NEVES SILVA	24	CLASSIFICADO
03	030	LOANA LIMA DO NASCIMENTO	23	CLASSIFICADO
04	027	MYLLENY DOS SANTOS LUZ	22	CLASSIFICADO
05	016	ADRIANA TOLOTTI	21	CLASSIFICADO
06	031	NEUZA FREITAS DO NASCIMENTO SALES	19	REPROVADO
07	035	SONIA CRISTINA ALVES	18	REPROVADO
08	048	FRANCISCA DO NASCIMENTO BATISTA	17	REPROVADO
09	054	SIMONE BARBOSA MARCELINO	13	REPROVADO
10	042	CELMA DA SILVA	08	REPROVADO
11	049	ELOISA ROSA DE MACENA	00	AUSENTE
12	054	SIMONE BARBOSA MARCELINO	00	AUSENTE

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ÁREA GEOGRÁFICA DE ATUAÇÃO 14) UBS UNIÃO

RUA 01, 02, 05 EM TODA SUA EXTENSÃO. RUA 21 DA CASA 856 ATÉ A CASA DE Nº 36.

ORDEM	N° INSCRIÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
13	002	MAIZA GOMES RIBEIRO	26	CLASSIFICADO
14	018	EDIANGELO PIRES FIGUEREDO DOS SANTOS	25	CLASSIFICADO
15	020	ELIENE DE OILIVEIRA SANTOS	19	REPROVADO
16	036	LORRAYNE MARIA DA COSTA MORANTI	15	REPROVADO
17	005	LIDIA LEILIANE SILVA COSTA	14	REPROVADO
18	033	LAIANE LOPES PEREIRA	14	REPROVADO
19	004	SILVANA APARECIDA DOS SANTOS DE ABREU	00	AUSENTE

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ÁREA GEOGRÁFICA DE ATUAÇÃO 10) UBS UNIÃO

RUA 1,02,04,05 (ATRÁS DA REDE SUBESTAÇÃO E CARVOEIRA). RUA 09 EM TODA SUA EXTENSÃO, AV. B. OESTE DO BAIRRO INDUSTRIAL EM TODA SUA EXTENSÃO DO LADO ESQUERDO. PARALELA DA BR 163 ATÉ A CHÁCARA ESTRELA. AV. SEBASTIÃO ALVES JUNIOR COM INICIO NA CASA RURAL ATÉ CHÁCARA DO PETINI (LAGO). AV. I LADO ESQUERDO DA AV. B. OESTE ATÉ O FINAL.

ORDEM	N° INSCRIÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
20	041	MAYARA ANDRELEVICIUS TRISTÃO	27	CLASSIFICADO
21	009	MARCIA APARECIDA DA SILVA	23	CLASSIFICADO
22	046	RANGEL ALVES DA SILVA	21	CLASSIFICADO
23	038	CRISTIANE REGINA DA SILVA ROCHA	19	REPROVADA
24	007	ELISANDRA SANTOS LEMES DA SILVA	19	REPROVADO
25	003	VIVIANE JOAQUIM ROCHA	18	REPROVADO
26	008	ADRYAN DOS SANTOS RIBEIRO	00	AUSENTE
27	010	VANDERLI WEIAND	00	AUSENTE
28	043	ELANE DE SOUZA BORGES	00	AUSENTE
29	052	KAMILA FERNANDES MARQUES DA SILVA	00	AUSENTE

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ÁREA GEOGRÁFICA DE ATUAÇÃO 03)

UBS JARDIM DAS FLORES

TODA A EXTENSÃO DAS RUAS 08, 09, 10, 14, 15, 16, 17, 18 E 19 DO BAIRRO JARDIM DAS FLORES.

ORDEM	N° INSCRIÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
30	050	WILAINE DUTRA DOS SANTOS	29	CLASSIFICADO
31	028	FERNANDO PEREIRA KERBER	25	CLASSIFICADO
32	014	ANDREIA SELLER FERNADES DE SOUZA	23	CLASSIFICADO
33	015	SINARA MARIANO DE OLIVEIRA	22	CLASSIFICADO
34	021	LUCIANA MARIA DOS SANTOS KOPTSKI	19	REPROVADO
35	055	JOSELY MARLI DE ASSIS	13	REPROVADO
36	025	TAYNARA DA SILVA CARLETTO	00	AUSENTE
37	029	LEIDIANE NUNES SIQUEIRA	00	AUSENTE

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ÁREA GEOGRÁFICA DE ATUAÇÃO 16)

UBS CIDADE ALTA

TODA A EXTENSÃO DA LINHA DA PEDREIRA, LINHA BALSA, LINHA DA PAZ, LINHA DO TESOURO. COMUNIDADE FLOR DA SERRA, COMUNIDADE ALTO ALEGRE E LINHA GUARANTÃ ATÉ NA CURVA GOIANA

ORDEM	N° INSCRIÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
38	006	SIMONE PORTE CARVALHO BORRE	30	CLASSIFICADO
39	013	SILVANIA EVANGELISTA DA SILVA	24	CLASSIFICADO
40	001	CRISTIANE BARREIRO OLIVEIRA	19	REPROVADO
41	032	CRISTINA RODRIGUES AMORIM	14	REPROVADO

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ÁREA GEOGRÁFICA DE ATUAÇÃO 41)

UBS CIDADE ALTA

LINHA DO RANÁRIO 01, LINHA DO RANÁRIO 02, LINHA DO COQUERAL, LINHA DO CEMITÉRIO, ZONA INDUSTRIAL 05.

ORDEM	N° INSCRIÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
42	037	EMERSON RODRIGUES DE ARAUJO	26	CLASSIFICADO
43	047	DALETE CAMARA DE ARAUJO	26	CLASSIFICADO
44	039	PATRICIA NUNES REINALDO	26	CLASSIFICADO
45	058	GABRIEL CARDOSO LIMA	21	CLASSIFICADO
46	040	INDYANARA DOS SANTOS RIBEIRO	18	REPROVADO
47	045	CLEUDILENE PINTO SOUSA	16	REPROVADO
48	053	MARCELO VINICIUS DA SILVA PEREIRA	00	AUSENTE

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ÁREA GEOGRÁFICA DE ATUAÇÃO 11)

UBS CENTRAL

LINHA PM, FILÃO VELHO, LINHA DO BRITADOR, LINHA MARAVILHA E CHACARAS DA MT-322, LINHA AEROPORTO, CLUBE DE LAÇO, LIMHA CONFINAMENTO, LINHA FRIALTO E LINHA DO SUCÃO.

ORDEM	N° INSCRIÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
49	051	HELDER CARLOS ARAUJO DA SILVA	27	CLASSIFICADO
50	012	WANDER CARLOS DE SOUZA	24	CLASSIFICADO
51	024	ANDREIA FELIX SANTOS RIBEIRO	24	CLASSIFICADO
52	057	PATRICIANA DE ALMEIDA BLASQUE NOGUEIRA	23	CLASSIFICADO
53	019	DEBORA PATRICIA HOFFMANN	20	CLASSIFICADO
54	011	ANA PINTO DE OLIVEIRA	20	CLASSIFICADO
55	017	CARLEANE BARROS FONSECA	00	AUSENTE
56	044	MATEUS HENRIQUE VENTURA DA SILVA	00	AUSENTE

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ÁREA GEOGRÁFICA DE ATUAÇÃO 40)

UBS CENTRAL

RUA 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10 DO ZH1-001. RUA DA AVENIDA PERIFÉRICA. RESTAURANTE REFÚGIO A IGREJA MATRIZ E O POSTO SIMARELLI (ZC1-001). RUA 01, 02, 03, 04, 08 DO SERTOR REGIONAL; AVENIDA SEBASTIÃO ALVES JUNIOR (LADO DO COQUERAL ATÉ AGRO-BAGGIO). AVENIDA PERIFÉRICA ATÉ O POSTO TREVÃO.

ORDEM	N° INSCRIÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
57	056	ALDECIANA PAIXÃO DA SILVA	22	CLASSIFICADO
58	026	SABRINA BORGES DE SOUZA	21	CLASSIFICADO
59	022	LAIS DA SILVA CARLETTO	00	AUSENTE

Matupá - MT, em 01 de Outubro de 2019.

Clarisse Maria Sala

Presidente da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Público

VALTER MIOTTO FERREIRA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO 001/2019 DECLARAÇÃO DE NÃO INTERPOSIÇÃO DA DE DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DO GABARITO OFICIAL DAS PROVAS OBJETIVAS.

A COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO 001/2019,

através da ***Nomeação da Comissão Organizadora e Elaboração do* Processo Seletivo PÚBLICO Nº 001/2019*, da Prefeitura Municipal de Matupá - MT,*** nomeada pelo Decreto nº 3014 DE 14 DE JULHO DE 2019**.**

Declara para os devidos fins que se fizer necessário que não houve interposição de recursos contra o Ato da divulgação do resultado do gabarito oficial das provas objetivas.

Por ser verdade, assino e dou fé.

Matupá – MT 01 de Outubo de 2019.

Clarisse Maria Sala Presidente da Comissão do

Processo Seletivo Público 001/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 076/2019

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe de pregoeiro (a), comunica a todos os interessados que realizou no dia 20 de setembro de 2019 às 10h00min na sede da Prefeitura Municipal, a PREGÃO PRESENCIAL PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SHOW PIROTÉCNICO, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, SERVIÇOS TÉCNICOS E DE APOIO, E DEMAIS EQUIPAMENTOS E/OU SERVIÇOS NECESSÁRIOS PARA A EXECUÇÃO DO SHOW QUE SERÁ REALIZADO NO REVEILLON 2020, NO LAGO MUNICIPAL DE MATUPÁ/MT, aonde consagrou-se vencedor do certame o Licitante: **BAZZANA PIROTECNIA EIRELI – ME, inscrita no CNPJ:** 04.431.241/0001-46, no valor total de R$ 141.900,00. Matupá – MT, 01 de outubro de 2019. CRISTIANA PEREIRA SERRA LOPES - Pregoeira Oficial –

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE/SECRETARIA DE FINANÇAS
ANEXO 02 RREO - 4º BIMESTRE

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2019/BIMESTRE JULHO-AGOSTO

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

CONSOLIDADO R$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c)=(a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e)=(a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	74.108.118,50	78.403.632,90	11.156.509,22	43.933.748,07	96,29	34.469.884,83	11.035.226,15	34.781.549,93	95,36	43.622.082,97	0,00
LEGISLATIVA	1.735.000,00	1.735.000,00	258.652,40	1.136.339,90	2,49	598.660,10	277.892,20	1.070.925,34	2,93	664.074,66	0,00
ACAO LEGISLATIVA	1.735.000,00	1.735.000,00	258.652,40	1.136.339,90	2,49	598.660,10	277.892,20	1.070.925,34	2,93	664.074,66	0,00
JUDICIÁRIA	128.500,00	127.500,00	18.120,20	84.356,48	0,18	43.143,52	18.120,20	84.356,48	0,23	43.143,52	0,00
DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO NO PROCESSO JUDICI	128.500,00	127.500,00	18.120,20	84.356,48	0,18	43.143,52	18.120,20	84.356,48	0,23	43.143,52	0,00
ADMINISTRAÇÃO	10.249.801,00	11.668.996,99	1.851.262,86	9.464.170,93	20,74	2.204.826,06	2.288.060,29	8.401.118,47	23,03	3.267.878,52	0,00
AÇÃO JUDICIÁRIA	10.000,00	1.800,00	0,00	0,00	0,00	1.800,00	0,00	0,00	0,00	1.800,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO GERAL	8.863.801,00	10.283.146,99	1.684.013,58	8.396.710,35	18,40	1.886.436,64	2.070.293,41	7.490.690,61	20,53	2.792.456,38	0,00
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	1.356.000,00	1.364.050,00	167.249,28	1.067.460,58	2,33	296.589,42	217.766,88	910.427,86	2,49	453.622,14	0,00
EXTENSÃO RURAL	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.702.250,00	2.768.313,58	442.840,86	1.421.455,93	3,11	1.346.857,65	318.368,32	1.167.807,67	3,20	1.600.505,91	0,00
ADMINISTRAÇÃO GERAL	933.000,00	884.000,00	95.494,57	462.677,90	1,01	421.322,10	123.768,64	441.730,86	1,21	442.269,14	0,00
FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	27.000,00	27.000,00	947,65	13.569,61	0,02	13.430,39	2.311,53	6.970,66	0,01	20.029,34	0,00
ASSISTÊNCIA AO IDOSO	5.500,00	5.500,00	0,00	0,00	0,00	5.500,00	0,00	0,00	0,00	5.500,00	0,00
ASSISTÊNCIA AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA	2.500,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00	0,00
ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	273.000,00	306.017,85	44.190,49	159.264,96	0,34	146.752,89	42.038,86	143.524,27	0,39	162.493,58	0,00
ASSISTÊNCIA ESPECIAL	1.461.250,00	1.543.295,73	302.208,15	785.943,46	1,72	757.352,27	150.249,29	575.581,88	1,57	967.713,85	0,00
PREVIDÊNCIA MUNICIPAL	4.360.000,00	4.512.523,93	326.657,06	1.384.348,50	3,03	3.128.175,43	337.912,06	1.361.838,50	3,73	3.150.685,43	0,00
PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	4.360.000,00	4.512.523,93	326.657,06	1.384.348,50	3,03	3.128.175,43	337.912,06	1.361.838,50	3,73	3.150.685,43	0,00
SAÚDE	17.611.848,00	18.559.938,31	2.192.793,51	12.092.524,33	26,50	6.467.413,98	2.725.177,63	9.758.652,23	26,75	8.801.286,08	0,00
ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.712.600,00	1.755.208,44	194.596,80	1.157.841,34	2,53	597.367,10	236.309,24	1.038.829,12	2,84	716.379,32	0,00
ATENÇÃO BÁSICA	5.487.854,00	5.905.283,14	788.957,81	3.555.034,44	7,79	2.350.248,70	892.343,35	2.972.661,71	8,15	2.932.621,43	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	9.386.855,00	9.848.835,77	1.062.933,18	6.764.211,34	14,82	3.084.624,43	1.443.464,30	5.188.913,58	14,22	4.659.922,19	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	301.050,00	321.399,18	55.201,73	199.301,53	0,43	122.097,65	52.428,82	173.342,59	0,47	148.056,59	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	93.629,00	103.981,00	22.566,60	90.610,90	0,19	13.370,10	19.997,70	86.771,53	0,23	17.209,47	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	629.860,00	625.230,78	68.537,39	325.524,78	0,71	299.706,00	80.634,22	298.133,70	0,81	327.097,08	0,00
EDUCAÇÃO	13.262.509,50	13.454.502,09	3.036.757,89	9.024.026,76	19,77	4.430.475,33	2.077.957,56	7.284.331,33	19,97	6.170.170,76	0,00
ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.076.500,00	1.240.869,71	133.579,02	838.534,48	1,83	402.335,23	184.422,84	676.019,85	1,85	564.849,86	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	530.000,00	465.873,65	48.622,74	290.992,38	0,63	174.881,27	53.228,15	265.399,73	0,72	200.473,92	0,00
ENSINO FUNDAMENTAL	7.066.009,50	6.213.016,93	1.042.554,91	3.780.460,17	8,28	2.432.556,76	1.009.230,58	3.393.707,20	9,30	2.819.309,73	0,00
ENSINO PROFISSIONAL	37.000,00	37.000,00	0,00	20.977,65	0,04	16.022,35	3.274,56	11.460,96	0,03	25.539,04	0,00
ENSINO SUPERIOR	108.000,00	102.000,00	45.473,30	96.951,75	0,21	5.048,25	13.072,13	50.626,51	0,13	51.373,49	0,00
EDUCAÇÃO INFANTIL	4.091.000,00	5.066.641,80	1.727.090,59	3.784.318,90	8,29	1.282.322,90	756.136,49	2.704.315,19	7,41	2.362.326,61	0,00
EDUCAÇÃO ESPECIAL	354.000,00	329.100,00	39.437,33	211.791,43	0,46	117.308,57	58.592,81	182.801,89	0,50	146.298,11	0,00
CULTURA	598.000,00	571.000,00	45.338,16	346.551,25	0,75	224.448,75	188.453,80	314.735,84	0,86	256.264,16	0,00
DESPORTO COMUNITÁRIO	408.000,00	367.764,33	27.922,16	148.646,05	0,32	219.118,28	31.747,80	133.530,64	0,36	234.233,69	0,00
LAZER	190.000,00	203.235,67	17.416,00	197.905,20	0,43	5.330,47	156.706,00	181.205,20	0,49	22.030,47	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2019/BIMESTRE JULHO-AGOSTO

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

CONSOLIDADO R$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c)=(a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e)=(a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
URBANISMO	2.370.000,00	2.119.900,00	-104,38	822.664,57	1,80	1.297.235,43	161.792,00	291.637,37	0,79	1.828.262,63	0,00
INFRA-ESTRUTURA URBANA	400.000,00	260.900,00	-104,38	203.595,56	0,44	57.304,44	94.795,25	153.656,54	0,42	107.243,46	0,00
SERVIÇOS URBANOS	1.970.000,00	1.859.000,00	0,00	619.069,01	1,35	1.239.930,99	66.996,75	137.980,83	0,37	1.721.019,17	0,00
HABITAÇÃO	50.000,00	433.753,30	383.753,30	383.753,30	0,84	50.000,00	73.818,66	73.818,66	0,20	359.934,64	0,00
HABITAÇÃO URBANA	50.000,00	433.753,30	383.753,30	383.753,30	0,84	50.000,00	73.818,66	73.818,66	0,20	359.934,64	0,00
SANEAMENTO	111.500,00	111.000,00	10.655,00	47.497,73	0,10	63.502,27	10.875,96	40.009,05	0,10	70.990,95	0,00
SANEAMENTO BÁSICO RURAL	19.500,00	9.000,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00	0,00
SANEAMENTO BÁSICO URBANO	92.000,00	102.000,00	10.655,00	47.497,73	0,10	54.502,27	10.875,96	40.009,05	0,10	61.990,95	0,00
GESTÃO AMBIENTAL	513.000,00	1.754.005,15	1.050.893,68	1.178.640,06	2,58	575.365,09	659.808,42	787.554,80	2,15	966.450,35	0,00
INFRA-ESTRUTURA URBANA	513.000,00	513.000,00	45.878,43	173.624,81	0,38	339.375,19	45.878,43	173.624,81	0,47	339.375,19	0,00
RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS	0,00	1.241.005,15	1.005.015,25	1.005.015,25	2,20	235.989,90	613.929,99	613.929,99	1,68	627.075,16	0,00
AGRICULTURA	1.005.600,00	909.915,79	48.590,07	302.807,27	0,66	607.108,52	91.727,40	272.856,56	0,74	637.059,23	0,00
ADMINISTRAÇÃO GERAL	756.600,00	645.800,00	43.953,60	285.669,31	0,62	360.130,69	84.132,53	258.624,20	0,70	387.175,80	0,00
PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO VEGETAL	111.000,00	119.000,00	0,00	0,00	0,00	119.000,00	0,00	0,00	0,00	119.000,00	0,00
EXTENSÃO RURAL	95.000,00	102.115,79	4.636,47	7.424,96	0,01	94.690,83	1.730,87	4.519,36	0,01	97.596,43	0,00
PRODUÇÃO INDUSTRIAL	15.000,00	15.000,00	0,00	9.713,00	0,02	5.287,00	5.864,00	9.713,00	0,02	5.287,00	0,00
PROMOÇÃO COMERCIAL	28.000,00	28.000,00	0,00	0,00	0,00	28.000,00	0,00	0,00	0,00	28.000,00	0,00
INDÚSTRIA	545.000,00	249.800,00	17.457,57	64.753,33	0,14	185.046,67	10.834,04	55.055,07	0,15	194.744,93	0,00
ADMINISTRAÇÃO GERAL	135.000,00	157.400,00	17.457,57	64.753,33	0,14	92.646,67	10.834,04	55.055,07	0,15	102.344,93	0,00
PROMOÇÃO INDUSTRIAL	260.000,00	24.400,00	0,00	0,00	0,00	24.400,00	0,00	0,00	0,00	24.400,00	0,00
PRODUÇÃO INDUSTRIAL	50.000,00	48.000,00	0,00	0,00	0,00	48.000,00	0,00	0,00	0,00	48.000,00	0,00
TRANSPORTE AÉREO	100.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	75.000,00	75.000,00	0,00	1.920,00	0,00	73.080,00	0,00	1.920,00	0,00	73.080,00	0,00
TURISMO	75.000,00	75.000,00	0,00	1.920,00	0,00	73.080,00	0,00	1.920,00	0,00	73.080,00	0,00
COMUNICAÇÕES	20.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
TELECOMUNICAÇÃO	20.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
ENERGIA	240.000,00	229.800,00	3.120,00	228.179,65	0,50	1.620,35	37.313,50	186.179,65	0,51	43.620,35	0,00
ENERGIA ELÉTRICA	240.000,00	229.800,00	3.120,00	228.179,65	0,50	1.620,35	37.313,50	186.179,65	0,51	43.620,35	0,00
TRANSPORTE	14.515.626,00	14.991.933,11	784.859,70	4.053.678,81	8,88	10.938.254,30	1.395.070,44	2.336.948,45	6,40	12.654.984,66	0,00
INFRA-ESTRUTURA URBANA	1.985.518,00	2.093.584,21	107.984,62	107.984,62	0,23	1.985.599,59	0,00	0,00	0,00	2.093.584,21	0,00
TRANSPORTE RODOVIÁRIO	12.530.108,00	12.898.348,90	676.875,08	3.945.694,19	8,64	8.952.654,71	1.395.070,44	2.336.948,45	6,40	10.561.400,45	0,00
DESPORTO E LAZER	3.409.484,00	3.524.750,65	484.861,34	1.401.079,27	3,07	2.123.671,38	276.446,76	965.553,13	2,64	2.559.197,52	0,00
DESPORTO COMUNITÁRIO	3.025.101,00	3.140.367,65	484.861,34	1.400.160,05	3,06	1.740.207,60	276.446,76	965.553,13	2,64	2.174.814,52	0,00
LAZER	384.383,00	384.383,00	0,00	919,22	0,00	383.463,78	0,00	0,00	0,00	384.383,00	0,00
ENCARGOS ESPECIAIS	590.000,00	590.000,00	200.000,00	495.000,00	1,08	95.000,00	85.596,91	326.251,33	0,89	263.748,67	0,00
SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	590.000,00	590.000,00	200.000,00	495.000,00	1,08	95.000,00	85.596,91	326.251,33	0,89	263.748,67	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2019/BIMESTRE JULHO-AGOSTO

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

CONSOLIDADO R$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)	(c)=(a-b)	No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)	(e)=(a-d)	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.581.881,50	2.759.425,41	459.502,44	1.689.222,36	3,70	1.070.203,05	459.502,44	1.689.222,36	4,63	1.070.203,05	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	76.690.000,00	81.163.058,31	11.616.011,66	45.622.970,43	100,00	35.540.087,88	11.494.728,59	36.470.772,29	100,00	44.692.286,02	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2019/BIMESTRE JULHO-AGOSTO

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

CONSOLIDADO R$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c)=(a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e)=(a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.581.881,50	2.759.425,41	459.502,44	1.689.222,36	100,00	1.070.203,05	459.502,44	1.689.222,36	100,00	1.070.203,05	0,00
LEGISLATIVA	65.000,00	65.000,00	12.901,86	46.071,77	2,72	18.928,23	12.901,86	46.071,77	2,72	18.928,23	0,00
ACAO LEGISLATIVA	65.000,00	65.000,00	12.901,86	46.071,77	2,72	18.928,23	12.901,86	46.071,77	2,72	18.928,23	0,00
JUDICIÁRIA	30.000,00	30.000,00	3.700,12	16.076,33	0,95	13.923,67	3.700,12	16.076,33	0,95	13.923,67	0,00
DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO NO PROCESSO JUDICI	30.000,00	30.000,00	3.700,12	16.076,33	0,95	13.923,67	3.700,12	16.076,33	0,95	13.923,67	0,00
ADMINISTRAÇÃO	492.000,00	490.900,00	80.739,29	330.643,48	19,57	160.256,52	80.739,29	330.643,48	19,57	160.256,52	0,00
ADMINISTRAÇÃO GERAL	407.000,00	405.900,00	68.672,59	280.813,80	16,62	125.086,20	68.672,59	280.813,80	16,62	125.086,20	0,00
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	85.000,00	85.000,00	12.066,70	49.829,68	2,94	35.170,32	12.066,70	49.829,68	2,94	35.170,32	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	111.500,00	128.005,35	21.722,73	87.716,33	5,19	40.289,02	21.722,73	87.716,33	5,19	40.289,02	0,00
ADMINISTRAÇÃO GERAL	25.000,00	28.500,00	7.486,92	28.493,96	1,68	6,04	7.486,92	28.493,96	1,68	6,04	0,00
ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	15.000,00	15.000,00	465,36	1.825,64	0,10	13.174,36	465,36	1.825,64	0,10	13.174,36	0,00
ASSISTÊNCIA ESPECIAL	71.500,00	84.505,35	13.770,45	57.396,73	3,39	27.108,62	13.770,45	57.396,73	3,39	27.108,62	0,00
PREVIDÊNCIA MUNICIPAL	30.000,00	31.418,59	2.950,66	11.575,68	0,68	19.842,91	2.950,66	11.575,68	0,68	19.842,91	0,00
PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	30.000,00	31.418,59	2.950,66	11.575,68	0,68	19.842,91	2.950,66	11.575,68	0,68	19.842,91	0,00
SAÚDE	794.251,50	871.071,55	134.858,86	498.253,04	29,49	372.818,51	134.858,86	498.253,04	29,49	372.818,51	0,00
ADMINISTRAÇÃO GERAL	45.251,50	45.251,50	6.809,52	21.940,47	1,29	23.311,03	6.809,52	21.940,47	1,29	23.311,03	0,00
ATENÇÃO BÁSICA	327.000,00	369.758,06	60.221,90	229.621,11	13,59	140.136,95	60.221,90	229.621,11	13,59	140.136,95	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	367.000,00	400.729,06	59.686,23	215.492,22	12,75	185.236,84	59.686,23	215.492,22	12,75	185.236,84	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	9.000,00	9.000,00	1.652,78	7.295,96	0,43	1.704,04	1.652,78	7.295,96	0,43	1.704,04	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	46.000,00	46.332,93	6.488,43	23.903,28	1,41	22.429,65	6.488,43	23.903,28	1,41	22.429,65	0,00
EDUCAÇÃO	936.130,00	1.020.029,92	187.113,07	632.372,81	37,43	387.657,11	187.113,07	632.372,81	37,43	387.657,11	0,00
ADMINISTRAÇÃO GERAL	88.100,00	88.100,00	5.626,17	20.359,62	1,20	67.740,38	5.626,17	20.359,62	1,20	67.740,38	0,00
ENSINO FUNDAMENTAL	486.500,00	485.000,00	91.241,91	312.607,00	18,50	172.393,00	91.241,91	312.607,00	18,50	172.393,00	0,00
EDUCAÇÃO INFANTIL	352.530,00	437.929,92	88.007,68	292.571,25	17,31	145.358,67	88.007,68	292.571,25	17,31	145.358,67	0,00
EDUCAÇÃO ESPECIAL	9.000,00	9.000,00	2.237,31	6.834,94	0,40	2.165,06	2.237,31	6.834,94	0,40	2.165,06	0,00
CULTURA	15.000,00	15.000,00	1.851,66	8.180,71	0,48	6.819,29	1.851,66	8.180,71	0,48	6.819,29	0,00
DESPORTO COMUNITÁRIO	15.000,00	15.000,00	1.851,66	8.180,71	0,48	6.819,29	1.851,66	8.180,71	0,48	6.819,29	0,00
GESTÃO AMBIENTAL	56.000,00	56.000,00	7.173,29	31.490,87	1,86	24.509,13	7.173,29	31.490,87	1,86	24.509,13	0,00
INFRA-ESTRUTURA URBANA	56.000,00	56.000,00	7.173,29	31.490,87	1,86	24.509,13	7.173,29	31.490,87	1,86	24.509,13	0,00
AGRICULTURA	10.000,00	10.000,00	1.068,70	4.486,56	0,26	5.513,44	1.068,70	4.486,56	0,26	5.513,44	0,00
ADMINISTRAÇÃO GERAL	10.000,00	10.000,00	1.068,70	4.486,56	0,26	5.513,44	1.068,70	4.486,56	0,26	5.513,44	0,00
INDÚSTRIA	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO GERAL	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00
DESPORTO E LAZER	38.000,00	38.000,00	5.422,20	22.354,78	1,32	15.645,22	5.422,20	22.354,78	1,32	15.645,22	0,00
DESPORTO COMUNITÁRIO	38.000,00	38.000,00	5.422,20	22.354,78	1,32	15.645,22	5.422,20	22.354,78	1,32	15.645,22	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	2.581.881,50	2.759.425,41	459.502,44	1.689.222,36	100,00	1.070.203,05	459.502,44	1.689.222,36	100,00	1.070.203,05	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2019/BIMESTRE JULHO-AGOSTO

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

CONSOLIDADO R$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c)=(a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e)=(a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		

FONTE: Sistema Gextec, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE/SECRETARIA DE FINANÇAS
ANEXO 01 RREO - 4º BIMESTRE

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2019/BIMESTRE JULHO-AGOSTO

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	74.115.118,50	74.115.118,50	10.368.087,19	13,98	38.282.911,46	51,65	35.832.207,04
RECEITAS CORRENTES	57.839.413,50	57.839.413,50	9.913.049,26	17,13	37.447.704,85	64,74	20.391.708,65
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	8.678.286,00	8.678.286,00	1.423.946,57	16,40	6.922.073,94	79,76	1.756.212,06
Impostos	7.424.786,00	7.424.786,00	1.152.253,36	15,51	5.826.355,19	78,47	1.598.430,81
Taxas	800.900,00	800.900,00	177.629,73	22,17	917.220,52	114,52	-116.320,52
Contribuição de Melhoria	452.600,00	452.600,00	94.063,48	20,78	178.498,23	39,43	274.101,77
CONTRIBUIÇÕES	1.869.100,00	1.869.100,00	319.036,39	17,06	1.051.379,02	56,25	817.720,98
Contribuições Sociais	1.649.100,00	1.649.100,00	246.554,19	14,95	794.814,69	48,19	854.285,31
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	220.000,00	220.000,00	72.482,20	32,94	256.564,33	116,62	-36.564,33
RECEITA PATRIMONIAL	836.721,50	836.721,50	87.260,98	10,42	333.763,09	39,88	502.958,41
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	836.721,50	836.721,50	87.260,98	10,42	333.763,09	39,88	502.958,41
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	22.000,00	22.000,00	0,00	0,00	90.830,00	412,86	-68.830,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	22.000,00	22.000,00	0,00	0,00	90.830,00	412,86	-68.830,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e o Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	46.304.806,00	46.304.806,00	8.072.330,91	17,43	28.995.017,86	62,61	17.309.788,14
Transferências da União e de suas Entidades	19.476.374,00	19.476.374,00	3.284.597,05	16,86	11.139.649,65	57,19	8.336.724,35
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	20.028.432,00	20.028.432,00	3.533.546,50	17,64	12.955.700,56	64,68	7.072.731,44
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	6.800.000,00	6.800.000,00	1.254.187,36	18,44	4.899.667,65	72,05	1.900.332,35
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	128.500,00	128.500,00	10.474,41	8,15	54.640,94	42,52	73.859,06
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimento	17.500,00	17.500,00	7.668,19	43,81	14.254,62	81,45	3.245,38
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	111.000,00	111.000,00	2.806,22	2,52	40.386,32	36,38	70.613,68
RECEITAS DE CAPITAL	16.275.705,00	16.275.705,00	455.037,93	2,79	835.206,61	5,13	15.440.498,39
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00

ARREOAnexo1 Página: 1 / 6

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2019/BIMESTRE JULHO-AGOSTO

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	(a-c)
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	20.000,00	20.000,00	89.786,88	448,93	271.341,56	1356,7	-251.341,56
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	20.000,00	20.000,00	89.786,88	448,93	271.341,56	1356,7	-251.341,56
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	16.254.705,00	16.254.705,00	365.251,05	2,24	563.865,05	3,46	15.690.839,95
Transferências da União e de suas Entidades	10.592.586,00	10.592.586,00	365.251,05	3,44	563.865,05	5,32	10.028.720,95
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	5.662.119,00	5.662.119,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.662.119,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.574.881,50	2.574.881,50	460.651,71	17,89	1.466.601,93	56,95	1.108.279,57
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	76.690.000,00	76.690.000,00	10.828.738,90	14,12	39.749.513,39	51,83	36.940.486,61
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	76.690.000,00	76.690.000,00	10.828.738,90	14,12	39.749.513,39	51,83	36.940.486,61
DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (VII) = (V + VI)	76.690.000,00	76.690.000,00	10.828.738,90	14,12	39.749.513,39	51,83	36.940.486,61
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	4.473.058,31	0,00	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	0,00	0,00	0,00	0,00	4.473.058,31	0,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2019/BIMESTRE JULHO-AGOSTO

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

R$ 1,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i)=(e-h)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (j)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	72.675.388,50	76.970.902,90	11.156.509,22	43.933.748,07	33.037.154,83	11.035.226,15	34.781.549,93	42.189.352,97	32.994.511,60	0,00
DESPESAS CORRENTES	50.439.177,00	51.648.364,66	7.601.093,80	35.164.106,37	16.484.258,29	8.520.575,55	30.513.817,98	21.134.546,68	29.515.663,64	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	26.518.135,00	26.511.340,94	4.185.912,36	15.830.428,06	10.680.912,88	4.185.912,36	15.822.752,94	10.688.588,00	15.745.008,24	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	23.920.042,00	25.136.023,72	3.415.181,44	19.333.678,31	5.802.345,41	4.334.663,19	14.691.065,04	10.444.958,68	13.770.655,40	0,00
Transferências a Municípios²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes²	23.920.042,00	25.136.023,72	3.415.181,44	19.333.678,31	5.802.345,41	4.334.663,19	14.691.065,04	10.444.958,68	13.770.655,40	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	22.221.211,50	25.307.538,24	3.555.415,42	8.769.641,70	16.537.896,54	2.514.650,60	4.267.731,95	21.039.806,29	3.478.847,96	0,00
INVESTIMENTOS	22.217.211,50	25.303.538,24	3.555.415,42	8.769.641,70	16.533.896,54	2.514.650,60	4.267.731,95	21.035.806,29	3.478.847,96	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	2.581.881,50	2.759.425,41	459.502,44	1.689.222,36	1.070.203,05	459.502,44	1.689.222,36	1.070.203,05	1.468.110,73	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	75.257.270,00	79.730.328,31	11.616.011,66	45.622.970,43	34.107.357,88	11.494.728,59	36.470.772,29	43.259.556,02	34.462.622,33	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	75.257.270,00	79.730.328,31	11.616.011,66	45.622.970,43	34.107.357,88	11.494.728,59	36.470.772,29	43.259.556,02	34.462.622,33	0,00
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	3.278.741,10	-	-	-
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	75.257.270,00	79.730.328,31	11.616.011,66	45.622.970,43	34.107.357,88	11.494.728,59	39.749.513,39	43.259.556,02	34.462.622,33	0,00
RESERVA DO RPPS	1.432.730,00	1.432.730,00	0,00	0,00	1.432.730,00	0,00	0,00	1.432.730,00	0,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2019/BIMESTRE JULHO-AGOSTO

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

R$ 1,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.574.881,50	2.574.881,50	460.651,71	17,89	1.466.601,93	56,95	1.108.279,57
RECEITAS CORRENTES	2.574.881,50	2.574.881,50	460.651,71	17,89	1.466.601,93	56,95	1.108.279,57
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	2.574.881,50	2.574.881,50	460.651,71	17,89	1.466.601,93	56,95	1.108.279,57
Contribuições Sociais	2.574.881,50	2.574.881,50	460.651,71	17,89	1.466.601,93	56,95	1.108.279,57
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e o Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ARREOAnexo1

Página: 4 / 6

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2019/BIMESTRE JULHO-AGOSTO

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

R$ 1,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2019/BIMESTRE JULHO-AGOSTO

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) R$ 1,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i)=(e-h)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (j)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	2.581.881,50	2.759.425,41	459.502,44	1.689.222,36	1.070.203,05	459.502,44	1.689.222,36	1.070.203,05	1.468.110,73	0,00
DESPESAS CORRENTES	2.581.881,50	2.759.425,41	459.502,44	1.689.222,36	1.070.203,05	459.502,44	1.689.222,36	1.070.203,05	1.468.110,73	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.581.881,50	2.759.425,41	459.502,44	1.689.222,36	1.070.203,05	459.502,44	1.689.222,36	1.070.203,05	1.468.110,73	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ARREOAnexo1 Página: 6 / 6

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 077/2019

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe de pregoeiro (a), comunica a todos os interessados que realizou no dia 26 de setembro de 2019 às 08h00min na sede da Prefeitura Municipal, a **"PREGÃO PRESENCIAL PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA DISPONIBILIZAÇÃO DE DOIS CAMINHÕES BASCULANTE POR HORA TRABALHADA A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES"**, aonde consagrou-se vencedor do certame o Licitante: **RJ CAMBORIU TRANSPORTES LTDA**, inscrita no CNPJ: 28.375.294/0001-55, com valor total de R$ 82.500,00. Matupá – MT, 01 de outubro de 2019. CRISTIANA PEREIRA SERRA LOPES - Pregoeira Oficial –

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/ RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PESSOAL POR PRAZO DETERMINADO Nº 258/2018

PRIMEIRO TERMO ADITIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE e ***MARCUS VINICIUS GRANADO PARPINELLI*****,** com permissivo constitucional (artigo 37, inciso X) e a teor do disposto na LC n. 157/2016, LC nº 087/2009 e alterações e Lei autorizativa nº 1482 de 11 de Julho de 2018.

Pelo presente instrumento, o Município de Mirassol D'Oeste - MT, representado pelo Prefeito Municipal Sr. **EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO**, portador do RG 579262 SSP/MT e CPF 415.991.521-34, a seguir denominado **CONTRATANTE** e o Sr**. *MARCUS VINICIUS GRANADO PARPINELLI*****,** brasileiro, casado, residente e domiciliado no município de Mirassol D'Oeste - MT, portador do RG 19326262 SSP/MT e CPF 038.442.511-97, resolvem celebrar o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado nº 258/2018, contratado para o cargo de **ENGENHEIRO CIVIL,** considerando a necessidade da continuidade da Prestação de Serviços, e, conforme condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: **Do Objeto**

O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de que trata a cláusula Sexta do Contrato temporário de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado, firmado em 05 de novembro de 2018.

CLÁUSULA SEGUNDA: Da Prorrogação

Fica prorrogado até ***24/10/2020*** o prazo de que trata a cláusula sexta do contrato nº 258/2018.

CLÁUSULA TERCEIRA: Da Ratificação

Continuam em pleno vigor, as demais cláusulas e condições do Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado que não conflitarem com o presente instrumento.

E por estarem ambas as partes de pleno acordo, assinam o presente, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas (02) testemunhas.

Mirassol D'Oeste, 01 de outubro de 2019.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO WESLEY DE ALMEIDA

Prefeito Municipal Secretaria de Infraestrutura

MARCUS VINICIUS GRANADO PARPINELLI

Contratada

Testemunhas:

_____ _____

ALCILENA C. QUEIROZ BOTELHO JONATHAN D. ESPINDOLA RIBEIRO

RG: 375911 SSP/MT RG: 2171844-0 SSP/MT

CPF 303.820.681-49 CPF: 049.528.171-99

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
LEI COMPLEMENTAR

LEI Complementar Nº 192 DE 01 DE OUTUBRO DE 2019

"INSTITUI A TAXA DE COLETA, REMOÇÃO, TRANSPORTE, DESTINAÇÃO, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE LIXO DOMICILIAR (TCL) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE MIRASSOL D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Considerando, a Lei Federal nº 11.445/2007 (Diretrizes Nacionais de Saneamento Básico) e a lei nº12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e, a Lei Municipal nº 1.402 de 06 de março de 2017 do Plano Municipal de Saneamento Básico;

Faz saber, que a Câmara Municipal em sessão ordinária realizada em 30 de setembro do corrente ano aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei complementar:

CAPÍTULO I

TAXA DE COLETA, REMOÇÃO, TRANSPORTE, DESTINAÇÃO, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE LIXO DOMICILIAR (TCL)

Art. 1º - Fica instituída a Taxa de Coleta de Tratamento e Disposição Final de Lixo Domiciliar (TCL), disciplinada por esta Lei e por Regulamento a ser editado pelo Poder Executivo.

SEÇÃO I

FATO GERADOR E INCIDÊNCIA

Art. 2º - Constitui o fato gerador da Taxa que se refere o artigo 1º da presente Lei, a utilização, efetiva ou potencial, dos serviços divisíveis de coleta, remoção, transporte, destinação, tratamento e disposição final de resíduos sólidos urbanos (lixo), domiciliar ou não, de fruição obrigatória, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição.

§ 1º - A utilização efetiva dos serviços de que trata este artigo ocorre no momento de sua colocação à disposição dos usuários.

§ 2º - O município adotará regulamento para disciplinar as formas de acondicionamento e apresentação dos resíduos sólidos urbanos, inclusive para a coleta seletiva e diferenciada, que favoreça sua reciclagem e reaproveitamento.

SEÇÃO II

SUJEITO PASSIVO

Art. 3º - É contribuinte da TCL, sujeito passivo, o proprietário ou titular do domínio útil ou possuidor a qualquer título, de bem imóvel, edificado ou não, beneficiado pelo respectivo serviço.

Parágrafo Único - Para efeitos de incidências e cobranças da TCL, consideram-se beneficiados pelos serviços de coleta e remoção de lixo quaisquer imóveis, inscritos ou não no Cadastro Imobiliário do Município de modo individualizado, seja qual for a sua destinação, beneficiados pela utilização, efetiva ou potencial dos serviços.

SEÇÃO III

BASE DE CÁLCULO

Art. 4º - A base de cálculo da TCL é o custo dos serviços de coleta, remoção, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos urbanos, disponibilizados aos contribuintes.

§ 1º - A TCL terá seu valor estabelecido por meio da distribuição do custo dos serviços entre os sujeitos passivos, em função do volume ou massa de resíduos sólidos que poderão ser mensalmente coletados, por meio dos serviços colocados à sua disposição;

§ 2º - Compõe a base de cálculo da TCL o fator metragem de área construída (M²) para os imóveis edificados, considerados grandes geradores, com cobrança mensal de 0,0077 UFM (setenta e sete milésimos de uma Unidade Fiscal do Município) por metro quadrado de área construída a ser acrescido na cobrança mensal mínima da TCL.

§ 3º - Considera-se grandes geradores aqueles imóveis que, independente da atividade para qual está destinado, geram acima de 80 (oitenta) litros de resíduos por dia, a ser identificado pelo serviço de limpeza pública do Município.

§ 4º - A cobrança mensal mínima da TCL, dos estabelecimentos residenciais, será de 0,18 UFM(dezoito décimos de uma Unidade Fiscal Municipal), podendo ser alterada utilizando o fator gerador de área construída (M²) para os imóveis considerados grandes geradores.

§ 4º - A cobrança mensal mínima da TCL, dos estabelecimentos residenciais, será de 0,10 UFM (dez décimos de uma Unidade Fiscal Municipal). (**Nova redação - Emenda Modificativa 001/2019**)

§ 5º - A cobrança mensal mínima da TCL, dos estabelecimentos com fins não residenciais, será de 0,35 UPF (trinta e cinco décimos de uma Unidade Fiscal do Município), podendo ser alterada utilizando o fator gerador de área construída (M²) para os imóveis considerados grandes geradores.

§ 5º - A cobrança mensal mínima da TCL, dos estabelecimentos com fins não residenciais, será de 0,25 UPF (vinte e cinco décimos de uma Unidade Fiscal do Município). (**Nova redação - Emenda Modificativa 001/2019**).

§ 6º - A cobrança mensal mínima da TCL, dos estabelecimentos com fins industriais, será de 2 UFM (duas Unidade Fiscal do Município), podendo ser alterada utilizando o fator gerador de área construída (M²) para os imóveis considerados grandes geradores.

§ 7º - Os valores obtidos nos cálculos dos itens acima, serão convertidos em UFM (Unidade Fiscal do Município), para efeito de valorização da Taxa.

§ 8º - A TCL, terá seus valores atualizados anualmente, com base nos custos do exercício anterior, nas informações específicas do serviço, usando o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor do IBGE) como referência e, com parecer do Conselho Municipal de Saneamento Básico.

Art. 5º - O custo dos serviços de limpeza de logradouros públicos, feiras, varrição, capina, limpeza e desobstrução de bueiros, bocas de lobo, valas e valetas, galerias de águas pluviais e córregos e outras atividades de limpeza urbana não integra a base de cálculos da TCL;

SEÇÃO IV

DA IMUNIDADE, ISENÇÕES E DESCONTOS

Art. 6º - Ficam imunes ao pagamento da TCL todos os órgãos da administração pública, direta e indireta municipal;

Parágrafo Único - A imunidade ou isenção de incidência da TCL, não exime das responsabilidades que lhes cabem com relação aos resíduos que sejam nelas gerados, inclusive no manejo diferenciado dos resíduos caracterizados como não domiciliares, ao adequado condicionamento, transporte interno e externo e tratamento de resíduos efetiva ou potencialmente tóxicos, contaminantes e/ou perfuro/cortantes, bem como à adesão aos programas de coleta seletiva de materiais recicláveis implantados no município.

Art. 7º - As famílias de baixa renda cadastradas em programas sociais, poderão requerer a tarifa social de 50%(cinquenta por cento) da TCL mediante comprovação.

Art. 7º - As famílias de baixa renda cadastradas em programas sociais e os aposentados e pensionistas com renda de até 01 salário mínimo, poderão requerer a tarifa social de 50%(cinquenta por cento) da TCL mediante comprovação. (**Nova redação. Emenda Modificativa 002/2019**)

Art. 8º - Conceder-se-á desconto de 25% (vinte e cinco por cento) da TCL, aos contribuintes que realizarem a segregação dos resíduos na fonte, contribuindo com a coleta seletiva.

Art. 9º - Conceder-se-á desconto de 40% (quarenta por cento) da TCL, aos contribuintes que realizarem a segregação dos resíduos na fonte para coleta seletiva, e que realizarem o reaproveitamento dos resíduos orgânicos por meio de técnicas ambientalmente adequadas como compostagem doméstica entre outros.

Parágrafo Único - O município adotará regulamento para disciplinar e reconhecer os benefícios e obrigações de que trata os artigos 8º e 9º desta Lei.

SEÇÃO V

DO LANÇAMENTO E RECOLHIMENTO

Art. 10º - A TCL será lançada mensalmente, de ofício pela autoridade competente, em nome do contribuinte em conjunto com a fatura dos serviços de água e Esgoto do município de Mirassol D´Oeste.

§ 1º - As faturas emitidas serão recolhidas através das redes bancárias e demais instituições credenciadas.

§ 2º - Os usuários dos serviços previstos nessa Lei, poderão requerer, no setor de atendimento próprio, que a TCL não seja cobrada na fatura que arrecada os serviços de água e esgoto.

§ 3º O requerimento a que se refere o parágrafo anterior, implicará na cobrança de taxa administrativa no valor de 0,05% da UFM (cinco décimos de uma Unidade Fiscal do Município), para cobrir as despesas com a arrecadação da Taxa.

§ 4º - O pagamento da TCL fora dos prazos regulamentares, sujeitará o contribuinte às penalidades e acréscimos previstos na legislação tributária municipal.

§ 5º - O lançamento da TCL se dará a partir do mês em que o município começar a dispor os resíduos sólidos domiciliares em local ambientalmente adequado e licenciado pelo órgão ambiental.

Art. 11 - Os valores fruto da arrecadação de que trata a presente Lei deverão ser movimentadas em conta bancária específica junto ao Fundo Municipal de Saneamento Básico instituído pela Lei Municipal nº 1.402/2017 para os fins a que se especifica.

SEÇÃO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12 - O pagamento da TCL, não excluí ao contribuinte de:

I- Pagamento de prestação de serviços especiais, tais como remoção de containers, entulhos de obras, aparas de jardins, de bens imóveis imprestáveis, de lixo resultante de atividades especiais, de animais abandonados ou mortos, de veículos abandonados, de capina de terrenos, de limpeza de prédios e terrenos e da deposição de lixo irregular;

II- Das penalidades referentes da infração à legislação municipal referente à limpeza pública;

Art. 13 - Sempre que julgar necessário para a correta administração do tributo, o departamento responsável poderá notificar o contribuinte para, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da notificação, prestar declarações sobre a situação do seu imóvel.

Art. 14 - Os resíduos da poda de árvores e manutenção de jardins poderão ser coletados pela Prefeitura, quando não superior a 30 kg (trinta quilos) e dimensões de até 50 cm (cinquenta centímetros) e acondicionado separadamente dos demais resíduos.

Art. 15 – A frequência dos serviços será determinada, através de Decreto do Poder Executivo Municipal, de acordo com o aumento ou diminuição do volume de resíduos produzidos em setores deste Município.

Art. 16 - Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial os artigos 116 a 127 da Lei Complementar 134/2013 (Código Tributário Municipal).

Art. 17 - Esta lei entra em vigor em noventa dias da data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D´Oeste, Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho, ao primeiro dia do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
AVISO

A Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste , CNPJ nº 03.755.477/0001-75, torna público que requereu junto a SEMA- Secretario do Estado do Meio Ambiente ,renovação da Licença de Operação de duas Jazidas localizadas na Zona Rural e Urbana desta Municipalidade.

LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO – ABERTURA DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO N. 21/2019. O pregoeiro comunica que na publicação no DOE n. 3325 p. 309, ONDE SE LÊ: “Inicio da sessão de disputa de preços: 02/10/2019 as 08H” LEIA-SE: “Inicio da sessão de disputa de preços: 16/10/2019 as 08H”. Ficam mantidas as demais disposições da publicação. M. D’ Oeste, 02/10/2019. LUISMAR DA SILVA MARTINS Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D OESTE MT
COORD. DE PLANEJAMENTO - DECRETO 3574/2019

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310
03755477/0001-75 Exercício: 2019

DECRETO Nº 3574 , DE 27 DE SETEMBRO DE 2019 - LEI N.1493

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

O(A) PREFEITO(A) MUNICIPAL DE MIRASSOL DOESTE, no uso de suas atribuições legais.

DECRETA:
Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na importância de R$ 13.224,00 distribuídos as seguintes dotações:

02 05 02 COORDENADORIA DE EDUCACAO E CULTURA

232	12.365.0008.2022.0000	MAN. DAS DESP. COM A EDUCAÇAO INFANTIL - CRECHE	10.724,00
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R.: 0 1 01
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	

02 06 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

406	10.302.0029.2040.0000	MANUTENÇAO DAS DESPESAS COM ATENÇAO MAC AMBU	2.500,00
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R.: 0 1 02
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Anulação:

02 04 01 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL

95	04.122.0002.2076.0000	MAN. COM CONSELHOS MUNICIPAIS - SEC. DE DESENV. SUS	-500,00
	3.3.90.14.00	DIÁRIAS - CIVIL	F.R. Grupo: 0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	
97	04.122.0002.2076.0000	MAN. COM CONSELHOS MUNICIPAIS - SEC. DE DESENV. SUS	-1.000,00
	3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	F.R. Grupo: 0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	
98	04.122.0002.2076.0000	MAN. COM CONSELHOS MUNICIPAIS - SEC. DE DESENV. SUS	-1.000,00
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R. Grupo: 0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	

02 05 02 COORDENADORIA DE EDUCACAO E CULTURA

272	13.392.0007.2021.0000	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES COM EVENTOS CULTURAIS	-9.574,00
	3.3.90.31.00	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESP(	F.R. Grupo: 0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	
279	13.392.0007.2091.0000	EVENTO CULTURAIS - PROJETO LIXO E CIDADANIA	-300,00
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R. Grupo: 0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente	

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310
03755477/0001-75 Exercício: 2019

DECRETO Nº 3574 , DE 27 DE SETEMBRO DE 2019 - LEI N.1493

02	05	02	COORDENADORIA DE EDUCACAO E CULTURA					
			110 000	GERAL				
	307		27.812.0011.2160.0000	MANUT. DESPESAS ATIV. EVENTOS ESPORTIVOS-PESSOA IE	-850,00			
			3.3.90.31.00	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPC	F.R. Grupo:	0	1	00
			1	Recursos do Exercício Corrente				
			110 000	GERAL				

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MIRASSOL DOESTE, 27 de setembro de 2019

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO
PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
ABERTURA DE LICITAÇÃO

ABERTURA DE LICITAÇÃO – EDITAL DE PREGÃO ELETRONICO n. 21/2019 –Tipo de Licitação: Menor Preço por Item. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE LEITES ESPECIAIS, ALIMENTO PARA DIETA ENTERAL E FRALDAS GERIÁTRICAS PARA ADULTOS. Prazos para Recebimento e Julgamento das propostas: VIDE EDITAL. Início da sessão de disputa de preços: **02/10/2019 às 8h. (ho-**

rário de Brasilia). Local: www.licitanet.com.br**. Obtenção do edital pelos sites: www.mirassoldoeste.mt.gov.br e www.licitanet.com.br. INFORMAÇÕES: Telefone: (0**65) 3241.1012/5152. PREGOEIRO: LUISMAR DA SILVA MARTINS - Portaria 143/2018. M. D'Oeste, 02/10/2019.**

LICITAÇÃO
ABERTURA DE LICITAÇÃO

ABERTURA DE LICITAÇÃO – EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 59/2019 – Tipo de Licitação: **MAIOR DESCONTO POR LOTE. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO PARA MÁQUINAS DE GRANDE PORTE**. **Credenciamento, recebimento das propostas escritas e início da sessão: 18 de outubro de 2019 às 08 horas. LOCAL DA AUDIÊNCIA PÚBLICA: Sala do Departamento de Licitações, na Sede da Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste – MT na Rua Antonio Tavares n. 3310. Aquisição do edital pelo site: www.mirassoldoeste.mt.gov.br/transparência/licitação. Informações fone: (0**65) 3241.1012/3090/5152. PREGOEIRO: JUSCELINO DA SILVA ALMEIDA. Portaria 143/2018. M. D' Oeste, 02/10/2019.**

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO – ABERTURA DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇO N. 07/2019. A CPL comunica que na publicação efetuada no Diário Eletrônico dos Municípios (AMM) n. 3.324 p. 562, ONDE SE LÊ: "RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ESCRITAS E INÍCIO DA SESSÃO: **17.10.2019 às 8 horas"**. LEIA-SE: "RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ESCRITAS E INÍCIO DA SESSÃO: **30.10.2019 às 8 horas"**. Ficam mantidas as demais disposições da publicação. M. D' Oeste, 01/10/19. CÉLIA REGINA DE MATTOS PRADO - Presidente CPL.

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/ RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PESSOAL POR PRAZO DETERMINADO Nº 144/2019

PRIMEIRO TERMO ADITIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE e ***MARIA SONIA LIMA RIBEIRO*****,** com permissivo constitucional (artigo 37, inciso X) e a teor do disposto na LC n. 157/2016, LC nº 087/2009 e alterações e Lei autorizativa nº 1494 de 25 de outubro de 2018.

Pelo presente instrumento, o Município de Mirassol D'Oeste - MT, representado pelo Prefeito Municipal Sr. **EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO**, portador do RG 579262 SSP/MT e CPF 415.991.521-34, a seguir denominado **CONTRATANTE** e a Sra**.** ***MARIA SONIA LIMA RIBEIRO*****,** brasileira, solteira, residente e domiciliada no município de Mirassol D'Oeste - MT, portadora do RG 1449070-6 SESP/MT e CPF 683.450.384-68, resolvem celebrar o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado nº 144/2019, contratada para o cargo de **PROFESSOR DA AREA DE PEDAGOGIA/NORMAL SUPERIOR*,*** considerando a necessidade de substituição da servidora Marciana Vieira de Melo, que encontra-se em afastamento sem ônus, conforme documentos comprobatórios e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: **Do Objeto**

O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de que trata a cláusula Sexta do Contrato temporário de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado, firmado em 24 de junho de 2019.

CLÁUSULA SEGUNDA: Da Prorrogação

Fica prorrogado até ***20/12/2019*** o prazo de que trata a cláusula sexta do contrato nº 144/2019.

CLÁUSULA TERCEIRA: Da Ratificação

Continuam em pleno vigor, as demais cláusulas e condições do Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado que não conflitarem com o presente instrumento.

E por estarem ambas as partes de pleno acordo, assinam o presente, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas (02) testemunhas.

Mirassol D'Oeste, 14 de setembro de 2019.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO JEANE DE SOUZA CINTRA

Prefeito Municipal Secretario de Educação, Esporte, Lazer e Cultura

MARIA SONIA LIMA RIBEIRO

Contratada

Testemunhas:

_____

_____

ALCILENA C. QUEIROZ BOTELHO JONATHAN D. E. RIBEIRO

RG: 375911 SSP/MT RG: 2171844-0 SSP/MT

CPF 303.820.681-49 CPF: 049.528.171-99

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/ RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PESSOAL POR PRAZO DETERMINADO Nº 203/2019

PRIMEIRO TERMO ADITIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE e ***MARIA APARECIDA PEREIRA DO NASCIMENTO*****,** com permissivo constitucional (artigo 37, inciso X) e a teor do disposto na LC n. 157/2016, LC nº 087/2009 e alterações e Lei autorizativa nº 1494 de 25 de outubro de 2018.

Pelo presente instrumento, o Município de Mirassol D'Oeste - MT, representado pelo Prefeito Municipal Sr. **EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO**, portador do RG 579262 SSP/MT e CPF 415.991.521-34, a seguir denominado **CONTRATANTE** e a Sra**.** ***MARIA APARECIDA PEREIRA DO NASCIMENTO*****,** brasileira, solteira, residente e domiciliada no município de Araputanga - MT, portadora do RG 05464218 SSP/MT e CPF 346.811.081-20, resolvem celebrar o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado nº 203/2019, contratada para o cargo de **PROFESSOR DA AREA DE PEDAGOGIA/NORMAL SUPERIOR*,*** considerando a necessidade de substituição da servidora Renata da Cruz Lopes, encontra-se em licença maternidade, conforme documentos comprobatórios e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: **Do Objeto**

O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de que trata a cláusula Sexta do Contrato temporário de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado, firmado em 29 de agosto de 2019.

CLÁUSULA SEGUNDA: Da Prorrogação

Fica prorrogado até ***20/12/2019*** o prazo de que trata a cláusula sexta do contrato nº 203/2019.

CLÁUSULA TERCEIRA: Da Ratificação

Continuam em pleno vigor, as demais cláusulas e condições do Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado que não conflitarem com o presente instrumento.

E por estarem ambas as partes de pleno acordo, assinam o presente, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas (02) testemunhas.

Mirassol D'Oeste, 24 de setembro de 2019.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO JEANE DE SOUZA CINTRA

Prefeito Municipal Secretario de Educação, Esporte, Lazer e Cultura

MARIA APARECIDA PEREIRA DO NASCIMENTO

Contratada

Testemunhas:

_____

_____

ALCILENA C. QUEIROZ BOTELHO JONATHAN D. E. RIBEIRO

RG: 375911 SSP/MT RG: 2171844-0 SSP/MT

CPF 303.820.681-49 CPF: 049.528.171-99

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/ RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PESSOAL POR PRAZO DETERMINADO Nº 001/2019

PRIMEIRO TERMO ADITIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE e ***BARBARA ESTEVES MAGOSSO*****,** com permissivo constitucional (artigo 37, inciso X) e a teor do disposto na LC n. 157/2016, LC nº 087/2009 e alterações e Lei autorizativa nº 1482 de 11 de julho de 2018.

Pelo presente instrumento, o Município de Mirassol D'Oeste - MT, representado pelo Prefeito Municipal Sr. **EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO**, portador do RG 579262 SSP/MT e CPF 415.991.521-34, a seguir denominado **CONTRATANTE** e a Sra**.** ***BARBARA ESTEVES MAGOSSO,*** brasileira, solteira, residente e domiciliada nesta Cidade de Mirassol D'Oeste - MT, portadora do RG 1608597-3 SSP/MT e CPF 012.527.571-40, resolvem celebrar o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado nº 001/2019, contratada para o cargo de **ARQUITETO URBANISTA,** considerando a necessidade da continuidade da Prestação de Serviços, e, conforme condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: **Do Objeto**

O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de que trata a cláusula Sexta do Contrato temporário de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado, firmado em 03 de janeiro de 2019.

CLÁUSULA SEGUNDA: Da Prorrogação

Fica prorrogado até ***24/10/2020*** o prazo de que trata a cláusula sexta do contrato nº 001/2019.

CLÁUSULA TERCEIRA: Da Ratificação

Continuam em pleno vigor, as demais cláusulas e condições do Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado que não conflitarem com o presente instrumento.

E por estarem ambas as partes de pleno acordo, assinam o presente, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas (02) testemunhas.

Mirassol D'Oeste, 01 de outubro de 2019.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO WESLEY DE ALMEIDA

Prefeito Municipal Secretario de Infraestrutura

BARBARA ESTEVES MAGOSSO

Contratada

Testemunhas:

_____

_____

ALCILENA C. QUEIROZ BOTELHO JONATHAN D. ESPINDOLA RIBEIRO

RG: 375911 SSP/MT RG: 2171844-0 SSP/MT

CPF 303.820.681-49 CPF: 049.528.171-99

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
PORTARIA

PORTARIA Nº 481 DE 01 DE OUTUBRO DE 2019

EXONERA E NOMEIA MEMBROS DE QUE TRATA A PORTARIA 010/2019 QUE DESIGNA SERVIDORES PARA INTEGRAREM A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO, Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições; e em especial atendendo ao disposto na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, resolve baixar a seguinte,

P O R T A R I A

Art. 1º- Ficam exonerados os membros titulares da Comissão Permanente de Licitações nomeados pela Portaria 010/2019 os servidores abaixo identificados.

SANDRA LUCIA DE PAULA, Auxiliar Administrativo, Matrícula nº 324;

DENILSON MAIA DE MELO, Gerente de Educação*,* Matrículanº *2781*;

Art. 2º- Ficam nomeados os servidores abaixo identificados para substituírem aqueles exonerados no artigo anterior, conforme segue:

GESSIMAR CHARLES DE BARROS, Técnico Agrícola, Matricula nº 1573 e

ELIZABET MOREIRA VALENSUELA LIMA, Professora, Matrícula nº 0067.

Art. 3º- ficam inalterados os demais dispositivos de que trata a Portaria 010/2019.

Art. 4º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito do município de Mirassol D´Oeste, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 01 de outubro de 2019.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
LEI COMPLEMENTAR

LEI COMPLEMENTAR Nº 193 DE 01 DE OUTUBRO DE 2019

"INSTITUI O NOVO CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D´OESTE – MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Excelentíssimo Senhor Euclides da Silva Paixão, Prefeito Municipal de Mirassol D'Oeste - MT, no uso de sua atribuição legal, nos termos da Lei Orgânica em seu artigo 61, parágrafo primeiro inciso II;

Faz saber que o plenário das deliberações da Câmara Municipal de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso, em Sessão Ordinária realizada em 30 de setembro de 2019, APROVOU e ele SANCIONA a seguinte Lei:

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º. Esta Lei, com fundamento na Constituição Federal, Leis Complementares Federais e Lei Orgânica Municipal, institui o Código Tributário Municipal que regulará o Sistema Tributário Municipal estabelecendo as normas que disciplinarão a atividade tributária dos agentes públicos e dos sujeitos passivos e demais obrigados.

LIVRO I

SISTEMA TRIBUTÁRIO MUNICIPAL

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º. O Sistema Tributário Municipal é regido pelos princípios e normas gerais estabelecidas pela Constituição Federal, Tratados Internacionais legalmente recepcionados, Lei Orgânica do Município, leis complementares de alcance nacional, e, pelo presente Código Tributário Municipal, além dos decretos e normas complementares.

Art. 3º. Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

Art. 4º. A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo irrelevantes para qualificá-la:

I – a denominação e demais características formais adotadas pela lei;

II – a destinação legal do produto da sua arrecadação.

TÍTULO II

COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 5º. Por competência tributária entende-se a competência legislativa plena, ressalvadas as limitações contidas na Constituição Federal, Leis Complementares Gerais que versem de temas de Direito Tributário e na Lei Orgânica Municipal de Mirassol D'Oeste-MT.

Art. 6º. A competência tributária é indelegável, salvo atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida por uma pessoa jurídica de direito público a outra, mediante convênio.

§1º. A atribuição compreende as garantias e os privilégios processuais que competem à pessoa jurídica de direito público que a conferir.

§2º. A atribuição pode ser revogada, a qualquer tempo, por ato unilateral da pessoa jurídica de direito público que a tenha conferido.

§3º. Não constitui delegação de competência o cometimento, a pessoas de direito privado, do encargo ou da função de arrecadar tributos.

Art. 7º. O não-exercício da competência tributária não a defere a pessoa jurídica de direito público diversa daquela a que a Constituição a tenha atribuído.

CAPÍTULO II

LIMITAÇÕES DA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

SEÇÃO I

Disposições Gerais

Art. 8º. É vedado ao Município de Mirassol D'Oeste - MT, além de outras garantias asseguradas ao contribuinte:

I – exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;

II – instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

III – cobrar tributos:

a) em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;

b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;

c) antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, observado o disposto na alínea *b* deste inciso;

IV – utilizar tributo com efeito de confisco;

V – instituir impostos sobre:

a) patrimônio ou serviços da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

b) templos de qualquer culto;

c) patrimônio ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações;

d) patrimônio ou serviços das entidades sindicais dos trabalhadores;

e) patrimônio ou serviços das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos;

f) livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão;

g) fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham, salvo na etapa de replicação industrial de mídias ópticas de leitura a laser.

§1º. A vedação da alínea *c* do inciso III deste artigo não se aplica à fixação da base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) que deverá ser promovida por meio de lei de iniciativa do Chefe do Poder Executivo.

§2º. A vedação da alínea *a* do inciso V deste artigo é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio e aos serviços vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.

§3º. As vedações da alínea *a* do inciso V e do §2º deste artigo não se aplicam ao patrimônio e aos serviços relacionados com a exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifa pelo usuário, nem exoneram o promitente comprador da obrigação de pagar imposto relativamente ao bem imóvel.

§4º. As vedações expressas nas alíneas *b* e *c* do inciso V deste artigo compreendem somente o patrimônio e os serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas.

§5º. O disposto no inciso V e § 2º deste artigo não exclui a atribuição por lei às entidades neles referidas, da condição de responsáveis pelos tributos que lhes caibam reter na fonte, e não as dispensam da prática de atos, previstos em lei, assecuratórios do cumprimento de obrigações tributárias por terceiros.

§6º. A vedação expressa nas alíneas *c*, *d* e *e* do inciso V deste artigo é subordinada à observância dos seguintes requisitos:

I – Não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título;

II – Aplicarem integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;

III – Manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

§7º. O reconhecimento administrativo de imunidade das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, prevista na alínea *e* do inciso V deste artigo, fica condicionado à solicitação dirigida ao Secretário Municipal de Fazenda, conforme regulamento, a quem caberá decidir e expedir o certificado.

§8º. Na falta de cumprimento do disposto no **§6º** deste artigo o Secretário Municipal de Fazenda deverá suspender a aplicação do benefício fiscal, com efeitos retroativos à época em que o beneficiário deixou de cumprir os requisitos para a concessão do favor.

Art. 9º. É vedado ao Município estabelecer diferença tributária entre bens de qualquer natureza, em razão da sua procedência ou do seu destino.

TÍTULO III

DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS

Art. 10. Ficam instituídos os seguintes tributos:

I – impostos sobre:

a) serviços de qualquer natureza - ISSQN;

b) propriedade predial e territorial urbana – IPTU, e;

c) transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição - ITBI;

II – taxas:

a) pelo exercício regular do poder de polícia, e;

b) pela utilização de serviços públicos específicos e divisíveis;

III) contribuição:

a) de melhoria, decorrente de obras públicas, e;

b) para o custeio do serviço de iluminação pública – CIP.

TÍTULO IV

DOS IMPOSTOS

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 11. Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica relativa ao contribuinte.

Art. 12. Sempre que possível, os impostos municipais terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente, conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.

CAPÍTULO II

Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN

SEÇÃO I

Do fato gerador

Art. 13 O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza tem como fato gerador a prestação de serviços constantes no Anexo I, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador.

§1º. O imposto incide também sobre o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País.

§2º. Ressalvadas as exceções expressas na lista do Anexo I, os serviços nela mencionados não ficam sujeitos ao Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, ainda que sua prestação envolva fornecimento de mercadorias.

§3º. O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN incide ainda sobre os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão ou concessão, com o pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço.

§4º. A incidência do imposto independe:

I – da denominação dada ao serviço prestado;

II – da existência de estabelecimento fixo;

III – do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas, relativas à atividade, sem prejuízo das cominações cabíveis;

IV – do resultado financeiro obtido;

V – do pagamento pelos serviços prestados;

VI – da habitualidade ou não da prestação do serviço.

Art. 14. Considera-se ocorrido o fato gerador do ISSQN, no momento da prestação do serviço, por pessoa física ou jurídica, com ou sem estabelecimento fixo.

Art. 15. O contribuinte que exercer mais de uma das atividades relacionadas no Anexo I deste Código ficará sujeito à incidência do ISSQN sobre todas elas, inclusive quando se tratar de profissional autônomo não regularmente inscrito.

Art. 16. O imposto não incide sobre:

I - as exportações de serviços para o exterior do País;

II - o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras.

Parágrafo Único. Não se enquadram no disposto no inciso I os serviços desenvolvidos no Brasil, cujo resultado aqui se verifique, ainda que o pagamento seja feito por residente no exterior.

Art. 17. O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXIII, quando o imposto será devido no local:

I - do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, na hipótese do § 1º do art. 13 deste Código;

II - da instalação dos andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços descritos no subitem 3.05 da lista do anexo I;

III - da execução da obra, no caso dos serviços descritos no subitem 7.02 e 7.19 da lista do anexo I;

IV - da demolição, no caso dos serviços descritos no subitem 7.04 da lista do anexo I;

V - das edificações em geral, estradas, pontes, portos e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.05 da lista do anexo I;

VI - da execução da varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, no caso dos serviços descritos no subitem 7.09 da lista do anexo I;

VII - da execução da limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.10 da lista do anexo I;

VIII - da execução da decoração e jardinagem, do corte e poda de árvores, no caso dos serviços descritos no subitem 7.11 da lista do anexo I;

IX - do controle e tratamento do efluente de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos, no caso dos serviços descritos no subitem 7. 12 da lista do anexo I;

X - do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte, descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas para quaisquer fins e por quaisquer meios descritos no subitem 7.16 da lista do anexo I;

XI - da execução dos serviços de escoramento, contenção de encostas e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.17 da lista do anexo I;

XII – da limpeza e dragagem, no caso dos serviços descritos no subitem 7.18 da lista do anexo I;

XIII – onde o bem estiver guardado ou estacionado, no caso dos serviços descritos no subitem 11.01 da lista do anexo I;

XIV - dos bens, dos semoventes ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista do anexo I;

XV – do armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda do bem, no caso dos serviços descritos no subitem 11.04 da lista do anexo I;

XVI – da execução dos serviços de diversão, lazer, entretenimento e congêneres, no caso dos serviços descritos nos subitens do item 12, exceto o 12. 13, da lista do anexo I;

XVII - do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo item 16 da lista do anexo I;

XVIII – do estabelecimento do tomador da mão-de-obra ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.05 da lista do anexo I;

XIX – da feira, exposição, congresso ou congênere a que se referir o planejamento, organização e administração, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.10 da lista do anexo I;

XX – do porto, aeroporto, ferroporto, terminal rodoviário, ferroviário ou metroviário, no caso dos serviços descritos pelo item 20 da lista do anexo I.

XXI - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 4.22, 4.23 e 5.09 da lista do anexo I;

XXII - do domicílio do tomador do serviço no caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito ou débito e demais descritos no subitem 15.01 da lista do anexo I;

XXIII - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 10.04 e 15.09.

§1º. No caso dos serviços a que se refere o subitem 3.04 da lista do anexo I, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza, objetos de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não.

§2º. No caso dos serviços a que se refere o subitem 22.01 da lista do Anexo I, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de rodovia explorada.

§3º. Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no local do estabelecimento prestador nos serviços executados em águas marítimas, excetuados os serviços descritos no subitem 20.01 da lista do Anexo I.

§4º. Na hipótese de descumprimento da proibição de concessão de isenções, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros, inclusive de redução de base de cálculo ou de crédito presumido ou outorgado, ou sob qualquer outra forma que resulte, direta ou indiretamente, em carga tributária menor que a decorrente da aplicação da alíquota mínima estabelecida na legislação federal, o imposto será devido a Mirassol D'Oeste - MT se o estabelecimento ou o domicílio do tomador ou intermediário for esse município.

SEÇÃO II

Do Contribuinte e do Responsável

Art. 18. Contribuinte do imposto é o prestador do serviço que exerce quaisquer dos serviços descritos na Lista constante do Anexo I.

§1º. Entende-se por prestador de serviço o profissional autônomo ou liberal, a empresa ou sociedade simples ou qualquer pessoa física estabelecida de maneira rudimentar

§2º. Para efeito deste código entende-se por:

I – Profissional autônomo, todo aquele que fornecer o próprio trabalho, sem vínculo empregatício, com auxílio de, no máximo, dois empregados que não possuam a mesma habilidade do empregador;

II – Empresa, toda a pessoa jurídica, independentemente do tipo societário, que exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção e circulação de bens e serviços nos termos do artigo 966 e seguintes do Código Civil;

III – Sociedade de profissionais é constituída sob a forma de sociedade simples, desde que atendidas as seguintes condições:

a) todos os sócios possuam a mesma habilitação profissional e prestem serviços em nome da sociedade, embora assumindo responsabilidade pessoal nos termos da lei que rege a profissão;

b) possua no máximo três empregados não habilitados para cada sócio ou empregado habilitado;

c) não possua em seu quadro societário pessoa jurídica;

d) não exerça atividade diversa da habilitação dos sócios;

e) não exerça qualquer atividade que constitua elemento de empresa, nos termos do Código Civil Brasileiro;

f) possua registro no órgão fiscalizador do exercício da profissão dos sócios ou registro no cartório de registros;

§3º. Equipara-se a empresa a sociedades em cooperativas e sociedade de fato desde que estas desempenhem atividade econômica de prestação de serviços

§4º. A solicitação de enquadramento como sociedade de profissionais deverá ser dirigida à Secretária de Finanças Municipal, para análise e deferimento com o enquadramento sendo registrado no Cadastro de Contribuintes Mobiliários, a partir do primeiro dia do exercício seguinte.

Art. 19. Não são contribuintes os que prestam serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedades e fundações, bem como dos sócios-gerentes e dos gerentes-delegados.

Art. 20. São responsáveis diretos pela retenção dos valores referentes ao ISSQN as pessoas jurídicas, ainda que imunes ou isentas, tomadoras ou intermediárias dos serviços descritos no artigo 17, independentemente de o prestador possuir ou não estabelecimento ou domicílio no município de Mirassol D'Oeste - MT.

Art. 21. Sem qualquer prejuízo ao disposto no artigo 17, devem proceder a retenção e o recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN os seguintes responsáveis, qualificados como substitutos tributários:

I – as pessoas jurídicas beneficiadas por imunidade tributária, isenção ou não incidência, pelos serviços que contratarem;

II – as empresas públicas e sociedades de economia mista pelos serviços que contratarem;

III – as empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público pelos serviços que contratarem ou intermediarem;

IV – as instituições financeiras e as operadoras de cartões de crédito pelos serviços que contratarem ou intermediarem;

V – as empresas de propaganda e publicidade pelos serviços que contratarem ou intermediarem;

VI – os condomínios comerciais e residenciais pelos serviços que contratarem;

VII – as corretoras, as administradoras de consórcios e companhias de seguros;

VIII – as empresas de construção civil e os incorporadores imobiliários, por todos os serviços tomados, inclusive pelo imposto devido sobre as comissões pagas em decorrência de intermediação de bens imóveis;

IX – a pessoa física ou jurídica por serviço proveniente ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País;

X – os estabelecimentos e as instituições de ensino pelos serviços que contratarem;

XI – os hospitais, maternidades, clínicas, sanatórios, laboratórios de análise, casas de repouso e de recuperação e congêneres pelos serviços que contratarem;

XII – os hotéis e congêneres pelos serviços que contratarem;

XIII – as produtoras e/ou organizadoras de eventos, espetáculos, shows, festivais, festas, recepções e congêneres pelos serviços que contratarem ou intermediarem.

XIV – as pessoas físicas ou jurídicas que forem tomadoras ou intermediárias dos serviços prestados no município de Mirassol D'Oeste - MT descritos no artigo 17**.**

Art. 22. O tomador do serviço deverá exigir Nota Fiscal de Serviços Eletrônica, Cupom Fiscal Eletrônico ou outro documento exigido pela Secretaria Municipal de Fazenda de Mirassol D'Oeste, cuja utilização esteja prevista em regulamento ou autorizada por regime especial.

Art. 23. As instituições financeiras, as corretoras, as administradoras de consórcios e companhias de seguros ficam responsáveis pelo recolhimento do imposto sobre os serviços que intermediarem em que os tomadores de serviço residam no município de Mirassol D'Oeste - MT.

Parágrafo Único. No caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito e débito ou similares que prestem serviços de financiamento, os terminais eletrônicos, as máquinas das operações efetivadas, os aplicativos para celulares ou computadores ou quaisquer outros meios de efetivação dos pagamentos deverão ser registrados junto à Secretaria Municipal da Fazenda conforme disposto em Decreto Regulamentar.

Art. 24. As empresas, sociedades simples e representantes comerciais que intermediarem os serviços descritos nos itens 4.22, 4.23 e 5.09 ficam responsáveis pelo recolhimento do imposto sobre os serviços que intermediarem em que os tomadores de serviço residam no município de Mirassol D'Oeste - MT;

Art. 25. Responde solidariamente a pessoa jurídica que ao tomar o serviço deixar de atentar para as seguintes obrigações acessórias:

I – contratar prestadores domiciliados em Mirassol D'Oeste – MT que não possuam inscrição no Cadastro Fiscal de Atividades Econômicas municipal;

II – realizar o pagamento condicionado com a emissão do documento fiscal;

III – reter o tributo quando definido por esta lei.

Art. 26. Os responsáveis pelo recolhimento do imposto estão obrigados ao recolhimento integral do imposto devido, multa e acréscimos legais, independentemente de ter sido efetuada sua retenção na fonte.

Art. 27. Ao fornecer a nota fiscal de prestação do serviço, o prestador deverá fazer constar no documento o valor a ser retido pelo tomador ou intermediário do serviço e o prazo para o recolhimento.

Parágrafo Único. O tomador ou intermediário responsável pelo recolhimento que fizer a retenção do tributo deverá fornecer um comprovante da realização do pagamento ao prestador do serviço.

SEÇÃO III

Do estabelecimento do contribuinte

Art. 28. Considera-se estabelecimento prestador o local onde o contribuinte desenvolva a atividade de prestar serviços, de modo permanente ou temporário, e que configure unidade econômica ou profissional, sendo irrelevantes para caracterizá-lo as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.

§1º. A circunstância de o serviço, por sua natureza, ser executado habitual ou eventualmente fora do estabelecimento não o descaracteriza como estabelecimento prestador para os efeitos deste artigo.

§2º. São, também, considerados estabelecimentos prestadores, os locais onde forem exercidas as atividades de prestação de serviços de diversões públicas de natureza itinerante.

§3º. Considera-se autônomo cada estabelecimento do mesmo contribuinte, sendo equiparado a estabelecimento autônomo, o veículo ou qualquer outro meio de transporte utilizado na prestação de serviços.

Art. 29. Consideram-se estabelecidos em Mirassol D'Oeste - MT os contribuintes que mantenham ou se enquadrem parcial ou total, nos seguintes elementos:

I – estrutura organizacional ou administrativa;

II – indicação como domicílio fiscal para efeito de outros tributos;

III – inscrição nos órgãos previdenciários;

IV – manutenção de pessoal, material, máquinas, instrumentos e equipamentos próprios ou de terceiros necessários à execução dos serviços;

V – permanência ou ânimo de permanecer no local, para a exploração econômica de atividade de prestação de serviços, exteriorizada, inclusive, através da indicação do endereço em impressos, formulários, correspondências, sítio na rede mundial de computadores, propaganda ou publicidade, contratos, contas de telefone, contas de fornecimento de energia elétrica, água ou gás, em nome do prestador, seu representante ou preposto.

§ 1º. No caso de enquadramento em qualquer um dos itens listados o contribuinte deverá solicitar sua inscrição no Cadastro Socio Econômico Municipal de Mirassol D'Oeste.

§ 2º. Nos casos de omissão em que o contribuinte não solicitar a sua inscrição no Cadastro Socio Econômico Municipal poderá a Administração Pública promover a inscrição por ofício.

Art. 30. Consideram-se estabelecimentos distintos:

I - os que, embora no mesmo local, ainda que com idênticas atividades, pertençam a diferentes pessoas físicas ou jurídicas;

II - os que, embora com idêntico ramo de atividade, pertencentes à mesma pessoa física ou jurídica, estejam situados em prédios distintos ou em locais diversos, ainda que localizados no mesmo imóvel, não se considerando como prédios distintos ou locais diversos.

Parágrafo Único. Quando o fato gerador ocorrer em estabelecimentos distintos, o ISSQN será lançado em cada estabelecimento.

SEÇÃO IV

Da base de cálculo do ISSQN

Art. 31. A base de cálculo do ISSQN é o preço do serviço, e o valor do imposto será calculado aplicando-se ao preço do serviço, a alíquota correspondente, na forma do Anexo I deste Código.

§1º. Sempre que o contribuinte exercer mais de uma atividade tributável, plenamente identificáveis, adotar-se-á a alíquota correspondente à base de cálculo de cada uma delas.

§ 2º. Para os efeitos do *caput* deste artigo, incorporam-se ao preço dos serviços e integram a base de cálculo do ISSQN:

I – os descontos ou abatimentos, excetuando-se os descontos concedidos independentemente de qualquer condição;

II – os ônus relativos à concessão de crédito, ainda que cobrados em separado, na hipótese de prestação de serviço a crédito, sob qualquer modalidade.

III – o preço do serviço, a receita bruta a ele correspondente, sem qualquer dedução;

IV – o valor das subempreitadas;

V – os valores acrescidos a qualquer título e os encargos de qualquer natureza, inclusive valores cobrados em separado, a título de ISSQN, com exceção de juros e multas;

Art. 32. Excluem-se da base de cálculo do ISSQN, quando devidamente comprovados com nota fiscal específica:

I – o fornecimento de mercadorias produzidas pelo próprio prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, na execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos;

II – o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços na reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres;

III – serviços de composição gráfica, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, na composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia e fotolitografia,

IV – peças e partes empregadas no serviço de lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto;

V – peças e partes empregadas nos serviços de recondicionamento de motores;

VI – fornecimento de alimentação e bebidas na organização de festas e recepções;

§1º. A exclusão das mercadorias trazidas de fora do local da prestação do serviço, nos termos dispostos nos itens I e II, deverá ser fundamentada por nota fiscal própria, obrigatoriamente emitida pelo prestador do serviço, descrevendo todas as mercadorias, sob pena dos itens serem incorporados à base de cálculo.

§2º. O fornecimento de alimentos e bebidas na organização de eventos e festas deverão, nos termos disposto no item VI, ser demonstrados por nota fiscal própria descrevendo todos os itens, tendo como destinatário o tomador do serviço, sob pena dos alimentos e bebidas serem incorporados à base de cálculo.

Subseção I

Do arbitramento da base de cálculo do ISSQN

Art. 33. Sempre que sejam omissos ou não mereçam fé as declarações ou os esclarecimentos prestados, ou os documentos expedidos pelo sujeito passivo ou pelo terceiro legalmente obrigado, poderá a Administração Tributária Municipal, de ofício, arbitrar o valor ou preço utilizando-se das seguintes referências:

I - o preço de mercado corrente no Município;

II - a estimativa ou amostragem dos preços para os elementos conhecidos ou apurados;

III - a aplicação do preço indireto, estimado em pauta que reflita o preço corrente na praça.

§1º. O preço de determinados tipos de serviços poderá ser fixado pela autoridade tributária, em pauta de preços mínimos.

§2º. O preço do serviço também será arbitrado, conforme disposições deste Código e respectivo regulamento, quando:

I – houver fundada suspeita de que os documentos fiscais não refletem o preço real dos serviços;

II – o preço declarado for inferior ao corrente na região;

III – o contribuinte não emitir os documentos fiscais nas operações de prestação de serviço;

IV – o sujeito passivo não estiver inscrito no cadastro ou não exibir à fiscalização os elementos necessários à comprovação do respectivo montante.

Art. 34. A receita bruta será arbitrada, para fins de fixação do valor do ISSQN, quando o contribuinte:

I – depois de intimado, duas vezes, deixar de exibir os documentos, livros, papéis ou arquivos eletrônicos, de natureza fiscal ou comercial, relacionados ao ISSQN, registrados nos órgãos competentes;

II – omitir, por inobservância de formalidades intrínsecas e extrínsecas, ou por não merecer fé, seus livros ou documentos exibidos, ou quando tais documentos não possibilitarem a apuração da receita;

III – praticar atos qualificados como crimes ou contravenções, ou que, mesmo sem essa qualificação, tais atos sejam praticados com dolo, fraude ou simulação, evidenciados pelo exame de seus livros e documentos, ou apurados por quaisquer meios diretos ou indiretos, inclusive quando os elementos constantes dos documentos fiscais não refletirem o preço real dos serviços prestados;

IV – não prestar os esclarecimentos exigidos pela fiscalização, ou prestar esclarecimentos insuficientes ou que não mereçam fé, após regularmente intimado;

V – exercer qualquer atividade que constitua fato gerador do ISSQN, sem estar devidamente inscrito no Cadastro de Contribuintes Mobiliários;

VI – praticar, comprovadamente, subfaturamento ou contratação de serviços por valores abaixo dos preços de mercado;

VII – apresentar recolhimento de ISSQN em valores incompatíveis ou considerados insuficientes, em razão do volume dos serviços prestados;

VIII – efetuar a prestação de serviços, comprovadamente, sem a determinação do preço ou sob a premissa de que tenha sido a título de cortesia;

IX – for detectada omissão de receita tributável;

X – deixar de emitir notas fiscais de serviço de forma reiterada;

XI – o sujeito passivo utilizar equipamento autenticador e transmissor de documentos fiscais eletrônicos que não atenda aos requisitos da legislação tributária.

§1º. Considera-se prática reiterada, para fins do disposto no inciso X do *caput* deste artigo, a ocorrência, em dois ou mais períodos de apuração, consecutivos ou alternados, de idênticas infrações, inclusive de natureza acessória, verificada em relação aos últimos cinco anos-calendário.

§2º. A base de cálculo do ISSQN lançado por arbitramento deverá ser fundamentada nos termos que forem determinados pela norma complementar expedida pelo chefe do executivo.

Art. 35. Na prestação de serviços a título gratuito ou cortesia, realizada por contribuinte do ISSQN, a base de cálculo será fixada pelo preço do serviço que, mesmo não declarado, não poderá ser inferior ao vigente no Município.

Art. 36. Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza quando os serviços forem prestados no território de Mirassol D'Oeste - MT e de outro Município, a base de cálculo será proporcional, conforme o caso, à extensão dos serviços.

Art. 37. O contribuinte deverá apresentar escrituração contábil em acordo com as normas contábeis vigentes de forma a diferenciar as regras específicas das várias atividades, sob pena de arbitramento do montante da base de cálculo bem como da incidência de penalidades previstas neste código.

Subseção II

Da presunção da base de cálculo do ISSQN

Art. 38. Quando aatividade econômica desenvolvida pelo contribuinte ou o volume ou a modalidade da prestação de serviços sejam de difícil escrituração ou fiscalização a Administração Tributária Municipal poderá determinar a adoção de regime estimativa para pagamento do Imposto, desde que represente prejuízo ao Município.

Parágrafo Único – Aadoção do regime especial da presunção da base de cálculo poderá ser requerida pelo contribuinte visando facilitar o cumprimento de suas obrigações tributárias devendo a Administração Tributária Municipal deliberar sobre o pedido nos termos do Decreto Regulamentar.

Art. 39. Sendo adotado o regime de estimativa de que trata o artigo anterior será fixado o valor da base de cálculo com base nas informações trazidas pelo sujeito passivo estendendo seus efeitos enquanto perdurar a atividade econômica do contribuinte devendo o montante presumido ser reanalisado a cada exercício financeiro ou a cada interrupção da prestação da atividade.

Parágrafo Único – A fixação presumida da base de cálculo por parte da Administração Tributária Municipal deverá obedecer às disposições trazidas pelo Decreto Regulamentar.

Art. 40. Estão passíveis de inclusão no regime especial para presunção da base de cálculo do Imposto Sobre Serviços:

I – Ambulantes e feirantes;

II – Prestadores de serviço de transporte público autônomos;

III – atividades temporárias ligadas a cultura, show, parques, rodeios e similares;

IV – Profissionais autônomos;

V – Outros ramos de atividade econômica elencadas em Decreto Regulamentar.

SEÇÃO V

Do Cálculo do ISSQN dos Prestadores de Serviço

sob a forma de sociedades de profissionais

Art. 41. Considera-se, para efeito deste Código, prestação de serviço, sob a forma de trabalho pessoal, a execução do serviço realizada pelo próprio contribuinte, por sociedade profissional ou cooperativa.

§ 1º. No serviço prestado na forma de trabalho pessoal, o ISSQN será calculado por meio de alíquota fixa e anual, em função da natureza do serviço ou de outros fatores pertinentes, conforme Anexo II deste Código, nestes não compreendida a importância paga a título de remuneração do próprio trabalho.

§2º. Os valores constantes do Anexo II deste Código serão atualizados anualmente, por meio de Decreto Regulamenta de competência do Poder Executivo.

§3º. Para o enquadramento no presente artigo o contribuinte deverá estar regularmente inscrito no Cadastro Fiscal de Atividades Econômicas (Cadastro Mobiliário).

§4º. O contribuinte que optar pelo regime de tributação fixa da sociedade de profissionais para um exercício financeiro, não poderá requerer, para o mesmo exercício, a mudança do regime de tributação.

Art. 42. O ISSQN devido pelos prestadores de serviços, sob a forma de trabalho pessoal, sociedades de profissionais e autônomos, deverá ser lançado anualmente, na forma do regulamento, considerando-se, para tal fim, os dados declarados pelos contribuintes quando da sua inscrição no cadastro próprio.

§ 1º. Para efeito do *caput* deste artigo, considera-se ocorrido o fato gerador do ISSQN:

I – em 1º de janeiro de cada exercício, relativamente aos contribuintes já inscritos no exercício anterior;

II – na data do início da atividade, em relação aos contribuintes que vierem a se inscrever no decorrer do exercício.

§ 2º. em relação às sociedades de profissionais, será considerada na base de cálculo do imposto a inclusão ou exclusão de profissional habilitado, dentro do ano em curso, nos termos da norma complementar.

Art. 43. O ISSQN, devido sob a forma de trabalho pessoal, poderá ser recolhido em parcela única ou em prestações mensais e sucessivas, na forma, prazos e condições do Decreto Regulamentar.

SEÇÃO VI

Das alíquotas do ISSQN

Art. 44. As alíquotas do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza serão de 5% (cinco por cento) salvo exceções em que:

I - a alíquota mínima do imposto será de 2% (dois por cento);

II - a alíquota máxima do imposto será de até 5% (cinco por cento).

Parágrafo Único. A aplicação da alíquota para cada serviço está relacionada no Anexo I da presente lei.

Art. 45. A alíquota do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza para as atividades econômicas autorizadas após a publicação da presente Lei Complementar será de 5% (cinco por cento).

Art. 46. O imposto não será objeto de concessão de isenções, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros, inclusive de redução de base de cálculo ou de crédito presumido ou outorgado, ou sob qualquer outra forma que resulte, direta ou indiretamente, em carga tributária menor que a decorrente da aplicação da alíquota mínima estabelecida no *caput*, exceto para os serviços de:

I - Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos.

II - Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres.

III - Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros.

Parágrafo Único. Qualquer redução da base de cálculo deverá estar descrita nas exceções listadas no **art. 32**, respeitando o princípio da não se admitindo qualquer interpretação por analogia a outras hipóteses de isenção.

SEÇÃO VII

Do lançamento e recolhimento

Art. 47. O lançamento do ISSQN, na forma da norma complementar, far-se-á:

I – mensalmente, por homologação, para as atividades em geral;

II – anual ou mensalmente, por homologação, em relação aos serviços prestados por sociedade de profissionais e por escritórios de serviços contábeis optantes do Simples Nacional;

III – anualmente, de ofício, em relação aos contribuintes autônomos; ou

IV – por ocasião da prestação do serviço, por declaração, em relação aos contribuintes com ou sem estabelecimento fixo, quando exerçam atividades de caráter temporário ou intermitente.

Art. 48. O lançamento do ISSQN será procedido de ofício, ainda:

I – quando calculado em função da natureza do serviço ou de outros fatores pertinentes que independam do preço do serviço, a critério do Fisco;

II – quando em consequência de levantamento fiscal, de revisão interna de declarações prestadas pelo contribuinte ou de informações compartilhadas com Municípios, Estados ou União Federal na forma de Lei ou Convênio, ficar constatada a falta de recolhimento total ou parcial do imposto.

§ 1º. Na hipótese em que ocorrer retenção e recolhimento do ISSQN por terceiro, ou ainda pelo próprio contribuinte, em qualquer caso, a regularidade do recolhimento estará sujeita a exame e controle posterior pelo Fisco.

§ 2º. O reconhecimento do débito tributário pelo contribuinte, dar-se-á por meio da emissão da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica (NFS-e), com as seguintes informações:

I – a qualificação do tomador do serviço;

II – a quantificação do montante devido, equivale ao próprio lançamento;

III – a classificação do serviço nos termos do Anexo I;

IV – o registro de fatores de redução da base de cálculo; e

V – a necessidade de retenção do imposto.

Art. 49. A normatização da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica (NFS-e) bem como a inserção de outras informações no documento, será promovida por Decreto Regulamentar.

SEÇÃO VIII

Do pagamento

Art. 50. O sujeito passivo deverá recolher, nas condições e nos prazos definidos em Decreto Regulamentar o ISSQN próprio e retido na fonte, registrando nos livros fiscais correspondentes.

Art. 51. É facultado ao Fisco, tendo em vista as peculiaridades de cada atividade, adotar forma diversa de recolhimento, determinando que este se faça antecipadamente, sazonalmente, prestação por prestação, ou por estimativa em relação aos serviços de cada mês.

Art. 52. Quando o pagamento do ISSQN for decorrente do regime de substituição tributária, o Decreto Regulamentar poderá fixar regras especificas para o seu recolhimento.

Art. 53. A prova de quitação do ISSQN será indispensável quando o Município efetuar pagamento decorrente de contratos de que seja parte, e ainda, em outras situações definidas em regulamento.

Art. 54. A falta de recolhimento do ISSQN, nos prazos fixados, sujeitará o contribuinte à multa de:

I - 4% (quatro por cento) sobre o valor de cada cota, acrescido de correção monetária para o pagamento com até 01 (um) mês de vencimento;

I - 8% (oito por cento) sobre o valor de cada cota, acrescido de correção monetária para o pagamento com até 02 (dois) meses de vencimento;

I - 12% (doze por cento) sobre o valor de cada cota, acrescido de correção monetária para o pagamento com acima de 02 (dois) meses de vencimento;

Parágrafo Único. Os créditos tributários referidos neste artigo serão ainda acrescidos de mais 1% (um por cento) de juros, por mês ou fração de mês que se seguir ao término do exercício vencido.

Art. 55. O crédito tributário, inclusive o decorrente de multas, terá o seu valor atualizado, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro índice que por lei municipal vier a substituí-lo, exceto quando garantido pelo depósito do seu montante integral.

Art. 56. Sem prejuízo da atualização monetária, da multa indenizatória e dos juros moratórios, a falta de recolhimento do ISSQN, nos prazos estabelecidos pelo regulamento, implicará, quando apurados em procedimentos de fiscalização, na imposição de penalidades e cobrança de multas.

SEÇÃO IX

Das obrigações acessórias

Art. 57. Os prestadores de serviços, ainda que imunes, e os responsáveis tributários, estão obrigados ao cumprimento das obrigações acessórias previstas na legislação tributária.

Parágrafo Único. Os prestadores de serviços, ainda que imunes, bem como os responsáveis tributários estão sujeitos, em caso de descumprimento das obrigações acessórias, ao pagamento de multa estabelecida neste Código e na forma que dispuserem os regulamentos.

Art. 58. Todas as pessoas, físicas ou jurídicas, com ou sem estabelecimento fixo, que exerçam, habitual ou temporariamente, individualmente ou em sociedade, quaisquer das atividades relacionadas no Anexo I deste Código, bem como as que exerçam atividades comerciais, industriais, assistenciais ou filantrópicas, ficam obrigadas à inscrição no Cadastro Fiscal de Atividades Econômicas, ainda que imunes ou isentas do pagamento do ISS.

§1º. A inscrição deverá ser requerida antes do início das atividades, com os dados necessários à identificação e à localização das pessoas referidas no *caput* deste artigo.

§2º. Na inexistência de estabelecimento fixo, a inscrição será única pelo local do domicílio do prestador de serviço.

§3º. A inscrição, retificação, alteração, a pedido ou de ofício, não eximem o infrator das multas no que couber.

§4º. O Fisco poderá rever as declarações prestadas no ato da inscrição ou da atualização dos dados cadastrais a qualquer tempo, independentemente de prévia comunicação.

§5º. O contribuinte não estabelecido no Município de Mirassol D'Oeste - MT, que preste serviços sujeitos à incidência do ISS neste Município, fica obrigado a emitir NFS-e avulsa, nos termos do Decreto Regulamentar.

Art. 59. O Cadastro Fiscal de Atividades Econômicas conterá os dados da inscrição do contribuinte, podendo ser alterado posteriormente, de ofício ou voluntariamente pelo contribuinte ou responsável, após o início de suas atividades e sempre que ocorram fatos ou circunstâncias que impliquem em sua modificação.

Parágrafo Único. O disposto no *caput* deste artigo deverá ser observado inclusive quando se tratar de venda ou transferência do estabelecimento ou de encerramento da atividade.

Art. 60. O contribuinte que mantiver mais de um estabelecimento, deverá realizar a inscrição para cada um deles.

Art. 61. A Administração Tributária Municipal poderá promover, de ofício, inscrição, alteração cadastral, atualização ou o cancelamento da inscrição, na forma do Decreto Regulamentar, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

Parágrafo Único. Poderá ser efetuada diligência cadastral na inscrição, reativação, mudança de endereço ou de atividade, a critério do Fisco.

Art. 62. O contribuinte do ISS será identificado, para efeitos fiscais, pelo respectivo número de inscrição no Cadastro Fiscal de Atividades Econômicas, o qual deverá constar nos documentos emitidos por ele.

Art. 63. Além da inscrição e respectivas alterações, o contribuinte do ISS fica sujeito à apresentação de quaisquer declarações de dados solicitadas pela autoridade fiscal, na forma e nos prazos regulamentares.

Art. 64. A inscrição no Cadastro Fiscal de Atividades Econômicas poderá ser suspensa, mediante prévia solicitação do contribuinte, pelo prazo máximo de um ano, prorrogável por igual período.

Parágrafo Único. Ao término do prazo de suspensão solicitado pelo contribuinte, o cadastro torna-se apto para todos os efeitos.

Art. 65. O contribuinte é obrigado a requerer junto à Secretaria Municipal de Fazenda a baixa de inscrição, no prazo de 20 (vinte) dias, contados do:

I – encerramento das atividades, por meio da dissolução da sociedade;

II – fechamento do estabelecimento;

III – impedimento do exercício da profissão de forma irreversível;

IV – outras hipóteses definidas em Decreto Regulamentar.

Art. 66. A Administração Tributária Municipal poderá, de ofício, solicitar a suspensão por tempo indeterminado:

I – quando for relevante ao processo de investigação de fraude, adulteração, falsificação ou utilização de documentos fiscais, considerados inidôneos e com deliberado propósito de sonegação do imposto;

II – quando for relevante ao processo de investigação de possíveis inconsistências de registros e dados que importem na inexistência de veracidade ou inautenticidade de informações cadastrais;

III – por determinação judicial;

IV – quando não for encontrado em atividade no local informado, conforme verificação fiscal decorrente de diligência cadastral;

V – quando não atender à convocação para recadastramento;

VI – quando deixar de exibir a documentação fiscal, quando solicitada pelo agente do Fisco, salvo motivo devidamente justificado;

VII – quando negar-se a fornecer ou deixar de fornecer nota fiscal ou documento equivalente relativo à prestação de serviços, ou, ainda, fornecer documentação fiscal inidônea;

VIII – quando confeccionar, utilizar ou possuir notas fiscais ou documentos fiscais equivalentes ou impressos sem autorização do Fazenda Pública;

IX – em outras hipóteses previstas em regulamento.

Parágrafo Único. As suspensões de ofício previstas neste Código poderão ser transformadas em baixa de ofício, a qualquer tempo, a critério da Administração Tributária Municipal.

Art. 67. Poderá ser baixada de ofício, a critério da Administração Tributária Municipal, a inscrição do contribuinte do ISSQN no Cadastro Fiscal de Atividades Econômicas, quando:

I – resultar comprovada a fraude, adulteração, falsificação ou utilização de documentos fiscais, próprio ou de terceiros, considerados inidôneos e com deliberado propósito de furtar-se ao pagamento do imposto;

II – comprovada inconsistência de registros e dados que importem na inexistência de veracidade ou inautenticidade de informações cadastrais;

III – falência da empresa ou insolvência do profissional autônomo;

IV – por determinação judicial;

V – outras hipóteses definidas em regulamento.

Art. 68. Uma vez efetuada a baixa no Cadastro Fiscal de Atividades Econômicas, não poderá ser a inscrição reativada, devendo ser feito um novo cadastro.

Parágrafo Único. No caso de baixa, os documentos fiscais em poder do contribuinte, não poderão ser reutilizados.

Art. 69. Determinada a suspensão ou baixa de ofício da inscrição no Cadastro Fiscal de Atividades Econômicas, o contribuinte será considerado não inscrito, sujeitando-se, caso continue a exercer a atividade, às penalidades que lhe são próprias, e ainda:

I - à apreensão dos documentos fiscais encontrados em seu poder;

II - à proibição de transacionar com órgãos da Administração Municipal direta e indireta; e

III – ao fechamento do estabelecimento, na forma da norma complementar.

Parágrafo Único. Tornar-se-ão sujeitos à aplicação das medidas previstas neste artigo, e respectivos incisos, os contribuintes que continuarem a desempenhar suas atividades, quando indeferido o pedido de reativação ou de nova inscrição.

Art. 70. A baixa de ofício poderá implicar na inidoneidade dos documentos fiscais, hipótese em que o Fisco Municipal poderá requisitar força policial para a apreensão de livros e documentos fiscais.

Art. 71. A baixa do empresário ou da pessoa jurídica não impede que, posteriormente, sejam lançados ou cobrados tributos e respectivas penalidades decorrentes de irregularidades praticadas pelos empresários, pelas pessoas jurídicas ou por seus titulares, sócios ou administradores.

Parágrafo Único. A solicitação de baixa do empresário ou da pessoa jurídica importa responsabilidade solidária dos empresários, dos titulares, dos sócios e dos administradores, no período da ocorrência dos respectivos fatos geradores.

Art. 72. Os titulares, sócios ou diretores de empresas cujas inscrições tenham sido suspensas ou baixadas de ofício, bem como aquelas com pendências cadastrais ou de débitos tributários ficarão impedidos de participar de outras empresas, até que sejam solucionadas as pendências junto ao Fisco Municipal.

SEÇÃO X

Das Infrações e das Penalidades

Art. 73. Considera-se infração o descumprimento das obrigações principal ou acessória, prevista neste código ou no regulamento do ISSQN e poderão ser apuradas mediante procedimento fiscal ficando sujeitas às seguintes multas:

§1º. Quando relacionadas a inscrição:

I – Exercício de atividade econômica sem a devida inscrição junto ao Cadastro Fiscal de Atividades Econômicas:

Multa: 3 (três) UFM’s;

II – Deixar de realizar o Cadastro Tributário Simplificado como substituto tributário:

Multa: 1 (um) UFM;

III – Deixar de atualizar o Cadastro Fiscal de Atividades Econômicas após 15 dias do surgimento do fato novo passível de registro:

Multa: 1 (um) UFM;

IV – Deixar de comunicar a baixa da empresa ou da sociedade simples no Cadastro Fiscal de Atividades Econômicas após 20 (vinte) dias da extinção ou suspenção do exercício das atividades econômicas:

Multa: 3 (três) UFM’s;

§2º. Quanto ao registro contábil:

I – Omitir no registro contábil quando for obrigado o serviço prestado:

Multa: 6 (seis) UFM’s por escrituração.

II – Omissão retenção de tributos pelo tomador ou intermediário;

Multa: 6 (seis) UFM’s por ocorrência.

III – Inserir no registro contábil informação inverídica ou incompleta:

Multa: 3 (três) UFM’s por escrituração.

§3º. Quanto a emissão de nota fiscal:

I – Deixar de emitir a nota fiscal ou documento equivalente:

Multa: 15 (quinze) UFM’s por nota.

II – Omitir na nota fiscal ou documento equivalente a necessidade de retenção do imposto.

Multa: 3 (três) UFM’s por nota.

§4º. Quanto a sonegação do imposto:

I – Sonegar o imposto sendo o prestador do serviço:

Multa: 100% (cem por cento) do valor do imposto devido, sem prejuízo da multa por mora.

II – Deixar de reter o imposto sendo o tomador ou intermediário do serviço:

Multa: 70% (setenta por cento) do valor do imposto devido, sem prejuízo da multa por mora.

III – Deixar de repassar ao fisco municipal o valor do imposto retido:

Multa: 200% (duzentos por cento) do valor do imposto devido, sem prejuízo da multa por mora.

§5º. Embaraço da atividade fiscal:

I – Recusar apresentar os documentos contábeis;

Multa: 15 (quinze) UFM´s por documentos para cada exercício.

II – Não possuir documentos contábeis obrigatórios;

Multa: 15 (quinze) UFM´s por documentos para cada exercício.

III – Retirar do estabelecimento os documentos contábeis obrigatórios;

Multa: 15 (quinze) UFM´s por documentos para cada exercício.

§6º. A aplicação das multas previstas neste artigo será feita sem prejuízo do pagamento do imposto devido.

§7º. O pagamento da multa não exime o infrator do cumprimento das exigências legais ou regulamentares que a tiverem determinado.

§8º. A omissão de documentação fiscal e contábil descritas no presente artigo ensejará a aplicação do arbitramento dos valores omitidos, nos termos do regulamento.

SEÇÃO XI

Da Disposição Final ao ISSQN

Art. 74. O Chefe do Poder Executivo Municipal expedirá os atos regulamentares necessários à execução deste Código, no que se refere ao ISSQN.

CAPÍTULO III

IMPOSTO SOBRE PROPRIEDADE PREDIAL E

TERRITORIAL URBANA – IPTU

SEÇÃO I

Do fato gerador

Art. 75. O imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana, ou de interesse urbanístico dentro dos limites do Município.

§1º. Para os efeitos deste imposto, entende-se como zona urbana a definida em lei municipal, observado o requisito mínimo da existência de melhoramentos indicados em pelo menos 2 (dois) dos incisos seguintes, construídos ou mantidos pelo Poder Público:

I – meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;

II – abastecimento de água;

III – sistema de esgotos sanitários;

IV – rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar;

V – escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado.

§2º. A lei municipal pode considerar urbanas as áreas urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio, mesmo que localizados fora das zonas definidas nos termos do parágrafo anterior.

§3º. O Imposto Predial e Territorial Urbano incide sobre o imóvel que, localizado fora da zona urbana seja comprovadamente utilizado para finalidade de recreação ou não produtivo.

Art. 76. A incidência do fato gerador independe:

I - da legitimidade dos títulos de aquisição da propriedade, domínio útil ou da posse do bem imóvel;

II - do resultado financeiro da exploração econômica do bem imóvel;

III - do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas ao bem imóvel.

Art. 77. O imposto é anual e, na forma da lei civil, se transmite aos adquirentes.

Art. 78. Considera-se ocorrido o fato gerador do Imposto Predial a partir de 1º de janeiro de cada ano.

§1º. Para o imóvel construído ou alterado ao longo do exercício fiscal o fato gerador ficará configurado nas seguintes hipóteses:

I – a partir da data da certidão de “habite-se” emitido pela Prefeitura;

II – por arbitramento da data de origem para os casos de parcelamento do solo, edificação e reforma sem a abertura do devido processo administrativo junto à Prefeitura;

§2º A averbação de edificação de imóvel junto ao Cartório de Registro Imobiliário fica condicionada à emissão da certidão de “Habite-se” pela Administração Municipal.

Art. 79. Os débitos não pagos nos respectivos vencimentos serão atualizados, anualmente, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro índice que por lei municipal vier a substituí-lo, acrescidos de multa e juros moratórios, na forma disciplinada neste Código para todos os tributos de competência do Município.

Art. 80. O débito vencido será encaminhado para cobrança, com posterior inscrição na dívida ativa, se for o caso.

Art. 81. O imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana constitui ônus real e acompanha o imóvel em todos os casos de transmissão de propriedade ou de direitos reais.

Subseção Única

Do registro e da escritura do imóvel

Art. 82. Fica condicionada à apresentação da certidão de débitos do mesmo imóvel emitida pela Administração Tributária Municipal para:

I – celebração de escritura pública de transmissão de titularidade ou de direitos reais da propriedade;

II – averbação da transferência de propriedade ou dos direitos reais do imóvel no Cartório de Registro;

III – concessão de alvará de construção ou reforma e “habite-se”;

IV – aprovação de parcelamento do solo ou agrupamento;

V – reconhecimento de imunidade.

§1º. A emissão da Certidão Negativa de Débitos referente ao imóvel fica condicionada à quitação total dos tributos municipais.

§2º. Para dívidas lançadas com sua obrigatoriedade suspensa ou interrompida será emitido uma Certidão Positiva com Efeitos de Negativa para fins da apresentação descrita no caput.

§3º. O reconhecimento da isenção descrita no item VI não retroage a dívidas suspensas ou não identificadas.

§4º. No caso de transferência de propriedade de imóvel, deverá ser quitado todo e qualquer parcelamento de dívidas tributarias ligado ao mesmo.

§5º. Responderá solidariamente o antigo proprietário quanto a dívidas tributárias não lançadas e tenham como base o fato gerador ocorrido antes da transferência da propriedade do imóvel.

SEÇÃO II

Do sujeito passivo

Art. 83. Contribuinte do imposto é o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil, ou o seu possuidor a qualquer título.

§1º. Considera-se possuidor todo aquele que tem de fato o exercício, pleno ou não, de algum dos poderes inerentes à propriedade.

§2º. Respondem solidariamente pelo pagamento do imposto o justo possuidor, o titular do direito de usufruto, uso ou habitação, os promitentes compradores imitidos na posse, os cessionários, os posseiros, os comodatários e os ocupantes a qualquer título do imóvel, ainda que pertencente a qualquer pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, isenta do imposto ou a ele imune.

§3º. Na impossibilidade de eleição do proprietário ou do titular do domínio útil, será considerado sujeito passivo aquele que estiver na posse do imóvel, devendo, contudo, ser dado preferência na cobrança e execução do imposto aos proprietários ou titulares do domínio útil.

Art. 84. A aquisição da propriedade por sujeito passivo que não sofra incidência tributária sobre seu patrimônio não isenta da responsabilidade do recolhimento do imposto sobre propriedade territorial com fato gerador anterior à transferência do imóvel.

Art. 85. Em relação às massas falidas ou sociedades em liquidação o imposto será devido em nome delas, sendo seus representantes legais responsáveis pela retenção e pagamento do IPTU.

Art. 86. Em caso de compromisso de compra e venda, o lançamento do tributo poderá ser feito em nome do promitente vendedor ou do compromissário comprador, caso seu nome conste na inscrição do imóvel junto ao Cartório de Registro de Imóveis.

Art. 87. Quando o imóvel estiver sujeito a inventário, far-se-á o lançamento em nome do espólio e, feita a partilha, será transferido para o nome dos sucessores, devendo estes promover a transferência de nome no Cadastro de Contribuinte Imobiliário, perante o órgão fazendário competente, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do julgamento da partilha ou adjudicação.

Art. 88. Os administradores de imóveis e incorporadores que desenvolvam atividade de gestão de locação de propriedades dentro do município de Mirassol D’Oeste - MT ficam responsáveis pela retenção e recolhimento do valor referente ao IPTU.

Parágrafo Único. Os administradores de imóveis e incorporadores ficam responsáveis pelo fornecimento de seus dados junto ao Cadastro Tributário Especial sob pena de multa no valor de 03 (três) UFM’s (Unidade de Padrão Fiscal de Mirassol D’Oeste - MT).

SEÇÃO III

Da base de cálculo e alíquota do imposto

Art. 89. O valor do Imposto sobre propriedade predial e territorial urbana deverá:

I – Ser progressivo em razão do valor do imóvel; e

II – Ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel.

Art. 90. O valor venal da propriedade predial e territorial será obtido através dos dados contidos no Cadastro de Contribuintes Imobiliários submetidos a Planta Genéricas de Valores.

§1º. A correção dos valores da Planta Genérica de Valores obedecerá a critérios objetivos e deverá ser promovida por iniciativa do chefe do Poder Executivo, desde que não implique em aumento acima da atualização monetária.

§2 º. Na determinação da base de cálculo, não se considera o valor dos bens móveis mantidos, em caráter permanente ou temporário, no imóvel, para efeito de sua utilização, exploração, aformoseamento ou comodidade.

§3º. Os casos individuais em que o contribuinte discorde do valor do lançamento como Base de Cálculo serão tratados segundo o devido Processo Administrativo Tributário, descrito no presente código.

Art. 91. A base de cálculo do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana aplicar-se-ão as seguintes alíquotas:

I – Propriedade edificada:

a) 0,4% (cinco décimos por cento) para propriedade com destinação comercial;

b) 0,5% (cinco décimos por cento) para propriedade exclusivamente residencial;

c) 0,3% (cinco décimos por cento) para propriedade industrial localizada em área destinada para esta finalidade.

II – Propriedade não edificada:

a) 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) localizada na sede do município;

b) 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) localizada nos distritos e no perímetro urbanizável;

§1º. Considera-se propriedade edificada o terreno que possua um Coeficiente de Aproveitamento Edificado (CAE) igual ou superior a 0,15.

§2º. Será considerado para o cálculo da área edificada:

I – a área construída coberta, por pavimento, obtendo-se o resultado por meio da projeção ortogonal dos contornos externos da construção, independente de fechamento lateral.

II – a área construída descoberta que se enquadre no mesmo tipo de uso e padrão da construção principal, como área de piscina, píer, quadras e seus complementos;

III – mezaninos e sobrelojas de prédios comerciais com pé direito superior a 2,10 metros;

IV – sótãos e porões com altura superior a 2,1 metros.

§3º. Não serão considerados para o cálculo da área edificada:

I – sacadas das unidades de condomínios multifamiliares descoberta até o limite de 10% da área interna edificada, desde que não possuam fechamento frontal em vidro ou qualquer outro material, salvo telas de proteção;

II – jardins e áreas verdes;

III – abrigos exclusivamente para animais;

IV – demais áreas não elencadas no parágrafo anterior.

Art. 92. A incidência do imposto alcança:

I – todos os imóveis localizados na zona urbana da sede do Município e distritos;

II – os sítios e chácaras de recreio ou lazer bem como as residências de veraneio localizados nas áreas adjacentes, ainda que localizados fora da zona urbana com dimensão do terreno inferiores a 20.000 m2;

III – os sítios e chácaras de recreio ou lazer bem como as residências de veraneio constituídos no formato de condomínio ou associação localizados nas áreas adjacentes ou nos núcleos de expansão descontinuada das zonas urbanas, ainda que possuam áreas superiores a 20.000 m2;

Parágrafo Único. Terrenos que possuam edificações sem condições de uso serão considerados não edificados até que seja dada a devida destinação à construção.

Art. 93. Nos casos de propriedades em condomínio, cada proprietário pagará o tributo conforme a proporcionalidade de sua fração ideal em relação ao valor venal do imóvel, incidindo a alíquota sobre a sua parte.

Parágrafo Único. Caso o imóvel possua dois ou mais coproprietários sem a divisão de unidades autônomas do condomínio, o valor do imposto poderá ser cobrado de qualquer um dos sócios solidariamente sem direito de preferência.

Art. 94. Buscando assegurar o devido cumprimento da função social da propriedade, as alíquotas previstas no presente código poderão de forma progressiva variar no tempo, nos termos da lei municipal que disponha sobre zoneamento urbano, edificação e parcelamento do solo.

SEÇÃO IV

Do lançamento

Art. 95. O lançamento do imposto será realizado de ofício pela Administração Tributária Municipal com base nas informações contidas no Cadastro Fiscal Imobiliário.

§1º. Para as propriedades oriundas do processo de parcelamento ou edificação, o lançamento poderá ocorrer por declaração, e, na ausência da iniciativa do contribuinte, por ofício pela própria Administração Tributária Municipal.

§2º. A Administração Municipal poderá executar cobrança conjunta do IPTU de taxas lançadas para a mesma unidade imobiliária nos termos do Decreto Regulamentar.

Art. 96. Na impossibilidade de obtenção dos dados exatos sobre a propriedade ou sobre os elementos necessários para a fixação da base de cálculo, o valor venal será obtido através do processo de arbitramento realizado pela Administração Tributária Municipal por meio dos procedimentos próprios definidos em Decreto Regulamentar.

Art. 97. Não sendo conhecido o proprietário, o lançamento será feito em nome de quem esteja na posse do imóvel.

Art. 98. O lançamento do Imposto não implica em reconhecimento da legitimidade da propriedade, do domínio útil ou da posse do bem imóvel.

SEÇÃO V

Do pagamento

Art. 99. O IPTU poderá ser cobrado em cota única com descontos de até 20% ou em até (12) parcelas mínimas de 0,5(meia) UFM nos termos do Decreto Regulamentar.

Parágrafo único – Poderá ser concedido desconto no parcelamento do imposto nos termos do Decreto Regulamentar.

Art. 100. Para imóveis oriundos de novas edificações ou parcelamentos ao longo do exercício o valor do imposto será proporcional aos meses ainda restantes contados a partir do mês vincendo, sendo garantido ao proprietário um desconto de 40% sobre o valor do imposto para pagamento realizado até 10 (dez) dias corrido após a emissão da certidão de habite-se.

Art. 101. Nas hipóteses de parcelamento descritas no *caput* do artigo 99 as parcelas não poderão se estender ao exercício fiscal subsequente.

Art. 102. Fica suspenso o pagamento do Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana referente a imóveis para os quais exista decreto de desapropriação enquanto não definida a propriedade do imóvel.

Art. 103. A falta de recolhimento do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, nos prazos fixados, nos prazos fixados, sujeitará o contribuinte à multa de:

I - 4% (quatro por cento) sobre o valor de cada cota, acrescido de correção monetária para o pagamento com até 01 (um) mês de vencimento;

I - 8% (oito por cento) sobre o valor de cada cota, acrescido de correção monetária para o pagamento com até 02 (dois) meses de vencimento;

I - 12% (doze por cento) sobre o valor de cada cota, acrescido de correção monetária para o pagamento com acima de 02 (dois) meses de vencimento;

§1º. Os créditos tributários referidos neste artigo serão ainda acrescidos de mais 1% (um por cento) de juros, por mês ou fração de mês que se seguir ao término do exercício vencido.

§2º. O crédito tributário, inclusive o decorrente de multas, terá o seu valor atualizado, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro índice que por lei municipal vier a substituí-lo, exceto quando garantido pelo depósito do seu montante integral.

SEÇÃO VI

Das obrigações acessórias

Art. 104. Os imóveis ainda que isentos do imposto ou a ele imunes, ficam sujeitos à inscrição junto ao Cadastro Fiscal Imobiliário, nos termos do Decreto Regulamentar.

§1º. Ainda que a propriedade seja concebida em condomínio cada unidade imobiliária autônoma deverá corresponder a uma única inscrição.

§2º. No caso de condomínio em que cada condômino possua parte ideal, somente poderá ser inscrita separadamente cada fração de propriedade, mediante solicitação do interessado.

Art.105. O desmembramento ou unificação de lotes, devem ser solicitados ao órgão competentes junto a Prefeitura de Mirassol D'Oeste - MT **e, quando autorizado deverá ser providenciada a sua inscrição dentro de 30 (trinta) dias.**

Parágrafo Único - Os loteamentos e edificações não legalizados deverão ser inscritos de ofício, a título precário exclusivamente para efeitos fiscais, não podendo a inscrição ser utilizada para a finalidade de regularização da propriedade do imóvel.

Art.106. A inscrição será promovida pelo proprietário por meio de declaração acompanhada de:

I – Registro da propriedade;

II – Comprovante do recolhimento do ITBI quando for o caso;

III – Projeto arquitetônico, croquis e outros elementos nos termos do Decreto Regulamentar.

§1º - No caso de benfeitorias construídas em terreno de titularidade desconhecida, a inscrição será promovida, exclusivamente para efeitos fiscais, mediante declaração de plantas ou croquis, identificando a respectiva área construída, não constituindo como reconhecimento da titularidade do imóvel a cobrança do imposto.

§2º - A Secretaria de Fazenda poderá efetivar a inscrição ex-ofício de imóveis, desde que apurados todos os elementos necessários para esse fim.

Art. 107. Os titulares de direitos sobre novas edificações ou prédios que forem objeto de acréscimos, reformas ou reconstruções, ficam obrigados a comunicar as citadas ocorrências, quando de sua conclusão.

Parágrafo Único - comunicação deverá ser acompanhada:

I – da planta arquitetônica;

II – do termo de quitação do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza homologada expressamente pela Secretaria de Finanças;

III – da certidão de "habite-se".

Art. 108. O contribuinte é obrigado a comunicar dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da ocorrência, incidência que possa resultar na inabitabilidade da edificação.

SEÇÃO VII

Da isenção

Art. 109. Ficam isentos do pagamento de IPTU os imóveis utilizados unicamente para fins residenciais considerados de uso unifamiliar edificado de um único proprietário e que não tenham renda familiar somada superior a 1,5 (um e meio) salários mínimos, devidamente comprovada junto a Administração Tributária Municipal nos termos do Decreto Regulamentar.

§1º. A isenção de que trata este artigo será concedida aos imóveis exclusivamente residência que não tenham fins comerciais e lucrativos para os seus proprietários, atendidas as exigências constantes no seu *caput*.

§2º. Verificada alteração na situação socioeconômica que venha ultrapassar a renda equivalente a 1,5 (um e meio) salários mínimos, fica o Município autorizado a realizar o lançamento e a cobrança do IPTU do imóvel.

§3º. A concessão do benefício descrito no *caput* do artigo terá caráter precário por prazo determinado de dois anos, podendo ser renovada enquanto a situação de vulnerabilidade permanecer, sendo o processo de cadastramento tratado no Decreto Regulamentar.

Art. 110. Também estão isentos do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana os imóveis que possuam uma ou mais das seguintes características:

I – de propriedade das pessoas jurídicas de direito público externo, quando destinados ao uso de sua missão diplomática ou consulado;

II – situados na região urbana ou em áreas urbanizáveis que tenham 80% (oitenta por cento) de sua área destinada para fins agrícolas ou de criação, desde que exclusivamente utilizados para a subsistência por seus proprietários, e que estes não possuam outra propriedade;

III - utilizados exclusivamente como escolas ou centros de amparo social, sem fins lucrativos;

IV - cedidos ao Município a qualquer título, desde que o contrato estabeleça o repasse do ônus tributário;

V - exclusivamente residenciais cujo valor do imposto lançado em cada exercício seja igual ou inferior a 0,5 (meia) UFM's.

§1º. A isenção a que se referem os incisos II, III e V deste artigo deve ser renovada a cada dois anos nos termos do Decreto Regulamentar.

§2º. As isenções previstas neste artigo condicionam-se ao seu reconhecimento pelo órgão municipal competente, na forma estabelecida em Decreto Regulamentar.

SEÇÃO VIII

Das Infrações e das Penalidades

Art. 111. Considera-se infração o descumprimento das obrigações principal ou acessória, previstas neste código ou no regulamento do IPTU e poderão ser apuradas mediante procedimento fiscal ficando o infrator sujeito às seguintes multas:

§1º. Quando relacionadas à inscrição do imóvel.

I - falta de pagamento, no todo ou em parte, por não inscrição do imóvel ou seus acréscimos:

Multa: 100% (cem por cento) sobre o imposto devido;

II - falta de pagamento, no todo ou em parte, por declaração inexata de elementos necessários ao cálculo da base de cálculo ou lançamento:

Multa: 100% (cem por cento) sobre o imposto devido;

III – omissão da inscrição do imóvel, edificação ou ampliação de suas dependências:

Multa: 2 (duas) UFM's;

§2º. Quando relacionada aos dados cadastrais do proprietário:

I – omissão na apresentação de informações econômico-fiscais de interesse da administração tributária, na forma e nos prazos determinados:

Multa: 1 (uma) UFM.

II – omissão de comunicação de ocorrência que implica na perda de isenção;

Multa: 50% (cinquenta por cento) sobre o imposto devido;

III – Ausência da apresentação de documentos arquitetônicos que demonstrem a real dimensão da edificação;

Multa: 2 (duas) UFM's.

§3º. Dificultar ou impedir o trabalho da Administração Tributária Municipal no lançamento de ofício do crédito tributário ou a inserção dos dados no Cadastro Fiscal Imobiliário:

Multa: 2 (duas) UFM's.

§4º. A aplicação das multas previstas neste artigo será feita sem prejuízo do pagamento do imposto devido.

§5º. O pagamento da multa não exime o infrator do cumprimento das exigências legais ou regulamentares que a tiverem determinado.

§6º. A omissão do contribuinte ou do responsável substituto ensejará da aplicação do arbitramento da dimensão da área edificada.

Art. 112. Quando o imóvel relacionado com a infração estiver alcançado por imunidade ou isenção, as multas serão calculadas como se devido fosse o imposto.

SEÇÃO IX

Da Disposição Final ao IPTU

Art. 113. Os oficiais dos Registros de Imóveis ficam responsáveis por informar a Administração Tributária Municipal toda e qualquer movimentação que implique na modificação da titularidade da propriedade ou característica dos imóveis localizados no município de Mirassol D'Oeste ficando sujeitos à multa de 3 (três) UFM´s por cada omissão de registro.

Art. 114. O Chefe do Poder Executivo Municipal expedirá os atos regulamentares necessários à execução deste Código, no que se refere ao IPTU.

CAPÍTULO IV

IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS INTER VIVOS E

CESSÃO DE DIREITOS A SUA AQUISIÇÃO - ITBI

SEÇÃO I

Do fato gerador

Art. 115. O Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis *inter vivos* e de direitos reais sobre eles tem como fato gerador:

I – a transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, da propriedade ou domínio útil de bens imóveis por natureza ou acessão física;

II – a transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia;

III – a cessão de direitos à sua aquisição, por ato oneroso, relativos às transmissões referidas nos incisos anteriores.

§1º. O imposto de que trata este artigo refere-se a atos e contratos relativos a imóveis situados no território do município de Mirassol D'Oeste - MT.

§2º. Considera-se ocorrido o fato gerador do ITBI na data do instrumento ou ato que servir de título à transmissão ou cessão referidas neste artigo.

Art. 116. O imposto incidirá sobre ato oneroso *inter vivos*:

I – de compra e venda:

a) puro ou condicional quando for registrado junto ao Cartório de Registro de Imóveis;

b) quando for homologado no cartório o termo de quitação do contrato de compra e venda;

c) quando o contrato for incondicional e o adquirente estiver inserido na posse do imóvel.

II – dação em pagamento;

III – permuta de bens imóveis e direitos a eles relativos;

IV – direito real de superfície, servidão, usufruto, uso ou habitação;

V – a arrematação, a remição e a adjudicação;

VI – incorporação de imóvel ou de direitos reais sobre imóveis ao patrimônio de pessoa jurídica, em realização de capital, quando a atividade preponderante da adquirente for a compra e venda, locação ou arrendamento mercantil de imóveis, ou a cessão de direitos relativos à sua aquisição, salvo nos casos de incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital social ou decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica;

VII – transferência de imóvel do patrimônio de pessoa jurídica para o de qualquer um de seus sócios, acionistas ou respectivos sucessores, ressalvada a desincorporação aos mesmos alienantes dos bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital social;

VIII – transferência de direitos sobre construção em terreno alheio, ainda que feita ao proprietário do solo;

IX – no mandato em causa própria, e respectivo substabelecimento, quando este configure transação e o instrumento contenha requisitos essenciais à compra e venda;

X – concessão de uso especial para fins de moradia;

XI – concessão de direito real de uso por escritura pública ou termo administrativo;

XII – sub-rogação na cláusula de inalienabilidade;

XIII – acessão física, quando houver pagamento de indenização;

XIV – cessão do direito:

a) real de superfície;

b) do arrematante, remitente ou adjudicante, depois de assinado o auto de arrematação, remição ou adjudicação;

c) ao usufruto, à usucapião, à concessão real de uso e à sucessão;

d) decorrentes de compromisso de compra e venda e de promessa real de uso;

e) sobre permuta de bens imóveis;

f) na acessão física, quando houver pagamento de indenização;

XV – tornas ou reposições que ocorram:

a) o excesso em bens imóveis partilhados ou adjudicados, na dissolução da sociedade conjugal, a um dos cônjuges;

b) o excesso de bens imóveis sobre o valor do quinhão hereditário ou de meação, partilhado ou adjudicado a herdeiro ou meeiro;

c) a diferença entre o valor da quota-parte material, recebida por um ou mais condôminos na divisão para extinção de condomínio de imóvel, e o de sua quota-parte ideal;

XVI – em todos os demais atos e contratos onerosos translativos da propriedade ou do domínio útil de bens imóveis, por natureza ou acessão física, ou dos direitos sobre imóveis;

§1º. A incidência do ITBI ficará configurada por ocasião dos registros dos títulos, no Cartório de Registro de Imóveis competente, relativos às transmissões onerosas de bens imóveis *inter vivos* e de direitos reais sobre imóveis, bem como relativos às cessões onerosas de direitos delas decorrentes.

§2º. Equiparam-se à compra e venda, para efeitos tributários, a permuta de bens imóveis situados no território do Município por outros quaisquer bens situados fora do território do Município.

§3º. Não são dedutíveis do valor venal eventuais dívidas que incidam sobre o imóvel, devendo a base do imposto ser acrescida de eventuais descontos que possam ter reduzido o valor do imóvel.

§ 4º. Por cessão de direitos entende-se todo o instrumento através do qual se opera a transmissão de direitos reais sobre determinado bem.

Art. 117. O imposto não incide:

I – quando o bem imóvel voltar ao domínio do antigo proprietário por força de retrovenda, em um prazo não superior a três anos.

II – pelo pacto de condição resolutiva quando o vendedor reouver a propriedade do imóvel em um prazo não superior a dois anos;

III – por retrocessão quando o particular questionar a desapropriação efetivada pelo Poder Público, por não conferir ao bem o destino que motivou a desapropriação;

IV – na aquisição da propriedade por usucapião;

V – sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoas jurídicas em realização de capital;

VI – sobre a transmissão de bens ou direitos aos mesmos alienantes, em decorrência de sua desincorporação do patrimônio da pessoa jurídica a que foram conferidos;

VII – sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção da pessoa jurídica;

§1º. No caso de incidência dos incisos I e II não será restituído o imposto pago em razão da transmissão originária.

§2º. O disposto nos incisos V, VI e VII não se aplica quando a pessoa jurídica adquirente tiver como atividade preponderante a compra e venda de bens imóveis e seus direitos reais, a locação de bens imóveis ou o arrendamento mercantil.

§3º. Considera-se caracterizada a atividade preponderante mencionada no parágrafo anterior quando mais de 50% (cinquenta por cento) da receita operacional da pessoa jurídica adquirente, nos 2 (dois) anos anteriores e nos 2 (dois) anos subsequentes à aquisição, decorrer das transações mencionadas.

§4º. Se a pessoa jurídica adquirente iniciar suas atividades após a aquisição ou menos de 2 (dois) anos antes dela, a preponderância referida será apurada levando-se em conta os 3 (três) primeiros anos seguintes à data da aquisição.

§5º. Verificado o domínio da atividade descrita no §2º, tornar-se-á devido o imposto, corrigido monetariamente, nos termos da Lei vigente à data da aquisição, sobre o valor dos bens ou direitos, nessa data.

§6º. A prova de inexistência da atividade descrita no §2º está sujeita ao exame fiscal e deverá ser demonstrada mediante apresentação dos atos constitutivos atualizados, Demonstração do Resultado do Exercício e Balanço Patrimonial dos dois últimos exercícios.

SEÇÃO II

Do sujeito passivo

Art. 118. São contribuintes do imposto:

I – o adquirente do bem ou do direito na transmissão de bens imóveis ou de direitos reais;

II – o cessionário do bem ou do direito na cessão de bens imóveis ou de direitos reais;

III – o cessionário do direito real da promessa de compra e venda no caso de cessão de direito real de promessa de compra e venda;

IV – todos os permutantes na permuta de bens imóveis ou de direitos reais;

V – o arrematante, o adjudicante e o remitente.

Art. 119. Respondem solidariamente pelo pagamento do imposto:

I – o transmitente, em relação ao adquirente do bem ou do direito transmitido;

II – o cedente, em relação ao cessionário do bem ou do direito cedido;

III – os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, relativamente aos atos por eles ou perante eles praticados, em razão de seu ofício, ou pelos erros ou omissões pelo qual forem responsáveis;

IV – as pessoas físicas ou jurídicas que tenham interesse comum na situação que tenha dado origem ao fato gerador do imposto;

V – todo aquele que comprovadamente concorra para a sonegação do imposto.

SEÇÃO III

Da base de cálculo e alíquota do imposto

Art. 120. A base de cálculo do imposto será o valor atual de mercado do imóvel ou dos direitos a ele relativos, transmitidos ou cedidos.

Art. 121. Para fim de obtenção da base de cálculo do valor de mercado do imóvel poderá ser utilizado para a fixação do valor:

I – o valor declarado no ato oneroso que estipula o valor em espécie quando da escrituração do contrato de compra e venda;

II – o valor referente a avaliação inicial ou o maior lance, nas arrematações judiciais ou administrativas, adjudicação, remição ou leilão, o sendo destes o maior;

III – o valor obtido na avaliação bancária para financiamento ou garantia de empréstimo quando a avaliação constar anotado na matrícula do imóvel junto ao RGI;

IV – o valor declarado pelo próprio sujeito passivo, ou por procurador legalmente constituído para tal fim específico.

§1º. Na arrematação judicial ou administrativa, bem como nas hipóteses de adjudicação, remição ou arrematação, a base de cálculo do imposto não poderá ser inferior ao valor da avaliação judicial ou administrativa.

§2º. A base de cálculo do imposto não poderá ser inferior ao valor venal dos bens ou direitos transmitidos, assim considerado o valor pelo qual o bem ou direito seria negociado à vista, em condições normais de mercado.

§3º. O valor declarado pelo sujeito passivo ou realizado na arrematação judicial ou administrativa, adjudicação, remição ou leilão não poderá ser inferior ao constante no Cadastro Fiscal Imobiliário, prevalecendo sempre a base de cálculo maior.

§4º. Na impossibilidade de se estipular o valor venal pelo ato de transmissão ou se o valor não retratar a realidade das condições normais de mercado, a Administração Tributária, com base nos elementos que dispuser, arbitrará a base de cálculo seguindo os seguintes elementos:

I - Zoneamento urbano;

II - Características da região, do terreno e da construção;

III - Valores aferidos no mercado imobiliário;

IV - Outros dados informativos tecnicamente reconhecidos;

Art. 122. Nas transações descritas a seguir, considerar-se-ão como base de cálculo do ITBI a aplicação do percentual de 70% (setenta por cento) sobre o valor venal do imóvel.

I - na instituição de fideicomisso;

II - na instituição do usufruto e na cessão dos respectivos direitos;

III - na concessão do direito real do uso;

IV - na instituição da enfiteuse e da subenfiteuse;

V - nas rendas expressamente constituídas sobre imóveis;

VI - na instituição do uso;

VII - na instituição da habitação;

VIII - nas transmissões de imóvel, com reserva de usufruto para o transmitente.

Parágrafo Único. Nas transmissões por acessão física, a base de cálculo será o valor da indenização ou o valor venal da fração ou acréscimo transmitido, se maior.

Art. 123. As alíquotas do ITBI são de 3% (três por cento) sobre o valor estabelecido como base de cálculo do imposto.

SEÇÃO IV

Do pagamento

Art. 124. O recolhimento do ITBI deverá ser efetuado em parcela única na forma estabelecida em Decreto Regulamentar.

§1º. Poderá ser concedido um desconto de 50% (cinquenta por cento) sobre a transferência de imóveis construídos através de programas habitacionais para famílias de baixa renda, em que o proprietário e seu cônjuge ou companheiro(a) não possuam outro imóvel.

§2º. Poderá ser concedido o desconto de 10% (dez por cento) ao contribuinte que:

I - até 07 (sete) dias após assinar o contrato particular de compra e venda de forma espontânea, solicitar a guia e realizar o pagamento do imposto em parcela única;

II - de forma espontânea, o cessionário no ato da cessão de direitos reais solicitar a guia para o recolhimento do imposto em parcela única;

III - de forma espontânea, o permutante no ato da permuta de bens ou de direitos reais solicitar a guia para o recolhimento do imposto em parcela única.

§3º. É indispensável a quitação definitiva do crédito do imposto para o registro no Cartório de Registro de Imóveis competente da transmissão, da cessão ou da permuta de bens imóveis ou de direitos a eles relativos;

§4º. Nas transações em que figurem como adquirentes ou cessionários, pessoas imunes ou isentas, ou quando se verificar a não incidência do ITBI, a comprovação do pagamento do imposto será substituída por certidão própria, na forma estabelecida pelo regulamento, que será transcrita no instrumento, termo ou contrato de transmissão.

§5º. O imposto será efetivado junto a Secretaria Municipal de Fazenda antes da escritura pública de compra e venda do imóvel ou do registro da transferência no Cartório de Registro de Imóveis.

Art. 125. A falta de recolhimento do ITBI, nos prazos fixados pelo Decreto Regulamentar, sujeitará o contribuinte à multa de:

I - 4% (quatro por cento) sobre o valor, acrescido de correção monetária para o pagamento com até 01 (um) mês de vencimento;

I - 8% (oito por cento) sobre o valor, acrescido de correção monetária para o pagamento com até 02 (dois) meses de vencimento;

I - 12% (doze por cento) sobre o valor, acrescido de correção monetária para o pagamento com acima de 02 (dois) meses de vencimento;

§1º. Os créditos tributários referidos neste artigo serão ainda acrescidos de mais 1% (um por cento) de juros, por mês ou fração de mês.

§2º. O crédito tributário, inclusive o decorrente de multas, terá o seu valor atualizado, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro índice que por lei municipal vier a substituí-lo, exceto quando garantido pelo depósito do seu montante integral.

Art. 126. Sem prejuízo da atualização monetária, da multa indenizatória e dos juros moratórios, a falta de recolhimento do ITBI, nos prazos estabelecidos pelo regulamento, implicará, quando apurados em procedimentos de fiscalização, na imposição de penalidades e cobrança de multas.

SEÇÃO V

Das isenções e imunidades

Art. 127. São isentas do imposto:

I - As transmissões de habitações populares, atendidos, no mínimo, os seguintes requisitos:

a) área total da construção não superior a cinquenta metros quadrados; b) área total do terreno não superior a 180 (cento e oitenta) metros quadrados; c) a renda familiar não ultrapasse 3 (três) salários mínimos, d) localização em bairros economicamente carentes, e que o proprietário não possua imóvel no Município, na forma disciplinada em regulamento, e e) que o beneficiário não tenha obtido o mesmo benefício nos últimos 5 (cinco) anos.

II - As transferências de habitação realizadas em função da remoção de famílias que se encontravam em área de risco.

III - As transferências de propriedades rurais destinadas a subsistência familiar atendidos, no mínimo, os seguintes requisitos:

a) a área total produzida seja de no mínimo 5/4 da propriedade; b) área total da propriedade não superior a 5 (cinco) hectares; c) esteja localizado fora do perímetro urbano; e d) que o beneficiário não tenha obtido o mesmo benefício nos últimos 5 (cinco) anos.

Art. 128. A homologação da imunidade como a concessão da isenção do imposto para os adquirentes, arrematantes e cessionários ficará sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Fazenda, nos termos das normas complementares.

Parágrafo Único. A concessão da isenção e a declaração da imunidade ou não incidência, serão analisadas para cada caso concreto.

SEÇÃO VI

Da obrigação acessória

Art. 129. A Administração Tributária Municipal poderá notificar o contribuinte para, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência da notificação:

I - prestar informações sobre a transmissão, cessão ou permuta de bens ou direitos;

II - recolher o imposto devido ou apresentar recurso para a Secretaria Municipal de Fazenda.

§1º. O lançamento ocorrerá em nome do contribuinte ou responsável solidário quando a transmissão de bens ou direitos for identificada pela Administração Tributária Municipal.

§2º. Fica afastada a incidência de multa por lançamento de ofício se no prazo previsto do Decreto Regulamentar o contribuinte ou responsável solidário realizar o recolhimento integral do imposto devido.

Art. 130. Os notários, oficiais de registro de imóveis ou seus prepostos ficam obrigados a verificar a exatidão e a suprir as eventuais omissões dos elementos de identificação do contribuinte e do imóvel ou direito transacionado, cedido ou permutado, no documento de arrecadação e nos atos em que intervierem.

SEÇÃO VII

Das obrigações dos serventuários da justiça

Art. 131. A prova do pagamento do imposto e a correspondente certidão negativa de débito deverão ser exigidas pelos escrivães, tabeliães, oficiais de notas, de registro de imóveis e de registro de títulos e documentos, seus prepostos e serventuários da justiça, quando da prática de atos, dentre os quais a lavratura, registro ou averbação, relativos a termos relacionados à transmissão de bens imóveis ou de direitos a eles relativos, bem como suas cessões ou permutas.

§1º. Não será lavrado, registrado, inscrito ou averbado nenhum termo, ou praticado qualquer ato relacionado ou que importe em transmissão de bens imóveis ou de direitos a eles relativos, cessões ou permuta, sem que os interessados apresentem:

I – certidão negativa de débito, ou de mesmo efeito, que comprove a quitação dos tributos de competência do município, incidentes sobre o imóvel;

II – comprovante de pagamento do ITBI, através do documento original de arrecadação ou declaração de quitação expedido pela Secretaria de Finanças Municipal;

§2º. Nos casos de imunidade, isenção ou não incidência do ITBI, os interessados deverão apresentar a Declaração de Reconhecimento Administrativo do gozo do benefício fiscal ou da não incidência tributária.

§3º. Os oficiais de registro de imóveis, tabeliães, escrivães, notários ou seus prepostos, deverão fazer expressa referência no instrumento, termo, escritura e registro:

I – ao Documento de Arrecadação de Tributos Municipais ou à Declaração de Quitação do ITBI; ou

II – ao documento firmado pela Administração Tributária Municipal que conferiu o reconhecimento administrativo da imunidade, isenção ou não incidência do ITBI.

§4º. Os oficiais de registro de imóveis, tabeliães, notários, ou seus prepostos, deverão verificar e informar ao Fisco sobre:

I – ocultação da existência de frutos pendentes e outros bens ou direitos tributáveis, transmitidos juntamente com a propriedade;

II – falsidade em documentos, no todo ou em parte, quando verificado que a pessoa jurídica gozou do benefício destinado a quem não desenvolve atividade preponderante de compra e venda, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil, bem como cessão de direitos relativos à sua aquisição;

III – falsidade de documento que instruiu a dispensa do pagamento do ITBI, pelo reconhecimento de imunidade, isenção ou não incidência.

Art. 132. Os escrivães, tabeliães, oficiais de notas, de registro de imóveis e de registro de títulos e documentos, seus prepostos e os serventuários da justiça não poderão embaraçar a fiscalização do ITBI, pela Secretaria Municipal de Finanças, obrigando-se a:

I – facilitar o exame, em cartório, dos livros, registros, autos, documentos e papéis que interessem à arrecadação do tributo;

II – fornecer, quando solicitada pela Secretaria de Finanças Municipal, certidão dos atos lavrados, transcritos, averbados, inscritos ou registrados, concernentes a imóveis ou direitos a eles relativos.

Art. 133. Os cartórios situados no Município de Mirassol D'Oeste - MT fornecerão, até o 20º (vigésimo) dia do mês subsequente, a relação de registros e suas respectivas anotações que digam respeito ao fato gerador do imposto em questão, nos termos do regulamento, por mídia digital ou eletrônica.

Parágrafo Único. Constará na relação a que se refere o *caput* deste artigo o seguinte:

I – identificação do imóvel, número da inscrição imobiliária, o valor da transmissão, da cessão ou da permuta;

II – nome, CPF, RG e endereço do transmitente, do adquirente, do cedente, do cessionário e dos permutantes, conforme o caso;

III – o valor do imposto recolhido, a data de pagamento e a instituição arrecadadora;

IV – o número do selo digital de atos notariais e registrais.

Art. 134. Os Cartórios de Notas, os Cartórios de Registros de Imóveis, as Instituições Financeiras e demais pessoas jurídicas, que lavrarem, para fins de registro junto a Cartório de Registro competente, escrituras e contratos, com força de escritura, e demais atos relacionados com as transmissões onerosas de bens imóveis, *inter vivos*, e de direitos reais sobre imóveis, bem como relativos às cessões onerosas de direitos delas decorrentes, ficam obrigados a prestar informações à Secretaria de Finanças Municipal nos termos do Decreto Regulamentar.

SEÇÃO VIII

Das Infrações e das Penalidades

Art. 135. Considera-se infração o descumprimento das obrigações principal ou acessória, prevista neste código ou no regulamento do ITBI e poderão ser apuradas mediante procedimento fiscal ficando sujeitas às seguintes multas:

§1º. Quando relacionadas ao registro do imóvel o serventuário que realizar o registro do imóvel sem o comprovante do recolhimento do ITBI.

Multa: 100% (cem por cento) sobre o imposto devido;

§2º. O sujeito passivo que deixar de declarar a ocorrência do Fato gerador do ITBI ou simular o valor da transação de forma a reduzir o valor do imposto devido.

Multa: 100% (cem por cento) sobre o imposto devido;

§3º. Omissão de comunicação de ocorrência descrita no artigo 134;

Multa: 3 (três) UFM´s por ocorrência;

§4º. Não cumprimento do disposto no artigo 133;

Multa: 3 (três) UFM´s por cada mês;

§5º. A aplicação das multas previstas nos parágrafos 1º e 2º neste artigo será feita sem prejuízo do pagamento do imposto devido.

SEÇÃO IV

Das disposições gerais

Art. 136. Na lavratura de contrato de transmissão da propriedade ou de cessão dos respectivos direitos, deverá ser descrita de forma detalhada a existência de edificações e demais benfeitorias.

Art. 137. A edificação em terreno por terceiro ou por promitente comprador da propriedade fica condicionada ao recolhimento do valor do imposto e a devida averbação junto ao Cartório de Registro de Imóveis.

Parágrafo Único. A ausência do registro do ato de transferência e o recolhimento do imposto sujeitará o contribuinte ao pagamento do imposto relativamente ao valor da construção ou da benfeitoria.

Art. 138. Para fins do presente Código Tributário Municipal, considera-se regime de construção por contratação direta o incorporador que constrói em terreno de sua própria titularidade devidamente escriturado, desde que este assuma todo o risco do negócio.

Parágrafo Único. Na modalidade de contratação direta a eventual comercialização das propriedades autônomas acrescidas das benfeitorias deverá se dar por "preço global", e não por rateio.

Art. 139. Nos casos em que se configurar permuta de terreno por unidades futuras a serem construídas, deverão ser abertas inscrições imobiliárias temporárias no Cadastro Fiscal Imobiliário nos mesmos termos do projeto que foi aprovado pela Administração Municipal de Urbanismo.

Parágrafo Único. Os contratos de permuta descritos no *caput* do artigo deverão ser anotados junto ao cartório de registros.

Art. 140. O Chefe do Poder Executivo Municipal expedirá os atos regulamentares necessários à execução deste Código, no que se refere ao ITBI.

TÍTULO V

DAS TAXAS

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES COMUNS ÀS TAXAS

SEÇÃO I

Do Fato Gerador

Art. 141. As taxas de competência do município de Mirassol D'Oeste têm como fato gerador ou exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

Parágrafo Único. A taxa não pode ter base de cálculo ou fato gerador idêntico ao que corresponda ao imposto nem ser calculada em função do capital das empresas.

Art. 142. Considera-se poder de polícia atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.

Parágrafo Único. Considera-se regular o exercício do poder de polícia quando desempenhado pelo órgão competente nos limites da lei aplicável, com observância do processo legal e, tratando-se de atividade que a lei tenha como discricionária, sem abuso ou desvio de poder.

Art. 143. Os serviços públicos que constituam fato gerador da taxa consideram-se:

I - utilizados pelo contribuinte:

a) efetivamente, quando por ele usufruídos a qualquer título;

b) potencialmente, quando, sendo de utilização compulsória, sejam postos à sua disposição mediante atividade administrativa em efetivo funcionamento;

II - específicos, quando possam ser destacados em unidades autônomas de intervenção, de utilidade, ou de necessidades públicas;

III - divisíveis, quando suscetíveis de utilização, separadamente, por parte de cada um dos seus usuários.

Art. 144. Considera-se ocorrido o fato gerador da taxa:

I - na data do pedido de licenciamento ou autorização;

II - na data da utilização efetiva de serviço público;

III - na data da disponibilização de serviço público, quando a utilização for potencial;

IV - no início da atividade administrativa de licenciamento, quando realizada de ofício;

V - em 1º de janeiro de cada exercício, quando a taxa for de incidência anual;

VI - na data da alteração cadastral, quando houver mudança de endereço ou de atividade, qualquer que seja o momento do exercício ou do ano civil.

Parágrafo Único. As taxas pela utilização potencial de serviço público disponibilizado serão lançadas periodicamente, conforme estabelecido para cada espécie de taxa.

SEÇÃO II

Do lançamento e base de cálculo das taxas

Art. 145. As taxas poderão ser lançadas de ofício com base nos cadastros de contribuinte ou de dados e informações de que disponha a Administração Tributária Municipal para este fim ou por homologação nos casos em que o fisco atribuir ao contribuinte o dever de calculá-las e recolhê-las previamente, conforme disposto em Decreto Regulamentar.

Parágrafo Único – É irrelevante para a incidência da taxa, que os serviços públicos sejam prestados diretamente ou por meio de autorização, permissão, concessão ou através de serviços contratados para este fim.

Art. 146. Para efeito da incidência de taxa, consideram-se estabelecimentos distintos:

I – os que, embora no mesmo local, ainda que com idênticas atividades, pertençam a diferentes pessoas físicas ou jurídicas;

II – os que, embora com idêntico ramo de atividade, pertencentes à mesma pessoa física ou jurídica, estejam situados em prédios distintos ou em locais diversos, ainda que localizados no mesmo imóvel, não se considerando como prédios distintos ou locais diversos dois ou mais imóveis contíguos e com comunicação interna, nem as várias salas ou pavimentos de um mesmo imóvel.

Art. 147. É irrelevante para efeito de pagamento e incidência das taxas:

I – exercício regular do poder de polícia:

a) do cumprimento de quaisquer exigências legais ou regulamentares;

b) de licença, autorização, permissão ou concessão outorgadas pelo de órgão públicos;

c) de estabelecimento fixo ou de exclusividade, no local onde é exercida a atividade;

d) da finalidade ou do resultado econômico da atividade, ou da exploração dos locais;

e) do pagamento de preços, tarifas, emolumentos e quaisquer importâncias eventualmente exigidas, inclusive para expedição de licenças, alvarás, de autorização ou vistorias;

f) do efetivo funcionamento da atividade ou da efetiva utilização dos locais; e

g) do caráter permanente, eventual ou transitório da atividade.

II – utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição, que tais serviços públicos sejam prestados:

a) diretamente, pelo órgão público; ou

b) indiretamente, por quem tenha recebido autorização, permissão, concessão ou sido contratado por órgão público.

Art. 148. Quando a taxa for lançada juntamente com impostos o Poder Executivo Municipal poderá autorizar o seu pagamento parcelado, limitado às mesmas condições e à quantidade de parcelas estabelecida para os impostos, ou quando for o caso, para as contribuições.

§1º. Na notificação de lançamento previsto no *caput* deste artigo devem constar, obrigatoriamente, os elementos distintos de cada espécie de tributo e os respectivos valores.

§2º. O lançamento e o pagamento das taxas não implicam em reconhecimento pela Administração Pública da regularidade do estabelecimento ou da atividade exercida.

Art. 149. Os valores unitários das taxas previstas neste Código estão fixados em seus anexos, atendidas às suas peculiaridades, devendo ser recolhidos na forma, condições e prazos disciplinados na legislação tributária municipal.

Parágrafo Único - As taxas são tributos vinculados a uma atividade estatal direcionada ao contribuinte, devendo a base de cálculo guardar relação com a atividade estatal.

Art. 150. Por meio de decreto o Chefe do Poder Executivo atualizará os valores até o último dia útil do exercício, para a vigência no exercício subsequente com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro índice que por lei municipal vier a substituí-lo.

Art. 151. O contribuinte da taxa está obrigado:

I – a conservar e apresentar ao Fisco, quando solicitado, documento que, de algum modo se refira à situação que constitua seu fato gerador;

II – a prestar, sempre que for solicitado, esclarecimento referente ao fato gerador; e

III – a facilitar as tarefas de cadastramento, lançamento, fiscalização e cobrança.

Art. 152. A notificação do sujeito passivo quanto ao lançamento de taxa, será realizada pela Administração Tributária Municipal, preferencialmente, por meio de processo eletrônico, através de Correio Eletrônico previamente cadastrado quando da Realização do Cadastro Fiscal de Atividades Econômicas ou através do Domínio Tributário Eletrônico – DTE.

§1º. Além das formas de notificação descritas no caput, serão admitidas as seguintes formas de notificação:

I – pessoalmente por agente da Administração Tributária Municipal;

II – por postagem pelas empresas de correios;

III – comunicação quando o contribuinte comparecer junto a Fazenda Pública municipal; e

IV – por meio de publicação no edital no Diário Oficial do Município – DOM, ou equivalente.

§2º. Considerará a notificação entregue:

I – no ato da entrega quando realizada pelo agente da Fazenda Pública;

II – 05 (cinco) dias após a postagem dos correios;

III – com a entrega da comunicação junto a Administração Tributária Municipal; e

IV – no dia seguinte à publicação do edital no Diário Oficial do Município – DOM.

§3º. O sujeito passivo deverá cadastrar endereço de correio eletrônico para o recebimento de notificações ou retirar a notificação na central de atendimento ao contribuinte na sede da Prefeitura de Mirassol D'Oeste.

CAPÍTULO II

DAS ESPÉCIES DE TAXAS

Art. 153. Ficam estipuladas as seguintes taxas ao município de Mirassol D'Oeste:

I – pelo exercício do poder de polícia:

a) Taxa Fiscalização de Localização, Instalação e Funcionamento – **TFLIF**;

b) Taxa de Fiscalização de Anúncio e Propaganda – **TFA**;

c) Taxa de Fiscalização de Obras e Parcelamento Particulares – **TFOP**;

d) Taxa de Licenciamento Ambiental – **TLA**;

e) Taxa de Fiscalização Sanitária – **TFS**;

f) Taxa de Uso e Ocupação de Áreas Públicas– **TUOAP**

g) Taxa para Fiscalização de Obras em Espaços Públicos – **TFOEP**

h)Taxa de Fiscalização e Licenciamento de Serviços Concessionários - **ACSP**;

i) Taxa de Fiscalização e Licenciamento de Ambulantes – **TFLA** .

II – pela utilização, efetiva ou potencial de serviços públicos:

a) Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos Domiciliares – **TCRSD**;

b) Taxa de Serviços Diversos – **TSD**;

c) Taxa de Expediente – **TE**.

CAPÍTULO III

Taxa de Fiscalização de Localização, Instalação e Funcionamento **- TFLIF**

SEÇÃO I

Do fato gerador - TFLIF

Art. 154. A Taxa de Fiscalização de Localização, Instalação e Funcionamento, fundada no poder de polícia do Município, concernente ao ordenamento das atividades econômicas, tem como fato gerador a fiscalização exercida sobre a localização e a instalação e o funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços em todo o território municipal, bem como sobre o seu funcionamento em observância à legislação do uso e ocupação do solo urbano, às normas municipais de posturas relativas à ordem pública.

Art. 155. Nenhuma pessoa, Física ou Jurídica, poderá instar-se ou realizar atividades econômicas no município sem a previa licença de localização, instalação e funcionamento expedida pela Administração Tributária Municipal.

Parágrafo Único – A obrigatoriedade da Licença de Localização, Instalação e Funcionamento se estende tanto a zona urbana como a rural.

Art. 156. A Licença Municipal de Licença de Localização, Instalação e Funcionamento, quando se tratar de atividade permanente, será renovada anualmente, na forma do Decreto Regulamentar.

Parágrafo Único. Nos casos de mudança de endereço ou de atividade será obrigatória nova licença municipal.

Art. 157. O Alvará de Localização, Instalação e Funcionamento é o documento que habilita para o exercício de atividades econômicas no território de Mirassol D'Oeste, podendo ser concedido de forma provisória ou definitiva, conforme o caso.

§1º. Para o exercício de qualquer atividade econômica exigir-se-á o Alvará de Localização, Instalação e Funcionamento, mesmo quando o contribuinte for imune ou isento do pagamento da taxa.

§2º. Para as atividades de caráter eventual dentro de propriedades particulares exigir-se-á licença especial, conforme disposto em dispositivo normativo específico.

Art. 158. Verificada a adequação do requerimento às condições estabelecidas para a atividade, instruída com o respectivo comprovante de recolhimento da TFLIF, será fornecido Alvará de Funcionamento.

Parágrafo Único - O Alvará de Funcionamento deverá ser exposto em local visível do estabelecimento de forma que o acesso às informações esteja disponível a qualquer pessoa.

Art. 159. A emissão do Alvará de Funcionamento Provisório - TFLIF, ficará condicionada à apresentação do registro junto à Receita Federal do Brasil - RFB, e ao documento de constituição da sociedade ou cooperativa devidamente registrado no órgão competente.

§1º. Conforme a natureza da atividade econômica do contribuinte poderão ser exigidos outros documentos como licenças ambientais e autorização dos conselhos de classe.

§2º O prazo de vigência do Alvará de Funcionamento Provisório será de 180 (cento oitenta) dias.

Art. 160. No devido exercício do poder de polícia inerente à administração municipal, na busca do desenvolvimento socioeconômico do Município, a expedição da licença levará em conta os seguintes elementos:

I – natureza da atividade econômica;

II – a localização do estabelecimento com o plano diretor municipal;

III – o impacto socioambiental pelo exercício da atividade;

IV – a habilitação para o exercício da atividade; e

III – outros fatores conforme o Regulamento tributário municipal.

Art. 161. A pessoa física ou jurídica que exercer atividade sem o alvará de funcionamento poderá ter o exercício de sua atividade econômica interrompido até que a situação seja regularizada. Junto a Administração Tributária Municipal.

Parágrafo Único. Na interrupção compulsória das atividades econômicas caberá ao contribuinte o direto de recorrer da decisão junto ao fisco municipal.

SEÇÃO II

Do Sujeito Passivo da TFLIF

Art. 162. O contribuinte da TFLIF é a pessoa física ou jurídica titular de estabelecimento de qualquer natureza ou que realize atividade sujeita à aprovação de Localização, Instalação e Funcionamento.

Parágrafo Único. Todos os que exercem atividades socioeconômicas no município de Mirassol D'Oeste com regularidade são obrigados a se inscreverem nos cadastros municipais.

SEÇÃO III

Da base de Cálculo e do Lançamento da TFLIF

Art. 163. A base de cálculo da Taxa será determinada em função da natureza da atividade, e o seu valor corresponderá ao estabelecido na tabela III que integra este código.

Parágrafo Único - Enquadrando-se o contribuinte em mais de uma das atividades especificadas, será utilizada, para efeito de cálculo da taxa, aquela que conduzir ao maior valor.

Art. 164. Para as atividades continuadas o fato gerador ficará configurado em 1º de janeiro de cada ano e será lançada de ofício segundo as informações contidas no Cadastro Fiscal de Atividades Econômicas.

Parágrafo Único - A TFLIF também será lançada de ofício, quando se verificar que:

I) o contribuinte deixou de efetuar o seu pagamento no início de suas atividades;

II) o agente do Fisco verificar elementos distintos e correspondentes a valor superior ao que serviu de base ao lançamento da referida TFLIF;

III) alteração no endereço do estabelecimento.

Art. 165. Em nenhuma hipótese a Licença poderá ser concedida por período superior a 1 (um) ano devendo ser renovada a cada exercício financeiro.

Art. 166. Os pedidos de licença para abertura de estabelecimentos de indústria, comércio, agropecuário e de prestação de serviço de qualquer natureza, serão acompanhados da competente ficha de inscrição do Cadastro Fiscal de Atividades Econômicas.

Art. 167. O Decreto Regulamentar definirá a forma e prazo para o lançamento e o recolhimento da TFLIF.

SEÇÃO IV

Da Isenção da TFLIF

Art. 168. Estão isentos do pagamento da TFLIF:

I – os vendedores de artigos de artesanato, ambulantes e de arte popular de sua própria fabricação, sem auxílio de empregados;

II – as associações de classe, templos de qualquer culto, clubes esportivos sem fins lucrativos;

III – associações de moradores;

IV – as sociedades civis legalmente constituídas sem fins lucrativos;

V – as atividades individuais de rendimento pequeno, destinado, exclusivamente, ao sustento de quem as exerce ou de seu familiar, desde que, não ultrapassem a 2(dois) salários mínimos, definidos pelo Governo Federal;

VI – as atividades exercidas por Órgão da União, Estado, Distrito Federal e dos Municípios, sem fins lucrativos;

VII – outras hipóteses previstas em Lei Complementar Federal.

Parágrafo Único. A isenção da taxa não dispensa o prévio requerimento para a concessão de licença para funcionamento.

Art. 169. A isenção prevista no artigo anterior estará condicionada à renovação anual e serão reconhecidas pelo Ato do Executivo Municipal, sempre a requerimento do interessado.

Art. 170. Verificada, a qualquer tempo, a inobservância das formalidades exigidas para concessão ou o desaparecimento das condições que a motivaram, será a isenção obrigatoriamente cancelada

SEÇÃO V

Do funcionamento em horário especial

Art. 171. Os contribuintes que pretenderem realizar suas atividades fora do horário comercial definido em Decreto expedido pelo Poder Executivo terão o acréscimo proporcional no valor do tributo nos termos descritos no anexo IV.

SEÇÃO VI

Das infrações e penalidades

Art. 172. Considera-se infração o descumprimento das obrigações principal ou acessória, prevista neste código ou no regulamento do TFLIF e poderão ser apuradas mediante procedimento fiscal ficando sujeitas às seguintes multas:

§1º. Pelo exercício de qualquer atividade sujeita à Taxa sem a respectiva Licença:

Multa: 100% (cem por cento) sobre a taxa devida ou 01 (uma) UFM para os casos de contribuintes isentos do recolhimento da taxa;

§2º. Por não deixar o alvará em local visível dentro do estabelecimento.

Multa: 01 (uma) UFM para todos os contribuintes;

§3º. Omissão de comunicação em 30 (trinta) dias de qualquer ocorrência que implique na modificação das informações contidas no Cadastro Fiscal ou Alvará;

Multa: 100% (cem por cento) sobre a taxa devida ou 01 (uma) UFM para os casos de contribuintes isentos do recolhimento da taxa;

§4º. Pelo exercício de atividade diferente da explicitada no Alvará:

Multa: 100% (cem por cento) sobre a taxa devida ou 01 (uma) UFM para os casos de contribuintes isentos do recolhimento da taxa;

§5º. Quando o contribuinte deixar de atender as exigências legais apontada pela Autoridade de Postura Municipal poderá a atividade desenvolvida ser suspensa até que a irregularidade seja sanada.

§6º. No caso de violação do objeto principal do Alvará de Funcionamento descrito no parágrafo 4º contrariar o interesse público no que diz respeito à ordem, à saúde, à segurança e aos bons costumes poderá a Autoridade de Postura Municipal suspender a validade do alvará até que seja estabelecida a normalidade da atividade licenciada.

SEÇÃO VII

Das disposições gerais

Art. 173. O Chefe do Poder Executivo Municipal expedirá os atos regulamentares necessários à execução deste Código, no que se refere ao TFLIF.

CAPÍTULO IV

Da Taxa de Fiscalização de Anúncio E PROPAGANDA – TFAP

SEÇÃO I

Do Fato Gerador e da Incidência da TFAP

Art. 174. A Taxa de Fiscalização de Anúncio, fundada no poder de polícia do Município, concernente a utilização de seus bens públicos de uso comum, a estética urbana, poluição sonora, tem como fato gerador a fiscalização por ele exercida sobre a utilização e a exploração de anúncio, em observância às normas municipais de posturas relativas ao controle do espaço visual urbano.

§1º. Para efeito do *caput* deste artigo, considera-se anúncio, qualquer instrumento ou forma de comunicação visual, audiovisual ou sonora de mensagens, inclusive aquele que contiver dizeres, ou apenas desenho, sigla, dístico ou logotipo indicativo ou representativo de nome, produto, local ou atividade de pessoa física e jurídica.

§2º. A TFA também é devida para o licenciamento de engenhos de divulgação de propaganda ou publicidade em veículo de aluguel que circulem regularmente no território de Mirassol D'Oeste.

Art. 175. Configura a incidência do Fato Gerador do TFAP:

I – os cartazes, letreiros, programas quadros, painéis, placas, anúncios e mostruários, fixos ou volantes, luminosos ou não, afixados, distribuídos, pintados em paredes, muros, veículos ou calçadas;

II – publicidade escrita e sonora, por qualquer meio;

III – publicidade colocada em terrenos, qualquer que seja o sistema de colocação;

IV – publicidade em veículos de comunicação local;

V – outros meios de anúncio e propagandas definidos em lei própria.

SEÇÃO II

Do sujeito passivo - TFAP

Art. 176. Contribuinte da TFA é a pessoa física ou jurídica que:

I – divulgar anúncio;

II – utilizar a divulgação de anúncios de terceiros; ou

III – for proprietária do meio de divulgação de publicidade.

SEÇÃO III

Da base de cálculo - TFAP

Art. 177. A base de cálculo da taxa será determinada em função da natureza e da modalidade da mensagem transmitida e da área do veículo de divulgação, sendo o seu valor correspondente ao estabelecido na tabela V que integra este código.

SEÇÃO IV

Da Não-Incidência - TFAP

Art. 178. A taxa não incide sobre os anúncios, desde que sem qualquer legenda, dístico ou desenho de valor publicitário:

I - destinados a fins patrióticos e a propaganda de partidos políticos ou de seus candidatos, na forma prevista na legislação eleitoral;

II - no interior de estabelecimentos, divulgando artigos ou serviços neles negociados ou explorados;

III - emblemas de entidades públicas, cartórios, tabeliães, ordens e cultos religiosos, irmandades, asilos, orfanatos, entidades sindicais, ordens ou associações profissionais e representações diplomáticas, quando colocados nas respectivas sedes ou dependências, desde que observada a legislação específica;

IV - emblemas de hospitais, sociedades cooperativas, beneficentes, culturais, esportivas e entidades declaradas de utilidade pública, quando colocados nas respectivas sedes ou dependências, desde que observada a legislação específica;

V - colocados em estabelecimentos de instrução, quando a mensagem fizer referência, exclusivamente, ao ensino ministrado, desde que observada a legislação específica;

VI - as placas ou letreiros que contiverem apenas a denominação do prédio, desde que observada a legislação específica;

VII - que indiquem uso, lotação, capacidade ou quaisquer avisos técnicos elucidativos do emprego ou finalidade da coisa;

VIII - as placas ou letreiros destinados, exclusivamente, à orientação do público;

IX - que recomendem cautela ou indiquem perigo e sejam destinados, exclusivamente, à orientação do público;

X - as placas indicativas de oferta de emprego, afixadas no estabelecimento do empregador;

XI - as placas de profissionais liberais, autônomos ou assemelhados, quando colocadas nas respectivas residências e locais de trabalho e contiverem o nome e a profissão, desde que observada a legislação específica;

XII - de locação ou venda de imóveis, quando colocados no respectivo imóvel, pelo proprietário, desde que observada a legislação específica;

XIII - painel ou tabuleta afixada por determinação legal, no local da obra de construção civil, durante o período de sua execução, desde que contenha as indicações exigidas e as dimensões recomendadas pela legislação própria;

XIV - de afixação obrigatória decorrentes de disposição legal ou regulamentar.

SEÇÃO V

Da base de Cálculo e do Lançamento da TFAP

Art. 179. A base de cálculo da Taxa será determinada em função da natureza do anúncio ou Propaganda, e o seu valor corresponderá ao estabelecido na tabela V que integra este código.

Parágrafo Único - Enquadrando-se o contribuinte em mais de uma modalidade de Anúncio ou Propaganda, deverá ser realizado lançamento conforme forem sendo constituído cada ocorrência.

Art. 180. Para os anúncios e propagandas permanentes o fato gerador ficará configurado em 1º de janeiro de cada ano e será lançada de ofício em conjunto com o alvará de Localização, Instalação e Funcionamento.

Art. 181. Os pedidos de licença pontuais de Anúncio e Propaganda deverão ser lançados por declaração conforme as informações contidas na inscrição do Cadastro Fiscal de Atividades Econômicas.

Art. 182. O Decreto Regulamentar definirá a forma e prazo para o lançamento e o recolhimento da TFAP.

Art. 183. Taxa será lançada com base nos dados fornecidos pelo contribuinte, constatado no local e as características do anúncio e propaganda.

Art. 184. O pedido de licença será instruído com a descrição da posição, da briefing e de outras características do meio de publicidade, de acordo com as instruções e regulamentos respectivos.

§1º. Quando o local em que se pretender fixar o anúncio não for de propriedade do requerente, deverá este juntar ao requerimento a autorização do proprietário

§2º. Ficam os anunciantes obrigados a colocar nos painéis sujeitos à Taxa, um número de identificação fornecido pela repartição competente.

SEÇÃO VI

Das infrações e penalidades

Art. 185. Considera-se infração o descumprimento das obrigações principal ou acessória, prevista neste código, legislação específica ou regulamento do TFAP e poderão ser apuradas mediante procedimento fiscal ficando sujeitas às seguintes multas:

§1º. Pela veiculação do Anúncio e Propaganda sem a respectiva Licença:

Multa: 100% (cem por cento) sobre a taxa devida ou 01 (uma) UFM dos quais o maior;

§2º. Por não recolher a taxa do anúncio ou propaganda permanente.

Multa: 100% (cem por cento) sobre a taxa devida ou 01 (uma) UFM dos quais o maior;

§3º. Quando o contribuinte deixar de atender as exigências legais apontada pela Autoridade de Postura Municipal poderá veiculação do anúncio ou propaganda suspensa até que a irregularidade seja sanada.

§4º. No caso de o anúncio ou propaganda contrariar o interesse público no que diz respeito à ordem, à saúde, à segurança e aos bons costumes poderá a Autoridade de Postura Municipal proibir a veiculação ou exposição dela.

SEÇÃO VII

Das disposições gerais

Art. 186. O Chefe do Poder Executivo Municipal expedirá os atos regulamentares necessários à execução deste Código, no que se refere ao TFAP.

CAPÍTULO V

Da Taxa de Fiscalização de OBRAS E PARCELAMENTO – TFOP

SEÇÃO I

Do Fato Gerador e da Incidência da TFOP

Art. 187. A Taxa de Fiscalização de Obra e Parcelamento – TFOP fundada no poder de polícia do Município, concernente à tranquilidade e bem-estar da população, tem como fato gerador a fiscalização por ele exercida sobre a execução de obra particular, no que diz respeito à construção e reforma de prédio e execução de desmembramento e loteamento de terreno, em observância às normas municipais relativas à disciplina do uso do solo urbano.

§1º. Para efeito do *caput* deste artigo, será considerado dois processos de legalização da realização de obras e parcelamento do solo a saber:

I – procedimento ordinário:

a) Alvara de Aprovação de Projeto (de acordo);

b) Alvará de Execução de Projeto;

c) Alvara de Conclusão (habite-se).

II – procedimento extraordinário;

§2º. A TFOP será aplicada em todas as propriedades localizadas no município de Mirassol D'Oeste quando se tratar de realização de obras e parcelamento primando sempre pelo princípio da proporcionalidade e segurança jurídica, tendo como valor a função social da propriedade e o bem estar da população.

Art. 188. Configura a incidência do Fato Gerador do TFOP:

I – obras de construção civil serão consideradas as seguintes modalidades:

a) Reforma e ampliação de edificação já existente;

b) Demolição parcial ou total de edificação;

c) Construção de edificação nova;

d) Obras e edificações de licenciamento diferenciado

II – obras de construção civil pesadas serão consideradas nas seguintes modalidades:

a) Pontes, vias, servidões e estradas vicinais;

b) Constituição de loteamentos ou parcelamento de solo com mais de 10.000 m2;

c) Usinas termoelétricas, Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) ou outras fontes geradoras de energia;

d) Sistemas de linhas de transmissão de energia elétrica;

e) Unidades Fabris e de distribuição;

f) Condomínio Edílico com dois ou mais pavimentos ou térreos com mais de 10 (dez) unidades autônomas;

g) Unidade de hoteleira;

h) Complexo de abatedouros;

i) Demais construções com mais de 500 m2.

SEÇÃO II

Do sujeito passivo - TFOP

Art. 189. O sujeito passivo da taxa é a pessoa física ou jurídica, proprietária, titular do domínio útil ou possuidora, a qualquer título, do imóvel, sujeita à fiscalização municipal em razão da construção e reforma de prédio ou execução de desmembramento ou loteamento do terreno.

Parágrafo Único. Responde subsidiariamente ao recolhimento da Taxa o profissional técnico responsável pela realização construção e reforma de prédio ou execução de desmembramento ou loteamento do terreno.

SEÇÃO III

Da base de cálculo - TFOP

Art. 190. A base de cálculo da taxa será determinada em função da natureza e da modalidade construção e reforma de prédio ou execução de desmembramento ou loteamento do terreno realizado e do vulto da construção e parcelamento objeto da fiscalização sendo o seu valor correspondente ao estabelecido na tabela VI que integra este código.

SEÇÃO IV

Da Não-Incidência e Isenção - TFOP

Art. 191. Não estão sujeitas ao licenciamento obras e serviços de pequeno impacto urbano quando da execução individual de:

I – Serviço de reparo, pintura e limpeza que não envolva remoção de paredes e pisos;

II – Alteração do interior da edificação que não altere a estrutura da construção;

III – Construção de muro no alinhamento e de divisa;

IV – Construção de cisterna, caixa d'águas, fossa séptica e sistema de captação de água da chuva;

V – Substituição de material de revestimento exterior de parede e piso ou de cobertura ou telhado;

VI – Instalação de geradores elétricos;

VII – Demais serviços de pequeno impacto nos termos de decreto regulamentar.

Art. 192. Estão sujeitas ao licenciamento diferenciado sem a incidência de taxa de obras e edificação, a execução individual de:

I – Construção de piscina, espelho d'água e poço;

II – Cobertura de vaga de garagem;

III – Construção ou cobertura de churrasqueira;

IV – Construção e demolição de obras complementares de, no máximo, 20,00 m² (vinte metros quadrados);

V – Passagem coberta com largura máxima de 3 m (três metros) e sem vedação lateral.

Parágrafo Único. As obras de que trata neste artigo devem ser licenciadas junto a prefeitura independente da não incidência da taxa de Obras e edificações.

Art. 193. Estão isentos do pagamento da TFOP os seguintes licenciamentos:

I – construção de no máximo 60 m2 em terreno cedido pela administração pública para a edificação de casa popular;

II – construções de barracões provisórios destinados à guarda de materiais para obra;

III – construções e reformas de prédios públicos, pela União, Estados e Municípios.

Parágrafo Único. As isenções de que trata este artigo não dispensam a obrigatoriedade de aprovação dos respectivos projetos.

SEÇÃO V

Da base de Cálculo e do Lançamento da TFOP

Art. 194. A base de cálculo da Taxa será determinada em função da natureza do anúncio ou Propaganda, e o seu valor corresponderá ao estabelecido na tabela VI que integra este código.

Parágrafo Único - Enquadrando-se o contribuinte em mais de uma modalidade de Anúncio ou Propaganda, deverá ser realizado lançamento conforme forem sendo constituído cada ocorrência.

Art. 195. O Decreto Regulamentar definirá a forma e prazo para o lançamento e o recolhimento da TFAP.

Art. 196. Taxa será lançada com base nos dados fornecidos pelo contribuinte, constatado no local e as características da obra e parcelamento.

SEÇÃO VI

Das infrações e penalidades

Art. 197. Considera-se infração o descumprimento das obrigações principal ou acessória, prevista neste código, legislação específica ou regulamento do TFOP e poderão ser apuradas mediante procedimento fiscal ficando sujeitas às seguintes multas:

I – Iniciar a obra sem a Aprovação do Projeto pela Administração Pública Municipal.

Multa: 2 UFM's a cada 100m2 e 4 UFM's a cada 100m2 em caso de reincidência.

II – Iniciar a obra sem a expedição do Alvará de Execução de Projeto pela Administração Pública Municipal.

Multa: 2 UFM's a cada 100m2 e 4 UFM's a cada 100m2 em caso de reincidência.

III – Execução de obra sem um profissional habilitado responsável junto a Administração Pública Municipal.

Multa: 4 UFM's por ocorrência e 8 UFM's em caso de reincidência.

IV – Ocupação de edificação sem a expedição de Alvará de Conclusão de Projeto ou similar.

Multa: 1 UFM a cada 100m2 por mês.

V – Não atendimento da determinação do auto de infração de interdição da edificação aplicada ao proprietário.

Multa: 0,25 UFM a cada 100m2 por dia.

VI – Ausência da placa de comunicação da obra.

Multa: 1 UFM a cada 100m2 por mês.

VII – Obra paralisada por mais de 90 dias não comunicada a Administração Pública Municipal.

Multa: 3 UFM por mês interrompido.

VIII – Ausência de comunicação junto a Administração Pública Municipal de contratação de mão de obra terceirizada.

Multa: 1 UFM por cada prestador.

IX – Ausência ou má conservação do calçamento no passeio público localizado em frente ao Alinhamento (frente ou testada) do terreno nos termos da legislação municipal

Multa: 1 UFM por mês.

X – Ausência de tapumes no canteiro de obras das edificações mistas ou não residenciais.

Multa: 1 UFM por mês.

XI – Ocupação de edificação sem o Alvara de Conclusão de Obra ou Alvará de Legalização de edificação.

Multa: 1 UFM por mês para residencial e 2 UFM's por mês para os demais.

XII – Continuidade de obra sem a possibilidade de regulamentação.

Multa: 4 UFM's por mês para residencial e 6 UFM's por mês para os demais, ambos até a plena demolição da edificação e limpeza do entulho.

Art. **198**. As multas serão aplicadas ao proprietário e ao responsável técnico, quando:

I – Não atendimento da determinação do auto de infração de embargo da obra aplicado ao proprietário e ao profissional técnico responsável.

Multa: 0,1 UFM a cada 100m2 por dia.

II - Houver desrespeito à notificação de adequação da obra com um dispositivo legal.

Multa: 1 UFM a cada 100m2 por mês.

III – Deposito de material de construção fora dos limites do terreno sem a devida contenção.

Multa: 2 UFM's por incidência.

IV – Não realização da limpeza das calçadas e logradouros públicos.

Multa: 1 UFM por incidência.

VI – Obstrução das calçadas e logradouros públicos.

Multa: 1 UFM por incidência.

VII – Reincidência em infração punida com advertência.

Multa: 1 UFM por mês/incidência para residencial e 2 UFM's por mês/incidência para os demais.

Art. 199. O lançamento dos valores referentes a infrações cometidas será executado de ofício exclusivamente pelo Agente Público Municipal, e terá sua obrigatoriedade constituída a partir da notificação do sujeito passivo ou do profissional habilitado responsável pela obra.

§1º. São solidários para o recebimento da notificação do auto de infração o proprietário da obra ou edificação bem como o profissional habilitado responsável.

§2º. A notificação do auto de infração deverá ser realizada preferencialmente no local da realização da obra ou em outro endereço indicado pelo sujeito passivo ou profissional habilitado responsável desde que dentro do perímetro urbano do território de Mirassol D'Oeste – MT

§3º. Quando o contribuinte deixar de atender as exigências legais apontada pela Autoridade de Postura Municipal poderá a obra ou parcelamento ser suspensa até que a irregularidade seja sanada.

SEÇÃO VII

Das disposições gerais

Art. 200. O Chefe do Poder Executivo Municipal expedirá os atos regulamentares necessários à execução deste Código, no que se refere ao TFOP.

CAPÍTULO VI

TAXA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL -TLA

SEÇÃO I

Do fato gerador – TLA

Art. 201. A Taxa de Licenciamento Ambiental – TLA tem como fato gerador o exercício do poder de polícia de fiscalização da realização de empreendimentos, obras e atividades consideradas, efetivas ou potencialmente, causadoras de significativo impacto no meio ambiente, em conformidade com as normas ambientais específicas.

Art. 202. Os empreendimentos, obras e as atividades, no Município de Mirassol D'Oeste capazes de produzir impacto ambiental, serão objeto de fiscalização, para adequação às normas específicas, observando-se o disposto na Lei Orgânica do Município e na legislação pertinente, notadamente em relação:

I – ao parcelamento do solo;

II – extrativismo mineral;

III – construção de conjunto habitacional;

IV – instalação de parque industrial;

V – instalação de postos de combustíveis e distribuição de gás;

VI – estabelecimentos voltados para manutenção de veículos;

VII – outras atividades elencadas em Decreto Regulamentar;

SEÇÃO II

Do sujeito passivo – TLA

Art. 203. O contribuinte da TLA é a pessoa física ou jurídica titular do empreendimento, da obra, do estabelecimento ou de qualquer atividade sujeita ao licenciamento ambiental.

SEÇÃO III

Das modalidades de licenciamento ambiental – TLA

Art. 204. Os licenciamentos ambientais no Município de Mirassol D'Oeste estão divididos nos grupos:

I – Licença Ambiental Prévia;

II – Licença Ambiental de Construção e Reforma;

III – Licença Ambiental para Funcionamento;

IV – Licenças Ambientais Gerais.

Parágrafo Único - A Análise da necessidade de Licença Ambiental e o cálculo da do valor da taxa serão estipulados em regulamento.

Art. 205. A licença a ser concedida pelo Município será expedida depois de concluído e aprovado o procedimento no âmbito federal e estadual, quando necessária a manifestação destas esferas administrativas.

Parágrafo Único - Quando a atividade for considerada de baixo risco, nos termos da legislação municipal, caberá ao respectivo órgão licenciador expedir Declaração de Dispensa de Licenciamento Ambiental.

Art. 206. Toda modificação de projeto que impacte no patrão e conceito anteriormente aprovados deverá ser objeto de nova avaliação nos termos do **artigo 202**, sob pena de cassação da Licença ensejando a responsabilidade por eventuais danos causados ao meio ambiente.

SEÇÃO IV

Do lançamento e do recolhimento - TLA

Art. 207. A taxa será devida para cada ato de fiscalização, conforme disposto no Anexo VII do presente código.

Art. 208. O sujeito passivo, ao dar entrada no processo de aprovação ambiental deverá recolher o valor da taxa fazendo constar junto ao processo o comprovante do pagamento.

§1º. O agente de fiscalização, ao analisar o enquadramento utilizado para o recolhimento da taxa por parte do contribuinte, poderá requerer a adequação da solicitação da licença.

§2º. no caso de a adequação da solicitação da licença descrita no §1º implicar em aumento do valor recolhido deverá o contribuinte recolher a diferença antes do deferimento da licença ambiental.

SEÇÃO V

Da isenção do TLA

Art. 209. Estão isentos do pagamento da TLA:

I – a Administração Direta da União, dos Estados e dos Municípios, bem como suas autarquias e fundações;

II – entidades e associações sem fins lucrativos.

Parágrafo Único. A isenção da taxa não dispensa o prévio requerimento para a concessão de licença.

SEÇÃO VI

Das infrações e penalidades

Art. 210. Considera-se infração o descumprimento das obrigações principal ou acessória, prevista neste código, legislação específica ou regulamento do TLA e poderão ser apuradas mediante procedimento fiscal ficando sujeitas às seguintes multas:

I – Iniciar a obra sem a licença ambiental quando obrigatória.

Multa: 2 UFM's a cada 100m2 e 4 UFM's a cada 100m2 em caso de reincidência.

II – Continuidade de obra sem a possibilidade de legalização ambiental.

Multa: 4 UFM's por mês para residencial e 6 UFM's por mês para os demais, ambos até a plena demolição da edificação e limpeza do entulho.

Parágrafo Único. As multas serão aplicadas ao proprietário e ao responsável técnico, quando não for atendido a determinação do auto de infração de embargo da atividade.

Art. 211. Outras punições pecuniárias poderão ser objeto de deliberação quando da promulgação do dispositivo normativo municipal que verse sobre a postura ambiental no município de Mirassol D'oeste.

SEÇÃO VII

Das disposições gerais

Art. 212. O Chefe do Poder Executivo Municipal expedirá os atos regulamentares necessários à execução deste Código, no que se refere ao TFOP

CAPÍTULO VII

Da Taxa de Fiscalização Sanitária – TFS

SEÇÃO I

Do fato gerador do TFS

Art. 213. A Taxa de Fiscalização Sanitária – TFS tem como fato gerador a fiscalização de estabelecimentos e eventos, cujas atividades exercidas necessitem de vigilância sanitária concernente ao controle da saúde, higiene pública e bem-estar da população.

Art. 214. Serão fiscalizados, para fins de expedição do registro sanitário e por ocasião da sua renovação anual, os estabelecimentos industriais, comerciais e de prestação de serviços, relacionados com o consumo humano, os estabelecimentos de serviços de saúde e os estabelecimentos de serviços de interesse da saúde, bem como os sujeitos às ações de vigilância da saúde dos trabalhadores pelos riscos de acidentes de trabalho e doenças profissionais.

Parágrafo Único - Inclui-se na atividade de fiscalização sanitária a inspeção higiênico-sanitária e defesa agropecuária exercida sobre os estabelecimentos rurais, industriais ou entrepostos de produtos de origem animal e vegetal, bem como os produtos de origem animal e vegetal destinados ao consumo humano, que somente poderão funcionar no município após prévio registro e obtenção do certificado de inspeção sanitária.

SEÇÃO II

Do sujeito passivo - TFS

Art. 215. O contribuinte da TFS é a pessoa física ou jurídica que realize a atividade sujeita ao licenciamento sanitário.

SEÇÃO III

Da classificação da autorização sanitária

Art. 216. Os estabelecimentos e atividades licenciados pela vigilância sanitária serão classificados de acordo com o risco sanitário, nos termos do Código Sanitário Municipal e do Decreto Regulamentar.

Parágrafo Único. Para as atividades de caráter eventual sujeitas à vigilância sanitária exigir-se-á licença sanitária especial para eventos.

SEÇÃO IV

Do lançamento e do recolhimento - TFS

Art. 217. A taxa será devida quando da solicitação do Registro Sanitário ou de sua renovação anual e poderá ser requerida a para cada ato de fiscalização, conforme disposto no Anexo VIII do presente código.

Art. 218. Para os casos de Licença Sanitária permanentes o fato gerador ficará configurado em 1º de janeiro de cada ano e será lançada de ofício em conjunto com o alvará de Localização, Instalação e Funcionamento.

Art. 219. Os pedidos de licença pontuais deverão ser lançados por declaração conforme as informações contidas na inscrição do Cadastro Fiscal de Atividades Econômicas.

Art. 220. O Decreto Regulamentar definirá a forma e prazo para o lançamento e o recolhimento da TFS.

Art. 221. Taxa será lançada com base nos dados fornecidos pelo contribuinte, constatado no local e as características do anúncio e propaganda.

Art. 222. O pedido de licença será instruído com a descrição da atividade, de acordo com as instruções e regulamentos respectivos.

SEÇÃO V

Da isenção e não incidência do TFS

Art. 223. Estão isentos do pagamento da TFS a Administração Direta da União, dos Estados e dos Municípios e demais hipóteses previstas em Lei Complementar Federal.

§1º. A isenção da taxa não dispensa o prévio requerimento para a concessão de licença.

§2º. A isenção não se estende a obrigações acessórias e eventuais penalidades pecuniárias por descumprimento a este código ou a legislação sanitária específica.

Art. 224. Nos casos em que a atividade for considerada de baixo risco, nos termos da legislação sanitária municipal, emitir a Declaração de Dispensa de Licença.

SEÇÃO VI

Das infrações e penalidades

Art. 225. Considera-se infração o descumprimento das obrigações principal ou acessória, prevista neste código, legislação específica ou regulamento do TLS e poderão ser apuradas mediante procedimento fiscal ficando sujeitas às seguintes multas:

I – Iniciar atividade sem a licença sanitária quando obrigatória.

Multa: 2 UFM a cada 100m2 e 4 UFM a cada 100m2 em caso de reincidência.

II – Continuidade atividade econômica com explicita proibição pela legislação sanitária após a notificação pela Autoridade Sanitária Municipal:

Multa: 10 UFM por mês para estabelecimentos de pequeno porte e 30 UFM por mês para os demais até a interrupção das atividades.

Parágrafo Único. As multas serão aplicadas ao proprietário e ao responsável técnico, quando não for atendido a determinação do auto de infração de embargo da atividade.

Art. 226. Outras punições pecuniárias poderão ser objeto de deliberação quando da promulgação do dispositivo normativo municipal que verse sobre a postura sanitária no município de Mirassol D'oeste.

SEÇÃO VII

Das disposições gerais

Art. 227. O Chefe do Poder Executivo Municipal expedirá os atos regulamentares necessários à execução deste Código, no que se refere ao TFS

CAPÍTULO VIII

Taxa de Fiscalização e Licenciamento de Uso e

Ocupação de Áreas Públicas– **TFOAP**

SEÇÃO I

Do fato gerador - TUOAP

Art. 228. A Taxa de Uso e Ocupação de Áreas Públicas – TUOAP, fundada no poder de polícia do Município, quanto ao uso dos bens públicos de uso comum e ao ordenamento das atividades urbanas, tem como fato gerador o uso de forma privada de espaços de propriedade pública.

Art. 229. São atividades exploradas em espaços públicos objeto da TUOAP:

I - feiras livres;

II - comércio eventual e ambulante;

III - comércio e prestação de serviços em locais determinados previamente;

IV - exposições, shows, circos, colocação de palanques e similares;

V - atividades recreativas e esportivas;

VI – outras atividades descritas em decreto regulamentar.

Parágrafo Único. Entende-se por espaços público as ruas, alamedas, travessas, galerias, praças, pontes, jardins, becos, passeios, estradas e qualquer caminho aberto ao público.

SEÇÃO II

Do sujeito passivo - TUOAP

Art. 230. O contribuinte da TUOAP é a pessoa física ou jurídica que realize a atividade no espaço público de caráter permanente ou temporário.

SEÇÃO III

Do lançamento e do recolhimento - TUOAP

Art. 231. A taxa será calculada em conformidade com o disposto no Anexo IX do presente código.

Parágrafo Único – O prazo de validade da licença poderá variar desde que atendidos aos requisitos do código de postura municipal, sendo vedada a expedição de licença por tempo indeterminado.

Art. 232. Para as atividades continuadas o fato gerador ficará configurado em 1º de janeiro de cada ano e será lançada de ofício segundo as informações contidas no Cadastro Fiscal de Atividades Econômicas.

Parágrafo Único – A TUOAP também será lançada de ofício, quando se verificar que:

I – o contribuinte deixou de efetuar o seu pagamento no início de suas atividades;

II – o agente do Fisco verificar elementos distintos e correspondentes a valor superior ao que serviu de base ao lançamento da referida TUOAP;

III – alteração no endereço do estabelecimento.

Art. 233. Em nenhuma hipótese a Licença poderá ser concedida por período superior a 1 (um) ano devendo ser renovada a cada exercício financeiro.

Art. 234. Os pedidos de licença para atividades temporárias de prestação de serviço de qualquer natureza, serão acompanhados da competente ficha de inscrição do Cadastro Fiscal de Atividades Econômicas.

Art. 235. O Decreto Regulamentar definirá a forma e prazo para o lançamento e o recolhimento da TUOAP.

Art. 236. Far-se-á o pagamento da taxa antes da expedição do alvará, para o início de atividade em comércio eventual e ambulante;

Parágrafo Único - No caso de renovação de licença para ocupação da área pública o sujeito passivo deverá recolher a TUOAP.

SEÇÃO IV

Da isenção e não incidência do TUOAP

Art. 237. São isentos da taxa:

I - atividade de caráter religioso, educativo ou filantrópico, de interesse coletivo, desde que não haja qualquer finalidade lucrativa e não veicule marcas de empresas comerciais ou produtos;

II - o vendedor ambulante desde que instalado nos locais determinados pela Prefeitura

III - o vendedor de artigos de artesanato doméstico e arte popular de sua própria fabricação sem auxílio de empregado, desde que instalado nos locais determinados pela Prefeitura;

IV - as Organizações Não Governamentais, sem fins lucrativos, declaradas de Utilidade Pública.

V – As ações sociais voltadas para o bem-estar da sociedade sem fins lucrativos.

Parágrafo Único. Fica o Poder Executivo autorizado a conceder isenção da taxa a eventos culturais ou desportivos apoiados institucionalmente pelo poder executivo municipal.

SEÇÃO V

Das infrações e penalidades

Art. 238. Considera-se infração o descumprimento das obrigações principal ou acessória, prevista neste código, legislação específica ou regulamento do TUOAP e poderão ser apuradas mediante procedimento fiscal ficando sujeitas às seguintes multas:

I – ocupação de área pública sem a autorização espedida pelo poder público.

Multa: 0,5 UFM a cada 10m2 e 1 UFM em caso de reincidência.

II – permanência na área pública mesmo após a notificação do agente de postura:

Multa: 3 UFM’s por mês para áreas de até 50m2 e 10 UFM’s por mês para os demais, ambos até a plena demolição da edificação e limpeza do entulho.

Parágrafo Único. O auto de infração de embargo da atividade deverá identificar o ocupante da área pública.

Art. 239. Outras punições pecuniárias poderão ser objeto de deliberação quando da promulgação do dispositivo normativo municipal que verse sobre a postura ambiental no município de Mirassol D’oeste.

SEÇÃO VI

Das disposições gerais

Art. 240. O Chefe do Poder Executivo Municipal expedirá os atos regulamentares necessários à execução deste Código, no que se refere ao TUOAP

CAPÍTULO IX

Taxa para Fiscalização de Obras em Espaços Públicos – **TFOEP**

SEÇÃO I

Do fato gerador - TFOEP

Art. 241. A Taxa para Fiscalização de Obras em Espaços Públicos – TFOEP, fundada no poder de polícia do Município, tem como fato gerador a Fiscalização de obras de particulares em espaços públicos visando a saúde, a ordem e a mobilidade urbana.

Art. 242. São atividades exploradas em espaços públicos objeto da TFOEP:

I – instalação de postes e cabeamento;

II – interdição de passeio público para a realização de obras em propriedade privada;

III – ligações de serviços em concessão;

IV – deslocamento de grandes volumes;

V – interdição de vias públicas por qualquer outro motivo.

VI – outras atividades descritas em decreto regulamentar.

Parágrafo Único. Entende-se por espaços público as ruas, alamedas, travessas, galerias, praças, pontes, jardins, becos, passeios, estradas e qualquer caminho aberto ao público.

SEÇÃO II

Do sujeito passivo - TFOEP

Art. 243. O contribuinte da TFOEP é a pessoa física ou jurídica que realize a atividade no espaço público obrigatoriamente em caráter temporário.

SEÇÃO III

Do lançamento e do recolhimento - TFOEP

Art. 244. A taxa será calculada em conformidade com o disposto no Anexo X do presente código.

Parágrafo Único – O prazo de validade da licença não poderá ultrapassar 30 (trinta) dias.

Art. 245. A TFOEP também será lançada de ofício, quando se verificar que:

I – o contribuinte deixou de efetuar o seu pagamento no início de suas atividades;

II – o agente do Fisco verificar elementos distintos e correspondentes a valor superior ao que serviu de base ao lançamento da referida TFOEP;

Art. 246. Os pedidos de licença para a intervenção nos espaços públicos serão acompanhados da competente ficha de inscrição do Cadastro Fiscal de Atividades Econômicas.

Art. 247. O Decreto Regulamentar definirá a forma e prazo para o lançamento e o recolhimento da TFOEP.

Art. 248. Far-se-á o pagamento da taxa antes da expedição do alvará, para o início de atividade em comércio eventual e ambulante;

SEÇÃO IV

Da isenção e não incidência do TFOEP

Art. 249. São isentos da taxa:

I – obras realizadas pela administração pública municipal ou por empresa contratada por esta;

II – obra emergencial necessária para restabelecer serviço concessionário essencial.

Parágrafo único. Fica o Poder Executivo autorizado a conceder isenção da taxa quando se configurar o interesse público.

SEÇÃO V

Das infrações e penalidades

Art. 250. Considera-se infração o descumprimento das obrigações principal ou acessória, prevista neste código, legislação específica ou regulamento do TFOEP e poderão ser apuradas mediante procedimento fiscal ficando sujeitas às seguintes multas:

I – Iniciar a obra em áreas públicas sem a licença.

Multa: 1 UFM para intervenções de pequeno porte e 2 UFM’s para grandes intervenções.

II – Continuidade de obra em áreas públicas mesmo após a notificação.

Multa: 10 UFM’s para intervenções de pequeno porte e 20 UFM’s para grandes intervenções, por mês.

Parágrafo Único. As multas serão aplicadas ao titular da obra e ao responsável técnico, quando não for atendido a determinação do auto de infração de embargo da atividade.

Art. 251. Outras punições pecuniárias poderão ser objeto de deliberação quando da promulgação do dispositivo normativo municipal que verse sobre a postura ambiental no município de Mirassol D’oeste.

SEÇÃO VI

Das disposições gerais

Art. 252. O Chefe do Poder Executivo Municipal expedirá os atos regulamentares necessários à execução deste Código, no que se refere ao TFOEP

CAPÍTULO X

Taxa de Fiscalização e Licenciamento de Serviços Concessionários - ACSP

SEÇÃO ÚNICA

Do fato gerador - ACSP

Art. 253. A Taxa para Fiscalização e licenciamento de serviços concessionários - ACSP, fundada no poder de polícia do Município, tem como fato gerador a concessão ao particular para o exercício de atividade de serviço público dentro do território do município.

Art. 254. São atividades tidas como objeto do Alvará de Concessão para o exercício de Serviços Públicos:

I – serviços de transporte de passageiro municipal;

II – serviços de tratamento de resíduos hospitalares, construção, poda e de consumo;

III – outras atividades descritas em decreto regulamentar.

Parágrafo Único. Os valores da ACSP estão descriminados no anexo XI.

Art. 255. Por iniciativa do Poder Executivo Municipal, deverão ser editadas leis especificas para a instituição e o acompanhamento de cada serviço entregue em concessão, devendo para tanto ser utilizado o presente Código Tributário Municipal para subsidiar a cobrança dos Alvarás de Concessão.

CAPÍTULO XI

Taxa de Fiscalização e Licenciamento de Ambulantes - TFLA

SEÇÃO ÚNICA

Do fato gerador - TFLA

Art. 256. A Taxa para Fiscalização e Licenciamento de Ambulantes – TFLA fundada no poder de polícia do Município, concernente ao ordem pública, tem como fato gerador a fiscalização das atividades econômicas de atendimento ao público sem um endereço de estabelecimento fixo e contínuo, em observância à legislação do uso e ocupação do solo urbano, às normas municipais de posturas relativas à ordem pública.

Art. 257. Nenhuma pessoa, Física ou Jurídica, ainda que sem um endereço fixo, poderá exercer atividades econômicas sem comunicar a Administração Tributária Municipal.

Art. 258. Por iniciativa do Poder Executivo Municipal, a Licença concedida a Ambulantes – TFLA deverá ser objeto de dispositivo normativo específico com aplicação subsidiária do presente Código Tributário Municipal a cobrança dos Alvarás de Funcionamento.

CAPÍTULO XII

Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos Domiciliares – TCRSD;

SEÇÃO I

Do Fato Gerador e da Base de Cálculo - TCRSD

Art. 259. Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos Domiciliares – TRSD tem como fato gerador a utilização potencial dos serviços divisíveis de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos domiciliares de caráter obrigatória prestados em regime público.

§1º. Para fins desta Lei são considerados resíduos domiciliares:

I - os resíduos sólidos comuns originários de residência;

II - os resíduos sólidos comuns de estabelecimentos públicos, institucionais, de prestação de serviços, comerciais e industriais, caracterizados como **NÃO PERIGOSOS** pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

§2º. A utilização potencial dos serviços de que trata este artigo ocorre no momento de sua colocação, à disposição dos usuários, para fruição.

§3º. Os proprietários, possuidores ou titulares de estabelecimentos públicos, institucionais, de prestação de serviços, comerciais e industriais, entre outros, exceto residenciais, geradores de resíduos sólidos em volume superior definidos em regulamento terão o serviço público de coleta de lixo regulamentado por Lei específica de iniciativa do poder executivo.

Art. 260. A base de cálculo da Taxa é o custo dos serviços a ser rateado entre os contribuintes, e será determinada por meio de Lei Específica de competência do poder executivo.

Parágrafo Único. A taxa TCRSD terá como data do seu fato gerador:

I - o primeiro dia do ano;

II – a data da emissão da certidão de HABITE-SE da edificação nova, ou;

III – Na data da emissão do alvará de construção, alvará de ambulante ou alvará de uso de áreas públicas;

Seção II

Do Contribuinte -TCRSD

Art. 261. O contribuinte da TCRSD é o proprietário, o titular do domínio útil, o possuidor, a qualquer título da unidade imobiliária edificada com acesso à via ou logradouro público;

Art. 262. Incide a taxa TCRSD sobre imóveis não residenciais do tipo especial para efeito de aplicação desta Lei, os hotéis, apart-hotéis, motéis, hospitais, escolas e restaurantes e semelhantes.

Art. 263. Também incide a taxa TCRSD sobreas atividades econômicas desenvolvidas por particulares em propriedades e espaços públicos.

Seção IV

Do Lançamento e do Pagamento

Art. 264. O lançamento da Taxa será procedido anualmente, em nome do contribuinte, na forma e nos prazos regulamentares, nos termos do regulamento.

Parágrafo Único. A Taxa terá o valor por Lei de iniciativa do poder executivo municipal.

Art. 265. A Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos Domiciliares – TRSD poderá ser paga:

I – Em parcela única ou parcelado no mesmo documento de arrecadação do IPTU por solicitação do contribuinte, ou;

II – Em doze parcelas por meio do documento de arrecadação da tarifa de Água e Esgoto.

Art. 266. O Chefe do Poder Executivo Municipal expedirá os atos regulamentares necessários à execução deste Código, no que se refere ao TRSD

CAPÍTULO XIII

DAS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

SEÇÃO ÚNCA

Da Taxa de Serviços Diversos – TSD

Art. 267. A Taxa de Serviços Diversos – TSD tem como fato gerador a prestação de serviços pela Administração Pública municipal referente a:

I – depósito e liberação de bens apreendidos;

II – numeração de unidades imobiliárias;

III – cemitérios;

IV – apoio a eventos particulares;

V – Programa de atenção ao produtor rural com o fornecimento de maquinário e mão de obra municipal;

VI – outras atividades elencadas em regulamento;

Parágrafo Único. São contribuintes da TSD:

I - na hipótese do inciso I, o proprietário, possuidor que requeira ou promova a liberação;

II - a funerária ou o requerente da prestação dos serviços relacionados com cemitérios;

III - na hipótese do inciso IV, a pessoa física ou jurídica que solicitar o deslocamento de equipe de agentes de trânsito para garantir a segurança e fluidez do trânsito viário durante o evento;

IV - na hipótese do inciso V, o produtor rural que requerer os serviços;

Art. 268. Ficam isentos da TSD os órgãos e as pessoas jurídicas da Administração Direta da União, dos Estado e do Município e a Câmara Municipal de Mirassol D'Oeste.

Art. 269. A TSD será calculada e lançada de acordo com o Anexo XII deste Código.

Art. 270. O lançamento da TSD será feito em nome do contribuinte e o seu recolhimento efetuado em cota única, anteriormente à execução do serviço.

Seção II

Das outras disposições

Art. 271. Por iniciativa do Poder Executivo Municipal, poderá ser proposto dispositivo normativo específico instituído outros serviços de interesse públicos a serem custeados pelos próprios tomadores dos serviços com aplicação subsidiária do presente Código Tributário Municipal para a respectiva cobrança da Taxa de Serviços Diversos – TSD.

CAPÍTULO XIV

Da Taxa de Expediente – TE

SEÇÃO ÚNICA

Do fato gerador - TE

Art. 272. A Taxa de Expediente - TE tem como fato gerador:

I – a análise, despacho, autenticação e arquivamento pelas autoridades municipais de documentos nas repartições do Município;

II – a lavratura de atos em geral, inclusive inscrição em cadastro, emissões de guias para pagamento de tributos, termos, contratos, declarações;

III – outros atos realizados previstos em regulamento.

Parágrafo Único - O contribuinte da TE é a pessoa física ou jurídica que requerer ato administrativo.

Art. 273. A TE será calculada e lançada de acordo com o Anexo XIII deste Código.

§ 1º. O lançamento da TE será feito em nome do contribuinte e o seu recolhimento efetuado em cota única, anteriormente à execução do serviço.

§ 2º. Ficam isentos da TE os órgãos e as pessoas jurídicas da Administração Direta da União, dos Estados e dos Municípios e a Câmara Municipal de Mirassol D'Oeste bem como de suas autarquias e fundações.

Art. 274. O Chefe do Poder Executivo Municipal expedirá os atos regulamentares necessários à execução deste Código, no que se refere a Taxa de Expediente – TE.

CAPÍTULO XV

DO PAGAMENTO DAS TAXAS

SEÇÃO ÚNICA

Dos termos do pagamento

Art. 275. O sujeito passivo deverá recolher, nas condições e nos prazos regulamentares, as Taxas descritas no presente código ou de acordo com as respectivas Leis.

Art. 276. É facultado ao Fisco, tendo em vista as peculiaridades de cada taxa, adotar forma diversa de recolhimento, determinando que este se faça antecipadamente, sazonalmente, prestação por prestação, ou por estimativa em relação aos serviços de cada mês.

Art. 277. A prova de quitação do tributo será indispensável para que a Administração Tributária Municipal possa espedir o respectivo alvará nos termos dos respectivos regulamentos.

Art. 278. Nos casos de atraso do pagamento da renovação dos Alvarás ou na quitação da cobrança de multa por violação a qualquer dispositivo previsto neste código ou nos respectivos dispositivos de postura, sujeitará o contribuinte à multa de:

I - 4% (quatro por cento) sobre o valor de cada cota, acrescido de correção monetária para o pagamento com até 01 (um) mês de vencimento;

I - 8% (oito por cento) sobre o valor de cada cota, acrescido de correção monetária para o pagamento com até 02 (dois) meses de vencimento;

I - 12% (doze por cento) sobre o valor de cada cota, acrescido de correção monetária para o pagamento com acima de 02 (dois) meses de vencimento;

§1º. Os créditos tributários referidos neste artigo serão ainda acrescidos de mais 1% (um por cento) de juros, por mês ou fração de mês que se seguir ao término do exercício vencido.

§2º. O crédito tributário, inclusive o decorrente de multas, terá o seu valor atualizado, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro índice que por lei municipal vier a substituí-lo, exceto quando garantido pelo depósito do seu montante integral.

TÍTULO VI

DAS CONTRIBUIÇÕES

CAPÍTULO I

DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - CM

SEÇÃO I

Do Fato Gerador - CM

Art. 279. A contribuição de melhoria poderá ser instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

Art. 280. A lei relativa à contribuição de melhoria observará os seguintes requisitos mínimos:

I - publicação prévia dos seguintes elementos:

a) memorial descritivo do projeto;

b) orçamento do custo da obra;

c) determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição;

d) delimitação da zona beneficiada;

e) determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda a zona ou para cada uma das áreas diferenciadas, nela contidas;

II - fixação de prazo não inferior a 30 (trinta) dias, para impugnação pelos interessados, de qualquer dos elementos referidos no inciso anterior;

III - regulamentação do processo administrativo de instrução e julgamento da impugnação a que se refere o inciso anterior, sem prejuízo da sua apreciação judicial.

§1º. A contribuição relativa a cada imóvel será determinada pelo rateio da parcela do custo da obra a que se refere a alínea c, do inciso I, pelos imóveis situados na zona beneficiada em função dos respectivos fatores individuais de valorização.

§2º. Por ocasião do respectivo lançamento, cada contribuinte deverá ser notificado do montante da contribuição, da forma e dos prazos de seu pagamento e dos elementos que integram o respectivo cálculo.

SEÇÃO II

Do sujeito passivo - CM

Art. 281. O sujeito passivo da Contribuição de Melhoria é o proprietário, titular do domínio útil ou o possuidor, a qualquer título, do imóvel beneficiado por obra pública.

Art. 282. As obras públicas que justifiquem a cobrança da Contribuição de Melhoria enquadrar-se-ão em dois programas:

I - ordinário, quando referente a obras preferenciais e de iniciativa da própria Administração;

II - extraordinário, quando referente a obra pública de maior interesse geral, solicitada por, pelo menos 2/3 (dois terços), dos proprietários de imóveis da área de influência.

Parágrafo Único – poderão ser objeto da Contribuição de melhoria:

I - abertura, construção e alargamento de vias e logradouros públicos, inclusive estradas, pontes, viadutos, calçadas e meio-fio;

II - nivelamento, retificação, pavimentação, impermeabilização de vias e logradouros públicos, bem como a instalação de esgotos pluviais ou sanitários;

III - serviços gerais de urbanização, arborização, ajardinamento, aterros, construção e ampliação de parque e campos de esporte e embelezamento em geral;

IV – instalação de sistemas de esgotos pluviais ou sanitários, de água potável, de rede de energia elétrica para distribuição domiciliar ou iluminação pública, de telefonia e de suprimento de gás;

V – proteção contra secas, inundação, ressacas, erosões, drenagens, saneamento em geral, retificação e regularização de cursos d'água, diques, cais, irrigação;

VI – construção de funiculares ou ascensores;

VII – instalações de comodidades públicas;

VIII – construção de aeródromos e aeroportos;

IX - quaisquer outras obras públicas de que também decorra valorização imobiliária.

Art. 283. A contribuição de melhoria será calculada levando-se em conta a despesa realizada com a obra pública, que será rateada entre os imóveis beneficiados, proporcionalmente ao valor venal de cada imóvel.

§1°. A contribuição de melhoria não poderá ser exigida em quantia superior à despesa realizada com obra pública.

§2°. A despesa corresponderá ao custo da obra tal como constante da lei que instituir a Contribuição de Melhoria.

SEÇÃO II

Da base de cálculo

Art. 284. A base de cálculo da Contribuição de melhoria é o custo da obra, limite global de ressarcimento, sobre o qual serão aplicados percentuais diferenciados em função da valorização de cada imóvel, limite individual de ressarcimento.

§1°. Para efeito de cálculo da Contribuição de Melhoria, o custo final de obra será distribuído entre os contribuintes proporcionalmente e tomar-se-á por base a testada ou área, do terreno constante do Cadastro Fiscal Imobiliário.

§2°. No custo final da obra serão computadas as despesas globais realizadas, incluindo as de estudos, projetos, fiscalizações, desapropriações, indenizações, execuções, reajustes e demais investimentos imprescindíveis à obra pública.

SEÇÃO III

Do lançamento do tributo

Art. 285. Para lançamento da Contribuição de Melhoria a repartição competente será obrigada a publicar previamente, em conjunto ou isoladamente, os seguintes elementos:

I - memorial descritivo do projeto;

II - orçamento do custo da obra;

III - determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição;

IV - delimitação da zona beneficiada, com a relação dos imóveis nela compreendidos;

V - o valor a ser pago pelo proprietário.

§1º. O proprietário terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação, para impugnar quaisquer dos elementos acima referidos, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

§2º. A impugnação deverá ser dirigida à repartição competente através de petição, que servirá para início do processo administrativo o qual seguirá a tramitação prevista na parte geral deste Código.

§3º. Os requerimentos de impugnação, de reclamação, bem como qualquer recurso administrativo não suspenderão o início ou prosseguimento das obras, nem obstarão a Administração na prática dos atos necessários ao lançamento do tributo.

§4º. Fica o Executivo Municipal autorizado a constituir comissão municipal com a finalidade de, em função da obra, delimitar a zona de benefício, bem como constatar a real valorização de cada imóvel.

Art. 286. Terminada a obra, o contribuinte será notificado para o pagamento da contribuição de melhoria que poderá ser feito em cota única ou parcelado nos termos do Decreto Regulamentar.

§1º. A notificação conterá o montante da contribuição, a forma e prazos de pagamento e os elementos que integram o respectivo cálculo, além dos demais elementos que lhe são próprios.

§2º. Para efeito de lançamento da Contribuição de Melhoria considerará como uma só propriedade às áreas contíguas de um mesmo proprietário, ainda que provenientes de títulos diversos.

§3º. - Quando houver condomínio, quer de simples terreno, quer de terreno e edificação, a contribuição será lançada em nome de todos os condôminos, que serão responsáveis na proporção de suas quotas.

CAPÍTULO II

DA CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - **CIP**

SEÇÃO I

Do Fato Gerador

Art. 287. A Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - CIP tem como fato gerador utilização efetiva ou potencial dos serviços de iluminação pública, neles compreendidos a elaboração de projeto, a implantação, expansão, operação, manutenção, melhoramentos e eficiência energética do Sistema de iluminação pública, bem como a iluminação das vias, logradouros e bens públicos municipais.

Parágrafo Único - A incidência da CIP independe do local de instalação dos equipamentos públicos e das luminárias.

SEÇÃO II

Do Contribuinte da CIP

Art. 288. O contribuinte da CIP é o consumidor de energia elétrica, pessoa física ou jurídica, proprietário, titular do domínio útil, locatário, comodatário ou possuidor, a qualquer título, de imóvel cadastrado junto à concessionária, distribuidora de energia elétrica.

Art. 289. Entende-se como consumo de energia elétrica o consumo ativo, o consumo reativo excedente, demanda ativa e demanda excedente.

Art. 290. Tanto a base como a alíquota da cobrança da contribuição serão tratadas em lei específica.

Art. 291. É responsável pelo recolhimento da CIP, a empresa concessionária e/ou geradora e distribuidora do serviço de energia elétrica, devendo recolher o montante devido no prazo previsto no Calendário Fiscal do Município de Mirassol D'Oeste.

Parágrafo único - A empresa concessionária deverá cobrar a Contribuição na fatura de consumo de energia elétrica.

SEÇÃO III

Do Lançamento e do Pagamento

Art. 292. O lançamento da CIP será efetuado por homologação, devendo ser realizado mensalmente, e o recolhimento será feito pela concessionária, nos termos e prazos fixados em Regulamento.

SEÇÃO III

Das Isenções

Art. 293. São isentos da CIP os órgãos da administração direta municipal, suas autarquias e fundações e empresas públicas

Parágrafo Único: A lei especifica poderá elencar novas hipóteses de isenções.

SEÇÃO IV

Da Disposição Final a COSIP

Art. 294. O Chefe do Poder Executivo Municipal expedirá os atos regulamentares necessários à execução deste Código, no que se refere à CIP.

LIVRO II

PARTE GERAL

TÍTULO I

DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

SEÇÃO I

Disposição Preliminar

Art. 295. A expressão "legislação tributária municipal" compreende as leis, os decretos e as normas complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributos do Município de Mirassol D'Oeste e as relações jurídicas a eles pertinentes.

I - os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas;

II - as decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa, a que a lei atribua eficácia normativa;

III - as práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas;

IV - os convênios que entre si celebrem a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

SEÇÃO II

Leis e Decretos regulamentares

Art. 296. Somente a lei pode estabelecer:

I - a instituição de tributos, ou a sua extinção;

II - a majoração de tributos, ou sua redução;

III - a definição do fato gerador da obrigação tributária principal, e do seu sujeito passivo;

IV - a fixação de alíquota do tributo e da sua base de cálculo;

V - a cominação de penalidades para as ações ou omissões contrárias a seus dispositivos, ou para outras infrações nela definidas;

VI - as hipóteses de exclusão, suspensão e extinção de créditos tributários, ou de dispensa ou redução de penalidades.

§1º. Equipara-se à majoração do tributo a modificação da sua base de cálculo, que importe em torná-lo mais oneroso.

§2º. Não constitui majoração de tributo, para os fins do disposto no inciso II deste artigo, a atualização do valor monetário da respectiva base de cálculo.

Art. 297. O conteúdo e o alcance dos decretos restringem-se aos das leis em função das quais sejam expedidos, determinados com observância das regras de interpretação estabelecidas nesta Lei.

Parágrafo Único. Por meio de decreto o Chefe do Poder Executivo Municipal poderá atualizar a base de cálculo dos tributos, fixando valores, conforme autorização pela legislação tributária.

SEÇÃO III

Normas Complementares

Art. 298. São normas complementares das leis e dos decretos:

I - os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas;

II - as decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa, a que a lei atribua eficácia normativa;

III - as práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas;

IV - os convênios que entre si celebrem a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

Parágrafo Único. A observância das normas referidas neste artigo exclui a imposição de penalidades, a cobrança de juros de mora e a atualização do valor monetário da base de cálculo do tributo.

CAPÍTULO II

Vigência da Legislação Tributária

Art. 299. A vigência, no espaço e no tempo, da legislação tributária rege-se pelas disposições legais aplicáveis às normas jurídicas em geral, ressalvado o previsto neste Capítulo.

Art. 300. A legislação tributária do Município de Mirassol D'Oeste vigora, fora dos seus respectivos territórios, por meio de convênios de que participem, ou outras leis de normas gerais expedidas pela União.

Art. 301. Salvo disposição em contrário, entram em vigor:

I - os atos administrativos a que se refere o inciso I do artigo **298**, na data da sua publicação;

II - as decisões a que se refere o inciso II do artigo **298**, quanto a seus efeitos normativos, 30 (trinta) dias após a data da sua publicação;

III - os convênios a que se refere o inciso IV do artigo **298**, na data neles prevista.

Art. 302. Se a lei não dispuser de forma contraria e respeitando a anterioridade nonagesimal, entram em vigor no primeiro dia do exercício seguinte àquele em que ocorra a sua publicação os dispositivos de lei, referentes a impostos sobre o patrimônio ou a renda:

I - que instituem ou majoram tais impostos;

II - que definem novas hipóteses de incidência;

III - que extinguem ou reduzem isenções, salvo se a lei dispuser de maneira mais favorável ao contribuinte, e observado o disposto no artigo 331.

CAPÍTULO III

Aplicação da Legislação Tributária

Art. 303. A legislação tributária aplica-se imediatamente aos fatos geradores futuros e aos pendentes, assim entendidos aqueles cuja ocorrência tenha tido início, mas não esteja completa nos termos do artigo **314**.

Art. 304. A lei aplica-se a ato ou fato pretérito:

I - em qualquer caso, quando seja expressamente interpretativa, excluída a aplicação de penalidade à infração dos dispositivos interpretados;

II - tratando-se de ato não definitivamente julgado:

a) quando deixe de defini-lo como infração;

b) quando deixe de tratá-lo como contrário a qualquer exigência de ação ou omissão, desde que não tenha sido fraudulento e não tenha implicado em falta de pagamento de tributo;

c) quando lhe comine penalidade menos severa que a prevista na lei vigente ao tempo da sua prática.

CAPÍTULO IV

Interpretação e Integração da Legislação Tributária

Art. 305. A legislação tributária será interpretada conforme o disposto neste Capítulo.

Art. 306. Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará sucessivamente, na ordem indicada:

I - a analogia;

II - os princípios gerais de direito tributário;

III - os princípios gerais de direito público;

IV - a equidade.

§1º. O emprego da analogia não poderá resultar na exigência de tributo não previsto em lei.

§2º O emprego da equidade não poderá resultar na dispensa do pagamento de tributo devido.

Art. 307. Os princípios gerais de direito privado utilizam-se para pesquisa da definição, do conteúdo e do alcance de seus institutos, conceitos e formas, mas não para definição dos respectivos efeitos tributários.

Art. 308. A lei tributária do Município de Mirassol D'Oeste não pode alterar a definição, o conteúdo e o alcance de institutos, conceitos e formas de direito privado, utilizados, expressa ou implicitamente, pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica de Mirassol D'Oeste para definir ou limitar competências tributárias.

Art. 309. Interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre:

I - suspensão ou exclusão do crédito tributário;

II - outorga de isenção;

III - dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Art. 310. A lei tributária que define infrações, ou lhe comina penalidades, interpreta-se da maneira mais favorável ao acusado, em caso de dúvida quanto:

I - à capitulação legal do fato;

II - à natureza ou às circunstâncias materiais do fato, ou à natureza ou extensão dos seus efeitos;

III - à autoria, imputabilidade ou punibilidade;

IV - à natureza da penalidade aplicável, ou à sua graduação.

TÍTULO II

OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 311. A obrigação tributária é principal ou acessória.

§1º. A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.

§2º. A obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.

§3º. A obrigação acessória, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.

CAPÍTULO II

Fato Gerador

Art. 312. Fato gerador da obrigação principal é a situação definida neste Código Tributário como necessária e suficiente à sua ocorrência.

Art. 313. Fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.

Art. 314. Salvo disposição de lei em contrário, considera-se ocorrido o fato gerador e existentes os seus efeitos:

I - tratando-se de situação de fato, desde o momento em que o se verifiquem as circunstâncias materiais necessárias a que produza os efeitos que normalmente lhe são próprios;

II - tratando-se de situação jurídica, desde o momento em que esteja definitivamente constituída, nos termos de direito aplicável.

Parágrafo Único. A autoridade administrativa poderá desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária, observados os procedimentos a serem estabelecidos em lei ordinária.

Art. 315. Para os efeitos do inciso II do artigo anterior e salvo disposição de lei em contrário, os atos ou negócios jurídicos condicionais reputam-se perfeitos e acabados:

I - sendo suspensiva a condição, desde o momento de seu implemento;

II - sendo resolutória a condição, desde o momento da prática do ato ou da celebração do negócio.

Art. 316. A definição legal do fato gerador é interpretada abstraindo-se:

I - da validade jurídica dos atos efetivamente praticados pelos contribuintes, responsáveis, ou terceiros, bem como da natureza do seu objeto ou dos seus efeitos;

II - dos efeitos dos fatos efetivamente ocorridos.

CAPÍTULO III

Sujeito Ativo

Art. 317. Na qualidade de sujeito ativo da obrigação tributária, o Município de Mirassol D'Oeste é a pessoa jurídica de direito público titular da competência para lançar, cobrar, fiscalizar e arrecadar os tributos especificados neste Código e nas leis a ele subsequentes.

§ 1º. A competência tributária é indelegável, salvo a atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida a outra pessoa jurídica de direito público.

§ 2º. Não constitui delegação de competência o cometimento a pessoas de direito privado do encargo ou função de arrecadar tributos.

CAPÍTULO IV

Sujeito Passivo

SEÇÃO I

Disposições Gerais

Art. 318. Sujeito passivo da obrigação principal é a pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária.

Parágrafo Único. O sujeito passivo da obrigação principal diz-se:

I - contribuinte, quando tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador;

II - responsável, quando, sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorra de disposição expressa de lei.

Art. 319. Sujeito passivo da obrigação acessória é a pessoa obrigada às prestações que constituam o seu objeto.

Art. 320. Salvo disposições de lei em contrário, as convenções particulares, relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos, não podem ser opostas à Fazenda Pública, para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes.

SEÇÃO II

Solidariedade

Art. 321. São solidariamente obrigadas:

I - as pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal;

II - as pessoas expressamente designadas por este código

Parágrafo Único. A solidariedade referida neste artigo não comporta benefício de ordem.

Art. 322. Salvo disposição de lei em contrário, são os seguintes os efeitos da solidariedade:

I - o pagamento efetuado por um dos obrigados aproveita aos demais;

II - a isenção ou remissão de crédito exonera todos os obrigados, salvo se outorgada pessoalmente a um deles, subsistindo, nesse caso, a solidariedade quanto aos demais pelo saldo;

III - a interrupção da prescrição, em favor ou contra um dos obrigados, favorece ou prejudica aos demais.

SEÇÃO III

Capacidade Tributária

Art. 323. A capacidade tributária passiva independe:

I - da capacidade civil das pessoas naturais;

II - de achar-se a pessoa natural sujeita a medidas que importem privação ou limitação do exercício de atividades civis, comerciais ou profissionais, ou da administração direta de seus bens ou negócios;

III - de estar a pessoa jurídica regularmente constituída, bastando que configure uma unidade econômica ou profissional.

SEÇÃO IV

Domicílio Tributário

Art. 324. O sujeito passivo no ato de sua inscrição nos cadastros de contribuintes da Secretaria Municipal da Finanças de Mirassol D'Oeste lhe será facultado escolher o seu domicílio tributário, assim entendido o lugar onde desenvolve sua atividade econômica.

§1º. Na falta de eleição, pelo contribuinte ou responsável, de domicílio tributário, na forma da legislação aplicável, considera-se como tal:

I - quanto às pessoas naturais, a sua residência habitual, ou, sendo esta incerta ou desconhecida, o centro habitual de sua atividade;

II - quanto às pessoas jurídicas de direito privado ou às firmas individuais, o lugar da sua sede, ou, em relação aos atos ou fatos que derem origem à obrigação, o de cada estabelecimento;

III - quanto às pessoas jurídicas de direito público, qualquer de suas repartições no território da entidade tributante.

§2º. Quando não couber a aplicação das regras fixadas em qualquer dos incisos deste artigo, considerar-se-á como domicílio tributário do contribuinte ou responsável o lugar da situação dos bens ou da ocorrência dos atos ou fatos que deram origem à obrigação.

§3º. A autoridade administrativa pode recusar o domicílio eleito, quando impossibilite ou dificulte a arrecadação ou a fiscalização do tributo, aplicando-se então a regra do parágrafo anterior.

Art. 325. Uma vez que o contribuinte determine seu domicílio tributário, este se obriga a comunicar à repartição fazendária, dentro de 20 (vinte) dias, contados a partir da data da ocorrência, a mudança do endereço.

Art. 326. Salvo disposições em contrário, considera-se estabelecimento o local, construído ou não, onde o contribuinte exercer atividade geradora da obrigação tributária, ainda que pertencente a terceiro.

§1º. Todos os estabelecimentos do mesmo titular são considerados em conjunto, para efeito de responder a empresa pelos débitos, acréscimos, multas, correção monetária e juros referentes a qualquer deles.

§2º. O titular do estabelecimento é responsável pelo cumprimento de todas as obrigações principais e acessórias que este Código atribui ao estabelecimento.

CAPÍTULO V

Responsabilidade Tributária

SEÇÃO I

Disposição Geral

Art. 327. Sem prejuízo do disposto neste capítulo, este código atribuirá de modo expresso a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação.

SEÇÃO II

Responsabilidade dos Sucessores

Art. 328. O disposto nesta Seção aplica-se por igual aos créditos tributários definitivamente constituídos ou em curso de constituição à data dos atos nela referidos, e aos constituídos posteriormente aos mesmos atos, desde que relativos a obrigações tributárias surgidas até a referida data.

Art. 329. Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, sub-rogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação.

Parágrafo Único. No caso de arrematação em hasta pública, a sub-rogação ocorre sobre o respectivo preço.

Art. 330. São pessoalmente responsáveis:

I - o adquirente ou remitente, pelos tributos relativos aos bens adquiridos ou remidos;

II - o sucessor a qualquer título e o cônjuge meeiro, pelos tributos devidos pelo de cujus até a data da partilha ou adjudicação, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão do legado ou da meação;

III - o espólio, pelos tributos devidos pelo de cujus até a data da abertura da sucessão.

Art. 331. A pessoa jurídica de direito privado que resultar de fusão, transformação ou incorporação de outra ou em outra é responsável pelos tributos devidos até a data do ato pelas pessoas jurídicas de direito privado fusionadas, transformadas ou incorporadas.

Parágrafo Único. O disposto neste artigo aplica-se aos casos de extinção de pessoas jurídicas de direito privado, quando a exploração da respectiva atividade seja continuada por qualquer sócio remanescente, ou seu espólio, sob a mesma ou outra razão social, ou sob firma individual.

Art. 332. A pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional, e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, responde pelos tributos, relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, devidos até à data do ato:

I - integralmente, se o alienante cessar a exploração do comércio, indústria ou atividade;

II - subsidiariamente com o alienante, se este prosseguir na exploração ou iniciar dentro de seis meses a contar da data da alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria ou profissão.

§1º. O disposto no **caput** deste artigo não se aplica na hipótese de alienação judicial:

I – em processo de falência;

II – de filial ou unidade produtiva isolada, em processo de recuperação judicial.

§2º. Não se aplica o disposto no § 1o deste artigo quando o adquirente for:

I – sócio da sociedade falida ou em recuperação judicial, ou sociedade controlada pelo devedor falido ou em recuperação judicial;

II – parente, em linha reta ou colateral até o 4o (quarto) grau, consanguíneo ou afim, do devedor falido ou em recuperação judicial ou de qualquer de seus sócios; ou

III – identificado como agente do falido ou do devedor em recuperação judicial com o objetivo de fraudar a sucessão tributária.

§3º. Em processo da falência, o produto da alienação judicial de empresa, filial ou unidade produtiva isolada permanecerá em conta de depósito à disposição do juízo de falência pelo prazo de 1 (um) ano, contado da data de alienação, somente podendo ser utilizado para o pagamento de créditos extra concursais ou de créditos que preferem ao tributário.

SEÇÃO III

Responsabilidade de Terceiros

Art. 333. Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem solidariamente com este nos atos em que intervierem ou pelas omissões de que forem responsáveis:

I - os pais, pelos tributos devidos por seus filhos menores;

II - os tutores e curadores, pelos tributos devidos por seus tutelados ou curatelados;

III - os administradores de bens de terceiros, pelos tributos devidos por estes;

IV - o inventariante, pelos tributos devidos pelo espólio;

V - o síndico e o comissário, pelos tributos devidos pela massa falida ou pelo concordatário;

VI - os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, pelos tributos devidos sobre os atos praticados por eles, ou perante eles, em razão do seu ofício;

VII - os sócios, no caso de liquidação de sociedade de pessoas.

Parágrafo Único. O disposto neste artigo só se aplica, em matéria de penalidades, às de caráter moratório.

Art. 334. São pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos:

I - as pessoas referidas no artigo anterior;

II - os mandatários, prepostos e empregados;

III - os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado.

SEÇÃO IV

Responsabilidade por Infrações

Art. 335. Salvo disposição de lei em contrário, a responsabilidade por infrações da legislação tributária independe da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.

Art. 336. A responsabilidade é pessoal ao agente:

I - quanto às infrações conceituadas por lei como crimes ou contravenções, salvo quando praticadas no exercício regular de administração, mandato, função, cargo ou emprego, ou no cumprimento de ordem expressa emitida por quem de direito;

II - quanto às infrações em cuja definição o dolo específico do agente seja elementar;

III - quanto às infrações que decorram direta e exclusivamente de dolo específico:

a) das pessoas referidas no artigo 333, contra aquelas por quem respondem;

b) dos mandatários, prepostos ou empregados, contra seus mandantes, preponentes ou empregadores;

c) dos diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado, contra estas.

Art. 337. A responsabilidade é excluída pela denúncia espontânea da infração, acompanhada:

I - do pagamento do tributo devido e dos juros de mora; ou

II - do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração.

Parágrafo Único. Não se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, relacionados com a infração.

TÍTULO III

Crédito Tributário

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Art. 338. O crédito tributário decorre da obrigação principal e tem a mesma natureza desta.

Art. 339. As circunstâncias que modificam o crédito tributário, sua extensão ou seus efeitos, ou as garantias ou os privilégios a ele atribuídos, ou que excluem sua exigibilidade não afetam a obrigação tributária que lhe deu origem.

Art. 340. O crédito tributário regularmente constituído somente se modifica ou extingue, ou tem sua exigibilidade suspensa ou excluída, nos casos previstos nesta Lei, fora dos quais não podem ser dispensadas, sob pena de responsabilidade funcional na forma da lei, a sua efetivação ou as respectivas garantias.

CAPÍTULO II

Constituição de Crédito Tributário

SEÇÃO I

Lançamento

Art. 341. Compete privativamente à autoridade administrativa de Mirassol D'Oeste constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível.

Parágrafo Único. A atividade administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.

Art. 342. Salvo disposição de lei em contrário, quando o valor tributário esteja expresso em moeda estrangeira, no lançamento far-se-á sua conversão em moeda nacional ao câmbio do dia da ocorrência do fato gerador da obrigação.

Art. 343. O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.

§1º. Aplica-se ao lançamento a legislação que, posteriormente à ocorrência do fato gerador da obrigação, tenha instituído novos critérios de apuração ou processos de fiscalização, ampliado os poderes de investigação das autoridades administrativas, ou outorgado ao crédito maiores garantias ou privilégios, exceto, neste último caso, para o efeito de atribuir responsabilidade tributária a terceiros.

§2º O disposto neste artigo não se aplica aos impostos lançados por períodos certos de tempo, desde que a respectiva lei fixe expressamente a data em que o fato gerador se considera ocorrido.

Art. 344. O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo só pode ser alterado em virtude de:

I - impugnação do sujeito passivo;

II - recurso de ofício;

III - iniciativa de ofício da autoridade administrativa, nos casos previstos no artigo **348**.

Art. 345. A modificação introduzida, de ofício ou em consequência de decisão administrativa ou judicial, nos critérios jurídicos adotados pela autoridade administrativa no exercício do lançamento somente pode ser efetivada, em relação a um mesmo sujeito passivo, quanto a fato gerador ocorrido posteriormente à sua introdução.

SEÇÃO II

Modalidades de Lançamento

Art. 346. O lançamento é efetuado com base na declaração do sujeito passivo ou de terceiros, quando um ou outro, na forma da legislação tributária, presta à autoridade administrativa informações sobre matéria de fato, indispensáveis à sua efetivação.

§1º. A retificação da declaração por iniciativa do próprio declarante, quando vise a reduzir ou a excluir tributo, só é admissível mediante comprovação do erro em que se funde, e antes de notificado o lançamento.

§2º. Os erros contidos na declaração e apuráveis pelo seu exame serão retificados de ofício pela autoridade administrativa a que competir a revisão daquela.

Art. 347. Quando o cálculo do tributo tenha por base, ou tome em consideração, o valor ou o preço de bens, direitos, serviços ou atos jurídicos, a autoridade lançadora, mediante processo regular, arbitrará aquele valor ou preço, sempre que sejam omissos ou não mereçam fé as declarações ou os esclarecimentos prestados, ou os documentos expedidos pelo sujeito passivo ou pelo terceiro legalmente obrigado, ressalvada, em caso de contestação, avaliação contraditória, administrativa ou judicial.

Art. 348. O lançamento é efetuado e revisto de ofício pela autoridade administrativa nos seguintes casos:

I - quando a lei assim o determine;

II - quando a declaração não seja prestada, por quem de direito, no prazo e na forma da legislação tributária;

III - quando a pessoa legalmente obrigada, embora tenha prestado declaração nos termos do inciso anterior, deixe de atender, no prazo e na forma da legislação tributária, a pedido de esclarecimento formulado pela autoridade administrativa, recuse-se a prestá-lo ou não o preste satisfatoriamente, a juízo daquela autoridade;

IV - quando se comprove falsidade, erro ou omissão quanto a qualquer elemento definido na legislação tributária como sendo de declaração obrigatória;

V - quando se comprove omissão ou inexatidão, por parte da pessoa legalmente obrigada, no exercício da atividade a que se refere o artigo seguinte;

VI - quando se comprove ação ou omissão do sujeito passivo, ou de terceiro legalmente obrigado, que dê lugar à aplicação de penalidade pecuniária;

VII - quando se comprove que o sujeito passivo, ou terceiro em benefício daquele, agiu com dolo, fraude ou simulação;

VIII - quando deva ser apreciado fato não conhecido ou não provado por ocasião do lançamento anterior;

IX - quando se comprove que, no lançamento anterior, ocorreu fraude ou falta funcional da autoridade que o efetuou, ou omissão, pela mesma autoridade, de ato ou formalidade especial.

Parágrafo Único. A revisão do lançamento só pode ser iniciada enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública.

Art. 349. O lançamento por homologação, que ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa, opera-se pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente a homologa.

§1º O pagamento antecipado pelo obrigado nos termos deste artigo extingue o crédito, sob condição resolutória da ulterior homologação ao lançamento.

§2º Não influem sobre a obrigação tributária quaisquer atos anteriores à homologação, praticados pelo sujeito passivo ou por terceiro, visando à extinção total ou parcial do crédito.

§3º Os atos a que se refere o parágrafo anterior serão, porém, considerados na apuração do saldo porventura devido e, sendo o caso, na imposição de penalidade, ou sua graduação.

§4º Se a lei não fixar prazo a homologação, será ele de cinco anos, a contar da ocorrência do fato gerador; expirado esse prazo sem que a Fazenda Pública se tenha pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.

Art. 350. A notificação do lançamento ao sujeito passivo, será realizada, preferencialmente por meio eletrônico, através do Domicílio Tributário Eletrônico – DTE ou por meio de correio eletrônico previamente cadastrado na central de atendimento ao contribuinte na sede da Prefeitura de Mirassol D'Oeste.

§1º. O sujeito passivo deverá cadastrar um login e senha ou um endereço de correio eletrônico para o recebimento de notificações na sede da Prefeitura de Mirassol D'Oeste

§2º. Presume-se notificado ou intimado contribuinte na data em que efetivada a consulta eletrônica ao teor da comunicação efetuada por meio do Domicílio Tributário Eletrônico - DTE ou quando decorridos 05 (cinco) dias do envio do correio eletrônico.

§3º. A notificação poderá ser feita na pessoa do representante legal, do procurador do contribuinte ou responsável substituto, desde que devidamente cadastrado junto a Administração Tributária Municipal.

§4º. Diante da impossibilidade de realizar a notificação por meio do correio eletrônico a Administração Tributária Municipal poderá promover a notificação por meio de agente da Fazenda Pública, pelo Correio, por quem legalmente esteja autorizado a fazê-lo ou por meio de publicação de edital quando todas as alternativas se frustrarem.

§5º. Considerará a notificação entregue:

I – no 1º dia útil após a postagem;

II – no ato da entrega quando realizada por agente da Administração Pública Municipal;

III – no ato do comparecimento pessoal do contribuinte junto a administração Pública Municipal;

III – 05 (cinco) dias após a postagem dos correios;

IV – no dia seguinte à publicação do edital no Diário Oficial do Município.

§6º. Para a realização da notificação não caberá benefício de ordem dos sujeitos cadastrado.

Subseção I **Do arbitramento**

Art. 351. A Administração Tributária procederá ao arbitramento da base de cálculo dos tributos, quando ocorrer qualquer uma das seguintes hipóteses:

I - o contribuinte não estiver inscrito no Cadastro Mobiliário Tributário ou não possuir livros fiscais de utilização obrigatória ou se estes não estiverem com sua escrituração atualizada;

II - o contribuinte, depois de intimado, deixar de exibir os livros fiscais de utilização obrigatória;

III - fundada suspeita de que os valores declarados pelo contribuinte sejam notoriamente inferiores ao corrente no mercado;

IV - flagrante diferença entre os valores declarados ou escriturados e os sinais exteriores do potencial econômico do bem ou da atividade;

V - ações ou procedimentos praticados com dolo, fraude ou simulação;

VI - insuficiência de informações ou restrições intrínsecas, decorrentes das características do bem ou da atividade, que dificultem seu enquadramento em padrões usuais de apuração do valor econômico da matéria tributável.

Art. 352. O arbitramento deverá ser promovido nos termos do Regulamento.

Art. 353. O arbitramento do preço dos serviços não exonera o contribuinte da imposição das penalidades cabíveis, quando for o caso.

Subseção II **Da estimativa**

Art. 354. A Administração Tributária poderá, por ato normativo próprio, fixar o valor do imposto por estimativa:

I - quando se tratar de atividade em caráter temporário;

II - quando se tratar de contribuinte de rudimentar organização;

III - quando o contribuinte não tiver condições de emitir documentos fiscais;

IV - quando se tratar de contribuinte ou grupo de contribuintes cuja espécie, modalidade ou volume de negócios ou de atividades aconselhar, a critério exclusivo da Administração Tributária, tratamento tributário específico.

Parágrafo Único. No caso do inciso I deste artigo, consideram-se de caráter temporário as atividades cujo exercício esteja vinculado a fatores ou acontecimentos ocasionais ou excepcionais.

Art. 355. A autoridade tributária que estabelecer o valor do imposto por estimativa levará em consideração:

I - o tempo de duração e a natureza específica da atividade;

II - o preço corrente dos serviços;

III - o local onde se estabelece o contribuinte;

IV - o montante das receitas e das despesas operacionais do contribuinte em períodos anteriores e sua comparação com as de outros contribuintes que exerçam atividade semelhante.

Art. 356. O valor do imposto por estimativa será devido mensalmente, e revisto e atualizado em 31 de dezembro de cada exercício.

Art. 357. A Administração Tributária poderá rever os valores estimados, a qualquer tempo, quando verificar que a estimativa inicial foi incorreta ou que o volume ou a modalidade dos serviços se tenha alterado de forma substancial.

Art. 358. A Administração Tributária poderá suspender o regime de estimativa mesmo antes do final do exercício, seja de modo geral ou individual, seja quanto a qualquer categoria de estabelecimentos, grupos ou setores de atividades, quando não mais prevalecerem as condições que originaram o enquadramento.

Art. 359. Os contribuintes abrangidos pelo regime de estimativa poderão, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência do ato respectivo, apresentar reclamação contra o valor estimado.

CAPÍTULO III

SUSPENÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

SEÇÃO I

Disposições Gerais

Art. 360. Suspendem a exigibilidade do crédito tributário:

I - moratória;

II - o depósito do seu montante integral;

III - as reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo;

IV - a concessão de medida liminar em mandado de segurança.

V – a concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial;

VI – o parcelamento.

Parágrafo Único. O disposto neste artigo não dispensa o cumprimento das obrigações assessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja suspenso, ou dela consequentes.

SEÇÃO II

Da moratória

Art. 361. A moratória somente pode ser concedida:

I - em caráter geral por lei de iniciativa exclusiva do chefe do poder executivo municipal;

II - em caráter individual, por despacho da autoridade administrativa, desde que autorizada por lei nas condições do inciso anterior.

Parágrafo Único. A lei concessiva de moratória pode circunscrever expressamente a sua aplicabilidade à determinada região do território de Mirassol D'Oeste, ou a determinada classe ou categoria de sujeitos passivos.

Art. 362. A lei que conceda moratória em caráter geral ou autorize sua concessão em caráter individual especificará, sem prejuízo de outros requisitos:

I - o prazo de duração do favor;

II - as condições da concessão do favor em caráter individual;

III - sendo caso:

a) os tributos a que se aplica;

b) o número de prestações e seus vencimentos, dentro do prazo a que se refere o inciso I, podendo atribuir a fixação de uns e de outros à autoridade administrativa, para cada caso de concessão em caráter individual;

c) as garantias que devem ser fornecidas pelo beneficiado no caso de concessão em caráter individual.

Art. 363. A moratória somente abrange os créditos definitivamente constituídos à data da lei ou do despacho que a conceder, ou cujo lançamento já tenha sido iniciado àquela data por ato regularmente notificado ao sujeito passivo.

Parágrafo Único. A moratória não aproveita aos casos de dolo, fraude ou simulação do sujeito passivo ou do terceiro em benefício daquele.

Art. 364. A concessão da moratória em caráter individual não gera direito adquirido e será revogada de ofício, sempre que se apure que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumprira ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão do favor, cobrando-se o crédito acrescido de juros de mora:

I - com imposição da penalidade cabível, nos casos de dolo ou simulação do beneficiado, ou de terceiros em benefício daquele;

II - sem imposição de penalidade, nos demais casos.

§1º. No caso do inciso I deste artigo, o tempo decorrido entre a concessão da moratória e sua revogação não se computa para efeito da prescrição do direito à cobrança do crédito; no caso do inciso II deste artigo, a revogação só pode ocorrer antes de prescrito o referido direito.

§2º. Se a lei não dispuser de modo diverso, os juros de mora são calculados à taxa de 1% (um por cento) ao mês.

SEÇÃO III

Do parcelamento.

Art. 365. O parcelamento será concedido na forma e condição estabelecidas em lei específica.

§1º. Salvo disposição de lei em contrário, o parcelamento do crédito tributário não exclui a incidência de juros e multas.

§2º. Aplicam-se, subsidiariamente, ao parcelamento as disposições deste código, relativas à moratória.

§3º. Lei específica disporá sobre as condições de parcelamento dos créditos tributários do devedor em recuperação judicial.

§4º. A inexistência da lei específica a que se refere o § 3o deste artigo importa na aplicação das leis gerais de parcelamento do Município de Mirassol D'Oeste ao devedor em recuperação judicial, não podendo, neste caso, ser o prazo de parcelamento inferior ao concedido pela lei federal específica.

CAPÍTULO IV

EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

SEÇÃO I

Modalidades de Extinção

Art. 366. Extinguem o crédito tributário:

I – o pagamento;

II – a compensação;

III – a transação;

IV – a remissão;

V – a prescrição e a decadência;

VI – a conversão de depósito em renda;

VII – o pagamento antecipado e a homologação do lançamento nos termos do disposto no artigo **349** e seus §§ 1º e 4º;

VIII - a consignação em pagamento, nos termos do disposto no § 2º do artigo **296**;

IX - a decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa, que não mais possa ser objeto de ação anulatória;

X - a decisão judicial transitada em julgado.

XI – a dação em pagamento em bens imóveis, na forma e condições estabelecidas em lei.

Parágrafo Único. A lei disporá quanto aos efeitos da extinção total ou parcial do crédito sobre a ulterior verificação da irregularidade da sua constituição, observado o disposto nos artigos **343** e **348**.

SEÇÃO II

Pagamento

Art. 367. A imposição de penalidade não ilide o pagamento integral do crédito tributário.

Art. 368 O pagamento de um crédito não importa em presunção de pagamento:

I - quando parcial, das prestações em que se decomponha;

II - quando total, de outros créditos referentes ao mesmo ou a outros tributos.

Art. 369. Quando a legislação tributária não dispuser a respeito, o pagamento é efetuado na repartição competente do domicílio do sujeito passivo.

Art. 370. Quando a legislação tributária não fixar o tempo do pagamento, o vencimento do crédito ocorre trinta dias depois da data em que se considera o sujeito passivo notificado do lançamento.

Parágrafo Único. A legislação tributária pode conceder desconto pela antecipação do pagamento, nas condições que estabeleça.

Art. 371. O crédito não integralmente pago no vencimento é acrescido de juros de mora, seja qual for o motivo determinante da falta, sem prejuízo da imposição das penalidades cabíveis e da aplicação de quaisquer medidas de garantia previstas nesta Lei ou em lei tributária.

§1º. Se a lei não dispuser de modo diverso, os juros de mora são calculados à taxa de 1% (um por cento) ao mês.

§2º. O disposto neste artigo não se aplica na pendência de consulta formulada pelo devedor dentro do prazo legal para pagamento do crédito.

Art. 372. O pagamento é efetuado:

I – em moeda corrente,

II – cheque, sendo extinto o crédito apenas após a compensação;

Parágrafo Único – A legislação tributária pode determinar as garantias exigidas para o pagamento por cheque, desde que não o torne impossível ou mais oneroso que o pagamento em moeda corrente.

Art. 373. Existindo simultaneamente dois ou mais débitos vencidos do mesmo sujeito passivo para com a mesma pessoa jurídica de direito público, relativos ao mesmo ou a diferentes tributos ou provenientes de penalidade pecuniária ou juros de mora, a autoridade administrativa competente para receber o pagamento determinará a respectiva imputação, obedecidas as seguintes regras, na ordem em que enumeradas:

I - em primeiro lugar, aos débitos por obrigação própria, e em segundo lugar aos decorrentes de responsabilidade tributária;

II - primeiramente, às contribuições de melhoria, depois às taxas e pôr fim aos impostos;

III - na ordem crescente dos prazos de prescrição;

IV - na ordem decrescente dos montantes.

SEÇÃO III

Da Consignação em Pagamento

Art. 374. A importância de crédito tributário pode ser consignada judicialmente pelo sujeito passivo, nos casos:

I - de recusa de recebimento, ou subordinação deste ao pagamento de outro tributo ou de penalidade, ou ao cumprimento de obrigação acessória;

II - de subordinação do recebimento ao cumprimento de exigências administrativas sem fundamento legal;

III - de exigência, por mais de uma pessoa jurídica de direito público, de tributo idêntico sobre um mesmo fato gerador.

§1º. A consignação só pode versar sobre o crédito que o consignante se propõe pagar.

§2º. Julgada procedente a consignação, o pagamento se reputa efetuado e a importância consignada é convertida em renda; julgada improcedente a consignação no todo ou em parte, cobra-se o crédito acrescido de juros de mora, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

SEÇÃO IV

Pagamento Indevido

Art. 375. O sujeito passivo tem direito, independentemente de prévio protesto, à restituição total ou parcial do tributo, seja qual for a modalidade do seu pagamento, nos seguintes casos:

I – cobrança ou pagamento espontâneo de tributo indevido ou maior que o devido em face da legislação tributária aplicável, ou da natureza ou circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido;

II – erro na edificação do sujeito passivo, na determinação da alíquota aplicável, no cálculo do montante do débito ou na elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento;

III - reforma, anulação, revogação ou rescisão de decisão condenatória.

Art. 376. A restituição de tributos que comportem, por sua natureza, transferência do respectivo encargo financeiro somente será feita a quem prove haver assumido o referido encargo, ou, no caso de tê-lo transferido a terceiro, estar por este expressamente autorizado a recebê-la.

Art. 377. A restituição total ou parcial do tributo dá lugar à restituição, na mesma proporção, dos juros de mora e das penalidades pecuniárias, salvo as referentes a infrações de caráter formal não prejudicadas pela causa da restituição.

Parágrafo Único. A restituição vence juros não capitalizáveis, a partir do trânsito em julgado da decisão definitiva que a determinar.

Art. 378. O direito de pleitear a restituição extingue-se com o decurso do prazo de 5 (cinco) anos, contados:

I - nas hipótese dos incisos I e II do artigo **375**, da data da extinção do crédito tributário;

II - na hipótese do inciso III do artigo **375**, da data em que se tornar definitiva a decisão administrativa ou passar em julgado a decisão judicial que tenha reformado, anulado, revogado ou rescindido a decisão condenatória.

§1º. Prescreve em dois anos a ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição.

§2º. O prazo de prescrição é interrompido pelo início da ação judicial, recomeçando o seu curso, por metade, a partir da data da intimação validamente feita ao representante judicial da Fazenda Pública interessada.

SEÇÃO V

Da compensação

Art. 379. Cabe ao Chefe do Poder Executivo Municipal de Mirassol D'Oeste autorizar a compensação de créditos tributários com créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos, do sujeito passivo contra a Fazenda Municipal.

Parágrafo Único. Sendo vincendo o crédito do sujeito passivo a que se refere o *caput* deste artigo, o seu montante será apurado com redução correspondente aos juros de 1% (um por cento) ao mês ou fração, pelo tempo que decorrer entre a data da compensação e a do vencimento.

Art. 380. É vedada a compensação mediante o aproveitamento de tributo, objeto de contestação judicial pelo sujeito passivo, antes do trânsito em julgado da respectiva decisão judicial.

SEÇÃO VI

Da transação

Art. 381. Fica o Secretário Municipal de Fazenda autorizado, sob condições e garantias especiais, efetuar transação, judicial e extrajudicial, com o sujeito passivo de obrigação tributária para, mediante concessões mútuas, resguardados os interesses municipais, terminar litígio e extinguir o crédito tributário, nos termos do Decreto Regulamentar.

§1º. Para a realização da transação o Secretário Municipal de Finanças deverá consultar a procuradoria do município para emissão de parecer em cada caso.

§2º. Para a realização da transação é necessária devida fundamentação da motivação, em processo regular próprio, caso a caso, demonstrando o interesse da Administração no fim da lide, não podendo a discricionariedade atingir o objeto principal do crédito tributário atualizado, limitando-se à dispensa, parcial ou total, dos acréscimos legais referentes à multa de infração, multa de mora, juros e encargos da dívida ativa.

§3º. A transação a que se refere este artigo será autorizada pelo Secretário Municipal de Fazenda, quando se tratar de transação judicial, em parecer fundamentado quando:

I - o montante do tributo tenha sido fixado por estimativa ou arbitramento;

II - a incidência ou o critério de cálculo do tributo for matéria controvertida;

III - a demora na solução normal do litígio seja onerosa ou temerária ao Município.

SEÇÃO VII

Da remissão

Art. 382. Quando autorizado por lei o Chefe do poder executo poderá autorizar, por despacho fundamentado, remissão total ou parcial do crédito tributário, atendendo:

I - à situação econômica do sujeito passivo;

II - ao erro ou ignorância excursáveis do sujeito passivo, quanto à matéria de fato;

III - à diminuta importância do crédito tributário;

IV - a considerações de equidade, em relação com as características pessoais ou materiais do caso;

V - a condições peculiares a determinada região do território da entidade tributante.

Parágrafo Único. O despacho referido neste artigo não gera direito adquirido, podendo ser revisto de ofício sempre que apure que o beneficiado não satisfaça ou deixou de satisfazer nos termos do artigo **362**.

SEÇÃO VIII

Da prescrição e decadência

Art. 383. O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos, contados:

I - do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado;

II - da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado.

Parágrafo Único. O direito a que se refere este artigo extingue-se definitivamente com o decurso do prazo nele previsto, contado da data em que tenha sido iniciada a constituição do crédito tributário pela notificação, ao sujeito passivo, de qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento.

Art. 384. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em 5 (cinco) anos, contados da data da sua constituição definitiva.

Parágrafo Único. A prescrição se interrompe:

I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal;

II - pelo protesto judicial;

III - por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor;

IV - por qualquer ato inequívoco ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor.

SEÇÃO IX

Da conversão de depósito em renda;

Art. 385. Extingue o crédito tributário a conversão, em renda, de depósito em dinheiro realizado pelo sujeito passivo, devendo saldo apurado:

I – a maior, restituído ao sujeito passivo de ofício; ou

II – a menor, cobrado a diferença por meio de intimação ao contribuinte.

CAPÍTULO V

Exclusão de Crédito Tributário

SEÇÃO I

Disposições Gerais

Art. 386. Excluem o crédito tributário:

I - a isenção;

II - a anistia.

Parágrafo único. A exclusão do crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído, ou dela consequente.

SEÇÃO II

Isenção

Art. 387. A isenção, ainda quando prevista em contrato, é sempre decorrente de lei que especifique as condições e requisitos exigidos para a sua concessão, os tributos a que se aplica e, sendo caso, o prazo de sua duração.

Parágrafo único. A isenção pode ser restrita a determinada região do território da entidade tributante, em função de condições a ela peculiares.

Art. 388. Salvo disposição de lei em contrário, a isenção não é extensiva:

I - às taxas e às contribuições de melhoria;

II - aos tributos instituídos posteriormente à sua concessão.

Art. 389. A isenção, salvo se concedida por prazo certo e em função de determinadas condições, pode ser revogada ou modificada por lei, a qualquer tempo, observado o disposto no inciso III do art. **302**.

Art. 390. A isenção, quando não concedida em caráter geral, é efetivada, em cada caso, por despacho da autoridade administrativa, em requerimento com o qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei ou contrato para sua concessão.

§1º. Tratando-se de tributo lançado por certo de tempo, o despacho referido neste artigo será renovado antes da expiração de cada período, cessando automaticamente os seus efeitos a partir do primeiro dia do período para o qual o interessado deixar de promover a continuidade do reconhecimento da isenção.

§2º. O despacho referido neste artigo não gera direito adquirido, aplicando-se, quando cabível, o disposto no artigo **364**.

SEÇÃO III

Anistia

Art. 391. A anistia abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede, não se aplicando:

I - aos atos qualificados em lei como crimes ou contravenções e aos que, mesmo sem essa qualificação, sejam praticados com dolo, fraude ou simulação pelo sujeito passivo ou por terceiro em benefício daquele;

II - salvo disposição em contrário, às infrações resultantes de conluio entre duas ou mais pessoas naturais ou jurídicas.

Art. 392. A anistia pode ser concedida:

I - em caráter geral;

II - limitadamente:

a) às infrações da legislação relativa a determinado tributo;

b) às infrações punidas com penalidades pecuniárias até determinado montante, conjugadas ou não com penalidades de outra natureza;

c) a determinada região do território da entidade tributante, em função de condições a ela peculiares;

d) sob condição do pagamento de tributo no prazo fixado pela lei que a conceder, ou cuja fixação seja atribuída pela mesma lei à autoridade administrativa.

Art. 393. A anistia, quando não concedida em caráter geral, é efetivada, em cada caso, por despacho da autoridade administrativa, em requerimento com a qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei para sua concessão.

Parágrafo Único. O despacho referido neste artigo não gera direito adquirido, aplicando-se, quando cabível, o disposto no artigo **364**.

CAPÍTULO VI

GARANTIA E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

SEÇÃO I

Disposições Gerais

Art. 394. A enumeração das garantias atribuídas neste Capítulo ao crédito tributário não exclui outras que sejam expressamente previstas em lei, em função da natureza ou das características do tributo a que se refiram.

Parágrafo Único. A natureza das garantias atribuídas ao crédito tributário não altera a natureza deste nem a da obrigação tributária a que corresponda.

Art. 395. Sem prejuízo dos privilégios especiais sobre determinados bens, que sejam previstos em lei, responde pelo pagamento do crédito tributário a totalidade dos bens e das rendas, de qualquer origem ou natureza, do sujeito passivo, seu espólio ou sua massa falida, inclusive os gravados por ônus real ou cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade, seja qual for a data da constituição do ônus ou da cláusula, excetuados unicamente os bens e rendas que a lei declare absolutamente impenhoráveis.

Art. 396. Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa.

Parágrafo Único. O disposto neste artigo não se aplica na hipótese de terem sido reservados, pelo devedor, bens ou rendas suficientes ao total pagamento da dívida inscrita

Art. 397. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial.

§1º. A indisponibilidade de que trata o caput deste artigo limitar-se-á ao valor total exigível, devendo o juiz determinar o imediato levantamento da indisponibilidade dos bens ou valores que excederem esse limite.

§2º. Os órgãos e entidades aos quais se fizer a comunicação de que trata o caputdeste artigo enviarão imediatamente ao juízo a relação discriminada dos bens e direitos cuja indisponibilidade houverem promovido.

SEÇÃO II

Preferências

Art. 398. O crédito tributário prefere a qualquer outro, seja qual for sua natureza ou o tempo de sua constituição, ressalvados os créditos decorrentes da legislação do trabalho ou do acidente de trabalho.

Parágrafo Único. Na falência:

I – o crédito tributário não prefere aos créditos extra concursais ou às importâncias passíveis de restituição, nos termos da lei falimentar, nem aos créditos com garantia real, no limite do valor do bem gravado;

II – a lei poderá estabelecer limites e condições para a preferência dos créditos decorrentes da legislação do trabalho; e

III – a multa tributária prefere apenas aos créditos subordinados.

Art. 399. A cobrança judicial do crédito tributário não é sujeita a concurso de credores ou habilitação em falência, recuperação judicial, concordata, inventário ou arrolamento.

Parágrafo Único. O concurso de preferência somente se verifica entre pessoas jurídicas de direito público, na seguinte ordem:

I - União;

II - Estados, Distrito Federal e Territórios, conjuntamente e pró rata;

III - Municípios, conjuntamente e pró rata.

Art. 400. São extra concursais os créditos tributários decorrentes de fatos geradores ocorridos no curso do processo de falência.

§1º. Contestado o crédito tributário, o juiz remeterá as partes ao processo competente, mandando reservar bens suficientes à extinção total do crédito e seus acrescidos, se a massa não puder efetuar a garantia da instância por outra forma, ouvido, quanto à natureza e valor dos bens reservados, o representante da Fazenda Pública de Mirassol D'Oeste.

§2º. O disposto neste artigo aplica-se aos processos recuperação judicial e extrajudicial.

Art. 401. São pagos preferencialmente a quaisquer créditos habilitados em inventário ou arrolamento, ou a outros encargos do monte, os créditos tributários vencidos ou vincendos, a cargo do de cujus ou de seu espólio, exigíveis no decurso do processo de inventário ou arrolamento.

Parágrafo Único. Contestado o crédito tributário, proceder-se-á na forma do disposto no § 1º do artigo anterior.

Art. 402. São pagos preferencialmente a quaisquer outros os créditos tributários vencidos ou vincendos, a cargo de pessoas jurídicas de direito privado em liquidação judicial ou voluntária, exigíveis no decurso da liquidação.

Art. 403. A extinção das obrigações do falido requer prova de quitação de todos os tributos.

Art. 404. A concessão de recuperação judicial depende da apresentação da prova de quitação de todos os tributos.

Art. 405. Nenhuma sentença de julgamento de partilha ou adjudicação será proferida sem prova da quitação de todos os tributos relativos aos bens do espólio, ou às suas rendas.

Art. 406. Salvo quando expressamente autorizado por lei, nenhum departamento da Administração Pública de Mirassol D'Oeste, ou sua autarquia, celebrará contrato ou aceitará proposta em concorrência pública sem que o contratante ou proponente faça prova da quitação de todos os tributos devidos à Fazenda Pública interessada, relativos à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

LIVRO III

ADMININSTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

TÍTULO I

ORGÃO TRIBUTARIO

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 407. Compreende a administração tributária municipal o órgão do poder executivo definido por lei municipal para exercer todas as atribuições definidas pela Constituição Federal, Leis Federais e Estaduais, Lei Orgânica Municipais, e demais dispositivos normativos referentes as funções de:

I – Cadastramento, lançamento, cobrança e fiscalização dos tributos municipais;

II – Expedição de auto de infração e aplicação de sanções por infrações a legislação tributária do município;

III – Administração, julgamento e gestão dos processos administrativos tributários;

IV – Inscrição na dívida ativa;

V – Expedição de Certidões de Regularidade Fiscal;

VI – Implementação de regimes especiais de fiscalização por arbitramento e presunção da base de cálculo nos termos da lei e dos dispositivos normativos;

VII – Produção de normativas referentes ao sistema tributário, e;

VIII – Repreensão e prevenção a fraudes fiscais e Orientação e educação tributária.

§1º. A administração municipal tributária é atividades essencial ao funcionamento do Município de Mirassol D'Oeste e deverá ser exercida por servidores efetivos preferencialmente de carreiras específicas bem como por servidores comissionados para os cargos de chefia, dispondo de recursos próprios para a realização de suas atividades.

§2º. Com fulcro no princípio da eficiência, eficácia e efetividade de suas ações, é facultado a administração tributária municipal firmar convênios de cooperação integrada para o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais com as demais secretarias municipais, com a administração pública estadual, Federal ou de demais municípios limítrofes por meio de decreto expedido pelo poder executivo com finalidade específica.

Art. 408. Por meio de convênios firmados com a União e o Estado a administração municipal tributária poderá desempenhar atribuições de cadastramento lançamento, cobrança, Fiscalização, bem como implementar regime especial de fiscalização por meio de arbitramento e de presunção da base de cálculo dos impostos e taxas dos aludidos entes da federação.

Art. 409. A legislação tributária do Município de Mirassol D'Oeste, observado o disposto nesta Lei, regulará a competência e os poderes das autoridades administrativas definindo sua estrutura e atribuições.

§1º. Para efeitos deste Código, o órgão referido neste artigo receberá a denominação de "Administração Tributária", o qual obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e efetividade.

§2º. A "Administração Tributária" integrante da administração direta municipal encarregado da gestão tributária.

§3º. A legislação a que se refere este artigo aplica-se às pessoas naturais ou jurídicas, contribuintes ou não, inclusive às que gozem de imunidade tributária ou de isenção de caráter pessoal.

Art. 410. São os princípios fundamentais de ética profissional relevantes aos membros da Administração Tributária do município de Mirassol D'Oeste:

I – Integridade;

II – Competência e Zelo profissional;

III – Objetividade;

IV – Confidencialidade;

V – Conduta ilibada.

Parágrafo Único. Os membros da Administração Tributária devem exercer suas funções de forma impessoal e profissional de forma a obter o máximo de credibilidade possível, quanto à honestidade e aos padrões morais do servidor.

Art. 411. Os servidores lotados na Administração Tributária, sem prejuízo dos atributos de urbanidade e respeito, darão assistência técnica aos contribuintes, prestando-lhes esclarecimentos sobre a interpretação e a fiel observância da legislação tributária.

Art. 412. Para os efeitos da legislação tributária, não têm aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito de examinar mercadorias, livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais, dos comerciantes industriais ou produtores, ou da obrigação destes de exibi-los.

Parágrafo Único. Os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal e os comprovantes dos lançamentos neles efetuados serão conservados até que ocorra a prescrição dos créditos tributários decorrentes das operações a que se refiram.

Art. 413. Serão exercidas pela Administração Tributária todas as funções referentes a cadastramento, lançamento, cobrança, recolhimento, restituição e fiscalização de tributos municipais, aplicação de sanções por infração às disposições deste Código, bem como as medidas de prevenção e repressão às fraudes.

Art. 414. Para efeitos deste Código são autoridades tributárias:

I - o secretário municipal da fazenda.

II - os titulares de cargos em comissão e funções gratificadas da Administração Tributária;

III - os servidores cujos cargos lhes cometam competência para intimar, notificar e autuar.

SEÇÃO UNICA

Do calendário tributário

Art. 415. Os prazos fixados na legislação tributária do Município serão contínuos, excluindo-se na sua contagem o dia de início e incluindo-se o de vencimento.

Parágrafo Único. A legislação tributária poderá fixar o prazo em dias ou a data certa para o pagamento das obrigações.

Art. 416. Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal da Administração Tributária.

Parágrafo Único. Não ocorrendo a hipótese prevista neste artigo, o início ou o fim do prazo será transferido, automaticamente, para o primeiro dia útil seguinte.

Art. 417. Será baixado decreto, com base em proposta da Administração Tributária, estabelecendo:

I - os prazos de vencimento e as condições de pagamento dos tributos municipais;

II - os prazos e as condições de apresentação de requerimentos visando ao reconhecimento de imunidades e de isenções.

Art. 418. A Administração Tributária fará imprimir e distribuir, sempre que necessário, modelos de declarações e de documentos que devam ser preenchidos obrigatoriamente pelos contribuintes e responsáveis.

Parágrafo Único. Os modelos referidos no caput deste artigo conterão, no seu corpo, as instruções e os esclarecimentos indispensáveis ao entendimento do seu teor e da sua obrigatoriedade.

CAPÍTULO II

DA ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO

SEÇÃO I

Da competência da autoridade fiscal

Art. 419. As autoridades tributárias determinarão a natureza e o montante dos créditos tributários, efetuarão a homologação dos lançamentos bem como verificarão da exatidão das declarações e dos requerimentos apresentados, em relação aos sujeitos passivos, podendo:

I - exigir, a qualquer tempo, a exibição dos livros de escrituração tributária e contábil e dos documentos que embasaram os lançamentos contábeis respectivos;

II - notificar o contribuinte ou responsável para:

a) prestar informações escritas ou verbais, sobre atos ou fatos que caracterizem ou possam caracterizar obrigação tributária;

b) comparecer à sede da Administração Tributária e prestar informações ou esclarecimentos envolvendo aspectos relacionados com obrigação tributária de sua responsabilidade.

III - fazer inspeções, vistorias, levantamentos e avaliações:

a) nos locais e estabelecimentos onde se exerçam atividades passíveis de tributação;

b) nos bens imóveis que constituam matéria tributável;

IV - apreender coisas móveis, inclusive mercadorias, livros e documentos fiscais;

V - requisitar o auxílio da força pública ou requerer ordem judicial, quando indispensável à realização de diligências, inclusive inspeções necessárias ao registro dos locais e estabelecimentos, assim como dos bens e da documentação dos contribuintes e responsáveis.

Art. 420. A autoridade administrativa que proceder ou presidir a quaisquer diligências de fiscalização lavrará os termos necessários para que se documente o início do procedimento, na forma da legislação aplicável, que fixará prazo máximo para a conclusão daquelas.

§1º. O prazo para apresentação de documentos solicitados pela fiscalização será de 10 (dez) dias.

§2º. Os termos a que se refere este artigo serão lavrados, sempre que possível, em um dos livros fiscais exibidos; quando lavrados em separado, deles se dará ao fiscalizado cópia autenticada pela autoridade, contra recibo no original.

§3º. A recusa do recibo, que será declarada pela autoridade, não trará proveito ao fiscalizado ou infrator, nem o prejudica.

Art. 421. Os contribuintes ou quaisquer responsáveis por tributos facilitarão, por todos os meios ao seu alcance, o lançamento, a fiscalização e a cobrança dos tributos devidos à Fazenda Municipal de Mirassol D'Oeste, ficando especialmente obrigados a:

I - apresentar declarações, documentos e guias, bem como escriturar, em livros próprios, os fatos geradores da obrigação tributária, segundo as normas estabelecidas na legislação tributária;

II - comunicar, a Administração Tributária, no prazo legal, qualquer alteração capaz de gerar, modificar ou extinguir:

a) obrigação tributária;

b) responsabilidade tributária;

c) domicílio tributário.

III - conservar e apresentar a Administração Tributária, quando solicitado, qualquer documento que, de algum modo, se refira a operações ou situações que constituam fato gerador de obrigação tributária ou que sirva como comprovante da veracidade dos dados consignados em guias e documentos fiscais;

IV - prestar, sempre que solicitados pelas autoridades competentes, informações e esclarecimentos que, a juízo da Administração Tributária, se refiram a fato gerador de obrigação tributária.

Parágrafo Único. Mesmo no caso de imunidade e isenção ficam os beneficiários sujeitos ao cumprimento do disposto neste artigo.

Art. 422. A autoridade tributária poderá requisitar a terceiros, e estes ficam obrigados a fornecer-lhe, todas as informações e dados referentes a fatos geradores de obrigação tributária para os quais tenham contribuído ou que devam conhecer, salvo quando, por força de lei, estejam obrigados a guardar sigilo em relação a esses fatos.

Art. 423. Mediante intimação, são obrigados a prestar à autoridade tributária todas as informações de que disponham, com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros, sujeitos aos tributos municipais:

I - os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício;

II - os bancos e demais instituições financeiras;

III - as empresas de administração de bens;

IV - os corretores, leiloeiros e despachantes oficiais;

V – os corretores, seguradoras e similares;

VI - os inventariantes;

VII - os síndicos, comissários e liquidatários;

VIII - as pessoas inscritas ou obrigadas a inscrição cadastral no Município;

IX - quaisquer outras entidades ou pessoas que a lei designe, em razão de seu cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão.

Parágrafo Único. A obrigação prevista neste artigo não abrange a prestação de informações quanto a fatos sobre os quais o informante esteja legalmente obrigado a observar segredo em razão de cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão.

Art. 424. Para os efeitos da legislação tributária, não têm aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito de examinar mercadorias, livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais dos comerciantes, industriais ou produtores, ou da obrigação destes de exibi-los.

Art. 425. Independentemente do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, para quaisquer fins, por parte de prepostos do Município, de qualquer informação obtida em razão de ofício sobre a situação econômico financeira e sobre a natureza e o estado dos negócios ou das atividades das pessoas sujeitas à fiscalização.

§1º. Excetuam-se do disposto neste artigo unicamente as requisições da autoridade judiciária e os casos de prestação mútua de assistência para fiscalização de tributos e permuta de informações entre os diversos órgãos do Município, e entre este e a União, os Estados e os outros Municípios.

§2º. O intercâmbio de informação sigilosa, no âmbito da Administração Pública, será realizado mediante processo regularmente instaurado, e a entrega será feita pessoalmente à autoridade solicitante, mediante recibo, que formalize a transferência e assegure a preservação do sigilo.

§3º. A divulgação das informações obtidas no exame de contas e documentos constitui falta grave sujeita às penalidades da legislação pertinente.

§4º. Não é vedada a divulgação de informações relativas a:

I – representações fiscais para fins penais;

II – inscrições na Dívida Ativa da Fazenda Pública Municipal;

III – parcelamento ou moratória.

Art. 426. A autoridade fiscal, mediante plantão, adotará a apuração ou verificação diária no próprio local da atividade, durante determinado período, quando:

I - Houver dúvida sobre a exatidão do que será levantado ou for declarado para os efeitos dos tributos municipais;

II - O contribuinte estiver sujeito a regime especial de fiscalização.

Art. 427. O procedimento fiscal considera-se iniciado, com a finalidade de excluir a espontaneidade da iniciativa do sujeito passivo em relação aos atos anteriores, a partir da data de intimação do contribuinte para apresentação de documentos para levantamento fiscal.

SEÇÃO II

Da Ação Fiscal

Art. 428. O integrante da Administração Tributária exibirá ao contribuinte ou a seu preposto, identidade funcional que o credencia à prática da fiscalização.

Art. 429. A ação fiscal iniciará com a lavratura do Termo de Início de Fiscalização, do qual constará a identificação do ato designativo, do contribuinte, hora e data do início do procedimento fiscal, a solicitação dos livros, documentos e arquivos, eletrônicos ou não, necessários à ação fiscal, seguido do prazo para a apresentação destes definidos na legislação tributária e o período objeto de fiscalização.

§1º. No início da ação fiscal deverão ser entregues ao sujeito passivo cópias do ato designativo da respectiva fiscalização e do Termo de Início de Fiscalização.

§2º. Emitida a Ordem de Serviço ou Portaria, conforme o caso, lavrado o Termo de Início de Fiscalização, o Auditor-Fiscal terá o prazo definido na legislação tributária para a conclusão dos trabalhos, contados da data da ciência do sujeito passivo, prorrogável, esse período, pelo prazo definido na legislação, a critério e conforme autorização da autoridade designadora, e desde que o sujeito passivo seja devidamente cientificado da prorrogação.

Art. 430. Encerrado o procedimento de fiscalização, será lavrado o Termo Final de Fiscalização do qual constarão, além de outros requisitos previstos na legislação, os elementos constantes do Termo de Início e ainda, o resumo do resultado do procedimento.

§1º. O prazo de conclusão dos trabalhos de fiscalização, na hipótese de a notificação ser efetuada através de Aviso de Recepção – AR, terá como termo final a data de sua postagem nos Correios.

§2º. Verificada alguma irregularidade, da qual decorra autuação, no Termo Final de Fiscalização deverá constar:

I – o número e a data dos autos lavrados;

II – o motivo da autuação e os dispositivos legais infringidos; e

III – a base de cálculo e a alíquota aplicável para o cálculo do imposto, quando for o caso, e a imposição de multa.

§3º. Inexistindo qualquer irregularidade, deverá constar do Termo Final de Fiscalização a expressa indicação dessa circunstância.

§4º. Ao final da fiscalização os livros, arquivos e documentos contábeis e fiscais serão devolvidos ao sujeito passivo, por meio de comprovante de entrega.

Art. 431. Para fins de formação do processo, o auto de infração somente será recebido no órgão fiscal competente, se acompanhado do Termo de Início e do Termo Final de Fiscalização, além dos documentos que embasaram a respectiva autuação, sob pena de responsabilidade funcional.

§1º. Todos os documentos e papéis, livros, inclusive arquivos eletrônicos que serviram de base à ação fiscal devem ser mencionados ou anexados ao Termo Final de Fiscalização, respeitada a indisponibilidade dos originais, caso necessária.

§2º. Os anexos utilizados no levantamento de que resultar autuação deverão ser entregues ao autuado, juntamente com as vias correspondentes ao Auto de Infração e ao Termo Final de Fiscalização.

SEÇÃO III

Dos Elementos do Auto de Infração

Art. 432. O auto de infração, lavrado com precisão e clareza, sem entrelinhas, emendas ou rasuras, deverá:

I – mencionar o local, o dia e a hora da lavratura

II – a qualificação do autuado o domicílio e a natureza da atividade;

III – descrição clara e precisa do fato que se alega constituir infração com referência às circunstâncias pertinentes;

IV – valor do tributo e dos acréscimos legais;

V – tipificação legal infringida e a penalidade aplicável;

VI – intimação ao infrator para pagar os tributos e multas, quando devidos, ou defender-se impugnando, produzindo as provas, com indicação do respectivo prazo e data do seu início;

VII – assinatura do autuante, assinatura do sujeito passivo ou o termo relativo a sua recusa, salvo se a intimação for feita por carta com aviso de recebimento ou por edital; e

VIII – indicação da Administração Tributária da Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste por onde deverá tramitar o processo.

§1º. A assinatura do autuado não constitui formalidade essencial à validade do auto de infração e a sua recusa em apor ciência não implica em confissão, nem agrava a penalidade.

§2º. As omissões ou incorreções do auto não acarretarão nulidade, quando do processo constarem elementos suficientes para a determinação da infração e do infrator.

§3º. Se o autuado, ou quem o represente, não puder ou não quiser assinar o auto, far-se-á menção dessa circunstância em um terno de recusa.

§4º. O auto de infração poderá conter, para maior elucidação dos fatos, além dos requisitos definidos neste artigo, outros elementos, contábeis e fiscais, comprobatórios da infração, mencionando em anexo, documentos, papéis, livros e arquivos que serviram de base à ação fiscal.

§5º. Havendo alteração do auto de infração, que seja relevante a defesa do autuado, este deverá ser notificado para manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias.

Art. 433. No início da Ação Fiscal o Agente Público deverá cadastrar o endereço de correio eletrônico do sujeito passivo para o recebimento das intimações e notificações.

§1º. A intimação do auto de infração do sujeito passivo, será realizada, preferencialmente por meio de correio eletrônico.

§2º. Na impossibilidade da realização da intimação do auto por meio de correio eletrônico poderá o autuado ser intimado:

I - pessoalmente, sempre que possível, mediante entrega de cópia do auto ao próprio, seu representante ou preposto, contra recibo datado no original;

II - por carta, acompanhada de cópia do auto, com aviso de recebimento (AR) datado e firmado pelo destinatário ou alguém de seu domicílio;

III - por edital na imprensa oficial ou em órgão de circulação local, ou afixado na sede da Prefeitura Municipal, com prazo de 30 (trinta) dias, se este não puder ser encontrado pessoalmente ou por via postal.

§3º. As formas previstas acima não obedecerão necessariamente a ordem enumerada.

§4º. Para a realização da notificação não caberá benefício de ordem dos sujeitos cadastrados.

Art. 434. A intimação presume-se feita:

I – no 1º dia útil após o envio do correio eletrônico;

II – quando pessoalmente:

a) no ato da entrega quando realizada por agente da Administração Pública Municipal;

b) no ato do comparecimento pessoal do contribuinte junto a administração Pública Municipal;

III – 05 (cinco) dias após a postagem dos correios;

IV – no dia seguinte à publicação do edital no Diário Oficial dos Municípios.

Art. 435. O prazo para pagamento ou impugnação do auto de infração é de 30 dias, contados a partir da data de ciência do contribuinte.

Parágrafo Único. Esgotado o prazo para cumprimento da obrigação ou impugnação do auto de infração, ele será encaminhado para o setor de dívida ativa, onde deverá ser procedida a imediata inscrição do débito.

Art. 436. O auto de infração poderá ser lavrado concomitantemente ao Termo de apreensão e então conterá também os elementos deste.

SEÇÃO IV

Da apreensão de bens e documentos

Art. 437. Poderão ser apreendidas as coisas móveis, inclusive mercadorias e documentos existentes em estabelecimento comercial, industrial, agrícola ou prestador de serviço do contribuinte, responsável ou de terceiros, em outros lugares ou em trânsito, que constituam prova material de infração à legislação tributária do Município.

Parágrafo Único. Havendo prova ou fundada suspeita de que as coisas se encontram em residência particular ou lugar utilizado como moradia, serão promovidas busca e apreensão judicial, sem prejuízo das medidas necessárias para evitar a remoção clandestina por parte do infrator.

Art. 438. Da apreensão lavrar-se-á Termo, com os elementos do auto de infração, observando-se, no que couber, os procedimentos a ele relativos.

Parágrafo Único. O Termo de apreensão conterá a descrição das coisas ou dos documentos apreendidos, a indicação do lugar onde ficaram depositados e a assinatura do depositário, o qual será designado pela fiscalização, podendo a designação recair no próprio detentor, se for idôneo, a juízo do autuante.

Art. 439. Os documentos apreendidos poderão, a requerimento do contribuinte, ser-lhe devolvidos, ficando no processo cópia do inteiro teor ou da parte que deva fazer prova, caso o original não seja indispensável a esse fim.

Art. 440. Os materiais apreendidos serão restituídos, a requerimento, mediante depósito das quantias exigíveis, cuja importância será arbitrada pela autoridade tributária, ficando retidos, até decisão final, os espécimes necessários à prova.

Art. 441. Se o contribuinte não provar o preenchimento de todas as exigências legais para liberação dos bens apreendidos no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da apreensão, serão os bens levados a hasta pública ou leilão.

§1º. Quando a apreensão recair em bens de fácil deterioração, estes poderão ser doados, a critério da Administração, a associações de caridade ou de assistência social.

§2º. Apurando-se na venda importância superior aos tributos, aos acréscimos legais e demais custos resultantes da modalidade de venda, será o contribuinte notificado para, no prazo de 10 (dez) dias, receber o excedente ou o valor total da venda, caso nada seja devido, se em ambas as situações já não houver comparecido para fazê-lo.

SEÇÃO V **Da consulta**

Art. 442. Ao contribuinte ou ao responsável é assegurado o direito de efetuar consulta sobre interpretação e aplicação da legislação tributária, desde que feita antes de ação tributária e em obediência às normas aqui estabelecidas.

Art. 443. A consulta será formulada através de petição e dirigida ao titular da Administração Tributária, com apresentação clara e precisa do caso concreto e de todos os elementos indispensáveis ao entendimento da situação de fato, indicados os dispositivos legais, e instruída, se necessário, com documentos.

Art. 444. Nenhum procedimento tributário será promovido contra o sujeito passivo, em relação à espécie consultada, durante a tramitação da consulta.

Parágrafo único. Os efeitos previstos neste artigo não se produzirão em relação às consultas meramente protelatórias, assim entendidas as que versem sobre dispositivos claros da legislação tributária ou sobre tese de direito já resolvida por decisão administrativa definitiva ou judicial passada em julgado.

Art. 445. A resposta à consulta constitui orientação a ser seguida por todos os servidores da Administração Tributária, salvo se baseada em elementos inexatos fornecidos pelo contribuinte.

Parágrafo Único. Na hipótese de mudança de orientação tributária, fica ressalvado o direito daqueles que anteriormente procederem de acordo com a orientação vigente, até a data em que forem notificados da modificação.

Art. 446. A formulação da consulta não terá efeito suspensivo sobre a cobrança de tributos e respectivas atualizações e penalidades.

Art. 447. O titular da Administração Tributária dará resposta à consulta no prazo de 30 (trinta) dias

§1º. Orientada a matéria de consulta pelo órgão competente, o processo poderá ser encaminhado à Procuradoria Geral do Município para parecer jurídico e em seguida remetido ao titular da Administração Tributária para proferir decisão.

§2º. Suspendem-se em até 30 dias os prazos fixados, nos seguintes casos:

I - Diligência

II - Apresentação de documentos;

III - Outros necessários instrução do processo;

§3º. Não apresentados os documentos solicitados ou esclarecimentos necessários para andamento do processo no prazo previsto, o processo será indeferido e arquivado.

Art. 448. Da decisão:

I - caberá recurso voluntário ou de ofício, ao conselho municipal de contribuintes, quando a resposta for respectivamente, contrária ou favorável ao sujeito passivo;

II - do conselho municipal de contribuintes, caberá pedido de reconsideração ou recurso de revista, nas mesmas circunstâncias previstas e condições estabelecidas para o processo contencioso fiscal.

Art. 449. Considera-se definitiva a decisão proferida:

I - pelo titular da Administração Tributária, quando não houver recurso;

II - pelo conselho municipal de contribuintes

SEÇÃO VI

Do Regime Especial de Fiscalização e Controle

Art. 450. Aplicar-se-á o Regime Especial de Fiscalização nas seguintes hipóteses*:*

I – prática reiterada de descumprimento à legislação tributária do município de Mirassol D'Oeste;

II – quando o sujeito passivo reincidir em infração à legislação tributária;

III – quando houver dúvida ou fundada suspeita quanto à veracidade ou à autenticidade dos registros referentes às prestações realizadas e aos tributos devidos;

IV – quando o sujeito passivo for considerado devedor habitual.

§1º. A autoridade competente aplicará Regime Especial de Fiscalização, sem prejuízo de outras medidas cabíveis ou processos de fiscalização, que compreenderá o seguinte:

I – inscrição em Dívida Ativa e execução, pelo órgão competente, em caráter prioritário, de todos os débitos fiscais do devedor;

II – fixação de prazo especial e sumário para recolhimento do tributo devido;

III – suspensão ou cancelamento de todos os benefícios fiscais que porventura goze o contribuinte; e

IV – manutenção da fiscalização, com o fim de acompanhar todas as operações, prestações de serviços e negócios do contribuinte, no estabelecimento ou fora dele.

§2º. O sujeito passivo será considerado devedor habitual, conforme item IV deste artigo, quando estiver há mais de 120 (cento e vinte) dias em atraso no pagamento do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN.

§3º. O sujeito passivo deixará de ser considerado devedor habitual quando os créditos que motivaram essa condição forem extintos ou tiverem sua exigibilidade suspensa.

§4º. O sujeito passivo que estiver há mais de 180 (cento e oitenta) dias em atraso com o pagamento do ISS deverá solicitar autorização especial para emissão de cada Nota Fiscal de Serviço Eletrônica – NFS-e.

§5º. O Regime Especial de Fiscalização será aplicado conforme dispuser o regulamento.

Seção VII

Das Diligências Especiais

Art. 451. Quando, pelos elementos apresentados pelo sujeito passivo, em procedimento fiscal regular, não se apurar convenientemente o movimento do estabelecimento, colher-se-ão os elementos necessários através de livros, documentos, papéis, arquivos, inclusive eletrônicos, de outros contribuintes ou de outros estabelecimentos que mantiverem relação empresarial com o referido sujeito passivo.

Art. 452. Mediante ato específico das autoridades competentes, qualquer ação fiscal poderá ser repetida, em relação a um mesmo fato ou tempo, enquanto não atingido pela decadência o direito de lançar o tributo ou impor a penalidade.

§1º A decadência prevista no *caput* deste artigo não prevalecerá nos casos de dolo, fraude ou simulação.

§2º O disposto no *caput* deste artigo aplica-se, inclusive, aos casos em que o tributo correspondente tenha sido lançado e arrecadado.

Art. 453. O Chefe do Poder Executivo Municipal poderá celebrar com a Fazenda Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e de outros Municípios, convênio e intercâmbio de assistência mútua para a fiscalização dos tributos de sua competência, e de permuta de informações, no interesse da arrecadação e fiscalização, em caráter geral ou específico.

CAPÍTULO III

DA ATIVIDADE ADMINISTRATIVA

SEÇÃO I

Dívida Ativa

Art. 454. Constitui dívida ativa tributária a proveniente de crédito dessa natureza, regularmente inscrita na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado, para pagamento, pela lei ou por decisão final proferida em processo regular.

Parágrafo único. A fluência de juros de mora não exclui, para os efeitos deste artigo, a liquidez do crédito.

Art. 455. O termo de inscrição da dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente:

I - o nome do devedor e, sendo caso, o dos corresponsáveis, bem como, sempre que possível, o domicílio ou a residência de um e de outros;

II - a quantia devida e a maneira de calcular os juros de mora acrescidos;

III - a origem e natureza do crédito, mencionada especificamente a disposição da lei em que seja fundado;

IV - a data em que foi inscrita;

V - sendo caso, o número do processo administrativo de que se originar o crédito.

Parágrafo Único. A certidão conterá, além dos requisitos deste artigo, a indicação do livro e da folha da inscrição.

Art. 456. A omissão de quaisquer dos requisitos previstos no artigo anterior, ou o erro a eles relativo, são causas de nulidade da inscrição e do processo de cobrança dela decorrente, mas a nulidade poderá ser sanada até a decisão de primeira instância, mediante substituição da certidão nula, devolvido ao sujeito passivo, acusado ou interessado o prazo para defesa, que somente poderá versar sobre a parte modificada.

Art. 457. A dívida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída.

Parágrafo Único. A presunção a que se refere este artigo é relativa e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite.

SEÇÃO II

Da atualização monetária

Art. 458. Os débitos de origem tributária, incluindo o principal, os juros e multas moratórias e as demais penalidades, bem como todos os demais valores utilizados como base de cálculo ou referência de cálculo de valor de tributos ou de penalidades, serão atualizados monetariamente a cada período de 12 (doze) meses consecutivos, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro índice que por lei municipal vier a substituí-lo, a ser divulgado na forma da legislação tributária.

Parágrafo Único. Em caso de extinção do INPC ou no impedimento de sua aplicação, será adotado outro índice que venha a substituí-lo, que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda.

SEÇÃO III

Das Certidões Negativas

Art. 459. A pedido do contribuinte, em não havendo débito, será fornecida certidão negativa dos tributos, expedida à vista de requerimento do interessado, contendo todas as informações necessárias à identificação de sua pessoa, domicílio fiscal e ramo de negócio ou atividade.

§1º. A certidão negativa será sempre expedida nos termos em que tenha sido requerida e será fornecida dentro de 10 (dez) dias da data da entrada do requerimento na repartição.

§2º. A certidão negativa terá a validade de até 90 (Noventa) dias, podendo ser Regulamentada por decreto do Poder Executivo.

Art. 460. Tem os mesmos efeitos previstos no artigo anterior a certidão de que conste:

I – a existência de créditos não vencidos;

II – em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora; ou

III – cuja exigibilidade esteja suspensa.

Art. 461. Independentemente de disposição legal permissiva, será dispensada a prova de quitação de tributos, ou o seu suprimento, quando se tratar de prática de ato indispensável para evitar a caducidade de direito, respondendo, porém, todos os participantes no ato pelo tributo porventura devido, juros de mora e penalidades cabíveis, exceto as relativas a infrações cuja responsabilidade seja pessoal ao infrator.

Art. 462. A certidão negativa expedida com dolo ou fraude, que contenha erro contra a Fazenda Pública, responsabiliza pessoalmente o funcionário que a expedir, pelo crédito tributário e juros de mora acrescidos.

Parágrafo Único. O disposto neste artigo não exclui a responsabilidade criminal e funcional que no caso couber.

Art. 463. A certidão negativa fornecida não exclui o direito de o Município exigir, a qualquer tempo, os débitos que venham a ser apurados.

CAPÍTULO IV

DO CADASTRO TRIBUTÁRIO

Art. 464. São obrigados a promover a inscrição, alteração e baixa nos cadastros imobiliário e mobiliário tributário o sujeito passivo e os responsáveis definidos em lei, cabendo a Administração Tributária organizar e manter, permanentemente, completo e atualizado, os cadastros tributários do Município, que compreende:

I – Cadastro Fiscal Imobiliário - CFI;

II – Cadastro Fiscal de Atividades Econômicas – CFAE;

III – Cadastro Simplificado Tributário - CST

§1º. O Cadastro Fiscal Imobiliário será constituído de informações indispensáveis à identificação dos proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título e à apuração do valor venal de todos os imóveis situados no território do Município, sujeitos ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana.

§2º. O Cadastro Fiscal de Atividades Econômicas será constituído de informações indispensáveis à identificação e à caracterização econômica ou profissional de todas as pessoas, físicas ou jurídicas, com ou sem estabelecimento fixo, que exerçam, habitual ou temporariamente, individualmente ou em sociedade, qualquer das atividades que necessitem de prévia autorização ou licença da Administração Municipal.

§3°. O Cadastro Simplificado tem por finalidade inscrever os consórcios de empresas, os condomínios, as obras de construção civil, os produtores rurais, e os sujeitos passivos de obrigações tributárias sem estabelecimento no Município, para efeito de recolhimento de Tributos.

§4º. Para cada estabelecimento, o contribuinte deverá manter inscrição no Cadastro Fiscal de Atividades Econômicas.

Art. 465. O código de atividades econômicas e sociais a ser adotado pelo Cadastro Fiscal de Atividades Econômicas, será o CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas.

Art. 466. Todos aqueles que possuírem inscrição nos cadastros tributários ficam obrigados a comunicar as alterações dos dados constantes da ficha cadastral, sob as penas previstas nesta Lei.

Art. 467. O prazo para inscrição cadastral e para comunicação de alterações é de 30 (trinta) dias, a contar do ato ou fato que lhes deu origem.

Art. 468. O Município poderá celebrar convênios com outras pessoas de direito público ou de direito privado visando à utilização recíproca de dados e elementos disponíveis nos respectivos cadastros.

Art. 469. Ato do Poder Executivo disciplinará a estrutura, organização e funcionamento do cadastro fiscal, observado o disposto nesta Lei.

SEÇÃO I

Do Cadastro Fiscal Imobiliário – CFI

Art. 470. Serão obrigatoriamente inscritas no Cadastro Fiscal Imobiliário:

I – as unidades imobiliárias urbanas:

a) terrenos edificados ou não;

b) condomínios edilícios;

c) chácaras de lazer;

d) glebas voltadas para o cultivo de subsistências.

II – as unidades imobiliárias rurais:

a) fazendas;

b) chácaras recreativas;

c) glebas voltadas para o cultivo de subsistências.

§1°. Para efeitos tributários, a inscrição de cada unidade imobiliária constituída de terreno, com ou sem edificação, será única, não importando o seu uso.

§2°. Para a caracterização da unidade imobiliária, deverá ser considerada a situação de fato do imóvel, coincidindo ou não com a descrita no respectivo título de propriedade, domínio ou posse, ou no cadastro.

§3º. Para efeito de inscrição no cadastro, consideram-se autônomas as unidades imobiliárias que, podendo ser desmembradas, tenham autonomia de uso.

Art. 471. A inscrição ou alteração de dados da unidade imobiliária será requerida pelo contribuinte ou por ofício pela autoridade municipal nos termos do Regulamento.

Art. 472. Quando o terreno e a edificação pertencerem a pessoas diferentes, far-se-á, sempre, a inscrição em nome do proprietário da edificação, anotando-se o nome do proprietário do terreno.

§1°. Não sendo conhecido o proprietário do imóvel, promover-se-á a inscrição em nome de quem esteja no uso e gozo dele.

§2º. Para os efeitos deste artigo, poderão ser utilizadas, além das provas comuns de propriedade, domínio útil ou posse do imóvel, Alvará de Licença para construção, comprovante de fornecimento de serviços ou outros documentos especificados em Regulamento.

Art. 473. A inscrição no Cadastro Fiscal Imobiliário da edificação não gera a legalidade da construção junto aos órgãos de urbanismo.

§1º. Para os efeitos do disposto neste artigo, a apuração das áreas edificadas e suas ampliações, terão como base:

I – a declaração do contribuinte do ato de registro do imóvel junto a prefeitura;

II – a realização de diligência pelo poder público verificando a real situação do imóvel.

§2º. Se houver impugnação do registro de ofício, caberá ao contribuinte a comprovação da metragem das áreas edificadas e suas ampliações e os respectivos períodos de execução e conclusão das obras**.**

Art. 474. A unidade imobiliária constituída exclusivamente de terreno, que se limita com mais de um logradouro, será lançada, para efeito do pagamento do imposto, pelo logradouro mais valorizado, independente do seu acesso.

Parágrafo Único. Havendo edificação no terreno, a tributação será feita pelo logradouro da entrada da edificação, considerando:

I – com uma só entrada, pela face do logradouro a ela correspondente;

II – com mais de uma entrada, pela face do logradouro por onde o imóvel apresente o maior valor unitário padrão de terreno, independente do acesso.

Art. 475. Os atos administrativos que envolvem imóveis devem indicar, obrigatoriamente, o número da respectiva inscrição imobiliária.

Art. 476. Na inscrição da unidade imobiliária, será considerado como domicílio tributário:

I – no caso de terreno sem edificação, o que for escolhido e informado pelo contribuinte;

II – no caso de terreno com edificação, o local onde estiver situada a unidade imobiliária.

Parágrafo Único. A concessão e a manutenção de quaisquer isenções relativas ao IPTU ficam condicionadas à realização periódica de atualização cadastral da inscrição imobiliária.

Art. 477. Como parte do processo de Recadastramento Imobiliário, o contribuinte do imposto fica obrigado a declarar à Secretaria Municipal da Finanças até 30 de setembro do primeiro exercício de cada legislatura as informações e o valor relativo ao seu imóvel, na forma definida em Regulamento.

§1º. A declaração prevista no *caput* não prejudica o direito da Administração Tributária lançar de ofício o IPTU, inclusive aferindo a base de cálculo pertinente.

§2º. A declaração de que trata o *caput* integra o projeto de atualização da Planta Genérica de Valores, podendo a Administração Fazendária, a seu critério, com base em amostragem ou não, rever o valor ali consignado.

§3º. O valor a ser declarado pelo contribuinte para ser considerado pela Administração Fazendária como etapa do projeto de Recadastramento e revisão da Planta Genérica de Valores não poderá ser inferior ao:

I - do lançamento do IPTU para o exercício fiscal; e

II - declarado nos últimos 4 (quatro) anos para o cálculo do ITBI.

Art. 478. As concessionárias de serviço público deverão a cada dois meses enviar à Secretaria Municipal da Finanças os dados cadastrais das assinaturas dos seus usuários inscritos no município de Mirassol D'Oeste, por meio magnético ou eletrônico, nos termos do Regulamento.

Art. 479. As pessoas físicas ou jurídicas que exerçam atividades de corretores de imóveis no município de Mirassol D'Oeste serão responsáveis a informar à Administração Tributária, mediante declaração, na forma do Regulamento, a ocorrência de atividades imobiliárias, entendidas essas como venda e locação de unidades imobiliárias, bem como a sua intermediação.

Parágrafo Único. A declaração é obrigatória para:

I - construtoras ou incorporadoras que comercializarem unidades imobiliárias por conta própria;

II - imobiliárias e administradoras de imóveis que realizarem intermediação de compra e venda e aluguéis de imóveis;

III - leiloeiros oficiais no caso de arrematação de imóveis em hasta pública;

IV - quaisquer outras pessoas físicas ou jurídicas que venham a realizar atividades imobiliárias.

Art. 480. Os serventuários da Justiça deverão informar as operações imobiliárias anotadas, averbadas, lavradas, matriculadas ou registradas nos Cartórios de Notas ou de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos sob sua responsabilidade.

§1º. As informações deverão ser prestadas até o último dia útil do mês subsequente ao da anotação, averbação, lavratura, matrícula ou registro da respectiva operação.

§2º. A falta de apresentação, ou apresentação após o prazo fixado, das informações de que trata o §1º deste artigo sujeita o responsável à multa de 0,5 (meio) UFM´s ao mês por registro sonegado.

Subseção Única

Do Cancelamento da Inscrição no Cadastro Fiscal Imobiliário - CFI

Art. 481. O cancelamento da inscrição cadastral da unidade imobiliária dar-se-á de ofício ou a requerimento do contribuinte, nas seguintes situações:

I - erro de lançamento que justifique o cancelamento;

II - remembramento de lotes em loteamento já aprovado e inscrito, após despacho do órgão competente;

III - remembramento de unidades imobiliárias autônomas inscritas, após despacho do órgão competente;

IV - alteração de unidades imobiliárias autônomas que justifique o cancelamento, após despacho do órgão competente;

V - alteração promovida na unidade imobiliária pela incorporação ou construção, de que resultem novas unidades imobiliárias autônomas.

Art. 482. Quando ocorrer demolição, incêndio ou qualquer causa que importe em desaparecimento da benfeitoria, sempre será mantida o número da inscrição, bem como nos casos de extinção de aforamento, arrendamento ou qualquer ato ou fato que tenha motivado o desmembramento do terreno.

SEÇÃO II

Do Cadastro Fiscal de Atividades Econômicas

Art. 483. Toda pessoa física ou jurídica que exercer atividade no Município, sujeita à obrigação tributária principal ou acessória, deverá requerer sua inscrição e alterações no Cadastro Fiscal de Atividades Econômicas do Município de Mirassol D'Oeste, nos termos do Regimento.

Parágrafo Único. O prazo da inscrição e alterações é de 30 (trinta) dias, a contar do ato ou fato que as motivaram.

Art. 484. Far-se-á a inscrição e alterações:

I - a requerimento do interessado ou seu mandatário;

II - de ofício, após expirado o prazo para inscrição ou alterações dos dados da inscrição, aplicando-se as penalidades cabíveis.

Art. 485. Considera-se inscrito, a título precário, aquele que não obtiver resposta da autoridade administrativa, após 30 (trinta) dias do seu pedido de inscrição, salvo se a pendência for por culpa do requerente.

Art. 486. O contribuinte que se encontrar exercendo atividade sem inscrição cadastral será autuado pela infração e terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para realizar sua inscrição.

Parágrafo Único. Será aplicada a penalidade em dobro, caso a inscrição não seja requerida no prazo deste artigo.

Art. 487. A não inscrição no prazo de 60 (sessenta) dias após a notificação da autoridade fiscal acarretará o fechamento do estabelecimento pela autoridade administrativa, sem prejuízos as demais penalidades administrativa, civil e penal.

Subseção Única

Do Cancelamento da Inscrição no Cadastro Fiscal de Atividades Econômicas

Art. 488. Far-se-á a baixa da inscrição:

I - a requerimento do contribuinte interessado ou seu mandatário;

II - de ofício, nas hipóteses definidas no Regulamento.

§1º. A baixa do empresário ou da pessoa jurídica não impede que, posteriormente, sejam lançados ou cobrados tributos e respectivas penalidades, decorrentes da falta do cumprimento de obrigações ou da prática comprovada e apurada em processo administrativo ou judicial de outras irregularidades praticadas pelos empresários, pelas pessoas jurídicas ou por seus titulares, sócios ou administradores.

§2°. Na baixa da inscrição cadastral da pessoa jurídica de direito privado decorrente de fusão, transformação ou incorporação em outra, ficará responsável pelo débito com a Fazenda Pública, devido até a data do Ato, a pessoa jurídica resultante da fusão, transformação ou incorporação.

§3°. Quando do encerramento da atividade é obrigatório o pedido de baixa pelo sujeito passivo, no prazo de até 30 (trinta) dias.

Art. 489. A empresa que não apresentar recolhimento de tributos ou declaração da falta de movimento tributável por período superior a 2 (dois) anos, será considerada inativa, devendo ser cancelada a respectiva inscrição após intimação no Diário Oficial do Município.

SEÇÃO III

Do Cadastro Simplificado Tributário – CST

Art. 490. Por meio do Regulamento será disciplinada a utilização do Cadastro Simplificado Tributário – CST devendo ser observadas as seguintes diretrizes:

I – as sociedades ainda que não possuam personalidade jurídica própria deverão manter registros junto ao Cadastro Simplificado Tributário;

II – os projetos de edificação e parcelamento do solo com fins comerciais manterão sua inscrição no Cadastro Simplificado até que a emissão da certidão do Habite-se seja concedida;

III - Os produtores rurais que não constituírem uma personalidade jurídica própria para os exercícios de suas atividades econômica;

Parágrafo Único. Havendo a constituição de personalidade jurídica própria a inscrição do contribuinte deverá ser realizada no Cadastro Fiscal de Atividades Econômicas.

CAPÍTULO V DAS INFRAÇÕES E DAS PENALIDADES

Art. 491. Constitui infração a ação ou omissão, voluntária ou não, que importe na inobservância, por parte do sujeito passivo ou de terceiros, de normas estabelecidas na legislação tributária do Município.

Art. 492. Os infratores sujeitam-se às seguintes penalidades:

I - multa;

II - proibição de transacionar com as repartições municipais;

III - sujeição ao regime especial de fiscalização.

§1º. A imposição de penalidades não exclui:

I - o pagamento do tributo;

II - a fluência de juros de mora;

III - a correção monetária do débito.

§2º. A imposição de penalidades não exime o infrator:

I - do cumprimento de obrigação tributária acessória;

II - de outras sanções cíveis, administrativas ou criminais.

Art. 493. Não se procederá infração ou penalidade contra servidor ou contribuinte que tenha agido ou pago tributo de acordo com interpretação tributária constante de decisão de qualquer instância administrativa, mesmo que, posteriormente, venha a ser modificada essa interpretação.

Art. 494. A aplicação da penalidade de natureza civil, criminal ou administrativa e o seu cumprimento não dispensam, em caso algum, o pagamento do tributo devido e de seus acréscimos legais.

SEÇÃO ÚNICA **Das Multas**

Art. 495. Os infratores serão punidos com as seguintes multas:

§1º. de 05 (cinco) UFM´s:

I - o estabelecimento gráfico ou congênere que imprimir documento fiscal sem a competente autorização da Administração Tributária;

II - o contribuinte que não publicar e comunicar ao órgão fazendário, na forma e prazos regulamentares, o extravio e/ou inutilização de documento fiscal.

§2º. de 1,5 (um e meio) UFM´s por documento fiscal, limitado a 15 (quinze) UFM´s:

I - por emitir documento fiscal em desacordo com a legislação:

II - por emitir nota fiscal após a data de validade:

§3º. de 1,5 (um e meio) UFM´s por mês ou fração, limitado a 15 (quinze) UFM´s:

I - por escriturar os livros fiscais de forma ilegível ou com rasura:

II - por deixar de comunicar, a pessoa física ou jurídica, suas alterações cadastrais;

Art. 496. Ocorrendo uma ou mais das situações abaixo discriminadas, será aplicada a multa de 100% (cem por cento) ao valor da receita omitida, corrigida monetariamente, sem prejuízo do recolhimento do imposto.

I - por destinar a tomadores diversos, as vias de um mesmo documento fiscal;

II - por utilizar documento fiscal com série em duplicidade;

III - por consignar valores diferentes nas vias do mesmo documento fiscal;

IV - por emitir documento fiscal dado como extraviado, desaparecido ou inutilizado;

V - por qualquer omissão de receita não especificada nos itens anteriores, em que for comprovado que o sujeito passivo tenha agido com dolo, fraude ou simulação.

Art. 497. As multas serão cumulativas, quando resultarem concomitantemente, do não cumprimento de obrigação tributária acessória e principal.

§1º. Apurando-se, no mesmo processo, o não cumprimento de mais de uma obrigação tributária acessória, impor-se-á somente a pena relativa à infração mais grave.

§2º. Apurando-se, numa nova ação fiscal, reincidência do não cumprimento de obrigação acessória, a multa relativa a esta, será calculada em dobro.

Art. 498. Todos os contribuintes que estiverem sem seu cartão de inscrição ou não portarem os alvarás indispensáveis para o exercício de suas atividades estarão sujeitos a multa de 0,5 (meio) UFM´s por cada documento.

§1º. A multa será em dobro nos casos de licenças vencidas ou inexistentes.

§2º. Caso a situação descrita no §1º não seja solucionada em 15 (quinze) dias ou o contribuinte venha a ser reincidente em um espaço de 24 (vinte e quatro) meses, serão apreendidos os objetos e gêneros de seu comércio, que serão levados ao Depósito Público, até que seja paga a licença devida, nos termos do regulamento.

§3º. As mercadorias apreendidas, em se tratando de alimentos perecíveis e de fácil deterioração se não forem regularizadas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas serão doados a instituições sociais.

Art. 499. No caso de denúncia espontânea:

§1º. Os contribuintes que realizarem em até 7 (sete) dias o pagamento integral em da obrigação principal acrescido dos juros e multas terão o desconto de 70% nos valores das penalidades e infrações de ofício.

§2º. Os contribuintes que realizarem em até 15 (quinze) dias o pagamento integral em da obrigação principal acrescido dos juros e multas terão o desconto de 50% nos valores das penalidades e infrações de ofício.

§3º. O contribuinte que realizar em até 25 (vinte cinco) dias o pagamento integral em da obrigação principal acrescido dos juros e multas terão o desconto de 30% nos valores das penalidades e infrações de ofício.

TÍTULO II

DO PROCESSO ADMININSTRATIVO TRIBUTÁRIO

CAPÍTULO I

DO PROCESSO CONTENCIOSO

SEÇÃO I **Da reclamação contra o lançamento**

Art. 500. O contribuinte que não concordar com o lançamento direto ou por declaração poderá reclamar, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da notificação ou do aviso efetuado por qualquer das formas estabelecidas na legislação tributária.

Art. 501. A reclamação contra o lançamento far-se-á por petição dirigida a Administração Tributária, facultada a juntada de documentos.

Art. 502. A reclamação contra o lançamento terá efeito suspensivo na cobrança dos tributos lançados.

Art. 503. Apresentada a reclamação, o processo será encaminhado ao setor responsável pelo lançamento, que terá 30 (trinta) dias, a partir da data de seu recebimento, para instruí-lo com base nos elementos constitutivos do lançamento e, se for o caso, impugná-lo.

SEÇÃO II **Da defesa do autuado**

Art. 504. O autuado apresentará defesa no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da ciência da intimação.

Art. 505. A defesa do autuado será apresentada por petição ao setor por onde correr o processo, contra recibo, em caso de mais de uma autuação, ser interposta em petições apartadas.

Art. 506. Na defesa, o autuado alegará a matéria que entender útil, indicará e requererá as provas que pretenda produzir, juntando de imediato as que possuir.

Art. 507. Apresentada defesa, terá o autuante o prazo de 30 (trinta) dias para instruir o processo a partir da data de seu recebimento, o que fará, no que for aplicável.

Subseção Única **Das provas**

Art. 508. O titular da Administração Tributária responsável pelo lançamento ou no qual esteja lotado o autuante, deferirá no prazo de 15 (quinze) dias, a produção de provas que não sejam manifestadamente inúteis ou protelatórias, ordenará a produção de outras que entender necessárias e fixará o prazo, de até 30 (trinta) dias, em que umas e outras devam ser produzidas.

Art. 509. As perícias deferidas competirão ao perito designado pelo titular da Administração Tributária, na forma do artigo anterior; quando requeridas pelo autuante ou, nas reclamações contra o lançamento, pelo setor encarregado de realizá-lo, poderão ser atribuídas a agente da Administração Tributária.

Art. 510. O autuante e o reclamante poderão participar das diligências e as alegações que tiverem serão juntadas ao processo ou constarão do termo de diligência para serem apreciadas no julgamento.

Art. 511. Apresentada a defesa, o processo será encaminhado à Autoridade Fiscal, responsável pelo procedimento ou seu substituto, para que ofereça réplica.

§1º. Na réplica a autoridade fiscal alegará a matéria que entender útil indicando ou requerendo as provas que pretende produzir, juntando desde logo as que constarem do documento.

§2º. Em caso de juntada de novas provas será aberto prazo de 10 (dez) dias para manifestação do requerente, finalizado este prazo o processo será encaminhado para julgamento.

Art. 512. São competentes para julgar na esfera administrativa:

I - Em primeira instância, o agente Comissionado responsável pelos servidores da Administração Tributária Municipal a qual deu origem ao processo;

II - Em segunda instância, a Câmara de Recursos Tributário.

SEÇÃO III **Da decisão em primeira instância**

Art. 513. Após a réplica fiscal, o processo será encaminhado para julgamento em primeira instância.

Art. 514. A autoridade julgadora não ficará limitada às alegações das partes, devendo julgar de acordo com sua convicção, em face das provas produzidas no processo.

Art. 515. Se entender necessário a autoridade julgadora determinará de ofício ou a requerimento do sujeito passivo, a realização de diligências, inclusive perícias, indeferindo as que considerar prescindíveis ou impraticáveis.

Parágrafo Único. O sujeito passivo apresentará os pontos de discordância e as razões e provas que tiver e indicará, no caso de perícia, o nome e endereço de seu perito.

Art. 516. Se deferido o pedido de perícia, a autoridade julgadora de primeira instância designará servidor para, como perito da fazenda, proceder, juntamente com o perito do sujeito passivo, ao exame do requerido.

Art. 517. Será reaberto prazo para impugnação se, da realização de diligência, resultar alteração da exigência inicial.

§1º. Não sendo cumprida nem impugnada a exigência, no prazo de 30 (trinta) dias será declarada à revelia do contribuinte.

§2º. Esgotado o prazo de cobrança amigável, sem que tenha sido pago o crédito tributário e fiscal, a autoridade julgadora encaminhará o processo à Dívida Ativa para promover a cobrança.

Art. 518. A decisão, redigida com simplicidade e clareza, indicará os dispositivos legais aplicados, e concluirá pela procedência ou improcedência do auto ou da reclamação contra o lançamento, definindo expressamente os seus efeitos, num ou noutro caso, devendo conter:

I - Fundamentação dos fatos e direitos da decisão;

II – Apresentação do valor total do débito, discriminados os tributos devidos e as penalidades;

III - Conclusão pela procedência ou improcedência do Auto de Infração, indicando os dispositivos legais aplicados;

IV - A decisão será comunicada ao contribuinte mediante Termo de Intimação;

V - Da decisão de 1ª instância não caberá recurso de reconsideração.

Art. 519. As inexatidões materiais devidas a lapso manifesto ou os erros de cálculo existentes na decisão poderão ser corrigidas de ofício ou a requerimento do interessado.

SEÇÃO IV **Da decisão em segunda instância**

Art. 520. Em havendo recursos para a Câmara de Recursos Tributário de segunda instância à Procuradoria Geral do Município deverá se manifestar por meio de parecer, em um prazo não superior a 30 (trinta) dias.

§1º. Se entender necessário, a Procuradoria Geral do Município, no prazo de 30 (trinta) dias, a requerimento da parte ou de ofício, dará vistas sucessivamente, ao autuante e ao autuado, ou ao reclamante, por 5 (cinco) dias a cada um para as alegações finais.

§2º. Verificada a hipótese no parágrafo anterior, a Procuradoria Geral do Município terá novo prazo de 10 (dez) dias para encaminhar o processo para apreciação em segunda instância.

Subseção I **Do recurso voluntário**

Art. 521. Da decisão de primeira instância, contrária, no todo ou em parte, ao contribuinte, caberá recurso voluntário para a Câmara de Recursos Tributário, com efeito suspensivo, interposto no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da decisão de primeira instância.

Art. 522. É vedado reunir em uma só petição recursos referentes a mais de uma decisão, ainda que versem sobre o mesmo assunto e alcancem o mesmo contribuinte.

Subseção II **Do recurso de ofício**

Art. 523. Das decisões de primeira instância contrárias, no todo ou em parte, à Fazenda Municipal, inclusive por desclassificação da infração, será interposto recurso de ofício, com efeito suspensivo, sempre que a importância em litígio exceder o valor equivalente a 5 (cinco) UFM´s.

Art. 524. Subindo o processo em grau de recurso voluntário, e sendo também o caso de recurso de ofício, não interposto, a Câmara de Recursos Tributário tomará conhecimento pleno do processo, como se tivesse havido tal recurso.

Art. 525. Interposto o recurso, voluntário ou de ofício, o processo será encaminhado a Câmara de Recursos Tributário para proferir a decisão.

§1º. Quando o processo não se encontrar devidamente instruído, poderá ser convertido em diligência para se determinar novas provas.

§2º. Enquanto o processo estiver em diligência, poderá o recorrente juntar documentos ou acompanhar as provas determinadas.

Art. 526. O processo que não for relatado ou devolvido, no prazo estabelecido, com voto escrito do relator, poderá ser avocado pelo presidente da Câmara, que o incluirá em pauta de julgamento, dentro do prazo de até 30 (trinta) dias.

Art. 527. O autuante, o autuado ou o reclamante, poderão representar-se na Câmara de Recursos Tributário, sendo-lhes facultado o uso da palavra, por 15 (quinze) minutos, após o resumo do processo feito pelo relator.

Art. 528. A decisão referente a processo julgado pela Câmara de Recursos Tributário receberá a forma de acórdão, cuja conclusão será publicada no Diário Oficial do Município, com ementa sumariando a decisão.

Art. 529. A decisão da Câmara de Recursos Tributário, que encerrará a fase de litígio na esfera administrativa, será proferida no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento do processo.

SEÇÃO V **Da eficácia da decisão fiscal**

Art. 530. As decisões definitivas serão cumpridas:

I - pela notificação do contribuinte e, quando for o caso, também do seu fiador, para no prazo de 30 (trinta) dias satisfazer o pagamento do valor da condenação;

II - pela notificação do contribuinte para restituição de importância indevidamente recolhida como tributo e seus acréscimos legais;

III - pela imediata inscrição em dívida ativa, e remessa da certidão para cobrança judicial, dos débitos a que se referem o inciso I deste artigo, se não tiverem sido pagos no prazo estabelecido.

Art. 531. Encerra-se o litígio tributário com:

I - a decisão definitiva:

a) na parte que não for objeto de recurso voluntário ou não estiver sujeita a recurso de ofício;

b) esgotado o prazo para recurso voluntário sem que este tenha sido interposto.

II - a desistência de impugnação ou de recurso;

III - a extinção do crédito;

IV - qualquer ato que importe confissão da dívida ou reconhecimento da existência do crédito.

TÍTULO III

DA CÂMARA DE RECURSOS TRIBUTÁRIO

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

SEÇÃO I **Da composição**

Art. 532. A Câmara de Recursos Tributário será composta de 03 (três) Conselheiros efetivos e 02 (dois) Conselheiros suplentes, sendo o presidente da Câmara o próprio Secretário Municipal de Fazenda e os demais funcionários efetivos da prefeitura.

Art. 533. Os representantes serão nomeados por meio de portaria expedida pelo Chefe do Poder Executivo para mandato de 2 (dois) anos prorrogável por igual período:

Parágrafo Único. A cada Conselheiro efetivo ou suplente poderá ser atribuído uma gratificação por comparecimento à audiência, que serão fixados por Decreto.

SEÇÃO II **Da competência**

Art. 534. Compete a Câmara de Recursos Tributário:

I - julgar recurso voluntário contra decisão do órgão julgador de primeira instância;

II- julgar recurso de ofício interposto pelo órgão julgador de primeira instância, por decisão contrária à Fazenda Pública Municipal.

Art. 535. São atribuições dos Conselheiros:

I - examinar os processos que lhes forem distribuídos, e, sobre eles, apresentar relatório e parecer conclusivo, por escrito;

II - comparecer às sessões e participar dos debates para esclarecimento;

III - pedir esclarecimentos, vista ou diligência necessários e solicitar, quando conveniente, destaque de processo constante da pauta de julgamento;

IV - proferir voto, na ordem estabelecida;

V - redigir os Acórdãos de julgamento em processos que relatar, desde que vencedor o seu voto;

VI - redigir, quando designado pelo presidente, Acórdão de julgamento, se vencido o Relator;

VII - prolatar, se desejar, voto escrito e fundamentado, quando divergir do Relator.

Art. 536. Compete ao Secretário Câmara de Recursos Tributário:

I - secretariar os trabalhos das reuniões;

II - fazer executar as tarefas administrativas;

III - promover o saneamento dos processos, quando se tornar necessário;

IV - distribuir, por sorteio, os processos tributários e fiscais aos Conselheiros.

Art. 537. Compete ao Presidente da Câmara de Recursos Tributário:

I - presidir as sessões;

II - convocar sessões extraordinárias, quando necessárias;

III - determinar as diligências solicitadas;

IV - assinar os Acórdãos;

V - proferir, em julgamento, além do voto ordinário, o de qualidade;

VI - designar redator de Acórdão, quando vencido o voto do relator.

§1º. O Presidente da Câmara de Recursos Tributário é cargo nato do Secretário da Fazenda.

§2º. O Presidente da Câmara de Recursos Tributário será substituído, em seus impedimentos, pelo servidor indicado pelo Prefeito.

SEÇÃO III **Das disposições gerais**

Art. 538. Perde a qualidade de Conselheiro:

I - o representante dos contribuintes que não comparecer a 03(três) sessões consecutivas, sem causa justificada perante o Presidente, devendo a entidade indicadora promover a sua substituição;

II - a Autoridade Fiscal que exonerar-se ou for demitida.

Art. 539. O Conselho realizará, ordinariamente, uma audiência por semana, em dia e horário fixado no início de cada período anual de sessões, podendo, ainda, realizar sessões extraordinárias, quando necessárias, desde que convocadas pelo Presidente.

CAPÍTULO II

Disposições Finais e Transitórias

Art. 540. A expressão "Fazenda Pública", quando empregada nesta Lei sem qualificação, abrange a Fazenda Pública Municipal de Mirassol D'Oeste.

Art. 541. O Poder Executivo municipal expedira, dentro de 90 (noventa) dias da entrada em vigor desta Lei, os Decretos Regulamentares que se fizerem necessários para dar eficiência e eficácia ao Código Tributário Municipal de Mirassol D'Oeste.

Art. 542. Fica a fazenda pública municipal autorizado a empregar as melhores técnicas de gestão para executar extrajudicialmente os créditos tributários municipais podendo para tanto inserir o nome do sujeito passivo e seus respectivos responsáveis tributários em cadastros de inadimplentes quando o crédito for inferior a 20 UFM's e no serviço de protestos via cartórios para os créditos acima de 20 UFM's.

Art. 543. Até que seja editada um novo dispositivo normativo permanece em vigor a planta genérica de valores descrita na Lei Complementar nº 134, de 26 de dezembro de 2013.

Art. 544. Até que seja editada um novo dispositivo normativo permanece em vigor o valor e toda a regulamentação da Unidades Fiscais do Município (UFM).

Art. 545. Esta Lei entrará em vigor, no dia 1º de janeiro de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D´Oeste, Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho em 01 de outubro de 2019.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito

Anexo I

Alíquotas, local de incidência, substitutos tributários,

Lista de serviços transcrita da lei complementar nº 116, de 31 de julho de 2013 e alterações posteriores com o local da incidência e o substituto tributário

1 – Serviços de informática e congêneres.	**Alíquota proposta**	**Incidência no local:**	**Responsável pelo recolhimento:**
1.01 – Análise e desenvolvimento de sistemas.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
1.02 – Programação.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
1.03 - Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 157, de 2016)**	2,0%	do estabelecimento	o prestador
1.04 - Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo tablets, smartphones e congêneres. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 157, de 2016)**	2,0%	do estabelecimento	o prestador
1.05 – Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
1.06 – Assessoria e consultoria em informática.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
1.07 – Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
1.08 – Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
1.09 - Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdo de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdo pelas prestadoras de Serviço de Acesso Condicionado, de que trata a Lei no 12.485, de 12 de setembro de 2011, sujeita ao ICMS). **(Incluído pela Lei Complementar nº 157, de 2016)**	2,0%	do estabelecimento	o prestador
2 – Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.			
2.01 – Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
3 – Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.			
3.01 – (VETADO)			
3.02 – Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.	2,0%	do estabelecimento	o prestador
3.03 – Exploração de salões de festas, centro de convenções, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza **EXCETO ESCRITORIOS VIRTUAIS**	5,0%	do estabelecimento	o prestador
3.03 – Exploração de escritórios virtuais.	2,0%	do estabelecimento	o prestador
3.04 – Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.	5,0%	da prestação do serviço	o prestador
3.05 – Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.	5,0%	da prestação do serviço	o tomador
4 – Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.			
4.01 – Medicina e biomedicina.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
4.02 – Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultrassonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
4.03 – Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
4.04 – Instrumentação cirúrgica.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
4.05 – Acupuntura.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
4.06 – Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
4.07 – Serviços farmacêuticos	5,0%	do estabelecimento	o prestador
4.08 – Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
4.09 – Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
4.10 – Nutrição.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
4.11 – Obstetrícia.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
4.12 – Odontologia.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
4.13 – Ortóptica.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
4.14 – Próteses sob encomenda.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
4.15 – Psicanálise.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
4.16 – Psicologia.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
4.17 – Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
4.18 – Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
4.19 – Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.	5,0%	do estabelecimento	o prestador

4.20 – Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
4.21 – Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
4.22 – Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.	5,0%	da prestação do serviço	o intermediário **OU** o prestador
4.23 – Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.	5,0%	da prestação do serviço	o intermediário **OU** o prestador
5 – Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres.			
5.01 – Medicina veterinária e zootecnia.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
5.02 – Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
5.03 – Laboratórios de análise na área veterinária.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
5.04 – Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
5.05 – Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
5.06 – Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
5.07 – Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
5.08 – Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
5.09 – Planos de atendimento e assistência médico-veterinária.	5,0%	da prestação do serviço	o intermediário **OU** o prestador
6 – Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.			
6.01 – Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
6.02 – Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
6.03 – Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
6.04 – Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
6.05 – Centros de emagrecimento, spa e congêneres.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
6.06 - Aplicação de tatuagens, piercings e congêneres. **(Incluído pela Lei Complementar nº 157, de 2016)**	5,0%	do estabelecimento	o prestador
7 – Serviços relativos à engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.			
7.01 – Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
7.02 – Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos **(exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).**	5,0%	da prestação do serviço	o tomador
7.03 – Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
7.04 – Demolição.	5,0%	da prestação do serviço	o tomador
7.05 – Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres **(exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).**	5,0%	da prestação do serviço	o tomador
7.06 – Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.	5.0%	do estabelecimento	o prestador
7.07 – Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
7.08 – Calafetação.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
7.09 – Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.	5,0%	da prestação do serviço	o tomador
7.10 – Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.	5,0%	da prestação do serviço	o tomador
7.11 – Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.	5,0%	da prestação do serviço	o tomador
7.12 – Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.	5,0%	da prestação do serviço	o tomador
7.13 – Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
7.14 – (VETADO)			
7.15 – (VETADO)			
7.16 - Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios. (Redação dada pela Lei Complementar nº 157, de 2016)	5,0%	da prestação do serviço	o tomador
7.17 – Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.	5,0%	da prestação do serviço	o tomador
7.18 – Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.	5,0%	da prestação do serviço	o tomador
7.19 – Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.	5,0%	da prestação do serviço	o tomador

7.20 – Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.	2,0%	do estabelecimento	o prestador
7.21 – Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfil agem, concretação, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e explotação de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
7.22 – Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.	2,0%	do estabelecimento	o prestador
8 – Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.			
8.01 – Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
8.01 – Instituições de ensino regular pré-escolar, fundamental, médio que destinar 15% das vagas para crianças e adolescentes inscritas em programa sociais da prefeitura.	2,0%	do estabelecimento	o prestador
8.02 – Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
9 – Serviços relativos à hospedagem, turismo, viagens e congêneres.			
9.01 – Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart-service condominiais, flat, apart-hotéis, hotéis residência, residence-service, suítes service, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).	5,0%	do estabelecimento	o prestador
9.02 – Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
9.03 – Guias de turismo.	2,0%	do estabelecimento	o prestador
10 – Serviços de intermediação e congêneres.			
10.01 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
10.02 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
10.03 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
10.04 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring).	5,0%	da prestação do serviço	o intermediário **OU** o prestador
10.05 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
10.06 – Agenciamento marítimo.	2,0%	do estabelecimento	o prestador
10.07 – Agenciamento de notícias.	2,0%	do estabelecimento	o prestador
10.08 – Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
10.09 – Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
10.10 – Distribuição de bens de terceiros.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
11 – Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.			
11.01 – Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.	5,0%	da prestação do serviço	o prestador
11.02 - Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 157, de 2016)**	5,0%	da prestação do serviço	o tomador
11.03 – Escolta, inclusive de veículos e cargas.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
11.04 – Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.	5,0%	da prestação do serviço	o prestador
12 – Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.			
12.01 – Espetáculos teatrais.	2,0%	da prestação do serviço	o intermediário **OU** o prestador
12.02 – Exibições cinematográficas.	2,0%	da prestação do serviço	o intermediário **OU** o prestador
12.03 – Espetáculos circenses.	2,0%	da prestação do serviço	o intermediário **OU** o prestador
12.04 – Programas de auditório.	2,0%	da prestação do serviço	o intermediário **OU** o prestador
12.05 – Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.	2,0%	da prestação do serviço	o intermediário **OU** o prestador
12.06 – Boates, taxi-dancing e congêneres.	2,0%	da prestação do serviço	o intermediário **OU** o prestador
12.07 – Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.	2,0%	da prestação do serviço	o intermediário **OU** o prestador
12.08 – Feiras, exposições, congressos e congêneres.	2,0%	da prestação do serviço	o intermediário **OU** o prestador
12.09 – Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.	2,0%	da prestação do serviço	o intermediário **OU** o prestador
12.10 – Corridas e competições de animais.	2,0%	da prestação do serviço	o intermediário **OU** o prestador

12.11 – Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.	2,0%	da prestação do serviço	o intermediário **OU** o prestador
12.12 – Execução de música.	2,0%	da prestação do serviço	o intermediário **OU** o prestador
12.13 – Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.	2,0%	do estabelecimento	o prestador
12.14 – Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.	2,0%	da prestação do serviço	o intermediário **OU** o prestador
12.15 – Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.	2,0%	da prestação do serviço	o intermediário **OU** o prestador
12.16 – Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.	2,0%	da prestação do serviço	o intermediário **OU** o prestador
12.17 – Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.	2,0%	da prestação do serviço	o intermediário **OU** o prestador
13 – Serviços relativos à fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.			
13.01 – (VETADO)			
13.02 – Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
13.03 – Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
13.04 – Reprografia, microfilmagem e digitalização.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
13.05 - Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia e fotolitografia, **exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarão sujeitos ao ICMS. (Redação dada pela Lei Complementar nº 157, de 2016)**	2,0%	do estabelecimento	o prestador
14 – Serviços relativos a bens de terceiros.			
14.01 – Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).	5,0%	do estabelecimento	o prestador
14.02 – Assistência técnica.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
14.03 – Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).	5,0%	do estabelecimento	o prestador
14.04 – Recauchutagem ou regeneração de pneus.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
14.05 - Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodizarão, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer. (Redação dada pela Lei Complementar nº 157, de 2016)	5,0%	do estabelecimento	o prestador
14.06 – Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
14.07 – Colocação de molduras e congêneres.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
14.08 – Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
14.09 – Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
14.10 – Tinturaria e lavanderia.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
14.11 – Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
14.12 – Funilaria e lanternagem.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
14.13 – Carpintaria e serralheria.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
14.14 - Guincho intramunicipal, guindaste e içamento. (Redação dada pela Lei Complementar nº 157, de 2016)	5,0%	do estabelecimento	o prestador
15 – Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.			
15.01 – Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres.	5,0%	da prestação do serviço	o prestador
15.02 – Abertura de contas em geral, inclusive conta corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
15.03 – Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
15.04 – Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
15.05 – Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
15.06 – Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
15.07 – Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
15.08 – Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos à abertura de crédito, para quaisquer fins.	5,0%	do estabelecimento	o prestador

15.09 – Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing).	5,0%	da prestação do serviço	o prestador
15.10 – Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
15.11 – Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
15.12 – Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
15.13 – Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
15.14 – Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
15.15 – Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
15.16 – Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
15.17 – Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
15.18 – Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
16 – Serviços de transporte de natureza municipal.			
16.01 - Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 157, de 2016)**	5,0%	da prestação do serviço	o prestador
16.02 - Outros serviços de transporte de natureza municipal. **(Incluído pela Lei Complementar nº 157, de 2016)**	5,0%	da prestação do serviço	o prestador
17 – Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.			
17.01 – Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
17.02 – Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infraestrutura administrativa e congêneres.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
17.03 – Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
17.04 – Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
17.05 – Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.	5,0%	da prestação do serviço	o tomador
17.06 – Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
17.07 – (VETADO)			
17.08 – Franquia (franchising).	5,0%	do estabelecimento	o prestador
17.09 – Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
17.10 – Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.	5,0%	da prestação do serviço	o intermediário **OU** o prestador
17.11 – Organização de festas e recepções; bufê **(exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).**	5,0%	do estabelecimento	o prestador
17.12 – Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
17.13 – Leilão e congêneres.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
17.14 – Advocacia.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
17.15 – Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
17.16 – Auditoria.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
17.17 – Análise de Organização e Métodos.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
17.18 – Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
17.19 – Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
17.20 – Consultoria e assessoria econômica ou financeira.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
17.21 – Estatística.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
17.22 – Cobrança em geral.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
17.23 – Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring).	5,0%	do estabelecimento	o prestador
17.24 – Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.	2,0%	do estabelecimento	o prestador
17.25 - Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção **livre e gratuita**). **(Incluído pela Lei Complementar nº 157, de 2016)**	2,0%	do estabelecimento	o prestador

18 – Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.			
18.01 - Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
19 – Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.			
19.01 - Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
20 – Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.			
20.01 – Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
20.02 – Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
20.03 – Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
21 – Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.			
21.01 - Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
22 – Serviços de exploração de rodovia.			
22.01 – Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.	5,0%	da prestação do serviço	o prestador
23 – Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.			
23.01 – Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
24 – Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.			
24.01 - Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
25 - Serviços funerários.			
25.01 – Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
25.02 - Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 157, de 2016)**	5,0%	do estabelecimento	o prestador
25.03 – Planos ou convênio funerários.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
25.04 – Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
25.05 - Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento. **(Incluído pela Lei Complementar nº 157, de 2016)**	5,0%	do estabelecimento	o prestador
26 – Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courrier e congêneres.			
26.01 – Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courrier e congêneres.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
27 – Serviços de assistência social.			
27.01 – Serviços de assistência social.	2,0%	do estabelecimento	o prestador
28 – Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.			
28.01 – Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
29 – Serviços de biblioteconomia.			
29.01 – Serviços de biblioteconomia.	2,0%	do estabelecimento	o prestador
30 – Serviços de biologia, biotecnologia e química.			
30.01 – Serviços de biologia, biotecnologia e química.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
31 – Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.			
31.01 - Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
32 – Serviços de desenhos técnicos.			
32.01 - Serviços de desenhos técnicos.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
33 – Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.			
33.01 - Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
34 – Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.			
34.01 - Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
35 – Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.			
35.01 - Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.	5,0%	do estabelecimento	o prestador
36 – Serviços de meteorologia.			
36.01 – Serviços de meteorologia.	2,0%	do estabelecimento	o prestador
37 – Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.			
37.01 - Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.	2,0%	do estabelecimento	o prestador
38 – Serviços de museologia.			
38.01 – Serviços de museologia.	2,0%	do estabelecimento	o prestador

39 – Serviços de ourivesaria e lapidação.			
39.01 - Serviços de ourivesaria e lapidação **(quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).**	2,0%	do estabelecimento	o prestador
40 – Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.			
40.01 - Obras de arte sob encomenda.	2,0%	do estabelecimento	o prestador
Outras tipificações elencadas pela legislação federal criadas a partir da promulgação do presente Código ainda que não esteja listada neste anexo	5,0%	do estabelecimento	o prestador

Anexo II

Quando o profissional realizar o trabalho de forma pessoal sem o auxílio de outros profissionais ou no formato de sociedade simples o ISSQN deverá ser um valor fixo com data de início do fato gerador em 1º de janeiro de cada exercício ou no dia do início da atividade no município. **(fato gerador em 1º de janeiro de cada ano)**

1	**PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS DE NIVEL SUPERIOR**	
1.1	MÉDICOS E CONGENERES	30
1.2	ODONTOLOGOS	14
1.3	EMFERMEIRO	5
1.4	FONOAUDÍLOGO	5
1.5	FISIOTERAPEUTA	5
1.6	NUTRICIONISTA	7
1.7	PSICOLOGO	5
1.8	TERAPEUTA E CONGENERES	5
1.9	ACUPUNTOR	5
1.10	FARMACEUTICO / BIOQUIMICO	7
1.11	DEMAIS PROFISSIONAIS DE NIVEL SUPERIOR DA ÁREA DE SAÚDE NÃO INCLUIDOS NOS ITENS ANTERIORES	5
1.12	ANALISTA DE SISTEMAS	7
1.13	PROGRAMADOR	5
1.14	TÉCNICO EM INFORMATICA	3
1.15	WEBDSESIGNER	4
1.16	DEMAIS PROFISSIONAIS DE NIVEL SUPERIOR DA ÁREA DE INFORMÁTICA NÃO INCLUIDOS NOS ITENS ANTERIORES.	4
1.17	MÉDICO VETERINÁRIO	12
1.18	ZOOTÉNISTA	8
1.19	DEMAIS PROFISSIONAIS DE NIVEL SUPERIOR DA ÁREA DE MEDICINA E ASSISTÊNCIAVETERINÁRIA E CONGENERES NÃO INCLUÍDA NOS ITENS ANTERIOR	5
1.20	ENGENHEIRO, AGRONOMO, AGRIMENSOR, ARQUITETO, GEOLOGO, URBANISTA, PAISAGISTA E CONGÊNERE	15
1.21	PROFESSORE DEMAIS PROFISSIONAIS DE NIVEL SUPERIOR DA ÁREA DE EDUCAÇÃO	3
1.22	ADVOGADO	15
1.23	DEMAIS PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR NÃO INCLUÍDO NOS ITENS ANTERIORES	8
2	**TRABALHO PESSOAL DOS DEMAIS PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS**	
2.1	CORRETOR, INTERMEDIADOR EM GERAL	4
2.2	ALFAIATE, COSTUREIRO E ASSEMELHADO	2
2.3	BORRACHEIRO	2
2.4	BARBEIRO	4
2.5	CABELEIREIRO, MANICURES, PEDICURES E ASSEMELHADOS	5
2.6	CARPINTEIRO	3
2.7	ELETRICISTA	3
2.8	ENCANADOR	3
2.9	INVESTIGADOR PARTICULAR, DETETIVE E CONGENERES	4
2.10	MESTRE DE OBRA EM GERAL	3
2.11	PEDREIRO	3
2.12	REPRESENTANTE DE QUALQUER NATUREZA	3
2.13	RELOJOEIRO	3
2.14	TAXISTA/MOTOTAXISTA	3
2.15	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	3
2.16	TÉCNICO AGRICOLA E CONGERES	3
2.17	TÉCNICO PROTESE DENTÁRIA	3

2. 18	DEMAIS PROFISSIONAOS AUTÔNOMOS NÃO ESPECIFICADOS NOS ITENS ANTERIORES	3
2. 19	**OUTRAS ATIVIDADES DA LISTA:**	3

Anexo III

Valores da Taxa de Fiscalização, Localização, Instalação e Funcionamento

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	**UFM (ano)**
INDÚSTRIA EM GERAL:	
- Indústria Editorial Gráfica:	
- Impressão edição de jornais, outros periódicos, livros manuais.....	5 – UFM
- Impressão de material escolar, para uso industrial e comercial para propaganda e outros fins – inclusive litografia.....	5 – UFM
- Execução de outros serviços gráficos, não especificados nos itens anteriores.....	5 – UFM
- Indústria de Construção:	
- Construção Civil	18 – UFM
- Pavimentação, terraplanagem, construção de estradas e desmatamentos	18 – UFM
- Construção de obras de arte (pontes, viadutos, mirantes, etc.).....	18 – UFM
- Demais atividades não constantes nos itens anteriores.....	18 – UFM
- Agricultura e Criação de Animal (quando explorada por pessoa jurídica):	
- Agricultura.....	10,5 – UFM
- Extração vegetal.....	5,81 – UFM
- Criação animal	10,5 – UFM
- Demais atividades não constantes nos itens anteriores.....	12,5 – UFM
- Frigorífico e Assemelhados.....	20,0 – UFM
- Abatedouro de aves.....	14,0 – UFM
- Destilaria e Assemelhado.....	20,0 – UFM
- Britamento de Pedras.....	20,0 – UFM
- Fabricação de aguardente, licor e outras bebidas alcoólicas.....	10,0 – UFM
- Fabricação de bebidas não alcoólicas.....	10,0 – UFM
INDÚSTRIA DE MADEIRA:	
- Desdobramento de madeira	9,0 – UFM
- Fabricação de carroceria para veículo automotor ou de tração animal.....	4,0 – UFM
- Fabricação de moveis de madeira, carpintaria ou prensada, chapas e placas de madeira, aglomerada...	6,0 – UFM
- Fabricação de outros artigos não especificados nos itens anteriores.....	4,0 – UFM
- Demais Indústrias com atividades não constantes do item anterior:	
- Todas as atividades.....	2,83 % da UFM por M²
COMÉRCIO ATACADISTA:	
- Gêneros Alimentícios.....	8,0 – UFM
- Distribuidora de bebidas, refrigerantes e água mineral.....	6,0 – UFM
- Combustíveis.....	11,0 – UFM
- Produtos e resíduo de origem animal (Frigoríficos, Graxaria, Triparia e etc).....	17,0 – UFM
- Madeira em tora e beneficiada.....	17,0 – UFM
- Cereais, farinha e assemelhados.....	12,0 – UFM
- Lubrificantes.....	15,0 – UFM
- Demais atacadista não especificados nos itens anteriores	12,0 – UFM
COMÉRCIO VAREJISTA:	
Todas as atividades.....	2,83 % da UFM por M²
- Deposito de empresa (fechado e ou aberto):	
- De secos e molhados, inclusive alimentícios.....	7,38 – UFM
- De materiais para construção.....	5,00 – UFM
- De produtos veterinários e assemelhados.....	8,00 – UFM
- De insumos agrícolas, inclusive maquinários.....	6,00 – UFM
- Demais não especificados nos itens anteriores.....	1,50 – UFM
- Lotérica.....	7,00 – UFM
- Pesque e Pague.....	3,00 – UFM
- Demais varejistas não especificados nos itens anteriores, ...	3,00 – UFM
PRESTADORES DE SERVIÇOS:	
- Hotéis, motéis, pensões e similares:	
- Por Apartamento, inclusive salas multi-uso.....	0,5 – UFM
- Instituição Financeira de Crédito e Seguros em geral:	
- Financiamento e/ou investimento, Cooperativa de Crédito, Bancos e/ou serviços.....	30 – UFM
- Posto avançados de bancos e assemelhados.....	20 – UFM
- Factoring e assemelhados.....	15 – UFM
- Seguros e capitalização.....	15 – UFM
- Estúdio fotográfico, Atelier de pintura, desenho e assemelhados.....	1,5 – UFM
- Fotografo e assemelhado (rudimentar).....	1,0 – UFM
- Academia de ginásticas, karatê, judô e assemelhados.....	3,0 – UFM
- Barbearia e salão de beleza, por nº de cadeira.....	1,0 – UFM
- Laboratório de análises clínicas.....	5,0 – UFM
- Clínica em Geral:	
- Veterinária.....	5,0 – UFM
- Odontológico.....	5,0 – UFM
- Fisioterapia e assemelhados	5,0 – UFM

- Médica em geral.....	9,0 – UFM
- Estabelecimentos Hospitalares:	
- até 25 leitos.....	12 – UFM
- de 26 leitos acima	25 – UFM
- Consultórios em Geral:	
- Odontológico e assemelhados	5,0 – UFM
- Prótese Dentária em geral.....	3,5 – UFM
- Médicos em geral.....	7,0 – UFM
- Veterinário.....	4,0 – UFM
- Demais consultórios não especificados nos itens anteriores.....	2,5 – UFM
- Escritório em Geral:	
- Advocacia em geral.....	3,0 – UFM
- Contabilidade em geral	3,0 – UFM
- Engenharia de construção residência e comercial em geral.....	3,0 – UFM
- Engenharia Elétrica de alta tensão, rural e assemelhado.....	3,0 – UFM
- Engenharia elétrica urbana.....	3,0 – UFM
- Consultoria, planejamento e assessoria em geral.....	3,0 – UFM
- Turismo e agenciamento de viagem.....	3,0 – UFM
- Despachantes e assemelhados.....	3,0 – UFM
- Imobiliária em geral.....	3,0 – UFM
- Distribuição de guias, leitura, corte de energia elétrica e assemelhada.....	3,0 – UFM
- Distribuição de guias, leitura corte de água potável e assemelhado.....	3,0 – UFM
- Representante comerciais, corretores, agentes e prepostos em geral.....	3,0 – UFM
- Demais escritório não especificado nos itens anteriores.....	3,0 – UFM
- Locadora de objeto de transmissão de imagem digital ou analógica tais como DVD, Blu Ray, Videocassete, Projetores, Telas, Data Show, etc.....	3,0 – UFM
- Locadora de livros e objetos cultural.....	3,0 – UFM
- Locadora de Software e assemelhado de informática.....	2,0 – UFM
- Cartório em geral.....	12,0 – UFM
- Funerária.....	12,0 – UFM
- Empreiteira e Incorporadora.....	6,0 – UFM
- Conservação, Limpeza e Segurança.....	5,0 – UFM
- Clube recreativo (esporte, piscina, sauna e assemelhados).....	2,5 – UFM
- Guarda, tratamento e adestramento de animais.....	4,0 – UFM
- Paisagismo e decoração.....	1,0 – UFM
- Zincografia, litografia e assemelhados.....	3,0 – UFM
- Comunicação em geral:-	2,0 – UFM
- Serviços de telecomunicação.....	3,0 – UFM
- Agência de Correio e Telegrafo.....	3,0 – UFM
- Estação de rádio (transmissão).....	3,0 – UFM
- Estação de televisão(transmissão).....	4,0 – UFM
- Tele mensagem.....	2,0 – UFM
- Jornal e revista.....	3,0 – UFM
- Distribuição de jornais e revistas.....	1,5 – UFM
- Subestação de energia elétrica.....	3,0 – UFM
- Torre de recepção e transmissão de TV.....	6,0 – UFM
- Torre de recepção e transmissão de telefonia fixa e móvel.....	3,0 – UFM
- Torre de rádio difusão.....	3,0 – UFM
- Demais meio de comunicação, não especificada nos itens anteriores.....	2,0 – UFM
- Oficina de reparo, manutenção e conservação em geral:.....	2,83 % da UFM POR M²
- Torno e solda.....	3,00 – UFM
- Lava-jato e outros serviços de limpeza para automotores	2,83 % da UFM POR M²
- Sapateiro, e reparo de produtos de couro e assemelhados.....	1,0 – UFM
- Costureiro(a), alfaiataria, tinturaria e assemelhados	1,0 – UFM
- Lavanderia e assemelhados.....	1,0 – UFM
- Instalador, Eletricista, Encanador, Pedreiro e Pintor.....	1,0 – UFM
- Recuperadora de pneus:.....	4,0 – UFM
- Conserto de Radiadores.....	1,5 – UFM
- Concerto de Relógios e jóias	1,5 – UFM
- Demais atividades não incluídas nos itens anteriores	3 – UFM
- Estabelecimento de ensino ou curso em geral, por sala:	
- Ensino de informática.....	2,0 – UFM
- Ensino de corte e costura, e artesanato.....	1,0 – UFM
- Particular de ensino de 1º e 2º grau.....	2,0 – UFM
- Particular de ensino superior.....	2,5 – UFM
- Demais estabelecimentos, não constantes nos itens anteriores.....	1,5 – UFM
- Diversões públicas.....	6,00 – UFM
- Restaurantes dançantes, boates e similares, Bilhares e quaisquer outros jogos	6,0 – UFM
- Empresa de transporte rodoviário de passageiro.....	5,0 – UFM
- Empresa de transporte rodoviário de carga.....	5,0 – UFM
- Outros serviços não especificados nos itens anteriores.....	2,0 – UFM
- Demais atividades não especificadas nos itens anteriores dessa tabela.....	2,0 – UFM
FICA ESTABELECIDO O MÍNIMO DE 1,0 (UMA) UFM E O MÁXIMO DE 30 (TRINTA) UFM PARA COBRANÇA DA TAXA DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS CONSTANTES DESTA LISTA.	
Anexo IV **Horário especial de funcionamento dos estabelecimentos comerciais**	

Para fins do presente anexo, considera-se horário comercial os dias úteis
das 06h às 22h e aos sábados das 07h às 16h

Modalidade de extensão de horário de funcionamento	Fator de aumento
Para o funcionamento no horário noturno 22h as 6h	20% sobre a taxa base da TFLIF
Para o funcionamento nos fins de semana (diurno)	15% sobre a taxa base da TFLIF
Para o funcionamento em feriados	30% sobre a taxa base da TFLIF

Anexo V
Valores da Taxa de Fiscalização de Anúncio e Propaganda

1 - Publicidade afixada na parte externa ou interna de estabelecimentos industriais, comerciais, agropecuários, de prestação de serviços e outros (por publicidade/ano)	
até 5m2	0,5 – UFM
até 15m2	4 - UFM's
acima de 15 m2	10- UFM's
2 - Publicidade no interior de veículo de uso público não destinados à publicidade como ramo de negócio (por espaço/ano)	0,2- UFM
3 - Publicidade sonora, por qualquer meio	
no estabelecimento (das 9h às 11h e das 12h às 18h)	5 - UFM's
itinerante (das 9h às 11h e das 12h às 18h)	4 - UFM's
4 - Publicidade escrita em veículos destinados a qualquer modalidade de publicidade:	2 - UFM's
3 - Publicidade em cinema, teatro, boates e similares, por meio de projeção de filmes ou outros dispositivos (por ano)	1,5 - UFM's
6 - Publicidade em jornais, revistas e rádios locais:	
(por veículo/impresso)	2 - UFM's
(por veículo/digital)	1- UFM
7 - Publicidade em televisão local (por veículo/ano)	10 - UFM's
8- Postes identificadores de vias públicas, contendo mensagens afixadas por qualquer meio. (por publicidade/ano)	1- UFM
9 - Quadros terceirizados para afixação de cartazes, murais, "outdoor" localizados em vias públicas. (por veículo/ano)	3- UFM's
10 - Quadros próprios para afixação de cartazes, murais, "outdoor" localizados em vias públicas. (por publicidade/ano)	4 – UFM's
11 - Anúncios provisórios, com prazo de exposição em vias públicas	
(Por publicidade/até 45 (noventa)dias)	1,5 - UFM
(Por publicidade/até 90 (noventa)dias)	2,5 - UFM's
12 - Qualquer outro tipo de publicidade não constante dos itens anteriores:	
: (por publicidade/dia)	0,2 - UFM
: (por publicidade/mês)	2 - UFM's

Anexo VI
Valores da Taxa de Fiscalização de Obra e Parcelamento

Construção civil simples				
Residencial	**unidade**		**Valor**	
Consulta prévia	único		3,0	UFM
aprovação de projeto	20	m2	0,2	UFM
Execução de projeto	20	m2	0,3	UFM
conclusão de projeto	20	m2	0,3	UFM
Legalização de obra	20	m2	1,2	UFM
Não residencial/mista	**unidade**		**Valor**	
Consulta prévia	único		5,0	UFM
aprovação de projeto	20	m2	0,3	UFM
Execução de projeto	20	m2	0,4	UFM
conclusão de projeto	20	m2	0,4	UFM
Legalização de obra	20	m2	1,4	UFM
procedimentos especiais	**unidade**		**valor**	
Colocação de tapumes	1	linear	0,1	UFM
Nivelamento e alinhamento de testada	10	m2	0,1	UFM
Demolição	10	m2	0,1	UFM
Drenagem	10	m2	0,1	UFM
Terraplanagem	10	m2	0,2	UFM
Outros	10	m2	1,0	UFM
Construção civil pesada I				
Residencial multifamiliar	**unidade**		**valor**	
Consulta prévia	único		5,0	UFM
aprovação de projeto	20	m2	0,2	UFM
Execução de projeto	20	m2	0,3	UFM
conclusão de projeto	20	m2	0,3	UFM
Legalização de obra	20	m2	5,7	UFM
Não residencial/misto	**unidade**		**valor**	

Consulta prévia	único		5,0	UFM
aprovação de projeto	20	m2	0,3	UFM
Execução de projeto	20	m2	0,4	UFM
conclusão de projeto	20	m2	0,4	UFM
Legalização de obra	20	m2	8,1	UFM
procedimentos especiais	**unidade**		**valor**	
Colocação de tapumes	1	linear	0,1	UFM
Nivelamento e alinhamento de testada	10	m2	0,1	UFM
Demolição	10	m2	0,1	UFM
Drenagem	10	m2	0,1	UFM
Terraplanagem	10	m2	0,2	UFM
Outros	10	m2	1,0	UFM
Construção civil pesada II				
Loteamento/parcelamento	**unidade**		**valor**	
Asfaltamento	100	m	2,0	UFM
Patrolamento (sem asfalto)	1	km	2,0	UFM
Posteamento (energia)	100	m	1,0	UFM
Cabeamento (telecomunicação)	100	m	1,0	UFM
parcelamento do solo (aprovação de loteamento)	1	he	2,0	UFM
Desdobramento, Remembramento e Desmembramento	180	m2	2,0	UFM
Pontes de madeira	10	m	4,0	UFM
Ponte de concreto	10	m	40,0	UFM
Demais infra estruturas	10	m	0,5	UFM
Geradora/transmissão energia	**unidade**		**Valor**	
Pequenas hidrelétricas	1	megawatts	300	UFM
Termoelétricas	1	megawatts	50	UFM
Turbina eólica	1	unidade	10	UFM
Linhas de transmissão	1	Km	2,0	UFM
Desmatamento	1	km2	2,0	UFM
Drenagem	10	km2	1,0	UFM
Terraplanagem	10	km2	5,0	UFM
Outros			1,0	UFM
Construção civil pesada III				
Industrial/depósitos/outros	**unidade**		**Valor**	
Consulta prévia	único		3,0 UFM	
aprovação de projeto	20	m2	0,2	UFM
Execução de projeto	20	m2	0,3	UFM
conclusão de projeto	20	m2	0,3	UFM
Legalização de obra	20	m2	8,1	UFM
Hotelaria	**unidade**		**Valor**	
Consulta prévia	único		3,0 UFM	
aprovação de projeto	20	m2	0,2	UFM
Execução de projeto	20	m2	0,3	UFM
conclusão de projeto	20	m2	0,3	UFM
Legalização de obra	1	por quarto	4,0	UFM
área de lazer/parque/centro evento	20	m2	3,0	UFM
procedimentos especiais	**unidade**		**valor**	
Colocação de tapumes	1	linear	0,1	UFM
Nivelamento e alinhamento de testada	10	m2	0,1	UFM
Demolição	10	m2	0,1	UFM
Drenagem	10	m2	0,1	UFM
Terraplanagem	10	m2	0,2	UFM
Outros	10	m2	1,0	UFM

Anexo VII
Valores da Taxa de Licenciamento Ambiental

DISCRIMINAÇÃO	**UFM's anual**
objeto fiscalizado	
Parcelamento do solo	
a) loteamento urbano descontinuado (a cada 10.000m²)	10,00
b) loteamento urbano continuado (a cada 10.000m²)	8,00
c) desmembramento urbano continuado (por novo lote)	0,50
Impacto de vizinhança	
a) exercicio de atividade economica com possível impacto nocivo de vizinhança	5,00
b) implantação de planta industrial	8,00
Fiscalização de pontos de venda de gás de cozinha	5,00
Fiscalização de pontos de venda de combustíveis	4,00
fiscalização de atividades de exploração de recursos minerais	3,00
Fiscalização de outras atividades não descritas nos itens anteriores descritas em Decreto Regulamentar	até 10,00

Anexo VIII
Valores da Taxa de Fiscalização Sanitária TFS;

DISCRIMINAÇÃO *	UFM's Anual
1 - abate de animais (capacidade de abate dia)	
a) Bovino ou Vacum (por cabeça)	2,0
b) Ovino (por cabeça)	1,5
c) Caprino (por cabeça)	1,5
d) Suíno (por cabeça)	1,0
e) Equino (por cabeça)	2,0
f) Aves (por dezena)	1,0
g) Outros (cada 100kg animal vivo)	1,0
2 – Inspeção comercial	
a) Bares, restaurantes e padarias	
- Micro de 01 a 100m².....	4,0
- Pequeno de 101 a 300m².....	6,0
- Médio de 301 a 600m².....	8,0
- Grande de 601m² acima.....	10,0
b) Farmácias	5,0
c) consultórios em geral	4,0
d) cozinhas por encomenda	3,0
e) Buffet e espaço festas	8,0
f) feirantes e ambulantes	
- em locais pré determinados pelo poder público	1,0
- em vias públicas e propriedades privadas	
g) Clubes e balneários	12,0
h) outros estabelecimentos	3,0
3 – Inspeção industrial	
a) indústria alimentícia	
- Micro de 01 a 100m².....	6,0
- Pequeno de 101 a 300m².....	9,0
- Médio de 301 a 600m².....	12,0
- Grande de 601m² acima.....	15,0
b) outros segmentos de indústria	
- Micro de 01 a 100m².....	4,0
- Pequeno de 101 a 300m².....	6,0
- Médio de 301 a 600m².....	7,0
- Grande de 601m² acima.....	8,0

Anexo IX
Valores da Taxa de Uso e Ocupação de Áreas Públicas

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE EM UFM POR PERÍODO:		
	DIA	MÊS	ANO
- Carros de passeio, por unidade	0,30	3	
- Caminhões ou ônibus, por unidade	0,40	4	
- Utilitários, por unidade	0,45	4	
- Hot Dog, Espetinhos, Pipocas, Churros, Doces e similares (Carrinho) por unidade	0,10	0,5	3
- Balcão, Barraca, Mesa, Tabuleiro ou similares, por unidade.....	0,20	2	3
- Feiras Livres, Por Box - Padrão, Por Unidade.....	0,50		
- Banca de Revistas, Jornais ou assemelhados.....			3
- Interdição de vias públicas para eventos de qualquer natureza.....	1,5		
- Pit Stops	1		
- Feiras Especiais – Por barraca.....	0,5		
- Mercado Municipal, Por unidade.....	0,20		
- Estrutura para fixação de Placas, Painéis, Congêneres, por unidade.	0,30	1	2
- Circo.....	1		
- Parque de Diversão e similares.....	1		
- Exposição de veículos e ou produtos industrializados.....	5		
- Demais ocupações em terreno e/ou em vias e logradouros públicos	2	15	

Anexo X
Valores da Taxa Fiscalização de Obras em Espaços Públicas

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE EM UFM POR PERÍODO:		
	DIA	SEMANA	MÊS
- SUBSTITUIÇÃO DE CABOS DE COMUNICAÇÃO (POR QUADRA)	0,50	2,0	5,0
- SUBSTITUIÇÃO DE TRANSFORADORES (POR QUADRA)	0,50	2,0	5,0
- LIGAÇÃO NA REDE DE ÁGUA OU ESGOTO (POR LIGAÇÃO)	0,30	1,8	5,0
- MANUTENÇÃO DE LETREIROS, OUTDOOR E PAINEIS (POR UNIDADE)	0,50	2,0	10,0
- MANUTENÇÃO OU EXPANÇÃO DA REDE ELÉTRICA (POR QUADRA)	ISENTO	3,0	15,0
- MANUTENÇÃO OU EXPANÇÃO DA REDE DE COMUNICAÇÃO (POR QUADRA)	ISENTO	3,0	15,0
- MANUTENÇÃO OU REFORMA DE CALÇADAS (POR LOTE)	ISENTO	2,0	10,0
- OCUPAÇÃO DE PASSEIO E CALÇADAS PARA REALIZAÇÃO DE OBRAS PARTICULARES	0,5	2,0	5,0
- FECHAMENTO DE VIAS EM DIAS ÚTEIS (REALIZAÇÃO DE OBRAS)	2,0	-//-	-//-
- FECHAMENTO DE VIAS EM FINS DE SEMANA (REALIZAÇÃO DE OBRAS)	0,5	-//-	-//-
- OUTRAS HIPÓTESES DE INTERDIÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS	ATÉ 1,0	ATÉ 5,0	--//--

- Autorização para colocação de caçamba ou “containeres” em vias e logradouros públicos, por unidade,	ATÉ 01 SEMANA	ÁPOS O PERÍODO
	0,5	1,5

Anexo XI
Valores da Taxa de Fiscalização de Serviços Concessionários

Tipos de expediente	unidade	UFM's
autorização e renovação de alvará de taxista	por veículo	0,80
autorização e renovação de alvará de taxista	por veículo	1,50
instalação e inspeção de Taxímetro	por unidade	3,00
autorização e renovação de alvará de transporte coletivo municipal	por veículo	4,00
homologação de ponto de embarque/desembarque de veículo de aluguel	por ponto	2,00
Outros atos previstos em Decreto Regulamentar	por ato	Até 10,00

Anexo XII
Valores da Taxa Serviços Públicos

tipo de serviços	unidade	UFM's
Apreensão e transporte de animal		
pequeno porte	unidade	0,50
médio porte	unidade	1,00
grande porte	unidade	2,00
Depósito de animal		
pequeno porte	unidade/dia	0,20
médio porte	unidade/dia	0,50
grande porte	unidade/dia	1,00
Apreensão de bens e/ou mercadorias:		
mercadorias não perecíveis	kg	0,10
carrinho de alimentos de tração humana	unidade	0,50
trailers ambulantes com rodas	unidade	1,00
quiosques sem rodas	unidades	4,00
cadeiras, mesas e expositores	unidade	0,10
apreensão de produtos perecíveis impróprio para consumo	kg	0,10
apreensão de produtos perecíveis aptos para o consumo	kg	0,10
demais apreensões não descritas anteriormente	por ato	2,00
Depósito de bens e mercadoria		
mercadorias não perecíveis	kg	0,05
carrinho de alimentos de tração humana	unidade	0,20
trailers ambulantes com rodas	unidade	0,50
quiosques sem rodas	unidades	2,00
cadeiras, mesas e expositores	unidade	0,05
demais apreensões não descritas anteriormente	por ato	2,00
Cemitério - Imunação e Reimunação		
em sepultura rasa	por unidade	1,00
em carneiro, jazigo ou gaveta	por unidade	2,50
em mausoléu	por unidade	8,00
Cemitério – Exumação		
antes de vencido o prazo regular de decomposição (autorização Judicial)	por ato	4,00
depois de vencido o prazo regular de decomposição (autorização Judicial)	por ato	2,00
Cemitério – outros		
entrada, retirada ou remoção de ossada do cemitério	por unidade	2,00
autorização para construção de túmulo ou mausoléu	por unidade	1,00
autorização para colocação de lápide, de inscrição ou execução de pequenas obras de embelezamento	por ato	0,50
manutenção e conservação do cemitério, por carneira e por ano	anual	0,30
ocupação de ossuário	por ato	1,00
Guarda de veículos		
Ônibus e caminhão	unidade/dia	1,00
micro ônibus, van, utilitários e similares	unidade/dia	0,70
veículos de passeio, camionetes	unidade/dia	0,50
Motocicletas	unidade/dia	0,20
Interdição de vias		
Fechamento de vias em dias úteis (exceto para a realização de obras)	por dia	0,40
Fechamento de vias em fins de semana (exceto para realização de obras)	por dia	0,20

Anexo XIII
Valores da Taxa de Expediente

Tipos de expediente	unidade	UFM's
Busca e desarquivamento de processos administrativos	por processo	0,30
Inscrição ou Averbação de informação no Cadastro Tributário Imobiliário	por ato	0,20
Demais baixas (diversas)	por ato	0,20
Cópia impressa de Decretos, Leis, editais, portarias	cada 10 folhas	0,10
cópia de laudo de avaliação de imóvel urbano	por ato	1,00
cópia de laudo de avaliação de imóvel rural até 50ha	por ato	2,00
cópia de laudo de avaliação de imóvel rural até 500ha	por ato	4,00

cópia de laudo de avaliação de imóvel rural acima de 500ha	por ato	10,00
Boletim de Informação Cadastral	por ato	0,50
Numeração e renumeração de imóveis construídos	por ato	0,50
Fornecimento de 2ª via impressa de alvarás, certidões e outros	por ato	0,30
atos de expediente de arrecadação	por ato	0,05

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/ RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL Nº 064/2019

CONVOCAÇÃO DE APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 002/2019 CONFORME DECRETO DE HOMOLOGACAO Nº 3.503/2019 DE 11/06/2019.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO,** no uso gozo de suas legais atribuições, considerando o interesse público, a necessidade de contratação, e, conforme Edital de Homologação, **convoca,** osaprovados no Processo Seletivo Simplificado Edital 002/2019.

Os Candidatos ora convocados na forma deste Edital e conforme seu anexo Único, deveram comparecerem à Coordenadoria de Gestão de Pessoas, na sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Antonio Tavares, nº 3310 o mais urgente possível, ou em até 02 (dois) dias úteis da publicação deste ato, para apresentar documentos e habilitação exigidos, para procedimentos de conferência de documentação e outros procedimentos de praxe, atinente a contratação e designação dos respectivos locais de trabalho.

O não comparecimento no prazo legal implicará na desistência dos classificados convocados, podendo a Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste - MT convocar o (s) imediatamente posterior(es), obedecendo a ordem de classificação.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", 30 de setembro de 2019.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO DE APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 002/2019 CONFORME DECRETO DE HOMOLOGACAO Nº 3.503/2019 DE 11/06/2019.

ANEXO ÚNICO

OPERADOR DE MAQUINAS RODOVIARIAS - CR	
NOME	**RESULTADO**
ROGERIO CARNEIRO ROSSIN	1º COLOCADO(A)

Mirassol D'Oeste, 30 de setembro de 2019.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito Municipal

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RECURSOS HUMANOS
ERRATA PORTARIA Nº 476 /2019

Errata de retificação da portaria nº 476 de 26 de setembro de 2019 do Município de Mirassol D'Oeste publicado no dia 30 de setembro de 2019 no jornal oficial eletrônico do Estado de Mato Grosso nº 3.324.

ONDE SE "LÊ" "MARLENE NUNES DA CONCEIÇÃO SANTOS"

"LÊIA-SE" *"MARINETE NUNES DA CONCEIÇÃO SANTOS"*

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/ RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL Nº 065/2019

CONVOCAÇÃO DE APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 001/2019 CONFORME DECRETO DE HOMOLOGACAO Nº 3.471/2019 DE 21/03/2019.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO,** no uso gozo de suas legais atribuições, considerando o interesse público, a necessidade de contratação, e, conforme Edital de Homologação, **convoca,** osaprovados no Processo Seletivo Simplificado Edital 001/2019.

Os Candidatos ora convocados na forma deste Edital e conforme seu anexo Único, deveram comparecerem à Coordenadoria de Gestão de Pessoas, na sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Antonio Tavares, nº 3310 o mais urgente possível, ou em até 02 (dois) dias úteis da publicação deste ato, para apresentar documentos e habilitação exigidos, para procedimentos de conferência de documentação e outros procedimentos de praxe, atinente a contratação e designação dos respectivos locais de trabalho.

O não comparecimento no prazo legal implicará na desistência dos classificados convocados, podendo a Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste - MT convocar o (s) imediatamente posterior(es), obedecendo a ordem de classificação.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", 30 de setembro de 2019.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO DE APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 001/2019 CONFORME DECRETO DE HOMOLOGACAO Nº 3.471/2019 DE 21/03/2019.

ANEXO ÚNICO

PROFESSOR DA AREA DE PEDAGOGIA/NORMAL SUPERIOR	
NOME	**RESULTADO**
IVONE TORRES GOMES	130º COLOCADO(A)
LUCIANA GOMES ZARZENON	131º COLOCADO(A)
ANGELICA GONÇALVES DO E. SANTO DE OLIVEIRA	132º COLOCADO(A)

Mirassol D'Oeste, 30 de setembro de 2019.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito Municipal

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
PORTARIA

PORTARIA Nº 482 DE 01 DE OUTUBRO DE 2019.

EXONERA E NOMEIA MEMBROS TITULARES E SUPLENTES DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO-CMI, NOMEADOS PELAS PORTARIA Nº 294 E 517/2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e, considerando comunicação interna da Secretaria de Desenvolvimento Social;

RESOLVE

Artigo 1º- Exonerar membros titulares e suplentes do Conselho Municipal do Idoso-CMI, nomeados pelas Portarias nº 294 e 517/2018, conforme abaixo:

REPRESENTANTES DA LOJA MAÇÔNICA UNIÃO E LIBERDADE

TITULAR: Rossevelt de Oliveira

RG: 086177 SSP/MT CPF: 346.827.591-91

Rua Antonio Tavares, 3684 - Bairro Jd. Planalto - Mirassol D'Oeste-MT

SUPLENTE: Venycius Gusthavon Barreto Verssali

RG: 20710844 SSP/MT CPF: 034.132.441-83

Rua Paulo Mendonça nº 168 - Bairro Centro – Mirassol D' Oeste–MT

REPRESENTANTES DA FUNDAÇÃO INTEGRAÇÃO SOCIAL - LAR SÃO VICENTE DE PAULO

SUPLENTE: **:** Luiz Eduardo Trindade

RG: 751.632 SSP/MT CPF: 488.703.581-00

Rua Miguel Botelho de Carvalho, Nº 3665 - Bairro Centro – Mirassol D'Oeste-MT

REPRESENTANTES DA GERÊNCIA DE CULTURA, ESPORTES E LAZER

TITULAR: Paulo Ricardo Silva Rocha

RG: 1977105-3 SSP/MT CPF: 030.334.291-90

Rua Mariano Rodrigues Paiva, 1156 – Centro - Mirassol D'Oeste-MT

Suplente: Denilson Maia de Melo

RG: 18104126 SSP/MT CPF: 017.252.781-38

Rua 1º de Maio, 1112 - Cidade Tamandaré, Mirassol D'Oeste-MT

Artigo 2º- Nomear em substituição ao disposto no artigo anterior, os membros titulares e suplentes segundo as suas representações, para comporem o Conselho Municipal do Idoso, nos termos do Art. 6º da LC 033/2003 e suas alterações posteriores, conforme segue:

REPRESENTANTES DA LOJA MAÇÔNICA UNIÃO E LIBERDADE:

Titular: **SINESIO S. DOS ANJOS**, RG: 09052456 SSP/MT CPF: 580.719.031-91 End: Rua Juscelino Kubitschek, 3671, Centro – M. D Oeste - MT

Suplente: LUIS HENRIQUE DE SOUZA GARCIA, RG: 11101067 SSP/MT CPF: 689.934.041-00 End: Rua Bento Alexandre dos Santos nº 884, Centro – M. D Oeste-MT;

REPRESENTANTES DA FUNDAÇÃO DE INTEGRAÇÃO SOCIAL – LAR SÃO VICENTE DE PAULO:

Suplente: IVETE NUNES BARCELOS SOARES - RG: 1001060 SSP/MT CPF: 626.758.771-15. End: Chácara Eldorado – M. D Oeste – MT;

REPRESENTANTES DA GERÊNCIA DE CULTURA , ESPORTE E LAZER:

Titular: **JORGE ILTON FRANCISCO ALVES**, RG: 1358398-8 SSP/MT CPF: 970.474.221-53; End: Rodovia Transefônica, KM 2 Sítio R. B. – M. D Oeste - MT

Suplente: KLEBER PEREIRA DE OLIVEIRA, RG: 2213004-7 SSP/MT CPF: 036.543.571-64 End: Rua Deputado Vicente Bezerra nº 83, Bairro da Alto da Boa Vista– M. D Oeste-MT

Artigo 3º - O Conselho Municipal do Idoso-CMI, em sua totalidade, passa a vigorar com a seguinte composição:

I - ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS

REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

TITULAR: Eliane Barbosa Alves

RG: 1046425-5 CPF: 795.589.501-06

Rua Luiz Bordone, 3801 - Jd. das Flores, Mirassol D'Oeste-MT

SUPLENTE: Fábio Ângelo Hordonho Silveira

RG:1691409-0 SSP/MT CPF: 009.621.451-14

Rua Paulina Moreira de Matos, 817- Jardim Aparecida, Mirassol D'Oeste-MT

REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE SAÚDE

TITULAR: **ELIZANGELA VICENTINI FAZOLO DA SILVA**

RG: 831.253-2 SSP/MT CPF: 531.759.131-72

Rua Francisco Botelho de Carvalho, 243 - Centro, Mirassol D'Oeste-MT

SUPLENTE: Rafael Alves Moura

RG: 1824812-8 SSP/MT

CPF: 029.367.811-16

Rua dos Macucos, Nº 04, Bairro Vila Mariana – Cáceres - MT

REPRESENTANTES DA GERÊNCIA DE CULTURA, ESPORTES E LAZER

Titular: **JORGE ILTON FRANCISCO ALVES**, RG: 1358398-8 SSP/MT CPF: 970.474.221-53; End: Rodovia Transefônica, KM 2 Sítio R. B. – M. D Oeste - MT

Suplente: KLEBER PEREIRA DE OLIVEIRA, RG: 2213004-7 SSP/MT CPF: 036.543.571-64 End: Rua Deputado Vicente Bezerra nº 83, Bairro da Alto da Boa Vista– M. D Oeste-MT

REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTES, LAZER E CULTURA

TITULAR: Vaneila Gracieli de Souza Simão

RG: 1761435-0 CPF: 025.261.421-64

Rua Pastor João Ferreira de Souza, 1917 - Pq Shangrilá, Mirassol D'Oeste-MT

SUPLENTE: Valéria Miranda de Aquino

RG: 1887917-2 CPF: 420.550.911-15

Rua Valdeci Agripino de Souza, 1388 - Cidade Tamandaré, Mirassol D'Oeste-MT

REPRESENTANTES DA CÂMARA MUNICIPAL

TITULAR: Cleonice Alves de Oliveira

RG: 643118 CPF: 411.386.861-15

Rua Mariano Rodrigues Paiva, 3780 - Centro, Mirassol D'Oeste MT

SUPLENTE: Luiz Emilio Tolon

RG: 1036525-7 SSP/MT CPF: 705.522.311-34

Rua Geraldo R. da Silva, 1162 Jardim Planalto – Mirassol D'Oeste-MT

II - ÓRGÃOS NÃO GOVERNAMENTAIS

REPRESENTANTES DOS MORADORES DE BAIRRO SANTA LUZIA

TITULAR: Francisco Antonio de Matos

RG: 20191778 SSP/SP CPF: 383.473.771-20

Sitio Matos

SUPLENTE: Paulo Silvano das Chagas

RG: 882.951 SSP/MT CPF: 567.732.931-20

Avenida Presidente Tancredo Neves, 7261 Centro - Mirassol D'Oeste-MT

REPRESENTANTES DA FUNDAÇÃO INTEGRAÇÃO SOCIAL - LAR SÃO VICENTE DE PAULO

TITULAR: RosangelaAparecida Delmoro Trindade

RG: 086847 SSP/MT CPF: 567.713.121-00

Rua Miguel Botelho de Carvalho, Nº 3665 - Bairro Centro – Mirassol D'Oeste-MT

Suplente: IVETE NUNES BARCELOS SOARES - RG: 1001060 SSP/MT CPF: 626.758.771-15. End: Chácara Eldorado – M. D Oeste – MT;

REPRESENTANTES DO ROTARY CLUBE

TITULAR: Fabrício de Lazari

RG: 11146990 SSP/MT CPF: 690.477.741-91

Rua Duque de Caxias, 232, Jardim Planalto - Mirassol D'Oeste-MT

SUPLENTE: Wilson Botelho de Carvalho Neto

RG: 23101563 SSP/MT CPF: 051.030.031-63

Rua Benedito Cesário da Cruz, 280, Jardim Planalto - Mirassol D'Oeste-MT

REPRESENTANTES DA LOJA MAÇÔNICA UNIÃO E LIBERDADE

Titular: **SINESIO S. DOS ANJOS**, RG: 09052456 SSP/MT CPF: 580.719.031-91 End: Rua Juscelino Kubitschek, 3671, Centro – M. D Oeste - MT

Suplente: LUIS HENRIQUE DE SOUZA GARCIA, RG: 11101067 SSP/MT CPF: 689.934.041-00 End: Rua Bento Alexandre dos Santos nº 884, Centro – M. D Oeste-MT;

REPRESENTANTES DA PASTORAL DA FAMÍLIA

TITULAR: Abadia de Freitas Sippel

RG: 482490 SSP/MT CPF: 207.555.381-53

Rua Miguel Botelho de Carvalho nº 3177 – Centro - Mirassol D'Oeste MT

SUPLENTE: Nirce de Paula Silva

RG: 103.466 SSP/MT CPF: 630.196.711-91

Rua Almirante Tamandaré, 2514 Centro – Mirassol D'Oeste-MT

Artigo 4º- Ficam ratificadas as demais disposições da Portaria nº 294, de 11 de junho de 2018.

Artigo 5º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito do município de Mirassol D´Oeste, Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho, em 01 de outubro de 2019.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
NOTIFICAÇÃO

O **MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE-MT,** pessoa jurídica de direito público, titular do CNPJ nº 03.755.477/0001-75, com sede a Rua Antônio Tavares, nº 3.310, Centro, nesta cidade e comarca de Mirassol D'Oeste, representado pela PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO, vem

N O T I F I C A R

a empresa **ISO BRASIL – INSTITUTO SOCIAL E ORGANIZACIONAL DO BRASIL,** inscrita no CNPJ sob o nº 20.949.690/0001-37, estabelecida à RI (LOT PRQ ELDORADO) Nº 105, EDIFÍCIO ELDORADO HIIL OFFICE – SALA 64 e 65, CEP: 78.048-832, na cidade de Cuiabá - MT, responsável pelo contrato de número 01/2016-PMMO, para que no **prazo de 05 (cinco) dias** sob pena de sanções cíveis e criminais, apresente detalhamento da composição dos pagamentos, indicado no art. 10 §2º, inciso IV da Lei nº 9.790/1999, das remunerações e benefícios de pessoal a serem pagos, com recursos oriundos ou vinculados ao Termo de Parceria, a seus diretores, empregados e consultores, cabendo ressaltar que os respectivos valores devem ser compatíveis com o mercado.

E, por fim, a NOTIFICANTE **INFORMA** que, devido a necessidadede demonstrar para o Tribunal de Contas do Estado o efetivo cumprimento da decisão do processo nº 18.053-0/2019 em sede cautelar, estaremos **SUSPENDENDO** os repasse de recursos financeiros à NOTIFICADA, a título de "taxa de administração", até decisão do mérito do citado processo.

No aguardo, sem mais para o momento.

Mirassol D' Oeste, 30 de setembro de 2019.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
INEXIGIBILIDADE

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO /Ratificação nº 09/2019. O Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, comunica que o Prefeito **RATIFICOU** o processo que declarou inexigível a licitação para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSCRIÇÃO DE DEVEDORES DO MUNICIPIO DE MIRASSOL D'OESTE NO CADASTRO DO SERVIÇO CENTRAL DE PROTEÇÃO AO CREDITO – SPC, REFERENTE A DIVIDA TRIBUTÁRIA E NÃO TRIBUTÁRIA (IPTU, TAXA DE LICENÇA E VISTORIA, ISSQN, MULTAS, MEIO-AMBIENTE, ETC). A empresa: **CAMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE MIRASSOL D'OESTE** CNPJ 01.370.360/0001-48 com o valor estimado de 9.672,00 (nove mil seiscentos e setenta e dois reais). M. D'Oeste, 02/10/2019. Célia R. M. Prado – Presidente CPL. Euclides da Silva Paixão – Prefeito.

SAEMI - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
PORTARIA ADMINISTRATIVA Nº029 DE 30 DE SETEMBRO DE 2019.

PORTARIA ADMINISTRATIVA Nº029 DE 30 DE SETEMBRO DE 2019.

O Sr. **VALTER CESAR COUTINHO**, Diretor do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Mirassol D Oeste/MT–SAEMI, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, **CONSIDERANDO** a necessidade de acompanhar e monitorar a execução do **3° Termo Aditivo do Contrato nº 004/2016** da unidade Administrativa do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Mirassol D Oeste/MT–SAEMI e fornecedores de bens e/ou serviços;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o servidor Designar a servidora GLEICY MARTINEZ OCHIUTO, Admitida no mês e ano 09/2007, como AGENTE ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO, para acompanhar e fiscalizar até a sua completa execução, além do dever de conhecer, cumprir e fazer cumprir, detalhadamente, as obrigações mútuas previstas no instrumento do 3° Termo Aditivo do Contrato nº 004/2016 com objetivo para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RELATIVOS À ORIENTAÇÃO, PREENCHIMENTO E ENVIO DE INFORMAÇÕES DO SAEMI DE MIRASSOL D'OESTE JUNTO AO APLIC (AUDITORIA PÚBLICA INFORMATIZADA DE CONTAS), QUE É UM SISTEMA INFORMATIZADO ONDE OS JURISDICIONADOS DEVEM TRANSMITIR VIA INTERNET, contratando a empresa LIDER CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL – LTDA.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data do dia 30 de setembro de 2019.

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE, CUMPRA-SE.

Mirassol D'Oeste/MT, 30 de setembro de 2019.

_____

VALTER CESAR COUTINHO

DIRETOR DO SAEMI

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

LICITAÇÃO
RESULTADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

RESULTADO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial SRP Nº 58/2019

A Comissão de Pregão – CAP, torna público para amplo conhecimento que a Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 58/2019,cujo Objeto é a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM DE PESSOAS NO PERÍMETRO URBANO E RURAL, DO MUNICÍPIO DE NOBRES – MT, POR PERÍODO DE 01(UM) ANO**, **PARA ATENDER A DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS,** sagraram-se vencedores as empresas **ANTERO DE CAMPOS SANTIAGO ME**, no CNPJ n° 03.165.834/0001-45, com valor global de R$ 31.500,00 (trinta e um mil e quinhentos reais). Para os **ITENS 39778 e 39780,** para a empresa **LEIDE JOSE DA SILVA ME,** CNPJ n° 09.181.513/0001-10, com valor global de R$ 65.597,50 (sessenta e cinco mil quinhentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos). Os itens 39782, 39783, 39784 foram declarados Fracassados.

Nobres/MT, 01 de Outubro de 2019.

Quézia da Rosa Ferreira

Pregoeira

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O SRº (A) **Marcia Lucia Pires**

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n. º, Jardim Paraná, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o n. º 03.424.272/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, **SR. LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740239 SSP/PR e CPF n.º159.026.509-25, e **Marcia Lucia Pires,** brasileiro, portador (a) do RG n. º 1936495-4 SSP/MT e do CPF n.º 003.897.259-00, considerando os termos da Lei n.º 1148/2009, bem como por conveniência das partes, resolvem **rescindir CONSENSUALMENTE** o Contrato de Execução de Serviços, firmado entre si, conforme cláusulas a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1 - Fica rescindido de forma CONSENSUAL o Contrato deExecução de Serviços Temporários, nº. **53/2019**, firmado entre o Distratante e o Distratado, que tinha como objeto a contratação temporária de servidor, para a função de Tecnico Administrativo Educacional Não Profissionalizado junto a Secretaria de Educação**.**

1.2 – A presente rescisão se fundamenta no Artigo 11, inciso I, da Lei nº. 1148/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – **A DISTRATANTE** promoverá a partir desta data, a baixa do referido contrato, bem como o empenho dos restos a receber, referente ao período efetivamente trabalhado, caso houver.

2.2 – **O DISTRATADO** fica na responsabilidade de devolução de quaisquer objetos ou bens da Fazenda Pública Municipal, que por ventura estiver em seu poder, caso houver.

2.3 – Fica eleito o foro da Comarca de Nobres – MT, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

Nobres - MT, 01 de setembro de 2019.

_____

_____

LEOCIR HANEL Marcia Lucia Pires

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

_____

_____

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial SRP Nº 64/2019

A Comissão de Apoio ao Pregão da Prefeitura Municipal de Nobres-MT, através da Pregoeira Sra. Nadir da Silva, nomeada pela portaria 179/2019, torna público aos interessados, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL SRP N° 64/2019**, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cuja abertura ocorrerá as 14:00hs do dia 15/10/2019, na sede da Prefeitura Municipal de Nobres, situada à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº, Jardim Paraná, Nobres-MT. Objeto: **AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL E GELO PARA ATENDER AS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE NOBRES**, conforme especificações contidas no Termo de Referência – anexo I, do edital. Os interessados poderão retirar o edital completo, na sede da Prefeitura Municipal de Nobres, das 07:00 às 11:00 e 13:00h ás 17:00 ou através do site http://www.nobres.mt.gov.br/transparencia. Maiores informações poderão ser obtidas através do telefone (65) 3376-4200 – Ramal 4218.

Nobres, 01 de Outubro de 2019.

NADIR DA SILVA

PREGOEIRA

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 131/2019

Pelo presente instrumento, o Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, devidamente cadastrado com o CNPJ: 03.424.272/0001-07 neste ato representado pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal, Sr. **LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, Agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740.239 SSP/PR e CPF n.º 159.026.509-25, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, e do outro lado a empresa **ANTERO DE CAMPOS SANTIAGO,** inscrita no **CNPJ sob o nº 03.165.834/0001-45** estabelecida a Av. Getúlio Vargas, s/n.º, bairro Centro, nesta cidade de Nobres/MT, fone: 65-99935-8440, email: anterosantiago@hotmail.com, neste ato representada pela Sra. Ana Lídia Dias Santiago, portadora do CIRG n.º 338.548 SSP/MT. e CPF n.º 267.451.861-87, doravante denominada “PROMITENTE FORNECEDORA”, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Decretos Municipais nº 03/2006 e 12/2010, e das demais normas legais aplicáveis

e, considerando o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 42/2018**, para REGISTRO DE PREÇOS, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, cujo objeto é Registro de preços para futura e eventual **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM DE PESSOAS NO PERÍMETRO URBANO E RURAL, DO MUNICÍPIO DE NOBRES – MT, POR PERÍODO DE 01(UM) ANO, para atender diversas secretarias, através da Prefeitura Municipal de Nobres - MT, conforme termo de referencia (anexo I),** Especificações dos Itens do Edital de **PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 42/2019**, para Registro de Preços.

1.2. Os serviços deverão ser prestados no município de Nobres - MT.

1.3. A presente Ata de Registro de Preços tem o valor registrado por ITEM conforme segue:

CODIGO	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	Valor Unitário	Valor Total
39779	DIARIA DE HOTEL-QUARTO P/ 02 PESSOAS, COM AR CONDICIONADO- CAFE DA MANHA INCLUSO	420	R$ 75,00	R$ 31.500,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de até 1 ano.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Nobres, não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 42/2019, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

3.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias a partir da entrega dos itens e da Nota Fiscal, devidamente atestada em seu verso o recebimento dos produtos, conforme Autorização de Fornecimento e especificações do Edital.

3.2. A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pela Prefeitura Municipal de Nobres-MT

3.3. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.5. O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6. Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DOS PRAZOS DE FORNECIMENTO

4.1. O prazo da prestação de serviço,se dará, até o esgotamento total da prestação de serviço pelo período estipulado no item 2.1.

4.2. A aceitação dos produtos/serviços será feita pela Contratante mediante atesto nas Notas Fiscais e/ou Faturas correspondentes, quando comprovada a fiel e correta prestação do serviço, nos termo do art. 67. Da Lei n° 8.666/1993.

4.3 Caso a prestação de serviço não esteja de acordo com as especificações exigidas, a Comissão não o aceitará e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.

4.4. Na hipótese da não aceitação da prestação serviço, o mesmo deverá ser notificado no prazo de três (3) dias contados da notificação para regularização da prestação de serviço no prazo máximo de três (3) dias.

4.5. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da detentora da ata pela perfeita execução do empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo forem verificados vícios, defeitos ou incorreções.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES

5.1. Da Prefeitura Municipal de Nobres:

5.1.1. Terá o prazo máximo de 03 (três) dias úteis para notificar a detentora da ata para substituição da prestação de serviço que estiver em desacordo com as especificações.

5.1.2. Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.3. Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.4. Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.5. Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.2. Da Detentora da Ata:

5.2.1. Prestará o serviço nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2. Pagar todos os tributos, despesas e todo e quaisquer custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o fornecimento do serviço prestado;

5.2.3. Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4. Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

5.2.5. Fornecer o objeto, no preço, prazo e forma estipulada na proposta.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho pela detentora.

6.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3. Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante.

6.4. A empresa fornecedora, quando do recebimento da solicitação, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1 As despesas decorrentes das contratações objeto desta Licitação, correrão à conta do Município de Nobres, conforme abaixo:

Sec. Mun. de Administração.....61-03.001.04.122.0004.2010.339039000000

Sec. Mun. De Fisc. Tributaria..... 404-10.001.04.129.0017.2058.339039000000

Sec. Mun. de Assistência Social.....269-07.001.08.244.0025.2070.339039000000

Sec. Mun. de Saúde.....208-06.001.10.301.0030.2080.339039000000

Sec. Mun. de Saúde.....228-06.002.10.301.0029.2081.339039000000

Sec. Mun. Turismo.....429-11.001.23.695.0015.2046.339039000000

Sec. Mun. de Infraestrutura.....347-08.001.15.452.0032.2053.339039000000

Sec. Mun. De educação.....198-05.005.27.812.0014.2045.339039000000

Sec. Mun. De educação.....116-05.001.12.361.0013.2063.339039000000

Sec. Mun. Agricultura.....368-09.001.20.122.0024.2032.339039000000

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1. Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais destacam-se:

a) Advertência;

b) Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do contrato;

c) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o saldo do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto, com a conseqüente rescisão contratual;

d) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso da EMPRESA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual;

e) Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 2 (dois) anos;

f) Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

8.2. Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

8.3. Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 8.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

8.4. O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

9.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos serviços prestados, incluindo todas as despesas e custos, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento

das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

9.2. O preço poderá variar para cima ou para baixo conforme o valor de cada objeto/item a ser fornecido tendo como base a desequilíbrio economica financeira, se aceito pelo municipio.

9.3. O Órgão Gerenciador poderá revisar os preços praticados nesta Ata, a qualquer tempo.

9.4. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

9.5. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

9.6. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

9.7. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

9.8. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

9.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

9.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

9.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

9.12. Definido o preço máximo a ser pago pela Administração, o novo preço deverá ser consignado através de apostilamento na Ata de Registro de Preços, ao qual estarão as empresas vinculadas.

9.13. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de trinta dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente contrato pelo “PROMITENTE FORNECEDOR”, sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

10.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

10.2.1. A detentora que não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

10.2.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

10.2.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

10.2.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

10.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

10.2.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

10.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Órgão Oficial do Município, por uma (1) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

10.4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

10.4.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de trinta dias, facultada á Administração a aplicação das penas previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

11.1. A aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

11.1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS COMUNICAÇÕES

12.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - VINCULAÇÃO AO EDITAL

13.1. Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de Pregão Presencial SRP nº. 42/2019, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela PROMITENTE FORNECEDORA, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Integram esta Ata, o edital da PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 42/2019 a proposta da empresa **ANTERO DE CAMPOS SANTIAGO,** classificada no certame supranumerado.

14.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, Decreto Municipal n° 12/2010, no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1. As partes elegem o foro da Comarca Nobres/ MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Nobres / MT, 30 de Setembro de 2019.

_____

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

_____

ANTERO DE CAMPOS SANTIAGO

CNPJ sob o nº 03.165.834/0001-45

Sra. Ana Lídia Dias Santiago

CPF n.º 267.451.861-87

TESTEMUNHAS:

Nome: C.P.F. n.º Assinatura:_____	Nome: C.P.F.n.º Assinatura:_____

LICITAÇÃO
RESULTADO

RESULTADO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial SRP Nº 59/2019

A Comissão de Pregão – CAP, torna público para amplo conhecimento que a Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 59/2019,cujo Objeto é a **AQUISIÇÃO DE PEÇAS GENUÍNAS OU ORIGINAIS DE PRIMEIRA LINHA, LUBRIFICANTES E ACESSÓRIOS, PELO CRITÉRIO DE MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO COM BASE NO VALOR DE PEÇAS DAS MONTADORAS, CONSULTADAS POR INTERMÉDIO DE SISTEMA DE PESQUISA DE MERCADO, PARA VEÍCULOS LEVES E PESADOS, INDEPENDENTE DE MARCA E CATEGORIA, PARA ATENDER A FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE NOBRES-MT,** sagraram-se vencedores as empresas **NEIVA GONÇALVES DA COSTA SILVA ME,** CNPJ N° 15.265.757/0001-84, para o lote 17 com desconto de 78% e lote 19 com 52,5%, **NORTÃO COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA, CNPJ N° 15.271.538/0001-08,** para o lote 06 com desconto de 53,1%, lotes 11, 12, 13 e 14 com 52,2% de desconto e lote 15 com 53,6% de desconto, **THIAGO FABIANO SOUZA NEVES ME,** CNPJ N° 23.099.060/0001-09, para o lote 18 com 51,5% de desconto e lote 20 com 52,5% de desconto, **OLAPER COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES E PNEUS LTDA, CNPJ N° 17.553.866/0001-22,** para os lotes 20 e 21 com 51,5% de desconto, lote 0154,5% de desconto, lote 02 54% de desconto, lote 03 54,8% de desconto, lote 04 53% de desconto, lote 05 52% de desconto, lote 07 52,5% de desconto, lote 08 51,9% de desconto, lote 09 e 10 51,2% de desconto.

Nobres/MT, 01 de Outubro de 2019.

Quézia da Rosa Ferreira

Pregoeira

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 132/2019

Pelo presente instrumento, o Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, devidamente cadastrado com o CNPJ: 03.424.272/0001-07 neste ato representado pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal, Sr. **LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, Agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740.239 SSP/PR e CPF n.º 159.026.509-25, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, e do outro lado a empresa **LEIDE JOSE DA SILVA ME,** inscrita no **CNPJ sob o nº 09.181.513/0001-10,** estabelecida a Av. Felinto Mullaer, n.º 760, bairro Centro, nesta cidade de Nobres/MT, fone: 65-3376-1645, 99924-1333, email: leidilrv@hotmail.com, neste ato representada pela Sra. Ana Lídia Dias Santiago, portadora do CIRG n.º 338.548 SSP/MT. e CPF n.º 267.451.861-87, doravante denominada “PROMITENTE FORNECEDORA”, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Decretos Municipais nº 03/2006 e 12/2010, e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 42/2018**, para REGISTRO DE PREÇOS, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, cujo objeto é Registro de preços para futura e eventual **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM DE PESSOAS NO PERÍMETRO URBANO E RURAL, DO MUNICÍPIO DE NOBRES – MT, POR PERÍODO DE 01(UM) ANO, para atender diversas secretarias, através da Prefeitura Municipal de Nobres - MT, conforme termo de referencia (anexo I),** Especificações dos Itens do Edital de **PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 42/2019**, para Registro de Preços.

1.2. Os serviços deverão ser prestados no município de Nobres - MT.

1.3. A presente Ata de Registro de Preços tem o valor registrado por ITEM conforme segue:

CODIGO	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	Valor Unitário	Valor Total
39778	DIARIA DE HOTEL-QUARTO P/ 01 PESSOA, COM AR CONDICIONADO- CAFE DA MANHA INCLUSO	855	R$ 44,50	R$ 38.047,50
39780	DIARIA DE HOTEL-QUARTO P/ 03 PESSOAS, COM AR CONDICIONADO- CAFE DA MANHA INCLUSO	290	R$ 95,00	R$ 27.550,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de até 1 ano.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Nobres, não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 42/2019, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

3.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias a partir da entrega dos itens e da Nota Fiscal, devidamente atestada em seu verso o recebimento dos produtos, conforme Autorização de Fornecimento e especificações do Edital.

3.2. A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pela Prefeitura Municipal de Nobres-MT

3.3. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.5. O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6. Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DOS PRAZOS DE FORNECIMENTO

4.1. O prazo da prestação de serviço,se dará, até o esgotamento total da prestação de serviço pelo período estipulado no item 2.1.

4.2. A aceitação dos produtos/serviços será feita pela Contratante mediante atesto nas Notas Fiscais e/ou Faturas correspondentes, quando comprovada a fiel e correta prestação do serviço, nos termo do art. 67. Da Lei n° 8.666/1993.

4.3 Caso a prestação de serviço não esteja de acordo com as especificações exigidas, a Comissão não o aceitará e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.

4.4. Na hipótese da não aceitação da prestação serviço, o mesmo deverá ser notificado no prazo de três (3) dias contados da notificação para regularização da prestação de serviço no prazo máximo de três (3) dias.

4.5. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da detentora da ata pela perfeita execução do empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo forem verificados vícios, defeitos ou incorreções.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES

5.1. Da Prefeitura Municipal de Nobres:

5.1.1. Terá o prazo máximo de 03 (três) dias úteis para notificar a detentora da ata para substituição da prestação de serviço que estiver em desacordo com as especificações.

5.1.2. Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.3. Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.4. Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.5. Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.2. Da Detentora da Ata:

5.2.1. Prestará o serviço nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2. Pagar todos os tributos, despesas e todo e quaisquer custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o fornecimento do serviço prestado;

5.2.3. Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4. Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

5.2.5. Fornecer o objeto, no preço, prazo e forma estipulada na proposta.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho pela detentora.

6.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3. Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante.

6.4. A empresa fornecedora, quando do recebimento da solicitação, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1 As despesas decorrentes das contratações objeto desta Licitação, correrão à conta do Município de Nobres, conforme abaixo:

Sec. Mun. de Administração.....61-03.001.04.122.0004.2010.339039000000

Sec. Mun. De Fisc. Tributaria..... 404-10.001.04.129.0017.2058.339039000000

Sec. Mun. de Assistência Social.....269-07.001.08.244.0025.2070.339039000000

Sec. Mun. de Saúde.....208-06.001.10.301.0030.2080.339039000000

Sec. Mun. de Saúde.....228-06.002.10.301.0029.2081.339039000000

Sec. Mun. Turismo.....429-11.001.23.695.0015.2046.339039000000

Sec. Mun. de Infraestrutura.....347-08.001.15.452.0032.2053.339039000000

Sec. Mun. De educação.....198-05.005.27.812.0014.2045.339039000000

Sec. Mun. De educação.....116-05.001.12.361.0013.2063.339039000000

Sec. Mun. Agricultura.....368-09.001.20.122.0024.2032.339039000000

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1. Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais destacam-se:

a) Advertência;

b) Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do contrato;

c) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o saldo do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto, com a conseqüente rescisão contratual;

d) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso da EMPRESA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual;

e) Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 2 (dois) anos;

f) Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

8.2. Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

8.3. Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 8.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

8.4. O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

9.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos serviços prestados, incluindo todas as despesas e custos, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento

das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

9.2. O preço poderá variar para cima ou para baixo conforme o valor de cada objeto/item a ser fornecido tendo como base a desequilíbrio economica financeira, se aceito pelo municipio.

9.3. O Órgão Gerenciador poderá revisar os preços praticados nesta Ata, a qualquer tempo.

9.4. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

9.5. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

9.6. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

9.7. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

9.8. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

9.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

9.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

9.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

9.12. Definido o preço máximo a ser pago pela Administração, o novo preço deverá ser consignado através de apostilamento na Ata de Registro de Preços, ao qual estarão as empresas vinculadas.

9.13. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de trinta dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente contrato pelo “PROMITENTE FORNECEDOR”, sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

10.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

10.2.1. A detentora que não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

10.2.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

10.2.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

10.2.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

10.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

10.2.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

10.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Órgão Oficial do Município, por uma (1) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

10.4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

10.4.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de trinta dias, facultada á Administração a aplicação das penas previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

11.1. A aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

11.1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS COMUNICAÇÕES

12.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - VINCULAÇÃO AO EDITAL

13.1. Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de Pregão Presencial SRP nº. 42/2019, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela PROMITENTE FORNECEDORA, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Integram esta Ata, o edital da PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 42/2019 a proposta da empresa **LEIDE JOSE DA SILVA ME,** classificada no certame supranumerado.

14.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, Decreto Municipal n° 12/2010, no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1. As partes elegem o foro da Comarca Nobres/ MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Nobres / MT, 30 de Setembro de 2019.

_____

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

_____

LEIDE JOSE DA SILVA ME

CNPJ sob o nº 09.181.513/0001-10

Sra. Ana Lídia Dias Santiago

CPF n.º 267.451.861-87

TESTEMUNHAS:

Nome: C.P.F. n.º Assinatura:_____	Nome: C.P.F.n.º Assinatura:_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 153/2019.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **LEOCIR HANEL,** brasileiro, casado, residente e domiciliado em Nobres-MT, portador da Cédula de Identidade RG nº 740239 SSP/PR e CPF nº 159.026.509-25, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) **Franciele Soares Matos**, brasileiro (a), portador (a) do **RG N.° 2004014184021 SSP/CE** e do **CPF N.° 043.871.691-41**, a seguir chamado de CONTRATADOna forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital do Processo Seletivo Simplificado Nº 002/2018 para Admissão de Pessoal, conforme Lei Municipal Nº 1.490/2018, e pelo Decreto de homologação Nº 12/2019 de 18 de Janeiro de 2019, na função de **Tecnico Administrativo Educacional Não Profissionalizado**, por essencial necessidade de caráter público.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as cláusulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de **03 (Tres) meses e 19 (Dezenove) dias,** contados dos dias **02/09/2019** estendendo-se até **20/12/2019.**

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de **R$ 1.577,45 (Hum Mil, Quinhentos e Setenta e Sete Reais e Quarenta e Cinco Centavos)** mensais**.**

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de **30 horas** semanais**.**

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE deverá efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretário;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de **Nobres – MT**, para dirimir quaisquer dúvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das cláusulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 02 de setembro de 2019.

_____

_____

Leocir Hanel Franciele Soares Matos

Prefeito Contratado

Testemunhas:

_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 154/2019.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **LEOCIR HANEL,** brasileiro, casado, residente e domiciliado em Nobres-MT, portador da Cédula de Identidade RG nº 740239 SSP/PR e CPF nº 159.026.509-25, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) **Telma Cleonice de Arruda Rocha da Silva**, brasileiro (a), portador (a) do **RG N.° 1230040-3 SSP/MT** e do **CPF N.° 002.847.641-75**, a seguir chamado de CONTRATADOna forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital do Processo Seletivo Simplificado Nº 002/2018 para Admissão de Pessoal, conforme Lei Municipal Nº 1.490/2018, e pelo Decreto de homologação Nº 12/2019 de 18 de Janeiro de 2019, na função de **Professor**, por essencial necessidade de caráter público.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as cláusulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de **03 (Tres) meses e 19 (Dezenove) dias,** contados dos dias **02/09/2019** estendendo-se até **20/12/2019.**

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de **R$ 2.426,87 (Dois Mil, Quatrocentos e Vinte e Seis Reais e Oitenta e Sete Centavos)** mensais**.**

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de **20 horas** semanais**.**

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE deverá efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretário;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de **Nobres – MT**, para dirimir quaisquer dúvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das cláusulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 02 de setembro de 2019.

_____

_____

Leocir Hanel Telma Cleonice de Arruda Rocha da Silva

Prefeito Contratado

Testemunhas:

_____

_____

LICITAÇÃO
RESULTADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

RESULTADO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial SRP Nº 40/2019

A Comissão de Pregão – CAP, torna público para amplo conhecimento que a Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 40/2019,cujo Objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA*PARA prestação de serviços de LOCAÇAO DE SOM PARA EVENTOS, PARA ATENDER a DIVERSAS secretaria da prefeirura municipal DE NOBRES – MT*,** sagraram-se vencedores as empresas **JB EVENTOS COMUNICAÇÕES E PRODUÇÕES ARTISITICAS LTDA,** CNPJ N° 06.085.304/0001-85, com o valor global de R$ 310.330,00 (trezentos e dez mil trezentos e trinta reais), **EVENTUAL LIVE MARKETING DIRETO EIRELI,** CNPJ N° 04.433.214/0001-02**,** com valor global de R$ 96.579,00 (noventa e seis mil quinhentos e setenta e nove reais).

Nobres/MT, 01 de Outubro de 2019.

Quézia da Rosa Ferreira

Pregoeira

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O SRº (A) **Maria Neide Jose dos Reis**

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n. º, Jardim Paraná, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o n. º 03.424.272/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, **SR. LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740239 SSP/PR e CPF n. º159.026.509-25, e **Maria Neide Jose dos Reis,** brasileiro, portador (a) do RG n.º 16698746 SJ/MT e do CPF n.º 025.696.901.98, considerando os termos da Lei n.º 1148/2009, bem como por conveniência das partes, resolvem **rescindir CONSENSUALMENTE** o Contrato de Execução de Serviços, firmado entre si, conforme cláusulas a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1 - Fica rescindido de forma CONSENSUAL o Contrato deExecução de Serviços Temporários, nº. **149/2019**, firmado entre o Distratante e o Distratado, que tinha como objeto a contratação temporária de servidor, para a função de Professor 20 horas junto a Secretaria de Educação**.**

1.2 – A presente rescisão se fundamenta no Artigo 11, inciso I, da Lei nº. 1148/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – **A DISTRATANTE** promoverá a partir desta data, a baixa do referido contrato, bem como o empenho dos restos a receber, referente ao período efetivamente trabalhado, caso houver.

2.2 – **O DISTRATADO** fica na responsabilidade de devolução de quaisquer objetos ou bens da Fazenda Pública Municipal, que por ventura estiver em seu poder, caso houver.

2.3 – Fica eleito o foro da Comarca de Nobres – MT, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

Nobres - MT, 30 de setembro de 2019.

_____

_____

LEOCIR HANEL Maria Neide Jose dos Reis

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

_____

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
DECISÃO DE PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO PROC LIC. 032/2019
TOMADA DE PREÇOS – 003/2019

DECISÃO DE PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO

PROC LIC. 032/2019

TOMADA DE PREÇOS – 003/2019

OBJETO DA CONTRATAÇÃO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS PADRÃO ALIMENTADORAS, NO PROJETO DO ASSENTAMENTO SÃO FRANCISCO LOCALIZADO NESTE MUNICÍPIO

RECORRENTE – VITURINO PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLANAGEM EIRELI

IMPUGNADO – CONSTRUTORA IRMÃOS GONÇALVES

Trata-se de pedido de Recurso impetrado pela empresa VITURINO PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLANAGEM EIRELI requerendo a REFORMA da decisão da Comissão de Licitação do dia 11/09/2019 onde o mesmo teve sua proposta desclassificada.

Em suma alega a empresa solicitante que a Comissão deve reformar a decisão.

É o breve relato. Decidimos.

Tendo em vista os o parecer jurídico de folhas 776 a 782 retro anexado a Comissão de Licitação pelos fundamentos lá expostos ***INDEFERE*** de recurso impetrado pela empresa VITURINO PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLANAGEM EIRELI.

Nortelândia, 01 de outubro de 2019.

ZENILDA DE ALMEIDA PORTELA PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO DISTRATO Nº 009/2019 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 031/2019

DISTRATO Nº 009/2019 DO CONTRATO Nº 031/2019

Distratante: Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT.

Distratado: Allison Vinicius Silva Lemes, inscrito no **CPF nº** 049.995. 511-01

Valor do Contrato restante a ser cancelado: R$ 2.994,00 (dois mil, novecentos e noventa e quatro reais) global.

Objeto: Rescisão amigável do Contrato de nº 031/2019, prestação de serviços profissionais na função de Apoio Administrativo Educacional (Vigia), conforme processo seletivo simplificado nº 001/2018.

Dotação Orçamentária: 05.003.12.361.0014.20042.3190040000. 0101000000

Data da Rescisão/Assinatura: 30/09/2019

JURIDICO
REPUBLICA-SE LEI Nº 517/2019 (520/2019), DE 27 DE SETEMBRO DE 2019, POR ERRO MATERIAL

ONDE-SE LÊ: LEI Nº 517/2019, DE 27 DE SETEMBRO DE 2019, LEIA-SE LEI Nº 520/2019, DE 27 DE SETEMBRO DE 2019.

ALTERA A REDAÇÃO DOS DISPOSITIVOS QUE MENCIONA DAS LEIS MUNICIPAIS NOS 465, DE 27 DE JUNHO DE 2018 (LDO – 2019), E DA LEI Nº 506, DE 11 DE JULHO DE 2019 (LDO – 2020), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, Sr. **JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES**, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1° Esta lei dá nova redação ao § 2º da Lei Municipal nº 465, de 27 de junho de 2018, que dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias do Exercício de 2019, e o § 2º da Lei Municipal nº 506, de 11 de julho de 2019, que dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentária do Exercício de 2020, que passam a viger com a seguinte redação:

LEI MUNICIPAL Nº 465, DE 27 DE JUNHO DE 2018:

(...)

Art. 18 ...

...

§ 2º Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, poderão, excepcionalmente, ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

...

LEI MUNICIPAL Nº 506, DE 11 DE JULHO DE 2019:

(...)

Art. 18 ...

...

§ 2º Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, poderão, excepcionalmente, ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

...

Art. 2° Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, sede do Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, aos 27 dias do mês de setembro de 2019, 66º da Emancipação Político-Administrativa. (27.09.2019)

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES

Prefeito Municipal

MARLENE JÚLIA DE OLIVEIRA SCARPATT

Secretária Municipal de Administração, Planejamento e Finanças.

JURIDICO
REPUBLICA-SE LEI Nº 516/2019 (LEI Nº 519/2019), DE 27 DE SETEMBRO DE 2019, POR ERRO MATERIAL

ONDE SE LÊ: **LEI Nº 516/2019, DE 27 DE SETEMBRO DE 2019**, LEIA-SE **LEI Nº 519/2019, DE 27 DE SETEMBRO DE 2019**. Remanesce os anexos da Lei Orçamentária Anual -LOA, para o exercício de 2020, publicados em 30 de setembro 2019, no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso - Ano XIV | nº 3.324, por não ter sofrido nenhuma alteração em sua redação.

DISPÕE SOBRE A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA PARA O EXERCÍCIO DE 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor **JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES**, Prefeito Municipal de Nortelândia – MT faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Orçamento Fiscal do Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, abrangendo a administração direta, seus fundos, órgãos, autarquias e fundações, para o exercício financeiro de 2020, estima a Receita e fixa a Despesa em R$ 21.524.146,54 (vinte e um milhões, quinhentos e vinte e quatro mil, cento e quarenta e seis reais e cinquenta e quatro centavos), discriminados nos anexos integrantes desta lei.

Art. 2º A receita será realizada mediante a arrecadação dos tributos, rendas e outras fontes de receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e das especificações constantes do anexo integrante desta lei, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
RECEITAS CORRENTES	21.830.600,39
Receita Tributária	1.948.625,19
Receita de Contribuições	670.950,72
Receita de Patrimonial	490.545,60
Transferências Correntes	18.720.478,88
Receitas Correntes Intra Orçamentária	1.006.000,00
Dedução da Receita Corrente	(2.177.733,85)
Total das Receitas Correntes	20.658.866,54
RECEITAS DE CAPITAL	
Transferências de Capital	865.280,00
Total das Receitas de Capital	865.280,00
TOTAL GERAL	**21.524.146,54**

SEÇÃO II

DA FIXAÇÃO DA DESPESA

Art. 3º A despesa da Administração Direta será realizada segundo a discriminação dos quadros “Programa de Trabalho” e “Natureza da Despesa”, integrantes desta lei e as autarquias e fundações em seus respectivos orçamentos aprovados por decreto executivo.

POR FUNÇÕES DO GOVERNO

Administração Direta

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. ADMINISTRAÇÃO DIRETA	
01. Legislativa	995.884,91
04. Administração	2.681.749,14
08. Assistência Social	992.241,26
09. Previdência Social	1.721.630,72
10. Saúde	5.797.802,96
11. Trabalho	219.564,80
12. Educação	4.953.631,30
13. Cultura	13,00
14. Direitos da Cidadania	30.996,00
15. Urbanismo	684.974,96
16. Habitação	5.002,50
17. Saneamento	36.456,00
18. Gestão Ambiental	70.415,76
20. Agricultura	768.202,12
22. Indústria	43.804,00
23. Comercio e Serviços	36.013,16

25. Energia	100.004,08
26. Transporte	1.670.774,44
27. Desporto e Lazer	158.928,74
28. Encargos Especiais	111.004,00
77. Reserva Legal do RPPS	395.052,69
99. Reserva de Contingência	50.000,00
Total da Administração Direta	**21.524.146,54**

POR SUBFUNÇÕES

Administração Direta

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. ADMINISTRAÇÃO DIRETA	
031. Ação Legislativa	995.884,91
122. Administração Geral	2.307.925,57
123. Administração Financeira	364.117,65
124. Controle Interno	259.505,60
125. Normatização e Fiscalização	60.281,00
126. Tecnologia da Informatização	78.485,60
128. Formação de Recursos Humanos	1.816,00
131. Comunicação social	36.153,20
241. Assistência ao Idoso	36.000,00
243. Assistência à Criança e ao Adolescente	152.200,00
244. Assistência Comunitária	804.041,26
271. Previdência Básica	1.721.630,72
301. Atenção Básica	3.471.796,85
302. Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.730.471,11
303. Suporte Profilático e Terapêutico	268.944,74
304. Vigilância Sanitária	88.500,00
305. Vigilância Epidemiológica	238.090,26
306. Alimentação e Nutrição	84.000,00
331. Proteção e Benefício ao Trabalhador	216.320,00
334. Fomento ao Trabalho	3.244,80
361. Ensino Fundamental	3.283.755,99
365. Educação Infantil	1.525.875,31
367. Educação Especial	60.000,00
392. Difusão Cultural	13,00
422. Direitos Individuais, Coletivos, Difusos	6,00
451. Infra - Estrutura Urbana	218.139,96
452. Serviços Urbanos	539.632,00
482. Habitação Urbana	5.002,50
511. Saneamento Básico Rural	1,08
512. Saneamento Básico Urbano	36.456,00
541. Preservação e Conservação Ambiental	10,76
601. Promoção da Produção Vegetal	270.406,24
605. Abastecimento	1,08
606. Extensão Rural	29.451,24
661. Promoção Industrial	43.804,00
691. Promoção Comercial	3.509,16
695. Turismo	102.909,00
752. Energia Elétrica	100.004,08
782. Transporte Rodoviário	1.670.774,44
812. Desporto Comunitário	158.928,74
843. Serviço da Dívida Interna	111.004,00
779. Reserva Legal do RPPS	50.000,00
999. Reserva de Contingência	**395.052,69**
TOTAL GERAL	**21.524.146,54**

POR CATEGORIA ECONÔMICA:

Administração Direta

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. ADMINISTRAÇÃO DIRETA	
Despesas Correntes	20.213.813,85
Despesas de Capital	865.280,00
Reserva Legal RPPS	50.000,00
Reserva de Contingência	395.052,69
Total da Administração Direta	**21.524.146,54**

POR ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO:

Administração Direta

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. ADMINISTRAÇÃO DIRETA	
1 - Câmara Municipal	995.884,91
2 - Gabinete do Prefeito	711.375,60
3 - Secretaria Mun. Admin., Plan. e Finanças	5.296.994,79
4 - Fundo Municipal de Saúde.	5.797.802,96
5 – Secret. Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer.	5.101.941,04
6 – Fundo Municipal de Assistência Social	997.242,76
7 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Agricultura e Meio Ambiente.	851.273,76
Total da Administração Direta	**19.752.515,82**

Art. 4º O Orçamento da Seguridade Social do Município abrangendo todas as entidades da administração Direta é de R$ **8.566.676,44**. (oito milhões, quinhentos e sessenta e seis mil, seiscentos e setenta e seis reais e quarenta e quatro centavos).

Administração Direta

Saúde	R$ 5.797.802,96
Assistência Social	R$ 997.242,76
Previdência	R$ 1.771.630,72
TOTAL	**R$ 8.566.676,44**

Art. 5º O Poder Executivo está autorizado a:

a) Realizar operações de crédito por antecipação da receita, até o limite de 10% (Dez por cento) da receita estimada nos termos da Legislação em vigor.

b) Abrir créditos suplementares, até o limite de 20% (vinte por cento) do orçamento da despesa, nos termos do artigo 7º da Lei nº 4.320/64.

c) Abrir créditos suplementares, até o limite de 20% (vinte por cento) do orçamento da despesa, para alterações no orçamento vigente, por remanejamento de um órgão para outro, transposição entre programas de trabalho do mesmo órgão e transferência entre categorias econômicas, do mesmo órgão e programa, nos termos da Legislação em vigor.

d) Abrir créditos suplementares e especiais à conta de recursos provenientes de excesso de arrecadação, considerando as tendências do exercício e de convênios não previsto na receita do orçamento, desde que respeitados os objetivos e metas da programação aprovada nesta lei.

Art. 6º Esta lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2020.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Sede do Município de Nortelândia - MT, aos 27 dias do mês de setembro de 2019, 66º da Emancipação Político-Administrativa. 27.09.2019

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO ARP - 038/2019, 039/2019 E 040/2019

Ata de Registro de Objeto:	Preço Nº: 38/2019 REGISTRO DE PREÇOS AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DE FARMÁCIA BÁSICA PARA ATENDER AOS USUÁRIOS DO SUS NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Contratada:	FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI
CNPJ: Valor Global: Modalidade:	03250803000192 54.646,76 Pregão presencial 00000019/2019 Prefeito
Ata de Registro de Objeto:	Preço Nº: 39/2019 REGISTRO DE PREÇOS AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DE FARMÁCIA BÁSICA PARA ATENDER AOS USUÁRIOS DO SUS NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Contratada:	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA
CNPJ: Valor Global: Modalidade:	67729178000491 51.619,00 Pregão presencial 00000019/2019 Prefeito
Ata de Registro de Objeto:	Preço Nº: 40/2019 REGISTRO DE PREÇOS AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DE FARMÁCIA BÁSICA PARA ATENDER AOS USUÁRIOS DO SUS NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Contratada:	MOCA COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELLI

CNPJ:	03233805000173
Valor Global:	44.326,70
Modalidade:	Pregão presencial 00000019/2019
	Prefeito

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 057/2019

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 057/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT.

Contratada: Solange Gomes dos Santos, inscrito no **CPF nº** 948.448. 951-68

Objeto: O objeto do presente contrato é a prestação de serviços profissional na função de **Professo**r**,** na qualidade de servidor temporário conforme Processo Seletivo simplificado realizado, que dispõe sobre a contratação temporária.

Dotação Orçamentária: 05.002.12.365.0039.20237.3190040000. 0118000000

Valor: 2.877,67 (Dois mil, oitocentos e setenta e sete reais e sessenta e sete centavos)

Vigência: 01/10/2019 a 20/12/2019

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
DECRETO 324-2019, DE 30.09.2019

DECRETO Nº 324/2019, DE 30 DE SETEMBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE O CANCELAMENTO DE EMPENHOS PROCESSADOS E LIQUIDADOS E NÃO PROCESSADOS INSCRITOS EM RESTO A PAGAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Sr. **JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES**, Prefeito do Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 72, IV, da Lei Orgânica do Município - LOM, e tendo em vista o arts. 1º e 42º da Lei de Responsabilidade Fiscal Nº 101/00, art. 36 da lei 4. 320/64, Decreto Federal nº 20.910/32, art. 35, 67 ao 70 do Decreto nº 93. 872/86;

DECRETA

Art. 1º- Fica a Prefeitura Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, autorizado a anular os empenhos não processados a liquidar, constantes na relação de restos a pagar, relativos a Convênios com Obras e Instalações pelo motivo de que os Convênios já foram finalizados e concluídos com a entrega do objeto pelas contratantes e prestados contas aos respectivos Órgãos do Governo Estadual e Federal, ou cancelados, sendo os empenhos 722/2009 e 1338/2009; 2145/2010; 387/2012; 3565/2012; 441/2013; 862/2013; 1504/2014; 1583/2014; 2667/2014; 2668/2014; 2671/2014; 4357/2014; 3493/2015; 3494/2015; 013/2016 e 481/2016, num valor total de R$ 1.650.116,83 (hum milhão, seiscentos e cinquenta mil, cento e dezesseis reais e oitenta e três centavos).

2º - Este decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Nortelândia, Estado de Mato Grosso, aos 30 dias do mês de setembro de 2019 – 66º da Emancipação Político-Administrativa. 30.09.2019.

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA PREGÃO ELETRONICO N.º 010/2019 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 003985/2019-1.

AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA PREGÃO ELETRONICO N.º 010/2019 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 003985/2019-1.

O Município de NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, por intermédio de seu Pregoeiro, torna público que o Pregão Eletrônico n° 010/2019, do tipo menor preço, com o objetivo visando à escolha da Proposta de Preços mais vantajosa para Registro de Preços e escolha da proposta mais vantajosa para Aquisição de uma unidade móvel odontológica para atender a Secretaria Municipal de Saúde, conforme condições e especificações no ANEXO I constantes no Edital e Anexos.

Observação: Conforme manifestação do ordenador de despesas através do Processo n. 003985/2019-1, e Parecer Jurídico n. 279/2019 a comissão de licitação através de suas atribuições legais declara **FRACASSADO** o item/lote 01 do processo licitatório n. 002142/2019-1, tendo em vista o valor ofertado pelo licitante estar acima do valor estimado pela Secretaria Municipal de Saúde.

Nossa Senhora do Livramento – MT., 01 de outubro de 2019.

Leonildes Benevides

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

DEPTO LICITAÇÃO/ADMINISTRAÇÃO
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 010/2019

Contratante:

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES – MT

Contratada:

SERVICO DE APOIO AS MICRO E PEQ. EMPRESAS DO ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ: **03.534.450/0001-52**

Av. Hist. Rubens de Mendonça, nº 3999, Centro.

Cuiabá - MT

Objeto: **Contratação de empresa especializada em realização de ações que possam contribuir com o fortalecimento e desenvolvimento das micro e pequenas empresas através de cursos, palestras e oficinas**

Código	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor total
	Contratação, diárias e honorários dos palestrantes; **Material didático e certificados;** **Divulgação com logotipo do parceiro;** **Definição de local;** **Equipamentos necessários;** Arregimentação e inscrições do público alvo.	evento	01	R$ 25.000,00	R$ 25.000,00

	Previsão de atendimento à 150 atendimentos no Município.				
Valor subsidiado pelo SEBRAE				R$ -20.000,00	R$ -20.000,00
Valor do evento a ser custeado pela Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes					R$ 5.000,00

Valor de contratação **R$ 5.000,00 (cinco mil reais),** com recurso próprio da Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente, Tec. E Saneamento.

Considerando a justificativa apresentada pelo ilustre da **Secretaria** e a emissão de Parecer Jurídico, onde este expressa ser favorável à contratação direta, com inexigibilidade de licitação;

Considerando ainda, que concordamos e entendemos necessário e legal a contratação da empresa **realização de ações que possam contribuir com o fortalecimento e desenvolvimento das micro e pequenas empresas através de cursos, palestras e oficinas**, **HOMOLOGO** os termos da presente **Inexigibilidade de Licitação nº 000/2019**, para que produza todos os efeitos legais, inclusive possibilite a celebração do contrato administrativo com a empresa **SERVICO DE APOIO AS MICRO E PEQ. EMPRESAS DO ESTADO DE MATO GROSSO,** fornecedor escolhido e justificado.

Por fim, determino a publicação desse ato de Homologação e autorizo a celebração do pertinente contrato administrativo, com a consequente publicação do seu extrato na imprensa oficial para que produza todos os efeitos previstos em lei.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Nova Bandeirantes - MT, 01 de outubro de 2019.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DEPTO LICITAÇÃO/ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 010/2019

Nos termos do Artigo 25 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, RATIFICA-SE a Inexigibilidade de Licitação Nº. 010/2019 que tem como objeto a **Contratação de empresa especializada em realização de ações que possam contribuir com o fortalecimento e desenvolvimento das micro e pequenas empresas através de cursos, palestras e oficinas**

Código	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor total
	Contratação, diárias e honorários dos palestrantes; **Material didático e certificados;** **Divulgação com logotipo do parceiro;** **Definição de local;** **Equipamentos necessários;** Arregimentação e inscrições do público alvo. Previsão de atendimento à 150 atendimentos no Município.	evento	01	R$ 25.000,00	R$ 25.000,00
Valor subsidiado pelo SEBRAE				R$ -20.000,00	R$ -20.000,00
Valor do evento a ser custeado pela Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes					R$ 5.000,00

SERVICO DE APOIO AS MICRO E PEQ. EMPRESAS DO ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ: **03.534.450/0001-52**

Av. Hist. Rubens de Mendonça, nº 3999, Centro.

Cuiabá - MT

Valor Global **R$ 5.000,00 (cinco mil reais),** com recurso próprio da Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente, Tec. E Saneamento.

Registra-se, Publique-se, Cumpra-se.

Nova Bandeirantes - MT, 01 de outubro de 2019.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DEPTO LICITAÇÃO/ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS TERMO DE ABERTURA DE PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 010/2019

O Prefeito de Nova Bandeirantes/MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DOS SANTOS**, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no art. 25 da Lei federal n. 8.666/93, devidamente fundamentada na Justificativa do Setor de Licitações e emissão de parecer jurídico, aprova a abertura de Processo de Inexigibilidade de Licitação a ser autuado sob Nº 010/2019 que tem como objeto a **Contratação de empresa especializada em realização de ações que possam contribuir com o fortalecimento e desenvolvimento das micro e pequenas empresas através de cursos, palestras e oficinas**

Código	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor total
	Contratação, diárias e honorários dos palestrantes; **Material didático e certificados;** **Divulgação com logotipo do parceiro;** **Definição de local;** **Equipamentos necessários;** Arregimentação e inscrições do público alvo. Previsão de atendimento à 150 atendimentos no Município.	evento	01	R$ 25.000,00	R$ 25.000,00

Valor subsidiado pelo SEBRAE	R$ -20.000,00	R$ -20.000,00
Valor do evento a ser custeado pela Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes		R$ 5.000,00
TOTAL GERAL	**R$ 5.000,00**	

O valor da contratação será de **R$ 5.000,00 (cinco mil reais).**

VALDIR PEREIRA DO SANTOS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 399/2019, DE 18 DE SETEMBRO DE 2019.

"*Dispõe sobre Concessão de Licença Maternidade da Servidora Efetiva Eliana Costa Santos Macedo".*

A PREFEITA MUNICIPAL DE NOVA BRASILANDIA do Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são concedidas por Lei e considerando o Artigo 88, da Lei nº 324/2007 de 27 de julho de 2007.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder a Servidora Efetiva **Srª. ELIANA COSTA SANTOS MACEDO – Agente de Limpeza Publica,**lotada na Secretaria Municipal de Saúde, 120 **(cento e vinte)** dias de **LICENÇA MATERNIDADE,** a partir de 17 de setembro de 2019..

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 17 de setembro de 2019.

Art. 3º - *Revogam-se as disposições em contrário.*

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 18 de setembro de 2019.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JOCIVANI CRISTINA PINHEIRO DE SÁ

Secretária Municipal de Administração

Portaria n° 002/2018

EXTRATO QUINTO TERMO ADITIVO CONTRATO N°. 050/2019

EXTRATO QUINTO TERMO ADITIVO CONTRATO N°. 050/2019

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA:**AMILSON FERREIRA SILVA ME**

CNPJ nº 04.848.770/0001-40

OBJETO:Prorrogação do prazo de vigência do contrato original por mais **120 (cento e vinte)** dias contados a partir **26 de setembro 2019 até 24 de janeiro 2020.**

ASSINATURA**: 25 de setembro de 2019**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 025/2019 - ALESSANDRA JOSE ROCHA

PARTES: Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia -MT– CNPJ nº 15.023.963.0001/88 e Alessandra José Rocha.

OBJETO: Prestação de Serviços por Tempo Determinado com a finalidade de atender a Lei Municipal nº 671/2017, na Secretaria Municipal de Administração para o cargo de Agente Administração.

VALOR: R$ - 1.415,65 (Um mil quatrocentos e quinze reais e sessenta e cinco centavos).

VIGÊNCIA: 18/09/2019 a 31/12/2019

ASSINAM: Mauriza Augusta de Oliveira – Prefeita Municipal e Alessandra José Rocha – Contratado.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 388/2019, DE 16 DE SETEMBRO DE 2019.

Nomeia autoridade de Transito.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais;

Considerando o disposto na Lei Federal nº 9.503/97, que institui o código de Trânsito Brasileiro;

Considerando o disposto na Lei nº 755/2019 que cria a Coordenadoria Municipal de Trânsito – CMT;

Considerando a competência atribuída aos órgãos e entidades executivos de trânsito e executivos rodoviários municipais para executar a fiscalização de transito, atuar e aplicar as medidas administrativas cabíveis.

RESOLVE

Art.1° Fica Nomeado o senhor **CLEBER PAIXÃO DE ANDRADE MASCARENHAS**, responsável pela **COORDENADORIA MUNICIPAL DE TRANSITO – CMT**, como autoridade Municipal de Trânsito, a partir de 16 de setembro de 2019**.**

Art. 2° As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão por conta das dotações próprias da Prefeitura Municipal.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo os seus efeitos a partir de 16 de setembro de 2019.

Art. 4° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 16 de setembro de 2019.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JOCIVANI CRISTINA PINHEIRO DE SÁ

Secretária Municipal de Administração

Portaria n° 002/2018

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 382/2019, DE 09 DE SETEMBRO DE 2019.

Concessão de férias a funcionária Efetiva srª Luzia Helena Mendes Campos.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no art.67, da Lei nº 324/2007 de 27 de julho de 2007;

RESOLVE

Art.1° Conceder a Servidora Efetiva Srª Luzia Helena Mendes Campos – Tec. Adm. Educacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação, 30 (trinta) dias Férias regulamentares, referente ao período aquisitivo de 17/10/2016 a 17/10/2017, a partir de 03 de setembro de 2019.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir desta data 03 de setembro de 2019.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 09 de setembro de 2019.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JOCIVANI CRISTINA PINHEIRO DE SÁ

Secretária Municipal de Administração

Portaria n° 002/2018

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 375 /2019, DE 02 DE SETEMBRO DE 2019.

Concessão de férias a funcionária efetiva srª Luceni Honorato

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no art.67, da Lei nº 324/2007 de 27 de julho de 2007;

RESOLVE

Art.1° Conceder a Servidora Efetiva Srª. Luceni Honorato – Agente de Limpeza Publica, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, 30 (trinta) dias Férias regulamentares, referente ao período aquisitivo de 10/01/2018 a 10/01/2019, a partir de 02 de Setembro de 2019.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir desta data de 02 de setembro de 2019.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 02 de setembro de 2019.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JOCIVANI CRISTINA PINHEIRO DE SÁ

Secretária Municipal de Administração

Portaria n° 002/2018

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 377/2019, DE 02 DE SETEMBRO DE 2019.

Encaminhar para PREVBRAS a servidora efetiva Raimunda Patrícia S. Ferreira.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no Artigo 76 e seus incisos da Lei nº 324/2007 de 27 de julho de 2007;

RESOLVE

Artigo 1º - Encaminhar para Prevbrasa Servidora Efetiva **Sr.ª Raimunda Patrícia da Silva Ferreira – Tec. de Desenvolvimento Infantil** lotada na Secretaria Municipal de Educação, que se encontra de **Licença Médica,** a partir de 03 de setembro de 2019.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em de 02 de setembro de 2019.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JOCIVANI CRISTINA PINHEIRO DE SÁ

Secretária Municipal de Administração

Portaria n° 002/2018

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 376/2019, DE 02 DE SETEMBRO DE 2019.

"*DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PREMIO A SERVIDORA EFETIVA CORINA PEREIRA DA SILVA".*

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA,, no uso das atribuições que lhe são concedidas por Lei e considerando o Artigo 101-A, da Lei nº 366/2008 de 03 de julho de 2008.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder a Servidora Efetiva **Srª CORINA PEREIRA DA SILVA – Professora,** lotada na Secretaria Municipal de Administração, 90 (Noventa) dias de **LICENÇA PRÊMIO**, referente ao período aquisitivo de 01/07/2008 a 01/04/2013, a partir de 02 de setembro de 2019, devendo retornar as suas atividades normais em 01 de dezembro de 2019.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir desta data 02 de setembro de 2019.

Art. 3º - *Revogam-se as disposições em contrário.*

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 02 de setembro de 2019.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JOCIVANI CRISTINA PINHEIRO DE SÁ

Secretária Municipal de Administração

Portaria n° 002/2018

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 003/2019

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE

DE LICITAÇÃO Nº. 003/2019

Objeto:	Contratação de empresa promotora de shows artísticos com banda nos festejos em comemoração ao 40º aniversário do Município de Nova Brasilândia – MT.
Favorecido	**S B N LTDA - ME**
Prazo de Execução	13 e 14 de dezembro de 2019
Valor global	**R$ 44.000,00** (Quarenta e Quatro Mil Reais)
Fundamento Legal	Artigo. 25 caput e inciso III da Lei n° 8.666/93
Justificativa	Anexa nos autos do processo.

Ratifico a Inexigibilidade de Licitação **nº 003/2019** em consonância com a justificativa apresentada pela Comissão Permanente de Licitação, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações.

Nova Brasilândia, 02 de outubro de 2019.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

PREFEITA MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 024/2019 - LUANA CRISTINA ALVES COSTA

PARTES: Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia -MT– CNPJ nº 15.023.963.0001/88 e Luana Cristina Alves Costa.

OBJETO: Prestação de Serviços por Tempo Determinado com a finalidade de atender a Lei Municipal nº 671/2017, na Secretaria Municipal de Administração para o cargo de Agente Administração.

VALOR: R$ - 1.415,65 (Um mil quatrocentos e quinze reais e sessenta e cinco centavos).

VIGÊNCIA: 03/09/2019 a 31/12/2019

ASSINAM: Mauriza Augusta de Oliveira – Prefeita Municipal e Luana Cristina Alves Costa – Contratado

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 386/2019, DE 12 DE SETEMBRO DE 2019.

"*DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PREMIO A SERVIDORA EFETIVA MARIA DAS GRAÇAS LOPES".*

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA,**,** no uso das atribuições que lhe são concedidas por Lei e considerando o Artigo 101-A, da Lei nº 366/2008 de 03 de julho de 2008.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder a Servidora Efetiva **Srª MARIA DAS GRAÇAS LOPES – Agente de Limpeza Escolar,** lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos, 90 (Noventa) dias de **LICENÇA PRÊMIO**, referente ao período aquisitivo de 27/08/2006 a 27/08/2011, a partir de 09 de setembro de 2019, devendo retornar as suas atividades normais em 08 de dezembro de 2019.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir desta data 09 de setembro de 2019.

Art. 3º - *Revogam-se as disposições em contrário.*

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 12 de setembro de 2019.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JOCIVANI CRISTINA PINHEIRO DE SÁ

Secretária Municipal de Administração

Portaria n° 002/2018

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 385/2019, DE 12 DE SETEMBRO DE 2019.

"Retorno de Licença Medica a servidora efetiva Senhora Edney Florentino Borges".

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no Artigo 76 e seus incisos da Lei nº 324/2007 de 27 de julho de 2007;

RESOLVE

Artigo 1º - RETORNAR as atividades normais a Servidora Efetiva Srª**. EDNEY FLORENTINO BORGES – TELEFONISTA,** lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos, que se encontrava de **Licença Médica**, a partir de 03 de setembro de 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir desta data de 03 de setembro de 2019.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 12 de setembro de 2019.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JOCIVANI CRISTINA PINHEIRO DE SÁ

Secretária Municipal de Administração

Portaria n° 002/2018

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 387/2019, DE 12 DE SETEMBRO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS O SERVIDOR EFETIVO ANTONIO PESSOA DE LIMA".

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no art.71, da Lei nº 324/2007 de 27 de julho de 2007;

RESOLVE

Art.1° - Conceder o Servidor Efetivo **Srº Antônio Pessoa de Lima – Ag. Vigilância,** lotada na Secretaria Municipal de Administração, 30 (trinta) dias Férias regulamentares, referente ao período aquisitivo de 11/04/2016 à 11/04/2017, a partir de 11 de setembro de 2019.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 11 de setembro de 2019.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 12 de setembro de 2019.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JOCIVANI CRISTINA PINHEIRO DE SÁ

Secretária Municipal de Administração

Portaria n° 002/2018

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 390 /2019, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019.

Concessão de férias o funcionário efetivo srº Thiago Gomes Moura

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no art.67, da Lei nº 324/2007 de 27 de julho de 2007;

RESOLVE

Art.1° Conceder o Servidor Efetivo Srº. Thiago Gomes Moura –Op. de Maquinas Agrícola, lotado na Secretaria Municipal de Assistência So-

cial, 30 (trinta) dias Férias regulamentares, referente ao período aquisitivo de 18/02/2018 a 18/02/2019, a partir de 11 de Setembro de 2019.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir desta data de 11 de setembro de 2019.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 17 de setembro de 2019.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JOCIVANI CRISTINA PINHEIRO DE SÁ

Secretária Municipal de Administração

Portaria n° 002/2018

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 394 /2019, DE 18 DE SETEMBRO DE 2019.

Prorrogação do Afastamento para Tratar de Assuntos Particulares a funcionário efetivo Rogerio Silva Araújo.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no art. 101-C, da Lei nº 366/2008 de 03 de julho de 2008;

RESOLVE

Artigo 1º - CONCEDER o Servidor Efetivo Srº **ROGERIO SILVA ARAUJO – AGENTE DE LIMPEZA PUBLICA**, lotado na Secretaria Municipal de Infra Estrutura, pelo prazo de 02 (dois) anos, **PRORROGAÇÃO DO AFASTAMENTO PARA TRATAR DE ASSUNTOS DE INTERESSE PARTICULARES**, a partir de 16 de setembro de 2019.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo os seus efeitos a partir de 16 de Setembro de 2019.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 18 de setembro de 2019.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JOCIVANI CRISTINA PINHEIRO DE SÁ

Secretária Municipal de Administração

Portaria n° 002/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA
QUINTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL DE N° 08/2019

QUINTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL DE N° 08/2019

A câmara municipal de nova Lacerda – MT, inscrita no CNPJ n° 01.617.459/0001-00, com sede à Avenida Dioguinho, n° 669, Bairro São José, cidade de Nova Lacerda-MT, neste ato representada por seu presidente Sr. **CLAUDINEY DA SILVA**, brasileiro, casado, autônomo, portador da Carteira de Identidade – RG sob o número 819702 SSP/MT e do Cadastro de Pessoa Física – CPF sob o número 488.727.091-72, residente na Rua Uirapuru, número 1111, Centro, na cidade de Nova Lacerda – MT, doravante denominada de **CONTRATANTE** e a empresa **PETROLUZ BANDEIRANTES AUTO POSTO LTDA,** situado na Avenida São Luiz S/Nº, Jardim São Luiz , na cidade de Cáceres , CEP: 78.200-000 inscrita no CNPJ sob o n° 19.791.528/0001-54, registrada na Junta Comercial do Estado de Mato Grosso, sob o n° 51201411735 em sessão de 24/02/2014, neste ato, representada pelos seus proprietários José Carlos da Silva, brasileiro, maior, empresário, nascido em 30/05/1959, portador da cédula de identidade RG n° 048.952-2/SESP/MT e inscrito do Cadastro de Pessoa Física sob n°172.661.731-91, residente e domiciliado à Avenida São Sebastião, 2.105 Apto 2001 Ed. Maison Renoir, Bairro Goiabeiras, na Cidade de Cuiabá, CEP: 172.045-400 e senhora Lyete Adorno Silva, brasileira , maior, empresária, nascida em 30/10/1946, portadora da cédula de identidade nº 1134696-5 SSP/MT e inscrita no cadastro de pessoa física nº 694.943.391-34, residente e domiciliado à Avenida São Sebastião, 2.105 Apto 2001 Ed. Maison Renoir, Bairro Goiabeiras, na Cidade de Cuiabá, CEP: 172.045-400, doravante denominada **CONTRATADA** ajustam o presente TERMO ADITIVO, ao Contrato de aquisição de material de consumo (combustível tipo gasolina comum) de n° 08/2019, proveniente do processo licitatório 02/2019 – dispensa de licitação 02/2019, mediante as cláusulas e condições a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Pelo presente Termo Aditivo, as partes acima identificadas, de comum acordo, resolvem **ALTERAR A PRIMEIRA CLÁUSULA DO QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL DE N° 08/2019,** a qual institui o valor do produto do respectivo contrato. Desse modo, o valor instituído a ser pago pela contratante era R$ 4,44 (quatro reais e quarenta e quatro centavos) **o litro de combustível (gasolina)**, agora, passa ser R$ 4,42 (quatro reais e quarenta e dois centavos) cada litro.

CLÁUSULA SEGUNDA: O presente Termo Aditivo passa a ser parte integrante do contrato original, permanecendo inalteradas as demais cláusulas do Contrato de n° 08/2019 e do Quarto Termo Aditivo do Contrato de Aquisição de Combustível de n° 08/2019**.**

E, por acharem justas e contratadas, mutuamente assinam o presente instrumento em 02 (duas) de igual teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Nova Lacerda – MT, 26 de julho de 2019.

_____

Câmara Municipal de Nova Lacerda

Claudiney da Silva

Presidente da Câmara Municipal

Contratante

_____

Petroluz Bandeirantes Auto Posto LTDA

Empresa Contratada

_____

Sueli Lourenço Arantes de Oliveira

OAB/MT Nº 23736-B

Assessora Jurídica

TESTEMUNHAS

1 - Maria Selma de Oliveira

CPF: 288.633.802-87

2 - Rani Aparecida de Medeiros Teixeira

CPF: 957.289.101-49

FISCAL DE CONTRATO

Alana Maria Silva Souza

Portaria 08/2018

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA
QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL DE N° 08/2019

QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL DE N° 08/2019

A câmara municipal de nova Lacerda – MT, inscrita no CNPJ n° 01.617.459/0001-00, com sede à Avenida Dioguinho, n° 669, Bairro São José, cidade de Nova Lacerda-MT, neste ato representada por seu presidente Sr. **CLAUDINEY DA SILVA**, brasileiro, casado, autônomo, portador da Carteira de Identidade – RG sob o número 819702 SSP/MT e do Cadastro de Pessoa Física – CPF sob o número 488.727.091-72, residente na Rua Uirapuru, número 1111, Centro, na cidade de Nova Lacerda – MT, doravante denominada de **CONTRATANTE** e a empresa **PETROLUZ BANDEIRANTES AUTO POSTO LTDA,** situado na Avenida São Luiz S/Nº, Jardim São Luiz , na cidade de Cáceres , CEP: 78.200-000 inscrita no CNPJ sob o n° 19.791.528/0001-54, registrada na Junta Comercial do Estado de Mato Grosso, sob o n° 51201411735 em sessão de 24/02/2014, neste ato, representada pelos seus proprietários José Carlos da Silva, brasileiro, maior, empresário, nascido em 30/05/1959, portador da cédula de identidade RG n° 048.952-2/SESP/MT e inscrito do Cadastro de Pessoa Física sob n°172.661.731-91, residente e domiciliado à Avenida São Sebastião, 2.105 Apto 2001 Ed. Maison Renoir, Bairro Goiabeiras, na Cidade de Cuiabá, CEP: 172.045-400 e senhora Lyete Adorno Silva, brasileira , maior, empresária, nascida em 30/10/1946, portadora da cédula de identidade nº 1134696-5 SSP/MT e inscrita no cadastro de pessoa física nº 694.943.391-34, residente e domiciliado à Avenida São Sebastião, 2.105 Apto 2001 Ed. Maison Renoir, Bairro Goiabeiras, na Cidade de Cuiabá, CEP: 172.045-400, doravante denominada **CONTRATADA** ajustam o presente TERMO ADITIVO, ao Contrato de aquisição de material de consumo (combustível tipo gasolina comum) de n° 08/2019, proveniente do processo licitatório 02/2019 – dispensa de licitação 02/2019, mediante as cláusulas e condições a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Pelo presente Termo Aditivo, as partes acima identificadas, de comum acordo, resolvem **ALTERAR A PRIMEIRA CLÁUSULA DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL DE N° 08/2019,** a qual institui o valor do produto do respectivo contrato. Desse modo, o valor instituído a ser pago pela contratante era R$ 4,47 (quatro reais e quarenta e sete centavos) **o litro de combustível (gasolina)**, agora, passa ser R$ 4,44 (quatro reais e quarenta e dois centavos) cada litro.

CLÁUSULA SEGUNDA: O presente Termo Aditivo passa a ser parte integrante do contrato original, permanecendo inalteradas as demais cláusulas do Contrato de n° 08/2019 e do Terceiro Termo Aditivo do Contrato de Aquisição de Combustível de n° 08/2019**.**

E, por acharem justas e contratadas, mutuamente assinam o presente instrumento em 02 (duas) de igual teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Nova Lacerda – MT, 09 de julho de 2019.

_____

Câmara Municipal de Nova Lacerda

Claudiney da Silva

Presidente da Câmara Municipal

Contratante

_____

Petroluz Bandeirantes Auto Posto LTDA

Empresa Contratada

_____

Sueli Lourenço Arantes de Oliveira

OAB/MT Nº 23736-B

Assessora Jurídica

TESTEMUNHAS

1 - Maria Selma de Oliveira

CPF: 288.633.802-87

2 - Rani Aparecida de Medeiros Teixeira

CPF: 957.289.101-49

FISCAL DE CONTRATO

Alana Maria Silva Souza

Portaria 08/2018

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA
TERMO DE RETIFICAÇÃO DO QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL DE N° 08/2019

RETIFICAÇÃO DE TERMO ADITIVO

TERMO DE RETIFICAÇÃO DO QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL DE N° 08/2019

Pelo presente Termo, fica RETIFICADO o valor e a data do 4° termo aditivo do contrato de n° 08/2.019, desse modo:

Onde se lê:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Pelo presente Termo Aditivo, as partes acima identificadas, de comum acordo, resolvem **ALTERAR A PRIMEIRA CLÁUSULA DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL DE N° 08/2019,** a qual institui o valor do produto do respectivo contrato. Desse modo, o valor instituído a ser pago pela contratante era R$ 4,47 (quatro reais e quarenta e sete centavos) o litro de combustível (gasolina), agora, passa ser R$ 4,42 (quatro reais e quarenta e dois centavos) cada litro.

Leia-se:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Pelo presente Termo Aditivo, as partes acima identificadas, de comum acordo, resolvem **ALTERAR A PRIMEIRA CLÁUSULA DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL DE N° 08/2019,** a qual institui o valor do produto do respectivo contrato. Desse modo, o valor instituído a ser pago pela contratante era R$ 4,47 (quatro reais e quarenta e sete centavos) o litro de combustível (gasolina), agora, passa ser R$ 4,44 (quatro reais e quarenta e dois centavos) cada litro.

Onde se lê:

Nova Lacerda – MT, 06 de agosto de 2019.

Leia-se:

Nova Lacerda – MT, 09 de julho de 2019.

Ficam ratificadas todas as demais condições estabelecidas no contrato administrativo.

Nova Lacerda - MT, 01 de outubro de 2019.

Câmara Municipal de Nova Lacerda - MT

Claudiney da Silva

Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE SUSPENSÃO DA TOMADA DE PREÇOS 002/2019

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA NA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS NA RECUPERAÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA – MT, DE

ACORDO COM CONTRATO DE REPASSE N° 859708/2017 MAPA/ CAIXA.

O MUNICÍPIO DE NOVA MARILANDIA, através de sua CPL, torna público a todos os interessados que a sessão da Tomada de Preços 002/2019, foi suspensa em respeito ao prazo de recursal 05 (cinco) dias úteis, na forma do Art. 109, inciso I, alínea "a", da Lei nº 8.666/93. Respeitando ainda o prazo para a apresentação de impugnação.

Demais informações junto a comissão de licitações em horário de expediente, pelo site **www.novamarilandia.mt.gov.br ou e-mail: pmnovamarilandia@hotmail.com**

NOVA MARILÂNDIA - MT, 01/10/2019.

ODAIR JOSE CORREIA

PRESIDENTE DA CPL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE POSSE Nº 031/2019 AO PRIMEIRO DIA DO MÊS DE OUTUBRO DE DOIS MIL E DEZENOVE (01/10/2019), PERANTE O EXMO. SR. JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MAT

TERMO DE POSSE Nº 031/2019

Ao primeiro dia do mês de outubro de dois mil e dezenove (**01/10/2019**), perante o Exmo. Sr. **JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA**, Prefeito Municipal de Nova Marilândia, Estado de Mato Grosso, compareceu o (a) Sr (a):

NOME: **ALANNA DOS SANTOS FRONHA**

NACIONALIDADE: **BRASILEIRA**

NATURALIDADE: **BATAYPORÃ - MS**

FILIAÇÃO: **VANDERLEI FRONHA E LUCIENE ALVES DOS SANTOS FRONHA**

CÉDULA DE IDENTIDADE RG Nº: **60.075.407-8 – SSP/SP**

CPF/MF Nº: **032.621.951-03**

ENDEREÇO**: RUA EUCLIDES GERALDO DE MEDEIROS, 151-E, TANGARA DA SERRA.**

Aprovado (a) no **Concurso Público Municipal, Edição 001/2018**, devidamente convocada (a) pelo Ato de **Edital de Convocação Nº 018/2019**, de 30 de AGOSTO de 2019, para o cargo de "**NUTRICIONISTA** ", em provimento efetivo, criado por Lei Municipal, para o fim específico de tomar posse e entrar em exercício na data de **01/10/2019**, entregando a documentação necessária e exigida, bem como os exames de aptidão física e mental, comprometendo-se a cumprir com zelo e probidade as funções que lhe são inerentes, declarando para fins do art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal, não exercer Cargo Público em acumulo, sob a luz da lei.

E para constar, lavrou-se o presente termo, que, lido e achado conforme, vai assinado pelo Exmo. Senhor Prefeito Municipal, pelo (a) empossando (a) e pelo (a) Secretário (a) Municipal de Administração deste Município de Nova Marilândia-MT, para que possa produzir os devidos fins e efeitos.

_____

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA

RG nº 3141561-6 - SSP/PR – CPF/MF nº 459.368.209-63

P R E F E I T O M U N I C I P A L

Assinatura do EMPOSSADO (a):

_____

ALANNA DOS SANTOS FRONHA

_____

MARTA REGINA WAIANDT DA SILVA

SECRETÁRIO (A) MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 189/2019 DATA: 01 DE OUTUBRO DE 2019
EMENTA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CONCURSADO PARA PROVIMENTO DE CARGO EFETIVO DO QUADRO DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO DE NOVA MARILÂNDIA-MT

EMENTA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CONCURSADO PARA PROVIMENTO DE CARGO EFETIVO DO QUADRO DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO DE NOVA MARILÂNDIA-MT, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA,

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE AS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO, OBSERVADO O QUE DISPÕE A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E O PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA,

R E S O L V E N D O

Art. 1º - Fica nomeado e empossado a partir do dia 01 de agosto de 2019, o candidato aprovado em **Concurso Público Edição 001/2018**, realizado para esta municipalidade, constante do respectivo Termo de Posse individual e da relação abaixo discriminada, para ocupar o respectivo cargo de provimento efetivo, do quadro de pessoal do Poder Executivo deste município de Nova Marilândia-MT, para o qual foi aprovado e convocado, apresentado a documentação exigida em lei, regulamento ou edital, e que esteja físico e mentalmente apto para imediato exercício do cargo.

NOME	CARGO	CPF/MF
ALANNA DOS SANTOS FRONHA	NUTRICIONISTA	032.621.951-03

Art. 2º - A nomeada de que trata o artigo anterior, ficará com a responsabilidade de gerir os serviços e atribuições que lhes confere o cargo, em razão de lei, vinculado e subordinado à Secretaria Municipal para o qual for designado.

Parágrafo único – A nomeada para o exercício de cargo público, de provimento efetivo, será rigorosa e permanentemente avaliada por uma Comissão constituída e nomeada com atribuições e responsabilidades próprias, conferidas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 3º - As atribuições do cargo são previstas em lei e restritas a ela, e, o nomeado por esta Portaria será remunerado na forma e no âmbito da respectiva função exercida.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, AO PRIMEIRO DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZENOVE - 01-10-2019.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILANDIA – MT

Registrada e publicada pela Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da lei.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 233/2019

"*Dispõe sobre a Exoneração de cargo Efetivo de Apoio ADM Educacional Manutenção e Limpeza a Sra. Ivani Gonçalves de Souza .***"**

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 54, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 8º, inciso II da Lei n.º 293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá-MT.

RESOLVE:

Art. 1º – EXONERAR a pedido de Cargo Efetivo a Sra.***IVANI GONCALVES DE SOUZA*** portadora do RG Nº. 791424 SSP/MT, inscrita no CPF sob o n.º 883.268.531.00, do cargo de *APOIO ADM EDUCACIONAL - LIMPEZA E MANUTENCAO* do Município de Nova Maringá-MT, a partir desta data 01 de Outubro de 2019, até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 01 de Outubro de 2019.

JOAO BRAGA NETO

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA E PRORROGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL 031/2019.

A Prefeitura Municipal de Nova Maringá, Estado de Mato Grosso, através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, instituída pela Portaria nº 182/2019/GAPRE, torna público para conhecimento de quantos possam interessar que a Sessão de abertura de documentações e propostas de preços da Licitação na Modalidade **PREGÃO PRESENCIAL 031/2019**, com **OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA PÚBLICA JUNTO AOS DIVERSOS MINISTÉRIOS, SECRETARIAS E FUNDAÇÕES, AUTARQUIAS, INSTITUIÇÕES, FINANCEIRAS E DEMAIS ÓRGÃOS PÚBLICOS FEDERAIS EM BRASÍLIA – DF PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ-MT,** com abertura marcada para o dia **01/10/2019** as 09h00min(horário de Cuiabá/MT), ficou **DESERTA**, eque no uso de suas atribuições, determina a **PRORROGAÇÃO** do certame, estipulando nova data para a entrega e abertura dos envelopes das empresas interessadas em participar, sendo o dia **15/10/2019** ás 09h00min(horário de Cuiabá/MT)na sala de licitações desta Prefeitura. Sendo mantida as demais disposições editalicias. O processo e demais anexos encontra-se na Prefeitura Municipal de Nova Maringá – Setor de Licitação e também no site: www.novamaringa.mt.gov.br

Nova Maringá - MT, 01 de Outubro de 2019.

ROSIMEIRE SILVA SOUZA

Pregoeira Oficial

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 231/2019

"*Dispõe sobre a Exoneração de cargo Efetivo de Procurador Juridico o Sr. Alisson Cézar de Carvalho .***"**

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 54, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 8º, inciso II da Lei n.º 293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá-MT.

RESOLVE:

Art. 1º – EXONERAR a pedido de Cargo Efetivo o Sr.***ALISSON CÉZAR DE CARVALHO*** portador do RG Nº. 23861347 SEJSP/MT, inscrito no CPF sob o n.º 037.726.441.55, do cargo de *PROCURADOR JURIDICO* do Município de Nova Maringá-MT, a partir desta data 01 de Outubro de 2019, até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 01 de Outubro de 2019.

JOAO BRAGA NETO

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
ATA DE CANCELAMENTO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2019. TIPO MENOR PREÇO POR ITEM

Ao primeiro dia de Outubro de 2019, na Sala de Licitação da Prefeitura Municipal, estiveram reunidos as 14:00 horas, em sessão pública, a pregoeira e membros, instituída pela Portaria 182/2019/GAPRE, reuniu-se com a finalidade específica de promover o cancelamento do Pregão Presencial 028/2019. Cuja o objeto: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ANÁLISES FÍSICO-QUÍMICOS E BACTERIOLÓGICOS EM AMOSTRAS DE ÁGUA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ – MT.** Fica cancelado o processo licitatório pregão presencial 028/2019, considerado Fracassado devido a empresa que enviou Via Correios a documentação não ter cumprido as Clausulas Editalícias. A Pregoeira deu por encerrado os trabalhos, lavrando a presente Ata, que vai assinada por ela, juntamente com os membros da Comissão.

Nova Maringá - MT 01 de Outubro de 2019.

ROSIMEIRE DA SILVA SOUZA

Pregoeira

ROSANGELA M. GOLARTE / WELDER SOUZA CUNHA

Membro Equipe de Apoio / Membro Equipe de Apoio

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 036/2019 .

DATA: 30 DE SETEMBRO DE 2019.

SÚMULA: FICA CONCEDIDA A SERVIDORA PÚBLICA, EVA MOREIRA DE SOUZA LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA NA PESSOA DA FAMILIA.

ANDERSON RODRIGUES DOS SANTOS, Presidente da Câmara Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e Regimento Interno do Legislativo;

Considerando o disposto no artigo 146 e parágrafos da Lei Municipal n° 830/2016;

Considerando, o requerimento da servidora solicitando a licença para acompanhar seu pai Liberato Benedito de Souza, que se encontra hospitalizado e necessita de acompanhante;

RESOLVE

Artigo 1 º - Conceder a Servidora **Eva Moreira de Souza**, lotada no cargo de zeladora, em provimento efetivo, da Câmara Municipal de Nova Monte Verde - MT**, licença por motivo de doença familiar, pelo período de 30 (trinta) dias com vencimentos integrais**.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, com efeitos a partir de 01/10/2019.

Nova Monte Verde-MT, 30 de setembro de 2.019.

ANDERSON RODRIGUES DOS SANTOS

Presidente

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 231/2019

SÚMULA: Nomeia Fiscal Administrativo para o Contrato nº 68/2019 DEPTO/ADM/COMPRAS.

BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES Prefeita Municipal em Exercício de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 90, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu art. 67, exige que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 141, de 03 de novembro de 2011 definiu e regulamentou as atribuições do fiscal de contrato no âmbito da Administração Pública Municipal e deu outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os servidores abaixo indicados para, em observância a legislação vigente, atuarem como fiscais administrativos do contrato nº68/2019/DPTO/ADM/COMPRAS, celebrado entre o MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE e M R BARRETO & CIA LTDA – ME.

CONTRATO Nº 68/2019/DPTO/ADM/COMPRAS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 6286/2019

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS EM PLANTÕES E CONSULTAS, Á FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA MONTE VERDE/MT.

DATA DA ASSINATURA: 30 DE SETEMBRO 2019

VIGENCIA: 01 DE OUTUBRO DE 2019 Á 31 DE DEZEMBRO 2019

VALOR: R$ 300.000,00 (trezentos mil reais)

FISCAL TITULAR: CLAUDETE CATARINA POLACHINI

RG Nº: 318192 SSP/MS

CPF Nº: 366.119.481-04

CARGO: TECNICA EM ENFERMAGEM

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

MATRICULA: 3151

FISCAL SUBSTITUTO: MILENE REGINA DE AZEVEDO

RG Nº: 273433258 SSP/SP

CPF Nº: 284.667.948-75

CARGO: ENFERMEIRA

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

MATRICULA: 3117

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Monte Verde/MT, 30 de Setembro de 2019.

Beatriz de Fátima Sueck Lemes

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PROJETO DE LEI Nº 924/2019.

SÚMULA: “Altera a Lei Complementar nº 789/2015, que institui o Código Tributário do Município de Nova Monte Verde/MT, e dá outras providências”.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES, Prefeita do Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro na Lei Orgânica do Município, encaminha para apreciação e deliberação da Câmara Municipal o seguinte projeto de Lei.

Art. 1º - Modifica-se o parágrafo único, que passará a ser § 1º, sem alteração no texto, e, fica acrescido o § 2º, no artigo 41, da Lei Complementar nº 789, de 08 de dezembro de 2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 41. (...)

§ 1º - O não atendimento a qualquer dos prazos mencionados no item III, acima, caracterizará os imóveis como sendo subutilizados para os fins desta Lei, passando a incidir sobre os mesmos o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana de forma progressiva no tempo, Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, art. 7º com a incidência das seguintes alíquotas:

a) após o terceiro ano, alíquota de 3% (três por cento);

b) após o quarto ano, alíquota de 4% (quarto por cento);

c) após o quinto ano, alíquota de 5% (cinco por cento);

d) após o sexto ano, alíquota de 6% (seis por cento);

e) após sétimo ano, alíquota de 7% (sete por cento).

§ 2º - Fica suspenso à progressividade do IPTU nos anos de 2020, 2021, 2022. 2023 e 2024 sendo cobradas nestes anos as alíquotas incidentes no ano de 2019, voltando a incidir o percentual de 1 % ao ano, na forma do § 1º desse artigo, a partir de 2025 sobre as alíquotas cobradas no ano de 2019.

Art. 2º - A estimativa de impacto e renúncia de receita do período da suspensão da cobrança progressiva do IPTU, encontra-se de acordo com o anexo único desta Lei.

Art. 3º - Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Nova Monte Verde-MT, 26 de setembro de 2019.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

JUSTIFICATIVA DO PROJETO DE LEI MUNICIPAL 924/2019

DE: 26 DE SETEMBRO DE 2019.

Senhor Presidente,

Senhores (as) Vereadores (as),

Tem-se a honra de submeter ao exame dessa Egrégia Câmara Municipal o Projeto de Lei nº. 924/2019, que “Altera a Lei Complementar nº 789/2015, que institui o Código Tributário do Município de Nova Monte Verde/MT, e dá outras providências”.

Com a finalidade de instruir o presente PL, e, como justificativa técnica, segue anexo a ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO DE RENUNCIA DE RECEITA, em observância ao artigo 14 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Dessa forma, espera-se impetuosamente por sua aprovação.

Nova Monte Verde - MT, 26 de setembro de 2019.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1020/2019.

SÚMULA: “Altera a Lei Complementar nº 789/2015, que institui o Código Tributário do Município de Nova Monte Verde/MT, e dá outras providências”.

A Câmara Municipal aprovou e **BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES,** Prefeita Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais a sanciona a seguinte Lei;

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES, Prefeita do Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro na Lei Orgânica do Município, encaminha para apreciação e deliberação da Câmara Municipal o seguinte projeto de Lei.

Art. 1º - Modifica-se o parágrafo único, que passará a ser § 1º, sem alteração no texto, e, fica acrescido o § 2º, no artigo 41, da Lei Complementar nº 789, de 08 de dezembro de 2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 41. (...)

§ 1º - O não atendimento a qualquer dos prazos mencionados no item III, acima, caracterizará os imóveis como sendo subutilizados para os fins desta Lei, passando a incidir sobre os mesmos o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana de forma progressiva no tempo, Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, art. 7º com a incidência das seguintes alíquotas:

a) após o terceiro ano, alíquota de 3% (três por cento);

b) após o quarto ano, alíquota de 4% (quarto por cento);

c) após o quinto ano, alíquota de 5% (cinco por cento);

d) após o sexto ano, alíquota de 6% (seis por cento);

e) após sétimo ano, alíquota de 7% (sete por cento).

§ 2º - Fica suspenso à progressividade do IPTU nos anos de 2020, 2021, 2022. 2023 e 2024 sendo cobradas nestes anos as alíquotas incidentes no ano de 2019, voltando a incidir o percentual de 1 % ao ano, na forma do § 1º desse artigo, a partir de 2025 sobre as alíquotas cobradas no ano de 2019.

Art. 2º - A estimativa de impacto e renúncia de receita do período da suspensão da cobrança progressiva do IPTU, encontra-se de acordo com o anexo único desta Lei.

Art. 3º - Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Nova Monte Verde-MT, 01 de outubro de 2019.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
CANCELAMENTO DE PUBLICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, Estado de Mato Grosso, comunica aos interessados que fica CANCELADA A PUBLICAÇÃO da Portaria n° 230/2019 vinculada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso no dia 01 de outubro de 2019, na pagina 362 e 363 por motivo de erro na publicação da mesma.

Nova Monte Verde-MT, 01 de outubro de 2019

Karine e Silva dos Anjos

Gabinete da Prefeita

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 230/2019

SÚMULA: "DETERMINA O RETORNO DO SERVIDOR CESAR CORDIOLI AO TRABALHO, SUA REDISTRIBUIÇÃO PARA ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS JUNTO À SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, E, DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES, Prefeita do Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao contido no artigo 221 do Estatuto do Servidor Público de Nova Monte Verde;

CONSIDERANDO a instauração de Processo Administrativo Disciplinar em face do Servidor Cesar Cordioli, com a finalidade de apurar responsabilidade do servidor por infração praticada no exercício do cargo;

CONSIDERANDO que o mencionado PAD foi instaurado em 09 de julho de 2019, por meio da Portaria 179/2019, sem afastamento preventivo do servidor;

CONSIDERANDO que o em 29 de julho de 2019, como medida cautelar, por meio da Portaria 195/2019, foi determinado o afastamento do servidor do exercício do cargo, pelo prazo de até 60 (sessenta) dias, sem prejuízo de remuneração;

CONSIDERANDO que o Processo Administrativo Disciplinar, ainda não foi concluído, tendo sido, inclusive, deferido no dia 06 de setembro, dilação de prazo para sua conclusão, com fundamento no Art. 224 da Lei 830/2016, dada a complexidade do caso;

CONSIDERANDO decisão judicial que determina ao Município que proceda ao remanejamento do servidor para atividades administrativas junto à Secretaria de Educação;

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Determinar que o Servidor CESAR CORDIOLI, se apresente imediatamente à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, onde passará a exercer atividades administrativas, até ulterior deliberação.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Monte Verde/MT, 27 de setembro de 2019.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PROJETO DE LEI Nº 919/2019

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE PARA O EXERCÍCIO DE 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES, Prefeita do Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro na Lei Orgânica do Município, encaminha para apreciação e deliberação da Câmara Municipal o seguinte projeto de Lei.

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no art. 165, inciso II, § 2º, da Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988, no art. 4º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF) e no art. 119, da Lei Orgânica do Município de Nova Monte Verde, de 31 de dezembro de 2016, ficam estabelecidas as diretrizes orçamentárias relativas ao exercício financeiro de 2020, compreendendo:

I - As Metas Fiscais;

II- As Prioridades da Administração Municipal;

III - A Estrutura dos Orçamentos;

IV - As Diretrizes para a Elaboração do Orçamento do Município;

V - As Disposições sobre a Dívida Pública Municipal;

VI - As Disposições sobre Despesas com Pessoal;

VII - As Disposições sobre Alterações na Legislação Tributária; e

VIII - As Disposições Gerais.

I - DAS METAS FISCAIS

Art. 2º - Em conformidade com o disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, no art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000 e no art. 100 da Lei Orgânica do Município, as metas e prioridades para o exercício financeiro de 2020 são as constantes em Anexo próprio desta Lei, as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária.

§ 1º Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2020 será dada prioridade aos seguintes eixos estratégicos:

I – Provisão dos gastos com o pessoal e encargos sociais do Poder Executivo e do Poder Legislativo;

II – Compromissos relativos ao serviço da dívida pública municipal;

III – Despesas indispensáveis ao custeio de manutenção da administração pública municipal;

IV – Valores destinados a manutenção da educação básica, em ações e serviços públicos de saúde e destinados a ações de assistência social;

V- Conservação e manutenção do patrimônio público.

§ 2º - As metas e prioridades de que trata o caput deste artigo poderão ser alteradas se, durante o período de apreciação da proposta orçamentária para 2020, surgirem novas demandas e/ou situações em que haja necessidade da intervenção do Poder Público ou em decorrência de créditos adicionais ou extraordinários, ocorridos no último quadrimestre do exercício, conforme disposto no § 2º do art. 167 da CFRB/88.

§3º - O Município aplicará, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) de sua receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§ 4º - O Município aplicará, no mínimo, 15% (quinze por cento) de sua receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, em ações e serviços de saúde, em cumprimento do mínimo de aplicação dos recursos, determinados pela CFRB/88.

Art. 3º - A Lei Orçamentária Anual abrangerá as Entidades da Administração Direta e Indireta constituídas pelas Autarquias, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista que recebem recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Art. 4º - O Anexo de Riscos Fiscais, § 3º do Art. 4º da LRF, obedece às determinações do MANUAL DE DEMONSTRATIVOS FISCAIS da Portaria nº 286, de 07 de maio de 2019-STN, 10ª Edição do Manual de Elaboração válida para 2020.

Art. 5º - Os Anexos de Riscos Fiscais e Metas Fiscais desta Lei constituem-se dos seguintes:

PARTE I ANEXO DE RISCOS FISCAIS.

DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS.

PARTE II ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO I - METAS ANUAIS.

DEMONSTRATIVO II - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO AANTERIOR.

DEMONSTRATIVO III - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES.

DEMONSTRATIVO IV - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.

DEMONSTRATIVO V - ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS.

DEMONSTRATIVO VI - AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES.

DEMONSTRATIVO VII - ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA.

DEMONSTRATIVO VIII - MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO.

Parágrafo Único - Os Demonstrativos referidos neste artigo serão apurados em cada Unidade Gestora e a sua consolidação constituirá nas Metas Fiscais do Município.

RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

Art. 6º - Em cumprimento ao § 3º do Art. 4º da LRF a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2020, deverá conter o Anexo de Riscos Fiscais e Providências.

METAS ANUAIS

Art. 7º - Em cumprimento ao § 1º, do Art. 4º, da Lei de Complementar nº 101/2000, o Demonstrativo 1- Metas Anuais, será elaborado em valores Correntes e Constantes, relativos a Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal e Montante da Dívida Pública, para o Exercício de Referência 2020 e para os dois seguintes.

§ 1º - Os valores correntes dos exercícios de 2020, 2021 e 2022 deverão levar em conta a previsão de aumento ou redução das despesas de caráter continuado, resultantes da concessão de aumento salarial, incremento de programas ou atividades incentivadas, inclusão ou eliminação de programas, projetos ou atividades. Os valores constantes utilizam o parâmetro do Índice Oficial de Inflação Anual, dentre os sugeridos pela Portaria nº 286/2019 da STN.

§ 2º - Os valores da coluna "% PIB" são calculados mediante a aplicação do cálculo dos valores correntes, divididos pelo PIB Estadual, multiplicados por 100.

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

Art. 8º - Atendendo ao disposto no § 2º, inciso I, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo 2 - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior, tem como finalidade estabelecer um comparativo entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício orçamentário anterior, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, incluindo análise dos fatores determinantes do alcance ou não dos valores estabelecidos como metas.

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

Art. 9º - De acordo com o § 2º, item II, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo 3 - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, deverão estar instruídos com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da Política Econômica Nacional.

Parágrafo Único - Objetivando maior consistência e subsídio às análises, os valores devem ser demonstrados em valores correntes e constantes, utilizando-se os mesmos índices já comentados no Demonstrativo I.

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Art. 10º - Em obediência ao § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido, deve traduzir as variações do Patrimônio de cada Ente do Município e sua Consolidação.

Parágrafo Único - O Demonstrativo apresentará em separado a situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

Art. 11º - O § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, que trata da Evolução do Patrimônio Líquido, estabelece também, que os recursos obtidos com a alienação de ativos que integram o referido patrimônio, devem ser reaplicados em despesas de capital, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral ou próprio dos servidores públicos. O Demonstrativo 5 - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos deve estabelecer de onde foram obtidos os recursos e onde foram aplicados.

Parágrafo Único - O Demonstrativo apresentará em separado a situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DA PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS

Art. 12º - Em razão do que está estabelecido no § 2º, inciso IV, alínea "a", do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais integrante da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, deverá conter a avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio dos servidores municipais, nos três últimos exercícios. O Demonstrativo 6 - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos, seguindo o que orienta a Portaria nº 286/2019 - STN, estabelece um comparativo de Receitas e Despesas Previdenciárias, terminando por apurar o Resultado Previdenciário e a Disponibilidade Financeira do RPPS.

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

Art. 13º - Conforme estabelecido no § 2º, inciso V, do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais deverá conter um demonstrativo que indique a natureza da renúncia fiscal e sua compensação, de maneira a propiciar o equilíbrio das contas públicas.

§ 1º - A renúncia compreende incentivos fiscais, anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, etc.

§ 2º - A compensação será acompanhada de medidas provenientes do aumento da receita, elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO.

Art. 14º – O Art. 17º, da LRF, considera obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

Parágrafo Único - O Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas de Caráter Continuado, destina-se a permitir possível inclusão de eventuais programas, projetos ou atividades que venham caracterizar a criação de despesas de caráter continuado.

MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DE RECEITAS, DESPESAS, RESULTADO PRIMÁRIO, RESULTADO NOMINAL E MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DAS RECEITAS E DESPESAS.

Art. 15º - O § 2º, inciso II, do Art. 4º, da LRF, determina que o demonstrativo de Metas Anuais, seja instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional.

Parágrafo Único - De conformidade com a Portaria nº 286/2019-STN, a base de dados da receita e da despesa constitui-se dos valores arrecadados na receita realizada e na despesa executada nos três exercícios anteriores e das previsões para 2020, 2021 e 2022.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO PRIMÁRIO.

Art. 16º - A finalidade do conceito de Resultado Primário é indicar se os níveis de gastos orçamentários são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as receitas não-financeiras são capazes de suportar as despesas não-financeiras.

Parágrafo Único - O cálculo da Meta de Resultado Primário deverá obedecer à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, através das Portarias expedidas pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional, e às normas da contabilidade pública.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO NOMINAL.

Art. 17º - O cálculo do Resultado Nominal deverá obedecer à metodologia determinada pelo Governo Federal, com regulamentação pela STN.

Parágrafo Único - O cálculo das Metas Anuais do Resultado Nominal, deverá levar em conta a Dívida Consolidada, da qual deverá ser deduzido o Ativo Disponível, mais Haveres Financeiros menos Restos a Pagar Processados, que resultará na Dívida Consolidada Líquida, que somada às Receitas de Privatizações e deduzidos os Passivos Reconhecidos, resultará na Dívida Fiscal Líquida.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.

Art. 18º - Dívida Pública é o montante das obrigações assumidas pelo ente da Federação. Esta é representada pela emissão de títulos, operações de créditos e precatórios judiciais.

Parágrafo Único - Utiliza a base de dados de Balanços e Balancetes para sua elaboração, constituída dos valores apurados nos exercícios anteriores e da projeção dos valores para 2020, 2021 e 2022.

II - DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 19º - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2020 estão definidas e demonstradas no Plano Plurianual de 2018 a 2021, compatíveis com os objetivos e normas estabelecidas nesta lei.

§ 1º - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2020 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nos Anexos do Plano Plurianual não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2020, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

III - DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 20º - O orçamento para o exercício financeiro de 2020 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Outras, que recebam recursos do Tesouro e da Seguridade Social e será estruturado em conformidade com a Estrutura Organizacional estabelecida em cada Entidade da Administração Municipal.

Art. 21º - A Lei Orçamentária para 2020 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, especificando aqueles vínculos a Fundos, Autarquias, e aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias SOF/STN 42/1999 e 163/2001 e alterações posteriores, as quais deverão conter os Anexos exigidos nas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

Art. 22º - A Mensagem de Encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o Art. 22º, Parágrafo Único, inciso I da Lei 4.320/1964, conterá todos os Anexos exigidos na legislação vigente.

IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 23º - O Orçamento para exercício de 2020, obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Outras (arts. 1º, § 1º 4º I, "a" e 48 LRF).

Art. 24º - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2020 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois seguintes (art. 12 da LRF).

Parágrafo Único - Até 30 dias antes do prazo para encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal e do Ministério Público, os estudos e as estimativas de receitas para exercícios subsequentes e as respectivas memórias de cálculo (art. 12, § 3º da LRF).

Art. 25º - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações e observadas à fonte de recursos, adotarão o mecanismo de limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, para as dotações abaixo (art. 9º da LRF):

I- Projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias;

II - Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III - Dotação para combustíveis, obras, serviços públicos e agricultura; e

IV - Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

Art. 26º - As Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado em relação à Receita Corrente Líquida, programadas para 2020, poderão ser expandidas em até 5%, tomando-se por base as Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado fixadas na Lei Orçamentária Anual para 2019 (art. 4º, § 2º da LRF).

Art. 27º - Constituem Riscos Fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo Próprio desta Lei (art. 4º, § 3º da LRF).

Parágrafo Único: Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos constantes de Artigo 43º da Lei Federal Nº 4.320/1964.

Art. 28º - O Orçamento para o exercício de 2020 poderá destinar recursos para a Reserva de Contingência, não inferiores a 1% (um por cento) das Receitas Correntes Líquidas previstas e 30% (trinta por cento) do total do orçamento de cada entidade para a abertura de Créditos Adicionais Suplementares. (Art. 5º, III da LRF).

§ 1º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e também para abertura de Créditos Adicionais Suplementares conforme disposto na Portaria MPO nº 42/1999, Art. 5º e Portaria STN nº 163/2001, Art. 8º (art. 5º III, "b" da LRF).

§ 2º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 01 de dezembro de 2020, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 29º - Os investimentos com duração superior a 12 meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 30º - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal ou bimestral para as Unidades Gestoras, se for o caso (art. 8º da LRF).

Art. 31º - Os Projetos e Atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2020, com dotações vinculadas e fontes de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outras extraordinárias, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido (art. 8º, § parágrafo único e 50, I da LRF).

Art. 32º - A renúncia de receita estimada para o exercício de 2020, constante do Anexo Próprio desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita (art. 4º, § 2º, V e Art. 14, I da LRF).

Art. 33º - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica (art. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

Parágrafo Único - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade municipal (art. 70, parágrafo único da Constituição Federal).

Art. 34º - Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o Art. 16, itens I e II da LRF deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo Único - Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da LRF, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2020, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no item I do Art. 24 da Lei nº 8.666 / 1993, devidamente atualizado (art. 16, § 3º da LRF).

Art. 35º - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferência voluntária e operação de crédito (art. 45 da LRF).

Art. 36º - Despesas de competência de outros entes da federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (art. 62 da LRF).

Art. 37º - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2020 a preços correntes.

Art. 38º - A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa / Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Parágrafo Único - A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal no âmbito do Poder Executivo e por Decreto Legislativo do Presidente da Câmara no âmbito do Poder Legislativo (art. 167, VI da Constituição Federal).

Art. 39º - Durante a execução orçamentária de 2020, se o Poder Executivo Municipal for autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das Unidades Gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2020 (art. 167, I da Constituição Federal).

Art. 40º - O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal, obedecerá ao estabelecido no Art. 50, § 3º da LRF.

Parágrafo Único - Os custos serão apurados através de operações orçamentárias, tomando-se por base as metas fiscais previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício (art. 4º, "e" da LRF).

Art. 41º - Os programas priorizados por esta Lei e contemplados no Plano Plurianual, que integrarem a Lei Orçamentária de 2020 serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas (art. 4º, I, "e" da LRF).

V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 42º - A Lei Orçamentária de 2020 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento a Despesas de Capital, observado o limite de endividamento, de até 50% das Receitas Correntes Líquidas apuradas até o final do semestre anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LRF (art. 30, 31 e 32).

Art. 43º - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica (art. 32, Parágrafo Único da LRF).

Art. 44º - Ultrapassado o limite de endividamento definido na legislação pertinente e enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira (art. 31, § 1°, II da LRF).

VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 45º - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2020, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração de servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou caráter temporário na forma de lei, observados os limites e as regras da LRF (art. 169, § 1º, II da Constituição Federal).

Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2020.

Art. 46º - Ressalvada a hipótese do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um dos Poderes em 2020, Executivo e Legislativo, não excederá em Percentual da Receita Corrente Líquida, a despesa verificada no exercício de 2019, acrescida de 5%, obedecido os limites prudencial de 51,30% e 5,70% da Receita Corrente Líquida, respectivamente (art. 71 da LRF).

Art. 47º - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da LRF (art. 22, parágrafo único, V da LRF).

Art. 48º - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal, caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF (art. 19 e 20):

I - Eliminação de vantagens concedidas a servidores;

II - Eliminação das despesas com horas-extras;

III - Exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV - Demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 49º - Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão de obra referente substituição de servidores de que trata o Art. 18, § 1º da LRF, a contratação de mão de obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único - Quando a contratação de mão de obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 50º - O Executivo Municipal, quando autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de empregos e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados no cálculo do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes (art. 14 da LRF).

Art. 51º - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita (art. 14 § 3º da LRF).

Art. 52º - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação (art. 14, § 2º da LRF).

VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 53º - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento do período legislativo anual.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2020, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

Art. 54º - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por Decreto do Executivo.

Art. 55º - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

Art. 56º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação e revoga os efeitos da Lei Municipal nº 967/2018.

Nova Monte Verde MT, 27 de agosto de 2019.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

MENSAGEM JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI MUNICIPAL 919/2019

DE: 27 DE AGOSTO DE 2019

L.D.O. 2020

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores,

Senhora Vereadora,

Encaminhamos, para apreciação e deliberação da Egrégia Câmara Municipal de Nova Monte Verde, o Anexo Projeto de Lei que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2020 e dá outras providências.

Para a elaboração do projeto, a Prefeitura realizou audiência pública, no dia 11 de julho de 2019, no Plenário da Câmara Municipal, bem como se reuniu com responsáveis técnicos nas diversas secretarias, buscando subsídio para a elaboração do projeto.

As audiências permitiram aos cidadãos apresentarem sugestões para o planejamento e gestão do governo. Concluídas as audiências públicas, seguiu-se a elaboração do anexo projeto de lei que, em função de uma previsão de arrecadação aquém das necessidades, apresentar melhor forma dentro da realidade do Município e de seus órgãos, no momento atual.

As secretarias municipais apresentaram suas propostas levando em conta a manutenção dos serviços públicos e investimentos, limitados aos recursos financeiros previstos. O projeto contempla ainda a previsão de captação de recursos, para a realização de obras e serviços através de convênio junto aos governos Federal e do estado.

Em sua formulação, as diretrizes ora definidas estão em sintonia com os cenários político, econômico e social. Portanto, o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2020 resulta da realidade econômica e financeira do município, considerando estimativas de receitas, de despesas e de metas fiscais em função da política fiscal vigente, sem perder de vista a importância do equilíbrio entre despesas e receitas em respeito à Lei de Responsabilidade Fiscal

O Projeto segue conforme estabelece a Constituição Federal, Constituição Estadual, Lei Orgânica do Município de Nova Monte Verde, Lei Federal Complementar 101/2000 e Lei Federal 4.320/64, que constituem as fontes orientadoras desta matéria.

Diante do exposto, solicitamos aos ilustres senhores e senhora membros da Câmara de Vereadores, que certamente saberão dar a devida atenção ao texto, consideração especial quanto à aprovação da matéria em apreço.

Gabinete da Prefeita de Nova Monte Verde MT, 27 de Agosto de 2019.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1017/2019

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE PARA O EXERCÍCIO DE 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Câmara Municipal aprovou e BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES, Prefeita Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais a sanciona a seguinte Lei;

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no art. 165, inciso II, § 2º, da Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988, no art. 4º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF) e no art. 119, da Lei Orgânica do Município de Nova Monte Verde, de 31 de dezembro de 2016, ficam estabelecidas as diretrizes orçamentárias relativas ao exercício financeiro de 2020, compreendendo:

I - As Metas Fiscais;

II- As Prioridades da Administração Municipal;

III - A Estrutura dos Orçamentos;

IV - As Diretrizes para a Elaboração do Orçamento do Município;

V - As Disposições sobre a Dívida Pública Municipal;

VI - As Disposições sobre Despesas com Pessoal;

VII - As Disposições sobre Alterações na Legislação Tributária; e

VIII - As Disposições Gerais.

I - DAS METAS FISCAIS

Art. 2º - Em conformidade com o disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, no art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000 e no art. 100 da Lei Orgânica do Município, as metas e prioridades para o exercício financeiro de 2020 são as constantes em Anexo próprio desta Lei, as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária.

§ 1º Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2020 será dada prioridade aos seguintes eixos estratégicos:

I – Provisão dos gastos com o pessoal e encargos sociais do Poder Executivo e do Poder Legislativo;

II – Compromissos relativos ao serviço da dívida pública municipal;

III – Despesas indispensáveis ao custeio de manutenção da administração pública municipal;

IV – Valores destinados a manutenção da educação básica, em ações e serviços públicos de saúde e destinados a ações de assistência social;

V- Conservação e manutenção do patrimônio público.

§ 2º - As metas e prioridades de que trata o caput deste artigo poderão ser alteradas se, durante o período de apreciação da proposta orçamentária para 2020, surgirem novas demandas e/ou situações em que haja necessidade da intervenção do Poder Público ou em decorrência de créditos adicionais ou extraordinários, ocorridos no último quadrimestre do exercício, conforme disposto no § 2º do art. 167 da CFRB/88.

§3º - O Município aplicará, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) de sua receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§ 4º - O Município aplicará, no mínimo, 15% (quinze por cento) de sua receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, em ações e serviços de saúde, em cumprimento do mínimo de aplicação dos recursos, determinados pela CFRB/88.

Art. 3º - A Lei Orçamentária Anual abrangerá as Entidades da Administração Direta e Indireta constituídas pelas Autarquias, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista que recebem recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Art. 4º - O Anexo de Riscos Fiscais, § 3º do Art. 4º da LRF, obedece às determinações do MANUAL DE DEMONSTRATIVOS FISCAIS da Portaria nº 286, de 07 de maio de 2019-STN, 10ª Edição do Manual de Elaboração válida para 2020.

Art. 5º - Os Anexos de Riscos Fiscais e Metas Fiscais desta Lei constituem-se dos seguintes:

PARTE I ANEXO DE RISCOS FISCAIS.

DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS.

PARTE II ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO I - METAS ANUAIS.

DEMONSTRATIVO II - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO AANTERIOR.

DEMONSTRATIVO III - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES.

DEMONSTRATIVO IV - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.

DEMONSTRATIVO V - ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS.

DEMONSTRATIVO VI - AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES.

DEMONSTRATIVO VII - ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA.

DEMONSTRATIVO VIII - MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO.

Parágrafo Único - Os Demonstrativos referidos neste artigo serão apurados em cada Unidade Gestora e a sua consolidação constituirá nas Metas Fiscais do Município.

RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

Art. 6º - Em cumprimento ao § 3º do Art. 4º da LRF a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2020, deverá conter o Anexo de Riscos Fiscais e Providências.

METAS ANUAIS

Art. 7º - Em cumprimento ao § 1º, do Art. 4º, da Lei de Complementar nº 101/2000, o Demonstrativo 1- Metas Anuais, será elaborado em valores Correntes e Constantes, relativos a Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal e Montante da Dívida Pública, para o Exercício de Referência 2020 e para os dois seguintes.

§ 1º - Os valores correntes dos exercícios de 2020, 2021 e 2022 deverão levar em conta a previsão de aumento ou redução das despesas de caráter continuado, resultantes da concessão de aumento salarial, incremento de programas ou atividades incentivadas, inclusão ou eliminação de programas, projetos ou atividades. Os valores constantes utilizam o parâmetro do Índice Oficial de Inflação Anual, dentre os sugeridos pela Portaria nº 286/2019 da STN.

§ 2º - Os valores da coluna "% PIB" são calculados mediante a aplicação do cálculo dos valores correntes, divididos pelo PIB Estadual, multiplicados por 100.

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

Art. 8º - Atendendo ao disposto no § 2º, inciso I, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo 2 - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior, tem como finalidade estabelecer um comparativo entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício orçamentário anterior, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, incluindo análise dos fatores determinantes do alcance ou não dos valores estabelecidos como metas.

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

Art. 9º - De acordo com o § 2º, item II, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo 3 - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, deverão estar instruídos com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da Política Econômica Nacional.

Parágrafo Único - Objetivando maior consistência e subsídio às análises, os valores devem ser demonstrados em valores correntes e constantes, utilizando-se os mesmos índices já comentados no Demonstrativo I.

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Art. 10º - Em obediência ao § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido, deve traduzir as variações do Patrimônio de cada Ente do Município e sua Consolidação.

Parágrafo Único - O Demonstrativo apresentará em separado a situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

Art. 11º - O § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, que trata da Evolução do Patrimônio Líquido, estabelece também, que os recursos obtidos com a alienação de ativos que integram o referido patrimônio, devem ser reaplicados em despesas de capital, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral ou próprio dos servidores públicos. O Demonstrativo 5 - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos deve estabelecer de onde foram obtidos os recursos e onde foram aplicados.

Parágrafo Único - O Demonstrativo apresentará em separado a situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DA PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS

Art. 12º - Em razão do que está estabelecido no § 2º, inciso IV, alínea "a", do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais integrante da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, deverá conter a avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio dos servidores municipais, nos três últimos exercícios. O Demonstrativo 6 - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos, seguindo o que orienta a Portaria nº 286/2019 - STN, estabelece um comparativo de Receitas e Despesas Previdenciárias, terminando por apurar o Resultado Previdenciário e a Disponibilidade Financeira do RPPS.

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

Art. 13º - Conforme estabelecido no § 2º, inciso V, do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais deverá conter um demonstrativo que indique a natureza da renúncia fiscal e sua compensação, de maneira a propiciar o equilíbrio das contas públicas.

§ 1º - A renúncia compreende incentivos fiscais, anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, etc.

§ 2º - A compensação será acompanhada de medidas provenientes do aumento da receita, elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO.

Art. 14º – O Art. 17º, da LRF, considera obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

Parágrafo Único - O Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas de Caráter Continuado, destina-se a permitir possível inclusão de eventuais programas, projetos ou atividades que venham caracterizar a criação de despesas de caráter continuado.

MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DE RECEITAS, DESPESAS, RESULTADO PRIMÁRIO, RESULTADO NOMINAL E MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DAS RECEITAS E DESPESAS.

Art. 15º - O § 2º, inciso II, do Art. 4º, da LRF, determina que o demonstrativo de Metas Anuais, seja instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional.

Parágrafo Único - De conformidade com a Portaria nº 286/2019-STN, a base de dados da receita e da despesa constitui-se dos valores arrecadados na receita realizada e na despesa executada nos três exercícios anteriores e das previsões para 2020, 2021 e 2022.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO PRIMÁRIO.

Art. 16º - A finalidade do conceito de Resultado Primário é indicar se os níveis de gastos orçamentários são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as receitas não-financeiras são capazes de suportar as despesas não-financeiras.

Parágrafo Único - O cálculo da Meta de Resultado Primário deverá obedecer à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, através das Portarias expedidas pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional, e às normas da contabilidade pública.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO NOMINAL.

Art. 17º - O cálculo do Resultado Nominal deverá obedecer à metodologia determinada pelo Governo Federal, com regulamentação pela STN.

Parágrafo Único - O cálculo das Metas Anuais do Resultado Nominal, deverá levar em conta a Dívida Consolidada, da qual deverá ser deduzido o Ativo Disponível, mais Haveres Financeiros menos Restos a Pagar Processados, que resultará na Dívida Consolidada Líquida, que somada às Receitas de Privatizações e deduzidos os Passivos Reconhecidos, resultará na Dívida Fiscal Líquida.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.

Art. 18º - Dívida Pública é o montante das obrigações assumidas pelo ente da Federação. Esta é representada pela emissão de títulos, operações de créditos e precatórios judiciais.

Parágrafo Único - Utiliza a base de dados de Balanços e Balancetes para sua elaboração, constituída dos valores apurados nos exercícios anteriores e da projeção dos valores para 2020, 2021 e 2022.

II - DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 19º - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2020 estão definidas e demonstradas no Plano Plurianual de 2018 a 2021, compatíveis com os objetivos e normas estabelecidas nesta lei.

§ 1º - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2020 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nos Anexos do Plano Plurianual não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2020, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

III - DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 20º - O orçamento para o exercício financeiro de 2020 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Outras, que recebam recursos do Tesouro e da Seguridade Social e será estruturado em conformidade com a Estrutura Organizacional estabelecida em cada Entidade da Administração Municipal.

Art. 21º - A Lei Orçamentária para 2020 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, especificando aqueles vínculos a Fundos, Autarquias, e aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias SOF/STN 42/1999 e 163/2001 e alterações posteriores, as quais deverão conter os Anexos exigidos nas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

Art. 22º - A Mensagem de Encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o Art. 22º, Parágrafo Único, inciso I da Lei 4.320/1964, conterá todos os Anexos exigidos na legislação vigente.

IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 23º - O Orçamento para exercício de 2020, obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Outras (arts. 1º, § 1º 4º I, "a" e 48 LRF).

Art. 24º - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2020 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois seguintes (art. 12 da LRF).

Parágrafo Único - Até 30 dias antes do prazo para encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal e do Ministério Público, os estudos e as estimativas de receitas para exercícios subsequentes e as respectivas memórias de cálculo (art. 12, § 3º da LRF).

Art. 25º - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações e observadas à fonte de recursos, adotarão o mecanismo de limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, para as dotações abaixo (art. 9º da LRF):

I- Projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias;

II - Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III - Dotação para combustíveis, obras, serviços públicos e agricultura; e

IV - Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

Art. 26º - As Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado em relação à Receita Corrente Líquida, programadas para 2020, poderão ser expandidas em até 5%, tomando-se por base as Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado fixadas na Lei Orçamentária Anual para 2019 (art. 4º, § 2º da LRF).

Art. 27º - Constituem Riscos Fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo Próprio desta Lei (art. 4º, § 3º da LRF).

Parágrafo Único: Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos constantes de Artigo 43º da Lei Federal Nº 4.320/1964.

Art. 28º - O Orçamento para o exercício de 2020 poderá destinar recursos para a Reserva de Contingência, não inferiores a 1% (um por cento) das Receitas Correntes Líquidas previstas e 30% (trinta por cento) do total do orçamento de cada entidade para a abertura de Créditos Adicionais Suplementares. (Art. 5º, III da LRF).

§ 1º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e também para abertura de Créditos Adicionais Suplementares conforme disposto na Portaria MPO nº 42/1999, Art. 5º e Portaria STN nº 163/2001, Art. 8º (art. 5º III, "b" da LRF).

§ 2º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 01 de dezembro de 2020, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 29º - Os investimentos com duração superior a 12 meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 30º - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal ou bimestral para as Unidades Gestoras, se for o caso (art. 8º da LRF).

Art. 31º - Os Projetos e Atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2020, com dotações vinculadas e fontes de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outras extraordinárias, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocor-

rer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido (art. 8º, § parágrafo único e 50, I da LRF).

Art. 32º - A renúncia de receita estimada para o exercício de 2020, constante do Anexo Próprio desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita (art. 4º, § 2º, V e Art. 14, I da LRF).

Art. 33º - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica (art. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

Parágrafo Único - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade municipal (art. 70, parágrafo único da Constituição Federal).

Art. 34º - Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o Art. 16, itens I e II da LRF deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo Único - Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da LRF, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2020, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no item I do Art. 24 da Lei nº 8.666 / 1993, devidamente atualizado (art. 16, § 3º da LRF).

Art. 35º - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferência voluntária e operação de crédito (art. 45 da LRF).

Art. 36º - Despesas de competência de outros entes da federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (art. 62 da LRF).

Art. 37º - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2020 a preços correntes.

Art. 38º - A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa / Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Parágrafo Único - A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal no âmbito do Poder Executivo e por Decreto Legislativo do Presidente da Câmara no âmbito do Poder Legislativo (art. 167, VI da Constituição Federal).

Art. 39º - Durante a execução orçamentária de 2020, se o Poder Executivo Municipal for autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das Unidades Gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2020 (art. 167, I da Constituição Federal).

Art. 40º - O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal, obedecerá ao estabelecido no Art. 50, § 3º da LRF.

Parágrafo Único - Os custos serão apurados através de operações orçamentárias, tomando-se por base as metas fiscais previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício (art. 4º, "e" da LRF).

Art. 41º - Os programas priorizados por esta Lei e contemplados no Plano Plurianual, que integrarem a Lei Orçamentária de 2020 serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas (art. 4º, I, "e" da LRF).

V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 42º - A Lei Orçamentária de 2020 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento a Despesas de Capital, observado o limite de endividamento, de até 50% das Receitas Correntes Líquidas apuradas até o final do semestre anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LRF (art. 30, 31 e 32).

Art. 43º - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica (art. 32, Parágrafo Único da LRF).

Art. 44º - Ultrapassado o limite de endividamento definido na legislação pertinente e enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira (art. 31, § 1°, II da LRF).

VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 45º - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2020, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração de servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou caráter temporário na forma de lei, observados os limites e as regras da LRF (art. 169, § 1º, II da Constituição Federal).

Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2020.

Art. 46º - Ressalvada a hipótese do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um dos Poderes em 2020, Executivo e Legislativo, não excederá em Percentual da Receita Corrente Líquida, a despesa verificada no exercício de 2019, acrescida de 5%, obedecido os limites prudencial de 51,30% e 5,70% da Receita Corrente Líquida, respectivamente (art. 71 da LRF).

Art. 47º - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da LRF (art. 22, parágrafo único, V da LRF).

Art. 48º - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal, caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF (art. 19 e 20):

I - Eliminação de vantagens concedidas a servidores;

II - Eliminação das despesas com horas-extras;

III - Exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV - Demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 49º - Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão de obra referente substituição de servidores de que trata o Art. 18, § 1º da LRF, a contratação de mão de obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único - Quando a contratação de mão de obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 50º - O Executivo Municipal, quando autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de empregos e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados no cálculo do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes (art. 14 da LRF).

Art. 51º - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita (art. 14 § 3º da LRF).

Art. 52º - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação (art. 14, § 2º da LRF).

VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 53º - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento do período legislativo anual.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2020, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

Art. 54º - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por Decreto do Executivo.

Art. 55º - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

Art. 56º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação e revoga os efeitos da Lei Municipal nº 967/2018.

Nova Monte Verde MT, 01 de outubro de 2019.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PROJETO DE LEI Nº 923/2019.

SÚMULA: “ACRESCENTA OS FATORES DE LOCALIZAÇÃO F17, F17-A E F17-B AO ANEXO I DA LEI MUNICIPAL Nº 416/2009, ALTERADA PELA LEI 697/2014 E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.”

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES, Prefeita do Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro na Lei Orgânica do Município, encaminha para apreciação e deliberação da Câmara Municipal o seguinte projeto de Lei.

Artigo 1º - Acrescenta os fatores de localização F17, F17-A E F17-B ao anexo I da Lei Municipal nº 416/2009, alterada pela Lei 697/2014, que passará a contar com a redação em anexo.

Artigo 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogada as disposições contrárias.

Nova Monte Verde-MT, 26 de setembro de 2019.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

ANEXO

TABELA DE AVALIAÇÃO DA PLANTA GENÉRICA DE VALORES IMOBILIÁRIOS DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE - MT	
FATOR DE LOCALIZAÇÃO	VALOR M/2
F01 - Lotes contidos na Avenida Mato Grosso, entre Rodovia MT 208 e Avenida Antonio Joaquim de Azevedo	40,50
F01 A - Lotes que fazem frente para a Praça da Bíblia	54,00
F01 B - Lotes contidos nas quadras: Quadra 12 = Lotes de nº 21 e 39 Quadra 21 = Lotes de nº 22 a 40	27,00
F02 - Lotes contidos nas Quadra 36, e os seguintes lotes contidos na Quadra 38: Lotes 33 a 42, quadra 37: Lotes 01 a 10	20,25
F03 - lotes contidos nas quadras: Quadra 10 = Lotes de nº 01 a 10 e 21 a 30 Quadra 11 = Lotes de nº 01 a 10 e 21 a 30 Quadra 12 = Lotes de nº 10 a 10 Quadra 19 = Lotes de nº 02 a 10 e 22 a 30 Quadra 20 = Lotes de nº 04 a 10 e 22 a 30 Quadra 21 = Lotes de nº 02 a 10 Quadra 38 = Lotes de nº 02 a 21 e 23 a 31	27,00
F04 - Lotes contidos nas quadras: Quadra 10 = Lotes de nº 01 a 10 e 21 a 30 Quadra 11 = Lotes de nº 01 a 10 e 21 a 30 Quadra 12 = Lotes de nº 01 a 10 Quadra 19 = Lotes de nº 11 a 20 e 31 a 40 Quadra 20 = Lotes de nº 11 a 20 e 31 a 40 Quadra 21 = Lotes de nº 11 a 20 Quadra 15 = Lotes de nº 01 a 19 Quadra 24 = Lotes de nº 02 a 20	27,00
F05 - Lotes contidos nas quadras Quadra 01 Quadra 02 Quadra 03 Quadra 04 = Lotes de nº 01 a 13 Quadra 06 = Lotes de nº 14 a 26 Quadra 07 Quadras 51 e 52 - Lotes de frente para a Rodovia MT 208	10,80
F06 - Lotes contidos nas quadras: Quadras 15, 16, 24, 25, exceto os lotes 20 e 40 da quadra 15 e 01 e 21 da quadra 24 Quadra E e F, lotes que fazem frente com a Avenida Paulo Watanuki	13,50
F07 - Lotes contidos nas Quadras Quadra 28 Quadra 29 = Lotes de nº 01 a 20 Quadra 04 = Lotes de nº 14 a 26 Quadra 05 Quadra 06 = Lotes de nº 01 a 13	16,20
F07 A - Lotes contidos nas quadras Quadra 29 = Lotes de nº 21 a 40 Quadras 29-A e 30	8,10
F08 - Lotes contidos nas quadras Quadras 08, 09, 09-A, 17, 18 e 18-A	8,10
F09 - Lotes contidos nas quadras Quadras 26, 27, 27-A, 31, 32, 33, 34, 35 e 35-A	6,75
F10 - Lotes contidos nas quadras Quadras G, G1, G2, H e 37 (que não tenham frente para a Avenida Mato Grosso).	20,25
F11 - Lotes contidos nas quadras Quadras E e F, que fazem frente para a Rodovia MT 208	16,20
F12 - Lotes contidos nas quadras Quadras A, B, C e D	5,40
F13 - Chácaras que fazem frente Para a Avenida Foão Ferreira da Silva, Chácaras 109 ea 120 Para a Avenida Perimetral Oeste, Chácaras 17 a 32 Para a Avenida Perimetral Sul, Chácaras 53, 72 e 87	0,35
F13 A - Demais Chácaras localizdas no cinturão de chácaras	0,27
F14 - Lotes contidos na quadra Quadras 39 e 40	8,10
F15 - Lotes contidos no Distrito industrial	2,70
F16 - Lotes contidos nos loteamentos Loteamento Santo Antonio, quadras 41, 42, 43, 44 e 45 Loteamento São lucas, quadra 51, Lotes 15 a 27, quadra 52, lotes 14 a 26 e quadras 53, 54, 55, 56, 57 e 58 Loteamento Jardim América	6,75
F16 A - Lotes contidos nos loteamentos Loteamento Parque das Nações Loteamento Novo Horizonte	5,40
F17 – Lotes da Gleba “A” Lotes da Gleba “B”: Quadra 01 Quadra 02 = Lotes nº 01, 08 e 09 Quadra 03 = Lotes nº 01, 09, a 12 Quadra 04 = Lotes nº 01 e 06 Quadra 05 = Lotes nº 01 e 06 Quadra 06 = Lotes nº 01, 06 e 07 Lotes localizados de frente para a Rodovia MT-208.	5,00
F17 A – Lotes da Gleba “B” Quadra 02 = Lotes nº 02 a 07 Quadra 03 = Lotes nº 02 a 08 Quadra 04 = Lotes nº 02 a 05 Quadra 05 = Lotes nº 02 a 05 Quadra 06 = Lotes nº 02 a 05 Quadra 07 Quadra 08	3,70

Quadra 09 = Lotes nº 01, 09, e 10 Lotes localizados de frente para as ruas: Iguaçu, Ivai, Apiacas, Arinos, Teles Pires, Cuiabá e Aripuana.	
F17 B – Lotes da Gleba "B" Quadra 09 = Lotes nº 02 a 08 Quadra 10 Quadra 11 Lotes localizados de frente para as ruas: Capitari, Igapó, Paraíso, Amazonas e Paraná.	2,50

JUSTIFICATIVA DO PROJETO DE LEI MUNICIPAL 923/2019

DE: 26 DE SETEMBRO DE 2019.

Senhor Presidente

Senhores (as) Vereadores (as),

Tem-se a honra de submeter ao exame dessa Egrégia Câmara Municipal o Projeto de Lei nº. 923/2019, que em súmula "ACRESCENTA OS FATORES DE LOCALIZAÇÃO F17, F17-A E F17-B AO ANEXO I DA LEI MUNICIPAL Nº 416/2009, ALTERADA PELA LEI 697/2014 E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS."

Inicialmente, importante registar que os Fatores de Localização F17, F17-A e F17-B, que ora se acrescenta ao Anexo I da Lei Municipal nº 416/2009, alterada pela Lei 697/2014, referem-se aos imóveis localizados na Comunidade Alto Paraíso.

Importante ainda rememorar que a base de cálculo vigente para o lançamento do IPTU para esses imóveis, é mesma base de cálculo dos imóveis localizados no Setor F-16, do anexo da mencionada lei que se propõe alterar, conforme previsão do Art. 3º da Lei Municipal 883/2016 de 29 de dezembro de 2016.

Em síntese, o valor venal atribuído aos lotes localizados na Comunidade Alto Paraiso, localizado a aproximadamente 40 km da sede do município, são os mesmos relativos aos lotes contidos nos Loteamentos Santo Antônio, Loteamento São Lucas, Loteamento Jardim América, todos localizados na sede do município, próximo a infraestrutura pública e privada que dispõe município.

Sem delongas, não concluímos ser razoável equiparar o valor venal de lotes localizados a 40 km da sede do município ao de lotes que se encontram na sede do município, próximo a toda infraestrutura existente, motivo que ensejou a presente proposta.

Sensível à situação, o Executivo Municipal por meio do Decreto 062/2019, anexo, nomeou COMISSÃO PARA REAVALIZAÇÃO DA PLANTA GENÉRICA DO VALOR VENAL DO DISTRITO DE ALTO PARAISO, a qual, após estudos e discussões, de forma técnica deliberou pelos valores que ora se propõe.

Com essas considerações, contamos com a cooperação dos nobres vereadores na aprovação deste PL, com a finalidade de atribuir uma base de cálculo justa aos lotes localizados na Comunidade Alto Paraiso, que passarão a compor os Fatores de Localização F17, F17-A e F17-B do Anexo I da Lei Municipal nº 416/2009, alterada pela Lei 697/2014.

Com a finalidade de instruir o PL, segue anexo a ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO DE RENUNCIA DE RECEITA, em observância ao artigo 14 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), além de cópia da legislação citada, decreto que nomeou a comissão, ata de deliberação da comissão, mapa dos lotes (Comunidade Alto Paraiso) etc.

Assim, espera-se impetuosamente por sua aprovação.

Nova Monte Verde - MT, 26 de setembro de 2019.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1019/2019.

SÚMULA: "ACRESCENTA OS FATORES DE LOCALIZAÇÃO F17, F17-A E F17-B AO ANEXO I DA LEI MUNICIPAL Nº 416/2009, ALTERADA PELA LEI 697/2014 E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS."

A Câmara Municipal aprovou e BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES, Prefeita Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais a sanciona a seguinte Lei;

Artigo 1º - Acrescenta os fatores de localização F17, F17-A E F17-B ao anexo I da Lei Municipal nº 416/2009, alterada pela Lei 697/2014, que passará a contar com a redação em anexo.

Artigo 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogada as disposições contrárias.

Nova Monte Verde-MT, 01 de outubro de 2019.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

ANEXO

TABELA DE AVALIAÇÃO DA PLANTA GENÉRICA DE VALORES IMOBILIÁRIOS DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE - MT	
FATOR DE LOCALIZAÇÃO	VALOR M/2
F01 - Lotes contidos na Avenida Mato Grosso, entre Rodovia MT 208 e Avenida Antonio Joaquim de Azevedo	40,50
F01 A - Lotes que fazem frente para a Praça da Bíblia	54,00
F01 B - Lotes contidos nas quadras: Quadra 12 = Lotes de nº 21 e 39 Quadra 21 = Lotes de nº 22 a 40	27,00
F02 - Lotes contidos nas Quadra 36, e os seguintes lotes contidos na Quadra 38: Lotes 33 a 42, quadra 37: Lotes 01 a 10	20,25
F03 - lotes contidos nas quadras: Quadra 10 = Lotes de nº 01 a 10 e 21 a 30 Quadra 11 = Lotes de nº 01 a 10 e 21 a 30 Quadra 12 = Lotes de nº 10 a 10 Quadra 19 = Lotes de nº 02 a 10 e 22 a 30 Quadra 20 = Lotes de nº 04 a 10 e 22 a 30 Quadra 21 = Lotes de nº 02 a 10 Quadra 38 = Lotes de nº 02 a 21 e 23 a 31	27,00
F04 - Lotes contidos nas quadras: Quadra 10 = Lotes de nº 01 a 10 e 21 a 30 Quadra 11 = Lotes de nº 01 a 10 e 21 a 30 Quadra 12 = Lotes de nº 01 a 10 Quadra 19 = Lotes de nº 11 a 20 e 31 a 40 Quadra 20 = Lotes de nº 11 a 20 e 31 a 40 Quadra 21 = Lotes de nº 11 a 20 Quadra 15 = Lotes de nº 01 a 19 Quadra 24 = Lotes de nº 02 a 20	27,00
F05 - Lotes contidos nas quadras Quadra 01 Quadra 02 Quadra 03 Quadra 04 = Lotes de nº 01 a 13 Quadra 06 = Lotes de nº 14 a 26 Quadra 07 Quadras 51 e 52 - Lotes de frente para a Rodovia MT 208	10,80
F06 - Lotes contidos nas quadras: Quadras 15, 16, 24, 25, exceto os lotes 20 e 40 da quadra 15 e 01 e 21 da quadra 24 Quadra E e F, lotes que fazem frente com a Avenida Paulo Watanuki	13,50
F07 - Lotes contidos nas Quadras Quadra 28 Quadra 29 = Lotes de nº 01 a 20 Quadra 04 = Lotes de nº 14 a 26 Quadra 05 Quadra 06 = Lotes de nº 01 a 13	16,20
F07 A - Lotes contidos nas quadras Quadra 29 = Lotes de nº 21 a 40 Quadras 29-A e 30	8,10
F08 - Lotes contidos nas quadras Quadras 08, 09, 09-A, 17, 18 e 18-A	8,10
F09 - Lotes contidos nas quadras Quadras 26, 27, 27-A, 31, 32, 33, 34, 35 e 35-A	6,75
F10 - Lotes contidos nas quadras Quadras G, G1, G2, H e 37 (que não tenham frente para a Avenida Mato Grosso).	20,25
F11 - Lotes contidos nas quadras Quadras E e F, que fazem frente para a Rodovia MT 208	16,20
F12 - Lotes contidos nas quadras Quadras A, B, C e D	5,40
F13 - Chácaras que fazem frente Para a Avenida Foão Ferreira da Silva, Chácaras 109 ea 120 Para a Avenida Perimetral Oeste, Chácaras 17 a 32 Para a Avenida Perimetral Sul, Chácaras 53, 72 e 87	0,35
F13 A - Demais Chácaras localizdas no cinturão de chácaras	0,27
F14 - Lotes contidos na quadra Quadras 39 e 40	8,10

F15 - Lotes contidos no Distrito industrial	2,70
F16 - Lotes contidos nos loteamentos Loteamento Santo Antonio, quadras 41, 42, 43, 44 e 45 Loteamento São lucas, quadra 51, Lotes 15 a 27, quadra 52, lotes 14 a 26 e quadras 53, 54, 55, 56, 57 e 58 Loteamento Jardim América	6,75
F16 A - Lotes contidos nos loteamentos Loteamento Parque das Nações Loteamento Novo Horizonte	5,40
F17 – Lotes da Gleba "A" Lotes da Gleba "B": Quadra 01 Quadra 02 = Lotes nº 01, 08 e 09 Quadra 03 = Lotes nº 01, 09, a 12 Quadra 04 = Lotes nº 01 e 06 Quadra 05 = Lotes nº 01 e 06 Quadra 06 = Lotes nº 01, 06 e 07 Lotes localizados de frente para a Rodovia MT-208.	5,00
F17 A – Lotes da Gleba "B" Quadra 02 = Lotes nº 02 a 07 Quadra 03 = Lotes nº 02 a 08 Quadra 04 = Lotes nº 02 a 05 Quadra 05 = Lotes nº 02 a 05 Quadra 06 = Lotes nº 02 a 05 Quadra 07 Quadra 08 Quadra 09 = Lotes nº 01, 09, e 10 Lotes localizados de frente para as ruas: Iguaçu, Ivai, Apiacas, Arinos, Teles Pires, Cuiabá e Aripuana.	3,70
F17 B – Lotes da Gleba "B" Quadra 09 = Lotes nº 02 a 08 Quadra 10 Quadra 11 Lotes localizados de frente para as ruas: Capitari, Igapó, Paraíso, Amazonas e Paraná.	2,50

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº. 1018/2019

SÚMULA: "AUTORIZA O MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE/MT A RATIFICAR AS ALTERAÇÕES E ADEQUAÇÕES DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES QUE ENTRE SI CELEBRARAM OS MUNICÍPIOS DE ALTA FLORESTA/MT, APIACÁS/MT, NOVA BANDEIRANTES/MT, NOVA MONTE VERDE/MT, PARANAÍTA/MT E CARLINDA/MT - VISANDO A ADEQUAÇÃO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO ALTO TAPAJÓS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

A Câmara Municipal aprovou e BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES, Prefeita Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais a sanciona a seguinte Lei;

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover a ratificação das adequações e alterações referentes ao Protocolo de Intenções firmado entre o Município de Nova Monte Verde/MT e o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Alto Tapajós, composto pelos Municípios de Alta Floresta/MT, Apiacás/MT, Nova Bandeirantes/MT, Nova Monte Verde/MT, Paranaíta/MT e Carlinda/MT com a finalidade de adequar o Consórcio, conforme Protocolo de Intenções em Anexo que faz parte integrante da presente Lei.

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor a partir de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Monte Verde, MT, 01 de outubro de 2019.

BEATRI Z DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PROJETO DE LEI Nº. 922/2019

SÚMULA: "AUTORIZA O MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE/MT A RATIFICAR AS ALTERAÇÕES E ADEQUAÇÕES DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES QUE ENTRE SI CELEBRARAM OS MUNICÍPIOS DE ALTA FLORESTA/MT, APIACÁS/MT, NOVA BANDEIRANTES/MT, NOVA MONTE VERDE/MT, PARANAÍTA/MT E CARLINDA/MT - VISANDO A ADEQUAÇÃO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO ALTO TAPAJÓS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES, Prefeita Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro na Lei Orgânica do Município, encaminha para apreciação e deliberação da Câmara Municipal o seguinte projeto de Lei.

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover a ratificação das adequações e alterações referentes ao Protocolo de Intenções firmado entre o Município de Nova Monte Verde/MT e o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Alto Tapajós, composto pelos Municípios de Alta Floresta/MT, Apiacás/MT, Nova Bandeirantes/MT, Nova Monte Verde/MT, Paranaíta/MT e Carlinda/MT com a finalidade de adequar o Consórcio, conforme Protocolo de Intenções em Anexo que faz parte integrante da presente Lei.

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor a partir de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Monte Verde, MT, 19 de setembro de 2019.

BEATRI Z DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI

Senhor Presidente, Nobres Vereadores (a),

Apraz-nos encaminhar a Vossas Excelências para exame e indispensável aprovação o incluso Projeto de Lei n.° /2019, de nossa iniciativa, que em suma, "AUTORIZA O MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE/MT A RATIFICAR AS ALTERAÇÕES E ADEQUAÇÕES DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES QUE ENTRE SI CELEBRARAM OS MUNICÍPIOS DE ALTA FLORESTA/MT, APIACÁS/MT, NOVA BANDEIRANTES/MT, NOVA MONTE VERDE/MT, PARANAÍTA/MT E CARLINDA/MT - VISANDO A ADEQUAÇÃO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO ALTO TAPAJÓS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

No caso em apreço, se fez necessária a adequação do Protocolo de Intenções firmado pelos municípios integrantes do Consórcio Intermunicipal de Saúde, em face do ajuste necessário no tocante ao pessoal administrativo.

Em reunião havida entre os municípios, dia 08 de agosto de 2019, foram aprovadas as proposições neste particular, já consolidadas no texto que vai encaminhado em anexo, no quadro de pessoal.

O processo a ser tomado é a propositura de projeto de lei autorizando que seja firmado o Protocolo de Intenções na forma já consolidada.

Assim, a aprovação da norma em comento é necessária e imperiosa, atendendo assim o interesse público, e por consequência a satisfação da população regional.

Diante do exposto, encaminhamos o presente Projeto de Lei a esta Egrégia Casa Legislativa, e solicitamos aos Nobres Edis que a matéria ora encaminhada seja analisada, estudada e obtenha deliberação favorável em sua íntegra.

Atenciosamente,

BEATRI Z DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

PREFEITURA
PORTARIA Nº. 1435 DE 30 DE SETEMBRO DE 2.019.

PORTARIA Nº. 1435 DE 30 DE SETEMBRO DE 2.019.

"Dispõe sobre a Exoneração da servidora pública, e dá outras providências".

O Senhor **João Teodoro Filho** Prefeito Municipal de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais;

Considerando o disposto no art. 24, inciso IV, da Lei Complementar Municipal n° 023 de 23 de agosto de 2007, que dispõe sobre a reestruturação do **Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Nazaré-MT** e de suas Autarquias e Fundações e dá outras Providências;

Considerando o processo de aposentadoria por tempo de Contribuição da servidora concursada/efetiva *MARIA PIEDADE ALVES* do cargo de Apoio Administrativo Educacional, para que ocorra a devida concessão do beneficio.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a Servidora ***MARIA PIEDADE ALVES***, brasileira, inscrita sob o RG nº 733898 SSP/MT e do CPF nº 773.586.781-68, residente e domiciliada no Município de Nova Nazaré - MT, do cargo efetivo de ***APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL***, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeitura de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso, aos trinta dias do mês de Setembro de 2.019.

JOÃO TEODORO FILHO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº062/2019/PMNO
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 142/2019/PMNO

O município de Nova Olímpia - Mato Grosso, através da Pregoeira devidamente instituída, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar a Licitação na Modalidade PREGÃO SRP Nº. 062/2019/PMNO, para seleção da melhor proposta pelo MENOR PREÇO POR ITEM, tendo como objeto **REGISTRO DE PRECOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇAO DE TUBOS DE CONCRETOS DESTINADOS AO MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA - MT.** A abertura do certame está prevista para as **08h00min do dia 10 de outubro de 2019**. As especificações detalhadas encontram-se em anexo acompanhado do edital. O edital completo poderá ser obtido pelos interessados através do site www.novaolimpia.mt.gov.br. As duvidas sobre o certame será dirimidas no departamento de licitações de segunda a sexta-feira no prédio da prefeitura municipal de Nova Olímpia localizado na Rua Wilson de Almeida, nº 259 s Bairro Jardim Ouro Verde, Cidade de Nova Olímpia/ MT, no horário de 08h00min as 11h00min e das 14:00 as 17:00 horas, ou contatar pelo telefone (65) 3332-1130.

Nova Olímpia/MT, 01 de outubro de 2019.

Eliete Silva

Pregoeira Oficial

Port. 058/2019

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL N.º 195 DE 01 DE OUTUBRO DE 2019.

"QUE DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE, Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais que lhe são inerentes por lei, expede a seguinte portaria.

R E S O L V E N D O:

Art. 1º - Conceder a **Licença Prêmio por Assiduidade** o servidor público deste município, **Senhor WILLIAM SANTOS MENDONÇA ocupante do CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE TÉCNICO EM INFORMÁTICA,** lotado na Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, ESPORTE, CULTURA, TURISMO E LAZER.

Art. 2º - A licença de que trata o artigo primeiro desta portaria, **será pelo prazo de 03 (três) meses**, considerando como período aquisitivo **2013/2018**, tendo **início em 01 de Outubro de 2019 e término em 29 de Dezembro de 2019**, nos termos do artigo 99º da Lei Municipal 775/2008.

Art.3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal em Nova Olímpia – MT, 01 de Outubro de 2019.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL N.º 196 DE 01 DE OUTUBRO DE 2019.

"QUE DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE, Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais que lhe são inerentes por lei, expede a seguinte portaria.

R E S O L V E N D O:

Art. 1º - Conceder a **Licença Prêmio por Assiduidade** a servidora pública deste município, **Senhora ELENIZE BOABAID DOS SANTOS ocupante do CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS,** lotada na Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, ESPORTE, CULTURA, TURISMO E LAZER.

Art. 2º - A licença de que trata o artigo primeiro desta portaria, **será pelo prazo de 03 (três) meses**, considerando como período aquisitivo **2013/2018**, tendo **início em 01 de Outubro de 2019 e término em 29 de Dezembro de 2019**, nos termos do artigo 99º da Lei Municipal 775/2008.

Art.3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal em Nova Olímpia – MT, 01 de Outubro de 2019.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL N.º 197 DE 01 DE OUTUBRO DE 2019.

"QUE DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE, Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais que lhe são inerentes por lei, expede a seguinte portaria.

R E S O L V E N D O:

Art. 1º - Conceder a **Licença Prêmio por Assiduidade** a servidora pública deste município, **Senhora HELENA PEREIRA RAMOS CARVALHO ocupante do CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE PROFESSORA,** lotada na Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, ESPORTE, CULTURA, TURISMO E LAZER.

Art. 2º - A licença de que trata o artigo primeiro desta portaria, **será pelo prazo de 03 (três) meses**, considerando como período aquisitivo **2013/2018**, tendo **início em 01 de Outubro de 2019 e término em 29 de Dezembro de 2019**, nos termos do artigo 99º da Lei Municipal 775/2008.

Art.3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal em Nova Olímpia – MT, 01 de Outubro de 2019.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL N.º 198 DE 01 DE OUTUBRO DE 2019.

"QUE DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE, Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais que lhe são inerentes por lei, expede a seguinte portaria.

R E S O L V E N D O:

Art. 1º - Conceder a **Licença Prêmio por Assiduidade** a servidora pública deste município, **Senhora NILVA APARECIDA CARVALHO COSTA ocupante do CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE AGENTE DE SERVIÇO DA ADMINISTRAÇÃO,** lotada na Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, ESPORTE, CULTURA, TURISMO E LAZER.

Art. 2º - A licença de que trata o artigo primeiro desta portaria, **será pelo prazo de 03 (três) meses**, considerando como período aquisitivo **2013/2018**, tendo **início em 01 de Outubro de 2019 e término em 29 de Dezembro de 2019**, nos termos do artigo 99º da Lei Municipal 775/2008.

Art.3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal em Nova Olímpia – MT, 01 de Outubro de 2019.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL N.º 199 DE 01 DE OUTUBRO DE 2019.

"QUE DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSE PARTICULAR."

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE, Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais que lhe são inerentes por lei, expede a seguinte portaria;

R E S O L V E N D O:

Art. 1º - Conceder **LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSE PARTICULAR,** a servidora pública deste município, Senhora **MARIA APARECIDA DOS SANTOS,** ocupante do cargo de provimento efetivo de **AGENTE DE LIMPEZA PÚBLICA,** lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Turismo e lazer.

Art. 2º - O afastamento de que trata o artigo primeiro desta portaria, será pelo período de 24 (vinte e quatro) meses sem remuneração tendo início em **01/10/2019** e término em **30/09/2021** nos termos do artigo 100 da Lei Municipal nº 775/2008, Subseção VI.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal em Nova Olímpia – MT, 01 de Outubro de 2019.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

PORTARIA Nº 0365/2019

PORTARIA Nº 0365/2019

DATA: 01 DE OUTUBRO DE 2019

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL O SERVIDOR EFETIVO SR JEANCLEI LOURENÇO DE OLIVEIRA".

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

ART. 1°. CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL a Servidora Sra. **JEANCLEI LOURENÇO DE OLIVEIRA** efetivo no Quadro de Servidores do Município de Nova Ubiratã no cargo de carreira de **PROFESSOR 30 HORAS.**

ART. 2º. Fica o Servidor acima identificado, elevado para PROFESSOR II – NÍVEL SUPERIOR LICENCIATURA PLENA + PÓS GRADUAÇÃO - Classe Atuarial A - Grau de Coeficiente III.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 01 de outubro de 2019.

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

MAURO ODINEI SOLIANI

Secretário Municipal de Administração

Decreto. n° 001/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL 044/2.019

PREGÃO PRESENCIAL 044/2.019

O Município de Nova Xavantina – MT, através de seu pregoeiro oficial instituído pela portaria nº 717 de 19/06/2.019, vem a público divulgar o RESULTADO da licitação na modalidade pregão presencial nº 044/2.019, processo administrativo nº 072/2.018, o qual tem objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO (MANILHAS)**; licitante vencedor do certame: L. P. C. FERREIRA & CIA LTDA, inscrita no CNPJ nº 19.108.857/0001-58, com o valor global final de R$ 1.041.500,00 (um milhão, quarenta e um mil e quinhentos reais).

Nova Xavantina – MT, 30 de setembro de 2.019.

Walmir Arruda Costa - Pregoeiro Oficial

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 047/2.019.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 047/2.019.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT, torna público que fará realizar PREGÃO PRESENCIAL com o objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS, SENDO CONJUNTOS FORMADOS POR: TRATOR DE PNEUS, CARRETA AGRÍCOLA, GRADE ARADORA, COLHEDORA DE FORRAGENS, PLANTADEIRA/ADUBADEIRA E ROÇADEIRA HIDRAÚLICA. Data de abertura dos envelopes: 15/10/2.019, às 9h00 (horá-

rio de Brasília), no Palácio dos Pioneiros – Sala de Licitações, sito à Avenida Expedição Roncador Xingu, 249 – Centro – St. Xavantina. Os interessados em adquirir cópia do Edital e obter informações, poderão fazê-lo na Prefeitura Municipal – Sala de Licitações e/ou através dos telefones (66) 3438-3362 e e-mail: licitacao@novaxavantina.mt.gov.br e/ou site https://novaxavantina.mt.gov.br/editais-de-licitac...

Nova Xavantina – MT, 01 de outubro de 2.019.

Walmir Arruda Costa

Pregoeiro Oficial.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
NOTIFICAÇÃO Nº 007/2019

RESUMO DA NOTIFICAÇÃO DE Nº007/2019

O MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA-MT vem através desta **NOTIFICAR** a empresa **ARTHUR VEÍCULOS E TRANSPORTES LTDA**, inscrita no CNPJ nº 10.381.199/0001-07 sobre o descumprimento de cláusulas contidas no Edital de licitação **Pregão Presencial nº 010/2019**, em específico a não entrega de materiais requisitados nos moldes descritos no item 7. 1 do Termo de Referência de nº 009/2019, sob pena de ter a sua Ata de Registro cancelada e sofrer a rigor da lei as sanções previstas no item 18 do referido Instrumento Convocatório. Atentando-se às cláusulas do Edital e da ARP nº 11/2019 em discussão e, de igual modo, aos dispositivos legais aplicáveis ao caso, o Município de Nova Xavantina/MT através desta estabelece **o prazo improrrogável de 05 (cinco) dias corridos, a contar da data da publicação desta notificação para que sane os atrasos.** A íntegra da notificação de nº 007/2019 poderá ser conferida no seguinte link; https://www.novaxavantina.mt.gov.br/uploads/arquiv...

Nova Xavantina/MT, 01 de Outubro de 2019.

JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA

Prefeito Municipal

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
NOTIFICAÇÃO Nº 008/2019

RESUMO DA NOTIFICAÇÃO DE Nº008/2019

O MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA-MT vem através desta **NOTIFICAR** a empresa **ARTHUR VEÍCULOS E TRANSPORTES LTDA**, inscrita no CNPJ nº 10.381.199/0001-07 sobre o descumprimento de cláusulas contidas no Edital de licitação **Pregão Presencial nº 006/2019**, em específico a não entrega de materiais requisitados nos moldes descritos no item 7. 1 do Termo de Referência de nº 006/2019, sob pena de ter a sua Ata de Registro cancelada e sofrer a rigor da lei as sanções previstas no item 18 do referido Instrumento Convocatório. Atentando-se às cláusulas do Edital e da ARP nº 004/2019 em discussão e, de igual modo, aos dispositivos legais aplicáveis ao caso, o Município de Nova Xavantina/MT através desta estabelece **o prazo improrrogável de 05 (cinco) dias corridos, a contar da data da publicação desta notificação para que sane os atrasos.** A íntegra da notificação de nº 008/2019 poderá ser conferida no seguinte link; https: https://novaxavantina.mt.gov.br/uploads/arquivos/n...

Nova Xavantina/MT, 01 de Outubro de 2019.

JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA

Prefeito Municipal

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
RESULTADO TOMADA DE PREÇOS Nº 012/2.019

TOMADA DE PREÇOS Nº 012/2.019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT, torna público o RESULTADO da Habilitação, Adjudicação e Homologação resumido referente à TOMADA DE PREÇOS nº 012/2.019. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO PROJETO E MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHAS INTEGRANTES DO EDITAL. A empresa vencedora **ELETRICA RADIANTE MATERIAIS ELETRICOS LTDA –EPP, inscrita no CNPJ nº 15.984.883/0001-99, com o valor global de R$ 58.068,63 (cinquenta e oito mil, sessenta e oito reais e sessenta e três centavos) para o lote 1 (um) Avenida Amazonas e valor global de R$ 176.511,85 (cento e setenta e seis mil, quinhentos e onze reais e oitenta e cinco centavos) para o lote 2 (dois) Avenida Rio Negro.**

Nova Xavantina – MT, 01 de outubro de 2.019

Walmir Arruda Costa

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 202/2019

CONCEDE LICENÇA EM CARÁTER ESPECIAL AO SERVIDORA PÚBLICO OCUPANTE DE CARGO QUE MENCIONA.

Silvano Pereira Neves, Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;.

CONSIDERANDO o atendimento aos requisitos previstos nos Arts. 54 e 55 da Lei nº 998/2013 – Plano de Cargos e Carreira Salarial dos Servidores Públicos do Município de Novo Horizonte do Norte/MT.

RESOLVE:

Art.1º - Conceder licença em caráter especial **(Licença Prêmio)** ao servidora **SÔNIA RIBEIRO DE SOUZA RODRIGUES,** brasileira, maior, portadora do RG. nº: 1041781-8SSP/MT e inscrito no CPF. Nº: 003.854. 911-58, no cargo de **Gari**, lotada na Secretaria Municipal de Infraestrutura,adquirida no período de 02/02/2012 a 02/02/2017 conforme Art. 80 da Lei Municipal nº 920/2012, a ser usufruída pelo prazo de 90 (noventa) dias a contar a partir de 01/10/2019 a 29/12/2019, com retorno no dia 30/12/2019.

Art.2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 3º - **REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, em 01 de Outubro de 2019.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 201/2019

CONCEDE LICENÇA EM CARÁTER ESPECIAL AO SERVIDOR PÚBLICO OCUPANTE DE CARGO QUE MENCIONA.

Silvano Pereira Neves, Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;.

CONSIDERANDO o atendimento aos requisitos previstos nos Arts. 54 e 55 da Lei nº 998/2013 – Plano de Cargos e Carreira Salarial dos Servidores Públicos do Município de Novo Horizonte do Norte/MT.

RESOLVE:

Art.1º - Conceder licença em caráter especial (Licença Prêmio) ao servidor **NOEL MOREIRA BARROS,** brasileiro, maior, portador do RG. nº: 33.815. 994-0 SSP/SP e inscrito no CPF. Nº: 292640978-80 desiguinado para o cargo de **Agente Administrativo**, lotado no Gabinete do Prefeito,adquirida no período de 02/02/2012 a 02/02/2017 conforme Art. 80 da Lei Municipal nº 920/2012, a ser usufruída pelo prazo de 90 (noventa) dias

a contar a partir de 01/10/2019 a 29/12/2019, com retorno no dia 30/12/2019.

Art.2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 3º - **REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, em 01 de Outubro de 2019.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº: 061/2019

Espécie: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Contratante: Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT.

Contratado: Wedson José dos Santos Silva

Objetivo: Prestação de serviços na função de Serviços Gerais Lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura**.**

Vínculo Legal: 1.244/2019

Regime Previdenciário: INSS

Cargo/Função: Serviços Gerais

Valor Global R$: **R$ 20.594,46 (Vinte mil quinhentos e noventa e quatro reais e quarenta e seis centavos**).

Data assinatura: 01/10/2019

Vigência: DE 01/10/2019 A 30/12/2020.

Signatários: Silvano Pereira Neves – Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte e Wedson José dos Santos Silva**.**

Bruno Ricardo Barela Iori

Assessor Jurídico

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 203/2019

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, resolve:

Artigo 1º- Fica exonerado a pedido o Sr. **José Antônio de Oliveira,** portador do RG: nº 363276 SSP/MS e do CPF: nº 298.939.251-34, ocupante do cargo em Comissão **Chefe de Departamento de Manutenção de Estradas** lotado na **Secretaria Municipal de Infraestrutura.**

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 200/2019 publicada no Jornal Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso na data de 30/09/2019, e demais disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, 01 de Outubro de 2019.

Silvano Pereira Neves

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 206/2019

Dispõe sobre a Exoneração de servidora ocupante de cargo de provimento em comissão, e dá outras providências". "

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte /MT, Sr. **Silvano Pereira Neves,** no uso de suas atribuições que, Confere-lhe o Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Fica exonerada a pedido da servidora **THAINARA TAISY DE SOUZA,** brasileira, maior, portadora do RG. nº 2093828-4 SSP/MT e do CPF nº 028.957.701-23, ocupante no Cargo em Comissão de **Chefe do Departamento de Finanças e Orçamento,** lotado na Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, 01 de Outubro de 2019.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COOPERNONTE COOPERATIVA MISTA AGROPECUÁRIA NOVO HORIZONTE CNPJ: 08.272.691/0001-94

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

COOPERATIVA MISTA AGROPECUÁRIA

NOVO HORIZONTE DO NORTE MT – COOPERNONTE

CNPJ – 08.272.691/0001-94

NIRE – 51 4 000763 2

A Coopertaiva Mista Agropecuária Novo Horizonte – COOPERNONTE, representada pelo Diretor Presidente Sr: Carlos Mesnerovicz, no uso de suas atribuições conferidas pelo Estatuto Social, CONVOCA para se reunirem em assembleia Geral Ordinária, a realizar-se de acordo com as diretrizes abaixo relacionadas:

DATA: 11 de Outubro de 2019.

HORARIO: As 09:00HS, (nove horas), em 1º (primeira) convocação com a presença de 2/3 (dois terços), dos cooperados com direito a voto; as 9:30hs, (nove e trinta horas) com presença de metade dos cooperados com direito voto; as 10:00hs, (dez horas) com o minimo de 10 (dez) cooperados com direito a voto, segundo o Estatuto Social da COOPERNONTE.

LOCAL: Câmara Municipal, Av: Mestre Falcão, nº 329, Centro, CEP 78570-000, Novo Horizonte do Norte MT.

ORDEM DO DIA:

- Eleição e Posse do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;

- Retificação de Ata;

- Outros assuntos relacionados a COOPERNONTE.

Novo Horizonte do Norte MT, 01 de outubro de 2019.

CARLOS MESNEROVICZ

Diretor Presidente da Coopernonte

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº205/2019

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, resolve:

Artigo 1º- Fica exonerado a pedido o Sr. **José Nilton de Brito,** portador da Cédula de Identidade RG: nº 91030-4 SSP/MT devidamente inscrito no

CPF: sob nº 761.796.991-00 ocupante do cargo em Comissão**Secretário Municipal de Agricultura**, **Meio Ambiente, Indústria e Comércio** lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Indústria e Comércio.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, 01 de Outubro de 2019.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 204/2019

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, resolve:

Artigo 1º- Conceder 30 (trinta) dias de férias ao servidor: **Francisco Mariano da Silva,** brasileiro, maior, portador do RG nº 172300 SSP/PMS e do CPF:nº 535.776.981-87, lotado na Secretaria Municipal de Infra-Estrutura no cargo efetivo de **Gari,** referente ao período aquisitivo de 2017/2018, a partir de 01/10/2019 a 30/10/2019, com retorno dia 31/10/2019.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, 01 de Outubro de 2019.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

ADMINISTRAÇÃO
ATA SESSÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA - DISCUSSÃO DA PLOA/ 2020.

SESSÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA - DISCUSSÃO DA PLOA/2020.

REALIZADA EM 27/09/2019 NA SALA DE REUNIÕES DO CRAS – NOVO MUNDO.

As dezoito horas e quarenta minutos, do dia vinte e sete de setembro do ano de dois mil e dezenove, na sala de reuniões do CRAS Centro de Referência da Assistência Social, pelo motivo do plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Novo Mundo encontrar-se em reformas, com a participação de vários secretários, alguns servidores e populares, para assistirem a continuidade da sessão de Audiência Pública, a qual, fará a explanação e discussão do anteprojeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2020. Os convites foram distribuídos aos presidentes de todos os partidos políticos, Presidentes dos Conselhos constituídos, Secretariado em geral, servidores municipais e à Câmara de Vereadores. Na continuidade da sessão, após apresentar a Prestação de Contas do RREO 4º Bimestre e o RGF 2º Quadrimestre/2019, o Sr. Sidney Oribes da Assessoria Contábil, iniciou a apresentação falando dessa obrigatoriedade legal e da necessidade das audiências públicas, para que os munícipes conheçam os Projetos e Atividades à serem elaboradas quando da montagem das peças de planejamento (PPA, LDO e LOA), e iniciou a apresentação falando das reuniões realizadas com os Secretários das pastas, antes mesmo das sessões de audiências realizadas (PPA em 23/05/2019 e LDO em 26/06/2019), como os Projetos de Leis ainda permanecem na Câmara de Vereadores, decidiu-se pela discussão do anteprojeto da Lei Orçamentária, com a mesma compatibilidade e temporalidade que foram discutidos a Revisão do PPA e o PLDO/2020. Apresentou aos presentes a evolução das receitas durante o exercício de 2018 e 2019, e fez comparações dos valores arrecadados até o momento do encerramento do segundo bimestre/2019. Apresentou os slides com as informações das expectativas das receitas para o exercício de 2020, detalhados nas seguintes ordens: Receitas Correntes R$ 31.240.000,00; Receitas de Capital R$ 1.420.000,00; Operações de Crédito R$ 330.000,00; Alienação de Bens R$ 10.000,00 e Receitas Previdenciárias R$ 2.000.000,00, perfazendo um montante de R$ 35.000.000,00. Detalhamento das Receitas da Previdência fica assim: Receitas de Contribuições R$ 805.000,00; Outras Receitas R$ 24. 800,00; Receitas Intra-orçamentária R$ 1.170.200,00, perfazendo um total R$ 2.000.000,00. O Orçamento da Despesa do Previmundo, se compõem da seguinte forma: Benefícios R$ 873.000,00; Despesas com manutenção R$ 197.000,00 e Reserva do RPPS R$ 930.000,00, perfazendo R$ 2.000.000,00. O detalhamento da receita municipal segue a seguinte ordem: Impostos Municipais R$ 1.830.000,00; Taxas R$ 160.000,00; Receitas Patrimoniais R$ 120.000,00; Receitas de Serviços R$ 210.000,00; Refeitas da União R$ 14.185,000,00, cujas principais receitas estão detalhadas da seguinte forma: FPM R$ 8.000.000,00; FPM 1% R$ 610.000,00; ITR R$ 380.000,00; IOF R$ 220.000,00; Recursos Minerais R$ 90.000,00; Royalties do Petróleo R$ 55.000,00; FEX R$ 550.000,00; Transferências Fundo a Fundo Saúde R$ 2.450.000,00; Transferias da Assistência Social R$ 220.000,00; Receitas da Educação R$ 610.000,00; Outras R$ 990. 000,00 e Convênios como Receitas de Capital R$ 870.000,000. E quanto às transferências do Estado o seguinte montante R$ 14.317.000,00, subdividido na seguinte ordem: ICMS R$ 11.000.000,00; IPVA R$ 550. 000,00; IPI R$ 60.000,00; Fethab R$ 1.500.000,00; CIDE R$ 37.000,00; Fundo a Fundo vinculados à Saúde R$ 330.000,00; Fundo a Fundo vinculados ao SUAS R$ 100.000,00; Fundo a Fundo vinculados à Educação R$ 640.000,00; Outras R$ 1.170.000,00 e Convênios como Receitas de Capital R$ 550.000,00. A fixação das despesas estão assim desdobradas R$ Câmara de Vereadores R$ 1.400.000,00; Gabinete do Prefeito R$ 1.161. 000,00; Administração R$ 1.525.000,00; Finanças R$ 2.554.000,00; Assistência Social R$ 1.407.000,00; Agropecuárias e Comércio e Industrias R$ 576.000,00; Transporte e Obras Públicas R$ 6.000.000,00; Meio Ambiente e Turismo R$ 133.000,00 e Procuradoria Jurídica R$ 340.000,00, perfazendo o montante de R$ 33.000.000,00. Foi apresentado na sequencia o detalhamento das despesas por departamento nas secretarias. A seguir, abriu-se a palavra aos presentes que em nada contestaram, alegando estar muito bem explanado e as comparações dos valores estarem dentro das informações progressivas conforme as arrecadações e vinculações das despesas. Assim foi dito que esses slides ficarão à disposição do público no Portal Transparência para apreciação e futura interpelações, caso julguem necessário. Assim as 19:15hs, deu-se por encerrada a sessão de audiência pública que tratou da discussão do anteprojeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2020. E eu Juliana Fresneda, contadora _____ lavrei a presente ata que vai por mim e pelos demais presentes devidamente assinada em lista anexa.

ADMINISTRAÇÃO
ATA DE APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 4° BIMESTRE 2019 RGF 2° QUADRIMESTRE

ATA DE APRESENTAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA RREO 4º BIMESTRE 2019 E RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL RGF 2º QUADRIMESTRE 2019.

REALIZADA EM 27/09/2019 NA SALA DE REUNIÕES DO CRAS.

As dezoito horas e cinco minutos, do dia vinte e sete de setembro do ano de dois mil e dezenove, na sala de reuniões do CRAS Centro de Referência da Assistência Social, pelo motivo do plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Novo Mundo encontrar-se em reformas, com a participação de vários secretários, alguns servidores e populares, para assisti-

rem a prestação de contas do Relatório Resumido da Execução Orçamentária do quarto bimestre/2019 e ao Relatório de Gestão Fiscal do segundo quadrimestre/2019, e ainda, a explanação e discussão do Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2020. Os convites foram distribuídos aos presidentes de todos os partidos políticos, Presidentes dos Conselhos constituídos, Secretariado em geral, servidores municipais e à Câmara de Vereadores. Incialmente o Sr. Sidney Oribes da Assessoria Contábil, agradeceu a presença de todos os presentes, deu as boas-vindas e iniciou a apresentação falando da obrigatoriedade legal e da necessidade das audiências públicas, para que os munícipes conheçam a aplicação dos recursos públicos e participem nas indicações dos Projetos e Atividades à serem elaboradas quando da montagem das peças de planejamento (PPA, LDO e LOA), e iniciou a apresentação do **RREO 4º bimestre/2019**, demonstrando as Receitas Próprias Recebidas, como segue: Receitas de Impostos valor orçado R$ 1.455.500,00, percebeu-se até o encerramento do 4º bimestre o montante de R$ 950.513,00, perfazendo o total de 65,33% do valor previsto; Taxas previsão R$ 159.000,00, recebido R$ 136.237,00, perfazendo 85,68% do valor estimado; Receitas Patrimoniais (rendimentos de aplicações), valor orçado R$ 185.000,00 e valor recebido até o bimestre R$ 40.633,00, percentual atingido 21,96%, ficando abaixo da expectativa da receita prevista; Receitas de Serviços e Contribuições de Iluminação Pública R$ 330.000,00, efetivamente arrecadado R$ 301.879,00, percentual atingido 91,48%; Participação das Receitas da União a estimativa de R$ 11.687.000,00, percebeu-se até o bimestre R$ 6.126.172,00, pouco abaixo da estimativa 74,22%; a participação nas receitas do Estado previsto R$ 10.517,000,00, percebido R$ 7.805.613,00, perfazendo um total de 75,04%. Em seguida detalhou todas as receitas, suas fontes e destinações de recursos, como segue: Receitas da União FPM, valor estimado R$ 7.500.000,00, arrecadado R$ 4.741.978,00, ou seja 63,23%; FPM 1% Julho/2019, R$ 280.000,00, arrecadado R$ 297.706,00, 106,32%; ITR R$ 280.000,00, arrecadado R$ 280.000,00, arrecadado R$ 45.585,00, ou seja. 16,28%; IOF R$ 200.000,00, arrecadado R$ 45.918,00, 22,96%; Recursos Naturais R$ 145.000,00, arrecadado R$ 250.248,00, 172,60%. Dos recursos vinculados à saúde; Atenção Básica, valor estimado R$ 1.450.000,00, arrecadado R$ 718.010,00, 49,52% do valor estimado; Média e Alta Complexidade R$ 300.000,00, arrecadado R$ 148.377,00, ou seja, 49,46% do esperado para o exercício até então; Vigilância em Saúde R$ 50.000,00, arrecadado R$ 17.876,00, 35,75%; e Assistência Farmacêutica R$ 50.000,00, arrecadado R$ 31.802,00, 63,60%. Dos recursos vinculados à Educação: Salário Educação R$ 240.000,00, arrecadado R$ 251.530,00, 100,64%; PNAE R$ 90.000,00, arrecadado R$ 68.316,00. Da participação das receitas do Estado: Cota Parte ICMS valor estimado R$ 9.600.000,00, arrecadado R$ 6.829.898,00, ou seja, 71,14% do valor previsto para o exercício; Cota Parte IPVA R$ 460.000,00, arrecadado R$ 591.201,00, 128,52%; Cota Parte IPI /exportação R$ 55.000,00, R$ 47.260,00 arrecadados, 85,93%; Receitas do Fethab R$ 1.420.000,00, arrecadado R$ 987.034,00, 69,51%; Transferência do Estado para saúde, do valor previsto R$ 300.000,00, liberados R$ 315.544,00, ou seja, 105,18%; Transferência do Estado vinculadas à Educação, Fethab Transporte Escolar R$ 100.000,00, recebidos R$ 169.345,00, 169,35%; e Seduc Transporte Escolar R$ 340.000,00, arrecadados R$ 282.049,00. O Fundeb tem um valor estimado em R$ 3.750.000,00, dessa previsão foi arrecadado, 75,04%, ou seja, R$ 2.814.022,00, diante desse exposto, o Fundeb poderá chegar a arrecadação anual de R$ 4.220.000,00. O Orçamento da receita para o exercício está estimado em R$ 31.700.000,00 e obteve o montante de arrecadação de R$ 19.381.324,63, ou seja, 61,14%. O orçamento da despesa para o exercício de 2019, é de R$ 31.820.000,00, desse montante foram empenhados em despesas R$ 20.084.277,01, obtendo um saldo orçamentário de R$ 11.735.722,99, ou seja, 36,88% dos valores fixados, e foram subdivididos e gastos da seguinte forma: Câmara de Vereadores R$ 1.270.000,00, valor gastos R$ 865.803,54; Gabinete do Prefeito, fixado R$ 844.907,00, realizado R$ 691.210,00; Controladoria Interna, fixado R$ 127.501,00, realizado R$ 88.843,00; Assessoria Jurídica R$ 195.001,00, efetivamente gasto R$ 103.082,00; Assessoria de Imprensa R$ 83.006,00, despesas executadas R$ 47.606,00; Secretaria Administração: R$ 1.236.250,00, gastos R$ 845.851,65. Secretaria de Finanças R$ 1.915.256,00, gastos R$ 955.244,00. Na Secretaria de Educação, os valores apresentados foram os seguintes: Administração e Apoio Educacional R$ 3.509.273,00, foram gasto R$ 1.520.757,00; Fundeb 60% R$ 3.004.002,00, efetivamente gasto R$ 2.320.215,83, perfazendo 82,45% do total arrecadado, e Fundeb 40% R$ 812.500,00, gastos R$ 773.427,96. Transporte Escolar R$ 1.581.986,00, gastos R$ 975.022,76. Desporto e Lazer R$ 80.001,00, gastos R$ 25.933,00; Cultura R$ 16.515,00, gastos R$ 3.515,00. Secretaria Municipal de Saúde, FMS Gestão em Saúde R$ 491.303,00, gastos R$ 300.696,00; Fundo Municipal de Saúde R$ 6.564.187,21, e gastos R$ 4.372.554,11. Departamento de Água e Esgotos R$ 324.000,00, gastos R$ 198.365,00. Secretaria Municipal de Assistência Social, Fundo Municipal de Assistência Social R$ 1.222.635,42, efetivamente gasto R$ 689,436,31. Secretaria de Agropecuária e Desenvolvimento Econômico R$ 442.841,00, gastos R$ 306.721,91. Secretaria de Obras Públicas e Transporte, valor orçado R$ 4.629.309,00, gastos 3.852.298,68; Fundo de Previdência R$ 2.000.000,00, gastos R$ 556.775,00. Em seguida, o apresentador falou do **RGF 2º quadrimestre/2019** o qual apresentou a soma das RCL R$ 18.674.493,97. Do montante da RCL até o encerramento do 2º quadrimestre/2019, foram gastos com despesas de pessoal e encargos, o valor de R$ 9.469.855,20, incluindo os serviços médicos, dessa forma, o percentual atingiu **52,16%** no exercício de 2019. Todavia, o gasto com pessoal (prefeitura) nos últimos 12 meses, teve a seguinte configuração RCL R$ 27.778.486,78, gastos totais com pessoal e encargos R$ 14.093.062,51, incluindo os serviços médicos R$ 660.683,76, perfazendo um percentual de **50,7,3%**, para efeitos de cálculos afim do cumprimento da LRF. Com relação ao FUNDEB, foi recebido até então, o valor de R$ 2.814.022,00, tendo o município contribuído ao fundo com o montante de R$ 2.441.732,25, obtendo uma vantagem financeiro de R$ 372.289,75 até o período. Desse montante recebido o mínimo de 60% perfaz R$ 1.688.413,20 e foram efetivamente gastos na manutenção do Magistério o valor de R$ 2.320.216,00, perfazendo o percentual de 82,45% em relação aos recebimentos. A Base de Cálculo para atender as despesas com Educação e Saúde soma R$ 13.500.763,75. No entanto, as despesas com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, gastou em despesas liquidadas o montante de R$ 3.375.090,00, perfazendo **32,53%** das Receitas de Impostos e Transferências. E a Saúde R$ 2.414.069,00, perfazendo um montante de **17,88%**. Na Assistência Social houve um gasto de R$ 649.015,00, perfazendo um montante de **4,81%**. Ao final da apresentação o Sr. Sidney Oribes, abriu a palavra aos presentes e foi questionado sobre Saneamento Básico, onde foi dito que isso é um problema nacional, inclusive das grandes cidades e que deverá ser encarado e resolvidos nos próximos urgentemente. O apresentador falou também da finalização de um financiamento junto ao Banco do Brasil no valor de R$ 1.000.000,00 para aquisição de duas máquinas, sendo uma Motoniveladora e Uma Escavadeira Hidráulica para manutenção das estradas vicinais do município. Ao final dessa apresentação da LRF a primeira Dama do Município falou acerca de sua secretaria e agradeceu a presença dos presentes. E assim, terminou a apresentação da Prestação de Contas dos RREO 4º bimestre e RGF 2º quadrimestre/2019, o qual o apresentador, disse que em seguida falaria sobre a Lei Orçamentária para 2020. E, as 18:40hs, deu-se por encerrada a sessão de audiência pública. E eu Juliana Fresneda _____ lavrei a presente ata que vai por mim e pelos demais presente assinada, em lista anexa.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS EXTRATO DO CONTRATO Nº 039/2019

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 039/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO – MT.

CONTRATADA: HERCON CONSTRUTORA EIRELI

CNPJ: 14.020.137/0001-12

VALOR TOTAL: R$ 274.576,30 (DUZENTOS SETENTA E QUATRO MIL E QUINHENTOS SETENTA E SEIS REAIS E TRINTA CENTAVOS)

OBJETO: CONTINUIDADE NA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE UMA QUADRA COBERTA COM VESTIÁRIO PADRÃO FNDE NO MUNICÍPIO DE NOVO SANTO ANTÔNIO-MT.

PRAZO DE EXECUÇÃO: 180 DIAS

PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: 01/10/2019 A 27/04/2020

NOVO SANTO ANTÔNIO – MT, EM 01 DE OUTUBRO DE 2019.

_____

ADÃO SOARES NOGUEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE RATIFICAÇÃO PROCESSO Nº: 054/2019 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº: 014/2019

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Processo nº: 054/2019

Dispensa de Licitação nº: 014/2019

Objeto: AQUISIÇÃO DE BIBLIOTECA INFANTO JUVENIL (345 VOLUMES) A SEREM DISTRIBUÍDOS NAS BIBLIOTECAS DAS UNIDADES DE ENSINO DA ESCOLA RURAL MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL E FUNDAMENTAL ANTONIO DE FREITAS LOUZEIRO E ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BASICA PROFESSORA NAIR BARBOSA DE SOUZA.

O Prefeito Municipal de Novo Santo Antônio estado de Mato Grosso o **SENHOR ADÃO SOARES NOGUEIRA**, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o Artigo 26 da Lei Federal n° 8.666/93, com suas alterações posteriores, considerando o que consta do presente Processo Administrativos de Dispensa de Licitação n° 014/2019, **RATIFICA** a declaração de Dispensa de Licitação para aquisição de biblioteca infanto juvenil (345 volumes) no Município de Novo Santo Antônio - MT. Justificativa Anexa nos autos do processo de dispensa de licitação nº. 014/2019.

FAVORECIDA: **VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA**

CNPJ: **02.593.711/0001-42**

VALOR TOTAL: **R$ 15.972,00 (QUINZE MIL NOVECENTOS E SETENTA E DOIS REAIS)**

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24 Inciso II da Lei nº 8.666/93.

Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal, em especial à prevista no caput do artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93, e que, após, seja o presente expediente devidamente autuado e arquivado.

Novo Santo Antônio-MT 01 de Outubro de 2019

_____

ADÃO SOARES NOGUEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA CONJUNTA Nº 013/2019/GS/SME/SEDUC

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SRª. ARLINDA BARBOSA DE ARRUDA VIAN E PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas e, considerando as exigências da Lei de Diretrizes e Base da Educação, procede a organização das matrículas das Unidades de Ensino Público do Município de Paranatinga/MT, para o ano de 2020.

RESOLVE: Artigo 1º - CONSTITUIR, Comissão Conjunta formada pelos profissionais abaixo relacionados, para que sob a coordenação do primeiro e do segundo, procedam ao Reordenamento da Rede Pública de Ensino Público do Município de Paranatinga/MT – Escolas Indígenas, com o objetivo de garantir qualidade ao atendimento em 2020. Nome Função / Órgão

Arlinda Barbosa de Arruda Vian - Secretária Municipal de Educação / SME

Raquel Gonçalves dos Reis - Assessora Pedagógica / SEDUC

Francisca Moreira Braga - Representante SME

Leila Minatto Gomes - Representante Conselho Mun. Educação

Elis Regina Forgiarini - Representante SEDUC

Luiz Carlos Tawi Matarim - Representante SEDUC

Walter Serenhiru - Representante SEDUC

Eduardo Maiawai Koni Tawanre - Representante SEDUC

Artigo 2º- Determina que as decisões decorrentes do processo de Organização Escolar sejam acatadas e cumpridas pelas Equipes Gestoras das Unidades de Ensino Estaduais e Municipais de Paranatinga/MT. **Artigo 3º** - A referida comissão deverá iniciar seus trabalhos após a assinatura desta Portaria, no prazo de 30 (trinta) dias apresentando quadro de atendimento da Demanda Escolar para o ano letivo de 2020. **Artigo 4º - Após a finalização dos trabalhos o relatório final deverá ser encaminhado a Coordenadoria de Microplanejamento e Estrutura Escolar – SUGT/SEDUC, a qual deliberará sobre o caso. Artigo 5º** - Esta Portaria entra em vigor a partir de sua assinatura, revogando-se as disposições contrárias. **REGISTRADA PUBLICADA CUMPRA-SE**

Paranatinga/MT, 25 de Setembro de 2019.

ARLINDA **B**ARBOSA DE **A**RRUDA **V**IAN **R**AQUEL **G**ONÇALVES DOS **R**EIS

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ASSESSORA PEDAGÓGICA

PORTARIA 429/2017

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 292 DE 25 DE OUTUBRO DE 2019.

PORTARIA N° 292 DE 25 DE OUTUBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PREMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA, Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são atribuídas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 164A/2006.

RESOLVE;

Art. 1º- Conceder a **LICENÇA PRÊMIO** pelo período de 90 (noventa) dias ininterruptos a Servidora Pública Municipal **Sra. YEDA SUELY JORGE DA SILVA SIMONATTO**, portadora do RG sob o nº 0987.537-7 SESP/MT e inscrita no CPF/MF sob o nº 836.177.601.04, ocupante do Cargo Efetivo de "**AGENTE ADMINISTRATIVO I"**, lotada no Gabinete do Prefeito, conforme disposto no Art. 1º da Lei Municipal nº 164A de 20 de Abril de 2006, e em atendimento ao requerimento da Servidora.

PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DA LICENÇA
2006/2011	01/10/2019 À 30/12/2019

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Revogam-se às disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, 25 de outubro de 2019.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
LEI Nº 1803/2019

"INSTITUI O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL DO SEGUNDO SEMESTRE (REFIS 2019.2) DO MUNICÍPIO DE PARANATINGA, ESTADO DO MATO GROSSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. "

ARTIGO 1º. Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal do Município de Paranatinga do segundo semestre de 2019 – REFIS/PARANATINGA 2019.2, com a finalidade de estimular o pagamento de créditos tributários, quais sejam:

I – Aqueles relativos à Receitas Tributárias e Não Tributárias, com natureza de obrigação principal da espécie tributo ou multa, cujos fatos geradores tenham ocorrido até 31 de dezembro de 2018, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não.

II – A correção monetária, juros e multas, ainda que posteriores a 31 de dezembro de 2018, desde que, exclusivamente, relativos aos créditos estabelecidos na forma do inciso I deste artigo.

ARTIGO 2º. O ingresso no REFIS/PARANATINGA 2019.2 possibilitará regime especial de consolidação e parcelamento dos débitos a que se referem o *caput* do artigo anterior, em parcelas mensais e consecutivas, na forma definida na tabela abaixo:

Percentual de Desconto		
Forma de Pagamento	**Juros**	**Multa**
À Vista	100%	100%
De 02 a 04 parcelas	90%	90%
De 05 a 08 parcelas	80%	80%
De 09 a 12 parcelas	70%	70%
De 13 a 16 parcelas	60%	60%
De 17 a 20 parcelas	50%	50%
De 21 a 24 parcelas	40%	40%
De 25 a 28 parcelas	30%	30%
De 29 a 32 parcelas	20%	20%
De 33 a 36 parcelas	10%	10%

§ 1º. Para os fins do Programa REFIS/PARANATINGA 2019.2, o crédito tributário será consolidado na data de adesão, de forma individualizada, compreendem o valor principal, a atualização monetária, os juros e as multas já com as reduções nos termos desta Lei, incidentes até a data da concessão do benefício.

§ 2º O valor mínimo da parcela será de 35 UPF para Pessoa Física e 100 UPF para Pessoa Jurídica;

§ 3º. Os contribuintes com débitos tributários e não tributários já parcelados, poderão aderir ao REFIS/PARANATINGA 2019.2.

§ 4º. Tratando-se de débitos tributários inscritos em dívida ativa, que estão protestados ficará sob a responsabilidade do contribuinte promover às suas expensas, o cancelamento do respectivo instrumento de protesto, ou de efetuar o pagamento das custas e emolumentos para a formalização da desistência dos apontamentos a protesto, em relação aos títulos já encaminhados para o Cartório.

§ 5º. Quando houver parcelamento de débitos que estão em protesto e o contribuinte optar pelo pagamento de forma parcelada, a carta de anuência somente será disponibilizada após a quitação integral do débito protestado.

§ 6º. A primeira parcela deverá ser paga até o dia 11 de novembro de 2019, sob pena de exclusão do contribuinte do REFIS/PARANATINGA 2019.2, independente de notificação, com a consequente revogação do parcelamento.

ARTIGO 3º. Tratando-se de débitos tributários inscritos em dívida ativa, objeto de ação executiva, em trâmite ou suspenso nesta Comarca de Paranatinga-MT, a adesão REFIS 2019.2 far-se-á em procedimento e data específica, aplicando para tanto as concessões de descontos e parcelamentos que trata esta lei.

§1º. A opção pelo REFIS/PARANATINGA 2019.2 importa na manutenção dos gravames decorrentes de medida cautelar fiscal e das garantias prestadas nas ações de execução fiscal.

§2º Enquanto o parcelamento estiver sendo regularmente cumprido, o respectivo executivo fiscal permanecerá com o seu andamento suspenso.

§3º. Os honorários advocatícios e custas judiciais e demais emolumentos decorrentes de ação de executivo fiscal será de responsabilidade do contribuinte adimplir, observarão a legislação específica vigente, não aplicando os descontos instituídos desta lei.

§ 4º. A execução fiscal somente será extinta, com o respectivo levantamento da penhora, se houver, após o pagamento integral do parcelamento e honorários advocatícios.

§ 5º. a competência para tratar da adesão ao programa relativamente a parcelamento de crédito ajuizado é da Procuradoria Geral do Município.

ARTIGO 4º - Será admitida a fruição dos benefícios previstos no Programa REFIS/PARANATINGA 2019.2 quando o valor do crédito tributário estiver garantido por bloqueio ou penhora em dinheiro, nos autos da respectiva execução, hipótese em que será observado o que segue:

I - O valor bloqueado ou penhorado será utilizado, na integralidade, para pagamento do crédito tributário e, em havendo saldo remanescente favorável à Fazenda Pública, poderá ser pago ou parcelado, nas condições do Programa REFIS/PARANATINGA 2019.2;

II - O saldo favorável ao sujeito passivo será restituído.

ARTIGO 5º. A adesão ao REFIS/PARANATINGA 2019 implica:

I – Na confissão irrevogável e irretratável dos débitos fiscais;

II – Na expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso administrativo ou judicial, bem como desistência dos já interpostos, relativamente à matéria cujo respectivo débito queira parcelar;

III - Desistência de eventuais ações ou embargos a execução fiscal, com renúncia ao direito sobre o qual se fundam nos autos judiciais respectivos e administrativos, além da comprovação do recolhimento de custas e encargos por ventura devidos;

IV – Aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas na presente Norma;

V – No compromisso de recolhimento dos respectivos tributos do exercício corrente;

ARTIGO 6º. O requerimento de adesão deverá ser apresentado:

I – Através de formulário próprio;

II – Distinto para cada tributo, com discriminação dos respectivos valores e numeração das ações executivas, quando existentes;

III – Assinado pelo devedor ou seu representante legal com procuração com poderes especiais para firmar parcelamentos;

IV – Instruído com:

a) Comprovante de pagamento das custas judiciais, honorários advocatícios e demais custas, no caso de execução fiscal;

b) Comprovante de pagamento das custas e emolumentos cartorários, nos casos de Protesto;

c) Cópia do Contrato Social ou Estatuto, com as respectivas alterações que permitam identificar os responsáveis pela gestão da empresa, quando se tratar de Pessoa Jurídica;

d) Instrumento de mandato, quando representado por procurador.

e) Em se tratando de Pessoa Física com documentos pessoais ou Instrumento de mandato, quando representado por procurador.

ARTIGO 7º. Constitui causa para exclusão do contribuinte do REFIS/PARANATINGA 2019.2, independente de Notificação, com a consequente revogação do parcelamento:

I – O atraso no pagamento de 02 (duas) parcelas consecutivas ou 03 (três) parcelas alternadas;

II – O descumprimento dos termos da presente Lei ou de qualquer intimação ou notificação efetuada no interesse de seu cumprimento;

III – A decretação da falência, ou recuperação judicial do sujeito passivo, quando pessoa jurídica;

IV – A cisão, fusão, incorporação ou transformação da pessoa jurídica, exceto se a nova sociedade ou a incorporadora permanecerem estabelecidas no Município e assumirem a responsabilidade solidária do REFIS/PARANATINGA 2019.2, não eximindo o contribuinte devedor da respectiva cobrança legal dos valores devidos;

V - A prática de qualquer ato ou procedimento tendente a omitir informações, a dirimir ou subtrair receita do contribuinte optante.

Parágrafo único - A exclusão das pessoas físicas ou jurídicas do Programa REFIS/PARANATINGA 2019.2 implicará na exigibilidade imediata da totalidade do crédito confessado e ainda não pagos, onde serão ser restabelecidos, em relação ao contrato, os valores originários das multas e dos juros dispensados e demais encargos legais, prosseguindo-se na cobrança do crédito tributário remanescente, bem como deverá ser promovida a inscrição em dívida ativa e adotados os demais atos necessários à execução do crédito tributário ou, se for a caso, à distribuição da execução ou à retomada do andamento da respectiva execução fiscal

ARTIGO 8º. O prazo para adesão ao REFIS/PARANATINGA 2019 será do período de 07 a 11 de outubro de 2019.

ARTIGO 9º. O presente REFIS poderá ser prorrogado, por igual período ou inferior, caso seja de interesse público, ou haja necessidade, a ser julgada pela Administração Pública, através de ato do Executivo do município.

ARTIGO 10º Os recursos para implementação e execução desta Lei correrão por conta do orçamento vigente do Município, ficando autorizado o Chefe do Poder Executivo, a realizar os remanejamentos e suplementações orçamentárias necessárias.

ARTIGO 11º A secretaria Municipal de Finanças e a Procuradoria Geral do Município poderão disciplinar os procedimentos e indispensáveis à aplicabilidade desta lei.

ARTIGO 12º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições e contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, em 01 de outubro de 2019.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
PORTARIA N.º 298/SLC/2019

ATO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL E SUPLENTE DE CONTRATO

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

Processo:O Presente Contrato é celebrado, tendo como base legal o Processo de Dispensa de Licitação nº 45/2019, a proposta adjudicada, tendo sido observadas as disposições contidas no com fulcro no artigo 24, Inciso II da Lei 8.666/9.

Objeto: Contratação de Empresa Especializada para a Aquisição de Painel Divisória e Kit Porta Divisória, com instalação inclusa, a pedido da Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Paranatinga-MT, com fulcro no artigo 24, Inciso II da Lei 8.666/93.

Contratado: VIDRAÇARIA SÃO LUIZ LTDA - ME, CNPJ: 07.120.121/0001-16.

Valor do Contrato: R$: **2.564,00**(Dois mil quinhentos e sessenta e quatro reais).

Vigência DO CONTRATO:10/09/2019 A 10/11/2019.

O Senhor **Josimar Marques Barbosa**, Prefeito Municipal de Paranatinga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

I – NOMEAR, a Servidora **Vanda Fernandes Soares,** Matrícula nº 1945, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Fiscal do Contrato nº **107/2019 - Portaria 298/SLC/2019,** que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme **Instrução Normativa SCL nº 006/2011** de 07 de Outubro de 2011, devendo ainda:

DA FISCALIZAÇÃO:

Cada secretaria requisitante indicará no projeto básico/solicitação ao servidor responsável pela gerência e fiscalização dos contratos pertinentes a sua pasta;

O servidor designado como fiscal deverá assinar no verso da nota fiscal, atestando e fiscalizando o recebimento do bem ou serviço e no caso de Obras a medição que deverá ser anexada a nota fiscal, e enviar relatório mensal ao setor de contratos, para análise do objeto pactuado no contrato.

OUTRAS LEGISLAÇÕES:

a) Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

g) Testar o funcionamento de equipamentos/serviços e registrar a conformidade em documento;

h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

i) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

j) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

k) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

l) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

m) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento.

II - Na ausência da servidora supra designada, fica designado como suplente o **Elso Pereira Martins,** Matrícula nº 1844, lotado e representando a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com eficácia a partir de 10 de setembro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA-MT, EM 01 DE OUTUBRO DE 2019.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO

Vanda Fernandes Soares e Elso Pereira Martins, declaram estar cientes da designação ora atribuídas, e das funções que são inerentes em razão da função.

Vanda Fernandes Soares

Fiscal de Contrato

Elso Pereira Martins

Suplente de Fiscal

LICITAÇÃO
PORTARIA N.º 299/SLC/2019

ATO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL E SUPLENTE DE CONTRATO

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

Processo:O Presente Contrato é celebrado, tendo como base legal o Processo de Dispensa de Licitação nº 46/2016, a proposta adjudicada, tendo sido observadas as disposições contidas no art. Artigo 24, Lei 8.666/93 alterada pelo DECRETO Nº 9.412/2018.

Objeto: Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Assessoria Técnica no procedimento Administrativo junto ao Departamento de Licitação, na Prefeitura Municipal de Paranatinga-MT, a fim de atender as Necessidades da Secretaria Municipal de Administração, com fulcro no Artigo 24 Inciso II da Lei 8.666/93 alterada pelo DECRETO Nº 9.412/2018.

Contratado: JOSÉ SANTANA DE OLIVEIRA - ME, CNPJ: 19.977.349/0001-06.

Valor do Contrato: R$: 15.000,00 (Quinze mil reais).

Vigência DO CONTRATO:24/09/2019 A 24/12/2019.

O Senhor **Josimar Marques Barbosa**, Prefeito Municipal de Paranatinga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

I – NOMEAR, o Servidor **Devenilson da Silva, Matrícula nº 5385**, lotado na Secretaria Municipal de Administração, Fiscal do Contrato nº **108/2019 - Portaria 299/SLC/2019,** que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme **Instrução Normativa SCL nº 006/2011** de 07 de Outubro de 2011, devendo ainda:

DA FISCALIZAÇÃO:

Cada secretaria requisitante indicará no projeto básico/solicitação ao servidor responsável pela gerência e fiscalização dos contratos pertinentes a sua pasta;

O servidor designado como fiscal deverá assinar no verso da nota fiscal, atestando e fiscalizando o recebimento do bem ou serviço e no caso de Obras a medição que deverá ser anexada a nota fiscal, e enviar relatório mensal ao setor de contratos, para análise do objeto pactuado no contrato.

OUTRAS LEGISLAÇÕES:

a) Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

g) Testar o funcionamento de equipamentos/serviços e registrar a conformidade em documento;

h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

i) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

j) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

k) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

l) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

m) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento.

II - Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente a Servidora **Beatriz Elisa Behnen**, **Matrícula nº 4003**, lotada na Secretaria Municipal de Administração.

III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com eficácia a partir de 24 de setembro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA-MT, EM 01 DE OUTUBRO DE 2019.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO

Devenilson da Silva e Beatriz Elisa Behnen, declaram estar cientes da designação ora atribuídas, e das funções que são inerentes em razão da função.

Devenilson da Silva

Fiscal de Contrato

Beatriz Elisa Behnen

Suplente de Fiscal

OUVIDORIA MUNICIPAL
LEI Nº 1811/2019

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITOS ADICIONAL ESPECIAL POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. "

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA, JOSIMAR MARQUES BARBOSA, FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA APROVOU E PROMULGOU, E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º -Fica o Executivo Municipal, autorizado a realizar abertura de CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, destinado a cobertura de despesa com Projeto de Atividade, para atender despesas nos termos do artigo 167, Inciso V, da Constituição Federal e Artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64, na forma discriminada:

Parágrafo I.:

Credito Adicional Especial.:

Órgão.: **10 - Secretaria Municipal de Transportes.**

Unidade.: **002 - Departamento de Transportes.**

Função.: **26 - Transporte.**

Sub Função.: **782 – Transporte Rodoviário.**

Programa.: **0004 – Estrada para Todos.**

Projeto/Atividade.: **1213 – Contrapartida Aquisição de Veículo Rodoviário.**

Elemento de Despesa.:

4490.52.00.00 Equipamento e Material Permanente.

Fonte.: 0.1.00.00000 – Recursos Ordinários.....R$ 112.333,33

Total.....R$ 112.333,33

ARTIGO 2º - Para dar cobertura ao crédito adicional especial aberto pelo artigo anterior serão utilizados os recursos oriundos de Excesso de Arrecadação do Exercício Corrente, conforme artigo 43, § 1º, inciso II da lei 4. 320/1964 e Resolução de Consulta nº 43/2008/TCE.

Parágrafo I – Excesso de:

Fonte.: 0.1.00.00000 – Recursos Ordinários.....R$ 112.333,33

Total.....R$ 112. 333,33

ARTIGO 3º -**Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.**

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, em 01 de outubro de 2019.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
LEI Nº 1802/2019

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITOS SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E TRANSPOSIÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. "

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA, JOSIMAR MARQUES BARBOSA, FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA APROVOU E PROMULGOU, E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º - Fica o Executivo Municipal, autorizado a realizar abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de 3,5% (três ponto cinco por cento) da despesa fixada, destinado a cobertura da despesa com Projeto de Atividade, para atender despesas nos termos do artigo 167, Inciso V, da Constituição Federal e Artigo 41 da Lei Federal nº 4.320/64:

ARTIGO 2º - Para dar cobertura ao crédito suplementar aberto pelo artigo anterior serão utilizados os recursos provenientes da transposição, remanejamento, anulação total ou parcial de dotações orçamentárias, de um órgão para outro e de uma categoria econômica de despesa para outra.

ARTIGO 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo à 02 de setembro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, em 01 de outubro de 2019.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
LEI COMPLEMENTAR N° 1804/2019

"Alterar o art. 2° da Lei Municipal Nº 1350/2016 que "Institui o Conselho Regulador dos Serviços de Água e Esgotos do Município de Paranatinga-MT e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA-MT, SR. JOSIMAR MARQUES BARBOSA, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Esta Lei altera a redação da Lei Municipal nº 1350/2016.

Art. 2º Fica alterado o art. 2º da referida Lei, que passa a ter a seguinte redação:

"Art. 2º- O Conselho Regulador será composto por 09 (nove) membros representantes do Poder Público e da sociedade civil organizada, obedecendo à seguinte proporcionalidade:

I – 02 (dois) representantes do Poder Executivo Municipal;

II – 01 (hum) representante do Poder Legislativo Municipal;

III – 01 (hum) representante da Concessionária;

IV – 04 (três) representante dos usuários indicados por Instituições representativas da sociedade;

V – 01 (hum) representante do Departamento de Vigilância Sanitária;

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga/MT, 01 de outubro de 2019.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
PORTARIA N.º 294/SLC/2019

ATO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL E SUPLENTE DE CONTRATO

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

Processo:O Presente Contrato é celebrado, tendo como base legal o Processo de Inexigibilidade 17/2019, em Conformidade com o Artigo 25 Inciso I da lei 8.666/93 e Termo de Permissão para Exploração de Serviços Funerários de 29/12/2008.

Objeto: O presente processo de Inexigibilidade de licitação tem por objeto a Contratação de Empresa Especializada emServiços Funerários (Sepultamento), em conformidade com o Artigo 25, Inciso I da LEI 8.666/93 e Termo de Permissão para Exploração de Serviços Funerários de 29/12/2008,atendendo as Necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social de Paranatinga-MT.

Contratado: N C Neto – ME, CNPJ: 03.252.145/0001-78.

Valor do Contrato: R$: 25.800,00(Vinte e cinco mil e oitocentos reais).

Vigência DO CONTRATO:03/09/2019 A 01/11/2019.

O Senhor **Josimar Marques Barbosa**, Prefeito Municipal de Paranatinga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

I – NOMEAR a Servidora **Vanessa Godoi de Souza, Matrícula nº 4189**, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, Fiscal do Contrato nº 103/2019 - **Portaria 294/SLC/2019,** que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme **Instrução Normativa SCL nº 006/2011** de 07 de Outubro de 2011, devendo ainda:

DA FISCALIZAÇÃO:

Cada secretaria requisitante indicará no projeto básico/solicitação ao servidor responsável pela gerência e fiscalização dos contratos pertinentes a sua pasta;

O servidor designado como fiscal deverá assinar no verso da nota fiscal, atestando e fiscalizando o recebimento do bem ou serviço e no caso de Obras a medição que deverá ser anexada a nota fiscal, e enviar relatório mensal ao setor de contratos, para análise do objeto pactuado no contrato.

OUTRAS LEGISLAÇÕES:

a) Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

g) Testar o funcionamento de equipamentos/serviços e registrar a conformidade em documento;

h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

i) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

j) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

k) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

l) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

m) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento.

II - Na ausência da servidora supra designada, fica designada como suplente o **Leonir Filisbino Goncalves Morbeck, Matrícula nº 6032**, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com eficácia a partir de 03 de setembro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA-MT, EM 01 DE OUTUBRO DE 2019.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO

Vanessa Godoi de Souza e Leonir Filisbino Goncalves Morbeck, declaram estar cientes da designação ora atribuídas, e das funções que são inerentes em razão da função.

Vanessa Godoi de Souza

Fiscal de Contrato

Leonir Filisbino Goncalves Morbeck

Suplente de Fiscal

OUVIDORIA MUNICIPAL
LEI Nº 1805/2019

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITOS ADICIONAL ESPECIAL POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. "

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA, JOSIMAR MARQUES BARBOSA, FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA APROVOU E PROMULGOU, E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º -Fica o Executivo Municipal, autorizado a realizar abertura de CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, destinado a cobertura de despesa com Projeto de Atividade, para atender despesas nos termos do artigo 167, Inciso V, da Constituição Federal e Artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64, na forma discriminada:

Parágrafo I.:

Credito Adicional Especial.:

Órgão.: **10 - Secretaria Municipal de Transportes.**

Unidade.: **002 - Departamento de Transportes.**

Função.: **26 - Transporte.**

Sub Função.: **782 – Transporte Rodoviário.**

Programa.: **0004 – Estrada para Todos.**

Projeto/Atividade.: **1214 – Contrapartida Aquisição de Veículo Rodoviário.** Elemento de Despesa.:

4490.52.00.00 Equipamento e Material Permanente.

Fonte.: 0.1.00.00000 – Recursos Ordinários..... R$ 52.333,33

Total..... **R$ 52.333,33**

ARTIGO 2º - Para dar cobertura ao crédito adicional especial aberto pelo artigo anterior serão utilizados os recursos oriundos de Excesso de Arrecadação do Exercício Corrente, conforme artigo 43, § 1º, inciso II da lei 4.320/1964 e Resolução de Consulta nº 43/2008/TCE.

Parágrafo I – Excesso de:

Fonte.: 0.1.00.00000 – Recursos Ordinários..... R$ 52.333,33

Total..... **R$ 52.333,33**

ARTIGO 3º -**Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.**

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, em 01 de outubro de 2019.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA CONJUNTA Nº 012/2019/GS/SME/SEDUC

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SRª. ARLINDA BARBOSA DE ARRUDA VIAN E PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas e, considerando as exigências da Lei de Diretrizes e Base da Educação, procede a organização das matrículas das Unidades de Ensino Público do Município de Paranatinga/MT, para o ano de 2020.

RESOLVE: Artigo 1º - CONSTITUIR, Comissão Conjunta formada pelos profissionais abaixo relacionados, para que sob a coordenação do primeiro e do segundo, procedam ao Reordenamento/Redimensionamento da Rede Pública de Ensino Público do Município de Paranatinga/MT, com o objetivo de garantir qualidade ao atendimento em 2020. Nome Função / Órgão

Arlinda Barbosa de Arruda Vian - Secretária Municipal de Educação / SME

Raquel Gonçalves dos Reis - Assessora Pedagógica / SEDUC

Franciane Lima Cavalcante Teza - Representante SME

Eliara Priscila Andrade da Mata - Representante SME

Janaina Menezes de Souza - Representante SME

Nelir Renostro Heinen - Representante SME

Vicência Paula Moreira da Silva - Representante SME

Francisca Moreira Braga - Representante SME

Leila Minatto Gomes - Representante Conselho Mun. Educação

Renato Serrano da Costa - Representante SEDUC

Daniela Neuberger - Representante SEDUC

Maria de Fatima da Silva Lima - Representante SEDUC

Sandra Maria Muler de Souza - Representante SEDUC

Elis Regina Forgiarini - Representante SEDUC

Elessandra Glória de Souza - Representante SEDUC

Jaeni Zulmiro de Faria Miranda - Representante SINTEP LOCAL

Artigo 2º- Determina que as decisões decorrentes do processo de Organização Escolar sejam acatadas e cumpridas pelas Equipes Gestoras das Unidades de Ensino Estaduais e Municipais de Paranatinga/MT. **Artigo 3º** - A referida comissão deverá iniciar seus trabalhos após a assinatura desta Portaria, no prazo de 30 (trinta) dias apresentando quadro de atendimento da Demanda Escolar para o ano letivo de 2020. **Artigo 4º - Após a finalização dos trabalhos o relatório final deverá ser encaminhado a Coordenadoria de Microplanejamento e Estrutura Escolar – SUGT/SEDUC, a qual deliberará sobre o caso. Artigo 5º** - Esta Portaria entra em vigor a partir de sua assinatura, revogando-se as disposições contrárias. **REGISTRADA PUBLICADA CUMPRA-SE**

Paranatinga/MT, 25 de Setembro de 2019.

ARLINDA **B**ARBOSA DE **A**RRUDA **V**IAN **R**AQUEL **G**ONÇALVES DOS **R**EIS

***S**ECRETÁRIA **M**UNICIPAL DE **E**DUCAÇÃO **A**SSESSORA **P**EDAGÓGICA*

***P**ORTARIA 429/2017*

LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE VALOR N° 01 AO CONTRATO N° 105/2019

Aditivo nº 01 ao Contrato 105/2019 – Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratado **J. CAVALHEIRO COMÉRCIO - ME, CNPJ 16. 990.682/0001-67**. Objeto: a Contratação de Empresa Especializada para Aquisição de Combustível (Óleo Diesel S10), atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Transportes do Município de Paranatinga - MT, sendo com Recursos do FETHAB, com fulcro no artigo 24, Inciso IV da Lei 8.666/93. Justificava jurídica: importante salientar que os aumentos dos combustíveis são determinados pela **PETROBRÁS**, e a empresa vencedora **J. CAVALHEIRO – COMERCIO – ME** demostrou através das notas fiscais. Salientar-se que a empresa está sofrendo prejuízo em relação ao **CONTRATO 105/2019 – DISPENSA DE LICITAÇÃO 44/2019,** conforme demostrados nas notas fiscais, uma vez que diante do aumento do combustível informado a mesma não pode suportar o mesmo sem o repasse

do referido aumento ao consumidor. Importante ainda, informar que a atualização do valor dos referidos combustíveis deverá valer a partir da data de 24/09/2019 conforme comprovam as notas fiscais junto ao requerimento da empresa. Justifica-se a retroatividade do referido parecer, em função do rápido e sucessivo aumento de valores dos combustíveis no país, que ocorrem de forma rápida e sem aviso prévio. Sendo assim o aumento de 4,27%, passando o valor de R$: 3,84 para R$: 4,01. Departamento de Licitações e Contratos, em 24 de setembro de 2019.

LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DO REEQUILÍBRIO FINANCEIRO Nº 01 A ATA DE REGISTRO DE PREÇO 064/2019

PREGÃO PRESENCIAL 064/2019

Onde se lê:

REEQUILÍBRIO FINANCEIRO Nº 01 A ATA DE REGISTRO DE PREÇO 064/2019

PREGÃO PRESENCIAL 064/2019

Reequilíbrio Financeiro nº 01 a Ata de Registro de Preço nº 064/2019 – Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratada: **J. CAVALHEIRO COMÉRCIO - ME, CNPJ 16.990.682/0001-67.** Objeto: o Registro de preço para Futura e Eventual Aquisição de Combustíveis (Óleo Diesel Comum, Óleo Diesel S10, Gasolina, Etanol), atendendo as necessidades da Secretaria de administração e demais Secretarias do Município de Paranatinga - MT**.** Conforme especificações contidas no ANEXO I e Termo de Referência do respectivo Edital. Justificativa jurídica: Salienta-se que a empresa está sofrendo prejuízo em relação ao Pregão Presencial nº 064/2019, conforme demostrado nas notas fiscais anexo ao requerimento, uma vez que, diante dos aumentos dos combustíveis informados a mesma não pode suportar os mesmos sem repasse do referido aumento ao consumo. Justifica-se a retroatividade do referido parecer, em função do rápido e sucessivo aumento de valores dos combustíveis no país, que ocorrem de forma rápida e sem aviso prévio. Vigência até a data do dia 12/09/2020.

Seq.	Item	Descrição	Unidade	Valor Homologado (R$)	Valor Aditivado (R$)
1	20327	GASOLINA - Combustível produzido por processo de refino de petróleo ou formulado por meio da mistura de correntes provenientes do refino de petróleo, destinado aos veículos automotivos dotados de motores isento de componentes	LITRO	R$: 4,28	R$: 4,39 - 2,56%
2	346514	OLEO DIESEL COMUM - Possui uma coloração incolor a amarelada, podendo alterar para marrom e alaranjada devido à coloração do biodiesel. Se comercializado como diesel S500 apresenta coloração vermelha	LITRO	R$: 3,71	R$: 3,86 – 4,59%
3	346513	OLEO DIESEL S10 - Combustível aspecto limpido e isento de impurezas, cor incolor a amarelo. enxofre total de max 10 mg/kg	LITRO	R$: 3,80	R$: 3,97 – 4,28%

Departamento de Licitações e Contratos, em 16 de setembro de 2019.

Leia se:

REEQUILÍBRIO FINANCEIRO Nº 01 A ATA DE REGISTRO DE PREÇO 064/2019

PREGÃO PRESENCIAL 064/2019

Reequilíbrio Financeiro nº 01 a Ata de Registro de Preço nº 064/2019 – Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratada: **J. CAVALHEIRO COMÉRCIO - ME, CNPJ 16.990.682/0001-67.** Objeto: o Registro de preço para Futura e Eventual Aquisição de Combustíveis (Óleo Diesel Comum, Óleo Diesel S10, Gasolina, Etanol), atendendo as necessidades da Secretaria de administração e demais Secretarias do Município de Paranatinga - MT**.** Conforme especificações contidas no ANEXO I e Termo de Referência do respectivo Edital. Justificativa jurídica: Salienta-se que a empresa está sofrendo prejuízo em relação ao Pregão Presencial nº 064/2019, conforme demostrado nas notas fiscais anexo ao requerimento, uma vez que, diante dos aumentos dos combustíveis informados a mesma não pode suportar os mesmos sem repasse do referido aumento ao consumo. Justifica-se a retroatividade do referido parecer, em função do rápido e sucessivo aumento de valores dos combustíveis no país, que ocorrem de forma rápida e sem aviso prévio. Vigência até a data do dia 12/09/2020.

Seq.	Item	Descrição	Unidade	Valor Homologado (R$)	Valor Aditivado (R$)
1	20327	GASOLINA - Combustível produzido por processo de refino de petróleo ou formulado por meio da mistura de correntes provenientes do refino de petróleo, destinado aos veículos automotivos dotados de motores isento de componentes	LITRO	R$: 4,28	R$: 4,39 - 2,56%
2	346514	OLEO DIESEL COMUM - Possui uma coloração incolor a amarelada, podendo alterar para marrom e alaranjada devido à coloração do biodiesel. Se comercializado como diesel S500 apresenta coloração vermelha	LITRO	R$: 3,71	R$: 3,86 – 4,59%
3	346513	OLEO DIESEL S10 - Combustível aspecto limpido e isento de impurezas, cor incolor a amarelo. enxofre total de max 10 mg/kg	LITRO	R$: 3,80	R$: 3,97 – 4,28%

Departamento de Licitações e Contratos, em 17 de setembro de 2019.

OUVIDORIA MUNICIPAL
LEI Nº 1807/2019

"INCLUI NA LEI Nº 1650/2018 E NOS SEUS RESPECTIVOS ANEXOS - LDO PARA 2.019, O PROGRAMA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS. "

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA, JOSIMAR MARQUES BARBOSA, FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA APROVOU E PROMULGOU, E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º -Fica o Executivo Municipal, autorizado a realizar abertura de CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, destinado a cobertura de despesa com Projeto de Atividade, para atender despesas nos termos do artigo 167, Inciso V, da Constituição Federal e Artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64, na forma discriminada:

Parágrafo I.:

Credito Adicional Especial.:

Órgão.: **10 - Secretaria Municipal de Transportes.**

Unidade.: **002 - Departamento de Transportes.**

Função.: **26 - Transporte.**

Sub Função.: **782 – Transporte Rodoviário.**

Programa.: **0004 – Estrada para Todos.**

Projeto/Atividade.: **1213 – Contrapartida Aquisição de Veículo Rodoviário.**

Elemento de Despesa.:

4490.52.00.00 Equipamento e Material Permanente.

Fonte.: 0.1.00.00000 – Recursos Ordinários.....R$ 112.333,33

Total.....R$ 112.333,33

ARTIGO 2º - Para dar cobertura ao crédito adicional especial aberto pelo artigo anterior serão utilizados os recursos oriundos de Excesso de Arrecadação do Exercício Corrente, conforme artigo 43, § 1º, inciso II da lei 4. 320/1964 e Resolução de Consulta nº 43/2008/TCE.

Parágrafo I – Excesso de:

Fonte.: 0.1.00.00000 – Recursos Ordinários.....R$ 112.333,33

Total.....R$ 112. 333,33

ARTIGO 3º -**Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.**

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, em 01 de outubro de 2019.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
REEQUILÍBRIO FINANCEIRO Nº 02 A ATA DE REGISTRO DE PREÇO 064/2019

PREGÃO PRESENCIAL 064/2019

Reequilíbrio Financeiro nº 02 a Ata de Registro de Preço nº 064/2019 – Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratada: **J. CAVALHEIRO COMÉRCIO - ME, CNPJ 16.990.682/0001-67.** Objeto: o Registro de preço para Futura e Eventual Aquisição de Combustíveis (Óleo Diesel Comum, Óleo Diesel S10, Gasolina, Etanol), atendendo as necessidades da Secretaria de administração e demais Secretarias do Município de Paranatinga - MT**.** Conforme especificações contidas no ANEXO I e Termo de Referência do respectivo Edital. Justificativa jurídica: Salienta-se que a empresa está sofrendo prejuízo em relação ao Pregão Presencial nº 064/2019, conforme demostrado nas notas fiscais anexo ao requerimento, uma vez que, diante dos aumentos dos combustíveis informados a mesma não pode suportar os mesmos sem repasse do referido aumento ao consumo. Importante ainda, informar que a atualização do valor dos referidos combustíveis deverá valer a partir da data de 30/09/2019 conforme comprovam as notas fiscais junto ao requerimento da empresa. Justifica-se a retroatividade do referido parecer, em função do rápido e sucessivo aumento de valores dos combustíveis no país, que ocorrem de forma rápida e sem aviso prévio. Vigência até a data do dia 12/09/2020.

Seq.	Item	Descrição	Unidade	Valor Homologado (R$)	Valor Aditivado (R$)
1	20327	GASOLINA - Combustível produzido por processo de refino de petróleo ou formulado por meio da mistura de correntes provenientes do refino de petróleo, destinado aos veículos automotivos dotados de motores isento de componentes	LITRO	R$: 4,28	R$: 4,39 - 2,56%

Departamento de Licitações e Contratos, em 30 de setembro de 2019.

OUVIDORIA MUNICIPAL
LEI Nº 1806/2019

"INCLUI NOS ANEXOS DO PLANO PLURIANUAL – PPA 2018/2021, LEI Nº 1508/2017, O PROGRAMA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS. "

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA, JOSIMAR MARQUES BARBOSA, FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA APROVOU E PROMULGOU, E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º -Fica o Executivo Municipal, autorizado a realizar abertura de CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, destinado a cobertura de despesa com Projeto de Atividade, para atender despesas nos termos do artigo 167, Inciso V, da Constituição Federal e Artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64, na forma discriminada:

Parágrafo I.:

Credito Adicional Especial.:

Órgão.: **10 - Secretaria Municipal de Transportes.**

Unidade.: **002 - Departamento de Transportes.**

Função.: **26 - Transporte.**

Sub Função.: **782 – Transporte Rodoviário.**

Programa.: **0004 – Estrada para Todos.**

Projeto/Atividade.: **1213 – Contrapartida Aquisição de Veículo Rodoviário.**

Elemento de Despesa.:

4490.52.00.00 Equipamento e Material Permanente.

Fonte.: 0.1.00.00000 – Recursos Ordinários.....R$ 112.333,33

Total.....R$ 112.333,33

ARTIGO 2º - Para dar cobertura ao crédito adicional especial aberto pelo artigo anterior serão utilizados os recursos oriundos de Excesso de Arrecadação do Exercício Corrente, conforme artigo 43, § 1º, inciso II da lei 4. 320/1964 e Resolução de Consulta nº 43/2008/TCE.

Parágrafo I – Excesso de:

Fonte.: 0.1.00.00000 – Recursos Ordinários.....R$ 112.333,33

Total.....R$ 112. 333,33

ARTIGO 3º -Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, em 01 de outubro de 2019.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 301/2019 DE 01 DE OUTUBRO DE 2019.

PORTARIA N° 301/2019 DE 01 DE OUTUBRO DE 2019.

'DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DE PARANATINGA PARA O CARGO EFETIVO DE BIOQUÍMICO/FARMACÊUTICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O JOSIMAR MARQUES BARBOSA, Prefeito Municipal de Paranatinga Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e considerando a:

Aprovação para o cargo de Bioquímico/Farmacêutico, no Concurso Público n° 001/2015 realizado no dia 05 de julho de 2015.

R E S O L V E

1 – Nomear a **Srª. LAIS BEZERRA BURIOL ROSAS**, portador (a) do RG Nº 1799054-8 SESP/MT, CPF Nº 014.473.811-22, para desempenhar o Cargo de **BIOQUÍMICO/FARMACÊUTICO**, com regime de 40:00 (quarenta) horas de trabalho semanais, por ter sido aprovado no concurso público n° 001/2015, percebendo para tanta as vantagens previstas no PCCS.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

3 – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, 01 de outubro de 2019.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

Prefeito Municipal

T E R M O D E P O S S E

O Sr. **JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, no uso de suas atribuições legais e para os fins a que alude o Artigo 37, item 2 da Constituição Federal vigente, confere o presente **TERMO DE POSSE** a:

SRª. LAIS BEZERRA BURIOL ROSAS,portador (a) do RG n° 1799054-8 SESP/MT e do CPF nº 014.473.811-22, por ter sido aprovado (a) no **CONCURSO PÚBLICO** n° 001/2015 homologado em 21 de agosto de 2015, através do Decreto Municipal n° 1147/2015, ao qual se submeteu para o Cargo Público de **BIOQUÍMICO/FARMACÊUTICO**em conformidade com a Portaria de Nomeação n° 301/2019 de 01 de outubro de 2019.

_____

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

Prefeito Municipal

_____

LAIS BEZERRA BURIOL ROSAS

Bioquímico/Farmacêutico

O presente termo de Posse encontra-se registrado no histórico funcional do (a) servidor (a).

Paranatinga-MT, 01 de outubro de 2016.

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 202/2019 DE 26 DE JUNHO DE 2019.

PORTARIA N° 202/2019 DE 26 DE JUNHO DE 2019.

O Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, **SR**. **JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, no uso e gozo das suas atribuições legais,

RESOLVE:

I – Regularizar Secretaria/Departamento dos servidores da VISA:

Marlene Bendita da Silva Nascimento; Marli Terezinha da Silva; Sonilse Regina Ramos; Valéria Borges Alves de Lima; Wilson Batista Klein; Letícia Soares Vaz de Souza.

II – Promover o servidor **Uenison Gomes Guimarães– Bioquímico/Farmacêutico,** para a Classe B Nível 02;

III – Remover a servidora **Dinalva Martins dos Anjos – Agente de Serviços Gerais,** para a Sec. Assist. Social - FMAS;

IV – Remover a servidora **Lidia da Silva – Professora,** para a Sec. Mun. Educação – Fundeb 60% Infantil;

V – Autorizar conforme o Estatuto do Servidor Público Lei nº 24/97 Auxílio Doença ao servidor **Hélio Silva Ferreira – Pintor,** a partir de 21 de junho de 2019;

VI – Autorizar conforme o Estatuto do Servidor Público Lei nº 24/97 Auxílio Doença a servidora **Iva Bruno Borges – Professora,** a partir de 06 de junho de 2019;

VII – Autorizar conforme o Estatuto do Servidor Público Lei nº 24/97 Auxílio Doença ao servidor **Luiz Carlos Leorato – Operador de Máquinas Rodoiárias,** a partir de 06 de junho de 2019;

VIII – Autorizar conforme o Estatuto do Servidor Público Lei nº 24/97 Auxílio Doença a servidora **Ednéia Maria da Silva– Auxiliar em Saúde Bucal,** a partir de 23 de junho de 2019;

IX – Autorizar conforme o Estatuto do Servidor Público Lei nº 24/97 Auxílio Doença ao servidor **Onésimo Alves de Menezes – Assistente Social,** a partir de 15 de junho de 2019;

X – Autorizar conforme o Estatuto do Servidor Público Lei nº 24/97 Auxílio Doença ao servidor **Francisco Pontes da Silva – Chefe de Divisão de Esporte,** a partir de 24 de junho de 2019;

XI – Retornar conforme o Estatuto do Servidor Público Lei nº 24/97 da Licença Maternidade a servidora **Joice Arantes dos Santos – Apoio Administrativo Educacional I - TDI,** a partir do dia 27 de junho de 2019;

XII – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, 26 de junho de 2019.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 108/2019

Contrato nº. 108/2019 – **CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Paranatinga; **CONTRATADA: JOSÉ SANTANA DE OLIVEIRA - ME**, **CNPJ: 19.977.349/0001-06**. Objeto: a Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Assessoria Técnica no procedimento Administrativo junto ao Departamento de Licitação, na Prefeitura Municipal de Paranatinga-MT, a fim de atender as Necessidades da Secretaria Municipal de Administração, com fulcro no Artigo 24 Inciso II da Lei 8.666/93 alterada pelo DECRETO Nº 9.412/2018. Valor**: R$: 15.000,00 (Quinze mil reais).** Vigência: **24/09/2019 A 24/12/2019**. Departamento de Licitações e Contratos, em 01 de outubro de 2019.

OUVIDORIA MUNICIPAL
LEI Nº 1808/2019

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITOS ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. "

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA, JOSIMAR MARQUES BARBOSA, FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA APROVOU E PROMULGOU, E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º - Fica o Executivo Municipal, autorizado a realizar abertura de CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR por Anulação e Suplementação, destinado a cobertura da despesa com Projeto de Atividade, para atender despesas da Câmara Municipal de Paranatinga, nos termos do artigo 167, Inciso V, da Constituição Federal e Artigo 41 da Lei Federal nº 4.320/64, na forma discriminada:

Nº. ORGÃO/UNID. ORÇAMENTARIA/PROJETO/ELEMENTO DA DESPESA VALOR

01	CAMARA MUNICIPAL. CAMARA MUNICIPAL. Manutenção e Encargos com Câmara Municipal. Fonte.: 0.1.00.00000 – Recursos Ordinários. 01.001.01.031.0002.2002.3190.11.00.00.....	R$ 8. 312,11
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO.....	**R$ 8. 312,11**

ARTIGO 2º - Para dar cobertura ao crédito suplementar aberto pelo artigo anterior serão utilizados os recursos provenientes da transposição, remanejamento, anulação total ou parcial de dotações orçamentárias, de um órgão para outro e de uma categoria econômica de despesa para outra.

Parágrafo II – Anulação de :

Nº. ORGÃO/UNID. ORÇAMENTARIA/PROJETO/ELEMENTO DA DESPESA VALOR

01	Gabinete do Prefeito. Gabinete do Prefeito. Manutenção e Enc. com o Gab. do Prefeito e Departamentos. Fonte.: 0.1.00.00000 – Recursos Ordinários. 02.001.04.122.0001.2004.3390.39.00.00.....	R$ 8. 312,11
	TOTAL DA ANULAÇÃO.....	**R$ 8. 312,11**

ARTIGO 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação dia, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, em 01 de outubro de 2019.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 227/2019 DE 25 DE JULHO DE 2019.

PORTARIA N° 227/2019 DE 25 DE JULHO DE 2019.

O Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, **SR**. **JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, no uso e gozo das suas atribuições legais,

RESOLVE:

I – Remover o servidor **Ivo José de Oliveira - Motorista de Veículo Pesado**, para a Secretaria Municipal de Saúde – Pronto Atendimento;

II – Autorizar conforme o Estatuto do Servidor Público Lei nº 24/97 Auxílio Doença a servidora **Geroni Augusta de Jesus Oliveira – Apoio Administrativo Educacional I,** a partir de 12 de julho de 2019;

III – Retornar conforme o Estatuto do Servidor Público Lei nº 24/97 do Auxílio Doença o servidor **Hélio Silva Ferreira – Pintor,** a partir do dia 19 de julho de 2019;

IV – Autorizar conforme o Estatuto do Servidor Público Lei nº 24/97 Auxílio Doença a servidora **Viviane Fassícolo Durão – Agente Administrativo II,** a partir de 10 de julho de 2019;

V – Retornar conforme o Estatuto do Servidor Público Lei nº 24/97 do Auxílio Doença o servidor **Luiz Carlos Leorato – Operador de Máquinas Rodoviárias,** a partir do dia 06 de julho de 2019;

VI – Autorizar conforme o Estatuto do Servidor Público Lei nº 24/97 Auxílio Doença a servidora **Edineia Santos do Amaral Gomes – Apoio Administrativo Educacional I,** a partir de 19 de julho de 2019;

VII – Retornar conforme o Estatuto do Servidor Público Lei nº 24/97 do Auxílio Doença a servidora **Amélia Lopes Martins – Professora,** a partir do dia 18 de julho de 2019;

VIII – Autorizar conforme o Estatuto do Servidor Público Lei nº 24/97 Auxílio Doença ao servidor **José Carlos de Souza – Apoio Administrativo Educacional I,** a partir de 13 de julho de 2019;

IX – Retornar conforme o Estatuto do Servidor Público Lei nº 24/97 da Licença para Tratar de Interesse Particular o servidor **Lindomar Galbiati – Motorista de Veículo Pesado,** a partir do dia 01 de julho de 2019;

X – Autorizar conforme o Estatuto do Servidor Público Lei nº 24/97 Auxílio Doença ao servidor **Clemerson Rodolfo Furtado da Silva – Agente de Mão de Obra Pesada,** a partir de 24 de julho de 2019;

XI – Retornar conforme o Estatuto do Servidor Público Lei nº 24/97 do Auxílio Doença a servidora **Edinete Clementina da Silva– Auxiliar em Saúde Bucal,** a partir do dia 01 de julho de 2019;

XII – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, 25 de julho de 2019.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 074/2019

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através do pregoeiro nomeado pela portaria nº 009 de 15 de janeiro de 2019, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, pela modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 074/2019**, regido pela Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, subsidiariamente à Lei nº 8.666/93 (e suas alterações posteriores), Decreto Federal 3.555 de 08 de Agosto de 2000, que regulamenta o Pregão e Decreto Municipal nº 1005/2014, Decreto nº 1452/2018 e Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006 que Institui o Estatuto Nacional da ME da EPP. Objeto: o Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Medicamentos, Materiais de Consumo e Materiais Permanentes para Odontologiaatendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Paranatinga – MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I e Termo de Referência do respectivo Edital. Data de abertura **14/10/2019**, segunda-feira **às 09:00h (horário Brasília**). O Edital e os seus Anexos poderão ser retirados no site da Prefeitura **www.paranatinga.mt.gov.br** - **www.bll.org.br**ou na sede da Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT, Sito Av. Brasil, nº 1900 – Centro, mais Informações pelo e-mail: **edital.ptga@hotmail.com** ou Telefone 66 3573-1329/1756. Horário de atendimento é de segunda a sexta-feira das **07 às 11h (Horário Local)**. Pregoeiro Devenilson da Silva, em 01 de outubro de 2019.

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 257/2019 DE 22 DE AGOSTO DE 2019.

PORTARIA N° 257/2019 DE 22 DE AGOSTO DE 2019.

O Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, **SR**. **JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, no uso e gozo das suas atribuições legais,

RESOLVE:

I – Regularizar a Secretaria/Departamento da servidora **Maria Aparecida da Silva - Professora**, para a Secretaria Municipal de Educação – Fundeb 60%;

II – Remover a servidora **Solange Renostro – Professora,** para a Secretaria Municipal de Educação – Ens. Fundamental 25%;

III – Remover o servidor **Vinicius Lima da Silva – Eletricista de Rede,** para a Secretaria Municipal de Educação – Ens. Fundamental 25%;

IV – Remover o servidor **Edelson Stefani – Agente Administrativo I,** para a Secretaria Municipal de Finanças;

V – Remover a servidora **Maria de Fátima Oliveira – Agente de Limpeza Pública I,** para a Secretaria Municipal de Obras;

VI – Retornar conforme o Estatuto do Servidor Público Lei nº 24/97 do Auxílio Doença a servidora **Geroni Augusta de Jesus Oliveira – Apoio Administrativo Educacional I,** a partir do dia 11 de agosto de 2019;

VII – Retornar conforme o Estatuto do Servidor Público Lei nº 24/97 do Auxílio Doença a servidora **Iva Bruno Borges – Professora,** a partir do dia 04 de agosto de 2019;

VIII – Retornar conforme o Estatuto do Servidor Público Lei nº 24/97 do Auxílio Doença a servidora **Viviane Fassicolo Durão – Agente Administrativo II,** a partir do dia 09 de agosto de 2019;

IX – Autorizar conforme o Estatuto do Servidor Público Lei nº 24/97 Auxílio Doença a servidora **Cléia Loiola de Sousa – Professora,** a partir de 29 de agosto de 2019;

X – Autorizar conforme o Estatuto do Servidor Público Lei nº 24/97 Auxílio Doença a servidora **Valdelice da Silva Barreira– Professora,** a partir de 23 de agosto de 2019;

XI – Retornar conforme o Estatuto do Servidor Público Lei nº 24/97 da Licença Maternidade a servidora **Elza Araújo dos Santos – Agente de Serviços Gerais,** a partir do dia 01 de agosto de 2019;

XII – Autorizar conforme o Estatuto do Servidor Público Lei nº 24/97 Auxílio Doença o servidor **Arlindo de Almeida Silva– Professor,** a partir de 27 de agosto de 2019;

XIII – Retornar conforme o Estatuto do Servidor Público Lei nº 24/97 do Auxílio Doença a servidora **Marinete Félix da Silva – Agente de Limpeza Pública I,** a partir do dia 26 de agosto de 2019;

XIV – Retornar conforme o Estatuto do Servidor Público Lei nº 24/97 da Licença Maternidade a servidora **Eliadina Pedzadarutuo– Apoio Administrativo Educacional I - Merendeira,** a partir do dia 01 de agosto de 2019;

XV – Retornar conforme o Estatuto do Servidor Público Lei nº 24/97 da Licença Maternidade a servidora **Lucilene Souza do Nascimento – Apoio Administrativo Educacional I - TDI,** a partir do dia 15 de agosto de 2019;

XVI – Autorizar conforme o Estatuto do Servidor Público Lei nº 24/97 Auxílio Doença a servidora **Maria Pereira Silva Magalhães– Professora,** a partir de 16 de agosto de 2019;

XVII – Retornar conforme o Estatuto do Servidor Público Lei nº 24/97 do Auxílio Doença o servidor **Oseas Alves de Menezes– Apoio Administrativo Educacional I - Vigia,** a partir do dia 01 de agosto de 2019;

XVIII – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, 22 de agosto de 2019.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 067/2019

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através do pregoeiro nomeado pela portaria nº 009 de 15 de janeiro de 2019, torna público para conhecimento dos interessados a homologação da Licitação pela modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 067/2019**, regido pela lei 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal n°1.005/2014, subsidiada pela Lei 8.666/93, tendo por Objeto: o Registro de Preços para Futura e Eventual **Aquisição de Tubos de Concreto Armado (Manilhas) e Aduelas/Galerias, Com Recursos Próprios e Recursos do Fethab**, atendendo à solicitação da Secretaria Municipal de Transportes e Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos de Paranatinga – MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I e Termo de Referência do respectivo Edital. Empresa Vencedora:

NOME DA EMPRESA	CNPJ DA EMPRESA	VALOR TOTAL
NASCIMENTO & SANTOS LTDA - ME	18.741.829/ 0001-00	R$: 950. 750,00

Em 01 de outubro de 2019. Pregoeiro Devenilson da Silva.

OUVIDORIA MUNICIPAL
LEI Nº 1809/2019

"INCLUI NA LEI Nº 1650/2018 E NOS SEUS RESPECTIVOS ANEXOS - LDO PARA 2.019, O PROGRAMA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.. "

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA, JOSIMAR MARQUES BARBOSA, FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA APROVOU E PROMULGOU, E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º -Fica o Executivo Municipal, autorizado a realizar abertura de CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, destinado a cobertura de despesa com Projeto de Atividade, para atender despesas nos termos do artigo 167, Inciso V, da Constituição Federal e Artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64, na forma discriminada:

Parágrafo I.:

Credito Adicional Especial.:

Órgão.: **10 - Secretaria Municipal de Transportes.**

Unidade.: **002 - Departamento de Transportes.**

Função.: **26 - Transporte.**

Sub Função.: **782 – Transporte Rodoviário.**

Programa.: **0004 – Estrada para Todos.**

Projeto/Atividade.: **1214 – Contrapartida Aquisição de Veículo Rodoviário.** Elemento de Despesa.:

4490.52.00.00 Equipamento e Material Permanente.

Fonte.: 0.1.00.00000 – Recursos Ordinários..... R$ 52. 333,33

Total..... **R$ 52.333,33**

ARTIGO 2º - Para dar cobertura ao crédito adicional especial aberto pelo artigo anterior serão utilizados os recursos oriundos de Excesso de Arrecadação do Exercício Corrente, conforme artigo 43, § 1º, inciso II da lei 4. 320/1964 e Resolução de Consulta nº 43/2008/TCE.

Parágrafo I – Excesso de:

Fonte.: 0.1.00.00000 – Recursos Ordinários..... R$ 52. 333,33

Total..... **R$ 52.333,33**

ARTIGO 3º -Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, em 01 de outubro de 2019.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
LEI Nº 1810/2019

"INCLUI NOS ANEXOS DO PLANO PLURIANUAL – PPA 2018/2021, LEI Nº 1508/2017, O PROGRAMA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA, JOSIMAR MARQUES BARBOSA, FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA APROVOU E PROMULGOU, E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º -Fica o Executivo Municipal, autorizado a realizar abertura de CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, destinado a cobertura de despesa com Projeto de Atividade, para atender despesas nos termos do artigo 167, Inciso V, da Constituição Federal e Artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64, na forma discriminada:

Parágrafo I.:

Credito Adicional Especial.:

Órgão.: **10 - Secretaria Municipal de Transportes.**

Unidade.: **002 - Departamento de Transportes.**

Função.: **26 - Transporte.**

Sub Função.: **782 – Transporte Rodoviário.**

Programa.: **0004 – Estrada para Todos.**

Projeto/Atividade.: **1214 – Contrapartida Aquisição de Veículo Rodoviário.** Elemento de Despesa.:

4490.52.00.00 Equipamento e Material Permanente.

Fonte.: 0.1.00.00000 – Recursos Ordinários..... R$ 52.333,33

Total..... **R$ 52.333,33**

ARTIGO 2º - Para dar cobertura ao crédito adicional especial aberto pelo artigo anterior serão utilizados os recursos oriundos de Excesso de Arrecadação do Exercício Corrente, conforme artigo 43, § 1º, inciso II da lei 4.320/1964 e Resolução de Consulta nº 43/2008/TCE.

Parágrafo I – Excesso de:

Fonte.: 0.1.00.00000 – Recursos Ordinários..... R$ 52.333,33

Total..... **R$ 52.333,33**

ARTIGO 3º -Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, em 01 de outubro de 2019.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

DECRETO Nº 147/2019 - PROGRESSÃO FUNCIONAL OUTUBRO/2019

01 DE OUTUBRO DE 2019

Dispõe sobre concessão de progressão funcional conforme o disposto no artigo 55 da Lei Municipal 075/98 e artigos 11 e seguintes da Lei Municipal 079/98 e dá outras providências.

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PEDRA PRETA-MT, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 55 da Lei Municipal nº 075/98 regulamentado pela Lei 351/2003 e artigos 11 e seguintes da Lei Municipal 079/98, que tratam da Progressão Funcional;

CONSIDERANDO o Art. 34ª do PCCS (Plano de Cargo, Carreira e Salário);

CONSIDERANDO a efetivação correspondente ao mês de outubro/2019;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Progressão Funcional aos servidores:

PROGRESSÃO VERTICAL - OUTUBRO/2019						
Nº	**MAT.**	**NOME**	**DATA DE ADM.**	**CARGO**	**CLASSE/NÍVEL ATUAL**	**CLASSE NÍVEL A PROGREDIR**
1	4425	Cicera de Lima Feitosa	01/10/2012	Contínua/Merendeira	C/07	C/08
2	4213	Delma de Farias Biassi	04/10/2011	Contínua/Merendeira	C/08	C/09
3	4218	Enedina Oliveira de Souza	04/10/2011	Contínua/Merendeira	C/08	C/09
4	4427	Gilmar da Silva	02/10/2012	Ag. de Vigilância	C/07	C/08
5	4214	Lucia Aparecida Bueno da Silva	04/10/2011	Contínua/Merendeira	C/08	D/09
6	140	Nermir do Carmo A. Jesus	26/10/1994	Contínua/Merendeira	A/25	A/26
7	3880	Odair Borges Guedes Júnior	14/10/2010	Ag. Administ.	A/09	A/10
8	4215	Onilda Ribeiro Nascimento	04/10/2011	Contínua/Merendeira	C/08	C/09
9	4216	Ozilda Gregório Ferreira	04/10/2011	Contínua/Merendeira	C/08	C/09
10	4428	Silvia Desiderio Cruz	15/10/2012	Ag. Administ.	A/07	A/08
11	4217	Silvia Ferreira de Melo	04/10/2011	Contínua/Merendeira	C/08	C/09
12	171	Valdemir Rodrigues Pereira	11/10/1994	Motorista	A/25	A/26

Art. 2º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MT.

AO PRIMEIRO DIA DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE 2019.

JUVENAL PEREIRA BRITO Prefeito

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 026/2019

O Prefeito Municipal de Pedra Preta - MT, no uso de suas atribuições legais, regimentais e com fundamento no inciso VI, do art.43, da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores, e conforme o que consta no Edital **Pregão Presencial SRP 026/2019**;

RESOLVE:

HOMOLOGAR: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (CESTA BÁSICA) PARA ATENDER AS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL E ECONÔMICA, DE FORMA TEMPORÁRIA CADASTRADAS, NOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS VINCULADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO ANEXO I DO EDITAL.

ADJUDICAR: os objetos licitados das empresas abaixo relacionadas, que se sagraram vencedoras do certame acima mencionado.

Razão Social: **COMERCIAL FORS LTDA** Inscrita no CNPJ**: 19.013.650/0001-08** com endereço na Av. Bandeirantes, Nº 2096 – Bairro Centro – Rondonópolis - MT – CEP: 78700-200 - fone: (66) 9647 - 4379 / (66) 3411 - 1929 e e-mail: financeiro@papelariaperpetuosocorro.com.br.

VALOR DA PROPOSTA

Item	Cod.	Qtd	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitario	Valor Total
06	41591	1000	PACOTE	CAFE TORRADO E MOÍDO, 100% PURO, EMBALAGEM A VÁCUO DE 500G, DE PRIMEIRA QUALIDADE, COM SELO DE PUREZA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDUSTRIA DO CAFÉ - ABIC. O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE E ATENDER A PORTARIA 451/97 DO MINISTERIO DA SAUDE E A RESOLUÇAO	Cabloco	**R$ 6,24**	**R$ 6. 240,00**
08	32952	1000	UND	EXTRATO DE TOMATE CONCENTRADO, EMBALAGEM CONTENDO 340 G, ÍNTEGRA, ISENTA DE AR, GÁS, AMASSADOS E/OU MICROFUROS, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO.	Fujini	**R$ 1,50**	**R$ 1. 500,00**
09	34956	1000	PACOTE	FEIJÃO CARIOQUINHA, TIPO 1, EMBALAGEM CONTENDO 1.0 KG COM IDENTIFICAÇAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO, COM REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTERIO DA SAUDE.	Vila Nova	**R$ 3,39**	**R$ 3. 390,00**
12	60364	1000	PACOTE	MACARRAO, TIPO ESPAGUETE, Nº 02, MASSA COM OVOS, EMBALAGEM CONTENDO 500 G, IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LÍQUIDO.	Dallas	**R$ 1,59**	**R$ 1. 590,00**
13	48167	1000	FRASC	OLEO DE SOJA, COMESTIVEL, PURO, REFINADO, SEM COLESTEROL, RICO EM VITAMINA E. EMBALAGEM COM 900 ML, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO.	Concordia	**R$ 2,65**	**R$ 2. 650,00**

VALOR TOTAL DOS ITENS PARA A EMPRESA COMERCIAL FORS LTDA: R$ 15.370,00 (Quinze mil trezentos e setenta reais)

Razão Social: **COMPREAKI COM. VAREJ. DE ALIMENTOS EIRELI ME** Inscrita no CNPJ**: 29.316.501/0001-63** com endereço na Rua Dom Pedro II, Nº 1284, Quadra IV, Lote 6 – Bairro Lot. Cellos – Rondonopolis - MT – CEP: 78720-085 - fone: (66) 3425 - 4303 / (66) 9626 - 9007 e e-mail: avant. contabil@hotmail.com .

VALOR DA PROPOSTA

Item	Cod.	Qtd	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitario	Valor Total
11	55329	500	UND	GOIABADA, BARRA, EMBALAGEM COM 400 GR, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VAIDADE E PESO LIQUIDO, DE ACORDO COM A RESOLUCAO 12/78 DA CNNPA.	Val	**R$ 1,35**	**R$ 675,00**

VALOR TOTAL DOS ITENS PARA A EMPRESA MARCOS S BIUDES: R$ 675,00 (Seiscentos e setenta e cinco)

Razão Social: **GUERRA DE OLIVEIRA SANTOS & CIA LTDA** Inscrita no CNPJ**: 09.166.609/0001-00** com endereço na Avenida Frei Servacio, Nº 194 – Bairro Centro – Pedra Preta - MT – CEP: 78795-000 - fone: (66) 99910 - 0828 / (66) 99953 - 9443 e e-mail: tatiany.arrudas@gmail.com .

VALOR DA PROPOSTA

Item	Cod.	Qtd	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitario	Valor Total
04	41917	1000	PACOTE	BISCOITO, DOCE, TIPO MAISENA, COMPOSIÇÃO BÁSICA(FARINHA DE TRIGO, GORDURA VEGETAL, SAL, AÇUCAR E OUTRAS SUBSTÂNCIAS PERMITIDAS), LIVRE DE GORDURA TRANS, VALIDADE MÍNIMA 05 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, EMBALAGEM COM 400 G, COM IDENTIFICAÇAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO.	Dallas	**R$ 2,50**	**R$ 2. 500,00**

VALOR TOTAL DOS ITENS PARA A EMPRESA GUERRA DE OLIVEIRA SANTOS & CIA LTDA: R$ 2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais)

Razão Social: **W R DA SILVA & L R DA SILVA LTDA** Inscrita no CNPJ**: 07.546.100/0001-67** com endereço na Avenida Aparecida de Santina, Nº 262 – Bairro Cidade Viva – Pedra Preta - MT – CEP: 78795-000 - fone: (66) 3486 - 2817.

VALOR DA PROPOSTA

Item	Cod.	Qtd	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitario	Valor Total
01	39105	1000	PACOTE	AÇUCAR CRISTALIZADO, BRANCO, SACAROSE DE CANA-DE AÇÚCAR; EMBALAGEM DE 2,0 KG CADA, EM POLIETILENO, CONTENDO DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE. O PRODUTO DEVERÁ TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E ATENDER A PORTARIA 451/97 DO MINISTERIO DA SAUDE E A RESOLUCAO 12/78 DA COMISSAO NACIONAL DE NORMAS E PADROES PARA ALIMENTOS - CNNPA.	Doce Dia	**R$ 3,09**	**R$ 3. 090,00**
05	41582	1000	PACOTE	BISCOITO, TIPO CREAM CRACKER, DE PRIMEIRA QUALIDADE, LIVRE DE GORDURA TRANS, EMBALAGEM DUPLA COM 800G, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LÍQUIDO.	Le Petit	**R$ 6,25**	**R$ 6. 250,00**
07	34928	1000	KG	CENOURA, DE PRIMEIRA, APRESENTANDO GRAU DE MATURACAO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR MANIPULÁCAO, O TRANSPORTE E A CONSERVACAO EM CONDICOES ADEQUADAS PARA O CONSUMO. COM AUSENCIA DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS, DE ACORDO COM A RESOLUCAO 12/78 DA CNNPA.	Hort Futt	**R$ 2,29**	**R$ 2. 290,00**
10	59548	1000	PACOTE	FUBA DE MILHO, ESPECIAL, PACOTE COM 500GR. EMBALAGEM COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO.	Mika	**R$ 1,45**	**R$ 1. 450,00**
14	34960	12000	UND	OVOS BRANCOS, UNIDADES DE 50 G; EMBALAGEM COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE E PRAZO DE VALIDADE. O PRODUTO DEVERÁ TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E/OU MINIST.DA SAÚDE.	Granja Primavera	**R$ 0,26**	**R$ 3. 120,00**
15	46703	1000	PACOTE	SAL REFINADO IODADO COMUM, PARA CONSUMO DOMESTICO, ISENTO DE UMIDADE, GRUMOS E SUJIDADES, ASPECTO CLARO, LIMPO; EMBALAGEM DE POLIETILENO TRANSPARENTE, COM NO MINIMO 1,0 KG, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO, COM REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTERIO DE SAUDE.	Sal leve	**R$ 0,89**	**R$ 890,00**

VALOR TOTAL DOS ITENS PARA A EMPRESA W R DA SILVA & L R DA SILVA LTDA: R$ 17.090,00 (Dezessete mil e noventa reais)

Proceda - se a Contratação dos vencedores do certame**:**

COMERCIAL FORS LTDA Inscrita no CNPJ**: 19.013.650/0001-08** com endereço na Av. Bandeirantes, Nº 2096 – Bairro Centro – Rondonópolis - MT – CEP: 78700-200 - fone: (66) 9647 - 4379 / (66) 3411 - 1929 e e-mail: financeiro@papelariaperpetuosocorro.com.br.

COMPREAKI COM. VAREJ. DE ALIMENTOS EIRELI ME Inscrita no CNPJ**: 29.316.501/0001-63** com endereço na Rua Dom Pedro II, Nº 1284, Quadra IV, Lote 6 – Bairro Lot. Cellos – Rondonopolis - MT – CEP: 78720-085 - fone: (66) 3425 - 4303 / (66) 9626 - 9007 e e-mail: avant.contabil@hotmail.com

GUERRA DE OLIVEIRA SANTOS & CIA LTDA Inscrita no CNPJ**: 09.166.609/0001-00** com endereço na Avenida Frei Servacio, Nº 194 – Bairro Centro – Pedra Preta - MT – CEP: 78795-000 - fone: (66) 99910 - 0828 / (66) 99953 - 9443 e e-mail: tatiany.arrudas@gmail.com

W R DA SILVA & L R DA SILVA LTDA Inscrita no CNPJ**: 07.546.100/0001-67** com endereço na Avenida Aparecida de Santina, Nº 262 – Bairro Cidade Viva – Pedra Preta - MT – CEP: 78795-000 - fone: (66) 3486 - 2817.

Pedra Preta - MT, 01 de Outubro de 2019.

_____

JUVENAL PEREIRA BRITO

PREFEITO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP N°. 044/2019 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME'S E EPP'S

A Chefe do Departamento de Licitação e Contratos da Prefeitura Municipal de Pedra Preta, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar a licitação a seguir caracterizada:

Modalidade: **Pregão Presencial - SRP nº 044/2019**

Objeto:Registro de Preço para futura e eventual contratação do tipo Menor Preço, Contratação de Empresa Especializada no Transporte, Tratamento e Destinação Final dos Resíduos Sólidos Hospitalares do Grupo "A", "B" e "E", DEFINIDOS NA Resolução CONAMA Nº 358/2015, para atender a Demanda do Hospital Municipal, PSFs, Vigilância Sanitária e Almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Pedra Preta – MT,conforme especificações, exigências estabelecidas no Anexo I - Termo de Referencia.

Data da Abertura: Dia 15/10/2019 às 09hrs30min.

O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Federal nº 8.666/1993, e suas alterações posteriores que lhe foram introduzidas. O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Pedra Preta, localizada na Av. Fernando Correa da Costa, 940, Centro, no horário de expediente (13:00h às 17:00h) e no site da Prefeitura Municipal de Pedra Preta www.pedrapreta.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas pelo e-mail: licitacao@pedrapreta.mt.gov.br.

Pedra Preta - MT, 01 de Outubro de 2019.

PAULA CRISTIANE MORAES PEREIRA

Chefe do Departamento de Licitação

PORTARIA Nº 499/2019 - EXONERAÇÃO WELITON WAGNER GARCIA

01 DE OUTUBRO DE 2019

Dispõe sobre EXONERAÇÃO a Pedido do Servidor Público Municipal **e** dá outras providências;

JUVENAL PEREIRA BRITO, Prefeito Do Município De Pedra Preta, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o recebimento do Ofício nº 078/2019/PGM, apresentado a Secretaria de Administração,

RESOLVE:

ART. 1º - Exonerar a Pedido o Servidor WELITON WAGNER GARCIA, ocupante do cargo de Procurador Geral do Município de Pedra Preta – MT.

ART.2º **-** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MT.

AO PRIMEIRO DIA DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE 2019.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria

Publicada no Diário Oficial AMM

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 046/2019

O Prefeito Municipal de Pedra Preta - MT, no uso de suas atribuições legais, regimentais e com fundamento no inciso VI, do art.43, da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores, e conforme o que consta no Edital **Pregão Presencial SRP 046/2019**;

RESOLVE:

HOMOLOGAR: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (CESTA BÁSICA) PARA ATENDER AS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL E ECONÔMICA, DE FORMA TEMPORÁRIA CADASTRADAS, NOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS VINCULADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO ANEXO I DO EDITAL.

ADJUDICAR: os objetos licitados das empresas abaixo relacionadas, que se sagraram vencedoras do certame acima mencionado.

Razão Social: **GUERRA DE OLIVEIRA SANTOS & CIA LTDA** Inscrita no CNPJ**: 09.166.609/0001-00** com endereço na Avenida Frei Servacio, Nº 194 – Bairro Centro – Pedra Preta - MT – CEP: 78795-000 - fone: (66) 99910 - 0828 / (66) 99953 - 9443 e e-mail: tatiany.arrudas@gmail.com .

VALOR DA PROPOSTA

Item	Cod.	Qtd	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitario	Valor Total
01	39096	1000	PACOTE	ARROZ BRANCO, SUBGRUPO POLIDO, CLASSE LONGO FINO, TIPO 1, EMBALAGEM CONTENDO 5 KG, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO, COM REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTÉRIO DA SAUDE.	Bela Vitta	**R$ 12,86**	**R$ 12. 860,00**
02	34953	1000	KG	BATATA MONALISA, DE PRIMEIRA APRESENTADO GRAU DE MATURACAO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULACAO O TRANSPORTE E A CONSERVACAO EM CONDICOES ADEQUADAS PARA O CONSUMO. COM AUSENCIA DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS, DE ACORDO COM A RESOLUCAO 12/78 DA CNNPA.	Hortifruti	**R$ 3,95**	**R$ 3. 950,00**

VALOR TOTAL DOS ITENS PARA A EMPRESA GUERRA DE OLIVEIRA SANTOS & CIA LTDA: R$ 16.810,00 (Dezesseis mil oitocentos e dez reais)

Proceda - se a Contratação dos vencedores do certame**:**

GUERRA DE OLIVEIRA SANTOS & CIA LTDA Inscrita no CNPJ**: 09.166.609/0001-00** com endereço na Avenida Frei Servacio, Nº 194 – Bairro Centro – Pedra Preta - MT – CEP: 78795-000 - fone: (66) 99910 - 0828 / (66) 99953 - 9443 e e-mail: tatiany.arrudas@gmail.com

Pedra Preta - MT, 01 de Outubro de 2019.

_____

JUVENAL PEREIRA BRITO

PREFEITO

DECRETO Nº 148/2019 - PROGRESSÃO FUNCIONAL

01 DE OUTUBRO DE 2019

Dispõe sobre concessão de progressão funcional conforme o disposto no artigo 55 da Lei Municipal 075/98 e artigos 11 e seguintes da Lei Municipal 079/98 e dá outras providências.

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PEDRA PRETA-MT, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 55 da Lei Municipal nº 075/98 regulamentado pela Lei 351/2003 e artigos 11 e seguintes da Lei Municipal 079/98, que tratam da Progressão Funcional;

CONSIDERANDO o Art. 34º do PCCS (Plano de Cargo, Carreira e Salário);

CONSIDERANDO a progressão funcional horizontal de escolaridade apresentada;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Progressão (HORIZONTAL) ao servidor:

Nº	Matricula	Nome	Admissão	Cargo	Classe/nível atual	Classe nível a progredir
1	5268	Dayanne de Souza Tavares dos Santos	15/09/2016	Monitora	A/03	B/03
2	5273	Edinéia Calabrese Silva	15/09/2016	Monitora	A/03	B/03
3	5262	Juraíde Maria dos Santos Bastiani	15/09/2016	Monitora	A/03	B/03
4	5265	Maria das Dores Costa Silva	15/09/2016	Monitora	A/03	B/03
5	5260	Maria Regina Quirino Alves	14/09/2016	Monitora	A/03	B/03
6	5259	Rithyene Gomes da Silva	14/09/2016	Monitora	A/03	B/03

Art. 2º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MT.

AO PRIMEIRO DIA DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE 2019.

JUVENAL PEREIRA BRITO Prefeito

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial.

DECRETO N.º 146/2019 - ALTERA VENCIMENTO PARCELA UNICA IPTU

01 DE OUTUBRO DE 2019.

"Dispõe sobre alteraçao de vencimento da Parcela Unica do **IPTU/2019 (Imposto Predial e Territorial Urbano)** e dá outras providências.

JUVENAL PEREIRA BRITO, Prefeito do Município de Pedra Preta - MT, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO Oficio recebido da Secretaria de Finanças solicitando novo prazo para o pagamento da Parcela Única do IPTU/2019,

D E C R E T A:

Art. 1º - O Vencimento da Parcela Única do **IPTU/2019 (Imposto Predial e Territorial Urbano)** passa a ser 31/10/2019.

Art. 2º - Esse Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA-MATO GROSSO

AO PRIMEIRO DIA DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE 2019.

JUVENAL PEREIRA BRITO

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

EXTRATO CONTRATO N° 167/2019

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **GATIVA CONSTRUCOES EIRELI EPP**

O presente Contrato é para: "FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO DESTINADO A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM VIAS E LOGRADOUROS E MATERIAL ELETRICO DESTINADO A OBRA DE AMPLIAÇÃO E EXPANSÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DAS AVENIDAS LIONS E ROTARY INTERNACIONAL CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHAS, PROJETOS E TERMO DE REFERÊNCIA".

Para efeito de comprometimento de recursos as partes estimam o valor global do presente Contrato em **18.070,00 (dezoito mil e setenta reais).**

O prazo de vigência do presente Contrato seráde 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma da lei.

Peixoto de Azevedo-MT, 13 de Setembro de 2019.

EXTRATO CONTRATO N° 166/2019

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **MASTER LED MATERIAIS ELETRICOS EIRELI ME**

O presente Contrato é para: "FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO DESTINADO A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM VIAS E LOGRADOUROS E MATERIAL ELETRICO DESTINADO A OBRA DE AMPLIAÇÃO E EXPANSÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DAS AVENIDAS LIONS E ROTARY INTERNACIONAL CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHAS, PROJETOS E TERMO DE REFERÊNCIA".

Para efeito de comprometimento de recursos as partes estimam o valor global do presente Contrato em **R$ 600.814,78 (Seiscentos mil, oitocentos e quatorze reais e setenta e oito centavos).**

O prazo de vigência do presente Contrato seráde 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma da lei.

Peixoto de Azevedo-MT, 13 de Setembro de 2019.

EXTRATO CONTRATO N° 165/2019

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **COXIPO MATERIAIS ELETRICOS LTDA ME**

O presente Contrato é para: "FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO DESTINADO A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM VIAS E LOGRADOUROS E MATERIAL ELETRICO DESTINADO A OBRA DE AMPLIAÇÃO E EXPANSÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DAS AVENIDAS LIONS E ROTARY INTERNACIONAL CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHAS, PROJETOS E TERMO DE REFERÊNCIA".

Para efeito de comprometimento de recursos as partes estimam o valor global do presente Contrato em **R$ 45.174,16 (Quarenta e cinco mil, cento e setenta e quatro reais e dezesseis centavos).**

O prazo de vigência do presente Contrato seráde 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma da lei.

Peixoto de Azevedo-MT, 13 de Setembro de 2019.

PORTARIA Nº 1.361 DE 18 DE SETEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre a nomeação de Servidor constante do quadro de funcionários do município para "Fiscalização de Contratos"

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO - MT, **MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE,

RESOLVE:

ART. 1º - Designar os servidores: **LENILTON MARDINE NETO**,matrícula Nº **7702 (fiscal titular)** e **GLEYVIA SILVINO DA SILVA**, matrícula Nº **7572 (fiscal suplente),** representantes da Secretaria de Obras, para atuarem como fiscais, ao Contrato nº **168/2019**, referente a contratação da Empresa **CONSTRUTORA JURUENA LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº **04. 292.274/0001-52**, com sede na Rua Esmeralda Nº 607, Bairro Bosque da Saúde, Cuiabá – MT, CEP 78050-000, contratada por esta Administração de acordo com as leis vigentes de contratações, que tem como objeto "**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA CONSTRUÇÃO DE UMA QUADRA POLIESPORTIVA COBERTA NO DISTRITO DE UNIÃO DO NORTE, CONFORME CONVÊNIO 863554/2017, PROJETOS, MEMORIAIS DESCRITIVOS E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS EM ANEXO".**

ART. 2º - Constituiatribuiçõesdo profissional designado para esta fiscalização:

I – Acompanhar o cumprimento das disposições contratuais e propor a adoção de providências legais e necessárias que se fizerem necessárias na hipótese do não cumprimento das cláusulas contratuais;

II – Emitir, quando solicitado, Parecer Técnico, manifestando qualquer alteração no descumprimento do contrato, seja pelo contratante ou pelo contratado para fins de adequações e punições necessárias;

III – Manifestar-se quanto à oportunidade e a conveniência da prorrogação do contrato, com 60 dias de antecedência do encerramento da vigência, instruindo e justificando sua prorrogação, repactuação, supressão, reajustes financeiros, termos aditivos, quando for o caso, visando manter o equi-

líbrio econômico-financeiro sem prejuízos à execução do objeto contratado;

ART. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário, podendo ser revogada a qualquer tempo a critério da autoridade competente.

Gabinete do Prefeito de Peixoto de Azevedo – MT, em 18 de setembro de 2019.

MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

PUBLICADO
EM____/___/___
Resp._____

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 061/2018

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratada: **V. FERRI – PRODUÇÕES ARTISTICAS - EPP**

O presente Contrato é para: **"FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NECESSÁRIOS ÀS ATIVIDADES CORRELACIONADAS E DE SUPORTE PARA PROMOÇÃO DE EVENTOS FESTIVOS A SEREM PROMOVIDOS PELO MUNICIPIO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA"**

1 - Fica alterada a **CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:** Fica acrescentado ao valor inicial, o valor de **R$ 44.970,00 (quarenta e quatro mil novecentos e setenta reais)**, passando o Contrato ao valor total de **R$ 341.725,00 (trezentos e quarenta e um mil setecentos e vinte e cinco reais)**.

2 - Fica atualizada a **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:** As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta de recursos oriundos do orçamento do Município, à conta da seguinte rubrica orçamentária**: 126 e 246**

Peixoto de Azevedo-MT, 05 de setembro de 2019.

PORTARIA Nº 1.306 DE 13 DE SETEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre a nomeação de Servidor constante do quadro de funcionários do município para "Fiscalização de Contratos"

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO - MT, **MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE,

RESOLVE:

ART. 1º - Designar os servidores: **ADRIANA GONÇALVES PINHEIRO OJEDA**,matrícula Nº **2924 (fiscal titular)** e **RAIMUNDA BARBOSA DA SILVA**, matrícula Nº **2927 (fiscal suplente),** representantes da Secretaria de Educação**, UELEN PELISSARI**,matrícula Nº **7683 (fiscal titular)** e **MAURA PEDROSO MARINHO**, matrícula Nº **2858 (fiscal suplente),** representantes da Secretaria de Assistência Social, **MESSIAS GOMES DE SOUZA**,matrícula Nº **7803 (fiscal titular)** e **DANIEL OLIVEIRA COSTA**, matrícula Nº **6808 (fiscal suplente)** representantes da Secretaria de Saúde, **SÓSTENES ÁQUILA SILVA PINHEIRO**,matrícula Nº **7565 (fiscal titular)** e **SAULO GOMES INTERAMINENSE**, matrícula Nº **8238 (fiscal suplente)**, representantes da Secretaria de Administração, para atuarem como fiscais, ao Contrato nº **163/2019**, referente a contratação da Empresa **FAMAC ACABAMENTOS E DECORACOES LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº **05.161.520/0001-08**, com sede na Perimetral Sudeste Nº 11063 – CENTRO - SORRISO – MT – CEP: 78890-000, contratada por esta Administração de acordo com as leis vigentes de contratações, que tem como objeto **"ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 294/2018 do PREGÃO ELETRONICO 134/2018 SRP- ORIUNDO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA INSTALAÇÃO E AQUISIÇÃO DE DIVISÓRIAS, BANCADAS, FORRO EM GESSO, PRATELEIRAS, VIDROS E OUTROS MATERIAIS PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE PEIXOTO DE AZEVEDO**.

ART. 2º - Constituiatribuiçõesdo profissional designado para esta fiscalização:

I – Acompanhar o cumprimento das disposições contratuais e propor a adoção de providências legais e necessárias que se fizerem necessárias na hipótese do não cumprimento das cláusulas contratuais;

II – Emitir, quando solicitado, Parecer Técnico, manifestando qualquer alteração no descumprimento do contrato, seja pelo contratante ou pelo contratado para fins de adequações e punições necessárias;

III – Manifestar-se quanto à oportunidade e a conveniência da prorrogação do contrato, com 60 dias de antecedência do encerramento da vigência, instruindo e justificando sua prorrogação, repactuação, supressão, reajustes financeiros, termos aditivos, quando for o caso, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro sem prejuízos à execução do objeto contratado;

ART. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário, podendo ser revogada a qualquer tempo a critério da autoridade competente.

Gabinete do Prefeito de Peixoto de Azevedo – MT, em 13 de setembro de 2019.

MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

PUBLICADO
EM____/___/___
Resp._____

PORTARIA Nº 1.305 DE 10 DE SETEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre a nomeação de Servidor constante do quadro de funcionários do município para "Fiscalização de Contratos"

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO - MT, **MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE,

RESOLVE:

ART. 1º - Designar os servidores: **ALBARI JOSÉ DO NASCIMENTO**,matrícula Nº **1460 (fiscal titular)** e **PERIVALDO GOMES DA SILVA**, matrícula Nº **6894 (fiscal suplente),** para atuarem como fiscais, ao Contrato nº **162/2019**, referente a contratação da Empresa **WIMSN SERRALHERIA E SERVIÇOS EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº **26.574.309/0001-89**, com sede a Rua Presidente Prudente, Nº 38 – Bom Jesus – Diamantino – MT, contratada por esta Administração de acordo com as leis vigentes de contratações, que tem como objeto **"ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 023/2018 – ORIUNDO DO PREGÃO PRESENCIAL 022/2018 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA/MT, PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE PONTO DE ÔNIBUS, LIXEIRA DE TAMANHO GRANDE E LIXEIRÃO PARA COLETA DE LIXO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO-MT, ESPECIFICADOS NOS ITENS DO TERMO DE**

REFERÊNCIA, DO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 022/2018, QUE É PARTE INTEGRANTE DESTE CONTRATO, ASSIM COMO A PROPOSTA VENCEDORA, INDEPENDENTEMENTE DE TRANSCRIÇÃO".

ART. 2º - Constituiatribuiçõesdo profissional designado para esta fiscalização:

I – Acompanhar o cumprimento das disposições contratuais e propor a adoção de providências legais e necessárias que se fizerem necessárias na hipótese do não cumprimento das cláusulas contratuais;

II – Emitir, quando solicitado, Parecer Técnico, manifestando qualquer alteração no descumprimento do contrato, seja pelo contratante ou pelo contratado para fins de adequações e punições necessárias;

III – Manifestar-se quanto à oportunidade e a conveniência da prorrogação do contrato, com 60 dias de antecedência do encerramento da vigência, instruindo e justificando sua prorrogação, repactuação, supressão, reajustes financeiros, termos aditivos, quando for o caso, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro sem prejuízos à execução do objeto contratado;

ART. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário, podendo ser revogada a qualquer tempo a critério da autoridade competente.

Gabinete do Prefeito de Peixoto de Azevedo – MT, em 10 de setembro de 2019.

MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

PUBLICADO
EM____/___/___
Resp._____

PORTARIA Nº 1.309 DE 13 DE SETEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre a nomeação de Servidor constante do quadro de funcionários do município para "Fiscalização de Contratos"

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO - MT, **MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE,

RESOLVE:

ART. 1º - Designar os servidores: **CLEIBCESAR LOPES DE OLIVEIRA**,matrícula Nº **7796 (fiscal titular)** e **LEANDRO DE OLIVEIRA LIMA**, matrícula Nº **5681 (fiscal suplente),** representantes da Secretaria de Obras, para atuarem como fiscais, ao Contrato nº **166/2019**, referente a contratação da Empresa **MASTER LED MATERIAIS ELETRICOS EIRELI ME,** inscrita no CNPJ sob o nº **27.927.653/0001-77**, com sede na Rua R5, N 105, QD R07, LT 9-A, SETOR OESTE , GOIANIA – GOIAS 74.125-070, contratada por esta Administração de acordo com as leis vigentes de contratações, que tem como objeto **"FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO DESTINADO A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM VIAS E LOGRADOUROS E MATERIAL ELETRICO DESTINADO A OBRA DE AMPLIAÇÃO E EXPANSÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DAS AVENIDAS LIONS E ROTARY INTERNACIONAL CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHAS, PROJETOS E TERMO DE REFERÊNCIA".**

ART. 2º - Constituiatribuiçõesdo profissional designado para esta fiscalização:

I – Acompanhar o cumprimento das disposições contratuais e propor a adoção de providências legais e necessárias que se fizerem necessárias na hipótese do não cumprimento das cláusulas contratuais;

II – Emitir, quando solicitado, Parecer Técnico, manifestando qualquer alteração no descumprimento do contrato, seja pelo contratante ou pelo contratado para fins de adequações e punições necessárias;

III – Manifestar-se quanto à oportunidade e a conveniência da prorrogação do contrato, com 60 dias de antecedência do encerramento da vigência, instruindo e justificando sua prorrogação, repactuação, supressão, reajustes financeiros, termos aditivos, quando for o caso, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro sem prejuízos à execução do objeto contratado;

ART. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário, podendo ser revogada a qualquer tempo a critério da autoridade competente.

Gabinete do Prefeito de Peixoto de Azevedo – MT, em 13 de setembro de 2019.

MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

PUBLICADO
EM____/___/___
Resp._____

PORTARIA Nº 1.310 DE 13 DE SETEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre a nomeação de Servidor constante do quadro de funcionários do município para "Fiscalização de Contratos"

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO - MT, **MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE,

RESOLVE:

ART. 1º - Designar os servidores: **CLEIBCESAR LOPES DE OLIVEIRA**,matrícula Nº **7796 (fiscal titular)** e **LEANDRO DE OLIVEIRA LIMA**, matrícula Nº **5681 (fiscal suplente),** representantes da Secretaria de Obras, para atuarem como fiscais, ao Contrato nº **167/2019**, referente a contratação da Empresa **GATIVA CONSTRUCOES EIRELI EPP,** inscrita no CNPJ sob o nº **24.528.636/0001-79**, com sede na Rua Coronel Botelho nº 226-A – Parte D – Centro - Nossa Senhora do Livramento – MT, contratada por esta Administração de acordo com as leis vigentes de contratações, que tem como objeto **"FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO DESTINADO A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM VIAS E LOGRADOUROS E MATERIAL ELETRICO DESTINADO A OBRA DE AMPLIAÇÃO E EXPANSÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DAS AVENIDAS LIONS E ROTARY INTERNACIONAL CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHAS, PROJETOS E TERMO DE REFERÊNCIA".**

ART. 2º - Constituiatribuiçõesdo profissional designado para esta fiscalização:

I – Acompanhar o cumprimento das disposições contratuais e propor a adoção de providências legais e necessárias que se fizerem necessárias na hipótese do não cumprimento das cláusulas contratuais;

II – Emitir, quando solicitado, Parecer Técnico, manifestando qualquer alteração no descumprimento do contrato, seja pelo contratante ou pelo contratado para fins de adequações e punições necessárias;

III – Manifestar-se quanto à oportunidade e a conveniência da prorrogação do contrato, com 60 dias de antecedência do encerramento da vigência,

instruindo e justificando sua prorrogação, repactuação, supressão, reajustes financeiros, termos aditivos, quando for o caso, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro sem prejuízos à execução do objeto contratado;

ART. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário, podendo ser revogada a qualquer tempo a critério da autoridade competente.

Gabinete do Prefeito de Peixoto de Azevedo – MT, em 13 de setembro de 2019.

MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

PUBLICADO
EM____/___/___
Resp._____

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL CONTRATO N° 161/2019

O MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO-MT, pessoa jurídica de direito interno público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.238.631/0001-31, Torna público o Termo de Rescisão Contratual de distrato unilateral do Contrato nº 161/2018, tendo como objeto **"CONTRATAÇÃO INTEGRADA DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DOS PROJETOS BÁSICOS E EXECUTIVOS E EXECUÇÃO DAS OBRAS E DEMAIS OPERAÇÕES NECESSÁRIAS E SUFICIENTES PARA OBRAS DE RECONSTRUÇÃO DE PONTES DE CONCRETO ARMADO NO MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO-MT CONFORME CONDIÇÕES DO EDITAL, ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA E ANTEPROJETO",** da empresa **HANSEN & MELO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **28.014.669/0001-51**, com sede a rua Sete de Setembro, n° 3537, Centro, Cascavel/PR**.**

Peixoto de Azevedo, 25 de setembro de 2019.

EXTRATO CONTRATO N° 168/2019

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **CONSTRUTORA JURUENA LTDA**

O presente Contrato é para: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA CONSTRUÇÃO DE UMA QUADRA POLIESPORTIVA COBERTA NO DISTRITO DE UNIÃO DO NORTE, CONFORME CONVÊNIO 863554/2017, PROJETOS, MEMORIAIS DESCRITIVOS E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS EM ANEXO".

Para efeito de comprometimento de recursos as partes estimam o valor global do presente Contrato em **R$ 980.358,24 (novecentos e oitenta mil, trezentos e cinquenta e oito reais e vinte e quatro centavos).**

O prazo de vigência do presente Contrato será de 230 (duzentos e trinta) dias**, a contar da data da assinatura.**

Peixoto de Azevedo-MT, 18 de setembro de 2019.

EXTRATO 2º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 165/2018

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratada: **HELIO LEITE COSTA 00297419198**

O presente Contrato é para: **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA A FIM DE FORNECER MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PADARIA DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS NOS TERMOS DA PLANILHA DE SERVIÇOS E VALORES ABAIXO".**

1 – Constitui objeto do presente termo de apostilamento, a atualização do **Contrato nº 165/2018**, oriundo do Processo de **Credenciamento/Inexigibilidade n° 006/2018**,cujo objeto é a **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA A FIM DE FORNECER MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PADARIA DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS NOS TERMOS DA PLANILHA DE SERVIÇOS E VALORES ABAIXO"**,fundamenta-se o presente instrumento no Art. 65, I, §8°, da Lei Federal Nº 8.666/93 de 21.06.93.

2 –Fica alterada a **CLÁUSULA SETIMA – DOS RECURSOS E DO CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA**: Para as despesas será utilizada a seguinte rubrica orçamentária**: 638**

Peixoto de Azevedo-MT, 09 de setembro de 2019.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 112/2019

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratada: **CAPRI CONSTRUTORA EIRELI.**

O presente Contrato é para: **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA CONSTRUÇÃO DE CAMPO DE FUTEBOL SOCIETY COM GRAMADO SINTÉTICO, ALAMBRADO E ILUMINAÇÃO, CONVÊNIO 853857/2017 MINISTÉRIO DO ESPORTE-CEF/PEIXOTO DE AZEVEDO-MT, CONFORME PROJETOS, MEMORIAIS DESCRITIVOS E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS EM ANEXO".**

1 - **CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR DO CONTRATO:** Fica acrescentado ao valor inicial, o valor de **R$ 37.023,32 (trinta e sete mil, vinte e três reais e trinta e dois centavos)**, passando o Contrato ao valor total de **R$ 536.591,20 (quinhentos e trinta e seis mil, quinhentos e noventa e um reais e vinte centavos).**

As despesas decorrentes deste termo aditivo, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da **Secretaria Municipal de Esporte e Lazer**, a seguir**: 912**

Peixoto de Azevedo-MT, 12 de setembro de 2019.

EXTRATO 2º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 092/2019

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratada: COOPERATIVA DE TRABALHO DOS PRESTADORES DE SERVIÇO – COOPSERV´S

O presente Contrato é para: **"APOSTILAMENTO DE 900 HORAS DE AGENTE ADMINISTRATIVO III, RETIRANDO DO REDUZIDO 393 PARA O REDUZIDO 73, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL PARA A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO".**

1 – Constitui objeto do presente termo de apostilamento, a suplementação de dotação orçamentária, na forma abaixo, do Contrato nº 092/2019 que tem por objeto: (...) **"APOSTILAMENTO DE 900 HORAS DE AGENTE ADMINISTRATIVO III, RETIRANDO DO REDUZIDO 393 PARA O REDUZIDO 73, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL PARA A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO".** Assim, fica supresso do reduzido **393** (2073 – Manutenção e Encargos com a Sec. de Assistência Social) o correspondente a 900 horas de Técnico Administrativo, sendo o valor transferido para o reduzido **73** (2008 - Manutenção e Encargos com a Secretaria Municipal de Administração), conforme demonstrado:

2 – As despesas decorrentes do presente apostilamento, correrão à conta da seguinte dotação orçamentária: **73**

Peixoto de Azevedo-MT, 09 de setembro de 2019.

PREGÃO ELETRÔNICO - SRP Nº 039/2019 - AVISO DE SUSPENSÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, estado de Mato Grosso, através de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, nomeados pela portaria nº 505 de 08 de Abril de 2019, faz saber que a licitação em epigrafe, cujo objeto é "**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO/PERMANENTE DE INFORMÁTICA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA".** Por interesse da administração, torna público a SUSPENSÃO da Licitação Pregão Eletrônico - SRP 039/2019.

Peixoto de Azevedo, 01 de Outubro de 2019.

Emerson Nunes Freitas

Pregoeiro Oficial

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 075/2018

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratada: **VÓLUS TECNOLOGIA E GESTÃO DE BENEFÍCIOS LTDA**

O presente Contrato é para: "**ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 033/2018, ORIUNDO DO PREGÃO N° 019/2018, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CASEARA/TO, REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE GERENCIAMENTO, COMPREENDO A IMPLANTAÇÃO VIA WEB PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL PEIXOTO DE AZEVEDO – MT"**.

1 - Fica alterado a **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO PREÇO:** Fica acrescentado o valor de **R$ 286.250,00 (duzentos e oitenta e seis mil duzentos e cinquenta reais)**, passando a ser o valor total de **R$ 1.431. 250,00 (um milhão quatrocentos e trinta e um mil, duzentos e cinquenta).**

2 - As despesas decorrentes do presente termo aditivo correrão à conta dos recursos específicos consignados conforme dotações a seguir: **31**

Peixoto de Azevedo-MT, 13 de setembro de 2019.

PORTARIA Nº 1.308 DE 13 DE SETEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre a nomeação de Servidor constante do quadro de funcionários do município para "Fiscalização de Contratos"

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO - MT, **MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE,

RESOLVE:

ART. 1º - Designar os servidores: **CLEIBCESAR LOPES DE OLIVEIRA**,matrícula Nº **7796 (fiscal titular)** e **LEANDRO DE OLIVEIRA LIMA**, matrícula Nº **5681 (fiscal suplente),** representantes da Secretaria de Obras, para atuarem como fiscais, ao Contrato nº **165/2019**, referente a contratação da Empresa **COXIPO MATERIAIS ELETRICOS LTDA ME,** inscrita no CNPJ sob o nº **26.579.029/0001-63**, com sede na Rua Fernando Correa da Costa , 4646 – JDM Alencastro – Cuiabá – MT CEP:78. 085-000, contratada por esta Administração de acordo com as leis vigentes de contratações, que tem como objeto **"FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO DESTINADO A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM VIAS E LOGRADOUROS E MATERIAL ELETRICO DESTINADO A OBRA DE AMPLIAÇÃO E EXPANSÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DAS AVENIDAS LIONS E ROTARY INTERNACIONAL CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHAS, PROJETOS E TERMO DE REFERÊNCIA".**

ART. 2º - Constituiatribuiçõesdo profissional designado para esta fiscalização:

I – Acompanhar o cumprimento das disposições contratuais e propor a adoção de providências legais e necessárias que se fizerem necessárias na hipótese do não cumprimento das cláusulas contratuais;

II – Emitir, quando solicitado, Parecer Técnico, manifestando qualquer alteração no descumprimento do contrato, seja pelo contratante ou pelo contratado para fins de adequações e punições necessárias;

III – Manifestar-se quanto à oportunidade e a conveniência da prorrogação do contrato, com 60 dias de antecedência do encerramento da vigência, instruindo e justificando sua prorrogação, repactuação, supressão, reajustes financeiros, termos aditivos, quando for o caso, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro sem prejuízos à execução do objeto contratado;

ART. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário, podendo ser revogada a qualquer tempo a critério da autoridade competente.

Gabinete do Prefeito de Peixoto de Azevedo – MT, em 13 de setembro de 2019.

MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

PUBLICADO
EM___/___/___
Resp._____

EXTRATO 2º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 040/2019

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratada: **ALCILÉIA ALMEIDA DA SILVA 03622591196**

O presente Contrato é para: **"CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS COMO INSTRUTOR EM CURSO PROFISSIONALIZANTE E RECREATIVO, CONFORME ITEM 4 e 6 DA PLANILHA DE SERVIÇOS E VALORES ANEXA"**

1 – Constitui objeto do presente termo de apostilamento, a alteração do Contrato n.º 040/2019, proveniente do Procedimento de Inexigibilidade nº 007/2018**,** cujo objeto é a **"CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS COMO INSTRUTOR EM CURSO PROFISSIONALIZANTE E RECREATIVO, CONFORME ITEM 4 e 6 DA PLANILHA DE SERVIÇOS E VALORES ANEXA",** fundamentada o presente instrumento pelo Art. 65, §8, da Lei Federal Nº 8.666/93 de 21.06.93 alterada pelas Leis Nº 8.883 de 08.06.94 e Nº 9. 648 de 27.05.98.

2 – Fica alterada a **CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS E DO CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA**: Inclui-se as seguintes dotações para serem utilizadas nas despesas da contratação, sendo estas: **638**

Peixoto de Azevedo-MT, 09 de setembro de 2019.

EXTRATO 2º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 046/2019

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratada: **ALCILÉIA ALMEIDA DA SILVA 03622591196**

O presente Contrato é para: **"CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS COMO INSTRUTOR EM CURSO PROFISSIONALIZANTE E RECREATIVO, CONFORME ITEM 7 DA PLANILHA DE SERVIÇOS E VALORES ANEXA".**

1 – Constitui objeto do presente termo de apostilamento, a alteração do Contrato n.º 046/2019, proveniente do **Procedimento de Inexigibilidade nº 007/2018,** cujo objeto é a **"CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS COMO INSTRUTOR EM CURSO PROFISSIONALIZANTE E RECREATIVO, CONFORME ITEM 7 DA PLANILHA DE SERVIÇOS E VALORES ANEXA",** fundamentada o presente instrumento pelo Art. 65, § 8, da Lei Federal Nº 8.666/93 de 21.06.93 alterada pelas Leis Nº 8.883 de 08.06.94 e Nº 9.648 de 27.05.98.

2 – Fica alterada a **CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS E DO CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA**: Inclui-se as seguintes dotações para serem utilizadas nas despesas da contratação, sendo estas: **638**

Peixoto de Azevedo-MT, 09 de setembro de 2019.

EXTRATO 2º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 042/2019

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratada: **R. B. TEIXEIRA**

O presente Contrato é para **"CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, CONFORME ITEM 1 DA PLANILHA DE SERVIÇOS E VALORES ANEXA".**

1 – Constitui objeto do presente termo de apostilamento, a alteração do Contrato n.º 042/2019, proveniente do **Procedimento de Inexigibilidade nº 007/2018,** cujo objeto é a **"CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, CONFORME ITEM 1 DA PLANILHA DE SERVIÇOS E VALORES ANEXA",** fundamentada o presente instrumento pelo Art. 65, § 8, da Lei Federal Nº 8.666/93 de 21.06.93 alterada pelas Leis Nº 8.883 de 08.06.94 e Nº 9.648 de 27.05.98.

2 – Fica alterada a **CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS E DO CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA**: Inclui-se as seguintes dotações para serem utilizadas nas despesas da contratação, sendo estas:**638**

Peixoto de Azevedo-MT, 09 de setembro de 2019.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO/NOTIFICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDOSECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO/NOTIFICAÇÃO

A Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, no exercício de suas atribuições e considerando o disposto no Art. 132, inciso II, e 137, da Lei Complementar nº. 003/2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, **CONVOCAR/NOTIFICAR** o Servidor **WEBERTY SOUZA LIMA**, ocupante do cargo efetivo de Assistente Técnico Administrativo, Matricula Funcional nº 7844, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, para comparecer ao seu órgão de lotação, para exercer suas atividades ou apresentar justificativas, no prazo de 05 (cinco) dias a contar da data da publicação.

Peixoto de Azevedo – MT, 01 de Outubro de 2019.

VANDERLEI FERRARI

Secretario Municipal de Administração

EXTRATO 2º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 041/2019

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratada: **WIGLES GONÇALVES FERNANDES 04132348199**

O presente Contrato é para: **"CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS COMO INSTRUTOR EM CURSO PROFISSIONALIZANTE E RECREATIVO, CONFORME ITEM 2, 3 E 5 DA PLANILHA DE SERVIÇOS E VALORES ANEXADA".**

1 – Constitui objeto do presente termo de apostilamento, a alteração do Contrato n.º 041/2019, proveniente do **Procedimento de Inexigibilidade nº 007/2018,** cujo objeto é a **"CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS COMO INSTRUTOR EM CURSO PROFISSIONALIZANTE E RECREATIVO, CONFORME ITEM 2, 3 E 5 DA PLANILHA DE SERVIÇOS E VALORES ANEXADA",** fundamentada o presente instrumento pelo Art. 65, § 8, da Lei Federal Nº 8.666/93 de 21.06.93 alterada pelas Leis Nº 8.883 de 08.06.94 e Nº 9.648 de 27.05.98.

2 – Fica alterada a **CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS E DO CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA**: Inclui-se as seguintes dotações para serem utilizadas nas despesas da contratação, sendo estas: **638**

Peixoto de Azevedo-MT, 09 de setembro de 2019.

PORTARIA Nº 1.307 DE 13 DE SETEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre a nomeação de Servidor constante do quadro de funcionários do município para "Fiscalização de Contratos"

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO - MT, **MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE,

RESOLVE:

ART. 1º - Designar os servidores: **CLEIBCESAR LOPES DE OLIVEIRA**,matrícula Nº **7796 (fiscal titular)** e **LEANDRO DE OLIVEIRA LIMA**, matrícula Nº **5681 (fiscal suplente),** representantes da Secretaria de Obras, para atuarem como fiscais, ao Contrato nº **164/2019**, referente a contratação da Empresa **IVAN GUIA LEMOS DA SILVA E CIA LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº **12.995.729/0001-24**, com sede na Avenida "A" Nº06 Quadra 31 – Bairro Monte Castelo – Várzea Grande – Mato Grosso, contratada por esta Administração de acordo com as leis vigentes de contratações, que tem como objeto **"FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO DESTINADO A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM VIAS E LOGRADOUROS E MATERIAL ELETRICO DESTINADO A OBRA DE AMPLIAÇÃO E EXPANSÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DAS AVENIDAS LIONS E ROTARY INTERNACIONAL CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHAS, PROJETOS E TERMO DE REFERÊNCIA".**

ART. 2º - Constituiatribuiçõesdo profissional designado para esta fiscalização:

I – Acompanhar o cumprimento das disposições contratuais e propor a adoção de providências legais e necessárias que se fizerem necessárias na hipótese do não cumprimento das cláusulas contratuais;

II – Emitir, quando solicitado, Parecer Técnico, manifestando qualquer alteração no descumprimento do contrato, seja pelo contratante ou pelo contratado para fins de adequações e punições necessárias;

III – Manifestar-se quanto à oportunidade e a conveniência da prorrogação do contrato, com 60 dias de antecedência do encerramento da vigência, instruindo e justificando sua prorrogação, repactuação, supressão, reajustes financeiros, termos aditivos, quando for o caso, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro sem prejuízos à execução do objeto contratado;

ART. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário, podendo ser revogada a qualquer tempo a critério da autoridade competente.

Gabinete do Prefeito de Peixoto de Azevedo – MT, em 13 de setembro de 2019.

MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

PUBLICADO
EM____/___/___
Resp._____

EXTRATO CONTRATO N° 164/2019

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **IVAN GUIA LEMOS DA SILVA E CIA LTDA**

O presente Contrato é para: "FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO DESTINADO A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM VIAS E LOGRADOUROS E MATERIAL ELETRICO DESTINADO A OBRA DE AMPLIAÇÃO E EXPANSÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DAS AVENIDAS LIONS E ROTARY INTERNACIONAL CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHAS, PROJETOS E TERMO DE REFERÊNCIA".

Para efeito de comprometimento de recursos as partes estimam o valor global do presente Contrato em **R$ 600.583,81 (Seiscentos mil quinhentos e oitenta e três reais e oitenta e um centavos).**

O prazo de vigência do presente Contrato seráde 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma da lei.

Peixoto de Azevedo-MT, 13 de Setembro de 2019.

EXTRATO CONTRATO N° 163/2019

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **FAMAC ACABAMENTOS E DECORAÇÕES LTDA**

O presente Contrato é para:ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 294/2018 do PREGÃO ELETRONICO 134/2018 SRP- ORIUNDO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA INSTALAÇÃO E AQUISIÇÃO DE DIVISÓRIAS, BANCADAS, FORRO EM GESSO, PRATELEIRAS, VIDROS E OUTROS MATERIAIS PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE PEIXOTO DE AZEVEDO.

Para efeito de comprometimento de recursos as partes estimam o valor global do presente Contrato em **R$ 9.182,32 (nove mil cento e oitenta e dois reais e trinta e dois centavos).**

O prazo de vigência do presente Contrato será até **31/12/2019.**

Peixoto de Azevedo-MT, 13 de Setembro de 2019.

EXTRATO CONTRATO N° 162/2019

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **WIMSN SERRALHERIA E SERVIÇOS EIRELI.**

O presente Contrato é para: "ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 023/2018 – ORIUNDO DO PREGÃO PRESENCIAL 022/2018 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA/MT, PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE PONTO DE ÔNIBUS, LIXEIRA DE TAMANHO GRANDE E LIXEIRÃO PARA COLETA DE LIXO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO-MT, ESPECIFICADOS NOS ITENS DO TERMO DE REFERÊNCIA, DO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 022/2018, QUE É PARTE INTEGRANTE DESTE CONTRATO, ASSIM COMO A PROPOSTA VENCEDORA, INDEPENDENTEMENTE DE TRANSCRIÇÃO".

Para efeito de comprometimento de recursos as partes estimam o valor global do presente Contrato em **R$ 62.955,00 (Sessenta e dois mil, novecentos e cinquenta e cinco reais).**

O prazo de vigência do presente Contrato será até **31/12/2019.**

Peixoto de Azevedo-MT, 10 de Setembro de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

TERMO DE RATIFICAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO

DISPENSA Nº 013/2019

PROCESSO LICITATÓRIO 041/2019

Respaldado no inciso IV, do art. 24 da Lei 8666/93 e no Parecer da Assessoria Jurídica, cujo objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES LOTADOS NAS SECRETARIAS MUNICIPAIS COM TEMA PRIMEIROS SOCORROS E BNCC PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE PONTL DO ARAGUAIA/MT, AUTORIZO a contratação direta, através da DISPENSA DE LICITAÇÃO, visando a AQUISIÇÃO DO OBJETO ACIMA CITADO, no valor de R$ 8.450,00 (oito mil e quatrocentos e cinquenta),para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação. Em cumprimento ao disposto no art. 26 da Lei 8666/93 DETERMINO a publicação da presente ratificação no Diário Oficial dos Municípios (AMM) para que produza efeitos legais. Publique-se e cumpra-se.

Pontal do Araguaia, 01 de Outubro de 2019.

Gerson Rosa de Moraes

Prefeito Municipal

TERMO DE RATIFICAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO

DISPENSA Nº 014/2019

PROCESSO LICITATÓRIO 042/2019

Respaldado no inciso IV, do art. 24 da Lei 8666/93 e no Parecer da Assessoria Jurídica, cujo objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA REALIZAÇÃO DE PROJETO ARQUITETÔNICO E COMPLEMENTARES REFERENTE A OBRA DA RODOVIÁRIA DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO ARAGUAIA/MT, AUTORIZO a contratação direta, através da DISPENSA DE LICITAÇÃO, visando a AQUISIÇÃO DO OBJETO ACIMA CITADO, no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais),para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração. Em cumprimento ao disposto no art. 26 da Lei 8666/93 DETERMINO a publicação da presente ratificação no Diário Oficial dos Municípios (AMM) para que produza efeitos legais. Publique-se e cumpra-se.

Pontal do Araguaia, 01 de Outubro de 2019.

Gerson Rosa de Moraes

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

PORTARIA Nº 107/2019

EMENTA: *TRANSFERE BEM PATRIMONIAL ENTRE SECRETARIAS MUNICIPAIS DE PONTE BRANCA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"*

O Senhor **Humberto Luiz Nogueira de Menezes**, Prefeito Municipal de Ponte Branca, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais

que lhe são conferidas pela Constituição da República do Estado e sobretudo a Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Transferir o veículo Capine Dupla, Mitsubishi L200, 4x4 GL, Ano de Fabricação/Modelo 2010/2011, Prata, Placa NWF-2077, pertencente à Secretaria Municipal de Educação à Secretária Municipal de Obras.

Art. 2° Para cumprimento ao disposto no artigo anterior, deverá ser providenciado o registro de transferência junto ao Setor de Patrimônio, ficando a partir desta data sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Obras.

.**Art. 3°** Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua afixação no átrio do Poder Executivo Municipal e publicação simultânea no órgão de imprensa oficial do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ponte Branca – MT, 30 de Outubro de 2019.

HUMBERTO LUIZ NOGUEIRA DE MENEZES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE CONTRATOS
PUBLICAÇÃO 5º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 08 2016

QUINTO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N° 08/2016, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2016, PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2016. O presente Aditivo tem por objeto: a Quinta Prorrogação do prazo de Vigência do Contrato Original por mais 09 (Nove) meses contados a partir de 01/10/2019 á 30/06/2020. Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte-MT/Contratante e J. T. DE FARIA-ME, inscrita no CNPJ/MF nº 15.081.599/0001-02/Contratado.

Daniel Rosa do Lago

Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO

LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DE REABERTURA PREGÃO 19/2019

PUBLICAÇÃO DE REABERTURA

PREGÃO PRESENCIAL REG. DE PREÇO 19/2019

A prefeitura Municipal de Porto Esperidião-MT, Torna público a Reabertura do processo PREGÃO PRES. REGISTRO DE PREÇO. OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE E EQUIPAMENTOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES ATENÇÃO BÁSICA AOS POVOS INDÍGENAS DA SECRETARIA DE SAÚDE. NO SEGUINTE LOCAL DATA E HORÁRIO: LOCAL: Sala de Licitações DATA: 14 DE OUTUBRO DE 2019 - HORÁRIO: 09 Horas. CONTATO: e-mail: licitacaoporto@gmail.com – (65) 32251139. PORTO ESPERIDIÃO-MT, 01 de Outubro de 2019-RONEY CARDOSO- Pregoeiro.

GABINETE
LEI COMPLEMENTAR Nº. 107/2019, DE 30 DE SETEMBRO DE 2019.

EXTRATO DE PUBLICAÇAO DA LEI COMPLEMENTAR N.º 107/2019 – CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL – totaliza artigos de 1.º à 431 – Publicado na íntegra no site da Prefeitura nesta data.

LEI COMPLEMENTAR Nº. 107/2019, DE 30 DE SETEMBRO DE 2019.

INSTITUI O NOVO CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE PORTO ESPERIDIÃO, ESTADO DE MATO GROSSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Senhor **Martins Dias De Oliveira,** Prefeito do Município de Porto Esperidião, no uso das atribuições que lhes são conferidas por lei, FAZ SABER, que a Câmara de Vereadores, APROVOU, e eu SANCIONO seguinte LEI COMPLEMENTAR:

LIVRO I

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º - Esta Lei Complementar institui o Código tributário do Município, que disciplina a atividade tributária e regula as relações entre o contribuinte e o fisco municipal, decorrente da tributação, e dispõe sobre os fatos geradores, a incidência, as alíquotas, o lançamento, a cobrança e a fiscalização dos tributos municipais e estabelece normas de direito tributário a eles pertinente e dando outras providências, tendo a denominação de **"CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE PORTO ESPERIDIÃO".**

Art. 2º - Aplicam-se, às relações entre a Fazenda Municipal e os contribuintes, as normas gerais do Sistema Tributário, obedecidos os mandamentos oriundos da Constituição Federal, do Código Tributário Nacional, de demais leis complementares, das resoluções do Senado Federal e da legislação Estadual, bem como a Lei Orgânica Municipal, nos limites de sua respectiva competência, e de Legislação Complementar posterior que as modifiquem.

TÍTULO I DISPOSIÇÃO GERAL

CAPÍTULO I

SEÇÃO I

DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA APLICÁVEL AO MUNICÍPIO

Art. 3º - A expressão **"Legislação Tributária"**, compreende as leis, decretos e normas complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributos de competência do Município e relações Jurídicas a eles pertinentes.

Art. 4º – O Executivo Municipal regulamentará, por decreto, as leis que versem sobre matéria tributária de competência do Município observando:

I – as normas constitucionais vigentes;

II – as normas gerais do direito tributário estabelecido na Lei nº. 5.172, de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional e legislação federal posterior;

III – as disposições deste Código e das leis municipais a ele subsequentes.

Parágrafo Único – O conteúdo e o alcance dos regulamentos restringir-se-ão, aos das leis em função das quais tenham sido expedidos, não podendo, em especial:

I – dispor sobre matéria não tratada em lei;

II – acrescentar ou ampliar disposições legais;

III – suprimir ou limitar disposições legais;

IV – interpretar a lei de modo a restringir ou ampliar o alcance dos seus dispositivos.

Art. 5º – São normas complementares das leis e decretos:

I – os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas;

II – as decisões proferidas pelas autoridades judiciais de primeiras e Segundas instâncias, nos termos estabelecidos na parte processual deste Código Tributário Municipal;

III – as práticas reiteradas observadas pelas autoridades administrativas;

IV – os convênios celebrados entre o Município e os Governos Federal e/ou Estadual.

SEÇÃO II DAS LIMITAÇÕES DO PODER DE TRIBUTAR

Art. 6º - Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado ao Município:

I – exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;

II - instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontre em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional, ou função por ele exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

III - cobrar tributos:

a) - em relação a fatos geradores, ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;

b) - no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;

IV - utilizar tributo, com efeito de confisco;

V - estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens por meio de tributos interestadual ou intermunicipal, ressalvado a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público;

VI - instituir imposto sobre:

a) - patrimônio, renda ou serviços uns dos outros;

b) - templos de qualquer culto;

c) - patrimônio, renda ou serviço dos partidos políticos, inclusive suas Fundações, das Entidades Sindicais dos Trabalhadores, das Instituições de Educação e de Assistência Social sem fins lucrativos atendidos os requisitos da Lei;

d) - livros, jornais, periódicos e o papel destinado à impressão.

§ 1º - As entidades declaradas de utilidade pública somente serão consideradas imunes de Impostos municipais, nos casos em que couber, se rigorosamente obedecidos os requisitos previstos no artigo 150, inciso VI, alíneas **"a"** a **"d"** da Constituição Federal de 1988, na Lei n.º5.172/66 - Código Tributário Nacional, e isentas de outros tributos municipais, de acordo com estabelecido nesta Lei ou posteriores.

Paço Municipal, em Porto Esperidião - MT, 01 de outubro de 2019.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA
LEI MUNICIPAL Nº 0645/2019

"Dispõe sobre a Inspeção Industrial, Higiênico e Sanitária dos Produtos de Origem Animal no Município de Porto Estrela– MT e dá outras providências. "

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito do Município de Porto Estrela, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1 - Fica instituído o Serviço de Inspeção Municipal – S.I.M., no Município de Porto Estrela – MT, dotado de estrutura mínima para o seu funcionamento.

Parágrafo único – Esta Lei regula a obrigatoriedade da Inspeção e Fiscalização dos Produtos de Origem Animal e Vegetal produzidos no Município de Porto Estrela e destinados ao Comércio Municipal, nos termos da Lei Federal nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950.

Art. 2 - Cabe à Secretaria Municipal de Agricultura Porto Estrela, através do Serviço de Inspeção Municipal, dar cumprimento às normas estabelecidas e impor as penalidades previstas na presente Lei.

Parágrafo único – O serviço de Inspeção Municipal é de exclusiva responsabilidade da Secretaria Municipal de Agricultura Porto Estrela, sob a responsabilidade da mesma que passará a ter a atribuição da inspeção a ser regulamentado em legislação própria.

Art. 3 - Cabe a Secretaria Municipal de Agricultura Porto Estrela, através do Serviço de Inspeção Municipal – S.I.M., incumbida da Inspeção e Fiscalização sanitária municipal de produtos de origem animal, deverá coibir o abate clandestino de animais e a respectiva industrialização dos seus produtos, separadamente ou em ações conjuntas, com os agentes fiscais sanitários da Vigilância Sanitária do Município. E à Secretaria Municipal de Saúde através da Vigilância Sanitária inspecionar e fiscalizar os produtos de origem vegetal, podendo para tanto, requisitarem força policial.

§1 Cabe à Secretaria Municipal de Saúde, através da Vigilância Sanitária, a fiscalização na área de comercialização de todos os alimentos, clandestinos ou não, em consonância com a legislação sanitária em vigor;

§2 A Vigilância Sanitária, na função de fiscalização no comércio de produtos e subprodutos de origem animal e vegetal, comunicará o S.I.M., os resultados das ações e análises sanitárias que efetuarem nos referidos produtos, apreendidos ou inutilizados nas diligências que realizarem.

Art. 4 - A direção e execução das atividades inerentes ao Serviço de Inspeção Municipal – S.I.M., será privativa de Médico Veterinário, devidamente habilitado no seu respectivo conselho.

§1 O Serviço de Inspeção Municipal poderá contar com o Agente de Inspeção e Fiscalização Sanitária Animal e Vegetal, com formação mínima em nível médio, se houver necessidade;

§2 O Município poderá estabelecer parceria e cooperação técnica com outros municípios, Estado de Mato Grosso, União e/ou Consórcio Público para facilitar o desenvolvimento de atividades e para a execução do serviço de Inspeção Sanitária bem como solicitar a adesão ao SISBI/SUASA.

Parágrafo único – Para fins de implementação desta Lei, fica o Município autorizado a fazer adesão ao Sistema de Inspeção Regional consorciado a ser implantado pelo Consórcio Público Intermunicipal.

Art. 5 - Serão objetos de Inspeção e Fiscalização dos produtos, subprodutos e derivados comestíveis e não comestíveis, previstos nesta Lei:

§1 Dos produtos de origem animal:

I – Dos animais destinados ao abate, seus produtos, subprodutos e matérias-primas;

II – Do pescado e seus derivados;

III – Do leite e seus derivados;

IV – Dos ovos e seus derivados;

V – Do mel de abelha, cera e seus derivados;

VI – Demais produtos de origem animal.

§2 Dos produtos de origem vegetal:

I – Da fécula de vegetais e seus derivados;

II – Do amido dos produtos vegetais e seus derivados;

III – Das conservas em geral, oriundas de produtos vegetais e derivados;

IV – Dos produtos vegetais processados, em compotas, etc.;

V – Demais produtos de origem vegetal, exceto produtos de forma in natura.

§ 3 O Serviço de Inspeção Municipal respeitará as especificidades dos diferentes tipos de produtos e das diferentes escalas de produção, incluindo a agroindústria rural de pequeno porte de produtos de origem animal o qual será regulamentado por decreto.

Art. 6 - A inspeção e a fiscalização de que trata esta Lei serão realizadas nos estabelecimentos que, de modo geral, recebam, manipulam, armazenam ou acondicionam produtos de origem animal e/ou vegetal.

I – Nos estabelecimentos industriais especializados, que se situem em áreas urbanas e ou rurais;

II – Nas propriedades rurais com instalações adequadas às Normas Municipais, Estaduais e Federais para o abate de animais e seu preparo ou industrialização, sob qualquer forma, para o consumo humano;

III – nos entrepostos de pescado e nos estabelecimentos que o processar e ou industrializar;

IV – Nas usinas de beneficiamento de leite, nas fábricas de laticínios, nos postos de recebimento, refrigeração e manipulação de seus derivados e nas propriedades rurais com instalação adequada para a manipulação, industrialização e o preparo do leite e seus derivados, sob qualquer forma, para o consumo;

V – Nos entrepostos de ovos, fábrica de conserva e nos estabelecimentos de produtos derivados;

VI – Nos entrepostos de mel, cera de abelha e nos estabelecimentos de produtos derivados.

§1 Os estabelecimentos de médio e grande porte, que abatem animais ficam obrigados a manter Médico Veterinário como responsável técnico – R.T., devidamente registrado no CRMV/MT. Para estabelecimentos de pequeno porte, o mesmo será acompanhado por responsável técnico do Serviço Público.

§2 O responsável técnico será corresponsável, juntamente com o representante legal e ou proprietário do estabelecimento, pela qualidade dos produtos elaborados.

Art. 7 - Os estabelecimentos industriais de produtos de origem animal e vegetal, somente poderão funcionar no município após prévio registro no S.I.M., conforme regulamento e demais atos que venham a ser instituídos pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 8 - A inspeção e fiscalização de que trata a presente Lei abrange os aspectos industriais e higiênico-sanitários dos produtos de origem animal e vegetal, comestíveis e não comestíveis, sejam ou não preparados, transformados, depositados ou em trânsito.

Art. 9 - As análises referentes aos produtos de origem animal e vegetal, de que trata esta Lei, serão executadas em Laboratório Oficial ou em outros Laboratórios credenciados.

Art. 10 - As infrações às normas previstas nesta Lei serão penalizadas, isoladas ou cumulativamente, com as seguintes sanções, sem prejuízo das punições de natureza civil e penal cabíveis:

I – Advertência, quando o infrator for primário ou não tiver agido com dolo ou má-fé;

II – Multa de até 2000 (duas mil) UPF-MT (Unidade Padrão Fiscal do Estado de Mato Grosso), nos casos de reincidência, dolo ou má fé;

III – Apreensão e inutilização das matérias-primas, produtos, subprodutos e derivados de origem animal quando não apresentarem condições higiênico-sanitárias adequadas ao fim a que se destinam ou foram adulterados;

IV – Suspensão das atividades dos estabelecimentos, se causarem risco ou ameaça de natureza higiênico-sanitária ou caso de embaraço da ação fiscalizadora;

V – Interdição total ou parcial do estabelecimento quando a infração consistir na falsificação ou adulteração de produtos ou se verificar a inexistência de condições higiênico-sanitárias adequadas.

§1 Constitui agravante o uso de artifício, ardil, simulação, desacato, embaraço ou resistência à ação fiscal.

§2 A suspensão poderá ser levantada após o atendimento das exigências que motivarem a sanção.

§3 Se a suspensão não for levantada nos termos do parágrafo anterior, decorrido 12 (doze) meses, será cancelado o respectivo registro no S.I.M.

Art. 11 - As penalidades impostas na forma do artigo precedente serão aplicadas pela Coordenadoria de Inspeção após transcorrido o processo administrativo.

Parágrafo único – O Poder Executivo Municipal regulamentará por decreto o processo administrativo para apuração das infrações.

Art. 12 - Compete ao Poder Executivo fixar e arrecadar as taxas de serviços relativos à Vigilância e Inspeção de produtos de origem animal e vegetal.

Art. 13 - Esta Lei será regulamentada pelo Poder Executivo Municipal através de Decreto.

Art. 14 - A execução das atividades referentes a presente Lei será implantada de acordo com a demanda existente no município.

Art. 15 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada em especial a Lei Municipal nº 045 de 10 de Agosto de 1995 e as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Estrela – MT, 01 de Outubro de 2019.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 006/2019

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 006/2019

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU-MT, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o Art. 37, item II da Constituição Federal, art.93, Inciso III da Lei Orgânica do Município de Poxoréu e o disposto no artigo 5º, inciso I e 44 da Lei 905 de 21/11/2003 e, tendo em vista o Concurso Público 001/2019 publicado em 12 de abril de 2019, homologado pelo Decreto nº 024 de 15 de julho de 2019 e Publicado no Diário da AMM no dia 17 de julho de 2019 nas páginas 270 a 289 e no mural da prefeitura, considerada as vagas a serem preenchidas.

CONVOCA

Os abaixo relacionados, aprovados no concurso Público Municipal realizado nos dias 08 e 09 de junho de 2019, que deverão comparecer no prazo de trinta dias, a contar da publicação, na Secretaria de Administração na Gerência de Talentos Humanos no horário de 13:00 às 17:00, para assumir suas funções, em conformidade da Lei 905/2003, apresentando a seguinte documentação.

1. Fotocópia da certidão de nascimento ou averbações se houver (com original) 2. Fotocópia da certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos e para os maiores de 14 anos o CPF. (com original) se tiver; 3. Fotocópia autenticada da Cédula de Identidade ou Carteira de Identidade Profissional (curso superior) se for o caso e CPF; 4. Cartão de Cadastramento no PIS ou PASEP (se possuir); 5. Cartão de vacinação atualizado; 6. Cartão Nacional do SUS; 7. 02 (duas) fotografias 3x4 recentes; 8. Fotocópia do Título de Eleitor (com original) com comprovante da última eleição; 9. Fotocópia do Certificado de reservista, de isenção ou de dispensa (com original); 10. Declaração que não possui antecedente criminal, salvo se cumprida a pena, fornecida pelo Fórum da Comarca de Poxoréu; 11. Declaração de que nunca foi demitido do serviço Público por justa causa; 12. Fotocópia do comprovante de escolaridade para o exercício do cargo, bem como registro no órgão competente, quando cabível (com original); 13. Declaração de Bens e valores; 14. Possuir idade mínima de 18 anos; 15. Apresentar cópia da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) série D, no caso de Motorista e na série C de Operador de Máquina (com original); 16. Declaração de Inexistência de Incompatibilidade ou Impedimento Temporário; 17. Comprovante de residência; 18. Conta bancária no Banco do

Brasil: corrente ou salário; 19. Telefone de contato; 20. Certidão negativa de débitos municipais-CNDM; 21. Laudo Médico Favorável que aponte como APTO ao desenvolvimento das atribuições do cargo a que se propõe ocupar. As fotocópias devem ser apresentadas com o original para autenticação pelo servidor conforme determina a Lei 13.726/2018.

Listagem de exames a serem apresentados pelos candidatos convocados a Clínica Primmed – Saúde Ocupacional, localizada na Rua Poxoréu, 486 – Centro – Primavera do Leste –MT, CEP 78.850.000 – Telefone (66) 3498 3741, munido dos exames e laudos abaixo elencados:

a) Hemograma completo (com plaquetas); **b)** Classificação de grupo sanguíneo e fator RH; **c)** Glicemia (em jejum); **d)** HBsAg; **e)** Anti HBc Total; **f)** Gama GT (gama glutinal transferase) TGO – TGP; **g)** Anti HAV – IgM, IgG;

h) Anti HCV;

i) Ureia e Creatinina;

j) Urina I;

k) Protoparasitológico;

l) Espirometria;

m) Colposcopia e Colpocitologia Oncológica (**somente para o sexo feminino**);

n) Mamografia (**para mulheres a partir dos 40 anos**);

o) Eletrocardiograma (**com avaliação cardiológica, se patológica, definir o grau**);

p) Eletroencefalograma (**com laudo**);

q) Oftalmológico (**com laudo**);

r) Dermatológico (**com laudo**);

s) Teste das Pirâmides Coloridas Pfister (**com laudo de sanidade mental**);

t) PSA Prostático (**para homens acima de 40 anos de idade**).

VII – Além dos exames elencados no inciso VI deste Edital, são OBRIGATÓRIOS para o cargo de PROFESSOR os seguintes exames:

a) Otorrinolaringológico (**laringoscopia indireta**);

b) Audiometria Vocal e Tonal (**com laudo**);

c) Raio X de Tórax (**com laudo**);

d) Raio X de Coluna Lombo-Sacra (**com laudo**);

e) Ultrassom dos ombros (**com laudo**).

VIII – Além dos exames elencados no inciso VI deste Edital, são OBRIGATÓRIOS para o cargo de MOTORISTA os seguintes exames:

a) Audiometria Vocal e Tonal (**com laudo**);

b) Raio X de Tórax (**com laudo**);

c) Raio X de Coluna Lombo-Sacra (**com laudo**);

d) Ultrassom dos ombros (**com laudo**).

O não comparecimento do (a) interessado (a) no prazo de 30 (trinta dias), a partir da data da publicação e apresentação da documentação prevista acima, implicará no reconhecimento da DESISTÊNCIA E RENÚNCIA quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado (a), reservando-se à Administração o direito de convocar outro candidato.

TÉCNICO EM ENFERMAGEM			
NOME	INSCRIÇÃO	NOTA	COLOCAÇÃO
RÔSEANE FERREIRA DA SILVA	384009	85,0	1º

Publique-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, Poxoréu/MT, 01 de Outubro de 2019.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Este Edital foi publicado no Saguão da Prefeitura Municipal de Poxoréu-MT, no site da Prefeitura Municipal de Poxoréu e no Diário Oficial da AMM.

MARIA APARECIDA COUTINHO MIRANDA E SOUZA

Secretária de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO

PORTARIA Nº 280, DE 24 DE SETEMBRO DE 2019 "DESIGNAR SERVIDORES PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

PORTARIA Nº 280, DE 24 DE SETEMBRO DE 2019

"Designar servidores para acompanhar e fiscalizar Contratos da Prefeitura Municipal de Rio Branco-MT, e dá outras Providências"

O Prefeito Municipal de Rio Branco, Estado de Mato Grosso, senhor **ANTONIO XAVIER DE ARAUJO**, no uso de suas atribuições legais conferidas na Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art 1º Designar os Servidores **Welinton Alves-Matricula-366, Tuliana Nunes Fonzar-Matricula-1409, Mirian Liberina Vendramini-Matricula-141, José da Rocha Fernandes-Matricula-700,** para responder pela Gestão, acompanhamento e fiscalização dos Contratos realizados com o Município de Rio Branco-MT.

Art 2º As atribuições aos Fiscais acima mencionada a eles competem;

a) Ler atentamente o termo de contrato e anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a sua execução (art.67, §1º da Lei 8.666/93).

b) verificar a necessidade ou não de requisitar apoio especializado de terceiros para assisti-lo e subsidia-lo, com informações técnicas (art.67 caput).

c) esclarecer dúvidas do preposto/ representante da contratada que estiverem á sua alçada e encaminhando às áreas competentes os problemas que surgirem quando lhe faltar competência

d) verificar a execução do contrato, proceder á sua medição e formalizar seu atesto na nota fiscal

e) solucionar problemas que afetem a relação contratual, como chuvas, greves, fim de prazo contratual, entre outros.

f) notificar por escrito a contratada, caso a execução esteja em desconformidade com o contrato, bem como emitir atestado de conclusão total ou parcial de obras.

g) rejeitar bens e serviços que estejam em desacordo com o contrato, inclusive o prazo previsto contratualmente.

Vale ressaltar que caso o fiscal seja omisso, ele estará cometendo uma infração disciplinar.

Art 3º Demais atribuições e funções serão apresentadas através de normativas instituídas pelo Controle Interno do Município de Rio Branco-MT.

Art. 4º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrario.

PUBLIQUE-SE CUMPRA-SE DÊ CIÊNCIA

Gabinete do Prefeito Edifício do Poder Executivo, em Rio Branco MT, 24 de Setembro de 2019.

ANTONIO XAVIER DE ARAUJO

- Prefeito -

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO - PREGÃO PRESENCIAL N° 009/2019

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO

Pregão Presencial n° 009/2019

Aos trinta dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove, às 08h00min na sala de licitação da Prefeitura Municipal de Rio Branco – MT reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitação – CPL, nomeada pela Portaria nº 002, de 02 de Janeiro de 2019, a Senhora **VANDERLEIA RODRIGUES ALVES**, como Pregoeira Oficial do Município e sua Equipe de Apoio, a equipe de apoio iniciou os procedimentos de credenciamento dos representantes das empresas interessadas em participar deste pregão cujo objeto é*:* "**EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE UM CLIMATIZADOR EVAPORATIVO E DE MATERIAL PERMANENTE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICIPIO DE RIO BRANCO – MT, CONFORME SOLICITAÇÃO DAS MESMAS, sendo que os mesmos necessitam para o melhor desempenho dos trabalhos das Secretarias no Município de Rio Branco – MT, *COM PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICRO-EMPRESAS (ME, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) e MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI)*".** Porém na data e hora da **abertura foi constatado que** NÃO HOUVE MANIFESTO DE NENHUMA EMPRESA INTERESSADA EM PARTICIPAR DO CERTAME TORNANDO-SE DESTA FORMA UM CERTAME **DESERTO**. Ficando assim marcada nova data para aceitação de propostas e habilitação para o dia 16 de outubro de 2019, às 08h00min. Nada mais havendo lavrou-se a presente ata.

VANDERLÉIA RODRIGUES ALVES

Pregoeira Oficial

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL DE Nº 010/2019 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/MT

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL DE Nº 010/2019

Sistema de Registro de Preços

TIPO DESTA LICITAÇÃO: "MENOR PREÇO – POR ITEM"

A Prefeitura Municipal de Rio Branco – MT em 01 de outubro de 2019, através da sua Pregoeira Vanderléia Rodrigues Alves e sua Equipe de Apoio torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 15 de outubro de 2019 às 08h30min, a Licitação na Modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2019**, Sistema de Registro de Preços, cujo objeto é a **"AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES PARA ABASTECIMENTO DE VEÍCULOS OFICIAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – MT"**, a pasta contendo o Edital completo e seus anexos encontram-se a disposição dos interessados no horário de expediente desta Prefeitura.

Rio Branco – MT, em 01 de outubro de 2019.

Vanderléia Rodrigues Alves

– Pregoeira Municipal –

LEI MUNICIPAL N.º 765 DE 23 DE SETEMBRO DE 2019 "ALTERA O INCISO IV DO ART. 45 DA LEI MUNICIPAL N. 396, DE 04 DE JANEIRO DE 2006, QUE REESTRUTURA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO D

LEI MUNICIPAL N.º 765 DE 23 DE SETEMBRO DE 2019

"Altera o inciso IV do art. 45 da Lei Municipal n. 396, de 04 de janeiro de 2006, que Reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Rio Branco/MT e, dá outras providências"

ANTÔNIO XAVIER DE ARAÚJO, Prefeito de Rio Branco, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º A redação do art. 45 da Lei Complementar n. 396, de 04 de janeiro de 2006 passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 45. .....

IV - de uma contribuição mensal do Município, incluídas suas autarquias e fundações, definida na reavaliação atuarial igual a 17,99% (dezessete inteiros e noventa e nove centésimos por cento) calculada sobre a remuneração de contribuição dos segurados ativos relativo ao custo normal**.**

Art. 2º Acrescenta o inciso XI e o §1º ao artigo 45 da Lei Complementar n. 396, de 04 de janeiro de 2006, que passa a vigorar com as seguintes alterações:

XI - dos valores recebidos a título de aportes periódicos para cobertura de déficit atuarial.

§ 1º O plano de amortização destinado a cobertura do déficit atuarial apurado na reavaliação atuarial desempenhada em fevereiro/2019 será realizado em forma de Aportes Periódicos, estabelecido pelos valores discriminados no anexo I, parte integrante desta lei, obedecido os seguintes critérios:

I - Os aportes periódicos instituídos por esta lei serão realizados pelo prazo 12 (doze) meses, deduzidos os recolhimentos já efetuados em conformidade com redação da legislação em vigor.

II - Os valores dos aportes mensais corresponderão ao valor estabelecido na tabela anexa desta Lei, devendo ser anualmente, no mês de janeiro, devidamente atualizado por meio de Decreto, com base no índice inflacionário previsto na Política de Investimento.

III - O déficit atuarial apurado será amortizado por cada órgão e poder do ente federativo, proporcional ao valor de suas reservas matemáticas de benefícios a conceder definidas na avaliação atuarial, conforme estipulado no anexo I desta lei.

Art. 3º Fica homologado o relatório técnico sobre os resultados da reavaliação atuarial, realizado em fevereiro/2019.

Art. 4º A contribuição previdenciária prevista no inciso IV do art. 45 na redação dada por esta lei, e os aportes periódicos instituídos por esta lei, serão exigidos a partir do primeiro dia do mês seguinte ao da publicação desta lei.

Art. 5º Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei nº 758 de 02 de maio de 2019, observado o disposto no artigo anterior.

Gabinete do Prefeito do Município de Rio Branco/MT, 23 de Setembro de 2019.

ANTÔNIO XAVIER DE ARAÚJO

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I

VALORES DE APORTES PERIÓDICOS EM REAIS

ANO DE AMORTIZAÇÃO	PREFEITURA	CÂMARA
TOTAL PARA 2019	547.616,14	5.196,44
2020	647.267,48	6.142,05
2021	748.857,08	7.106,05
2022	852.922,04	8.093,55
2023	958.480,04	9.095,21
2024	1.066.063,91	10.116,09
2025	1.175.703,60	11.156,48
2026	1.287.958,42	12.221,69
2027	1.401.806,54	13.302,02
2028	1.517.263,26	14.397,61
2029	1.636.523,82	15.529,30
2030	1.756.917,04	16.671,73
2031	1.879.554,47	17.835,47

2032	2.005.030,44	19.026,13
2033	2.132.260,88	20.233,45
2034	2.261.835,42	21.463,01
2035	2.394.366,72	22.720,62
2036	2.528.738,19	23.995,70
2037	2.665.557,65	25.294,01
2038	2.805.456,64	26.621,53
2039	2.947.285,08	27.967,37
2040	3.091.669,54	29.337,47
2041	3.238.646,97	30.732,16
2042	3.388.874,99	32.157,71
2043	3.541.157,29	33.602,74

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

LICITAÇÃO
EDITAL DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL COM SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº. 040/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA-MT, através de sua Pregoeira Oficial nomeada através do Decreto nº 1.594/GAB/PMR de 28 de março de 2019, **TORNA PÚBLICO** para o conhecimento dos interessados que no dia e horadesignados para a sessão pública de recebimento dos envelopes contendo Proposta de Preço e documentos para Habilitação referente aoprocedimento licitatório sob a modalidade **PREGÃO PRESENCIAL COM O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº. 040/2019**, processado nos autos do Processo Administrativo de nº. 118/2019, cujo Objeto:**Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de engenharia, arquitetura, engenharia ambiental, para realização de serviços do Cemitério Municipal São José localizado no Município de Rondolândia-MT**, sagrou-se vencedora a empresa: J.S. ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA-ME –CNPJ: 29.091.107/0001-74, com a proposta no valor total da Licitação de R$ 44.950,00 (quarenta e quatro mil novecentos e cinquenta reais).

Rondolândia - MT, 01 de Outubro de 2019.

Keila Taiane

Pregoeira Oficial

ATO ADMINISTRATIVO Nº 154/2019/GAB/PREFEITO

Proc. Administrativo nº 205/2016-GAB.

ASSUNTO: Licença Prêmio para o Servidor **JOÃO DE OLIVEIRA MARES,** no Cargo efetivo **AGENTE DE LIMPEZA URBANA,** Matricula ***nº 413.***

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO, Prefeito do Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no inciso XXVI do Art. 70 da LOM, e,

DECIDO.

1 – Deferir regularizando a concessão da licença prêmio remunerada para o servidor, JOÃO DE OLIVEIRA MARES No Cargo efetivo de AGENTE DE LIMPEZA URBANA, Matricula nº 413, referente ao período de aquisição compreendido entre 01/10/2013 até 01/08/2018, gozando nos meses de OUTUBRO, NOVEMBRO E DEZEMBRO DE 2019.

2– Ao DRH para ciência do servidor e anotações necessárias.

Rondolândia-MT, 01 de outubro de 2019

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

Prefeito Municipal

ATO ADMINISTRATIVO Nº 152/GAB/PMR/2019.

ASSUNTO : Autoriza a conversão em pecúnia de 1/3 das férias, parcela o período de gozo das férias do servidor LUIZ FRANCISCO DA SILVA, procurador municipal, matricula nº 708.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO, Prefeito o Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de que trata o Art. 70 da Lei Orgânica do e,

Considerando que o servidor requereu, conforme Memo. n. 13/PGM/GB/2019, a conversão em pecúnia de 1/3 das férias relativas ao período aquisitivo de 11/07/2018 à 10/07/2019, bem como, que o gozo do remanescente do período seja parcelado em datas distintas;

AUTORIZO, o lançamento das férias do servidor relativo ao período aquisitivo indicado, bem como, com fundamento no artigo 74 da LCM n. 3, de 17/10/2007 (RJU), a conversão de 1/3(um terço) das férias em abono pecuniário. Igualmente, autorizo o gozo em períodos alternados, sendo (10) dez dias entre 11/10/2019 até 20/10/2019 e outros (10) dez dias entre 6/01/2020 a 15/01/2020.

Envie ao DRH/SEMAD para cumprimento.

Publique-se.

Rondolândia – MT, 16 de setembro de 2019.

Agnaldo Rodrigues de Carvalho Prefeito Municipal

ATO ADMINISTRATIVO Nº 153/GAB/PMR/2019.

ASSUNTO : Destitui a pedido a gratificação por exercício de atividades especiais do servidor LUIZ FRANCISCO DA SILVA, procurador municipal, matricula nº 708 de que trata o ato administrativo n. 116/2019.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO, Prefeito o Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de que trata o Art. 70 da Lei Orgânica do e,

Considerando que o servidor apresentou no Memo. n. 13/PGM/GB/2019 as suas razões pelas quais não pretende permanecer em regime de dedicação especial de horário e atribuições;

DESTITUO, a gratificação **por exercício de atividades especiais do servidor LUIZ FRANCISCO DA SILVA, procurador municipal, matricula nº 708, outrora concedida pelo ato administrativo n. 116/2019 que se revoga**.

Envie ao DRH/SEMAD para cumprimento.

Publique-se.

Rondolândia – MT, 16 de setembro de 2019.

Agnaldo Rodrigues de Carvalho Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

PROCURADORIA MUNICIPAL
LEI 1560 - 2019

LEI N.º 1.560/2019

de 01 de Outubro de 2.019

"Dispõe sobre a concessão de benefícios para pagamento de débitos fiscais em atraso, inscritos ou não em divida ativa, e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, **JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO**, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal de Rosário Oeste aprovou, e ELE sanciona a seguinte lei:

Art. 1º. Fica instituído o **programa de recuperação de créditos tributários e não tributários, inscritos ou não na dívida ativa, ajuizados ou**

não, que estejam ou que venham a estar sob a gestão da Procuradoria do Município ou Departamento de Tributos Municipal, destinado a dispensar ou reduzir multas e juros, ou, conceder parcelamento, desde que referentes a fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2.018.

§ 1º. O crédito será consolidado na data do pagamento à vista ou da primeira parcela, compreendendo o valor do tributo com todos os acréscimos legais previstos na legislação tributária e administrativa, vigentes por ocasião da ocorrência dos respectivos fatos geradores.

§ 2º. O sujeito passivo ao aderir o programa instituído por esta lei concorda, de modo irretratável e irrevogável, que as importâncias bloqueadas ou penhoradas em executivos fiscais sejam imediatamente convertidas em renda e que os benefícios previstos no caput deste artigo somente incidirão sobre o saldo devedor remanescente, verificado após a imputação de tais valores.

§ 3º No caso de existir depósito judicial, o sujeito passivo deverá desistir da ação para fins de pagamento do débito com os incentivos deste programa até a data do pagamento da parcela única ou da primeira parcela, observando o seguinte:

a) se o saldo do depósito judicial for insuficiente para a liquidação do crédito, dos honorários advocatícios, das custas, dos emolumentos e das demais despesas processuais, considerados os incentivos deste programa, o contribuinte deverá efetuar o pagamento do saldo devedor remanescente;

b) se o saldo do depósito judicial exceder o valor do crédito estatal, dos honorários advocatícios, das custas, dos emolumentos e das despesas processuais, considerados os incentivos deste programa, o saldo excedente do depósito judicial será restituído à parte autora da ação.

§ 4º. Os benefícios previstos no caput ficam condicionados ao pagamento do crédito à vista ou parcelado, exclusivamente em moeda corrente nacional, sendo vedada a utilização de quaisquer outras modalidades de extinção destes.

Art. 2º. A adesão aos benefícios desta lei deverá ser expressa por meio de assinatura de Termo de Confissão e Parcelamento de Débito, e implica no reconhecimento, irretratável e irrevogável, dos créditos nele indicados, podendo ser assinado apenas pelo titular do domínio do imóvel nos termos definidos pelo artigo 34 da Lei 1465/2016 (CTM), e/ou quem tenha poderes especiais para o ato especifico.

§ 1º O pagamento da primeira parcela ou da parcela única deverá ser realizado no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data de assinatura do Termo de Confissão e é condição essencial para a concessão dos benefícios de que trata esta lei.

§ 2º. Por ocasião da assinatura do Termo mencionado no *caput* deste artigo, o sujeito passivo deverá também renunciar, de forma expressa e irretratável, ao direito sobre o qual funda eventuais ações de embargos à execução, impugnações, exceções, ações ordinárias, bem como a defesas e recursos apresentados no âmbito administrativo.

§ 3º. A desistência de eventuais ações ou embargos à execução, na forma prevista no § 2º deste artigo, poderá ser informada nos respectivos autos pela Fazenda Pública Municipal, se o sujeito passivo não o fizer, espontaneamente, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da homologação do pedido de parcelamento consubstanciado no Termo de Confissão.

Art. 3º. Os **créditos tributários e não tributários consolidados, inscritos ou não na dívida ativa, ajuizados ou não**, que estejam ou que venham a estar sob a gestão da Procuradoria do Município ou Departamento de Tributos Municipal, são reduzidos, para a quantificação do crédito tributário a ser pago, em até 100% (cem por cento) do valor da multa e dos juros, observando-se a seguinte escala:

I - Se pagos em até 60 (sessenta) dias a partir da data de publicação desta Lei: com desconto de 100% (cem por cento) na multa de 100% (cem por cento) nos juros devidos;

II - Se pagos parceladamente até 06 (seis) prestações mensais e sucessivas: com desconto de 80 % (oitenta por cento) na multa e de 80% (oitenta por cento) nos juros devidos;

III - Se pagos parceladamente de 07 (sete) à 12 (doze) prestações mensais e sucessivas: com desconto de 60 % (sessenta por cento) na multa e de 60% (sessenta por cento) nos juros devidos;

IV - Se pagos parceladamente de 13 (treze) à 24 (vinte e quatro) prestações mensais e sucessivas: com desconto de 40% (quarenta por cento) na multa de 40% (quarenta por cento) nos juros devidos.

Parágrafo Único - O parcelamento previsto por esta Lei não isenta o contribuinte (devedor) do pagamento de valores consolidados a titulo de honorários advocatícios a Fazenda Publica Municipal em caso de dividas já ajuizadas, os quais deverão ser recolhidos em conta especifica para tal fim, de titularidade da Prefeitura Municipal de Rosário Oeste – MT, ou diretamente nos autos, em parcela única ao tempo da celebração do termo de formalização do Termo de Confissão e Parcelamento de Débito, observado prazo previsto no artigo 2º, § 1º desta lei.

Art. 4º. O pagamento fracionado dos créditos com base no Programa instituído por esta lei deverá ser feito em parcelas mensais e sucessivas, as quais serão corrigidas em conformidade com os encargos previstos na legislação de regência do respectivo crédito, observado o valor de cada parcela não poderá ser inferior ao montante de 03 (três) Unidade Padrão Fiscal do Município de Rosário Oeste (MT) - UPFM'RO.

Art. 5º. Se ocorrer a interrupção do pagamento por mais de 60 (sessenta dias), a contar da data do vencimento de qualquer parcela, a Fazenda Pública Municipal poderá considerar rescindido o Termo de Confissão e Parcelamento firmado com base nesta lei, independentemente de qualquer aviso ou notificação ao sujeito passivo.

Parágrafo único. Ocorrendo a hipótese prevista no caput deste artigo, a Fazenda Pública Municipal imputará os valores efetivamente pagos, sem os benefícios concedidos com base nesta lei, bem como promoverá a execução do crédito ou a retomada do andamento da respectiva execução fiscal, mediante a juntada de espelho da CDA devidamente atualizada.

Art. 6º. A adesão ao Programa instituído por esta lei não confere ao sujeito passivo beneficiado qualquer direito à restituição ou compensação em relação às importâncias eventualmente pagas.

Art. 7º. Enquanto o parcelamento estiver sendo regularmente cumprido, o respectivo executivo fiscal permanecerá com o seu andamento suspenso.

Art. 8º. Os benefícios previstos nesta lei poderão ser requeridos até 31 de dezembro de 2019, podendo o Chefe do Poder Executivo, mediante expedição de Decreto, prorrogar este prazo por igual período.

Art. 9º. Os benefícios previstos nesta lei não poderão ser cumulados com outros já usufruídos com base em outros diplomas legais.

Art. 10º. Fica autorizado durante a vigência da presente lei, a renovação ou novo parcelamento para de **créditos tributários e não tributários consolidados, inscritos ou não na dívida ativa, ajuizados ou não**, que estejam ou que venham a estar sob a gestão da Procuradoria do Município ou Departamento de Tributos Municipal.

Art. 11º. O Poder Executivo deverá baixar atos regulamentares que se fizerem necessários à implementação desta Lei.

Art. 12º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, **com efeitos temporários até 31.12.2019**, suspendendo durante a sua validade as disposições em contrário, em especial o artigo 377 e seus incisos da Lei Municipal 1.465 de 25 de Novembro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rosário Oeste – MT, 01 de Outubro de 2.019.

JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 031/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 31/2019

Pelo presente instrumento o **MUNICIPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT**, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **JOÃO ANTÔNIO DA SILVA BALBINO**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade n. 1.068. 015-2 SSP/MT e do CPF n. 823.357.531-34, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **NEO CONSULTORIA E ADMINISTRAÇÃO DE BENEFICIOS EIRELLI – EPP**, inscrita no CNPJ n. 25.165.749/0001-10, representada neste ato pelo Sr. **FELIX JODOVAL GIL FERNANDES JUNIOR,** portador do CPF n. 220.409.038-79, nas quantidades estimadas nesta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 10.520/02 e Lei 8666/93 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DE SISTEMA INFORMATIZADO E INTEGRADO DE GERENCIAMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES DO MUNICIPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT EM REDE DE ESTABELECIMENTOS ESPECIALIZADOS E CREDENCIADOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS E PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE OFICINA MECÂNICA EM GERAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DOS ANEXOS DESTE EDITAL.

1.2. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas.

2. DA LICITAÇÃO

2.1. Para registrar os preços do objeto desta Ata foi realizado procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial n. 39/2019, com fundamento nas Leis n. 10.520/02, n. 8.666/93 e alterações posteriores, no que couber, conforme autorização da Autoridade Competente, Sr. João Antônio da Silva Balbino.

3. DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. A empresa detentora do registro deverá realizar prestar os serviços, em estrita observância dos termos constantes no Termo de Referência.

3.2. O objeto deste registro de preços deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação Pregão Presencial n. 39/2019 e seus anexos.

4. DA EMPRESA VENCEDORA E DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1. Empresa Vencedora:

EMPRESA: NEO CONSULTORIA E ADMINISTRAÇÃO DE BENEFICIOS EIRELLI-EPP CNPJ:25.165.749/0001-10	
ENDEREÇO: AV. ALAMEDA RIO NEGRO, N. 503, 18º ANDAR, SALA 1803, BAIRRO ALPHAVILLE INDUSTRIAL, CEP: 06.454-000	**CIDADE/UF: BARUERI/SP**
TELEFONE: (11) 3631-7730	**E-mail:felixfrnandes@facilidades.com.br**
REPRESENTANTE LEGAL: FELIX JODOVAL GIL FERNANDES JUNIOR	
CPF n. 220.409.038-79	

DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Valor Anual Gasto por cada secretaria	Valor Estimado Total	Valor Contratado - 6,60%
Governo	**R$ 20.000,00**	**R$ 18.680,00**
Administração	**R$ 20.000,01**	**R$ 18.680,00**
Saúde	**R$ 249.999,00**	**R$ 233.499,06**
Finanças	**R$ 20.001,00**	**R$ 18.680,00**
Educação	**R$ 250.000,00**	**R$ 233.500,00**
Infra-Estrutura	**R$ 200.000,00**	**R$ 186.800,00**
Agricultura	**R$ 30.000,00**	**R$ 28.020,00**
Assistência Social	**R$ 30.000,00**	**R$ 28.020,00**
Valor Total Contratado:	**R$ 820.000,01**	**R$ 765.880,00**

4.2. O percentual contratado é de - 6,60%, totalizando o valor de R$ 765.880,00 (setecentos e sessenta e cinco mil, oitocentos e oitenta reais);

4.3. Este termo não obriga o MUNICÍPIO a firmar as aquisições nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o objeto, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes correrão à conta dos recursos próprios previstos no orçamento anual do Município do exercício de 2019, bem como 2020, nas seguintes rubricas orçamentárias:

Secretaria Municipal de Secretaria de Administração

Elemento de despesa: **0098-03.003.08.243.0080.2015.339030000000**

Fontes de recurso: 0100000000

Secretaria Municipal de Secretaria de Infraestrutura

Elemento de despesa: **0339 - 08.001.04.122.0003.2054.339039000000**

Fontes de recurso: 0100000000

Elemento de despesa: **0389 - 08.002.17.512.0060.2060.339039000000**

Fontes de recurso: 0100000000

Secretaria Municipal de Secretaria de Assistência Social

Elemento de despesa **0401- 09.001.08.244.0090.2101.339039000000**

Fontes de recurso: 0100000000

Secretaria Municipal de Secretaria de Educação

Elemento de despesa: **0174 – 05.003.12.361.0010.2023.339039000000**

Fontes de recurso: 0100000000

Secretaria Municipal de Secretaria de Governo

Elemento de despesa: **0015-02.001.04.122.0003.2003.339039000000**

Fontes de recurso: 0100000000

Secretaria Municipal de Secretaria do Finanças

Elemento de despesa: **0510-04.001.04.123.0003.2016.339039000000**

Fontes de recurso: 0100000000

Secretaria Municipal de Secretaria de Agricultura

Elemento de despesa: **0321-07.001.20.122.0003.2051.339039000000**

Fontes de recurso: 0100000000

Secretaria Municipal de Secretaria de Saúde

Elemento de despesa: **0302-06.001.10.302.0045.2047.339039000000**

Fontes de recurso: 0100000000

6. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O registro de preços constante desta Ata terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.

6.2. A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na integra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas normas.

7. DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO

FISCALIZAÇÃO

7.1. A **CONTRATANTE é obrigada** a acompanhar, fiscalizar, conferir o fornecimento do objeto do presente certame, através de um Gestor/Fiscal a ser designado, por intermédio de **Portaria**, o qual deverá anotar em registro próprio, as falhas detectadas e comunicar por escrito a autoridade superior todas as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da **CONTRATADA**;

7.1.1. A fiscalização será exercida no interesse do **MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT** e não exclui nem reduz a responsabilidade da licitante **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade da **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos;

7.1.2. Caberá à fiscalização exercer rigoroso controle no cumprimento do Contrato;

7.1.3. Caberá ainda ao Gestor do Contrato as seguintes atribuições:

7.1.3.1 Conferência dos serviços entregues;

7.1.3.2 Registrar no ato do recebimento dos serviços, eventuais ocorrências existentes;

7.1.3.3 Atestar tanto a quantidade, como a qualidade dos serviços entregues, sendo responsável por essas declarações;

7.1.3.4 Aplicar as penalidades previstas neste edital e no presente instrumento, na hipótese da CONTRATADA, não cumprir o contrato, mantidas as situações normais de disponibilidade e volume dos serviços, arcando a referida empresa com quaisquer prejuízos que tal ato acarretar à CONTRATANTE;

7.1.3.5. Deverá certificar, para fins de quitação das Notas Fiscais/Faturas, os documentos de regularidade fiscal da empresa.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

8.1. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da Prefeitura Municipal, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo;

8.2. Executar a entrega do objeto deste certame nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência;

8.3. Não realizar subcontratação total ou parcial dos serviços, sem anuência da Prefeitura Municipal. No caso de subcontratação autorizada pela Contratante, a Contratada continuará a responder direta e exclusivamente pelos serviços e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;

8.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução da Ata de Registro de Preço ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte da Contratante;

8.5. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidente de trabalho com seus empregados, em virtude da execução da presente Ata de Registro de Preço ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências da Prefeitura Municipal;

8.6. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, a critério da Administração, referentes à execução do serviço, nos termos da Lei vigente;

8.7. Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer a Prefeitura Municipal ou a terceiros, decorrentes da prestação dos serviços;

8.8. A empresa contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante todo o fornecimento.

8.9. Cumprir os prazos de entrega, sob pena de aplicação de sanções administrativas;

9. DAS OBRIGAÇÕES DA GERENCIADORA

9.1. Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

9.2. Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;

9.3. Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento;

9.4. Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso dos serviços, objeto da Ata, fixando prazo para sua correção;

9.5. Fiscalizar livremente os serviços, não eximindo a licitante vencedora de total responsabilidade;

9.6. Acompanhar os serviços, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os serviços entregues fora das especificações deste Edital.

10. DA CONTRATAÇÃO

10.1. Observados os critérios e condições estabelecidos no edital do Pregão Presencial n. 39/2019, o MUNICÍPIO e/ou órgãos participantes, visando alcançar a quantidade de bens pretendida, poderá contratar concomitantemente com um ou mais fornecedores que tenham seus preços registrados, respeitando-se a capacidade de fornecimento das detentoras, e obedecida a ordem de classificação das propostas e os preços registrados.

10.2. O Registro de Preços efetuado não obriga o MUNICÍPIO a firmar as contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o objeto, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

10.3. A contratação junto a cada fornecedor registrado será formalizada pelos órgãos integrantes da Administração Direta ou Indireta do Poder Executivo, mediante a assinatura de contrato;

10.4. A critério desta Prefeitura Municipal, o contrato poderá ser substituído por outros instrumentos hábeis, tais como ordem de fornecimento, nota de empenho, autorização de compra, dentre outros, nos termos do artigo 62 da Lei nº 8.666/93.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será feito após a apresentação da nota fiscal devidamente vistada e atestada pelo Fiscal do Contrato.

11.2. Realizado o fornecimento a licitante vencedora deverá apresentar, a(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s), emitida(s) para fins de liquidação e pagamento, acompanhada(s) dos seguintes documentos:

11.2.1. Ofício solicitando o pagamento;

11.2.2. Certidão Negativa de Débitos – CND, referente às contribuições previdenciárias e às de terceiros;

11.2.3. Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF;

11.2.4. Certidões Negativas de Débitos junto às Fazendas Federal e Estadual, do domicílio sede da licitante vencedora;

11.2.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhista – TRT.

11.3. O pagamento será efetuado pelo Município de Rosário Oeste/MT no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, mediante ordem bancária, emitida através do Banco do Brasil, creditada em conta corrente da licitante vencedora.

11.4. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora, na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:

11.4.1. Atestação pelo Fiscal do Contrato, com relação ao cumprimento do objeto desta licitação, das notas fiscais emitidas pela licitante vencedora.

11.5. A contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa dos objetos fornecidos a esta Prefeitura Municipal, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento:

11.5.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas. 11.5.2. Nenhum pagamento isentará o contratado das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos serviços entregues.

11.6. O Município de Rosário Oeste/MT não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de factoring.

11.7. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

12. DAS ALTERAÇÕES

12.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência deste Instrumento, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

12.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

12.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

12.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado o Município poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

12.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

13. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

13.1. O proponente terá o seu registro de preços cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, a pedido, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais previstas, caso as razões do pedido não sejam saneadas, após protocolado em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da constatação das hipóteses a seguir explicitadas:

13.1.1. Comprovar, por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivos à época da elaboração da proposta e do pedido de desoneração do compromisso, estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro que torne seu preço inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo das aquisições/contratações;

13.1.2. Ocorrer fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução contratual decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado.

13.2. Por iniciativa da Prefeitura Municipal de Rosário Oeste, o registro será cancelado:

13.2.1. Quando o proponente:

13.2.1.1. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

13.2.1.2. Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

13.2.1.3. Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

13.2.1.4. Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, da Nota de Empenho, decorrente da Ata de Registro de Preços;

13.2.2. A Prefeitura Municipal de Rosário Oeste poderá cancelar o registro de preços, ainda, por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado.

14. DAS SANÇÕES ADMNISTRATIVAS

14.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei 8.666/93, quais sejam:

14.1.1. Por atraso injustificado na execução do objeto:

14.1.1.1 Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento), sobre o valor da nota de empenho;

14.1.1.2 Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) sobre o total dos dias em atraso, aplicado sobre o valor da nota de empenho, sem prejuízo das demais cominações legais;

14.1.1.3. No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso.

14.1.2. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste ato convocatório, a Prefeitura Municipal de Rosário Oeste/MT poderá, garantida a prévia defesa, aplicar, também, as seguintes sanções:

14.1.2.1. Advertência,

14.1.2.2. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados a Prefeitura Municipal de Rosário Oeste;

14.1.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a administração pública, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de Rosário Oeste por prazo não superior a 02 (dois) anos;

14.2. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente;

14.3. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar a Prefeitura Municipal de Rosário Oeste;

14.4. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

14.5. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

14.5.1. Desclassificação ou inabilitação caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;

14.5.2. Cancelamento da ata de registro de preços, se esta já estiver assinada, procedendo-se a paralisação do fornecimento;

15. DA GARANTIA

15.1. Se, a qualquer tempo, o Município vier a observar qualquer tipo de dano material, ou desconformidade com as especificações constantes deste instrumento, este deverá ser substituído, sendo de inteira responsabilidade da empresa contratada.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As omissões deste instrumento e as dúvidas oriundas de sua interpretação serão sanadas de acordo com o que dispuserem o Edital do Pregão Presencial nº. 39/2019 e as propostas apresentadas pelas CONTRATADAS, prevalecendo, em caso de conflito, as disposições do Edital sobre as das propostas.

16.2. Caberá à PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE o gerenciamento da presente Ata de Registro de Preços nos termos da legislação vigente.

17. DA PUBLICAÇÃO

17.1. Para eficácia do presente instrumento, o Município providenciará a publicação do seu extrato no Jornal Oficial dos Municípios - AMM, conforme Lei n. 10.520/02.

18. DO FORO

18.1. Fica eleito o foro da Comarca de Rosário Oeste/MT, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução deste instrumento, com renúncia das partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam a presente ata em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Rosário Oeste-MT, em 01 de outubro de 2019.

MUNICIPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT

JOÃO ANTÔNIO DA SILVA BALBINO

CONTRATANTE

NEO CONSULTORIA E ADMINISTRAÇÃO DE BENEFICIOS EIRELLI – EPP

CNPJ n. 25.165.749/0001-10

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

NOME :_____ NOME : _____

CPF : CPF :

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

ERRATA DA PORTARIA Nº 001/2019 - SME DE 30 DE SETEMBRO DE 2019

A Secretaria Municipal de Educação de Salto do Céu/MT vem por meio da presente, retificar a publicação da Portaria nº 001/2019 de 30 de Setembro de 2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios no dia 01 de Outubro 2019, acrescentando como anexo o **CRONOGRAMA - ELEIÇÃO DE DIRETORES ESCOLARES: 2020-2021**.

Diante disso, com a presente retificação, a Portaria nº 001/2019 SME de 30 de Setembro de 2019, passa a ter a seguinte redação:

PORTARIA Nº. 001/2019 – SME.

A Secretária de Educação de Salto do Céu/MT no uso de suas atribuições legais e com base nos princípios da Gestão Democrática emanados da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, da Lei Federal nº 9.394/1996, da Lei Complementar nº 49/1998, da Lei Complementar nº 50/1998, da Lei nº 7.040/1998 e suas alterações e do Decreto Federal nº 6.094/2007 e Lei Municipal nº 0369/2019, Lei nº 375/2010 e do PME n° 531 de 22 de Junho de 2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar a abertura do processo eleitoral para a escolha de diretor de unidade escolar da rede pública municipal para o biênio 2020/2021, conforme cronograma anexo a esta Portaria.

§ 1° - O processo eleitoral deverá ocorrer na rede pública municipal de ensino de Salto do Céu- MT.

Art. 2º - Os critérios para escolha de diretor escolar têm como referência clara os campos do conhecimento, das competências, de advertências e habilidades gestoras necessárias ao exercício da função.

Art. 3º - O processo de escolha do profissional da educação a ser designado para a função gratificada de diretor de escola pública municipal será realizado em duas etapas:

I – **1ª Etapa** - constará de ciclos de estudos de no mínimo 08 (oito) horas, considerando apto o candidato com 100% (cem por cento) de frequência. Nessa etapa, o candidato realizará uma auto avaliação e decidirá se há compatibilidade profissional e pessoal para o exercício da função de diretor escolar.

II - **2ª Etapa** - constará de seleção do candidato pela comunidade escolar por meio de votação, na própria unidade escolar, levando-se em consideração a proposta de trabalho do candidato, que deverá conter:

a - objetivos e metas para melhoria da unidade escolar e do ensino em consonância com a Política Educacional da Secretaria Municipal de Educação, com o Projeto Político Pedagógico (PPP) da unidade escolar;

b - plano de reavaliação e intervenção pedagógica com vista à melhoria da qualidade do ensino, considerando a avaliação externa (SAEB);

c - estratégias para a participação da comunidade no cotidiano da unidade escolar, na gestão dos recursos financeiros, bem como, construção do currículo escolar, acompanhamento e avaliação das políticas públicas e ações pedagógicas;

d - estratégias para a preservação do patrimônio público;

e - estratégias para manter atualizados os atos autorizativos para o funcionamento da unidade escolar, junto ao Conselho Estadual de Educação – CEE/MT.

§ 1º - Na definição das metas de curto e longo prazo, dos objetivos, ações e previsão orçamentária que constituirão a Proposta de Trabalho, o candidato deverá apoiar-se no PPP, PDDE e repasse realizado mensalmente pela Secretaria Municipal de Finanças e o Plano de Ações Articuladas para o município de Salto do Céu – MT.

§ 2º - O diretor em exercício garantirá o acesso do candidato ao PPP em execução na unidade escolar, bem como disponibilizará dados, informações e documentos resultantes da avaliação das metas propostas e executadas, inclusive, pontuando as facilidades e dificuldades em operacionalizá-las, objetivando subsidiar a elaboração da proposta de trabalho do candidato.

§ 3º - No exercício do seu mandato, o diretor terá como balizador da sua atuação a proposta de trabalho aprovada pela comunidade e a avaliação anual do seu desempenho, que incidirá sobre a execução e resultados dessa proposta.

Art. 4º - A Comissão Eleitoral Escolar será composta em Assembleia Geral.

§ 1º - A Assembleia Geral a que se refere o caput deste artigo deverá ser realizada em horário que possibilite o atendimento ao maior número possível de interessados na exposição da Proposta de Trabalho, cujo teor deverá ser amplamente divulgado.

§ 2º - Na Assembleia Geral deverá ser concedido a cada candidato a mesma fração de tempo para exposição e debate de sua proposta de trabalho.

Art. 5º - O candidato que não fizer apresentação da proposta de trabalho em Assembleia Geral, em data e horário marcados pela Comissão, estará automaticamente desclassificado.

Art. 6º - Para participar do processo de que trata esta lei, o candidato, integrante do quadro dos profissionais da Educação Básica, deve:

I - ser ocupante de cargo efetivo do quadro dos profissionais da Educação Básica;

II - ter no mínimo 02 (dois) anos de efetivo exercício ininterruptos até a data de inscrição, prestados na escola que pretende dirigir;

III - ser habilitado em nível de Licenciatura Plena em Pedagogia;

IV - participar dos ciclos de estudos a serem organizados, sob orientação da Secretaria Municipal de Educação;

Art. 7º – É vedada a participação no processo eletivo, o profissional que nos últimos 05 (cinco) anos:

I – tenha sido suspenso, dispensado ou exonerado do exercício da função, em decorrência de processo administrativo disciplinar;

II – esteja respondendo a processo administrativo disciplinar;

III – esteja respondendo a processo de sindicância administrativa;

IV – esteja sob licenças contínuas.

Art. 8º - E não havendo candidatos na unidade escolar será realizada nomeação ao diretor escolar pelo chefe do poder executivo municipal.

Art. 9º – Haverá na escola uma Comissão para conduzir o processo de seleção de candidato à direção, que será constituída em Assembleia Geral.

§ 1º - Devem compor a Comissão um membro efetivo e seu respectivo suplente, dentre:

I – representante dos profissionais da Educação Básica;

II – representante dos pais;

III – representante dos alunos maiores de 14 (quatorze) anos. Caso não tenha, deverão der composta por outro membro representante dos profissionais da Educação Básica.

§ 2º - A Comissão de seleção, uma vez constituída, elegerá um de seus membros para presidi-la.

§ 3º - O membro da Comissão que praticar qualquer ato lesivo às normas que regulam o processo será substituído pelo seu suplente, após a comprovação da irregularidade e parecer da Secretaria Municipal de Educação.

§ 4º - Não poderá compor a Comissão Eleitoral Escolar:

I – qualquer um dos candidatos, seu cônjuge e/ou parente até o segundo grau;

II – o servidor em exercício nas funções de diretor;

§ 5º - O diretor da unidade escolar deverá colocar à disposição da Comissão os recursos humanos e materiais necessários ao desempenho de suas atribuições.

Art. 10 – A Comissão terá, dentre outras, as atribuições de:

I – planejar, organizar, coordenar e presidir o processo de seleção do candidato da comunidade escolar;

II – divulgar amplamente as normas e os critérios específicos relativos ao processo de seleção;

III – analisar, juntamente com a Secretária de Educação do Município as inscrições dos candidatos, deferindo-as ou não;

IV – convocar a Assembleia Geral para a exposição das propostas de trabalho dos candidatos aos alunos, aos pais e aos profissionais da educação;

V – providenciar material de votação, lista de votantes por segmento e urnas;

VI – credenciar até dois fiscais, indicados pelos candidatos, identificando-os através de crachás;

VII – lavrar e assinar as atas de todas as reuniões e decisões em livro próprio;

VIII – receber os pedidos de impugnação por escrito, relativo ao candidato ou ao processo para análise junto com a Secretaria de Educação e emitir parecer no máximo em 24 horas após o recebimento do pedido;

IX – designar, credenciar, instruir, com a devida antecedência os componentes das mesas receptoras e escrutinadoras;

X – acondicionar as cédulas de votação, bem como a listagem dos votantes em envelope lacrado e rubricado por todos os seus membros, arquivando na escola por um prazo de 90 (noventa) dias. Após esse prazo, proceder à incineração;

XI - divulgar o resultado final do processo de seleção e enviar a documentação à Secretaria de Educação, em até 24 (vinte e quatro) horas.

Art. 11 – Na Assembleia Geral deverá ser concedida a cada candidato a mesma fração de tempo para exposição e debate da sua proposta de trabalho.

Art. 12 – É vedado ao candidato e à comunidade:

I – exposição de faixas e cartazes fora da unidade escolar;

II – distribuição de panfletos promocionais e de brindes de qualquer espécie como objeto de propaganda ou de aliciamento de votantes;

III – realização de festas na unidade escolar, que não estejam previstas no calendário letivo;

IV – atos que impliquem o oferecimento, promessas inviáveis ou vantagens de qualquer natureza;

V – aparição isolada nos meios de comunicação, mesmo que em qualquer forma de

entrevista;

VI – utilização de símbolos, frases, imagens associadas ou semelhantes às empregadas por órgãos do governo.

Art. 13 – Estará afastado do processo, á vista de representação da parte ofendida, devidamente fundamentada e dirigida à comissão, o candidato que praticar quaisquer dos atos do Artigo 12 desta portaria, ou que permitir a outrem praticá-los em seu favor.

Parágrafo único – Caso o candidato possua apelido pelo qual é conhecido poderá usá-lo para divulgação de sua candidatura junto à comunidade escolar.

Art. 14– Podem votar:

I – profissionais da educação em exercício na unidade escolar;

II – alunos regularmente matriculados com frequência comprovada, que tenham no mínimo 14 (quatorze) anos.

III – pai e mãe (dois votos por família) ou responsável (um voto por família).

§ 1º - O profissional da educação com filhos na escola votará apenas pelo seu segmento.

§ 2º - O profissional da educação que ocupa mais de um cargo na escola votará só uma vez.

Art. 15 – No ato de votação, o votante deverá apresentar à mesa receptora um documento que comprove sua legitimidade (documento de identidade ou outro documento oficial com fotografia).

Art. 16- Não é permitido o voto por procuração.

Art. 17 – O votante com identidade comprovada, cujo nome não conste em nenhuma lista, poderá votar numa lista em separado.

Art. 18 – O processo de votação será conduzido por mesas receptoras designadas pela Comissão de eleição.

Art. 19 – Poderão permanecer no recinto destinado à mesa receptora apenas os seus membros e os fiscais.

Art. 20 – Nenhuma autoridade estranha à mesa receptora poderá intervir, sob pretexto algum, em seu regular funcionamento, exceto o presidente da Comissão, quando solicitado.

Art. 21 – Cada mesa será composta por no mínimo três e no máximo cinco membros e dois suplentes, escolhidos pela Comissão entre os votantes e com antecedência mínima de três dias.

Parágrafo Único – Não podem integrar a mesa os candidatos, seus cônjuges e parentes até o segundo grau.

Art. 22 – Os eventuais pedidos de impugnação dos mesários, devidamente fundamentados, serão dirigidos ao presidente da Comissão e, caso sejam considerados pertinentes, a substituição será feita pelo suplente.

Parágrafo Único – O candidato que não solicitar a impugnação ficará impedido de arguir, sobre este fundamento, a nulidade do processo.

Art. 23- O voto deverá ser dado em cédula única, contendo o carimbo identificador da unidade escolar, devidamente assinado pelo presidente da Comissão e dos mesários.

Art. 24 – O secretário da mesa deverá lavrar a ata circunstanciada dos trabalhos realizados, que deverá ser assinada por todos os mesários.

Art. 25 – Os fiscais indicados pelos candidatos poderão solicitar ao presidente da mesa o registro em ata, de eventuais irregularidades ocorridas durante o processo.

Art. 26 – As mesas receptoras, uma vez encerrada a votação e elaborada a respectiva ata, ficam automaticamente transformadas em mesas escrutinadoras, para procederem imediatamente à contagem dos votos, no mesmo local de votação.

§ 1º - Antes da abertura da urna instalada na unidade escolar e salas anexas, a Comissão deverá verificar se há indícios de violação e, em caso de constatação, a mesma deverá ser encaminhada com o relatório à Secretaria Municipal de Educação.

§ 2º - Antes da abertura da urna, a mesa escrutinadora deverá examinar os votos tomados em separados, incluindo-os entre os demais, ou anulando-os se for o caso, preservando o sigilo.

Art. 27 - São nulos os votos:

I – registrados em cédulas que não correspondam ao modelo padrão;

II – que indiquem mais de um candidato;

III – que contenham expressões ou qualquer outra manifestação além daquela que exprime o voto;

IV – dados os candidatos que não estejam aptos a participar da 2ª etapa do processo.

Art. 28 – Concluídos os trabalhos de escrutinação, lavrada a ata do resultado final de todo o processo e assinada pelos componentes da mesa escrutinadora, todo material será entregue ao Presidente da Comissão que se reunirá com os demais membros para:

I – verificar toda a documentação;

II – decidir sobre eventuais irregularidades;

III – divulgar o resultado final da votação.

Parágrafo Único – E no caso de dois ou mais candidatos, e havendo empate, os mesmos contarão com os seguintes critérios para desempate:

I – Grau de escolaridade;

II - Tempo de serviço;

III- Idade do candidato;

Art. 29 – No momento de transmissão da função ao diretor eleito, o profissional da educação que estiver na direção, deverá apresentar a avaliação pedagógica da sua gestão e fazer a entrega do balanço do acervo documental e do inventário do material, do equipamento e do patrimônio existentes na unidade escolar.

Art. 30 – O profissional da educação que esteja exercendo a direção da escola, caso seja novamente escolhido, deve apresentar à comunidade, em Assembleia Geral, a prestação de contas da gestão anterior, no momento da posse.

Art. 31 – O candidato eleito será nomeado pelo chefe do poder executivo municipal para o mandato de 02 (dois) anos e poderá concorrer a mais um mandato consecutivo.

Art. 32 – Das decisões da comissão cabem recursos dirigidos à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 33 - Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação.

Art.34 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Salto do Céu-MT, 30 de Setembro de 2019.

Profª. Rute Novato de Almeida

Secretária Municipal de Educação, Esportes e Lazer.

CRONOGRAMA - ELEIÇÃO DE DIRETORES ESCOLARES: 2020-2021			
MESES E DATAS		AÇÕES	LOCAL
OUTUBRO	01/ 10/ 2019	PUBLICAÇÃO DA PORTARIA	NA UNIDADE ESCOLAR
OUTUBRO	02/ 10/ 2019 À 04/ 10/ 2019	PERÍODO DE INSCRIÇÃO	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.
OUTUBRO	16/ 10/ 2019 À 18/ 10/ 2019	FORMAÇÃO DA COMISSÃO ELEITORAL E DIVULGAÇÃO DA CANDIDATURA E APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE TRABALHO À COMUNIDADE ESCOLAR.	NA UNIDADE ESCOLAR
OUTUBRO	23/ 10/ 2019 E 24/ 10/ 2019	CICLO DE ESTUDOS GESTÃO ESCOLAR	ESCOLA MUNICIPAL SIMÃO BORORÓ.
NOVEMBRO	22/ 11/ 2019	ELEIÇÃO DAS 08:00h ÁS 17:00h.	
DEZEMBRO	02/ 12/ 2019	ENCAMINHAMENTO DO PLANO DE TRABALHO À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PELO DIRETOR ELEITO.	DIRETOR ELEITO DA UNIDADE ESCOLAR.
JANEIRO	02/ 01/ 2020	POSSE DO DIRETOR	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU - MT/RELATÓRIOS RGF 1º SEMESTRE 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CEU

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

JUL/2018 A JUN/2019

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses) LIQUIDADAS												TOTAL (últimos 12 meses)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	JUL/2018	AGO/2018	SET/2018	OUT/2018	NOV/2018	DEZ/2018	JAN/2019	FEV/2019	MAR/2019	ABR/2019	MAI/2019	JUN/2019	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL(I)	625.319,57	657.341,76	633.675,80	636.542,01	634.701,54	804.411,55	669.528,32	653.603,49	665.835,99	691.174,58	678.745,89	658.392,44	8.009.272,94	0,00
Pessoal Ativo	625.319,57	657.341,76	633.675,80	636.542,01	634.701,54	804.411,55	669.528,32	653.603,49	665.835,99	691.174,58	678.745,89	658.392,44	8.009.272,94	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	531.020,46	544.589,92	530.493,70	518.820,60	520.912,25	683.489,60	551.859,52	539.840,31	562.151,75	548.776,65	555.405,87	534.422,49	6.621.783,12	0,00
Obrigações Patronais	94.299,11	112.751,84	103.182,10	117.721,41	113.789,29	120.921,95	117.668,80	113.763,18	103.684,24	142.397,93	123.340,02	123.969,95	1.387.489,82	0,00
Benefícios Previdênciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§1º do art.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§1º do art. 19 da LRF)	16.881,20	12.405,02	2.899,88	33.753,52	40.804,80	209.328,07	30.065,16	44.449,19	28.620,00	45.185,76	40.902,20	33.236,68	538.531,48	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	9.149,74	2.552,89	2.899,88	5.133,52	12.184,80	180.708,07	1.445,16	15.829,19	0,00	16.604,81	12.321,25	4.655,73	263.485,04	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	7.731,46	9.852,13	0,00	28.620,00	28.620,00	28.620,00	28.620,00	28.620,00	28.620,00	28.580,95	28.580,95	28.580,95	275.046,44	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	608.438,37	644.936,74	630.775,92	602.788,49	593.896,74	595.083,48	639.463,16	609.154,30	637.215,99	645.988,82	637.843,69	625.155,76	7.470.741,46	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	17.307.467,45	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais(V) (§13, art. 166 da CF)	83.000,00	
=RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	17.224.467,45	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	7.470.741,46	43,37
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	10.334.680,47	60,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	9.817.946,45	57,00
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	9.301.212,42	54,00

Nota:
1 - Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas.
Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64
2 - A Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores, nos termos do Art. 29-A da Constituição Federal

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.239], PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CEU Portaria Nº 389 de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CEU

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO/2019 A JUNHO/2019

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") R$ 1

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2019		
		1º Semestre	2º Semestre	-
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	0,00	0,00	0,00	-
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	-
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	-
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	-
Internos	0,00	0,00	0,00	-
Externos	0,00	0,00	0,00	-
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	-
Internos	0,00	0,00	0,00	-
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	-
Externos	0,00	0,00	0,00	-
Parcelamento e Renegociação de dívidas	0,00	0,00	0,00	-
De Tributos	0,00	0,00	0,00	-
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	-
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	-
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	-
Com Instituição Não financeira	0,00	0,00	0,00	-
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	-
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	-
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	-
DEDUÇÕES (II)	0,00	0,00	0,00	-
Disponibilidade de Caixa	0,00	0,00	0,00	-
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	-
(-) Restos a Pagar Processados	148.675,53	1.052,97	0,00	-
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA² (DCL) (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	17.838.362,21	17.307.467,45	0,00	-
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	0,00	0,00	0,00	-
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	0,00	0,00	0,00	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <	21.406.034,65	20.768.960,94	0,00	-
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - <108%>	19.265.431,19	18.692.064,85	0,00	-

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2019		
		1º Semestre	2º Semestre	-
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	-
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DCL	0,00	0,00	0,00	-
PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00	0,00	-
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	148.675,53	1.052,97	0,00	-
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES SEM CONTRAPARTIDA	40.968,39	69.076,64	0,00	-
RP NÃO-PROCESSADOS	812.224,82	447.331,63	0,00	-
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA – ARO	0,00	0,00	0,00	-
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00	-
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS - LC 151/2015	0,00	0,00	0,00	-

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.239], PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CEU Portaria Nº 389 de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CEU

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO/2019 A JUNHO/2019

RGF – ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º) R$ 1

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2019		
		1º Semestre	2º Semestre	-
AOS ESTADOS (I)	0,00	0,00	0,00	-
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	-
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	-
AOS MUNICÍPIOS (II)	0,00	0,00	0,00	-
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	-
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	-
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	0,00	0,00	0,00	-
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	-
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	-
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0,00	0,00	0,00	-
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	0,00	0,00	0,00	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	17.838.362,21	17.307.467,45	0,00	-
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <	3.924.439,69	3.807.642,84	0,00	-
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - <19,8%>	3.531.995,72	3.426.878,56	0,00	-

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2019		
		1º Semestre	2º Semestre	-
DOS ESTADOS (VII)	0,00	0,00	0,00	-
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	-
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	-
DOS MUNICÍPIOS (VIII)	0,00	0,00	0,00	-
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	-
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	-
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)	0,00	0,00	0,00	-
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	-
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	-
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)	0,00	0,00	0,00	-
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX	0,00	0,00	0,00	-

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.239], PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CEU Portaria Nº 389 de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CEU

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO/2019 A JUNHO/2019

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c") R$ 1

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de Referência	No Semestre de Referência (a)
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação 1 (I)	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação 1 (II)	0,00	0,00
TOTAL (III)	0,00	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)	17.307.467,45	100,00
OPERAÇÕES VEDADAS (V)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VI)= (IIIa + V - Ia - IIa)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	2.769.194,79	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - <14.4%>	2.492.275,31	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.211.522,72	7,00

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Semestre; de Referência	No Semestre de Referência (a)
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.239], PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CEU Portaria Nº 389 de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CEU

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

Referência: JANEIRO A DEZEMBRO /2019

RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R$ 1

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (Antes da Inscrição em Restos a Pagar Não Processados)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (Não Inscritos por Insuficiência Financeira)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras					
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício							
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(f)=(a-(b+c+d+e)-f)			(f)=(a-(b+c+d+e)-f)
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS - Con	544.736,70	544.736,70	544.736,70	0,00	0,00	0,00	544.736,70	0,00	0,00	544.736,70
Recursos Ordinários	544.736,70	544.736,70	544.736,70	0,00	0,00	0,00	544.736,70	0,00	0,00	544.736,70
Outros Recursos não Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	1.228.972,04	1.177.180,19	1.177.180,19	51.791,85	0,00	0,00	1.177.180,19	0,00	0,00	1.177.180,19
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos -	68.922,99	68.922,99	68.922,99	0,00	0,00	0,00	68.922,99	0,00	0,00	68.922,99
Transferências do FUNDEB	126.814,87	126.814,87	126.814,87	0,00	0,00	0,00	126.814,87	0,00	0,00	126.814,87
Outros Recursos Vinculados à Educação	90.517,95	90.517,95	90.517,95	0,00	0,00	0,00	90.517,95	0,00	0,00	90.517,95
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos -	56.195,15	56.195,15	56.195,15	0,00	0,00	0,00	56.195,15	0,00	0,00	56.195,15
Outros Recursos Vinculados à Saúde	474.911,68	474.911,68	474.911,68	0,00	0,00	0,00	474.911,68	0,00	0,00	474.911,68
Recursos Vinculados à Assistência Social	32.917,54	32.917,54	32.917,54	0,00	0,00	0,00	32.917,54	0,00	0,00	32.917,54
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito (exceto vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	34.391,70	34.391,70	34.391,70	0,00	0,00	0,00	34.391,70	0,00	0,00	34.391,70
Outros Recursos Vinculados	344.300,16	292.508,31	292.508,31	51.791,85	0,00	0,00	292.508,31	0,00	0,00	292.508,31
TOTAL (III) = (I + II)	1.773.708,74	1.721.916,89	1.721.916,89	51.791,85	0,00	0,00	1.721.916,89	0,00	0,00	1.721.916,89

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.239], PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CEU

Portaria Nº 389 de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CEU

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO/2019 A JUNHO/2019

LRF, art. 48 – Anexo 6 R$ 1

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR
Receita Corrente líquida	17.307.467,45
Receita Corrente líquida Ajustada	17.224.467,45

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	7.470.741,46	43,37
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	10.334.680,47	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	9.817.946,45	57,00
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	9.301.212,42	54,00

DÍVIDA CONSOLÍDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	20.768.960,94	120,00

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	3.807.642,84	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	2.769.194,79	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.211.522,72	7,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

PREVIDENCIA
PORTARIA N.º 23/2019

01/10/2019

"Dispõe sobre a prorrogação da concessão do benefício de Auxílio Doença em favor da servidora Sra Luciene de Souza Pires Silva."

O Diretor Executivo do SANTA RITA- PREVI - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos dos Arts. 18 a 22, da Lei Complementar nº 16 de maio de 2013.

Resolve,

Art. 1º - Fica Prorrogada a concessão do benefício de **Auxílio Doença** em favor da servidora **LUCIENE DE SOUZA PIRES**, efetiva no cargo de **TECNCO EM DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - MONITOR**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com a totalidade da remuneração de contribuição a partir de 14/09/2019 e término em 18/09/2019, conforme processo do Administrativo de Auxilio Doença deste RPPS, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revoga-se as disposições em contrário, com efeitos retroativos a 18/09/2019.

Registre-se, Publique-se e Cumpre-se.

Santa Rita do Trivelato - MT, 01 de Outubro de 2.019.

FABIO LOHMANN

Diretor Executivo

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0395/2019, DE 01 DE OUTUBRO DE 2019.

PORTARIA Nº 0395/2019, DE 01 DE OUTUBRO DE 2019.

SÚMULA: "CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA VERA LUCIA MORAES DE SOUZA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RESOLVE:

Art. 1º - **CONCEDER** "licença prêmio" a servidora **VERA LUCIA MORAES DE SOUZA,** portadora do RG nº 756050 SSP/MS e inscrito no CPF/MF sob o nº 502.356.561-00,lotada na Secretaria Municipal de Educação no cargo de Professores 30 horas semanais, com sua vigência de 01/10/2019 a 30/10/2019.

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as demais disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 01 OUTUBRO DE DE 2019.

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 087/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 047/2019 – REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 087/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 047/2019 – REGISTRO DE PREÇOS

DETENTOR: MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT; DETENTORA: **EXTRA MAQUINAS S/A**, inscrita no CNPJ sob nº. 19.293. 041/0002-22; VIGÊNCIA: 01/10/2019 ATÉ 01/10/2020; VALOR TOTAL**: R$ 163.000,00;** OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEÍCULO RODOVIÁRIO DO TIPO CAMINHÃO PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT,** resultado do PREGÃO PRESENCIAL Nº 047/2019 para REGISTRO DE PREÇOS. DATA: 01/10/2019.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 394/2019 DE 01 DE OUTUBRO DE 2019.

PORTARIA Nº 394/2019

DE 01 DE OUTUBRO DE 2019.

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA SANDRA REGINA HAUBRICKT.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º. Concede Férias a servidora SANDRA REGINA HAUBRICKT, portadora do RG nº 1189729-5 SSP/MT e inscrita no CPF/MF sob o nº 837. 564.421-87, no período de 02/10/2019 a 31/10/2019.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 01 DE OUTUBRO DE 2019.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 337/SMRH/2019

PORTARIA Nº 337/SMRH/2019

O Secretário Municipal de Recursos Humanos, Sr. **OTÁVIO AUGUSTO TEIXEIRA MELHORANÇA**, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a exigência do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, para atender o principio da eficiência sobre a execução contratual;

RESOLVE:

Artigo 1º – Designar a Servidora**NATALINA VILALVA DA MATA**, Coordenadora da Previdência Municipal – Previ Leverger, lotado na Secretaria Municipal de Recursos Humanos, para fiscalizar o contrato administrativo N° 001/2019 firmado entre o Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Santo Antônio do Leverger – Previ Leverger e o Consórcio Gestor RPPS.

Artigo 2º– A função da figura do fiscal de contrato terá a incumbência de verificar a fiel execução do contrato fazendo registros de todas as ocorrências de relevância, vinculadas à sua execução, em forma de relatórios que devem ser comunicados mensalmente a Secretaria Municipal de Recursos Humanos/RPPS, para que tenha o pleno conhecimento e quando a situação assim exigir, determinar as necessárias correções.

Artigo 3° – Esta Portaria entrará em vigor, a partir de 30 de Julho de 2019.

Registra-se, Publica-se,Cumpra-se.

Santo Antônio de Leverger-MT, 05 de agosto de 2019.

OTÁVIO AUGUSTO TEIXEIRA MELHORANÇA

Secretário Municipal de Recursos Humanos

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO Nº. 092/2018.

Pelo presente instrumento aditivo contratual regido pela Lei Federal nº. 8.666 de 21 de Junho de 1.993, e a Medida Provisória nº. 434 de 27 de fevereiro de 1.994 resolvem entre si, na melhor forma de direito, como partes:

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE-MT, inscrito no CPF sob o n.º 04.217.362/0001-90, com sede na Rua A, nº 367, Bairro Jardim Santa Inês, situado na cidade de Santo Antônio do Leste-MT, neste ato representado por seu Prefeito o Sr. Miguel José Brunetta, brasileiro, casado, portador do RG n.º 1.427.577 – SSP/PR e do CPF n.º 326.034. 369-53, residente e domiciliado na cidade de Santo Antônio do Leste-MT;

LOCADOR: Aparecida Alves da Silva, brasileira, residente e domiciliada na Rua Primavera, nº 1420, Jardim Bem Viver, CEP: 78.628-000 Município de Santo Antônio do Leste, portadora da cédula de identidade RG nº 9. 324-682 SSP/MG, e inscrita no CPF/MF sob o nº 037.796.866-86, doravante denominada de **LOCADORA**, conforme cláusulas e condições a seguir:

Resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 092/2018 de 25/09/2018 sujeitando-se às normas internas da Contratante, naquilo que couber independente de transição, mediante as cláusula e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação de prazo de locação do Contrato original de nº 092/2018, à CLÁUSULA OITAVA, ante aos motivos de força maior, alheio à vontade das partes, conforme segue:

CLÁUSULA SEGUNDA – ALTERAÇÃO

Fica acrescentado à CLÁUSULA OITAVA – Da Alteração do Contrato – **fica prorrogado o prazo de locação com o término em 24 de setembro de 2020.**

CLÁUSULA TERCEIRA - JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

A necessidade de implementação deste Termo Aditivo ao Contrato original, justifica-se pela necessidade da continuidade dos serviços constantes no objeto e decorre de autorização do Exmo. Sr. Prefeito Municipal. Este aditivo encontra amparo legal no artigo 57, II da Lei 8.666, de 21 de Junho de 1.993.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato originário.

E, por assim estarem justos e contratados CONTRATANTE E CONTRATADA, mutuamente assinam o presente Termo Aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual forma e teor, rubricados para todos os fins de direito, em presença de 02 (duas) testemunhas.

Santo Antônio do Leste - MT, 19 de setembro de 2019

PELA CONTRATANTE:

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

Prefeito Municipal

PELO CONTRATADO:

APARECIDA ALVES DA SILVA

CPF - **037.796.866-86**

T E S T E M U N H A S

1ª _____

Nome:

R.G.:

C.P.F.

2ª _____

Nome:

R.G.

C.P.F.

CONTRATO N.º 139/2019 - DISPENSA DE LICITAÇAO 056/2019

CONTRATO N.º 139/2019

Pelo presente instrumento particular que fazem entre si, de um lado, o Município de Santo Antônio do Leste-MT, inscrito no CNPJ sob o n.º 04.217.362/0001-90, com sede na Rua A, nº 367, Bairro Jardim Santa Inês, situado na cidade de Santo Antônio do Leste-MT, neste ato representado por seu Prefeito o Sr. Miguel José Brunetta, brasileiro, casado, portador do RG n.º 1.427.577 – SSP/PR e do CPF n.º 326.034.369-53, residente e domiciliado na cidade de Santo Antônio do Leste-MT ***CONTRATANTE***, e do outro lado, 53, residente e domiciliado na cidade de Santo Antônio do Leste-MT ***CONTRATANTE***, e do outro lado, **EMILY KALINNE DE SOUZA VIEIRA – CNPJ: 27.820.425/0001-01**, com sede na Rua Tancredo Neves, nº 243, bairro Parque Sagrada Família – Rondonópolis/MT - CEP: 78735-211, doravante denominada simplesmente ***CONTRATADA***, tem justo e contratado o presente contrato de prestação de serviços, mediante as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

01.1. O presente contrato tem por objeto a **Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de elaboração e execução de projeto técnico (PTEC), a ser realizado no ginásio poliesportivo de Santo Antônio do Leste, visando a liberação do local para promoção de eventos e afins.**

CLÁUSULA SEGUNDA – REGIME DE EXECUÇÃO

02.1. O regime de execução a ser utilizado será o de execução indireta, na modalidade de empreitada por preço global.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

3.1. Este contrato se fundamenta na dispensa de licitação nº 056/2019, e se consubstancia nos dispositivos da Lei Federal nº 8.666/93 alterado pela Lei nº 8.884/94 e suas alterações posteriores e nas convenções estabelecidas neste instrumento.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

04.1. O valor total da prestação de serviços, objeto do presente contrato é de R$ 12.000,00 (doze mil reais).

04.2. A Administração se obriga a fazer o pagamento em até 30 (trinta) dias após a e emissão da nota fiscal atestada pelo departamento competente.

04.3. Nenhum pagamento isentará o contratado das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva das entregas efetuadas.

04.4. A Prefeitura Municipal não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

04.5. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

04.6. As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas das Certidão Negativa de Débitos para com o Sistema de Seguridade Social–INSS e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviços – FGTS e com o Tribunal Superior do Trabalho – TST.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO

05.1. O prazo de vigência do presente contrato iniciará com a assinatura do presente instrumento e com término em 01 de janeiro de 2020.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

06.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Gabinete da Secretaria de Desporto e Lazer

Ficha 667

Manutenção da secretaria municipal de Desporto e Lazer.

02.11.27.812.5013.2072.3.3.90.36.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

7.1. O presente contrato poderá ser alterado de acordo com o art. 65 da Lei Nº 8.666/93, com as devidas justificativas conforme a seguir:

7.1.1. Unilateralmente pela Administração nos seguintes casos:

a) Quando houver modificação do serviço ou das suas especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) Quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu serviço, nos limites permitidos por esta Lei;

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES CABÍVEIS E DOS VALORES DAS MULTAS

8.1. **As penalidades contratuais serão efetuadas por meio de advertência verbal ou escrita, multas, restrições do contrato, declaração de idoneidade e suspensão do direito de licitar e contratar, de acordo com o capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.**

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

a) Executar os serviços do objeto deste certame nos termos estabelecidos pela Prefeitura;

b) Encaminhar a Nota Fiscal do serviço executado para posterior encaminhamento à Secretaria Municipal da PREFEITURA a fim de efetivação do pagamento devido;

c) Apresentar, junto com a Nota Fiscal, os documentos que comprovem a regularidade com a Seguridade Social (CND), o FGTS (CRF) e quitação de tributos e contribuições municipais;

d) Prestar esclarecimentos que forem solicitados pela PREFEITURA, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

e) Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho

quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências da PREFEITURA; e;

f) Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto a ser contratado, sem a devida anuência da PREFEITURA;

g) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

h) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

i) Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da presente relação contratual, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela CONTRATANTE;

j) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente dispensa;

k) Providenciar para que seus empregados cumpram as normas internas relativas à segurança do CONTRATANTE;

l) Manter um supervisor responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto, para tratar com o FISCAL DE CONTRATO, dos assuntos relacionados com a execução do Contrato;

m) Substituir/corrigir o serviço que estiver fora das especificações contidas no presente Termo de Referência ou que apresentar defeito ou imperfeição, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;

n) Comunicar ao FISCAL DE CONTRATO qualquer irregularidade relacionada com a execução dos serviços;

o) Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer ao Município ou a terceiros, decorrentes da própria execução dos serviços;

p) Responsabilizar-se pelos custos de realização dos serviços.

q) Arcar com todos os ônus necessários à completa execução dos serviços.

r) Cumprir os prazos de entrega, sob pena de aplicação de sanções administrativas;

CLÁUSULA DECIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1 Uma vez firmada a contratação, a PREFEITURA se obriga a:

a) Oferecer todas as informações necessárias para que a empresa vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

b) Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;

c) Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento;

d) Notificar, por escrito, à empresa vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento, fixando prazo para sua correção;

e) Acompanhar a execução do serviço, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações deste Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA; DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

11.**1** – A execução deste contrato será fiscalizado pela Servidora Corina Maria Alves Carrijo, nomeada fiscal de contratos pela portaria nº 391/2019 de 23/08/2019, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato grosso – ANO XIV – nº 3.298.

11.2. O servidor designado anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução deste Contrato, sendo-lhe assegurada à prerrogativa de: fiscalizar e atestar a prestação de serviços, de modo que sejam cumpridas integralmente as condições estabelecidas neste Contrato; comunicar eventuais falhas ou contratempos, cabendo à Contratada adotas as providências necessárias; garantir à Contratada toda e qualquer informação sobre ocorrências ou fatos relevantes relacionados ao objeto desta dispensa; emitir pareceres em todos os atos da Administração relativos à execução do contrato, em especial aplicações de sanções e alterações do mesmo.

11.3 - A fiscalização exercida pela Contratante não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da Contratada pela completa e perfeita execução do objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

12.1. A rescisão do presente contrato ocorrerá nos casos previstos nos artigos 77, 78 e 79 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, podendo ser rescindido a qualquer tempo, bastando para isso que qualquer parte notifique a outra com antecedência de 10 (dez) dias, responsabilizando-se a CONTRATADA a pagar pela locação realizada até àquela data.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. O contratado não poderá transferir ou ceder em parte a objeto deste contrato.

13.2. Este contrato poderá ser aditado de comum acordo pelas partes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1. As partes elegem como domicilio legal, o foro da Comarca de Primavera do Leste, para dirimir quaisquer litígios decorrentes da aplicação deste contrato. Este contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

E por estarem devidamente acordados, decidiram as partes contratantes aqui estabelecidas, assinando o presente em 02 (duas) vias de igual teor.

Santo Antônio do Leste/MT, 01 de outubro de 2019.

_____

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

_____

EMILY KALINNE DE SOUZA VIEIRA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

01) _____ 02) _____

NOME NOME:

CPF: CPF:

LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO Nº. 093/2018

Pelo presente instrumento aditivo contratual regido pela Lei Federal nº. 8.666 de 21 de Junho de 1.993, e a Medida Provisória nº. 434 de 27 de fevereiro de 1.994 resolvem entre si, na melhor forma de direito, como partes:

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE-MT, inscrito no CNPJ sob o n.º 04.217.362/0001-90, com sede na Rua A, nº 367, Bairro Jardim Santa Inês, situado na cidade de Santo Antônio do Leste-MT, neste ato representado por seu Prefeito o Sr. Miguel José Brunetta, brasileiro, casado, portador do RG n.º 1.427.577 – SSP/PR e do CPF n.

º 326.034.369-53, residente e domiciliado na cidade de Santo Antônio do Leste-MT.

CONTRATADA, empresa **REIDIBA COM. DE ACUMULADORES E ACESSORIOS LTDA**, jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob número 14.975.254/0001-30, com sede na Av. Dom Orlando Chaves (LOT Manga), nº 776, bairro Ponte Nova – Várzea Grande/MT – CEP: 78. 115-802. Neste ato representado pelo seu sócio proprietário Sr. Geraldo de Souza Macedo, brasileiro, portador da CIRG sob o n. ° 453.179 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n. ° 339.988.091-04, doravante denominado **CONTRATADO,** de comum acordo,

Resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 093/2018 de 26/09/2018 sujeitando-se às normas internas da Contratante, naquilo que couber independente de transição, mediante as cláusula e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação de prazo de serviços a serem executados do Contrato original de nº 093/2018, a CLÁUSULA QUARTA, ante aos motivos de força maior, alheio à vontade das partes, conforme segue:

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

Fica acrescentado à CLÁUSULA QUARTA – Do PRAZO – **fica prorrogado o prazo até dia 24 de março 2020**

CLÁUSULA TERCEIRA - JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

A necessidade de implementação deste Termo Aditivo ao Contrato original, justifica-se pela prorrogação de prazo de serviços. Este aditivo encontra seu fulcro legal baseado no Art. 65 da Lei 8.666, de 21 de Junho de 1. 993.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato originário.

E, por assim estarem justos e contratados CONTRATANTE E CONTRATADA, mutuamente assinam o presente Termo Aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual forma e teor, rubricados para todos os fins de direito, em presença de 02 (duas) testemunhas.

Santo Antônio do Leste - MT, 19 de setembro de 2019

PELA CONTRATANTE:

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

PELO CONTRATADO:

REIDIBA COM. DE ACUMULADORES E ACESSORIOS LTDA

CNPJ -14.975.254/0001-30

T E S T E M U N H A S

1º_____

Nome

RG.

CPF

2º_____

Nome

RG.

CPF.

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 009/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO 114/2019

O Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste/MT, no uso das atribuições e de acordo com o art. 43, VI, da Lei 8.666/93, Resolve, **ADJUDICAR** o item licitado a empresa **CONSTRUTORA DETERRA LTDA, CNPJ 01.149.137/0001-75,** estando de acordo com as exigências do edital ficando vencedora a empresa**,** com o valor total de **R$ 539.027,42** (quinhentos e trinta e nove mil, vinte e sete reais e quarenta e dois centavos), e, **HOMOLOGAR** o presente processo licitatório na modalidade Tomada de Preços Nº 009/2019, tipo menor preço por empreitada por preço global, cujo objeto é a **contratação de empresa especializada na execução de obras de pavimentação asfáltica em TSD e capa selante, sinalização viária e passeio público na cidade de Santo Antônio do Leste/MT, conforme planilhas orçamentarias, cronograma físico financeiro e projetos em anexo**, e **DETERMINO** que sejam adotadas as medidas cabíveis para contratação da empresa vencedora.

Santo Antônio do Leste - MT, 01 de outubro de 2019.

_____

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 452/2019.

DE: 01 DE OUTUBRO DE 2019.

CONCEDE A SERVIDORA PÚBLICA LICENÇA PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal, de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Artigo 1º - Conceder Licença Prêmio em gozo à servidora pública efetiva**MARIA SONIA XAVIER DE SANTANA LUIZ** para os meses de **OUTUBRO**, **NOVEMBRO** e **DEZEMBRO** de 2019, conforme garante Lei nº 258/2008, artigo 79º, inciso VII.

Artigo 2º - Determinar a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação**,** revogando as disposições em contrário.

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 01 DE OUTUBRO DE 2019.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 451/2019.

DE: 01 DE OUTUBRO DE 2019.

CONCEDE A SERVIDORA PÚBLICA LICENÇA PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Artigo 1º - Conceder Licença Prêmio em ESPÉCIE a servidora pública efetiva **MARIA NEIDE LEANDRO LIMA E SILVA**, para o mês de **OUTUBRO** de 2019, conforme garante Lei nº 258/2008, artigo 79º, inciso VII.

Artigo 2º - Determinar a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário**.**

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 01 DE OUTUBRO DE 2019.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

LICITAÇÃO
TERCEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO Nº. 016/2017.

Pelo presente instrumento aditivo contratual regido pela Lei Federal nº. 8.666 de 21 de Junho de 1.993, e a Medida Provisória nº. 434 de 27 de fevereiro de 1.994 resolvem entre si, na melhor forma de direito, como partes:

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE-MT, inscrito no CNPJ sob o n.º 04.217.362/0001-90, com sede na Rua A, nº 367, Bairro Jardim Santa Inês, situado na cidade de Santo Antônio do Leste-MT, neste ato representado por seu Prefeito o Sr. José Arimateia Vieira Alves, brasileiro, casado, portador do RG n.º 14428342 – SSP/MT e do CPF n.º 867.715.741-72, residente e domiciliado na cidade de Santo Antônio do Leste-MT.

CONTRATADA: FABIANO BARCO & CIA LTDA, inscrita no CNPJ nº 06. 135.637/0001-71, com sede na Av. Minas Gerais, 640, Centro – Primavera do Leste – MT – CEP: 78.850-000., doravante denominado **CONTRATADO,** de comum acordo,

Resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 016/2017 de 03/04/2017 sujeitando-se às normas internas da Contratante, naquilo que couber independente de transição, mediante as cláusula e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação de prazo de serviços a serem executados do Contrato original de nº 016/2017, a CLÁUSULA QUARTA, ante aos motivos de força maior, alheio à vontade das partes, conforme segue:

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

Fica acrescentado à CLÁUSULA QUARTA – Do PRAZO – **fica prorrogado o prazo até 21 de março de 2020.**

CLÁUSULA TERCEIRA - JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

A necessidade de implementação deste Termo Aditivo ao Contrato original, justifica-se pela prorrogação de prazo de serviços. Este aditivo encontra seu fulcro legal baseado no Art. 65 da Lei 8.666, de 21 de Junho de 1. 993.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato originário.

E, por assim estarem justos e contratados CONTRATANTE E CONTRATADA, mutuamente assinam o presente Termo Aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual forma e teor, rubricados para todos os fins de direito, em presença de 02 (duas) testemunhas.

Santo Antônio do Leste - MT, 16 de setembro de 2019

PELA CONTRATANTE:

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

PELO CONTRATADO:

FABIANO BARCO & CIA LTDA

CNPJ: 06.135.637/0001-71

T E S T E M U N H A S

1ª _____

Nome:

R.G.

C.P.F.

2ª _____

Nome:

R.G.

C.P.F.

PREFEITURA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 454/2019.

DE: 01 DE OUTUBRO DE 2019.

TRANSFERE O (A) SERVIDOR (A) PÚBLICO DE SECRETARIA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Artigo 1º - TRANSFERIR o servidor público contratado **ALEXSSANDRO FERREIRA DA SILVA,** da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, para prestar seus serviços na Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos deste município.

Artigo 2º - Determinar a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam – se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 01 DE OUTUBRO DE 2019

MIGUEL JOSE BRUNETTA PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 449/2019.

DE: 01 DE OUTUBRO DE 2019.

CONCEDE A SERVIDORA PÚBLICA LICENÇA PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Artigo 1º - Conceder Licença Prêmio em ESPÉCIE a servidora pública efetiva **ELIZABETH ALVES DE OLIVEIRA**, para os meses de **OUTUBRO e NOVEMBRO** de 2019, conforme garante Lei nº 258/2008, artigo 79º, inciso VII.

Artigo 2º - Determinar a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário**.**

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 01 DE OUTUBRO DE 2019.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 445/2019.

DE: 01 DE OUTUBRO DE 2019.

EXONERA A PEDIDO, A SERVIDORA PÚBLICA **JESSIKA SHEYENNE FLORIANO CARDOSO**, DO CARGO DE ASSESSOR JURÍDICO ESPECIAL DO GABINETE DO PREFEITO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Artigo 1º - EXONERAR a pedido, do Cargo de ASSESSOR JURÍDICO ESPECIAL DO GABINETE DO PREFEITO, desta Prefeitura Municipal, a servidora pública **JESSIKA SHEYENNE FLORIANO CARDOSO**.

Artigo 2º - Determinar a Secretaria Municipal de Administração que tome as providências necessárias para a execução desta portaria**.**

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 01 DE OUTUBRO DE 2019.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 450/2019.

DE: 01 DE OUTUBRO DE 2019.

CONCEDE A SERVIDORA PÚBLICA LICENÇA PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Artigo 1º - Conceder Licença Prêmio em ESPÉCIE a servidora pública efetiva **RUDINETE SOUZA FERREIRA DE PAULA**, para os meses de **OUTUBRO**, **NOVEMBRO** e **DEZEMBRO** de 2019, conforme garante Lei nº 258/2008, artigo 79º, inciso VII.

Artigo 2º - Determinar a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário**.**

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 01 DE OUTUBRO DE 2019.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO Nº. 101/2018 - RETIFICAÇÃO

Pelo presente instrumento aditivo contratual regido pela Lei Federal nº. 8.666 de 21 de Junho de 1.993, e a Medida Provisória nº. 434 de 27 de Fevereiro de 1.994 resolvem entre si, na melhor forma de direito, como partes:

CONTRATANTE: Município de Santo Antônio do Leste - MT, inscrito no CNPJ sob o n.º 04.217.362/0001-90, com sede na Rua A, nº 367, Bairro Jardim Santa Inês, situado na cidade de Santo Antônio do Leste-MT, neste ato representado por seu Prefeito o Sr. Miguel José Brunetta, brasileiro, casado, portador do RG n.º 1.427.577 – SSP/PR e do CPF n.º 326.034. 369-53, residente e domiciliado na cidade de Santo Antônio do Leste - MT;

CONTRATADO: BRASILCARD ADMINISTRADORA DE CARTOES LTDA, jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob número 03.817.702/ 0001-50, com sede na Rua Rusolino Ferreira Guimarães, nº 839, bairro Centro – Rio Verde/GO – CEP: 75.901-260. . Neste ato representado pelo seu sócio proprietário Sr. Dário da Costa Barbosa Júnior, brasileiro, portador da CIRG sob o n. ° 750.371 SSP/GO e inscrito no CPF sob o n. ° 236.491.001-34, chamado simplesmente de CONTRATADA, Resolvem

celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 101/2018 de 16/10/2018 sujeitando-se às normas internas da Contratante, naquilo que couber independente de transição, mediante as cláusula e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a alteração da razão social da empresa e a prorrogação do prazo constante à CLÁUSULA SEGUNDA do contrato nº 101/2018 de 16/10/2018, nos termos estabelecidos na Art. 65 da Lei 8.666, de 21 de Junho de 1.993 e na cláusula segunda do presente contrato, conforme segue:

CLÁUSULA SEGUNDA – ALTERAÇÃO

Fica acrescentado à CLÁUSULA SEGUNDA – Do prazo – **fica prorrogado o prazo, ficando a vigência contratual com término em 14/10/2020.**

Fica alterado a razão social BrasilCard Administradora de cartões LTDA para Vólus Tecnologia e Gestão de Benefícios LTDA .

CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA E DO FUNDAMENTO LEGAL

A necessidade de implementação deste Termo Aditivo ao Contrato original, justifica-se pela necessidade da continuidade dos serviços constantes no objeto e decorre de autorização do Exmo. Sr. Prefeito Municipal. Este aditivo encontra amparo legal no artigo 57, II da Lei 8.666, de 21 de Junho de 1.993 e na cláusula segunda do contrato nº 101/2018 de 16/10/2018

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial, firmado entre as partes.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato originário.

E, por assim estarem justos e contratados CONTRATANTE e CONTRATADO, mutuamente assinam o presente Termo Aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual forma e teor, rubricados para todos os fins de direito, em presença de 02 (duas) testemunhas.

Santo Antônio do Leste - MT, 25 de setembro de 2019.

PELA CONTRATANTE:

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

Prefeito Municipal

PELO CONTRATADO:

BRASILCARD ADMINISTRADORA DE CARTOES LTDA

CNPJ: 03.817.702/0001-50

T E S T E M U N H A S

1ª _____

Nome:

RG:

CPF:

2ª _____

Nome:

RG:

CPF:

PREFEITURA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 446/2019

DE: 01 DE OUTUBRO DE 2019

CONCEDE FÉRIAS REMUNERADAS A (O) SERVIDOR (A) **SONIA MARIA ALVES FERREIRA** DESTA PREFEITURA MUNICIPAL.

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Art. 1º - Conceder férias a (o) servidor (a) **SONIA MARIA ALVES FERREIRA,** em 01/10/2019 a 30/10/2019, com período aquisitivo de 02/06/2017 a 01/06/2018, com retorno as suas atividades em 31 de outubro de 2019.

Parágrafo Único – O (A) servidor (a) acima citado (a) receberá o adicional de férias previsto em Lei.

Art. 2º - Determinar aos órgãos competentes que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário**.**

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 01 DE OUTUBRO DE 2019

MIGUEL JOSE BRUNETTA PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 138/2019 - TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2019

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 138/2019

TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2019

"QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO O MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE - MT E DE OUTRO, A EMPRESA DETERRA CONSTRUTORA LTDA, NAS CONDIÇÕES ABAIXO E SEGUINTES."

01- DAS PARTES

1.1-MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE - MT, inscrito no CNPJ sob o n.º 04.217.362/0001-90, com sede na Rua A, nº 367, Jardim Santa Inês, situado na cidade de Santo Antônio do Leste/MT, neste ato representado por seu Prefeito o Sr. Miguel José Brunetta, brasileiro, casado, portador do RG n.º 1.427.577 – SSP/PR e do CPF n.º 326.034.369-53, residente e domiciliado na cidade de Santo Antônio do Leste/MT, doravante denominado, simplesmente, CONTRATANTE;

1.2- **CONSTRUTORA DETERRA LTDA**, inscrito no CNPJ sob o n.º 01. 149.137/0001-75, com sede na Rua Fernando Corrêa da Costa, nº 3787, Bairro Jardim Belo Horizonte, situado na cidade de Rondonópolis/MT – CEP: 78.705-600, neste ato representado por seu sócio proprietário o Sr. Fausto Pressoto Bortolini, brasileiro, portador da CNH n.º 02151456800 – DETRAN/MT e do CPF n.º 712.937.281-87, denominada simplesmente CONTRATADA.

02- DO SUPORTE LEGAL

2.1- Este Contrato de Prestação de Serviço se fundamenta nas disposições consubstanciadas pela Lei Federal n.º 8.666/93, atualizada pela Lei Federal n.º 8.883/94 e ainda Lei Complementar n.º 123/2006 e Licitação TOMADA DE PREÇOS N.º 008/2019 do tipo MENOR PREÇO, sob a forma de execução indireta, em regime de EMPREITA POR PREÇO GLOBAL, Processo Administrativo n.º 110/2019 e convenções estabelecidas neste Instrumento, bem como nas normas inerentes à matéria e ainda na homologação do Prefeito no dito certame, datada de 01/10/2019.

03- DO OBJETO

3.1- **Contratação de empresa especializada na execução de obras de pavimentação asfáltica e drenagem superficial na cidade de Santo Antônio do Leste/MT, conforme planilhas orçamentarias, cronograma físico financeiro e projetos em anexo,**CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS, Planilha Orçamentária Padrão, cronograma físico-financeiro e Memorial Descritivo, constantes do Processo Licitatório TOMADA DE PREÇO N.°008/2019;

3.2- Para a prestação dos serviços, objeto deste Contrato, deverá a CONTRATADA obedecer.

Às instruções e normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), Ministério da Saúde.

04- DO REGIME DE EXECUÇÃO

4.1- Os serviços serão executados de conformidade com os termos da Licitação, TOMADA DE PREÇO N.°008/2019, do tipo MENOR PREÇO, sob a forma de execução indireta, em regime de **EXECUÇÃO INDIRETA**, nos termos estatuídos pelo Artigo 6°, Inciso VIII, alínea "e" da Lei Federal n.º 8.666/93.

05- DO VALOR

5.1- O menor preço para a execução dos serviços objeto deste Contrato corresponde ao valor de R$ 661.603,11 (seiscentos e sessenta e um mil, seiscentos e três reais e onze centavos).

07- DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

6.1- As despesas decorrentes deste procedimento correrão à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Secretaria Municipal de Viação Obras e Serviços Públicos

Coordenadoria de Serviços Públicos

Pavimentação Asfáltica - Convênio

Ficha 547

15.452.5011.1081.0000.4.4.90.51.00 – Obras e instalações

R$ 394.200,00 (trezentos e noventa e quatro mil e duzentos reais (Convênio)

R$ 274.829,07 (duzentos e setenta e quatro mil, oitocentos e vinte e nove reais e sete centavos (Contrapartida)

6.2- Se for o caso, nos exercícios subsequentes, as despesas, em referência, poderá correr à mesma conta ou àquela correspondente que for destinada a custear este tipo de despesa pela CONTRATANTE.

07- DO PRAZO DO CONTRATO

7.1- O PRAZO deste Contrato, será de 180 (cento e oitenta) dias, com início nesta data (01/10/2019) e término em (29/03/2020), podendo ser prorrogado se necessário, somente mediante Aditivo Contratual, nos termos estabelecidos pela Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores;

08- DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1- O PRAZO para a execução dos serviços, objeto deste Contrato, será de 120 (cento e vinte) dias, com início após a emissão da ordem serviço, podendo ser prorrogado se necessário, somente mediante Aditivo Contratual, nos termos estabelecidos pela Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores;

8.2- O prazo para início dos serviços será de no máximo até 10 (dez) dias úteis após a data da emissão da respectiva Ordem de Serviço;

8.3- Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação mantida às demais Cláusulas do Contrato e assegurada à manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorram alguns dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

a) Alteração do projeto executivo dos serviços ou especificações, pela Administração;

b) Superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

c) Interrupção de execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho por ordem e no interesse da Administração;

d) Aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei;

e) Impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

f) Omissão ou atraso de providências a cargo da administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

09- DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1 - O pagamento será efetuado à empresa contratada no prazo de até 14 dias corridos, de acordo com o cronograma físico-financeiro constante do Projeto Básico, e do repasse financeiro pelo órgão concedente, ou ainda de acordo com a sistemática exigida pelo órgão repassador dos recursos, contados da data do atesto da área competente da Prefeitura, aposto nos documentos de cobrança, de acordo com a evolução da obra, conforme cronograma físico financeiro apresentado pelo Setor de Engenharia;

9.2 - Não será efetuado qualquer pagamento à licitante vencedora enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações em virtude de penalidades ou inadimplência contratual.

9.3 - A liberação do pagamento ficará condicionada a consulta prévia ao Sistema de Cadastramento da Prefeitura para verificação da situação da licitante vencedora em relação às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, cujo resultado será impresso e juntado aos autos do processo.

9.4 - O contratante pagará a(s) Nota(s) Fiscal (is) / Fatura(s) somente à licitante vencedora, vedada sua negociação com terceiros ou sua colocação em cobrança bancária.

9.5 - A empresa licitante vencedora deverá fazer constar na Nota Fiscal / Fatura correspondente, emitida sem rasura, e em letra bem legível, o número de sua conta corrente, o nome do Banco e a respectiva Agência.

9.6 - A Fiscalização da Prefeitura somente atestará a execução dos serviços e liberará a Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela licitante vencedora, todas as condições pactuadas.

9.6.1 – Para efeito de pagamento das etapas de serviços executados, será consultado a regularidade da licitante perante o INSS e FGTS quanto aos procedimentos de retenção, recolhimento e fiscalização relativos aos encargos previdenciários.

9.7 - Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, a mesma será devolvida e o pagamento ficará pendente até que a licitante vencedora providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação de novo documento fiscal, não acarretando qualquer ônus à Prefeitura.

10- DO REAJUSTAMENTO

10.1- Os preços para a prestação dos serviços em referência serão fixos e não sofrerão reajuste durante a vigência deste Contrato, de acordo com os termos estabelecidos pela legislação vigente e atinente à matéria, ressalvados os casos estipulados neste contrato e se houver desequilíbrio econômico – financeiro do contrato devidamente justificado;

10.2- No caso de prorrogação do Contrato de Prestação de Serviço, só poderá haver reajuste, se existir acordo entre as partes, nunca contrariando, qualquer que for algum índice oficial estabelecido pelo Governo Federal.

11- DAS PENALIDADES

11.1 - Pelainexecução total ou parcial das obrigações decorrentes da execução do objeto a ser contratado**,** a Contratante, garantida a prévia e ampla defesa, poderá aplicar à Licitante Vencedora, segundo a extensão da falta ensejada, as seguintes sanções, observado o disposto nos §§ 2º e 3º do artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

I - Advertência, por escrito;

a) No caso de 2º advertência, por razão de medição, mediante prévia e ampla defesa, aplicar-se-á, multa no importe de 5% (cinco por cento) da respectiva medição.

b) Em caso de reincidência da advertência, com aplicação da multa do inciso anterior, poderá ser aplicado a penalidade nos termos do artigo 78, VIII da Lei n.º 8.666/93.

II – Multa;

a) No caso de desistência da proposta, após a fase de habilitação, sem motivo justo aceito pela Comissão de Licitação ou do gestor do contrato, aplicar-se-á multa no valor de 5% (cinco por cento) do valor global do contrato.

III - Suspensão temporária do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública Local, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.1.1 - Será aplicada multa de 0,03 % (três centésimos por cento) por dia de atraso na execução dos serviços, incidentes sobre o valor do serviço a que se referir a infração, aplicada em dobro a partir do décimo dia de atraso até o trigésimo dia, quando a PREFEITURA poderá decidir pela continuidade da multa ou rescisão contratual, aplicando-se na hipótese de rescisão a multa pecuniária prevista no subitem 14.1.2 infra, sem prejuízo da aplicação das penas previstas nos incisos III e IV da cláusula 14.1.

11.1.2 - Será aplicada multa de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução total do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais, quando a entrega for inferior a 50% (cinqüenta por cento) do contratado ou quando o atraso ultrapassar o prazo limite de trinta dias, estabelecido no subitem 14.1.1 supra.

11.2 - O valor correspondente a qualquer multa aplicada à empresa licitante vencedora, respeitado o princípio do contraditório e da ampla defesa, deverá ser depositado no prazo máximo de 10 (dez) dias, após o recebimento da notificação, na forma definida pela legislação, em favor da **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE/MT**, ficando a empresa obrigada a comprovar o pagamento, mediante a apresentação da cópia do recibo do depósito efetuado.

11.2.1 - Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de juros de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias após a data da notificação, após o qual, o débito poderá ser cobrado judicialmente.

11.3 - No caso de a licitante vencedora ser credora de valor suficiente ao abatimento da dívida, a PREFEITURA poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

11.4 -Se a multa aplicada for superior ao total dos pagamentos eventualmente devidos, a empresa licitante vencedora responderá pela sua diferença, podendo esta ser cobrada judicialmente.

11.5 - As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a empresa licitante de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à PREFEITURA, decorrentes das infrações cometidas.

12- DA RESCISÃO

12.1- Constitui motivo para rescisão deste Contrato os Incisos de I a XVII do Artigo 78 da Lei Federal n.º 8.666/93, atualizada pela Lei Federal n.º 8.883/94;

12.2. - A rescisão do presente Contrato poderá ser:

a) Amigável - por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

b) Administrativa - por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerado nos Incisos I a XII e XVII do Artigo 78 da Lei Federal n.º 8.666/93;

c) Judicial - nos termos da Legislação Processual.

13- DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

13.1- O Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos termos do Artigo 65 da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações, de comum acordo entre as partes e somente mediante aditivo contratual e, em especial nos casos abaixo:

I - Unilateralmente pela CONTRATANTE:

a) Quando houver modificação das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 8.666/93;

13.2- A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

13.3- Quaisquer tributos ou encargos criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso;

13.4- Em havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, a CONTRATANTE deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos preceituados pelo § 6° do Artigo 65 da Lei Federal n.º 8.666/93;

13.5- As alterações do valor do contrato, decorrente de modificação de quantitativos previstos, revisão de preços bem como a prorrogação de prazos e o seu desequilíbrio financeiro, serão formalizadas pôr lavraturas de Termo de Aditamento, pôr acordo das partes, conforme disposição legal contida no artigo 65 e seus incisos e parágrafos da Lei Federal n.º 8.666/93.

14- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1.1 Executar os serviços objeto deste contrato seguindo rigorosamente os projetos e suas especificações e demais condições estipuladas, em observância à melhor técnica vigente, enquadrando-se dentro dos preceitos normativos da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, com zelo e diligência;

14.1.2 Manter as áreas de trabalho continuamente limpas e desimpedidas, observando o disposto na legislação e nas normas relativas à proteção ambiental;

14.1.3 Providenciar as liberações provisórias, definitivas e necessárias nas concessionárias, bem como no Corpo de Bombeiros, no CREA/CAU e em todos os demais órgãos fiscalizadores, arcando com todas as despesas decorrentes;

14.1.3.1 Realizar o serviço de acordo com o projeto básico e cronograma físico financeiro e normas da concessionária de energia elétrica (quando for o caso).

14.1.4 Assumir inteira responsabilidade pela execução dos serviços;

14.1.5 Fornecer todos os materiais indispensáveis à boa execução dos serviços contratados, de acordo com as especificações técnicas e Projetos Básico e/ou Executivo, assumindo as despesas referentes a transportes, cargas, descargas e movimentação de materiais, suas respectivas perdas e estocagem, dentro e fora do local dos serviços, devendo os materiais empregados serem de primeira qualidade, não sendo aceitos complementos com outras características;

14.1.6 Responsabilizar-se por todas as demolições e remoções necessárias, recomposições de pavimentos, revestimentos, deslocamento de tubulações e outros, porventura foram executados fora das especificações, com vícios e/ou defeitos;

14.1.7 Garantir qualidade, correção e segurança dos serviços executados, contados a partir da data da entrega do Termo de Recebimento Definitivo;

14.1.8 Cumprir a legislação e as normas relativas à segurança e medicina do trabalho, diligenciando para que seus empregados e os de seus subcontratados trabalhem com Equipamento de Proteção Individual (EPI), tais como: capacetes, botas, luvas, capas, óculos, cintos e equipamentos adequados para cada tipo de serviço;

14.1.9 Executar sob sua responsabilidade todas as instalações provisórias, alojamentos, refeitórios, banheiros, almoxarifado, depósitos, escritório para fiscalização e escritório para administração e todas as ligações provisórias (luz, água, esgoto, telefone e etc.), destinados ao atendimento das necessidades durante a execução dos serviços;

14.1.10 Providenciar no prazo de 10 (dez) dias, contados da assinatura do presente instrumento, a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no CREA/CAU/MT, bem como o competente registro no INSS, podendo a **CONTRATANTE** solicitar, a seu critério e a qualquer tempo, as respectivas comprovações;

14.1.11 Entregar, se houver Termo de Garantia dos equipamentos fornecidos, pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos, a contar da data do respectivo Termo de Recebimento Definitivo. A garantia incluirá mão de serviços e substituição de peças ou materiais, transporte e hospedagem, desde que não fique caracterizado o uso inadequado por parte do usuário;

14.1.12 Responsabilizar-se pelo pagamento de eventuais multas aplicadas por quaisquer autoridades federais, estaduais e municipais, em consequência de fato a ela imputável e relacionado com os serviços e fornecimentos contratados;

14.1.13 Providenciar a aprovação nos órgãos competentes de todas as alterações que possam vir a ser feitas no projeto original, arcando com os custos correspondentes;

14.1.14 Responsabilizar-se por qualquer dano ou destruição que os serviços executados venham a sofrer até a definitiva aceitação pela **CONTRATANTE**, bem como por indenizações que possam ser devidas a terceiros, por fatos oriundos dos serviços e fornecimentos contratados mesmo que ocorridos na via pública;

14.1.15 Arcar se necessário for, com os custos de vigilância noturna e/ou diurna dos equipamentos, produtos e materiais postos em depósito para execução dos serviços, não cabendo à **CONTRATANTE** qualquer responsabilidade sobre perdas decorrentes de roubo, furto ou quaisquer outros fatos que possam vir a ocorrer;

14.1.16 Manter no local de execução dos serviços, "**DIÁRIO DE REGISTRO DE SERVIÇOS**", com folhas triplas, devidamente numeradas e assinadas pelas partes, onde serão feitas as anotações diárias sobre o andamento dos trabalhos, tais como, indicações técnicas, início e término das etapas dos serviços, causas e datas de início e término de eventuais interrupções dos serviços, assuntos que requeiram providências das partes, eventuais irregularidades, etc.

14.1.17 Depois de concluído cada **DIÁRIO DE REGISTRO DE SERVIÇOS**, uma via será entregue à fiscalização, outra à empresa contratada e o original deverá ser entregue à Supervisão Administrativa para conhecimento e posterior arquivamento, com vistas a compor o processo e servir como documento-base para dirimir dúvidas e quaisquer reivindicações futuras;

14.1.18 Promover o afastamento, no prazo máximo de 1 (um) dia útil, após o recebimento da notificação, de quaisquer dos seus empregados que não corresponder à confiança ou perturbar a ação da Fiscalização;

14.1.19 Manter, durante todo o período de vigência do contrato, todas as condições que ensejaram a sua contratação, particularmente no que tange à regularidade fiscal, inclusive previdenciária, e à capacidade técnica e operativa;

14.1.20 Assumir os encargos provenientes de qualquer acidente que venha a vitimar um ou mais dos empregados alocados para executar os serviços objeto do presente contrato, assim como por tudo mais quanto às leis sociais e trabalhistas lhes assegurem, inclusive 13º salário, aviso prévio, indenizações etc.

14.1.21 Fornecer sempre que solicitado pela **CONTRATANTE,** comprovante de pagamentos dos empregados e do recolhimento dos encargos sociais, trabalhistas e fiscais, decorrentes da execução deste contrato;

14.1.22 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato, sem prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**;

14.1.23 Não **CAUCIONAR** ou utilizar, sob pena de rescisão contratual, o contrato para qualquer operação financeira sem prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**;

14.1.24 Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, conforme previsto neste Contrato, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, falta ao serviço, greve e demissão de empregados, que não terão, em hipótese alguma, relação de emprego com o Município de Santo Antônio do Leste - MT, sendo de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA** as despesas com todos os encargos e obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, a qual se obriga a saldar na época devida, ficando ciente o contratado de que a falta de registro de seus empregados será causa suficiente para rescisão unilateral do contrato;

14.1.25 Se for o caso, arcar com todas as despesas decorrentes dos serviços prestados pelas concessionárias de serviços públicos;

14.1.26 Consultar a Fiscalização, a qual caberá parecer definitivo, em caso de dúvidas quanto à interpretação das especificações ou desenhos;

14.1.27 Comunicar à Fiscalização os serviços concluídos para aprovação, e, ainda, a ocorrência de qualquer irregularidade imprevista detectada, bem como as providências a serem tomadas;

14.1.28 Providenciar autorização junto ao órgão ou entidade de trânsito com circunscrição sobre a via, sempre que for necessário a realização dos serviços que possam interromper ou perturbar o livre trânsito de veículos e/ou pedestres ou que possam oferecer perigo à segurança pública;

14.1.29 Manter, permanentemente, no canteiro de serviços um engenheiro, pertencente ao quadro da empresa, responsável pela execução dos serviços contratados, o qual será o elemento de contato entre a CONTRATADA e a Fiscalização da CONTRATANTE. Em sua ausência, a CONTRATADA deverá indicar outro engenheiro, que passará a responder pelos serviços, desde que aprovado pela fiscalização;

14.1.30 Arcar com o ônus das adaptações, em caso de possíveis incorreções, indefinições, omissões, vícios e/ou defeitos, resultantes dos Projetos fornecidos, uma vez que será considerada altamente especializada nos serviços em questão, devendo incluir no valor global da proposta, as

complementações e acessórios por acaso omitidos nos Projetos, mas implícitos e necessários ao perfeito e completo funcionamento de todas as instalações, máquinas, equipamentos e aparelhos;

14.1.31 Arcar com os custos de testes necessários a comprovação da qualidade de materiais postos nos serviços, bem como dos serviços prestados pela **CONTRATADA** ou se for o caso pela empresa subcontratada.

14.1.32 Providenciar a correção das possíveis falhas do Projeto com o seu executor;

14.1.33 Submeter para análise e aprovação prévia da Administração, quaisquer substituições do (s) profissional (is) responsável (eis) técnico (s) pelos Serviços.

14.1.**34 Manter durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;**

14.1.3.5 Manter atualizado o endereço, e-mail, e telefone, tanto do Preposto indicado pela empresa, quanto do profissional responsável pela execução da obra;

14.1.35.1 Manter o Diário de Registro de Serviços devidamente atualizado;

14.1.36 O entulho gerado com a execução dos serviços deverá ser retirado pela empresa, e seu custo deverá estar contido na planilha de orçamento;

14.1.37. Será de inteira responsabilidade da Contratada, as despesas com pessoal, impostos, alimentação, transporte e material etc.

14.1.38. Acatar as determinações do Fiscal da Contratante;

14.1.39. Aceitar, nas mesmas condições iniciais do contrato, os acréscimos e supressões que se fizerem necessárias, dentro do limite permitido em Lei;

14.1.40. A empresa deverá verificar com a Administração do Município o local para caçamba de “bota-fora” e outro material de grande volume que for necessário estocar;

Parágrafo Único: A inadimplência da **CONTRATADA** com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferem ao **CONTRATANTE** a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso dos prédios.

14.1.41. Para fins de emissão da ordem de serviço a contratada será convocada, e terá o prazo de 05 (cinco) dias para participar da **Reunião de Início de Obra** na sede da prefeitura, devendo a empresa estar representada pelo representante legal e o profissional responsável pela execução da obra, participará também desta reunião o Fiscal do Contrato, e será elaborada a ata da reunião.

16-DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

16.2.1 Efetuar os pagamentos decorrentes deste contrato nos termos e condições avençadas;

16.2.2 Fiscalizar, através de pessoa previamente designada, a execução do Contrato;

16.2.3 Atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva execução do objeto deste Contrato;

16.2.4 Aplicar à empresa vencedora penalidade, quando for o caso;

16.2.5 Notificar, por escrito, à Contratada da aplicação de qualquer sanção.

16.2.6 Permitir o livre acesso dos funcionários da empresa ao local dos trabalhos;

16.2.7 Responsabilizar-se pelas licenças necessárias.

17- DA FISCALIZAÇÃO

Ficará responsável pela fiscalização deste Contrato servidor (a) público (a) municipal desta Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste/MT, Sr. JOAO PAULO CAMARGO, Engenheiro Civil, à qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso das aquisições, que de tudo dará ciência à Administração, conforme art. 67, da Lei nº 8.666/93, com suas ulteriores alterações.

18- DA VINCULAÇÃO

18.1- O presente Contrato de Prestação de Serviço vincula-se ao Processo Administrativo n.º 110/2019, TOMADA DE PREÇOS N.º 008/2019 e seus anexos, bem como a proposta apresentada, pelos vencedores do certame.

19- DO DOMICÍLIO E FORO

19.1- As partes elegem como domicílio legal, o Foro da Comarca de Primavera do Leste - MT, para dirimir quaisquer litígios decorrentes deste Contrato de Prestação de Serviço, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja, desde que não possam ser resolvidas amigavelmente.

20- DA ASSINATURA

20.1- E, por estarem devidamente acordados, declaram as partes que aceitam as disposições estabelecidas nas Cláusulas deste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei Federal n.º 8.666/93, atualizada pela Lei Federal n.º 8.883/94, bem como as demais normas complementares, assinando este Contrato n.º 138/2019 em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas.

Santo Antônio do Leste– MT, 01 de outubro de 2019.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

CONSTRUTORA DETERRA LTDA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

_____

NOME:

CPF Nº:

_____

NOME:

CPF N°:

PREFEITURA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 455/2019.

DE: 01 DE OUTUBRO DE 2019.

TRANSFERE A SERVIDORA PÚBLICA DE SECRETARIA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Artigo 1º - TRANSFERIR a servidora pública efetiva **VALCIR DOS SANTOS LUIS,** da Secretaria Municipal de Saúde, para prestar seus serviços na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento deste município.

Artigo 2º - Determinar a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam – se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 01 DE OUTUBRO DE 2019

MIGUEL JOSE BRUNETTA PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

CREDENCIAMENTO 002/2019 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LABORATORIAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE - MT

SETOR DE LICITAÇÕES

CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LABORATORIAIS

Nº 002/2019

O Município de Santo Antônio do Leste - MT por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, está procedendo ao CHAMAMENTO PÚBLICO aos interessados em prestar serviços que, encontra-se aberto o processo de CREDENCIAMENTO, **através de inexigibilidade de licitação credenciamento de laboratório habilitado através da qualicito – qualificação nacional em citopatologia na prevenção do câncer do colo do útero, para atendimento aos usuários do sistema único de saúde (sus)**, nos termos da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, segundo as condições estabelecidas neste Edital. Os interessados deverão comparecer no Setor de Licitações, localizado na sede da Prefeitura Municipal, sito à Rua A, n° 367, Jardim Santa Inês, Santo Antônio do Leste/MT, munidos dos documentos mencionados no edital a partir do dia **03/10/2019 a 03/04/2020**, no horário das07h às 11h e das 13:00h as 17:00h.

Esclarecemos que a inscrição para o ingresso não assegura o credenciamento junto a Administração, constituindo, entretanto, elemento indispensável para análise administrativa que avaliará a inclusão, ou não dos candidatos.

A retirada do edital deverá ser feita no site https://www.santoantoniodoleste.mt.gov.br/Transpar...

Maiores informações pelo fone (66) 3488 – 1080

Santo Antônio do Leste - MT, 01 de outubro de 2019.

ERIKS MATOS DA SILVA

Presidente da CPL

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 057/2019

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 057/2019

O Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Miguel Jose Brunetta, tendo em vista as justificativas apresentadas pela Comissão de Licitação e pela Assessoria Jurídica do Município, sobre a contratação direta com dispensa de licitação, fulcrada no inciso II, do art. 24 da Lei 8.666/93, num total R$ 8.763,80. (oito mil, setecentos e sessenta e três reais e oitenta centavos). Tendo como objeto a **Aquisição de brinquedos para distribuição gratuita a crianças da cidade de Santo Antônio do Leste e nas aldeias indígenas pertencentes a este município, em comemoração ao dia das crianças**. Resolve RATIFICAR o presente processo a favor **GANHAO E SEKO LTDA-EPP – CNPJ: 22.311.130/0001-88** com sede na Av. Porto Alegre, nº 957, bairro: Cidade Primavera I – Primavera do Leste / MT - CEP: 78850-000., e ordenar sua publicação em cumprimento ao disposto no art. 26 da Lei 8.666/93.

_____

MIGUEL JOSE BRUNETTA

Prefeito Municipal

PREFEITURA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 453/2019.

DE: 01 DE OUTUBRO DE 2019.

CONCEDE A SERVIDORA PÚBLICA LICENÇA PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal, de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Artigo 1º - Conceder Licença Prêmio em gozo à servidora pública efetiva**JOELMA SANTOS OLIVEIRA** para o mês de **OUTUBRO** de 2019, conforme garante Lei nº 258/2008, artigo 79º, inciso VII.

Artigo 2º - Determinar a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação**,** revogando as disposições em contrário.

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 01 DE OUTUBRO DE 2019.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 447/2019.

DE: 01 DE OUTUBRO DE 2019.

CONCEDE A SERVIDORA PÚBLICA LICENÇA PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal, de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Artigo 1º - Conceder Licença Prêmio em gozo à servidora pública efetiva**DAIANY AQUINO SALES** para os meses de **OUTUBRO, NOVEMBRO** e **DEZEMBRO** de 2019, conforme garante Lei nº 387/2012, artigo 46º, Parágrafo 1º.

Artigo 2º - Determinar a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação**,** revogando as disposições em contrário.

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 01 DE OUTUBRO DE 2019.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 448/2019

DE: 01 DE OUTUBRO DE 2019

CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE DE FILHO DE SERVIDORA, A SERVIDORA KELLIS CRISTINA DE SOUSA CRECENCIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando requerimento da servidora em que apresenta documentação referente a necessidade de tratamento de saúde de seu filho, e respectivo parecer jurídico;

Com fundamento no artigo 70, da Lei Municipal nº 388/2012,

RESOLVE:

Artigo 1º-Conceder licença para acompanhamento de tratamento de saúde de seu filho, a servidora pública ESTÁVEL **KELLIS CRISTINA DE SOUSA CRECENCIO** pelo período de 90 dias, sendo o vencimento em 01/10/2020;

Artigo 2º - Determinar a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Artigo 3º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE

GABINETE DO PREFEITO.

EM: 01 DE OUTUBRO DE 2.019

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme disposto na Legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA / LICITAÇÃO
TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 105/2017

TERMO DE RESCISÃO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 105/2017

Termo de rescisão contratual referente ao Contrato nº 105/2017, que fazem entre si de um lado o Município de São Félix do Araguaia-MT e de outro a empresa M.M. SPADA FURLAN-ME.

O **MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Avenida Araguaia nº 248 Centro, CEP: 78.678-000, devidamente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o n. 03.918.869/0001-08, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. **JANAILZA TAVEIRA LEITE**, brasileira, casada, advogada, portador do RG nº 53.204.353-4 SSP/SP e CPF Nº 049.351.084/28, doravante denominada **CONTRATANTE,** e de outro lado a empresa **M.M. SPADA FURLAN-ME, CNPJ Nº 02.464.890/0001-18,** com sede na Avenida Dr. José Fragelli, nº 498, Centro, São Félix do Araguaia-MT, por intermédio de seu representante legal, Sra. Magali Maria Spada, portadora do CPF nº 784.638.901-72 e do RG nº 11.794.493 SSP/SP, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar a presente Rescisão Contratual, consoante a Lei nº 8.666 de 21/06/93 e cláusulas contratuais, nos termos da legislação e através do presente instrumento, o que a seguir declara, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1.0 CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL:

1.1. Fica rescindido de forma amigável o **CONTRATO Nº 105/2019**, ao qual, tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÁQUINAS, CAMINHÕES E EQUIPAMENTOS PARA EXECUÇÃO DE TERRAPLANAGEM EM OBRAS DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, INCLUINDO MANUTENÇÃO, COMBUSTÍVEL, OPERADOR E MOTORISTA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS.

1.2 O motivo da presente rescisão contratual se deve ao fato da realização de novo procedimento licitatório com mesmo objeto do presente contrato (Processo Administrativo nº 014/2019 – Pregão Presencial 007/2019).

2.0 CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

2.1 - A rescisão contratual em questão encontra amparo no disposto no art. 79, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, bem como Cláusula Oitava, do Contrato nº. 105/2017.

3.0 CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

3.1 A CONTRATANTE fica incumbida de anular o saldo orçamentário restante do contrato que ora se extingue.

3.2 Declaram as partes, que este termo corresponde à manifestação final, completa e exclusiva do acordo entre elas celebrado.

3.3 As partes elegem o Foro da Comarca de São Félix do Araguaia - MT, para dirimir quaisquer dúvidas acerca do presente instrumento, desprezados quaisquer outros por mais privilegiados que se apresentem.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito de direito, diante das testemunhas abaixo.

São Félix do Araguaia - MT, 25 de junho de 2019.

_____

MUNICIPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - MT

CONTRATANTE

JANAILZA TAVEIRA LEITE

PREFEITA MUNICIPAL

_____

M.M. SPADA FURLAN-ME

CNPJ Nº 02.464.890/0001-18

CONTRATADA

Testemunhas:

1. _____

2. _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA / LICITAÇÃO
TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 104/2017

TERMO DE RESCISÃO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 104/2017

Termo de rescisão contratual referente ao Contrato nº 104/2017, que fazem entre si de um lado o Município de São Félix do Araguaia-MT e de outro a empresa Gesse Vitor Leite de Brito.

O **MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Avenida Araguaia nº 248 Centro, CEP: 78.678-000, devidamente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o n. 03.918.869/0001-08, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. **JANAILZA TAVEIRA LEITE**, brasileira, casada, advogada, portador do RG nº 53.204.353-4 SSP/SP e CPF Nº 049.351.084/28, doravante denominada **CONTRATANTE,** e de outro lado a empresa **GESSE VITOR LEITE DE BRITO, CNPJ Nº 28.540.624/0001-10,** com sede na Avenida Benedito Salomé, nº 379, Q. D4, LT 20, Jardim Pindorama, Rondonópolis/MT, por intermédio de seu representante legal, Sr. Gesse Vitor Leite de Brito, portador do CPF nº 055.991.771-65 e do RG nº 2632509-8, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar a presente Rescisão Contratual, consoante a Lei nº 8.666 de 21/06/93 e cláusulas contratuais, nos termos da legislação e através do presente instrumento, o que a seguir declara, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1.0 CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL:

1.1. Fica rescindido de forma amigável o **CONTRATO Nº 104/2019**, ao qual, tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÁQUINAS, CAMINHÕES E EQUIPAMENTOS PARA EXECUÇÃO DE TERRAPLANAGEM EM OBRAS DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, INCLUINDO MANUTENÇÃO, COMBUSTÍVEL, OPERADOR E MOTORISTA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS.

1.2 O motivo da presente rescisão contratual se deve ao fato da realização de novo procedimento licitatório com mesmo objeto do presente contrato (Processo Administrativo nº 014/2019 – Pregão Presencial 007/2019).

2.0 CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

2.1 - A rescisão contratual em questão encontra amparo no disposto no art. 79, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, bem como Cláusula Oitava, do Contrato nº. 104/2017.

3.0 CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

3.1 A CONTRATANTE fica incumbida de anular o saldo orçamentário restante do contrato que ora se extingue.

3.2 Declaram as partes, que este termo corresponde à manifestação final, completa e exclusiva do acordo entre elas celebrado.

3.3 As partes elegem o Foro da Comarca de São Félix do Araguaia - MT, para dirimir quaisquer dúvidas acerca do presente instrumento, desprezados quaisquer outros por mais privilegiados que se apresentem.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito de direito, diante das testemunhas abaixo.

São Félix do Araguaia - MT, 25 de junho de 2019.

_____

MUNICIPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - MT

CONTRATANTE

JANAILZA TAVEIRA LEITE

PREFEITA MUNICIPAL

_____

GESSE VITOR LEITE DE BRITO

CNPJ Nº 28.540.624/0001-10

CONTRATADA

Testemunhas:

1. _____

2. _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA / LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - CONVITE Nº 003/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA – MT

MODALIDADE: CONVITE Nº 003/2019

TIPO: MENOR PREÇO

CRITÉRIO: PREÇO GLOBAL

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADA EM OBRAS DE ENGENHARIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AMPLIAÇÃO/ REFORMA DO HOSPITAL MUNICIPAL, NO MUNICIPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - MT, conforme Projeto Básico, Memorial Descritivo, Orçamento Estimado em Planilha de Quantitativos e Custos Unitários e Minuta de Contrato em anexo. O Município de São Félix do Araguaia – MT, através da sua Comissão Permanente de Licitação, torna público a todos os interessados que, realizará as 09:hs (horário oficial de Brasília) do dia 09/10/2019. Licitação na Modalidade Convite, regida pela Lei 8.666/93, para contratação do objeto supracitados. Foram convidados três participantes nos termos do § 3º do art. 22 da Lei 8.666/93, ficando o convite estendido aos demais cadastrados no ramo que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 horas daquela marcada para a apresentação das propostas. Outras informações e edital completo poderão ser retiradas na sala de Licitação da Prefeitura Municipal, com a Comissão Permanente de Licitação.

São Félix do Araguaia – MT em 01 de outubro de 2019

Wilami Ribeiro Dias

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N° 60/2019 - DE 1 DE OUTUBRO DE 2019

Dispõe sobre Exonerar servidor efetivo a pedido da Secretaria de Administração e dá outras providencias.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, etc.

RESOLVE:

ARTIGO 1ª Exonerar a Srª LEIDA MARTINS MORAES, portador do RG 2.142.418/SSP-MT e do CPF 518.780.546-00, funcionária era efetiva conforme edital nº 001/2006, no cargo de Vigilante Sanitário, neste Município de São José do Povo-MT.

ARTIGO 2°- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos 31 de Dezembro de 2012, onde o referido funcionário deixou de exercer suas funções, revogadas as disposição em contrário.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

SÃO JOSÉ DO POVO-MT, 01 de Outubro de 2019;

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA

Prefeito Municipal

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL

Registrado nesta Secretaria e publicada

No Jornal Oficial da AMM-MT nº_____

__/__/____.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 79/2019

PROCESSO 64/2019

CONTRATO (A): LIGA RONDONOPOLITANA DE FUTEBOL 7.

OBJETO - O presente contrato decorre do processo de compra nº857/2019 com fulcro na Lei 8.666/93 e tem como objeto a prestação de serviços abaixo listados, cujas minucias encontram-se constantes no Termo de Referência:

Itens	Quantidade	Valor unitário	Valor total
18016 – SERVIÇOS DE ARBITRAGEM DE FUTEBOL COM 1 ARBITRO 2 BANDEIRINHAS	33	R$ 230,00	R$ 7.590,00
Preço Total:			R$ 7.590,00

VALOR TOTAL- O valor global estipulado durante a vigência do contrato é de R$ **7.590,00** (sete mil quinhentos e noventa reais).

DA VIGÊNCIA- O presente Contrato terá vigência no período de 30 de Setembro de 2019 a 30 de Dezembro de 2019. Podendo ser prorrogado por igual período mediante termo aditivo e de comum acordo entres os partes, obedecendo à legislação específica (art. 57, II c/c §4 da Lei 8666/93).

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANO
DECRETO Nº 238, DE 01 DE OUTUBRO DE 2019.

DECRETO Nº 238, DE 01 DE OUTUBRO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2019, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA/MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALEXANDRE RUSSI, Prefeito do Município de São Pedro da Cipa/MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Depois de transcorridos os prazos estabelecidos para o exercício do direito de recurso contra as listagens de classificação final de todos os cargos referentes ao Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019, FICA HOMOLOGADO O RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO nº 001/2019, à vista do relatório da Comissão do Concurso, nomeada pela Portaria nº 041/2019.

§1º. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019 é de 01 (um) ano, contado da data de publicação do presente Decreto de Homologação, podendo ser prorrogado por igual período, conforme possibilita o inciso III, do artigo 37, da Constituição Federal.

§2º. Os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019 deverão atender à convocação para anuência de maneira expressa, para confirmar ou não o seu interesse na nomeação, posse e exercício do cargo público.

§3º. O não comparecimento do candidato convocado para a anuência no prazo fixado no edital de convocação implicará reconhecimento de sua desistência pela vaga oferecida, revertendo o direito de nomeação em favor do aprovado que o suceder, na ordem de classificação, se for o caso.

Art. 2º. A convocação dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019, quando se der, respeitará rigorosamente a ordem de classificação final dos candidatos, sob pena de nulidade.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 01 de Outubro de 2019.

ALEXANDRE RUSSI

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANO
EXTRATO DE CONTRATO 044/2019

EXTRATO DE CONTRATO

Número do Contrato: nº 044/2019

Lei Autorizativa: 592/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa/MT

Contratado: ANDREA ROCHA CASTELLI

Objeto: O(a) contratado(a) trabalhara para a contratante na função de PROFESSORA

Valor do Contrato: 1.918,31 Mensais

Data da Assinatura: 05/08/2019

Vigência: 05/08/2019 a 31/12/2019

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANO
EXTRATO DE CONTRATO 048/2019

EXTRATO DE CONTRATO

Número do Contrato: nº 048/2019

Lei Autorizativa: 592/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa/MT

Contratado: KARITA MAYRA SOUSA BARBOSA

Objeto: O(a) contratado(a) trabalhara para a contratante na função de ENFERMEIRO 40 HORAS

Valor do Contrato: 2.126,97 Mensais

Data da Assinatura: 05/08/2019

Vigência: 05/08/2019 a 31/12/2019

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANO
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 003 AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2019

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 003 AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2019

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA/MT**, *no uso de suas atribuições legais, e em consonância com as disposições constitucionais referentes ao assunto, através da* Comissão Especial para Fiscalização e Acompanhamento deste Processo Seletivo Público, nomeada pela Portaria nº 041/2019 ao qual compete à Comissão fiscalizar todas as fases do Processo Seletivo Público, torna público, para todos os efeitos, a saber:

I. Considerando que todos os recursos administrativos protocolados foram devidamente analisados e publicados;

II. Considerando que foram executadas todas as fases do Concurso previsto no Edital de Processo Seletivo Público nº 001/2019;

III. Considerando que foram esgotados todos os prazos recursais, previsto no Edital de Processo Seletivo Público nº 001/2019;

IV. Considerando que nada mais havendo a tratar e dando por encerrada suas atividades, a COMISSÃO COORDENADORA DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO, por seus integrantes infra-assinados, apresenta o RELATÓRIO FINAL, contendo o Resultado Final, por ordem de cargo e classificação dos candidatos "CLASSIFICADOS/APROVADOS, CLASSIFICADOS/EXCEDENTE", os quais comporão a Relação de Candidatos, sendo de parecer Favorável, ratificando sua apresentação para a devida homo-

logação do Resultado Final, colocando-os à disposição do Prefeito Municipal, para quaisquer esclarecimentos que se fizeram necessário;

V. Publicar o Resultado Final Definitivo do Processo Seletivo Público nº 001/2019, em anexo, organizado por área, cargo e ordem de pontuação, já contemplado o critério de desempate e os cargos que não houve candidatos aprovados e classificados. Não houve candidatos portadores de necessidades especiais aprovados ou classificados. O mapa com o número de inscritos, aprovados, reprovados e vagas, por cargo, está em forma de anexo ao presente relatório.

VI. Sendo este o relatório da Comissão de Processo Seletivo Público (Edital nº 001/2019);

VII. O presente Edital e a Listagem Completa estão disponíveis no endereço eletrônico: www.w2consultores.com.br e no Quadro de avisos da Prefeitura Municipal.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se,

São Pedro da Cipa/MT, 01 de Outubro de 2019.

ALEXANDRE RUSSI – Prefeito Municipal

CRISTIANE PEREIRA DA SILVA - Presidente da Comissão

DEA LUCIA RIBEIRO - Secretária da Comissão

ROSANA RITA CASTELLI DE ALMEIDA - Membro da Comissão

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANO
EXTRATO DE CONTRATO 047/2019

EXTRATO DE CONTRATO

Número do Contrato: nº 047/2019

Lei Autorizativa: 592/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa/MT

Contratado: **RENATA APARECIDA DELFINO ARAUJO**

Objeto: O(a) contratado(a) trabalhara para a contratante na função de PROFESSORA

Valor do Contrato: 1.918,31 Mensais

Data da Assinatura: 05/08/2019

Vigência: 05/08/2019 a 31/12/2019

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANO
EXTRATO DE CONTRATO 043/2019

EXTRATO DE CONTRATO

Número do Contrato: nº 043/2019

Lei Autorizativa: 592/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa/MT

Contratado: ESTER MINSON GOMES QUEIROZ

Objeto: O(a) contratado(a) trabalhara para a contratante na função de PROFESSORA

Valor do Contrato: 1.918,31 Mensais

Data da Assinatura: 05/08/2019

Vigência: 05/08/2019 a 31/12/2019

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANO
DECRETO Nº 237, DE 01 DE OUTUBRO DE 2019.

DECRETO Nº 237, DE 01 DE OUTUBRO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2019, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA/MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALEXANDRE RUSSI, Prefeito do Município de São Pedro da Cipa/MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Depois de transcorridos os prazos estabelecidos para o exercício do direito de recurso contra as listagens de classificação final de todos os cargos referentes ao Processo Seletivo Público nº 001/2019, FICA HOMOLOGADO O RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO nº 001/2019, à vista do relatório da Comissão do Concurso, nomeada pela Portaria nº 041/2019.

§1º. O prazo de validade do Processo Seletivo Público nº 001/2019 é de 01 (um) ano, contado da data de publicação do presente Decreto de Homologação, podendo ser prorrogado por igual período, conforme possibilita o inciso III, do artigo 37, da Constituição Federal.

§2º. Os candidatos aprovados no Processo Seletivo Público nº 001/2019 deverão atender à convocação para anuência de maneira expressa, para confirmar ou não o seu interesse na nomeação, posse e exercício do cargo público.

§3º. O não comparecimento do candidato convocado para a anuência no prazo fixado no edital de convocação implicará reconhecimento de sua desistência pela vaga oferecida, revertendo o direito de nomeação em favor do aprovado que o suceder, na ordem de classificação, se for o caso.

Art. 2º. A convocação dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Público nº 001/2019, quando se der, respeitará rigorosamente a ordem de classificação final dos candidatos, sob pena de nulidade.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 01 de Outubro de 2019.

ALEXANDRE RUSSI

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANO
EXTRATO DE CONTRATO 045/2019

EXTRATO DE CONTRATO

Número do Contrato: nº 045/2019

Lei Autorizativa: 592/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa/MT

Contratado: LUZENI DA SILVA COSTA

Objeto: O(a) contratado(a) trabalhara para a contratante na função de PROFESSORA

Valor do Contrato: 1.918,31 Mensais

Data da Assinatura: 05/08/2019

Vigência: 05/08/2019 a 31/12/2019

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANO
EXTRATO DE CONTRATO 046/2019

EXTRATO DE CONTRATO

Número do Contrato: nº 046/2019

Lei Autorizativa: 592/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa/MT

Contratado: MARIA GORETE SANTOS ALMEIDA

Objeto: O(a) contratado(a) trabalhara para a contratante na função de PROFESSORA

Valor do Contrato: 1.918,31 Mensais

Data da Assinatura: 05/08/2019

Vigência: 05/08/2019 a 31/12/2019

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANO
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 007 AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2019

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 007 AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2019

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA/MT**, *no uso de suas atribuições legais, e em consonância com as disposições constitucionais referentes ao assunto, através da* Comissão Especial para Fiscalização e Acompanhamento deste Processo Seletivo Simplificado, nomeada pela Portaria nº 041/2019 ao qual compete à Comissão fiscalizar todas as fases do Processo Seletivo Simplificado, torna público, para todos os efeitos, a saber:

I. Considerando que todos os recursos administrativos protocolados foram devidamente analisados e publicados;

II. Considerando que foram executadas todas as fases do Concurso previsto no Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019;

III. Considerando que foram esgotados todos os prazos recursais, previsto no Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019;

IV. Considerando que nada mais havendo a tratar e dando por encerrada suas atividades, a COMISSÃO COORDENADORA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, por seus integrantes infra-assinados, apresenta o RELATÓRIO FINAL, contendo o Resultado Final, por ordem de cargo e classificação dos candidatos "CLASSIFICADOS/APROVADOS, CLASSIFICADOS/EXCEDENTE", os quais comporão a Relação de Candidatos, sendo de parecer Favorável, ratificando sua apresentação para a devida homologação do Resultado Final, colocando-os à disposição do Prefeito Municipal, para quaisquer esclarecimentos que se fizeram necessário;

V. Publicar o Resultado Final Definitivo do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019, em anexo, organizado por área, cargo e ordem de pontuação, já contemplado o critério de desempate e os cargos que não houve candidatos aprovados e classificados. Não houve candidatos portadores de necessidades especiais aprovados ou classificados. O mapa com o número de inscritos, aprovados, reprovados e vagas, por cargo, está em forma de anexo ao presente relatório.

VI. Sendo este o relatório da Comissão de Processo Seletivo Simplificado (Edital nº 001/2019);

VII. O presente Edital e a Listagem Completa estão disponíveis no endereço eletrônico: www.w2consultores.com.br e no Quadro de avisos da Prefeitura Municipal.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se,

São Pedro da Cipa/MT, 01 de Outubro de 2019.

ALEXANDRE RUSSI – Prefeito Municipal

CRISTIANE PEREIRA DA SILVA - Presidente da Comissão

DEA LUCIA RIBEIRO - Secretária da Comissão

ROSANA RITA CASTELLI DE ALMEIDA - Membro da Comissão

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 537/2019

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – RETORNAR DO AUXÍLIO DOENÇA a partir do dia 29/09/2019, a Senhora **MARIA APARECIDA RODRIGUES RICIERI**, servidora efetiva, admitida em 01/04/2004, com matricula no RH nº. 317, no cargo de **Professora**, lotada **na Secretaria Municipal de** Educação e Cultura desta Prefeitura Municipal, de acordo com o Art. 76 da Lei Municipal nº. 218/99 e da Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de 29/09/2019, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se;

Registre-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 02 de Outubro de 2019.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 538/2019

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - Conceder LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDEa Senhora **MARIA APARECIDA RODRIGUES RICIERI**, servidora efetiva, admitida em 01/04/2004, com matricula no RH nº. 317, no cargo de **Professora**, lotada **na Secretaria Municipal de** Educação, Cultura, Desporto e Lazer desta Prefeitura Municipal, de acordo com Lei Municipal nº 218/99, Art. 73-I e de acordo com a Constituição Federal.

Artigo 2º. – Fica determinado à Coordenadoria de Recursos Humanos, afastar a servidora acima mencionada da Folha de Pagamento da Prefeitura Municipal, a partir da data de 29/09/2019, transferindo os encargos salariais ao Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipal de Tabaporã (Previporã), até a alta atestada pela equipe médica perita, em conformidade com as Leis nº. 482/2004e a Lei nº. 218/1999, art. 73, inciso I, §§ 2º., 3º. e os Art. 74 a 76 e suas alterações.

Artigo 3º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de 29/09/2019, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se;

Registre-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 02 de Outubro de 2019.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 539/2019

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o falecimento ocorrido em 23/09/2019 da servidora abaixo relacionada;

RESOLVE:

Artigo 1º. – RETORNAR DO AUXÍLIO DOENÇA a partir do dia 23/09/2019, a Senhora **MIRIAM GARCIA DE ANDRADE**, servidora efetiva, com matricula no RH nº. 104, no cargo de **Professora**, lotada **na Secre-**

taria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer desta Prefeitura Municipal, de acordo com o Art. 76 da Lei Municipal nº. 218/99 e da Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de 23/09/2019, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se;

Registre-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 02 de Outubro de 2019.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

LICITACAO
EXTRATO RESUMIDO DO CONTRATO Nº. 052/2019

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE TABAPORÃ/MT.

CONTRATADO:

REAVEL VEICULOS EIRELI – ME, inscrita no CNPJ Sob n° **30.260.538/0001-04,** sediada na Rua 3. nº 1022, QD C-8, LT 93/99 – Sala 802 – Setor Oeste – Cond. West Office – CEP: 74.115-050, no Municipio de Goiânia – GO.

OBJETO DO CONTRATO:

AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) AMBULÂNCIA TIPO A – SIMPLES REMOÇÃO TIPO FURGONETA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

DATA DO CONTRATO:----------01 de Outubro de 2019.

PRAZO DO CONTRATO:----------31 de Dezembro de 2019.

VALOR DO CONTRATO: R$ 85.000,00 (Oitenta cinco mil reais).

PROCESSO LICITATÓRIO: Pregão Presencial nº. 035/2019.

Para que ninguém alegue ignorância, afixe e publique-se no átrio desta Municipalidade.

Tabaporã/MT, em 01/10/2019.

SIRINEU MOLETA

Prefeito municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 540/2019

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Em provimento a solicitação do Servidor **JULIANO DA SILVA CABRAL,** de Exoneração a partir da data de 01/10/2019, que se encontrava em Licença Por Motivos Particulares Sem Remuneração, pelo período de 02 (dois) anos, a contar do dia 10/10/2017 com término em 09/10/2019;

RESOLVE:

Artigo 1º. - **RETORNAR** às atividades do cargo, **a partir de 01/10/2019**, o senhor **JULIANO DA SILVA CABRAL**, servidor efetivo**,** admitido em 07/05/2008, com matricula no RH nº. 1104, nocargo de **Especialista da Saúde V – Enfermeiro**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, com fulcro no Art. 44 da Lei Orgânica do Município de Tabaporã e da Constituição Federal.

Artigo 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação, retroagindo seus efeitos a data do retorno de 01/10/2019, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 02 de Outubro de 2019.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº. 3.868/2019

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Artigo 1º - Fica Decretado a **VACÂNCIA DE CARGO PÚBLICO,** em virtude do falecimento ocorrido na data de **23/09/2019**, da senhora **MIRIAM GARCIA DE ANDRADE**, servidora efetiva, com matricula no RH nº. 104, no cargo de **Professora**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer desta Prefeitura Municipal, de acordo com Leis Municipais nº. 218/99 e de acordo com a Constituição Federal.

Artigo 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de 23/09/2019, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 02 de Outubro de 2019.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº. 3.869/2019

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - EXONERAR A PEDIDO a partir de 01/10/2019, o Senhor **JULIANO DA SILVA CABRAL**, servidor efetivo,com matricula no RH nº. 1104, nocargo de Especialista da Saúde V - Enfermeiro**,** admitido 07/05/2008, lotado na Secretaria Municipal de Saúde desta Prefeitura, de acordo com as Leis Municipais nº. 218/1999, 842/2011 e de acordo com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de 01/10/2019, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 02 de Outubro de 2019.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

LICITACAO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 034/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 031/2019

Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM** para a **FUTURA E EVENTUAL** CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS, PARA ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL /FINANCEIRA, ASSISTIDA PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA**.**

Repartições interessadas:

---------- SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL E CIDADANIA.

Modalidade de licitação:..... PREGÃO PRESENCIAL

Tipo de licitação:..... MENOR PREÇO POR ITEM

Conformidade:..... EDITAL E SEUS ANEXOS, LEI Nº. 8.666 DE 21/06/1993 E SUAS ALTERAÇÕES, LEI 10.520 DE 17/07/2002, LEI COMPLEMENTAR Nº. 123 DE 14/12/2006 E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS;

Forma de execução:..... INDIRETA

O município de Tabaporã, estado de Mato Grosso, através de seu Prefeito Municipal, senhor Sirineu Moleta, em atendimento ao disposto na Lei Federal n°. 10.520/02 – art. 4° - inciso XXII c.c. Lei Federal nº. 8.666/93 – art. 43 – Inciso VI, **HOMOLOGA** o resultado final do Processo Licitatório supracitado, proferido pelo Pregoeiro e sua Equipe, instituídos pela portaria nº. 002/2019 de 10 de Janeiro de 2019.

Empresa vencedora:

O. J. PAGNUSSATT FUNERÁRIA – ME

CNPJ Sob n° 20.101.791/0001-53

Venceu os Itens:

LOTE 01
SERVIÇOS FUNERÁRIOS - BENEFÍCIOS EVENTUAIS

Item	Qtd	Un	Material	Cod. TCE	Descrição	Valor Un.	Valor Total
01	20	Unid	99237	00027230	***SERVICO FUNERARIO - COM FORNECIMENTO DE MATERIAL: URNA FUNERARIA, INFANTIL, DE MADEIRA ENVERNIZADA FORRADA COM TNT BRANCO E ACRILON SEM VISOR COM 04 ALCAS DE FERRO GALVANIZADO 1000/650MM, CONTENDO 2 MOCAS DE CRISANTEMOS AMARELO E DUAS BRANCAS. PARAMENTACAO CONFORME CREDO RELIGIOSO CONTENDO: SUPORTE PARA URNA, 02 CASTICAIS COM VELAS, RESPLENDOR, SUPORTE PARA LIVRO E SUPORTE PARA ARRANJOS. KIT CAFE CONTENDO: CAFE, CHA, BOLACHA DE AGUA E SAL, PAO E MANTEIGA.***	R$: 499,00	R$: 9.980,00
02	30	Unid	99238	00027231	***SERVICO FUNERARIO - COM FORNECIMENTO DE MATERIAL: URNA FUNERARIA, ADULTO, DE MADEIRA ENVERNIZADA FORRADA COM TNT BRANCO E ACRILON SEM VISOR COM 06 ALCAS DE FERRO GALVANIZADO 2000/650MM, CONTENDO 2 MOCAS DE CRISANTEMOS AMARELO E DUAS BRANCAS. PARAMENTACAO CONFORME CREDO RELIGIOSO CONTENDO: SUPORTE PARA URNA, 02 CASTICAIS COM VELAS, RESPLENDOR, SUPORTE PARA LIVRO E SUPORTE PARA ARRANJOS. KIT CAFE CONTENDO: CAFE, CHA, BOLACHA DE AGUA E SAL, PAO E MANTEIGA.***	R$: 998,00	R$: 29.940,00
03	15.000.000	Km	99236	380849-1	**SERVIÇO DE TRANSPORTE DE CARGAS - DO TIPO TERRESTRE,TRANSLADO DE CADAVERES - COM UTILIZACAO DE VEICULO FUNERARIO, EM TODO ESTADO DE MATO GROSSO.**	R$: 2,30	R$: 34.500,00

Valor total Adjudicado: R$: 74.420,00 (Setenta e quatro mil, quatrocentos e vinte reais)

Registrado e Publicado por afixação, no lugar público de costume desta, na data abaixo.

Tabaporã – MT, 01 de Outubro de 2019.

Sirineu Moleta

Prefeito Municipal

LICITACAO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 034/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 031/2019

Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM** para a **FUTURA E EVENTUAL** CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS, PARA ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL /FINANCEIRA, ASSISTIDA PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA**.**

Repartições interessadas:

---------- SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL E CIDADANIA.

Modalidade de licitação:..... PREGÃO PRESENCIAL

Tipo de licitação:..... MENOR PREÇO POR ITEM

Conformidade:..... EDITAL E SEUS ANEXOS, LEI Nº. 8.666 DE 21/06/1993 E SUAS ALTERAÇÕES, LEI 10.520 DE 17/07/2002, LEI COMPLEMENTAR Nº. 123 DE 14/12/2006 E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS;

Forma de execução:..... INDIRETA

Em conformidade com a Lei Federal nº. 10.520/02 – art. 3° - inciso IV c.c. art. 4° - inciso XX da mesma Lei, o município de Tabaporã/MT, através de seu Prefeito, senhor Sirineu Moleta, **ADJUDICA** o objeto desta Licitação, às Empresas vencedoras abaixo especificadas:

O. J. PAGNUSSATT FUNERÁRIA – ME

CNPJ Sob n° 20.101.791/0001-53

Venceu os Itens:

LOTE 01
SERVIÇOS FUNERÁRIOS - BENEFÍCIOS EVENTUAIS

Item	Qtd	Un	Material	Cod. TCE	Descrição	Valor Un.	Valor Total
01	20	Unid	99237	00027230	***SERVICO FUNERARIO - COM FORNECIMENTO DE MATERIAL: URNA FUNERARIA, INFANTIL, DE MADEIRA ENVERNIZADA FORRADA COM TNT BRANCO E ACRILON SEM VISOR COM 04 ALCAS DE FERRO GALVANIZADO 1000/650MM, CONTENDO 2 MOCAS DE CRISANTEMOS AMARELO E DUAS BRANCAS. PARAMENTACAO CONFORME CREDO RELIGIOSO CONTENDO: SUPORTE PARA URNA, 02 CASTICAIS COM VELAS, RESPLENDOR, SUPORTE PARA LIVRO E SUPORTE PARA ARRANJOS. KIT CAFE CONTENDO: CAFE, CHA, BOLACHA DE AGUA E SAL, PAO E MANTEIGA.***	R$: 499,00	R$: 9. 980,00
02	30	Unid	99238	00027231	***SERVICO FUNERARIO - COM FORNECIMENTO DE MATERIAL: URNA FUNERARIA, ADULTO, DE MADEIRA ENVERNIZADA FORRADA COM TNT BRANCO E ACRILON SEM VISOR COM 06 ALCAS DE FERRO GALVANIZADO 2000/650MM, CONTENDO 2 MOCAS DE CRISANTEMOS AMARELO E DUAS BRANCAS. PARAMENTACAO CONFORME CREDO RELIGIOSO CONTENDO: SUPORTE PARA URNA, 02 CASTICAIS COM VELAS, RESPLENDOR, SUPORTE PARA LIVRO E SUPORTE PARA ARRANJOS. KIT CAFE CONTENDO: CAFE, CHA, BOLACHA DE AGUA E SAL, PAO E MANTEIGA.***	R$: 998,00	R$: 29. 940,00
03	15. 000. 000	Km	99236	380849-1	**SERVIÇO DE TRANSPORTE DE CARGAS - DO TIPO TERRESTRE,TRANSLADO DE CADAVERES - COM UTILIZACAO DE VEICULO FUNERARIO, EM TODO ESTADO DE MATO GROSSO.**	R$: 2,30	R$: 34. 500,00

Valor total Adjudicado: R$: 74.420,00 (Setenta e quatro mil, quatrocentos e vinte reais)

Registrado e Publicado por afixação, no lugar público de costume desta, na data abaixo.

Tabaporã – MT, 01 de Outubro de 2019.

Sirineu Moleta

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 3.863/2019

Retificação do Decreto nº 3.863/2019, publicado em 19/09/2019, no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso – Ano XIV / nº 3.317, página 384 a 386, que passa ter a seguinte redação:

DECRETO Nº 3.863/2019

DISPÕE SOBRE A OBSERVÂNCIA DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE TABAPORÃ ESTADO DE MATO GROSSO

O Prefeito do Município De Tabaporã, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 44, inciso IV da **Lei Orgânica**,

CONSIDERANDO que o art. 5º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a qual determina a obrigatoriedade de os pagamentos das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, pela Administração Pública, obedecer, para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica de suas exigibilidades, salvo quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicizada;

CONSIDERANDO que a competência legislativa da União para dispor sobre licitações e contratos administrativos, nos termos do art. 22, inciso XXVII, da Constituição da República, restringe-se às normas gerais, cabendo aos entes federados disciplinarem os aspectos relativos às suas especificidades;

CONSIDERANDO as recomendações contidas no Acórdão nº 282/2017 – TP do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE/MT, quanto ao cumprimento da ordem cronológica dos pagamentos públicos, prevista no art. 5º da Lei nº 8.666/1993;

CONSIDERANDO a possibilidade de celebração de contratos de adesão, por parte da Administração, com previsão de datas determinadas de pagamento, regidos subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993, conforme art. 62, § 3º, dessa mesma Lei;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a manutenção de serviços de natureza contínua pela Administração, prevenindo a sua interrupção por atraso no pagamento, mas respeitando a ordem cronológica de credores;

CONSIDERANDO a necessidade de adequar os procedimentos de contratações, de recebimento do objeto, de liquidação e de pagamentos de despesas, visando viabilizar a observância da ordem cronológica de pagamentos;

DECRETA:

Capítulo I

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS

Art. 1 Este Decreto regulamenta os procedimentos para a observância da ordem cronológica de pagamentos do Poder Executivo do Município de Tabaporã, prevista no art. 5º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em conformidade com o art. 115 da mesma Lei.

Parágrafo único. As disposições desse Decreto não se aplicam às despesas que não sejam regidas pela Lei Federal nº 8.666/1993, direta ou subsidiariamente.

Art. 2 Para fins deste Decreto, considera-se:

I - unidade da Administração: fundo, órgão e Entidades da Administração Indireta que possua receitas próprias, ordinárias ou vinculadas, e que seja dotado de competência para gerir a execução de seu orçamento.

II - fonte de recurso: mecanismo adotado para o controle das destinações da receita, subdividindo-se em recursos livres, que são aqueles que não apresentam nenhuma vinculação com finalidade específica para a sua aplicação, e em recursos vinculados, que são aqueles legalmente vinculados a uma finalidade específica, conforme parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000;

III - ordem cronológica: classificação dos créditos em ordem decrescente de antiguidade, estabelecida pela data da sua exigibilidade;

IV - exigibilidade do crédito: data de apresentação das notas fiscais, faturas ou documentos equivalentes de cobrança e demais documentos exigidos pelo contrato como condição de pagamento, após o adimplemento da obrigação pelo contratado, observado o que dispõe o art. 5º deste Decreto;

V - contrato de baixo valor: os contratos de compras e serviços, salvo os de engenharia, cujo valor total contratado não ultrapasse o limite do art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993, considerando inclusive as eventuais prorrogações, se for o caso;

VI - atestador: de acordo com o artigo 73, da Lei Federal nº 8.666/93, é o servidor do órgão ou entidade contratante, previamente designado pela Administração para o recebimento do objeto ou da execução do serviço ou obra.

VII - gestor: é o representante da administração responsável pelo serviço de gerenciamento dos contratos, cuida, por exemplo, do reequilíbrio econômico financeiro, de incidentes relativos a pagamentos, de questões ligadas à documentação, ao controle dos prazos de vencimento, de prorrogação, celebrar aditivos e apostilamentos, analisar os pedidos de repactuação etc.

VIII - fiscal: é o representante da Administração designado para acompanhar a execução do contrato, conforme art. 67 da Lei 8.666/93.

Art. 3 O pagamento das obrigações de cada unidade da administração, relativas ao fornecimento de bens, locações, execução de obras e prestação de serviços, obedecerá para cada fonte de recurso a estrita ordem cronológica de seus créditos, salvo quando presentes relevantes razões de interesse público, na forma do Capítulo III deste Decreto.

Art. 4 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

Art. 5 Cada Unidade de Controle Interno Setorial da Administração manterá listas consolidadas de seus credores, classificadas por fontes de recursos e ordenadas pela ordem cronológica de antiguidade, estabelecida pela data de exigibilidade dos créditos.

Parágrafo único. Caso sejam utilizadas fontes de recurso distintas para pagamento de determinado credor, este será incluído nas listas pertinentes a cada fonte pelo valor dos respectivos créditos.

Art. 6 As notas fiscais, faturas ou documentos equivalentes de cobrança, acompanhadas dos demais documentos exigidos no edital de licitação e no contrato administrativo para fins de pagamento, deverão ser encaminhados ao setor competente, de acordo com a unidade da administração e com o indicado no contrato, que será o responsável pela inclusão imediata no sistema integrado da data do ateste/apresentação da NF, bem como pela formalização do processo de pagamento.

Capítulo II

DA LIQUIDAÇÃO DA DESPESA E DO PAGAMENTO

Art. 7 Após o recebimento da nota fiscal e respectivo atesto, em até 5 dias úteis, as unidades da Administração deverão encaminhar os processos à Fazenda Pública Municipal, certificada pelo ordenador de despesa a observância à ordem cronológica de pagamento.

§ 1º Em se tratando da Administração Indireta, os processos deverão ser encaminhados ao órgão fazendário após a liquidação.

§ 2º Havendo necessidade de maior prazo para a observação ou realização de vistoria que comprove a adequação do objeto, para fins de recebimento definitivo e liquidação da despesa, atendendo ao disposto no art. 73, § 3º, da Lei nº 8.666/1993, tal prazo deverá ser devidamente justificado.

Art. 8 Após o recebimento dos respectivos processos, a Fazenda Pública Municipal realizará a liquidação ou o repasse financeiro, respeitando-se a ordem cronológica nos prazo fixados no artigo abaixo.

Art. 9 Respeitada a ordem de classificação dos créditos e após a regular liquidação, o pagamento da obrigação ocorrerá nos seguintes prazos máximos, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente:

I - 30 (trinta) dias consecutivos, para os contratos em geral, em conformidade com o que dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea a, da Lei Federal nº 8. 666/1993;

II - 5 (cinco) dias úteis, para os contratos de baixo valor, definidos no inciso V do art. 2º deste Decreto, em conformidade com o que dispõe o art. 5º, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Art. 10 Não serão pagos créditos enquanto houver outro melhor classificado, custeado pela mesma fonte de recursos, ainda que seja originário de exercício encerrado.

§ 1º Havendo créditos já certificados, na forma do art. 7º deste Decreto, e não pagos em razão de mora exclusiva da Administração na certificação de obrigação melhor classificada, os agentes públicos competentes, conforme § 2º do art. 7º, adotarão as providências necessárias à regularização do fluxo de pagamento.

§ 2º É vedado o pagamento parcial de crédito, exceto:

I - quando houver indisponibilidade, em observância às cotas financeiras, para solver na íntegra o crédito melhor classificado, devendo permanecer o saldo do crédito na ordem classificatória para o seu pagamento;

II - quando houver necessidade de retenção cautelar de créditos para fazer frente aos valores de multas contratuais, durante o processamento do respectivo processo administrativo, autorizando-se o pagamento da parcela incontroversa, conforme arts. 86, § 3º, e 87, § 1º, da Lei nº 8.666/1993;

III - quando o crédito for suportado por diferentes fontes de recurso, observando o disposto no art. 5º, parágrafo único, deste Decreto, bem como a ordem cronológica interna de cada lista.

§ 3º Na hipótese do inciso II do § 2º deste artigo, o saldo do crédito deverá permanecer na ordem classificatória para o seu pagamento, que será suspensa até o término do respectivo processo administrativo, dispensando a justificativa prevista no art. 11 deste Decreto.

Art. 11 O contratado poderá impugnar a preterição de seu crédito na ordem cronológica de pagamento em até 05 dias consecutivos, contados da publicação da sua inclusão em lista classificatória, na forma do art. 16 ou publicação da justificativa de suspensão.

§ 1º A impugnação deverá ser dirigida ao gestor da unidade da administração, que deverá respondê-la no prazo de 10 dias consecutivos, como base em lista consolidada previamente divulgada no Portal da Transparência do Município de Tabaporã.

§ 2º Constatada a ocorrência dolosa de preterição injustificada de credor no estabelecimento da ordem de classificação, os responsáveis estarão sujeitos às sanções previstas no art. 92 da Lei 8.666/93, devendo o fato ser comunicado à Controladoria Geral do Município - CGM para as providências cabíveis.

Capítulo III

DA EXCLUSÃO DO CRÉDITO DA LISTA CLASSIFICATÓRIA E DA SUSPENSÃO DA ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO

Art. 12 O credor será suspenso da respectiva lista classificatória nas seguintes hipóteses:

I - quando o contratado for notificado para sanar ocorrências relativas à execução do contrato ou à documentação apresentada;

II - quando ocorrer situação que impeça a certificação do adimplemento da obrigação.

III - quando constatar irregularidades que impeçam a liquidação e/ou pagamento.

Parágrafo único. A reinclusão do credor nas listas classificatórias será realizada após a regularização das falhas e da emissão do novo documento fiscal, se necessário, reiniciando-se os prazos previstos nos arts. 7º e 8º deste Decreto.

Art. 13 É vedado o pagamento de despesas em desacordo com a respectiva ordem cronológica de exigibilidade, exceto quando comprovado prejuízo ao interesse público, em situações extraordinárias, tais como as arroladas a seguir:

I - para evitar fundada ameaça de interrupção dos serviços essenciais da Administração ou para restaurá-los;

II - para dar cumprimento à ordem judicial ou à decisão do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso que determine a suspensão de pagamentos ao credor melhor classificado;

III - para afastar o risco de prejuízo ao erário, se houver indícios de falsidade, fraude ou irregularidade grave na liquidação da despesa, de que resulte fundada dúvida quanto à certeza e à liquidez da obrigação;

IV - para evitar prejuízos à Administração, tais como a incidência de juros ou vencimento antecipado das demais parcelas em empréstimos ou financiamentos ou perda de cobertura de seguros.

§ 1º A suspensão da ordem cronológica dos pagamentos na forma do caput deste artigo, dependerá de prévia e formal justificativa do gestor da unidade da administração, devidamente publicada no Portal da Transparência do Município de Tabaporã, assim como da comunicação da decisão à Controladoria Geral do Município - CGM.

§ 2º Na hipótese do inciso III do *caput* deste artigo, os fatos deverão ser apurados no prazo máximo de 30 dias, prorrogáveis mediante justificativa.

Capítulo IV

DAS EXCEÇÕES À ORDEM CRONOLÓGICA

Art. 14 Consideram-se, exemplificativamente, situações que poderão vir a constituir relevantes razões de interesse público, a permitir excepcionar a regra da ordem cronológica:

I - contratos de adesão;

II - despesas de adiantamento;

III - despesas de ajuda de custo;

IV - contratos de baixo valor;

V - despesas de pessoal e encargos sociais;

VI - indenização decorrente de desapropriação;

VII - obrigações tributárias.

Art. 15 Os créditos decorrentes de contrato de adesão serão incluídos nas listas classificatórias de credores pela data do vencimento, em até 05 (cinco) dias úteis antes do vencimento da fatura, do boleto ou documento equivalente, salvo se a forma de pagamento não se constituir em cláusula uniforme aplicável a todos os usuários ou consumidores.

§ 1º Considera-se como contrato de adesão para fins deste Decreto, dentre outros:

I - os contratos em que a Administração for parte como usuária de serviços públicos, como o fornecimento de energia elétrica, o abastecimento de água, os serviços de telefonia fixa e móvel e os serviços de internet;

II - os empréstimos e financiamentos bancários;

III - os seguros veiculares e imobiliários;

IV - as matrículas ou inscrições em congressos, seminários, especializações, cursos, treinamentos e outras atividades afins para qualificação de servidores;

V - Alugueres e Condomínios.

§ 2º A liquidação dos contratos de adesão deve ser realizada de forma a observar os prazos de pagamento previstos na fatura, no boleto ou documento equivalente, aplicando-se o art. 7º deste Decreto, no que couber.

Capítulo V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16 Os contratos vigentes na data de publicação deste Decreto deverão ser adequados à nova sistemática, devendo cada unidade da administração providenciar a criação e a ordenação em listas classificatórias de credores, no prazo de 30 dias, a contar da publicação deste Decreto.

Parágrafo único. Os contratos vigentes obedecerão aos prazos e demais condições para pagamento previstos nos respectivos instrumentos contratuais, aplicando-se os prazos deste Decreto se forem omissos a esse respeito.

Art. 17 As listas de credores serão divulgadas no Portal da Transparência do Município de Tabaporã em tempo real, nos termos do disposto no art. 2º, § 2º, inciso II, do Decreto Federal nº 7.185/2010, que regulamenta o art. 48, parágrafo único, inciso III, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 18 Os prazos previstos neste Decreto serão contados na forma estabelecida no art. 110 da Lei Federal nº 8.666/1993.

Art. 19 Este Decreto entrará em vigor no prazo de 60 dias, a contar da sua publicação.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 19 de Setembro de 2019.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 541/2019

Súmula: Substituição de membro da Comissão de Farmácia e Terapêutica da Secretaria Municipal de Saúde de Tabaporã/MT e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - Alterar o Artigo 7º e 8º, da Portaria 552/2018, 03 de Agosto de 2018, com a finalidade de substituição de membro, ficando da seguinte forma:

... Artigo 7 º - *Ficam designados os seguintes servidores da Secretaria Municipal de Saúde de Tabaporã para compor a Comissão de Farmácia e Terapêutica na qualidade de membros efetivos, sendo que a primeira da lista exercerá a função de presidente da Comissão:*

I. Juliana Berton Ferreira (Bioquímica/Farmacêutica)

II. Rosilene da Silva (Enfermeira)

III. Antonio Maro Pena (Médico Clínico Geral)

IV. Robson Alexandro Bertapelli (Psicólogo)

V. Franciele de Souza Dantas Cardoso (Enfermeira)

***Artigo 8 º -** Ficam designados os seguintes servidores da Secretaria Municipal de Saúde para compor a Comissão de Farmácia e Terapêutica na qualidade de membros consultivos:*

I. Kátia Aparecida De Paula Gomes (Representante SMS) II. German Fog Roca (Médico Cirurgião) III. Suellen Santos Silva(Enfermeira)...

Artigo 2 º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº. 784/2018.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 02 de Outubro de 2019.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE TABAPORÃ - PREVIPORÃ.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

001/2019

O Gestor do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Público do Município de Tabaporã, Estado de Mato Grosso – PREVIPORÃ, Ilmo. Sr. **Paulo Katsumi Takeda**, no uso de suas atribuições legais, convoca todos os servidores **Efetivos, Estáveis e Inativos** à participarem de Assembléia Geral a ser realizada no recinto da Câmara Municipal de Vereadores de Tabaporã, sito à Av. Dr. Carlos Vidoto, no dia **23 de Outubro de 2019**, com primeira chamada às 19:00 horas, com a presença da maioria simples dos servidores e, em segunda chamada, 30 (trinta) minutos após a primeira, com qualquer número de participantes, para deliberar a seguinte ordem do dia:

1. Prestação de Contas;

2. Apresentação da Política Anual de Investimento 2020;

3. Regras de Aposentadoria;

4. Eleição de 06 membros para compor o Conselho Curador do Previporã, sendo 04 efetivos e 02 suplentes, para mandato de 02 anos;

5. Eleição de 05 membros para compor o Conselho Fiscal do Previporã, sendo 03 efetivos e 02 suplentes, para mandato de 02 anos;

A eleição será coordenada pelo Gestor do Previporã e pelos Presidentes dos Conselhos Curador e Fiscal em vigor e se procederá por aclamação dos presentes.

Tabaporã/MT, 01 de Outubro de 2019.

PAULO KATSUMI TAKEDA

Gestor do Previporã

Fundo Municipal de Previdência Social - PREVIPORÃ

Gestão 2017/2020

RECURSOS HUMANOS
LEI MUNICIPAL N.º 1.185 DE 30 DE SETEMBRO DE 2019.

Sumula: "Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional especial, por provável excesso de arrecadação, no orçamento vigente, da Prefeitura Municipal, constante da Lei nº 1.146 de 11 de Dezembro de 2018, e dá outras providências".

SIRINEU MOLETA, PREFEITO MUNICIPAL DE TABAPORÃ, ESTADO DE MATO GROSSO, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais Especial e acrescer saldos orçamentários no valor de R$ 260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais) alem das despesas fixadas para o orçamento municipal do corrente exercício, nos termos dos artigos 42 e 43, § 1º, inciso II da Lei 4320/64, acrescendo os saldos nas seguintes dotações orçamentárias:

Valores em R$ 260.000,00

11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS

003 - COORDENADORIA DE SANEAMENTO BASICO

11.003.00.17.512.0015.1092.449051.00 – IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA NA CIDADE DE AMERICANA DO NORTE.

44.90.51.00 – OBRAS E INSTALAÇÕES - Pessoa Jurídica- **Fonte: 0.0. 124.000000**

Valores em R$

Saldo Atual da dotação:	0,00
Dotação reservada:	0,00
Valor a suplementar:	**250.000,00**

44.90.51..00 – OBRAS E INSTALAÇÕES - **Fonte: 0.1.00.000000**

Valores em R$

Saldo Atual da dotação:	0,00
Dotação reservada:	0,00
Valor a suplementar:	**10.000,00**

VALOR TOTAL DOS ACRÉSCIMOS DA DESPESA R$ 260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais)

Art. 2º-Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Especial , por provável excesso de arrecadação, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a **Lei nº 1.146 de 11 de Dezembro de 2018.**

Art. 3º - Os créditos autorizados no artigo 2º, serão abertos por conta da efetiva receita de recursos do Convenio FUNASA Nº CV 2349/18, do Ministério da Saúde/FUNASA, e a Titulo de Contra Partida , com aumento de arrecadação dos recursos da receita oriunda do FPM , nos limites dos excessos de suas especificações e fontes abaixo descritos:

ESPECIFICAÇÃO	DESCRIÇÃO	VALOR	FONTE DE DESTINAÇÃO
2418109103	TRANSF. DE CONVENIO. MINISTERIO DA SAUDE/FUNASA	R$ 250.000,00	0.1.24.00.00
117180121	FPM	R$ 10.000,00	0.1.00.00.00

VALOR TOTAL DOS ACRÉSCIMOS DA RECEITA R$ 260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais)

Art. 4º- As realocações autorizadas no artigo 1º serão detalhadas por Decreto observado os critérios definidos nas leis autorizativas de abertura de créditos e remanejamentos.

Parágrafo Único : Fica o Poder executivo Municipal autorizado a suplementar conforme o art. 43 parágrafo 1º inciso III da Lei 4.320/64; a dotação criada no artigo 1º em ate 20% do valor do projeto em casos de realinhamento de preços e adequações na planilha orçamentária do referido projeto, não onerando o percentual já autorizado na LOA para o exercício 2019.

Art. 5º - Fica autorizado os remanejamentos previstos e autorizados nesta Lei no PPA 2018/2021 e seus anexos, bem como nas LDO´s anuais oriundas de sua programação para os 04 (quatro) exercícios projetados, mantendo a compatibilidade entre as peças de planejamento previstos no artigo 165 da CF/88.

Art. 6.º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tabaporã-MT 30 de Setembro de 2019 .

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL DE TABAPORA

LICITACAO
ORDEM DE SERVIÇOS

O **MUNICIPIO DE TABAPORÃ**, estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ sob. o nº. 37.464. 997/0001-40, com sede na Avenida Comendador José Pedro Dias, n° 979, centro, neste município de Tabaporã/MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor SIRINEU MOLETA, portador do RG nº. MG – 12. 223.800 SSP/MG e CPF n.º 505.657.109-15, residente e domiciliado na Rua José Carlos Moreira, s/n°, Centro, CEP 78.563-000, município de Tabaporã/MT, no uso de suas atribuições legais, expede: **ORDEM DE SERVIÇOS.**

Onde fica autorizada a Empresa **VM CONSTRUÇÕES EIRELI – EPP**, de direito privado, instituída pelo CNPJ Sob n° **08.225.968/0001-28** e estabelecida na Avenida Daliberto Ferreira Costa, n° 870, Santa Isabel, CEP 78. 035-005, Cuiabá/MT, representada neste ato pelo seu sócio proprietário o senhor **Barnabé Padilha da Silva Filho**, brasileiro, solteiro, empresário, portador do RG n.º 831.866 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n.º 545.396. 921-00, residente e domiciliado na Rua 127, n° 134, Quadra 121 – Bairro CPA IV, CEP: 78.058-316 no município de Cuiabá/MT, conforme lhe fora adjudicado;

VM CONSTRUÇÕES EIRELI – EPP

CNPJ Sob n° **08.225.968/0001-28**

>>> **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM TSD, SINALIZAÇÃO VIÁRIA, PASSEIO PÚBLICO COM ACESSIBILIDADE E DRENAGEM SUPERFICIAL DE ÁGUAS PLUVIAIS NA AVENIDA COMENDADOR JOSÉ PEDRO DIAS (ENTRADA DA CIDADE) DO MUNICÍPIO DE TABAPORÃ – MT**, conforme o projeto básico, cronograma físico financeiro e seus anexos, integrantes deste edital.

>>> Total Geral da Construção >>> **R$: 1.241.232,61 (Hum milhão duzentos e quarenta e um mil duzentos e trinta e dois reais e sessenta e um centavos).**

Referente ao Processo Licitatório n°. 38/2019 – Tomada de Preço n°. 03/2019, cujo objeto consiste na **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM TSD, SINALIZAÇÃO VIÁRIA, PASSEIO PÚBLICO COM ACESSIBILIDADE E DRENAGEM SUPERFICIAL DE ÁGUAS PLUVIAIS NA AVENIDA COMENDADOR JOSÉ PEDRO DIAS (ENTRADA DA CIDADE) DO MUNICÍPIO DE TABAPORÃ – MT**, conforme o projeto básico, cronograma físico financeiro e seus anexos, integrantes deste edital.

Fica a contratada obrigada **A DAR INÍCIO IMEDIATO** na execução do objeto do referido certame;

A presente Ordem de Serviço tem caráter legal e imediato de modo que a Lei e os interesses públicos devem ser efetivamente cumpridos, nos termos do referido Edital, consoante com as Leis Federais nº. 8.666/93 com suas Alterações;

A expedição desta Ordem de Serviço é decorrente da adjudicação e homologação do mesmo certame;

Juntamente com esta Ordem de Serviço, será apresentado o empenho das despesas aqui ordenadas nos termos do referido Edital;

Tabaporã/MT, 30 de Setembro de 2019.

SIRINEU MOLETA **Prefeito Municipal** **CPF** 505.657. 109-15	**Newton Toledo Bressan Junior** CREA – 1706432992 Engenheiro Civil	**VM CONSTRUÇÕES EIRELI – EPP** CNPJ sob n°: **08.225.968/ 0001-28** **Barnabé Padilha da Silva Filho** Representante CONTRATADO CIENTE EM _____/_____/_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL COMPLEMENTAR 011/2019 PROCESSO SELETIVO N.º 001/2019

EDITAL COMPLEMENTAR 011/2019 PROCESSO SELETIVO N.º 001/2019

O Município de Tangará da Serra/MT, através do Prefeito Municipal, Senhor **Fábio Martins Junqueira,** no uso de suas atribuições legais. **Torna público a Homologação do Resultado Final do Processo Seletivo Nº 001/2019**, destinado à contratação e formação de cadastro de reserva**,** para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Secretaria Municipal de Esportes e Secretaria Municipal de Saúde.

RESOLVE:

1.1 Homologar o resultado do Processo Seletivo nº. 001/2019, dos candidatos que realizaram a prova objetiva em 08/09/2019, no Campus Universitário de Tangará da Serra – UNEMAT, conforme resultado divulgado através do Edital Complementar nº. 010/2019.

MEDICO REGULADOR - SAMU						
Nº	**INSC**	**NOME**	**DATA. NASC.**	**ACERTOS**	**PONTOS**	**SITUAÇÃO**
1	371	TIAGO TEIXEIRA LIMA SILVA	10/08/1984	23	57,5	CLASSIFICADO
2	856	NUBIA GOMES BARROS	22/10/1982	20	50	CLASSIFICADO
3	1409	AMAURY RODRIGUES BRIANEZ JUNIOR	25/09/1986	19	47,5	DESCLASSIFICADO
4	1406	LUIZ FERNANDO VENTUROLI CUSTODIO	03/06/1988	19	47,5	DESCLASSIFICADO
5	1149	JOAO CARLOS SILVESTRE VELASCO	04/06/1988	16	40	DESCLASSIFICADO
6	562	FABIO MENDES FERNANDES	06/04/1967	15	37,5	DESCLASSIFICADO
7	1050	KETLYN KONAGESKI DA SILVA	04/04/1986	15	37,5	DESCLASSIFICADO
8	1148	LUCIANA ELOISA BOLOGNESI VICENZOTTO VELASCO	08/10/1989	14	35	DESCLASSIFICADO
9	1196	AGEU MARTINS	26/12/1974	12	30	DESCLASSIFICADO
10	695	GISELE FERNANDA SANCHEZ	19/11/1983	11	27,5	DESCLASSIFICADO
11	887	ANA CAROLINA RIBEIRO SILVA DE PAULA	25/09/1986	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
12	259	JOSE IDARLAN GOMES CHAVES FILHO	12/12/1987	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
MEDICO INTERVENCIONISTA - SAMU						

Nº	INSC	NOME	DATA. NASC.	ACERTOS	PONTOS	SITUAÇÃO
1	487	INGRID IARA RODRIGUES DA SILVA	02/05/1984	35	87,5	CLASSIFICADO
2	549	CRYSTHIAN DE BRIDA VIEIRA	23/05/1993	28	70	CLASSIFICADO
3	83	RENAN MOURA TORRES	12/12/1990	25	62,5	CLASSIFICADO
4	1231	NELSON LUIZ DA CRUZ JUNIOR	24/09/1982	24	60	CLASSIFICADO
5	484	JERRY DA SILVA MOTA	26/06/1989	21	52,5	CLASSIFICADO
6	827	JOENY DE CAMPOS	07/09/1959	20	50	CLASSIFICADO
7	305	ANDYARA LIMA DOS SANTOS VERCIANO	07/10/1990	20	50	CLASSIFICADO
8	1437	GABRIEL GARCIA GARCIA	08/07/1992	20	50	CLASSIFICADO
9	499	DENISE LIMA DE OLIVERIA	17/06/1980	19	47,5	DESCLASSIFICADO
10	1621	SAULO MANSUETO RODRIGUES PALMA	19/02/1988	19	47,5	DESCLASSIFICADO
11	791	THIAGO RIBEIRO DA SILVA	28/01/1991	19	47,5	DESCLASSIFICADO
12	455	LOHAN AFFONSO SILVA CAMPOS	21/10/1992	19	47,5	DESCLASSIFICADO
13	492	BRENNER HUMBERTO COSTA FERNANDES	04/05/1986	18	45	DESCLASSIFICADO
14	828	JANETE CARVALHO COSTA	05/10/1975	16	40	DESCLASSIFICADO
15	482	DAIANE SCHILO	22/11/1981	13	32,5	DESCLASSIFICADO
16	884	ABINADAB DA SILVA SIQUEIRA	15/07/1990	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
17	588	CHRISTIANO DE AZEVEDO HERMIDA	27/06/1978	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
18	567	JOAO CARLOS SILVESTRE VELASCO	04/06/1988	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
19	260	JOSE IDARLAN GOMES CHAVES FILHO	12/12/1987	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
20	570	LUCIANA ELOISA BOLOGNESI VICENZOTTO VELASCO	08/10/1989	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO

ENFERMEIRO - SAMU

Nº	INSC	NOME	DATA. NASC.	ACERTOS	PONTOS	SITUAÇÃO
1	300	GRASIELE MATUCHAKE REZENDE	25/05/1985	27	67,5	CLASSIFICADO
2	988	DANIELA STIVAL MACHADO	31/03/1977	26	65	CLASSIFICADO
3	28	MONIQUE MAIRA MACIEL	28/10/1987	26	65	CLASSIFICADO
4	513	SONIA CRISTINA RODRIGUES RISSI	23/01/1988	26	65	CLASSIFICADO
5	215	DANIELY DE SOUZA SANTOS	13/05/1995	26	65	CLASSIFICADO
6	610	RUBERVAL ARAUJO CANDIDO	26/05/1979	24	60	CLASSIFICADO
7	1691	LUCIENE CARLOS VIEIRA DUARTE	27/09/1979	24	60	CLASSIFICADO
8	22	CARLOS EDUARDO SCAGLIA ROSA	28/12/1982	24	60	CLASSIFICADO
9	629	MAIARA DANDARA LOCATELLI	12/04/1988	24	60	CLASSIFICADO
10	1463	DANIELE CRISTINA SILVA FERNANDES	07/03/1989	24	60	CLASSIFICADO
11	406	AMANDA DOS SANTOS BERNARDES PINHEIRO	03/12/1991	24	60	CLASSIFICADO
12	765	LORRAYNE JARDIM VICENTE	15/10/1992	24	60	CLASSIFICADO
13	1404	REGINA QUEIROZ GONÇALVES	07/06/1982	23	57,5	CLASSIFICADO
14	900	RONDINELE AMARAL DA SILVA	16/12/1986	23	57,5	CLASSIFICADO
15	254	GRACIANE CORDEIRO CORREA MEDRADO	13/06/1991	23	57,5	CLASSIFICADO
16	1673	TAIRO BARROS BRANCO	26/06/1992	23	57,5	CLASSIFICADO
17	1734	GABRIELLE AMARAL BEZAGIO	30/11/1995	23	57,5	CLASSIFICADO
18	906	EVELYN FABRINI GASPAR	19/02/1981	22	55	CLASSIFICADO
19	781	DAIANE DANIELE VASCONCELOS LOURENÇO MATOS	21/02/1982	22	55	CLASSIFICADO
20	375	ALINE MARCOLINO TEODORO	06/10/1982	22	55	CLASSIFICADO
21	159	CLAYTON PELISAO FOLADOR	19/11/1984	22	55	CLASSIFICADO
22	767	RAFAELA DE LAURA SANTOS OLIVEIRA	21/01/1985	22	55	CLASSIFICADO
23	1637	BARBARA SPILERE MORETTO	15/12/1989	22	55	CLASSIFICADO
24	479	CAMILA ALVES DE SOUZA	22/11/1994	22	55	CLASSIFICADO
25	858	CAROLINA PICOLOTO	20/08/1995	22	55	CLASSIFICADO
26	504	RAQUEL CARDOSO DE SOUZA	16/02/1984	21	52,5	CLASSIFICADO
27	727	PEDRO WILSON DE LIMA SANTANA	04/06/1989	21	52,5	CLASSIFICADO
28	722	CLAUDIRENE DE OLIVEIRA MARQUES	29/05/1990	21	52,5	CLASSIFICADO
29	222	LEONARDO ALVES RODRIGUES DOS SANTOS	15/08/1993	21	52,5	CLASSIFICADO
30	693	EDISEL PEREIRA DOS SANTOS	16/07/1976	20	50	CLASSIFICADO
31	665	ROSANE DA SILVA LIMA	26/01/1979	20	50	CLASSIFICADO
32	1545	REGIANE DE OLIVEIRA LIMA	13/07/1990	20	50	CLASSIFICADO
33	169	REILLY PEREIRA MELO	23/08/1991	20	50	CLASSIFICADO
34	848	PAMELA NEVES DE OLIVEIRA	07/11/1991	20	50	CLASSIFICADO
35	26	FERNANDA PEREIRA AGUIAR	28/05/1994	20	50	CLASSIFICADO
36	370	TATIANA CARMO FROES MORAES	25/02/1976	19	47,5	DESCLASSIFICADO
37	1414	MACSILENE APARECIDA TAVARES DE LIMA	02/03/1980	19	47,5	DESCLASSIFICADO
38	16	REGIANE COELHO MILHOMEM RODRIGUES	04/05/1987	19	47,5	DESCLASSIFICADO
39	603	ANGÉLICA MARQUES SENTURION	06/09/1989	19	47,5	DESCLASSIFICADO
40	669	KALYNNE MAGILLY PIRES DE OLIVEIRA SILVA	20/03/1990	19	47,5	DESCLASSIFICADO
41	418	MAISE CRISTINA DA SILVA	20/09/1990	19	47,5	DESCLASSIFICADO
42	712	ADINALDO FONSECA DE SOUZA	10/01/1991	19	47,5	DESCLASSIFICADO
43	205	MERIELLE APARECIDA CUSTODIO	12/10/1991	19	47,5	DESCLASSIFICADO
44	211	JESSIKA RODRIGUES COSTA	08/03/1992	19	47,5	DESCLASSIFICADO
45	294	VALÉRIA ARRUDA VILELA E SILVA	24/02/1995	19	47,5	DESCLASSIFICADO
46	1004	GABRIELA DA COSTA SOUZA	27/08/1996	19	47,5	DESCLASSIFICADO
47	965	KARLA HELOINA FERREIRA TORRES	02/10/1996	19	47,5	DESCLASSIFICADO
48	1396	JUSCILENE GONÇALVES SILVA CAVALCANTI	16/09/1976	18	45	DESCLASSIFICADO
49	228	SILVIA SOARES DOS SANTOS	27/09/1978	18	45	DESCLASSIFICADO
50	1096	ANA CARINA BENEVENUTO REIS	20/08/1980	18	45	DESCLASSIFICADO
51	1699	LUIS FERNANDO FERREIRA FALCÃO	22/08/1986	18	45	DESCLASSIFICADO
52	1241	ADSLEYANE RAMOS DE FRANÇA	22/09/1989	18	45	DESCLASSIFICADO
53	1741	FERNANDA PEREIRA DE ANDRADE	22/08/1990	18	45	DESCLASSIFICADO

54	1490	PATRICIA SANTANA DA SILVA	29/01/1992	18	45	DESCLASSIFICADO
55	690	FLÁVIA SAIURY PASZKO DOS SANTOS	11/08/1992	18	45	DESCLASSIFICADO
56	1049	ANGELICA GUIMARÃES TENÓRIO	29/12/1992	18	45	DESCLASSIFICADO
57	1046	LAIZZA CRISTINA DA SILVA SIQUEIRA VENTURA	28/02/1994	18	45	DESCLASSIFICADO
58	1007	EVELLYN STEFANY DA SILVA SANTOS	27/02/1996	18	45	DESCLASSIFICADO
59	517	CARLA CRISTINA BURG	29/06/1996	18	45	DESCLASSIFICADO
60	1684	CAMILA MUCUTA DA SILVA	11/12/1997	18	45	DESCLASSIFICADO
61	216	LEONORA NICACIA MOREIRA TEIXEIRA	14/12/1972	17	42,5	DESCLASSIFICADO
62	1472	PRISCILA APARECIDA BIROLI DA SILVA PEDÃO	04/07/1982	17	42,5	DESCLASSIFICADO
63	443	NYKELLY GUEDES FERREIRA	05/07/1988	17	42,5	DESCLASSIFICADO
64	1438	NANCI GUSMÃO SILVA	12/09/1990	17	42,5	DESCLASSIFICADO
65	673	SAMARA LIMA CHILITE	16/12/1991	17	42,5	DESCLASSIFICADO
66	739	DANIELE KOCHI SANTOS DOS ANJOS	05/03/1992	17	42,5	DESCLASSIFICADO
67	367	MYRIAN GONÇALVES DOS REIS	02/11/1993	17	42,5	DESCLASSIFICADO
68	78	DEYZE PINHEIRO AMADOR	03/12/1995	17	42,5	DESCLASSIFICADO
69	642	BRUNO PEREIRA DO NASCIMENTO	25/02/1985	16	40	DESCLASSIFICADO
70	1558	WELLYTON PEREIRA SANTOS	14/12/1989	16	40	DESCLASSIFICADO
71	1407	VANESSA PEREIRA VILELA	27/06/1990	16	40	DESCLASSIFICADO
72	1525	JOELY MARIA DE OLIVEIRA	20/12/1992	16	40	DESCLASSIFICADO
73	355	LEYLANE APARECIDA DE PAULA GOMES	28/08/1993	16	40	DESCLASSIFICADO
74	1453	JEYCILLANE EMANUELLE SANTOS DA SILVA	22/10/1993	16	40	DESCLASSIFICADO
75	1060	NEY DANIEL BATISTA	14/05/1975	15	37,5	DESCLASSIFICADO
76	1701	MARILENE SILVA NASCIMENTO	31/07/1983	15	37,5	DESCLASSIFICADO
77	46	JESSICA ROSA MENDONCA	18/02/1991	15	37,5	DESCLASSIFICADO
78	118	LEDINÉIA BENEDITO SILVA	03/09/1992	15	37,5	DESCLASSIFICADO
79	221	MARCELO AUGUSTO PFEIFER PUÇA	19/10/1994	15	37,5	DESCLASSIFICADO
80	312	ANDREIA SOARES DOS SANTOS	17/10/1981	14	35	DESCLASSIFICADO
81	4	ELIANE CRISTINA RIBEIRO MARTINS	07/04/1982	14	35	DESCLASSIFICADO
82	1507	CATIA CRISTINA DA SILVA DASSOW	16/10/1985	14	35	DESCLASSIFICADO
83	1754	INNGLEDY FABRICIA DEL MAZZO	22/08/1990	14	35	DESCLASSIFICADO
84	52	JAQUELINE MARIANE DA SILVA SOUSA	11/02/1992	14	35	DESCLASSIFICADO
85	750	HELLEN CRISTINA MACHADO	21/08/1994	14	35	DESCLASSIFICADO
86	313	ANA KAROLINA SOUZA BARROS	16/01/1995	14	35	DESCLASSIFICADO
87	692	TAINE IZAURA SCARPATT GONÇALVES	13/07/1990	13	32,5	DESCLASSIFICADO
88	1719	SANDIELY CRISTINA RIBEIRO ROELA	12/09/1993	13	32,5	DESCLASSIFICADO
89	1059	IZABEL FEITOSA DELMONDES	20/05/1977	12	30	DESCLASSIFICADO
90	847	TATIANE DA SILVA LIMA	14/10/1987	12	30	DESCLASSIFICADO
91	1214	RHOANA KAREN SARAIVA	03/03/1992	12	30	DESCLASSIFICADO
92	1109	ROSICLEIDE SILVA DA COSTA	31/05/1994	11	27,5	DESCLASSIFICADO
93	633	MARIA D CARMO DA SILVA	21/05/1969	9	22,5	DESCLASSIFICADO
94	716	JANAINA RAQUEL PEDROSA MIRANDA	21/07/1985	9	22,5	DESCLASSIFICADO
95	1141	ALEX SABAI DA SILVA	23/02/1982	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
96	1379	ALINY PEREIRA DE ALMEIDA	30/04/1997	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
97	994	ANA CARLA FERREIRA PICALHO	08/07/1996	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
98	1217	ANDRESSA BUSATO DE SOUZA	08/01/1993	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
99	766	CAROL DOS SANTOS MACHADO	04/01/1983	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
100	568	CLAUDIA SOUZA PEIXOTO	02/01/1993	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
101	180	FATIMA APARECIDA DA SILVA GRANADA	01/04/1988	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
102	1389	ISAQUE NUNES DE SOUZA	22/01/1995	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
103	84	JENIFFER FERNANDA GONÇALVES DA SILVA	15/07/1993	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
104	1384	MARIA APARECIDA DE QUADROS FELIX	25/10/1979	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
105	1759	MARIANA SEGATTO	16/04/1991	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
106	464	MARIELLI SOUZA MARQUES	24/09/1992	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
107	1383	NOABIA CRISTINA RODRIGUES MARCA	26/02/1993	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
108	547	VANESSA GABRIELLE DE SOUZA	07/08/1991	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
109	1728	VILMA FRANCISCA DE ASSIS	17/09/1982	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO

TÉCNICO DE ENFERMAGEM 40 HORAS

Nº	INSC.	NOME	DATA. NASC.	ACERTOS	PONTOS	SITUAÇÃO
1	396	BENEDITA JOSEFINA DA SILVA	11/09/1960	31	77,5	CLASSIFICADO
2	1114	NIEDJA ALVES DE SOUZA	03/03/1987	29	72,5	CLASSIFICADO
3	263	MARINA JOANA ALVES	12/05/1967	27	67,5	CLASSIFICADO
4	949	MARIA REGINA PEREIRA MARCELO	21/07/1976	27	67,5	CLASSIFICADO
5	724	LUCELI APARECIDA RAMOS RAIMUNDO	05/09/1983	27	67,5	CLASSIFICADO
6	167	NADIR SANDES ESPINDOLA	24/08/1971	26	65	CLASSIFICADO
7	100	MICHELI PASCHOAL RIBEIRO	16/12/1989	26	65	CLASSIFICADO
8	3	ALINE APARECIDA REIS SANTOS	16/01/1995	26	65	CLASSIFICADO
9	503	ODINETE DE OLIVEIRA DA MACENA	14/11/1979	25	62,5	CLASSIFICADO
10	236	EDJANIA DOS SANTOS	21/03/1983	25	62,5	CLASSIFICADO
11	491	ANGELA VIANA ALVES	02/09/1978	24	60	CLASSIFICADO
12	926	ROSELI RODRIGUES DE SOUZA	09/12/1964	23	57,5	CLASSIFICADO
13	589	GILMARA CONSTANCIO DE LUNA	23/10/1982	23	57,5	CLASSIFICADO
14	752	LILIANE SOARES VIEIRA	21/10/1987	23	57,5	CLASSIFICADO
15	876	KATIANE HOEPERS	08/09/1989	23	57,5	CLASSIFICADO
16	1424	ELIDIORRAINE DE MOURA	01/01/1994	23	57,5	CLASSIFICADO
17	445	MAYARA DA SILVA MINATI	28/09/1994	23	57,5	CLASSIFICADO
18	713	APARECIDA ERNESTO DE OLIVEIRA LIMA	27/04/1968	22	55	CLASSIFICADO

19	507	ELIZABET BARBOSA MOREIRA DOS SANTOS	04/12/1981	22	55	CLASSIFICADO
20	505	ELEAZER ARAUJO DE ALMEIDA	18/08/1989	22	55	CLASSIFICADO
21	467	ELENA OLIVEIRA DA SILVA	24/08/1972	21	52,5	CLASSIFICADO
22	1139	MARLI DA SILVA BANDEIRA	13/08/1973	21	52,5	CLASSIFICADO
23	800	MARIA LUZINETE FAUSTO DE MATOS	20/07/1977	21	52,5	CLASSIFICADO
24	1526	SIMONEIDE MARIA DA CONCEIÇÃO	22/11/1982	21	52,5	CLASSIFICADO
25	630	NEUZA GLORIA DA SILVA	26/05/1985	21	52,5	CLASSIFICADO
26	909	VANILDA APARECIDA DA SILVA	09/12/1986	21	52,5	CLASSIFICADO
27	358	NILZETE GONÇALVES MARQUES	23/08/1965	20	50	CLASSIFICADO
28	694	SELIEL BINDANDE	14/04/1971	20	50	CLASSIFICADO
29	1211	VERA LUCIA DE LIMA	12/08/1974	20	50	CLASSIFICADO
30	1633	LAUDICEIA LORENSETTI	27/08/1975	20	50	CLASSIFICADO
31	441	NAZINHA APARECIDA MARTINS PEGO OLIVEIRA	29/03/1976	20	50	CLASSIFICADO
32	585	ANDREIA CONSTANCIA DE LUNA	17/01/1978	20	50	CLASSIFICADO
33	1040	ADRIANA OLIVEIRA DE FARIAS	27/12/1978	20	50	CLASSIFICADO
34	223	AUREA CRISTINA DE SILVA PEREIRA	15/01/1979	20	50	CLASSIFICADO
35	95	FATIMA CRISTINA RODAS	29/05/1980	20	50	CLASSIFICADO
36	413	VANDELICE DE OLIVEIRA GARCIA	27/02/1967	19	47,5	DESCLASSIFICADO
37	1704	ANGELA MARIA BARBOSA PARECIS	04/02/1978	19	47,5	DESCLASSIFICADO
38	473	ROSIVANIA ALVES DA SILVA	29/10/1980	19	47,5	DESCLASSIFICADO
39	515	ROSEANE VICENTE DA SILVA	22/05/1981	19	47,5	DESCLASSIFICADO
40	460	JOEL OLIVEIRA DA SILVA	04/04/1990	19	47,5	DESCLASSIFICADO
41	69	MARIA APARECIDA RODRIGUES DE ARAUJO	02/02/1971	18	45	DESCLASSIFICADO
42	950	CLEIDE PEREIRA DE SOUZA	05/01/1975	18	45	DESCLASSIFICADO
43	1293	CILENE MARLI PAULO NAKAMURA	21/02/1975	18	45	DESCLASSIFICADO
44	107	EDINALVA CARDOSO ANDRADE LIMA	09/02/1980	18	45	DESCLASSIFICADO
45	414	REJANE DO NASCIMENTO SILVA	25/05/1980	18	45	DESCLASSIFICADO
46	777	EDNA DA SILVA FERNANDES RIBEIRO	17/02/1982	18	45	DESCLASSIFICADO
47	1057	GILVANIA DA SILVA VIEIRA	02/11/1984	18	45	DESCLASSIFICADO
48	1467	JOSE ADEILDO ALVES DO NASCIMENTO	22/05/1992	18	45	DESCLASSIFICADO
49	1224	HANAIANY DOS SANTOS AMORIM	11/11/1994	18	45	DESCLASSIFICADO
50	373	NADIR APARECIDA DOS REIS GONÇALVES	04/04/1970	17	42,5	DESCLASSIFICADO
51	1443	MARIA APARECIDA DE MORAES ABREU	30/04/1972	17	42,5	DESCLASSIFICADO
52	859	ROSILENE PEREIRA GAMA	09/04/1974	17	42,5	DESCLASSIFICADO
53	1672	MIRAILZA MATIS DE SOUZA	09/07/1981	17	42,5	DESCLASSIFICADO
54	736	JULIANE IDALGO COSTA FLAUSINO	20/02/1985	17	42,5	DESCLASSIFICADO
55	1426	ANGELA PRISCILA SABINO DE OLIVEIRA	21/01/1989	17	42,5	DESCLASSIFICADO
56	937	FABIANA DE CARVALHO COUTO SILVA	14/03/1989	17	42,5	DESCLASSIFICADO
57	1548	SANDRA ELIANE BUREI MARTINS	10/03/1974	16	40	DESCLASSIFICADO
58	684	EVANEI FERREIRA DA SILVA SANTOS	05/09/1981	16	40	DESCLASSIFICADO
59	1500	ELAINE FERREIRA DA SILVA	30/12/1984	16	40	DESCLASSIFICADO
60	1368	SANDRA FERREIRA DA SILVA	22/06/1986	16	40	DESCLASSIFICADO
61	974	ADRIELE APARECIDA DA SILVA	23/10/1987	16	40	DESCLASSIFICADO
62	740	DAYSILAINE SILVA MAGALHÃES SANTOS	09/03/1991	16	40	DESCLASSIFICADO
63	1663	ANDREA SUELY VINHAS QUEIROZ	26/02/1976	15	37,5	DESCLASSIFICADO
64	1454	LETICIA QUIRINO DA SILVA	12/06/1986	15	37,5	DESCLASSIFICADO
65	425	VILMA CANDIDA DA SILVA	28/07/1963	14	35	DESCLASSIFICADO
66	426	EDENILSON RODRIGUES DA SILVA	07/05/1984	14	35	DESCLASSIFICADO
67	128	SANDRA DO PRADO SILVA	22/05/1985	14	35	DESCLASSIFICADO
68	929	IVONE DOS SANTOS	13/08/1967	9	22,5	DESCLASSIFICADO
69	1768	ANA LUCIA OLIVEIRA SANTOS	23/01/1991	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
70	612	CAROLINE DA COSTA DINIZ	29/06/1988	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
71	1366	EDER SOARES VIEIRA SOUZA	01/06/1995	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
72	1123	ELIETE ALVAREZ CLEIN	15/06/1979	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
73	714	FRANCIELE RODRIGUES DA SILVA	13/11/1990	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
74	1577	JANE KELLY DO CARMO BRUNO	17/08/1986	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
75	117	JUCILENI APARECIDA SOARES	12/01/1986	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
76	129	LAILLA HEVELIN MOURA DA SILVA	29/03/1994	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
77	1702	LUCILENE DOS SANTOS BORBA	02/11/1989	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
78	1135	RAFAELA DOS SANTOS SILVA	17/08/1995	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
79	1478	SIRLEY ALVES PESSOA	23/01/1976	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO

TÉCNICO DE ENFERMAGEM - SAMU

Nº	INSC	NOME	DATA. NASC.	ACERTOS	PONTOS	SITUAÇÃO
1	1712	ANA PAULA GRAMULHA GARCIA	25/07/1987	26	65	CLASSIFICADO
2	422	FABIULA DA SILVA	18/04/1994	25	62,5	CLASSIFICADO
3	281	FERNANDA DE PAULA MARQUES	02/01/1978	24	60	CLASSIFICADO
4	356	VALDENICE BARRETO SANTOS	07/02/1985	24	60	CLASSIFICADO
5	218	NATYLLA DA SILVA DUARTE	18/08/1998	24	60	CLASSIFICADO
6	282	VANIA CORREA STASIAK DOS SANTOS	01/03/1982	23	57,5	CLASSIFICADO
7	13	GISELLE GRIPP DA SILVA	21/04/1986	23	57,5	CLASSIFICADO
8	8	VANIA GRIPP DA SILVA	18/06/1988	23	57,5	CLASSIFICADO
9	731	FRANCISCO FÁBIO CARNEIRO	01/04/1991	23	57,5	CLASSIFICADO
10	904	ANA LIGIA MUNHOZ	26/08/1972	22	55	CLASSIFICADO
11	437	JIMMY CARTER GUERRA	11/04/1982	22	55	CLASSIFICADO
12	15	MARX ALLAN FREIRE DA SILVA	11/01/1984	22	55	CLASSIFICADO
13	98	MATEUS BUCIANELLI OLIVEIRA	05/12/1991	22	55	CLASSIFICADO

14	1292	MARCELINA PEREIRA DOS SANTOS E MADALENA P.	17/09/1971	21	52,5	CLASSIFICADO
15	1161	CLEONICE ALVES DE OLIVEIRA DA COSTA	30/12/1972	21	52,5	CLASSIFICADO
16	1597	ROSELENE BARBOSA DE SOUZA	04/06/1975	21	52,5	CLASSIFICADO
17	338	JACINTA PINHEIRO DOS SANTOS	19/05/1988	21	52,5	CLASSIFICADO
18	230	MARIA GLEIS MONTANINI FERREIRA	10/10/1980	20	50	CLASSIFICADO
19	24	INES MARTINS DE SOUZA	28/02/1984	20	50	CLASSIFICADO
20	1228	FRANCELIZIA RIBEIRO DOS SANTOS OLIVEIRA	28/09/1991	20	50	CLASSIFICADO
21	1075	CRILDA RAMOS DA CRUZ	01/09/1973	19	47,5	DESCLASSIFICADO
22	111	ALEALDO SAMPAIO BARRETO	12/07/1980	19	47,5	DESCLASSIFICADO
23	711	MARIA NATALICIA DOS SANTOS CORDERIRO	15/01/1982	19	47,5	DESCLASSIFICADO
24	596	ELIANE RODRIGUES NEVES DE BRITO	15/05/1982	19	47,5	DESCLASSIFICADO
25	278	OZEANE MIRANDA SILVEIRA	19/05/1982	19	47,5	DESCLASSIFICADO
26	18	KERIMA KATRINI RODIRGUES BORGES DE MELO	06/07/1991	19	47,5	DESCLASSIFICADO
27	301	MARCIA REGINA DA SILVA	21/12/1975	18	45	DESCLASSIFICADO
28	1226	LUCIANA BATISTA DE SOUZA	09/05/1985	18	45	DESCLASSIFICADO
29	648	CAMILA DE JESUS SANTOS	28/04/1989	18	45	DESCLASSIFICADO
30	717	FRANCIELLEN ALVES TERENA	05/10/1989	18	45	DESCLASSIFICADO
31	1102	LEIDIANE PEREIRA DE OLIVEIRA	22/01/1991	18	45	DESCLASSIFICADO
32	1750	EDILENE SILVA EMBURANA	07/04/1992	18	45	DESCLASSIFICADO
33	910	EVA DE JESUS NASCIMENTO	12/08/1968	17	42,5	DESCLASSIFICADO
34	1285	MARLI NASCIMENTO PEREIRA	12/07/1973	17	42,5	DESCLASSIFICADO
35	674	SUELY GOMES DOS SANTOS	22/11/1985	17	42,5	DESCLASSIFICADO
36	318	PAMELLA CRISTINA DA SILVA	18/12/1990	17	42,5	DESCLASSIFICADO
37	915	CLELIA DE SOUZA SANTOS DE OLIVEIRA	19/10/1966	16	40	DESCLASSIFICADO
38	903	EVA APARECIDA DE PAULA MARTINS	08/07/1968	16	40	DESCLASSIFICADO
39	782	IZONIDIA DE JESUS NOGUEIRA SILVA	14/06/1988	16	40	DESCLASSIFICADO
40	732	ANTONIO MARCOS FONSECA DE SOUZA	13/06/1990	16	40	DESCLASSIFICADO
41	975	VALDIRENE BARBOSA DA SILVA GRIBLER	03/09/1972	15	37,5	DESCLASSIFICADO
42	395	ROSENILDA DE FATIMA FERREIRA	29/12/1979	15	37,5	DESCLASSIFICADO
43	1200	LUCIANA SILVA SOUZA	16/09/1980	15	37,5	DESCLASSIFICADO
44	361	WELLINGTON DIEGO DA CONCEIÇÃO	21/03/1990	15	37,5	DESCLASSIFICADO
45	868	LUCILENE DE OLIVEIRA PEREIRA	07/03/1977	14	35	DESCLASSIFICADO
46	786	VALDIRENE PEREIRA ALVES	06/08/1977	14	35	DESCLASSIFICADO
47	173	MAICON ANTONIO LACERDA BENTO	17/03/1985	13	32,5	DESCLASSIFICADO
48	1371	MARCIA REGINA MILHOMEM ARAUJO DA SILVA	28/09/1981	11	27,5	DESCLASSIFICADO
49	376	SIRLEI RAMOS DA SILVA	31/03/1987	11	27,5	DESCLASSIFICADO
50	1540	ADRIANA MARIA DOS SANTOS	21/06/1978	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
51	1045	ANDERSON MOREIRA BRITTS	18/10/1980	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
52	1423	FRANCIELI DE JESUS PEREIRA	21/08/1988	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
53	1176	NÁDIA DO VALE SANTOS	02/07/1985	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
54	1748	RITA DE CASSIA RODRIGUES CHAVES	26/02/1988	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
55	1707	TATIANE DA SILVA BRITO MORINIGO SAMUEL	30/10/1983	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
56	412	WEVELLYN HENRIQUE VALDOMERI	16/12/1994	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO

RADIO OPERADOR - SAMU

Nº	INSC	NOME	DATA. NASC.	ACERTOS	PONTOS	SITUAÇÃO
1	30	ALEXANDRE JOSE SILVEIRA	26/04/1992	38	95	CLASSIFICADO
2	140	NAW ALLY SILVA CHAGAS	21/05/1997	35	87,5	CLASSIFICADO
3	92	KAMILLA EMILY SANTOS SILVA	19/06/1997	33	82,5	CLASSIFICADO
4	1186	JOÃO VITOR ROQUETTI TAVARES	01/04/2001	33	82,5	CLASSIFICADO
5	369	ROGERIO ALBUES MARQUES DE SAMPAIO	15/06/1973	32	80	CLASSIFICADO
6	1600	JULIO CEZAR VENANCIO LIRA	18/08/1974	32	80	CLASSIFICADO
7	120	SAMARA GONÇALVES DA SILVA	09/01/1991	32	80	CLASSIFICADO
8	1436	DAIANE DE SOUZA NANTES	21/03/1996	32	80	CLASSIFICADO
9	678	CAMILA DANIELLE VECHI	14/10/1991	31	77,5	CLASSIFICADO
10	709	RENATA NUNES DE SOUZA	15/09/1988	30	75	CLASSIFICADO
11	1550	VITOR HUGO BARBOSA INOCENCIO	11/10/1993	30	75	CLASSIFICADO
12	110	FELIPE AZEVEDO DOS SANTOS	29/06/1997	30	75	CLASSIFICADO
13	1602	MATIAS DA SILVA FELIX	21/02/1982	29	72,5	CLASSIFICADO
14	146	WELLINGTON RODRIGUES DE ALMEIDA	21/03/1989	29	72,5	CLASSIFICADO
15	572	JACKELINE MORAIS MACHADO	28/08/1995	29	72,5	CLASSIFICADO
16	1256	ALLAN COSTA BARBOSA	29/12/1995	29	72,5	CLASSIFICADO
17	541	MIGUEL GNOATTO	04/12/1971	28	70	CLASSIFICADO
18	867	JEOVANIO BORGES DOS SANTOS	26/10/1984	28	70	CLASSIFICADO
19	628	ALEFE DIAS DA SILVA	22/05/1988	28	70	CLASSIFICADO
20	1564	ODAIR JOSE DOS SANTOS ZEMETHEK	30/07/1992	28	70	CLASSIFICADO
21	197	CLAUDIMARA DOS SANTOS SOUZA	26/11/1992	28	70	CLASSIFICADO
22	544	HUGO HENRIQUE DONATO RIBEIRO	01/12/1992	28	70	CLASSIFICADO
23	1646	MYLENA BORGES DA CRUZ	12/03/1998	28	70	CLASSIFICADO
24	1021	ESTHER PEREIRA DOS SANTOS	04/05/1999	28	70	CLASSIFICADO
25	393	GUILHERME HENRIQUE FERREIRA NASCIMENTO	05/10/1999	28	70	CLASSIFICADO
26	703	ANA VITÓRIA RODRIGUES AMORIM	05/03/2000	28	70	CLASSIFICADO
27	271	ROBIN HOOD RODRIGUES DA SILVA	10/11/1977	27	67,5	CLASSIFICADO
28	453	ROSANE HELLMANN DA SILVA	05/09/1985	27	67,5	CLASSIFICADO
29	676	GISLAN DOS SANTOS VALÉRIO	04/05/2001	27	67,5	CLASSIFICADO
30	798	ELIANDRA MARIA SOUZA	17/11/1980	26	65	CLASSIFICADO
31	463	ELIVÂNIA SOUZA GRINIVALD	03/08/1996	26	65	CLASSIFICADO

32	640	JOAQUINA MARIA DE JESUS NETA	09/09/1997	26	65	CLASSIFICADO
33	490	LUCAS VIANA HIRT	29/07/1998	26	65	CLASSIFICADO
34	1252	CAMILA ARRUDA DA SILVA	24/05/2001	26	65	CLASSIFICADO
35	1634	ANA PAULA DA GUIA PINHEIRO LEAL	12/05/1981	25	62,5	CLASSIFICADO
36	116	LARISSA COSTA DO NASCIMENTO	13/01/1984	25	62,5	CLASSIFICADO
37	331	SILVIO SANTOS	28/10/1992	25	62,5	CLASSIFICADO
38	442	JULIANO SIDINEI SZURLAN	25/04/1996	25	62,5	CLASSIFICADO
39	21	CARLA MALU SCHWAN	06/06/1996	25	62,5	CLASSIFICADO
40	1509	AMANDA APARECIDA BRIZANTE CORDEIRO	18/10/1996	25	62,5	CLASSIFICADO
41	256	RAFAEL DINIZ FELIPE	01/08/1997	25	62,5	CLASSIFICADO
42	1450	DANIEL GOMES DA SILVA DONATONI	04/11/1997	25	62,5	CLASSIFICADO
43	1573	SONIELY CHAVES MIRANDA	21/01/1998	25	62,5	CLASSIFICADO
44	164	MURILO DE BRITO GONÇALVES	20/10/1998	25	62,5	CLASSIFICADO
45	390	EDUARDA GONÇALVES BARBOZA	11/07/2001	25	62,5	CLASSIFICADO
46	1325	AMADOR LOPES DOS SANTOS	25/02/1969	24	60	CLASSIFICADO
47	268	LUCIENE DALVA APARECIDA PAMEIRA	15/04/1980	24	60	CLASSIFICADO
48	832	ADRIANA RODRIGUES DE ALMEIDA	19/01/1987	24	60	CLASSIFICADO
49	1333	MONALIZA GRACIELA CIRIACO ARAUJO	28/02/1988	24	60	CLASSIFICADO
50	990	MANOEL MESSIAS PONTES LIMA	19/12/1988	24	60	CLASSIFICADO
51	229	VANUSA CARAFINI DA SILVA	01/06/1991	24	60	CLASSIFICADO
52	1013	ELISSAMA TEODORO GALEAZZI	13/12/1991	24	60	CLASSIFICADO
53	182	WEVERTON DOS SANTOS SILVA	28/10/1996	24	60	CLASSIFICADO
54	284	DOUGLAS PEREIRA DO SANTOS	07/01/1999	24	60	CLASSIFICADO
55	415	MORIEL FERREIRA DO NASCIMENTO	11/10/1984	23	57,5	CLASSIFICADO
56	579	DAMIAO ROSA	17/01/1959	22	55	CLASSIFICADO
57	753	RICHARD GUILHERME DE SOUZA GONÇALVES	08/12/1993	22	55	CLASSIFICADO
58	558	SHEIELLEN OLIVEIRA BARBOSA	17/12/1994	22	55	CLASSIFICADO
59	857	JEFFERSON BANDEIRA DOS SANTOS	05/04/1995	22	55	CLASSIFICADO
60	911	DIEGO FARIAS NASCIEMNTO	05/02/1996	22	55	CLASSIFICADO
61	668	RAYLA IONARA RODRIGUES DA CRUZ	24/04/1999	22	55	CLASSIFICADO
62	807	FAGNA PEREIRA DA SILVA	28/05/1999	22	55	CLASSIFICADO
63	1508	ANTONIO DONIZETE FIGUEIREDO DA SILVA	26/06/1973	21	52,5	CLASSIFICADO
64	957	VALDIRENE ALVES	05/10/1978	21	52,5	CLASSIFICADO
65	680	IZOLETE KLOTZ SANTIN	09/01/1979	21	52,5	CLASSIFICADO
66	1789	FABIANA CORREA	23/12/1981	21	52,5	CLASSIFICADO
67	1581	LUCAS DE OLIVEIRA TERRA	30/06/1994	21	52,5	CLASSIFICADO
68	759	GIVALDO VALERIO	16/11/1967	20	50	CLASSIFICADO
69	1159	SALVADOR PEREIRA RODRIGUES NETO	10/10/1989	20	50	CLASSIFICADO
70	569	CARINE CRISTIANE ZILLI	15/03/1994	20	50	CLASSIFICADO
71	1710	KETHLEN MORAIS DE OLIVEIRA	12/07/1999	20	50	CLASSIFICADO
72	1238	MARENIL A SILVA ANRADE	30/03/1981	19	47,5	DESCLASSIFICADO
73	1611	JOSE ELEILSON DOS SANTOS	02/05/1988	19	47,5	DESCLASSIFICADO
74	1093	RAFAEL KONAGESKI DOS SANTOS	02/02/1993	19	47,5	DESCLASSIFICADO
75	972	AILTON DE ARAUJO BEZERRA	16/02/1994	19	47,5	DESCLASSIFICADO
76	1067	CLAUDIA APARECIDA DA SILVA	22/05/1975	18	45	DESCLASSIFICADO
77	86	LIDIANE VALERIANA DOS SANTOS	23/04/1986	18	45	DESCLASSIFICADO
78	365	RODOLPHO SANTOS SOUSA	23/04/1992	18	45	DESCLASSIFICADO
79	557	VALDIRENE DE OLIVEIRA	18/10/1972	17	42,5	DESCLASSIFICADO
80	1326	SIRLEI NOGUEIRA LOPES	08/07/1980	17	42,5	DESCLASSIFICADO
81	377	KELVIN SILVA REZENDE	24/09/1992	17	42,5	DESCLASSIFICADO
82	1473	TIAGO DOS SANTOS ANDRADE	02/07/1993	17	42,5	DESCLASSIFICADO
83	149	JAQUELINE LEMES SILVA	27/10/1997	17	42,5	DESCLASSIFICADO
84	130	GRACYANE DI MARTINI LANDIM	10/07/1999	16	40	DESCLASSIFICADO
85	1263	ALEXANDRE AUGUSTO NICOLAU	18/09/1989	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
86	1118	ANGILENE SOARES DA CUNHA	03/06/1985	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
87	793	ANTONIA CLARA PIMENTA DA SILVA	04/05/1999	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
88	1308	APARECIDA PORFIRIA DOS ANJOS	06/08/1978	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
89	1563	BRUNO FELIPE DA SILVA CRUZ	09/07/1998	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
90	1528	CARLOS CÉSAR LOPEZ MESQUITA	26/02/1988	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
91	849	CLECIO PEREIRA RAMOS	10/09/1979	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
92	1356	DOUGLAS DA SILVA RIBEIRO	23/08/1997	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
93	928	ELIANE BACH ANDRADES	10/12/1982	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
94	779	ELOENIA DE ANDRADE CARVALHO	28/08/1999	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
95	1278	EMANOEL VAGNER VIRGULINO DE SOUZA	11/06/2001	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
96	1001	GEOVANA NATASHA DA SILVA	20/06/1998	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
97	171	GISLAINE APARECIDA RODRIGUES	10/04/1984	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
98	1580	GUSTAVO HENRIQUE DE ALMEIDA	31/08/1996	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
99	25	HEVERTON DE ALMEIDA HAENISCH	18/12/1993	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
100	1778	ISABEL CRISTINA REBELATTO	01/02/1976	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
101	1669	ISABELA CRISTINA BOURET QUEIROZ SARAIVA	20/03/1999	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
102	845	JEFERSON FERNANDES CARDOSO	27/03/1987	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
103	775	JOSELITO JOAQUIM DA SILVA	11/12/1979	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
104	881	JULIA GRACIELE LOPES LEÃO	03/10/1990	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
105	1390	JUSCIMAR GOMES DE OLIVEIRA	28/03/1984	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
106	1656	KELLI CRISTINE OTOWICZ DA SILVA	16/08/1983	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
107	1364	LUANA APARECIDA COSTA	21/08/2000	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
108	1786	LUCAS GABRIEL MARTINS DA SILVA	13/05/1991	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO

109	1700	LUCILENE DOS SANTOS BORBA	02/11/1989	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
110	511	MARCIA DE JESUS SILVA	09/04/1984	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
111	1543	MARIA JOYCE MORAIS	30/04/1999	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
112	1392	RAY VELOZO DINIZ	13/10/1990	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
113	1538	SILVIO DE MELO JUNIOR	24/08/1987	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
114	521	TAYNARA KATYELLI CUSTODIO	02/08/2000	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
115	1144	THAIZA MARIELLY CAMPOS PORTA	11/09/1997	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
116	805	THOMAS KRAUSE	29/11/1958	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
117	760	VANESSA DE SOUZA OLIVEIRA	05/11/1988	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
118	214	VITOR OLIVEIRA DE TOLDA	26/05/1999	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
119	1071	WALTER SANTOS SILVA JUNIOR	27/02/1995	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO

COZINHEIRA - LEI 3340/2010

Nº	INSC	NOME	DATA. NASC.	ACERTOS	PONTOS	SITUAÇÃO
1	431	ISABEL CRISTINA CASTRO NASCIMENTO	28/01/1971	38	95	CLASSIFICADO
2	1089	ALESILDA QUIRINO DOS SANTOS	20/09/1984	38	95	CLASSIFICADO
3	298	MARINEIDE JOSE DA SILVA SORATI	20/06/1977	37	92,5	CLASSIFICADO
4	865	SOLIMAR BENICIO DA SILVA MORAES	20/06/1984	37	92,5	CLASSIFICADO
5	809	GABRIELA TALITA BORGES	14/02/1989	37	92,5	CLASSIFICADO
6	480	SIOMARA BORGES BONFIM	11/12/1972	36	90	CLASSIFICADO
7	408	KEILA APARECIDA DA SILVA	10/11/1980	36	90	CLASSIFICADO
8	783	MARIA EVA APARECIDA HOEPERS	20/04/1985	36	90	CLASSIFICADO
9	1574	THAIS SANTOS LOPES	11/04/1992	36	90	CLASSIFICADO
10	1782	LUANA SOARES DA SILVA	27/05/1996	36	90	CLASSIFICADO
11	566	LUCILENE BENTO DA SILVA SASSO	02/01/1969	35	87,5	CLASSIFICADO
12	1483	NINA DE SOUZA	28/11/1972	35	87,5	CLASSIFICADO
13	1190	MARCIA APARECIDA GUIMARAES	15/08/1982	35	87,5	CLASSIFICADO
14	1302	TATIANE DE OLIVEIRA BATISTA	04/05/1989	35	87,5	CLASSIFICADO
15	1188	LUCIANA SOARES DA SILVA	04/10/1994	35	87,5	CLASSIFICADO
16	440	LUCIMARA SANTOS QUEIROS	06/02/1980	34	85	CLASSIFICADO
17	551	NEUZA MAZALLI	19/10/1965	33	82,5	CLASSIFICADO
18	96	LEILA FRANCISCA DE LIMA	04/08/1984	33	82,5	CLASSIFICADO
19	1715	LEILA RAMOS BATISTA	24/10/1956	32	80	CLASSIFICADO
20	893	SELMA AMORIM DE OLIVEIRA	10/07/1963	32	80	CLASSIFICADO
21	1419	VANIA REGINA DALOCO TEIXEIRA	30/01/1973	32	80	CLASSIFICADO
22	1387	DARLETE BRIGUENTI MELATO	20/09/1975	32	80	CLASSIFICADO
23	1774	RENATA DA SILVA	01/06/1994	32	80	CLASSIFICADO
24	353	FATIMA ANTONIETA PELISAO GOMES	12/06/1961	31	77,5	CLASSIFICADO
25	1219	MARIA JOSE DOS SANTOS	02/02/1966	31	77,5	CLASSIFICADO
26	501	MARIA DE FATIMA NETO DE SOUZA	13/06/1974	30	75	CLASSIFICADO
27	1274	MIRTES DIAS DE CARVALHO	10/07/1976	30	75	CLASSIFICADO
28	306	ADRIANA SANTOS DE OLIVEIRA RIBEIRO	29/06/1980	30	75	CLASSIFICADO
29	1683	SIRLEI ROCHA DA SILVA	14/07/1976	29	72,5	CLASSIFICADO
30	600	HELENI CLAUDIO DA SILVA	17/09/1976	29	72,5	CLASSIFICADO
31	1767	VALDETE APARECIDA DOS SANTOS	05/07/1971	28	70	CLASSIFICADO
32	1151	ROSIMEIRE DE ALMEIDA FERREIRA	27/11/1977	28	70	CLASSIFICADO
33	88	JOSELI MARIA FERREIRA DA SILVA	27/06/1963	26	65	CLASSIFICADO
34	564	MARIA ZILDA ALVES BARBOSA NETO	25/03/1966	26	65	CLASSIFICADO
35	1094	KATIA INACIO DA SILVA	14/11/1985	25	62,5	CLASSIFICADO
36	1260	LUCIMAR MARIA MIRANDA RIBEIRO	14/08/1971	24	60	CLASSIFICADO
37	1181	SILMARA FERREIRA DA ROCHA	03/07/1985	22	55	CLASSIFICADO
38	1291	SIMONE DE OLIVEIRA PEREIRA	14/12/1976	0	0	DESCLASSIFICADO
39	1677	MARINETE BOLANDIN	18/11/1983	0	0	DESCLASSIFICADO
40	1638	JESSICA SIQUEIRA DA COSTA	11/03/1993	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
41	438	WELITA CRISTINA DA SILVA	01/10/1985	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
42	984	ELISANGELA APARECIDA DE BRITO	05/04/1984	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
43	1783	GEANE CARLA DA LUZ	08/10/1983	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
44	1230	BRIGIDA DOS SANTOS SILVA	13/09/1981	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
45	1095	ROSALI APARECIDA DOS SANTOS	09/08/1981	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
46	772	CRISTIANE APARECIDA ZAVERUKA	19/12/1980	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
47	897	SILVANA BORGES DE OLIVEIRA	09/06/1980	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
48	1335	MARIA APARECIDA SOARESIII	26/03/1979	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
49	1501	SANDRA APARECIDA DA SILVA	12/10/1977	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
50	1586	SILVANA SOARES SANTOS	07/04/1976	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
51	514	KEILA SANDRA FERREIRA DOS SANTOS SARDI	18/11/1974	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
52	1519	FATIMA CONCEICAO SOARES	14/03/1973	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
53	1248	MARIA APARECIDA VAZ	19/04/1972	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
54	1717	SANDRA REGINA DE SOUZA DE OLIVEIRA	05/04/1969	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
55	1131	CRISTINA APARECIDA OLIVEIRA ARAGAO	11/10/1967	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
56	1133	ADILENE MARIA DE OLIVEIRA DOS SANTOS	01/06/1966	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO

ARTESÃO PROG. CAPS

Nº	INSC.	NOME	DATA. NASC.	ACERTOS	PONTOS	SITUAÇÃO
1	664	ANTONIO LUCIMAR TEIXEIRA	19/03/1972	31	77,5	CLASSIFICADO
2	597	THAYNARA ANDREIA ANDRADE	11/06/1997	31	77,5	CLASSIFICADO
3	297	FABIOLA BARBOSA DOS SANTOS	17/01/1998	30	75	CLASSIFICADO
4	1039	CRISTIANE SILVA PORTILHO VILA NOVA	13/11/1981	25	62,5	CLASSIFICADO
5	176	JULIANA SILVA SANTOS	16/01/1989	24	60	CLASSIFICADO

6	250	RAIANE DUTRA PEREIRA	28/07/1994	23	57,5	CLASSIFICADO
7	401	ISAAC ALVES DE OLIVEIRA	06/01/1995	23	57,5	CLASSIFICADO
8	639	PALISMARI PEREIRA	29/08/1982	20	50	CLASSIFICADO
9	1312	PRISCILA DE ARAUJO	28/04/1990	18	45	DESCLASSIFICADO
10	1152	BEATRIZ SEIBERT ROMÃO	26/10/1997	15	37,5	DESCLASSIFICADO
11	1747	ALISSON LUCAS BALDIN BRUNETTO	13/12/1984	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
12	138	JAQUELINE LEMES SILVA	27/10/1997	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
13	1703	LIZA KEIKO MORISHITA	23/12/1976	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
PROFESSOR SÉRIES INICIAIS E FINAIS EF INDÍGENA						
Nº	**INSC.**	**NOME**	**DATA. NASC.**	**ACERTOS**	**PONTOS**	**SITUAÇÃO**
1	836	GILMAR KOLOIZOMAE	16/02/1986	33	82,5	CLASSIFICADO
2	9	CECILIA ROSA CALIXTO	15/03/1980	32	80	CLASSIFICADO
3	264	DOLESTINA PEREIRA KOREM AZOKERO	08/12/1998	28	70	CLASSIFICADO
4	270	ODIVALDO ALUIZOMAE	20/08/1971	22	55	CLASSIFICADO
5	122	CLAUDINICE AZONAZOKERO	25/01/1990	21	52,5	CLASSIFICADO
6	1127	ELENICE KOENOEZOKERO	15/05/1993	18	45	DESCLASSIFICADO
7	269	ADEVANI AKOIZOKEMAE	04/05/1990	17	42,5	DESCLASSIFICADO
8	1115	ILISANE KAREMAZOKERO	17/04/1993	17	42,5	DESCLASSIFICADO
9	258	OSEIAS REGINALDO PEREIRA	28/08/1972	13	32,5	DESCLASSIFICADO
10	1124	ELIANDRA NAIZOKEMAZOKERO	11/08/1992	11	27,5	DESCLASSIFICADO
11	1357	GRACINHA ZALONAZOKERO	02/11/1983	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
12	561	MARILZA GONCALVES DA SILVA	21/10/1973	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
13	1399	ZELINO AZOMARE	25/12/1992	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
PROFESSOR SÉRIES INICIAIS E FINAIS EF INDÍGENA - EMI FORMOSO						
Nº	**INSC.**	**NOME**	**DATA. NASC.**	**ACERTOS**	**PONTOS**	**SITUAÇÃO**
1	1434	ROSELY FERNANDES CARVALHO DA SILVA	14/03/1971	32	80	CLASSIFICADO
2	1729	LAERTES DA SILVA CARIAGAS JUNIOR	14/09/1986	31	77,5	CLASSIFICADO
3	1185	ELISANGELA VIEIRA FERREIRA	08/12/1983	28	70	CLASSIFICADO
4	113	EDNA MARIA PEREIRA	04/10/1952	23	57,5	CLASSIFICADO
5	529	JULIANA FLAUZINO DOS SANTOS	26/04/1987	23	57,5	CLASSIFICADO
6	1015	MARCILENE MARIANO DA SILVA	25/08/1980	21	52,5	CLASSIFICADO
7	206	IZABEL BARROS DE MENDONCA	26/07/1962	20	50	CLASSIFICADO
8	1037	ROSIANE SANTANA DE ARRUDA	05/06/1990	20	50	CLASSIFICADO
9	189	MARIA ZILDA NETO DE SOUZA	19/09/1976	19	47,5	DESCLASSIFICADO
10	918	ALINE FELIPE DA SILVA	21/09/1989	16	40	DESCLASSIFICADO
11	429	ANGÉLICA BOTOLUSSI DOS SANTOS	06/02/1975	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
12	1203	MERCIA GERALDO PEREIRA	19/01/1984	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
13	1300	REGIANE MORAIS BORGES	30/11/1993	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
PROFESSOR SÉRIES INICIAIS E FINAIS EF INDÍGENA - EMI ZOZOITERO						
Nº	**INSC.**	**NOME**	**DATA. NASC.**	**ACERTOS**	**PONTOS**	**SITUAÇÃO**
1	19	NEUDVANIA ONAEZOKENAZOKAEROSE	02/12/1989	30	75	CLASSIFICADO
2	527	ADRIANO SANTANA DAMASCNA	30/06/1994	26	65	CLASSIFICADO
3	1568	LEIDINIRA HEZOIZOKEMAIRO	18/05/1986	25	62,5	CLASSIFICADO
4	1029	AMANDA SANTANA DE ARRUDA	23/11/1988	22	55	CLASSIFICADO
5	121	CLAUDIA APARECIDA SAL	21/07/1979	21	52,5	CLASSIFICADO
6	776	AZELIANA ZOKOENOERO	21/04/1987	17	42,5	DESCLASSIFICADO
7	1378	JOSINETE NEZOKERO	09/05/1987	16	40	DESCLASSIFICADO
8	1730	MICHELI CRISTINA MEIRA CARVALHO	25/06/1998	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
PROFESSOR SÉRIES INICIAIS E FINAIS EF INDÍGENA - EMI CABECEIRA DO OSSO						
Nº	**INSC.**	**NOME**	**DATA. NASC.**	**ACERTOS**	**PONTOS**	**SITUAÇÃO**
1	741	ELIZEU CARLOS VIEIRA	06/09/1981	24	60	CLASSIFICADO
1151 - AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS						
Nº	**INSC.**	**NOME**	**DATA. NASC.**	**ACERTOS**	**PONTOS**	**SITUAÇÃO**
1	157	ELISA RODRIGUES GOULART	30/07/1986	39	97,5	CLASSIFICADO
2	556	MICHELE NOGUEIRA RAMOS	01/10/1991	37	92,5	CLASSIFICADO
3	1006	MARCIA SIMOES BARBOSA	11/10/1976	36	90	CLASSIFICADO
4	746	LEIA DA SILVA PERES FRANCO	08/02/1984	36	90	CLASSIFICADO
5	160	MARIA GEJUINA DE CARVALHO XAVIER	15/06/1984	35	87,5	CLASSIFICADO
6	685	FRANCISCA NATYELY DA SILVA	16/03/1996	35	87,5	CLASSIFICADO
7	1445	LAURA TANIETH DA SILVA FERNANDES	14/08/1979	34	85	CLASSIFICADO
8	1582	JOAO CARLOS PEREIRA	25/12/1980	34	85	CLASSIFICADO
9	795	MARIA APARECIDA DA SILVA XIII	01/02/1982	34	85	CLASSIFICADO
10	1654	ROSEANA PEREIRA DE LOYOLA	23/02/1985	34	85	CLASSIFICADO
11	862	BRUNA DA SILVA ZAMBELLI SANTOS	17/09/1995	34	85	CLASSIFICADO
12	602	KESIA GOMES GONTIJO	02/05/1985	33	82,5	CLASSIFICADO
13	947	ANDREIA COTRIM DE JESUS	14/10/1985	33	82,5	CLASSIFICADO
14	1760	FERNANDA CORSINO DA SILVA	27/11/1986	33	82,5	CLASSIFICADO
15	1401	LENIRA MARCELINO ROSA	17/08/1969	32	80	CLASSIFICADO
16	1216	JOSE CUSTODIO SILVEIRA LEDO	28/09/1969	32	80	CLASSIFICADO
17	1675	NELZILANE DA COSTA	17/06/1973	32	80	CLASSIFICADO
18	502	CRISTINA FERREIRA DE LIMA BARBOSA	03/11/1978	32	80	CLASSIFICADO
19	1636	ALEXANDRE ROBERTO FAVIN	26/02/1979	32	80	CLASSIFICADO
20	1030	PATRICIA CORREIA NASCIMENTO	02/12/1987	32	80	CLASSIFICADO
21	1305	TATIANE ALVES BATISTA	13/09/1988	32	80	CLASSIFICADO
22	77	VANESSA PEREIRA NUNES	06/01/1989	32	80	CLASSIFICADO
23	1641	ANA MIELE BORGES	04/02/1992	32	80	CLASSIFICADO

24	1079	MARILCE MENDES DA SILVA	11/10/1977	31	77,5	CLASSIFICADO
25	936	SILVONE ALVES FERNANDES	28/07/1978	31	77,5	CLASSIFICADO
26	1223	MARILUCIA DA SILVA ANDRADE	26/11/1982	31	77,5	CLASSIFICADO
27	1091	ALEXSANDRO CANDIDO	17/08/1985	31	77,5	CLASSIFICADO
28	895	DAYANE CRISTINA BORGES DOS SANTOS	02/04/1994	31	77,5	CLASSIFICADO
29	942	VALERIA DOS SANTOS	17/11/1997	31	77,5	CLASSIFICADO
30	1627	ROSINEIA PEREIRA CAMPOS	11/11/1983	30	75	CLASSIFICADO
31	533	ROSILENE CRISTINA DA SILVA ASSIS	11/10/1985	30	75	CLASSIFICADO
32	208	GISELE DIAS DA SILVA	23/08/1993	30	75	CLASSIFICADO
33	976	CLAUDETE BARBOSA LEITE	24/10/1965	29	72,5	CLASSIFICADO
34	1362	MARIA DE FATIMA ALVES DOS SANTOS	13/01/1977	29	72,5	CLASSIFICADO
35	1351	LUCINEIA DE SOUZA SANTOS	08/03/1982	29	72,5	CLASSIFICADO
36	1542	MARIA GEANI VASCONCELOS	06/08/1982	29	72,5	CLASSIFICADO
37	1459	DAIANE CRISTINA RODRIGUES PEREIRA	31/01/1990	29	72,5	CLASSIFICADO
38	1108	ROSIMAR DOS SANTOS ALECRIN	22/10/1990	29	72,5	CLASSIFICADO
39	1448	ROSIANE MACHADO BARBOSA SAMPAIO	11/12/1993	29	72,5	CLASSIFICADO
40	1023	SIRLEI APARECIDA PARO	08/04/1978	28	70	CLASSIFICADO
41	40	ERINALDA MARTINS DE JESUS	19/09/1982	28	70	CLASSIFICADO
42	1088	ANAILZA CAROLINO	12/04/1991	28	70	CLASSIFICADO
43	265	IRACEMA SOARES DA SILVA	25/08/1964	27	67,5	CLASSIFICADO
44	344	MAGLANA DE OLIVEIRA SILVA	23/02/1977	27	67,5	CLASSIFICADO
45	1477	DILETA VEIGA	27/10/1978	27	67,5	CLASSIFICADO
46	1273	LUCINEIA MAGALHAES DOS SANTOS	15/11/1985	27	67,5	CLASSIFICADO
47	913	JAINE FELIX SANTOS	14/08/1996	27	67,5	CLASSIFICADO
48	762	LUANA FERREIRA DA SILVA	26/09/1999	27	67,5	CLASSIFICADO
49	1765	PAULA DAYNNE FERREIRA DA SILVA	17/01/2001	27	67,5	CLASSIFICADO
50	1780	VALDINEIA SIMOES	03/02/1976	26	65	CLASSIFICADO
51	1044	MARLENE REIS DA SILVA	11/09/1979	26	65	CLASSIFICADO
52	869	EURACI ALVES P FERREIRA	16/10/1980	26	65	CLASSIFICADO
53	1183	ANA LUCIA DE OLIVEIRA MENDONCA	24/02/1981	26	65	CLASSIFICADO
54	606	ROCIO RAQUEL DIAS	28/11/1985	26	65	CLASSIFICADO
55	114	JAQUELINE DE LIMA SILVA RODRIGUES	01/11/1990	26	65	CLASSIFICADO
56	941	NEIDE DE JESUS CARVALHO	08/06/1970	25	62,5	CLASSIFICADO
57	1098	ILDA DE JESUS BARBOSA	28/12/1978	25	62,5	CLASSIFICADO
58	932	TAINARA GABRIELE LIMA DE OLIVEIRA	16/09/1999	25	62,5	CLASSIFICADO
59	829	ROSANGELA CLEMENTE	29/08/1981	24	60	CLASSIFICADO
60	1644	EDLEUZA DA SILVA SOUZA	04/06/1985	24	60	CLASSIFICADO
61	466	MANOEL ALDO ALVES	07/09/1969	23	57,5	CLASSIFICADO
62	651	SONIA MARA CAMARGO DE SOUZA	17/04/1977	23	57,5	CLASSIFICADO
63	132	ANDRELINA RODRIGUES PEIXOTO	03/04/1989	23	57,5	CLASSIFICADO
64	1635	ANGELA MARIA DALLA NORA DOS SANTOS	18/05/1970	22	55	CLASSIFICADO
65	1736	MARIA JULIETA DA SILVA	18/07/1975	22	55	CLASSIFICADO
66	1032	HERICA ALVES DE MENEZES	03/11/1992	22	55	CLASSIFICADO
67	945	ELEANDRA VIVIANA DA SILVA	17/01/1987	21	52,5	CLASSIFICADO
68	102	JOSIVALDO CONCEICAO DA SILVA	31/03/1983	19	47,5	DESCLASSIFICADO
69	1157	EVA CRISTINA GOMES DE SOUZA	22/01/1987	19	47,5	DESCLASSIFICADO
70	1251	JOYCE SANTOS DE SOUZA	21/11/1999	19	47,5	DESCLASSIFICADO
71	820	MARCIA NOGUEIRA DE OLIVEIRA	08/05/1979	16	40	DESCLASSIFICADO
72	1025	EVA PIRES MOURA	10/08/1980	16	40	DESCLASSIFICADO
73	979	JESSICA MUSULI DA SILVA SOARES	12/05/1993	16	40	DESCLASSIFICADO
74	1662	PAMELA CRISTINA FERREIRA	06/06/1993	16	40	DESCLASSIFICADO
75	1642	JOICE PEREIRA TEIXEIRA	03/12/1982	14	35	DESCLASSIFICADO
76	94	MARLENE RODRIGUES	07/06/1972	11	27,5	DESCLASSIFICADO
77	1562	ELIANE RIBEIRO DA COSTA	24/10/1975	9	22,5	DESCLASSIFICADO
78	982	AGRONI RODRIGUES DE OLIVEIRA	23/11/1986	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
79	246	ANDELA DE OLVEIRA SILVA	27/07/1990	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
80	1480	BENIELLE LOURENCO DE SOUZA	20/02/1993	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
81	1405	BRUNA RIBEIRO AZAMBUJA	15/09/1996	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
82	584	CLAUDINEA GONCALVES DE OLIVEIRA	12/08/1972	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
83	1003	CLEIDE PEREIRA DOS SANTOS I	20/07/1984	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
84	535	CREUNICE LELIS AZAMBUJA	17/08/1990	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
85	946	DIEGO CARVALHO DA SILVA	18/05/1993	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
86	1398	DIVANETE DA SILVA RIBEIRO	14/03/1970	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
87	1146	FLAVIA VIANA DOS SANTOS	15/05/1992	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
88	615	GILSIMAR DE SANTANA NEVES	16/09/1986	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
89	162	JHADD HAMMAD ALABI SOBRINHO	17/07/1984	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
90	145	JOSINEI GONÇALVES DA SILVA	27/05/2000	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
91	1512	LORRAINE SANTANA NASCIMENTO	22/06/2001	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
92	1653	LOURIVANIA BISPO PEREIRA	02/11/1996	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
93	481	LUIZ CARLOS SCHULTZ	14/03/1962	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
94	530	MARIA SANTANA	16/02/1972	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
95	780	MAURA VITORINA GONCALVES	11/09/1979	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
96	1604	MIRIAM DOS REIS CRUZ	29/06/1989	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
97	233	NATHALYA MACHADO DE SOUZA	16/09/1996	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
98	1198	ROSANGELA ALVES DOS SANTOS	07/01/1982	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
99	1221	ROSANGELA DE SOUZA COSTA	07/02/1986	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
100	1208	SOLANGE DE OLIVEIRA	09/08/1983	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO

101	1751	THAYNARA FERREIRA DE SOUZA	01/05/1998	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
102	139	VALDETE GONÇALVES PINTO	24/01/1975	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
MOTORISTA - SAMU						
Nº	**INSC.**	**NOME**	**DATA. NASC.**	**ACERTOS**	**PONTOS**	**SITUAÇÃO**
1	774	FRANCISCO LENILSON DOS SANTOS	13/04/1983	33	82,5	CLASSIFICADO
2	316	MARCIO JOSE DA SILVA	10/04/1986	31	77,5	CLASSIFICADO
3	470	RONEI RAMOS DO NASCIMENTO	06/06/1980	30	75	CLASSIFICADO
4	219	ROSEVELT GOMES DE SOUZA	23/09/1981	30	75	CLASSIFICADO
5	1588	JULIANO SOUZA VIEIRA CUSTODIO	23/07/1994	30	75	CLASSIFICADO
6	657	DAMIAO GOMES FURTADO	22/05/1973	29	72,5	CLASSIFICADO
7	101	REINALDO PEREIRA DE SOUZA	20/12/1981	29	72,5	CLASSIFICADO
8	516	LEANDRO DE MELO LIMA	05/07/1983	29	72,5	CLASSIFICADO
9	7	DANILO DE LIMA VAROLI	15/06/1985	29	72,5	CLASSIFICADO
10	308	SABINO LEAL DE LIMA	19/04/1985	28	70	CLASSIFICADO
11	1612	ERASMO DE SOUZA	24/10/1968	27	67,5	CLASSIFICADO
12	283	JOAO BATISTA OENNING	17/04/1970	26	65	CLASSIFICADO
13	1336	JEFFERSON ALEX DA SILVA	15/10/1983	26	65	CLASSIFICADO
14	689	ALECSON ANDREOTTI SOARES	29/08/1984	26	65	CLASSIFICADO
15	458	JOÃO PAULO AFONSO	22/10/1987	26	65	CLASSIFICADO
16	873	RICHARD PESSOA DE SOUZA	29/09/1991	26	65	CLASSIFICADO
17	948	ALEX SILVA RUIZ	22/09/1975	25	62,5	CLASSIFICADO
18	1596	LEOCIR KROETZLER	04/11/1984	25	62,5	CLASSIFICADO
19	1413	JOSE NILDO ALVES DA SILVA SANTOS	04/03/1985	25	62,5	CLASSIFICADO
20	634	AMAURI ANTONIO PINTO	06/07/1983	24	60	CLASSIFICADO
21	812	ALDENILSO BARBOSA PEREIRA	04/10/1991	24	60	CLASSIFICADO
22	614	ADAILDO RODRIGUES MARTINS JUNIOR	01/01/1992	24	60	CLASSIFICADO
23	1172	CLAUDINEI SOBRINHO DE SOUZA	10/10/1985	23	57,5	CLASSIFICADO
24	1316	JONAS APARECIDO NINFA DE ARANTES	16/05/1986	23	57,5	CLASSIFICADO
25	771	ANDRE ALVES DA SILVA	13/12/1988	23	57,5	CLASSIFICADO
26	273	DEYVID RODRIGUES DOS SANTOS	18/05/1989	23	57,5	CLASSIFICADO
27	1191	FERNANDO HENRIQUE GONÇALVES BERIGO	08/12/1993	23	57,5	CLASSIFICADO
28	917	EVANDRO GARCIA DE MENDONÇA	10/02/1976	22	55	CLASSIFICADO
29	1053	MARCELO DA SILVA MOURA	15/03/1988	22	55	CLASSIFICADO
30	471	VALDENIR DOS SANTOS	19/05/1961	21	52,5	CLASSIFICADO
31	363	CICERO INACIO DE SOUZA	09/03/1962	21	52,5	CLASSIFICADO
32	161	JAMIL SILVERIO DO NASCIMENTO	07/05/1969	21	52,5	CLASSIFICADO
33	360	MAURICIO DE BARROS CAMARGO	10/11/1977	21	52,5	CLASSIFICADO
34	1370	RONALDO TEODORO DA SILVA	02/09/1981	21	52,5	CLASSIFICADO
35	1268	MARCOS ANTONIO MUNIZ PONTES	22/08/1985	21	52,5	CLASSIFICADO
36	1762	MICHEL RODRIGO SOARES BASSO	25/07/1990	21	52,5	CLASSIFICADO
37	853	DOUGLAS HELDER DA SILVA	12/04/1991	21	52,5	CLASSIFICADO
38	172	CLEBER FERREIRA DA SILVA	11/09/1981	20	50	CLASSIFICADO
39	604	ALEXANDRE JOAO RIBEIRO	18/01/1983	20	50	CLASSIFICADO
40	1110	REGINALDO LORIN	05/10/1983	20	50	CLASSIFICADO
41	240	JEAN MORAIS DA SILVA	19/04/1991	20	50	CLASSIFICADO
42	1607	KETLIN SUSIAN LODI	27/08/1992	20	50	CLASSIFICADO
43	1328	VALDIRENE MOTTES DA SILVA	19/10/1977	19	47,5	DESCLASSIFICADO
44	1072	PEDRO RENILDO ANTON	16/12/1962	18	45	DESCLASSIFICADO
45	91	WILSON ELIAS A. FILHO	12/11/1976	18	45	DESCLASSIFICADO
46	131	NILDECI MARIA DA COSTA MOTA	28/02/1978	18	45	DESCLASSIFICADO
47	1468	CLEVISON CERQUEIRA DA SILVA	29/08/1978	18	45	DESCLASSIFICADO
48	1661	VINICIUS GODINHO BUENO	03/04/1990	18	45	DESCLASSIFICADO
49	613	ANTONIO CARLOS DE SOUZA	26/05/1966	17	42,5	DESCLASSIFICADO
50	598	JAILTON COSTA DA SILVA	30/03/1973	17	42,5	DESCLASSIFICADO
51	1671	LUIZ CARLOS DA SILVA FLORES	26/08/1993	17	42,5	DESCLASSIFICADO
52	560	FRANCISMAR DE SOUZA	28/10/1975	16	40	DESCLASSIFICADO
53	734	JOAO CRISTIANO CARDOSO	02/06/1983	16	40	DESCLASSIFICADO
54	1330	LEANDRO DE SOUZA NUNES	29/06/1995	16	40	DESCLASSIFICADO
55	1720	ROBISON TEIXEIRA BARBOSA	04/02/1996	16	40	DESCLASSIFICADO
56	493	DELFINO GOMES DE MORAIS	08/07/1985	15	37,5	DESCLASSIFICADO
57	57	RONALDO DE MIRANDA	03/06/1987	15	37,5	DESCLASSIFICADO
58	1614	HENRIQUE DA COSTA COELHO	02/08/1989	15	37,5	DESCLASSIFICADO
59	525	ANAEL MENDES SANTOS	11/03/1981	12	30	DESCLASSIFICADO
60	1310	DEIVISON DIOGO DOS SANTOS	20/04/1977	11	27,5	DESCLASSIFICADO
61	1546	ALEXANDRE SANTOS DE OLIVEIRA	01/07/1989	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
62	808	ANDRE LUIZ COSTA ARTERO	22/09/1986	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
63	1517	DENILSON MIRANDA DA SILVA	22/11/1987	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
64	1065	EDMILSON AVELINO PORFIRIO	07/12/1979	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
65	336	EDSON VENICIUS JULIAO NEFTES DE CARVALHO	21/09/1992	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
66	1204	ITAMAR KLOPPE	14/08/1965	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
67	899	JANIO CRISOSTOMO DA SILVA	08/02/1980	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
68	1008	JOSE CARLOS FERENCINI FILHO	19/12/1984	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
69	1165	JOSE FERNANDES TEIXEIRA	13/08/1969	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
70	1264	LEANDRO MACHADO EISING	04/10/1990	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
71	1199	NATALIA KEFENYN CLEMENTE FREITAS	03/08/1995	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
72	1078	PAULO RICARDO FRANÇA DA SILVA	09/05/1990	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO

73	1491	VALTEMIR GOMES DE SOUZA	30/04/1982	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA/ATLETISMO						
Nº	**INSC.**	**NOME**	**DATA NASC.**	**ACERTOS**	**PONTOS**	**SITUAÇÃO**
1	1757	ROSINEI DA CRUZ CARVALHO	13/10/1980	25	62,5	CLASSIFICADO
2	1099	ACENIL DE SOUZA DELFINO	01/01/1982	20	50	CLASSIFICADO
3	1299	TASSYANE MONTEIRO	25/03/1993	19	47,5	DESCLASSIFICADO
4	279	CLAUDIA MIREIA BAR	07/09/1978	12	30	DESCLASSIFICADO
5	217	CRISTOFER RILQUER DE BRITO SILVA	21/09/1989	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
6	921	JARINA DE MATOS	27/07/1989	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
INSTRUTOR DE ARTES MARCIAIS/JUDÔ						
Nº	**INSC.**	**NOME**	**DATA NASC.**	**ACERTOS**	**PONTOS**	**SITUAÇÃO**
1	1249	WILLIAN PINHEIRO DE SOUZA	03/06/1990	28	70	CLASSIFICADO
2	1408	RONALDO DAS GRAÇAS DO NASCIMENTO	06/06/1989	23	57,5	CLASSIFICADO
PROFESSOR GEOGRAFIA						
Nº	**INSC.**	**NOME**	**DATA. NASC.**	**ACERTOS**	**PONTOS**	**SITUAÇÃO**
1	39	PRISCILA ALVES CORDEIRO SILVA	01/05/1987	32	80	CLASSIFICADO
2	763	IVANIR GOMES DOS SANTOS	14/09/1982	31	77,5	CLASSIFICADO
3	618	RODRIGO CONCEIÇÃO DELUQUI	04/09/1985	31	77,5	CLASSIFICADO
4	20	RRAFAEL VICENTE DE MOURA	01/02/1988	31	77,5	CLASSIFICADO
5	761	LEANDRO GONÇALVES DE MATOS	14/07/1986	30	75	CLASSIFICADO
6	72	NATALI MARIELA MANSANO ORNEL	17/07/1989	30	75	CLASSIFICADO
7	292	NATYELI PAIVA ROCHA	28/05/1992	28	70	CLASSIFICADO
8	462	MACIEL FERRAZ BERBEL	09/02/1970	27	67,5	CLASSIFICADO
9	1373	RENATO DELUQUI	19/11/1987	26	65	CLASSIFICADO
10	1269	ERICA HAESE	01/12/1986	25	62,5	CLASSIFICADO
11	191	CELIO DE ANDRADE SANT ANNA	20/04/1970	24	60	CLASSIFICADO
12	1166	ENIO DA COSTA RAMOS	18/11/1982	24	60	CLASSIFICADO
13	1650	LAYANE APARECIDA DE ALMEIDA DE NOVAES	06/03/1992	22	55	CLASSIFICADO
14	532	MERIAN SOARES DE SANTANA	09/03/1984	19	47,5	DESCLASSIFICADO
15	1145	ROSENI DE FATIMA PEREIRA	07/10/1976	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
PROF. EDUCAÇÃO FÍSICA - SEMAS						
Nº	**INSC.**	**NOME**	**DATA. NASC.**	**ACERTOS**	**PONTOS**	**SITUAÇÃO**
1	930	PEDRO HONORIO DOS SANTOS PAIVA	30/01/1995	31	77,5	CLASSIFICADO
2	644	LARISSA MARTINS MENDES	21/10/1993	28	70	CLASSIFICADO
3	11	ANDRE LUIZ DE JESUS	29/08/1977	27	67,5	CLASSIFICADO
4	1380	SILVIO ALMEIDA DE MELO	03/06/1964	24	60	CLASSIFICADO
5	1598	MARCOS ENEAS CORREIA DA ROCHA	19/08/1987	23	57,5	CLASSIFICADO
6	339	ROGERIO MEIATO GONÇALVES	26/09/1993	22	55	CLASSIFICADO
7	186	JOEL LAURENTINO DA SILVA	18/09/1973	21	52,5	CLASSIFICADO
8	67	EDUARDO BANDIERI	05/10/1982	21	52,5	CLASSIFICADO
9	1779	SERGIO REIS PEREIRA	21/12/1983	21	52,5	CLASSIFICADO
10	1579	RODRIGO AGUIAR ZANESCO	19/02/1988	21	52,5	CLASSIFICADO
11	1298	RAFAEL BARRETES DE FRANCA	08/01/1991	21	52,5	CLASSIFICADO
12	1791	ADONIAS XAVIER MACEDO NETTO	25/04/1988	19	47,5	DESCLASSIFICADO
13	76	LUIZA DE OLIVEIRA SOUZA	30/07/1997	19	47,5	DESCLASSIFICADO
14	59	AFONSIELLY DE SOUZA	27/05/1993	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
15	1706	GABRIEL PRESTES DE FREITAS	16/05/1994	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
16	962	RODRIGO CHAVES SOARES	04/12/1996	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS - SEMEC						
Nº	**INSC.**	**NOME**	**DATA. NASC.**	**ACERTOS**	**PONTOS**	**SITUAÇÃO**
1	623	MAISA CRISTINA DA SILVA	15/06/1993	37	92,5	CLASSIFICADO
2	315	CAMILA CRISTINA NEVES VEREDIANO	27/07/2001	36	90	CLASSIFICADO
3	1184	RITA MARIA FELIPE DE SOUSA	24/09/1969	35	87,5	CLASSIFICADO
4	1418	OZIENE LEITE DA SILVA	16/01/1992	35	87,5	CLASSIFICADO
5	289	SAMYRA ALABI	21/03/2001	35	87,5	CLASSIFICADO
6	459	RENATA RIO DA SILVA	17/01/1978	34	85	CLASSIFICADO
7	1681	ALESSANDRA NEVES DAS CANDEIAS ANDRADE	27/11/1989	33	82,5	CLASSIFICADO
8	1497	CAROLINE RAIANE FERREIRA PERREIRA	15/11/1998	33	82,5	CLASSIFICADO
9	801	FERNANDA MORAIS DA SILVA	08/07/1980	32	80	CLASSIFICADO
10	1494	ADRIANA SOUZA DA SILVA	30/07/1981	32	80	CLASSIFICADO
11	601	CLEUSA FERREIRA DE MELO	27/12/1981	32	80	CLASSIFICADO
12	655	FABRÍCIO NUNES ALVES	01/12/1989	32	80	CLASSIFICADO
13	1121	ANA PAULA DOS SANTOS	02/06/1991	32	80	CLASSIFICADO
14	510	MARIA IDELMA SILVA ALVES	29/03/1965	31	77,5	CLASSIFICADO
15	1250	MARIA NILDES DE SOUZA ROCHA	06/06/1965	31	77,5	CLASSIFICADO
16	456	MARLENE ALVES RODRIGUES	17/05/1967	31	77,5	CLASSIFICADO
17	1042	SILVANA DE JESUS SANTANA	24/01/1986	31	77,5	CLASSIFICADO
18	688	JOSIANE JESUS MELO	03/05/1992	31	77,5	CLASSIFICADO
19	735	JOAO HENRIQUE DA SILVA	18/11/1997	31	77,5	CLASSIFICADO
20	1645	EDILEUZA PEIXOTO DE AZEVEDO	21/10/1975	30	75	CLASSIFICADO
21	924	EDJAINE FELIX SANTOS	27/10/1975	30	75	CLASSIFICADO
22	841	ERICA TEODORO JOTA	30/05/1989	30	75	CLASSIFICADO
23	432	TATIANE ANTONIA DIOGO LIMA	18/07/1989	30	75	CLASSIFICADO
24	542	NOELMA DA SILVA SOUZA GOMES	23/11/1993	30	75	CLASSIFICADO
25	1752	IZALTINA FERREIR DE LIMA	28/07/1978	29	72,5	CLASSIFICADO
26	1458	NILTA AMÉRICO AMÂNCIO	16/03/1984	29	72,5	CLASSIFICADO

27	1018	GENICLEIA DA SILVA ARAUJO	14/09/1985	29	72,5	CLASSIFICADO
28	1603	MAYCON JONATHAN ALVES DA SILVA	04/12/1996	29	72,5	CLASSIFICADO
29	1695	MARIA EDUARDA PEREIRA DE MOURA FERREIRA	23/03/2001	29	72,5	CLASSIFICADO
30	37	SEVANEI FERREIRA DE SOUZA	25/12/1978	28	70	CLASSIFICADO
31	1505	ELIANE FERREIRA FELIX	02/08/1980	28	70	CLASSIFICADO
32	142	MONICA KEISE OLIVEIRA DA SILVA	19/08/1987	28	70	CLASSIFICADO
33	1061	EMANUELLY CRISTINA DA SILVA CINTRA	25/09/1992	28	70	CLASSIFICADO
34	543	VERA LUCIA DA SILVA TELES	19/12/1979	27	67,5	CLASSIFICADO
35	143	LEANDRO DE LIMA	23/10/1984	27	67,5	CLASSIFICADO
36	1262	SIMONE TEIXEIRA ILDEFONSO	30/04/1988	27	67,5	CLASSIFICADO
37	1117	EVAIR TIMOTEO DE OLIVEIRA	25/01/1994	27	67,5	CLASSIFICADO
38	1449	WELLINGTON DO PRADO DIAS	29/12/1997	26	65	CLASSIFICADO
39	578	FLOMIRA RODRIGUES DE ALMEIDA	04/10/1961	25	62,5	CLASSIFICADO
40	1128	MARLUCE BARBOZA RODRIGUES	15/02/1971	25	62,5	CLASSIFICADO
41	659	MARIA INEZ FERNANDES DE MORAES	13/03/1969	24	60	CLASSIFICADO
42	863	GISLAINE ALVES I	14/09/1985	24	60	CLASSIFICADO
43	1331	ORLANDA BONIFACIA DA SILVA	18/11/1977	23	57,5	CLASSIFICADO
44	843	DENIS DE JESUS BARBOSA	12/07/1980	23	57,5	CLASSIFICADO
45	934	CLEUSA DE LIMA ALVAREZ	05/11/1980	23	57,5	CLASSIFICADO
46	434	CLEUZA MARIA CAETANO DUARTE	26/02/1964	22	55	CLASSIFICADO
47	1394	ORIDES BRIGUENTI MELATO	09/11/1972	21	52,5	CLASSIFICADO
48	1112	MARINALVA DA SILVA FEITOSA	05/08/1976	21	52,5	CLASSIFICADO
49	1048	CLEONICE DA SILVA RIBEIRO	12/04/1975	20	50	CLASSIFICADO
50	127	BIANCA FELSTROWICH DALLA NORA	21/11/2000	20	50	CLASSIFICADO
51	1090	ROSALICE MARINHO MIASATO	07/05/1960	19	47,5	DESCLASSIFICADO
52	1444	ROSANA CORDEIRO BORGES	10/01/1974	19	47,5	DESCLASSIFICADO
53	1374	DALVINA MELATO	26/05/1965	17	42,5	DESCLASSIFICADO
54	844	IRENE DE JESUS BARBOSA	13/07/1975	17	42,5	DESCLASSIFICADO
55	1225	MARGARETH VICENTE DUARTE DA SILVA	01/04/1975	15	37,5	DESCLASSIFICADO
56	1195	FERNANDES PEREIRA DE OLIVEIRA	12/10/1980	15	37,5	DESCLASSIFICADO
57	486	ANTONIA DE SOUZA S. DOS SANTOS	25/04/1962	11	27,5	DESCLASSIFICADO
58	866	SILVANA BANDEIRA	27/05/1976	2	5	DESCLASSIFICADO
59	1679	ANGELA MARIA DA SILVA	27/01/1972	1	2,5	DESCLASSIFICADO
60	1237	ELZA RODRIGUES DE SOUZA GRINIVALDO	06/12/1972	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
61	1179	GONCALINA SEVERO DE JESUS	09/07/1977	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
62	861	CLAUDIA DE JESUS SANTANA	07/08/1977	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
63	1648	CRISTIANE APARECIDA PRESTE DA COSTA	14/02/1987	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
64	1119	ELIANA APARECIDA GOMES DOS SANTOS	22/02/1987	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
65	846	GERUZA DE SOUZA SILVA	05/05/1993	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
66	1175	DAYANE SENA BORGES	23/08/1995	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
67	1255	ELAINE FONSECA MIRANDA	15/12/1999	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
68	1143	KELLY ALINNE CARDOZO WURMSTICH	09/02/1993	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
69	1247	KELVIN LUIZ SOARES DE MIRANDA	07/07/1997	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
70	1246	LAARA KELINE QUEIROZ LIMA	12/06/1997	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
71	1708	LIDEMAR MENDES DE ALMEIDA	11/10/1972	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
72	870	MARIA APARECIDA FEITOSA	27/03/1984	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
73	1074	MARIA HELIA SANDIS SILVA	02/05/1965	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
74	1649	MARIA JOSE FERREIRA DE SOUZA	29/12/1980	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
75	1594	MARIA JOSÉ SALES DA SILVA	19/10/1982	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
76	1655	RAFAELE HELENA SILVA DOS SANTOS	12/10/1990	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
77	1667	RAQUEL SILVA DOS SANTOS	06/12/1985	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
78	1738	ROBSON PACHECO DELUQUI	27/02/1998	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO

AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS INDIGENA

Nº	INSC.	NOME	DATA. NASC.	ACERTOS	PONTOS	SITUAÇÃO
1	1575	GEOVANI KEZOKENAECE	27/04/1982	39	97,5	CLASSIFICADO
2	563	BETE AZOKEMAIRO	06/04/1985	34	85	CLASSIFICADO
3	224	ADRIELLY DA SILVA SANTOS	05/05/2001	32	80	CLASSIFICADO
4	60	PATRICIA KEZONAZOKERO	31/12/1994	28	70	CLASSIFICADO
5	1670	WANDESSA OMAIZOKAEROCE	22/12/1998	27	67,5	CLASSIFICADO
6	785	SALETE KEMAKERO	02/02/1978	23	57,5	CLASSIFICADO
7	925	MARCELO ZOKEZOKEMAIECE	02/05/1987	23	57,5	CLASSIFICADO
8	103	ELIZIANE DA SILVA	06/12/1989	20	50	CLASSIFICADO
9	174	ANGELINA ZEZOKAERO	14/02/1966	19	47,5	DESCLASSIFICADO
10	922	ZILDA KEZOKAERO	07/05/1965	10	25	DESCLASSIFICADO
11	65	ANA LUCIA MAIZOKEMAIROCE	20/06/1980	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
12	1592	ANTONIO CARLOS DE MATOS	16/11/1967	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
13	1192	BRUNA NATALIA SOUZA ALMEIDA	25/12/1994	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
14	1688	REINALDO FERNANDES DE OLIVEIRA	06/10/1982	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO

ENTREVISTADOR SOCIAL

Nº	INSC.	NOME	DATA. NASC.	ACERTOS	PONTOS	SITUAÇÃO
1	654	MAYCON JUNIOR OLIVEIRA	08/03/1991	25	62,5	CLASSIFICADO
2	1685	PRISCILA COSTA SOBRAL	11/11/1989	22	55	CLASSIFICADO
3	311	GISELE NAIANE RIBEIRO CAMPOS LIMA	26/06/1985	21	52,5	CLASSIFICADO
4	302	DANIELA FERREIRA DA SILVA OLIVEIRA	27/04/1992	21	52,5	CLASSIFICADO
5	879	ROSANGELA DA COSTA BARBOSA	08/11/1979	20	50	CLASSIFICADO
6	1202	GEISIELLE PEREIRA RICCI	28/08/2000	17	42,5	DESCLASSIFICADO

7	784	ELIZABETE DA SILVA LEMES	19/11/1981	16	40	DESCLASSIFICADO
8	1689	UESLEI OISHI	09/09/1991	14	35	DESCLASSIFICADO
9	1162	WESLEY FERREIRA DA SILVA	28/04/1993	11	27,5	DESCLASSIFICADO
10	819	LUANA SIQUEIRA BOTELHO	07/05/1993	9	22,5	DESCLASSIFICADO
11	960	ANDERSON OLIVEIRA DE SOUZA	21/01/1988	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
12	106	EIDIANE OLIVEIRA ALVES	11/01/1993	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
13	1630	EMERSON SILVA MATIOLEVITCZ	09/12/1989	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
14	1339	LEYDIANE MENDES DE JESUS	31/03/1997	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
15	392	MAYKON VINICIO DOS SANTOS	22/02/2001	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO

ORIENTADOR SOCIAL

Nº	INSC.	NOME	DATA. NASC.	ACERTOS	PONTOS	SITUAÇÃO
1	580	SHEILA LETICIA FERREIRA DOS SANTOS	26/09/1983	29	72,5	CLASSIFICADO
2	23	MARIANA GOMES GRANVILLE	25/09/1997	29	72,5	CLASSIFICADO
3	1206	ANDRIELI KARINE FERREIRA DA SILVA	18/04/1993	28	70	CLASSIFICADO
4	1258	RONDINELIO GOMES EVANGELISTA	15/12/1978	27	67,5	CLASSIFICADO
5	1606	EULANE PIERIN SOUZA SANTOS	12/06/1981	25	62,5	CLASSIFICADO
6	165	JANIELLE FRANÇA ORMONDE	12/12/1993	25	62,5	CLASSIFICADO
7	1615	LUIS CLAUDIO DA SILVA SANTANA	09/05/1997	25	62,5	CLASSIFICADO
72	1289	KELLORY MEDRADO MARQUES	13/11/1997	25	62,5	CLASSIFICADO
8	341	TANISLAYNE LOZANO DA SILVA MENDES	11/03/2000	25	62,5	CLASSIFICADO
9	1355	EDINEIA DA SILVA SANTANA SANTOS	26/11/1982	24	60	CLASSIFICADO
10	586	KATIA FERNANDES DE LIMA	14/11/1988	24	60	CLASSIFICADO
11	656	JOICE ELISA SANTIN	05/07/2000	24	60	CLASSIFICADO
12	1527	ANGÉLICA BOTOLUSSI DOS SANTOS	06/02/1975	23	57,5	CLASSIFICADO
13	555	ROSINEIDE ALVES MACHADO DE SOUZA	19/01/1976	23	57,5	CLASSIFICADO
14	641	MARIZETE DE OLIVEIRA SOARES	02/04/1980	23	57,5	CLASSIFICADO
15	1466	ERASMO CARLOS DOS SANTOS FRANCA	17/02/1987	23	57,5	CLASSIFICADO
16	212	PATRICIA MENDES DOS SANTOS AZEVEDO	01/05/1991	23	57,5	CLASSIFICADO
17	986	LUCAS RODRIGUES FRANKE	22/12/1994	23	57,5	CLASSIFICADO
18	1739	KEROLLAYNI ALVES DE BRITO	10/01/1998	23	57,5	CLASSIFICADO
19	213	ISLENE SIMÕES DE LIMA	15/02/1985	21	52,5	CLASSIFICADO
20	80	DEUSELI BESERRA DE OLIVEIRA	13/07/1987	21	52,5	CLASSIFICADO
21	452	BRUNA GABRIELA FERREIRA DE SOUZA	31/05/1988	21	52,5	CLASSIFICADO
22	136	JHANAYNNA JHANISELLY ESQUIVE DE SOUZA	08/06/1990	21	52,5	CLASSIFICADO
23	1652	MICHEL MARTINS GARCIA	28/04/1991	21	52,5	CLASSIFICADO
24	1106	MARCIA CRISTINA DE QUEIROZ	09/02/1982	20	50	CLASSIFICADO
25	1785	WISLANY GOMES DE MOURA	21/05/1984	20	50	CLASSIFICADO
26	1113	JAQUELINE HENRIQUE DIAS COSTA	29/11/1988	20	50	CLASSIFICADO
27	243	CELSO JUNIOR FERREIRA CARVALHO	25/11/1994	20	50	CLASSIFICADO
28	729	ANDREIA FRANCISCO DA SILVA	28/10/1976	19	47,5	DESCLASSIFICADO
29	1510	JOSE EDUARDO NUNES DA SILVA	08/05/1982	19	47,5	DESCLASSIFICADO
30	382	JULIANE BORGES BONFIM	18/03/1993	19	47,5	DESCLASSIFICADO
31	280	ADRIANE DE SOUZA TEIXEIRA	13/06/1997	19	47,5	DESCLASSIFICADO
32	699	MARIA RODRIGUES BARBOSA	03/10/1971	18	45	DESCLASSIFICADO
33	1345	LUCIENE DE JESUS SOUZA	18/07/1987	18	45	DESCLASSIFICADO
34	534	TATIANE DE ALMEIDA PEREIRA	30/01/1988	18	45	DESCLASSIFICADO
35	409	PAMELA CAROLINE PEREIRA FEITOSA	08/03/2000	18	45	DESCLASSIFICADO
36	1455	ALANA KATLYN MENDES FONSECA DA SILVA	30/05/2000	18	45	DESCLASSIFICADO
37	1456	IARA MARTA DA SILVA TEIXEIRA	06/11/1973	17	42,5	DESCLASSIFICADO
38	733	ANA PAULA FERNANDES DOS SANTOS	02/10/1984	17	42,5	DESCLASSIFICADO
39	1631	ANDERSON RAMOS SANTANA	04/10/1986	17	42,5	DESCLASSIFICADO
40	907	RENATA APARECIDA SILVA LIMA	12/10/1993	17	42,5	DESCLASSIFICADO
41	421	VALERIA SANTOS DA COSTA	17/11/1972	16	40	DESCLASSIFICADO
42	187	JOSÉ ANTONIO FABRICIO DE BOLBA	14/03/1994	16	40	DESCLASSIFICADO
43	1290	ROSANGELA BUENO TORALES	25/07/1971	15	37,5	DESCLASSIFICADO
44	528	KASSIA AMANDA LANDULPHO SILVA	05/05/1993	15	37,5	DESCLASSIFICADO
45	1469	LETICIA NATIELI FERREIRA DIAS	20/03/1999	15	37,5	DESCLASSIFICADO
46	317	CELMA CECILIA DA SILVA POLL	05/04/1968	14	35	DESCLASSIFICADO
47	1777	POLIANA DA CRUZ MIRANDA CARVALHO	02/10/1993	14	35	DESCLASSIFICADO
48	1320	FRANCISCA KEILA SILVA FERREIRA	28/09/1982	13	32,5	DESCLASSIFICADO
49	864	MARCOS RODRIGUES ARAGAO	03/03/1985	13	32,5	DESCLASSIFICADO
50	1372	DEBORA APARECIDA DA SILVA	15/06/1981	11	27,5	DESCLASSIFICADO
51	675	GENESMAR PEREIRA DE SOUZA BRITO	01/12/1989	11	27,5	DESCLASSIFICADO
52	1504	THIAGO FRANCISCO OLIVEIRA DA SILVA	23/07/1992	11	27,5	DESCLASSIFICADO
53	1447	RODRIGO ARAGAO DE OLIVEIRA	17/10/1992	10	25	DESCLASSIFICADO
54	1266	ALDA MARIA RODRIGUES SAID	14/01/1997	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
55	768	ANDREIA NOGUEIRA DE SOUZA	31/10/1990	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
56	1595	CLEVIS MENDES PLAQUI	11/02/1997	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
57	855	CRISTIANA SOARES DA CRUZ BARBOSA	25/10/1982	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
58	1338	EMILLY FERNANDA ARAUJO DA COSTA BARRETO	19/02/1998	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
59	1571	KARINA MARTINS RIBEIRO	26/06/1994	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
60	1593	LAZARA MARQUES FURTADO BUSKIEVICZ	24/12/1970	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
61	1711	LEONILDO LIMA DE MELLO JUNIOR	11/12/1978	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
62	1772	LUANA DE JESUS BANDEIRA	04/09/1995	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
63	1332	LUCIVANIA NUNES SIQUEIRA MACHADO	20/11/1988	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
64	1270	MAURICIO ANTONIO C. FRANCO	23/12/2000	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO

65	1503	MICHELE SOARES MOURA	26/08/1991	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
66	1215	REJANE DUARTE	06/03/1978	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
67	1092	REJIANE SILVA TOLENTINO	12/12/1985	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
68	882	VANDRIANE VIRGULINO OLIVEIRA	14/08/1991	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO

TELEFONISTA AUXILIAR DE REGULAÇÃO MÉDICA - SAMU

Nº	INSC.	NOME	DATA. NASC.	ACERTOS	PONTOS	SITUAÇÃO
1	147	ALEXANDRE BRUNO GALDINO CARVALHO	09/04/1996	38	95	CLASSIFICADO
2	404	VALQUIRIA DA SILVA	19/05/1987	36	90	CLASSIFICADO
3	1265	DOUGLAS REIS GONÇALVES	27/05/1995	35	87,5	CLASSIFICADO
4	252	SILVIA FERREIRA RODRIGUES	13/01/1977	34	85	CLASSIFICADO
5	267	SHEILA GRASIELA MARION	27/04/1986	34	85	CLASSIFICADO
6	985	CELINA CARVALHO DA SILVA	08/07/1971	33	82,5	CLASSIFICADO
7	1055	FRANCISCA MARYLIN DOS SANTOS LUCAS	13/10/1980	33	82,5	CLASSIFICADO
8	420	JOSÉ PEREIRA MOREIRA	15/09/1983	33	82,5	CLASSIFICADO
9	691	LETICIA NAVARRO DE LIMA	03/12/1987	33	82,5	CLASSIFICADO
10	967	MARICLEIA DE FREITAS SANTANA	09/11/1992	33	82,5	CLASSIFICADO
11	6	ELOENIA DE ANDRADE CARVALHO	28/08/1999	33	82,5	CLASSIFICADO
12	1452	BERKLOURDES MENDES FONSECA	28/04/1984	32	80	CLASSIFICADO
13	1451	EDENER PEREIRA BORGES	27/05/1989	32	80	CLASSIFICADO
14	1233	BRUNA RONDON DE CAMPOS LUCAS	05/02/1990	32	80	CLASSIFICADO
15	923	NUBIA FERNANDES DE SOUZA	14/02/1990	32	80	CLASSIFICADO
16	378	DIEISSE KETILI AMARAL CRUZ	27/02/1999	32	80	CLASSIFICADO
17	638	JUNIO PESSOA TARQUETE	16/07/2000	32	80	CLASSIFICADO
18	1743	SANDRA REGINA RAMIRES	21/10/1974	31	77,5	CLASSIFICADO
19	56	FRANCISCO RODRIGUES DA CRUZ JUNIOR	08/09/1982	31	77,5	CLASSIFICADO
20	978	PALOMA DE PAULA BAMBIL	09/12/1995	31	77,5	CLASSIFICADO
21	894	KRYSTINI MILLENY KEMPF WEIS	26/12/1998	31	77,5	CLASSIFICADO
22	605	NATHALY MORGANA MUNIZ PINHEIRO	29/12/1999	31	77,5	CLASSIFICADO
23	436	ADRIANO DA COSTA LEMES	20/03/2001	31	77,5	CLASSIFICADO
24	1415	VITÓRIA PRISCILA TAVARES PIOVEZAN	05/09/2001	31	77,5	CLASSIFICADO
25	1422	DENISE DA CRUZ SANTOS	04/02/1971	30	75	CLASSIFICADO
26	1698	PATRICIA TEOPILO DA CRUZ	24/03/1982	30	75	CLASSIFICADO
27	403	LEIDE DAIANA FERREIRA DOS SANTOS	05/07/1985	30	75	CLASSIFICADO
28	1209	JULIANA MACEDO DE CASTRO	17/09/1987	30	75	CLASSIFICADO
29	198	PATRICIA DOS SANTOS SOUZA	05/05/1990	30	75	CLASSIFICADO
30	1235	ADRIELY MAGALHAES DOS SANTOS	15/09/1997	30	75	CLASSIFICADO
31	1476	DÉBORA GOMES DONATONI	05/09/2000	30	75	CLASSIFICADO
32	399	IVONETE DE MELO LIMA RODRIGUES COSTA	14/09/1977	29	72,5	CLASSIFICADO
33	1321	ROSANGELA APARECIDA BARBOSA	29/02/1980	29	72,5	CLASSIFICADO
34	730	KELLY CRISTINA SILVEIRA	25/04/1985	29	72,5	CLASSIFICADO
35	1111	JAQUELINI DOS SANTOS	23/10/1988	29	72,5	CLASSIFICADO
36	410	ALINE REGINA OLIVEIRA LIMANSKI	23/04/1989	29	72,5	CLASSIFICADO
37	940	PERLA ANDRÉIA MACHADO GALVÃO	29/06/1989	29	72,5	CLASSIFICADO
38	1126	IZABELA CRISTINA MARTINS DE OLIVEIRA	11/08/1999	29	72,5	CLASSIFICADO
39	1054	KRISLLY EMANUELLY MOURA PIMENTA	09/05/2000	29	72,5	CLASSIFICADO
40	220	CLAUDELINA PACHECO MARQUES	07/06/1973	28	70	CLASSIFICADO
41	286	ARZENILÉIA GARCIA LOPES	17/01/1980	28	70	CLASSIFICADO
42	44	LUCIANE GONCALVES DE JESUS RODRIGUES	16/02/1982	28	70	CLASSIFICADO
43	1014	PATRICIA JAQUELINE SILVA FERNANDES	03/06/1987	28	70	CLASSIFICADO
44	227	WERICA MARTINS DO NASCIMENTO	07/03/1989	28	70	CLASSIFICADO
45	1464	BRUNA ROSSI CARVALHO DE OLIVEIRA	12/11/1992	28	70	CLASSIFICADO
46	249	STEFANY DA SILVA VIEIRA CAETANO	03/04/1994	28	70	CLASSIFICADO
47	799	JOELMA DE SOUZA RODRIGUES	13/08/1994	28	70	CLASSIFICADO
48	170	STEPHANIE CORREIA	01/07/1995	28	70	CLASSIFICADO
49	1583	KRYSTIAN MARCOS KEMPF WEIS	16/05/1996	28	70	CLASSIFICADO
50	1471	ANDRESSA PAMELA VEIGA PEREIRA	15/05/1997	28	70	CLASSIFICADO
51	748	JHULY MARIA FERRREIA	27/01/2000	28	70	CLASSIFICADO
52	185	JOICE SILVA RIBEIRO	24/06/2000	28	70	CLASSIFICADO
53	1245	SANDRA KLOECKNER	17/11/1960	27	67,5	CLASSIFICADO
54	1518	ELIANE GERMANO DOS SANTOS	10/04/1984	27	67,5	CLASSIFICADO
55	330	DEIVIANE CABRAL DE OLIVEIRA	07/04/1988	27	67,5	CLASSIFICADO
56	518	CRYSLAINE SILVA MAGALHAES SANTOS	01/01/1989	27	67,5	CLASSIFICADO
57	1755	JOYCE KELLEN GONCALVES	15/06/1991	27	67,5	CLASSIFICADO
58	1284	SABRINA ESTEVÃO BATISTA	12/07/1994	27	67,5	CLASSIFICADO
59	1073	ALINE CRYSTHIELI PINHEIRO DA SILVA	29/11/1996	27	67,5	CLASSIFICADO
60	1416	JEHNMERSON SILVA PIMENTEL	05/09/1999	27	67,5	CLASSIFICADO
61	255	ESDRA CORDEIRO TRINDADE	30/01/1974	26	65	CLASSIFICADO
62	880	SANDRA DOS ANJOS	16/05/1983	26	65	CLASSIFICADO
63	112	SANDRA BUZETTI DA SILVA	22/07/1984	26	65	CLASSIFICADO
64	296	ROSANA PINTO RAMOS	06/11/1984	26	65	CLASSIFICADO
65	1484	ANA KESIA VEIGA DO PRADO	26/04/1990	26	65	CLASSIFICADO
66	998	DANYELLE KAROLYNE DE SOUZA BENEVIDES	29/10/1990	26	65	CLASSIFICADO
67	1557	REGIANE ALVES FEITOSA	04/02/1992	26	65	CLASSIFICADO
68	152	RAQUEL SANTOS DE ANDRADE CACHONE	31/03/1992	26	65	CLASSIFICADO
69	1532	TALITA KELLY DA SILVA ARAUJO	04/10/1993	26	65	CLASSIFICADO
70	239	CHEYLA JORDANIA SOARES DOS SANTOS	09/06/1994	26	65	CLASSIFICADO

71	1499	KAMILA CRISTINA PEREIRA DE LIMA	25/11/1996	26	65	CLASSIFICADO
72	439	ALINE SOUZA DE JESUS	30/12/1996	26	65	CLASSIFICADO
73	1668	LORENA VASSELLI DAMASCENO DE MEDEIROS	23/06/1997	26	65	CLASSIFICADO
74	1197	CAMILA ALVES DE SOUZA	29/10/2000	26	65	CLASSIFICADO
75	1624	VERA BATISTA DE LIMA	03/01/1976	25	62,5	CLASSIFICADO
76	1515	JOELMA CRISTINA SEVERINA ALVES	12/12/1979	25	62,5	CLASSIFICADO
77	1376	EDNA RIBEIRO DE SOUZA	05/04/1981	25	62,5	CLASSIFICADO
78	61	CLAUDINEIA APARECIDA MORALES	24/05/1983	25	62,5	CLASSIFICADO
79	1761	SILMARA CAROLINE OLIVEIRA	11/09/1983	25	62,5	CLASSIFICADO
80	1790	NEIVA VIEIRA DA COSTA	29/09/1983	25	62,5	CLASSIFICADO
81	1578	MARIA ANTONIA MIRANDA RUDES	31/07/1987	25	62,5	CLASSIFICADO
82	196	ADRIANA OLIVEIRA SENA	23/03/1990	25	62,5	CLASSIFICADO
83	387	KATIA KAROLINE DOS SANTOS PIRES	16/12/1993	25	62,5	CLASSIFICADO
84	718	DANIELLY MAYARA DA SILVA	27/10/1994	25	62,5	CLASSIFICADO
85	1488	INGRID POLIANA DE SOUZA MAGALHAES	23/10/1995	25	62,5	CLASSIFICADO
86	751	REGIA LUANA ALMEIDA DA SILVA	26/07/1996	25	62,5	CLASSIFICADO
87	1551	CARINA SALLES PORFIRIO NOGUEIRA	20/03/1997	25	62,5	CLASSIFICADO
88	662	ALINE SPRICIGO DA SILVA	24/06/1999	25	62,5	CLASSIFICADO
89	33	JULIA CASTRO FERREIRA	05/12/1999	25	62,5	CLASSIFICADO
90	275	EMYLLY LOPES SOUZA	14/06/2000	25	62,5	CLASSIFICADO
91	352	JESSICA MILENA SILVA JOAQUIM	29/06/2000	25	62,5	CLASSIFICADO
92	1041	THIAGO PORTILHO VILANOVA	29/08/2000	25	62,5	CLASSIFICADO
93	961	BENEDITA VALERIANA DA CRUZ	14/06/1968	24	60	CLASSIFICADO
94	1660	CLARICE CRUZ DA COSTA	01/08/1983	24	60	CLASSIFICADO
95	916	CATIA GOMES VIEIRA	25/08/1983	24	60	CLASSIFICADO
96	332	ANDRE LUIZ PEREIRA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE	14/04/1987	24	60	CLASSIFICADO
97	842	NELMA GOMES DA SILVA	24/07/1987	24	60	CLASSIFICADO
98	31	LETICIA ALVES CORREIA DE LIMA	23/04/1990	24	60	CLASSIFICADO
99	416	ANA PAULA DE MORAES	30/10/1990	24	60	CLASSIFICADO
100	1647	FERNANDA OTOWICZ DA SILVA	15/07/1991	24	60	CLASSIFICADO
101	1083	JOSANA RODRIGUES DE SOUZA	29/05/1992	24	60	CLASSIFICADO
102	621	TAYNA CAANE GRAMULHA DE ANDRADE	14/08/1993	24	60	CLASSIFICADO
103	1178	GESSICA SANTOS EPIFANIO	10/11/1993	24	60	CLASSIFICADO
104	472	EVILYN YURI KAKO	31/05/1994	24	60	CLASSIFICADO
105	1787	CARINA VANESSA CORREA PRESTES	29/10/1994	24	60	CLASSIFICADO
106	1639	INGRID MONIQUE DA SILVA FERREIRA RAMOS SANTANA	14/02/1996	24	60	CLASSIFICADO
107	552	JULIANA SANTANA LOBO	20/08/1997	24	60	CLASSIFICADO
108	1522	MILENE CARDOSO RONDON DA COSTA	25/06/2001	24	60	CLASSIFICADO
109	274	GUILHERME AUGUSTO COURA RODRIGUES	05/11/2001	24	60	CLASSIFICADO
110	351	JOSIMAR DA LUZ	31/07/1967	23	57,5	CLASSIFICADO
111	1623	JUSCELIA COELHO MARÇAL	06/04/1968	23	57,5	CLASSIFICADO
112	1011	APARECIDA MARTINS GOMES	12/10/1968	23	57,5	CLASSIFICADO
113	835	ZERLI DOS SANTOS	23/07/1980	23	57,5	CLASSIFICADO
114	667	ROSANIA APARECIDA DE ARAUJO	18/06/1982	23	57,5	CLASSIFICADO
115	1651	GEISA NASCIMENTO CABRAL	25/09/1982	23	57,5	CLASSIFICADO
116	1395	LUCIANA DA SILVA SANTOS	22/09/1990	23	57,5	CLASSIFICADO
117	509	GABRIEL CAVALCANTE FERREIRA	10/01/1991	23	57,5	CLASSIFICADO
118	204	PALOMA DOS SANTOS	02/12/1992	23	57,5	CLASSIFICADO
119	646	JANAINA HENRIQUE DIAS DA COSTA	11/04/1993	23	57,5	CLASSIFICADO
120	1391	TALITA MARIA SOARES PINHEIRO	16/09/1994	23	57,5	CLASSIFICADO
121	1239	ANGELA RODRIGUES DA SILVA	06/12/1997	23	57,5	CLASSIFICADO
122	889	JESSICA COSTA MEDEIROS NEVES	10/08/1999	23	57,5	CLASSIFICADO
123	905	KETLYN LAYANE GONÇALVES GALHARDO	21/03/2000	23	57,5	CLASSIFICADO
124	1696	MARIA DE FATIMA DE SOUZA	20/03/1972	22	55	CLASSIFICADO
125	1296	JUCELENE FIDENCIO	04/08/1978	22	55	CLASSIFICADO
126	951	MARCELA DE SOUZA MEIRELES	09/06/1985	22	55	CLASSIFICADO
127	609	LIGIA CARLA GOMES LEAL	30/01/1988	22	55	CLASSIFICADO
128	388	PATRICY BENTO DE SOUZA	22/10/1992	22	55	CLASSIFICADO
129	1295	GISLAINE DE JESUS NOGUEIRA	06/01/1993	22	55	CLASSIFICADO
130	1324	JANAINA GONÇALVES DOS SANTOS	01/08/1993	22	55	CLASSIFICADO
131	660	MAGDA DOS SANTOS PIRES	24/09/1993	22	55	CLASSIFICADO
132	386	JANAINA DE OLIVEIRA SANTOS	29/10/1993	22	55	CLASSIFICADO
133	1676	LARISSA KATIELLE QUEIROZ LIMA	20/02/1996	22	55	CLASSIFICADO
134	368	JACQUELINE BELIZARIO DE ALMEIDA	28/08/1996	22	55	CLASSIFICADO
135	1189	VALQUIRIA GOMES DORES	31/01/1997	22	55	CLASSIFICADO
136	539	JHANINE NAYARA DE OLIVEIRA	08/04/2001	22	55	CLASSIFICADO
137	1485	IVA PEREIRA DA SILVA TORRES	27/07/1966	21	52,5	CLASSIFICADO
138	1340	TERESINHA BARAN	23/04/1967	21	52,5	CLASSIFICADO
139	1315	CACILDA APOLINARIO	08/02/1977	21	52,5	CLASSIFICADO
140	1489	GISLAINE FORTUNATO	02/11/1979	21	52,5	CLASSIFICADO
141	427	LUCIANA BERNADO DE BRITO	12/08/1980	21	52,5	CLASSIFICADO
142	1116	LÉIA DELISE	24/10/1984	21	52,5	CLASSIFICADO
143	66	LEIA MARIA DA SILVA RIS	22/11/1988	21	52,5	CLASSIFICADO
144	959	JHENY ALVES QUEROBIM	11/07/1989	21	52,5	CLASSIFICADO
145	896	JESSICA MAYARA FERREIRA DE QUEIROZ	08/08/1991	21	52,5	CLASSIFICADO
146	1317	JANAINA TAVARES PAIVA	04/03/1992	21	52,5	CLASSIFICADO
147	1425	JAQUELINE APARECIDA DE FREITAS	31/12/1992	21	52,5	CLASSIFICADO

148	1047	MAIRAM PEREIRA	19/05/1995	21	52,5	CLASSIFICADO
149	943	KAROLINE SANTOS SILVA LIMA	16/10/1996	21	52,5	CLASSIFICADO
150	756	RODRIGO SANTOS DA SILVA	04/07/1999	21	52,5	CLASSIFICADO
151	955	STHEFANI KAMILA LERNER DE VARGAS	03/10/1999	21	52,5	CLASSIFICADO
152	666	ANANDA CAROLINE PEREIRA DA SILVA	21/06/2001	21	52,5	CLASSIFICADO
153	681	SEBASTIAO TARDIN	30/03/1960	20	50	CLASSIFICADO
154	1122	LAUDECI DAS DORES SILVA	22/02/1967	20	50	CLASSIFICADO
155	1365	MARIA DA CONCEICAO DA SILVA RODRIGUES	06/11/1971	20	50	CLASSIFICADO
156	1028	FERNANDA GOMES DE OLIVEIRA	30/03/1981	20	50	CLASSIFICADO
157	51	ROSENETE FERNANDES DA SILVA	25/04/1985	20	50	CLASSIFICADO
158	1531	CLEIDINEIA FERREIRA DA SILVA	20/06/1986	20	50	CLASSIFICADO
159	202	CLAUDIANE DOS SANTOS SOUZA	25/10/1991	20	50	CLASSIFICADO
160	764	ADRIANA NASCIMENTO RIBEIRO	04/01/1993	20	50	CLASSIFICADO
161	1212	ANA PAULA DA SILVA	01/03/1993	20	50	CLASSIFICADO
162	1561	MARESSA CARDOSO VIEIRA	09/05/1994	20	50	CLASSIFICADO
163	787	SILVIA ADRIELLY FERREIRA FELIX	01/01/1997	20	50	CLASSIFICADO
164	1693	RAISSA LORRAINE BORGES DOS SANTOS	07/04/2000	20	50	CLASSIFICADO
165	454	MAIRDES RODRIGUÊS DA CONCEIÇÃO	26/07/1974	19	47,5	DESCLASSIFICADO
166	811	EDILZA BEZERRA DANTAS SERRA	20/07/1981	19	47,5	DESCLASSIFICADO
167	999	SIMEIA FERREIRA DA SILVA COSTA	20/06/1982	19	47,5	DESCLASSIFICADO
168	1137	JULIANA BENEDITA VENANCIO LIRA PINTO	02/12/1983	19	47,5	DESCLASSIFICADO
169	1173	JOSIANE RODRIGUES PORTO	13/06/1984	19	47,5	DESCLASSIFICADO
170	1201	MARTA LUCAS DOS SANTOS DE SOUZA	14/10/1987	19	47,5	DESCLASSIFICADO
171	43	FABIOLA BARBOSA ALVES	23/03/1990	19	47,5	DESCLASSIFICADO
172	478	ADRIELLE DOS SANTOS SILVA	12/01/1999	19	47,5	DESCLASSIFICADO
173	608	GABRIELLY FERREIRA LIMA	23/03/1999	19	47,5	DESCLASSIFICADO
174	1271	AURÉLIA DA SILVA	26/03/1972	18	45	DESCLASSIFICADO
175	989	ALESSANDRA ALVES CABRAL	24/10/1979	18	45	DESCLASSIFICADO
176	635	LETICIA SILVA VICENTE DE OLIVEIRA	24/07/1987	18	45	DESCLASSIFICADO
177	719	TAINARA CÂNDIDO PEREIRA	22/01/1995	18	45	DESCLASSIFICADO
178	927	SAMARA REGINA MIZAEL PEREIRA	17/09/1977	17	42,5	DESCLASSIFICADO
179	259478	MARIA DE LOURDES FREITAS	26/01/1979	17	42,5	DESCLASSIFICADO
180	465	MARI ADRIANI PINTO DE OLIVEIRA	11/08/1979	17	42,5	DESCLASSIFICADO
181	27	ROSILENE MARTINS DE SOUZA	06/12/1981	17	42,5	DESCLASSIFICADO
182	1610	JESSYCA MADHELAINE MARQUES BORTOLUCI	19/05/1988	17	42,5	DESCLASSIFICADO
183	1136	JULIANA SOUZA DA MOTA	29/10/1988	17	42,5	DESCLASSIFICADO
184	919	ALINE CRISTINA DE OLIVEIRA	02/05/1990	17	42,5	DESCLASSIFICADO
185	251	BELINARA CARDOSO ASSUNÇAO	24/07/1991	17	42,5	DESCLASSIFICADO
186	981	LUCAS DOS SANTOS	02/11/1993	17	42,5	DESCLASSIFICADO
187	1156	GABRIEL VICTOR COURA RODRIGUES	23/07/1999	17	42,5	DESCLASSIFICADO
188	687	ISTHEFANY DOS SANTOS SILVA	12/12/2000	17	42,5	DESCLASSIFICADO
189	1763	SAMARA THAMYRES OLIVEIRA	17/12/2000	17	42,5	DESCLASSIFICADO
190	550	MARLI DOMINGOS RIBEIRO	12/01/1965	16	40	DESCLASSIFICADO
191	1530	CLAUDINEIA DOS SANTOS RODRIGUES	05/09/1979	16	40	DESCLASSIFICADO
192	850	CRISTIANA DE SOUZA	02/10/1981	16	40	DESCLASSIFICADO
193	912	RAIANE DE SOUSA DA SILVA	11/02/1994	16	40	DESCLASSIFICADO
194	1358	MARIA ROSANGELA GRACIANO	21/07/1977	15	37,5	DESCLASSIFICADO
195	1344	EDEVANIA GONÇALVES DE FREITAS COSTA	23/04/1983	15	37,5	DESCLASSIFICADO
196	1788	ELIANE PEREIRA DE SOUZA	03/11/1983	15	37,5	DESCLASSIFICADO
197	890	LUCIMAR VICENTE VIEIRA	01/08/1984	15	37,5	DESCLASSIFICADO
198	806	KUIMBERLY KAROLINE TURATI	20/12/1995	15	37,5	DESCLASSIFICADO
199	190	ANA CAROLINA DE LIMA CORDEIRO	08/09/1999	15	37,5	DESCLASSIFICADO
200	1363	EDUARDO DA SILVA RIBEIRO	21/12/1990	14	35	DESCLASSIFICADO
201	1281	LILIAN SOUZA DE CARVALHO	11/09/1988	13	32,5	DESCLASSIFICADO
202	1107	THAIANE CRISTIANE MILHOMEM	04/02/1995	13	32,5	DESCLASSIFICADO
203	314	CAMILA SOARES DE MIRANDA	04/04/2000	13	32,5	DESCLASSIFICADO
204	595	JAQUELINE GAMA DA SILVA	29/09/1996	10	25	DESCLASSIFICADO
205	620	LEIDIJANE NUNES PEREIRA	27/01/1992	8	20	DESCLASSIFICADO
206	920	KELCILENE NASCIMENTO PEREIRA	28/06/1993	6	15	DESCLASSIFICADO
207	1658	ADRIANA PEREIRA BENTO	30/05/1987	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
208	1257	ADRIANO VICENTE DUARTE	11/07/1982	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
209	68	ALEXANDRE MACHADO DA SILVA	08/04/1987	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
210	1753	ANA MARIA NASCIMENTO SIDONI	07/07/1995	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
211	821	ANDREIA ALVES FEITOSA	22/12/1986	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
212	860	ANNY CAROLINE DE OLIVEIRA SILVA	21/11/1999	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
213	266	BEATRIZ FERREIRA DE ALMEIDA	03/08/2000	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
214	1130	BIANCA VENÂNCIO CEZÁRIO	25/04/1994	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
215	53	BRUNO BARROS ROECKER	30/01/1995	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
216	1267	CARLA NEPOMUCENO DE SOUZA	16/03/1997	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
217	1482	CASSIA DE JESUS	01/04/1998	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
218	1272	CINTHIA DAIELLE GONCALVES ALMEIDA	21/01/1992	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
219	1218	CLAUDIANARA GOMES DA SILVA	30/11/1988	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
220	1388	CLEONICE ZUCAO	23/07/1982	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
221	1625	CRISTIANE DE CAMPOS SOUZA	23/10/1991	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
222	1069	CRISTIANE RODRIGUES PEREIRA	29/11/1983	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
223	1020	DANIEL HUGO PEREIRA DA SILVA	12/12/1998	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
224	1618	DANIELI PIM LAVAGNOLLI	22/03/1985	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO

225	253	DANIELLY LINS SILVA	06/10/2000	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
226	626	DANILA BORGES DA SILVA	03/06/1989	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
227	1154	DHAYANA DE SA ANGELINO	26/01/2000	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
228	1709	DHEILYS CARLA ALVES	01/08/1985	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
229	304	EDILIA APARECIDA DE OLIVEIRA	25/10/1986	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
229	144	ELIANE SIMONE CRISTALINO	01/04/1987	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
230	1210	ELIANE FERRERA BRITO	30/01/1987	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
231	747	ELIS RAQUEL DOS SANTOS	19/12/1987	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
232	1150	ELISONIA MARIA CAETANO	18/11/1970	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
233	125	ELIZIE FLAUSINO MAZEPA	09/10/1978	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
234	508	ERICA DE SOUZA SILVA	14/12/1996	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
235	248	FERNANDA SANTANA RODRIGUES	09/12/2000	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
236	1182	FLAVIANE CRISTINA DE ARRUDA	26/03/1988	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
237	1171	FRANCIELE AUGUSTO PINHEIRO	05/03/1990	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
238	1085	GEZIELY FERNANDA DA SILVA	20/05/1983	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
239	838	GISLAINE DE LIMA MATTOS	19/05/1999	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
240	1781	GRASIELLI CALDEIRA DE OLIVEIRA	15/11/1998	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
241	1318	HALECY SILVA DE OLIVEIRA MIRANDA	10/03/1998	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
242	1400	HELLEN MAYARA SILVEIRA COBRA DE PONTES	14/03/1994	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
243	1481	ILANIA CONCEIÇÃO DOS SANTOS	26/08/1985	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
244	1749	INAIANA MARIA DA SILVA	25/06/1997	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
245	1229	ISTEFANI DUARTE DA SILVA	05/11/1998	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
246	545	JAQUELINE NAYARA DA SILVA SOARES	03/04/1995	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
247	1062	JHENIFER VIANA GARCIA	19/03/2000	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
248	875	JOSE RODRIGO MARTINS ABREU	17/08/1985	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
249	1560	JULIA CARDOSO DOS SANTOS	28/08/1965	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
250	232	JULIELEN ROCHA SILVA	23/06/1995	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
251	1194	KAROLAINE KAMILA DA SILVA	23/03/1997	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
252	384	KÉSIA DE JESUS DA CRUZ	29/07/1998	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
253	1721	LARISSA CLAUDIA ROBERTO RAMOS	16/10/1995	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
254	1690	LAUDI RIBEIRO SILVA	24/02/1978	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
255	1554	LORRAYNE DA SILVA PEREIRA	06/06/2000	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
256	73	LUANA GRAZIELA PEREIRA	24/07/1996	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
257	1742	LUCAS TORRENTE DA SILVA	02/08/1995	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
258	1432	LUCIANA CARVALHO DO NASCIMENTO	01/08/1980	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
259	1769	LUCIANE TORRENTE PINTO	29/01/1990	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
260	1382	LUCIMAR COSTA DE LIMA SILVA	04/12/1981	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
261	1537	LYNDA LEE DO CARMO BRITO	11/04/1994	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
262	995	MAIKON DOS SANTOS DE JESUS	05/12/1997	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
263	1511	MANUELA SOARES DE MOURA	25/08/1996	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
264	931	MARCELO JOSE DA SILVA SANTOS	17/01/1989	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
265	1570	MATHEUS HENRIQUE RODRIGUES GERALDI	28/10/1997	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
266	1514	MAYARA DE SOUSA SILVA	30/12/1996	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
267	319	NATACHA ARAUJO LIMA	10/06/2001	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
268	133	NICOLY ISABELLY MOURA DA SILVA	24/03/2001	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
269	987	OTILIA DE LIMA BARBOSA	03/12/1991	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
270	1686	RAFAEL BESTER BARBOSA	15/08/2001	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
271	1555	RAFAEL MELO CAMINHA	16/09/1986	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
272	1301	RAYANNE ESTEFANIN PEREIRA DA SILVA SANTOS	04/07/1992	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
273	1253	RICARDO MACHADO EISING	21/09/1994	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
274	476	ROZELI GULBERTO DA SILVA	06/11/1979	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
275	1549	SAMUEL PEREIRA BORGES	29/11/1987	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
276	1147	SELMA APARECIDA SMITH	05/05/1988	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
277	1664	SILVANIA APARECIDA MANARIN FERREIRA	10/07/1975	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
278	1733	TAINA GOMES DA SILVA	16/06/1995	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
279	627	TAMAR CUSTODIO DA SILVA	06/09/1986	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
280	494	TAMARA PRADO VIEIRA	28/01/1993	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
281	1140	THAIZA MARIELLY CAMPOS PORTA	11/09/1997	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
282	573	VANDERLÉIA SAVASSA LOPES GETESKI	04/05/1987	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
283	75	VANESSA DE PAULA DA SILVA MACHADO	19/08/1996	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
284	1446	VANESSA FERNANDES CARDOSO	03/02/1982	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
285	1329	VILMA ALVES BATISTA	07/02/1975	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
286	818	WELIDA ROSA DA SILVA LIMA	07/04/1992	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
287	886	WILLIAM CARDOSO NUNES	30/09/1993	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
288	1775	ACASSIA ALVES DOS SANTOS	30/12/1981	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO

PEDAGOGO - SEMAS

Nº	INSC	NOME	DATA. NASC.	ACERTOS	PONTOS	SITUAÇÃO
1	590	SIRLEI PINTO DA CUNHA	03/12/1970	35	87,5	CLASSIFICADO
2	1353	ANGELITA CARMO PEREIRA	31/03/1987	29	72,5	CLASSIFICADO
3	1784	ROSIMEIRE DIAS DA SILVA	12/03/1984	26	65	CLASSIFICADO
4	34	VANESSA DE OLIVEIRA GONÇALVES SOUZA	10/09/1979	25	62,5	CLASSIFICADO
5	852	SILVANI MARIA ANGELO DE SOUZA	17/09/1969	23	57,5	CLASSIFICADO
6	1559	REGINA TEIXEIRA	11/02/1976	22	55	CLASSIFICADO
7	141	GILMARA FREIRE QUENOIZORE	17/09/1978	22	55	CLASSIFICADO
8	698	JOSIANE GOMES DE LIMA	19/04/1987	22	55	CLASSIFICADO
9	526	PRISCILA QUINTINO DA SILVA	04/10/1991	22	55	CLASSIFICADO

10	405	IZABELA FREITAS LOUZADA	23/02/1994	22	55	CLASSIFICADO
11	1334	ROSANA MIRIAN SANTANA	16/10/1975	21	52,5	CLASSIFICADO
12	637	LUCIANA QUARESMA BARBOSA	08/08/1976	21	52,5	CLASSIFICADO
13	1513	ROSILENE SANTANA	09/12/1979	21	52,5	CLASSIFICADO
14	210	SALETE DE FATIMA DE OLIVEIRA SOUZA	20/12/1984	21	52,5	CLASSIFICADO
15	625	MARIA SUZANA DE SOUZA FEITOSA	26/02/1991	21	52,5	CLASSIFICADO
16	520	SIRLEI MARCELINO DIAS	18/05/1975	20	50	CLASSIFICADO
17	701	CLEONICE GONÇALVES ROCHA	02/08/1981	19	47,5	DESCLASSIFICADO
18	400	CATIANE SCOTINI DO NASCIMENTO	09/12/1988	19	47,5	DESCLASSIFICADO
19	495	TATIANE DA SILVA MAIA	04/11/1992	19	47,5	DESCLASSIFICADO
20	1457	MARA SILVIA CAVALINI	25/02/1969	18	45	DESCLASSIFICADO
21	577	MARIA DAS DORES DE SOUZA	05/01/1970	18	45	DESCLASSIFICADO
22	1213	CLAUDIO CORREIA NICOLAU	25/09/1971	18	45	DESCLASSIFICADO
23	745	ELIZANGELA CAVALCANTE DOS SANTOS	03/02/1985	18	45	DESCLASSIFICADO
24	1428	TALYTHA BEZERRA PAIVA GONÇALVES	19/04/1995	18	45	DESCLASSIFICADO
25	1520	DEIBILA MIRELLY DUARTE VIEIRA	24/05/1996	18	45	DESCLASSIFICADO
26	1012	GABRIELA FERNANDA WEBER DOS SANTOS.	25/09/1997	18	45	DESCLASSIFICADO
27	1429	MARINES DA CRUZ SALERMO	17/06/1970	17	42,5	DESCLASSIFICADO
28	993	ROSELY DOURADO PORTUGUES DE PAIVA	15/04/1971	17	42,5	DESCLASSIFICADO
29	1737	JORGE ALVES FERNANDES	22/09/1974	17	42,5	DESCLASSIFICADO
30	653	LUCIANA PEREIRA DE OLIVEIRA	29/11/1981	17	42,5	DESCLASSIFICADO
31	32	MARCELA MENDES BORGES	06/11/1983	17	42,5	DESCLASSIFICADO
32	104	JOSIANE MACHADO DE CARVALHO	11/09/1989	17	42,5	DESCLASSIFICADO
33	63	JAQUELINE SOARES BATISTA DE ALMEIDA	26/09/1989	17	42,5	DESCLASSIFICADO
34	1153	RAYANE PAMELA DE ALMEIDA GOMES	11/05/1992	17	42,5	DESCLASSIFICADO
35	1599	JÉSSICA NAIARA GRAGEL DOS SANTOS	13/09/1993	17	42,5	DESCLASSIFICADO
36	935	MARIA CARNEIRO DE OLINDA	20/10/1972	16	40	DESCLASSIFICADO
37	737	MARIA DO SOCORRO PEREIRA DA SILVA	23/11/1974	16	40	DESCLASSIFICADO
38	954	ANA CLAUDIA OLIVEIRA DOS SANTOS AUGUSTO	12/02/1975	16	40	DESCLASSIFICADO
39	973	JOANA DE OLIVEIRA SOARES GEROLIM	04/03/1975	16	40	DESCLASSIFICADO
40	1259	FLÁVIA LUCIANA DE OLIVEIRA ALBERTIN SCHUMACHER	24/12/1978	16	40	DESCLASSIFICADO
41	796	ALESSANDRA RIBEIRO	29/04/1983	16	40	DESCLASSIFICADO
42	1496	JULIANA VILLACIEN DA COSTA	28/09/1987	16	40	DESCLASSIFICADO
43	636	RITA DE CASSIA DEIJANI GOMES	25/03/1966	15	37,5	DESCLASSIFICADO
44	1714	LUZIA ROSSIE ALVES ROCHA	13/12/1973	15	37,5	DESCLASSIFICADO
45	175	GILZA TEODORO DOS SANTOS ANDRADE	28/02/1978	15	37,5	DESCLASSIFICADO
46	411	MARIA ROZENI SANTANA LOBO	09/03/1978	15	37,5	DESCLASSIFICADO
47	272	MARCINEIA BARBOZA DE OLIVEIRA SILVA	20/10/1979	15	37,5	DESCLASSIFICADO
48	1745	CARLENE LIMA SOUZA	01/08/1985	15	37,5	DESCLASSIFICADO
49	1666	EDNA PRINA ARQUAZ	18/09/1985	15	37,5	DESCLASSIFICADO
50	1553	KEILA DA SILVA HIPOLITO	06/03/1987	15	37,5	DESCLASSIFICADO
51	969	JULIANA VIEIRA NUNES NETA	25/09/1996	15	37,5	DESCLASSIFICADO
52	1629	MÁBYLLA SOUZA FERREIRA DE SENNA	19/06/1997	15	37,5	DESCLASSIFICADO
53	697	RAYANE HIORRANE PAIDA DE SOUSA	16/08/1997	15	37,5	DESCLASSIFICADO
54	1010	WISLAINE CRISTINA DA SILVA	11/01/1983	14	35	DESCLASSIFICADO
55	1311	LETICIA DA SILVA SOUZA	09/08/1989	14	35	DESCLASSIFICADO
56	1354	VANESSA DA SILVA OLIVEIRA SOUZA	22/08/1990	14	35	DESCLASSIFICADO
57	813	RUTH DAS GRACAS PEREIRA	03/03/1979	13	32,5	DESCLASSIFICADO
58	1064	REGINA APARECIDA DOS SANTOS GUIMARÃES	25/04/1979	13	32,5	DESCLASSIFICADO
59	435	JOSIANE DE SIQUEIRA	04/02/1982	13	32,5	DESCLASSIFICADO
60	335	ELIANE RIBEIRO	28/06/1982	13	32,5	DESCLASSIFICADO
61	1493	ELIZETE GONÇALVES DE ALMEIDA	08/09/1984	13	32,5	DESCLASSIFICADO
62	574	DAYANE MUNIZ GOMES VICENZOTTO	25/03/1988	13	32,5	DESCLASSIFICADO
63	1352	MONICA SILVA OLIVEIRA DE ALMEIDA	15/11/1994	13	32,5	DESCLASSIFICADO
64	397	SILVANA PESSOA	21/04/1971	12	30	DESCLASSIFICADO
65	1337	NILMA SONIA CANDIDO	13/05/1972	12	30	DESCLASSIFICADO
66	1033	VALDETE DIAS CORREA BREGINSKI	18/04/1983	12	30	DESCLASSIFICADO
67	966	OZENIDE DA SILVA MOREIRA	07/07/1987	12	30	DESCLASSIFICADO
68	58	LUCINETE BENICIO ZANATTA	28/12/1987	12	30	DESCLASSIFICADO
69	1792	JOSIANE CARLA DE ARAUJO	25/05/1993	12	30	DESCLASSIFICADO
70	1375	MARIA APARECIDA RAMOS DA SILVA	29/09/1963	11	27,5	DESCLASSIFICADO
71	996	MIRALVA DA SILVA MIGUEL	06/07/1982	11	27,5	DESCLASSIFICADO
72	1168	LUCIANE PEREIRA	08/08/1982	11	27,5	DESCLASSIFICADO
73	1035	FRANCIELLE DOS SANTOS	23/08/1988	11	27,5	DESCLASSIFICADO
74	599	LUCILEIDE RODRIGUES SILVA DE SOUZA	27/07/1955	10	25	DESCLASSIFICADO
75	1566	CRISTIANE PEREIRA DIAS	12/07/1988	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
76	582	SIMEIA DE OLIVEIRA SOARES	30/06/1978	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
77	1205	EDILENE ALVES MENDONÇA	14/02/1989	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
78	1087	ELEAFANETE ARAUJO DE ALMEIDA COIMBRA	27/06/1994	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
79	1643	ELIZETE RAMOS DA SILVA	23/01/1984	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
80	1535	JAQUELINE OLIVEIRA DA SILVA	17/06/1987	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
81	50	JOANIL MARIA DA SILVA	22/05/1976	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
82	1533	MARIA DE FATIMA DE OLIVEIRA SILVA	31/03/1966	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
83	379	ROSIANA DA SILVA OLIVEIRA	23/08/1985	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
84	1193	SILVIA BRUNA TEODORO FERREIRA DA CRUZ	17/12/1991	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
85	1771	VANUBIA CRISTINA NUNES DOS SANTOS HENRIC	18/09/1987	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
MÉDICO CLÍNICO GERAL - LEI 4334/2014						

Nº	INSC.	NOME	DATA. NASC.	ACERTOS	PONTOS	SITUAÇÃO
1	477	REINALDO FAVORETO JUNIOR	18/07/1973	34	85	CLASSIFICADO
2	85	RENAN MOURA TORRES	12/12/1990	34	85	CLASSIFICADO
3	792	THIAGO RIBEIRO DA SILVA	28/01/1991	33	82,5	CLASSIFICADO
4	489	INGRID IARA RODRIGUES DA SILVA	02/05/1984	30	75	CLASSIFICADO
5	1286	MICHEL KASSIO DE CARVALHO MILANEZI	13/10/1989	30	75	CLASSIFICADO
6	497	BRUNO ALEXANDER BARBOSA	08/08/1996	30	75	CLASSIFICADO
7	1034	PAULO RICARDO ROTEIAS DE SOUZA	17/11/1987	29	72,5	CLASSIFICADO
8	826	JOENY DE CAMPOS	07/09/1959	27	67,5	CLASSIFICADO
9	872	NEISON MARQUES DUARTE	07/08/1967	27	67,5	CLASSIFICADO
10	483	DAIANE SCHILO	22/11/1981	27	67,5	CLASSIFICADO
11	498	BRENNER HUMBERTO COSTA FERNANDES	04/05/1986	27	67,5	CLASSIFICADO
12	457	LOHAN AFFONSO SILVA CAMPOS	21/10/1992	27	67,5	CLASSIFICADO
13	1236	RODINEIA DE FATIMA MACIEL DUTRA CRUZ	04/09/1976	26	65	CLASSIFICADO
14	1234	NELSON LUIZ DA CRUZ JUNIOR	24/09/1982	25	62,5	CLASSIFICADO
15	372	TIAGO TEIXEIRA LIMA SILVA	10/08/1984	25	62,5	CLASSIFICADO
16	1626	SAULO MANSUETO RODRIGUES PALMA	19/02/1988	25	62,5	CLASSIFICADO
17	1052	KETLYN KONAGESKI DA SILVA	04/04/1986	24	60	CLASSIFICADO
18	883	ABINADAB DA SILVA SIQUEIRA	15/07/1990	24	60	CLASSIFICADO
19	500	DENISE LIMA DE OLIVERIA	17/06/1980	23	57,5	CLASSIFICADO
20	1410	AMAURY RODRIGUES BRIANEZ JUNIOR	25/09/1986	23	57,5	CLASSIFICADO
21	1120	GISELE FERNANDA SANCHEZ	19/11/1983	22	55	CLASSIFICADO
22	565	JOAO CARLOS SILVESTRE VELASCO	04/06/1988	22	55	CLASSIFICADO
23	571	LUCIANA ELOISA BOLOGNESI VICENZOTTO VELASCO	08/10/1989	22	55	CLASSIFICADO
24	825	JANETE CARVALHO COSTA	05/10/1975	21	52,5	CLASSIFICADO
25	247	ANDYARA LIMA DOS SANTOS VERCIANO	07/10/1990	21	52,5	CLASSIFICADO
26	485	JERRY DA SILVA MOTA	26/06/1989	19	47,5	DESCLASSIFICADO
27	1086	RENATA MILENA PEREIRA VALDAMERI	14/01/1994	17	42,5	DESCLASSIFICADO
28	1187	AGEU MARTINS	26/12/1974	16	40	DESCLASSIFICADO
29	262	JOSE IDARLAN GOMES CHAVES FILHO	12/12/1987	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO

Registre-se publique-se e cumpra-se. Tangará da Serra – MT, 02 de Outubro de 2019.

Fábio Martins Junqueira

Prefeito Municipal

Maria das Graças Souto

Secretária Municipal de Administração

Dienefer Jaqueline M. Feix

Secretária Municipal de Saúde

Prof. Gilmar Utzig

Secretário Municipal de Educação e Cultura

Ademir Aparecido Anibale

Secretário Municipal de Esportes

Eude Camargo da Silva Pinto

Secretária Municipal de Assistência Social

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PORTARIA Nº 890 DE 03 DE SETEMBRO DE 2019

PORTARIA Nº 890 DE 03 DE SETEMBRO DE 2019

O Senhor Prefeito Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei; CONSIDERANDO os Memorandos nº 1048/SAD/2019 e 1049/SAD/2019 de 14/08/2019; RESOLVE Art. 1º CONCEDER a servidora MARIA DAS GRAÇAS SOUTO comissionada no cargo de Secretária Municipal de Administração, admitida em 06/12/2013, registrada sob nº 103047, Usufruto de Férias de 20 (vinte) dias correspondente ao período aquisitivo de 06/12/2017 a 05/12/2018, nos termos do art. 71 e 74 da Lei Complementar n° 006/1994 de 21 de junho de 1994, com usufruto no período de 15/01/2020 a 03/02/2020. SIGNATÁRIO: Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA Prefeito Municipal.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 079/2019

AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 079/2019, **Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO VEICULAR, PARA ATENDIMENTO DE VEÍCULOS QUE COMPÕEM A FROTA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS,** conforme especificações contidas no Termo de Referência, **Anexos II e III, parte Integrante do Edital.** O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, através da Pregoeira, nomeada pela Portaria nº 753 de 26.07.2019, torna público o resultado e homologação do certame acima referido, o qual poderá ser acessado na íntegra, através do link: http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Resultado-de-Licitacao/. Tangará da Serra-MT, 01 de Outubro de 2019. Dalila Cristian Fernandes da Paz – Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECISÃO INICIAL

PROCESSO ADM. NÚMERO 1.019/2019 ESPÉCIE: PAGAMENTO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS E NÃO TRIBUTÁRIOS DE VEÍCULOS DECISÃO INICIAL Considerando o ofício nº 37/2019, emitido em 01/10/2019 pelo Ilmo. Sr. Rafael Souza Barros, Secretário Municipal de Planejamento e Gestão, dando conta da existência de débitos junto à Secretaria de Estado de Fazenda, no importe total de R$3.254,44 (três mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos) além de eventuais acréscimos legais; Considerando que os referidos débitos foram incluídos em dívida ativa, impossibilitando a emissão da Certidão Negativa de Débitos junto à Procuradoria Geral do Estado; Considerando que a inadimplência do Município pode gerar prejuízos de grande monta à Administração Pública, ante a impossibilidade de firmar Convênios Estaduais e até Federais; Considerando tratar-se de débitos oriundos de veículos já alienados como Sucata através do Processo Licitatório Leilão nº 01/2013; Considerando ainda a não realização dos procedimentos de baixa dos veículos junto ao Detran/MT, acarretando o lançamento dos débitos tributários ao Município após a alienação dos bens; **DETERMINO** Seja encaminhado o presente à Procuradoria Jurídica para a emissão de parecer técnico jurídico acerca da legalidade do presente pagamento; Logo após, sendo favorável o Parecer Jurídico, encaminhe-se via ofício à Secretaria Municipal de Fazenda, cópia integral destes autos, a fim de que seja realizado o imediato pagamento dos débitos e eventuais acréscimos legais, possibilitando a emissão de certidão negativa de débitos junto à PGE/MT; Após a realização dos pagamentos, determino que sejam anexados ao presente processo cópia dos respectivos comprovantes; Oficie-se ao Departamento de Licitações para que junte nestes autos cópia integral do Leilão de Bens Móveis nº 01/2013; Por fim, determino a abertura de Processo de Sindicância, através de procedimento próprio, a fim de apurar a responsabilidade pela inadimplência que ocasionou o referido prejuízo ao erário, o qual deverá ser integralmente ressarcido, seja pela via administrativa ou judicial. Devolvo o presente à Secretaria de Planejamento e Gestão para os encaminhamentos necessários. **Cumpra-se; Notifique-se; Registre-se; Publique-se.** Terra Nova do Norte/MT, 01 de Outubro de 2019. **Valter Kuhn** Prefeito Municipal

CONTRATOS
RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO CONTRATO: 185/2019

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO CONTRATO: 185/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE-MT

CONTRATADO: **ARTPLAN AREIA TERRAPLENAGEM E MINERAÇÃO LTDA,**

OBJETO **: AQUISIÇÃO DE AREIA .**

VALOR: 23.400,00

VIGÊNCIA: 16/09/2018 Á 31/12/2019

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 269

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

VALTER KUHN

PREFEITO

CONTRATOS
RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA: 65/2019

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA: 65/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE-MT

CONTRATADO: **PAVAN & REINA LTDA-ME**

OBJETO: **O OBJETO DESTE TERMO ADITIVO É REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO DA ATA NOS ITENS ABAIXO RELACIONADOS DE ACORDO COM A CLAUSULA SEXTA:**

PRODUTO	PREÇO NA LICITAÇÃO	VALOR ANTES DA LICITAÇÃO	VALOR POSTERIOR DA LICITAÇÃO	VALOR COM O REAJUSTE
ÓLEO DIESEL COMUM	R$ 4,00	R$3,52	R$ 3,70	R$ 4,18
ÓLEO DIESEL S10	R$ 4,00	R$ 3,55	R$ 3,7771	R$ 4,23

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

VALTER KUHN

PREFEITO

CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO: 188/2019

EXTRATO DO CONTRATO: 188/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE-MT

CONTRATADO: REAVEL VEICULOS EIRELI

OBJETO **: CAMINHÃO FORD CARGO 816 0KM 2019/2019, TRAÇÃO 4X2 (3/4), DIESEL, SISTEMA DE INJEÇÃO ELETRÔNICA,04 CILINDROS, POTENCIA DE 162 CV, DIREÇÃO HIDRÁULICA, PESO BRUTO TOTAL (PBT) HOMOLOGADO 8.250, TOTAL ADMISSÍVEL 8.250, CAPACIDADE MÁXIMA DE TRAÇÃO (CMT) 11.000; TANQUE DE COMBUSTÍVEL 150, RESERVATÓRIO DE ARLA 32 25; CABINE COM AR CONDICIONADO; CARROCERIA BAU FRIGORIFICO FRIOJET DE NO 5MT, 2 PORTAS TRASEIRAS 1 PORTA LATERAL PARTE ELÉTRICA INSTALADA EM LED COM EQUIPAMENTO DE REFRIGERAÇÃO A GÁS (-20º) ACOPLADO E ELÉTRICO, INSTALADO NO CAMINHÃO**

VALOR: R$ 214.000,00

VIGÊNCIA: 01/10/2018 Á 01/10/2020

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 338

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

VALTER KUHN

PREFEITO

CONTRATOS
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL - Nº 081/2019

PREGÃO PRESENCIAL - Nº 081/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE-MT, ATRAVÉS DE SUA PREGOEIRA, TORNA PUBLICO, PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS, QUE FARÁ REALIZAR LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N°. 81/2019, DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM TENDO COMO OBJETO:REGISTRO DE PREÇO VISANDO FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE RADIADOR PARALELO COM ESPECIFICAÇÕES DE FÁBRICA PARA PATROL CATERPILAR 120K, PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DE TERRA NOVA DO NORTE – MT, COM REALIZAÇÃO PREVISTA PARA O DIA 14 DE OUTUBRO DE 2019, ÀS 14H00MIN (QUATORZE HORAS), HORÁRIO DE MATO GROSSO. O EDITAL COMPLETO ESTARÁ DISPONÍVEL NO SITE WWW.TERRANOVADONORTE.MT.GOV.BR E TAMBÉM NO HORÁRIO DE EXPEDIENTE, NA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE - MT /

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, AVENIDA CLOVES FELÍCIO VETORATTO, 101, CENTRO, TERRA NOVA DO NORTE - MT.

TERRA NOVA DO NORTE - MT, 01 DE OUTUBRO DE 2019.

CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO: 100/2019

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO: 100/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE-MT

CONTRATADO: VALE DO TAPAJÓS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - EPP

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES E EQUIPAMENTOS, PARA ATENDER O HOSPITAL MUNICIPAL E A ATENÇÃO BÁSICA.

VALOR: R$ 37.056,87

VIGÊNCIA: 23/09/2019 Á 23/09/2020

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

VALTER KUHN

PREFEITO

CONTRATOS
PREGÃO PRESENCIAL - Nº 080/2019

PREGÃO PRESENCIAL - Nº 080/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE-MT, ATRAVÉS DE SUA PREGOEIRA, TORNA PUBLICO, PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS, QUE FARÁ REALIZAR LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N°. 80/2019, DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM TENDO COMO OBJETO:REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE GÁS OXIGÊNIO, OXIGÊNIO MEDICINAL, GÁS DE COZINHA E AGUA MINERAL, PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE TERRA NOVA DO NORTE – MT, COM REALIZAÇÃO PREVISTA PARA O DIA 14 DE OUTUBRO DE 2019, ÀS 08H00MIN (OITO HORAS), HORÁRIO DE MATO GROSSO. O EDITAL COMPLETO ESTARÁ DISPONÍVEL NO SITE WWW.TERRANOVADONORTE.MT.GOV.BR E TAMBÉM NO HORÁRIO DE EXPEDIENTE, NA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE - MT / DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, AVENIDA CLOVES FELÍCIO VETORATTO, 101, CENTRO, TERRA NOVA DO NORTE - MT.

TERRA NOVA DO NORTE - MT, 01 DE OUTUBRO DE 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXORÉU

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO E TRANSPARÊNCIA GOVERNAMENTAL
RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2019

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0023/2019

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2019

OBJETO: Respaldado no inciso II, do artigo 24, da Lei nº 8.666/93, e no Parecer da Assessoria Jurídica do Município, objeto do Processo Administrativo 0023/2019, **AUTORIZO** a Contratação direta, através de dispensa de licitação, visando à contratação para prestação de serviços de programa de capacitação pelo SEBRAE nos setores chaves para o desenvolvimento da cadeia produtiva do leite do Município de Torixoréu-Mt, **SEBRAE/MT – SERVIÇOS DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita como pessoa jurídica sob **n° 03.534.450/0001-52**, no valor de **R$ 8.710,72 (oito mil setecentos e dez reais e setenta e dois centavos)**, para atender a demanda encaminhada pela Secretaria Municipal de Agricultura.

Em cumprimento ao disposto no artigo 26 da Lei nº 8.666/93 **DETERMINO** a publicação da presente ratificação no Diário Oficial dos Municípios AMM, para que produza os efeitos legais.

Publique-se e cumpra-se.

Gabinete da Prefeita do Município de Torixoréu – MT, 03 de setembro de 2019.

INES MORAES MESQUITA COELHO

Prefeita do Município

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO E TRANSPARÊNCIA GOVERNAMENTAL
EXTRATO DO CONTRATO Nº 052/2019

EXTRATO DO CONTRATO Nº 052/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TORIXORÉU – MT

CONTRATADA: SEBRAE/MT

OBJETO: “PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE LEITEIRA NO MUNICÍPIO DE TORIXORÉU – MT, POR MEIO DO PROGRAMA NOSSO LEITE, PARA ATÉ 10 (DEZ) PRODUTORES RURAIS”.

UNIDADE/ORÇ: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

VALOR: R$ 8.710,72

LICITAÇÃO: DISPENSA Nº 007/2019

VIGÊNCIA: 04 DE SETEMBRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2019

FUNDAMENTO: LEI 8.666/93, SUAS ALTERAÇÕES

Torixoréu – MT, 04 de setembro de 2019.

INÊS MORAES MESQUITA COELHO

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato de Locação de Imóvel.

Nº do Contrato: 028/2019.

Vínculo Legal: Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93 e alterações posteriores.

Locatário: MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

Locadora: IVANES MATIASSO SPANHOLI - CPF: 005.119.051-65.

Objeto: locação de 01 (uma) Sala Comercial, em alvenaria, com área de 25,00 m², situada no imóvel da LOCADORA, com endereço na Rua Joaçaba, nº 45, Centro da Cidade de União do Sul/MT, para o funcionamento do Almoxarifado de material médico hospitalar, de uso das Unidades de Saúde do Município.

Preço do Aluguel: R$ 500,00 (quinhentos reais) por mês.

Valor total: R$ 6.000,00 (seis mil reais).

Vigência: Até 01 de outubro de 2020.

Cód. Dotação Orçamentária/Fonte:

06.001 – GABINETE DO SECRETÁRIO

(184) 06.001.122.0009.2.036-3390.36.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física.

Fonte: 0.1.02.000000 – receita de impostos e de transferências de impostos – Saúde.

Data de assinatura: 01/10/2019.

Signatários:

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

IVANES MATIASSO SPANHOLI

Locadora.

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 016/2019

Interessada: PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL.

Proponente: D. M. TRANSPORTE EIRELI.

CNPJ: 34.836.321/0001-42.

Endereço: Rua Campos Novos, nº 51–C - Centro – União do Sul – MT.

Objeto: Contratação de empresa para Prestação de Serviços de Transporte Escolar, com veículo Tipo Ônibus, Van ou Micro Ônibus, c/ capacidade de lotação de no mínimo 20 lugares, com ar condicionado, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura com o transporte de alunos do ensino médio e fundamental, que residem no trajeto até a Fazenda Promissão e Rio Verde.

Valor total: R$ 66.933,00 (sessenta e seis mil, novecentos e trinta e três reais).

Motivo da Dispensa de Licitação: A Contratação de serviços de transporte escolar através de dispensa de licitação se faz necessária devido à rescisão da Ata de Registro de Preços de nº 004/2019 – proveniente do Pregão Presencial nº 005/2019, com a empresa AREOSVALDO SILVA FERNANDES - MEI, pelo fato de que o mesmo não estava atendendo aos requisitos previstos no edital, com interrupções constantes nos serviços para manutenção dos veículos e entre outros problemas. É notório que o transporte escolar é de suma importância para atender estudantes que residem no interior de nosso município, para que não haja interrupções nos estudos, sendo assim, a dispensa de licitação é cabível e está embasada no disposto no inciso XI, do art. 24, da Lei nº 8.666 de 21/06/1993.

Razões da escolha da proponente: Diante do acima exposto e presentes as razões de conveniência administrativa, e por configurar-se uma situação em que a proponente supre as condições para o fornecimento dos serviços de transporte de alunos conforme acima descrito, e por tratar-se de empresa proponente idônea, em dia com suas condições de habilitação perante a Administração Municipal, desta forma justifica-se a escolha da mesma.

Decisão: RATIFICO nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666/93 a Dispensa de Licitação nº 016/2019.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul/MT, 01 de outubro de 2019.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 153/2019

Institui Comissão para fins de enquadramento dos servidores efetivos e estáveis nos novos Planos de Cargos, Carreiras e Remunerações dos Profissionais do Quadro Geral (Lei nº 722), da Educação (Lei nº 723) e da Saúde (Lei nº 724), ambas de 25 de setembro de 2019, e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e observando o que dispõem as Leis nºs. 722, 723 e 724, ambas de 25 de setembro de 2019, que reestruturam os Planos de Cargos, Carreiras e Remunerações dos Profissionais do Quadro Geral do Município, da Educação e da Saúde;

RESOLVE:

Art. 1º - Por força desta Portaria fica instituída a COMISSÃO DE ENQUADRAMENTO DE SERVIDORES EFETIVOS E ESTÁVEIS AOS PLANOS DE CARGOS, CARREIRAS E REMUNERAÇÕES DOS PROFISSIONAIS DO QUADRO GERAL, DA EDUCAÇÃO E DA SAÚDE, reestruturados pelas Leis nºs. 722, 723 e 724, respectivamente, ambas de 25 de setembro de 2019, assim composta:

1- **Vanderlei Telles** - Diretor do Departamento de Recursos Humanos;

2- **Sueli Teresinha Titon de March** – Auxiliar Administrativo;

3- **Luciana Werner Bilhalva** – Advogada;

4- **Edilene Campos dos Santos** – Auxiliar Administrativo;

5- **Fabiani Bolson Zambonin** – Secretária Municipal de Educação e Cultura;

6- **Luciani Regina Bulla** – Secretária Municipal de Saúde;

7- **Fabiana Aparecida Schenatto -** Secretária Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - A Comissão, de posse da relação dos profissionais da Educação, da Saúde e do Quadro Geral do Município, procederá a análise da situação funcional desses servidores e apresentará um relatório à Secretaria Municipal de Administração, para efeito de enquadramento dos profissionais aos novos planos de cargos, carreiras e remunerações em vigor.

Art. 3º - A Comissão terá prazo de até 15 (quinze) dias da data de publicação desta Portaria para apresentar o relatório sobre seus trabalhos.

Art. 4º - O Profissional que se sentir prejudicado quanto à decisão da Comissão de Enquadramento, terá prazo de até 10 (dez) dias, a contar da data de publicação da Portaria do novo enquadramento, para apresentar recurso perante a Comissão, mediante petição fundamentada e documentos comprobatórios que caracterizem os fatos alegados e possibilitem, se for o caso, a reconsideração do ato.

Art. 5º - A Comissão de Enquadramento de Servidores ficará ativa até a data de 31 de outubro de 2019, podendo haver prorrogação, se necessário.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor a partir da data de publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul – MT, em 01 de outubro de 2019.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS
CONCURSO PÚBLICO N. 01/2019 EDITAL COMPLEMENTAR Nº 15/2019

CONCURSO PÚBLICO N. 01/2019

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 15/2019

O Prefeito Municipal de Vale de São Domingos - MT, Estado de Mato Grosso e a Comissão Organizadora do Concurso Público n. 01/2019, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO, a realização das provas práticas no dia 08/09/2019 para os cargos que a exigiam.

RESOLVEM:

1º - Em atendimento ao Cronograma do Edital de Concurso Público n. 01/2019, **item 4, "U"**, da Prefeitura Municipal de **Vale de São Domingos - MT**, **DIVULGAR**:

***a) ANEXO I - RESULTADO GERAL COM PONTUAÇÃO DAS PROVAS PRÁTICAS REALIZADAS EM* 08/09/2019.**

2º - Nos termos do item 12 e seus subitens, do Edital do Concurso Público n. 01/2019, da Prefeitura Municipal de **Vale de São Domingos - MT**, fica em vigência o prazo legal de recursos quanto ao conteúdo deste Edital Complementar a partir de sua publicação.

3º - Este Edital Complementar e seu anexo ficarão à disposição dos interessados no Quadro Mural Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos - MT e no endereço eletrônico **www.valedesaodomingos.mt.gov.br**, a partir da data.

Vale de São Domingos – MT, 01 de outubro de 2019.

GERALDO MARTINS DA SILVA PREFEITO MUNICIPAL	**NATIELLE MACEDO MAIA** PRESIDENTE DA COMISSÃO ORGANIZADORA
MARIA CRISTINA GOMES MEMBRO	**EDIVALDO FERREIRA DE SANTANA** MEMBRO

ANEXO II

RESULTADO DOS CARGOS COM PROVA OBJEITA + PRÁTICAS E ESFORÇO FISÍCO.

BORRACHEIRO

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	CGE	LP	MAT	NASC	PNE		TOTAL PROVA OBJETIVA		PROVA PRÁTICA	RESULT. GERAL (objetiva + prática)	ORDEM	SITUAÇÃO
482	ELIAS FURTADO	15,00	10,00	16,00	**20/09/1984**	**N**		**41,00**		30,00	71,00	1º	AP
285	DIEGO VALERIO DE LANAS	15,00	8,00	10,00	**05/06/1993**	**N**		**33,00**		-		2º	RP
681	CARLOS HENRIQUE PAULA SOZA	9,00	8,00	6,00	**23/04/1996**	**N**		**23,00**		-		3º	RP
167	JOSE ARAUJO ANTUNES	-	-	-	**24/12/1974**	**N**		**AUSENTE**		-		4º	RP

ELETRICISTA

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	CGE	LP	MAT	NASC	PNE		TOTAL PROVA OBJETIVA		PROVA PRÁTICA	RESULT. GERAL (objetiva + prática)	ORDEM	SITUAÇÃO
784	AGNALDO RODRIGUES	18,00	18,00	8,00	**04/02/1982**	**N**		**44,00**		**AUSENTE**	-	1º	RP
499	CLAUSIMAR CANDIDO	9,00	8,00	8,00	**09/11/1975**	**N**		**25,00**		-		2º	RP
874	GILMAR DA SILVA CUNHA	-	-	-	**30/07/1984**	**N**		**AUSENTE**				3º	RP

MECÂNICO

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	CGE	LP	MAT	NASC	PNE		TOTAL PROVA OBJETIVA		PROVA PRÁTICA	RESULT. GERAL (objetiva + prática)	ORDEM	SITUAÇÃO
675	MARQUES MAURO FERREIRA DE SOUZA	15,00	8,00	18,00	**07/09/1996**	**N**		**41,00**		25,00	66,00	1º	AP
711	DHONEY DAVIT DE OLIVEIRA	15,00	10,00	10,00	**22/08/1996**	**N**		**35,00**		21,7		2º	CL
131	FLEDSON COELHO RAMOS	18,00	8,00	14,00	**10/11/1979**	**N**		**40,00**		14,75		3º	RP
404	EDILEI DOS SANTOS SILVA	21,00	12,00	16,00	**06/01/1981**	**N**		**49,00**		**AUSENTE**		4º	RP
554	VANDERLUCIO FERREIRA GOMES	18,00	6,00	14,00	**28/11/1989**	**N**		**38,00**		-		5º	RP
353	ADEMIR MACHADO	15,00	2,00	6,00	**19/06/1970**	**N**		**23,00**		-		6º	RP
928	WILLIAN DA SILVA RODRIGUES	-	-	-	**01/08/1988**	**N**		**AUSENTE**		-		7º	RP
898	VAGNER SAMPAIO DA SILVA	-	-	-	**27/02/2001**	**N**		**AUSENTE**		-		8º	RP

MOTORISTA DE VEÍCULO ESPECIAL

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	CGE	LP	MAT	NASC	PNE	TOTAL PROVA OBJETIVA	PROVA PRÁTICA		RESULT. GERAL (objetiva + prática)		ORDEM	SITUAÇÃO
617	JURANDIR GONCALVES FRANCISCO XAVIER	27,00	10,00	12,00	**11/10/1976**	**N**	**49,00**	28,00		77,00		1º	AP
107	SEBASTIAO DA COSTA	21,00	12,00	14,00	**13/04/1977**	**N**	**47,00**	28,5		75,5		2º	AP
45	AILTON OLIVEIRA SILVA	15,00	14,00	14,00	**11/08/1991**	**N**	**43,00**	28,5		71,5		3º	AP

894	LÁZARO TEODORO FERREIRA DE OLIVEIRA	15,00	12,00	14,00	**26/10/1980**	**N**	**41,00**	30,00		71,00		4º	AP
425	SIDINEI RODRIGUES NOGUEIRA	15,00	12,00	14,00	**24/11/1985**	**N**	**41,00**	30,00		71,00		5º	CL
262	MAURO APARECIDO DA SILVA DE JESUS	18,00	14,00	8,00	**29/05/1979**	**N**	**40,00**	30,00		70,00		6º	CL
662	LUZIA MARIA CASTELO BRANCO	21,00	8,00	10,00	**12/10/1984**	**N**	**39,00**	30,00		69,00		7º	CL
316	EDIMAR SILVA GUEDES	15,00	12,00	12,00	**15/09/1976**	**N**	**39,00**	30,00		69,00		8º	CL
964	PAULO SÉRGIO GOIS BEZERRA	18,00	8,00	12,00	**18/01/1973**	**N**	**38,00**	25,5		63,5		9º	CL
887	REINALDO APARECIDO ROCHA	18,00	16,00	16,00	**26/11/1986**	**N**	**50,00**	AUSENTE		-		10º	RP
181	CARLOS ADRIANO DE OLIVEIRA	21,00	8,00	16,00	**19/12/1988**	**N**	**45,00**	RP		-		11º	RP
90	NILSON RODRIGUES	18,00	10,00	10,00	**05/11/1977**	**N**	**38,00**	RP		-		12º	RP
738	JOÃO EDSON ALVES DA COSTA	15,00	10,00	12,00	**22/07/1979**	**N**	**37,00**					13º	RP
377	JOELSON SOUZA DE OLIVEIRA	15,00	8,00	14,00	**18/09/1988**	**N**	**37,00**					14º	RP
320	PAULO SERGIO GOMIDES	21,00	6,00	10,00	**30/01/1976**	**N**	**37,00**					15º	RP
426	JAIME ALBINO MOTTA	12,00	14,00	10,00	**05/07/1965**	**N**	**36,00**					16º	RP
845	WESLEY CÂNDIDO FERNANDES	12,00	10,00	14,00	**21/08/1985**	**N**	**36,00**					17º	RP
198	DIVINO ELECIO DA SILVA	12,00	10,00	14,00	**02/04/1987**	**N**	**36,00**					18º	RP
909	ARDEVAN MORAIS DE CAMPOS	21,00	10,00	4,00	**14/06/1977**	**N**	**35,00**					19º	RP
559	LELSON DE JESUS IVO	18,00	8,00	8,00	**31/03/1979**	**N**	**34,00**					20º	RP
788	PAULO DA ROCHA LIMA	18,00	8,00	8,00	**15/10/1982**	**N**	**34,00**					21º	RP
882	ADEMIR GOMES MOTA	12,00	8,00	10,00	**21/11/1965**	**N**	**30,00**					22º	RP
415	ADEJUNIO APARECIDO DE OLIVEIRA SANTOS	12,00	8,00	10,00	**17/12/1990**	**N**	**30,00**					23º	RP
742	CARLOS SANTAMA	15,00	4,00	10,00	**18/09/1972**	**N**	**29,00**					24º	RP
21	RENATO DE MELO CASTRO	9,00	10,00	10,00	**12/05/1983**	**N**	**29,00**					25º	RP
318	IVANIR GOMES DA SILVA	9,00	8,00	12,00	**15/12/1988**	**N**	**29,00**					26º	RP
240	VAGNER DA SILVA SANTANA	15,00	2,00	10,00	**20/07/1988**	**N**	**27,00**					27º	RP
795	DIVINO DORNELO	9,00	8,00	10,00	**25/09/1988**	**N**	**27,00**					28º	RP
884	HENIO SANTOS CAVALCANTE	12,00	8,00	6,00	**24/06/1996**	**N**	**26,00**					29º	RP
911	SEBASTIAO GREGORIO	12,00	6,00	8,00	**02/06/1965**	**N**	**26,00**					30º	RP
857	LUIZ ELEOTERIO GOMIDES	9,00	6,00	10,00	**28/02/1966**	**N**	**25,00**					31º	RP
362	JURACINO GONÇALVES GALDINO	9,00	6,00	6,00	**10/07/1958**	**N**	**21,00**					32º	RP
872	DAVI MARQUES DOS SANTOS	12,00	-	4,00	**06/10/1990**	**N**	**16,00**					33º	RP
194	LUIZ OLAIR LEAL	-	-	-	**26/05/1963**	**N**	**AUSENTE**					34º	RP
446	MELQUIADES ERREIRA SAMPAIO	-	-	-	**10/03/1974**	**N**	**AUSENTE**					35º	RP
351	GILBERTO PEDRO DE SOUZA	-	-	-	**23/10/1978**	**N**	**AUSENTE**					36º	RP
729	DOMINGOS DA SILVA NASCIMENTO	-	-	-	**17/06/1979**	**N**	**AUSENTE**					37º	RP
936	GILSON OLIVEIRA DAVI	-	-	-	**10/02/1980**	**N**	**AUSENTE**					38º	RP
888	DANGELO BARCELOS DE RESENDE	-	-	-	**17/08/1981**	**N**	**AUSENTE**					39º	RP
959	LEANDRO BASTOS MOREIRA	-	-	-	**10/01/1986**	**N**	**AUSENTE**					40º	RP
465	RENATO DE SOUZA	-	-	-	**16/02/1988**	**N**	**AUSENTE**					41º	RP
790	WELITON PEREIRA BARBOSA	-	-	-	**05/03/1991**	**N**	**AUSENTE**					42º	RP
5	JEAN CARLOS FERREIRA DIAS	-	-	-	**09/06/1993**	**N**	**AUSENTE**					43º	RP
MOTORISTA DE VEÍCULOS LEVES													

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	CGE	LP	MAT	NASC	PNE	TOTAL PROVA OBJETIVA	PROVA PRÁTICA		RESULT. GERAL (objetiva + prática)		COL	SITUAÇÃO
461	DEMILSON OLIVEIRA DIAS	24,00	12,00	16,00	22/04/1975	N	52,00	30,00		82,00		1º	AP
933	CLAUDEIR CAMARA DE OLIVEIRA	21,00	14,00	14,00	29/11/1983	N	49,00	30,00		79,00		2º	AP
321	JEAN FRANCESCOLLI VIEIRA DE FREITAS	21,00	12,00	14,00	16/05/1991	N	47,00	30,00		77,00		3º	CL
618	ADAO MARLON DE CARVALHO	18,00	14,00	16,00	06/10/1978	N	48,00	AUSENTE		AUSENTE		4º	RP
921	ESMAEL BATISTA CARDOSO	18,00	12,00	14,00	16/04/1996	N	44,00	AUSENTE		AUSENTE		5º	RP
449	JOSÉ RIBEIRO NETO	18,00	12,00	12,00	22/09/1989	N	42,00	AUSENTE		AUSENTE		6º	RP
655	LEONARDO FROEDE RUPPIN	15,00	12,00	14,00	01/11/1974	N	41,00					7º	RP
215	WENDERSON BARBOSA SALES	27,00	12,00	8,00	23/07/1976	N	47,00					8º	RP
150	FRANCISCO DO REIS SILVA	18,00	8,00	12,00	26/06/1980	N	38,00					9º	RP
380	ALAN SATURNINO BORGES	18,00	8,00	10,00	16/04/1989	N	36,00					10º	RP
429	RODRIGO DOS SANTOS	21,00	6,00	12,00	02/11/1980	N	39,00					11º	RP
235	WALNER LIMA DA MATA	12,00	10,00	14,00	24/11/1994	N	36,00					12º	RP
433	MIGUEL AGOSTINHO FURTADO	18,00	8,00	8,00	29/06/1988	N	34,00					13º	RP
942	ANDERSON JOSÉ CAPELUPPI GONÇALVES	12,00	8,00	14,00	03/04/1992	N	34,00					14º	RP
166	ELTON SILVA ROSA	15,00	10,00	8,00	31/03/1989	N	33,00					15º	RP
678	ODAMIR MACIEL	12,00	8,00	12,00	10/04/1980	N	32,00					16º	RP
551	GILMAR DA SILVA RIBEIRO	15,00	6,00	10,00	20/04/1988	N	31,00					17º	RP
367	CICERO APARECIDO DA SILVA	15,00	6,00	8,00	29/08/1971	N	29,00					18º	RP
450	IVANIR GREGGIO	9,00	2,00	18,00	02/01/1960	N	29,00					19º	RP
81	RAFAEL DOS SANTOS PEREIRA	15,00	6,00	6,00	19/12/1990	N	27,00					20º	RP
598	VALTAIR JOSE DE OLIVEIRA	12,00	4,00	10,00	12/10/1968	N	26,00					21º	RP
934	IRINEU FREITAS SANCHES FLORES	12,00	4,00	6,00	25/03/1983	S	22,00					22º	RP
225	DANILO DE SOUZA CASSIANO	9,00	4,00	6,00	05/08/1991	N	19,00					23º	RP
913	SEBASTIÃO FERREIRA DE FIGUEIREDO	-	-	-	22/02/1962	N	AUSENTE					24º	RP
594	JUVENIL LADEIRA DA SILVA	-	-	-	18/10/1973	N	AUSENTE					25º	RP
221	MARCELO BARBOSA DE ARAUJO	-	-	-	11/08/1984	N	AUSENTE					26º	RP
463	NEIRCELO CORREA LIMA	-	-	-	16/01/1987	N	AUSENTE					27º	RP
516	LEANDRO PIRES	-	-	-	08/04/1988	N	AUSENTE					28º	RP
615	CLEBERSON NEVES DA SILVA	-	-	-	12/03/1989	N	AUSENTE					29º	RP
86	JOÃO PAULO VIEIRA VIANA	-	-	-	27/07/1992	N	AUSENTE					30º	RP
889	IRWINY RODIGUES DE SOUSA	-	-	-	21/02/1997	N	AUSENTE					31º	RP

OPERADOR DE MAQ. RODOVIÁRIAS I

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	CGE	LP	MAT	NASC	PNE	TOTAL PROVA OBJETIVA	PROVA PRÁTICA		RESULT. GERAL (objetiva + prática)		COL	SITUAÇÃO
462	GUSTAVO JOSE DOS SANTOS	18,00	14,00	14,00	24/05/1989	N	46,00	25,00		71,00		1º	AP
839	LEOMAR DE SOUZA SILVA	15,00	8,00	12,00	27/08/1988	N	35,00	RP		-		2º	RP
566	JOSÉ CARLOS DA SILVA	12,00	14,00	14,00	01/02/1988	N	40,00					3º	RP
748	FRANCISCO ASSIS FREITAS TEIXEIRA	15,00	6,00	10,00	14/11/1988	N	31,00					4º	RP
629	ANDRÉ LUIZ FAGUNDES	-	-	-	04/08/1984	N	AUSENTE					5º	RP

OPERADOR DE MÁQ. RODOVIÁRIAS II

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	CGE	LP	MAT	NASC	PNE	TOTAL PROVA OBJETIVA	PROVA PRÁTICA			RESULT. GERAL (objetiva + prática		COL	SITUAÇÃO
102	WESLLEY DA SILVA CAMPOS	15,00	12,00	16,00	**01/12/1995**	**N**	**43,00**	20,5			63,5		1º	AP
388	LEONARDO MANSO DE OLIVEIRA	18,00	10,00	14,00	**15/07/1997**	**N**	**42,00**	22,5			64,5		2º	AP
779	ADEMILSON CORDEIRO DA SILVA	18,00	10,00	8,00	**18/09/1982**	**N**	**36,00**	28,5			64,5		3º	CL
940	EURIPES SEBASTIÃO CRUZ	21,00	12,00	18,00	**21/11/1971**	**N**	**51,00**	RP			-		4º	RP
400	NILTON JOSÉ DA COSTA	21,00	14,00	14,00	**31/10/1983**	**N**	**49,00**	RP			-		5º	RP
812	WELLINTON DA SILVA CAMPOS	18,00	8,00	16,00	**17/04/1991**	**N**	**42,00**	RP			-		6º	RP
109	OSVALDO DA SILVA RIBEIRO JUNIOR	12,00	14,00	10,00	**27/12/1982**	**N**	**36,00**						7º	RP
280	CLAUDINEI GOMES MENDES	12,00	10,00	12,00	**29/11/1986**	**N**	**34,00**						8º	RP
621	FRANCISCO ARILTON DOS SANTOS	15,00	10,00	8,00	**29/04/1985**	**N**	**33,00**						9º	RP
431	GELBER CORNELIO PEREIRA	12,00	8,00	10,00	**28/10/1979**	**N**	**30,00**						10º	RP
430	JOSENI GALDINO GONÇALVES	12,00	6,00	12,00	**06/11/1959**	**N**	**30,00**						11º	RP
549	MIZEQUIEL BORGES DA SILVA	6,00	8,00	8,00	**10/01/1961**	**N**	**22,00**						12º	RP
642	CLEBER IBRAIM DE OLIVEIRA	-	-	-	**21/05/1979**	**N**	**AUSENTE**						13º	RP
570	SAMUEL NUNES DO NASCIMENTO	-	-	-	**27/05/1979**	**N**	**AUSENTE**						14º	RP
863	ROBERTO JOSE FRANZIN DE SOUZA	-	-	-	**14/03/1982**	**N**	**AUSENTE**						15º	RP
930	GILVANEI DA SILVA BRITO	-	-	-	**10/10/1985**	**N**	**AUSENTE**						16º	RP
408	ELEANDRO DE ANDRADE	-	-	-	**26/10/1986**	**N**	**AUSENTE**						17º	RP
841	ANDERSON DE OLIVEIRA	-	-	-	**04/01/1989**	**N**	**AUSENTE**						18º	RP

BRAÇAL									
INSCRIÇÃO	CANDIDATO	CGE	LP	MAT	NASC	PNE	TOTAL	ORDEM	SITUAÇÃO
110	RAILSON MARQUES DOS SANTOS	28,00	15,00	24,00	**01/08/1964**	**N**	**67,00**	1º	AP
345	JONATHAN PINHEIRO SANTOS	24,00	15,00	15,00	**22/09/1995**	**N**	**54,00**	2º	AP
914	JULIANO DE JESUS SILVA	16,00	15,00	18,00	**16/03/1999**	**N**	**49,00**	3º	RP
295	VANUZA JESUS DOS SANTOS	24,00	9,00	15,00	**10/03/1987**	**N**	**48,00**	4º	RP
544	GILBERTO CARDOSO DOS SANTOS	16,00	12,00	15,00	**22/02/1972**	**N**	**43,00**	5º	RP
709	NOEL ALVES DE FREITAS JUNIOR	16,00	9,00	12,00	**10/08/1981**	**N**	**37,00**	6º	RP
314	RENARA DE JESUS AGUILAR	12,00	12,00	9,00	**04/04/1989**	**N**	**33,00**	7º	RP
341	ADILSON CORREIA GARCIA	16,00	9,00	6,00	**16/08/1977**	**N**	**31,00**	8º	RP
736	VERONICE DE JESUS CORDEIRO DA SILVA	16,00	-	15,00	**20/04/1972**	**N**	**31,00**	9º	RP
72	GENIVALDO AGUIAR DE OLIVEIRA	16,00	-	15,00	**02/07/1982**	**N**	**31,00**	10º	RP
383	JOSIMAR DA LUZ	-	-	-	**31/07/1967**	**N**	**AUSENTE**	11º	RP
34	ALESSANDRO MATIAS DA SILVA	-	-	-	**07/07/1982**	**N**	**AUSENTE**	12º	RP
326	FABIO DE JESUS SILVA	-	-	-	**27/06/1994**	**N**	**AUSENTE**	13º	RP

COVEIRO									
INSCRIÇÃO	CANDIDATO	CGE	LP	MAT	NASC	PNE	TOTAL	ORDEM	SITUAÇÃO
786	JOSÉ PAULO DA SILVA	20,00	12,00	21,00	**30/06/1990**	**N**	**53,00**	2º	AP
855	JEFFERSON ALVES MARTINS	32,00	12,00	15,00	**16/04/1997**	**N**	**59,00**	1º	RP
785	ELISEU SOUZA HIDALGO	16,00	15,00	18,00	**07/05/1994**	**N**	**49,00**	3º	RP
405	ADRIANO ALMEIDA DE SOUZA	20,00	9,00	18,00	**27/03/1991**	**N**	**47,00**	4º	RP
550	EVANDRO BARBOSA PEREIRA	8,00	15,00	24,00	**06/02/1983**	**N**	**47,00**	5º	RP
126	JOAO JUSTINO DE SOUZA ARAUJO	8,00	18,00	12,00	**23/10/1968**	**N**	**38,00**	6º	RP
241	DAVI ALVES CORDEIRO	12,00	-	9,00	**05/05/1979**	**N**	**21,00**	7º	RP
483	FABIO GUSTAVO SIMAO ALVARENGA	-	-	-	**06/06/1982**	**N**	**AUSENTE**	8º	RP

REQUERIMENTO JUNTO A SEMA-MT

A PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS - MT, CNPJ 04.215.993.0001-70, torna público que requereu junto à **Sema/MT**, **LICENÇAS AMBIENTAIS DA JAZIDA SÃO JOSE, LOCALIZADA NA GLEBA SÃO DOMINGOS, SÍTIO SÃO JOSE, S/N E BOTA FORA,** para extração de Cascalho na zona rural do Município de VALE DE SÃO DOMINGOS/MT.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS - MT, CNPJ 04.215.993.0001-70, torna público que requereu junto à **Sema/MT**, **LICENÇAS AMBIENTAIS DA JAZIDA BOA ESPERANÇA, LOCALIZADA NA GLEBA ADRIANA, SÍTIO BOA ESPERANÇA, S/N E BOTA FORA,** para extração de Cascalho na zona rural do Município de VALE DE SÃO DOMINGOS/MT.

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA SIMPLIFICADO (RREO) 4º

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	14.574.492,64	14.574.492,64	2.867.535,77	19,68	10.466.518,41	71,81	4.107.974,23
RECEITAS CORRENTES	14.574.492,64	14.574.492,64	2.867.535,77	19,68	10.466.518,41	71,81	4.107.974,23
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	614.360,80	614.360,80	77.269,53	12,58	363.383,61	59,15	250.977,19
Impostos	591.360,80	591.360,80	76.888,65	13,00	358.160,74	60,57	233.200,06
Taxas	23.000,00	23.000,00	380,88	1,66	5.222,87	22,71	17.777,13
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	25.000,00	25.000,00	3.746,03	14,98	12.085,13	48,34	12.914,87
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	25.000,00	25.000,00	3.746,03	14,98	12.085,13	48,34	12.914,87
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	3.931,56	0,00	26.749,80	0,00	-26.749,80
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	0,00	0,00	3.931,56	0,00	26.749,80	0,00	-26.749,80
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	36.607,00	0,00	67.018,00	0,00	-67.018,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	35.500,00	0,00	35.500,00	0,00	-35.500,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	1.107,00	0,00	31.518,00	0,00	-31.518,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	13.930.131,84	13.930.131,84	2.745.736,24	19,71	9.997.036,46	71,77	3.933.095,38
Transferências da União e de suas Entidades	8.407.466,23	8.407.466,23	1.552.816,43	18,47	5.540.233,54	65,90	2.867.232,69
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	3.922.665,61	3.922.665,61	889.190,31	22,67	3.266.712,25	83,28	655.953,36
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	1.600.000,00	1.600.000,00	303.729,50	18,98	1.190.090,67	74,38	409.909,33
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5.000,00	5.000,00	245,41	4,91	245,41	4,91	4.754,59
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	245,41	0,00	245,41	0,00	-245,41
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Documento gerado em 16/09/2019 09:29:31

Página 1 de 15

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 4º bimestre

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	25.000,00	25.000,00	2.751,90	11,01	2.751,90	11,01	22.248,10
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	14.599.492,64	14.599.492,64	2.870.287,67	19,66	10.469.270,31	71,71	4.130.222,33
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	14.599.492,64	14.599.492,64	2.870.287,67	19,66	10.469.270,31	71,71	4.130.222,33
DÉFICIT (VI)					1.528.106,89		
TOTAL (VII) = (V + VI)	14.599.492,64	14.599.492,64	2.870.287,67	19,66	11.997.377,20	82,18	2.602.115,44
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	942.861,13			942.861,13		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00					
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais		942.861,13			942.861,13		

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 4º bimestre

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	13.070.647,80	14.678.605,64	2.256.803,73	12.829.095,10	1.849.510,54	2.794.088,99	11.637.318,65	3.041.286,99	10.530.845,23	
DESPESAS CORRENTES	11.883.034,13	12.664.070,06	2.155.363,09	10.872.065,76	1.792.004,30	2.584.559,18	9.826.790,25	2.837.279,81	8.812.049,78	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.009.031,80	5.769.386,76	1.170.112,60	4.445.231,82	1.324.154,94	1.186.879,23	4.375.326,16	1.394.060,60	4.205.232,21	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.874.002,33	6.894.683,30	985.250,49	6.426.833,94	467.849,36	1.397.679,95	5.451.464,09	1.443.219,21	4.606.817,57	
DESPESAS DE CAPITAL	987.613,67	2.014.534,58	101.440,64	1.957.029,34	57.505,24	209.529,81	1.810.528,40	204.006,18	1.718.795,45	
INVESTIMENTOS	687.613,67	1.562.848,65	98.630,78	1.505.344,41	57.504,24	123.804,49	1.494.844,19	68.004,46	1.403.111,24	
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	300.000,00	451.685,93	2.809,86	451.684,93	1,00	85.725,32	315.684,21	136.001,72	315.684,21	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	200.000,00	1,00			1,00			1,00		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	748.844,84	566.069,99	92.142,32	360.058,55	206.011,44	92.142,32	360.058,55	206.011,44	314.755,86	
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	13.819.492,64	15.244.675,63	2.348.946,05	13.189.153,65	2.055.521,98	2.886.231,31	11.997.377,20	3.247.298,43	10.845.601,09	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	13.819.492,64	15.244.675,63	2.348.946,05	13.189.153,65	2.055.521,98	2.886.231,31	11.997.377,20	3.247.298,43	10.845.601,09	
SUPERÁVIT (XIII)				0,00			0,00		0,00	
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	13.819.492,64	15.244.675,63	2.348.946,05	13.189.153,65		2.886.231,31	11.997.377,20		10.845.601,09	
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00			0,00			0,00		

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	25.000,00	25.000,00	2.751,90	11,01	2.751,90	11,01	22.248,10
RECEITAS CORRENTES	25.000,00	25.000,00	2.751,90	11,01	2.751,90	11,01	22.248,10
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	25.000,00	25.000,00	2.751,90	11,01	2.751,90	11,01	22.248,10
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	25.000,00	25.000,00	2.751,90	11,01	2.751,90	11,01	22.248,10
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 4º bimestre

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 4º bimestre

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Intra Orçamentárias	Estágios da Despesa Intra-Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	748.844,84	566.069,99	92.142,32	360.058,55	206.011,44	92.142,32	360.058,55	206.011,44	314.755,86	
DESPESAS CORRENTES	748.844,84	566.069,99	92.142,32	360.058,55	206.011,44	92.142,32	360.058,55	206.011,44	314.755,86	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	748.844,84	566.069,99	92.142,32	360.058,55	206.011,44	92.142,32	360.058,55	206.011,44	314.755,86	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00			0,00			0,00		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2019
	Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Exceto Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	13.070.647,80	14.678.605,64	2.256.803,73	12.829.095,10	97,27	1.849.510,54	2.794.088,99	11.637.318,65	97,00	3.041.286,99	
Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ação Legislativa											
Controle Externo											
FU01 - Administração Geral											
FU01 - Demais Subfunções											
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
FU02 - Administração Geral											
FU02 - Demais Subfunções											
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa da Ordem Jurídica											
Representação Judicial e Extrajudicial											
FU03 - Administração Geral											
FU03 - Demais Subfunções											
Administração	2.706.410,00	3.155.284,60	466.661,16	2.930.008,31	22,22	225.276,29	567.995,71	2.449.560,71	20,42	705.723,89	
Planejamento e Orçamento											
FU04 - Administração Geral	2.628.410,00	3.088.781,60	452.494,49	2.879.841,64	21,83	208.939,96	553.829,04	2.399.394,04	20,00	689.387,56	
Administração Financeira											
Controle Interno	78.000,00	66.503,00	14.166,67	50.166,67	0,38	16.336,33	14.166,67	50.166,67	0,42	16.336,33	
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social											
FU04 - Demais Subfunções											
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
FU05 - Administração Geral											
FU05 - Demais Subfunções											
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Policiamento											
Defesa Civil											
Informação e Inteligência											
FU06 - Administração Geral											
FU06 - Demais Subfunções											
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
FU07 - Administração Geral											
FU07 - Demais Subfunções											
Assistência Social	892.886,03	889.757,90	163.406,65	774.827,89	5,87	114.930,01	185.454,58	703.130,73	5,86	186.627,17	
Assistência ao Idoso	130.980,00	130.479,13	26.214,94	118.477,06	0,90	12.002,07	29.022,25	106.785,11	0,89	23.694,02	
Assistência ao Portador de Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente	113.500,00	97.719,24	20.578,48	68.451,50	0,52	29.267,74	20.578,48	68.206,50	0,57	29.512,74	
Assistência Comunitária	648.406,03	661.559,53	116.613,23	587.899,33	4,46	73.660,20	135.853,85	528.139,12	4,40	133.420,41	
FU08 - Administração Geral											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU08 - Demais Subfunções											
Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário											
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
FU09 - Administração Geral											
FU09 - Demais Subfunções											
Saúde	3.028.969,06	3.735.130,89	613.831,55	3.302.517,59	25,04	432.613,30	725.392,89	3.176.018,71	26,47	559.112,18	
Atenção Básica	1.757.199,80	2.055.385,04	373.476,69	1.791.692,35	13,58	263.692,69	424.505,98	1.726.857,09	14,39	328.527,95	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	730.600,00	990.428,67	113.407,15	874.054,51	6,63	116.374,16	166.968,18	837.657,68	6,98	152.770,99	
Suporte Profilático e Terapêutico	191.169,26	135.947,68	55.997,34	120.839,11	0,92	15.108,57	55.997,34	120.839,11	1,01	15.108,57	
Vigilância Sanitária	38.000,00	98.998,36	21.018,38	92.938,41	0,70	6.059,95	14.878,30	80.402,49	0,67	18.595,87	
Vigilância Epidemiológica	70.000,00	141.235,36	26.346,06	129.587,63	0,98	11.647,73	32.232,86	122.025,19	1,02	19.210,17	
Alimentação e Nutrição											
FU10 - Administração Geral	242.000,00	313.135,78	23.585,93	293.405,58	2,22	19.730,20	30.810,23	288.237,15	2,40	24.898,63	
FU10 - Demais Subfunções											
Trabalho	170.000,00	150.000,00	49.999,00	149.999,00	1,14	1,00	34.233,54	115.340,13	0,96	34.659,87	
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	170.000,00	150.000,00	49.999,00	149.999,00	1,14	1,00	34.233,54	115.340,13	0,96	34.659,87	
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
FU11 - Administração Geral											
FU11 - Demais Subfunções											
Educação	3.525.411,64	3.360.701,16	559.960,45	2.519.474,17	19,10	841.226,99	673.675,13	2.390.731,22	19,93	969.969,94	
Ensino Fundamental	3.241.069,64	3.081.391,33	524.363,97	2.392.699,68	18,14	688.691,65	635.815,25	2.263.956,73	18,87	817.434,60	
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior											
Educação Infantil	284.342,00	279.309,83	35.596,48	126.774,49	0,96	152.535,34	37.859,88	126.774,49	1,06	152.535,34	
Educação de Jovens e Adultos											
Educação Especial											
Educação Básica											
FU12 - Administração Geral											
FU12 - Demais Subfunções											
Cultura	30.000,00	115.931,44	0,00	95.931,44	0,73	20.000,00	0,00	95.931,44	0,80	20.000,00	
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural	30.000,00	115.931,44		95.931,44	0,73	20.000,00		95.931,44	0,80	20.000,00	
FU13 - Administração Geral											
FU13 - Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
FU14 - Administração Geral											
FU14 - Demais Subfunções											
Urbanismo	1.588.971,07	2.132.172,35	282.205,22	2.016.625,02	15,29	115.547,33	400.815,97	1.828.653,16	15,24	303.519,19	
Infra-Estrutura Urbana	1.573.971,07	2.132.170,35	282.205,22	2.016.625,02	15,29	115.545,33	400.815,97	1.828.653,16	15,24	303.517,19	
Serviços Urbanos											
Transportes Coletivos Urbanos											
FU15 - Administração Geral											
FU15 - Demais Subfunções	15.000,00	2,00				2,00				2,00	
Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Habitação Rural											
Habitação Urbana											

Documento gerado em 16/09/2019 09:29:31

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU16 - Administração Geral											
FU16 - Demais Subfunções											
Saneamento	326.500,00	448.612,57	80.607,45	381.435,11	2,89	67.177,46	88.152,33	365.739,75	3,05	82.872,82	
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano	326.500,00	448.612,57	80.607,45	381.435,11	2,89	67.177,46	88.152,33	365.739,75	3,05	82.872,82	
FU17 - Administração Geral											
FU17 - Demais Subfunções											
Gestão Ambiental	121.000,00	55.625,26	8.086,78	37.494,74	0,28	18.130,52	8.086,78	37.494,74	0,31	18.130,52	
Preservação e Conservação Ambiental	121.000,00	55.625,26	8.086,78	37.494,74	0,28	18.130,52	8.086,78	37.494,74	0,31	18.130,52	
Controle Ambiental											
Recuperação de Áreas Degradadas											
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
FU18 - Administração Geral											
FU18 - Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
FU19 - Administração Geral											
FU19 - Demais Subfunções											
Agricultura	68.000,00	33.343,00	9.000,18	31.333,18	0,24	2.009,82	4.876,53	23.833,18	0,20	9.509,82	
Abastecimento											
Extensão Rural	68.000,00	33.343,00	9.000,18	31.333,18	0,24	2.009,82	4.876,53	23.833,18	0,20	9.509,82	
Irrigação											
Promoção da Produção Agropecuária											
Defesa Agropecuária											
FU20 - Administração Geral											
FU20 - Demais Subfunções											
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Reforma Agrária											
Colonização											
FU21 - Administração Geral											
FU21 - Demais Subfunções											
Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Promoção Industrial											
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
FU22 - Administração Geral											
FU22 - Demais Subfunções											
Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Promoção Comercial											
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo											
FU23 - Administração Geral											
FU23 - Demais Subfunções											
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
FU24 - Administração Geral											
FU24 - Demais Subfunções											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Conservação de Energia											
Energia Elétrica											
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
FU25 - Administração Geral											
FU25 - Demais Subfunções											
Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário											
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
FU26 - Administração Geral											
FU26 - Demais Subfunções											
Desporto e Lazer	112.500,00	150.359,54	20.235,43	137.763,72	1,04	12.595,82	19.680,21	135.200,67	1,13	15.158,87	
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário	112.500,00	150.359,54	20.235,43	137.763,72	1,04	12.595,82	19.680,21	135.200,67	1,13	15.158,87	
Lazer											
FU27 - Administração Geral											
FU27 - Demais Subfunções											
Encargos Especiais	300.000,00	451.685,93	2.809,86	451.684,93	3,42	1,00	85.725,32	315.684,21	2,63	136.001,72	
Refinanciamento da Dívida Interna	300.000,00	451.685,93	2.809,86	451.684,93	3,42	1,00	85.725,32	315.684,21	2,63	136.001,72	
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna											
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais											
Transferências para a Educação Básica											
FU28 - Demais Subfunções											
Reserva de Contingência	200.000,00	1,00				1,00				1,00	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	748.844,84	566.069,99	92.142,32	360.058,55	2,73	206.011,44	92.142,32	360.058,55	3,00	206.011,44	
TOTAL (III) = (I + II)	13.819.492,64	15.244.675,63	2.348.946,05	13.189.153,65	100,00	2.055.521,98	2.886.231,31	11.997.377,20	100,00	3.247.298,43	

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total de Despesas

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/Total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/Total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	748.844,84	566.069,99	92.142,32	360.058,55	2,73	206.011,44	92.142,32	360.058,55	3,00	206.011,44	
Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ação Legislativa											
Controle Externo											
FU01 - Administração Geral											
FU01 - Demais Subfunções											
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
FU02 - Administração Geral											
FU02 - Demais Subfunções											
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa da Ordem Jurídica											
Representação Judicial e Extrajudicial											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU03 - Administração Geral											
FU03 - Demais Subfunções											
Administração	137.000,00	54.451,43	10.418,83	40.958,07	0,31	13.493,36	10.418,83	40.958,07	0,34	13.493,36	
Planejamento e Orçamento											
FU04 - Administração Geral	125.000,00	42.451,43	7.811,33	29.380,80	0,22	13.070,63	7.811,33	29.380,80	0,24	13.070,63	
Administração Financeira											
Controle Interno	12.000,00	12.000,00	2.607,50	11.577,27	0,09	422,73	2.607,50	11.577,27	0,10	422,73	
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social											
FU04 - Demais Subfunções											
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
FU05 - Administração Geral											
FU05 - Demais Subfunções											
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Policiamento											
Defesa Civil											
Informação e Inteligência											
FU06 - Administração Geral											
FU06 - Demais Subfunções											
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
FU07 - Administração Geral											
FU07 - Demais Subfunções											
Assistência Social	37.000,00	26.001,00	5.615,72	18.988,44	0,14	7.012,56	5.615,72	18.988,44	0,16	7.012,56	
Assistência ao Idoso											
Assistência ao Portador de Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente											
Assistência Comunitária	37.000,00	26.001,00	5.615,72	18.988,44	0,14	7.012,56	5.615,72	18.988,44	0,16	7.012,56	
FU08 - Administração Geral											
FU08 - Demais Subfunções											
Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário											
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
FU09 - Administração Geral											
FU09 - Demais Subfunções											
Saúde	274.344,84	197.058,97	29.739,42	115.924,33	0,88	81.134,64	29.739,42	115.924,33	0,97	81.134,64	
Atenção Básica	161.219,84	146.566,25	21.654,05	87.204,21	0,66	59.362,04	21.654,05	87.204,21	0,73	59.362,04	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	73.200,00	29.926,72	4.551,03	16.327,28	0,12	13.599,44	4.551,03	16.327,28	0,14	13.599,44	
Suporte Profilático e Terapêutico	15.000,00	7.364,00	1.673,36	5.020,09	0,04	2.343,91	1.673,36	5.020,09	0,04	2.343,91	
Vigilância Sanitária	2.000,00	1.001,00				1.001,00				1.001,00	
Vigilância Epidemiológica	7.200,00	7.200,00	1.117,48	4.547,45	0,03	2.652,55	1.117,48	4.547,45	0,04	2.652,55	
Alimentação e Nutrição											
FU10 - Administração Geral	15.725,00	5.001,00	743,50	2.825,30	0,02	2.175,70	743,50	2.825,30	0,02	2.175,70	
FU10 - Demais Subfunções											

Documento gerado em 16/09/2019 09:29:31

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/[1] b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/[1] d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Proteção e Benefícios ao Trabalhador											
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
FU11 - Administração Geral											
FU11 - Demais Subfunções											
Educação	214.000,00	235.428,10	37.686,02	150.025,90	1,14	85.402,20	37.686,02	150.025,90	1,25	85.402,20	
Ensino Fundamental	199.000,00	220.428,10	35.010,46	138.764,63	1,05	81.663,47	35.010,46	138.764,63	1,16	81.663,47	
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior											
Educação Infantil	15.000,00	15.000,00	2.675,56	11.261,27	0,09	3.738,73	2.675,56	11.261,27	0,09	3.738,73	
Educação de Jovens e Adultos											
Educação Especial											
Educação Básica											
FU12 - Administração Geral											
FU12 - Demais Subfunções											
Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural											
FU13 - Administração Geral											
FU13 - Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
FU14 - Administração Geral											
FU14 - Demais Subfunções											
Urbanismo	61.000,00	38.590,47	6.149,93	25.032,77	0,19	13.557,70	6.149,93	25.032,77	0,21	13.557,70	
Infra-Estrutura Urbana	61.000,00	38.590,47	6.149,93	25.032,77	0,19	13.557,70	6.149,93	25.032,77	0,21	13.557,70	
Serviços Urbanos											
Transportes Coletivos Urbanos											
FU15 - Administração Geral											
FU15 - Demais Subfunções											
Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Habitação Rural											
Habitação Urbana											
FU16 - Administração Geral											
FU16 - Demais Subfunções											
Saneamento	18.000,00	12.241,60	2.235,00	7.474,62	0,06	4.766,98	2.235,00	7.474,62	0,06	4.766,98	
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano	18.000,00	12.241,60	2.235,00	7.474,62	0,06	4.766,98	2.235,00	7.474,62	0,06	4.766,98	
FU17 - Administração Geral											
FU17 - Demais Subfunções											
Gestão Ambiental	3.000,00	2,00	0,00	0,00	0,00	2,00	0,00	0,00	0,00	2,00	
Preservação e Conservação Ambiental	3.000,00	2,00				2,00				2,00	
Controle Ambiental											
Recuperação de Áreas Degradadas											
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
FU18 - Administração Geral											
FU18 - Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Desenvolvimento Científico											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/∎ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/∎ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
FU19 - Administração Geral											
FU19 - Demais Subfunções											
Agricultura	2.000,00	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00	
Abastecimento											
Extensão Rural	2.000,00	1,00				1,00				1,00	
Irrigação											
Promoção da Produção Agropecuária											
Defesa Agropecuária											
FU20 - Administração Geral											
FU20 - Demais Subfunções											
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Reforma Agrária											
Colonização											
FU21 - Administração Geral											
FU21 - Demais Subfunções											
Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Promoção Industrial											
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
FU22 - Administração Geral											
FU22 - Demais Subfunções											
Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Promoção Comercial											
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo											
FU23 - Administração Geral											
FU23 - Demais Subfunções											
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
FU24 - Administração Geral											
FU24 - Demais Subfunções											
Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Conservação de Energia											
Energia Elétrica											
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
FU25 - Administração Geral											
FU25 - Demais Subfunções											
Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário											
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
FU26 - Administração Geral											
FU26 - Demais Subfunções											
Desporto e Lazer	2.500,00	2.295,42	297,40	1.654,42	0,01	641,00	297,40	1.654,42	0,01	641,00	
Desporto de Rendimento											

Documento gerado em 16/09/2019 09:29:31

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/■ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/■ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Desporto Comunitário	2.500,00	2.295,42	297,40	1.654,42	0,01	641,00	297,40	1.654,42	0,01	641,00	
Lazer											
FU27 - Administração Geral											
FU27 - Demais Subfunções											
Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna											
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais											
Transferências para a Educação Básica											
FU28 - Demais Subfunções											
Reserva de Contingência											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2019
	Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Assinatura: 2
Assinatura: 3
Assinatura: 4
Assinatura: 5

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL 42/2019

A prefeitura Municipal de Vale de São Domingos – MT, com sede na Avenida Tancredo Neves, nº 88, Centro. Torna público para conhecimento dos interessados o **resultado** das seguintes licitações nos termos da Lei 8666/93 e alterações posteriores e Lei 10520: MODALIDADE: Pregão Presencial Registro de Preço 42/2019, com objetivo "REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E AQUISIÇÃO DE PNEUS CAMARAS DE AR E PROTETORES PARA ATENDER DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS-MT". Teve como "VENCEDORES", as empresas PNEUAR COMERCIO DE PNEUS LTDA-EPP, inscrito no CNPJ: 03.532.991/0001-41, vencedor dos itens, 1, 2, 4, 7, 10, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 29, 30, 32, 34, 37, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 49, 50 e 52 no valor global de R$ 292.794,60, e a empresa PNEUS BARBOSA LTDA-ME, inscrito no CNPJ: 14.481.695/0001-85, vencedor dos itens, 3, 5, 6, 8, 9, 11, 13, 26, 28, 31, 33, 35, 36, 38, 43, 48, 51, 3 e 54 no valor global de R$ 317.320,00. Vale de São Domingos – MT, 01 de Outubro de 2019. EDINALDO FERREIRA DE SANTANA pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

PORTARIA Nº 982/2019

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE

Conceder **Férias** regulamentares, referente ao mês de Outubro/2019, de acordo com Estatuto dos Servidores Públicos de Várzea Grande, Lei Complementar nº. 1.164/1991 que dispõe em seu Art.85, aos servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FAZENDÁRIA				
MAT.	**NOME DO SERVIDOR**	**VINCULO**	**PERIODO AQUISITIVO**	**PERIODO DE GOZO**
86790	ADRIANA SCHLITTER	Efetivo	**2017/2018**	21.10.19 a 25.10.19 (05 dias)
11545	EDER SILVA LOURENÇO	Efetivo	**2009/2010**	14.10.19 a 25.10.19 (12 dias)
86781	JULIO LEITE JUNIOR	Efetivo	**2013/2014**	29.10.19 a 01.11.19 (04 dias)
86721	KELMA KAROLINA DA COSTA AMORIM	Efetivo	**2017/2018**	21.10.19 a 25.10.19 (05 dias)
86721	KELMA KAROLINA DA COSTA AMORIM	Efetivo	**2017/2018**	04.11.19 a 08.11.19 (05 dias)
29430	LUIS FERNANDO BOTELHO FERREIRA	Efetivo	**2013/2014**	11.10.19 a 25.10.19 (15 dias)
95582	PHILIPE HENRIQUE ARAUJO DE FRANÇA	Efetivo/ Comissão	**2017/2018**	14.10.19 a 18.10.19 (05 dias)
95582	PHILIPE HENRIQUE ARAUJO DE FRANÇA	Efetivo/ Comissão	**2018/2019**	21.10.19 a 25.10.19 (05 dias)

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 01 de Outubro de 2019.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

DECRETO N° 21/2009

Dispõe sobre a desapropriação administrativa de 22 lotes que constitui a quadra 34, loteamento parque Sabiá e dá outras providências.

SEBASTIÃO DOS REIS GONÇALVES, prefeito municipal em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela lei orgânica municipal, em seu artigo 69, inciso VI, letra "e",

Considerando a necessidade da regularização da área de 7.920,00 m², corresponde a 22 (vinte dois) lotes que constitui a quadra 34, do loteamento parque sabiá-II, Várzea Grande - MT, de propriedade do Sr. MANOEL TEREZINO RODRIGUES DE OLIVEIRA e sua esposa, conforme escritura lavrada no livro 300, fls. 029, no 1° serviço Notarial e de registro da comarca de Várzea grande-MT;

Considerando que o interesse público esta evidenciado por se tratar de área sob ocupação do município há mais de 10 (dez) ANOS, destinada a construção de um "mini-estádio", um bem comum que atende aos interesses da comunidade, oferecendo lazer e local para o entretenimento aos moradores daquele Bairro;

Considerando o processo administrativo regular onde ficou demonstrado o interesse do município e a aceitação do proprietário, quanto ao valor da avaliação de R$ 21.146,40 (vinte e um mil, cento e quarenta e seis reais e quarenta centavos), para fins de desapropriação;

Considerando que o proprietário aceita em caráter irrevogável e irretratável a avaliação feita, incluindo-se na avaliação o valor do imóvel, juros compensatórios e moratórios, correção monetária e demais consectários que possam recair sobre a matéria.

Decreta:

Artigo 1° - fica desapropriado, atendendo ao interesse público, a área de 7.920,00 m², correspondente as áreas de 22 (vinte e dois) lotes que constitui a quadra 34, do "loteamento parque Sabiá-II", no município de Várzea Grande- MT, conforme escritura de Venda e Compra lavrada no livro 300, fls. 29, matricula sob n° 1:3416, no 1° Serviço Notarial de Registro da Comarca de Várzea Grande- MT, com os seguintes limites e confrontações: FRENTE: confrontando com a rua "04", numa distância de 60,00 metros; FUNDOS; confrontando com a rua "05", numa distância de 60,00 metros; LADO DIREITO: Confrontando com a rua"20", numa distancia de 132,00 metros; LADO ESQUERDO: Confrontando com rua "21", numa distancia de 132,00 metros, o que perfaz o perímetro de 7.920 m², conforme consta do Memorial Descritivo que fará parte integrante deste Decreto.

Artigo 2° - A Secretaria Municipal de Viação, Obras e Urbanismo, com base no laudo técnico emitido, tomando com base a utilização da política de preço do mercado imobiliário local e o valor venal aferido pelo setor de Cadastro do Município de Várzea Grande-MT, avaliou o imóvel, objeto desta desapropriação em R$ 21.146,40 (vinte e um mil, cento e quarenta e seis reais e quarenta centavos), que será adotado para efeitos de pagamento pela desapropriação ao proprietário.

Artigo 3° - Fica incluído como forma de composição da avaliação do imóvel, o valor da área, os juros compensatórios e moratórios, a correção monetária e outros consectários envolvendo o processo de desapropriação.

Artigo 4° - O valor dos débitos existentes sobre os imóveis objeto desta desapropriação, face a ocupação pelo município há mais de 10(dez) anos, serão absorvidos pelo poder expropriante, determinando-se a baixa no Cadastro Imobiliário do Município.

Artigo 5° - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Praça dos Três Poderes, Paço Municipal Couto Magalhães, em Várzea Grande - MT, aos 13 de Maio de 2009.

SEBASTIÃO DOS REIS GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

EM EXERCÍCIO

republicação

PORTARIA Nº192/2019/GAB/SMECEL/VG/MT

A Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que constamnas Leis Complementares nº. 3.505/2010, 4.007/2014, 4.093/2015 e4.163/2016, 4.189/2017, 4.293/2017,4.335/2018, e, 4.430/2019que “dispõem sobre aCarreira dos Profissionais da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, e dá outras providências”,

RESOLVE:

Enquadrar a Servidora da Secretaria Municipal de Educação,Cultura, Esporte e Lazer, que possui carreira regida pelas LeisComplementares supracitadas, com cargo, classe e nível na carreiraconforme descrito abaixo:

NOME	CARGO DE ORIGEM	CARGO / PERFIL	DATA ADM	Rec/Averb. Todos Efei.	C/H.	CLASSE NÍVEL
Flavia Lucia Figueiredo e Silva	Professor V a VIII	Professor V a VIII	27/04/2012	1a.9m.18d	25H	B–04

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeito financeiro retroativo a partir de 01/09/2019.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 11de Setembrode 2019.

Lucimar Sacre de campos

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº.169/2019

“Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição à Sra. ***ELZIRA TAUBE XAVIER DE CAMPOS***.”

O Presidente do PREVIVAG – Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande - MT, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo n° 2018.04.26. 927P e;

Considerando o preenchimento dos requisitos nos termos do art. 6°, I, II, III, e IV da EC 41/2003 c/c art. 12, inciso III, alínea “a” da Lei n° 2.719/2004, que rege a previdência municipal, c/c o artigo 195, inciso III, alínea “a” da Lei Complementar n° 1.164/91, que dispõe sobre Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Várzea Grande, c/c Lei Complementar nº 3.507/2010, que dispõe sobre o Plano de Cargos, carreiras e vencimentos da Secretaria Municipal de Saúde e da fundação de Saúde de Várzea Grande, c/c art. 5º da Lei Complementar nº 4.293/2017, que dispõe sobre

a reestruturação das leis de carreira dos servidores públicos municipais, e instituiu novas tabelas salariais à Lei 3.507/2010, resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição a **Sra. ELZIRA TAUBE XAVIER DE CAMPOS,** brasileira, casada, portadora da cédula de identidade RG n° 099491 SSP/MT e inscrita no CPF n° 206.927.811-53, matriculada sob o nº 14559, efetiva no cargo de Agente de Saúde Municipal - Perfil Agente Administrativa, Classe C, Nível 09, 30hs, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com proventos integrais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 01 de outubro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande - MT, 03 de setembro de 2019.

Juarez Toledo Pizza

Presidente

Homologo:

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 177/2019

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição a Sra. ***CLEIDE NARCISO DA SILVA****."*

O Presidente do PREVIVAG – Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande - MT, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo n° 2019.04. 26985P e;

Considerando o preenchimento dos requisitos nos termos do art. 3°, I, II, III, e parágrafo único da EC 47/2005, c/c Lei Complementar nº 3.797/2012, que dispõe sobre o Estatuto e Plano de Carreira dos Trabalhadores da Educação com redação dada pela Lei Complementar nº 4.007/2014, c/c arts. 1º e 2º Lei Complementar nº 4.293/2017, que reajusta o salário dos profissionais da educação, resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, com proventos integrais e direito a paridade a **Sra. CLEIDE NARCISO DA SILVA,** brasileira, casada, portadora da cédula de identidade RG n° 0129689-2 SSP/MT e inscrita no CPF n° 207.561.941-72, matriculada sob o n º 8620efetiva no cargo de Técnico de Suporte Administrativo Educacional – Perfil Auxiliar de Serviços Gerais, 30 horas, Nível 09, Classe C, na Secretaria Municipal de Educação Cultura Esporte e Lazer.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 01 de outubro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande - MT, 12 de setembro de 2019.

Juarez Toledo Pizza

Presidente

Homologo:

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 176/2019

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição a Sra. ***GONÇALINA DO CARMO PINHO DOS SANTOS*** *."*

O Presidente do PREVIVAG – Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande - MT, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo n° 2019.04. 27152P;

Considerando o preenchimento dos requisitos nos termos do art. 3°, I, II, III, e parágrafo único da EC 47/2005, c/c Lei Complementar nº 3.797/2012, que dispõe sobre o Estatuto e Plano de Carreira dos Trabalhadores da Educação com redação dada pela Lei Complementar nº 4.014/2014, c/c arts. 1º e 2º Lei Complementar nº 4.293/2017, que reajusta o salário dos profissionais da educação, resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, com proventos integrais e direito a paridade a **Sra. GONÇALINA DO CARMO PINHO DOS SANTOS,** brasileira, divorciada, portadora da cédula de identidade RG nº 0281834-5 SESP/MT e inscrito no CPF n° 241.847. 301-59, matriculada sob o nº 18371, efetiva no cargo de Auxiliar de Desenvolvimento Econômico e Social, Nível Elementar, 30 horas, Nível 10, Classe B, na Secretaria Municipal de Educação Cultura Esporte e Lazer.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande - MT, 11 de setembro de 2019.

Juarez Toledo Pizza

Presidente

Homologo:

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 173/2019

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Compulsória ao Sr. **NEWTON GONÇALVES FERREIRA."**

O Presidente do PREVIVAG – Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande - MT, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo n° 2017.01. 19457P e;

Considerando o preenchimento dos requisitos nos termos do art. 40, § 1º, inciso II, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41 de 31 de dezembro de 2003; c/c art. 195, inciso II da Lei Complementar Municipal nº 1.164/91, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Várzea Grande; c/c art. 12, inciso II da Lei nº 2.719/2004, que rege a previdência municipal , c/c Lei Complementar 3.507/2010, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos da Secretaria Municipal de Saúde, c/c Lei Complementar nº 4.011/ 2014, que concede recomposição salarial aos servidores públicos da administração direta e indireta do município de Várzea Grande. Resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício de Aposentadoria compulsória ao Sr. **NEWTON GONÇALVES FERREIRA**, brasileiro, viúvo, portador da cédula de identidade RG n° 2568147-8 SEJUSP/MT e inscrita no CPF sob o n° 063. 621.921-68, servidor efetivo no cargo de Agente Administrativo, Classe A, Nível 07, 30 horas, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, devidamente matriculado sob o nº 36820, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 29 de maio de 2014 e efeitos financeiros em 1º de outubro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande - MT, 04 de setembro de 2019.

Juarez Toledo Pizza

Presidente

Homologo:

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 171/2019

*"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição a Sra. **ELIANA SILVA ALVES BARBOSA**"*

O Presidente do PREVIVAG – Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande - MT, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo n° 2019.04. 27238P e;

Considerando o preenchimento dos requisitos nos termos do art. 3°, I, II, III, e parágrafo único da EC 47/2005, c/c Lei Complementar nº 3.797/2012, que dispõe sobre o Estatuto e Plano de Carreira dos Trabalhadores da Educação com redação dada pela Lei Complementar nº 4.007/2014, c/c arts. 1º e 2º Lei Complementar nº 4.293/2017, que reajusta o salário dos profissionais da educação, resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, com proventos integrais e direito a paridade a **Sra. ELIANA SILVA ALVES BARBOSA,** brasileira, solteira, portadora da cédula de identidade RG n° 0245850-0 SSP/MT e inscrita no CPF n° 209.325.961-34, matriculada sob o nº13176, efetiva no cargo de Técnico de Desenvolvimento Educacional – Perfil Auxiliar de Desenvolvimento Infantil, 30 horas, Nível 10, Classe B, na Secretaria Municipal de Educação Cultura Esporte e Lazer.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 01 de outubro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande - MT, 04 de setembro de 2019.

Juarez Toledo Pizza

Presidente

Homologo:

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 179 /2019

*"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Invalidez a Sra. **NILZA RODRIGUES DA SILVA PEREIRA."***

O Presidente do PREVIVAG – Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande - MT, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo n° 2019.03. 27107P e;

Considerando o preenchimento dos requisitos nos termos do art.40, §1º, I da Constituição Federal com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c artigos 12, I da Lei Municipal nº 2.719/2004, que rege a Previdência Municipal, c/c Lei Complementar nº 3.797/2012, que dispõe sobre o Estatuto e Plano de Carreira dos Trabalhadores da Educação com redação dada pela Lei Complementar nº 4.007/2014, c/c arts. 1º e 2º Lei Complementar nº 4.293/2017, que reajusta o salário dos profissionais da educação, resolve:

Resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício de Aposentadoria por Invalidez com proventos Proporcionais, calculados pela média contributiva a Sra**. NILZA RODRIGUES DA SILVA PEREIRA**, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade RG n° 1138105-1 SSP/MT e inscrita no CPF sob o n° 819. 335.841-49, efetiva no cargo de Técnico de Desenvolvimento Educacional, Classe B, Nível 03, 30 horas, devidamente matriculada sob n.º 84166, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 01 de outubro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande - MT, 13 de setembro de 2019.

Juarez Toledo Pizza

Presidente

Homologo:

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 168/2019

*"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Idade a Sra. **GONÇALINA ELIDIA DA CUNHA E SILVA."***

O Presidente do PREVIVAG – Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande - MT, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo n° 2019.02. 27194P e;

Considerando o preenchimento dos requisitos nos termos do art. 40, §1º, inciso III, alínea "b" da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c art. 195, inciso III, alínea "d" da Lei Complementar n° 1.164/91, c/c Lei Complementar nº 3.797/2012, que dispõe sobre o Estatuto e Plano de Carreira dos Trabalhadores da Educação com redação dada pela Lei Complementar nº 4.007/2014, c/c Lei Complementar nº 4.293/2017, que reajusta o salário dos profissionais da educação, resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício de Aposentadoria por Idade a **Sra. GONÇALINA ELIDIA DA CUNHA E SILVA,** brasileira, casada, portador da cédula de identidade RG n° 0438851-8 SESP/MT e inscrito no CPF sob o n° 384.184.101-59, matriculado sob o nº 18373, Efetiva no cargo de Técnico de Suporte Administrativo Educacional – Perfil Agente de Serviços Gerais, Elementar, nível 09, classe B, 30 horas lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, calculados pela média contributiva.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor em 01 de outubro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande - MT, 02 de setembro de 2019.

Juarez Toledo Pizza

Presidente

Homologo:

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 167/2019

*"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Invalidez a Sra. **GENI MARIANO SANQUITE**".*

O Presidente do PREVIVAG – Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande - MT, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo n° 2019.03. 27010P e;

Considerando o preenchimento dos requisitos nos termos do art.40, §1º, I da Constituição Federal com redação dada pela EC 41/2003, c/c art. 6-A da Emenda Constitucional nº 41/2003 acrescido pela Emenda Constitucional nº 70/2012, c/c artigos 12, I e 14 da Lei Municipal nº 2.719/2004, que rege a Previdência Municipal, c/c Lei Complementar nº 3.797/2012, que

dispõe sobre o Estatuto e Plano de Carreira dos Trabalhadores da Educação com redação dada pela Lei Complementar nº 4.007/2014, c/c arts. 1º e 2º Lei Complementar nº 4.293/2017, que reajusta o salário dos profissionais da educação,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder o benefício de Aposentadoria por Invalidez com proventos integrais e direito a paridade a Sra. **GENI MARIANO SANQUITE,** brasileira, solteira (convivente em união estável), portadora da cédula de identidade RG n°666473 SSP/MT e inscrita no CPF sob o n° 000.870.711-18, efetiva, no cargo atual de Técnico de Suporte Administrativo- Perfil Auxiliar de Serviços Gerais, devidamente matriculada sob n.º17280, Classe B, Nível 06, 30 horas, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 1º de outubro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande - MT, 02 de setembro de 2019.

Juarez Toledo Pizza

Presidente

Homologo:

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 181/2019

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Compulsória ao Sr. ***ANTONIO FLORENCIO DE OLIVEIRA FILHO."***

O Presidente do PREVIVAG – Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande - MT, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo n° 2019.01. 27540P e;

Considerando o preenchimento dos requisitos nos termos do art. 40, § 1º, inciso II, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41 de 31 de dezembro de 2003; c/c art. 195, inciso II da Lei Complementar Municipal nº 1.164/91, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Várzea Grande; c/c art. 12, inciso II da Lei nº 2.719/2004, que rege a previdência municipal , c/c Lei Complementar nº 3.959/2013, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Médicos e Odontólogo do Município;. Resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício de Aposentadoria compulsória ao Sr. **ANTONIO FLORENCIO DE OLIVEIRA FILHO**, brasileiro, portadora da cédula de identidade RG n° 61055 SSP/GO e inscrito no CPF sob o n° 051. 672.051-15, servidor efetivo no cargo de Médico Oftalmologista, Classe A, nível 06, 20 horas lotado na Secretaria Municipal de Saúde, devidamente matriculado sob o nº4207, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03 de março de 2013 e efeitos financeiros na data de 01º de outubro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande - MT, 16 de setembro de 2019.

Juarez Toledo Pizza

Presidente

Homologo:

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 178/2019

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição a Sra. ***MARIA CLEIDE BARRETO****."*

O Presidente do PREVIVAG – Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande - MT, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo n° 2017.04. 19373P e;

Considerando o preenchimento dos requisitos nos termos do art. 3°, I, II, III, e parágrafo único da EC 47/2005, c/c Lei Complementar nº 3.797/2012, que dispõe sobre o Estatuto e Plano de Carreira dos Trabalhadores da Educação com redação dada pela Lei Complementar nº 4.007/2014, c/c arts. 1º e 2º Lei Complementar nº 4.293/2017, que reajusta o salário dos profissionais da educação, resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, com proventos integrais e direito a paridade a **Sra. MARIA CLEIDE BARRETO,** brasileira, solteira, portadora da cédula de identidade RG n° 382577SSP/MT e inscrita no CPF n°204.609.701-78, matriculada sob o n º 32043 efetiva no cargo de Técnico Administrativo Educacional – Perfil Agente Administrativo, 30 horas, Nível 10, Classe B, na Secretaria Municipal de Educação Cultura Esporte e Lazer.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 01º de outubro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande - MT, 13 de setembro de 2019.

Juarez Toledo Pizza

Presidente

Homologo:

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

AVISO DE RESULTADO DE ANALISE DAS PROPOSTAS DE PREÇOSTOMADA DE PREÇOS N. 08/2019

Processo nº 585404/2019. Objeto: seleção e contratação de empresa de engenharia para execução da obra de Reforma da EMEB "Abdala José de Almeida", localizada na Quadra 32, S/n°, Bairro: São Mateus no Município de Várzea Grande/MT, atendendo aos critérios do padrão SME-CEL/VG, com intervenção em área aproximada de 5.023,00m², contemplando os serviços de demolição, elevação de alvenaria, pintura interna e externa, revestimento cerâmico, substituição de forros, instalações hidráulicas e elétricas, substituição e pintura de esquadrias metálicas, incluindo fornecimento de materiais e mão de obra, em atendimento à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, de acordo com as especificações descritas neste termo e seus anexosDestarte as análises, a CPL **ACATA PARCIALMENTE** os pareceres técnicos elaborados pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer/VG, tendo em vista que são os responsáveis pela elaboração do Projeto Básico e detentores do conhecimento técnico da área, e**DECLARA:CLASSIFICADAS** as empresas: **CONSTRUTORA KULUENE EIRELI - ME** CNPJ: 13.147.763/0001-01 em **1º lugar**;**R. GONÇALVES CARVALHO EIRELI - EPP** CNPJ: 26.574.991/0001-00 em **2º lugar**;**WN CONSTRUÇÕES LTDA - EPP** CNPJ: 19.699.306/0001-06 em **3º lugar;M D E CONSTRUTORA E PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA - ME** CNPJ: 22. 693.841/0001-64 em **4º lugar**;**LEÃO MARCONDES – CONSTRUÇÕES, LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS LTDA** CNPJ: 19.324.875/0001-77 em **5º lugar;R. M ENGENHARIA EIRELI - ME** CNPJ: 30.195.839/0001-93 em **6º lugar;CONSTRUPEL COMÉRCIO E SERVIÇOS PARA CONSTRUÇÃO EIRELI – EPP** CNPJ: 09.492.967/0001-02 em **7º lugar** e **TRAÇO ARQUITETURA LTDA** CNPJ: 04.553.072/0001-17 em **8º lugar**.**DESCLASSIFICADAS** as licitantes **CEVIC CONSTRUTORA**

E INCORPORADORA EIRELI - EPP CNPJ: 18.046.443/0001-89, **CONSTRUTORA EDEG LTDA - EPP** CNPJ: 04.762.836/0001-84 e **MEDEIROS ENGENHARIA EIRELI – EPP,** CNPJ: 27.406.174/0001-05; por desatendimentos do Instrumento Convocatório e a legislação vigente.**VENCEDORA** do certame a empresa **CONSTRUTORA KULUENE EIRELI - ME** CNPJ: 13.147.763/0001-01 com o valor global de **R$ 873.598,48**.A CPL abre prazo para interposição de recurso, contra a decisão proferida, em conformidade com a Lei 8.666/93 e o edital no item 11.1. o presente documento encontra – se disponível no site: www.varzeagrand.mt.gov.br.Várzea Grande, 01 de outubro de 2019. **Aline Arantes Correa -** Presidente CPL

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO 50/2019.

Processo n. 609225/2019. Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica para prestação de serviço de locação de veículo automotor, tipo minibus, sem motorista, equipados com sistema específico de monitoramento de veículos em tempo real, seguro do veículo e manutenção preventiva e corretiva, para atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Várzea Grande**/MT**.O certame foi **ADJUDICADO E HOMOLOGADO**em **01/10/2019**, sagrando vencedora**do item 01,** com o valor total **DE R$ 924.000,00** (novecentos e vinte e quatro mil reais)aempresa**MANGABEIRA CONSTRUCAO E LOCACAO DE MAQUINAS E CAMINHOES EIRELI - ME**, inscrita no CNPJ n° **28.029.393/0001-85**O presente documento está disponível no site: www.varzegrande.mt.gov.br. Várzea Grande - MT, 01, de outubro de 2019. **Pablo Gustavo Moraes Pereira -** Secretaria Municipal de Administração.

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2019

Processo n. 614606/2019. Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica para prestação de serviço de locação de veículo automotor, tipo minibus, sem motorista, equipados com sistema específico de monitoramento de veículos em tempo real, seguro do veículo e manutenção preventiva e corretiva, para atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT.O certame foi **ADJUDICADO E HOMOLOGADO**em **01/10/2019**, sagrando vencedoraaempresa

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 186/2019

Validade: 12 Meses

CONFSEG COMERCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E ELETRÔNICO EIRELI – EPP
CNPJ n° 11.566.598/0001-05

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT. (R$)	VALOR UNIT. COM BDI (R$)	VALOR TOTAL COM BDI (R$)
01	**Item exclusivo para ME/EPP** CONJUNTO MESA PRÉ FABRICADA EM CONCRETO ARMADO, FORMATO QUADRADA, MEDINDO 90X90CM, COM ALTURA MINIMA DE 80CM, COM ESPESSURA MINIMA DE TAMPO DE 5CM, FIXAÇÃO ATRAVES DE CHUMBAMENTO DA BASE, DEVENDO SER ENTREGUE EM CONCRETO APARENTE RESINADO, ACOMPANHA 04 BANCOS QUADRADOS DE 30X30CM EM CONCRETO. **MARCA: PREMOLDAR**	UNIDADE	50	R$ 460,93	R$ 544,00	R$ 27.200,00
02	**Ampla concorrência** BANCO EM CONCRETO ARMADO APARENTE E INTEIRIÇO, COMPRIMENTO MÍNIMO 135CM, ESPESSURA MINIMO 5CM, ASSENTO 45CM E ENCOSTO 40CM ACABAMENTO RESINADO. **MARCA: PREMOLDAR**	UNIDADE	500	R$ 269,44	R$ 318,00	R$ 159.000,00
03	**Ampla concorrência** BLOQUETE/PISO DE CONCRETO - MODELO BLOCO PISOGRAMA/CONCREGRAMA 2 FUROS, *35 CM X 15* CM, E = *8* CM, COR NATURAL. **MARCA: PREMOLDAR**	M2	2.000	R$ 29,57	R$ 34,90	R$ 69.800,00
04	**Ampla concorrência** BLOQUETE/PISO DE CONCRETO - MODELO PISOGRAMA/CONCREGRAMA/PAVI-GRADE/GRAMEIRO, *60 CM X 45* CM, E = *9* CM, COR NATURAL. **MARCA: PREMOLDAR**	M2	2.000	R$ 42,36	R$ 50,00	R$ 100.000,00
05	**Ampla concorrência** BLOQUETE/PISO INTERTRAVADO DE CONCRETO - MODELO ONDA/16 FACES/RETANGULAR/TIJOLINHO/PAVER/HOLANDES/PARALELEPIPEDO, 20 CM X 10 CM, E = 6CM, RESISTENCIA DE 35 MPA (NBR 9781), COR NATURAL. **MARCA: PREMOLDAR**	M2	20.000	R$ 31,26	R$ 36,90	R$ 738.000,00
06	**Ampla concorrência** BLOQUETE/PISO INTERTRAVADO DE CONCRETO - MODELO ONDA/16 FACES/RETANGULAR/TIJOLINHO/PAVER/HOLANDES/PARALELEPIPEDO, 20 CM X 10 CM, E = 8CM, RESISTENCIA DE 35 MPA (NBR 9781), COLORIDO. **MARCA: PREMOLDAR**	M2	20.000	R$ 42,57	R$ 50,25	R$ 1.005.000,00
07	**Ampla concorrência** BLOQUETE/PISO INTERTRAVADO DE CONCRETO - MODELO ONDA/16 FACES /RETANGULAR/TIJOLINHO/PAVER/HOLANDES/PARALELEPIPEDO, *22 CM X *11 CM, E =10 CM, RESISTENCIA DE 50 MPA (NBR 9781), COR NATURAL. **MARCA: PREMOLDAR**	M2	4.000	R$ 45,66	R$ 53,90	R$ 215.600,00
08	**Ampla concorrência** BLOQUETE/PISO INTERTRAVADO DE CONCRETO - MODELO SEXTAVADO, 25 CM X 25 CM, E = 8 CM, RESISTENCIA DE 35 MPA (NBR 9781), COR NATURAL. **MARCA: PREMOLDAR**	M2	R$ 8.000	R$ 39,73	R$ 46,90	R$ 375.200,00
R$ 2.689.800,00 (Dois milhões, seiscentos e oitenta e nove mil e oitocentos reais)						

Várzea Grande/MT, 02 de outubro de 2019.

CONTRATANTE:

LUIZ CELSO MORAIS DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Viação e Obras

CONTRATADA:

CONFSEG COMERCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E ELETRÔNICO EIRELI – EPP

CNPJ n° 11.566.598/0001-05

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

(2º Leilão 2019)

(Disponibilização de 10 dias)

ASecretaria Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana, por intermédio da **Vip Leilões Gestão e Logística SA**, inscrita no CNPJ sob o nº 08.187.134/0001-75, na condição de prestadora de Serviços de Remoção, Guarda e Alienação de Veículos Apreendidos em Operações de Trânsito, em conformidade com o Contrato nº 72/2018 de 19de junho de 2018, em obediência à Lei Federal nº **13.160, de 25/08/2015**e de conformidade com o Art. 328 da Lei nº 9.503, de 23/09/1997-CTB e Art. 4º §6° da Resolução CONTRAN nº 623/2016, **NOTIFICA**, os proprietários (fiduciários, alienantes e/ou sub-rogados nos direitos), dos veículos automotores (automóveis, motocicletas e outros), retidos pela**Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana**e abaixo discriminados, e que encontram-se recolhidos no pátio da Vip Leilões Gestão e Logística SA, a comparecer à sua Sede, junto à Comissão de Leilão, situada na **Av. Governador Júlio Domingos de Campos, 4975, Marajoara, Várzea Grande – MT**, de posse dos documentos de quitação de débitos de IPVA, Multas, Taxas de Licenciamento, Seguro Obrigatório e outros, conforme determina o Código de Trânsito Brasileiro ou autorização judicial, no prazo acima estabelecido, a contar da data desta publicação , para exercer seus direitos previstos nos dispositivos legais acima elencados, inclusive para tratarem da retirada de seus veículos, sob pena de tê-los vendidos em hasta pública-leilão, conforme preconiza a legislação vigente.

Caso o montante não cubra todas as dívidas, os débitos remanescentes serão cobrados pelos órgãos credores em ações próprias.

Caso o veículo já tenha sido retirado, por favor, desconsidere esta notificação.

Outras informações poderão ser obtidas com a comissão de leilão da**Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana**, através do telefone (65) 3688-8036, ou no sitio da Vip Leilões Gestão e Logística SA: www.vipleiloes.com.br, pelo e-mail gerencia.vg@vipleiloes.com.br e através do telefone **(65) 3694-4953.**

Várzea Grande/MT, 17de setembro de 2019

CLAUDIO JOSÉ DA SILVA

Presidente da Comissão de Leilão

Vip Leilões – GESTÃO E LOGISTICA SA

Cnpj 08.187.134/0001-75

ANEXO

ITEM	PLACA	UF	MODELO	ANOMOD	CHASSI	PROPRIETARIO	AGENTE FINANCEIRO
1	OBP1082	MT	HONDA/BIZ 100 KS	2014/2015	9C2HC1410FR001500	LUAN DORNELLES	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
2	OBN1286	MT	CHEVROLET/CELTA 1.0L LT	2012/2013	9BGRP48F0DG207746	VALDEMIRA NUNES DA SILVA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
3	OAV4078	MT	FLASH/MV TEEN 50	2011/2012	93FTNJXKBCM000169	HOSANA SOUZA DE OLIVEIRA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
4	QCZ7854	MT	HONDA/CG 160 FAN	2018/2018	9C2KC2200JR162551	DILMA BENEDITA DE CAMPOS SANTOS	BANCO HONDA S/A
5	AMR8155	MT	VW/GOL 1.0	2005/2005	9BWCA05X25T148419	VANDI VALDI EVANGELISTA JUNIOR	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
6	JZT4248	MT	HONDA/CBX 250 TWISTER	2002/2002	9C2MC35002R044650	HELIO SOARES DA SILVA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
7	NPK5583	MT	HONDA/BIZ 125 ES	2007/2007	9C2JA04207R068046	DARLENE ROSA OLIVEIRA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
8	KAA9801	MT	YAMAHA/NEO AT115	2005/2005	9C6KE084050012664	JONATAS SILVA LEITE	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
9	OBP7074	MT	HONDA/CG150 FAN ESDI	2013/2013	9C2KC1680DR313291	EDY BENEVIDES MARTINS DE LIMA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
10	NPJ5457	MT	VW/GOL 1.0 GIV	2009/2010	9BWAA05W5AP073863	JUDAS TADEU DE MORAIS	OMNI S.A. CREDITO E FINAN.E INVESTIMENTO
11	DCG9507	MT	GM/CORSA ST	2002/2002	9BGST80N02B183122	NEIVA SOUSA AQUINO	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
12	NPC7331	MT	HONDA/CG 150 FAN ESI	2009/2010	9C2KC1550AR008102	LINDALVA R. DE MAGALHAES NUNES	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
13	BPR6873	MT	HONDA/CG 125 FAN	2007/2008	9C2JC30708R053830	MARCO AURELIO RIBEIRO	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
14	OAR0358	MT	HONDA/CB 300R	2011/2011	9C2NC4310BR274932	JONATAS LUCAS PEREIRA	BANCO ITAUCARD S.A
15	NUA3429	MT	HONDA/CG150 TITAN MIX ES	2009/2010	9C2KC1620AR000129	ADAVILSON PONCE SANTOS	BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.
16	OBO1569	MT	VW/NOVO GOL 1.0	2013/2014	9BWAA05U5ET145186	MARCO BORGES DOMINGUES	ADM DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA
17	NJL3832	MT	HONDA/CG 125 FAN ES	2011/2011	9C2JC4120BR700193	JUCENILDO MARCOLINO DE MORAES	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
18	JZY0492	MT	HONDA/CG 150 TITAN KS	2005/2005	9C2KC08105R089186	JUVELINA MENDES E SILVA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
19	NJW5008	MT	HONDA/CG150 TITAN MIXESD	2009/2009	9C2KC16309R019342	LIDINALVA RIBEIRO DOS SANTOS	BANCO HONDA SA
20	OZZ1971	MT	HONDA/CB 300R	2014/2015	9C2NC4910FR002762	JEMES RAFAEL DOS SANTOS	BV FINANCEIRA SA CRED. FINANC.E INVEST.

21	JZS5899	MT	GM/CELTA 5 POR-TAS	2003/ 2003	9BGRD48X03G214717	BANCO ITAULEASING S.A	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
22	NPH1688	MT	DAFRA/SPEED 150	2008/ 2009	95VCA1H289M034274	MANOEL RODRIGUES DE ASSIS	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
23	NJW6478	MT	HONDA/CG150 TI-TAN MIX KS	2009/ 2009	9C2KC16109R023002	MARIA ANTONIA MENDES	BANCO HONDA SA
24	KEW3622	MT	HONDA/CG 125 TI-TAN KSE	2003/ 2003	9C2JC30213R621093	DOMINGOS CAVALCANTE DE SOUZA	CIFRA SA CRED FINAC E INVEST
25	JYC5488	MT	HONDA/CG 125 TO-DAY	1994/ 1994	9C2JC1801RRR37281	BENEDITO SERGIO DE CASTRO BRAGA	TRESCINCO DIST DE AUTOM LT-DA
26	JZZ1917	MT	HONDA/CG 125 TI-TAN ES	2000/ 2001	9C2JC30201R016239	LUCIANA MARIA DA SILVA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
27	NPC7103	MT	HONDA/CG 150 TI-TAN ESD	2011/ 2011	9C2KC1650BR521145	HELVECIO MARQUES DO NASCI-MENTO	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
28	KAE4941	MT	HONDA/CG 125 FAN	2006/ 2007	9C2JC30707R054853	JOSE RONDON DE ARRUDA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
29	KAM0955	MT	HONDA/CG 150 TI-TAN ESD	2006/ 2007	9C2KC08207R020745	ELAINE LOPES	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
30	HSM2108	MT	HONDA/CG 150 TI-TAN ESD	2004/ 2005	9C2KC08205R026766	ODENIL JOAO DE CAMPOS	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
31	OBR1850	MT	HONDA/CG 150 TI-TAN EX	2014/ 2015	9C2KC1660FR014868	CHARLES RANGEL MAINARDI RUIZ	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
32	NPD5520	MT	YAMAHA/FAZER YS250	2008/ 2008	9C6KG017080100022	FERNANDA MARTINEZ RIBEIRO	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
33	JYS8706	MT	FIAT/PALIO EX	1998/ 1998	9BD178296W0655643	CRISTINA MARIA DA SILVA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
34	NBJ8549	MT	FIAT/FIORINO TREKKING	1996/ 1996	9BD255383T8481026	JOCILENE SIQUEIRA DA SILVA	BANCO FINASA BMC S A
35	NAC2573	AC	I/CHEVROLET CLASSIC LS	2013/ 2013	8AGSU19F0DR212416	WASHIGNTON LUIZ DE SOUZA FERREIRA	BANCO GMAC S.A.
36	KCL3480	MT	VW/PARATI CL	1991/ 1991	9BWZZZ30ZMP232455	MARILIA TERRA DA SILVA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
37	JYG3270	MT	GM/CHEVETTE L	1993/ 1993	9BGTB11JPPC126169	PIERCE GABRIEL MOLETA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
38	HIF8982	MG	YAMAHA/FACTOR YBR125 ED	2009/ 2009	9C6KE120090016374	ELMER RODRIGUES PEREIRA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
39	JYC8909	MT	FIAT/UNO ELEC-TRONIC	1994/ 1994	9BD146000R5312952	ALDO NEY COSTA DA SILVA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
40	NJP3492	MT	JTA/SUZUKI EN125 YES	2010/ 2011	9CDNF41ZJBM324433	CREMILDA DOS SANTOS FLO-RENCIO	BV FINANCEIRA SA CRED. FI-NANC.E INVEST.
41	JZF7171	MT	JTA/SUZUKI EN125 YES	2007/ 2008	9CDNF41LJ8M086090	WELLINGTON MEIRELLES	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
42	NPG0740	MT	I/TRAXX JL50Q 2	2008/ 2008	LAAAXKBB980003786	SERGIO BORDIN	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
43	NIZ4855	MT	VW/GOL 1.0 GIV	2008/ 2009	9BWAA05W59P003954	ERIBELTO RIBEIRO PRADO	CAIXA CONSORCIOS SA
44	KAR0083	MT	HONDA/BIZ 125 KS	2006/ 2007	9C2JA04107R015635	CLECIO BARROSO DA SILVA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
45	EHG4959	MT	HONDA/CG 125 CARGO KS	2009/ 2010	9C2JC4130AR002875	VALDELIRIO AGOSTINETTO	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
46	NGA0447	MT	HONDA/NXR150 BROS ES	2006/ 2007	9C2KD03307R012173	RAFAEL VAZ DA SILVA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
47	QCO1187	MT	HONDA/NXR 160 BROS	2017/ 2017	9C2KD1000HR034955	ANDRE RODRIGUES DE OLIVEI-RA	BANCO HONDA S/A
48	NJV3104	MT	I/PEUGEOT 207 5P	2010/ 2011	8AD2MKFWXBG000595	VANIR DE OLIVEIRA FERRAZ	AYMORE CREDITO, FINANCIA-MENTO E INV S A
49	CAT8886	MT	FIAT/FIORINO LX IE	1994/ 1994	9BD146000R8351026	JOAO DOMINGOS MARTINS BE-ZERRA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
50	JYT0048	MT	GM/CORSA WIND	1999/ 1999	9BGSC68Z0XC728883	EDSON LEAO CAVALCANTE	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
51	NJP9364	MT	HONDA/BIZ 125 ES	2010/ 2010	9C2JC4220AR322492	MARCIO ROBERTO RAMOS PE-REIRA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
52	NPJ3246	MT	HONDA/BIZ 125 ES	2010/ 2010	9C2JC4220AR393650	DEIZE MARIA DA SILVA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
53	NJQ9775	MT	HONDA/CG 125 FAN ES	2010/ 2010	9C2JC4120AR082996	TOMAZ RODRIGUES MENDES	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
54	KAL3090	MT	FORD/ESCORT 1.8I GL	1995/ 1995	9BFZZZ54ZSB721950	JOLIETE JOELMA BATISTA	BANCO DAYCOVAL SA
55	NJT7838	MT	HONDA/CG 125 FAN	2008/ 2008	9C2JC30708R219606	BENTA ALEXANDRINA DO NAS-CIMENTO	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
56	NJE7235	MT	HONDA/CG 125 FAN	2008/ 2008	9C2JC30708R613724	JANDIR BENEDITO DA SILVA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
57	OBN8211	MT	HONDA/BIZ 125 ES	2014/ 2015	9C2JC4820FR003953	LUIZ FERNANDES TOME	BANCO HONDA S/A
58	NTY1846	MT	RENAULT/SANDE-RO EXP1016V	2010/ 2011	93YBSR7RHBJ698603	D ANGELO VEICULOS LTDA ME	BANCO PAN S A
59	KAU0963	MT	HONDA/CG 125 FAN	2008/ 2008	9C2JC30708R150064	EDNEI CAMPOS DA SILVA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
60	KAT6432	MT	HONDA/CG 125 FAN KS	2009/ 2009	9C2JC41109R004002	NATALINA ROQUE PEREIRA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
61	OBH0366	MT	HONDA/CG150 FAN ESDI	2013/ 2014	9C2KC1680ER007860	EDNA MARIA DAS NEVES	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
62	NJD9257	MT	JTA/SUZUKI EN125 YES	2008/ 2008	9CDNF41LJ8M213535	LENILDA LOPES QUADRA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
63	JZN0564	MT	HONDA/CBX 250 TWISTER	2002/ 2002	9C2MC35002R041578	ALEXANDRE VIEIRA CARDENET-TI	SEM RESERVA DE DOMÍNIO

64	JZB5238	MT	HONDA/C100 BIZ	1999/1999	9C2HA0700XR057599	CLEISON DOS SANTOS REIS	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
65	NPF5135	MT	HONDA/XRE 300	2010/2011	9C2ND0910BR004975	MICHELE APARECIDA FERREIRA FARIAS	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
66	OAT8118	MT	HONDA/BIZ 125 ES	2013/2013	9C2JC4820DR086035	MARIVANE FERNANDES DOS SCAMPOS	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
67	OBE6595	MT	HONDA/CG 125 FAN ES	2012/2012	9C2JC4120CR540601	ORIVALDO MARIANO DE FRANCA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
68	JZO7495	MT	HONDA/C100 BIZ	2003/2003	9C2HA07003R056331	MARIZETE CARDOSO DE CEZARO	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
69	JZS1209	MT	HONDA/CG 125 TITAN KS	2003/2003	9C2JC30103R299603	GERCY GOMES DA COSTA SILVA	BANCO PANAMERICANO S A
70	JZV7266	MT	GM/CELTA 3 PORTAS	2004/2004	9BGRD08X04G210216	ILDO MIOLA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
71	KAP4501	MT	HONDA/CG 125 FAN	2008/2008	9C2JC30708R783782	ANTONIO MARQUES DA CONCEICAO	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
72	BVJ6187	MT	HTA/HONDA C100	1994/1994	9CAHA0501RRR04759	JULIANA DOS SANTOS LARREIA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
73	QBW9900	MT	HONDA/CG 125 CARGO KS	2015/2015	9C2JC4130FR200890	PANTANAL DIST. DE GAS LTDA - ME	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
74	NJH6947	MT	YAMAHA/YBR 125K	2008/2008	9C6KE092080236356	RAIMUNDO COSTA SILVA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
75	OAX8097	MT	FLASH/MV TEEN 50	2011/2012	93FTNJXKBCM000561	JONIEL DE SOUZA XAVIER	HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO
76	KAL4183	MT	FIAT/PALIO WEEKEND	1997/1997	9BD178837V0214055	BANCO ITAULEASING S.A	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
77	JZJ5028	MT	HONDA/C100 BIZ	1999/2000	9C2HA0700YR007709	JOSE MARIA DE ALMEIDA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
78	NPO2153	MT	HONDA/BIZ 125 ES	2012/2012	9C2JC4820CR312175	LUCIA SIMAO DA SILVA ROLIM	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
79	NJS2229	MT	HONDA/CBX 250 TWISTER	2008/2008	9C2MC35008R100051	ARTHUR BANDEIRA BISPO	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
80	KAL6019	MT	JTA/SUZUKI EN125 YES	2006/2007	9CDNF41LJ7M040769	JACKSON GOMES DE SOUZA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
81	PCA6310	PE	HONDA/CG150 FAN ESDI	2014/2015	9C2KC1680FR509919	MANOEL BELO DA SILVA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
82	JZJ3237	MT	HONDA/XLR 125	2001/2001	9C2JD17101R014980	MURILO AQUINO PORTELA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
83	KAA4344	MT	HONDA/C100 BIZ ES	2005/2005	9C2HA07105R036608	VIRGILENE CATARINA M FARENZENA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
84	QBU5527	MT	HONDA/BIZ 125 ES	2014/2015	9C2JC4820FR002241	BENEDITA MARIA DE CAMPOS	ADM DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA
85	NUF7791	MT	I/RENAULT CLIO CAM 10H3P	2011/2012	8A1CB8W05CL992109	JEFERSON RENI VITAL DE SOUZA	BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.
86	QBY8801	MT	HONDA/CB 250F TWISTER	2016/2016	9C2MC4400GR023871	MARCIO ANTONIO CORREA	BANCO HONDA S/A
87	JWU8253	MT	HONDA/CBX 250 TWISTER	2002/2002	9C2MC35002R027221	JOSE CABRAL DE SOUZA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
88	KAA8841	MT	HONDA/C100 BIZ	2005/2005	9C2HA07005R050109	DANI ELTON CONCEICAO TEIXEIRA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
89	JZX9175	MT	SUNDOWN/WEB 100	2005/2005	94J1XFBB55M003972	LUZIANA PATRICIA DE SOUZA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
90	NSO1199	PA	HONDA/NXR150 BROS ES	2009/2009	9C2KD04209R049202	DIEGO FREITAS CHERRI	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
91	JZY3082	MT	HONDA/CBX 250 TWISTER	2005/2005	9C2MC35005R017676	MAGAIVER EUCLIDES FERNANDES	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
92	NPJ9444	MT	HONDA/CG150 FAN ESDI	2011/2011	9C2KC1680BR524585	ANTONIO MOACIR DA SILVA	BV FINANCEIRA SA CRED. FINANC.E INVEST.
93	JZB2386	MT	HONDA/CG 125 TITAN KS	2000/2000	9C2JC3010YR088864	CLEBER MARTINS DE ALMEIDA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
94	KAM0580	MT	GM/CELTA	2001/2001	9BGRD08Z01G171915	LENIR MARIA DE ASSIS	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
95	NPH4800	MT	HONDA/CG 125 FAN	2008/2008	9C2JC30708R215661	C.F.C. DORADO LTDA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
96	JZD3334	MT	HONDA/CG 125 TITAN KS	2001/2001	9C2JC30101R099500	MANOEL SEPRIANO DA SILVA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
97	KAE0073	MT	YAMAHA/YBR 125K	2008/2008	9C6KE092080192481	JELSON MERO DE OLIVEIRA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
98	KAS8459	MT	YAMAHA/FAZER YS250	2006/2007	9C6KG017070031500	LUCIANO BARBOSA GONCALVES	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
99	NIY5933	MT	HONDA/CG 125 FAN ES	2009/2009	9C2JC41209R009442	CARMELINDA PINTO DE SOUZA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
100	JZY0287	MT	HONDA/C100 BIZ	2004/2004	9C2HA07004R030142	TOBIAS CRISTIANO DE FARIAS	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
101	NTY8840	MT	HONDA/CG 150 FAN ESI	2010/2010	9C2KC1550AR199199	ALEX SANDRO CORREA DE SOUZA	BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.
102	KAC2922	MT	HONDA/CG 125 FAN	2006/2006	9C2JC30706R818388	MOISES THIAGO POLETE	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
103	QBJ9257	MT	VW/VOYAGE CITY MA	2014/2015	9BWDA45U9FT037448	SONIA LUZIA BERNARDO AGUIAR	GMAC ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA
104	JZJ8806	MT	HONDA/CBX 200 STRADA	2002/2002	9C2MC27002R010237	JOSIEL DE SOUZA AMORIM	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
105	OAQ0385	MT	YAMAHA/XTZ 125E	2013/2014	9C6KE1250E0034389	JHONATA XAVIER NUNES	YAMAHA ADM. DE CONSORCIO S/C LTDA
106	KAC7169	MT	HONDA/CG 125 TITAN KS	2003/2004	9C2JC30104R054398	LUCIANA NASCIMENTO DOS SANTOS	SEM RESERVA DE DOMÍNIO

107	DCI8103	MT	HONDA/XLR 125 ES	2002/2002	9C2JD17202R010705	ANTONIO CARLOS CORDEIRO	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
108	BOE1706	MT	VW/GOL CL	1993/1994	9BWZZZ30ZPT185840	AIRTON FREDERICO DE CAMPOS	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
109	KEQ6768	MT	HONDA/NX-4 FALCON	2002/2002	9C2ND07002R006595	EVERALDO ABRAO DA SILVA FILHO	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
110	HRN7455	MS	VW/GOL 16V	1999/2000	9BWZZZ373YT115209	SELMA ROMAO	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
111	JYB5846	MT	VW/GOL COPA	1994/1994	9BWZZZ30ZRP238127	LEONILSON RIBEIRO CANTANHEDE	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
112	NJA6570	MT	HONDA/CG 125 FAN	2007/2008	9C2JC30708R031399	DANIEL DOS SANTOS RIBEIRO	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
113	NUE0346	MT	HONDA/CG 125 FAN ES	2011/2011	9C2JC4120BR742155	VIVIANE MENDES DA SILVA	BANCO HONDA S/A
114	NJN3222	MT	HONDA/CG 150 TITAN ESD	2011/2011	9C2KC1650BR514716	SANDRA LUISA DE ARRUDA	BANCO PANAMERICANO S/A
115	JZO6576	MT	FORD/ECOSPORT XLS 1.6L	2003/2004	9BFZE12N848514361	MARIA DO CARMO S DA COSTA	BV FINANCEIRA SA CRED. FINANC.E INVEST.
116	OBK3616	MT	I/SHINERAY XY50Q PHOENIX	2012/2012	LXYXCBL06C0300710	CARLOS DA SILVA	OMNI S.A. CREDITO E FINAN.E INVESTIMENTO
117	OAU5989	MT	HONDA/NXR150 BROS ESD	2013/2014	9C2KD0540ER006561	EDILSON NASCIMENTO DA SILVA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
118	NRS4979	MT	HONDA/XRE 300	2011/2011	9C2ND0910BR217092	DANIELLE CASTRO DOS SANTOS	CANOPUS ADMINISTRADORA DE CONSORCIO LTDA
119	NJK1428	MT	HONDA/CG 125 FAN	2008/2008	9C2JC30708R678031	BENEDITO ROSA DE CARVALHO	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
120	NJQ9884	MT	HONDA/CG 150 FAN ESI	2010/2010	9C2KC1550AR072505	JESSICA DA SILVA SANTOS	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
121	AAK1903	MT	GM/CELTA	2001/2001	9BGRD08Z01G182130	VALERIA BARBOSA DE SOUZA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
122	NPH4697	MT	HONDA/CG 150 FAN ESI	2009/2010	9C2KC1550AR003649	ANA CLAUDA NASCIMENTO SILVA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
123	JZO7279	MT	HONDA/CG 125 TITAN KS	2002/2003	9C2JC30103R034920	JOSE EVALDO DE MEDEIROS	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
124	NPN2841	MT	HONDA/CG 125 FAN ES	2010/2010	9C2JC4120AR142662	GRAZIANY DA SILVA COSTA	BANCO HONDA S/A
125	BQX5259	SP	VW/GOL 1000	1994/1994	9BWZZZ30ZRT010024	ANTONIO CARLOS TEIXEIRA FILHO	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
126	OAV4034	MT	HONDA/BIZ 125 ES	2014/2014	9C2JC4820ER556607	AWMIR ROGERIO CORNELIO DE CAMPOS	BANCO HONDA S/A
127	JZS3197	MT	HONDA/CG 125 CARGO	2003/2003	9C2JC30303R104309	EDENIR MAXIMA SOLANO	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
128	HSA2358	MT	IMP/PEUGEOT 206 SOLEIL	2002/2002	8AD2A7LZ92W019514	BFB LEASING S A ARRENDAMENTO MERCANTIL	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
129	JZG3928	MT	HONDA/C100 BIZ	2000/2000	9C2HA0700YR034343	JAMIR ALVES DA SILVA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
130	NJO3815	MT	HONDA/CG 125 FAN KS	2009/2009	9C2JC41109R034284	MILTON RODRIGUES DE ALMEIDA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
131	NJE4526	MT	FORD/FIESTA FLEX	2008/2008	9BFZF10A088282292	DIBENS LEASING/SA ARRENDAMENTO MERCANTIL	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
132	JYJ6098	MT	HONDA/C100 DREAM	1996/1996	9C2HA050TTR006761	CLEBER GONCALO DE JESUS	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
133	KAK0475	MT	HONDA/BIZ 125 ES	2006/2006	9C2JA04206R843731	JANETE PRUDENCIO	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
134	NGL7316	MT	YAMAHA/YBR 125K	2007/2007	9C6KE092070131529	EDIMILSON PEREIRA DE SOUZA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
135	KAI9921	MT	HONDA/CG 125 FAN	2007/2007	9C2JC30707R191201	LUCIO AUGUSTO PRADO FILHO	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
136	KAR6961	MT	HONDA/CG 125 FAN ES	2009/2010	9C2JC4120AR019180	ELTON SANDRES P DE OLIVEIRA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
137	JZL8931	MT	HONDA/C100 BIZ	2002/2003	9C2HA07003R017977	DOMINGOS LOURENCANO	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
138	NTZ8948	MT	HONDA/CG 125 FAN ES	2010/2010	9C2JC4120AR114386	KATHRINE GOMES BRANDAO	BANCO HONDA S/A
139	NJE7592	MT	HONDA/CG 125 FAN ES	2009/2010	9C2JC4120AR043943	VALERIA AUGUSTA DA SILVA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
140	NPP2514	MT	FIAT/UNO SPORTING 1.4	2011/2012	9BD195193C0223478	JOEDYR RAMOS DE OLIVEIRA	BV FINANCEIRA SA CRED. FINANC.E INVEST.
141	KAR9901	MT	HONDA/CG 125 FAN ES	2009/2010	9C2JC4120AR031455	JUNIOR FERREIRA PAZ	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
142	NJR2398	MT	HONDA/CG 150 TITAN KS	2008/2008	9C2KC08108R312841	RODRIGO FREITAS DE OLIVEIRA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
143	NPG3179	MT	HONDA/CG 125 FAN	2008/2008	9C2JC30708R746258	JEFERSON SAMPAIO ALVES	AYMORE CREDITO FIN E INVESTIMENTO S A
144	JZK9795	MT	HONDA/CG 125 TITAN KS	2002/2002	9C2JC30102R209484	HALAX KIMBOL CASTANHO DO NASCIMENTO	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
145	JYV1030	MT	VW/GOL 1000I	1996/1996	9BWZZZ377TT126483	EVERTON CESAR BIONDO	BANCO PANAMERICANO SA
146	HRL3727	MT	GM/VECTRA GLS	1997/1997	9BGJK19BVVB566943	PAULO SOARES DA SILVA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
147	JZU0917	MT	HONDA/CG 125 TITAN KS	2003/2003	9C2JC30103R237453	EDSON DA SILVA ARRUDA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
148	MCA2120	MT	VW/GOL CL 1.6 MI	1997/1998	9BWZZZ377VP644942	LUIS RODRIGUES DA SILVA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
149	JZB9719	MT	VW/GOL 1.0	1999/2000	9BWZZZ373YP015188	MARIA M.ALMEIDA E SILVA	BANCO ITAU S.A

150	KAA0684	MT	HONDA/CG 125 FAN	2005/ 2005	9C2JC30705R004817	REINALDO DE SOUZA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
151	NPF6128	MT	HONDA/CG150 TITAN MIX ES	2009/ 2009	9C2KC16209R009687	JORGE BISPO DE MORAES	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
152	NJE4412	MT	HONDA/CG 125 FAN KS	2009/ 2010	9C2JC4110AR565443	HERBT GUSMAO SOARES	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
153	NJA5429	MT	HONDA/CG 150 TITAN KS	2007/ 2008	9C2KC08108R017297	UELITON CAVALCANTE DE OLIVEIRA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
154	KAO8647	MT	HONDA/C100 BIZ	2005/ 2005	9C2HA07005R028037	EMERSON BIZERRA DA SILVA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
155	HMY3176	MT	GM/CELTA 2P LIFE	2010/ 2010	9BGRZ08F0AG302238	AROLDO DE ASSUNCAO FARIA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
156	NTZ5814	MT	I/KIA CERATO SX3 1.6MTNB	2011/ 2012	KNAFW411AC5934875	JANIO YAMAZAKI	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
157	JZC9124	MT	FIAT/PALIO YOUNG	2001/ 2001	9BD17834612281317	BANCO FINASA BMC S.A.	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
158	NJI4520	MT	HONDA/BIZ 125 ES	2007/ 2008	9C2JA04208R027342	NUBIA FERNANDA SILVA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
159	KAD9151	MT	HONDA/CBX 250 TWISTER	2006/ 2007	9C2MC35007R018076	ROGERIO FERREIRA COELHO	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
160	NJM8684	MT	YAMAHA/FACTOR YBR125 ED	2009/ 2009	9C6KE120090016316	ISAEL DE SOUZA	BANCO FINASA BMC S A
161	QBY5405	MT	HONDA/BIZ 125 ES	2015/ 2015	9C2JC4820FR575345	VANIA CRISTINA RIBEIRO DE MORAES	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
162	NPM2574	MT	HONDA/CG 150 FAN ESI	2011/ 2011	9C2KC1670BR597991	LEODIL RODRIGUES BENEVIDES	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
163	BLH6882	MT	FIAT/STRADA WORKING	1999/ 2000	9BD278072Y2716787	BIO VIDA PROD. E COM. DE BIODIESEL LTDA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
164	KAK0873	MT	HONDA/CG 125 FAN	2006/ 2006	9C2JC30706R829991	PAULO RICARDO DE ALMEIDA MARTINS	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
165	KAO2694	MT	HONDA/CG 150 TITAN ES	2006/ 2007	9C2KC08507R011954	MARILEIDE ALVES DE OLIVEIRA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
166	AQO1421	MT	VW/GOL 1.0 GIV	2008/ 2009	9BWAA05W09T105167	ROSA CLARA DA CONCEICAO MORAES	BV FINANCEIRA SA CRED. FINANC.E INVEST.
167	NJL5028	MT	YAMAHA/FACTOR YBR125 E	2008/ 2009	9C6KE121090002224	KENEY MAGNO RODRIGUES E SILVA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
168	JYZ3359	MT	HONDA/BIZ 125 ES	2005/ 2006	9C2JA04206R009506	JULISA CRISTINA LISBOA COSTA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
169	NPP8697	MT	YAMAHA/FACTOR YBR125 K	2010/ 2010	9C6KE1220A0128146	BRUNO GENIVAL MALAQUIAS SILVA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
170	AIW7443	PR	FIAT/FNM 180	1973/ 1973	1215100933	ELAINE PINTO CARDOSO	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
171	NPC2156	MT	HONDA/BIZ 125 ES	2010/ 2010	9C2JC4220AR322591	REGINA MARIA DOS SANTOS	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
172	KAT1277	MT	FIAT/STRADA WORKING	2000/ 2001	9BD27807212754895	GILBERTO CABRIOTTI VERONA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
173	AWR1861	MT	VW/SAVEIRO 1.6 CS	2013/ 2013	9BWKB05U8DP211724	ZOZIMA FRANCISCA DA SILVA	AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INV S A
174	JZC3357	MT	FIAT/SIENA 6 MARCHAS	1999/ 2000	9BD178530Y0916753	APARECIDO PEREIRA DE SOUZA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
175	OBP4430	MT	HONDA/POP100	2014/ 2015	9C2HB0210FR411923	AUGENTINO JOSE NEPOMUCENO NETO	ADM DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA
176	JZS5677	MT	VW/GOL SPECIAL	2001/ 2002	9BWCA05Y22T069224	BANCO ITAUCARD S.A	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
177	JZU8604	MT	FIAT/PALIO EX	2004/ 2004	9BD17101742430674	NEURANI VIEIRA FERREIRA	BV FINANCEIRA SA CRED. FINANC.E INVEST.
178	DDM6702	MT	GM/ASTRA GLS	2001/ 2001	9BGTB69B01B204320	ADRIANO CESAR FERREIRA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
179	JZM3258	MT	HONDA/CBX 200 STRADA	1999/ 1999	9C2MC2700XR021238	ERASMO HENRIQUE GOMES MAIA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
180	NJM8789	MT	I/TRAXX JL50Q 2	2007/ 2007	LAAAXKBBX70015427	REINALDO BORGES DA SILVA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
181	KAH5213	MT	HONDA/CG 125 FAN	2008/ 2008	9C2JC30708R533984	BENEDITO ELIZEU DA SILVA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
182	KAO9647	MT	HONDA/CG 150 TITAN KS	2005/ 2005	9C2KC08105R137439	DANIEL DE SOUZA PACHECO	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
183	KAM2800	MT	VW/GOL CL	1992/ 1992	9BWZZZ30ZNT005519	ANTONIA JOSEFA DE ROSA OLIVEIRA	CONTINENTAL BANCO S.A.
184	NJR3972	MT	FIAT/FIORINO FLEX	2011/ 2012	9BD255049C8915060	SIGMA PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
185	OAS0036	MT	YAMAHA/FAZER YS250	2011/ 2012	9C6KG0460C0045444	ADAO AUGUSTO DA SILVA PINHO	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
186	NJB6226	MT	HONDA/CG 150 SPORT	2008/ 2008	9C2KC08608R022105	ATAIR FRANCISCO M.MENDES	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
187	NJQ6800	MT	I/TRAXX JL50Q 2	2007/ 2007	LAAAXKBB870012672	GLEICE CRISTINA DA SILVA PINTO	RECON ADMINISTRADORA DE CONSORCIO LTDA
188	ABH8592	MT	GM/CHEVROLET D40	1991/ 1991	9BG443NNMMC012759	MARIA EMILIA MONTANHA	OMNI S.A. CREDITO E FINAN.E INVESTIMENTO
189	GSY6249	PR	IMP/VW POLO CLAS. 1.8 MI	1998/ 1998	8AWZZZ6K2WA506401	ELAINE CAMARGO DIAS	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
190	NPL6224	MT	HONDA/CG150 FAN ESDI	2011/ 2011	9C2KC1680BR534406	VALTER PEREIRA DA MATA	BV FINANCEIRA SA CRED. FINANC.E INVEST.
191	NJH9203	MT	HONDA/CG 150 FAN ESI	2010/ 2010	9C2KC1550AR054166	RONALDO DOS SANTOS	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
192	NJM5189	MT	HONDA/CG 125 FAN	2008/ 2008	9C2JC30708R684271	GEBERSON RODIGUES DE SOUZA	BANCO PANAMERICANO S A

193	JYF1607	MT	GM/CORSA WIND	1995/1995	9BGSC08WSSC676657	DANIEL BOTELHO DE ARRUDA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
194	JZT8873	MT	HONDA/CBX 250 TWISTER	2004/2004	9C2MC35004R016583	APARECIDO FRANCISCO DA SILVA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
195	HFG9882	GO	FIAT/PALIO FIRE FLEX	2006/2007	9BD17164G72875544	ANA CARLA ROCHA	BANCO DO BRASIL SA
196	QBT9588	MT	VW/NOVO FOX TL MA	2014/2015	9BWAA45ZXF4008209	MARIA ONEIDE DE ARRUDA E SILVA	BANCO J. SAFRA S/A
197	QCX6481	MT	HONDA/XRE 300	2018/2018	9C2ND1110JR101883	LORECI DE MELLO SILVA	BV FINANCEIRA SA CRED. FINANC.E INVEST.
198	JYF1265	MT	HONDA/CG 125 TITAN	1995/1995	9C2JC2501SRS25016	MANOEL LEMES	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
199	AHO4702	MT	HONDA/CG 125 TITAN	1997/1998	9C2JC250WVR076848	VALDECIR RODRIGUES FERREIRA	ADM CONS NACIONAL HONDA
200	NJN7000	MT	HONDA/CG 150 SPORT	2007/2008	9C2KC08608R003270	PEROLLA BARBARA DOS ANJOS BOOS	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
201	NJL4247	MT	YAMAHA/FACTOR YBR125 E	2009/2009	9C6KE121090022047	DOUGLAS RODRIGUES SANTOS	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
202	NPC6392	MT	HONDA/CG 125 FAN ESD	2013/2014	9C2JC4160ER012056	RENATO BRAZ DE ARAUJO	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
203	OBB3298	MT	YAMAHA/YBR125 FACTOR K1	2013/2014	9C6KE1950E0012875	CACILDA ALZIRA DA COSTA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
204	NJH9743	MT	HONDA/CG 125 FAN ES	2010/2010	9C2JC4120AR062897	JAERSON MANOEL DA S. PINTO	BANCO ITAUCARD SA
205	OBB9334	MT	HONDA/CG 125 FAN KS	2012/2013	9C2JC4110DR768435	PAULO ROBERTO TABORDA DE MORAES	ADM DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA
206	QBH4969	MT	HONDA/CG 160 FAN ESDI	2016/2017	9C2KC2200HR024904	AMELIA ANTONIA DA SILVA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
207	NPF6288	MT	HONDA/CG 150 TITAN ES	2006/2006	9C2KC08506R841951	PEDRO AVELINO DE AZEVEDO FILHO	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
208	NPH6318	MT	HONDA/BIZ 125 ES	2009/2009	9C2JC42209R040411	EDIVALDO PEIXOTO DA SILVA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
209	KAR9152	MT	HONDA/CG 125 FAN ES	2009/2009	9C2JC41209R005104	CENTRO DE FOR DE COND INTERLAGOS LTDA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
210	JZT6516	MT	HONDA/CG 150 TITAN ESD	2004/2004	9C2KC08204R017801	VALTENIR FRANCISCO DA COSTA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
211	OAR2687	MT	HONDA/CG 150 FAN ESI	2011/2012	9C2KC1670CR431265	LEONARDO DOS SANTOS MARTENS	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
212	KAJ3058	MT	HONDA/CBX 250 TWISTER	2004/2004	9C2MC35004R041511	ROBSON CARVALHO DE SOUZA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
213	OBC5716	MT	HONDA/BIZ 125 ES	2012/2012	9C2JC4820CR036077	MARIA CUSTODIA DE ARAUJO	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
214	JYU9624	MT	HONDA/CG 125 TITAN	1999/1999	9C2JC2500XR124801	CLAUDIO C.ANTUNES PEREIRA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
215	OAZ2474	MT	HONDA/BIZ 125 ES	2012/2013	9C2JC4820DR009685	MARIA JOSE DA SILVA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
216	OAR8763	MT	HONDA/CG 125 FAN ES	2012/2012	9C2JC4120CR560592	JOELSON ALVES MARTINS	BANCO HONDA S/A
217	NAS1603	MT	HONDA/CG 125 FAN	2008/2008	9C2JC30708R161768	SERGIO VENIALGO	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
218	OAP7445	MT	I/SHINERAY XY 150 5	2011/2012	LXYPCKL09C0500934	LEONILSON BOLANDINI ME	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
219	GOP1819	MG	HONDA/CG 125 TODAY	1992/1992	9C2JC1801NR258135	VICENTE DE PAULA PEREIRA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
220	KAU2328	MT	GM/CLASSIC SPIRIT	2005/2005	9BGSN19X05B268285	BANCO ITAULEASING S A	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
221	BKR3857	MT	FIAT/PALIO 16V	1996/1997	9BD178258T0128453	BANCO ITAULEASING S A	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
222	JYB2292	MT	VW/GOL CL	1994/1994	9BWZZZ30ZRT015892	GEZELAINE PEREIRA DA SILVA REIS	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
223	JYP4548	MT	HONDA/CG 125 TITAN	1997/1997	9C2JC250VVR200130	RUI ZAGNOLI FILHO	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
224	NUA9122	MT	HONDA/CG 150 FAN ESI	2011/2011	9C2KC1670BR545809	IVANO DE FREITASFILHO	BV FINANCEIRA SA CRED. FINANC.E INVEST.
225	KAG5411	MT	HONDA/CG 125 FAN	2007/2007	9C2JC30707R191199	JOENIL MARQUES DA COSTA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
226	NBZ7722	MT	FIAT/STRADA LX 16V	2001/2001	9BD27809312764428	EVA MARIA DA SILVA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
227	NJK9385	MT	YAMAHA/FAZER YS250	2008/2008	9C6KG017080113026	WILLIAN MARINHO DE ALCANTARA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
228	JZV0458	MT	HONDA/CG 125 TITAN KSE	2002/2002	9C2JC30212R546210	BENEDITO GABRIEL DA S MONTEIRO	BANCO DO BRASIL S/A
229	CRY4714	MT	VW/GOL 1.0	1999/2000	9BWZZZ373YP054703	FRANCISCO DE PAULA	BFB LEASING SA ARRENDAMENTO MERCANTIL
230	JZJ5616	MT	GM/CELTA	2002/2002	9BGRD08Z02G168065	BANCO FINASA S A	BANCO FINASA SA
231	KAQ2495	MT	JTA/SUZUKI EN125 YES	2007/2007	9CDNF41LJ7M075130	EGNER JOSE DA C.CURADO	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
232	JZK8196	MT	HONDA/CG 125 CARGO	2002/2002	9C2JC30302R009840	LORECI TERESINHA D.BATISTA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
233	NJA8664	MT	HONDA/CG 125 FAN	2008/2008	9C2JC30708R163394	ANDERSON RODRIGUES DOS SANTOS	BANCO FINASA SA
234	NFZ6921	GO	YAMAHA/YBR 125E	2005/2006	9C6KE091060002582	ROSELI CERQUEIRA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
235	KAS9347	MT	HONDA/CG 125 FAN	2005/2005	9C2JC30705R045281	EDER JOFRE ARAUJO DE SOUZA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO

236	NJI1866	MT	DAFRA/SPEED 150	2008/2008	95VCA1E288M011498	DANIEL JOSE SILVA OLIVEIRA	BANCO ITAUCARD SA
237	JZL7158	MT	HONDA/CBX 250 TWISTER	2001/2002	9C2MC35002R005109	LUISMAR JOAO DE MORAES MAGALHAES	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
238	NJF8127	MT	HONDA/CG 125 FAN	2008/2008	9C2JC30708R195794	ELMO LINS PEREIRA	BANCO PANAMERICANO S A
239	KAD4001	MT	JTA/SUZUKI EN125 YES	2006/2007	9CDNF41LJ7M050869	IRENE DIAS DA SILVA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
240	NGU5539	MT	HONDA/CG 125 FAN	2007/2008	9C2JC30708R072325	ELY ARANTES RIBEIRO	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
241	KAM2469	MT	HONDA/CG 150 TITAN KS	2006/2006	9C2KC08106R939131	FAGNER BATISTA PEREIRA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
242	JYO9102	MT	IMP/FIAT UNO MILLE SX	1997/1998	8AP146028V8800675	CLEITON NOGUEIRA AGUIAR	BANCO DO BRASIL SA
243	OAQ9326	MT	CHEVROLET/S10 LS FD2	2013/2014	9BG148CP0EC414451	GEDALVO DA SILVA	AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INV S A
244	HSS5297	MS	HONDA/CG150 SPECIAL EDIT	2006/2007	9C2KC08207R093818	ARMANDO MARCHSINI	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
245	JZM9633	MT	HONDA/C100 BIZ ES	2002/2003	9C2HA07103R006338	JANE MOURA VIEGAS	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
246	NJS8354	MT	JTA/SUZUKI EN125 YES	2009/2009	9CDNF41LJ9M301731	LUCILENE GONCALVES LIBERATO	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
247	NPJ8025	MT	HONDA/CG 125 FAN ES	2010/2011	9C2JC4120BR506794	FABIO MARQUES	BV FINANCEIRA SA CRED. FINANC.E INVEST.
248	NJO8680	MT	HONDA/BIZ 125 KS	2007/2008	9C2JA04108R007058	BERNADETE VERONICA DA M MORAIS	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
249	NPF0540	MT	YAMAHA/FACTOR YBR125 K	2008/2009	9C6KE122090014008	ANTONIO MORAIS BEZERRA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
250	NJQ5807	MT	DAFRA/SPEED 150	2008/2009	95VCA1H289M034244	MARIO PEREIRA DE LIMA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
251	JYN8819	MT	VW/GOL MI	1997/1997	9BWZZZ377VP581867	DILCINEIA GENOVEVA M.EZEQUIEL	BV FINANCEIRA S A C F I
252	KAS3198	MT	HONDA/CG 150 TITAN ES	2005/2005	9C2KC08505R063439	VALDECIR SOARES DA SILVA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
253	JYM0449	MT	GM/CORSA WIND	1995/1996	9BGSC08WTSC667552	SEBASTIAO GONCALVES DOS SANTOS	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
254	OBF8516	MT	VW/GOL 1.0 GIV	2013/2014	9BWAA05W7EP042698	BASILIO BONIFACIO DE CAMPOS	BV FINANCEIRA SA CRED. FINANC.E INVEST.
255	KAR7473	MT	HONDA/CG 125 FAN	2007/2007	9C2JC30707R130325	LOZIANE MARTINS DE MAGALHAES	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
256	KAG7263	MT	HONDA/CG 125 FAN	2006/2006	9C2JC30706R819394	JOSE EROS MONTILHA DE SOUZA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
257	QBZ1518	MT	HONDA/CG150 FAN ESDI	2015/2015	9C2KC1680FR223119	JOSE CLAUDIO DOS ANJOS DE CAMPOS	BANCO HONDA S/A
258	NPI2660	MT	YAMAHA/FAZER YS250	2008/2008	9C6KG017080100397	EMIRAME PAES DE SOUZA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
259	KAK7903	MT	HONDA/BIZ 125 ES	2006/2006	9C2JA04206R829755	FRAIDE DA COSTA FIGUEIREDO	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
260	JZS7785	MT	HONDA/C100 BIZ MAIS	2004/2004	9C2HA07204R008289	MARILZA FERREIRA DE LIMA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
261	NTX8402	MT	HONDA/CG150 FAN ESDI	2011/2011	9C2KC1680BR524777	ANTONIO CARLOS MACEDO	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
262	JZA1288	MT	IMP/VW GOL CL 1.6 MI	1997/1998	8AWZZZ377VA940642	JONNY MICHEL MENDES	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
263	KAU4409	MT	HONDA/CG 150 TITAN KS	2006/2007	9C2KC08107R039369	MARCO AURELIO XAVIER	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
264	NTY2975	MT	HONDA/CG 150 TITAN ESD	2011/2011	9C2KC1650BR525242	BRUNO ALVES DE OLIVEIRA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
265	KAC3885	MT	FORD/FIESTA STREET	2005/2006	9BFBRZFHA6B452218	OCIMAR AMORIM DE BEZERRA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
266	NPO1161	MT	HONDA/BIZ 125 ES	2011/2011	9C2JC4820BR096428	JOAO PAULO DOS SANTOS PAES DE BARROS	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
267	JZS2136	MT	HONDA/XR 250 TORNADO	2004/2004	9C2MD34004R014906	GERALDO ALVES DE SOUZA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
268	OAU9262	MT	HONDA/CG 125 FAN ES	2011/2012	9C2JC4120CR535487	RENERY SANTANA DA SILVA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
269	OBN6029	MT	HONDA/CG 150 TITAN EX	2012/2013	9C2KC1660DR506712	SOLENY JOAO DA SILVA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
270	JZS0864	MT	HONDA/CG 125 CARGO	2003/2003	9C2JC30303R104231	MARLI HILARIO	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
271	NUG2161	MT	FLASH/MV CITY 150	2011/2012	93FCTACJBCM000013	MANOEL APARECIDO DE CAMPOS	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
272	OBG8935	MT	HONDA/CG 125 FAN KS	2012/2012	9C2JC4110CR323511	ISAIAS RODRIGUES DA SILVA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
273	NPJ9114	MT	YAMAHA/FACTOR YBR125 K	2011/2011	9C6KE1520B0056353	MARCOS VINICIUS SOUZA VELASCO	BANCO PANAMERICANO S/A
274	NPQ5433	MT	HONDA/BIZ 125 ES	2012/2012	9C2JC4820CR028474	BRUNA GRAZIELLA BUENO DE ALMEIDA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
275	NJG2191	MT	YAMAHA/FACTOR YBR125 K	2010/2011	9C6KE1520B0021872	MANOEL AGOSTINHO MARTINS	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
276	BFZ8586	MT	I/RENAULT FLUENCE DYN20M	2012/2013	8A1LZBW26DL254350	CLEIDIMAR VIEIRA MARQUES	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
277	HRY7336	MT	FIAT/UNO MILLE FIRE	2003/2004	9BD15822544504252	ADELIO JOVIS	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
278	NJO0626	MT	YAMAHA/FACTOR YBR125 K	2009/2009	9C6KE122090065392	ROGERIO EDUARDO DA SILVA	BANCO FINASA BMC S A

279	JYG1507	MT	HONDA/CG 125 TITAN	1995/1995	9C2JC2501SRS54785	ANTONIO FRANCISCO DE MELO	CONSORCIO NAC. HONDA LTDA
280	KEY6186	GO	I/CITROEN XSARA GLX 1.6I	2002/2003	9U7N1N6AK3K258772	JOSE IRAN DO NASCIMENTO SILVA	BANCO ITAU S/A
281	NJJ8094	MT	HONDA/CG 150 SPORT	2008/2008	9C2KC08608R033788	WAGNER ANTONIO DA SILVA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
282	NPI3689	MT	HONDA/CG 125 FAN ES	2009/2009	9C2JC41209R094472	GUILHERME GALVAO	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
283	JZS6413	MT	FIAT/PALIO ELX FLEX	2004/2004	9BD17140B42422541	BANCO FINASA SA	BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.
284	NPJ3043	MT	HONDA/BIZ 125 ES	2013/2014	9C2JC4820ER006884	ANA DIANA CARDOSO DA SILVA	BANCO HONDA S/A
285	JZC6574	MT	HONDA/CG 125 CARGO	2001/2001	9C2JC30301R004196	ROBERTO APARECIDO ARAUJO	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
286	NPE7108	MT	HONDA/CG 125 FAN KS	2009/2009	9C2JC41109R072899	CARLOS MARQUES DE ASSUNCAO	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
287	KAF1394	MT	HONDA/CG 125 FAN	2005/2005	9C2JC30705R094968	MOACIR LUDIO DE BRITO	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
288	QCP3341	MT	HONDA/CG 160 START	2017/2018	9C2KC2500JR106418	FELIPE DE ALMEIDA VEGA	AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INV S A
289	OBP2940	MT	HONDA/CG 125 FAN ES	2013/2013	9C2JC4120DR537301	VANDERLY BISPO DA SILVA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
290	JYI2508	MT	FORD/ESCORT L	1991/1991	9BFZZZ54ZMB189948	ACY NUNES DE SIQUEIRA	CONSORCIO NACIONAL FORD LTDA
291	KAR4952	MT	VW/GOL 16V SPORT	2002/2002	9BWCA05X62P076483	GENIVALDO MENDES DE SOUZA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
292	HRU5662	MT	GM/CELTA	2001/2001	9BGRD08Z01G127918	PAULO CESAR LIMA DA CRUZ	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
293	LXJ9619	MT	FIAT/UNO MILLE EP	1995/1996	9BD146107S5573531	TERESINHA MOREIRA DA SILVA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
294	JZX4513	MT	HONDA/CG 150 TITAN ESD	2004/2005	9C2KC08205R018370	JOENDER MARQUES DE CAMPOS	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
295	NTY9459	MT	HONDA/CG 125 FAN KS	2010/2010	9C2JC4110AR692321	NEUCIRLENO BENEDITO DE JESUS	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
296	NJQ5456	MT	I/TRAXX JL50Q 2	2008/2009	LAAAXKBB190011172	JOSE JOAQUIM DO AMARAL	RECON ADMINISTRADORA DE CONSORCIO LTDA
297	JZJ7155	MT	HONDA/C100 BIZ ES	2002/2002	9C2HA07102R033336	ERICA MIGUELINA DO CARMO	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
298	NPO9928	MT	HONDA/CG 125 FAN ES	2009/2010	9C2JC4120AR012917	ALEX DA SILVA GALICE	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
299	JZD7525	MT	HONDA/CG 125 TITAN KS	2000/2000	9C2JC3010YR076457	CARLOS ROBERTO C. LARA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
300	NJT7752	MT	HONDA/CG 125 FAN KS	2011/2011	9C2JC4110BR506336	ELY SANTANA CURVO	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
301	QBY5783	MT	HONDA/CG 160 START	2016/2016	9C2KC2500GR019309	ROSANA DE SOUZA	ADM DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA
302	JZQ3095	MT	FIAT/PALIO ED	1997/1997	9BD178016V0259470	ROBSON PACHECO DOS SANTOS	CREDIFIBRA S.A CRED FINAN INVESTIMENTO
303	NJO6129	MT	YAMAHA/YBR 125K	2008/2008	9C6KE092080229757	ADRIANO DE PAIVA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
304	NUA7504	MT	HONDA/CG 150 FAN ESI	2011/2011	9C2KC1670BR629182	JOSCIMAR JULIO MOTA	BANCO PANAMERICANO S/A
305	NPH5188	MT	HONDA/CG 125 FAN KS	2009/2010	9C2JC4110AR502061	DEUZINETE RODRIGUES MOREIRA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
306	OAP1647	MT	VW/GOL 1.0 GIV	2011/2012	9BWAA05W0CP025982	ELENICE DE SOUZA GUIA	BCO VOLKSWAGEN S.A
307	NJF8546	MT	HONDA/BIZ 125 KS	2008/2008	9C2JA04108R047960	LUCIANO SOARES DE CAMPOS	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
308	JZI7776	MT	HONDA/C100 BIZ	2002/2002	9C2HA07002R030606	JOAO BATISTA F LOPES	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
309	OAX1374	MT	HONDA/CG 125 FAN KS	2012/2012	9C2JC4110CR556604	DIDIE SILVA DE OLIVEIRA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
310	NJO8780	MT	HONDA/CG 150 TITAN KS	2007/2008	9C2KC08108R048209	FRANCISCO ANTONIO R JUNIOR	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
311	NJE3738	MT	HONDA/CG 125 FAN	2008/2008	9C2JC30708R671432	SEBASTIAO BARNABE DA SILVA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
312	NIZ3296	MT	HONDA/BIZ 125 ES	2008/2008	9C2JA04208R098386	ALUIZIO MACHADO DE SOUZA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
313	QBD6402	MT	HONDA/XRE 300	2014/2015	9C2ND1110FR009185	ZENILDE ESPIRITO SANTO MODESTO	ADM DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA
314	JJF5761	MT	VW/GOL 1.0 GIV	2008/2009	9BWAA05W69P103769	NATALINO GETULIO DA CUNHA	BV FINANCEIRA SA CRED. FINANC.E INVEST.
315	NGT6196	MT	GM/CELTA 2P LIFE	2007/2008	9BGRZ08908G159307	MAX OLIVEIRA DA SILVA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
316	JZR8444	MT	FORD/KA	2003/2003	9BFBLZGDA3B826321	RONIVALDO MARCIO DA SILVA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
317	QCA0565	MT	HONDA/BIZ 110I	2017/2017	9C2JC7000HR508023	ADRIANA BORGES DE MESQUITA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
318	ONF7112	GO	HONDA/CG 150 FAN ESI	2013/2013	9C2KC1670DR477793	JOAO DA SILVA CARVALHO	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
319	OBG1498	MT	HONDA/CG 160 FAN ESDI	2016/2017	9C2KC2200HR004795	ROBERTO CARLOS DA SILVA	ADM DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA
320	NJW5497	MT	I/FIAT SIENA FIRE FLEX	2010/2010	8AP17206LA2136398	GELSON DEMSKI	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
321	NJK0729	MT	FIAT/SIENA FIRE FLEX	2008/2009	9BD17206G93470711	SUELEN MAYARA APARECIDA PADILHA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO

322	NPJ7651	MT	HONDA/CG 125 FAN ES	2011/ 2011	9C2JC4120BR538435	MANOEL RODRIGO CAMPOS DE SOUZA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
323	NPL7749	MT	YAMAHA/FACTOR YBR125 K	2009/ 2009	9C6KE122090071999	MAURO ROBERTO DE SOUZA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
324	QCT2396	MT	HONDA/CB 250F TWISTER	2018/ 2018	9C2MC4400JR018684	ANDREY HENRIQUE CEARENSE	AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INV S A
325	NJK4765	MT	HONDA/CG 150 TITAN KS	2009/ 2009	9C2KC15109R016298	DORACI GALDINO DELGADO	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
326	NPH7901	MT	YAMAHA/FAZER YS250	2011/ 2012	9C6KG0460C0029129	LUIS FERNANDO FERREIRA CARVALHO	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
327	NJG6364	MT	HONDA/CG 125 FAN KS	2009/ 2009	9C2JC41109R002207	HUMBERTO DE SOUZA SILVA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
328	NJU6601	MT	YAMAHA/FACTOR YBR125 K	2011/ 2011	9C6KE1520B0028080	FERNANDO APARECIDO DE CAMPOS	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
329	OBR0968	MT	I/RENAULT FLUENCE DYN20A	2013/ 2014	8A1LZBW2TEL652211	SAMUEL LUCAS DE OLIVEIRA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
330	KAP8377	MT	HONDA/CG 125 TITAN KS	2002/ 2003	9C2JC30103R154528	RONALDO ADRIANO MARQUES	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
331	KAQ2214	MT	GM/CELTA 4P LIFE	2007/ 2007	9BGRZ48907G252197	BANCO GMAC S A	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
332	JYL0034	MT	HONDA/CG 150 TITAN KS	2006/ 2007	9C2KC08107R056751	RAYLDO DIAS DOS SANTOS	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
333	GKS6736	MT	FORD/FIESTA FLEX	2007/ 2008	9BFZF10A388163409	RAFAELA LUCIA DE OLIVEIRA SOUZA	BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.
334	NIY6021	MT	HONDA/POP100	2007/ 2007	9C2HB02107R068878	ANA LUCIA DE PAULA MARIA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
335	QBN7015	MT	HONDA/CG150 FAN ESDI	2015/ 2015	9C2KC1680FR025422	LORIVAL MONTEIRO DE OLIVEIRA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
336	APV1568	MT	FIAT/UNO MILLE FIRE FLEX	2008/ 2008	9BD15802786093180	ALBERTO JOSEFINO DOS S.JR.	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
337	KAF1294	MT	HONDA/CG 125 FAN	2005/ 2005	9C2JC30705R086719	MARCELO FERNANDO DA SILVA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
338	NJA5985	MT	HONDA/CG 150 TITAN ESD	2008/ 2008	9C2KC08208R055093	JESIEL DANTAS PEREIRA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
339	QBH3388	MT	HONDA/BIZ 125 ES	2014/ 2014	9C2JC4820ER579895	MARIA JOSE DE JESUS TEIXEIRA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
340	KAK9844	MT	HONDA/CG 125 FAN	2006/ 2006	9C2JC30706R837707	HEITOR TOME DE ARRUDA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
341	QBG8433	MT	CHEVROLET/ONIX 1.0MT LT	2016/ 2016	9BGKS48G0GG223716	SIRLEI G.DOS REIS SILVA	BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.
342	NUB5710	MT	FIAT/PALIO ATTRACTIV 1.4	2010/ 2011	9BD17170MB5690662	LUCIANA DE MENEZEZ GOMES SILVA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
343	JZV7095	MT	FIAT/UNO MILLE FIRE	2004/ 2004	9BD15802544581117	FRANCISCO MASTIM	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
344	JZH8003	MT	HONDA/XR 200R	2001/ 2001	9C2MD28001R010034	WALDECI NEVES CORREA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
345	QBQ7584	MT	HONDA/BIZ 125 ES	2014/ 2015	9C2JC4820FR513278	LUCINEYDE ESTEVAM DE SOUZA	BANCO HONDA S/A
346	QBN5248	MT	HONDA/NXR 160 BROS	2016/ 2016	9C2KD1000GR039290	KARYEN GOTARDO STIPP	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
347	JZW2093	MT	HONDA/CG 150 TITAN ESD	2004/ 2004	9C2KC08204R004843	ZCAR COM DE ACESSORIOS P VEIC LTDA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
348	KAQ3773	MT	YAMAHA/FAZER YS250	2007/ 2007	9C6KG017070043080	LUIS EDUARDO PEREIRA DE SOUZA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
349	OBO7982	MT	DAFRA/ZIG 50	2013/ 2014	95VJK4E8DEM001494	VALDECIR JOB DA SILVEIRA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
350	KAG8561	MT	YAMAHA/YBR 125K	2007/ 2007	9C6KE092070124911	GERALDO RODRIGUES PEREIRA NETO	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
351	NPN3280	MT	HONDA/CG 125 FAN ES	2009/ 2010	9C2JC4120AR001858	SILEM LEMES DE SOUZA	BANCO PANAMERICANO S A
352	JYY0083	MT	HONDA/CG 150 TITAN KS	2008/ 2008	9C2KC08108R117184	MARCIO LEANDRO GOUVEIA BERTINI	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
353	JYY3730	MT	VW/GOL CLI 1.8	1996/ 1996	9BWZZZ377TT175644	UBALDO RODRIGUES SOUZA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
354	KAT2670	MT	HONDA/CBX 250 TWISTER	2003/ 2003	9C2MC35003R138528	JOANITO JACOB DE JESUS	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
355	JYW4727	MT	FIAT/UNO MILLE	1992/ 1992	9BD146000N3864513	JURACY HONORATO DA SILVA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
356	QBF2338	MT	HONDA/NXR150 BROS ESD	2014/ 2014	9C2KD0540ER067807	ROSIELEN CANDIDA L. DOS SANTOS	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
357	NPD3746	MT	HONDA/CG 150 FAN ESI	2010/ 2010	9C2KC1550AR108771	CLEONICE MARGARIDA DA CRUZ	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
358	QBK1687	MT	HONDA/CG150 FAN ESDI	2013/ 2014	9C2KC1680ER009934	WELBER VAREJO CEBALHO	BANCO HONDA S/A
359	KAB1824	MT	HONDA/CG 125 FAN	2005/ 2005	9C2JC30705R009264	PAULO SANTANA DE LIMA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
360	NJN7619	MT	YAMAHA/FACTOR YBR125 E	2008/ 2009	9C6KE121090002787	CARLITO GONCALO DA ROSA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
361	KAI0562	MT	HONDA/BIZ 125 ES	2007/ 2007	9C2JA04207R092149	FABIO CESAR BELTRAME	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
362	JZG9072	MT	GM/CELTA	2002/ 2002	9BGRD08Z02G136760	JOSE CEZARIO DA SILVA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
363	NJE7130	MT	GM/CELTA 4P LIFE	2007/ 2008	9BGRZ48908G187343	EVERTON LUIZ PACHECO DE SOUZA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
364	NPL3859	MT	HONDA/CG 150 TITAN ESD	2008/ 2009	9C2KC15309R006482	NELSON DE MATOS	SEM RESERVA DE DOMÍNIO

365	OBH0959	MT	HONDA/BIZ 100 ES	2013/2014	9C2HC1420ER001171	ELZA PEREIRA MARQUES	BANCO HONDA S/A
366	JZI7203	MT	YAMAHA/CRYPTON T105E	2001/2002	9C6KE020020047271	SILVIO MELO GONCALVES	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
367	NPL9038	MT	HONDA/CG 150 FAN ESI	2009/2010	9C2KC1550AR009582	RAPHAEL CARLOS SILVA ARENA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
368	OAP7366	MT	HONDA/CG 150 FAN ESI	2011/2012	9C2KC1670CR413022	THIERRY PACHECO SANTOS	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
369	NJR9121	MT	HONDA/CG 160 FAN ESDI	2015/2016	9C2KC2200GR037934	CLEITON PAIXAO LOPES	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
370	QBB8715	MT	HONDA/NXR125 BROS ES	2014/2014	9C2JD2320ER009700	JOSE CARLOS MORAIS	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
371	OBI7219	MT	HONDA/BIZ 100 ES	2012/2013	9C2HC1420DR010409	ANDREIA CRISTINA DA COSTA SILVA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
372	KAK9730	MT	HONDA/C100 BIZ ES	2002/2003	9C2HA07103R001535	OLGA DAS NEVES COSTA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
373	NPL3328	MT	YAMAHA/FACTOR YBR125 K	2009/2009	9C6KE122090076410	MOISES FERNANDES NOVAIS	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
374	NPN9949	MT	HONDA/CG150 TITAN MIXESD	2009/2009	9C2KC16309R004205	WELITON GOMES DA SILVA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
375	KAA4287	MT	HONDA/CG 150 TITAN ES	2004/2004	9C2KC08504R010670	ROSEMEIRE TEREZINHA ROBERTO	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
376	NPN6107	MT	HONDA/BIZ 125 MAIS	2009/2010	9C2JC4230AR106396	JAQUESON DE OLIVEIRA LOBO	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
377	QBX2699	MT	TRAXX/JH250-8	2015/2015	951BAMNW0FB000141	JOAO BATISTA R. FILHO	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
378	KAK3054	MT	HONDA/CG 150 TITAN KS	2005/2006	9C2KC08106R031135	ROMARIO SIMOES DA CRUZ	BANCO BRADESCO S A
379	OBO0492	MT	HONDA/NXR150 BROS ES	2013/2013	9C2KD0550DR220448	JULIO CESAR DAMBROS	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
380	KAH0401	MT	HONDA/CBX 250 TWISTER	2007/2007	9C2MC35007R063646	CAROLINA BARROS	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
381	CJO9985	MT	VW/GOL 16V	2000/2000	9BWCA15X1YP097370	ISAC SAVIANO TIMOTEO	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
382	JYF3758	MT	VW/GOL CL	1991/1991	9BWZZZ30ZMT050739	WALTER ROSA DE M.FILHO	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
383	NUF8216	MT	HONDA/BIZ 125 ES	2013/2013	9C2JC4820DR063924	MARIJANE GONCALINA CURVO	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
384	OAR7274	MT	YAMAHA/FACTOR YBR125 K	2011/2011	9C6KE1520B0065351	JEFFERSON MARTINS DE LIRA	BV FINANCEIRA SA CRED. FINANC.E INVEST.
385	OBE2770	MT	VW/FOX 1.0 GII	2012/2013	9BWAA05Z0D4099030	EDEVAIR MARIA LEAL DE FIGUEIREDO	BANCO ITAUCARD S.A
386	NJO3207	MT	HONDA/CG 125 FAN KS	2009/2009	9C2JC41109R520821	MARCIA LARA HENRIQUE CARVALHO	BANCO HONDA SA
387	NPO0727	MT	HONDA/CB 300R	2009/2010	9C2NC4320AR003826	ANA PAULA FERREIRA SIDOU	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
388	OAX6211	MT	HONDA/CG 125 FAN KS	2011/2012	9C2JC4110CR477477	GLAUBER BARBOZA MACEDO	BANCO ITAUCARD S.A
389	ARZ1965	MT	GM/S10 DE LUXE 2.8 D	2001/2001	9BG138CC01C426758	MAURA JUSTINO RIBEIRO	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
390	KAH9037	MT	GM/CORSA HATCH PREMIUM	2008/2009	9BGXM68809C108933	SAULO EDER BARONI JUNIOR	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
391	NJO1659	MT	HONDA/CG 150 TITAN ESD	2008/2008	9C2KC08208R076141	GUILHERME RENATO CHAGAS	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
392	IFX1178	MT	VW/GOL CL 1.6 MI	1996/1997	9BWZZZ377TP582190	JOSE DOMINGOS DOS SANTOS	BANCO FINASA SA
393	OBE4909	MT	HONDA/BIZ 125 ES	2012/2013	9C2JC4820DR305515	CRISTIANE MARIA NASCIMENTO SANTOS	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
394	NJB6112	MT	HONDA/CG 150 TITAN ES	2008/2008	9C2KC08508R040241	LUCINALVA PLACITA DO ESPIRITO SANTO	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
395	NPC7916	MT	HONDA/CG150 TITAN MIX EX	2010/2010	9C2KC1640AR031502	JONAS LINO DA COSTA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
396	OBG2903	MT	YAMAHA/T115 CRYPTON K	2013/2014	9C6KE1560E0027369	WALDENIR CORREIA DO NASCIMENTO	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
397	NJI3127	MT	YAMAHA/YBR 125K	2008/2008	9C6KE092080232547	MATEUS DE SOUZA FILHO	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
398	NJN7763	MT	HONDA/CG 125 FAN KS	2010/2010	9C2JC4110AR600112	WELLINGTON GONCALVES DE AZEVEDO	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
399	JZG4536	MT	HONDA/CG 125 TITAN KS	2001/2001	9C2JC30101R174955	YDON LAURENT RODRIGUES BARBOSA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
400	EOG5170	SP	HONDA/CG 125 FAN KS	2010/2010	9C2JC4110AR077531	BV FINANCEIRA SA CFI	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
401	OAT7923	MT	HONDA/CG150 FAN ESDI	2012/2012	9C2KC1680CR449596	JOAO VICTOR METZLER GOMES	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
402	QBS5171	MT	HONDA/CG 160 FAN ESDI	2016/2017	9C2KC2200HR025865	LEONICE VIEIRA DE SOUZA	BV FINANCEIRA SA CRED. FINANC.E INVEST.
403	NUB4558	MT	GM/MERIVA MAXX	2010/2011	9BGXH75X0BC129685	DOROTEIA MARIA RONDON	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
404	JZV8570	MT	GM/CELTA	2000/2001	9BGRD08Z01G100904	JOSENIL DA SILVA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
405	JYM4625	MT	FIAT/PALIO EDX	1997/1997	9BD178226V0254449	LUIZ DOS SANTOS MACIEL DE CAMPOS	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
406	QBB8664	MT	FIAT/STRADA WORKING	2015/2015	9BD57814UF7963100	GALEAO C D E R DE P AGRO VETERINARIO LTD	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
407	HRZ0518	MT	VW/GOL 16V PLUS	2001/2001	9BWCA05X31P117067	HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO	SEM RESERVA DE DOMÍNIO

408	QBO9828	MT	FORD/ECOSPORT FSL 1.6	2014/2015	9BFZB55P1F8993495	JANAINA COSTA DA SILVA	BV FINANCEIRA SA CRED. FINANC.E INVEST.
409	JZQ5256	MT	HONDA/CG 125 TITAN KS	2003/2003	9C2JC30103R217228	ADILSON MATIAS	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
410	QBA9705	MT	PEUGEOT/208 ACTIVE	2014/2014	936CLYFYYEB070790	MARIA DOROTHY WEIGERT DUARTE	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
411	QCA1686	MT	FIAT/TORO FREEDOM AT	2017/2018	98822611XJKB39252	A2 CONSTR. E INCORPORADORA LTDA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
412	QBQ9136	MT	HONDA/CG150 FAN ESDI	2015/2015	9C2KC1680FR701034	LUCINEIA SILVA ALVES	OMNI S.A. CREDITO E FINAN.E INVESTIMENTO
413	KAR4452	MT	HONDA/CG 125 FAN	2008/2008	9C2JC30708R789921	PAULO RAIMUNDO CORREA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
414	NUE5518	MT	VW/GOL 1.0 GIV	2010/2011	9BWAA05W1BP033376	VALDIR GOMES DE ANDRADE	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
415	JYS1497	MT	HONDA/BIZ 125 ES	2006/2007	9C2JA04207R003640	CLAUDENICE FERREIRA DA SILVA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
416	QCB9657	MT	VW/NOVO VOYAGE TL MBV	2017/2018	9BWDB45UXJT021331	A. K. KAWASAKI - ME	BRADESCO ADMINISTRADORA CONSORCIOS LTDA
417	KAL0159	MT	GM/VECTRA GLS	1998/1998	9BGJK19HWWB558108	EDMUNDO SOUZA DOS SANTOS	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
418	QBF7159	MT	YAMAHA/YBR125 FACTOR ED	2014/2015	9C6KE1940F0037455	ROBSON SANTANA DE LIMA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
419	QBG4179	MT	HONDA/BIZ 125 EX	2014/2015	9C2JC4830FR012097	ARILENE RODRIGUES OLIVEIRA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
420	NUA9862	MT	HONDA/CG 160 START	2016/2016	9C2KC2500GR014432	RENAN MAURICIO DE MORAIS BINDE	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
421	QCG8851	MT	HONDA/CG 160 TITAN	2019/2019	9C2KC2210KR021792	JHON VICTOR ALVES PEREIRA JUSTO	BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.
422	NTY2063	MT	HONDA/CB 300R	2012/2012	9C2NC4310CR043708	AGROMETA PROJETOS E CONSULTORIA LTDA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
423	OBN1315	MT	HONDA/XRE 300	2013/2013	9C2ND1110DR008508	LUCIANNE MARQUES FERREIRA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
424	QBX6786	MT	HONDA/XRE 300	2015/2015	9C2ND1110FR024151	DARIO JOAQUES MARTINS FERREIRA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
425	OBI1224	MT	HONDA/BIZ 125 ES	2013/2013	9C2JC4820DR052897	WILIAN CHAVES PEREIRA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
426	JZW6481	MT	VW/POLO SEDAN 1.6	2004/2005	9BWJB09N55P020813	EMANOEL NASCIMENTO DE SOUZA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
427	QBC1135	MT	HONDA/BIZ 125 ES	2014/2014	9C2JC4820ER023741	SIMONE APARECIDA DA SILVA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
428	JYV9700	MT	FIAT/PALIO EDX	1996/1997	9BD178226T0088889	FERNANDO PARDI	HSBC BANK BRASIL S A BCO MULTIPLO
429	NJJ2941	MT	HONDA/CG 160 FAN ESDI	2015/2016	9C2KC2200GR036752	EVANDRO JUNIOR PIRES DE DEUS	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
430	NOW4363	AM	CHEVROLET/MONTANA LS	2011/2011	9BGCA80X0BB282552	IZAQUEU AMANCIO DE SOUZA	BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A
431	JYX9073	MT	GM/CORSA WIND	1999/1999	9BGSC68Z0XC724953	EVANDRO ROBERTO WERLANG	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
432	HHP4757	MT	VW/GOL 1.0	2007/2008	9BWCA05WX8P078298	LUCIANO PRUDENTE DOS SANTOS	BV FINANCEIRA SA CRED. FINANC.E INVEST.
433	ERL6671	MT	FIAT/UNO MILLE ECONOMY	2010/2011	9BD15822AB6463642	RAPHAEL BRENZAN STAMATO	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
434	NJE9283	MT	YAMAHA/FACTOR YBR125 E	2008/2009	9C6KE121090012518	VICTOR MANUEL VARGAS FERREIRA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
435	OAP4201	MT	HONDA/CG 125 FAN ES	2011/2012	9C2JC4120CR527732	LEONARDO SILVESTRE BRAGA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
436	NUE9048	MT	HONDA/NXR150-BROS MIX ESD	2010/2010	9C2KD0510AR032473	GABRIEL AUGUSTO S. TOLEDO PIZZA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
437	QBG8920	MT	HONDA/BIZ 125	2017/2018	9C2JC4830JR200485	FRANCINILZA ALMEIDA DE LIMA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
438	KAU3693	MT	HONDA/CG 125 FAN	2008/2008	9C2JC30708R537661	ROSANGELA SILVA MARTINS	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
439	QBL7447	MT	IROS/ONE 125	2012/2012	96ZNE3125CM001660	ELECY RESPLANDE DA SILVA ALMEIDA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
440	OAY5177	MT	FLASH/MV CITY 150	2011/2012	93FCTACKBCM001360	JUSCELIO HENRIQUE DA SILVA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
441	KPJ3759	MT	GM/CELTA 2P LIFE	2007/2008	9BGRZ08908G164767	GESSONIAS TOMAZ	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
442	KAD7304	MT	HONDA/CG 150 TITAN KS	2005/2006	9C2KC08106R014119	EDVALDO PORTO RAMOS	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
443	NJK1860	MT	HONDA/CBX 250 TWISTER	2007/2008	9C2MC35008R016874	SEBASTIAO ASTROGILDO DA SILVA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
444	KAN7990	MT	HONDA/CBX 200 STRADA	2002/2002	9C2MC27002R014334	ABRAO XAVIER DOS SANTOS	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
445	OBN9153	MT	HONDA/BIZ 125 ES	2013/2013	9C2JC4820DR081528	ANA RUBIA CAMPOS LEITE	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
446	OBF2730	MT	HONDA/CG 125 FAN ES	2012/2013	9C2JC4120DR501651	FRANCISCO DE ASSIS DE S. DA CONCEICAO	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
447	QCP0401	MT	HONDA/BIZ 125	2017/2018	9C2JC4830JR002072	JONATAN RAFAEL W DE SOUZA	AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INV S A
448	QBI2794	MT	HONDA/CG150 FAN ESDI	2014/2015	9C2KC1680FR515486	JULIANO SCHMITZ ESTEVAO REBELO	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
449	NJE6594	MT	FIAT/PALIO ELX FLEX	2008/2008	9BD17140A85218628	MANOEL MARIO DA SILVA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
450	NUC5698	MT	HONDA/CG 125 FAN ES	2010/2010	9C2JC4120AR116747	JOSE DOMINGOS DE ALMEIDA	SEM RESERVA DE DOMÍNIO

451	OAV2152	MT	HONDA/CG 150 FAN ESI	2012/ 2012	9C2KC1670CR511144	GENI APARECIDA GRACIANO	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
452	QCW3465	MT	HONDA/BIZ 110I	2018/ 2018	9C2JC7000JR019797	WALTER DE ALMEIDA LARA	AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INV S A
453	NUG3980	MT	HONDA/CG 150 FAN ESI	2010/ 2010	9C2KC1550AR208566	ANTONIONI ARTUR F. GOMES	BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.
454	QBN2566	MT	RENAULT/SANDERO AUTH 10	2015/ 2016	93Y5SRD04GJ844359	CLEYTON FERREIRA LEITE	ITAU UNIBANCO S/A
455	KAA8031	MT	HONDA/NXR150 BROS KS	2005/ 2006	9C2KD03206R001153	JOAO GERMANO PLETSCH	SEM RESERVA DE DOMÍNIO
456	QBK3066	MT	HONDA/CG 160 START	2017/ 2017	9C2KC2500HR046878	ALEX PEDRO TORRES CONCEICAO	BANCO HONDA S/A

CLAUDIO JOSÉ DA SILVA

Presidente da Comissão de Leilão

Vip Leilões – GESTÃO E LOGISTICA SA

Cnpj 08.187.134/0001-75

PORTARIA Nº 987/2019

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de janeiro de 2017.

RESOLVE

Art. 1°. Conceder 05 (cinco) dias de férias regulamentares referentes ao período aquisitivo 2018/2019, a vigorar a partir de **30.09.2019 a 04.10. 2019**, ao servidor **EVERTON JUPIRACI NAVARRO**, matrícula n° 124498, exercendo o cargo em Comissão de Coordenador de Desenvolvimento Rural – DNS 04, lotado na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 01 de Outubro de 2019.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

PORTARIA Nº 983/2019

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE

Conceder **Férias** regulamentares, referente ao mês de Outubro/2019, de acordo com Estatuto dos Servidores Públicos de Várzea Grande, Lei Complementar nº. 1.164/1991 que dispõe em seu Art.85, aos servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS				
MAT.	**NOME DO SERVIDOR**	**VINCULO**	**PERIODO AQUISITIVO**	**PERIODO DE GOZO**
111066	ANDRELINA NUNES DA SILVA	Comissão	**2017/2018**	21.10.19 a 04.11.19 (15 dias)
6364	BRIGIDO LEMES DE MORAES	Efetivo	**2018/2019**	01.10.19 a 30.10.19 (30 dias)
18594	GONÇALO MOACIR DA SILVA	Efetivo	**2018/2019**	02.10.19 a 31.10.19 (30 dias)

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 01 de Outubro de 2019.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

PORTARIA Nº 984/2019

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE

Conceder **Férias** regulamentares, referente ao mês de **Outubro/2019**, de acordo com Estatuto dos Servidores Públicos de Várzea Grande, Lei Complementar nº. 1.164/1991 que dispõe em seu Art.85, aos servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO, ECONOMICO E TURISMO				
MAT.	**NOME DO SERVIDOR**	**VINCULO**	**PERIODO AQUISITIVO**	**PERIODO DE GOZO**
14970	ERMINIA PORFIRIA DE CAMPOS CARMONA	Efetivo	**2016/2017**	07.10.19 a 31.10.19 (25 dias)
36080	NADIA MARIA AGUIAR BARRETO	Efetivo	**2018/2019**	01.10.19 a 30.10.19 (30 dias)

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 01 de Outubro de 2019.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

PORTARIA Nº 985/2019

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE

Conceder **Férias** regulamentares, referente ao mês de Outubro/2019, de acordo com Estatuto dos Servidores Públicos de Várzea Grande, Lei Complementar nº. 1.164/1991 que dispõe em seu Art.85, aos servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO				
MAT.	**NOME DO SERVIDOR**	**VINCULO**	**PERIODO AQUISITIVO**	**PERIODO DE GOZO**
130787	DANIEL APARECIDO LIMA DE OLIVEIRA	Comissão	**2018/2019**	29.10.19 (01 dia)
40653	ROSA MARIA DO ESPIRITO SANTO	Efetivo	**2018/2019**	01.10.19 a 04.10.19 (04 dias)
43748	SINIER FERREIRA DA LUZ	Efetivo	**2015/2016**	14.10.19 a 17.10.19 (04 dias)
43748	SINIER FERREIRA DA LUZ	Efetivo	**2016/2017**	18.10.19 a 25.10.19 (08 dias)

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 01 de Outubro de 2019.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

DAE/VG
PORTARIA N ° 118/2019

RICARDO AZEVEDO ARAUJO – Diretor Presidente do Departamento de Agua e Esgoto de Várzea Grande/DAE-VG, no uso das atribuições que lhe são conferidas por meio da Lei e,

CONSIDERANDO a Lei Complementar n° 4.013/2014 que “Dispõem sobre a Criação do Plano de Cargos e Carreira e Salários dos Profissionais do Departamento de Agua e Esgoto e dá outras providencias”.

RESOLVE:

Art. 1°. Enquadrar os Servidores do Departamento de Agua e Esgoto de Várzea Grande – DAE/VG, conforme segue anexo I.

ANEXO I

CARGO: AGENTE DE SANEAMENTO – NÍVEL MÉDIO

Nome	COD F	Perfil	Data de Adm.	Recurso de Averbação todos os efeitos	Carga horaria	Classe/ Nível
EDER JUNIOR SENE DE SOUZA	**571**	**Op. Sist. Agua e Esgoto**	**01/06/2012**	**Sim**	**40 horas**	**A/4**

Art. 2°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando disposições anteriores.

Publique-se. Registra-se. Cumpra-se.

Várzea Grande/MT, 30/09/2019.

RICARDO AZEVEDO ARAÚJO

DIRETOR PRESIDENTE

PORTARIA Nº 986/2019

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE

Conceder **Férias** regulamentares, referente aos meses de Outubro a Dezembro/2019, de acordo com Estatuto dos Servidores Públicos de Várzea Grande, Lei Complementar nº. 1.164/1991 que dispõe em seu Art.85, aos servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO				
MAT.	**NOME DO SERVIDOR**	**VINCULO**	**PERIODO AQUISITIVO**	**PERIODO DE GOZO**
86720	HELENA SILVA DE FRANÇA PAULA	Efetivo/ Comissão	**2014/2015**	28.10.19 a 30.10.19 (03 dias)
86720	HELENA SILVA DE FRANÇA PAULA	Efetivo/ Comissão	**2015/2016**	31.10.19 a 29.11.19 (30 dias)
86720	HELENA SILVA DE FRANÇA PAULA	Efetivo/ Comissão	**2016/2017**	30.11.19 a 29.12.19 (30 dias)

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 01 de Outubro de 2019.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

EXTRATO CONTRATO N. 0173/2019

PARTES INTERESSADAS: Secretaria Municipal de Saúde - Fundo Municipal de Saúde CNPJ nº 11.364.895/0001-60 e a Empresa

PORTAL DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 26.570.361/0001-67 e sob o NIRE n°. 5220359683-1. Este Instrumento Contratual se encontra vinculado aos termos e condições da Lei nº. 8.666 de 21 de Junho de 1993, vinculados ao Edital e anexos do Processo Licitatório do tipo Pregão Eletrônico nº 03/2019, Sistema de Registro de Preços/SRP, do tipo menor preço por item, bem como na proposta da contratada, no Processo Administrativo nº 561487/2018, na 2º Retificação ao Termo de Referência nº 01/2019 da Secretaria Municipal de Saúde, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO Nº. 615674/2019. OBJETO: Aquisição de equipamentos e móveis hospitalares para atender as necessidades da Atenção Básica, Secundária e Terciária da Secretaria Municipal de Várzea Grande/MT., conforme Edital e anexos. VALOR GLOBAL: Atribui-se o valor global no montante de R$ 528.500,00 (quinhentos e vinte e oito mil e quinhentos).UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - DO: 09.02.10.302.0012. P/A: 2.304. ND: 4.4.90.52.00.00.00 – EQUIPAMENTO MATERIAL PERMANENTE 01420000000/0146000000/0147000000 - DO: **09.02.10.122.0015. P/A: 2.305. ND:** 4.4.90.52.00.00.00 – EQUIPAMENTO MATERIAL PERMANENTE – FONTE: 0102000000/0146000000. DO: 09.02.10.301.0003 P/A: 2.303. ND: 4.4.90.52.00.00.00 – EQUIPAMENTO MATERIAL PERMANENTE 01420000000/0147000000**.** VIGÊNCIA: Terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura, sendo vedada a sua prorrogação.

DATA DE ASSINATURA: 03.09.2019.

DIÓGENES MARCONDES

Secretário Municipal de SAÚDE – PMVG/MT

PORTAL DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA - ME,

CAR Contratada

DECRETO Nº 55 DE 20 DE SETEMBRO DE 2.019.

Dispõe sobre programa de diretrizes para a valorização do Turismo em Várzea Grande, e dá outras providências.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita do Município de Várzea Grande, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 69, incisos VI, da Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO a Lei Municipal n.º 4.455/2.019 que criou o Conselho Municipal de Turismo de Várzea Grande – CONTURVG e o Fundo Municipal de Turismo - FUMTUR de Várzea Grande; e

CONSIDERANDOa Lei Municipal n.º 4.488/2.019; e

CONSIDERANDO as comemorações do dia do Turismo – 27do mês de Setembro.

DECRETA:

Art. 1º Ficam definidas as diretrizes municipais básicas para valorização do Turismo:

I. fortalecimento da identidade local e ensino da história do município; II. valoração da cultura; III. melhoria da qualidade e da competitividade no setor de turismo; IV. incentivo à inovação; V. turismo ecológico; VI. turismo gastronômico; VII. agenda anual de eventos e festejos; e VIII. promoção da sustentabilidade.

Art. 2º O Conselho Municipal do Turismo deverá se reunir, durante a semana que se comemora o Dia do Turismo, para desenvolver atividades que envolvam o debate do tema com os setores comerciais e sociais.

Art. 3ºO Conselho Municipal de Turismo, em conjunto com o Conselho Municipal de Cultura, deverão desenvolver, em conjunto, calendário anual de eventos culturais e turísticos.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Couto Magalhães, Praça dos Três Poderes em Várzea Grande – MT, 20 de Setembro de 2.019.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 54 DE 13 DE SETEMBRO DE 2.019.

Altera o art. 53 do Decreto Municipal n.º 09/2.010, e dá outras providências.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita do Município de Várzea Grande, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 69, incisos VI, da Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO a consulta realizada ao Consultor de Orientação ao Fiscalizado do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o art. 53 do Decreto Municipal 09/2.010 que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 53.*A Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por órgãos de outras esferas de Administração, que não tenham participado da licitação, mediante prévia autorização expressa da Secretaria Municipal de Administração.*

§ 1º Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

§ 2º Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

§ 3º As aquisições ou as contratações adicionais de que trata este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

§ 4º O instrumento convocatório preverá que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário, em especial o Decreto Municipal n.º 73/2.018.

Paço Municipal Couto Magalhães, Praça dos Três Poderes em Várzea Grande – MT, 13 de Setembro de 2.019.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

LEI N.º 4.509/2019

Denomina a Praça Costa Verde no Bairro Jardim Costa Verde – Várzea Grande-MT dá outras providências.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, *Prefeita Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:*

Art. 1º Fica denominada a Praça Pública localizada nas confluências das Ruas Benedito Curvo, Escolástica Pinto e Aracy de Almeida, no Bairro Jardim Costa Verde – Várzea Grande – MT, de "ÊNIO LUIZ CALDART".

Art. 2º A administração municipal providenciará as alterações no Cadastro Imobiliário do Município de Várzea Grande-MT.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Praça Três Poderes, Paço Municipal "Couto Magalhães", Várzea Grande, 19 de setembro de 2019.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

Autoria: Ver. Carlos Garcia de Almeida

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

PORTARIA N. 338/2019

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR E DÁ PROVIDENCIAS CORRELATAS".

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito do município de Vila Bela da Santíssima Trindade, **Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 64, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município;**

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao servidor efetivo **JOÃO LEMES DE MORAES FILHO**, portador do **RG: 16253523 SSP/MT** e **CPF: 797.297.701-15**, Vigia, lotado na Secretaria Municipal de "Esporte e Lazer", **Licença-Prêmio,** por um período de **01 (um)** mês, sem prejuízo da remuneração do referido cargo, com fulcro no artigo 102, da **Lei Municipal** 424, de 28 de fevereiro de 1992.

Parágrafo único – Expirado o período da licença a que se refere este artigo, a servidora beneficiária deverá se apresentar ao respectivo órgão de lotação, para reassumir o exercício regular de suas funções.

Art. 2º - A licença de que se trata o **Artigo 1º** corresponde ao período aquisitivo de **02/02/2007 a 02/04/2012.** Ficando o período de gozo da seguinte forma:

01/10/2019 a 31/10/2019.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS TRINTA DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE DOIS MIL E DEZENOVE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO

PORTARIA N. 339/2019

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR E DÁ PROVIDENCIAS CORRELATAS".

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito do município de Vila Bela da Santíssima Trindade, **Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 64, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município;**

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao servidor efetivo **EPÍDIO ANGÉLICO DE SOUZA**, portador do **RG: 0069158 SSP/MT** e **CPF: 182.010.241-68**, Agente Comunitário de Saúde, lotado na Secretaria Municipal de "Saúde", **Licença-Prêmio,** por um período de **01 (um)** mês, sem prejuízo da remuneração do referido cargo, com fulcro no artigo 102, da **Lei Municipal** 424, de 28 de fevereiro de 1992.

Parágrafo único – Expirado o período da licença a que se refere este artigo, o servidor beneficiário deverá se apresentar ao respectivo órgão de lotação, para reassumir o exercício regular de suas funções.

Art. 2º - A licença de que se trata o **Artigo 1º** corresponde ao período aquisitivo de **01/04/2013 a 31/03/2018.** Ficando o período de gozo da seguinte forma:

01/10/2019 a 31/10/2019.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS TRINTA DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE DOIS MIL E DEZENOVE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO

PORTARIA N. 343/2019

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDORA E DÁ PROVIDENCIAS CORRELATAS".

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito do município de Vila Bela da Santíssima Trindade, **Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 64, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município;**

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora efetiva **ELINÉIA TRINDADE DA SILVA**, portadora do **RG: 16253299 SSP/MT** e **CPF: 009.146.561-39**, Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de "Saúde", **Licença-Prêmio,** por um período de **03 (três)** meses, sem prejuízo da remuneração do referido cargo, com fulcro no artigo 102, da **Lei Municipal** 424, de 28 de fevereiro de 1992.

Parágrafo único – Expirado o período da licença a que se refere este artigo, a servidora beneficiária deverá se apresentar ao respectivo órgão de lotação, para reassumir o exercício regular de suas funções.

Art. 2º - A licença de que se trata o **Artigo 1º** corresponde ao período aquisitivo de **01/04/2008 a 31/03/2013.** Ficando o período de gozo da seguinte forma:

01/10/2019 a 31/10/2019;

01/03/2020 a 31/03/2020;

01/04/2020 a 30/04/2020.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS TRINTA DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE DOIS MIL E DEZENOVE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 059/2019

Processo Administrativo de Dispensa de Licitação nº. 162/2019

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA FORMAÇÃO DE CONDUTORES PARA FORNECER CURSO DE CAPACITAÇÃO DE CONDUTORES DE VEÍCULOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA (AMBULÂNCIA) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE - MT

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE – MT

Contratado: **CLEBER SELLA**

CNPJ: 02.640.572/0001-60

Valor Global: **R$ 4.940,00 (quatro mil e novecentos e quarenta reais).**

Data: 01 de outubro de 2019.

Base Legal: Artigo 24, inciso II e XVII, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993.

ADRIELLI MOREIRA DA SILVA

PRESIDENTE C.P.L.

PORTARIA N. 342/2019

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR E DÁ PROVIDENCIAS CORRELATAS".

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito do município de Vila Bela da Santíssima Trindade, **Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 64, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município;**

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao servidor efetivo **FELICIANO MACONHO PAZ**, portador do **RG: 20082061 SSP/MT** e **CPF: 033.953.181-92**, Agente Comunitário de Saúde, lotado na Secretaria Municipal de "Saúde", **Licença-Prêmio,** por um período de **02 (dois)** meses, sem prejuízo da remuneração do referido cargo, com fulcro no artigo 102, da **Lei Municipal** 424, de 28 de fevereiro de 1992.

Parágrafo único – Expirado o período da licença a que se refere este artigo, a servidora beneficiária deverá se apresentar ao respectivo órgão de lotação, para reassumir o exercício regular de suas funções.

Art. 2º - A licença de que se trata o **Artigo 1º** corresponde ao período aquisitivo de **30/07/2012 a 29/06/2017.** Ficando o período de gozo da seguinte forma:

01/10/2019 a 31/10/2019;

01/11/2019 a 30/11/2019.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS TRINTA DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE DOIS MIL E DEZENOVE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO

PORTARIA Nº 346 DE 01 DE OUTUBRO 2019

"Dispõe sobre o julgamento do Processo de Sindicância disciplinar 005/2018 e da outras providências."

O Prefeito Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 64, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, com fulcro no Estatuto dos Servidores Municipais, em especial os artigos 182 e seguintes, com base no relatório final da Comissão Sindicante, resolve:

Art. 1º Aprovar o relatório da Comissão Sindicante e adotar seus fundamentos para, considerando o que consta no Processo de Sindicância 005/2018, acolher o Relatório Final da Comissão Processante e determinar o arquivamento dos autos. Sem prejuízo de eventuais revisões do Processo de Sindicância previstas na lei.

Art. 2º Considerando a determinação judicial processo nº 1000672-10.2019.8.11.007, anexada aos autos, resolve arquivar o procedimento de incidente de sanidade mental instaurado pela portaria 296, de 29 de agosto de 2019.

Art. 3º Restitua-se o processo a Comissão Sindicante para ciência desta decisão aos interessados e demais providências.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Vila Bela da Santíssima Trindade, ao 1º dia do mês de outubro de 2019.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N. 349/2019

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDORA E DÁ PROVIDENCIAS CORRELATAS".

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito do município de Vila Bela da Santíssima Trindade, **Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 64, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município;**

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora efetiva **AIRA BONFIM DE MORAES**, portadora do **RG: 1984628-2 SSP/MT e CPF: 036.132.441-36,** Auxiliar de enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de "Saúde", **Licença-Prêmio,** por um período de **01 (um)** mês, sem prejuízo da remuneração do referido cargo, com fulcro no artigo 102, da **Lei Municipal** 424, de 28 de fevereiro de 1992.

Parágrafo único – Expirado o período da licença a que se refere este artigo, o servidor beneficiário deverá se apresentar ao respectivo órgão de lotação, para reassumir o exercício regular de suas funções.

Art. 2º - A licença de que se trata o **Artigo 1º** corresponde ao período aquisitivo de **06/08/2012 a 06/08/2017.** Ficando o período de gozo da seguinte forma:

07/10/2019 a 05/11/2019;

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS TRINTA DIA DO MÊS DE SETEMBRO DE DOIS MIL E DEZENOVE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO

PORTARIA N. 348/2019

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDORA E DÁ PROVIDENCIAS CORRELATAS".

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito do município de Vila Bela da Santíssima Trindade, **Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 64, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município;**

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora efetiva **BIANCA RODRIGUES DE ALMEIDA**, portadora do **RG: 07200064 SSP/MT e CPF: 770.213.041-53**, Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de "Educação", **Licença-Prêmio,** por um período de **03 (três)** meses, sem prejuízo da remuneração do referido cargo, com fulcro no artigo 102, da **Lei Municipal** 424, de 28 de fevereiro de 1992.

Parágrafo único – Expirado o período da licença a que se refere este artigo, a servidora beneficiária deverá se apresentar ao respectivo órgão de lotação, para reassumir o exercício regular de suas funções.

Art. 2º - A licença de que se trata o **Artigo 1º** corresponde ao período aquisitivo de **12/02/2012 a 01/02/2017.** Ficando o período de gozo da seguinte forma:

01/10/2019 a 31/10/2019;

01/11/2019 a 30/11/2019;

01/12/2019 a 31/12/2019.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS TRINTA DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE DOIS MIL E DEZENOVE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO

PORTARIA N. 347/2019

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDORA E DÁ PROVIDENCIAS CORRELATAS".

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito do município de Vila Bela da Santíssima Trindade, **Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 64, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município;**

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora efetiva **VALMIRA ANGELA DE SOUZA**, portadora do **RG: 11539071 SSP/MT** e **CPF: 000.493.201-30,** Agente Comunitária de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de "Saúde", **Licença-Prêmio,** por um período de **01 (um)** mês, sem prejuízo da remuneração do referido cargo, com fulcro no artigo 102, da **Lei Municipal** 424, de 28 de fevereiro de 1992.

Parágrafo único – Expirado o período da licença a que se refere este artigo, a servidora beneficiária deverá se apresentar ao respectivo órgão de lotação, para reassumir o exercício regular de suas funções.

Art. 2º - A licença de que se trata o **Artigo 1º** corresponde ao período aquisitivo de **01/04/2013 a 31/03/2018.** Ficando o período de gozo da seguinte forma:

01/10/2019 a 31/10/2019.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS TRINTA DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE DOIS MIL E DEZENOVE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO

PORTARIA N. 345/2019

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDORA E DÁ PROVIDENCIAS CORRELATAS".

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito do município de Vila Bela da Santíssima Trindade, **Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 64, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município;**

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora efetiva **GISANE DE SANTANA**, portadora do **RG: 14865300 SSP/MT** e **CPF: 992.398.681-00,** Técnica de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de "Saúde", **Licença-Prêmio,** por um período de **03 (três)** meses, sem prejuízo da remuneração do referido cargo, com fulcro no artigo 102, da **Lei Municipal** 424, de 28 de fevereiro de 1992.

Parágrafo único – Expirado o período da licença a que se refere este artigo, a servidora beneficiária deverá se apresentar ao respectivo órgão de lotação, para reassumir o exercício regular de suas funções.

Art. 2º - A licença de que se trata o **Artigo 1º** corresponde ao período aquisitivo de **23/07/2013 a 22/07/2018.** Ficando o período de gozo da seguinte forma:

01/10/2019 a 31/10/2019;

01/03/2020 a 31/03/2020;

01/09/2020 a 30/09/2020.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS TRINTA DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE DOIS MIL E DEZENOVE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO

LEI Nº 1.430/2019, DE 09 DE SETEMBRO DE 2019

Dispõe sobre alteração da Lei de Contratação Temporária nº 1.409/2019 e dá outras providências.

O Prefeito de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O artigo 1° da Lei 1409/2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1° - Fica o Prefeito Municipal autorizado a contratar, em caráter excepcional e por tempo determinado, servidores para as Secretarias Municipais, cujos cargos, lotação e números de vagas são os constantes no Anexo I, da Lei Complementar 002/2006, com o prazo não superior a 01 (um) ano a contar da data da contratação.

Parágrafo único – As contratações de que trata este artigo tem caráter de interinidade, e deverão ser precedidas do Teste Seletivo Simplificado, em caso do não preenchimento de vagas ofertadas, far-se-á em caráter excepcional, nova seleção por provas de títulos (análise curricular), mediante Edital, pela Secretaria em que haja necessidade, contendo quadro de vagas e localidades a serem ofertadas, de forma que a pontuação esteja definida de maneira objetiva e clara no edital e contemple a qualificação, experiência e habilidade específica necessária, apenas após esgotados as seleções acima e em casos emergencial, será aceita a contratação direta, com observância ao princípio da impessoalidade e o valor do vencimento de cada cargo será correspondente ao piso salarial da função.

I – Para os cargos de "Professor", a contratação se dará por aula/hora. Considera-se autorizado para a contratação temporária a carga horária total constante do Múltiplo do quantitativo do cargo constante na Lei Complementar 002/2006 e a carga horaria semanal constante no artigo 39 da Lei Complementar 066/2016.

Art. 2° - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, 01 de outubro de 2019.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

Prefeito

PORTARIA N. 340/2019

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDORA E DÁ PROVIDENCIAS CORRELATAS".

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito do município de Vila Bela da Santíssima Trindade, **Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribui-**

ções legais, em especial as consignadas no artigo 64, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora efetiva **ALAÍDE GOMES DA SILVA**, portadora do **RG: 895.869 SSP/MT** e **CPF: 581.821.521-00**, Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de "Saúde", **Licença-Prêmio,** por um período de **03 (três)** meses, sem prejuízo da remuneração do referido cargo, com fulcro no artigo 102, da **Lei Municipal** 424, de 28 de fevereiro de 1992.

Parágrafo único – Expirado o período da licença a que se refere este artigo, a servidora beneficiária deverá se apresentar ao respectivo órgão de lotação, para reassumir o exercício regular de suas funções.

Art. 2º - A licença de que se trata o **Artigo 1º** corresponde ao período aquisitivo de **01/04/2008 a 31/03/2013.** Ficando o período de gozo da seguinte forma:

01/10/2019 a 31/10/2019;

01/11/2019 a 30/11/2019;

01/01/2020 a 31/01/2020.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS TRINTA DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE DOIS MIL E DEZENOVE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO

PORTARIA N. 341/2019

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDORA E DÁ PROVIDENCIAS CORRELATAS".

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito do município de Vila Bela da Santíssima Trindade, **Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 64, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município;**

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora efetiva **ROSANIR CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA**, portadora do **RG: 372710219 SSP/MT** e **CPF: 021.319.551-89**, Agente Comunitário de Saúde, lotado na Secretaria Municipal de "Saúde", **Licença-Prêmio,** por um período de **01 (um)** mês, sem prejuízo da remuneração do referido cargo, com fulcro no artigo 102, da **Lei Municipal** 424, de 28 de fevereiro de 1992.

Parágrafo único – Expirado o período da licença a que se refere este artigo, a servidora beneficiária deverá se apresentar ao respectivo órgão de lotação, para reassumir o exercício regular de suas funções.

Art. 2º - A licença de que se trata o **Artigo 1º** corresponde ao período aquisitivo de **02/05/2013 a 01/05/2018.** Ficando o período de gozo da seguinte forma:

01/10/2019 a 31/10/2019.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS TRINTA DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE DOIS MIL E DEZENOVE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO

PORTARIA N. 344/2019

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDORA E DÁ PROVIDENCIAS CORRELATAS".

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito do município de Vila Bela da Santíssima Trindade, **Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 64, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município;**

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora efetiva **VANESSA PARABÁ TAPANACHE**, portadora do **RG: 17891744 SSP/MT** e **CPF: 055.875.741-30**, Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de "Saúde", **Licença-Prêmio,** por um período de **02 (dois)** meses, sem prejuízo da remuneração do referido cargo, com fulcro no artigo 102, da **Lei Municipal** 424, de 28 de fevereiro de 1992.

Parágrafo único – Expirado o período da licença a que se refere este artigo, a servidora beneficiária deverá se apresentar ao respectivo órgão de lotação, para reassumir o exercício regular de suas funções.

Art. 2º - A licença de que se trata o **Artigo 1º** corresponde ao período aquisitivo de **12/08/2013 a 11/08/2018.** Ficando o período de gozo da seguinte forma:

01/10/2019 a 31/10/2019;

01/07/2020 a 30/08/2020;

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS TRINTA DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE DOIS MIL E DEZENOVE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

LEI MUNICIPAL Nº 1.667/2019 DE 01 DE OUTUBRO DE 2019

"Dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias, além de orientações à elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual do Município de Vila Rica, para o exercício de 2020 e dá outras providências".

Eu, **ABMAEL BORGES DA SILVEIRA**, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas em lei:

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Nos termos da Constituição Federal/88, art. 165 Parágrafo 2º, esta Lei estabelece as Diretrizes Orçamentárias do Município de Vila Rica, para o exercício de 2020 e orienta a elaboração da respectiva Lei Orçamentária Anual, dispõem sobre as alterações na Legislação Tributária e atende as determinações impostas Lei Complementar nº 101 de 04 de Maio de 2000 - Responsabilidades para Gestão Fiscal nos termos do art. 48, compreendendo:

I - As prioridades e metas da administração pública municipal;

II - As diretrizes, a estrutura e organização dos orçamentos;

III - As disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais do Município;

IV – Das disposições relativas à dívida pública municipal;

V As disposições sobre alterações na legislação tributária do Município;

VI - As disposições gerais.

CAPÍTULO I

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Artigo 2º – O Município de Vila Rica executará, no exercício de 2020, as ações constantes no Anexo de Metas e Prioridades, que passa a fazer parte integrante desta Lei, tendo como prioridades:

I – a valorização do ser humano e a melhoria da qualidade de vida, por meio da inclusão social e implementação de políticas públicas de forma eficiente, eficaz e com efetividade em todas as áreas e setores;

II – a participação da sociedade na administração e gestão pública, com transparência e controle social, por meio de diálogo permanente com servidores e servidoras, cidadãos e cidadãs em fóruns, conselhos e conferências setoriais, sindicatos, associações, entidades e organizações não-governamentais;

III – o desenvolvimento econômico com sustentabilidade socioambiental planejado, integrado e implementado por meio de políticas públicas estruturantes.

§ 1º – A alocação de recursos na lei orçamentária para 2020 manterá compatibilidade com as ações estabelecidas no Anexo de Metas e Prioridades, desta Lei.

§ 2º – As ações do Anexo de Metas e Prioridades serão correlacionadas aos projetos, atividades e operações especiais inclusos na lei orçamentária para 2020.

§ 3º - As Metas e prioridades do Município para o exercício de 2020 serão estabelecidas no Anexo I desta Lei.

§ 4º - Atendendo ao disposto no artigo 4º da Lei Complementar 101/2000 integram esta Lei os seguintes anexos:

I – Demonstrativo I Metas Anuais;

II – Demonstrativo II Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

III – Demonstrativo III Das Metas Atuais comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;

III – Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;

IV – Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

V – Demonstrativo VI - A Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência;

VI – Demonstrativo VII – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

VII – Demonstrativo VIII – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de caráter Continuado;

VIII – Anexo VI – Demonstrativo da Receita Corrente Líquida;

IX – Anexo VII – Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências.

§ 5º – Para que as ações possam manter compatibilidade com a lei orçamentária e com execução orçamentária do exercício de 2020, fica o Executivo municipal autorizado a:

I – adequar a projeção das receitas e despesas constantes nos Demonstrativos I e III e nos Anexos I, II, III, V e VII desta Lei;

II – adequar os valores das ações contidas no Anexo de Metas e Prioridades, conforme a lei orçamentária anual e as alterações orçamentárias procedidas durante o exercício de 2020;

III – incluir e adequar as metas das ações conforme a elaboração e execução do orçamento de 2020.

§ 6º - Os valores das ações e das metas contidas no Anexo de Metas e Prioridades passam a vigorar conforme as adequações e inclusões procedidas nos termos dos incisos do § 5º do artigo 2º desta lei.

CAPÍTULO II

DAS DIRETRIZES, DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS.

Artigo 3º - Atendidas as metas priorizadas para o exercício de 2020, a Lei Orçamentária poderá contemplar o atendimento de outras metas, acrescidas ao orçamento por Créditos Especiais, desde que façam parte do Plano Plurianual correspondente ao período de 2018/2021.

Artigo 4º – Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – *Programa de Trabalho*, o instrumento de organização da ação governamental, visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;

II – *Atividade*, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III – *Projeto*, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

IV – *Operação Especial*, despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º – Cada programa de trabalho identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os valores, as metas e as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º – As atividades e projetos serão dispostos de modo a especificar a localização física integral ou parcial dos programas de governo.

§ 3º – Cada atividade, projeto e operação especial identificarão função, subfunção e programas aos quais se vinculam.

§ 4º – As categorias de programação de que trata esta Lei serão incluídas no orçamento através de programas de trabalho, sendo identificados através da classificação funcional programática (função, subfunção, programa, projeto/atividade) e das categorias econômicas.

Artigo 5º - A Lei Orçamentária não consignará recursos para início de novos projetos se não estiverem adequadamente atendidos os em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público.

§ 1º - A Regra constante do caput deste artigo aplica-se no âmbito de cada fonte de recurso, conforme vinculações legalmente estabelecidas.

§ 2º - Entende-se por adequadamente atendidos os projetos cuja realização física esteja conforme o cronograma físico financeiro pactuado e em vigência.

Artigo 6º - São prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício de 2020 o cumprimento de ações estratégicas nas áreas de:

a) Educação;

b) Saúde e Saneamento;

c) Infra-Estrutura Urbana Básica;

d) Modernização Administrativa Funcional;

e) Política Salarial de acordo a vigente;

f) Promoção e Assistência Social;

g) Meio Ambiente e Turismo;

h) Segurança Pública.

Artigo 7º - O Orçamento do Município consignará, obrigatoriamente, recursos para atender as despesas de:

a) Pagamento do serviço da dívida;

b) Pagamento de pessoal e seus encargos;

c) Duodécimos destinados ao Poder Legislativo;

d) Cobertura de precatórios judiciais;

e) Manutenção das atividades do município e seus fundos;

f) Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental;

g) Aplicação nas Ações e Serviços de Saúde;

Artigo 8º - O Poder Executivo Municipal, tendo em vista a capacidade financeira do município, poderá fazer a seleção de prioridade dentre as relacionadas no Anexo I, integrante desta Lei.

Parágrafo Único – Não poderão ser fixados novos projetos sem que sejam definidas as fontes de recursos, exceto aqueles financiados com recursos de outras esferas de governo.

Artigo 9º - A Lei Orçamentária deverá apresentar equilíbrio entre Receitas e Despesas, e em observância às demais normas de direito financeiro, especialmente os parágrafos 5º, 6º, 7º e 8º do artigo 165 da Constituição Federal.

Parágrafo Único – Conforme previsto no art. 166, § 8º da Constituição Federal, será admitido o desequilíbrio entre receitas e despesas desde que as previsões de receitas excedam as fixações de despesas e atendam exclusivamente às atribuições legais dos fundos previdenciários cujo objetivo principal é a captação e aplicação dos recursos financeiros para garantir o pagamento dos benefícios previdenciários considerando ainda:

I – que as despesas de custeio dos fundos previdenciários não excedam a dois pontos percentuais do valor total da remuneração dos servidores dos entes contribuidores conforme determinação da Portaria MPAS nº 4992, art. 17, VII, § 3º;

II – que os recursos dos fundos devem ser aplicados exclusivamente nos pagamentos de benefícios previdenciários conforme determinado pelo inciso III do art. 2º da Portaria MPAS nº 4992;

III – que os ingressos mensais de receitas são consideravelmente maiores que a execução das despesas legais e obrigacionais do fundo de previdência.

Artigo 10º - Até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária do exercício de 2020, o Executivo estabelecerá, por Decreto, o Cronograma mensal de desembolso, de modo a compatibilizar a realização de despesas a efetivo ingresso das receitas municipais.

§ 1º - O cronograma que trata este artigo dará prioridade ao pagamento de despesas obrigatórias do Município em relação às despesas de caráter discricionário e respeitará todas as vinculações constitucionais e legais existentes.

§ 2º - No caso de órgãos da administração indireta, os cronogramas serão definidos individualmente, respeitando-se sempre a programação das transferências intragovernamentais eventualmente previstos na lei orçamentária.

Artigo 11 - Na hipótese de ser constatada após o encerramento de um bimestre, frustração na arrecadação de receitas, mediante atos próprios, o Poder Executivo e Legislativo determinarão limitação de empenhos e movimentação financeira no montante necessário à preservação do resultado estabelecido.

§ 1º - Ao determinarem à limitação de empenhos e movimentação financeira, os chefes dos poderes executivos e legislativos adotarão critérios que produza o menor impacto possível nas ações de caráter social, particularmente a educação, saúde e assistência social.

§ 2º - Não se admitirá a limitação de empenho e movimentação financeira nas despesas vinculadas, caso a frustração na arrecadação esteja ocorrendo nas respectivas receitas.

§ 3º - Não serão objetos de limitação de empenhos e movimentação financeira as despesas que constituem obrigações legais do município;

§ 4º - A limitação de empenho e movimentação financeira também será adotada na hipótese de ser necessária a redução de eventual excesso da dívida em relação aos limites legais obedecendo ao que dispõem o artigo 31 da Lei Complementar 101.

Artigo 12 - A limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o artigo anterior poderá ser suspensa, no todo ou em parte caso a situação de frustração de receita se reverta no bimestre seguinte.

Artigo 13 – Todo o projeto de Lei enviado pelo Executivo, versando sobre a concessão de anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado, além de atender ao disposto no art. 14 da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, deve ser instruído com demonstrativo de que não prejudicará o cumprimento de obrigações constitucionais, legais e judiciais a cargo do município e que não afetará as ações de caráter social, particularmente, a educação, saúde e assistência social.

Artigo 14 – Para fins do disposto no Parágrafo 3º do artigo 16 da Lei Complementar 101 considera-se irrelevante as despesas realizadas até o valor de R$ 17.600,00 (**Dezessete** Mil e Seiscentos Reais) no caso de aquisições de bens e prestações de serviços, e de R$ 33.000,00 (Trinta e Três Mil Reais), no caso de realização de obras públicas ou serviços de engenharia.

Artigo 15 – Para fins do disposto da alínea "e", inciso I do artigo 4º da Lei Complementar n.º 101, o Executivo instituirá um Conselho para efetuar o controle de custos e avaliação dos resultados dos programas financiados pelo orçamento municipal.

§ 1º - O Conselho levantará os custos e avaliará os resultados valendo-se dos seguintes critérios:

I – O levantamento de custos será feito por consulta de preços praticados no mercado mesmo quando se referirem à execução de obras, serviços ou aquisições que excedam aos valores de dispensa de licitação conforme previsto no art. 43, IV da Lei Federal 8.666/93.

II – Quando os valores das obras, serviços ou aquisições ultrapassarem os valores de dispensa de licitação, estas se realizarão mediante formalização de processos licitatórios regidos pela Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores.

III – Os resultados serão avaliados levando-se em conta o cumprimento das metas pretendidas, da satisfação social e da comunidade beneficiada, a execução dentro do prazo previsto e a estrita observância dos princípios da economicidade, eficácia e transparência.

IV – Que a execução das obras, serviços ou aquisições venham atender solicitações comunitárias ou necessidades sociais.

§ 2º - O Conselho que trata este artigo será nomeado por Decreto a ser baixado pelo Prefeito Municipal devendo seus membros representar:

I – 01 – Engenheiro ou Técnico representando a Secretaria de Obras, quando se tratar de obras ou serviços de engenharia;

II – 01 – Representante do Setor de Compras e Licitações do Município;

III – 01 – Representante da Comunidade a ser beneficiada;

IV – 01 – Representante do Conselho Municipal de Saúde, quando se tratar de recursos da saúde;

V – 01 – Representante da Associação de Pais, Alunos e Professores do Município, quando se tratar de recursos da educação.

§ 3º - Os relatórios e demonstrativos produzidos pelo Conselho serão objetos de ampla divulgação, para conhecimento dos cidadãos e instituições organizadas da sociedade.

Artigo 16 – Na realização de programa de competência do Município, adotar-se-á a estratégia de transferir recursos a instituições públicas e privadas sem fins lucrativos desde que autorizado em Lei Municipal e sejam firmados convênios, ajustes e outros congêneres, pelo qual fique clara-

mente definido o dever de cada parte, forma e prazos para prestação de contas.

§ 1º - No caso de transferência a pessoas, exigir-se-á, igualmente, autorização em lei especifica que tenha por finalidade a regulamentação de programa pelo qual essa transferência será efetuada, ainda que por meio de concessão de crédito.

§ 2º - A regra de que trata o *caput* deste artigo aplica-se às transferências a instituições públicas vinculadas à União, ao Estado ou outro município.

§ 3º - As transferências intragovernamentais entre órgãos dotados de personalidade jurídica própria, assim como os fundos especiais, que compõe a lei orçamentária ficam condicionadas às normas constantes das respectivas leis instituidoras ou leis específicas.

Artigo 17 - Fica o Executivo autorizado a arcar com as despesas de responsabilidade de outras do Poder Público, desde que firmados os respectivos convênios, termos de acordo, ajuste ou congêneres e venham oferecer benefícios à população do município desde que existam recursos orçamentários disponíveis:

I – EMPAER;

II – Policia Civil e Militar;

III – INDEA;

IV – SEMA;

V – Tribunal Regional Eleitoral;

VI – Exatoria Estadual;

VII – IBAMA;

VIII – Cadeia Pública;

IX – Entidades Filantrópicas;

X – Conselhos.

Artigo 18 – O orçamento do Município de Vila Rica, para o exercício de 2020, será elaborado em valores de julho de 2019, podendo-se corrigi-los no mês de dezembro de 2019, mediante a aplicação do IGP-M ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, referente ao período de julho a novembro de 2019.

§ 1º – Após a publicação do decreto de abertura dos orçamentos da administração direta e indireta, estes poderão ser corrigidos pelo índice estipulado no **caput** deste artigo, para manter-se o valor aquisitivo da moeda.

§ 2º – A correção do orçamento poderá ser realizada em dotações específicas ou em todas as dotações proporcionalmente, desde que não ultrapasse o valor total da correção.

§ 3º – O limite a ser estabelecido para o manejo orçamentário e para a abertura de créditos adicionais suplementares no orçamento-programa da administração direta, fundacional, autárquica e de fundos especiais será calculado, independentemente, sobre os valores orçamentários atualizados, na forma do disposto neste artigo.

Art. 19 – A previsão de recursos oriundos de operações de crédito não poderá ultrapassar o limite estabelecido pelo Senado Federal e pelo § 2º do art. 12 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 20 – O Executivo municipal, em cumprimento ao disposto no art. 7º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica a administração direta e indireta autorizada a realizar o remanejamento, transferência, transposição e realocações entre fontes de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, dos recursos orçamentários constantes da Lei Orçamentária Anual vigente e suas atualizações, na forma de créditos adicionais suplementares, independentemente, até o limite de trinta por cento do valor total atualizado do orçamento.

§ 1º – O manejo orçamentário constitui-se na reprogramação ou reavaliação das prioridades das ações mediante a realocação de recursos de uma categoria de programação para outra, de um órgão para outro e de uma unidade orçamentária para outra.

§ 2º – A reprogramação referida no parágrafo anterior será realizada na forma de transferência, transposição e realocações entre fontes dos recursos.

§ 3º – Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – transferência, a realocação de recursos que ocorre dentro do mesmo órgão, num mesmo programa de trabalho, entre as categorias econômicas de despesa, mantendo-se o programa em funcionamento;

II – transposição, a realocação de recursos que ocorre entre programas de trabalho, dentro do mesmo órgão ou de um órgão para outro, ampliando, desta forma, um programa previsto na lei orçamentária com recursos de outro também nela previsto;

III – remanejamento, a realocação de recursos em sede intraorganizacional, ou seja, de um órgão/entidade para outro nos casos de reformas administrativas de que resulte a criação, extinção, fusão ou cisão.

§ 4º – Excluem-se do limite de que trata o **caput** deste artigo os créditos adicionais suplementares e especiais que decorrerem de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Artigo 21 - Fica constituído uma Reserva de Contingência a ser incluída na Lei Orçamentária, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos fiscais, equivalentes a, no máximo 1,00% (um por cento) da receita corrente líquida.

§ 1º - Ocorrendo à necessidade de serem atendidos passivos contingentes ou outros riscos eventos fiscais imprevistos, executivos providenciará a abertura de créditos adicionais suplementares à conta de reserva do *caput, na forma do artigo 42 da Lei 4320/64.*

§ 2º - Na hipótese de não vir a ser utilizada, no todo ou em parte, a reserva de que trata o *caput*deste artigo, poderá os recursos remanescentes ser utilizados para abertura de crédito adicionais autorizados na forma do artigo 42 da Lei 4320/64.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Artigo 22 - O aumento da despesa com pessoal, em decorrência de qualquer das medidas relacionadas no Art. 169, § 1º, da Constituição Federal, poderá ser realizado mediante lei específica, desde que obedecidos os limites previstos nos arts. 20 e 22, § único da Lei Complementar nº 101, e cumpridas às exigências previstas nos art. 16 e 17 do referido diploma legal.

§ 1º - No caso do Poder Legislativo, deverão ser obedecidos, adicionalmente, limites fixados nos arts. 29 e 29-A da Constituição Federal.

§ 2º - Os aumentos de que trata este artigo somente poderão ocorrer se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender as projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes.

§ 3º - É assegurada a revisão anual dos vencimentos dos servidores públicos, conforme Art. 37, inciso X da Constituição Federal.

§ 4º - Os cargos vagos de provimento efetivo e os empregos públicos serão preenchidos mediante concurso público, sendo observados os requisitos constitucionais e a existência prévia de dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa;

§ 5º - Fica assegurada ao Regime Próprio de Previdência Social Municipal a revisão dos percentuais de contribuição patronal e funcional sustentados no equilíbrio atuarial e financeiro.

Artigo 23 - Ficam autorizadas, para os Poderes do Município, sua Autarquia, as concessões de quaisquer vantagens, modificação de estruturas funcionais, promoções e progressões funcionais, aumentos de remuneração, revisão geral anual, criação de cargos, empregos e funções, altera-

ções de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, observado o disposto na Lei Complementar nº 101/2000.

Artigo 24- Sem prejuízo de outras ações buscar-se-á a efetiva instituição da compensação financeira entre os Regimes de Previdência do Município, dos Estados, da União e Geral, bem como aumento da receita corrente líquida por meio de incremento das atividades fiscais.

Artigo 25 - Na hipótese de ser atingido o limite prudencial de que trata o art. 22 da Lei Complementar nº 101, a manutenção de horas extras somente poderá ocorrer nos casos de calamidade pública, na execução de programas emergências de saúde pública ou em situações de extrema gravidade, devidamente reconhecida por decreto do chefe do executivo.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Artigo 26 - Se a dívida consolidada líquida do Município ultrapassar o limite legal estabelecido deverá ser reconduzida ao limite nos termos da legislação vigente.

Parágrafo Único. Enquanto perdurar o excesso, o Município obterá resultado primário necessário à recondução da dívida ao limite, promovendo, entre outras medidas, limitação de empenho, na forma do art. 11, § 4º, da presente lei.

Artigo 27 - A previsão das despesas com juros, encargos e amortizações da dívida deverão considerar as operações de crédito contratadas e a contratar, bem como as autorizações concedidas até a data do encaminhamento do projeto de Lei Orçamentária ao Poder Legislativo.

Parágrafo Único. Fica estabelecido o limite referencial de dois por cento da Receita Corrente Líquida para as despesas com juros.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Artigo 28 - Na estimativa das receitas serão considerados os efeitos das alterações na legislação tributária, especificamente sobre:

I – atualização, alteração e consolidação da legislação vigente de cada tributo de competência do Município de forma a acompanhar o desempenho fiscal;

II – adequação da legislação tributária municipal às eventuais alterações do sistema tributário nacional;

III – revisão dos índices e critérios já existentes que sejam indexadores de tributos, tarifas e multas, além da criação de novos índices;

IV – Revisão da planta genérica de valores;

V – as ampliações de incentivos ou benefícios de natureza tributária atenderão às exigências contidas no art. 14 da Lei Complementar 101/2000;

VI – adequação do lançamento e arrecadação das taxas de serviços públicos ao custo dos respectivos serviços.

Artigo 29 As alterações na legislação tributária vigente serão propostas antes do encerramento do exercício para serem apreciadas antes da aprovação da proposta orçamentária.

CAPÍTULO VI

AS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 30 - A Mesa da Câmara Municipal elaborará sua proposta orçamentária para o exercício de 2020 e a remeterá ao Executivo até 60 (sessenta) dias antes do prazo previsto para remessa do projeto de lei orçamentária àquele Poder.

Parágrafo Único: O Executivo encaminhará ao Legislativo, até 30 (trinta) dias antes do prazo previsto para remessa do projeto de Lei Orçamentária, os estudos e estimativas das receitas para o exercício de 2019, inclusive da receita corrente líquida, acompanhados das respectivas memórias de cálculo conforme previsto no § 3º do art. 12 da LC 101/2000.

Artigo 31 - Na ocasião da elaboração do projeto de Lei Orçamentária o Poder Executivo poderá fazer a revisão das metas financeiras discriminadas no Anexo I desta Lei, adequando-as com as previsões de receitas justificadas pela Memória de Cálculo.

Parágrafo Único: A proposta orçamentária deverá ser elaborada em observância ao art. 12 da L.C nº 101 e arts. 22 a 26 da Lei Federal 4.320/64.

Artigo 32 - Não sendo encaminhado ao Poder Executivo o autografo da Lei Orçamentária até o início de 2020, ficam os Poderes autorizados a realizarem a proposta orçamentária até a sua aprovação e remessa pelo Poder Legislativo, na base de 1/12 (um doze avos) a cada mês.

Artigo 33 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal

Abmael Borges da Silveira

Prefeito Municipal

PORTARIA N.° 234/2019 DE 23 DE SETEMBRO DE 2019.

INSTAURA SINDICÂNCIA E NOMEIA COMISSÃO.

O Prefeito Municipal de Vila Rica – MT,no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, considerando:

• A representação formulada pelo Secretário Municipal de Educação através do MI datado de 20 de agosto de 2019,e;

Considerando a necessidade de apuração sumária dos fatos pela Administração Pública Municipal, e tendo em vista o disposto no artigo 195 da lei Municipal nº 747/2008,

R E S O L V E:

Art. 1º. DETERMINAR a instauração Sindicância para apuração de possíveis irregularidades praticadas pelo servidor ROGÉRIO LUIZ, lotado Secretaria Municipal de Educação na função de Motorista Escolar.

Art. 2º. Para cumprimento ao disposto no artigo anterior, a Comissão de Sindicância será composta pelos servidores estáveis: SERGIANE PEREIRA NASCIMENTO, Escriturária, JOELITON FERREIRA MACHADO – Professor; ELISABETE ROSALIA HERRMANN BRITO, Aux. Adm. Educacional, sob a presidência do primeiro.

Parágrafo único. A Comissão terá como secretário servidor designado pelo seu presidente, podendo a indicação recair em um de seus membros.

Art. 3º. Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda a documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer declarações, depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art. 4º. Em conformidade com o Art. 210 da Lei Municipal nº 747/2008, a Comissão, ora constituída, terá o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos e elaborar o relatório final, dando ciência à Administração Superior desta entidade, podendo ser prorrogada por igual período quando as circunstâncias assim o exigirem.

Art. 5°. A presente Comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato exigido pelo interesse da Administração Pública.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo a Comissão 05(cinco) dias para iniciar os trabalhos.

C U M P R A – S E.

Gabinete do Prefeito Municipal em 23 de setembro de 2019.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA/LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 007/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 017/2019 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2019

DO OBJETO: Registro de Preço para futura e eventual aquisição de Materiais Hidráulicos para manutenção do Sistema de Adução e Distribuição de Água para atender a Secretaria de Obras – SAEVIR

DO PAGAMENTO: O pagamento será efetuado à Contratada em até 10(Dez) dias úteis, contados do recebimento oficial da nota fiscal atestada pela Secretaria solicitante.

DATA: Vila Rica/MT, 01 de Outubro de 2019.

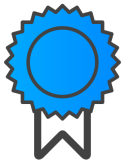
ASSINANTES / VALOR:

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA - Prefeitura Municipal de Vila Rica – Contratante.

HG COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (04.722.894/0001-84) **-** R$ 72.702,60,00 – Contratada.

.

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Tue Oct 01 22:31:40 UTC 2019
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170115676103352402
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)